

RELATÓRIO FINAL DO 40º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Porto Alegre/RS, 27 de março a 1º de abril de 2022

Tema Central: A vida acima dos lucros: ANDES-SN 40 anos de luta!

SUMÁRIO

PARTICIPANTES	4
ATAS	
PLENÁRIA DE ABERTURA	18
PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO	20
- Cronograma e Pauta do 40º CONGRESSO	29
- Regimento do 40º CONGRESSO	30
TEMA I - CONJUNTURA E MOVIMENTO DOCENTE	42
TEMA II - PLANOS DE LUTAS DOS SETORES	49
TEMA III – PLANO GERAL DE LUTAS	76
TEMA IV - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	90
PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO	102
- Carta de Porto Alegre	105
- Moções	109
RESOLUÇÕES	
TEMA II - PLANOS DE LUTAS DOS SETORES	
- Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES	136
- Plano de Lutas do Setor das IFES	138
TEMA III – PLANO GERAL DE LUTAS	
- Política de Comunicação e Arte	145
- Política de Ciência e Tecnologia	145
- Política de Formação Sindical	146
- Agenda de Lutas do ANDES-SN	147
TEMA IV - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
- Alterações no Estatuto do ANDES-SN	149
- Pela Refiliação do ANDES-SN ao DIEESE	149
- Homologações de seções sindicais: dissoluções, ratificações, alterações regimentais e reorganização de seção sindical	149
- Homologação das Resoluções Aprovadas no 8º, 9º, 11º, 12º E 13º CONADs EXTRAORDINÁRIOS	151
- Manutenção do Apoio Financeiro à Escola Nacional Florestan Fernandes	151
- Manutenção do Apoio Financeiro à Auditoria Cidadã da Dívida	152
- Manutenção do Apoio Financeiro ao Casarão da Luta do Movimento dos Trabalhadores	152

Sem Teto (MTST)	
- Fundo Único - Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN	152
- Sede do 41º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional	153
RATEIO DO 40º CONGRESSO	154
CADERNO DE TEXTOS DO 40º CONGRESSO	158
ANEXO AO CADERNO DE TEXTOS DO 40º CONGRESSO	457
TEXTO APRESENTADO NA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO – TEXTO E TR 79	509

PARTICIPANTES
RELAÇÃO DA(O)S DELEGADA(O)S AO 40º CONGRESSO

Nº	NOME / SSIND
1	Acácia Batista Dias ADUFS-BA
2	Adelson Fernandes Moreira SINDCEFET-MG
3	Adhemar Lourenço Da Silva Junior ADUFPEL
4	Adilson Aquino Silveira Júnior ADUFEPE
5	Adilson Mendes Ricardo SINDCEFET-MG
6	Adriane Raquel Santana De Lima ADUFPA
7	Ailton Silva Galvão ADUFAL
8	Airton Paula Souza ADUFS
9	Alaide Pereira Japecanga Aredes ADUEMS
10	Alberto Handfas ADUNIFESP
11	Alcides Pontes Remijo ADUFG SSIND
12	Alejandra Leonor Pascual ADUnB
13	Alex Aparecido Ferreira APUFPR
14	Alexandre Adalberto Pereira SINDUFAP
15	Alexandre Bergamin Vieira ADUFDOURADOS
16	Alexandre Galvão Carvalho ADUSB
17	Alexandre Jerônimo De Freitas ADUR-RJ
18	Alexandre José Medeiros Do Nascimento ADUFPI SEÇÃO SINDICAL
19	Aline De Menezes Bregonci ADUFES
20	Altemir Da Silva Braga ADUFAC
21	Altemir Jose Borges SINDUTF-PR
22	Amanda Moreira Da Silva ASDUERJ
23	Ana Carolina Feldenheimer Da Silva ASDUERJ
24	Ana Carolina Galvao Marsiglia ADUFES
25	Ana Karen De Oliveira Souza ADUFS-BA
26	Ana Maria Marques Santos ADUR-RJ
27	Ana Paula Archanjo Batarce ADUFMS
28	André Luiz Monteiro Mayer ADUFOP
29	Andre Rodrigues Guimaraes SINDUFAP
30	André Rosa Martins SINDOIF
31	Andrea Carmo Sampaio ADUR-RJ
32	Andréa Cristina Cunha Matos ADUFPA
33	Andrea Gomes Da Silva ADUSB
34	Andreia Da Silva Moassab SESUNILA
35	Andréia Meinerz SINDOIF
36	Ângela Maria Machado De Lima Hutchison ADUSP
37	Anita Leocádia Pereira Dos Santos ADUFPB
38	Anne Pinheiro Leal APROFURG
39	Annie Schmaltz Hsiou ADUSP
40	Antonio Francisco Lopes Dias ADCESP SEÇÃO SINDICAL
41	Antônio Gonçalves Filho APRUMA SEÇÃO SINDICAL

42	Antonio Henriques Lemos Leite Filho ADUFG SSIND
43	Antonio Jeronimo Netto APUG
44	Antonio Lisboa Leitão De Souza ADUFCG
45	Antonio Ronaldo Gomes Garcia ADUFERSA
46	Antonio Rosevaldo Ferreira Da Silva ADUFS-BA
47	Antônio Sales Oliveira Coelho ADUFPI SEÇÃO SINDICAL
48	Arturo Rodolfo Samana ADUSC
49	Ary Ary Gertes Carneiro Júnior ADUNEMAT
50	Augusto Santiago Cerqueira APESJF
51	Bartolomeu Rodrigues Mendonça APRUMA SEÇÃO SINDICAL
52	Beatriz Tupinambá Freitas ADUFS
53	Benedito Gomes Dos Santos Filho ADUFRA
54	Breno Ricardo Guimarães Santos ADUFMAT
55	Bruno Pizzi ADUFDOURADOS
56	Bruno Rogens Ramos Bezerra SINDUEMA
57	Carla Silvana Daniel Sartor ADUNIRIO
58	Carlos Vicente Joaquim SESDUF-RR SEÇÃO SINDICAL
59	Carlos Vitório De Oliveira ADUSC
60	Carmen Suzana Tornquist APRUDESC
61	Carolina Ribeiro Xavier ADUFSJ
62	Caroline De Araujo Lima ADUNEB
63	Caryne Aparecida Carvalho Braga SESDUENF (ADUENF)
64	Cássio Hideo Diniz Hiro ADUEMG
65	Ceane Andrade Simões SIND-UEA
66	Celeste Dos Santos Pereira ADUFPEL
67	Celi Nelza Zulke Taffarel ADUFAL
68	Celia Santana Silva ADUNEB
69	Célia Soares Martins APRUMA SEÇÃO SINDICAL
70	Celso Eduardo Lins De Oliveira ADUSP
71	Cinthyia Marques Nascimento SINDUNIFESSPA-SSIND
72	Clarice Aparecida Dos Santos ADUnB
73	Clarissa Rodrigues ADUFOP
74	Claúdia Lúcia da Costa ADCAC
75	Claudimara Cassoli Bortoloto SINDUTF-PR
76	Claudio De Souza Rocha ADUFERSA
77	Cláudio Resende Ribeiro ADUFRJ
78	Clovis Piau Santos ADUNEB
79	Cristiano Bonneau ADUFPB
80	Daniel De Campos Antiquera ADUFPB
81	Daniel Francisco De Bem SINDUFFS
82	Daniela Favaro Garrossini ADUnB
83	Daniela Maria Ferreira ADUFEPE
84	Daniele Batista Brandt ASDUERJ
85	Daniele Quiroga Neves SINDURCA

86	Daniella Camara Pizarro APRUDESC
87	Dario De Sousa E Silva Filho ASDUERJ
88	David Romão Teixeira APUR
89	Déborah Kelly Nascimento Pessoa ADUFOP
90	Desiree Fripp Dos Santos APROFURG
91	Diana Bhadra Andrade Peixoto do Vale ADUNICAMP
92	Dileno Dustan Lucas De Souza APESJF
93	Diogo Franco Rios ADUFPEL
94	Domingos Lopes Da Silva Junior ADCAC
95	Domingos Sávio da Cunha Garcia ADUNEMAT
96	Douglas Ferreira De Paula ADUA
97	Dulce Maria Sucena Da Rocha ADUnB
98	Dulce Tamara Da Rocha Lamego Silva APUB SSIND
99	Eblin Joseph Farage ADUFF
100	Edineia Tavares Lopes ADUFS
101	Edísio Oliveira De Azevedo ADUFS
102	Edivania Santos Alves ADUFPA
103	Edson Franco De Moraes ADUFPB
104	Edson Joaquim Dos Santos ADUNICAMP
105	Edson Teixeira Da Silva Júnior ADUFF
106	Eduardo Henrique De Lima Guimarães ADUFPB
107	Eduardo Sergio Leão De Souza APESJF
108	Eduardo Serra ADUFRJ
109	Egmar Oliveira Souza Júnior SINDCEFET-PI (SINDIFPI)
110	Elaine Da Silva Neves ADUFPEL
111	Elciclei Faria Dos Santos ADUA
112	Eleonora Ziller ADUFRJ
113	Eliana Cristina Paula Tenório Albuquerque ADUSC
114	Eliel Soares Orenha ADUSP
115	Eliene Novaes Rocha ADUnB
116	Elilia Camargo Rodrigues ADUNEB
117	Elisa Guaraná de Castro ADUR-RJ
118	Elizabeth Zardo Búrigo SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFRGS
119	Elizabeth Maria Mamede Da Costa ADUnB
120	Elizandra Garcia Da Silva ADUFF
121	Elson Moura Dias Junior ADUFS-BA
122	Elza Margarida De Mendonça Peixoto APUB SSIND
123	Elzimar Perreira Nascimento Ferraz ADUFG SSIND
124	Emanuela Rutila Monteiro Chaves ADFURRN SEÇÃO SINDICAL (ADUERN)
125	Emerson Antonio Rocha Melo De Lucena ADUSC
126	Emerson Duarte Monte SINDUEPA
127	Emerson Paulinho Boscheto SINDUNIFESSPA-SSIND
128	Erika Suruagy Assis De Figueiredo ADUFERPE
129	Erlando Da Silva Rêses ADUnB

130	Ester Marçal Fér SESUNILA
131	Evandro De Carvalho Lobão ADUSP
132	Evangelita Carvalho Da Nobrega ADCESP SEÇÃO SINDICAL
133	Evaristo Emigdio Colmán Duarte SINDIPROL ADUEL
134	Everaldo De Oliveira Andrade ADUSP
135	Fabiano Coelho ADUFDOURADOS
136	Fabio Cesar Venturini ADUNIFESP
137	Felipe Rosa ADUFRJ
138	Ferdinand Martins Da Silva ADUSB
139	Fernanda De Araújo Binatti Chiote ADUFES
140	Fernando César Paulino Pereira ADCAC
141	Fernando José de Paula Cunha ADUFPB
142	Fernando Luiz Cássio Silva ADUFABC
143	Fernando Nogueira Martins Junior ADUFLA
144	Filadélfia Carvalho De Sena ADUFPI SEÇÃO SINDICAL
145	Flavia Miller Naethe Motta ADUR-RJ
146	Flavia Spinelli Braga ADFURN SEÇÃO SINDICAL (ADUERN)
147	Flávio Dantas Albuquerque Melo ADUFAL
148	Flávio Furtado De Farias ADUFPI SEÇÃO SINDICAL
149	Francielle Brustolin De Lima Simch APUFPR
150	Francileide De Araújo Rodrigues ADUFPB
151	Francisca Raquel da Costa SINDCEFET-PI (SINDIFPI)
152	Francisco Carlos Duarte Vitória ADUFPEL
153	Francisco Jacob Paiva ADUA
154	Francisco Ramos Neves ADFURN SEÇÃO SINDICAL (ADUERN)
155	Francisco Souto De Souza Junior ADUFERSA
156	Frederico Duarte Irias ASDUERJ
157	Gardenia De Souza Furtado Lemos ADUFG SSIND
158	Gelta Terezinha Ramos Xavier ADUFF
159	Geverson Grzeszczyszyn ADUNICENTRO
160	Giancarlo Alfonso Lovon Canchumani APUFPR
161	Gihad Mohamad SEDUFSM
162	Gilberto De Souza Marques ADUFPA
163	Gilberto Grassi Calil ADUNIOESTE
164	Gilmar Henrique Conceição ADUNIOESTE
165	Gilson Walmor Dahmer APUFPR
166	Gilvanice Barbosa Da Silva Musial APUB SSIND
167	Gisele Mocci ADUFMAT
168	Giselle Souza Da Silva ADUNIRIO
169	Gisvaldo Oliveira Da Silva ADCESP SEÇÃO SINDICAL
170	Giuliano Pereira De Oliveira Castro ADUFG SSIND
171	Givanildo Bezerra De Oliveira APUR
172	Gonzalo Adrian Rojas ADUFCG
173	Gracinete Bastos De Souza ADUFS-BA

174	Guilherme Dornelas Camara SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFRGS
175	Guilherme Figueiredo Leite Gonçalves ASDUERJ
176	Guilherme Jean Pereira De Abreu APUFPR
177	Guilherme Simões Reis ADUNIRIO
178	Gustavo Borba De Miranda APROFURG
179	Helga Maria Martins de Paula ADCAJ
180	Hélio Da Silva Messeder Neto APUB SSIND
181	Helton Saragor De Souza ADUNIFESP
182	Hugo Gomes Blois Filho SEDUFMS
183	Humberto De Assis Climaco ADUFG SSIND
184	Ilma De Andrade Barleta SINDUFAP
185	Iracema Oliveira Lima ADUSB
186	Iranice Gonçalves Muniz ADUFPB
187	Irenilza Oliveira E Oliveira ADUNEB
188	Ivan Carlos Ferreira Neves ADUFPA
189	Jacqueline Rodrigues Lima ADUFG SSIND
190	Jacyara Silva De Paiva ADUFES
191	Jailton de Souza Lira ADUFAL
192	Jalon De Moraes Vieira APESJF
193	Janayna Paula Lima De Souza Santos ADUFAL
194	Jaqueline Rabelo De Lima SINDUECE
195	Jarbas Ribeiro Oliveira ADUFAL
196	Jazomar Vieira Da Rocha SINDUTF-PR
197	Jessica Cristina Ruths APUFPR
198	Joacir Teixeira De Melo APESJF
199	Joana Ferreira do Amaral ADUFOP
200	Joana Xênia Rabelo Ferreira ASDUERJ
201	Joanir Pereira Passos ADUNIRIO
202	João Batista De Jesus Félix SESDUFT
203	Joao Carlos Gilli Martins SEDUFMS
204	João Claudino Tavares ADUFF
205	João Diógenes F. dos Santos ADUFS-BA
206	Joel Moisés Silva Pinho APUG
207	Jonildo Viana Dos Santos SESDUF-RR SEÇÃO SINDICAL
208	Jorge Henrique Dos Santos Saldanha APUB SSIND
209	Jorgetania Da Silva Ferreira ADUFU
210	José Alcimar De Oliveira ADUA
211	Jose Arlen Beltrão De Matos APUR
212	José Eudes Baima Bezerra SINDUECE
213	José Helber Tavares De Araújo ADUEPB
214	José Luciano De Queiroz Aires ADUFCG
215	José Luis Derisso ADUNIOESTE
216	José Luiz Cavalcante ADUEPB
217	Jose Roberto Braga Portella APUFPR

218	José Tarcísio Lima ADUFLA
219	Jose Walter Gaspar ADUSC
220	Josefa De Lisboa Santos ADUFS
221	Joselia Barroso Queiroz Lima ADUFVJM
222	Jozevaldo Pessoa Da Cunha ADUFCG
223	Judas Tadeu De Barros Cotta ADUFLA
224	Julia Malanchachen ADUNIOESTE
225	Juliana Brandão Machado SESUNIPAMPA
226	Juliana Iglesias Melim ADUFES
227	Juliano Pereira Campos APUR
228	Julio Ricardo Quevedo Dos Santos SEDUFMS
229	Junia Claudia Santana De Mattos Zaidan ADUFES
230	Jusciane Da Costa E Silva ADUFERSA
231	Kaoli Pereira Cavalcante SINDIUVA
232	Karime Rit De Souza Bentes ADUA
233	Karine Verdoorn ADUFRJ
234	Katalin Carrara Geocze SINDCEFET-MG
235	Kate Lane Costa de Paiva ADUFF
236	Kathiuça Bertollo ADUFOP
237	Larissa Diniz Freitas ADUFDOURADOS
238	Laudemir Luiz Zart ADUNEMAT
239	Laura Souza Fonseca SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFRGS
240	Lawrence Estivalet De Melo APUB SSIND
241	Leandro Portz APUFPR
242	Leandro Souza Moura ASDUERJ
243	Lemuel Rodrigues Da Silva ADFURRN SEÇÃO SINDICAL (ADUERN)
244	Leni Hack ADUNEMAT
245	Leonardo Da Rocha Botega SEDUFMS
246	Leonardo Moreira dos Santos ADUFMAT
247	Leonardo Pinto De Almeida ADUFMAT
248	Leonardo Rafael Santos Leitão SINDUFFS
249	Leonardo Silva Andrada APESJF
250	Liane De Souza Weber SEDUFMS
251	Lilian Simone Amorim Brito ADUFPA
252	Liliane Maria Macedo Machado ADUnB
253	Lino Trevisan SINDUTF-PR
254	Lisanil Da Conceição Patrocínio Pereira ADUNEMAT
255	Lisleandra Machado APESJF
256	Livia De Cássia Godoi M ADUFES
257	Lívia Gomes Dos Santos ADUFG SSIND
258	Lorena Ferreira Portes SINDIPROL ADUEL
259	Lourival Souza Félix SESDUEM
260	Loyana Docio Santos ADUNEB
261	Lucas Da Silva Castro SINDUFAPE

262	Lucas Milhomens Fonseca ADUA
263	Luciana Caetano Da Silva ADUFAL
264	Luciano Coutinho ADUFRJ
265	Luciano Mendonça De Lima ADUFCG
266	Luis Acosta ADUFRJ
267	Luis Antonio Pasquetti ADUnB
268	Luiz Augusto Mazzarolo SESDUFT
269	Luiz Carlos Rigo ADUFPEL
270	Luiz Henrique Schuch ADUFPEL
271	Maelison Silva Neves ADUFMAT
272	Magda De Abreu Vicente APROFURG
273	Magno Pinheiro De Almeida ADUFMS
274	Magno Silvestri ADUFMAT
275	Manoel Pereira De Andrade ADUnB
276	Manoel Vieira De Matos Neto ADUFPI SEÇÃO SINDICAL
277	Marcel Farias De Sousa ADUFG SSIND
278	Marcelo Barreto Cavalcanti ADUFEPE
279	Marcelo Bastos Seráfico De Assis Carvalho ADUA
280	Marcelo Da Silva Lins ADUSC
281	Marcelo Eibs Cafrune APROFURG
282	Marcelo Pereira Fernandes ADUR-RJ
283	Marcelo Reges Pereira ADCESP SEÇÃO SINDICAL
284	Marcelo Salles Batarce ADUEMS
285	Marcia Borges Umpierre APROFURG
286	Marcia Felix Da Silva Cortez SINDUFAPE
287	Márcia Leopoldina Montanari Correa ADUFMAT
288	Marcia Morschbacher SEDUFMS
289	Marcia Santos Lemos ADUSB
290	Marcio Bernardino Da Silva ADUFPB
291	Márcio Da Silva Costa ADUFPI SEÇÃO SINDICAL
292	Marcio Luiz Carreri SINDIPROL ADUEL
293	Marcio Magalhães Da Silva ADUFLA
294	Marco Antonio Fidalgo Amorim ADUFEPE
295	Marco Aurelio Stefanos ADUFMS
296	Marcos Antônio Da Silva Pedroso ADUFS
297	Marcos Bernardino De Carvalho ADUSP
298	Maria Augusta Peixoto ADUFG SSIND
299	Maria Carolina O. Pienegonda SINDURCA
300	Maria Cristina Miranda ADUFRJ
301	Maria Daniela Macedo ADUFRJ
302	Maria Das Graças De Araújo ADUNIR SEÇÃO SINDICAL
303	Maria De Lourdes Rocha Lima Nunes ADUFPI SEÇÃO SINDICAL
304	Maria Do Socorro Menezes Dantas ADUFAL
305	Maria Ivete Martins Correia ADUFPB

306	Maria Jaqueline De Grammont Machado De Araújo ADUFSJ
307	Maria Luzinete Alves Vanzeler ADUFMAT
308	Maria Mary Ferreira APRUMA SEÇÃO SINDICAL
309	Maria Raquel Garcia Vega SESDUENF (ADUENF)
310	Maria Rosaria Do Carmo ADUA
311	Maria Silvia Viccari Gatti ADUNICAMP
312	Marina Barbosa Pinto APESJF
313	Marise Marçalina De Castro Silva Rosa APRUMA SEÇÃO SINDICAL
314	Maristela Da Silva Souza SEDUFMS
315	Mariuza Aparecida Camillo Guimarães ADUFMS
316	Marize Souza Carvalho APUB SSIND
317	Marlene Menezes ADUFMAT
318	Marli Clementino Gonçalves ADUFPI SEÇÃO SINDICAL
319	Martin-Leon-Jacques Ibanez de Novion ADUnB
320	Marttem Costa De Santana ADUFPI SEÇÃO SINDICAL
321	Mathias Luce ADUFRJ
322	Maurício Alves Da Silva SESDUFT
323	Maurício Reis Sousa Do Nascimento SESDUFT
324	Mauriene Silva De Freitas ADUEPB
325	Mayra Goulart ADUFRJ
326	Meire Soares De Ataíde ADFMTM
327	Micael Carvalho Do Santos APRUMA SEÇÃO SINDICAL
328	Michel De Lucena Costa ADFURRN SEÇÃO SINDICAL (ADUERN)
329	Michell Plattini M.Gomes SINDURCA
330	Mônica Ribeiro Pirozi ASPUV
331	Monica Xavier De Medeiros SIND-UEA
332	Nayara Rodrigues Medrado APESJF
333	Nelson Aleixo Da Silva Junior ADUEPB
334	Nicole Louise Macedo Teles de Pontes ADUFERPE
335	Nilo Sérgio Sabbião Rodrigues ADUNICAMP
336	Nilson De Souza Cardoso SINDUECE
337	Nívea Silva Vieira ASDUERJ
338	Nixon Vieira Malveira APUFPR
339	Olgaises Cabral Maues ADUFPA
340	Osmar Gomes De Alencar Júnior ADUFPI SEÇÃO SINDICAL
341	Osmar Martins De Souza SINDUNESPAR
342	Patricia Bastos De Azevedo ADUR-RJ
343	Patricia Ferreira Monticelli ADUSP
344	Paula Pereira Gonçalves Alves ADUFMAT
345	Paulo Araquem Ramos Cairo ADUSB
346	Paulo Cesar Centoducatte ADUNICAMP
347	Paulo Ricardo Opuszk APUFPR
348	Paulo Vieira Neto APUFPR
349	Pedro Duarte Antunes SINDCEFET-MG

350	Priscila Monteiro Chaves ADUFES
351	Rafaela Rogério Cruz ADUFERPE
352	Raimundo Nonato do Vale Neto ADFURRN SEÇÃO SINDICAL (ADUERN)
353	Raimundo Wanderley Padilha SINDUNIFESSPA-SSIND
354	Ranoel José de Sousa Gonçalves ADUFCEG
355	Regiana Blank Wille ADUFPEL
356	Regina Cohen Barros ADUR-RJ
357	Regina Stori SINDUEPG
358	Renata Alvarez Rocha APUB SSIND
359	Renata Marins Alvim Gama ASDUERJ
360	Ricardo Andre Avelar Da Nobrega SESDUENF (ADUENF)
361	Ricardo Medronho ADUFRJ
362	Rita De Cassia Fraga Machado SIND-UEA
363	Roberto Câmara De Araújo SESDUF-RR SEÇÃO SINDICAL
364	Roberto Luis Portz APUFPR
365	Roberto Mibielli SESDUF-RR SEÇÃO SINDICAL
366	Robison Raimundo Silva Pereira ADCESP SEÇÃO SINDICAL
367	Rodrigo Cardoso Soares de Araujo SINDIFSULDEMINAS
368	Rodrigo Da Silva Pereira APUB SSIND
369	Rodrigo Torquato Da Silva ADUFF
370	Rogério Benedito Da Silva Anez ADUNEMAT
371	Romero Júnior Venâncio Silva ADUFS
372	Romildo De Castro Araújo ADUFPI SEÇÃO SINDICAL
373	Ronalda Barreto Silva ADUNEB
374	Ronaldo Fabiano Dos Santos Gaspar SINDIPROL ADUEL
375	Rosângela Assunção ADCESP SEÇÃO SINDICAL
376	Rosângela Sampaio Reis ADUFAL
377	Roseli Rocha ADUEMS
378	Ruan Didier Bragança Almeida Vilela APRUMA SEÇÃO SINDICAL
379	Rubia Cristina Wegner ADUR-RJ
380	Sabatha Catoia Dias APROFURG
381	Sandra Cristina De Oliveira Vierno SINDCEFET-MG
382	Sandra Lúcia Dos Santos Lira ADUFAL
383	Sandra Maria Gadelha De Carvalho SINDUECE
384	Sarah Patrícia De Oliveira Rios ADUFS-BA
385	Saulo Barros Da Costa APRUMA SEÇÃO SINDICAL
386	Saulo Emmanuel Vieira Maciel ADUFPB
387	Serginei José Do Carmo Liberato ADUFERPE
388	Sidiney Ruocco Junior ADUFU
389	Silma Do Carmo Nunes ADUFU
390	Silvia Cristina Franco Amaral ADUNICAMP
391	Silvio Arcanjo Matos Filho ADUSB
392	Simone Landal SINDUTF-PR
393	Sinoelia Silva Pessoa ADUNEB

394	Sonia Lopes Victor ADUFES
395	Soraia De Carvalho ADUFEPE
396	Subenia Karine De Medeiros ADUFERSA
397	Sueli Pinheiro Da Silva SINDUEPA
398	Suzana Carvalho De Jesus SESUNIPAMPA
399	Suzana Maria Maia ADUFF
400	Tadeu Bello Dos Santos ADUNEB
401	Talita Leite Tavares ADUFMAT-ROO
402	Tarcila Mantovan Atolini ADUFVJM
403	Tarcisio Luiz Pereira ADUFMS
404	Tatiana Walter APROFURG
405	Tereza Simone Santos De Carvalho ADUFS
406	Thais Motta ADUFRJ
407	Thereza Christina Dos Santos ADUNIRIO
408	Thiago Fanelli Ferraiol SESDUEM
409	Thiélide Verônica Da Silva Pavanelli Troian ADUNEMAT
410	Valdelaine Da Rosa Mendes ADUFPEL
411	Valéria Raquel Porto De Lima ADUEPB
412	Valter Ventura Da Rocha Pomar ADUFABC
413	Vanessa Martins Do Monte ADUSP
414	Vânia Beatriz Müller APRUDESC
415	Vera Lucia Jacob Chaves ADUFPA
416	Vera Núbia Santos ADUFS
417	Vinicius Pinheiro Israel ADUNIRIO
418	Virgínia Márcia Assunção Viana SINDUECE
419	Viviana Monica Vermes ADUFES
420	Viviane Becker Narvaes ADUNIRIO
421	Wagner De Melo Romão ADUNICAMP
422	Wagner Ragi Curi Filho ADUFOP
423	Waldir Ferreira De Abreu ADUFPA
424	Waldson Luciano Corrêa Diniz ADUFMS
425	Washington Luiz Felix Santos SESDUEM
426	Welbson Do Vale Madeira APRUMA SEÇÃO SINDICAL
427	Wesley Amaral Vieira ADUSB
428	Wesley Helker Felício Silva ADUNIMONTES
429	Willian Gonçalves ADUNIRIO
430	Zoemia Nubia Sampaio De Souza ADUSC

RELAÇÃO DA(O)S OBSERVADORA(E)S AO 40º CONGRESSO

Nº	NOME / SSIND
1	Carmem Regina De Oliveira Carvalho ADUSB
2	Cristiane Simoes Netto Costa APROFURG
3	Luiz Fernando Rojo Mattos ADUFF
4	Rafael Alfonso Brinkhues SINDOIF
5	Irenilda Angela Dos Santos ADUFMAT
6	Raphael Goes Furtado ADUFES
7	Renan Montico De Oliveira Silva ASPUV
8	Sebastião Erailson De Sousa Santos SINDCENTEC
9	Sofia De Pádua Manzano ADUSB
10	Sonia Marise Rodrigues Pereira Tomasoni ADUNEB
11	Jose Antonio Da Rocha Pinto ADUFES
12	Newton Moreno Sanches ASPUV
13	Pedro Wilson Oliveira Da Costa Junior SINDUECE
14	Thais Alves Nogueira ADUFPI SEÇÃO SINDICAL
15	Beatriz Cerisara Gil SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFRGS
16	Iguatemi Santos Rangel ADUFES
17	Irenilda De Souza Lima ADUFERPE
18	Jesús Antonio García Sánchez ADUNIFEI
19	Luiz Eduardo Neves Dos Santos APRUMA SEÇÃO SINDICAL
20	Indira Cavalcante Da Rocha Marques ADUFPA
21	João Batista Farias Júnior SINDCEFET-PI (SINDIFPI)
22	Stefan Chamorro Bonow SINDOIF
23	Thiago Sebastiano De Melo ADUnB
24	Clesley Maria T. Do Nascimento SINDURCA
25	Jose Glauco Ribeiro Tostes SESDUENF (ADUENF)
26	Maira Portofe De Mello ADUNEB
27	Paulo José Riela Tranzilo ADUFS-BA
28	Christian Jean Marie Boudou ADUFS
29	Davi Butturi Gomes ADUFSJ
30	Naira Souza Moura ADUNEB
31	Rafael Kruter Flores SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFRGS
32	Eliane Guimarães Pereira Melloni ADUNIFEI
33	Lilian Couto Cordeiro Estolano ADUR-RJ
34	Rafael Vieira Teixeira ADUFES
35	Ailton Lima Miranda ADUFPA
36	Ana Claudia Campos ADUFS
37	Jacqueline Girão ADUFRJ
38	Manuelle Maria Marques Matias ADUFF
39	Claudia Piccinini ADUFRJ
40	Loiva Mara De Oliveira Machado SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFRGS

41	Márcio Wagner Batista Dos Santos ADUFPA
42	Fabricia Queiroz Mendes ASPUV
43	Livia Jéssica Messias De Almeida ADUFS
44	Luiz Alexandre Oxley Da Rocha ADUFES
45	Vania Maria Moreira Valente ASPUV
46	Gabriel Luchini Martins ADUFES
47	Halysson Gomes Da Fonseca ADUNEB
48	Maria Onete Lopes Ferreira ADUFF
49	Raquel Dias Araújo SINDUECE
50	Vania Maria Moreira ASPUV
51	Ari De Sousa Loureiro ADUFPA
52	Cleber Alves De Ataíde ADUFERPE
53	Francisco Orinaldo Pinto Santiago SINDUFAP
54	Janio Roberto Diniz Dos Santos ADUSB
55	Ricardo Dias Da Costa ADUR-RJ
56	Taynah De Brito Barra Nova SINDUFAPE
57	Aleselma Silva Pereira ADUSB
58	Antonio Francisco Cruz Arapiraca SINDCEFET-MG
59	Cleusa Santos ADUFRJ
60	Ildenilson Meireles Barbosa ADUNIMONTES
61	Marcelo Martins Barreira ADUFES
62	Rúbia Vogt Liz De Oliveira SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFRGS
63	Carlos Eduardo Veiga De Carvalho SESDUENF (ADUENF)
64	José Domingues De Godoi Filho ADUFMAT
65	Matilde Agero Batista ADUFSJ
66	Rebeca Oliveira De Sousa SINDURCA
67	Caroline Siqueira Gomide ADUnB
68	Liz Denise Carvalho Paiva ADUR-RJ
69	Michele Borges De Souza ADUFPA
70	Ninalva De Andrade Santos ADUSB
71	Alexandre Cardoso Da Cunha ADUFES
72	Alexandre Curtiss Alvarenga ADUFES
73	André Moreira Bordinhon ADUA
74	Neima Da Costa Oliveira ADUFS-BA
75	Vicente De Paula Censi Borges ADUFPI SEÇÃO SINDICAL
76	Ailce Margarida Negreiros SINDUNIFESSPA-SSIND
77	Andreia Lima Sanches ADUSB
78	Beatriz Wey ADUR-RJ
79	Ludmila Rodrigues Antunes ADUFF
80	Silene Cerdeira Silvino SINDURCA
81	Alzenir Severina Da Silva SINDUFAPE
82	Dinalva De Jesus Santana Macedo ADUNEB
83	Dorilma Neves Galdino Alves ADUFERPE
84	Liney Carneiro Benevides ADUFPB

85	Nelivaldo Cardoso Santana ADUFPA
86	Ricardo Roberto Behr ADUFES
87	Ana Claudia Hebling Meira ADUFES
88	Antonio Joaquim Rodrigues Feitosa ADUFPB
89	Jorge Ricardo Gonçalves ADUFRJ
90	Otavio Miguez Da Rocha Leão ASDUERJ
91	Simone Alencastre ADUFRJ
92	Benedito Carlos Libório Caires Araújo ADUFS
93	João Paulo Sales Macedo ADUFPI SEÇÃO SINDICAL
94	Liliane Rodrigues Soares SINDUFAP
95	Maria Clareth Gonçalves Reis SESDUENF (ADUENF)
96	Rafael Bellan Rodrigues De Souza ADUFES
97	Aloizio Soares Ferreira ASPUV
98	Cleiton Luís Freitas De Oliveira SINDOIF
99	Cristiana Barra Teixeira ADUFPI SEÇÃO SINDICAL
100	Melina Silva Alves ADUFPB
101	Nelson Figueiredo De Andrade Filho ADUFES
102	Soraya Mendes Rodrigues Adorno ADUSB
103	Tarik Coelho Alves ADUFPA
104	Alessandra Nicodemos ADUFRJ
105	Alyne Maria Barbosa De Sousa SINDCEFET-PI (SINDIFPI)
106	Egnilson Miranda De Moura ADUFPI SEÇÃO SINDICAL
107	Simone Negrão De Freitas ADUFPA
108	Tadeu Lopes Machado SINDUFAP

RELAÇÃO DA(O)S CONVIDADAS(O)S AO 40º CONGRESSO

Nº	NOME	ENTIDADE
1	Ana Paula Rabelo E Silva	ADUFC
2	Antonia Suele De Souza Alves Pereira	ADUFC
3	Bruno Anderson Matias Da Rocha	ADUFC
4	Geovani De Oliveira Tavares	ADUFC
5	Gloria Carmenate Rodriguez	Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educación, la Ciencia y el Deporte (SNTECD)
6	Helena Martins Do Rego Barreto	ADUFC
7	Irenisia Torres De Oliveira	ADUFC
8	Kelly Maria Gomes Menezes	ADUFC
9	Margarida Maria Pimentel De Souza	ADUFC
10	Maria Caridad Cabrera Cordero	Central de Trabajadores de Cuba (CTC)
11	Maria Do Ceu De Lima	ADUFC
12	Maria Ines Escobar Da Costa Casimiro	ADUFC
13	Maria Rosaria Barbato	APUBH
14	Marly Nogueira	APUBH
15	Vanessa Campos De Lara Jakimiu	ADUFC

ATAS

ATA DA PLENÁRIA DE ABERTURA DO 40º CONGRESSO DO ANDES- SN

Às 10 horas do dia 27 de março de 2022, no auditório Araújo Vianna, na cidade de Porto Alegre (RS), iniciaram-se os trabalhos da Plenária de Abertura do 40º Congresso do ANDES-SN. A Mesa foi composta pelo(a)s seguintes diretores(a)s do Sindicato Nacional: Milton Pinheiro (vice-presidente e presidente em exercício); Maria Regina Ávila (secretária-geral); Amauri Fragoso (1º tesoureiro); Cesar Beras (1º secretário da Regional Rio Grande do Sul) e Rivânia Moura (convidada e presidenta do ANDES-SN, licenciada em licença-maternidade). Na sequência, foram chamados(a)s para compor a mesa Magali Menezes, presidenta da Seção Sindical do ANDES-SN na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Maria Caridad Corder, da Central dos Trabalhadores de Cuba (CTC); Woia Paté Xokleng, representante do Coletivo dos Estudantes Indígenas da UFRGS; Rejane Oliveira, da CSP-Conlutas; Davi Lobão, do SINASEFE; Erico Correa, do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes de Luta pelos Direitos e pelas Liberdades Democráticas; Antonio Gonçalves, da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde e ex-presidente do ANDES-SN, Leonardo de Carvalho, da Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico (FENET); estiveram presentes na mesa representantes da Associação dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – (ASSUFRGS), do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFRGS, da Associação de Pós-Graduandos da UFRGS, da Editora Expressão Popular e do SINTRAJUFE. Composta a mesa da plenária de abertura do 40º CONGRESSO do ANDES-SN, o professor Milton Pinheiro fez saudação inicial a todos o(a)s participantes e integrantes. Em seguida, passou a palavra à(o)s convidado(a)s da mesa, que saudaram a todos o(a)s presentes. O(A)s congressistas prestigiaram, também, a artista porto-alegrense Pâmela Amaro, que é professora de teatro e sambista. Em suas músicas, Amaro saudou a ancestralidade, o poder popular e a formação de novas e novos líderes, invocando o poder transformador do(a)s docentes. Ainda na ocasião, Marcos Goulart, funcionário do Sindicato Nacional e vítima da covid-19, em 2021, foi homenageado. Posteriormente, um vídeo foi exibido em homenagem às vítimas da Covid-19, que já ceifou mais de 659 mil vidas no país, assim como a exibição de vídeos das mobilizações contra a PEC 32 em Brasília (DF) e da Campanha “Defender a Educação Pública”. Durante a plenária, foi lançado, ainda, o exemplar nº 69 da revista “Universidade e Sociedade”. Representantes da comissão executiva da revista apresentaram à(o)s participantes um dos instrumentos de luta e formação do Sindicato Nacional.

Maria Regina de Avila Moreira
Secretária-Geral

Milton Pinheiro
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO DO 40º CONGRESSO DO ANDES-SN

Às 13h do dia 27 de março de 2022, no Auditório Araújo Vianna, na cidade de Porto Alegre (RS), após verificado o quórum regimental, deu-se início aos trabalhos da Plenária de Instalação do 40º Congresso do ANDES-SN. A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta pelo(a)s seguintes diretores(a)s do ANDES-SN: professor Milton Pinheiro (Primeiro Vice-Presidente, no exercício da presidência), professora Regina Ávila (Secretária-Geral), professor Amauri Fragoso (1º Tesoureiro) e o professor José Sávio da Costa Maia (2º Vice-Presidente Regional Norte 1 e 2º Secretário da Mesa). A presidência da mesa saudou o(a)s congressistas, apresentou a ordem dos trabalhos e informou que, até o início da Plenária, o 40º Congresso registrava a participação de oitenta e seis seções sindicais, quatrocentos e quarenta e nove delegado(a)s, cento e cinquenta e um observador(a)s, dezessete convidado(a)s e trinta e dois membros da diretoria nacional. Antes de dar início à discussão da pauta foram apresentadas informações sobre o credenciamento de seções sindicais que fizeram o credenciamento prévio, o saldo foi de que não existiu nenhuma pendência de credenciamento, mas que o processo se encerraria ao final do dia, quando o balanço completo seria divulgado. Dando início à pauta, foi feita a leitura de ponto a ponto do Regimento, seguindo a metodologia de destaques e discussão ao final da leitura. Procedeu-se então à leitura capítulo a capítulo para o registro dos destaques que foram os seguintes: no artigo 14º do regimento houve pedido de destaque para o Parágrafo 2º, para incluir o termo relator(a), que foi aprovado pela plenária. Art. 19, que ficou com a seguinte redação: O(A)s relatore(a)s deverão concluir os relatórios digitados para entregar à Comissão Diretora dentro do prazo de duração dos Grupos Mistos. Após, foi apresentada a sugestão de supressão do Parágrafo Único do Artigo 22, o que foi aprovado por ampla maioria do(a)s delegado(a)s presentes na plenária. Outro destaque foi feito no Art. 23, com o pedido de supressão do parágrafo 1º, que foi aprovado pela ampla maioria do(a)s delegado(a)s. A proposta de alteração apresentada no Artigo 30, foi aprovada e o artigo passou a vigorar com a seguinte redação: A duração de cada Plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte: I - As Plenárias de Abertura e de Instalação terão juntas 4 quatro horas e meia de duração, sendo realizadas no mesmo período; II - Plenária do Tema I: 4 (quatro) horas; III - Plenária do Tema II: 4 (quatro) horas; IV - Plenária do Tema III: 6 (seis) horas, em dois períodos; V - Plenária do Tema IV: 6 (seis) horas, em dois períodos; VI - Plenária de Encerramento: 2 (duas) horas. § 1º Cada Plenária, excetuada a de encerramento, poderá ser prorrogada por até 1(uma) hora; § 2º A Plenária do Tema I, destinada à discussão da Conjuntura e Movimento Docente, e a Plenária do Tema II, destinada à discussão dos Planos de Lutas dos Setores, que serão realizadas em um único período cada, ambas poderão ser prorrogadas por até 1 (uma) hora. § 3º As Plenárias do Tema III, destinada à discussão do Plano Geral de Lutas, e Tema IV, destinada à discussão das Questões organizativas e financeiras, terão duas partes cada uma, podendo ser prorrogadas por até 1 (uma) hora, não ultrapassando o limite de 7 (sete) horas cada Plenária; § 4º A Plenária de Encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário, no máximo até às 23h59 do dia 31 de março de 2022; § 5º As Plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da Plenária anterior; § 6º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado neste artigo terão seu

encaminhamento decidido pela Plenária de Encerramento. Houve ainda uma mudança no artigo 32, com a alteração do parágrafo único, para parágrafo 1º e a inclusão do parágrafo 2º, com a seguinte redação: Em caso de impossibilidade do uso de ferramenta digital para verificação de quórum inicial, esta será aferida por lista física de presença. Encerrada a apreciação dos destaques o Regimento do 40º CONGRESSO foi aprovado com a seguinte redação final: **REGIMENTO DO 40º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL** - Capítulo I. Do CONGRESSO. **Art. 1º.** Art. 1º. O 40º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SINDICATO NACIONAL, previsto no inciso I do Art. 13 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII do Art. 30 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL e organizado pela Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, reunir-se-á no período de 27 a 31 de março, com ato político em 1º de abril de 2022, na cidade de Porto Alegre (RS). Parágrafo único. O Ato Público a ser realizado dia 1º de abril de 2022 integra a programação do 40º Congresso do ANDES-SN, ainda que realizado após a Plenária de Encerramento. **Art. 2º.** O 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL tem como finalidade deliberar sobre a pauta aprovada em sua Plenária de Instalação, de acordo com o disposto no Art. 19 de seu Estatuto. Capítulo II. Das Atribuições. **Art. 3º.** As atribuições do 40º CONGRESSO são as dispostas no Art. 15 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL. Capítulo III. Do(a)s Participantes. **Art. 4º.** São participantes do 40º CONGRESSO: I – delegado(a)s devidamente credenciado(a)s, com direito à voz e ao voto; a) um(a) delegado(a) de cada diretoria de seção sindical (SSIND.) (Art. 16, I do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL; b) delegado(a)s de base de cada SSIND. (art. 16, inciso II do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, indicado(a)s em sistema de proporcionalidade fixado pelo § 1º do Art. 17 do Estatuto; c) delegado(a)s representativo(a)s do(a)s sindicalizado(a)s via secretarias regionais (Art. 16, inciso III do Estatuto), indicado(a)s em proporção cumulativa, fixada pelo § 1º do art. 17; d) delegado(a)s representativo(a)s do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do Art. 41, inciso VIII do Estatuto. II – os membros da Comissão Organizadora e da Comissão Diretora do 40º CONGRESSO, com direito à voz; III – o(a)s sindicalizado(a)s do ANDES-SINDICATO NACIONAL, devidamente credenciado(a)s como observadore(a)s pela sua respectiva SSIND. e secretarias regionais, com direito à voz; IV – o(a)s convidado(a)s pela Comissão Organizadora e Comissão Diretora, com direito à voz. §1º O(A)s sindicalizado(a)s do ANDES-SINDICATO NACIONAL não poderão participar como convidado(a)s do 40º CONGRESSO, salvo na condição de pesquisadore(a)s, participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos. §2º O(A)s delegado(a)s, devidamente credenciado(a)s, só poderão ser substituído(a)s, durante a realização do 40º CONGRESSO, obedecidas as seguintes condições: a) comprovar junto à comissão diretora a necessidade de ausentar-se definitivamente do 40º CONGRESSO; b) haver suplentes de delegado(a)s indicado(a)s pelas assembleias das SSIND., e pelas assembleias do(a)s sindicalizado(a)s, via secretarias regionais, credenciado(a)s como observadore(a)s suplentes no 40º CONGRESSO; c) quando o(a) delegado(a) de S. SIND. ou delegado(a) representativo(a) do(a)s sindicalizado(a)s via secretarias regionais, comprovadamente se ausentar definitivamente, sem providenciar a substituição, a comissão diretora o fará, respeitando o presente Regimento. **Art. 5º.** O(A) Presidente(a) do ANDES-SINDICATO NACIONAL preside o 40º CONGRESSO, com direito à voz e a voto em suas sessões, e os demais membros em exercício da Diretoria (art. 32, I, II, III e IV do Estatuto), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua regional (art. 32, V do Estatuto), participam com direito à voz. Capítulo IV. Do

Credenciamento. **Art. 6º.** A ratificação do credenciamento do(a)s delegado(a)s e observador(a)s das SSIND do ANDES-SINDICATO NACIONAL e do(a)s delegado(a)s representativo(a)s do(a)s sindicalizado(a)s, via secretarias regionais, ao 40º CONGRESSO será das 9 (nove) horas às 12 (doze) horas e das 14 (quatorze) horas às 18h (dezoito) horas do dia 27 de março de 2022, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela Plenária de Instalação. § 1º Não haverá recebimento da documentação necessária ao credenciamento no dia 27 de março de 2022, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela Plenária de Instalação. § 2º Para o credenciamento do(a)s delegado(a)s, será exigida ata (ou extrato) da assembleia geral que deliberou sobre sua escolha, com a respectiva lista de presença; comprovante de vacinação de todo(a)s o(a)s delegado(a)s e observador(a)s e/ou observador(a)s suplentes de delegado(a)s credenciado(a)s; Declaração de Compromisso de Testagem da Delegação. A documentação deverá ser enviada previamente, até às 23h59 do dia 28 de fevereiro de 2022 exclusivamente por meio do site <http://credenciamento.andes.org.br>. § 3º Para o credenciamento do(a)s observador(a)s, será exigida ata (ou extrato) e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da SSIND. que o(a)s indicou. A documentação deverá ser enviada previamente, até às 23h59 do dia 28 de fevereiro de 2022 exclusivamente por meio do site <http://credenciamento.andes.org.br>. § 4º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade de documentos que credenciam o(a)s delegado(a)s e observador(a)s de qualquer SSIND., mediante requerimento à comissão diretora. § 5º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados até o início da Plenária de Instalação, que deverá deliberar sobre o assunto até o seu final. § 6º Cada delegado(a) ou observador(a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e/ou votação, em cores diferentes. § 7º No caso de perda ou dano do cartão, só haverá substituição com autorização expressa da Plenária.

Capítulo V - Do Funcionamento - Seção I - Dos órgãos - **Art. 7º.** São órgãos do 40º CONGRESSO: I – Comissão Organizadora; II – Comissão Diretora; III – Grupos Mistos; IV —Plenárias; V – Comissão de Enfrentamento ao Assédio. § 1º A Comissão Organizadora será criada a partir da convocação do 40º CONGRESSO. § 2º A Comissão de Enfrentamento ao Assédio será criada na plenária de instalação do 40º CONGRESSO. § 3º Todos esses órgãos têm existência restrita ao período de sua realização, com exceção da Comissão Organizadora, que já iniciou seus trabalhos após a convocação do 40º CONGRESSO. § 4º O quórum mínimo para o funcionamento de cada órgão do 40º CONGRESSO é de mais de 50% (cinquenta por cento) de delegado(a)s com direito a voto. § 5º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos grupos mistos, o quórum de funcionamento se reduz para 30% (trinta por cento) de delegado(a)s com direito a voto. § 6º As deliberações só poderão ocorrer depois de verificado o quórum previsto no § 4º deste artigo.

Seção II. Da Comissão Organizadora. **Art. 8º.** A Comissão Organizadora é constituída por 3 (três) representantes da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e por 4 (quatro) Diretores(a)s do ANDES-SINDICATO NACIONAL. **Art. 9º.** É de competência da Comissão Organizadora: I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 40º CONGRESSO; II - organizar, junto com a Comissão Diretora, a Plenária de Abertura do 40º CONGRESSO; III - realizar, junto com a Comissão Diretora, o credenciamento do(a)s participantes do 40º CONGRESSO. Parágrafo único. Das decisões da Comissão Organizadora cabe recurso à Comissão Diretora.

Seção III. Da Comissão Diretora. **Art. 10.** A Comissão Diretora do 40º CONGRESSO é composta pelo(a)s Diretores(a)s do ANDES-SINDICATO NACIONAL. **Art. 11.** É de competência da Comissão Diretora: I - responsabilizar-se, junto com a Comissão Organizadora, pelo credenciamento do(a)s participantes do 40º CONGRESSO; II -

decidir e efetivar a substituição de delegado(a)s, de acordo com o disposto no § 2º, alíneas “a” e “c” do Art. 4º deste regimento, e anunciar a substituição do(a) delegado(a) ao 40º CONGRESSO; III - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do 40º CONGRESSO, organizando o rateio entre as seções sindicais; SSINDs. IV - elaborar a prestação de contas do 40º CONGRESSO para apreciação no próximo CONAD; V - organizar e compor as mesas diretoras das Plenárias do 40º CONGRESSO; VI - organizar a composição dos grupos mistos do 40º CONGRESSO em consonância com o disposto neste Regimento. VII - responsabilizar-se, em conjunto com o(a)s relator(a)s dos Grupos Mistos, pela consolidação dos relatórios dos diferentes grupos. Parágrafo único. Das decisões da Comissão Diretora cabe recurso à Plenária. Seção IV. Dos Grupos Mistos. **Art. 12.** Os Grupos Mistos são compostos por: I – Delegado(a)s, devidamente credenciado(a)s, de SSIND., de delegado(a)s representativo(a)s do(a)s sindicalizado(a)s nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto e de delegado(a)s representativo(a)s do(a)s sindicalizado(a)s via Secretarias Regionais, todo(a)s com direito à voz e ao voto; II – Observador(a)s devidamente credenciado(a)s, de SSIND. e de sindicalizado(a)s via Secretaria Regional, com direito à voz; III – Diretor(a)s do ANDES-SINDICATO NACIONAL, com direito à voz; IV – Convidado(a)s, devidamente credenciado(a)s, com direito à voz. **Art. 13.** Cada Grupo Misto é composto por, no máximo, 20 (vinte) delegado(a)s e igual número de observador(a)s, em conformidade com o limite permitido pelo protocolo sanitário vigente no 40º CONGRESSO. § 1º Só poderá haver, no mesmo grupo, mais de um(a) delegado(a) de uma mesma Seção Sindical, ou mais de um(a) delegado(a) do(a)s sindicalizado(a)s de uma mesma Secretaria Regional, ou mais de um(a) delegado(a) representativo(a) do(a)s sindicalizado(a)s nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto, caso o respectivo número de delegado(a)s seja superior ao número de Grupos Mistos. Essa mesma regra se aplica ao(a)s observador(a)s. § 2º Os Grupos Mistos, ante a limitada disponibilidade de salas para realização do Congresso e a atenção aos protocolos sanitários, poderão ter números distintos de delegado(a)s e observador(a)s. **Art. 14.** Os Grupos Mistos são dirigidos por uma mesa coordenadora, composta por 1 (um/uma) coordenador(a), 1 (um/uma) relator(a) e 1 (um/uma) secretário(a). § 1º Os membros da mesa coordenadora são eleito(a)s pelo(a)s delegado(a)s componentes dos grupos. § 2º O(A) coordenador(a), relator(a) e o(a) secretário(a) da mesa coordenadora serão eleito(a)s entre o(a)s componentes dos Grupos Mistos. § 3º A qualquer momento, o(a)s delegado(a)s integrantes do grupo podem deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora, salvaguardando o disposto no parágrafo anterior. **Art. 15.** As reuniões dos Grupos Mistos terão início nos horários previstos no Cronograma do 40º CONGRESSO, observado o quórum de mais de 50% (cinquenta por cento) de delegado(a)s participantes do Grupo. § 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do Grupo, o quórum mínimo será de 30% (trinta por cento) de delegado(a)s participantes do Grupo. § 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, terão início os trabalhos com qualquer número de delegado(a)s presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista de presença e aberta a 2ª (segunda) lista. § 3º As deliberações só serão tomadas por mais da metade do(a)s delegado(a)s inscrito(a)s em cada Grupo Misto. **Art. 16.** Compete ao(a) coordenador(a) dirigir a reunião do Grupo Misto, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento. Parágrafo único. A Comissão Diretora do 40º CONGRESSO deverá recomendar um ordenamento da distribuição dos textos e do Anexo ao Caderno de Textos para o conjunto dos Grupos Mistos no sentido de buscar garantir que cada TR seja debatido em pelo menos um Grupo Misto do CONGRESSO. **Art. 17.** É de competência do(a) relator(a): I - elaborar o relatório da reunião do Grupo

de acordo com as normas deste regimento e com as instruções da Comissão Diretora; II - fazer constar do relatório o número de votos, texto completo das propostas surgidas no Grupo e a situação final de cada proposta submetida à deliberação; III - fazer constar os nomes completos do(a) coordenador(a), relator(a) e secretário(a) e seus contatos para casos de eventuais necessidades. **Art. 18.** Compete ao(à) secretário(a) auxiliar o(a) coordenador(a) e o(a) relator(a) em suas atividades. **Art. 19.** O(A)s relatore(a)s deverão concluir os relatórios digitados para entregar à Comissão Diretora dentro do prazo de duração dos Grupos Mistos. **Art. 20.** A consolidação dos Grupos Mistos será feita em reunião por membro(a)s da Comissão Diretora para tal designado(a)s, com auxílio do(a)s relatore(a)s dos diversos Grupos Mistos. **Art. 21.** Dos relatórios consolidados que serão apresentados às Plenárias do 40º CONGRESSO constam, necessariamente: I - as propostas aprovadas por maioria simples; II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos do(a)s delegado(a)s presentes em, pelo menos, um dos Grupos Mistos; III - as propostas de redação compatibilizadas pela Comissão Diretora e relatore(a)s. § 1º A Comissão Diretora poderá redigir e incluir no relatório sugestões de propostas decorrentes de sistematização ou consolidação das propostas oriundas dos Grupos Mistos, facilitando os trabalhos das Plenárias. Não poderão ser feitas propostas de acréscimo ou alteração para inclusão no relatório que não correspondam às propostas oriundas dos Grupos Mistos. § 2º O disposto neste artigo aplica-se às propostas das Plenárias dos temas II, III e IV do 40º CONGRESSO. **Art. 22.** O início e o encerramento das reuniões dos Grupos Mistos obedecerá, rigorosamente, aos horários previstos no cronograma do 40º CONGRESSO. **Art. 23.** As reuniões dos Grupos Mistos terão os seguintes temas e duração: I - do Tema II – Planos de Lutas dos Setores: 3 (três) horas; II - do Tema III – Plano Geral de Lutas: 7 (sete) horas, em dois turnos; III - do Tema IV – Questões Organizativas e Financeiras: 4 (quatro) horas. Seção V. Das Plenárias. **Art. 24.** As Plenárias são compostas por: I – Delegado(a)s de SSIND., de delegado(a)s representativo(a)s do(a)s sindicalizado(a)s nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto e de sindicalizado(a)s via Secretarias Regionais, devidamente credenciado(a)s, e pelo Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL, todo(a)s com direito à voz e ao voto; II - Observadore(a)s de SSIND. e de sindicalizado(a)s via Secretarias Regionais, devidamente credenciado(a)s, com direito à voz; III - Membros da Comissão Diretora com direito à voz; IV – Convidado(a)s, devidamente credenciado(a)s, a critério da Comissão Diretora, com direito à voz. **Art. 25.** As Plenárias do 40º CONGRESSO serão dirigidas por mesas coordenadoras cada qual composta por 1 (um/uma) presidente, 1 (um/uma) vice-presidente, 1 (um/uma) 1º (1ª) secretário(a) e 1 (um/uma) 2º (2ª) secretário(a). § 1º A Comissão Diretora indica, entre seus(suas) participantes, o(a)s componentes das mesas coordenadoras das Plenárias. § 2º A Plenária poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da mesa coordenadora, devendo o(a)s membro(a)s não pertencentes à Comissão Diretora do 40º CONGRESSO serem indicado(a)s pelo(a)s delegado(a)s presentes. § 3º As deliberações são adotadas por maioria simples – maior número de votos – do(a)s delegado(a)s presentes, ressalvado o disposto no Art. 21 do Estatuto do Sindicato. **Art. 26.** Compete à(o) presidente da mesa coordenadora: I - Preparar junto com o(a) 1º (1ª) secretário(a) a ordem dos trabalhos da Plenária; II - Dirigir a Plenária, orientando os debates e promovendo a votação de acordo com este Regimento. **Art. 27.** Compete à(o) vice-presidente da mesa coordenadora: I - Auxiliar o(a) presidente em suas atividades; II - Substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos. **Art. 28.** Compete à(o) 1º (1ª) secretário(a): I - Entregar o Relatório, digitado e na forma definitiva, à Comissão Diretora até 3 (três) dias após a conclusão da Plenária. **Art. 29.** Compete à(o) 2º (2ª) secretário(a): I - Auxiliar o(a) 1º(1ª) secretário(a) em suas

atividades; II - Elaborar a ata da Plenária; III - Entregar a ata, digitada e na forma definitiva, à Comissão Diretora até 3 (três) dias após a conclusão da Plenária. **Art. 30.** A duração de cada Plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte: I - As Plenárias de Abertura e de Instalação terão juntas 4 (quatro) horas e meia de duração, sendo realizadas no mesmo período; II - Plenária do Tema I: 4 (quatro) horas; III - Plenária do Tema II: 4 (quatro) horas; IV - Plenária do Tema III: 6 (seis) horas, em dois períodos; V - Plenária do Tema IV: 6 (seis) horas, em dois períodos; VI - Plenária de Encerramento: 2 (duas) horas. § 1º Cada Plenária, excetuada a de encerramento, poderá ser prorrogada por até 1(uma) hora; § 2º A Plenária do Tema I, destinada à discussão da Conjuntura e Movimento Docente, e a Plenária do Tema II, destinada à discussão dos Planos de Lutas dos Setores, que serão realizadas em um único período cada, ambas poderão ser prorrogadas por até 1 (uma) hora. § 3º As Plenárias dos Temas III, destinada à discussão do Plano Geral de Lutas, e Tema IV, destinada à discussão das Questões organizativas e financeiras, terão duas partes cada uma, podendo ser prorrogadas por até 1 (uma) hora, não ultrapassando o limite de 7 (sete) horas cada Plenária. § 4º A Plenária de Encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário, no máximo até às 23h59 do dia 31 de março de 2022. § 5º As Plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da Plenária anterior. § 6º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado neste artigo terão seu encaminhamento decidido pela Plenária de Encerramento. **Art. 31.** Compete à Plenária de Instalação: I - aprovar o regimento, o temário e o cronograma do 40º CONGRESSO; II - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do 40º CONGRESSO, de textos encaminhados após a publicação do Anexo ao Caderno de Textos deste evento; § 1º Os textos a serem submetidos à Plenária de Instalação, contendo elementos novos que tenham impacto na conjuntura e ainda não tenham sido contemplados no Caderno de Textos e no Anexo ao Caderno de Textos, deverão ser apresentados à Comissão Diretora, até uma hora antes do início da plenária. § 2º Caberá à Comissão Diretora verificar o atendimento do previsto no parágrafo 1º. § 3º Aos(Às) proponentes do texto cabe recurso da decisão da Comissão Diretora a ser apreciado na Plenária de Instalação. III - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao 40º CONGRESSO. IV - deliberar sobre os recursos necessários para o financiamento da participação de delegado(a)s representativo(a)s do(a)s sindicalizado(a)s, escolhido(a)s nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto. **Art. 32.** A verificação do quórum, no início da Plenária do 40º CONGRESSO, será feita por meio de ferramenta digital. § 1º A verificação de quórum, em qualquer momento do andamento da Plenária, será feita pela contagem do(a)s delegado(a)s mediante cartão de voto. § 2º Em caso de impossibilidade do uso de ferramenta digital para verificação do quórum inicial, esta será aferida por lista física de presença. Seção VI. Da Comissão de Enfrentamento ao Assédio. **Art. 33.** A Comissão será formada na Plenária de Instalação, sendo composta por 3 (três) membro(a)s da Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL e por 2 (dois) membro(a)s indicado(a)s pela Diretoria da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, que sedia o evento, devendo a mesma ser composta por, no mínimo, 3 (três) pessoas do sexo feminino. **Art. 34.** A Comissão de Enfrentamento ao Assédio tem como finalidade: I - receber representações de assédio praticado contra participantes e colaboradore(a)s dos eventos durante o período de sua realização; II – dar encaminhamento às representações recebidas no âmbito do 40º CONGRESSO; III – propor, em parceria com a Comissão Organizadora, estratégias educativas e de prevenção ao assédio e demais opressões. **Art. 35.** A Comissão divulgará durante o evento, o local e horário de atendimento e o fluxo a ser seguido para a realização da representação. **Art. 36.** Recebida a representação, a Comissão deve convidar o(a) representante e o(a)

representado(a) para uma reunião de oitiva, separadamente, registrando seus depoimentos em relatório assinado por cada uma das partes e pela Comissão. Parágrafo único: O depoimento poderá ser gravado com a concordância do(a) depoente. **Art. 37.** A Comissão poderá, como encaminhamento para cada representação: I – realizar orientações e intervenções educativas, separadamente, imediatamente após depoimento do(a) representante e do(a) representado(a); II – sugerir à Comissão Organizadora a aplicação de penalidades de advertência e de suspensão a sindicalizado(a)s, na forma do Art. 11 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL. III – Após a Plenária de Encerramento a Comissão enviará para a Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL um relatório com a descrição das representações, apuração e encaminhamentos. Parágrafo único. Se eventualmente o(a) representado(a) não for sindicalizado(a), a Comissão proporá outras medidas cabíveis para cada caso. Capítulo VI. Das Discussões e Votações. **Art. 38.** Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões (Grupos Mistos ou Plenárias), a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever na mesa coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições e/ou sorteio para contemplar a paridade de gênero, conforme definido pelo Grupo Misto ou Plenária. **Art. 39.** Para discussão de cada matéria, será estabelecido um período de tempo compatível com o atendimento da discussão de todas as matérias e o prazo de duração para o funcionamento do Grupo Misto ou da Plenária. § 1º O número de inscrições observará o prazo definido conforme expresso no *caput* deste artigo. § 2º O Grupo Misto ou a Plenária poderão deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou o encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão. **Art. 40.** As discussões e votações têm o seguinte procedimento: I - fase de discussão: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição; II - fase de encaminhamento de votação de cada proposta: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrito(a) em encaminhamentos contra e a favor, alternadamente e em igual número, com prévio conhecimento por parte da Plenária e do(a)s inscrito(a)s; III - fase de votação: por meio de levantamento do cartão de voto pelo(a)s delegado(a)s, de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação do Grupo Misto ou da Plenária. § 1º Na fase prevista no inciso II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor. § 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas Plenárias as seguintes propostas: a) aprovadas nos Grupos Mistos; b) minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos do(a)s delegado(a)s presentes em, pelo menos, um dos Grupos Mistos; c) oriundas dos Grupos Mistos e que resultem em sistematização no Plenário; d) sugeridas pela Comissão Diretora, conforme o inciso III do Art. 21. § 3º As propostas remetidas pelos Grupos Mistos para a Plenária só serão apreciadas nesta, quando tiverem sido aprovadas, ou obtidos 30% (trinta por cento) dos votos em, pelo menos, um Grupo. **Art. 41.** A apresentação de questão de ordem, pedido de esclarecimento e/ou questão de encaminhamento fica assim estabelecida: § 1º A questão de ordem deve ser utilizada para suscitar, em qualquer fase da Plenária e/ou Grupo Misto, dúvida a respeito de interpretação ou aplicação desse Regimento; dúvida sobre encaminhamento proposto pela Plenária ou membro(a)s do Grupo que não se relacionem com o tema em debate e/ou entrem em conflito com o Regimento do evento e/ou Estatuto do ANDES-SN e para propor o resgate do tema de forma a centrar no que está em debate no momento específico. A questão é decidida pela mesa coordenadora e/ou submetida a Plenária e/ou membro(a)s do Grupo Misto, e se aprovada deve ser apresentada no tempo de 1 (um) minuto. § 2º O pedido de esclarecimento pode ser solicitado em relação a uma proposta, questões de ordem, pauta, não podendo ser feito durante a intervenção de alguém ou durante o regime de votação. Deve ser apresentada no tempo de 1 (um) minuto. § 3º A

questão de encaminhamento pode ser feita no final dos pontos em discussão mediante apresentação de uma sugestão de condução sobre determinado ponto discutido. Deve ser apresentada no tempo de 1 (um) minuto. **Art. 42.** Os pedidos de esclarecimentos, e as questões de ordem e de encaminhamento, têm precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à Plenária. § 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e pedidos de esclarecimento. § 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, de encaminhamento e esclarecimento. **Art. 43.** As deliberações que impliquem alterações do estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL terão de ser aprovadas por mais de 50% (cinquenta por cento) do(a)s delegado(a)s inscrito(a)s no 40º CONGRESSO, conforme dispõe o § 1º do Art. 21 do Estatuto. Capítulo VII. Das Disposições Gerais e Finais. **Art. 44.** As propostas de moções devem ser enviadas por e-mail à secretaria do 40º CONGRESSO (secretaria@andes.org.br), até às 17 (dezesete) horas do dia 30 de março de 2022, endereçadas à Comissão Diretora, sendo especificado(a)s o(a)s proponentes e o(a)s destinatário(a)s, este(a)s último(a)s com endereço completo. § 1º As propostas de moções só poderão ser apresentadas por participantes do 40º CONGRESSO; sendo, neste caso, participantes aquele(a)s estabelecido(a)s nos termos do art. 4º e incisos deste Regimento. § 2º A Comissão Diretora deve divulgar à(o)s participantes do 40º CONGRESSO o teor das moções propostas até às 10 (dez) horas do dia 31 de março de 2022. § 3º Excepcionalmente, a critério da Plenária de Encerramento, podem ser acrescentadas e apreciadas outras moções, apresentadas até 30 (trinta) minutos antes do início dessa Plenária, cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto, cabendo à Comissão Diretora avaliar se atendem aos critérios estabelecidos. § 4º As propostas de moções das quais não constem o fato motivador, o(a)s destinatário(a)s com os respectivos endereços eletrônicos (e-mails) e o título, não serão recebidas para apreciação do 40º CONGRESSO. § 5º As propostas de moções cujos temas já tenham sido objeto de discussão nas instâncias do 40º CONGRESSO e que não foram aprovadas pela Plenária não serão acolhidas pelo CONGRESSO. **Art. 45.** As contagens de votos nas Plenárias serão efetuadas pelos integrantes da Comissão Diretora. **Art. 46.** Nos Grupos Mistos e nas Plenárias, só serão aceitas declarações de voto de delegado(a) que se abster no momento da votação, no tempo de 1 (um) minuto. § 1º Somente constarão da ata da sessão as declarações de votos feitas nas Plenárias, se apresentadas por escrito à mesa. § 2º Não cabe declaração de voto em votação referente às propostas de encaminhamento. **Art. 47.** A Diretoria terá como prazo máximo até o dia 1º de maio de 2022 para divulgar o relatório final do 40º CONGRESSO. **Art. 48.** A Comissão Organizadora do 40º Congresso irá estabelecer os protocolos de segurança sanitária a serem adotados durante o evento, aos quais estarão vinculado(a)s todo(a)s o(a)s participantes credenciado(a)s, trabalhador(a)s e prestador(a)s de serviço enquanto durar o Congresso. **Art. 49.** Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso à Plenária. **Art. 50.** Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do 40º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional. Porto Alegre (RS), 27 de março de 2022. **FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO. Proponente(s): Seção Sindical: Destinatário(a)(s): E-mail: Fato motivador da Moção: MOÇÃO DE ...** O(A)s delegado(a)s presentes ao 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), no período de 27 de março a 1º de abril de 2022, manifestam. Ato contínuo, foram apreciados o Cronograma e a Pauta do 40º Congresso, sobre os quais foi proposta alteração do horário de início da plenária do tema I, havendo uma primeira proposta apontando para as 16h30, como forma de preservar as duas horas para o almoço, o que

foi aprovado pela plenária conforme segue: PROPOSTA DE CRONOGRAMA E PAUTA PARA O 40º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL - Porto Alegre/RS, 27 de março a 1º de abril de 2022; Tema Central: A vida acima dos lucros: ANDES-SN 40 anos de luta! **CRONOGRAMA: 27 de março (domingo) MANHÃ** - 9h às 18h – Credenciamento; 10h30 às 13h - Plenária de Abertura - Plenária de Instalação – Aprovação do Regimento – Aprovação do Cronograma e Pauta, **TARDE** - 16h30 às 19h - Plenária do Tema I; **28 de março (segunda-feira) – MANHÃ** 9h às 12h - Grupo Misto Tema II – **TARDE** - 14h às 18h - Grupo Misto Tema III – **NOITE** - 18h30 às 21h30 - Grupo Misto Tema III - **29 de março (terça-feira) – MANHÃ** - 9h às 13h - Grupo Misto Tema IV - **TARDE** - 15h às 19h - Plenária do Tema II – **NOITE** – Livre - **30 de março (quarta-feira) – MANHÃ** 9h às 12h - Plenária do Tema III – **TARDE** - 14h às 17h - Plenária do Tema III – **NOITE** - 18h30 às 21h30 - Plenária do Tema IV - **31 de março (quinta-feira) – MANHÃ** 9h às 12h - Plenária do Tema IV – **TARDE** - 14h às 16h - Plenária de Encerramento *Podendo ser estendida até as 23h59 - **1º de abril - (sexta-feira)** 9h às 13h - Ato Público – **TARDE** – Livre – **NOITE** – Livre. Todos os horários referentes ao cronograma acompanham o horário de Brasília. **TEMÁRIO: Tema I** – Conjuntura e Movimento Docente. **Tema II** – Planos de Lutas dos Setores. **Tema III** – Plano Geral de Lutas. **Tema IV** – Questões Organizativas e Financeiras. Dando prosseguimento aos trabalhos, o diretor Gustavo Seferian apresentou a proposição do TEXTO 79 e justificou a excepcionalidade da proposição fora do prazo pela necessidade urgente de dois registros sobre seções sindicais, sendo o primeiro a dissolução da seção sindical dos docentes da Universidade Federal dos Vales do Jequetinhonha e Mucuri do ANDES-SN (ADOM SSind) e; o segundo, a alteração no Regimento da Seção Sindical dos Docentes da UNESPAR (SINDUNESPAR), sendo a inclusão do referido texto aprovada para deliberação pelo 40º CONGRESSO. Como último ato desta mesa foi sugerida pela professora Regina Ávila, coordenadora da mesa, a criação da Comissão de enfrentamento ao assédio, quando foram apresentados três nomes pela Diretoria Nacional, Zaira Valeska Dantas da Fonseca, Reinalda Souza Oliveira e Gustavo Seferian Scheffer Machado, e dois (duas) representantes foram indicado(a)s pela Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, Loiva Mara De Oliveira Machado e Guilherme Dornelas Camara. Concluída a apreciação da pauta e a Plenária e nada mais havendo a tratar, a secretária geral e coordenadora desta mesa, despediu-se do(a)s congressistas e deu por encerrada a Plenária de Instalação do 40º Congresso do ANDES-SN e eu, José Sávio da Costa Maia, 2º vice-presidente Regional Norte 1, que secretariei a plenária de instalação, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pela coordenadora desta mesa.

José Sávio da Costa Maia
2º Secretário

Milton Pinheiro
Presidente

CRONOGRAMA E PAUTA PARA O 40º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Porto Alegre/RS, 27 de março a 1º de abril de 2022

Tema Central: A vida acima dos lucros: ANDES-SN 40 anos de luta!

27 de março (domingo)	28 de março (segunda-feira)	29 de março (terça-feira)	30 de março (quarta-feira)	31 de março (quinta-feira)	1º de abril (sexta-feira)
<p>9h às 18h Credenciamento</p> <p>10h30 às 13h Plenária de Abertura Plenária de Instalação</p>	<p>9h às 12h Grupo Misto Tema II</p>	<p>9h às 13h Grupo Misto Tema IV</p>	<p>9h às 12h Plenária do Tema III</p>	<p>9h às 12h Plenária do Tema IV</p>	<p>9h às 13h Ato Público</p>
<p>9h às 18h Credenciamento</p> <p>16h30 às 19h Plenária do Tema I</p>	<p>14h às 18h Grupo Misto Tema III</p>	<p>15h às 19h Plenária do Tema II</p>	<p>14h às 17h Plenária do Tema III</p>	<p>14h às 16h Plenária de Encerramento <small>*Podendo ser estendida até as 23h59</small></p>	<p>Livre</p>
	<p>18h30 às 21h30 Grupo Misto Tema III</p>	<p>Livre</p>	<p>18h30 às 21h30 Plenária do Tema IV</p>		<p>Livre</p>

Pauta:

Tema I – Conjuntura e Movimento Docente.

Tema II – Planos de Lutas dos Setores.

Tema III – Plano Geral de Lutas.

Tema IV – Questões Organizativas e Financeiras.

REGIMENTO DO 40º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Capítulo I Do CONGRESSO

Art. 1º. Art. 1º. O 40º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SINDICATO NACIONAL, previsto no inciso I do Art. 13 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII do Art. 30 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL e organizado pela Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, reunir-se-á no período de 27 a 31 de março, com ato político em 1º de abril de 2022, na cidade de Porto Alegre (RS).

Parágrafo único. O Ato Público a ser realizado dia 1º de abril de 2022 integra a programação do 40º Congresso do ANDES-SN, ainda que realizado após a Plenária de Encerramento.

Art. 2º. O 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL tem como finalidade deliberar sobre a pauta aprovada em sua Plenária de Instalação, de acordo com o disposto no Art. 19 de seu Estatuto.

Capítulo II Das Atribuições

Art. 3º. As atribuições do 40º CONGRESSO são as dispostas no Art. 15 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Capítulo III Do(a)s Participantes

Art. 4º. São participantes do 40º CONGRESSO:

I – delegado(a)s devidamente credenciado(a)s, com direito à voz e ao voto;

a) um(a) delegado(a) de cada diretoria de seção sindical (SSIND.) (Art. 16, I do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

b) delegado(a)s de base de cada SSIND. (art. 16, inciso II do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, indicado(a)s em sistema de proporcionalidade fixado pelo § 1º do Art. 17 do Estatuto;

c) delegado(a)s representativo(a)s do(a)s sindicalizado(a)s via secretarias regionais (Art. 16, inciso III do Estatuto), indicado(a)s em proporção cumulativa, fixada pelo § 1º do art. 17;

d) delegado(a)s representativo(a)s do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do Art. 41, inciso VIII do Estatuto.

II – os membros da Comissão Organizadora e da Comissão Diretora do 40º CONGRESSO, com direito à voz;

III – o(a)s sindicalizado(a)s do ANDES-SINDICATO NACIONAL, devidamente credenciado(a)s como observador(a)s pela sua respectiva SSIND. e secretarias regionais, com direito à voz;

IV – o(a)s convidado(a)s pela Comissão Organizadora e Comissão Diretora, com direito à voz.

§1º O(A)s sindicalizado(a)s do ANDES-SINDICATO NACIONAL não poderão participar como convidado(a)s do 40º CONGRESSO, salvo na condição de pesquisador(a)s, participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos.

§2º O(A)s delegado(a)s, devidamente credenciado(a)s, só poderão ser substituído(a)s, durante a realização do 40º CONGRESSO, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar junto à comissão diretora a necessidade de ausentar-se definitivamente do 40º CONGRESSO;

b) haver suplentes de delegado(a)s indicado(a)s pelas assembleias das SSIND., e pelas assembleias do(a)s sindicalizado(a)s, via secretarias regionais, credenciado(a)s como observadore(a)s suplentes no 40º CONGRESSO;

c) quando o(a) delegado(a) de S. SIND. ou delegado(a) representativo(a) do(a)s sindicalizado(a)s via secretarias regionais, comprovadamente se ausentar definitivamente, sem providenciar a substituição, a comissão diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 5º. O(A) Presidente(a) do ANDES-SINDICATO NACIONAL preside o 40º CONGRESSO, com direito à voz e a voto em suas sessões, e os demais membros em exercício da Diretoria (art. 32, I, II, III e IV do Estatuto), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua regional (art. 32, V do Estatuto), participam com direito à voz.

Capítulo IV Do Credenciamento

Art. 6º. A ratificação do credenciamento do(a)s delegado(a)s e observadore(a)s das SSIND do ANDES-SINDICATO NACIONAL e do(a)s delegado(a)s representativo(a)s do(a)s sindicalizado(a)s, via secretarias regionais, ao 40º CONGRESSO será das 9 (nove) horas às 12 (doze) horas e das 14 (quatorze) horas às 18h (dezoito) horas do dia 27 de março de 2022, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela Plenária de Instalação.

§ 1º Não haverá recebimento da documentação necessária ao credenciamento no dia 27 de março de 2022, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela Plenária de Instalação.

§ 2º Para o credenciamento do(a)s delegado(a)s, será exigida ata (ou extrato) da assembleia geral que deliberou sobre sua escolha, com a respectiva lista de presença; comprovante de vacinação de todo(a)s o(a)s delegado(a)s e observadore(a)s e/ou observadore(a)s suplentes de delegado(a)s credenciado(a)s; Declaração de Compromisso de Testagem da Delegação. A documentação deverá ser enviada previamente, até às 23h59 do dia 28 de fevereiro de 2022 exclusivamente por meio do site <http://credenciamento.andes.org.br>.

§ 3º Para o credenciamento do(a)s observadore(a)s, será exigida ata (ou extrato) e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da SSIND. que o(a)s indicou. A documentação deverá ser enviada previamente, até às 23h59 do dia 28 de fevereiro de 2022 exclusivamente por meio do site <http://credenciamento.andes.org.br>.

§ 4º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade de documentos que credenciam o(a)s delegado(a)s e observadore(a)s de qualquer SSIND., mediante requerimento à comissão diretora.

§ 5º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados até o início da Plenária de Instalação, que deverá deliberar sobre o assunto até o seu final.

§ 6º Cada delegado(a) ou observador(a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e/ou votação, em cores diferentes.

§ 7º No caso de perda ou dano do cartão, só haverá substituição com autorização expressa da Plenária.

Capítulo V Do Funcionamento

Seção I Dos órgãos

Art. 7º. São órgãos do 40º CONGRESSO:

- I – Comissão Organizadora;
- II – Comissão Diretora;
- III – Grupos Mistos;
- IV – Plenárias;
- V – Comissão de Enfrentamento ao Assédio.

§ 1º A Comissão Organizadora será criada a partir da convocação do 40º CONGRESSO.

§ 2º A Comissão de Enfrentamento ao Assédio será criada na plenária de instalação do 40º CONGRESSO.

§ 3º Todos esses órgãos têm existência restrita ao período de sua realização, com exceção da Comissão Organizadora, que já iniciou seus trabalhos após a convocação do 40º CONGRESSO.

§ 4º O quórum mínimo para o funcionamento de cada órgão do 40º CONGRESSO é de mais de 50% (cinquenta por cento) de delegado(a)s com direito a voto.

§ 5º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos grupos mistos, o quórum de funcionamento se reduz para 30% (trinta por cento) de delegado(a)s com direito a voto.

§ 6º As deliberações só poderão ocorrer depois de verificado o quórum previsto no § 4º deste artigo.

Seção II Da Comissão Organizadora

Art. 8º. A Comissão Organizadora é constituída por 3 (três) representantes da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e por 4 (quatro) Diretores(a)s do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 9º. É de competência da Comissão Organizadora:

- I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 40º CONGRESSO;
- II - organizar, junto com a Comissão Diretora, a Plenária de Abertura do 40º CONGRESSO;
- III - realizar, junto com a Comissão Diretora, o credenciamento do(a)s participantes do 40º CONGRESSO.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão Organizadora cabe recurso à Comissão Diretora.

Seção III Da Comissão Diretora

Art. 10. A Comissão Diretora do 40º CONGRESSO é composta pelo(a)s Diretor(a)s do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 11. É de competência da Comissão Diretora:

- I - responsabilizar-se, junto com a Comissão Organizadora, pelo credenciamento do(a)s participantes do 40º CONGRESSO;

II - decidir e efetivar a substituição de delegado(a)s, de acordo com o disposto no § 2º, alíneas “a” e “c” do Art. 4º deste regimento, e anunciar a substituição do(a) delegado(a) ao 40º CONGRESSO;

III - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do 40º CONGRESSO, organizando o rateio entre as seções sindicais; SSINDs.

IV - elaborar a prestação de contas do 40º CONGRESSO para apreciação no próximo CONAD;

V - organizar e compor as mesas diretoras das Plenárias do 40º CONGRESSO;

VI - organizar a composição dos grupos mistos do 40º CONGRESSO em consonância com o disposto neste Regimento.

VII - responsabilizar-se, em conjunto com o(a)s relatore(a)s dos Grupos Mistos, pela consolidação dos relatórios dos diferentes grupos.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão Diretora cabe recurso à Plenária.

Seção IV Dos Grupos Mistos

Art. 12. Os Grupos Mistos são compostos por:

I – Delegado(a)s, devidamente credenciado(a)s, de SSIND., de delegado(a)s representativo(a)s do(a)s sindicalizado(a)s nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto e de delegado(a)s representativo(a)s do(a)s sindicalizado(a)s via Secretarias Regionais, todo(a)s com direito à voz e ao voto;

II – Observadore(a)s devidamente credenciado(a)s, de SSIND. e de sindicalizado(a)s via Secretaria Regional, com direito à voz;

III – Diretores(a)s do ANDES-SINDICATO NACIONAL, com direito à voz;

IV – Convidado(a)s, devidamente credenciado(a)s, com direito à voz.

Art. 13. Cada Grupo Misto é composto por, no máximo, 20 (vinte) delegado(a)s e igual número de observadore(a)s, em conformidade com o limite permitido pelo protocolo sanitário vigente no 40º CONGRESSO.

§ 1º Só poderá haver, no mesmo grupo, mais de um(a) delegado(a) de uma mesma Seção Sindical, ou mais de um(a) delegado(a) do(a)s sindicalizado(a)s de uma mesma Secretaria Regional, ou mais de um(a) delegado(a) representativo(a) do(a)s sindicalizado(a)s nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto, caso o respectivo número de delegado(a)s seja superior ao número de Grupos Mistos. Essa mesma regra se aplica ao(à)s observadore(a)s.

§ 2º Os Grupos Mistos, ante a limitada disponibilidade de salas para realização do Congresso e a atenção aos protocolos sanitários, poderão ter números distintos de delegado(a)s e observadore(a)s.

Art. 14. Os Grupos Mistos são dirigidos por uma mesa coordenadora, composta por 1 (um/uma) coordenador(a), 1 (um/uma) relator(a) e 1 (um/uma) secretário(a).

§ 1º Os membros da mesa coordenadora são eleito(a)s pelo(a)s delegado(a)s componentes dos grupos.

§ 2º O(A) coordenador(a), relator(a) e o(a) secretário(a) da mesa coordenadora serão eleito(a)s entre o(a)s componentes dos Grupos Mistos

§ 3º A qualquer momento, o(a)s delegado(a)s integrantes do grupo podem deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora, salvaguardando o disposto no parágrafo anterior.

Art. 15. As reuniões dos Grupos Mistos terão início nos horários previstos no Cronograma do 40º CONGRESSO, observado o quórum de mais de 50% (cinquenta por cento) de delegado(a)s participantes do Grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do Grupo, o quórum mínimo será de 30% (trinta por cento) de delegado(a)s participantes do Grupo.

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, terão início os trabalhos com qualquer número de delegado(a)s presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista de presença e aberta a 2ª (segunda) lista.

§ 3º As deliberações só serão tomadas por mais da metade do(a)s delegado(a)s inscrito(a)s em cada Grupo Misto.

Art. 16. Compete ao(à) coordenador(a) dirigir a reunião do Grupo Misto, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Parágrafo único. A Comissão Diretora do 40º CONGRESSO deverá recomendar um ordenamento da distribuição dos textos e do Anexo ao Caderno de Textos para o conjunto dos Grupos Mistos no sentido de buscar garantir que cada TR seja debatido em pelo menos um Grupo Misto do CONGRESSO.

Art. 17. É de competência do(a) relator(a):

I - elaborar o relatório da reunião do Grupo de acordo com as normas deste regimento e com as instruções da Comissão Diretora;

II - fazer constar do relatório o número de votos, texto completo das propostas surgidas no Grupo e a situação final de cada proposta submetida à deliberação.

III - fazer constar os nomes completos do(a) coordenador(a), relator(a) e secretário(a) e seus contatos para casos de eventuais necessidades.

Art. 18. Compete ao(à) secretário(a) auxiliar o(a) coordenador(a) e o(a) relator(a) em suas atividades.

Art. 19. O(A)s relatore(a)s deverão concluir os relatórios digitados para entregar à Comissão Diretora dentro do prazo de duração dos Grupos Mistos.

Art. 20. A consolidação dos Grupos Mistos será feita em reunião por membro(a)s da Comissão Diretora para tal designado(a)s, com auxílio do(a)s relatore(a)s dos diversos Grupos Mistos.

Art. 21. Dos relatórios consolidados que serão apresentados às Plenárias do 40º CONGRESSO constam, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos do(a)s delegado(a)s presentes em, pelo menos, um dos Grupos Mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela Comissão Diretora e relatore(a)s.

§ 1º A Comissão Diretora poderá redigir e incluir no relatório sugestões de propostas decorrentes de sistematização ou consolidação das propostas oriundas dos Grupos Mistos, facilitando os trabalhos das Plenárias. Não poderão ser feitas propostas de acréscimo ou alteração para inclusão no relatório que não correspondam às propostas oriundas dos Grupos Mistos.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às propostas das Plenárias dos temas II, III e IV do 40º CONGRESSO.

Art. 22. O início e o encerramento das reuniões dos Grupos Mistos obedecerá, rigorosamente, aos horários previstos no cronograma do 40º CONGRESSO.

Art. 23. As reuniões dos Grupos Mistos terão os seguintes temas e duração:

I - do Tema II – Planos de Lutas dos Setores: 3 (três) horas;

II - do Tema III – Plano Geral de Lutas: 7 (sete) horas, em dois turnos;

III - do Tema IV – Questões Organizativas e Financeiras: 4 (quatro) horas.

Seção V Das Plenárias

Art. 24. As Plenárias são compostas por:

I – Delegado(a)s de SSIND., de delegado(a)s representativo(a)s do(a)s sindicalizado(a)s nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto e de sindicalizado(a)s via Secretarias Regionais, devidamente credenciado(a)s, e pelo Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL, todo(a)s com direito à voz e ao voto;

II - Observadore(a)s de SSIND. e de sindicalizado(a)s via Secretarias Regionais, devidamente credenciado(a)s, com direito à voz;

III - Membros da Comissão Diretora com direito à voz;

IV – Convidado(a)s, devidamente credenciado(a)s, a critério da Comissão Diretora, com direito à voz.

Art. 25. As Plenárias do 40º CONGRESSO serão dirigidas por mesas coordenadoras cada qual composta por 1 (um/uma) presidente, 1 (um/uma) vice-presidente, 1 (um/uma) 1º (1ª) secretário(a) e 1 (um/uma) 2º (2ª) secretário(a).

§ 1º A Comissão Diretora indica, entre seus(suas) participantes, o(a)s componentes das mesas coordenadoras das Plenárias.

§ 2º A Plenária poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da mesa coordenadora, devendo o(a)s membro(a)s não pertencentes à Comissão Diretora do 40º CONGRESSO serem indicado(a)s pelo(a)s delegado(a)s presentes.

§ 3º As deliberações são adotadas por maioria simples – maior número de votos – do(a)s delegado(a)s presentes, ressalvado o disposto no Art. 21 do Estatuto do Sindicato.

Art. 26. Compete à(o) presidente da mesa coordenadora:

I - Preparar junto com o(a) 1º (1ª) secretário(a) a ordem dos trabalhos da Plenária;

II - Dirigir a Plenária, orientando os debates e promovendo a votação de acordo com este Regimento.

Art. 27. Compete à(o) vice-presidente da mesa coordenadora:

I - Auxiliar o(a) presidente em suas atividades;

II - Substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28. Compete à(o) 1º (1ª) secretário(a):

I - Entregar o Relatório, digitado e na forma definitiva, à Comissão Diretora até 3 (três) dias após a conclusão da Plenária.

Art. 29. Compete à(o) 2º (2ª) secretário(a):

I - Auxiliar o(a) 1º(1ª) secretário(a) em suas atividades;

II - Elaborar a ata da Plenária;

III - Entregar a ata, digitada e na forma definitiva, à Comissão Diretora até 3 (três) dias após a conclusão da Plenária.

Art. 30. A duração de cada Plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

I - As Plenárias de Abertura e de Instalação terão juntas 4 (quatro) horas e meia de duração, sendo realizadas no mesmo período;

II - Plenária do Tema I: 4 (quatro) horas;

III - Plenária do Tema II: 4 (quatro) horas;

IV - Plenária do Tema III: 6 (seis) horas, em dois períodos;

V - Plenária do Tema IV: 6 (seis) horas, em dois períodos;

VI - Plenária de Encerramento: 2 (duas) horas.

§ 1º Cada Plenária, excetuada a de encerramento, poderá ser prorrogada por até 1(uma) hora;

§ 2º A Plenária do Tema I, destinada à discussão da Conjuntura e Movimento Docente, e a Plenária do Tema II, destinada à discussão dos Planos de Lutas dos Setores, que serão realizadas em um único período cada, ambas poderão ser prorrogadas por até 1 (uma) hora.

§ 3º As Plenárias dos Temas III, destinada à discussão do Plano Geral de Lutas, e Tema IV, destinada à discussão das Questões organizativas e financeiras, terão duas partes cada uma, podendo ser prorrogadas por até 1 (uma) hora, não ultrapassando o limite de 7 (sete) horas cada Plenária

§ 4º A Plenária de Encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário, no máximo até às 23h59 do dia 31 de março de 2022.

§ 5º As Plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da Plenária anterior.

§ 6º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado neste artigo terão seu encaminhamento decidido pela Plenária de Encerramento.

Art. 31. Compete à Plenária de Instalação:

I - aprovar o regimento, o temário e o cronograma do 40º CONGRESSO;

II - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do 40º CONGRESSO, de textos encaminhados após a publicação do Anexo ao Caderno de Textos deste evento;

§ 1º Os textos a serem submetidos à Plenária de Instalação, contendo elementos novos que tenham impacto na conjuntura e ainda não tenham sido contemplados no Caderno de Textos e no Anexo ao Caderno de Textos, deverão ser apresentados à Comissão Diretora, até uma hora antes do início da plenária.

§ 2º Caberá à Comissão Diretora verificar o atendimento do previsto no parágrafo 1º.

§ 3º Aos(Às) proponentes do texto cabe recurso da decisão da Comissão Diretora a ser apreciado na Plenária de Instalação.

III - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao 40º CONGRESSO.

IV - deliberar sobre os recursos necessários para o financiamento da participação de delegado(a)s representativo(a)s do(a)s sindicalizado(a)s, escolhido(a)s nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto.

Art. 32. A verificação do quórum, no início da Plenária do 40º CONGRESSO, será feita por meio de ferramenta digital.

§ 1º A verificação de quórum, em qualquer momento do andamento da Plenária, será feita pela contagem do(a)s delegado(a)s mediante cartão de voto.

§ 2º Em caso de impossibilidade do uso de ferramenta digital para verificação do quórum inicial, esta será aferida por lista física de presença.

Seção VI
Da Comissão de Enfrentamento ao Assédio

Art. 33. A Comissão será formada na Plenária de Instalação, sendo composta por 3 (três) membro(a)s da Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL e por 2 (dois) membro(a)s indicado(a)s pela Diretoria da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, que sedia o evento, devendo a mesma ser composta por, no mínimo, 3 (três) pessoas do sexo feminino.

Art. 34. A Comissão de Enfrentamento ao Assédio tem como finalidade:

I - receber representações de assédio praticado contra participantes e colaboradore(a)s dos eventos durante o período de sua realização;

II – dar encaminhamento às representações recebidas no âmbito do 40º CONGRESSO;

III – propor, em parceria com a Comissão Organizadora, estratégias educativas e de prevenção ao assédio e demais opressões.

Art. 35. A Comissão divulgará durante o evento, o local e horário de atendimento e o fluxo a ser seguido para a realização da representação.

Art. 36. Recebida a representação, a Comissão deve convidar o(a) representante e o(a) representado(a) para uma reunião de oitiva, separadamente, registrando seus depoimentos em relatório assinado por cada uma das partes e pela Comissão.

Parágrafo único: O depoimento poderá ser gravado com a concordância do(a) depoente.

Art. 37. A Comissão poderá, como encaminhamento para cada representação:

I – realizar orientações e intervenções educativas, separadamente, imediatamente após depoimento do(a) representante e do(a) representado(a);

II – sugerir à Comissão Organizadora a aplicação de penalidades de advertência e de suspensão a sindicalizado(a)s, na forma do Art. 11 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

III – Após a Plenária de Encerramento a Comissão enviará para a Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL um relatório com a descrição das representações, apuração e encaminhamentos.

Parágrafo único. Se eventualmente o(a) representado(a) não for sindicalizado(a), a Comissão proporá outras medidas cabíveis para cada caso.

Capítulo VI
Das Discussões e Votações

Art. 38. Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões (Grupos Mistos ou Plenárias), a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever na mesa coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições e/ou sorteio para contemplar a paridade de gênero, conforme definido pelo Grupo Misto ou Plenária.

Art. 39. Para discussão de cada matéria, será estabelecido um período de tempo compatível com o atendimento da discussão de todas as matérias e o prazo de duração para o funcionamento do Grupo Misto ou da Plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido conforme expresso no *caput* deste artigo.

§ 2º O Grupo Misto ou a Plenária poderão deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou o encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 40. As discussões e votações têm o seguinte procedimento:

I - fase de discussão: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de votação de cada proposta: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrito(a) em encaminhamentos contra e a favor, alternadamente e em igual número, com prévio conhecimento por parte da Plenária e do(a)s inscrito(a)s;

III - fase de votação: por meio de levantamento do cartão de voto pelo(a)s delegado(a)s, de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação do Grupo Misto ou da Plenária.

§ 1º Na fase prevista no inciso II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor.

§ 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas Plenárias as seguintes propostas:

a) aprovadas nos Grupos Mistos;

b) minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos do(a)s delegado(a)s presentes em, pelo menos, um dos Grupos Mistos;

c) oriundas dos Grupos Mistos e que resultem em sistematização no Plenário;

d) sugeridas pela Comissão Diretora, conforme o inciso III do Art. 21.

§ 3º As propostas remetidas pelos Grupos Mistos para a Plenária só serão apreciadas nesta, quando tiverem sido aprovadas, ou obtidos 30% (trinta por cento) dos votos em, pelo menos, um Grupo.

Art. 41. A apresentação de questão de ordem, pedido de esclarecimento e/ou questão de encaminhamento fica assim estabelecida:

§ 1º A questão de ordem deve ser utilizada para suscitar, em qualquer fase da Plenária e/ou Grupo Misto, dúvida a respeito de interpretação ou aplicação desse Regimento; dúvida sobre encaminhamento proposto pela Plenária ou membro(a)s do Grupo que não se relacionem com o tema em debate e/ou entrem em conflito com o Regimento do evento e/ou Estatuto do ANDES-SN e para propor o resgate do tema de forma a centrar no que está em debate no momento específico. A questão é decidida pela mesa coordenadora e/ou submetida a Plenária e/ou membro(a)s do Grupo Misto, e se aprovada deve ser apresentada no tempo de 1 (um) minuto.

§ 2º O pedido de esclarecimento pode ser solicitado em relação a uma proposta, questões de ordem, pauta, não podendo ser feito durante a intervenção de alguém ou durante o regime de votação. Deve ser apresentada no tempo de 1 (um) minuto.

§ 3º A questão de encaminhamento pode ser feita no final dos pontos em discussão mediante apresentação de uma sugestão de condução sobre determinado ponto discutido. Deve ser apresentada no tempo de 1 (um) minuto.

Art. 42. Os pedidos de esclarecimentos, e as questões de ordem e de encaminhamento, têm precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à Plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e pedidos de esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, de encaminhamento e esclarecimento.

Art. 43. As deliberações que impliquem alterações do estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL terão de ser aprovadas por mais de 50% (cinquenta por cento) do(a)s delegado(a)s inscrito(a)s no 40º CONGRESSO, conforme dispõe o § 1º do Art. 21 do Estatuto.

Capítulo VII Das Disposições Gerais e Finais

Art. 44. As propostas de moções devem ser enviadas por e-mail à secretaria do 40º CONGRESSO (secretaria@andes.org.br), até às 17 (dezessete) horas do dia 30 de março de 2022, endereçadas à Comissão Diretora, sendo especificado(a)s o(a)s proponentes e o(a)s destinatário(a)s, este(a)s último(a)s com endereço completo.

§ 1º As propostas de moções só poderão ser apresentadas por participantes do 40º CONGRESSO; sendo, neste caso, participantes aquele(a)s estabelecido(a)s nos termos do art. 4º e incisos deste Regimento.

§ 2º A Comissão Diretora deve divulgar à(o)s participantes do 40º CONGRESSO o teor das moções propostas até às 10 (dez) horas do dia 31 de março de 2022.

§ 3º Excepcionalmente, a critério da Plenária de Encerramento, podem ser acrescentadas e apreciadas outras moções, apresentadas até 30 (trinta) minutos antes do início dessa Plenária, cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto, cabendo à Comissão Diretora avaliar se atendem aos critérios estabelecidos.

§ 4º As propostas de moções das quais não constem o fato motivador, o(a)s destinatário(a)s com os respectivos endereços eletrônicos (e-mails) e o título, não serão recebidas para apreciação do 40º CONGRESSO.

§ 5º As propostas de moções cujos temas já tenham sido objeto de discussão nas instâncias do 40º CONGRESSO e que não foram aprovadas pela Plenária não serão acolhidas pelo CONGRESSO.

Art. 45. As contagens de votos nas Plenárias serão efetuadas pelos integrantes da Comissão Diretora.

Art. 46. Nos Grupos Mistos e nas Plenárias, só serão aceitas declarações de voto de delegado(a) que se abster no momento da votação, no tempo de 1 (um) minuto.

§ 1º Somente constarão da ata da sessão as declarações de votos feitas nas Plenárias, se apresentadas por escrito à mesa.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente às propostas de encaminhamento.

Art. 47. A Diretoria terá como prazo máximo até o dia 1º de maio de 2022 para divulgar o relatório final do 40º CONGRESSO.

Art. 48. A Comissão Organizadora do 40º Congresso irá estabelecer os protocolos de segurança sanitária a serem adotados durante o evento, aos quais estarão vinculado(a)s todo(a)s o(a)s participantes credenciado(a)s, trabalhadore(a)s e prestadore(a)s de serviço enquanto durar o Congresso.

Art. 49. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso à Plenária.

Art. 50. Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do 40º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional.

Porto Alegre (RS), 27 de março de 2022.

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponente(s):

Seção Sindical:

Destinatário(a)(s):

E-mail:

Fato motivador da Moção:

MOÇÃO DE

O(A)s delegado(a)s presentes ao 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), no período de 27 de março a 1º de abril de 2022, manifestam

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA I DO 40º CONGRESSO DO ANDES-SN – CONJUNTURA E MOVIMENTO DOCENTE

Às 16 horas do dia 27 de Março de 2022, no Auditório Araujo Viana, situado na Avenida Osvaldo Aranha, Parque Redenção, na cidade de Porto Alegre. Após confirmação de quórum regimental de 272 delegado(a)s, foi aberta a Plenária do Tema I – Conjuntura e Movimento Docente. A mesa foi composta pela professora Jennifer Susan Webb Santos, presidente; pelo professor Markos Klemz Guerrero, vice-presidente da mesa; pela professora Ana Lúcia Silva Gomes, primeira secretária da mesa e pela professora Raquel de Brito Sousa, segunda secretária. A presidente saudou à(o)s presentes, em seguida apresentou a composição da mesa e a metodologia da plenária. Foram debatidos, nesta plenária, 14 textos de conjuntura, todos do Caderno de Textos: **Texto 1** – Conjuntura e Movimento Docente - *Diretoria do ANDES-SN*; **Texto 2** – Fortalecer a CSP-Conlutas e construir um polo socialista e revolucionário como uma alternativa política da classe trabalhadora na luta por um governo socialista dos trabalhadores. - *Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Adriano Severo Figueiró (SEDUFMS), Carmem Dickow Cardoso (SEDUFMS), Fabiane Adela Tonetto Costas (SEDUFMS), Gianfábio Pimentel Franco (SEDUFMS), Gihad Mohamad (SEDUFMS), Graziela Lucci de Angelo (SEDUFMS), Hugo Gomes Blois Filho (SEDUFMS), João Carlos Gilli Martins (SEDUFMS), Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS), Luciana Menezes Carvalho (SEDUFMS), Luis Eduardo de Souza Robaina (SEDUFMS), Maristela da Silva Souza (SEDUFMS), Rondon Martim Souza de Castro (SEDUFMS)*; **Texto 3** – *Em defesa da vida, para além do capital - Contribuição da(o)s sindicalizada(o)s: Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP), Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP), Alexandre Macedo (ADUFPA), André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP), Antonia Costa Andrade (SINDUFAP), Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFPA), Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP), Beatriz Franchini (ADUFPEL), Carlos Costa (ADCESP), Carlos Rinaldo Nogueira Martins (SINDUFAP), Cássio Alves (APUFPR), Celeste Pereira (ADUFPEL), Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE), Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES), Ceres Torres (ADUFPEL), Claudia March (ADUFF), David Junior de Souza Silva (SINDUFAP), Diana Regina dos Santos Alves Ferreira (SINDUFAP), Elaine da Silva Neves (ADUFPEL), Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE), Eliane Fazolo (ADUR-RJ), Epiácio Macário Moura (SINDUECE), Erlenias Sobral do Vale (SINDUECE), Fabiola Kato (ADUFPA), Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG), Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE), Francisco Santiago (SINDUFAP), Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFBA), Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL), Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR), Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP), Janete Brito (ADCESP), José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL), José dos Santos Souza (ADUR-RJ), José Raphael Bokehi (ADUFF), Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP), Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ), Lorena Moraes (ADCESP), Lúcia Izabel Silva (ADUFPA), Luciano Coutinho (ADUFRJ), Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE), Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL), Luiz Paiva Carapeto (ADUFPEL), Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ), Maria Angélica da Gama Caral Coutinho (ADUR-RJ), Maria da Conceição Rosa Cabral (ADUFPA), Maria da Conceição dos Santos Costa (ADUFPA), Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP), Maria Edilene S. Ribeiro (ADUFPA), María Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS), Maria Isabel Duarte Rodrigues (ADUFPA), Maria Suely Soares (APUFPR), Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA), Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ), Marise Fonseca dos Santos (APUFPR), Milane de Souza Leite (ADUR-RJ), Milena Martinez (APUFPR), Olgaíses Maués (ADUFPA), Omar Albomoz (ADCESP), Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP), Raquel Angela Speck (APUFPR), Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPA), Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA), Rosângela Assunção (ADCESP), Rosely Cabral Giordano (ADUFPA), Sandra Alessi (APUFPR), Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP), Sônia Maria Araújo ((ADUFPA), Sônia Regina*

Teixeira (ADUFPA), Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP), Valdelaine Mendes (ADUFPEL), Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA), Vilson Aparecido da Mata (APUFPR), Viviane Narvaes (ADUNIRIO), Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA), Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP); **Texto 4** – Fora Bolsonaro! Revogar as contrarreformas! Reajuste salarial e recomposição orçamentária! Retorno presencial com segurança! - *Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Kátia De Araújo Lima Vallina (ADUA), Marcelo Vallina (ADUA), Valmiene Farias (ADUA), José Humberto Michiles (ADUA), Elciclei Faria Dos Santos (ADUA), Maria Rosária Do Carmo (ADUA), José Alcimar de Oliveira (ADUA), Antonio José Vale da Costa (ADUA), Aldair Oliveira De Andrade (ADUA), Ana Lúcia Silva Carneiro (Aposentado/ADUFPA), Edivania Santos Alves (ADUFPA), Ailton Lima (ADUFPA), Isis Abel Bezerra (ADUFPA), Edna Campos (Aposentada/ADUFPA), Fátima Moreira (ADUFPA), Dalva de Cássia Sampaio dos Santos (ADUFPA), Walter Chile (ADUFPA), Emerson Monte (SINDUEPA), Diana Lemes (SINDUEPA), João Colares (SINDUEPA), Sueli Pinheiro (SINDUEPA), Zaira Fonseca (SINDUEPA), Micael Carvalho dos Santos (APRUMA), Saulo Barros da Costa (APRUMA), Antonio Gonçalves Filho (APRUMA), Silvana Martins Araújo (APRUMA), Cacilda Rodrigues Cavalcanti (APRUMA), Maria da Glória Serra Pinto de Alencar (APRUMA), Ilse Gomes Silva (APRUMA), Bartolomeu Rodrigues Mendonça (APRUMA), Luiz Eduardo Neves dos Santos (APRUMA), Diana Costa Diniz (APRUMA), Célia Soares Martins (APRUMA), Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior (APRUMA), Lila Cristina Xavier Luz (ADUFPI), Francisca Maria Cosme de Carvalho (ADUFPI), Francisco Williams de Assis Soares Gonçalves (ADUFPI), Marta Maria Azevedo Queiroz (ADUFPI), André Lima Sousa (SINDUECE), José Ernandi Mendes (SINDUECE), Lena Lúcia Espíndola Rodrigues Figueredo (SINDUECE), Lúcia Helena de Brito (SINDUECE), Nilson de Souza Cardoso (SINDUECE), Pedro Wilson Oliveira da Costa Júnior (SINDUECE), Raquel Dias Araújo (SINDUECE), Sandra Maria Gadelha de Carvalho (SINDUECE), Virgínia Márcia Assunção Viana (SINDUECE), Antonio Gautier Farias Falconieri (ADUERN), Flávia Spinelli Braga (ADUERN), Lemuel Rodrigues da Silva (ADUERN), Mauriene Silva de Freitas (ADUEPB), Nelson Junior (ADUEPB), Marcio Bernardino da Silva (ADUFPB), Leônidas de Santana Marques (ADUFAL), Suzana Maria Barrios Luís (ADUFAL), Tiago Leandro da Cruz Neto (ADUFAL), Suzana Santos Libardi (ADUFAL), Maria Betânia Gomes da Silva (ADUFAL), Fernando Medeiros (ADUFAL), Flávio Domingos (ADUFAL), Lucas Gama Lima (ADUFAL), Neila Reis (ADUFAL), Otávio Cabral (ADUFAL), Aruã Silva de Lima (ADUFAL), Osvaldo Maciel (ADUFAL), Marcos Antônio da Silva Pedroso (ADUFS), Saulo Henrique Souza Silva (ADUFS), Benedito Carlos Caires Libório Araújo (ADUFS), Abraão Penha (ADUNEB), Camila Oliver (ADUNEB), Caroline Lima (ADUNEB), Jamile Silveira (ADUNEB), Célia Santana (ADUNEB), Celso Silva (ADUNEB), Francisco Cancela (ADUNEB), Carmen Sá (ADUNEB), Tadeu Belo (ADUNEB), Mirian Brito (ADUNEB), Nildo Mascarenhas (ADUNEB), Nora Oliveira (ADUNEB), Alexandre Galvão (ADUSB), Suzane Tosta (ADUSB), Iracema Lima (ADUSB), Jânio Roberto Diniz dos Santos (ADUSB), Paulo Araquem Ramos Cairo (ADUSB), Sérgio Luiz Carmelo Barroso (ADUSB), Edilson Ferreira Batista (ADUSB), Andréa Gomes da Silva (ADUSB), Patricia Araujo de Abreu Cara (ADUSB), Aroldo Félix de Azevedo Júnior (APUR), Erlando Rêses (ADUNB), Thiago Melo (ADUNB), Lúcia Lopes (ADUNB), Muna Muhammad Odeh (ADUNB), Sadi Dal Rosso (ADUNB), Taise Negreiros (ADUNB), Edson Marcelo Hungaro (ADUNB), Pedro Costa (ADUNB), Carlos Lima (ADUNB), Mauricio Alves da Silva (SESDUFT), Luiz Augusto Mazzarolo (SESDUFT), Gilberto Correia da Silva (APUG), Joel Moisés Silva Pinho (APUG), Paulo Henrique Costa Mattos (APUG), Flávio Sofiat (ADUFG), Alcides Pontes Remijo (ADUFG), Fabiana Itaci Araujo (ADUFG), Gardenia Furtado Lemos (ADUFG), Livia Gomes dos Santos (ADUFG), Gene Lyra (ADUFG), Jacqueline Rodrigues de Lima (ADUFG), Henrique Lemos (ADUFG), Fernando Lacerda (ADUFG), André Felipe Soares de Arruda (ADCAJ), Michele Silva Sacardo (ADCAJ), Silvia Sobral Costa (ADCAJ), Helga Martins de Paula (ADCAJ), Carla Benitez Martins (ADCAJ), Leonardo Santos (ADUFMAT), Paula Gonçalves Alves (ADUFMAT), Haya del*

*Bel (ADUFMAT), Maelison Silva (ADUFMAT), Breno Santos (ADUFMAT), Bruno Souza Bechara Maxta (APUBH), Deise Luiza Ferraz (APUBH), Tarcila Mantovan Atolini (ADUFVJM), Anielli Fabiula Gavioli Lemes (ADUFVJM) e Aline Faé Stocco (ADUFVJM), Rubens Luiz Rodrigues (APES), Marina Barbosa Pinto (APES), Lorene Figueiredo (APES), Augusto Cerqueira (APES) Leonardo Andrada (APES), Clarissa Rodrigues (ADUFOP), Kathiúça Bertollo (ADUFOP), Rodrigo Fernandes Ribeiro (ADUFOP), Rodrigo Nogueira (ADUFOP), Bernardete Gomes Mian (ADUFES), José Antônio da Rocha Pinto (ADUFES), Leonardo de Resende Dutra (ADUFES), Ricardo Roberto Behr (ADUFES), Eblin Farage (ADUFF), Arley Costa (ADUFF), Sonia Lucio R. de Lima (ADUFF), João Claudino Tavares (ADUFF), Kate Lane (ADUFF), Victor Leonardo Figueiredo Carvalho de Araújo (ADUFF), Carlos Augusto Aguilar Júnior (ADUFF), Susana Maria Maia (ADUFF), Ana Claudia Cruz da Silva (ADUFF), Marina Tedesco (ADUFF), Wanderson Melo (ADUFF), Ramiro M. Dulcich (ADUFF), Edson Teixeira (ADUFF), Jaqueline Botelho (ADUFF), Douglas Barbosa (ADUFF), Felipe Brito (ADUFF), Antoniana Defilippo (ADUFF), Ana Livia Adriano (ADUFF), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (ADUFF), Bianca Novaes de Mello (ADUFF), Juarez Duayer (ADUFF), Maria Raquel Garcia (ADUENF), Luciane Silva (ADUENF), Carlos Carvalho (ADUENF), Ricardo Nobrega (ADUENF), Claudia Lino Piccinini (ADUFRJ), Cleusa Santos (ADUFRJ), Cristina Miranda (ADUFRJ), Filipe Boechat (ADUFRJ), José Miguel Bendrao Saldanha (ADUFRJ), Luciana Boiteux (ADUFRJ), Luis Eduardo Acosta (ADUFRJ), Markos Klemz Guerrero (ADUFRJ), Mariana Trotta (ADUFRJ), Roberto Leher (ADUFRJ), Rogéria de Ipanema (ADUFRJ), Simone de Alencastre Rodrigues (ADUFRJ), Thais Motta (ADUFRJ), Renata Flores (ADUFRJ), Eunice Bomfim Rocha (ADUFRJ), Dan Gabriel D'Onofre (ADUR RJ), Altemir José Borges (SINDUTF-PR), Hilbeth Azikri (SINDUTF-PR), Silvana Heidemann Rocha (SINDUTF-PR), André Rosa Gomes (ADUA), Ana Cristina Belarmino de Oliveira (ADUA), Francisco Jacob Paiva da Silva (ADUA), Lino João de Oliveira Neves (ADUA), Lucas Milhomens (ADUA), Adriane Lima (ADUFPA) José Queiroz Martins (SINDOIF), Milena Silvester Quadros (SINDOIF), Cleiton Luís Freitas de Oliveira (SINDOIF), Guilherme Dornelas Câmara (UFRGS-SSind). **Texto 5** – Derrotar o bolsonarismo e resgatar o ANDES-SN – autônomo, classista e combativo - *Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s:* Adriano Vitti Mota (ADUFR), Albany Mendonça (APUR), Aloísio Soares Ferreira (ASPUV), Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCefet/MG), Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV), Angelica Lovatto (ADUNESP), Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP), Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU), Antônio Luís de Andrade – Tato (ADUNESP), Antônio José Mahyé Nunes (ADUR-RJ-), Bráulio Silva Chaves (SINDCefet/MG), Célia Regina Otranto (ADUR-RJ), Cícera Vanessa Maia (SINDCefet/MG), Claudete Sales Sampaio (ADUFS), Dayse Iara dos Santos (ADUNESP), Dilenno Dustan (APES/JF), Fábria Barboza Heluy Caram (SINDCefet/MG), Fábio Kazuo Ocada (ADUNESP), Fernando Ramalho Martins (ADUNESP), Francisco Carlos Duarte Vitória (ADUFPel), Gabriel Munhoz Palafox (ADUFU), Igor Mota Morici (SINDCefet/MG.), Janete Luzia Leite (ADUFRJ), João da Costa Chaves Júnior (ADUNESP), José Domingues Godoi Filho (ADUFMAT), Juliana Barbosa de Segadas Vianna (ADUR-RJ), Lúcia Emília Letro Ribeiro (SINDCefet/MG), Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ), Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ), Márcio Pereira da Silva (ADUNESP), Maria das Graças Soares Floresta (ASPUV), Marisol Valencia (ADUR-RJ), Milney Chasin (SINDCefet/MG.), Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP), Monica Pirozi (ASPUV), Oneize Amoras de Araújo (ADUFS), Samuel França Alves (SINDCefet/MG), Sueli Guadalupe de Lima (ADUNESP), Zenilde Moreira (ADUFERPE). **Texto 6** – Crise econômica e pandêmica: capitalismo descarrega sua crise sobre as costas dos trabalhadores e as direções sindicais e políticas colaboram com capitalistas e governos - *Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s:* Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), André Moreira Bordinhon (ADUA), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Elis Regina Fernandes Alves (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando Cesar Paulino Pereira (ADCAC), Lorena Ferreira Portes (SINDIPROL/ADUEL),*

Lourival Felix (SESDUEM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE), Valdir Anhuchi (SINDIPROL/ADUEL) e Viviane Vidal da Silva (ADUA); **Texto 7** - Crise estrutural do capitalismo: sim ou ainda não? Bolsonaro: destruição em curso das conquistas da classe trabalhadora no pano de fundo das eleições de 2022? - *Contribuição da Assembleia da ADUSC*; **Texto 8** – Contra a barbárie do capital, avançar na luta além da conjuntura e com um programa socialista - *Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s*: Aderaldo Alexandrino de Freitas (ADUFERPE), Alyne Sousa (SINDIFPI), Antonio Rodrigues Belon (ADUFMS), Argus Vasconcelos de Almeida (ADUFERPE), Catarina Malcher Teixeira (APRUMA), Claudia Alves Durans (APRUMA), Franci Gomes Cardoso (APRUMA), Gelta Xavier (ADUFF), Geraldo Carvalho (ADUFPI), Gihad Mohamad (SEDUFMS), Graziela Lucci de Angelo (SEDUFMS), Helio Cabral Lima (ADUFERPE), Hélvio Mariano (ADUNICENTRO), Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT), João Carlos Gilli Martins (SEDUFMS), José Vitório Zago (ADUNICAMP), Julio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS), Leonardo Dourado de Azevedo Neto (ADUA- SS), Levy Paes Barreto (ADUFERPE), Marcelo Barreto Cavalcanti (ADUFEPE), Maria Daniela Macedo (ADUFRJ), Maristela da Silva Souza (SEDUFMS), Raimundo Sérgio Farias Junior (SINDUEPA), Roberto Santos Ramos (APRUMA), Romildo de Castro Araujo (ADUFPI), Rosana Mendes Éleres de Figueiredo (APRUMA), Rosenverck Estrela Santos (APRUMA), Sandra Moreira (ADUFPA), Saulo Costa Arcangeli (SINDUEMA), Suly Rose Pereira Pinheiro (APRUMA), Tamara Cardoso André (ADUNIOESTE), Tarcisio Luiz Pereira (ADUFMS), Vilemar Gomes da Silva (APRUMA), Vitor Wagner Neto de Oliveira (ADUFMS), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Wanderley Padilha (SINDUNIFESSPA), Welbson do Vale Madeira (APRUMA); **Texto 9** – 100 Anos de luta anticapitalista! Viva a classe operária internacional! Fora Bolsonaro/Mourão! Lutar pelo poder popular e a universidade popular! - *Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s*: Alcides Pontes Remijo (ADUFG), Alexandre Barba (ADUFF), Aline Faé Stocco (ADUFVJM), Ana Clara Magalhães (ADUFAL), Ana Cristina Albuquerque (SINDIPROL/ADUEL), Ana Karen de Oliveira Souza (ADUFS-BA), Anderson Deo (ADUNESP), André Rosa Martins (SINDOIFRS), Anielli Fabiula Gavioli Lemes (ADUFVJM), Antônio Rosevaldo Ferreira da Silva (ADUFSBA), Atenágoras Oliveira Duarte (ADUFPE), Benedito Carlos Libório Caries (ADUFS), Bianca Novaes de Mello (ADUFF), Breno Ricardo Guimarães Santos (ADUFMAT), Bruno Pizzi (ADUFDourados), Bruno Souza Bechara Maxta (APUBH), Caio Martins (ADUFRJ), Camila Leite Oliver (ADUNEB), Carla Daniel Sartor (ADUNIRIO), Carlos Augusto Aguilar Júnior (ADUFF), Célia Regina da Silva (ADUEMG), César Maranhão (ADUFRJ), Cláudia Lúcia da Costa (ADCAC), Cleide de Lima Chaves (ADUSB), Cleusa Santos (ADUFRJ), Cristiano Ferraz (ADUSB), David Albuquerque de Menezes (SINDUECE), Douglas Ribeiro Barboza (ADUFF), Edson Marcelo Hungaro (ADUnB), Eduardo Chemas Hindi (SINDUTF-PR), Eduardo Serra (ADUFRJ), Elizabeth Sara Lewis (ADUNIRIO), Elza Peixoto (APUB-UFBA), Fabio Bezerra (SINDCEFET-MG), Fernando Leitão Rocha Junior (ADOM), Fernando Medeiros (ADUFAL), Fernando Santos (ADCAJ), Filipe Boechat (ADUFRJ), Giovanni Felipe Ernst Frizzo (ADUFPEL), Guilherme Dornelas Camera (Seção Sindical do ANDES-SN no UFRGS), Gustavo Miranda (APROFURG), Helga Maria Martins de Paula (ADCAJ), Herli de Menezes (ADUFRJ), Hilbeth Parente Azikri de Deus (SINDUTF-PR), Hilusca Alves Leite (SESDUEM), Hugo Leonardo Fonseca da Silva (ADUFG), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (ADUFF), Ivna Nunes (ADUFMAT), Jaqueline Botelho (ADUFF), Jamesson Buarque de Souza (ADUFG), Jaqueline Botelho (ADUFF), Jefferson Rodrigues Barbosa (ADUNESP), José Alex Soares Santos (SINDUECE), Juliana Bohnen Guimarães (ADUEMG), Juliane Larsen (Sesunila), Júlio César Pereira Monerat (APES), Kate Lane Costa de Paiva (ADUFF), Kathiuça Bertollo (ADUFOP), Lara Carlette Thiengo (ADUFVJM), Larissa Figueiredo Salmen Seixlack Bulhões (ADUFLA), Leandro Cristino Pereira (SINDCEFET), Leandro Rocha (ADUEG), Leonardo Santos (ADUFMT), Leonardo Segura Moraes (ADUFU), Leonardo Silva Andrada (APES), Leônidas de Santana Marques (ADUFAL), Lucas Gama Lima (ADUFAL), Luis Eduardo Acosta (ADUFRJ), Manoel Estébio

*Cavalcante da Cunha (ADUFAC), Marcelo “Russo” Ferreira (ADUFPA), Marcelo Hungaro (ADUnB), Márcia Lemos (ADUSB), Márcio Magalhães da Silva (ADUFLA), Marcos Antonio da Silva Pedroso (ADUFS), Marcos Botelho (ADUFRJ), Matheus Kuchenbecker (ADUFVJM), Mauricio Silva (SESDUFT), Mauro Iasi (ADUFRJ), Michael Melo Bocádio (SINDUECE), Moisés Lobão (ADUFAC), Osvaldo Maciel (ADUFAL), Otávio Cabral (ADUFAL), Pablo Bielschowsky (ADUR-RJ), Pablo Lima (APUBH), Paula Pereira Gonçalves Alves (Adufmat), Paulo Roberto Felix dos Santos (ADUFS), Qelli Viviane Dias Rocha (ADUFMAT), Rafael Vieira Teixeira (ADUFES), Renato Domingues Fialho Martins (ADCEFET-RJ), Ricardo Silvestre (ADOM), Roberto Silva de Oliveira (ADUSB), Robson Pereira Calça (ADUFF), Rodrigo Bichoff (SESDUEM), Rodrigo Castelo (ADUNIRIO), Rogério Giuliano Gimenez (SESUNILA), Rosalve Lucas Marcelino (ADUSB), Rubens Ragone (APESJF), Saulo Henrique Souza Silva (ADUFS), Sócrates Oliveira Menezes (ADUSB), Sofia Manzano (ADUSB), Tarcila MantovanAtolini (ADUFVJM), Thiago Fanelli Ferraiol (SESDUEM), Victor Neves de Souza (ADUFES), Vinícius Correia Santos (ADUSB), Walcyr de Oliveira Barros (ADUFRJ), Wellington Augusto Silva (ADUR-RJ), Wladimir Nunes Pinheiro (ADUFPB); **Texto 10** – Voltar a Marx e ao socialismo revolucionário para sair da barbárie capitalista - *Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Ana Maria Alvarenga (ADUSC), Fabíola Xavier Leal (ADUFES), Gisele Cardoso Costa (ADUA), Juliana Melim (ADUFES), Lygia Viegas (APUB), Mônica Vermes (ADUFES), Raphael Furtado (ADUFES); Texto 11* – Nas ruas e nas urnas contra Bolsonaro e em defesa da educação pública! - *Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Adolfo Neto (ADUFPA), André Kaysel (ADUNICAMP), Áurea Augusta (ADUFPB), Carol Feldenheimer (ASDUERJ), Cristiano Ruiz Engelke (APROFURG), Edson Miagusko (ADUR-RJ), Luiz Araujo (ADUNB), Maíra Kubik (APUB/UFBA), Monica Loyola Stival (ADUFSCAR), Rodrigo Pereira (APUB/UFBA); Texto 12* – A centralidade como instrumento de luta - *Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Adriana Machado Penna (ADUFF), Agatha Justen (ADUFF), Airton Paula Souza (ADUFS-SE), Alair Silveira (ADUFMAT), Beatriz Tupinambá Freitas (ADUFS-SE), Catharina Marinho Meirelles (ADUFF), Cláudio Gurgel (ADUFF), Elizandra Garcia da Silva (ADUFF), Elyson Carvalho (ADUFS-SE), Jacira Maria Machado de Oliveira (ADUFF), Jairo Paes Selles (ADUFF), José Jailton Marques (ADUFS-SE), Júlio Figueiredo (ADUFF), Lucas Pacheco Campos (UFJF / Apes), Marcelo Massayoshi Ueki (ADUFS- SE), Marluce Souza e Silva (ADUFMAT), Máuri de Carvalho (UFES), Olinto Silveira Alves Filho (ADUFS-SE), Onice Teresinha Dall'Oglio (ADUFMAT), Paulo Antonio Cresciulo de Almeida (ADUFF), Waldyr Lins de Castro (UFF), Wilma Pessôa (ADUFF); Texto 13* – Unidade para derrotar o neofascismo e avançar na defesa dos direitos sociais e dos serviços públicos! - *Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Abraão Felix da Penha (ADUNEB), Aruã Silva de Lima (ADUFAL), Clarissa Rodrigues (ADUFOP), Daniel Rodrigues (ADUFEPE), Elaine Rossetti Behring (ASDUERJ), Gilberto Calil (ADUNIOESTE), Giselle Souza (ADUNIRIO), Gláucia Lelis Alves (ADUFRJ), Gustavo França Gomes (ADUFF), Gisvaldo Oliveira da Silva (ADCESP), Jorgetânia da Silva Ferreira (ADUFU), José dos Santos Rodrigues (ADUFF), José Luciano Queiroz Aires (ADUFCG), Juary Chagas (ADUFPB), Kenia Miranda (ADUFF), Lorene Figueiredo (APESJF), Lia Rocha (ASDUERJ), Luiz Eduardo Neves dos Santos (APRUMA), Marcela Soares (ADUFF), Marcelo Badaró Mattos (ADUFF), Micael Carvalho dos Santos (APRUMA), Petronildo Bezerra da Silva (ADUFEPE), Raquel Dias Araújo (SINDUECE), Regis Argüelles da Costa (ADUFF), Reginaldo Costa (ADUFF), Renato Saldanha (ADUFEPE), Sara Granemann (ADUFRJ), Sonia Lúcio Rodrigues de Lima (ADUFF), Thiago Barreto Maciel (APESJF), Zózina Maria Rocha de Almeida (ADUNEB); Texto 14* – Na crise sem precedentes, que lugar o ANDES-SN deve ocupar? - *Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: diretoria da ADUFAL, Amália Catharina Santos Cruz (ADUnB), Ana Maria Dantas Soares (ADUR), Andrea Carmo Sampaio (ADUR), Ariuska Karla Barbosa Amorim (ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFMS), Beatriz Wey (ADUR), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFMS), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (SINDUFAP), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos**

(ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza (ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (ADUSP), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (ADUR), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (ADUR), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota (ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (APESJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (APESJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFMS), Leni Hack (ADUnemat), Lenucia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (ADUR), Liane de Souza Weber (SEDUFMS), Liliane Maria Macedo Machado (ADUnB), Lisleandra Machado (APESJF), Liz Denize Carvalho Paiva (ADUR), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (ADUR), Luciana de Amorim Nobrega (ADUR), Lucilia Augusta Lino (ASDUERJ), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (ADUR), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFMS), Marina Cordeiro (ADUR), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (ADUR), Naira Souza Moura (ADUneb), Neila Baldi (SEDUFMS), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUneb), Patrícia Bastos (ADUR), Patricia Reinheimer (ADUR), Pedro Claesen Dutra Silva (SINDUECE), Regina Cohen Barros (ADUR), Rogério Anez (ADUnemat), Ronalda Barreto Silva (ADUneb), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (APESJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFMS), Thiago Dias Trindade (ADUR), Tiago Fávero de Oliveira (APESJF), Victor Ribeiro Neves (ADUPE). Em seguida foram iniciadas as intervenções para o debate de conjuntura, mediante inscrição feita por meio da entrega do crachá de identificação e sorteio; os crachás foram depositados em uma caixa e submetidos à sorteio para definição da ordem; as falas foram intercaladas entre professores e professoras e cada orador(a) teve 3 (três) minutos para intervenção. Foram sorteados o(a)s seguintes professore(a)s para fazer argumentação na plenária: Humberto de Assis (ADUFG); Cássio Hideo Diniz Hiro (ADUEM), Marcelo Pereira Fernandes (ADUR-RJ), Amauri Fragoso (Diretoria do ANDES-SN), Wagner de Melo Romão (ADUNICAMP), Dileno Dustan de Souza (APESJF), Marcos Bernardino de Carvalho (ADUSP), Augusto Santiago Cerqueira (APESJF), Thiago Fanelli Ferraiol (SESDUEM), Luciano Mendonça de Lima (ADUFCEG), André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP), Cesar Beras (Diretoria do ANDES-SN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Marcelo Barreto Cavalcanti (ADUFEPE), Raimundo Wanderley Padilha (SINDUNIFESSPA), Mauricio Reis Sousa do Nascimento (SESDUFT), Osmar Gomes de Alencar Júnior (ADUFPI), Romero Júnior Venâncio Silva (ADUFS), Paulo Vieira Neto (APUFPR), Luiz Henrique dos Santos Blume (Diretoria do ANDES), Sandra Maria Marinho Siqueira (Diretoria do ANDES-SN), Eblin Joseph Farage (ADUFF), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Marize Souza Carvalho (APUB-SSIND), Eleonora Ziller (ADUFRJ), Zuleide Queiroz (Diretoria do ANDES), Joselia Barroso Queiroz Lima

(ADUFVJM), Juliana Iglesias Melima (ADUFES), Cristine Hirsch (Diretoria do ANDES), Helga Maria Martins de Paula (ADCAJ), Marcia Santos Lemos (ADUSB), Rosângela Assunção (ADCESP), Francieli Rebelatto (Diretoria do ANDES), Maria Jaqueline de Grammont Machado de Araújo (ADUFSJ), Edivania Santos Alves (ADUFPA), Maria Regina de Avila Moreira (Diretoria do ANDES-SN), Annie Schmaltz Hsiou (ADUSP), Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA), Marcia Morschbacher (SEDUFMS) e Adriane Raquel de Lima (ADUFPA). Foram garantidas inicialmente 40 falas, mas como o tempo previsto não foi suficiente para concluí-las, a plenária foi prorrogada por mais uma hora. Participaram da Plenária do Tema I 370 delegado(a)s, 105 observadore(a)s e 30 diretores(a)s. Com o fim das intervenções, a presidente encaminhou o encerramento desta plenária, às 20h30, informando sobre a organização dos trabalhos dos grupos mistos para o dia seguinte. Concluídos os trabalhos da plenária, eu, Ana Lúcia Silva Gomes, 1º secretária, lavrei a presente Ata, que segue assinada por mim e pela presidente da mesa.

Ana Lucia Silva Gomes
1ª Secretária

Jennifer Susan Webb
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA II DO 40º CONGRESSO DO ANDES-SN PLANOS DE LUTAS DOS SETORES

No dia 29 de março de 2022, às 15h35, no auditório do centro de eventos Araújo Viana, verificado o *quorum* regimental de 234 delegado(a)s, deu-se início à Plenária do TEMA II – Plano de Lutas dos Setores. A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta por Francieli Rebelatto, presidenta, Cristine Hirsch, vice-presidenta, Alexsandro Donato Carvalho, 1º secretário, e Edmilson Aparecido da Silva, 2º secretário. Informes: foi informado sobre alguns achados e perdidos que se encontram na secretária do congresso, informes sobre a Comissão de Enfrentamento ao Assédio e informes sobre as atividades culturais do evento, que fazem parte da programação oficial de nosso congresso. Na sequência, Iguatemi () informou que havia perdido o crachá e a plenária autorizou a substituição. Aleselma Silva Pereira () solicitou novo crachá e a plenária autorizou. Quanto à metodologia dos trabalhos, a presidência da mesa explicou que fará a leitura dos itens dos TR, apresentará a situação em cada grupo em seus respectivos itens e dará encaminhamento às discussões e votações. Foram apresentados os TR do Tema II, Plano de Lutas dos Setores das IEES/IMES e das IFES, a serem discutidos na seguinte ordem: TR 15, TR 22, TR 25, TR 58, TR 16, TR 17, TR 18, TR 19, TR 21, TR 23 e TR 26. Os trabalhos foram iniciados pelo TR 15 **PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES. Diretoria do ANDES-SN. O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA: Que o ANDES-SN: 1. Que as seções sindicais do setor continuem lutando para construir o retorno às atividades presenciais, tomando como base o Plano Sanitário e Educacional e respeitando os indicadores epidemiológicos e os protocolos sanitários dos estados, lutando contra as propostas que objetivam tornar o ensino remoto e híbrido como permanente nas nossas instituições de ensino; 2. Que o ANDES-SN realize o 18º Encontro do Setor das IEES/IMES, preferencialmente no 1º semestre de 2022, após o 40º Congresso, no formato presencial ou virtual, a partir da avaliação das condições sanitárias vigentes. O tema, a data e o local do Encontro devem ser definidos em uma próxima reunião do Setor, após o 40º Congresso; 3. Que o ANDES-SN construa uma Campanha Nacional em Defesa das IEES/IMES, por orçamento público estatal, com autonomia de gestão financeira, em defesa das carreiras, com concursos públicos, recomposições salariais e por melhores condições de trabalho, contra a política de congelamento de progressões, promoções e gratificações e das diferentes estratégias de privatização (com cronograma e proposições a serem apresentadas no 40º Congresso do ANDES-SN); 4. Que o ANDES-SN e suas Seções Sindicais promovam o debate sobre as BNCC e sua interferência na formação de docentes, em especial nos Cursos de Licenciatura; 5. Que a diretoria do ANDES-SN organize e publique os resultados da Pesquisa sobre o Financiamento das IEES-IMES, apresentados na live da Semana de Lutas das IEES/IMES de 2021; 6. Que o ANDES-SN realize a Semana de Lutas das IEES/IMES, no período de 23 a 27 de maio de 2022, já com a deflagração da Campanha Nacional em Defesa das IEES/IMES e a divulgação da pesquisa mencionada.** Começando a discussão a mesa apresentou a situação nos grupos conforme relatório consolidado. Iniciando a discussão da TR 15 passou-se à discussão item a item, começando pelo item 1. Que as seções sindicais do setor continuem lutando para construir o retorno às atividades presenciais, tomando como base o Plano Sanitário e Educacional e respeitando os indicadores epidemiológicos e os protocolos sanitários dos estados, lutando contra as propostas que objetivam tornar o ensino remoto e híbrido como permanente nas nossas

instituições de ensino: O item 1 foi aprovado integralmente nos grupos: 2 (14/0/1); 5 (10/5/0); 9 (16/4/0); 10 (17/0/0); 12 (18/0/0); 13 (18/0/1); 15 (16/1/2); 20 (13/0/0) e aprovado com modificação nos grupos 1 (19/0/0); 8 (17/1/0). A presidência abriu a palavra, não havendo inscrição, a presidenta abriu o regime de votação e **foi aprovado o texto compatibilizado pela mesa com o texto que segue: Que as seções sindicais do setor continuem lutando para garantir o retorno às atividades presenciais, tomando como base o Plano Sanitário e Educacional e respeitando os indicadores epidemiológicos e as orientações vigentes da OMS, bem como, os protocolos sanitários dos estados e os construídos pelas comunidades universitárias, lutando contra as propostas que objetivam tornar o ensino remoto e híbrido como permanente nas nossas instituições de ensino.** O item 2. Que o ANDES-SN realize o 18º Encontro do Setor das IEES/IMES, preferencialmente no 1º semestre de 2022, após o 40º Congresso, no formato presencial ou virtual, a partir da avaliação das condições sanitárias vigentes. O tema, a data e o local do Encontro devem ser definidos em uma próxima reunião do Setor, após o 40º Congresso: O item 2 foi aprovado integralmente nos grupos: 9 (10/4/4); 8 (14/0/3); e aprovado com modificação nos grupos: 1 (19/2/2); 7 (15/0/3); 9 (10/1/8); 10 (15/0/0); 12 (17/0/0); 15 (15/1/4); 16 (12/0/0); 19 (9/0/0); 20 (13/0/0); 23 (13/0/0). A presidência abriu a palavra, o Luiz Henrique Blume da diretoria usou a palavra, não havendo mais inscritos a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado o texto modificado, ficando o seguinte texto: Que o ANDES-SN realize o 18º Encontro do Setor das IEES/IMES, preferencialmente no início do 2º semestre do ano de 2022, após o 40º Congresso, no formato presencial ou virtual, a partir da avaliação das condições sanitárias vigentes. O tema, a data e o local do Encontro devem ser definidos em uma próxima reunião do Setor, após o 40º Congresso** O item 3. Que o ANDES-SN construa uma Campanha Nacional em Defesa das IEES/IMES, por orçamento público estatal, com autonomia de gestão financeira, em defesa das carreiras, com concursos públicos, recomposições salariais e por melhores condições de trabalho, contra a política de congelamento de progressões, promoções e gratificações e das diferentes estratégias de privatização (com cronograma e proposições a serem apresentadas no 40º Congresso do ANDES-SN): O item 3 foi aprovado com modificação nos grupos: 1 (22/0/0); 2 (14/0/3); 7 (13/1/3); 8 (14/0/3); 9 (14/1/4); 10 (15/0/0); 12 (18/0/0); 15 (20/0/1); 16 (10/0/0); 19 (11/0/2); 20 (12/0/1); 23 (13/0/0). A presidência abriu a palavra, usaram a palavra Elizandra da Silva da SINDUFF, Sambara Ribeiro da diretoria, Emerson Monte da SINDUEPA, Flávia Spinelli da ADUERN, Luiz Henrique Blume da diretoria, Sandra Lúcia Lira da ADUFAL, Everaldo Andrade da ADUSP, , não havendo mais inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado o texto compatibilizado pela mesa, com o seguinte texto: Que o ANDES-SN construa uma Campanha Nacional em Defesa das IEES/IMES, conforme aprovado na reunião dos setores no dia 13/12, circular nº 012/22, por orçamento público estatal, com autonomia de gestão financeira e patrimonial, em defesa das carreiras, com concursos públicos, recomposições salariais e por melhores condições de trabalho, contra a política de congelamento de progressões, promoções e gratificações e das diferentes estratégias de privatização. Conforme especificações apresentadas abaixo:**

3.1 Que a execução da Campanha de Valorização e Defesa das IEES/IMES, por meio da contratação de empresa exclusivamente para a produção da identidade visual da Campanha, produção audiovisual, produção de rádio, com proposta orçamentária de aproximadamente R\$ 95.000,00, com possibilidade de variação de valor que não ultrapasse 10% do valor orçado inicialmente. 3.2. Cronograma resumido: 3.2.1. Apresentação e aprovação da proposta de Campanha – 40º Congresso 3.2.2. Lançamento da Campanha – 23/05/22. 3.2.3. Duração da Campanha – 23/05 à 30/6/22.

3.3. Compõe a proposta síntese da Campanha os seguintes itens: 3.3.1. Criação de identidade visual da campanha; 3.3.2. Criação de uma personagem em animação; 3.3.3.

Cards de divulgação - 30; 3.3.4. Vídeos - 10; 3.3.5. Spots de rádio - 05; 3.3.6. Arte para blusa; 3.3.7. Arte para outdoor; 3.3.8. Arte para faixa; 3.3.9. Arte para banner. 3.4. Autorizar apoio as ssind com dificuldades para produzir e veicular as peças publicitárias da campanha aprovada no 61º CONAD. O item 4. Que o ANDES-SN e suas Seções Sindicais promovam o debate sobre as BNCC e sua interferência na formação de docentes, em especial nos Cursos de Licenciatura: O item 4 foi aprovado integralmente nos grupos: 1 (23/0/0); 10 (15/0/0); 20 (13/0/0); e aprovado com modificação no grupo: 7 (20/0/0). A presidência abriu a palavra, usaram a palavra Mariuza Guimarães da ADUFMS, Luiz Henrique Blume da diretoria, Osmar Alencar Júnior da ADUFPI, Alexandre Galvão da ADUSB, Sandra Lira da ADUFAL e Michele Ramos da diretoria, não havendo mais inscrições, a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado o texto modificado com a seguinte redação: 4.** Que o ANDES-SN e suas Seções Sindicais promovam o debate sobre as BNCC e sua interferência na formação de docentes, em especial nos Cursos de Licenciatura.. O item 5. **Que a diretoria do ANDES-SN organize e publique os resultados da Pesquisa sobre o Financiamento das IEES-IMES, apresentados na live da Semana de Lutas das IEES/IMES de 2021:** O item 5 foi aprovado integralmente nos Grupos: 10 (15/0/0); 1 (23/0/0); 20 (13/0/0). A presidência abriu a palavra, usaram a palavra Dinalva Macedo da ADUNEB, Luiz Henrique Blume da diretoria, Zuleide Queiroz da diretoria, Ivan Carlos Neves da ADUFPA, Luiz Henrique Blume da diretoria, Maria de Lourdes Nunes da ADUFPI, Regina da diretoria, Caroline Lima da ADUNEB, não havendo mais inscrições, a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado o texto original.** O item 6. **Que o ANDES-SN realize a Semana de Lutas das IEES/IMES, no período de 23 a 27 de maio de 2022, já com a deflagração da Campanha Nacional em Defesa das IEES/IMES e a divulgação da pesquisa mencionada:** aprovado integralmente nos grupos: 1 (16/4/3); 7 (18/1/1); 10 (15/0/0); e aprovado com modificação no grupo: 15 (20/0/0). A presidência abriu a palavra, usaram a palavra Luiz Henrique Blume da diretoria, Regina da diretoria, não havendo mais inscrições, a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado o texto original.** O item **Agenda de Lutas do Setor das IEES/IMES:** A presidência procedeu a leitura da proposta de compatibilização a partir das alterações que foram aprovadas em alguns grupos mistos e abriu a palavra, usaram a palavra a Regina da diretoria e Sandra Siqueira da diretoria, não havendo mais inscrições, a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovada a seguinte Agenda de Lutas do Setor das IEES/IMES compatibilizado:** 29/01 – Dia da visibilidade trans; 07/02 – Dia de luta dos povos indígenas; 11/02 – Dia nacional das mulheres e meninas na ciência; 08/03 - Dia internacional das mulheres; 14/03 – Justiça por Marielle Franco; 21/03 - Dia internacional de luta pela eliminação da discriminação racial; 07/04 - Dia mundial da saúde; 09/04 - Dia nacional pelo Fora Bolsonaro; 19/04 – Dia de luta pela resistência dos povos indígenas; 01/05 - Dia internacional dos trabalhadores e trabalhadoras; 18/05 - Dia nacional de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes; 23-27/05 - Semana de lutas das IEES/IMES; 12/06 - Dia nacional e mundial de combate ao trabalho infantil; 15/06 - Dia mundial de conscientização da violência contra a pessoa idosa; 28/06 - Dia internacional do orgulho LGBTQI+; 25/07 - Dia internacional da mulher negra latino americana e caribenha. 29/08 – Dia da visibilidade lésbica; 12/08 - Justiça à Margarida Alves; 07/09 – Grito dos excluídos; 21/09 – Dia nacional de luta das pessoas com deficiência; 28/09 – Dia internacional da luta pela legalização do aborto; 07/10 – Dia nacional de combate ao assédio moral/sexual nas Universidades, IFs e CEFET; 20/11 – Dia da consciência negra; 22/11 – Dia nacional de combate ao racismo nas Universidades, IF e CEFET e Escolas Técnicas vinculadas as Universidades Federais; 25/11 – Enfrentamento à violência contra a mulher; 28/11 – Dia de luta contra o racismo; e 03/12 - Dia internacional das pessoas com deficiência. Caberá ao Pleno do Setor a tarefa de revisar as propostas e compatibilizar todas as datas aqui. Encerrada a discussão de todos os itens desse TR, a presidenta abriu a palavra para discussão

sobre o encaminhamento de aprovação do TR como um todo, não havendo inscrições, a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado o TR como um todo**. Os trabalhos continuaram com o TR 22 - **TEXTO 22 – PLANO DE LUTAS DAS IEES/IMES: REJEITAR E ELIMINAR O ENSINO A DISTÂNCIA DAS UNIVERSIDADES. REVOGAR AS CONTRARREFORMAS E LUTAR POR UM ÚNICO SISTEMA DE ENSINO, PÚBLICO, GRATUITO E SOB O CONTROLE DE QUEM ESTUDA E TRABALHA, FINANCIADO INTEGRALMENTE PELO ESTADO** - *Contribuição do(a)s professore(a)s: Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), André Moreira Bordinhon (ADUA), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Elis Regina Fernandes Alves (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (Sindiprol/Aduel), Fernando Cesar Paulino Pereira (ADCAC), Lorena Ferreira Portes (Sindiprol/Aduel), Lourival Felix (Sesduem), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE), Valdir Anhuchi (Sindiprol/Aduel) e Viviane Vidal da Silva (ADUA): O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA: Que o ANDES-SN: 1. Que o ANDES-SN faça a campanha, nas IEES/IMES, da estatização de toda a rede privada e constituição de um único sistema público e gratuito de ensino, sob controle de quem estuda e trabalha. 2. Que o ANDES-SN defenda a substituição da burocracia universitária pelo governo tripartite (de estudantes, professores e técnico-administrativos) subordinado à Assembleia Geral Universitária, que delibera pelo voto universal. 3. Exigir do Estado o financiamento integral das IEES/IMES conforme orçamento aprovado pelas Assembleias Gerais Universitárias. 4. Que o Sindicato Nacional faça uma campanha por salário e direitos iguais para trabalho igual e defender a efetivação dos atuais professores temporários. 5. Pela luta unitária para impedir e revogar as contrarreformas da previdência nos municípios, estados e país. 6. Rejeitar o avanço do EaD nas IEES/IMES. Construir os comitês e assembleias presenciais, em conjunto com os técnico-administrativos e estudantes, para organizar a luta por condições de trabalho e estudo. Passou-se à discussão desse TR. Aprovada a supressão integral do TR no grupo: 23 (12/0/0). A presidenta abriu a palavra e usaram a palavra Evaristo do SINDIPROL/ADUEL, Alexandre Galvão da ADUSB, Michele Ramos da diretoria, Suzana Maia da ADUFF, Raquel Araújo da SINDUECE, não havendo mais inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovada a supressão do TR**. Os trabalhos continuaram com o **TR 25 – EM DEFESA DA IEES E IMES, IMPLEMENTAR O PLANO DE LUTAS APROVADO NO 39º CONGRESSO DO ANDES**. *Contribuição de: Diretoria da ADUFAL, Amália Catharina Santos Cruz (ADUnB), Ana Maria Dantas Soares (Adur), Andrea Carmo Sampaio (Adur), Ariuska Karla Barbosa Amorim (ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFMS), Beatriz Wey (Adur), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFMS), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza (ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (Adur), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota (ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra**

(SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFMS), Leni Hack (ADUnemat), Lenucia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (Adur), Liane de Souza Weber (SEDUFMS), Liliane Maria Macedo Machado (AdUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucília Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFMS), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUnB), Neila Baldi (SEDUFMS), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (ADUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUnB), Patrícia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), Ronalda Barreto Silva (ADUnB), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFMS), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves (ADUPE). Que o ANDES-SN, por meio das secretarias regionais, em articulação com as seções sindicais: 1. Fortalecer os fóruns ou espaços de articulação das IEES-IMES; 2. Reafirmar a defesa da DE (dedicação exclusiva) como regime prioritário do trabalho e carreira docente, como também defender a DE onde esse regime de trabalho está sendo atacado; 3. Intensificar as campanhas tanto de combate ao assédio sexual e moral, quanto de adoecimento docente, e a luta pela implementação de comissões e ouvidorias nas IEES-IMES, com composição majoritária de representação sindical e estudantil, para apuração dos casos; 4. Intensificar a defesa do financiamento público para as IEES-IMES; 5. Intensificar a luta pela disputa do orçamento na Lei Orçamentária Anual (LOA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Plano Plurianual (PPA) dos estados e municípios, com incidência nos processos de elaboração, aprovação e implementação; 6. Lutar pela revogação da Lei Kandir e EC 95/2016 e pela garantia do pagamento da dívida da cota-parte dos estados pela União; 7. Defender os processos estatuintes nas IEES-IMES, a democracia interna, o fim de qualquer interferência do poder executivo nas escolhas dos dirigentes das universidades e o fim da lista tríplice; 8. Construir a semana de lutas do setor entre os dias 23 e 28 de maio de 2022 com os eixos citados, dialogando com o calendário de lutas da categoria: a) Carreira e DE; b) Cortes e contingenciamento do orçamento; c) Saúde docente e condições de trabalho; d) Autonomia universitária; 9. Intensificar a luta pela reposição das perdas salariais dos estados e municípios e pela garantia dos direitos da carreira, integrando as IEES e IMES na campanha nacional em defesa de mais e melhores serviços públicos das três esferas, com a reposição salarial emergencial que corresponda às perdas salariais do último período. 10. Intensificar a luta nos estados e municípios contra ou pela revogação da reforma da previdência; 11. Manter a luta contra projetos similares ao Future-se; 12. Lutar pelo estabelecimento do piso da remuneração dos docentes em fase inicial de carreira, para o regime de trabalho de 20 horas fundamentado no salário mínimo calculado pelo DIEESE; 13. Lutar para que os eixos e princípios do plano de carreira do sindicato seja a referência nas carreiras estaduais e municipais, onde esse plano de carreira ainda não foi definido ou onde o atual plano de carreira é incompatível com as necessidades

da categoria; 14. Intensificar a defesa dos direitos estabelecidos nos planos de carreira que estão sendo atacados pelos governos estaduais e municipais; 15. Intensificar a luta pela realização regular de concursos públicos para docentes, superando a atual situação de crescimento acelerado da precarização do trabalho docente, que atinge as IEES-IMES; 16. Lutar por garantias orçamentárias para o financiamento do ensino superior estadual e municipal, sem contingenciamento, que assegurem o funcionamento e a autonomia da gestão financeira, acadêmica e política das IEES/IMES; 17. Lutar contra a reforma administrativa (PEC 32) e suas repercussões nas IEES/IMES, em especial no caráter público da educação, carreira docente, condições salariais e condições de trabalho, bem como, articular nos estados e municípios, com entidades sindicais e movimentos sociais, a luta contra a reforma administrativa e seus desdobramentos nos estados e municípios; 18. Lutar contra a retirada da remuneração do regime de trabalho em DE no momento da aposentadoria. Iniciando a discussão do TR 25 passou-se à discussão item a item, começando pelo item 1. Fortalecer os fóruns ou espaços de articulação das IEES-IMES; 2. Reafirmar a defesa da DE (dedicação exclusiva) como regime prioritário do trabalho e carreira docente, como também defender a DE onde esse regime de trabalho está sendo atacado; 3. Intensificar as campanhas tanto de combate ao assédio sexual e moral, quanto de adoecimento docente, e a luta pela implementação de comissões e ouvidorias nas IEES-IMES, com composição majoritária de representação sindical e estudantil, para apuração dos casos; 4. Intensificar a defesa do financiamento público para as IEES-IMES; 5. Intensificar a luta pela disputa do orçamento na Lei Orçamentária Anual (LOA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Plano Plurianual (PPA) dos estados e municípios, com incidência nos processos de elaboração, aprovação e implementação; 6. Lutar pela revogação da Lei Kandir e EC 95/2016 e pela garantia do pagamento da dívida da cota-parte dos estados pela União; 7. Defender os processos estatuintes nas IEES-IMES, a democracia interna, o fim de qualquer interferência do poder executivo nas escolhas dos dirigentes das universidades e o fim da lista tríplice; 8. Construir a semana de lutas do setor entre os dias 23 e 28 de maio de 2022 com os eixos citados, dialogando com o calendário de lutas da categoria: a) Carreira e DE; b) Cortes e contingenciamento do orçamento; c) Saúde docente e condições de trabalho; d) Autonomia universitária; 9. Intensificar a luta pela reposição das perdas salariais dos estados e municípios e pela garantia dos direitos da carreira, integrando as IEES e IMES na campanha nacional em defesa de mais e melhores serviços públicos das três esferas, com a reposição salarial emergencial que corresponda às perdas salariais do último período. 10. Intensificar a luta nos estados e municípios contra ou pela revogação da reforma da previdência; 11. Manter a luta contra projetos similares ao Future-se; 12. Lutar pelo estabelecimento do piso da remuneração dos docentes em fase inicial de carreira, para o regime de trabalho de 20 horas fundamentado no salário mínimo calculado pelo DIEESE; 13. Lutar para que os eixos e princípios do plano de carreira do sindicato seja a referência nas carreiras estaduais e municipais, onde esse plano de carreira ainda não foi definido ou onde o atual plano de carreira é incompatível com as necessidades da categoria; 14. Intensificar a defesa dos direitos estabelecidos nos planos de carreira que estão sendo atacados pelos governos estaduais e municipais; 15. Intensificar a luta pela realização regular de concursos públicos para docentes, superando a atual situação de crescimento acelerado da precarização do trabalho docente, que atinge as IEES-IMES; 16. Lutar por garantias orçamentárias para o financiamento do ensino superior estadual e municipal, sem contingenciamento, que assegurem o funcionamento e a autonomia da gestão financeira, acadêmica e política das IEES/IMES; 17. Lutar contra a reforma administrativa (PEC 32) e suas repercussões nas IEES/IMES, em especial no caráter público da educação, carreira docente, condições salariais e condições de trabalho, bem como, articular nos estados e municípios, com entidades sindicais e movimentos sociais, a luta contra a reforma administrativa e seus desdobramentos nos estados e municípios; 18. Lutar contra a retirada da

remuneração do regime de trabalho em DE no momento da aposentadoria: Passou-se à discussão desse TR. Foi aprovada a supressão integral do TR nos grupos: 12 (12/6/1); 23 (12/0/0). A presidenta abriu a palavra e usaram a palavra: Luiz Fernando Rojo da ADUFF, Eudes Baima da SINDUECE e Luiz Blume pela diretoria, não havendo mais inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovada a supressão**. Dando continuidade aos trabalhos com o **TR 58 – Escassez de Financiamento, Ingerências e Violações de Direitos Docentes nas Universidades Estaduais da Bahia**. *Contribuição da Diretoria da ADUNEB Que o ANDES-SN, 1. Por meio das secretarias regionais, em articulação com as seções sindicais, fortaleça os fóruns ou espaços de articulação das IEES-IMES. 2. Por meio das secretarias regionais e em conjunto com as seções sindicais, intensifique a defesa do financiamento público para as IEES-IMES, disputando o orçamento dessas IES na Lei Orçamentária Anual (LOA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Plano Plurianual (PPA) dos estados e municípios, com incidência em processos de elaboração, aprovação e implementação do orçamento sem contingenciamentos, para que sejam assegurados o funcionamento e a autonomia da gestão financeira, acadêmica e política das IEES/IMES. 3. Intensifique a luta pela reposição das perdas salariais dos estados e municípios e pela garantia dos direitos da carreira e de reajustes que compensem as perdas acumuladas. 4. Defenda que o salário mínimo calculado pelo DIEESE seja a referência para o estabelecimento do piso da remuneração dos docentes em fase inicial de carreira, para o regime de trabalho de 20 horas. 5. Em articulação com as seções sindicais, reafirme a defesa da Dedicção Exclusiva (DE) como regime prioritário de trabalho para a carreira docente e defenda a DE nos contextos em que esse regime de trabalho está sendo atacado. 6. Reforce a luta em defesa dos direitos estabelecidos nos planos de carreira que estão sendo atacados pelos governos estaduais e/ou municipais. 8. Lute para que os eixos e princípios do plano de carreira do sindicato seja a referência para a reivindicação do estabelecimento das carreiras docente de IEES –IMES, nos contextos em que esse plano de carreira ainda não tenha sido definido ou onde o atual plano de carreira seja incompatível com as necessidades da categoria. 9. Fortaleça a luta pela realização regular de concursos públicos para docentes, superando a atual situação de crescimento acelerado da precarização do trabalho docente, que atinge as IEES-IMES. 10. Intensifique a luta nos estados e municípios pela revogação da reforma da previdência. 11. Por meio das seções sindicais, intensifique as campanhas de combate ao assédio sexual e moral e ao adoecimento docente e revigore a luta pela implementação de comissões e ouvidorias nas IEES-IMES, com composição majoritária de representação sindical e estudantil, para apuração dos casos. 12. Em suas seções sindicais, lute pela revogação da Lei Kandir e EC 95/2016 e pela garantia do pagamento da dívida da cota-parte dos estados pela União. 13. Por meio das seções sindicais, defenda os processos estatuintes nas IEES-IMES, a democracia interna, o fim de qualquer interferência do poder executivo nas escolhas dos dirigentes das universidades e o fim da lista tríplice. 14. Construa a semana de lutas do Setor das IEES/IMES com os eixos citados, dialogando com o calendário de lutas da categoria: a) Carreira e DE; b) Cortes e contingenciamento do orçamento; c) Saúde docente e condições de trabalho; d) Autonomia universitária. 15. Mantenha a luta contra projetos similares ao Future-se. 16. Lute contra a Reforma Administrativa (PEC 32) e suas repercussões nas IEES/IMES, em especial no caráter público da educação, carreira docente, condições salariais e condições de trabalho, bem como articule nos estados e municípios, com entidades sindicais e movimentos sociais, o enfrentamento contra a PEC 32 e seus desdobramentos nos estados e municípios. Iniciando a discussão do TR 58 passou-se à discussão item a item, começando pelo item Passou-se a discussão desse TR. Foi aprovada a supressão integral do TR nos grupos: 12 (12/6/1) e 23 (13/0/0). A presidenta abriu a palavra, não havendo inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovada a supressão**. Em sequência começou a discussão do **TR 16 – PLANO***

DE LUTAS DO SETOR DAS IFES *Diretoria do ANDES-SN. O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA: Que o ANDES-SN: No âmbito dos Servidores Públicos Federais*

1. Intensificar a luta pelo Fora Bolsonaro e Mourão e contra sua política genocida e neoliberal, tanto nas ruas quanto nas redes, sem atrelá-la ao calendário eleitoral, ampliando o diálogo com a comunidade universitária e a comunidade em geral.
2. Intensificar a luta contra a PEC 32 (da contrarreforma administrativa), pela revogação da Emenda Constitucional 95 (teto dos gastos), das contrarreformas Trabalhistas e da Previdência, entre outros ataques à classe trabalhadora, como por exemplo, a Nova proposta de Reforma Trabalhista, juntamente ao Fonasefe, às Centrais Sindicais, ao Fórum Sindical, Popular e de Juventudes e demais entidades da educação.
3. Defender a campanha salarial unificada dos SPF de 2022 de forma articulada com as entidades que compõem o Fonasefe.
4. Envidar esforços para construção da greve unificada dos SPF mantendo como pauta a centralidade da recomposição salarial, a revogação do teto de gastos e das contrarreformas, contra a PEC 32.

No Âmbito das Universidades, Institutos Federais e CEFET

1. Intensificar a luta contra as Intervenções nas Universidades, Institutos e Cefets
- 1.1. Realizar ações de comunicação, atos públicos nas universidades, pressão aos parlamentares, entre outras, denunciando o impacto das intervenções nas IFES.
- 1.2. Reforçar nossa luta histórica pela defesa de eleições diretas, paritárias e universais, pelo fim da lista tríplice, e para que os processos se encerrem nas instituições, respeitando a autonomia universitária.
2. Intensificar a luta contra os Cortes Orçamentários e pela recomposição dos orçamentos nas IES, mantendo e ampliando a campanha nacional “Defender a Educação Pública é nossa Escolha para o Brasil” com a interiorização de suas ações, junto às seções sindicais e entidades da educação, buscando ampliar seu diálogo com a população.
3. Lutar contra o avanço da proposta do Reuni Digital, apontando suas contradições e dialogando com as comunidades universitárias sobre as ameaças à mercantilização da educação pública.
4. Lutar contra os projetos Future-se e Novos Caminhos ou qualquer projeto similar que vise aprofundar a privatização da educação pública, reafirmando o projeto de universidade pública defendido pelo ANDES-SN há 41 anos.
5. Dar continuidade à luta pelo retorno presencial com as devidas condições sanitárias e cobrando das IES planos sanitários e educacionais.
6. Realizar levantamento sobre a defasagem salarial presentes nas carreiras do Ensino Superior e EBTT federais para produção de um dossiê a fim de fortalecer nossa luta pela recomposição.
7. Realização de um Seminário Nacional conjunto entre o Setor das IFES e GT Carreira sobre os desafios da carreira docente do Setor das Federais no primeiro semestre de 2022.
8. Lutar contra os cortes e pela recomposição dos orçamentos para a Ciência e Tecnologia articulando ações de mobilização em conjunto com entidades estudantis e científicas.
9. Intensificar a luta pela revogação da Portaria MEC nº 983/2020 que regulamenta as atividades docentes no âmbito da carreira docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT).
- 9.1. Realizar um levantamento sobre quais Instituições Federais estão aderindo à Portaria 983/20 do MEC ou fazendo modificações em resoluções internas sobre encargos docentes visando aplicar o conteúdo dessa portaria.
10. Lutar por melhores condições de trabalho nas nossas Universidades, Institutos e CEFETs: retomada de concursos públicos, condições sanitárias e educacionais adequadas para retomada das aulas presenciais, entre outras.
11. Lutar contra a Lei do Novo Ensino Médio e Programa Nacional do Livro Didático orientado por essa Lei.
12. Lutar pela revogação das Novas Diretrizes para a Educação Profissional e Tecnológica.
13. Produzir uma cartilha sobre a questão do direito de imagem e direito autoral na relação com o teletrabalho, que foi amplamente experimentado durante a pandemia e que terá desdobramentos nas IES pós-pandemia.

Iniciando a discussão do TR 16 passou-se à discussão item a item, começando pelo ponto **A - No âmbito dos Servidores Públicos Federais**; item 1. Intensificar a luta pelo Fora Bolsonaro e Mourão e contra sua política genocida e neoliberal, tanto nas ruas quanto nas redes, sem atrelá-la ao calendário eleitoral,

ampliando o diálogo com a comunidade universitária e a comunidade em geral: O item 1 foi aprovado integralmente nos grupos: 3 (11/7/1); 10 (17/0/0); 14 (12/0/0); 15 (21/0/0); 18 (11/0/0); 22 (10/0/0); e aprovado com modificação no grupo: 21 (6/6/1). A presidenta abriu a palavra, Mário Mariano da diretoria apresentou acordo da diretoria com o texto compatibilizado, não havendo mais inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado o texto compatibilizado, com a seguinte redação: Intensificar a luta pelo Fora Bolsonaro e Mourão e contra sua política genocida e neoliberal, tanto nas ruas quanto nas redes, de forma ininterrupta, ampliando o diálogo com a comunidade universitária e comunidade em geral, em articulação com o(a)s demais servidores(a)s público(a)s federais, estaduais e municipais, incluindo o(a)s trabalhadora(a)s das Estatais e o(a)s terceirizado(a)s.** 2. Intensificar a luta contra a PEC 32 (da contrarreforma administrativa), pela revogação da Emenda Constitucional 95 (teto dos gastos), das contrarreformas Trabalhistas e da Previdência, entre outros ataques à classe trabalhadora, como por exemplo, a Nova proposta de Reforma Trabalhista, juntamente ao Fonasefe, às Centrais Sindicais, ao Fórum Sindical, Popular e de Juventudes e demais entidades da educação: O item 2 foi aprovado integralmente nos grupos: 10 (17/0/0); 14 (7/4/2); 15 (21/0/0); 18 (11/0/0); e aprovado com modificação nos grupos: 3 (13/3/2); 4 (5/6/6); 17 (0/0/0); 18 (11/0/0); 22 (6/2/2). A presidenta abriu a palavra, não havendo inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado o texto compatibilizado, ficando com a seguinte redação final: Intensificar a luta contra a PEC 32 (da contrarreforma administrativa), pela revogação da Emenda Constitucional 95 (teto dos gastos), das contrarreformas Trabalhistas e da Previdência, entre outros ataques à classe trabalhadora, como por exemplo, a Nova proposta de Reforma Trabalhista, juntamente ao Fonasefe, às Centrais Sindicais, ao Fórum Sindical, Popular e de Juventudes e demais entidades da educação, ampliando a unidade com os servidores federais, estaduais e municipais, envolvendo os trabalhadores de estatais e terceirizados.** 3. Defender a campanha salarial unificada dos SPF de 2022 de forma articulada com as entidades que compõem o Fonasefe: O item 3 foi aprovado integralmente nos grupos: 10 (17/0/0); 14 (7/4/2); 15 (21/0/0); 18 (11/0/0); e aprovado com modificação nos grupos: 3 (13/3/2); 4 (5/6/6); 17 (0/0/0); 18 (11/0/0); 22 (6/2/2). A presidenta abriu a palavra, não havendo inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado o texto compatibilizado, com a seguinte redação: Defender a campanha salarial unificada dos SPF de 2022 de forma articulada com as entidades que compõem o Fonasefe e Fonacate, reforçando a luta pela reposição emergencial de 19.99%..** 4. Envidar esforços para construção da greve unificada dos SPF mantendo como pauta a centralidade da recomposição salarial, a revogação do teto de gastos e das contrarreformas, contra a PEC 32. No Âmbito das Universidades, Institutos Federais e CEFET: O item 4 foi aprovado integralmente nos grupos: 1 (19/0/0); 5 (15/0/0); 10 (17/0/0); 14 (16/0/0); 15 (21/0/0); 18 (10/1/1); 22 (8/0/1). A presidenta abriu a palavra, não havendo inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado o texto compatibilizado, que ficou da seguinte forma: Envidar esforços para construção da greve unificada dos SPF mantendo como pauta a centralidade da recomposição salarial, a revogação do teto de gastos e das contrarreformas, contra a PEC 32: 4.1. Reposição das perdas salariais decorrentes da corrosão inflacionária; 4.2. Recuperação das perdas históricas; 4.3. Política salarial permanente com valorização do salário-base e a incorporação das gratificações; 4.4. Exigir condições de trabalho especiais enquanto durar a pandemia, tanto no trabalho remoto como no retorno presencial, fornecendo os insumos e as adaptações necessárias para tal; 4.5. Recuperação da paridade entre servidores ativos, aposentados e pensionistas; 4.6. Definição da data-base em 1º de maio; 4.7. Pagamento imediato de todos os precatórios; 4.8. Valorização dos serviços e dos servidores públicos com reforço orçamentário, especialmente aos setores responsáveis pela formulação e promoção das políticas sociais;**

4.9. Intensificar a luta contra às “contrarreformas” que retiram direitos dos trabalhadores e da população, em especial à PEC32/2020 e ao conceito de “teto de gastos”, que 159 prioriza o direcionamento do orçamento público para remuneração financeira em detrimento das políticas sociais; 4.10. Restauração dos direitos dos servidores públicos suprimidos do texto original da Lei nº 8112/90 (RJU); e 5. Intensificar a luta para reverter o confisco salarial praticado pelo governo a título de aumento das contribuições previdenciárias, inclusive com esdruxula inclusão dos próprios aposentados nesse desconto. Dando continuidade à discussão e análise, nesse momento, do ponto **B - No âmbito dos Servidores Públicos Federais**, item 1. Intensificar a luta contra as Intervenções nas Universidades, Institutos e Cefets: O item 1 foi aprovado integralmente, nos grupos: 15 (21/0/0); 22 (10/0/0), aprovado com modificação nos grupos: 5 (14/0/0) 18 (8/0/2); 21 (12/0/0). A presidenta abriu a palavra, não havendo inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado o texto compatibilizado, com a seguinte redação: Intensificar a luta contra as Intervenções nas Universidades, Institutos Federais, Cefet, Colégios de Aplicação, Colégios Técnicos e Colégios Federais. 1.1. Realizar ações de comunicação, atos públicos nas universidades, pressão aos parlamentares, entre outras, denunciando o impacto das intervenções nas IFES:** O item 1.1 foi aprovado integralmente nos grupos: 1 (19/0/0); 4 (14/0/2); 5 (15/0/0); 15 (21/0/0); 22 (10/0/0) aprovado com modificação nos grupos: 18 (8/0/2); 21 (12/0/0). A presidenta abriu a palavra, o Mário Mariano da diretoria usou a palavra, não havendo mais inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado o texto original.** 1.2. Reforçar nossa luta histórica pela defesa de eleições diretas, paritárias e universais, pelo fim da lista tríplice, e para que os processos se encerrem nas instituições, respeitando a autonomia universitária: O item 1.2 foi aprovado integralmente nos grupos: 1 (19/0/0); 22 (10/0/0); aprovado com modificação nos grupos: 4 (15/0/2); 14 (16/0/0); 15 (18/0/1); 18 (7/2/2); 21 (10/2/0). A presidenta abriu a palavra, não havendo inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado o texto compatibilizado, com a seguinte formulação final: Reforçar nossa luta histórica pela defesa de eleições diretas, paritárias ou universais, pelo fim da lista tríplice, e para que os processos se encerrem nas instituições federais, respeitando a autonomia universitária, revogando a nomeação do(a)s interventore(a)s.** 2. Intensificar a luta contra os Cortes Orçamentários e pela recomposição dos orçamentos nas IES, mantendo e ampliando a campanha nacional “Defender a Educação Pública é nossa Escolha para o Brasil” com a interiorização de suas ações, junto às seções sindicais e entidades da educação, buscando ampliar seu diálogo com a população: O item 2 foi aprovado integralmente nos grupos: 14 (13/1/1); 15 (21/0/0); 18 (11/0/0); 22 (10/0/0); aprovado com modificação nos grupos: 4 (14/0/3); 5 (3/4/5), 21 (11/0/0). A presidenta abriu a palavra, a Maria Cristina Miranda da ADUFRJ utilizou a palavra, não havendo mais inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado o texto compatibilizado, ficando com o seguinte texto: Intensificar a luta contra os cortes e contingenciamentos orçamentários e pela recomposição e ampliação do orçamento público adequado para o funcionamento e expansão das Universidades, Institutos Federais e Cefet. 2.1. Manter e ampliar a Campanha Nacional “Defender a Educação Pública é nossa Escolha para o Brasil” com a interiorização de suas ações, junto às seções sindicais e entidades da educação, buscando ampliar seu diálogo com a população. 3. Lutar contra o avanço da proposta do Reuni Digital, apontando suas contradições e dialogando com as comunidades universitárias sobre as ameaças da mercantilização da educação pública:** O item 3 foi aprovado integralmente nos grupos: 1 (19/0/0); 15 (21/0/0); 17 (0/0/0); 18 (12/0/0); 22 (10/0/0); aprovado com modificação de redação no grupo: 21 (11/0/0). A presidenta abriu a palavra, não havendo inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado o texto com a modificação de redação.** 4. Lutar contra os projetos Future-se e Novos Caminhos ou

qualquer projeto similar que vise aprofundar a privatização da educação pública, reafirmando o projeto de universidade pública defendido pelo ANDES-SN há 41 anos: O item 4 foi aprovado integralmente nos grupos: 4 (14/1/4); 15 (21/0/0); 18 (12/0/0); 22 (10/0/0); aprovado com modificação nos grupos: 3 (12/4/2); 14 (12/1/2); 15 (20/0/0); 21 (8/3/1). A presidenta abriu a palavra, a Vera Jacob Chaves da ADUFPA e Cláudio Ribeiro da ADUFRJ utilizaram a palavra, não havendo mais inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado o texto compatibilizado, com o texto final como segue: Intensificar a luta contra os projetos Future-se, Fundos Patrimoniais e Novos Caminhos ou qualquer projeto similar que vise aprofundar a mercantilização e a privatização da educação pública, reafirmando o projeto de universidade pública defendido pelo ANDES-SN há 41 anos.** 5. Dar continuidade à luta pelo retorno presencial com as devidas condições sanitárias e cobrando das IES planos sanitários e educacionais: O item 5 foi aprovado integralmente nos grupos: 1 (19/0/0); 15 (21/0/0); 18 (12/0/0); 22 (10/0/0); aprovado com modificação nos grupos: 3 (17/0/1); 17 (15/2/0). A presidenta abriu a palavra, não havendo inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado o texto compatibilizado, com a seguinte redação final: Dar continuidade à luta pelo retorno presencial com as devidas condições de segurança sanitária e cobrando das IES planos sanitários, educacionais e de apoio psicossocial, elaborados com a participação da comunidade acadêmica, que assegurem efetivas condições de trabalho e de ensino-aprendizagem nas Universidades, Institutos Federais e Cefet .** 6. Realizar levantamento sobre a defasagem salarial presentes nas carreiras do Ensino Superior e EBTT federais para produção de um dossiê a fim de fortalecer nossa luta pela recomposição: O item 6 foi aprovado integralmente nos grupos: 1 (19/0/0); 15 (21/0/0); 18 (12/0/0); aprovado com modificação nos grupos: 13 (16/0/0), 21 (10/0/0); 22 (10/0/0). A presidenta abriu a palavra, não havendo inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado o texto compatibilizado, ficando sua redação final com segue: Atualizar levantamento sobre a defasagem salarial presentes nas carreiras do Ensino Superior e EBTT federais para produção de um dossiê a fim de fortalecer nossa luta pela recomposição salarial.** 7. Realização de um Seminário Nacional conjunto entre o Setor das IFES e GT Carreira sobre os desafios da carreira docente do Setor das Federais no primeiro semestre de 2022: O item 7 foi aprovado integralmente nos grupos: 1 (17/0/0); 15 (21/0/0) 18 (12/0/0); 22 (10/0/0). A presidenta abriu a palavra, não havendo inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado o texto original.** 8. Lutar contra os cortes e pela recomposição dos orçamentos para a Ciência e Tecnologia articulando ações de mobilização em conjunto com entidades estudantis e científicas: O item 8 foi aprovado integralmente nos grupos: 1 (19/0/0); 15 (21/0/0); 18 (12/0/0); 22 (10/0/0); aprovado com modificação no grupo: 3 (17/0/2). A presidenta abriu a palavra, não havendo inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado o texto modificado, ficando a seguinte redação final: Lutar contra os cortes e pela recomposição dos orçamentos para a Ciência, Tecnologia e Humanidades, articulando ações de mobilização em conjunto com entidades estudantis e científicas.** 9. Intensificar a luta pela revogação da Portaria MEC nº 983/2020 que regulamenta as atividades docentes no âmbito da carreira docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT): O item 9 foi aprovado integralmente nos grupos: 1 (21/0/0); 15 (21/0/0); 18 (12/0/0); aprovado com modificação nos grupos: 4 (13/0/4); 17 (0/0/0); 21 (11/0/1); 22 (10/0/0). A presidenta abriu a palavra, não havendo inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado o texto modificado com a seguinte redação final: Intensificar a luta pela revogação da Portaria MEC Nº 983/2020 que regulamenta as atividades docentes no âmbito da carreira docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), reafirmando a defesa da carreira única do setor das IFES.** 9.1. Realizar um levantamento sobre quais Instituições Federais estão aderindo à Portaria 983/20 do MEC ou fazendo modificações em resoluções internas

sobre encargos docentes visando aplicar o conteúdo dessa portaria: O item 9.1 foi aprovado integralmente nos grupos: 1 (19/0/0); 3 (17/1/1); 15 (21/0/0) 17 (16/1/0); 18 (12/0/0); 21 (11/0/1); 22 (5/4/0). A presidenta abriu a palavra, o Antonio Lisboa Souza da ADUFCG, a Vera Jacob Chaves da ADUFPA, Jennifer Santos da diretoria e o Adílson Ricardo da SINDCEFET utilizaram a palavra, não havendo mais inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado o texto original.**

10. Lutar por melhores condições de trabalho nas nossas Universidades, Institutos e CEFETs: retomada de concursos públicos, condições sanitárias e educacionais adequadas para retomada das aulas presenciais, entre outras: O item 10 foi aprovado integralmente nos grupos: 1 (19/0/0); 3 (17/1/1); 15 (21/0/0); 17 (16/1/0); 18 (12/0/0); 21 (11/0/1); 22 (10/0/0). A presidenta abriu a palavra, não havendo inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado o texto original.**

11. Lutar contra a Lei do Novo Ensino Médio e Programa Nacional do Livro Didático orientado por essa Lei: O item 11 foi aprovado integralmente nos grupos: 15 (21/0/0); 18 (12/0/0); 22 (10/0/0); aprovado com modificação nos grupos: 3 (20/0/0); 4 (14/0/3); 21 (11/0/0). A presidenta abriu a palavra, a Jorgetania Ferreira da ADUFU, o Antonio Lisboa Souza da ADUFCG, o Osmar Alencar Júnior da ADUFPI, o Sidney Ruocco da ADUFU, a Maria Cristina Miranda da ADUFRJ, o Markos Klemz Guerrero da diretoria, a Iracema Lima da ADUSB, o Claudio Ribeiro da ADUFRJ e a Andreia Moassab da SESUNILA utilizaram a palavra, não havendo mais inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado o texto compatibilizado, ficando sua redação final como segue: Lutar pela imediata revogação da Lei do Novo Ensino Médio, seus impactos no Programa Nacional do Livro Didático e no ENEM, e contra todos os seus demais desdobramentos.**

12. Lutar pela revogação das Novas Diretrizes para a Educação Profissional e Tecnológica: O item 12 foi aprovado integralmente nos grupos: 1 (19/0/0); 15 (21/0/0); 18 (12/0/0); 22 (10/0/0). A presidenta abriu a palavra, não havendo inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado o texto original.**

13. Produzir uma cartilha sobre a questão do direito de imagem e direito autoral na relação com o teletrabalho, que foi amplamente experimentado durante a pandemia e que terá desdobramentos nas IES pós-pandemia: O item 13 foi aprovado integralmente nos grupos: 1 (19/0/0); 3 (15/1/2); 15 (21/0/0); 18 (12/0/0); 22 (10/0/0); aprovado com modificação no Grupo: 4 (16/0/2). A presidenta abriu a palavra, não havendo inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado o texto compatibilizado, que ficou com a seguinte redação final: Lutar contra o uso indevido de imagem do docente e produzir uma cartilha sobre a questão do direito de imagem e direito autoral na relação com o teletrabalho, que foi amplamente experimentado durante a pandemia e que terá desdobramentos nas Universidades, Institutos Federais e Cefet no pós-pandemia.**

Encerradas as discussões sobre os itens constantes no TR 16 passou-se a discutir as propostas de inclusões de itens: As propostas de inclusões de novos itens foram aprovadas respectivamente nos seguintes grupos: 3 (15/0/1); 23 (13/0/0); 10 (14/0/2); 23 (13/0/0); 23 (13/0/0); 3 (18/0/0); e Grupo 10 (14/0/2). A presidenta abriu a palavra e o Sidney Ruocco da ADUFU, Ivan Carlos Neves da ADUFPA, Jorgetania Ferreira da ADUFU, Francisco Jacob Paiva da ADUA, Osmar Alencar Júnior da ADUFPI, Rafaela Cruz da ADUFERPE, Cláudio Ribeiro da diretoria e o Sidney Ruocco da ADUFU fizeram uso da palavra, não havendo mais inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **foram aprovadas as inclusões dos seguintes itens:**

14. Construção de agenda de luta do setor das IFES com as seguintes datas: 07 de abril - Dia mundial da saúde; 09 de abril - Dia nacional pelo FORA BOLSONARO; 11 a 14 de abril - Rodada de assembleias pela construção da greve dos SPFs; 25 a 29 de abril - Semana de luta do Setor da IFES: Em defesa da educação pública e pela recomposição salarial; 1º de maio - Dia dos trabalhadores e trabalhadoras.

14.1. Realizar uma semana de lutas em abril (25 a 29) incluindo paralisação, tendo como centralidade a defesa da pauta da Educação

Pública, pela recomposição salarial e por condições de trabalho. 15. Lutar contra as diferentes formas de controle de frequência de professores(as), em função da natureza do trabalho docente, cuja abrangência e indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão não podem ser niveladas pela simples métrica horária da jornada. 16. Fortalecer e potencializar ações que promovam o debate sobre as questões de saúde mental dos(as) docentes e demais servidores das instituições de ensino. 17. Intensificar a luta contra qualquer projeto de privatização interna, tais como PPP, EBSEH, OS, prestação de serviços e de consultoria para empresas que visam ao lucro. 18. Lutar pela revogação do decreto-lei nº10.620 de 05 de fevereiro de 2021 e contra qualquer lei similar que venha interferir na gestão de pensões e aposentadorias do conjunto dos Servidores Públicos. 19. Lutar pelo ressarcimento dos custos do trabalho remoto, impedindo que o ônus recaia sobre trabalhadores e trabalhadoras da educação. 20. Intensificar a luta e exigir paridade e integralidade para os ativos, aposentados(as) e pensionistas. Foi aprovada também a recomendação: que o tema seja debatido no setor das IFES após o 40º Congresso: 20. Defender a importância dos colégios, institutos, escolas de aplicação, bem como das unidades de educação infantil das IFES como espaços de formação de professor(a)s de prática pedagógica e campo de estágio, e fundamentalmente como meio de integração entre a Educação Básica e Educação Superior no desenvolvimento do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, exigindo do MEC e das reitorias sua responsabilidade com a manutenção desses espaços formativos. 21. Dar continuidade à luta em defesa dos Institutos Federais e Cefet, Colégios técnicos, de aplicação e federais e que aos seus docentes seja atribuído o mesmo nível de autonomia de seus/suas docentes; 22. Intensificar a luta pela reversão da nomeação de interventores, respeitando o resultado do mais votado nos processos de consulta já realizados. 23. Exigir equivalência da remuneração e das condições de trabalho dos professores substitutos com a dos docentes efetivos com a mesma titulação e regime de trabalho contemplando a isonomia remuneratória no primeiro nível de carreira docente; 24. Dar continuidade à luta para que as promoções e as progressões na carreira docente sejam implementadas pelas instituições a partir da data em que se completa o interstício em termos financeiros e administrativos e denunciando a nota técnica 2.556/2018 do Ministério do Planejamento, que indica o não pagamento do retroativo. 25. Dar continuidade à luta pela liberdade de pensamento e de expressão, e contra a crescente criminalização de professores e perseguição àqueles que lutam em defesa da educação pública; 26. Intensificação da luta pela regularização dos pagamentos referentes aos adicionais de insalubridade e periculosidade, que foram arbitrariamente interrompidos; 27. Dar continuidade à luta pela garantia de condições adequadas de funcionamento dos novos cursos, especialmente nos campi descentralizados, inclusive com a construção de prédios e instalações próprios onde for necessário, para que a comunidade acadêmica possa desenvolver com qualidade o trabalho indissociável de ensino, pesquisa e extensão; 28. Continuar a luta pela garantir da liberação para o exercício de mandato classista, sem perda da remuneração e dos demais direitos, mediante alteração do Art. 92 da Lei nº 8112/90 (RJU); 29. Ampliar a luta pelo apoio à formação e qualificação docente com direito à afastamento integral, salários, bolsa, remuneração e carga horária disponível, conforme os princípios do Caderno 2. 30. Dar continuidade à luta pela democratização das agências públicas de fomento à pesquisa, mantendo seu caráter público necessário ao fortalecimento científico-tecnológico do país. 31. Construir uma campanha nacional, com apoio financeiro do Fundo de Mobilização do ANDES-SN a) Pela revogação imediata de todas as nomeações de reitores não eleitos e pela imediata posse dos reitores eleitos pelas comunidades universitárias dos Institutos Federais, Cefet e Universidades públicas no Brasil; 32.

Intensificar a luta para que os resultados dos processos eleitorais da comunidade acadêmica sejam implementados e respeitados, garantindo a sua homologação no âmbito da própria instituição, respeitando-se o princípio da autonomia das universidades. 38.1. Intensificar a luta pela reversão da nomeação de interventores, respeitando o resultado do mais votado nos processos de consulta já realizados

Encerradas as discussões sobre esse TR, a presidenta abriu a discussão sobre a aprovação do TR como um todo, como não houve inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **o TR 16 foi aprovado como um todo.** Em sequência, iniciou-se a discussão do TR 17: **Texto 17 – DEFESA DA CATEGORIA, DOS DIREITOS E DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO -**

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre Macedo (ADUFPB); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); Antonia Costa Andrade (SINDUFAP); Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCG); Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFPEL); Carlos Costa (ADCESP), Carlos Rinaldo Nogueira Martins (SINDUFAP); Cássio Alves (APUFPR); Celeste Pereira (ADUFPEL); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES); Ceres Torres (ADUFPEL); Claudia March (ADUFF); David Junior de Souza Silva (SINDUFAP); Diana Regina dos Santos Alves Ferreira (SINDUFAP); Elaine da Silva Neves (ADUFPEL); Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE); Eliane Fazolo (ADUR-RJ); Epitácio Macário Moura (SINDUECE); Erlenias Sobral do Vale (SINDUECE); Fabiola Kato (ADUFPA); Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG); Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE); Francisco Santiago (SINDUFAP); Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFSBA); Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL); Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR); Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP); Janete Brito (ADCESP); José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL); José dos Santos Souza (ADUR-RJ); José Raphael Bokehi (ADUFF); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ); Lorena Moraes (ADCESP); Lúcia Izabel Silva (ADUFPA); Luciano Coutinho (ADUFRJ); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE); Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL); Luiz Paiva Carapeto (ADUFPEL); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ); Maria Angélica da Gama Caral Coutinho (ADUR-RJ); Maria da Conceição Rosa Cabral (ADUFPA); Maria da Conceição dos Santos Costa (ADUFPA); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); Maria Edilene S. Ribeiro (ADUFPA); María Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS); Maria Isabel Duarte Rodrigues (ADUFPA); Maria Suely Soares (APUFPR); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Milena Martinez (APUFPR); Olgaíses Maués (ADUFPA); Omar Albomoz (ADCESP); Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP); Raquel Angela Speck (APUFPR); Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPB); Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA); Rosângela Assunção (ADCESP); Rosely Cabral Giordano (ADUFPA); Sandra Alessi (APUFPR); Savana Diniz (APUBH); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Sônia Maria Araújo (ADUFPA); Sônia Regina Teixeira (ADUFPA); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Valdelaine Mendes (ADUFPEL); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA); Vilson Aparecido da Mata (APUFPR); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA), Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP).

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA: A - No âmbito dos SPF: 1. Intensificar a ação organizativa e de luta com os demais servidores públicos federais, buscando também construir uma pauta articulada com os trabalhadores dos serviços públicos nas três esferas federadas, incluindo os trabalhadores das Estatais e os terceirizados; 2. Desencadear campanha salarial exigindo negociação com o Governo a partir dos seguintes eixos: 2.1 Reposição das perdas salariais decorrentes da corrosão inflacionária; 2.2 Recuperação das perdas históricas; 2.3 Política salarial permanente com valorização do salário-base e a incorporação das gratificações; 2.4 Exigir condições de

trabalho especiais enquanto durar a pandemia, tanto no trabalho remoto como no retorno presencial, fornecendo os insumos e as adaptações necessárias para tal; 2.5 Recuperação da paridade entre servidores ativos, aposentados e pensionistas; 2.6 Definição da data-base em 1º de maio; 2.7 Pagamento imediato de todos os precatórios; 2.8 Valorização dos serviços e dos servidores públicos com reforço orçamentário, especialmente aos setores responsáveis pela formulação e promoção das políticas sociais. 2.9 Intensificar a luta contra as “contrarreformas” que retiram direitos dos trabalhadores e da população, em especial à PEC32/2020 e ao conceito de “teto de gastos”, que prioriza o direcionamento do orçamento público para remuneração financeira em detrimento das políticas sociais; 2.10 Restauração dos direitos dos servidores públicos suprimidos do texto original da Lei nº 8112/90 (RJU); 3. Lutar para reverter o confisco salarial praticado pelo governo a título de aumento das contribuições previdenciárias, inclusive com esdrúxula inclusão dos próprios aposentados nesse desconto; 4. Elaborar um calendário de lutas nacionalmente articulado, em acordo com as demais categorias do serviço público, de modo a contemplar: a) Jornada Unificada de luta contra a PEC 32/2020 a ser realizada nos Estados e em Brasília, acompanhando a sua tramitação no Congresso Nacional; b) Dia de luta unificada por uma data-base e Campanha Salarial: 1º de Maio. c) Ações Unificadas nos Estados sobre a Campanha Salarial, culminando com grande Ato em Brasília – março a junho. d) Intensificar a construção da Greve Unificada dos SPF, de acordo a pauta protocolada no dia 18 de janeiro de 2022 no Ministério da Economia. B – No âmbito do Setor das Federais: prioridades na pauta de lutas em 2022: 1. Lutar pela recomposição orçamentária e ampliação do orçamento público adequado para funcionamento e expansão das Universidades e dos Institutos Federais e CEFETs; 2. Lutar contra os contingenciamentos orçamentários; 3. Intensificar a luta para que os resultados dos processos eleitorais de consulta à comunidade acadêmica sejam respeitados, garantindo a sua homologação no âmbito da própria instituição, revertendo a nomeação de interventores; 4. Exigir que o MEC e as reitorias assumam a responsabilidade e a importância dos Colégios de Aplicação para o desenvolvimento da Educação Básica; 5. Exigir que aos Institutos Federais, CEFETs e seus docentes seja atribuído o mesmo nível de autonomia das Universidades; 6. Lutar por condições de trabalho adequadas levando em conta as necessidades atuais decorrentes da pandemia, como o ensino remoto emergencial e o retorno presencial; 7. Exigir reposição salarial imediata revertendo a corrosão inflacionária e promovendo a recuperação das perdas históricas; 8. Retomar a luta pela negociação por remuneração integral e isonômica dos integrantes de mesmo nível da carreira, que unifique em apenas uma linha no contracheque os percentuais correspondentes à titulação e ao regime de trabalho. Os percentuais de acréscimos relativos à titulação serão: de 75% para Doutor ou Livre-docente; de 37,5% para Mestre; de 18% para Especialização; de 7,5% para Aperfeiçoamento. Tendo por base o regime de 20 horas semanais, os percentuais de acréscimo relativo ao regime de trabalho serão: 100% para o regime de 40 horas; 210% para o regime de DE. Intervalo remuneratório em percentual constante entre os níveis da carreira; 9. Exigir reposicionamento dos docentes aposentados e seus pensionistas, de forma a resguardar a posição do docente em relação ao topo da carreira na data da aposentadoria, considerando a garantia dos direitos decorrentes da aplicação do Art. 192, da Lei nº 8.112/90 (RJU); 10. Retomar a luta e exigir paridade e integralidade para os aposentados; 11. Garantir a manutenção dos valores destinados a cobrir as despesas de pessoal e os encargos dos aposentados e pensionistas com recursos do Tesouro Nacional, no orçamento e na folha de pagamentos da IFES de origem, bem como a relação administrativa desses docentes. Esse pagamento não será incluído a título de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino; 12. Exigir equivalência da remuneração e das condições de trabalho dos professores substitutos com a dos docentes efetivos com a mesma titulação e regime de trabalho; 13. Lutar para garantir que as promoções e as progressões

na carreira docente sejam a partir da data em que se completa o interstício em termos financeiros e administrativos; 14. Lutar pela liberdade de pensamento e de expressão, e contra a crescente criminalização e perseguição àqueles que lutam em defesa da educação pública; 15. Lutar pela regularização dos pagamentos referentes aos adicionais de insalubridade e periculosidade, que foram arbitrariamente interrompidos; 16. Garantir as condições adequadas de funcionamento dos novos cursos, especialmente nos campi descentralizados, para que a comunidade acadêmica possa desenvolver com qualidade o trabalho indissociável de ensino, pesquisa e extensão; 17. Garantir a liberação para o exercício de mandato classista, sem perda da remuneração e dos demais direitos, mediante alteração do Art. 92 da Lei nº 8112/90 (RJU); 18. Ampliar o apoio à capacitação docente com direito à bolsa e carga horária disponível; 19. Lutar para recomposição e ampliação de recursos orçamentários institucionais para pesquisa e extensão; 20. Lutar pela democratização das agências de fomento à pesquisa como CAPES, CNPq e FINEP; 2. Protocolar as pautas junto ao governo federal e às reitorias, exigindo a instalação de mesas de negociações; 3. Estabelecer uma agenda nacional de mobilização, convocando a categoria para a luta em defesa dos direitos, das condições de trabalho, das Universidades Federais, dos Institutos Federais e CEFETs: a) Paralisação exigindo a recomposição do orçamento das IFES – abril. b) Paralisação pela recomposição e ampliação do orçamento da ciência e tecnologia – abril. c) Dia de luta e lançamento de campanha salarial – 1º de Maio. d) Construir uma jornada de luta referente a carreira e campanha salarial – março e junho. e) Construção de Greve da Categoria - a partir de rodadas de assembleias de base e debates sobre as condições orçamentárias da IFES, condições de trabalho e estudos, carreira e campanha salarial. e) Construção de Greve da Categoria - a partir de rodadas de assembleias de base e debates sobre as condições orçamentárias das IFES, condições de trabalho e estudos, carreira e campanha salarial, autonomia universitária, caso não seja criada mesa de negociações por parte do governo, a partir dos protocolos das pautas e campanha salarial enviados pelo ANDES-SN em articulação com os SPF. 4. Retomar e atualizar os Cadernos (iniciado com a greve de 2012) sobre Precarização das Condições de Trabalho nas IFES, com o processo de sufocamento e contingenciamento orçamentários, levando-se em consideração as questões de segurança sanitária impostas pela situação da saúde pública (Covid-19 e decorrências sanitárias) a todas as instituições. 5. Realizar estudos, publicações e debates que orientem a luta sobre o impacto do Ensino Remoto Emergencial e, conseqüentemente, das diversas regulamentações via MEC e IES para um processo de ampliação da carga horária em EAD nos cursos presenciais, resultando em alteração do trabalho docente e da própria carreira docente. Iniciando a discussão do TR 17 passou-se à discussão item a item, começando pelo ponto A - No âmbito dos SPF: item 1. Intensificar a ação organizativa e de luta com os demais servidores públicos federais, buscando também construir uma pauta articulada com os trabalhadores dos serviços públicos nas três esferas federadas, incluindo os trabalhadores das Estatais e os terceirizados: O item 1 foi suprimido nos grupos: 1 (19/1/1); 4 (10/1/5); 14 (16/0/1); aprovado integralmente nos grupos: 10 (16/0/0); 18 (12/0/0). A presidenta abriu a palavra, Edivania Alves ADUFPA, Augusto Cerqueira da APESJF, Markos Klenz da diretoria, Rodrigo Pereira da APUB, Jozivaldo Cunha da ADUFCG, Osmar Alencar Júnior da ADUFPI, Wagner Curi Filho da ADUFOP, Luciano Mendonça da ADUFCG e Alberto Handfas da ADUNIFESP fizeram uso da palavra, não havendo mais inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovada a supressão**. Antes das discussões do dia 30/03/2022, às 10h08, foram apresentadas duas solicitações de novos crachás uma de Luiz Alexandre Osley da Rocha da ADUFES e a outra solicitação da Cláudia L. Piccinini da ADUFRJ, solicitações aprovadas. **2. Desencadear campanha salarial exigindo negociação com o Governo a partir dos seguintes eixos: 2.1 Reposição das perdas salariais decorrentes da corrosão inflacionária; 2.2 Recuperação**

das perdas históricas; **2.3 Política salarial permanente com valorização do salário-base e a incorporação das gratificações;** **2.4 Exigir condições de trabalho especiais enquanto durar a pandemia, tanto no trabalho remoto como no retorno presencial, fornecendo os insumos e as adaptações necessárias para tal;** **2.5 Recuperação da paridade entre servidores ativos, aposentados e pensionistas;** **2.6 Definição da data-base em 1º de maio;** **2.7 Pagamento imediato de todos os precatórios;** **2.8 Valorização dos serviços e dos servidores públicos com reforço orçamentário, especialmente aos setores responsáveis pela formulação e promoção das políticas sociais.** **2.9 Intensificar a luta contra as “contrarreformas” que retiram direitos dos trabalhadores e da população, em especial a PEC32/2020 e o conceito de “teto de gastos”, que prioriza o direcionamento do orçamento público para remuneração financeira em detrimento das políticas sociais;** **2.10 Restauração dos direitos dos servidores públicos suprimidos do texto original da Lei nº 8112/90 (RJU):** O item 2, como um todo, foi aprovada a supressão nos grupos: 1 (18/1/1); 13 (9/8/1); 23 (4/8/0); aprovado integralmente no grupo: 18 (12/0/0). A presidenta abriu a palavra, Serginei Liberato da ADUFERPE, Mário Mariano da diretoria, Jozevaldo Cunha da ADUFCG, Wagner Curi Filho da ADUFOP, Luciano Lima da ADUFCG, e Alberto Handfas da ADUNIFESP fizeram uso da palavra para as discussões, já Mario Mariano e Amauri Fragoso, ambos da diretoria, fizeram o encaminhamento de incorporar todo o item 2, do TR 17, no TR 16 como uma forma de compatibilização, não havendo mais inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovada a proposta de encaminhamento da diretoria.** **3. Lutar para reverter o confisco salarial praticado pelo governo a título de aumento das contribuições previdenciárias, inclusive com esdrúxula inclusão dos próprios aposentados nesse desconto:** O item 3 foi aprovado integralmente no grupo: 10 (16/0/0); aprovado com modificação nos grupos: 4 (13/0/3); 18 (0/0/0). A presidenta abriu a palavra, não havendo inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado o texto modificado.** **4. Elaborar um calendário de lutas nacionalmente articulado, em acordo com as demais categorias do serviço público, de modo a contemplar:** a) Jornada Unificada de luta contra a PEC 32/2020 a ser realizada nos Estados e em Brasília, acompanhando a sua tramitação no Congresso Nacional; b) Dia de luta unificada por uma data-base e Campanha Salarial: 1º de Maio. c) Ações Unificadas nos Estados sobre a Campanha Salarial, culminando com grande Ato em Brasília – março a junho. d) Intensificar a construção da Greve Unificada dos SPF, de acordo a pauta protocolada no dia 18 de janeiro de 2022 no Ministério da Economia: O item 4, como um todo, foi aprovada a supressão nos grupos: 1 (19/1/1); 13 (18/1/2); 23 (13/0/0); aprovado integralmente nos grupos: 4 (13/0/3); 10 (16/0/0). A presidenta abriu a palavra, não havendo inscrições, a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovada a supressão desse item como um todo.** Dando continuidade às discussões, iniciaram-se nesse momento as discussões do ponto B – No âmbito do Setor das Federais: prioridades na pauta de lutas em 2022: item 1. Lutar pela recomposição orçamentária e ampliação do orçamento público adequado para funcionamento e expansão das Universidades e dos Institutos Federais e CEFETs: O item 1 foi aprovada sua supressão no grupo: 1 (17/2/2); aprovado integralmente nos grupos: 10 (16/0/0); 18 (12/0/0). A presidenta abriu a palavra, Mário Mariano da diretoria apresentou proposta de supressão desse item por estar superado pelos itens aprovados no TR 16, não havendo mais nenhuma inscrição, a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovada a supressão desse item.** **2. Lutar contra os contingenciamentos orçamentários:** O item 2 foi aprovada sua supressão no grupo: 1 (17/2/2); aprovado integralmente nos grupos: 10 (16/0/0); 18 (12/0/0). A presidenta abriu a palavra, Mário Mariano da diretoria apresentou proposta de supressão desse item por estar superado pelos itens aprovados no TR 16, não havendo mais nenhuma inscrição, a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovada a supressão desse item.** **3. Intensificar a luta para que os resultados dos processos eleitorais de consulta à comunidade acadêmica sejam**

respeitados, garantindo a sua homologação no âmbito da própria instituição, revertendo a nomeação de interventores: O item 3 foi suprimido no grupo: 1 (17/2/2); aprovado integralmente nos Grupos: 10 (16/0/0); 18 (12/0/0); e aprovado com modificação no grupo: 17 (10/1/1). A presidenta abriu a palavra, uma proposta de compatibilização com o TR 18 das intervenções foi apresentada pelo Mário Mariano da diretoria, a professora Vera Jacob Chaves da ADUFPA apresentou um questionamento que foi esclarecido pelo Mário Mariano da diretoria, não havendo mais nenhuma inscrição, a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovada a proposta compatibilizada.**

4. Exigir que o MEC e as reitorias assumam a responsabilidade e a importância dos Colégios de Aplicação para o desenvolvimento da Educação Básica: O item 4 foi aprovado integralmente nos grupos: 10 (16/0/0); 18 (12/0/0); aprovado com modificação nos grupos: 1 (19/0/1); 13 (14/3/2); 17 (10/1/1). A presidenta apresentou uma proposta de compatibilização da mesa, aberta a palavra, o Antonio Lisboa Leitão de Souza da ADUFCG apresentou um pedido de alteração acatado pela mesa e Maria Cristina Miranda da ADUFRJ destacou a inclusão de termos na proposta de compatibilização, Laura Souza Fonseca da ANDES/UFRGS, Joana Xênia Rabelo Ferreira da ASDUERJ, Paulo Cesar Centoducatte da ADUNICAMP, foi colocado no cabide, quando retomada a discussão, a mesa leu a proposta compatibilizada apresentada em comum acordo com as manifestações e sugestões, Maria Cristina Miranda da ADUFRJ esclareceu a proposta de compatibilização, não havendo mais inscrições, a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovada a proposta compatibilizada.**

5. Exigir que aos Institutos Federais e CEFETs e seus docentes seja atribuído o mesmo nível de autonomia das Universidades: O item 5 foi aprovado integralmente nos grupos: 10 (16/0/0); 18 (12/0/0); aprovado com modificação no grupo: 1 (21/0/0). A presidenta abriu a palavra, Maria Cristina Miranda da ADUFRJ, Ivan Carlos Ferreira Alves da ADUFPA, Wagner Ragi Curi Filho da ADUFOP, Regina Cohen Barros ADUR-RJ, Osmar Gomes de Alencar Júnior da ADUFPI, Sidiney Ruocco Junior da ADUFU, Marcia Santos Lemos da ADUSB, Raimundo Wanderley Padilha da SINDUNIFESSPA, Lisleandra Machado da APESJF, Antonio Lisboa Leitão de Souza da ADUFCG fizeram uso da palavra, posto em votação a abertura de um novo bloco para inscrições não foi aberto novo bloco de discussão, a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovada a proposta de compatibilização.**

6. Lutar por condições de trabalho adequadas levando em conta as necessidades atuais decorrentes da pandemia, como o ensino remoto emergencial e o retorno presencial: O item 6 foi aprovada sua supressão no grupo: 1 (18/3/0); aprovado integralmente nos grupos: 10 (16/0/0); 18 (12/0/0). A presidenta abriu a palavra, Mário Mariano da diretoria apresentou proposta para remeter para o GTPE, não havendo mais inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado remeter esse item para o GTPE.**

7. Exigir reposição salarial imediata revertendo-se a corrosão inflacionária e promovendo a recuperação das perdas históricas: O item 7 foi aprovada sua supressão no grupo: 1 (18/3/0); aprovado integralmente nos grupos: 10 (16/0/0); 18 (12/0/0). A presidenta abriu a palavra, o Mário Mariano da diretoria usou a palavra, como não houve mais nenhuma inscrição a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovada a supressão.**

8. Retomar a luta pela negociação por remuneração integral e isonômica dos integrantes de mesmo nível da carreira, que unifique em apenas uma linha no contracheque os percentuais correspondentes à titulação e ao regime de trabalho. Os percentuais de acréscimos relativos à titulação serão: de 75% para Doutor ou Livre-docente; de 37,5% para Mestre; de 18% para Especialização; de 7,5% para Aperfeiçoamento. Tendo por base o regime de 20 horas semanais, os percentuais de acréscimo relativo ao regime de trabalho serão: 100% para o regime de 40 horas; 210% para o regime de DE. Intervalo remuneratório em percentual constante entre os níveis da carreira: O item 8 foi aprovado integralmente nos grupos: 10 (16/0/0); 18 (12/0/0); aprovado com modificação nos grupos: 1 (16/1/2); 14 (16/0/0); 17 (14/0/1). A presidenta

abriu a palavra, foi apresentada uma proposta de compatibilização, Elizabete Zardo Búrigo da ANDES/UFRGS, Luiz Henrique Schuch da ADUFPEL, Cláudio Resende Ribeiro da ADUFRJ, Fernando José de Paula Cunha da ADUFPB, Ivan Carlos Ferreira da ADUFPA fizeram uso da palavra, Elizabete Zardo Búrigo da ANDES/UFRGS apresentou proposta de encaminhamento para remeter esse item para o Tema III, o Luiz Henrique Schuch da ADUFPEL contestou o encaminhamento, não havendo mais inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado remeter esse item para o Tema III. 9. Exigir reposicionamento dos docentes aposentados e seus pensionistas, de forma a resguardar a posição do docente em relação ao topo da carreira na data da aposentadoria, considerando a garantia dos direitos decorrentes da aplicação do Art. 192, da Lei nº 8.112/90 (RJU):** O item 9 foi aprovado integralmente nos grupos: 10 (16/0/0); 18 (12/0/0). A presidenta abriu a palavra, como não houve inscrições, a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado esse item. 10. Retomar a luta e exigir paridade e integralidade para os aposentados:** O item 10 foi aprovado integralmente no grupo: 18 (12/0/0); aprovado com modificação nos grupos: 13 (19/0/0); 14 (16/0/1). A presidenta apresentou a proposta de compatibilização e abriu a palavra, como não houve inscrições, a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovada a proposta de compatibilização. 11. Garantir a manutenção dos valores destinados a cobrir as despesas de pessoal e os encargos dos aposentados e pensionistas com recursos do Tesouro Nacional, no orçamento e na folha de pagamentos da IFES de origem, bem como a relação administrativa desses docentes. Esse pagamento não será incluído a título de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:** O item 11 foi aprovado integralmente nos grupos: 10 (16/0/0); 18 (12/0/0). A presidenta abriu a palavra, como não houve inscrições, a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado esse item. 12. Exigir equivalência da remuneração e das condições de trabalho dos professores substitutos com a dos docentes efetivos com a mesma titulação e regime de trabalho:** O item 12 foi aprovado integralmente nos grupos: 10 (16/0/0); 18 (12/0/0); aprovado com modificação no grupo: 17 (10/0/0). A presidenta abriu a palavra, não houve inscrições, a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovada a proposta de modificação. 13. Lutar para garantir que as promoções e as progressões na carreira docente sejam a partir da data em que se completa o interstício em termos financeiros e administrativos:** O item foi aprovado integralmente nos grupos: 10 (16/0/0); 18 (12/0/0); aprovado com modificação nos grupos: 13 (22/0/1); 14 (16/0/1); 17 (9/0/0). A presidenta abriu a palavra apresentando uma proposta de compatibilização elaborada pela mesa, aberta a discussão, Elizabete Zardo Búrigo da ANDES/UFRGS, Alcides Pontes Remijo da ADUFG, André Guimarães da SINDUFAP, Neila da Diretoria, Sidiney Ruocco Junior da ADUFU fizeram uso da palavra, após discussões chegou-se a um texto de compatibilização, não havendo mais inscrições, a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovada a proposta compatibilizada em consonância com a mesa e a plenária.** A presidenta apresentou a proposta de não prorrogação da plenária no período da manhã, Liliane Maria Macedo Machado da ADUNB apresentou proposta de prorrogação no período da manhã, como não houve mais inscrições a presidenta abriu o regime de votação com as duas propostas, **foi aprovada a proposta de não prorrogação no período da manhã. 14. Lutar pela liberdade de pensamento e de expressão, e contra a crescente criminalização e perseguição àqueles que lutam em defesa da educação pública:** O item 14 foi aprovado integralmente nos grupos: 10 (16/0/0); 18 (12/0/0); aprovado com modificação no grupo: 17 (9/0/0). A presidenta abriu a palavra, não havendo nenhuma inscrição, a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovada a proposta de modificação. 15. Lutar pela regularização dos pagamentos referentes aos adicionais de insalubridade e periculosidade, que foram arbitrariamente interrompidos:** O item 15 foi aprovado integralmente nos grupos: 10 (16/0/0); 18 (12/0/0); aprovado com modificação no grupo: 17 (0/0/0). A presidenta abriu a palavra informando que a mesa

indicava a aceitação da proposta de modificação aprovada no grupo 17, não havendo inscrições, a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovada a proposta de modificação: Intensificação da luta pela regularização dos pagamentos referentes aos adicionais de insalubridade e periculosidade, que foram arbitrariamente interrompidos.** 16. Garantir as condições adequadas de funcionamento dos novos cursos, especialmente nos campi descentralizados, para que a comunidade acadêmica possa desenvolver com qualidade o trabalho indissociável de ensino, pesquisa e extensão: O item 16 foi aprovado integralmente nos grupos: 10 (16/0/0); 18 (12/0/0); aprovado com modificação nos grupos: 13 (19/0/0); 14 (16/1/0); 17 (9/0/0). A presidenta apresentou a proposta de compatibilização elaborada pela mesa, a seguir abriu a palavra, não havendo inscrições, a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovada a proposta de compatibilização: Dar continuidade à luta pela garantia de condições adequadas de funcionamento dos novos cursos, especialmente nos campi descentralizados, inclusive com a construção de prédios e instalações próprios onde for necessário, para que a comunidade acadêmica possa desenvolver com qualidade o trabalho indissociável de ensino, pesquisa e extensão.** 17. Garantir a liberação para o exercício de mandato classista, sem perda da remuneração e dos demais direitos, mediante alteração do Art. 92 da Lei nº 8112/90 (RJU): O item 17 foi suprimido no grupo: 13 (15/4/2); aprovado integralmente nos grupos: 10 (16/0/0); 18 (12/0/0); e aprovado com modificação no grupo: 17 (9/0/0). A presidenta informou que a mesa acolhia a proposta de modificação, aberta a palavra não houve inscrições, a presidenta a seguir abriu o regime de votação, **foi aprovada a proposta de modificação.** 18. Ampliar o apoio à capacitação docente com direito à bolsa e carga horária disponível: O item 18 foi aprovado integralmente nos grupos: 10 (16/0/0); 18 (12/0/0); aprovado com modificação nos grupos: 13 (21/0/0); 14 (15/0/0); 17 (0/0/0). A presidenta apresentou uma proposta de modificação e abriu a palavra, Laura Souza Fonseca da ANDES/UFRGS apresentou uma sugestão de alteração, Dulce Maria Sucena da Rocha da ADUNB, Mário Mariano da Diretoria, Cláudio Resende Ribeiro da ADUFRJ, Erika Suruagy Assis de Figueiredo da ADUFERPE fizeram uso da palavra. Laura Souza Fonseca da ANDES/UFRGS apresentou uma proposta de compatibilização e Erika Suruagy Assis de Figueiredo da ADUFERPE manteve a proposta aprovada no grupo misto 13, Augusto Santiago Cerqueira da APESJF, Marttem Costa de Santana da ADUFPI, a partir dessas falas foi construída uma nova proposta de compatibilização, não havendo nenhuma outra inscrição, a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovada essa nova proposta de compatibilização.** 19. Lutar para recomposição e ampliação de recursos orçamentários institucionais para pesquisa e extensão: O item 19 foi aprovado integralmente nos grupos: 10 (16/0/0); 18 (12/0/0). A presidenta abriu a palavra, não houve nenhuma inscrição, a presidenta, então, abriu o regime de votação, **foi aprovado esse item.** 20. Lutar pela democratização das agências de fomento à pesquisa como CAPES, CNPq e FINEP: O item 20 foi aprovado integralmente nos grupos: 10 (16/0/0); 18 (12/0/0); aprovado com modificação no grupo: 17 (8/1/0). A presidenta informou que a mesa acolhia a proposta de modificação, aberta a palavra não houve inscrições, a presidenta a seguir abriu o regime de votação, **foi aprovada a proposta de modificação.** 2. Protocolar as pautas junto ao governo federal e às reitorias, exigindo a instalação de mesas de negociações: O subitem 2 foi aprovada sua supressão no grupo: 17 (9/0/0); aprovado integralmente nos grupos: 10 (16/0/0); 18 (12/0/0). A presidenta abriu a palavra, o Mario Mariano da diretoria defendeu a proposta de supressão, não havendo mais nenhuma inscrição, a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovada a proposta de supressão.** 3. Estabelecer uma agenda nacional de mobilização, convocando a categoria para a luta em defesa dos direitos, das condições de trabalho, das Universidades Federais, dos Institutos Federais e CEFETs a) Paralisação exigindo a recomposição do orçamento das IFES – abril, b) Paralisação pela recomposição e ampliação do orçamento da ciência e tecnologia – abril. c) Dia de luta e

lançamento de campanha salarial – 1º de Maio. d) Construir uma jornada de luta referente a carreira e campanha salarial – março e junho. e) Construção de Greve da Categoria - a partir de rodadas de assembleias de base e debates sobre as condições orçamentárias da IFES, condições de trabalho e estudos, carreira e campanha salarial e) Construção de Greve da Categoria - a partir de rodadas de assembleias de base e debates sobre as condições orçamentárias da IFES, condições de trabalho e estudos, carreira e campanha salarial, autonomia universitária, caso não seja criada mesa de negociações por parte do governo, a partir dos protocolos das pautas e campanha salarial enviados pelo ANDES-SN em articulação com os SPF: O subitem 3 foi aprovado integralmente nos grupos: 10 (16/0/0); 18 (12/0/0); aprovado com modificação no grupo: 17 (9/0/0). A presidenta argumentou que esse item já tinha sido superado, aberta a palavra não houve inscrições, a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovada a supressão desse item.**

4. Retomar e atualizar os Cadernos (iniciado com a greve de 2012) sobre Precarização das Condições de Trabalho nas IFES, com o processo de sufocamento e contingenciamento orçamentários, levando-se em consideração as questões de segurança sanitária impostas pela situação da saúde pública (Covid-19 e decorrências sanitárias) a todas as instituições: O subitem 4 foi aprovado integralmente no grupo: 10 (16/0/0); 18 (12/0/0). A presidenta abriu a palavra, não houve inscrições, a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado esse item.**

5. Realizar estudos, publicações e debates que orientem a luta sobre o impacto do Ensino Remoto Emergencial e, conseqüentemente, das diversas regulamentações via MEC e IES para um processo de ampliação da carga horária em EAD nos cursos presenciais, resultando em alteração do trabalho docente e da própria carreira docente: O subitem 5 foi aprovado integralmente no grupo: 10 (16/0/0); 18 (12/0/0). A presidenta abriu a palavra, não houve inscrições, a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado esse item e aprovado o TR 17 como um todo.** Em seqüência iniciou-se a discussão do TR 18: **Texto 18 – INTENSIFICAR A LUTA PARA PÔR FIM ÀS INTERVENÇÕES DO GOVERNO BOLSONARO NAS IFES** - Contribuição de Assembleia Geral da ADUFPB, realizada em 9 de fevereiro de 2022, Diretoria da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, Diretoria da ADUFPel SSind, Diretoria da ADUFC Sindicato, Diretoria da Associação dos Docentes da UFES (ADUFES), Diretoria da APUR- Associação dos Professores Universitários do Recôncavo, Diretoria da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal da Fronteira Sul (SINDUFFS), Diretoria da ADUFVJM - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diretoria da ADUFERSA – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Semi-Árido, Diretoria da ADUR-RJ S.Sind, Agenor Pina da Silva (ADUNIFEI), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Marcelo Chuei Matsudo (ADUNIFEI), Nelson Manzanares Filho (ADUNIFEI). **O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:** 1. *A articulação de campanha nacional, com apoio financeiro do Fundo de Mobilização do ANDES-SN: a) pela revogação imediata de todas as nomeações de reitores não eleitos e pela imediata posse dos reitores eleitos pelas comunidades universitárias dos Institutos e Universidades públicas no Brasil; b) pela revogação das Leis nº 5540/68 e 9192/95 e do Decreto nº 1916/96, e pelo respeito à democracia e autonomia das instituições federais de ensino, em conformidade com a Constituição Federal de 1988.* 2. *Realização de um encontro nacional das seções do ANDES-SN nas IFES sob intervenção e criação de um espaço nacional permanente de mobilização, articulação e compartilhamento de experiências de luta contra as intervenções.* 3. *Articulação com outros segmentos da comunidade universitária, movimentos, sindicatos e entidades democráticas contra as intervenções.* 4. *Debater, no âmbito dessa articulação, a necessidade e a pertinência de uma legislação que garanta a autonomia e a democracia universitárias.* Iniciando a discussão do TR 18 passou-se à discussão item a item, começando pelo item 1. A articulação de campanha nacional, com apoio financeiro do Fundo de

Mobilização do ANDES-SN: O item 1 foi aprovada sua supressão no grupo: 14 (16/0/0); aprovado integralmente no grupo: 18 (12/0/0); aprovado com modificação nos grupos: 6 (15/0/1); 7 (21/0/0); 14 (17/0/0); 16 (11/0/0); 23 (13/0/0). A presidenta fez a leitura da proposta de compatibilização elaborada pela mesa, em seguida abriu a palavra, o Luiz Blume da diretoria informou que esse TR tem o mesmo texto do TR 23 e, por isso, propôs discutir as duas aqui nesse ponto. Como não houve nenhuma objeção, esse encaminhamento foi acolhido pela presidenta, não houve mais nenhuma inscrição, a presidenta abriu o regime de votação, **posto em votação foi aprovada a compatibilização. 1.a) pela revogação imediata de todas as nomeações de reitores não eleitos e pela imediata posse dos reitores eleitos pelas comunidades universitárias dos Institutos e Universidades públicas no Brasil:** O subitem 1.a foi aprovada a sua supressão no grupo: 14 (16/0/0); aprovado integralmente nos grupos: 10 (17/0/0); 18 (12/0/0); aprovado com modificação nos grupos: 6 (16/0/0); 7 (21/0/0); 15 (14/0/0). A presidenta apresentou as modificações, aberta a palavra, fizeram falas Bruno Anderson Matias da Rocha da ADUFC, Eblin Joseph Farage da ADUFF, Tarcilia Mantovan Atolini da ADUFVJM, Alcides Pontes Remijo da ADUFG, Iracema Oliveira Lima da ADUSB, José Eudes Baima Bezerra da SINDUECE, colocado em votação não foi aberto novo bloco de falas. Foi aberta discussão para construção de uma compatibilização a partir das propostas apresentadas, Eblin Joseph Farage da ADUFF apresentou uma questão de ordem para contribuir com o encaminhamento apontando a proposta de manutenção da proposta original, a mesa e a plenária concordaram, Elizabete Zardo Búrigo da ANDES/UFRGS apresentou proposta de supressão e houve proposta de modificação defendida por José Eudes Baima Bezerra da SINDUECE, não havendo mais inscrições, a presidenta abriu o regime de votação com as três propostas. **Foi aprovada a proposta de modificação. 1.b) pela revogação das Leis nº 5540/68 e 9192/95 e do Decreto nº 1916/96, e pelo respeito à democracia e autonomia das instituições federais de ensino, em conformidade com a Constituição Federal de 1988:** O subitem 1.b foi aprovado integralmente nos grupos: 6 (16/0/0); 10 (17/0/0); 18 (12/0/0). A presidenta apresentou as modificações, e abriu a palavra, Elizabete Zardo Búrigo da ANDES/UFRGS, Luiz Blume da diretoria fizeram falas, não havendo mais inscrições a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado. 2. Realização de um encontro nacional das seções do ANDES-SN nas IFES sob intervenção e criação de um espaço nacional permanente de mobilização, articulação e compartilhamento de experiências de luta contra as intervenções:** O item 2 foi aprovada sua supressão nos grupos: 6 (12/2/1); 14 (16/0/0); aprovado integralmente nos grupos: 10 (17/0/0); 18 (12/0/0). A presidenta abriu a palavra, Eblin Joseph Farage da ADUFF, Fernando José de Paula Cunha da ADUFPB, Daniel de Campos Antiquera da ADUFPB, Elisa Reis Guaraná de Castro da ADUR-RJ fizeram uso da palavra, posto em votação não foi aprovado novo bloco de falas, então a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado esse item.** 3. Articulação com outros segmentos da comunidade universitária, movimentos, sindicatos e entidades democráticas contra as intervenções: O item 3 foi aprovada sua supressão no grupo: 14 (16/0/0); aprovado integralmente nos grupos: 10 (17/0/0); 18 (12/0/0); e aprovado com modificação nos grupos: 6 (19/0/0); 7 (21/0/0); 15 (14/0/2); 16 (11/0/0). A presidenta apresentou as modificações e proposta de compatibilização, após a presidenta abriu a palavra, Viviane Becker Narvaes da ADUNIRIO, Carla Silvana Daniel Sartor da ADUNIRIO, Elizabete Zardo Búrigo da ANDES/UFRGS, Dileno Dustan Lucas de Souza da APESJF, Mário Mariano da diretoria, Osmar Gomes de Alencar Júnior da ADUFPI fizeram uso da palavra, posto em votação não foi aprovado novo bloco de falas, a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovado o texto da proposta de modificação com a seguinte redação: . Que o ANDES-SN e as suas seções sindicais intensifiquem a articulação com outros segmentos da comunidade universitária, movimentos, sindicatos e entidades democráticas contra as intervenções..** 4. Debater, no

âmbito dessa articulação, a necessidade e a pertinência de uma legislação que garanta a autonomia e a democracia universitárias: O item 4 foi aprovada sua supressão no grupo: 14 (16/0/0); aprovado integralmente nos grupos: 10 (17/0/0); 18 (12/0/0); aprovado com modificação nos grupos: 6 (14/2/0); 7 (21/0/0); 15 (14/0/2); 16 (11/0/0). A presidenta apresentou as modificações e a proposta de compatibilização, foi aberta a palavra e Luiz Acosta da ADUFRJ, Bruno Anderson Matias da Rocha da ADUFC, Ana Carolina Galvão Marsiglia da ADUFES, Marcia Santos Lemos da ADUSB, Luciano Mendonça de Lima da ADUFCG, Erika Suruagy Assis de Figueiredo da ADUFERPE, Antonio Lisboa Leitão de Souza da ADUFCG fizeram uso da palavra, posto em votação não foi aprovado novo bloco de falas. Foi apresentada uma proposta de compatibilização elaborada pela plenária, proposta de supressão e defesa da modificação do grupo 6, Dilenio Dustan Lucas de Souza da APESJF apresentou proposta de encaminhamento para colocação em votação das propostas já apresentadas, a presidenta abriu o regime de votação pela supressão, não havendo condições de chegar a um resultado por contraste foi necessário fazer a contagem de cada voto, sendo que essa contagem chegou aos seguintes números: 197 votos favoráveis a supressão, 155 votos contrários a supressão e 13 abstenções, **portanto foi aprovada a supressão do item 4.** Encerradas as discussões sobre esse TR a presidenta abriu a discussão sobre a aprovação do TR como um todo, como não houve inscrições a presidenta abriu o regime de votação, o **TR 18 foi aprovado como um todo.** Em sequência iniciou-se a discussão do TR 19: **TEXTO 19 – CONDIÇÕES SANITÁRIAS E ESTRUTURAIS COMO GARANTIAS PARA RETORNO PRESENCIAL** - Contribuição dos sindicalizado(a)s: Antônio Gautier Farias Falconieri (ADUERN-SSind), Flávia Spinelli Braga (ADUERN-SSind), Lemuel Rodrigues da Silva (ADUERN-SSind), Marcelo Vieira Magalhães (ADUERNSSind) Marcilio Lima Falcão (ADUERN-SSind), Rosimeiry Florêncio de Queiróz Rodrigues (ADUERNSSind). *O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA: 1. Pela luta em defesa da garantia de estrutura física de funcionamento das IES com segurança para o retorno presencial; 2. Pela aproximação do movimento estudantil e técnico administrativo com a finalidade de pressionar os reitore(a)s/governos na manutenção e reestruturação dos espaços físicos; 3. Que as seções sindicais reivindiquem junto aos governos/reitore(a)s os EPIs necessários para professores, estudantes e técnicos-administrativos. 4. Requerer que as universidades ampliem a política de bolsa de assistência a(o)s estudantes 5. Lutar em parceria com estudantes e técnicos para que as IES criem espaços de discussão acadêmica, de pesquisa e extensão sobre biossegurança, 6. Solicitar a criação de protocolos de biossegurança 7. Pleitear junto às reitorias a criação de equipes de monitoramento 8. Pela luta da categoria contra o retorno na forma de ensino híbrida. Iniciando a discussão do TR 19 passou-se à discussão item a item, começando pelo item 1. Pela luta em defesa da garantia de estrutura física de funcionamento das IES com segurança para o retorno presencial. 2. Pela aproximação do movimento estudantil e técnico administrativo com a finalidade de pressionar os reitore(a)s/governos na manutenção e reestruturação dos espaços físicos; 3. Que as seções sindicais reivindiquem junto aos governos/reitore(a)s os EPIs necessários para professores, estudantes e técnicos-administrativos. 4. Requerer que as universidades ampliem a política de bolsa de assistência a(o)s estudantes 5. Lutar em parceria com estudantes e técnicos para que as IES criem espaços de discussão acadêmica, de pesquisa e extensão sobre biossegurança, 6. Solicitar a criação de protocolos de biossegurança 7. Pleitear junto as reitorias a criação de equipes de monitoramento 8. Pela luta da categoria contra o retorno na forma de ensino híbrida:* Esse TR foi aprovada sua supressão nos grupos: 5 (15/0/0); 6 (17/2/0); 7 (18/0/2); 23 (12/0/0); aprovado integralmente no grupo: 18 (12/0/0). A presidenta abriu a palavra, Neila Souza da diretoria apresentou uma proposta de debate em conjunto desse TR com os TRs 20 e 59 e de que sejam remetidos para o GTPE, não havendo nenhuma inscrição, a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovada a proposta de**

discussão desse TR com os TRs 20 e 59 e que esses 3 TRs sejam remetidos para o GTPE. Logo após, passou-se a discutir o TR 21: **TEXTO 21 – PLANO DE LUTAS DAS IFES: RESPONDER AO ARROCHO SALARIAL, CORTES ORÇAMENTÁRIOS, PRIVATISMO, INTERVENCIONISMO, ENSINO A DISTÂNCIA E CONTRARREFORMAS COM A DEFESA DA AUTONOMIA, FINANCIAMENTO INTEGRAL POR PARTE DO ESTADO E EXPROPRIAÇÃO DA REDE PRIVADA DE ENSINO** - Contribuição dos professor(a)s: Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), André Moreira Bordinhon (ADUA), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Elis Regina Fernandes Alves (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (Sindiprol/Aduel), Fernando Cesar Paulino Pereira (ADCAC), Lorena Ferreira Portes (Sindiprol/Aduel), Lourival Felix (Sesduem), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE), Valdir Anhuchi (Sindiprol/Aduel) e Viviane Vidal da Silva (ADUA). *O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA: 1 - Que o Andes-SN combata o Projeto “Future-se” e toda forma de privatização interna, exigindo o financiamento estatal integral das IFES, conforme o orçamento calculado pelas assembleias unificadas de estudantes, professores e técnico-administrativos. 2 - Que o ANDES-SN combata o EaD com um programa de expropriação sem indenização das empresas de educação e tecnologia. Esta tarefa é parte da defesa da estatização de toda rede privada de ensino e criação de um sistema único, público, gratuito, laico, científico, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham. 3 - Que o ANDES-SN agregue à luta pelo fim da lista tríplice, eleição direta e nomeação dos reitores mais votados, a defesa de que as Universidades e Institutos Federais devem ser controlados por quem estuda e trabalha, por meio do cogoverno tripartite, de estudantes, professores e técnico-administrativos, subordinado à Assembleia Geral Universitária, com voto universal. 4 - Ante a crescente elitização do Ensino Superior, que o ANDES-SN defenda o acesso irrestrito ao Ensino Superior, com o fim dos exames de ingresso. 5 - Que o ANDES-SN defenda emprego e educação a toda a juventude, com jornada compatível com os estudos. Essa defesa é parte da luta por emprego a todos por meio da divisão das horas de trabalho entre todos os aptos a trabalhar. 6 - Que o ANDES-SN oriente as bases a retomarem as assembleias e comitês presenciais para construir as mobilizações e greves capazes de derrubar a PEC 32, revogar a EC 95 e a Reforma Trabalhista, e arrancar do Estado a reposição integral das perdas inflacionárias. Essa defesa é parte da luta por estabilidade a todos os trabalhadores, garantia de salários não inferiores ao salário mínimo vital e de direitos trabalhistas. Iniciando a discussão do TR 21 passou-se à discussão item a item, começando pelo item 1 - Que o Andes-SN combata o Projeto “Future-se” e toda forma de privatização interna, exigindo o financiamento estatal integral das IFES, conforme o orçamento calculado pelas assembleias unificadas de estudantes, professores e técnico-administrativos. 2 - Que o ANDES-SN combata o EaD com um programa de expropriação sem indenização das empresas de educação e tecnologia. Esta tarefa é parte da defesa da estatização de toda rede privada de ensino e criação de um sistema único, público, gratuito, laico, científico, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham. 3 - Que o ANDES-SN agregue à luta pelo fim da lista tríplice, eleição direta e nomeação dos reitores mais votados, a defesa de que as Universidades e Institutos Federais devem ser controlados por quem estuda e trabalha, por meio do cogoverno tripartite, de estudantes, professores e técnico-administrativos, subordinado à Assembleia Geral Universitária, com voto universal. 4 - Ante a crescente elitização do Ensino Superior, que o ANDES-SN defenda o acesso irrestrito ao Ensino Superior, com o fim dos exames de ingresso. 5 - Que o ANDES-SN defenda emprego e educação a toda a juventude, com jornada compatível com os estudos. Essa defesa é parte da luta por emprego a todos por meio da divisão das horas de trabalho entre todos os aptos a trabalhar. 6 - Que o ANDES-SN oriente as bases a retomarem as*

assembleias e comitês presenciais para construir as mobilizações e greves capazes de derrubar a PEC 32, revogar a EC 95 e a Reforma Trabalhista, e arrancar do Estado a reposição integral das perdas inflacionárias. Essa defesa é parte da luta por estabilidade a todos os trabalhadores, garantia de salários não inferiores ao salário mínimo vital e de direitos trabalhistas: O TR 21 foi aprovada sua supressão nos grupos: 10 (14/0/1); 14 (14/0/0); 23 (10/0/3); aprovado integralmente no grupo: 18 (12/0/0). A presidenta destacou que, como houve aprovação da proposta de supressão em três grupos, ela iria colocar em votação a supressão, Soraia de Carvalho da ADUFEPE apresentou uma questão de ordem para que haja discussão desse TR antes do processo de votação. A presidenta acatou essa questão de ordem e abriu a palavra, usaram a palavra Soraia de Carvalho da ADUFEPE, Douglas Ferreira de Paula da ADUA, Helga Maria Martins de Paula da ADCAJ, Breno Ricardo Guimarães Santos da ADUFMAT, Raquel Dias da SINDUECE, encerrado o bloco foi colocado em votação a abertura de novo bloco de falas, posto em votação foi reprovada a abertura de novo bloco. A presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovada a supressão desse TR.** Passou-se, assim, à discussão da TR 23 - **TEXTO 23 – INTENSIFICAR A LUTA PARA PÔR FIM ÀS INTERVENÇÕES DO GOVERNO BOLSONARO NAS IFES.** - Contribuição de: Assembleia Geral da ADUFPB, realizada em 9 de fevereiro de 2022, Diretoria da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, Diretoria da ADUFPel SSind, Diretoria da ADUFC Sindicato, Diretoria da Associação dos Docentes da UFES (Adufes), Diretoria da APUR- Associação dos Professores Universitários do Recôncavo, Diretoria da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal da Fronteira Sul (SINDUFFS), Diretoria da ADUFVJM - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diretoria da ADUFERSA – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Semi-Árido, Diretoria da ADUR-RJ S.Sind, Conselho Administrativo da Adunifei, Diretoria da ADUR, Diretoria da ADUFAL. *O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA: 1. A articulação de campanha nacional, com apoio financeiro do Fundo de Mobilização do ANDES-SN: a) pela revogação imediata de todas as nomeações de reitores não eleitos e pela imediata posse dos reitores eleitos pelas comunidades universitárias dos Institutos e Universidades públicas no Brasil; b) pela revogação das Leis nº 5540/68 e nº 9192/95 e do Decreto nº 1916/96, e pelo respeito à democracia e autonomia das instituições federais de ensino, em conformidade com a Constituição Federal de 1988. 2. Realização de um encontro nacional das seções do ANDES-SN nas IFES sob intervenção e criação de um espaço nacional permanente de mobilização, articulação e compartilhamento de experiências de luta contra as intervenções. 3. Articulação com outros segmentos da comunidade universitária, movimentos, sindicatos e entidades democráticas contra as intervenções. 4. Debater, no âmbito dessa articulação, a necessidade e a pertinência de uma legislação que garanta a autonomia e a democracia universitárias.* A presidenta encaminhou a supressão desse TR em favor do TR 18, a presidenta abriu a palavra, não houve inscrições, a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovada a supressão desse TR.** Em seguida foi iniciada a discussão do TR 26 - **TEXTO 26 – CAMPANHA SALARIAL NAS IFES: REPOSIÇÃO DAS PERDAS INFLACIONÁRIAS, JÁ!** - Contribuição de: Diretoria da ADUFAL, Diretoria da ADUFRJ, Amália Catharina Santos Cruz (ADUneb), Ana Maria Dantas Soares (Adur), Andrea Carmo Sampaio (Adur), Ariuska Karla Barbosa Amorim (ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFMS), Beatriz Wey (Adur), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFMS), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza (ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo

Giavara UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (Adur), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geversson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota (ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFISM), Leni Hack (ADUnemat), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFISM), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (Adur), Liane de Souza Weber (SEDUFISM), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lisleandra Machado (ApesJF), Lenucia Moura (SINDUECE), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucilia Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFISM), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFISM), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUnB), Neila Baldi (SEDUFISM), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUnB), Patrícia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), Ronald Barreto Silva (ADUnB), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFISM), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves (ADUPE). O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA: Organizar a campanha salarial e construir a pauta de reivindicações 1. Realização de Assembleias Gerais de ADs (seções sindicais do ANDES) de todas as IFES durante o mês de janeiro, para debater a luta pela reposição salarial e aprovar um índice de reajuste unitário dos SPFs (além de debater outras pautas para lutas adiante). 2. Realização de um novo Encontro de Setores do ANDES-SN para início de fevereiro que aprovará o índice de reposição e a estratégia unitária da Campanha Salarial nas IFES (a ser atualizada e reforçada no Congresso do ANDES-SN em março); 3. Participação das ADs e do ANDES-SN nos fóruns unitários de servidores (Fonasefe e também das três esferas), de seu calendário de lutas, atos públicos, panfletagens e atividades gerais ali definidas – tudo voltado a forçar o governo e o Congresso a abrir imediata negociação. 4. Calendário de lutas: -27 de janeiro – Plenária Nacional de Servidores Públicos -2 de fevereiro (retorno do recesso legislativo) – atos públicos, campanha de emails/tweet/mensagens aos deputados e senadores etc. -14 a 25 de fevereiro – jornada de lutas por mais verbas aos Serviços Públicos e reposição salarial -9 de março – indicativo de greve nacional de todo Funcionalismo Público. Esse TR foi aprovada sua supressão nos grupos: 10 (15/0/0); 14 (16/0/0); 23 (10/0/3). A presidenta abriu a palavra, não houve nenhuma inscrição, a presidenta abriu a palavra, não houve inscrições, a presidenta abriu o regime de votação, **foi aprovada a supressão desse TR** e, dessa maneira, foram encerrados os trabalhos do Tema II - Plano de Luta dos Setores. Às 17h15 do dia 30 de

março de 2022, não havendo mais nada a ser apreciado, encerrou-se a Plenária do Tema II, e eu, Edmilson Aparecido da Silva, 2º secretário, lavrei a presente Ata que será assinada por mim e pela presidenta da mesa do Tema II.

Edmilson Aparecido da Silva
2º Secretário

Francieli Rebelatto
Presidenta

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA III DO 40º CONGRESSO DO ANDES-SN – PLANO GERAL DE LUTAS

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA III – PLANO GERAL DE LUTAS 40º CONGRESSO DO ANDES-SN

No dia 31 março de 2022, às 11h10min, no auditório do Ginásio Araújo Viana, na cidade de Porto Alegre, verificado o quórum regimental de 217, estando presente 257 delegado(a)s, deu-se início à Plenária do TEMA III – Plano Geral de Lutas. A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta pela professora, Rosineide Freitas, presidenta, pelo professor Luís Augusto Vieira, vice-presidente; pela professora Emanoela Finocait, 1ª secretária; e pelo professor Paulo Henrique Mattos, 2º secretário. A mesa apresentou a metodologia de trabalho da discussão do tema a partir de três blocos, os quais foram agrupados por temática – **Bloco 1:** GTCA (TR 30), GTCeT (TRs 32 e 46), GTPFS (TRs 27, 40, 44 e 61); **Bloco 2:** GTPE (TRs 28, 36, 37, 43, 45, 62, 63, 74, 76 e 77), GTPCEGDS (TRs 29, 65 e 73), GTHMD (TR 34), GTCarreira (TRs 35 e 60) e **Bloco 3:** GTSSA (TRs 33, 24, 38, 41, 64 e 75), Internacional (TRs 67, 70, 72 e 69) e Geral (TR 71). A metodologia implicou ainda em apreciar as resoluções abrindo para o debate geral e avaliando, a cada bloco de 5 inscrições, se seriam abertas novas falas. Ficou acordado em 3 minutos o tempo das intervenções e que, após apreciação e discussão do tema, se passaria à votação. A mesa apresentou ainda uma excepcionalidade relativa aos TRs 27, 40, 44 e 61, os quais deveriam ser discutidos no mérito da questão e na sequência se passaria às votações. Aprovada a metodologia por contraste, a mesa suspendeu os trabalhos às 12h para o almoço, com retorno às 14h30min. No horário previsto reiniciaram-se os trabalhos com apreciação do Bloco 1: GTCA – Política de Comunicação e Arte, TR 30, itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6, da Diretoria do ANDES-SN. Sendo o item 1. *Que o ANDES-SN realize o Seminário Nacional ‘Comunicação Sindical e Mídias Digitais’ de forma online no mês de abril de 2022, a fim de subsidiar o debate para atualização do Plano Nacional de Comunicação e Arte do ANDES-SN.* Situação nos grupos: aprovado integralmente no grupo: 18 (12/0/0); e aprovado com modificação nos grupos: 1 (19/0/0), 2 (11/0/0), 5 (14/0/2), 6 (14/0/0), 7 (10/0/3), 12 (16/1/0) e 17 (10/0/0). Após apreciação, o item 1 foi aprovado por contraste, com modificação, ficando com a seguinte redação: **1. Que o ANDES-SN realize o Seminário Nacional ‘Comunicação Sindical e Mídias Digitais’ de forma online no mês de maio de 2022, a fim de subsidiar o debate para atualização do Plano Nacional de Comunicação e Arte do ANDES-SN.** Passou-se então à apreciação do item 2.

Que o ANDES-SN realize o 'VII Encontro de Comunicação e Arte' no primeiro semestre de 2022, de forma presencial, contemplando o debate sobre atualização do Plano de Comunicação e de Arte do sindicato. Situação foi pela aprovação integral nos grupos 1 (11/3/3), 2 (9/0/1), 6 (13/0/0), 7 (10/0/4), 8 (18/0/0), 9 (15/0/1), 12 (13/0/1) e 17 (9/0/2); e pela aprovação com modificação, nos grupos 10 (17/0/0) e 23 (12/0/1). Após apreciação e debate foi aprovada, por contraste, a redação com modificação: **2. Que o ANDES-SN realize o VII Encontro de Comunicação e Arte em 2023, de forma presencial, contemplando o debate sobre atualização do Plano de Comunicação e de Arte do sindicato.** Passou-se então à apreciação do item 3. *Que o ANDES-SN realize o I Festival de Arte e Cultura do ANDES-SN no segundo semestre de 2022.* A situação nos grupos foi pela supressão no 10 (9/5/3); aprovação integral nos grupos 7 (13/0/1), 8 (13/4/1), 9 (15/1/0) e 12 (15/0/1); e aprovação com modificação no grupo 23 (10/0/2). Após apreciação e debate o item foi aprovado por contraste, sem alterações. **3. Que o ANDES-SN realize o I Festival de Arte e Cultura do ANDES-SN no segundo semestre de 2022.** Item 4. *Que as seções sindicais do ANDES-SN incorporem em suas ações políticas (de rua e nas redes) a presença de expressões artísticas culturais (Música, Cinema, Teatro, Artes Visuais, etc.).* A situação nos grupos foi pela aprovação integral nos grupos 6 (14/0/0), 7 (13/0/1), 8 (15/0/1), 10 (17/0/0), 12 (15/0/1) e 18 (12/0/0). Após apreciação e debate o item foi aprovado, por contraste, na íntegra. **4. Que as seções sindicais do ANDES-SN incorporem em suas ações políticas (de rua e nas redes) a presença de expressões artísticas culturais (música, cinema, teatro, artes visuais, etc.).** Passou-se então ao item 5. *Que o ANDES-SN organize um banco de referências artísticas, especialmente da área de artes visuais (fotografias, desenhos, charges, pintura, etc.) para que suas obras sejam usadas em materiais gráficos produzidos pelo sindicato.* Situação nos grupos foi por: aprovação integral nos grupos: 1 (17/0/1), 6 (12/0/0), 7 (13/0/1), 9 (17/0/0) e 12 (15/0/1); e aprovação com modificação nos grupos: 8 (17/0/0) e 18 (12/0/0). Após apreciação e debate foi aprovada, por contraste, a proposta de compatibilização ficando com a seguinte redação: **5. Que o ANDES-SN e as seções sindicais organizem um banco de referências artísticas, especialmente da área de artes audiovisuais para que suas obras sejam usadas em materiais gráficos produzidos pelo sindicato.** Quanto ao item 6. *Que o ANDES-SN atualize o Plano de Comunicação e de Arte do ANDES-SN com atividades durante todo o ano para subsidiar a proposta a ser apresentada no 41º Congresso.* A situação nos grupos foi pela aprovação integral nos grupos 6 (13/0/0) e (18/0/0); e aprovação com modificação no grupo 10 (17/0/0). Após apreciação e debate o item foi aprovado na versão original, por contraste, na íntegra. **6. Que o ANDES-SN atualize o Plano de Comunicação e de Arte do ANDES-SN com atividades durante todo o ano para subsidiar a proposta a ser apresentada no 41º Congresso.** Proposta de inclusão de novo item no TR 30. Item 7. *Que o ANDES-SN discuta sua política*

interna de comunicação: não à terceirização da equipe de comunicação visto que isso caracteriza todas as prerrogativas trabalhistas do sindicato. Situação nos grupos: aprovado integralmente pelo grupo 12 (15/0/1). O item foi rejeitado por ampla maioria. Finalizada a apreciação do TR 30, a mesa colocou em votação o TR em sua totalidade, sendo aprovado por contraste. Dando sequência, a presidenta da mesa passou à discussão, ainda no Bloco 1, do tema GTCeT – Política de Ciência e Tecnologia, TR 32, itens 1 a 8 da Diretoria do ANDES-SN: item 1. *Dar continuidade ao acompanhamento, às análises jurídicas e ao planejamento de ações sobre as diversas propostas e legislações que possuem relação com o tema da Ciência e Tecnologia, dentre elas: Lei 10.973/2004, Lei de Inovação; Lei 11.196/2005, “Lei do Bem”; Decreto 5.563/2005 (revogado p/ Decreto 9.283/2018); Decreto 5.798/2006, incentivos fiscais à pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica; Lei 11.587/2007, abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar ao Ministério do Meio Ambiente – Instrução Normativa; 1.187/2011, disciplina incentivos fiscais a pesquisa, tecnologia e desenvolvimento inovadores; Emenda Constitucional 85/2015 – acréscimo de Inovação ao lado de C&T na CF/1988; Lei 13.243/2016, MLCTI; Decreto 9.283/2018, regulamenta o MLCTI; Lei Complementar 177/2021 – FNDCT; Lei Complementar 182/2021 – “Marco Legal das Startups”.* A situação nos grupos foi pela supressão no grupo 2 (7/0/3); aprovado integralmente nos grupos 5 (13/0/0), 10 (8/0/1), 15 (16/1/0), 18 (12/0/0) e 20 (12/0/0); e aprovado com modificação no grupo 9 (15/0/0). Como foi aprovada a proposta de supressão, a mesa procedeu com a votação da proposta 1, de supressão, versus a proposta 2, de manutenção, sem prejuízo de modificação, vencendo, por contraste, a proposta 2. Na sequência, a mesa colocou o item para apreciação e debate que foi aprovado, por contraste, na íntegra. **1. Dar continuidade ao acompanhamento, às análises jurídicas e ao planejamento de ações sobre as diversas propostas e legislações que possuem relação com o tema da Ciência e Tecnologia, dentre elas: Lei 10.973/2004, Lei de Inovação; Lei 11.196/2005, “Lei do Bem”; Decreto 5.563/2005 (revogado p/ Decreto 9.283/2018); Decreto 5.798/2006, incentivos fiscais à pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica; Lei 11.587/2007, abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar ao Ministério do Meio Ambiente 2011 – Instrução Normativa; 1.187/2011, disciplina incentivos fiscais à pesquisa, tecnologia e desenvolvimento inovadores; Emenda Constitucional 85/2015 – acréscimo de Inovação ao lado de C&T na CF/1988; Lei 13.243/2016, MLCTI; Decreto 9.283/2018, regulamenta o MLCTI; Lei Complementar 177/2021 – FNDCT; Lei Complementar 182/2021 – “Marco Legal das Startups”.** Passou-se ao item 2. *Intensificar a luta contra as iniciativas de regulamentação do MLCTI no âmbito das universidades federais, estaduais e municipais, institutos federais e CEFETs.* A situação nos grupos foi pela aprovação integral nos grupos 10 (8/0/1), 18 (12/0/0) e 20 (12/0/0); e aprovação com modificação no grupo 15

(10/0/1). Após apreciação e debate o item foi aprovado, por contraste, na íntegra. **2. Intensificar a luta contra as iniciativas de regulamentação do MLCTI no âmbito das universidades federais, estaduais e municipais, institutos federais e CEFETs.** Item 3. *Que as seções sindicais continuem realizando o levantamento dos prejuízos em termos de bolsas, tanto na defasagem de seus valores, quanto na quantidade da oferta de bolsas de pesquisas da graduação e da pós-graduação, que a cada ano vem sendo restringida.* A situação nos grupos foi pela aprovação integral nos grupos 10 (8/0/1), 15 (16/1/0), 18 (12/0/0) e 20 (12/0/0). Em havendo apenas uma situação nos grupos a mesa procedeu com a votação sendo o item aprovado integralmente, por consenso. **3. Que as seções sindicais continuem realizando o levantamento dos prejuízos em termos de bolsas, tanto na defasagem de seus valores, quanto na quantidade da oferta de bolsas de pesquisas da graduação e da pós-graduação, que a cada ano vem sendo restringida.** Passou-se ao item 4. *Intensificar a luta articulada com outros setores do serviço público pela revogação da EC 95 e seus impactos na ciência e tecnologia.* Foi apresentada a seguinte situação nos grupos: aprovado integralmente nos grupos 10 (8/0/1), 15 (13/0/0) e 18 (12/0/0); e aprovado com modificação no 15 (8/0/4) e no 20 (11/1/0). Após a apreciação o item foi aprovado, por contraste, com a redação proposta pelo grupo 20, ficando com a seguinte redação: **4. Intensificar a luta articulada com outros setores do serviço público e com as entidades científicas pela revogação da EC 95 e seus impactos na ciência e tecnologia.** Item 5. *Ampliar o diálogo e as articulações com demais sindicatos para defesa da Ciência e Tecnologia, tais como: sindicatos do(a)s Pesquisadore(a)s do CNPQ, Cepel - Eletrobrás, Cenpes - Petrobrás e EMBRAPA.* A situação nos grupos foi pela aprovação integral nos grupos 15 (16/1/0), 10 (8/0/1) e 20 (12/0/0); e aprovado com modificação nos 3 (9/6/1), 13 (11/8/2), 14 (14/0/3), 15 (12/0/2), 18 (12/0/0), 19 (4/0/8) e 23 (9/0/3). Após a apreciação e o debate foi aprovado, por contraste, a proposta de compatibilização, ficando com a seguinte redação, **5. Que o ANDES-SN, por meio das regionais e suas seções sindicais, participe das iniciativas com os demais sindicatos e entidades científicas em defesa das ciências e instituições científicas, em conformidade com os princípios definidos nos cadernos 2 e 28.** Passou-se ao item 6. *Desenvolver ações sobre o tema da Ciência e Tecnologia Pública no seio da Campanha Nacional “Defender a educação pública é nossa escolha para o Brasil” promovida pelo ANDES-SN.* O item teve a seguinte situação nos grupos: aprovado integralmente nos grupos 10 (8/0/1), 15 (16/1/0), 18 (12/0/0) e 20 (12/0/0). Em havendo apenas uma situação nos grupos, a mesa procedeu com a votação, sendo aprovada por contraste a proposta original. **6. Desenvolver ações sobre o tema da Ciência e Tecnologia Pública no seio da Campanha Nacional “Defender a educação pública é nossa escolha para o Brasil” promovida pelo ANDES-SN.** Item 7. *Lutar pelo fortalecimento de um sistema público de tecnologia da informação e comunicação que garanta o caráter de*

acesso amplo, gratuito e público nas IES. A situação nos grupos foi pela aprovação integral nos grupos 10 (8/0/1), 18 (12/0/0) e 20 (12/0/0); e aprovação com modificação no 15 (12/0/1). Após apreciação e debate o item foi aprovado, por contraste, com modificação, ficando com a seguinte redação: **item 7. Lutar pelo fortalecimento de um sistema público de tecnologia da informação e comunicação que garanta o caráter de acesso amplo, gratuito e público nas IES e denunciar e combater o avanço das plataformas privadas nas instituições públicas.** Item 8. *Intensificar a luta contra os cortes de bolsas no âmbito da Ciência e Tecnologia, bem como exigir que os valores pagos garantam as condições de estudo e vida para estudantes e pesquisadores.* Teve a seguinte situação nos grupos: aprovado integralmente nos grupos 15 (13/0/0), 18 (12/0/0) e 20 (12/0/0); e aprovado com modificação no grupo 3 (17/0/0). Após a apreciação e o debate o item foi aprovado, por contraste, na íntegra. **8. Intensificar a luta contra os cortes de bolsas no âmbito da Ciência e Tecnologia e Humanidades, bem como exigir o aumento de bolsas de acordo com a demanda e que os valores pagos garantam as condições de estudo e vida para estudantes e pesquisadores.** Inclusão de novos itens aprovados nos grupos de 9 a 13. A inclusão de novo item aprovado no grupo 10 (11/0/2): 9. *Lutar por um percentual de recursos vinculados legalmente nos Orçamentos Públicos Estaduais e Federal para financiar a Ciência e Tecnologia, e, nos estados onde essa vinculação exista, lutar para que o percentual aprovado seja efetivamente aplicado.* Após apreciação e debate, por contraste, o item foi suprimido. Inclusão de novo item aprovado nos grupos 10 (13/0/9) e 15 (13/0/0), 10. *Que o ANDES-SN, por meio do GT Ciência e Tecnologia e GT Verbas, realize avaliação da destinação de recursos financeiros do governo federal para Educação e C&T com vistas a identificar as perdas para as instituições públicas de ensino e pesquisa e as características de instituições privadas contempladas com financiamento federal.* Após apreciação e debate, o item foi aprovado com modificação, por contraste, ficando com a seguinte redação: **10. Que o ANDES-SN, por meio do GT Ciência e Tecnologia e GT Verbas, realize avaliação da destinação de recursos financeiros do governo federal para Educação e C&T, com foco na tecnologia social com vista a identificar as perdas para as instituições públicas de ensino e pesquisa e as características de instituições privadas contempladas com financiamento federal.** Inclusão de novo item aprovado pelo grupo 15 (11/0/2) 11. *Lutar por um percentual de recursos vinculados legalmente nos Orçamentos Públicos Estaduais e Federal para financiar a Ciência e Tecnologia, e, nos estados onde essa vinculação exista, lutar para que o percentual aprovado seja efetivamente aplicado.* Após a apreciação e o debate, o item foi considerado superado por votação anterior. Na sequência, a mesa colocou em votação o TR 32 na sua totalidade, aprovado por contraste. Passou-se à apreciação do TR 46. *A luta por políticas públicas para C&T no Brasil.* Como contribuição do(s) sindicalizado(a)s: da Diretoria da ADUFAL, da Diretoria da ADUFRJ, Amália Catharina Santos Cruz (ADUneb),

Ana Maria Dantas Soares (ADUR), Andrea Carmo Sampaio (ADUR), Ariuska Karla Barbosa Amorim (ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFISM), Beatriz Wey (ADUR), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFISM), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza (ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (ADUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (ADUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (ADUSP), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (ADUR), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (ADUR), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota (ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (ADUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFISM), Leni Hack (ADUnemat), Lenucia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFISM), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (ADUR), Liane de Souza Weber (SEDUFISM), Liliane Maria Macedo Machado (ADUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (ADUR), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (ADUR), Luciana de Amorim Nobrega (ADUR), Lucilia Augusta Lino (ADUR e ASDUERJ), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (ADUR), Márcia Morschbacher (SEDUFISM), Maria Camez Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFISM), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (ADUR), Naira Souza Moura (ADUneb), Neila Baldi (SEDUFISM), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (ADUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUneb), Patrícia Bastos (ADUR), Patricia Reinheimer (ADUR), Pedro Claesen Dutra Silva (SINDUECE), Regina Cohen Barros (ADUR), Rogério Anez (ADUnemat), Ronalda Barreto Silva

(ADUneb), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcisio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFISM), Thiago Dias Trindade (ADUR), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves (ADUPE). Item 1. *O ANDES deve favorecer todas as iniciativas unitárias – ou seja, com entidades científicas e organizações sindicais de outras categorias – no quadro da defesa das ciências e instituições científicas, para além das ações e GTs já existentes no ANDES.* Situação nos grupos foi pela supressão nos grupos 3 (8/6/2), 7 (10/0/0), 15 (12/0/2) e 19 (7/2/2); aprovado integralmente nos grupos 5 (12/0/1) e 20 (9/1/1); e aprovado com modificação no grupo 18 (12/0/0). Em havendo proposta de supressão, a mesa procedeu com a votação da proposta 1, de supressão, versus a proposta 2, de manutenção, sem prejuízo de modificação, vencendo, por contraste, a proposta 2. A mesa fez a leitura da proposta de compatibilização construída na plenária para o item 1 que foi aprovada por contraste. **Item 1. Que o ANDES-SN, por meio das regionais e suas seções sindicais, participe das iniciativas com demais sindicatos, entidades científicas, redes e coletivos que atuem em defesa das ciências e da liberdade acadêmica em conformidade com os princípios definidos nos cadernos 2 e 28.** Item 2. *O ANDES-SN deve fortalecer a articulação com redes e coletivos em defesa da ciência e da liberdade acadêmica, em especial com o Observatório do Conhecimento.* A situação nos grupos foi pela supressão nos grupos 3 (9/5/3), 15 (12/0/2) e 18 (12/0/0); aprovado integralmente no 10 (8/0/1), 14 (8/4/3) e 20 (9/1/1); e aprovado com modificação no 5 (10/1/0), 17 (8/2/0) e 19 (7/1/4). Em havendo proposta de supressão, a mesa procedeu com a votação da proposta 1, de supressão, versus a proposta 2, de manutenção, sem prejuízo de modificação, vencendo a proposta 1 de supressão, por 199 votos, contra a proposta 2, com 130 votos, e com o registro de 7 abstenções. Item 3. *O ANDES-SN deve atuar na construção de um amplo movimento nacional em defesa da ciência e da produção do conhecimento do Brasil, envolvendo todas as entidades representativas das universidades, as sociedades científicas (SBPC, ABC, entre outras), parlamentares e as associações de pós-graduação, pela recomposição do orçamento para a Ciência e Educação.* Obteve-se a seguinte situação nos grupos: pela supressão nos grupos 15 (12/0/2), 17 (8/2/0) e 18 (12/0/0); aprovado integralmente no 10 (8/0/1) e 20 (9/1/1); e aprovado com modificação no 3 (12/4/2) e 19 (7/1/2). No relatório consolidado foi apresentada uma proposta de consolidação para o item 3 – O ANDES-SN deve atuar na construção de um amplo movimento nacional em defesa da ciência e da produção do conhecimento no Brasil, envolvendo todas as entidades representativas das universidades, as sociedades científicas (SBPC, ABC, entre outras), parlamentares e as associações de pós-graduação, pela recomposição do orçamento para a Ciência e Educação. Em havendo proposta de supressão, a mesa procedeu com a votação da proposta 1, de supressão, versus a proposta 2, de manutenção, sem prejuízo de modificação, vencendo a proposta 2, por

contraste. Em seguida a mesa colocou em votação a proposta de compatibilização apresentada no relatório consolidado versus a proposta de compatibilização apresentada no plenário que tem o seguinte teor: **O ANDES-SN deve atuar na construção de amplo movimento nacional em defesa da ciência e da produção do conhecimento no Brasil, envolvendo todas as entidades representativas das universidades e as sociedades científicas pela recomposição do orçamento da Ciência e Educação, para garantir que as verbas públicas sejam destinadas às instituições públicas, contra os aspectos privatistas do MLCTI.** Por contraste foi aprovado o item consolidado apresentado na plenária. Na sequência dos trabalhos, a mesa colocou em votação o TR 46 na sua totalidade, sendo aprovado por contraste. Dando continuidade, ainda ao Bloco 1, a mesa passou à apreciação da Política de Formação Sindical, GTPFS TRs 27, 40, 44 e 61. TR 40 - Política Sindical: pela unidade política e organizativa dos trabalhadores. combater a política divisionista e trabalhar pela construção de um congresso de unificação de todas as centrais sindicais - Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), André Moreira Bordinhon (ADUA), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Elis Regina Fernandes Alves (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando Cesar Paulino Pereira (ADCAC), Lorena Ferreira Portes (SINDIPROL/ADUEL), Lourival Felix (SESDUEM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE), Valdir Anhuchi (SINDIPROL/ADUEL) e Viviane Vidal da Silva (ADUA). O 40º Congresso do ANDES-SN delibera: 1. *Opor-se ao divisionismo sindical, face oposta, mas irmã, do burocratismo sindical, avaliando que as divisões do passado devem ser combatidas com a defesa atual da unidade organizativa e política de todos os trabalhadores do país;* 2. *Rejeitar a tentativa de retorno do ANDES-SN à CUT por expressar uma disputa aparelhista e não voltada à superação da fragmentação do movimento sindical e operário.* 3. *Rejeitar qualquer nova divisão em relação aos sindicatos ou às centrais, compreendendo que o movimento docente é parte do movimento geral dos trabalhadores e não pode ficar isolado;* 4. *Lutar pela realização de um Congresso de Unificação de todos os trabalhadores do país, a partir de suas reivindicações elementares, da democracia e dos métodos próprios da classe operária.* 5. *Que o ANDES se posicione por um congresso da CSP-Conlutas que tenha por objetivo discutir e decidir sobre a defesa de uma única central classista, independente e democrática.* TR 44 - Contribuição do(s) sindicalizado(a)s: da Diretoria da (ADUFERPE); Diretoria da ADUFAL, Amália Catharina Santos Cruz (ADUneb), Ana Maria Dantas Soares (Adur), Andrea Carmo Sampaio (Adur), Ariuska Karla Barbosa Amorim (ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFISM), Beatriz Wey (Adur), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFISM), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB),

Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza (ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (Adur), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota (ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanex (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFMS), Leni Hack (ADUnemat), Lenucia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (Adur), Liane de Souza Weber (SEDUFMS), Liliane Maria Macedo Machado (AdUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucilia Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFMS), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUnemat), Neila Baldi (SEDUFMS), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUnemat), Patrícia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), Ronalda Barreto Silva (ADUnemat), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFMS), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves (ADUPE). TR – 44

ATÉ QUANDO FAREMOS BALANÇO DA FILIAÇÃO DO ANDES-SN À

CONLUTAS? PELA IMEDIATA DESFILIAÇÃO! O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA: 1. *Pela desfiliação imediata do ANDES-SN da CSP-Conlutas.* 2. *Abrir discussões desde a base, nas ADs e fóruns do ANDES-SN, sobre relações intersindicais e as várias possibilidades de filiação (ou não) a centrais sindicais durante o ano de 2022, a serem concluídas no próximo congresso.* TR – 61 - Um passo no sentido da necessária reorganização da classe trabalhadora: o ANDES-SN deve sair da CSP-CONLUTAS - Contribuição da Assembleia de base do SindoIF, realizada em 9 de março de 2022. O 40º Congresso do ANDES-SN delibera: 1. *O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) deverá encaminhar imediata desfiliação da CSP-Conlutas.* Antes de iniciar a discussão a mesa colocou em votação se abriria defesa dos TRs 44 e 61 que foram suprimidos nos grupos. Na votação, por contraste, a abertura de defesa foi rejeitada. Passou-se à discussão do TR 27, da Diretoria do ANDES-SN. Item 1. *Que o ANDES-SN, via GTPFS, GTPE e encarregaturas sindical e internacional, construa o II Seminário Internacional com o Tema Educação Superior na América Latina e Caribe e Organização do(a)s Trabalhadore(a)s, no segundo semestre de 2022, em Foz do Iguaçu, com participação de entidades de trabalhadore(a)s da educação, conforme aprovado no 39º Congresso.* Obteve-se a seguinte situação nos grupos: pela supressão nos grupos 12 (16/0/1), 14 (12/6/0) e 22 (8/1/1); aprovado integralmente no grupo 1 (20/0/3), 5 (12/1/3), 11 (0/0/1), 13 (13/0/0) e 18 (13/0/1); e com modificação no 2 (13/0/7), 15 (17/0/0), 17 (12/2/0), 18 (13/0/1) e 23 (3/1/7). Em havendo proposta de supressão, a mesa procedeu com a votação da proposta 1, de supressão, versus a proposta 2, de manutenção, sem prejuízo de modificação, vencendo, por contraste, a proposta 2. Na sequência, a mesa colocou o item para apreciação e debate que foi aprovado com modificação, por contraste, ficando com a seguinte redação: **1. Que o ANDES-SN, via GTPFS, GTPE e encarregaturas sindical e internacional, construa o II Seminário Internacional com o Tema Educação Superior na América Latina e Caribe e Organização do(a)s Trabalhadore(a)s e o Seminário Multicampia e Fronteira, no segundo semestre de 2022, em Foz do Iguaçu, com a participação de entidades de trabalhadore(a)s da educação, conforme aprovado no 39º Congresso.** Item 2. *Que o ANDES-SN, a partir de um processo de debate via GTPFS com a participação das encarregaturas Sindical e Internacional, avalie ao longo de 2022 as possibilidades para filiação à entidade internacional de organização do(a)s trabalhadore(a)s da educação, a serem apreciadas no 41º Congresso, atualizado a partir da deliberação do 40º Congresso.* Obteve-se a seguinte situação nos grupos: supressão no 14 (12/6/0) e 17 (9/2/3); aprovado integralmente no 1 (20/0/3), 5 (12/1/3), 11 (12/2/0), 12 (16/0/0), 13 (13/0/0), 22 (9/0/1) e 23 (11/0/0); e modificação no grupo 15 (17/0/1) e 21 (12/0/0). Em havendo proposta de supressão, a mesa procedeu com a votação da proposta 1, de supressão, versus a proposta 2, de manutenção, sem prejuízo de modificação, vencendo, por contraste, a proposta 2. Na sequência a

mesa apresentou proposta de compatibilização, com a seguinte redação: **2. Que o ANDES-SN, a partir de um processo de debate via GTPFS com a participação das encarregaturas Sindical e Internacional, discuta e aprofunde ao longo de 2022 as possibilidades de filiação a uma entidade internacional de organização do(a)s trabalhadore(a)s da educação, a ser apreciada no 41º Congresso, atualizado a partir da deliberação do 40º Congresso.** Após apreciação e debate, foi aprovada, por contraste, a proposta de compatibilização. Item 3. *Que o GTPFS realize mais dois módulos do curso de formação política iniciado em 2019, sendo um com o tema Lutas de Classes na América Latina, no segundo semestre de 2022, e o outro com o tema Educação superior e organização do(a)s trabalhadore(a)s na América Latina, no primeiro semestre de 2023.* Situação nos grupos: supressão no 1 (14/1/4), 12 (14/1/1) e 14 (12/6/0); aprovado integralmente no 5 (12/1/3), 11 (14/0/0), 13 (13/0/0), 15 (16/0/1), 17 (12/1/0) e 21 (12/0/0); e modificado nos grupos 2 (12/0/3), 18 (11/0/1) e 23 (7/0/3). Em havendo proposta de supressão, a mesa procedeu com a votação da proposta 1, de supressão, versus a proposta 2, de manutenção, sem prejuízo de modificação, vencendo por contraste a proposta 1, de supressão. Dada a complexidade do item 4, a mesa propôs que fossem apreciados os itens 5, 6, 7 e 8 do TR em questão, e por último o item 4, o que foi acatado pela maioria, por contraste de votação. Dessa feita, passou-se ao item 5. *Indicar à CSP que atue junto ao fórum das centrais na construção da greve geral contra a carestia, a fome e a miséria.* Situação nos grupos: supressão no 14 (12/6/0) e 5 (3/9/1); e aprovado integralmente no 1 (20/0/3), 11 (13/0/0), 13 (13/0/0), 15 (16/0/1), 18 (9/0/3), 21 (12/0/0) e 23 (11/0/0). Em havendo proposta de supressão, a mesa procedeu com a votação da proposta 1, de supressão, versus a proposta 2, de manutenção, sem prejuízo de modificação, vencendo, por contraste, a proposta 2. Após apreciação e debate, a proposta foi aprovada na íntegra, por contraste. **5. Indicar à CSP que atue junto ao fórum das centrais na construção da greve geral contra a carestia, a fome e a miséria.** Passou-se ao caput do item 6. *Reafirmar a posição do ANDES-SN em relação às eleições para Reitor como expresso no nosso Caderno 2, Capítulo I Gestão Democrática “1.6.3 Escolha de Dirigentes Defendemos que:.* Nos grupos a situação foi a seguinte: supressão no 1 (19/1/2), 5 (14/0/1) e 14 (12/6/0); aprovado integralmente no 13 (13/0/0), 15 (16/0/1), 18 (13/0/0), 21 (12/0/0) e 23 (11/0/0). Em havendo proposta de supressão, a mesa procedeu com a votação da proposta 1, de supressão, versus a proposta 2, de manutenção, sem prejuízo de modificação, vencendo a proposta 2, por contraste. Após apreciação e debate, a proposta foi aprovada na íntegra, por contraste. **6. Reafirmar a posição do ANDES-SN em relação às eleições para reitor como expresso no nosso Caderno 2, Capítulo I Gestão Democrática “1.6.3 Escolha de Dirigentes Defendemos que:** No que diz respeito ao item *a) o(a) reitor(a) e o(a) vice-reitor(a) sejam escolhido(a)s por meio de eleições diretas e voto secreto, com a participação, universal ou paritária, de todos os docentes, estudantes e*

técnicos-administrativos, encerrando-se o processo eletivo no âmbito da instituição” a situação nos grupos foi: supressão no 1 (19/1/2) e 14 (12/6/0); aprovado integralmente no 13 (13/0/0), 15 (16/0/1), 21 (12/0/0) e 23 (11/0/0); e aprovado com modificação no 11 (11/2/1) e 18 (13/0/0). Em havendo proposta de supressão, a mesa procedeu a votação da proposta 1, de supressão, versus a proposta 2, manutenção, sem prejuízo de modificação. Na votação venceu, por contraste, a proposta 2. Na sequência, a mesa apresentou a seguinte proposta de compatibilização, **a) o(a) reitor(a) e o(a) vice-reitor(a) sejam escolhido(a)s por meio de eleições diretas e voto secreto, com a participação universal, no mínimo paritária, de todo(a)s o(a)s docentes, estudantes e técnico(a)s administrativo(a)s, encerrando-se o processo eletivo no âmbito da instituição; garantindo a autonomia universitária, preconizada pelo artigo 207 da Constituição Federal.** Após a apreciação e o debate, a proposta de compatibilização foi aprovada por contraste. Item 7. *Continuar denunciando as intervenções nas instituições federais de ensino.* Obteve-se a seguinte situação nos grupos: supressão no 1 (21/0/2), 5 (14/0/1) e 14 (12/6/0); aprovado integralmente no 11 (14/0/0), 13 (13/0/0), 15 (16/0/1), 18 (13/0/0), (12/0/0), 22 (10/0/0) e 23 (11/0/0). Em havendo proposta de supressão, a mesa procedeu com a votação da proposta 1, de supressão, versus a proposta 2, de manutenção, sem prejuízo de modificação, vencendo, por contraste, a proposta 2. Após a apreciação e o debate, a proposta foi suprimida, por contraste, com o entendimento de que já estava contemplada em propostas anteriores. Item 8. *Que o GTPFS junto com o GT Verbas construa um cálculo sobre as perdas históricas salariais a partir do ano 2000.* Obteve-se a seguinte situação nos grupos: supressão no 5 (3/9/1), 13 (12/0/1), 14 (12/6/0) e 17 (12/0/1); aprovado integralmente no 1 (20/0/3), 11 (13/2/0), 13 (13/0/0), 15 (16/0/1), 18 (13/0/0), 21 (12/0/0), 22 (10/0/0) e 23 (11/0/0). Em havendo proposta de supressão, a mesa procedeu com a votação da proposta 1, de supressão, versus a proposta 2, de manutenção, sem prejuízo de modificação, vencendo, por contraste, a proposta 2. Após a apreciação e o debate, a proposta foi aprovada na íntegra, por contraste. **8. Que o GTPFS, junto com o GT Verbas, construa um cálculo sobre as perdas históricas salariais a partir do ano 2000.** Foi apresentada, ainda, nova proposta, constituindo assim o item 9. *Que o ANDES-SN juntamente com as secretarias regionais construam estratégias para garantir a participação de docentes de sessões sindicais que compõem os critérios do art. 41 do Estatuto, nas atividades de formação sindical realizadas pelo sindicato regional.* A proposta foi apresentada a partir da aprovação integral nos grupos 13 (13/0/0), 15 (18/0/0) e 21 (12/0/0). Após a apreciação e o debate, a proposta foi aprovada com modificação, por contraste, ficando com a seguinte redação, **9. Que o ANDES-SN construa estratégias para garantir a participação de docentes das seções sindicais que atendem aos critérios do art. 41 do Estatuto, nas atividades de formação sindical realizadas pelo sindicato.** Vencido o debate dos demais itens do TR 27, passou-se à apreciação do mérito

dos TRs: 27 (item 4), 40, 44 e 61, os quais versam sobre a manutenção ou desfiliação da CSP Conlutas. A mesa colocou em votação a proposta 1, de supressão, versus a proposta 2, de manutenção, sem prejuízo de modificação, do item 4 do TR 27. Foi aprovada por contraste, a proposta 2. Item 4. *Que o ANDES-SN amplie o debate nas bases sobre a construção da CSP Conlutas, realizando balanço sobre sua atuação nos últimos dez anos e sua relevância na luta de classes e a permanência ou desfiliação à Central com:.* Situação nos grupos: supressão no 4 (12/6/0); aprovado integralmente nos grupos 1 (20/0/3); 5 (10/3/0); 11 (13/0/1); 12 (10/7/2); 13 (13/0/0); 17 (8/2/4); 18 (9/0/3); 21 (10/1/1); e 23 (11/0/0); aprovado com modificação no grupo 15 (10/8/1). Na votação, por contraste, foi mantido o item 4 na sua versão original. **4. Que o ANDES-SN amplie o debate nas bases sobre a construção da CSP Conlutas, realizando balanço sobre sua atuação nos últimos dez anos e sua relevância na luta de classes e a permanência ou desfiliação à Central com:.** Neste momento a mesa esclareceu que, com a aprovação do item 4 do TR 27, os TRs 44 e 61 ficaram superados. Passou-se à discussão do subitem 4.1 – *organização via secretarias regionais e seções sindicais de debates preparatórios nos estados.* Situação nos grupos: supressão no 14 (12/6/0); aprovado integralmente no 1 (20/0/3); 11 (13/0/1); 12 (16/0/0); 13 (13/0/0); 18 (9/0/3); 21 (11/1/0); e 23 (11/0/0); modificação no grupo 2 (7/5/6); 15 (10/8/1); e 22 (8/0/2). Na votação, por contraste, o subitem 4.1 foi aprovado na sua versão original. Subitem **4.1 – organização via secretarias regionais e seções sindicais de debates preparatórios nos estados.** Passou-se ao subitem 4.2 *Realização de um CONAD extraordinário no segundo semestre de 2022. As indicações do CONAD extraordinário devem ser levadas para deliberação no 41º Congresso do ANDES-SN.* Situação nos grupos: supressão no 14 (12/6/0); aprovado integralmente no 1 (16/4/1); 11 (13/0/1); 12 (16/2/0); 13 (13/0/0); 18 (9/0/3); 21 (10/1/0); e 23 (11/0/0); modificação no 15 (10/8/1) e 22 (2/6/2). Inicialmente a mesa colocou em votação a proposta 1, de supressão, versus a proposta 2, de manutenção, sem prejuízo de modificação. Venceu por contraste a proposta 2. Como não houve defesa de modificação o texto original foi considerado aprovado na sua forma original. **4.2 Realização de um CONAD extraordinário no segundo semestre de 2022. As indicações do CONAD extraordinário devem ser levadas para deliberação no 41º Congresso do ANDES-SN.** Na sequência, a mesa colocou em votação o TR 27 na sua totalidade que foi aprovado por contraste. Em seguida, a mesa colocou em votação a agenda de lutas do Sindicato apresentada nos textos de resolução. Por contraste, a agenda foi aprovada. **Agenda de lutas do ANDES-SN - 29/01 – Dia da Visibilidade Trans. 07/02 - Dia de lutas dos povos originários. 11/02 – Dia Nacional das Mulheres e Meninas na Ciência. 08/03 - Dia Internacional das Mulheres. 14/03 – Justiça por Marielle Franco. 21/03 - Dia Internacional de Luta pela eliminação da Discriminação racial. 07/04 - Dia Internacional da Saúde. 19/04 - Dia de Resistência dos Povos**

Originários. 24/04 - Dia Internacional da Libras. 17/05 - Dia internacional de luta contra a LGBTfobia. 28/06 - Dia Internacional do Orgulho LGBT. 23/07 - Dia Nacional do Tradutor e Intérprete de Libras. 25/07 - Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha. 29/08 – Dia da Visibilidade lésbica. 21/09 – Dia Nacional de luta das pessoas com deficiência. 26/09 - Dia Nacional dos Surdos. 28/09 – Dia internacional da luta pela legalização do aborto. 17/10 – Dia Nacional de combate ao assédio moral/sexual nas Universidades, IFs e CEFETs. 22/11 – Dia Nacional de combate ao racismo nas Universidades, IFs e CEFETs. 03/12 - Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. Na sequência foi apresentada a seguinte proposta: **Que os TRs apresentados no 40º e que foram apreciados na Plenária do Tema III serão remetidos para o próximo CONAD.** A proposta foi aprovada por contraste. Considerando o final do tempo para a discussão do Tema III, a presidenta da mesa deu por encerrados os trabalhos da Plenária e eu, Paulo Henrique Mattos, 2º secretário, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pela presidenta da mesa.

Paulo Henrique Mattos
2º secretário

Rosineide Freitas
Presidenta

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA IV DO 40º CONGRESSO DO ANDES-SN – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

Às 17:00h do dia 30 de março de 2022, no auditório Araújo Viana, em Porto Alegre, iniciou-se a plenária do tema IV. Verificado o *quorum* regimental de 289 delegado(a)s, deu-se início à plenária que trata das Questões Organizativas e Financeiras no 40º Congresso do ANDES-SN, conforme consta do cronograma. A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta pelo(a)s professor(a)s Zuleide Queiroz, presidenta; Joselene Mota, vice-presidenta; Fernando Prado, 1º secretário; e Sueli Maria Goulart Silva, 2ª secretária. A presidenta, dando boas vindas a todas e todos, apresentou as linhas gerais da metodologia para condução da mesa, envolvendo a apresentação sintética dos TRs; quando necessária, a abertura de inscrições para a discussão; e o processo de votação, organizado a partir do relato da situação nos grupos registrada no Relatório Consolidado do Tema IV. Em continuidade, a presidenta da mesa propôs organizar blocos de 10 intervenções, a partir de sugestões feitas pela plenária, para encaminhamento dos trabalhos, um delegado na Plenária contrapôs sugerindo que se mantivessem blocos de seis intervenções, conforme vinha ocorrendo em outras sessões. Em votação, definiu-se por blocos de 6 intervenções respeitando-se a paridade de gênero, como é de praxe, e a consulta à Plenária a respeito da abertura de novos blocos para continuação das discussões. Dois TRs versavam sobre o mesmo tópico – as eleições do ANDES-SN – TR 47 e TR 78.

TR 47 - Eleição no ANDES-Sindicato Nacional: mandato da atual Diretoria e data da próxima eleição. *Diretoria do ANDES SN. O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA: 1. Incluir nas Disposições Transitórias do Estatuto o seguinte artigo: Art. XX O mandato da atual DIRETORIA (gestão 2020/2022) fica prorrogado até o dia da posse da nova diretoria eleita. § 1º A eleição para a DIRETORIA consecutiva (2023/2025) será realizada nos dias 4 e 5 de abril de 2023, tomando posse no prazo de 30 (trinta) dias da data da eleição, em solenidade promovida pela atual DIRETORIA, ad referendum do 66º CONAD. § 2º O prazo previsto no artigo 54, § 2º e aqueles do Regimento Eleitoral serão reduzidos em 50% para a eleição 2023. 2. O Art. 51, do Estatuto do ANDES-SN, passa a ter a seguinte redação: Art. 51. A eleição da DIRETORIA é realizada no mês de maio dos anos ímpares, e convocada pelo(a) Presidente em exercício, com pelo menos trinta (30) dias de antecedência da data do início do CONGRESSO ordinário que a precede, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 42.* Situação nos grupos: APROVADO INTEGRALMENTE: Grupos: 1 (18/0/0); 4 (14/3/1); 5 (10/5/0); 6 (9/1/2); 7 (11/6/1); 8 (11/4/5); 11 (13/4/0); 12 (6/3/4); 13 (14/1/0); 16 (7/0/0); 18 (10/0/2); 19 (4/2/4); 20 (8/1/4); 21 (7/1/3); 22 (10/0/0); SUPRESSÃO: Grupos: 17 (7/1/2); MODIFICAÇÃO: Grupos: 9 (17/2/0).

TR 78 - O Estatuto do ANDES-SN é a Consolidação das Normas Aprovadas Democraticamente, e não uma Peça Burocrática ao Sabor das Conveniências - As Eleições para a Diretoria e sua Posse Devem Ocorrer em 2022. *Aderaldo Alexandrino de Freitas (ADUFERPE); Adriana Machado Penna (ADUFF); Adriano Severo Figueiró (SEDUFMS); Adriano Vitti Mota (ADUFRA); Agatha Justen (ADUFF); Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Airton Paula Souza (ADUFS-SE); Alair Silveira (ADUFMAT); Albany Mendonça (APUR); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre José Medeiros do Nascimento (ADUFPI); Alexandre Macedo (ADUFPB); Aloizio Soares Ferreira (ASPUV); Alyne Sousa (SINDIFPI); Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCEFET-MG); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV); Angelica Lovatto (ADUNESP); Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP); Antonia Costa Andrade (SINDUFAP); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU); Antonio de Pádua Bosi (ADUNIOESTE); Antonio Francisco Lopes Dias (ADCESP); Antônio José Mayhé Nunes (ADUR-RJ); Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCEG); Antônio Luís de Andrade – Tato (ADUNESP); Antônio Rodrigues Belon (ADUFMS);*

Aparecida Darc de Souza (ADUNIOESTE); Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFPEL); Beatriz Tupinambá Freitas (ADUFS-SE); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Bráulio Silva Chaves (SINDCEFET-MG); Carlos Costa (ADCESP), Carlos Rinaldo Nogueira Martins (SINDUFAP); Cássio Alves (APUFPR); Catarina Barbosa Torres Gomes (SINDCEFET-MG); Catharina Marinho Meirelles (ADUFF); Celeste Pereira (ADUFPEL); Celia Regina Otranto (ADUR-RJ); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES); Ceres Torres (ADUFPEL); César Honorato (ADUFF); Cícera Vanessa Maia (SINDCEFET-MG); Claudete Sales Sampaio (ADUFS-SE); Claudia Alves Durans (APRUMA); Claudia March (ADUFF); Cláudio Gurgel (ADUFF); David Junior de Souza Silva (SINDUFAP); Dayse Iara dos Santos (ADUNESP); Denise Monte Braz (ADUR-RJ); Diana Regina dos Santos Alves Ferreira (SINDUFAP); Dilenio Dustan (APES-JF); Edgard Leite (ASPUV); Egmar Oliveira Souza Júnior (SINDIFPI); Elaine da Silva Neves (ADUFPEL); Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE); Eliane Fazolo (ADUR-RJ); Elizandra Garcia da Silva (ADUFF); Elyson Carvalho (ADUFS-SE); Epitácio Macário Moura (SINDUECE); Erlenias Sobral do Vale (SINDUECE); Fábila Barboza Heluy Caram (SINDCEFET-MG); Fábio Kazuo Ocada (ADUNESP); Fabiola Kato (ADUFPA); Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG); Fernando Ramalho Martins (ADUNESP); Franci Gomes Cardoso (APRUMA); Francisca Raquel da Costa (SINDIFPI); Francisco Carlos Duarte Vitória (ADUFPEL); Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE); Francisco Santiago (SINDUFAP); Gabriel Muñoz Palafox (ADUFU); Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFS-BA); Gelta Xavier (ADUFF); Geraldo do Nascimento Carvalho (ADUFPI); Gihad Mohamad (SEDUFSM); Gilberto Marques Pereira (SINDCEFET-MG); Graziela Lucci de Angelo (SEDUFSM); Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL); Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR); Igor Mota Morici (SINDCEFET-MG); Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP); Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT); Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI); Jacira Maria Machado de Oliveira (ADUFF); Jairo Paes Selles (ADUFF); Janete Brito (ADCESP); Janete Luzia Leite (ADUFRJ); João Batista Farias Junior (SINDIFPI); João Carlos Gilli Martins (SEDUFSM); João da Costa Chaves Júnior (ADUNESP); João Francisco de Almeida Vitor (SINDCEFET-MG); José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL); José Domingues Godoi Filho (ADUFMAT); José dos Santos Souza (ADUR-RJ); José Itabiricy (ADUFRA); José Jailton Marques (ADUFS-SE); José Raphael Bokehi (ADUFF); José Vitor Zago (ADUNICAMP); Juliana Barbosa de Segadas Vianna (ADUR-RJ); Juliana Iglesias Melim (ADUFES); Júlio Figueiredo (ADUFF); Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFSM); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP); Léia Soares da Silva (SINDIFPI); Leonardo Dourado de Azevedo Neto (ADUA); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ); Lorena Moraes (ADCESP); Lúcia Izabel Silva (ADUFPA); Lucas Pacheco Campos (APES-JF); Lúcia Emília Letro Ribeiro (SINDCEFET-MG.); Luciano Coutinho (ADUFRJ); Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ); Luis Silva (SINDIFPI); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE); Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL); Luiz Paiva Carapeto (ADUFPEL); Marcelo Barreto Cavalcanti (ADUFEPE); Marcelo Massayoshi Ueki (ADUFS-SE); Marcelo Soares Pereira da Silva (ADUFU); Márcio Leonardo Lima Pereira (SINDIFPI); Márcio Pereira da Silva (ADUNESP); Marco Antonio Escher (APES-JF); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ); Maria Angélica da Gama Caral Coutinho (ADUR-RJ); Maria Augusta Tavares (ADUFAL); Maria Célia Nunes Borges de Lima (SINDCEFET-MG); Maria da Conceição Rosa Cabral (ADUFPA); Maria da Conceição dos Santos Costa (ADUFPA); Maria das Graças Soares Floresta (ASPUV); Maria de Lourdes Couto Nogueira (SINDCEFET-MG); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); Maria Edilene S. Ribeiro (ADUFPA); Maria Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS); Maria Isabel Duarte Rodrigues (ADUFPA); Maria Luzinete Alves Vanzeler (ADUFMAT); Maria Suely

Soares (APUFPR); Maria Thereza Cândido Gomes de Menezes (ADUFF); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR); Marisol Valencia (ADUR-RJ); Maristela da Silva Souza (SEDUFMS); Marli Clementino Gonçalves (ADUFPI); Marluce Souza e Silva (ADUFMAT); Máuri de Carvalho (UFES); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Milena Martinez (APUFPR); Milney Chasin (SINDCEFET-MG); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP); Monica Pirozi (ASPUV); Mônica Vermes (ADUFES); Olgaíses Maués (ADUFPA); Olinto Silveira Alves Filho (ADUFS-SE); Omar Albomoz (ADCESP); Oneize Amoras de Araújo (ADUFS-SE); Onice Teresinha Dall'Oglio (ADUFMAT); Paulo Antonio Cresciulo de Almeida (ADUFF); Paulo César Lage de Oliveira (SINDCEFET-MG); Osmar Gomes de Alencar Júnior (ADUFPI); Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP); Raimundo Sérgio de Farias Junior (SINDUEPA); Raphael Góes Furtado (ADUFES); Raquel Angela Speck (APUFPR); Regiana Wille (ADUFPEL); Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPB); Romildo de Castro Araújo (ADUFPI); Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA); Rosana Mendes Éleres de Figueiredo (APRUMA); Rosângela Assunção (ADCESP); Rosely Cabral Giordano (ADUFPA); Rosimê Meguins (ADUFPA); Rute Glésia Lima Noletto (SINDIFPI); Samuel França Alves (SINDCEFET-MG); Sandra Alessi (APUFPR); Sandra Moreira (ADUFPA); Saulo Arcangeli (SINDUEMA); Sérgio Inácio Nunes (ADUFU); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Sérgio Darwich (SINDUEPA); Sônia Maria Araújo (ADUFPA); Sônia Pimentel (ADUFS); Sônia Regina Teixeira (ADUFPA); Sueli Guadalupe de Lima (ADUNESP); Suly Rose Pereira Pinheiro (APRUMA); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Tamara Cardoso André (UDUNIOESTE); Tarcísio Luiz Pereira (ADUFMS); Valdelaine Mendes (ADUFPEL); Valter Luiz de Almeida Vitor (SINDCEFET-MG); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA); Vera Núbia Santos (ADUFS-SE); Vicente Donizete da Silva (SINDCEFET-MG); Vilson Aparecido da Mata (APUFPR); Vilemar Gomes da Silva (APRUMA); Virgílio Coelho Oliveira Júnior (SINDCEFET-MG); Vitor Wagner Neto de Oliveira (ADUFMS); Viviane Narvaes (ADUNIRIO); Waldir Bertúlio (ADUFMAT); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA); Waldyr Lins de Castro (ADUFF); Wanderley Padilha (SINDUNIFESSPA); Welbson do Vale Madeira (APRUMA); Wilma Pessoa (ADUFF); Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP); Zenilde Moreira (ADUFERPE).

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA: 1. A eleição e posse da próxima Diretoria ocorrerão em 2022, seguindo-se os prazos estabelecidos pelo Estatuto; 2. Seja realizado CONAD extraordinário no final de novembro, início de dezembro deste ano no qual tomará posse a Diretoria eleita e será atualizado o plano de lutas; 3. Seja introduzido artigo nas disposições transitórias do Estatuto que estabeleça que o mandato da próxima Diretoria vá até o CONAD ordinário de 2024.

Situação nos grupos: Grupos que votaram o TR como um todo: APROVADO INTEGRALMENTE: Grupo: 17 (3/1/5). SUPRESSÃO: Grupos: 1 (17/0/4); 3 (11/0/7); 8 (11/4/6); 12 (9/5/6). MODIFICAÇÃO: Grupos: 16 (6/7/0). Grupos que votaram o TR por item: Item 1: Situação nos grupos: APROVADO INTEGRALMENTE: Grupo: 17 (3/1/5). SUPRESSÃO: Grupos: 2 (6/2/9); 4 (13/2/1); 5 (8/6/1); 6 (13/2/4); 7 (11/6/1); 8 (11/4/5); 9 (18/0/2); 10 (9/0/2); 11 (14/6/0); 13 (14/1/0); 14 (9/3/4); 15 (9/7/3); 18 (11/0/1); 19 (4/2/4); 20 (8/2/5); 21 (8/1/2); 22 (5/2/2). MODIFICAÇÃO: Nenhum grupo. Item 2: Situação nos grupos: SUPRESSÃO: Grupos: 2 (6/2/9); 4 (13/3/1); 5 (8/6/1); 6 (13/2/4); 7 (11/6/1); 9 (18/0/2); 10 (9/0/2); 11 (14/6/0); 13 (14/1/0); 14 (9/3/4); 15 (9/7/3); 18 (11/0/1); 19 (4/2/4); 20 (8/2/5); 21 (8/1/2); 22 (5/2/2); 23 (7/1/5). MODIFICAÇÃO: Item 3: Situação nos grupos: SUPRESSÃO: Grupos: 2 (6/2/9); 4 (13/3/2); 5 (8/6/1); 6 (13/2/4); 7 (11/6/1); 9 (18/0/2); 10 (9/0/2); 11 (14/6/0); 13 (14/1/0); 14 (9/3/4); 15 (9/7/3); 18 (11/0/1); 19 (4/2/4); 20 (8/2/5); 21 (8/1/2); 22 (5/2/2); 23 (7/1/5). MODIFICAÇÃO: Nenhum grupo.

Acatando proposta da Plenária, foram indicadas duas intervenções para apresentação e defesa sintéticas, em cinco minutos, de cada um dos TRs, feitas por representantes de signatários dos respectivos TRs. Após, foram propostas duas

alternativas para a votação dos TRs: 1- da Mesa: votar por Supressão ou Aprovação, sem prejuízo do modificações; 2- votar, inicialmente, o ano em que deveria ocorrer as eleições: 2023 ou 2022 (conforme proposta dos TRs 47 e 78, respectivamente). Colocadas em votação, a Plenária decidiu pela proposta 1. Para iniciar as discussões sobre os TRs e em vista do grande número de inscrições, procedeu-se a um sorteio de 18 delegado(a)s. Orientando-se pela delimitação de seis intervenções por bloco, foram efetivadas 12 intervenções, em dois blocos, após o quê a Plenária considerou suficiente o número de intervenções, não aprovando a abertura de novo bloco. Antes de iniciar a votação, houve solicitação de uma questão de encaminhamento pelo Prof. Dileno Dustan Lucas De Souza (APESJF), cuja fala e postura foi considerada ofensiva à delegada Eblin Joseph Farage (ADUFF), conforme, questão de ordem, da Profa. Márcia Santos Lemos (ADUSB), que contestou a atitude do Prof. Dileno. Na ocasião o mesmo alterou sua voz durante a fala da Profa. Marcia, que considerou sua atitude assediadora. A mesa solicitou respeito à plenária e seguiu os trabalhos, acatando as manifestações das profas. Naira Souza Moura (ADUNEB) e Liliane Maria Macedo Machado (ADUnB) sobre o ocorrido. Terminado o bloco de falas foi encaminhada a votação do TR 47 por itens, foram computados 264 votos favoráveis, nove votos contrários e 80 abstenções, sendo, portanto, o **item 1 aprovado com modificação**, ficando a seguinte redação: **1. Incluir nas Disposições Transitórias do Estatuto o seguinte artigo: Art. XX O mandato da atual DIRETORIA (gestão 2020/2022) fica prorrogado até o dia da posse da nova diretoria eleita.** Em seguida, colocou-se em votação o item 2 do mesmo TR, tendo-se computado 248 votos favoráveis, três contrários e 82 abstenções, sendo, portanto, o **item 2 aprovado**, mantido tal qual apresentado, isto é: **2. O Art. 51, do Estatuto do ANDES-SN, passa a ter a seguinte redação: Art. 51. A eleição da DIRETORIA é realizada no mês de maio dos anos ímpares, e convocada pelo(a) Presidente em exercício, com pelo menos trinta (30) dias de antecedência da data do início do CONGRESSO ordinário que a precede, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 42.** A votação do TR como um todo foi dispensada, em função da garantia do quórum regimental, da votação por item. Em decorrência lógica do resultado da votação do TR 47, o TR 78 foi suprimido. Em seguida, procedeu-se a discussão do **TR 56 - Pela refiliação do ANDES-SN ao DIEESE. Diretoria da ADUFAL, Diretoria da ADUFRJ, Amália Catharina Santos Cruz (ADUnB), Ana Maria Dantas Soares (Adur), Andrea Carmo Sampaio (Adur), Ariuska Karla Barbosa Amorim(ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFMS), Beatriz Wey (Adur), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFMS), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza(ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (Adur), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota(ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFMS), Leni Hack (ADUnemat), Lenucia**

Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFISM), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (Adur), Liane de Souza Weber (SEDUFISM), Liliane Maria Macedo Machado (AdUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucilia Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFISM), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFISM), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUnB), Neila Baldi (SEDUFISM), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (ADUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUnB), Patrícia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), Ronalda Barreto Silva (ADUnB), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcisio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFISM), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves (ADUPE). **O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:**

1. O 40º Congresso do ANDES decide retomar os pagamentos de mensalidades ao Dieese, de modo a retomar sua plena filiação para que os serviços por ele prestados sejam reiniciados tanto à diretoria do ANDES, quanto às ADs. O Congresso do pede, ainda, que a diretoria do ANDES explique os motivos da suspensão dos pagamentos. Situação nos grupos: APROVADO INTEGRALMENTE: Grupos: 20 (7/0/6); SUPRESSÃO: Nenhum grupo; MODIFICAÇÃO: Grupos: 1 (18/1/1); 3 (13/0/2); 4 (14/0/0); 5 (13/0/1); 6 (8/7/3); 7 (17/0/0); 8 (0/0/0 – tal como veio na relatoria); 10 (9/4/0); 9 (19/0/2); 11 (19/0/2); 12 (16/0/0); 13 (20/0/0); 15 (14/4/1); 16 (13/0/0); 17 (7/4/2); 18 (10/0/1); 19 (12/0/0); 21 (11/1/1); 22 (9/1/0); 23 (9/1/2). Antes de dar início às discussões, realizou-se um sorteio para as intervenções, selecionando 18 nomes para a possibilidade de 3 blocos. Às 21h25 a Plenária aprovou a prorrogação dos trabalhos por uma hora. As discussões se esgotaram em dois blocos, mediante a recusa da Plenária em aprovar um terceiro bloco. Discutidas as propostas de modificações, definiu-se por compatibilizar modificações propostas no item 1 e acrescentar o item 2, **Aprovando-os separadamente e, em seguida, o TR completo, ficando, então, com a seguinte redação:**

1. Que o ANDES-SN se refilie ao DIEESE a partir do estabelecimento de critérios explícitos para o pagamento das contribuições financeiras. 2. Que a Diretoria apresente para o próximo CONAD uma proposta de política de contratação de instituições de assessoria técnica. *Passou-se à apreciação do TR 49 – Homologações de seções sindicais, dissoluções, ratificações, alterações regimentais e reorganização de seção sindical. Diretoria do ANDES-SN.*

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. APROVAÇÃO DA DISSOLUÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL. 1.1 Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO aprova a dissolução da Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC (SSIND do ANDES-SN na UFSC) aprovada em Assembleia Geral por motivo de decisão judicial exarada pela 1ª Vara da Justiça do Trabalho. 2. APROVAÇÃO DE REGIMENTO 2.1 Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO ratifica a aprovação do regimento da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (ADUFMS). 3. RATIFICAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL: 3.1 Em consonância com

*o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO ratifica a homologação da Seção Sindical dos Docentes das Universidades Estaduais Públicas do Maranhão (SINDUEMA); 3.2 Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO ratifica a homologação da Seção Sindical do(a)s Docentes da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (SINDUFAPE); 4. APROVAÇÃO DE ALTERAÇÃO REGIMENTAL: 4.1 Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO ratifica a aprovação de alteração do Regimento por motivo de alteração da razão social que passará de Associação dos Docentes da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (ADUFTM SSIND) para Associação dos Docentes da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (ADFMTM-SSIND). 5. REORGANIZAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL, 5.1 Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO ratifica a aprovação da reorganização e do estatuto da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Sul da Bahia (SINDIUFSSB SSIND). Situação nos grupos: APROVADO INTEGRALMENTE: Todos os grupos; SUPRESSÃO: Nenhum grupo; MODIFICAÇÃO: Nenhum grupo. Aprovado. Solicitada, pelas respectivas Seções sindicais, a correção das siglas citadas no Item 4.1, na seguinte forma: Associação dos Docentes da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (ADFMTM-SSIND) e Associação dos Docentes da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (ADUFTM SSIND). Em seguida, a Diretoria colocou para apreciação e votação o TR 79 que, por questões de prazo, não foi incluída no Caderno de Textos ou no Anexo e acatada pela Plenária de Instalação. Antes da análise do TR, foi solicitada e acatada pela Plenária a inclusão de um novo item, referente à alteração regimental da SINDUNESPAR. Passou-se então à análise. **TR 79 - HOMOLOGAÇÕES: DISSOLUÇÃO E ALTERAÇÃO REGIMENTAL.** Diretoria do ANDES-SN. O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA: 1. DISSOLUÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL - O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA: Em consonância com o Art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES -SN e de acordo com a documentação apresentada, o 40º CONGRESSO manifesta-se favoravelmente à dissolução da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri - Campus do Mucuri do ANDES-SN (ADOM SSIND). 2. ALTERAÇÃO REGIMENTAL - O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA: Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 40º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favoravelmente à aprovação das alterações verificadas no Regimento da Seção Sindical dos Docentes da UNESPAR (SINDUNESPAR), ficando condicionada sua efetivação a posteriori mediante aprovação em Assembleia Geral dos ajustes indicados pela Assessoria Jurídica Nacional nos termos do Estatuto do ANDES-SN. 2. Votados na íntegra, os TR 49 e 79 foram aprovados. Seguiu-se a análise do **TR 50 - Homologação das Resoluções Aprovadas no 8º, 9º, 11º, 12º e 13º CONADS EXTRAORDINÁRIOS.** Diretoria do ANDES-SN. O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA: 1. Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO ratifica a aprovação das Resoluções do 8º CONAD Extraordinário do ANDES-Sindicato Nacional, realizado online, no período de 30 e 31 de julho de 2020, com o Tema Central: “Prorrogação do Mandato da Diretoria Nacional”; 2. Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO ratifica a aprovação das Resoluções do 9º CONAD Extraordinário do*

*ANDES-Sindicato Nacional, realizado on-line, no período de 28 a 30 de setembro de 2020, com o Tema Central: “A vida acima dos lucros: Em defesa das instituições de ensino, dos serviços públicos e da autonomia sindical!”; 3. Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO ratifica a aprovação das Resoluções do 11º CONAD Extraordinário do ANDES-Sindicato Nacional, realizado on-line, no período de 27 de março e 3 de abril de 2021, com o Tema Central: “Em defesa da vida, dos serviços públicos e da democracia e autonomia do ANDES-SN”; 4. Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO ratifica a aprovação das Resoluções do 12º CONAD Extraordinário do ANDES-Sindicato Nacional, realizado on-line, nos dias 2, 9 e 16 de julho de 2021, com o Tema Central: “Em defesa da vida, da educação pública e dos serviços públicos: resistir é preciso!”. 5. Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO ratifica a aprovação das Resoluções do 13º CONAD Extraordinário do ANDES-Sindicato Nacional, realizado on-line, nos dias 15 e 16 de outubro de 2021, com o Tema Central: Conjuntura e Congresso do ANDES- SN. O TR 50 foi aprovado. Em seguida, apresentou-se o TR 51 - Manutenção do apoio financeiro à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). Diretoria do ANDES-SN. O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA: 1. Autorizar a Diretoria do ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais para a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF); 2. Que a diretoria nacional do ANDES-SN realize reunião com a direção da ENFF e com a direção nacional do MST buscando realizar ações conjuntas de unidade de ação. Situação nos grupos: APROVADO INTEGRALMENTE: Todos os demais grupos; SUPRESSÃO: Nenhum grupo; MODIFICAÇÃO: Grupos: 6 (15/2/0); 14 (15/0/1). **Aprovado integralmente com modificação no item 1, que passa a ter a seguinte redação: 1. Autorizar a Diretoria do ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais para a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). Passou-se à discussão do TR 52 - Manutenção do apoio financeiro à Auditoria Cidadã da Dívida (ACD). Diretoria do ANDES-SN. O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA: 1. Autorizar a Diretoria do ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais para a Auditoria Cidadã da Dívida (ACD). 2. Que as seções sindicais avaliem a possibilidade de contribuição com os núcleos da ACD nos estados.** Situação nos grupos: APROVADO INTEGRALMENTE: Todos os demais grupos; SUPRESSÃO: Nenhum grupo; MODIFICAÇÃO: Grupos: 6 (15/2/0); 7 (16/0/0); 14 (10/671). **Aprovado integralmente com modificação no item 1, que passa a ter a seguinte redação: 1. Autorizar a Diretoria do ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais para a Auditoria Cidadã da Dívida (ACD).** Em seguida, foi colocado em discussão o TR 53 - Apoio financeiro ao Casarão da Luta e ao sistema de formação política do movimento dos trabalhadores sem teto (MTST). Diretoria do ANDES-SN. O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA: 1. Autorizar a Diretoria do ANDES-SN a contribuir, por um período de 12 meses, com R\$3.000,00 (três mil reais) com o Casarão da Luta e o sistema de formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); 2. Que as seções sindicais apoiem as iniciativas do MTST e de outros movimentos de luta urbana nos estados, construindo resistência e lutas conjuntas. Situação nos grupos: APROVADO INTEGRALMENTE: Todos os demais grupos; SUPRESSÃO: Nenhum grupo; MODIFICAÇÃO: Grupos: 6 (15/2/0). **Aprovado integralmente com modificação no item 1, que passa a ter a seguinte redação: 1. Autorizar a Diretoria do ANDES-SN a contribuir, por um período de 12 meses, com R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) com o Casarão da Luta***

e o sistema de formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Em seguida, foi levado à discussão o **TR 48 - Fundo Único – Fundo nacional de solidariedade, mobilização e greve do ANDES-SN. Diretoria do ANDES-SN. O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA: 1. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a ordenar despesas para garantir o custeio das atividades de mobilização, campanhas, marchas e eventos definidos pelo 40º Congresso, como centrais na luta do Sindicato, no limite de R\$ 1.100.000,00 da parcela referente à mobilização. 2. Autorizar o 65º CONAD a apreciar e deliberar sobre os custeios de mobilização e de luta para o segundo semestre de 2022. 3. Autorizar as seções sindicais do setor das IEES/IMES em dificuldades financeiras, que entrarem em greve no ano de 2022, a suspender a contribuição para o Fundo Único, enquanto durar o movimento paredista. 4. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a disponibilizar recursos da parcela de mobilização do Fundo Único Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve para ajudar nas ações políticas e organizativas de novas seções sindicais pelo prazo de um ano, a partir de sua homologação, tempo para que consigam viabilizar a autossustentação e a regularização das receitas por meio da contribuição do(a)s sindicalizado(a)s, mantendo-se válidas as demais resoluções pertinentes definidas pelo 58º CONAD.** Situação nos grupos: Item 1 - APROVADO INTEGRALMENTE: Todos os grupos; SUPRESSÃO: Nenhum grupo; MODIFICAÇÃO: Nenhum grupo. Item 2 - Situação nos grupos: APROVADO INTEGRALMENTE: Todos os grupos; SUPRESSÃO: Nenhum grupo; MODIFICAÇÃO: Nenhum grupo. Item 3 - MODIFICAÇÃO: Grupos: 6 (14/0/1); 18 (11/0/1); 22 (6/0/4). A decisão da Plenária foi pela votação do TR como um todo, considerando-o **aprovado**. Às 22h15, a presidenta colocou em votação a remessa dos TRs 57, 55 e 54 para o dia seguinte, 31 de março, assim como a Mesa do Tema 3. Com a **aprovação** da proposta, deu-se por encerrada a Plenária, às 22h30. No dia 31 de março os trabalhos se iniciaram às 10h15, quando foi verificado o quórum de 247 delegado(a)s para a retomada das discussões. Na reabertura da Mesa foi apresentado o vídeo Meu corpo, minha lei (Ana Cañas) e o da Campanha Salarial dos Servidores Públicos (Milton Pinheiro, Joselene Mota e Mário Mariano). Em seguida, o prof. Luiz Eduardo Santos (APRUMA) deu informes sobre os atos realizados em Brasília, pelas Centrais Sindicais, nos dias 29 e 30 de março, com participação do ANDES-SN. Logo após, foram indicados para apreciação os TRs 55 e 57, por tratarem da mesma temática, tendo a Mesa acatado a sugestão de abrir defesas para manutenção ou supressão, de 5 min. Respectivamente e para cada um dos TRs, separadamente. **TR 55 - Por congressos do ANDES-SN cada vez mais democráticos e mais representativos da base de nosso sindicato!** Diretoria da ADUFAL, Amália Catharina Santos Cruz (ADUnB), Ana Maria Dantas Soares (Adur), Andrea Carmo Sampaio (Adur), Ariuska Karla Barbosa Amorim(ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFMS), Beatriz Wey (Adur), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFMS), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza(ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (Adur), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geversson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota(ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS),

John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFMS), Leni Hack (ADUnemat), Lenucia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (Adur), Liane de Souza Weber (SEDUFMS), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucilia Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFMS), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUneb), Neila Baldi (SEDUFMS), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (ADUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUneb), Patrícia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), Ronalda Barreto Silva (ADUneb), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFMS), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves (ADUPE). O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA: 1. Modificar o artigo 16 do estatuto do ANDES-SN, que passa a ter a seguinte formulação: Art. 16. O CONGRESSO é composto: I - Por delegado(a)s de base de cada S.SIND ou AD-S.SIND, eleito(a)s em Assembleia Geral ou por votação direta e secreta do conjunto dos sindicalizado(a)s na respectiva S.SIND ou AD-S.SIND ou Secretaria Regional, tal como fixado pelo art. 17; II - Por observadore(a)s de base da S.SINDs ou AD-S.SINDs e Secretarias Regionais, com direito a voz; III – Pelo(a) Presidente(a) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, que o preside, com direito a voz em suas sessões. IV – Pelo(a)s demais membros da DIRETORIA (art. 32, I, II, III e IV), com direito a voz em suas sessões. § 1º Os demais membros em exercício na DIRETORIA, cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua Regional (art. 32, V), podem participar do CONGRESSO na qualidade de delegado(a)s ou observadore(a)s de suas respectivas S.SINDs ou AD-S.SINDs, respeitando-se o fixado pelo art. 17. 2. Modifica o artigo 17 do estatuto do ANDES-SN, que passa a ter a seguinte formulação: Art. 17. O(A)s delegado(a)s de base da S.SIND ou AD-S.SIND e do(a)s sindicalizado(a)s via Secretaria Regional são eleito(a)s em Assembleia Geral convocada expressamente para tal finalidade nos termos de seu regimento, ou por votação direta e secreta do conjunto dos sindicalizado(a)s na respectiva S.SIND ou AD-S.SIND ou Secretaria Regional. I O(A)s delegado(a)s de base das S.SINDs ou ADs-S.SINDs e do(a)s sindicalizado(a)s via Secretarias Regionais serão eleito(a)s na seguinte proporção: um(a) delegado(a) e respectivo(a) observador(a), que será indicado(a) como suplente, para cada dez docentes (ou fração igual ou superior a cinco) presentes e registrado(a)s nas assembleias no momento da eleição da delegação ou um(a) delegado(a) e respectivo(a) observador(a), que será indicado(a) como suplente, para cada vinte docentes (ou fração igual ou superior a dez) votantes em eleição direta e secreta do conjunto dos sindicalizado(a)s na respectiva S.SIND ou AD-S.SIND ou Secretaria Regional. II. A votação da delegação de base das S.SINDs ou ADs-S.SINDs e do(a)s sindicalizado(a)s via Secretarias Regionais será realizada através de sistema de lista na qual deverá constar, em ordem numérica, o(a)s candidato(a)s de cada lista. A delegação final será composta de forma

proporcional ao número de votos obtido por cada lista inscrita para votação. § 1º O(a)s delegado(a) eleito(a)s deverão representar as diferentes posições expressas no conjunto da categoria, sendo vedada a imposição de votações centralizadas por posições majoritárias em cada AD. III. A decisão sobre as alternativas constantes do caput deste artigo será tomada pelas Assembleias Gerais das S.SINDs ou ADs-S.SINDs ou do(a)s sindicalizado(a)s via Secretarias Regionais. IV É vedado o voto por procuração para eleição de delegado(a) de base da SEÇÃO SINDICAL ou AD-SEÇÃO SINDICAL. Esta vedação não implica, no entanto, a necessidade da presença de cada candidato(a) a delegado(a) ou observador(a) no momento da votação. Situação nos grupos: APROVADO INTEGRALMENTE: Grupos: 8 (10/7/0). SUPRESSÃO: Grupos: 5 (11/03/1); 6 (11/5/1); 9 (15/2/2); 11 (16/0/5); 12 (14/5/0); 13 (12/7/0); 14 (10/5/0); 15 (12/2/3); 16 (12/0/2); 17 (8/5/0); 18 (6/4/1); 19 (5/4/1); 21 (9/2/0); 22 (7/3/0). Obs.: no grupo 1 foi suprimido, mas sem informação da votação na relatoria. MODIFICAÇÃO: Nenhum grupo. Realizadas as defesas de manutenção ou supressão do TR 55, procedeu-se a um sorteio de nomes para falas em blocos. Efetivadas as falas do primeiro bloco, a Plenária decidiu pelo encerramento da discussão e deu-se a votação, resultando na **supressão** do TR 55. Deu-se início à discussão do **TR 57 - Método dos Congressos e CONADS**. Diretoria da ADUFAL, Diretoria da ADUFRJ, Amália Catharina Santos Cruz (ADUneb), Ana Maria Dantas Soares (Adur), Andrea Carmo Sampaio (Adur), Ariuska Karla Barbosa Amorim(ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFISM), Beatriz Wey (Adur), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFISM), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza(ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (ADUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (ADUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (Adur), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota(ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (ADUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFISM), Leni Hack (ADUnemat), Lenucia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFISM), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (Adur), Liane de Souza Weber (SEDUFISM), Liliane Maria Macedo Machado (ADUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucilia Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFISM), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFISM), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUneb), Neila

Baldi (SEDUFMS), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUneb), Patrícia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), Ronalda Barreto Silva (ADUneb), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcisio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFMS), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves (ADUPE). **O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA: 1. O calendário dos congressos do ANDES-SN passará a ter a seguinte estrutura, com a definição dos horários a cargo das comissões organizadoras de cada congresso:**

1º Dia	2º Dia	3º Dia	4º Dia	5º Dia
Credenciamento Plenária Abertura Regimento	TEMA II – Debate nos grupos mistos sobre teses guia e adendos	TEMA III – Debate nos grupos mistos sobre teses guia e adendos	Livre	TEMA IV - Debate nos grupos mistos sobre teses guia e adendos
Conjuntura	Apresentação e votação <u>das tese</u> guia e adendos	Apresentação e votação <u>das tese</u> guia e adendos	Encontros dos Grupos de Trabalho do ANDES-SN	Apresentação e votação <u>das tese</u> guia e adendos
Conjuntura		FESTA		Plenária de Encerramento

2. Os grupos mistos terão caráter de debate das teses-guia sobre cada ponto, não realizando votações, para além de aspectos organizativos do funcionamento de cada grupo. 3. Os cadernos de texto deverão conter as teses-guia, que serão específicas de cada ponto, bem como os textos de conjuntura. 4. Os cadernos de anexos deverão conter os adendos a serem apresentados (aditivos, supressivos ou modificativos) às resoluções constantes das teses-guia. Desta forma, cada proposta de adendo deve indicar a qual (ou quais) teses-guia ela se refere. Situação nos grupos: APROVADO INTEGRALMENTE: Nenhum grupo; SUPRESSÃO: Grupos: 5 (11/3/1); 6 (11/8/1); 7 (10/6/1); 8 (10/5/3); 9 (18/2/1); 10 (10/1/4); 11 (18/2/0); 12 (14/5/0); 13 (19/0/0); 14 (7/6/0); 15 (16/0/4); 18 (9/3/0); 21 (7/2/0). Obs.: no grupo 1 foi suprimido, mas sem informação da votação na relatoria; MODIFICAÇÃO: Grupos: 22 (5/0/5). Realizado o bloco de 6 intervenções, a votação resultou na **supressão** do TR 57. Passou-se à apresentação e discussão do **TR 54 - Sede do 41º Congresso do ANDES-SINDICATO NACIONAL. Diretoria do ANDES SN. O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA: 1. O 41º Congresso do ANDES-SN realizar-se-á na cidade de Rio Branco (AC), sob a organização da Seção Sindical ADUFAC.** Situação nos grupos: APROVADO INTEGRALMENTE: Grupos: 09 (18/2/0); 10 (10/1/2); 11 (18/0/1); 13 (18/0/1); 15 (11/0/3); SUPRESSÃO: Nenhum grupo; MODIFICAÇÃO: Nenhum grupo. A votação deste TR se deu após a leitura da Carta de Apresentação de proposta da Diretoria da ADUFAC, “Resistência e Solidariedade de Classe” – Biênio 2022-2024, feita pelo Prof. José Sávio da Costa Maia, 2º VPR da Regional Norte I. O TR 54 foi **aprovado**. Concluído o trabalho de apreciação e votação dos TRs do Tema IV, o prof. Luiz Henrique dos Santos Blume (3º Secretário do ANDES-SN) informou o registro de caso de assédio moral, remetido para a Comissão de Enfrentamento ao Assédio. Por último foi solicitada pela base da ADFURRN, uma menção honrosa ao professor Luis de Souza (UFRN, departamento de Química), vítima da COVID, pela sua grande contribuição à universidade, bem como dedicação e militância, para ser

consignada em ata, neste Congresso. Nada mais havendo a tratar, a presidenta da mesa, profa. Zuleide Queiroz, às 12h00 deu por encerrados os trabalhos da Plenária do Tema IV e anunciou a instalação da Mesa do Tema III, e eu, Sueli Maria Goulart Silva, 2ª secretária, lavrei a presente Ata que será assinada por mim, pela presidenta da mesa, pela Secretária Geral do ANDES-SN e pela Assessoria Jurídica Nacional (AJN).

Sueli Maria Goulart Silva
2ª Secretária

Zuleide Fernandes de Queiroz
Presidenta

Rodrigo Péres Torelly
OAB/DF - 12. 557

Maria Regina de Avila Moreira
Secretária-Geral do ANDES-SN

ATA DA PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO DO 40º CONGRESSO DO ANDES-SN

Às 23h59min do dia 31 de março de 2022, foi instalada a Mesa Diretora da Plenária de Encerramento do 39º Congresso do ANDES-SN. O presidente da mesa, Milton, iniciou os trabalhos apresentando o(a)s demais componentes: Regina (secretária-geral); Amauri Fragoso (1º tesoureiro); Elizabeth (1ª vice-presidente da ADURGS); Manuela (1ª vice-presidente da Secretaria Regional de Rio Grande do Sul); Reinalda Souza Oliveira (2ª secretária da Regional Nordeste 3). A Plenária foi aberta pelo presidente do ANDES-SN que, em seguida, passou a palavra à Comissão de Enfrentamento ao Assédio que reportou os trabalhos da comissão de acordo com o regimento do Congresso vigente, tendo pautados seus trabalhos pela perspectiva de transformação das relações de opressão no campo social e do trabalho por meio do diálogo e do respeito. A comissão comunicou que recebeu 20 denúncias sobre o ocorrido na plenária do dia 30/03, agressão de violência de gênero e assédio moral. Relatou que aos denunciadores foi remetido um texto para saber se gostariam de se posicionar. Não havendo nenhum retorno dos denunciadores em relação ao pronunciamento, foram chamadas as vítimas e o denunciador para uma conversa. Nas reuniões com as vítimas e o denunciador, o professor ficou de fazer a retratação na plenária, após conversa com a comissão. A comissão comunicou que no início da noite o professor manifestou não ter condições de permanecer na plenária e enviou uma mensagem de texto solicitando que a comissão lesse para a plenária. Após a leitura dos relatos da comissão, o presidente da mesa passou a palavra à secretária-geral para a leitura e submissão das moções. A professora Regina informou que foram submetidas 19 moções. As moções foram as seguintes: Moção 1 – quem mandou matar Marielle Franco e Anderson Gomes e por quê? Exigimos respostas, sendo proponente a Diretoria do ANDES-SN; Moção 2 – repúdio ao assassinato brutal do migrante Moíse Kabagambe e Durval Filho, proposta pela Diretoria do ANDES-SN; Moção 3 – apoio à greve do(a)s profissionais da educação do município de Dourados/MS, proposta pela Diretoria do ANDES-SN; Moção 4 – apoio à luta das trabalhadoras e trabalhadores de Minas Gerais, tendo como proponente a Diretoria do ANDES-SN; Moção 5 – solidariedade à tentativa de cerceamento da liberdade de pesquisa, proposta pela Diretoria Nacional do ANDES-SN; Moção 6 – solidariedade à dedicação das trabalhadoras e trabalhadores que enfrentaram a Covid-19 e seus efeitos, tendo como proponente a Diretoria Nacional do ANDES-SN; Moção 7 – repúdio contra o governo do Maranhão pela ausência de resposta a solicitações de audiência pelo SINDUEMA ao Governo do Maranhão para tratar de assuntos de interesse da categoria docente da Uema e Uemasul, proponente Bruno Rogens Ramos Bezerra; Moção 8 – repúdio à proposta de terceirização docente, proposta pelos docentes Fernanda de Araújo Binatti Chiote, Junia Mattos Zaidan, Ricardo Roberto Behr, Rafael Bellan R. de Souza, Aline Menezes Bregonci, Mônica Vermes, Ana Carolina Galvão, Lívia Moraes, Jacyara Silva de Paiva, José Antônio da Rocha Pinto, Marcelo Barreira, Alexandre Cunha, Ana Claudia H. Meira, Raphael Góes Furtado; Moção 9 – repúdio à militarização da FAETEC (Decreto 48003/22), apresentada pelo(a)s seguintes proponentes: Ricardo Nóbrega, Maria Raquel Garcia, Caryne Braga; Moção 10 – apoio à campanha de ataques e *fakenews* contra coordenadora geral de sindicato de trabalhadores em educação do estado do Pará, apresentada pelo(as) seguintes proponentes: Adriane Lima (ADUFPA/delegada), Ailton Lima Miranda (ADUFPA/observador), Andréa Cristina Cunha Matos (ADUFPA/delegada), Ari de Sousa Loureiro (ADUFPA/observador), Edivania Santos Alves (ADUFPA/delegada), Gilberto Marques (ADUFPA/delegado), Michele Borges de Souza (ADUFPA/observadora), Vera Lúcia Jacob Chaves (ADUFPA/delegada), Ivan Carlos Ferreira Neves (ADUFPA/delegado), Lilian Simone Amorim Brito (ADUFPA/delegada), Marcio Wagner Batista dos Santos (ADUFPA/observador), Olgaídes Cabral Maués (ADUFPA/delegada), Simone Negrão de Freitas (ADUFPA/observadora), Sueli Pinheiro da Silva (SINDUEPA/delegada), Tarik Coelho Alves (ADUFPA/observador) e Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA/delegado); Moção 11 – repúdio à recusa de negociação real com os e as docentes das universidades estaduais de Minas Gerais – UEMG e Unimontes – em greve desde o início de março/22, sendo proponente Cássio Hideo Diniz Hiro. Moção 12 – repúdio e apoio à greve da rede municipal de educação da cidade de Belo

Horizonte e a violência cometida por agentes da Guarda Municipal contra trabalhadores durante manifestação pacífica em frente à prefeitura, proposta por Cássio Hideo Diniz Hiro; Moção 13 – repúdio e apoio à luta dos/as estudantes indígenas pela casa do/a estudante indígena na UFRGS, tendo como proponente Guilherme Dornelas Camara; Moção 14 – repúdio ao ataque à autonomia da Universidade Estadual de Feira de Santana, proponentes: Acácia Batista Dias, Elson Moura Dias Junior, João Diogenes Ferreira dos Santos, Sarah Patrícia de Oliveira Rios; Moção 15 – repúdio a perseguição política, assédio moral e cerceamento da assistência sindical na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) por parte do ré-reitor de Desenvolvimento Humano e Social (PRODHS) e do reitor no decurso de duas reuniões oficiais da instituição, organizadas por videoconferência pela gestão da Universidade. A primeira, realizada no dia 26 de janeiro de 2022, na qual o responsável pela PRODHS e o reitor da UEMS negaram acesso do professor Esmael Almeida Machado, presidente da ADUEMS, ao ambiente de videoconferência, desconsiderando o convite feito para todos os servidores da UEMS pelo proponente (PRODHS) e desrespeitando a manifestação do(a)s sindicalizado(a)s que exigiram a participação do seu legítimo representante classista (acesso para a gravação aqui: https://drive.google.com/file/d/1rsJARqBUQDuJwX1cXcKVXXJV_9LxzcD/view?usp=drivesdk). A segunda ocorrência aconteceu no dia 27 de janeiro de 2022, cuja gravação está disponível no canal oficial da UEMS no youtube. Naquela ocasião, depois de ter sido feita a leitura da moção de repúdio da diretoria da ADUEMS, o pró-reitor de Desenvolvimento Humano e Social passou a ofender e caluniar a pessoa do presidente da seção sindical do ANDES-SN, em total desrespeito ao trabalho realizado pela ADUEMS ao longo de 25 anos de luta. No momento o caso está sendo analisado pela Ouvidoria da UEMS, dado que há indícios de infração a vários dispositivos do Estatuto do Servidor Público de Mato Grosso do Sul (Lei 1102/90) e a Lei Geral de Proteção de Dados (PGPD). Além disso, outras providências estão sendo tomadas para combater a violência dos ataques e mentiras proferidas na sessão pública da reunião conjunta do Conselho Universitário (COUNI) e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UEMS. Para ter acesso à reunião conjunta dos conselhos superiores realizada no dia 27 de janeiro de 2022 é informado o *link* que remete para o momento da leitura da moção de repúdio da ADUEMS e dos ataques proferidos pelo pró-reitor da UEMS: <https://youtu.be/xmUDDqWn9V4?t=4890>, sendo proponentes Alaíde Pereira Japecanga Aredes; Moção 16 –apoio à greve dos garis do RJ, que teve como proponentes Alessandra Nicodemus, Cláudia Lino Piccinini, Cláudio Ribeiro, Cleusa Santos, Cristina Miranda, Jacqueline Girao, Jorge Ricardo, Luciano Coutinho, Luis Acosta, Mathias Luce, Simone Alencastre, Thais Motta; Moção 17 – repúdio ao autoritarismo e racismo na Unirio, tendo como proponentes: Carla Daniel Sartor, Giselle Souza, Viviane Narvaes; Moção 18 – repúdio ao racismo institucional nas instituições de ensino superior, proponentes: Negras e Negros do ANDES-SN, Loiva Mara de Oliveira Machado, Celso Eduardo Lins de Oliveira, Magali Mendes Menzes, João Batista de Jesus Felix, Serginei Liberato, RONALDA BARRETO SILVA, Ricardo Dias da Costa, Vera Núbia Santos, Mônica Ribeiro Pirozi, Caroline Lima, Célia Santana Silva e Irenilza Oliveira e Oliveira; Moção 19 – apoio aos relatos de racismo vivenciado por estudantes indígenas e negros/as na Casa de Estudantes Universitários (CEU) UFRGS, proponentes: Guilherme Dornelas Camara e Loiva Mara de Oliveira Machado. Moções aprovadas fora do prazo: Moção 20 - repúdio às decisões unilaterais do Governo do Estado do Ceará e das Reitorias de Universidades Estaduais, nomeadamente, UECE e UVA, de realizar concurso para quase 500 vagas para carreira docente sem Dedicção Exclusiva, proponentes: SindUece: Virgínia Márcia Assunção, Raquel Dias, Sandra Gadelha, Jaqueline Rabelo, José Eudes Baima, Nilson Cardoso, Pedro Wilson Júnior; Sindurca: Daniele Quiroga, Silene Silvino, Michell Gomes, Rebeca Oliveira, Maria Carolina Pienegonda, Clesley Tavares; Moção 21 - repúdio à truculência do prefeito Colbert Martins contra os professores e estudantes da educação municipal de Feira de Santana, proponentes: Ana Karen de Oliveira Souza - ADUFS, Antônio Rosevaldo Ferreira da Silva - ADUFS, Elza Peixoto - UFBA, João Diogenes Ferreira dos Santos - ADUFS, Acácia Batista Dias - ADUFS, Márcia Lemos - ADUSB/Base; Moção 22 –repúdio à violência de Estado contra a juventude negra na Bahia, proponentes: Loiva Mara De Oliveira Machado (Seção Sindical UFRGS), Magali Mendes de Menezes (Seção Sindical UFRGS), Serginei José do Carmo Liberato (ADUFERPE), Celso Eduardo Lins de Oliveira (ADUSP), RONALDA BARRETO SILVA (ADUNEB), Caroline de Araújo Lima (ADUNEB), Célia Santana Silva (ADUNEB), Irenilza Oliveira e Oliveira (ADUNEB), Ricardo Dias da Costa (ADUR –RJ), Vera Núbia Santos (ADUFS), Acácia Batista Dias (ADUFS-BA), Gracinete Bastos de Souza (ADUFS-BA),

João Diogenes Ferreira dos Santos (ADUFS-BA), Mônica Ribeiro Pirozi (ASPUV), João Claudino Tavares (ADUFF), Maria Inês Escobar da Costa (ADUFC), Iguatemi Santos Rangel (ADUFES), Ana Paula Archanjo Batarce (ADUFMS); Moção 23 - desvinculação do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC) da Universidade de São Paulo, proponentes: Delegação da Adusp (Michele Schultz, Annie Schmaltz Hsiou, Celso Eduardo Lins de Oliveira, Vanessa Martins do Monte, Patrícia Ferreira Monticelli, Eliel Soares Orenha, Evandro Lobão, Ângela Maria Machado de Lima Hutchison, Marcos Bernardino de Carvalho e Everaldo de Oliveira Andrade); Moção 24 – pesar pelo falecimento da notável intelectual e lutadora pela democracia, particularmente pela educação pública, laica e de qualidade em todos os níveis, Professora Lisete Regina Gomes Arelaro, proponentes: Delegação da Adusp (Michele Schultz, Annie Schmaltz Hsiou, Celso Eduardo Lins de Oliveira, Vanessa Martins do Monte, Patrícia Ferreira Monticelli, Eliel Soares Orenha, Evandro Lobão, Ângela Maria Machado de Lima Hutchison, Marcos Bernardino de Carvalho e Everaldo de Oliveira Andrade) e Antônio Lisboa Leitão de Souza (UFCG); Moção 25 – repúdio ao valor abusivo da refeição no restaurante universitário da UFMS, proponentes: ADUFMS - Ana Paula Archanjo Batarce, Mariuza Aparecida Camilo Guimarães, Marco Aurélio Stefanos, Waldson Diniz, Tarcísio Luiz Pereira, Magno Pinheiro de Almeida; Moção 26 – repúdio à aprovação do PL nº 0231/2019, que permite a criminalização de professores, desmoraliza e desrespeita o ensino das Artes em uma de suas áreas específicas de conhecimento – a Dança, proponente Dulce Aquino e Rodrigo Pereira (UFBA-Regional Nordeste III/APUB); Moção 27 - apoio à Professora Francisli Galdino, perseguida política no município de São José do Mipibi – RN, proponente Marcio Bernardino da Silva (ADUFPB); Moção 28 – repúdio às práticas antissindiciais do interventor da UFC, proponente Helena Martins do Rêgo Barreto (Diretoria ADUFC); Moção 29 – repúdio à agressão a professores realizada dia 31 de março de 2022, em Goiânia, proponentes: Alcides Pontes Remijo (ADUFG), Cláudia Costa (ADCAC), Gardênia Furtado Lemos (ADUFG), Helga Martins de Paula (ADCAJ), Antônio Henriques Lemos Leite Filho (ADUFG), Domingos Lopes (ADCAC), Fernando Paulino (ADCAC), Maria Augusta Peixoto (ADUFG), Lívia Gomes dos Santos (ADUFG), Jacqueline Rodrigues de Lima (oposição ADUFG), Elzimar Pereira Nascimento Ferraz (ADUFG), Thiago S. Melo (ADUnB), Guiliano Pereira de Oliveira Castro (ADUFG). Aprovadas as moções, o presidente da mesa passou a palavra para a professora Elizabete (ADUFRGS) que ressaltou a importância do 39º Congresso e de seus significados para as lutas travadas no âmbito da ADUFRGS. A secretária-geral do ANDES-SN, Regina fez a leitura da Carta de Porto Alegre e apresentou os números do Congresso: 430 delegado(a)s, 86 seções sindicais, 108 observadores(a)s e 17 convidado(a)s, além de 34 diretores(a)s, perfazendo o total de 589 participantes. Retomando a palavra, o presidente do ANDES-SN, Milton Ribeiro, destacou a importância da deliberação congressional pela construção da greve nacional da educação, no esforço de articulação dessa construção com a greve de todo o serviço público federal. Agradeceu a hospitalidade e à(o)s trabalhadore(a)s que deram apoio nos diferentes espaços de realização do Congresso, e deu por encerrado o 40º CONGRESSO do ANDES-SN, às 23h59min do dia 31 de março de 2022.

Maria Regina de Avila Moreira
Secretária-Geral

Milton Pinheiro
Presidente

CARTA DE PORTO ALEGRE

Em memória e homenagem a
Marcos Goulart de Souza

A Vida Acima dos Lucros foi o tema do 40º Congresso do ANDES-SN, sintetizando nosso projeto de sociedade e de educação. Consigna central das lutas no enfrentamento às consequências da pandemia, denuncia o modo capitalista de produção e reprodução da vida, uma organização social que, em lugar de utilizar o acúmulo de conhecimento produzido socialmente, impõe o negacionismo e a morte na busca por aumentar a exploração da classe trabalhadora. No Brasil, em particular, essa pandemia teve suas consequências tragicamente aprofundadas devido ao governo profascista e ultraliberal que atende aos interesses das classes dominantes. Ainda assim e apesar de tudo, sobrevivendo a esse período tão doloroso para a grande maioria do(a)s brasileiro(a)s, o ANDES-SN foi capaz de articular-se pelas bases e organizar seu 40º Congresso de forma presencial na cidade de Porto Alegre entre os dias 27 de março e 1º de abril.

Com este Congresso, passados dois anos em atividades virtuais nas Universidades, Institutos e Cefets, o ANDES-SN retoma seu mais importante evento nacional presencialmente, com o objetivo central de orientar nossas lutas para o próximo período. Com tal perspectiva teve início, em 27 de março, o 40º Congresso do ANDES-SN. Na abertura de nosso Congresso tivemos a alegria de contar com a presença das companheiras Maria Caridad Cabrera Cordero e Gloria Carmenate Rodríguez, representando a *Central de Trabajadores de Cuba*, país e povo que, mesmo diante do criminoso bloqueio imposto pelo imperialismo estadunidense, demonstrou ao mundo que é possível sobrepor a vida aos lucros. Contamos também com a presença de Woia Paté Xokleng, representante do Coletivo dos Estudantes Indígenas da UFRGS.

Durante cinco dias reuniram-se 86 seções sindicais, 430 delegada(o)s, 108 observadora(e)s, 17 convidada(o)s, o presidente em exercício do ANDES-SN e 34 diretora(e)s, que se distribuíram em 23 grupos mistos e participaram de cinco plenárias, culminando, dia 01 de abril, com um grande ato público em defesa das liberdades democráticas e dos serviços públicos. Foi o maior congresso da história de nosso sindicato, e o primeiro organizado por uma diretoria composta com paridade de gênero. A(O)s lutadora(e)s potencializam sua força para lutar contra toda e qualquer forma de opressão e, já de início, o Caderno de Textos, através de Elza Soares, trouxe uma verdade crua, que precisamos transformar: “A carne mais barata do mercado, é a carne negra, tá ligado que não é fácil, né, mano? Se liga aí”. Com este espírito gritamos: “Racistas, fascistas, machistas: NÃO PASSARÃO!” E fizemos ressoar a pergunta: “Quem mandou matar Marielle?” Já são quatro anos sem essa resposta.

A resistência e a luta começavam pelos próprios locais onde foi realizado o congresso. A Sessão Sindical dos Docentes da UFRGS, que diariamente luta contra o peleguismo sindical do PROIFES e contra o reitor inventor de Bolsonaro, organizou o Congresso. Os grupos mistos ocorreram no *campus* central da universidade que simbolizou e simboliza a luta de docentes, discentes e servidore(a)s contra a ditadura militar. Ícones dessa luta, por exemplo, foram a ocupação da faculdade filosofia em 1968, por mais de 700 estudantes, e a luta do coletivo Memória e Luta, que denuncia o período de ditadura militar. Como dito no

memorial instalado no *campus* central, por conta dos 50 anos de expurgos da UFRGS: “Aos que lutaram, resistiram e nos legaram solidariedade e esperança”.

As plenárias, por sua vez, ocorreram no Auditório Araújo Vianna, nome que homenageia um compositor gaúcho. O espaço é patrimônio histórico e cultural da cidade e já foi palco para Maria Bethânia, Alcione, Tom Zé, Caetano Veloso, Seu Jorge, Elza Soares, entre tantas e tantos artistas. Também foi palco de plenárias e reuniões dos movimentos sociais, de eventos do Fórum Social Mundial e, agora, do 40º Congresso do ANDES-SN. Estivemos reunidos numa cidade localizada no paralelo 30, margeada pelo Rio Guaíba e seu pôr do sol, que abriga o Parque da Redenção, onde se toma chimarrão; uma cidade que tem churrasco e, também, o xis coração; uma cidade bonita, friorenta, boêmia, mas também palco da luta contra a exclusão, a desigualdade social e o autoritarismo, com ocupações urbanas e passeatas pelo Fora Bolsonaro. Como diz uma música gaúcha, contrapondo-se à ditadura militar: “Há muito tempo que ando nas ruas de um porto não muito alegre...”. O capitalismo atualiza, através de suas contradições, este sentimento: violência policial com moradores de ruas, segregação racial, complexa mobilidade urbana, uma cidade que traz medos, mas que, como vimos nestes cinco dias, pode nos trazer também esperanças. Como diz a música: “Não vou me perder por aí” (Elaine Geisler). E, ainda na mesma semana do congresso, tivemos o “Ocupa Brasília”, uma vigília em Brasília, como parte de nossa campanha salarial junto com FONACATE e FONASEFE e que busca consolidar cada vez mais a construção de uma greve geral unificada.

Neste contexto, neste território e neste caloroso reencontro presencial de companheiros e companheiras que constroem o ANDES-SN pudemos debater e deliberar, em nossas plenárias, parte dos temas previstos. O debate de conjuntura e movimento docente trouxe elementos para qualificar a análise dos desafios e enfrentamentos necessários para derrubar Bolsonaro, centralidade de nossa luta, como posicionado por todas as 40 falas que se pronunciaram.

No Plano dos Setores destacou-se a aprovação da luta contra as intervenções nas Universidades, Institutos e CEFET e a realização de um encontro específico sobre o tema. Reafirmamos no Congresso a continuidade da mobilização unitária com o(a)s servidore(a)s público(a)s federais pelo reajuste salarial e a construção da greve, na medida em que a realidade de precarização se impõe.

No Plano Geral de Lutas avançamos nas deliberações sobre nossa política de Comunicação e Arte e de Ciência e Tecnologia. A plenária do Congresso decidiu seguir o encaminhamento construído no 39º Congresso, no sentido de realizar o debate sobre a CSP Conlutas em assembleias das nossas seções sindicais para, então, diante de um necessário acúmulo que será sistematizado no CONAD Extraordinário a ser realizado em 2022, deliberar no 41º Congresso, que será sediado em Rio Branco, no Acre. Trazendo o histórico das contradições que o capitalismo impõe ao território do estado, bem como as lutas dos povos frente ao avanço do capital, o companheiro José Sávio da Costa, da ADUFAC apresentou a proposta de sediar o 41º Congresso, que foi alegremente acolhida e saudada pela plenária.

O debate sobre as questões organizativas e financeiras debruçou-se, entre outros temas, sobre a importante decisão relativa à data da eleição da próxima diretoria. Após discussão, o Congresso indicou a necessidade de concentrar os esforços deste ano na luta para, a um só tempo, derrotar o projeto bolsonarista e defender os interesses imediatos da categoria, entre os quais a urgente recomposição salarial, frente às perdas que vimos

acumulando. Assim, o Congresso deliberou estender em poucos meses o atual mandato e realizar as eleições para a próxima diretoria em maio de 2023.

Também belas e expressivas foram as apresentações artísticas que compuseram nosso Congresso. Pudemos ouvir o *slam* de poesia de Natália Pagot e Janove, dançar e conectar-nos à música de Marietti Fialho e Cia. Luxuosa e aos tambores, danças e história do Candombe com a Comparsa Tambor Tambara. E, como parte de acesso à cultura - em todos os sentidos -, tivemos à disposição cinco bancas de livros comprometidas com nosso campo e outras cinco bancas de economia solidária. Essa articulação se deu conjuntamente com as seis seções sindicais gaúchas: ADUFPEL, APROFURG, Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, SEDUFSM, SESUNIPAMPA e SINDOIF.

O 40º Congresso do ANDES-SN não foi cenário apenas da construção de nossas lutas num sentido positivo, em que expressamos no presente àquilo que queremos para o futuro. Foi também o espaço em que se revelou, mais uma vez, a necessidade de avançar na luta contra o machismo e o racismo. Esta luta urgente foi representada por manifestações públicas, afirmando: “Parem de tentar nos ensinar!”, “Quando uma mulher avança, nenhum homem retroceder!” e “Te cuida, te cuida, te cuida seu machista, a América Latina será toda feminista!”. E também por expressões no sentido de que a luta antirracista é central na luta de classes dentro da formação social brasileira. Temos o dever histórico de avançar a cada dia e a cada atividade de nosso sindicato para que nunca mais nenhuma mulher seja silenciada e que nunca mais ocorra qualquer situação de opressão machista e racista.

E se falamos em Nunca Mais, não podemos esquecer que neste 31 de março se completam 58 anos do golpe empresarial-militar, responsável pelo terrorismo de Estado que perseguiu, torturou e matou brasileiras e brasileiros que lutavam por outro mundo. Por isso, para o 1º de abril, uma grande manifestação de rua foi organizada “Em defesa das Liberdades Democráticas e dos Serviços Públicos”, evidenciando que a história do ANDES-SN consolida-se nas ruas, nas lutas, na construção unitária da emancipação da classe trabalhadora.

Por fim, neste encerramento do 40º congresso do ANDES-SN, reassumimos nosso compromisso histórico de seguir lutando pelos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, o que significa também a luta contínua pelas condições de trabalho e de vida nas nossas Universidades, Institutos Federais e Cefets. E, sabedore(a)s de que a arte e a luta são parte de um mesmo processo de transformação social, para encerrar essa carta trazemos aqui o olhar poético de Zé Luiz do Candeeiro, da delegação da ADUEPB, que sintetizou belamente parte desses intensos dias de organização da luta, com sua poesia intitulada “Mátria”:

Mátria

Zé Luiz do Candeeiro
(Delegação da ADUEPB)

Sonhei que o Guaíba
Era um mar vermelho
Chorei copiosamente
Lembrei da tortura
Da ferida ancestral
Gritei silenciosamente
Respirei a brisa do ódio
Sob o jugo da injustiça
Levantei bruscamente

Relutei me entregar
Candombe e lança
Lutei bravamente

Sonhei o mar do Guaíba
Ainda vermelho, era vida
Chorei esperançosamente
Lembrei da coragem
O vermelho em teu ventre
Gritei estridentemente
Respirei a plenos pulmões
Tu és morte eu sou maior
Levantei ardentemente
Relutei e não me entrego
Ó Matria que mata a fome
Lutei, luto e lutarei
com nossa gente.

40º CONGRESSO DO ANDES-SN: A VIDA ACIMA DOS LUCROS

Porto Alegre (RS), 31 de março de 2022

MOÇÕES

Moção 1

Proponente(s): Diretoria Nacional do ANDES-SN

Destinatário(a)(s): Governo Brasileiro

Fato motivador da Moção: Quatro anos da execução da Vereadora Marielle Franco

MOÇÃO

Quem Mandou Matar Marielle Franco E Anderson Gomes E Por quê? Exigimos Respostas

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam-se e somam-se às diferentes frentes, coletivos e movimentos do Brasil e do Mundo que exigem do Governo Brasileiro respostas ao crime político que executou a vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes no dia 14 de março de 2018, pouco mais de um ano do início do seu mandato na Câmara de Vereadoras e vereadores do Rio de Janeiro. Sua morte representou a máxima da política do ódio, da lógica de ação das milícias, do racismo, machismo e misoginia que estruturam as relações sociais, as instituições burguesas e os espaços de poder. São quatro anos de impunidade que escancaram a política institucional brasileira, calcada na violência, impunidade, no encarceramento e genocídio da população negra. Exigir respostas a esse crime representa o posicionamento contra o governo Genocida de Jair Bolsonaro e dos seus representantes nos estados, tal como o Governador Cláudio Castro.

Marielle perguntou, e o 40º Congresso do ANDES-SN também vai perguntar: quantas mais terão que morrer para esta guerra acabar?

Moção 2

Proponente(s): Diretoria Nacional do ANDES-SN

Destinatário(a)(s): Governo Brasileiro

Fato motivador da Moção: Justiça por Moïse

MOÇÃO

Moção de Repúdio ao Assassinato Brutal do Migrante Moïse Kabagambe e Durval Filho.

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam solidariedade à família do congolês Moïse Kabagambe, de 24 anos, torturado até a sua morte, na orla

da Cidade do Rio de Janeiro por cobrar dívidas referentes ao seu trabalho. Solidariza-se com a família de Durval Teófilo Filho, 38 anos, morto a tiros à queima-roupa pelo vizinho ao voltar pra casa depois de um dia de trabalho, e a tantas outras famílias negras que tiveram parentes mortos pela lógica racista que ainda hoje têm os corpos negros como corpos matáveis. Não se pode desassociar estes crimes da compreensão de que vivemos sobre a égide do racismo estrutural. Tanto a brutalidade que ceifou a vida de Moïse, quanto a de Durval, do menino Miguel Ótávio, da menina Ágata e tantas e tantos outras e outros devem provocar, para além da indignação, a radicalização na luta antirracista. Tal como nos sinalizou a filósofa Angela Davis, “Numa sociedade racista, não basta não ser racista, é necessário ser antirracista”. Isso significa que todas e todos envolvidos nas lutas mais atuais para a efetiva transformação da sociedade rumo à emancipação da classe trabalhadora devem envolver-se, em igual medida, nas trincheiras de luta contra as diferentes expressões do racismo.

Justiça por Moïse!

Justiça por Durval!

Vidas Negras Importam!

Com racismo não haverá revolução!

Moção 3

Proponente(s): Diretoria Nacional do ANDES-SN

Fato motivador da Moção: Apoio à Greve do(a)s profissionais da Educação do município de Dourados/MS.

MOÇÃO

Moção de Apoio

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam apoio à greve do(a)s profissionais da Educação do município de Dourados/MS. Ao materializar a greve do(a)s trabalhadore(a)s da educação da Rede Municipal de Ensino de Dourados/MS que, unificado(a)s em torno de seu sindicato de lutas, o SIMTED, tem o apoio imprescindível da FETEMS (Federação dos Trabalhadores em Educação de MS), este(a)s reivindicam o tratamento justo que lhes é de direito: reposição de perdas salariais, a integralidade dos 33,24 do Piso Nacional do Magistério, reposição inflacionária de 10,06 para o administrativo das escolas, dentre outros itens do cotidiano escolar. A luta por valorização do(a)s profissionais da educação constitui-se em um dos pilares da formação cidadã e preparação para a vida em uma sociedade democrática. Não envolve apenas e tão somente a questão salarial, embora ela seja necessária e justa. Educação,

vale lembrar, é um direito constitucional, assim como a organização do(a)s trabalhadore(a)s, a negociação e, quando essa não se dá, a greve. Não se faz uma verdadeira educação sem a valorização de seus profissionais. Assim sendo, reafirmamos nossa total solidariedade à(o)s valorosa(o)s profissionais da educação de Dourados, por promoverem uma aula pública de resistência e cidadania e, repudiamos atitudes intransigentes de não negociação, em prejuízo do bem público.

Moção 4

Proponente(s): Diretoria Nacional do ANDES-SN

Destinatário(a)(s): Governo do Estado de Minas Gerais, Governo Municipal de Belo Horizonte, Universidade Estadual de Minas Gerais, Universidade Estadual de Montes Claros, Aduemg, Adunimontes, Sindiute e Sindrede.

Fato motivador da Moção: apoio à luta de trabalhadoras e trabalhadores de Minas Gerais

MOÇÃO

Moção de Apoio

Os delegados e as delegadas reunido(a)s no 40º Congresso do ANDES-SN reafirmam seu total apoio às categorias dos serviços públicos em MG, que estão nesse momento em greve contra os ataques do governo Romeu Zema (Partido Novo), que tem representado a lógica neoliberal de destruição da vida da classe trabalhadora.

Em especial, chamamos a atenção para as greves conduzidas por professoras e professores da ADUEMG e ADUNIMONTES, seções sindicais do ANDES-SN nas universidades estaduais mineiras. Além disso, as trabalhadoras e os trabalhadores da educação do estado de MG também estão em greve pelo pagamento do piso salarial e por condições de trabalho.

Somam-se a essas lutas diversas mobilizações, paralisações e greves de servidore(a)s da saúde, da segurança, da previdência, dentre outras categorias, assim como do serviço público de municípios mineiros, como a greve das trabalhadoras e trabalhadores da educação de Belo Horizonte, que tem recebido a resposta violenta do governo de Alexandre Kalil, do PSD.

Pela defesa dos serviços e servidore(a)s público(a)s!

Viva a luta dos trabalhadores e trabalhadoras em Minas Gerais!

Moção 5

Proponente(s): Diretoria Nacional do ANDES-SN

Destinatário(a)(s): Mayara Balestro

Fato motivador da Moção: Cerceamento da liberdade de pesquisa

MOÇÃO

Moção de Solidariedade

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam solidariedade à pesquisadora vítima de intimidação e constrangimento e repudiam à atitude de intimidação e constrangimento cometida pelo senhor Leandro Ruschel, por ameaçar publicamente, com processo judicial, a pesquisadora Mayara Balestro, em represália à pesquisa apresentada em sua dissertação de mestrado que aborda a empresa Brasil Paralelo. Essas ameaças foram realizadas em postagens nas redes sociais e em *live* em seu canal no *YouTube*. Em contexto de avanço do negacionismo histórico e científico, defendemos incondicionalmente a liberdade de pesquisa cientificamente amparada e da divulgação de seus resultados, bem como o livre debate sem ameaças, intimidação ou constrangimentos.

Moção 6

Proponente(s): Diretoria Nacional do ANDES-SN

Destinatário(a)(s): Frente Nacional contra a privatização da Saúde

Fato motivador da Moção: Reconhecimento da dedicação de trabalhadoras e trabalhadores que enfrentaram a Covid-19 e seus efeitos

MOÇÃO

Moção de Solidariedade

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam sua solidariedade às trabalhadoras e aos trabalhadores que estiveram nas linhas de frente no combate à COVID-19. Seus trabalhos exigiram grandes esforços, objetivos e subjetivos, uma vez que estavam submetidos ao risco de adoecimentos e mortes e, muitas vezes, estendendo tal risco a familiares e/ou pessoas do seu convívio. A pandemia atingiu mais fortemente as periferias do país, exatamente onde se concentra a população negra e pobre, e, não fosse o Sistema Único de Saúde manter-se atuante, mesmo com todos os ataques sofridos, as trágicas consequências da pandemia poderiam ser ainda maiores. Às trabalhadoras e aos trabalhadores que não tiveram em nenhum momento possibilidade de cumprir isolamento por estar enfrentando a pandemia e suas consequências, nossa solidariedade!

Moção 7

Proponente(s): Bruno Rogens Ramos Bezerra

Seção Sindical: SINDUEMA

Destinatário(a)(s): Governo do Maranhão

Fato motivador da Moção: Ausência de resposta às solicitações de audiência pelo SINDUEMA ao Governo do Maranhão para tratar de assuntos de interesse da categoria docente da Uema e Uemasul.

MOÇÃO

Moção de Repúdio ao Governo do Maranhão

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam seu repúdio ao Governo do Maranhão por ignorar diversas solicitações de audiência solicitadas pelo SINDUEMA para tratar de assuntos de interesse da categoria docente da UEMA e UEMASUL. Tal atitude demonstra o caráter autoritário do governo Flávio Dino ao ignorar sindicato que representa a categoria de professores das universidades públicas estaduais do Maranhão.

Moção 8

Proponente(s): Fernanda de Araújo Binatti Chiote; Junia Mattos Zaidan; Ricardo Roberto Behr; Rafael Bellan R. de Souza; Aline Menezes Bregonci; Mônica Vermes; Ana Carolina Galvão; Lívia Moraes; Jacyara Silva de Paiva; José Antônio da Rocha Pinto; Marcelo Barreira; Alexandre Cunha; Ana Claudia H. Meira; Raphael Góes Furtado

Seção Sindical: Adufes – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo

Destinatário(a)(s): Conselho Deliberativo do Centro de Educação Infantil (CEI) Criarte/Ufes e Conselho Departamental do Centro de Educação da Ufes

Fato motivador da Moção: proposta de terceirização docente.

MOÇÃO

Moção de Repúdio

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam repúdio à proposta de terceirização docente da carreira EBTT, para atuar no Centro de Educação Infantil (CEI) Criarte/Ufes. A solicitação foi feita pela Coordenação do CEI Criarte pelo sistema de protocolo da Ufes (23068.011534/2022-04), em caráter de urgência, como alternativa para cobrir demandas de afastamentos de docentes.

As professoras que atuam no CEI Criarte são docentes do magistério federal, da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e, portanto, além de atuarem no ensino, desenvolvem pesquisa e extensão, bem como participam das atividades administrativas próprias da universidade. Na Ufes, são evidentes a intensificação do trabalho docente EBTT e as dificuldades enfrentadas para que

os direitos conquistados à carreira do magistério federal sejam garantidos. A docência na educação infantil requer atuação pedagógica bastante específica e, no contexto da carreira EBTT na Ufes, que se propõe a atuar nesta etapa educacional não só no âmbito do ensino, exige também que as condições de trabalho adequadas sejam garantidas. A terceirização de docentes se coloca não só como entrave à luta nessa direção, como incide desmontando a carreira docente e atingindo a proposta das instituições de educação básica federais – como campos também de pesquisa e extensão, além do ensino, na medida em que agudiza a precarização das condições de trabalho e, ao mesmo tempo, deslegitima a importância da formação docente, resultando no desmonte da educação pública federal.

Moção 9

Proponente(s): Ricardo Nóbrega, Maria Raquel Garcia, Caryne Braga

Seção Sindical: ADUENF-SESDUENF

Fato motivador da Moção: Militarização da FAETEC (Decreto 48003/22)

MOÇÃO

Moção de Repúdio

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam seu repúdio à proposta de transformação e/ou criação de escolas técnicas em escolas “cívico-militares” contida no decreto 48003/22.

Tal proposição é um acinte à escola pública brasileira que por força constitucional, fruto da luta dos educadores deste país, deve ser lócus de livre pensamento e pluralidade de ideias, gestão democrática e inclusiva: preceitos incompatíveis com uma doutrina militar.

Longe disso, coerentes com a proposta acumulada por mais de 40 anos deste sindicato, sintetizada no caderno 2 do ANDES-SN, defendemos: autonomia, indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, uma educação de qualidade, laica, gratuita e socialmente referenciada!

Não à militarização da FAETEC!

Moção 10

Proponente(s): Adriane Lima (ADUFPA/delegada), Ailton Lima Miranda (ADUFPA/observador), Andréa Cristina Cunha Matos (ADUFPA/delegada), Ari de Sousa Loureiro (ADUFPA/observador), Edivania Santos Alves (ADUFPA/delegada), Gilberto Marques (ADUFPA/delegado), Michele Borges de Souza (ADUFPA/observadora), Vera Lúcia Jacob Chaves (ADUFPA/delegada), Ivan Carlos Ferreira Neves (ADUFPA/delegado), Lilian Simone Amorim Brito (ADUFPA/delegada), Marcio Wagner Batista dos Santos (ADUFPA/observador), Olgaises Cabral Maués (ADUFPA/delegada), Simone Negrão de

Freitas (ADUFPA/observadora), Sueli Pinheiro da Silva (SINDUEPA/delegada), Tarik Coelho Alves (ADUFPA/observador) e Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA/delegado)

Seção Sindical: ADUFPA e SINDUEPA

Fato motivador da Moção: Campanha de ataques e *fake news* contra coordenadora geral de sindicato de trabalhadores em educação do estado do Pará.

MOÇÃO

Moção de Apoio

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam apoio à Professora Silvia Letícia - Coordenadora Geral do SINTEPP-BELÉM, que vem sofrendo ataques e *fake news* nas redes sociais.

1. No dia 04/03 começou a circular uma campanha de *fake news* contra a Professora, Doutora, Silvia Letícia Luz, Coordenadora Geral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (coordenação de Belém-PA) – SINTEPP Belém, por liderar a luta no município de Belém-PA em defesa do pagamento do Piso Salarial Nacional da Educação, por Gestão Democrática nas escolas e, sobretudo, por ter exigido do governador do Estado e da Prefeitura de Belém o fechamento das escolas durante a pandemia de COVID-19.

2. Os ataques expõem sua vida funcional, falsificam seus vencimentos com divulgação inverídica de seu salário, e tentam jogar a população contra a professora Silvia e o SINTEPP Belém por suas posições e o encaminhamento das decisões soberanas das assembleias gerais da categoria da educação no município quanto ao fechamento das escolas, medida recomendada pela OMS e pelas autoridades sanitárias em nível mundial.

3. Esse método “bolsonarista”, de ultra direita, de tentar intimidar uma liderança dos trabalhadores em educação de Belém, com disparo em massa por WhatsApp, é inaceitável e foi amplamente repudiado pelo movimento sindical no estado do Pará, que reconhece na professora Silvia Letícia e no SINTEPP sua combatividade e representação legítima.

4. Solidarizamo-nos à companheira e professora Silvia Letícia, uma mulher dirigente, de moral inabalável e de lealdade à luta dos trabalhadores. Solidarizamo-nos à direção do SINTEPP Belém por sua luta coerente em defesa dos direitos e conquistas dos trabalhadores e servidores municipais de Belém.

Bolsonaristas, machistas, não passarão!

Moção 11

Proponente(s): Cássio Hideo Diniz Hiro

Seção Sindical: ADUEMG – Associação dos Docentes da UEMG

Destinatário(a)(s): Governo do Estado de Minas Gerais

Fato motivador da Moção: Recusa de negociação real com os e as docentes das universidades estaduais de Minas Gerais – UEMG e Unimontes – em greve desde o início de março/22.

MOÇÃO

Moção de Repúdio

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam REPÚDIO ao governador do Estado de Minas Gerais, senhor Romeu Zema, por não cumprir o Acordo de Greve de 2016 das universidades estaduais mineiras e por não atender – mesmo que negociando – os pontos da pauta de reivindicações das seções sindicais ADUEMG e Adunimontes.

Na primeira reunião realizada em dois anos de governo com as duas seções sindicais, o poder executivo – via Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – já se recusou em atender qualquer uma das demandas, não restando alternativa para a categoria docente a não ser decretar a greve por tempo indeterminado, primeiro na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), e depois na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Essa posição de negação se manteve em nova reunião realizada entre SEPLAG e as seções sindicais, na última terça-feira (29 de março).

Tal postura intransigente apenas demonstra o desejo e o projeto político do governo Zema de desmonte das duas universidades estaduais, começando pela desvalorização da carreira e a precarização do trabalho docente, no bojo de desmonte do Estado e dos serviços públicos de caráter social, representado pelo projeto de lei nº 1.202/19, de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal.

Cabe lembrar que o governo de Minas também se nega a cumprir a lei federal 11.738/08 e a lei estadual 21.710/15, que estabelecem o piso salarial para os e as trabalhadoras em educação da rede básica estadual, inclusive o reajuste de 33% definido por lei, o que motivou uma greve por tempo indeterminado que perdura até hoje.

Reivindicamos a imediata abertura de negociações concretas, e que o governo de Minas Gerais apresente uma proposta viável que garanta o cumprimento do Acordo de Greve e que busque uma verdadeira valorização da profissão docente no ensino superior em Minas Gerais.

Moção 12

Proponente(s): Cássio Hideo Diniz Hiro

Seção Sindical: ADUEMG – Associação dos Docentes da UEMG

Destinatário(a)(s): Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Alexandre Kalil

Fato motivador da Moção: Greve da rede municipal de Educação da cidade de Belo Horizonte e a violência cometida por agentes da Guarda Municipal contra trabalhadores durante manifestação pacífica em frente à prefeitura.

MOÇÃO

Moção de Repúdio e Apoio

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam REPÚDIO à violência cometida por agentes da guarda municipal contra as trabalhadoras e os trabalhadores em educação da rede municipal de Belo Horizonte que se organizavam e manifestavam pacificamente em frente à prefeitura, durante a manhã do dia 25 de março de 2022. Momento no qual foram surpreendidos por ações de repressão desproporcional e violenta, ferindo professores e professoras, inclusive com necessário encaminhamento para o Pronto Atendimento do Hospital João XXIII. Ao mesmo tempo, manifestam apoio à luta das trabalhadoras e dos trabalhadores em educação da rede municipal de Belo Horizonte, em greve desde o dia 16 de março pela recomposição do piso salarial nacional aplicado ao primeiro nível da carreira.

Moção 13

Proponente(s): Guilherme Dornelas Camara

Seção Sindical: Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS

Destinatário(a)(s): Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Fato motivador da Moção: Luta do(a)s estudantes indígenas pela casa do(a)estudante indígena na UFRGS.

MOÇÃO

Moção de Apoio

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), Brasil, entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam MOÇÃO DE APOIO à luta do(a)s estudantes indígenas pela Casa do(a) Estudante Indígena na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Essa luta teve início em 2008 e integra a pauta de efetivação das ações afirmativas na Universidade. Reafirmamos apoio ao ingresso e permanência de estudantes por meio de ações afirmativas e políticas no âmbito da graduação e pós-graduação com previsão de vagas por cotas através do vestibular específico, acesso à moradia e alimentação de qualidade, direito à creche e acesso a bolsas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, além da garantia do auxílio estudantil. A recente sinalização de um local para a Casa do(a) Estudante Indígena por parte da Reitoria da UFRGS, no dia 28 de março corrente, expressa uma conquista parcial, uma vez que permanecem como demanda as condições de infraestrutura e manutenção do espaço para que estudantes mães, pais e crianças indígenas possam permanecer nesse espaço cultivando seu modo de vida e organização voltadas ao bem-viver.

Moção 14

Proponente(s): Acácia Batista Dias, Elson Moura Dias Junior, João Diogenes Ferreira dos Santos, Sarah Patrícia de Oliveira Rios

Seção Sindical: ADUFS-BA

Destinatário(a)(s): Rui Costa (governador do Estado da Bahia), Jerônimo Rodrigues Souza (secretário de Educação do Estado da Bahia), Danilo de Melo (subsecretário de Educação do Estado da Bahia), Edelvino da Silva Góes Filho (secretário de Administração do Estado da Bahia), Tatiane Cezar Pereira (chefe de gabinete da Secretaria de Administração do Estado da Bahia), Adriano Tambone (Superintendência de Recursos Humanos da SAEB), Luiz Carlos Caetano (secretário das Relações Institucionais da Bahia), Elisa Cristina Guimarães Pellegrini (subsecretária da Secretaria das Relações Institucionais do Estado da Bahia), Jorge Oliveira de Jesus (diretor de secretaria da Comarca de Itagibá), Evandro do Nascimento Silva (reitor da Universidade Estadual de Feira de Santana)

Fato motivador da Moção: Ataque à autonomia da Universidade Estadual de Feira de Santana

MOÇÃO

Moção de Repúdio Contra o Ataque à Autonomia Universitária

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam seu REPÚDIO ao episódio de atropelo na ordem classificatória do Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2018, para ingresso na carreira do Magistério Superior da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, para a Área de Direito - componente curricular Serviço de Assistência Jurídica.

Configura-se como afronta à autonomia universitária, a ordem judicial liminar proferida no Processo nº 8000021-90.2022.8.05.0117, oriunda da Comarca de Itagibá/BA, que determinou a nomeação do candidato (também juiz desta Comarca), 4º lugar no Concurso, em detrimento das candidatas aprovadas em 3º e 2º lugar.

A imposição pelo judiciário da nomeação de um candidato desrespeitando a ordem classificatória em concurso desta natureza leva a incertezas na forma de ingresso à carreira docente, na medida em que o concurso público é um importante instrumento que visa a garantir, em especial, os princípios constitucionais da impessoalidade e moralidade.

Destaca-se ainda o fato de que, apesar de o edital do concurso ter eleito a Comarca de Feira de Santana como foro competente para dirimir as questões a ele relativas, a ordem judicial foi oriunda da Comarca de Itagibá/BA.

A decisão judicial favorável ao ato de nomeação ainda desconsidera o cumprimento do requisito previsto no anexo I, do Edital 01/2018, quanto à exigência do registro na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. As informações prestadas pelo Curso de Direito no processo ressaltam

que a disciplina Serviço de Assistência Jurídica tem natureza prática, sendo ministrada, em sala situada no Fórum Filinto Bastos (Feira de Santana-BA), através da prestação de serviços jurídicos, de caráter advocatício, pelos professores e estudantes, o que explica as especificidades necessárias para os(as) professores(as) desta cadeira.

O ANDES-SN opõe-se veementemente que uma decisão judicial liminar delimite o alcance da autonomia universitária, visto que o Artigo 207 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) – em suas relações com os demais preceitos constitucionais – é suficiente, devendo o processo seletivo se encerrar no âmbito das instituições de ensino superior, que devem organizar seu quadro de pessoal docente e técnico administrativo de acordo com seu planejamento didático científico (Caderno 2, Andes, p. 26, 2013).

Moção 15

Proponente(s): ALAÍDE PEREIRA JAPECANGA AREDES

Seção Sindical: ADUEMS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

Destinatário(a)(s):

Conselho Universitário da UEMS
Mestrado Acadêmico em Agronomia Produção Vegetal de Aquidauana
Programa de Pós-Graduação em Zootecnia
Coordenação PG EDU
Coordenação PG EDU
Pós-graduação em Recursos Naturais
Pós-graduação em Recursos Naturais
PROFMAT Mestrado Profissional em Matemática
Pós-Graduação em Ensino em Saúde
Pós-Graduação em Letras Unidade Universitária de Campo Grande
Mestrado Acadêmico em Letras - Secretaria
Pós-Graduação em Agronomia
Programa de Mestrado Profissional em Educação
Programa de Mestrado Profissional em Letras de Campo Grande
Programa de Mestrado Profissional em Letras de Campo Grande
Programa de Mestrado Profissional em Letras
Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos
Programa de Mestrado Profissional em Educação Científica e Matemática
Programa de Mestrado Profissional em Educação Científica e Matemática

Mestrado Profissional em História - Amambai
Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - Solicitações
Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - Campo Grande
Ciências da Computação da Unidade Universitária de Dourados
Biologia da Unidade Universitária de Dourados
Ciências Biológicas Bacharelado da Unidade Universitária de Dourados
Direito da Unidade Universitária de Dourados
Enfermagem da Unidade Universitária de Dourados
Engenharia Ambiental da Unidade Universitária de Dourados
Engenharia Física da Unidade Universitária de Dourados
Física da Unidade Universitária de Dourados
Letras Espanhol da Unidade Universitária de Dourados
Letras Inglês da Unidade Universitária de Dourados
Matemática da Unidade Universitária de Dourados
Pedagogia da Unidade Universitária de Dourados
Química da Unidade Universitária de Dourados
Química Industrial da Unidade Universitária de Dourados
Sistemas de Informação da Unidade Universitária de Dourados
Turismo da Unidade Universitária de Dourados
Ciências Sociais da Unidade Universitária de Amambai
História da Unidade Universitária de Amambai
Agronomia Unidade Universitária de Aquidauana
Engenharia Florestal da Unidade Universitária de Aquidauana
Zootecnia da Unidade Universitária de Aquidauana
Artes Cênicas e Dança da Unidade Universitária de Campo Grande
Dança da Unidade Universitária de Campo Grande
Geografia da Unidade Universitária de Campo Grande
Geografia Bacharelado da Unidade Universitária de Campo Grande
Letras Bacharelado da Unidade Universitária de Campo Grande
Letras Espanhol da Unidade Universitária de Campo Grande
Letras Inglês da Unidade Universitária de Campo Grande
Medicina da Unidade Universitária de Campo Grande
Pedagogia da Unidade Universitária de Campo Grande
Turismo da Unidade Universitária de Campo Grande
Teatro da Unidade Universitária de Campo Grande
Agronomia da Unidade Universitária de Cassilândia

Letras da Unidade Universitária de Cassilândia
Matemática da Unidade Universitária de Cassilândia
Ciências Biológicas da Unidade Universitária de Coxim
Gestão Ambiental da Unidade Universitária de Coxim
Produção Sucroalcooleira da Unidade Universitária de Gloria de Dourados
Ciências Biológicas da Unidade Universitária de Ivinhema
Ciências Biológicas Bacharelado da Unidade Universitária de Ivinhema
Geografia da Unidade Universitária de Jardim
Letras da Unidade Universitária de Jardim
Administração da Unidade Universitária de Maracaju
Pedagogia da Unidade Universitária de Maracaju
Ciências Biológicas - Mundo Novo
Tecnologia em Gestão Ambiental Unidade Universitária de Mundo Novo
Direito da Unidade Universitária de Naviraí
Química da Unidade Universitária de Naviraí
Tecnologia de Alimentos da Unidade Universitária de Naviraí
Ciências da Computação da Unidade Universitária de Nova Andradina
Matemática da Unidade Universitária de Nova Andradina
Ciências Sociais Bacharelado da Unidade Universitária de Paranaíba
Ciências Sociais da Unidade Universitária de Paranaíba
Direito da Unidade Universitária de Paranaíba
Pedagogia da Unidade Universitária de Paranaíba
Administração da Unidade Universitária de Ponta Porã
Ciências Contábeis da Unidade Universitária de Ponta Porã
Ciências Econômicas da Unidade Universitária de Ponta Porã
Coordenação Pedagógica EaD

Fato motivador da Moção: Perseguição política, assédio moral e cerceamento da assistência sindical na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) por parte do pró-reitor de Desenvolvimento Humano e Social (PRODHS) e do reitor no decurso de duas reuniões oficiais da instituição, organizadas por videoconferência pela gestão da Universidade. A primeira realizada no dia 26 de janeiro de 2022, pela qual o responsável pela PRODHS e o reitor da UEMS negaram o acesso do professor Esmael Almeida Machado, presidente da ADUEMS, ao ambiente de videoconferência, desconsiderando o convite feito para todos os servidores da UEMS pelo proponente (PRODHS) e desrespeitando a manifestação dos sindicalizados que exigiram a participação do seu legítimo representante classista (acesso para a gravação aqui: https://drive.google.com/file/d/1r-sJARqBUQDuJwX1cXcKVXXJV_9LxzcD/view?usp=drivesdk). A segunda ocorrência aconteceu no dia 27 de janeiro de 2022, cuja gravação está disponível no canal oficial da UEMS no youtube. Naquela ocasião, depois de ter sido feita leitura da moção de repúdio da

diretoria da ADUEMS, o pró-reitor de Desenvolvimento Humano e Social passou a ofender e caluniar a pessoa do presidente da seção sindical do ANDES, em total desrespeito ao trabalho realizado pela ADUEMS ao longo de 25 anos de luta. No momento, o caso está sendo analisado pela Ouvidoria da UEMS, dado que há indícios de infração a vários dispositivos do Estatuto do Servidor Público de Mato Grosso do Sul (Lei 1102/90) e a Lei Geral de Proteção de Dados (PGPD). Além disso, outras providências estão sendo tomadas para combater a violência dos ataques e mentiras proferidas na sessão pública da reunião conjunta dos Conselho Universitário (COUNI) e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UEMS. Para ter acesso à reunião conjunta dos conselhos superiores realizada no dia 27 de janeiro de 2022, é informado o link que remete para o momento da leitura da moção de repúdio da ADUEMS e dos ataques proferidos pelo pró-reitor da UEMS: <https://youtu.be/xmUDDgWn9V4?t=4890>

MOÇÃO

Moção de Repúdio

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam seu repúdio à posição antidemocrática e autoritária do reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e do seu pró-reitor de Desenvolvimento Humano e Social (PRODHS) no dia 26 de janeiro de 2022 (no decurso de uma reunião que traria orientações sobre mobilidade no regime de trabalho) e no dia 27 de janeiro de 2022 (no decurso da reunião conjunta do Conselho Universitário (COUNI) e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)).

Repudiamos veementemente qualquer ameaça à liberdade sindical! Para além disso, não admitimos que se naturalize a restrição de acesso de qualquer pessoa – menos ainda de um representante classista – a uma reunião de caráter público no ambiente universitário. Destarte, uma vez que as falas pejorativas, caluniosas e antidemocráticas proferidas contra a Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (ADUEMS) e o seu presidente, professor Esmael Almeida Machado, são um sinal do ambiente de escuridão que vem se espalhando pelo país, a presente moção de repúdio é também um chamado para que o ANDES-SN seja cada vez mais firme na defesa da democracia. Basta de interventores de Bolsonaro nas Universidades Federais, mas basta também daqueles que, silenciosa e deliberadamente, estão sabotando a democracia e a autonomia universitária.

A presente moção de repúdio serve ainda para manifestar solidariedade às e aos docentes da UEMS, organizado(a)s na base do ANDES-SN junto a Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (ADUEMS- seção sindical). Devemos rejeitar qualquer tentativa de diminuir a história de luta da Seção Sindical do ANDES e de cercear sua atuação legítima na defesa da categoria.

Moção 16

Proponente(s): Alessandra Nicodemus, Cláudia Lino Piccinini, Claudio Ribeiro, Cleusa Santos, Cristina Miranda, Jacqueline Girao, Jorge Ricardo, Luciano Coutinho, Luis Acosta, Mathias Luce, Simone Alencastre, Thais Motta.

Seção Sindical: ADUFRJ

Destinatário(a)(s): Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb)

Fato motivador da Moção: Apoio à greve dos garis do RJ

MOÇÃO

Moção de Apoio

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestamos apoio à greve da(o)s trabalhadora(e)s garis do RJ, iniciada no dia 28 de março.

Exigimos respeito à justa pauta que inclui reivindicações de reajuste salarial e melhoria nas condições de trabalho. A categoria se encontra há 3 anos sem conseguir repor perdas inflacionárias, e realiza suas tarefas fundamentais para a saúde coletiva em condições insalubres de trabalho.

Manifestamos também repúdio às demissões arbitrárias e ilegais dos trabalhadores Bruno da Rosa e André Luiz no início da campanha salarial.

Moção 17

Proponente(s): Carla Daniel Sartor, Giselle Souza, Viviane Narvaes

Seção Sindical: ADUNIRIO

Destinatário(a)(s): Reitoria da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Fato motivador da Moção: Autoritarismo e racismo na Unirio

MOÇÃO

Moção de Repúdio

O(A)s delegado(a)s presentes ao 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre dos dias 27 de março a 1º de abril de 2022, manifestam repúdio ao descumprimento da deliberação da 506ª sessão do Conselho Universitário da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro que aprovou a revisão dos atos administrativos que indeferiram a matrícula da estudante Amanda Gomes, estudante negra que teve sua matrícula injustamente cassada. Tal descumprimento fere a defesa do princípio democrático, desrespeita as deliberações da instância superior da universidade e cerceia o direito da estudante ao acesso à educação pública.

Moção 18

Proponente(s): Negras e Negros do ANDES Loiva Mara de Oliveira Machado, Celso Eduardo Lins de Oliveira, Magali Mendes Menzes, João Batista de Jesus Felix, Serginei Liberato, Ronalda Barreto Silva, Ricardo Dias da Costa, Vera Núbia Santos, Mônica Ribeiro Pirozi, Caroline Lima, Célia Santana Silva e Irenilza Oliveira e Oliveira.

Seção Sindical: ANDES – UFRGS, ADUSP, ADUNEB, ADUFERPE, ADUR SS UFRJ – SESDUFT, ASPUV, ADUFS

Destinatário(a)(s): Reitorias das IFES e CEFET

Fato motivador da Moção: Racismo institucional nas instituições de ensino superior

MOÇÃO

Moção de Repúdio

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam REPÚDIO ao racismo institucional presente nas instituições de ensino superior, em cursos de graduação e pós-graduação, que contam com apenas o percentual de 3% do total de professoras e professores negras e negros (conforme dados de pesquisa do Estadão em 20/11/2021). Infelizmente a política de cotas para docentes não tem sido efetivada no processo seletivo de ingresso e, ao ingressar, as condições de permanência continuam sendo desafiadoras, considerando entre outros aspectos a lógica da colonialidade presente na escolha e validação de publicações, com o ocultamento de intelectuais negras e negros; pela falta de acesso a editais de bolsas; condições de infraestrutura institucional e de relações marcadas por práticas racistas no cotidiano do trabalho, o que leva ao adoecimento destas e destes servidores. Convocamos as seções sindicais do ANDES à promoção de ações permanentes de combate ao racismo institucional nas Universidades em geral e apoio a outros coletivos, equipes e comissões que protagonizam essa luta. Racismo é crime! Por uma universidade democrática, igualitária e mais representativa.

Moção 19

Proponente(s): Guilherme Dornelas Camara e Loiva Mara de Oliveira Machado.

Seção Sindical: Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS

Destinatário(a)(s): Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Fato motivador da Moção: Relatos de racismo vivenciado por estudantes indígenas e negro(a)s em Casa de Estudantes Universitários (CEU) UFRGS

MOÇÃO

Moção de Apoio

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), Brasil, entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam APOIO aos estudantes indígenas, negros e negras da Casa do Estudante Universitário (CEU) UFRGS frente às situações de racismo vivenciadas no cotidiano desse espaço de moradia. Sabemos que o racismo é estrutural e, portanto, requer uma constante análise e posicionamento frente às situações evidenciadas de modo a combatê-las, uma vez que não se tratam de fatos isolados. Manifestamos nosso repúdio ao racismo institucional e nossa solidariedade e apoio à permanência de estudantes cotistas nos cursos de graduação e pós-graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Essa luta é de todes nós!

Moção 20

Proponente(s): Delegação SindUece: Virgínia Márcia Assunção, Raquel Dias, Sandra Gadelha, Jaqueline Rabelo, José Eudes Baima, Nilson Cardoso, Pedro Wilson Júnior; Delegação Sindurca – Daniele Quiroga, Silene Silvino, Michell Gomes, Rebeca Oliveira, Maria Carolina Pienegonda, Clesley Tavares.

Seção Sindical: SINDUECE e SINDURCA

Destinatário(a)(s): Governo do Estado do Ceará e Reitoria da UECE e da UVA

Fato motivador da Moção: Realização de concurso para docentes das universidades estaduais sem previsão de dedicação exclusiva.

MOÇÃO

Moção de Repúdio

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam repúdio às decisões unilaterais do Governo do Estado do Ceará e das reitorias de universidades estaduais, nomeadamente, UECE e UVA, de realizar concurso para quase 500 vagas para carreira docente sem Dedicação Exclusiva. O 40º Congresso do ANDES-SINDICATO NACIONAL entende que a medida é mais um dos ataques articulados com o golpe de 2016 e com o avanço do projeto neoliberal, da mercantilização da educação, que em uma das suas medidas visa desqualificar a carreira do Magistério do Ensino Superior, retirando garantias que se fundamentam na articulação ensino-pesquisa-extensão, compreendida como o pilar das universidades públicas e populares, laicas, autônomas e de qualidade social. Exigimos que as reitorias abram espaços de diálogo com as Seções Sindicais, como representantes da categoria docente, para revogar a decisão que desmantela a carreira duramente conquistada por todas e todos que constroem as universidades estaduais do Ceará.

Moção 21

Proponente(s): Ana Karen de Oliveira Souza - ADUFS, Antônio Rosevaldo Ferreira da Silva - ADUFS, Elza Peixoto - UFBA, João Diogenes Ferreira dos Santos - ADUFS, Acácia Batista Dias - ADUFS, Márcia Lemos - ADUSB/ Base

Seção Sindical: ADUFS e ADUSB

Destinatário(a)(s): Prefeitura Municipal de Feira de Santana

Fato motivador da Moção: atos de truculência do prefeito Colbert Martins contra os professores e estudantes da educação municipal de Feira de Santana

MOÇÃO

Moção de repúdio à truculência do prefeito Colbert Martins contra os professores e estudantes da educação municipal de Feira de Santana

O prefeito Colbert Martins mantém em cárcere professore(a)s, estudantes, jornalistas e vereadore(a)s, na prefeitura de Feira de Santana, que estão em mobilização por melhores condições de trabalho e estudos na rede de educação municipal.

A prefeitura, além de não receber a pauta de negociação e não marcar reunião para dialogar sobre a mesma, reprimiu violentamente o(a)s manifestantes, através da guarda municipal durante ato na Câmara Municipal e está mantendo os mesmos trancados no Paço Municipal da prefeitura no momento.

Prestamos toda nossa solidariedade e apoio ao(à)s professore(a)s, estudantes, vereadore(a)s e familiares em luta.

Moção 22

Proponente(s): Loiva Mara De Oliveira Machado (Seção Sindical UFRGS), Magali Mendes de Menezes (Seção Sindical UFRGS), Serginei José Do Carmo Liberato (ADUFERPE), Celso Eduardo Lins de Oliveira (ADUSP), RONALDA BARRETO SILVA (ADUNEB), CAROLINE DE ARAÚJO LIMA (ADUNEB), CÉLIA SANTANA SILVA (ADUNEB), IRENILZA OLIVEIRA E OLIVEIRA (ADUNEB), RICARDO DIAS DA COSTA (ADUR –RJ), VERA NÚBIA SANTOS (ADUFS), ACÁCIA BATISTA DIAS (ADUFS-BA), GRACINETE BASTOS DE SOUZA (ADUFS-BA), JOÃO DIOGENES FERREIRA DOS SANTOS (ADUFS-BA), MÔNICA RIBEIRO PIROZI (ASPUV), JOÃO CLAUDINO TAVARES (ADUFF), MARIA INÊS ESCOBAR DA COSTA (ADUFC), IGUATEMI SANTOS RANGEL (ADUFES), ANA PAULA ARCHANJO BATARCE (ADUFMS).

Seção Sindical: Seção Sindical UFRGS, ADUFERPE, ADUSP, ADUNEB, ADUR –RJ, ADUFS, ADUFS-BA, ASPUV, ADUFF, ADUFMS.

Destinatário(a)(s): Governo do Estado da Bahia e Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia

Fato motivador da Moção: Repúdio à violência de Estado contra a juventude negra na Bahia

MOÇÃO

Moção de Repúdio

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), Brasil, entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam REPÚDIO ao Governo do Estado da Bahia.

No último 1º de março, uma ação autoritária e violenta da PM-BA ceifou a vida de 3 jovens negros no bairro da Gamboa, na cidade de Salvador.

No último 21 de março, uma menina negra de 13 anos foi expulsa da sala de aula por conta do seu cabelo crespo. O Colégio Militar Dr. João Paim na cidade de São Sebastião do Passé apresentou como motivação: seu cabelo crespo foi considerado inadequado.

A Polícia Militar é uma das mais violentas do Brasil e o Governo do Estado da Bahia se omite em enfrentar a violência policial, além de ter militarizado de forma brutal a educação básica no Estado.

Repudiamos a violência de Estado institucionalizada pelo governo baiano.

Vidas Negras Importam!

Moção 23

Proponente(s): Delegação da Adusp (Michele Schultz, Annie Schmaltz Hsiou, Celso Eduardo Lins de Oliveira, Vanessa Martins do Monte, Patrícia Ferreira Monticelli, Eliel Soares Orenha, Evandro Lobão, Ângela Maria Machado de Lima Hutchison, Marcos Bernardino de Carvalho e Everaldo de Oliveira Andrade)

Seção Sindical: Adusp – Associação de Docentes da Universidade de São Paulo

Destinatário(a)(s): Reitoria da Universidade de São Paulo

Fato motivador da Moção: Desvinculação do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC) da Universidade de São Paulo

MOÇÃO

Moção de apoio ao Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC-USP)

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, vêm se somar às inúmeras manifestações em defesa da plena continuação das atividades do HRAC-Centrinho e de sua permanência na Universidade de São Paulo (USP) como unidade de ensino, pesquisa e extensão.

Público, gratuito e prova do alto nível de qualidade e de atendimento que o Sistema Único de Saúde-SUS pode oferecer, o HRAC-Centrinho tornou-se referência mundial no tratamento de fissuras palatinas e de outras anomalias craniofaciais.

Estima-se que o hospital atendeu cerca de 150 mil pacientes desde sua criação. Em muitos casos a reabilitação requer décadas, e o HRAC-Centrinho continua tratando desses pacientes de modo a lhes permitir o máximo de autonomia nas suas vidas.

A Reitoria da USP e o governo estadual de São Paulo podem comprometer todo esse trabalho ao transferir a gestão do HRAC-Centrinho para uma instituição privada, uma “organização social de saúde”.

Assim, há que se revogar a “desvinculação” já em curso, mas irregularmente decidida em 2014. O HRAC-Centrinho é USP e é SUS! Deve permanecer público e gratuito!

Moção 24

Proponente(s): Delegação da Adusp (Annie Schmaltz Hsiou, Celso Eduardo Lins de Oliveira, Vanessa Martins do Monte, Patrícia Ferreira Monticelli, Eliel Soares Orenha, Evandro Lobão, Ângela Maria Machado de Lima Hutchison, Marcos Bernardino de Carvalho e Everaldo de Oliveira Andrade) e Antônio Lisboa Leitão de Souza (ADUFCG).

Seção Sindical: ADUSP

Destinatário(a)(s): Reitoria da Universidade de São Paulo, Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Fato motivador da Moção: Falecimento da notável intelectual e lutadora pela democracia, particularmente pela educação pública, laica e de qualidade em todos os níveis, Professora Lisete Regina Gomes Arelaro.

MOÇÃO

Moção de pesar em memória da Professora Lisete Arelaro

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, vêm se somar às inúmeras manifestações de pesar em memória da Professora Lisete Regina Gomes Arelaro, ocorrida a 12 de março, aos 76 anos.

A Professora Lisete (como era carinhosamente e respeitosa chamada pelos amigos, conhecidos e admiradores) dedicou sua vida à luta pela democracia, particularmente pela educação pública, laica e de qualidade em todos os níveis. Foi Professora da Rede Pública de Educação Básica de São Paulo, na qual passou por todos os cargos e níveis hierárquicos. Em 1985, tornou-se a primeira docente a ingressar por meio de concurso público na Faculdade de Educação da USP, onde foi Professora Titular, diretora entre 2010 e 2014 e laureada com o título de Professora Emérita em 2021. Trabalhou como auxiliar de Paulo Freire na secretaria da Educação da Prefeitura de São Paulo durante a gestão de Luiza Erundina. Incansável participante do movimento de luta pela qualidade da educação no Brasil, atuou tanto nos sindicatos docentes (sobretudo associada à Adusp), quanto nos partidos políticos progressistas. Deixa às gerações atuais e futuras um legado inapreciável, tanto por seu trabalho docente, quanto por sua exemplaridade enquanto militante sindical e/ou política.

Lisete, presente agora e sempre!

Moção 25

Proponente(s): Ana Paula Archanjo Batarce / Mariuza Aparecida Camilo Guimarães / Marco Aurélio Stefanos / Waldson Diniz / Tarcísio Luiz Pereira / Magno Pinheiro de Almeida

Seção Sindical: ADUFMS

Destinatário(a)(s): UFMS / Ministério Público Federal

Fato motivador da Moção: Valor abusivo da refeição no restaurante universitário da UFMS.

MOÇÃO

Moção de repúdio

O(A)s delegado(a)s presentes ao 40º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado nos dias 27 de março a 1º de abril de 2022, em Porto Alegre, Brasil, manifestam REPÚDIO à Reitoria da UFMS.

Que passou os últimos dois anos ampliando o Restaurante Universitário (RU) em Campo Grande/MS. No retorno às atividades presenciais, entregou-o para uma empresa privada (fez uma licitação) que está cobrando a refeição a R\$ 15,00, majorando os preços em mais de 230%. As refeições subsidiadas custarão 1/3 desse valor e abrange aluno(a)s da graduação cadastrado(a)s no CadÚnico, excluindo todo(a)s o(a)s outro(a)s acadêmico(a)s, inclusive o(a)s da Pós-Graduação.

Repudiamos a Reitoria da UFMS pelo preço abusivo das refeições do Restaurante Universitário.

Moção 26

Proponente(s): Dulce Aquino e Rodrigo Pereira

Seção Sindical: UFBA (Regional Nordeste III/APUB)

Destinatário(a)(s): Fórum Nacional de Dança

Fato motivador da Moção: a aprovação do PL Nº 0231/2019, que permite a criminalização de professores, desmoraliza e desrespeita o ensino das Artes em uma de suas áreas específicas de conhecimento – a Dança.

MOÇÃO

MOÇÃO DE REPÚDIO

A Plenária do 40º Congresso ANDES - SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, aprova e vem a público apresentar a presente MOÇÃO DE REPÚDIO ao Projeto de Lei Nº 0231/2019, aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul, em 17 de março de 2022.

O referido Projeto de Lei desqualifica a área do saber em Dança, legislando sobre os conteúdos próprios desta área, sem qualquer consulta prévia às entidades e profissionais da referida área do conhecimento, ferindo assim décadas de história e de contribuições para a Arte, a Educação, a Pesquisa e a Cultura que o(a)s Artistas, Professores e Pesquisadores da Dança e os Cursos de Graduação Bacharelado e Licenciatura em Dança e de Pós Graduação mestrado e doutorado, stricto sensu, e inúmeras especializações, lato sensu têm fomentado na formação ética e estética da sociedade brasileira.

O Projeto de Lei permite e legitima a criminalização de professores, desmoraliza e desrespeita o ensino das Artes em uma de suas áreas específicas de conhecimento – a Dança.

A dança em sua dimensão estética é patrimônio civilizatório da humanidade. A dança depois do artesanato é a expressão artística mais praticada pela população brasileira de acordo com dados do IBGE. A dança enquanto movimento rítmico corporal é um estimulador eficaz para o desenvolvimento psíquico e cognitivo da criança e do adolescente. E, ainda, na rica e complexa diversidade cultural brasileira, a dança é também um patrimônio de tradição e ancestralidade herdada dos povos africanos e dos povos originários.

Projetos de Lei em igual teor, que criminalizam o ensino das Artes, em especial da Dança, já estão em tramitação em outros Estados brasileiros, como Pernambuco (PL 494/2019), São Paulo (PL 1.082/2019), Rio de Janeiro, Paraíba (PL 920/2019), Santa Catarina, Goiás, Bahia, Distrito Federal e já foram aprovadas Leis Municipais de idêntico teor nos Municípios de Chapecó/SC (Lei nº 7.546/2021), Rio do Sul/SC (Lei nº 6.299/2021), Sorocaba/SP (Lei nº 12.491/2022), Mairinque/SP (Lei nº 3.895/2021), Ribeirão Preto/SP, dentre outros.

Manifestamos REPÚDIO E CONTRARIEDADE a todas as iniciativas legislativas nesse sentido e defendemos o acesso à produção de conhecimento através do ensino da Arte e dos saberes específicos da Dança, que juntamente com as demais áreas do ensino das artes - Música, Teatro e Artes Visuais qualificam a formação cidadã.

Moção 27

Proponente(s): Marcio Bernardino da Silva

Seção Sindical: ADUFPB

Destinatário(a)(s): Prefeitura de São José de Mipibu - RN

Fato motivador da Moção: Ameaça e assédio da prefeitura à professora do ensino básico

MOÇÃO

Moção de Apoio à Professora Francisli Galdino, perseguida política no município de São José do Mipibi - RN

O(A)s delegado(a)s presentes ao 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), no período de 27 de março a 1º de abril de 2022, manifestam seu apoio à professora Francisli Galdino, perseguida política no município de São José de Mipibu - RN.

A professora Francisli Galdino, que atua na rede pública do município de São José de Mipibu – RN, vem sendo politicamente perseguida por gestores da Escola Municipal Cloris Trigueiro desde que postou um texto nas redes sociais em que relatou ter sofrido uma ameaça de morte nesse espaço escolar por parte de um estudante. A escola e o aluno não foram identificados na publicação e, embora esperasse apoio para si e para o estudante por parte dos gestores da instituição de ensino, o que houve foi uma remoção sumária de seu local de trabalho.

No momento em que escreveu o relato, a professora se encontrava abalada e temendo por sua vida e tornou o texto público como forma de se proteger. Infelizmente, situações

como essa não são incomuns entre profissionais da educação básica, pois muitos trabalham em contexto de violência e vulnerabilidade social, sem qualquer tipo de apoio psicológico e de assistência social por parte do poder público. A pandemia também aprofundou a carga mental das professoras, que tiveram que lidar com a falta de infraestrutura para o ensino remoto e com a junção de tarefas domésticas com o trabalho docente. Essas são algumas das razões pelas quais essa é uma das categorias com maior número de afastamentos por problemas de saúde mental.

Esperava-se que o problema fosse tratado de frente, com amparo à professora e ao estudante. Da mesma forma, é esperado do poder público uma série de políticas tanto para a escola quanto para a comunidade para que todos os direitos dessas pessoas sejam assegurados e, assim, elas possam viver dignamente e ter acesso a uma educação de qualidade socialmente referenciada. A não implementação de políticas públicas que apontem para isso é uma responsabilidade dos diferentes governos e o papel dos gestores escolares não é o de abraçar o erro, mas o de enfrentá-lo.

Foi equivocada tratar a questão com a remoção da professora em um conselho de classe convocado sem pauta, para o qual a docente não recebeu notificação e em que os conselheiros tomaram posse no dia da reunião que decidiu removê-la. Nesse conselho, foram levantadas denúncias sobre sua conduta acerca das quais a docente não havia recebido qualquer advertência. Também não foi dado tempo hábil para a professora construir a sua defesa para o conselho escolar do município, que assumiu o formato de um tribunal, com testemunhas de acusação. O conselho escolar foi a segunda instância por onde o seu processo passou após o conselho de classe.

Diante disso, cabe a pergunta: o que o município de São José de Mipibu fará com a próxima professora que sofrer uma ameaça? Irá simplesmente removê-la? Isso não resolve o problema!

Por essas razões, nós, abaixo-assinados, reivindicamos a nulidade do processo aberto contra a professora que previa a sua remoção e propomos uma rediscussão verdadeiramente democrática entre o conselho de classe, o conselho escolar do município e a professora considerando as dificuldades expostas.

Assinam:

Central Sindical e Popular – Conlutas

Intersindical – Central da Classe Trabalhadora

Sinte - Núcleo Extremoz/RN

Sinte - Regional de Umarizal/RN

Sinte - Núcleo de São Gonçalo do Amarante/RN

Sinte - Regional de Ceará Mirim/RN

Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Indireta do RN -SINAI/RN

Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação do Ensino Superior - Sintest/RN

Mandato do Vereador Robério Paulino (Natal) – PSOL

Diretório Municipal do PSOL Natal

Moção 28

Proponente(s): Helena Martins do Rêgo Barreto (Diretoria ADUFC)

Seção Sindical: ADUFC

Destinatário(a)(s): Reitoria UFC

MOÇÃO

Moção de Repúdio às Práticas Antissindicais do Interventor da UFC

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam repúdio às práticas antissindiais da reitoria da UFC, sob intervenção, que se revelam em perseguição à ADUFC e também ao movimento estudantil.

Desde o início da intervenção, em 2019, práticas antidemocráticas e de perseguição têm marcado o cotidiano da Universidade Federal do Ceará (UFC). Recentemente, no processo de retorno às atividades presenciais, a comunidade universitária deparou-se, mais uma vez, com os ataques do interventor da UFC, Cândido Albuquerque, à ADUFC-Sindicato e ao movimento estudantil.

Em menos de um mês, foram duas notas emitidas pela intervenção atacando abertamente a ADUFC, com mentiras e acusações graves. No último dia 17, o interventor negou a existência de problemas no Restaurante Universitário e, através de uma narrativa falaciosa, acusou a ADUFC de se posicionar contra o retorno presencial, o que é uma inverdade. Também criminalizou o movimento sindical ao atacar e tentar deslegitimar a entidade, descrita como um grupo de “professores de reconhecida militância partidária e político-ideológica” que se utiliza de “um pequeno grupo de estudantes para propósitos alheios ao mundo acadêmico”.

A perseguição da intervenção na UFC ocorre em um contexto de denúncias feitas por estudantes contra a situação precária do Restaurante Universitário (RU) de Fortaleza, com relatos de comidas estragadas e casos de intoxicação alimentar amplamente divulgados na imprensa, problemas que temos denunciado desde o primeiro dia de retorno, marcado também pelo negacionismo da intervenção, que se negou a efetivar política de cobrança de passaporte vacinal.

A verdade não demorou a vir à tona. Diante dos problemas, a empresa responsável pelas refeições, a Nutrê Alimentação Ltda, desistiu de oferecer os serviços. A situação deixou a maioria dos estudantes sem comida. A UFC afirmou que seria distribuído o auxílio-alimentação apenas a alunos em situação de vulnerabilidade. Os estudantes se mobilizaram para realização de Assembleia Estudantil e, antes dela, um comunicado da reitoria foi enviado aos e-mails deles novamente com inverdades.

Por meio da nota, o interventor Cândido Albuquerque ameaçou o movimento estudantil, atitude típica de um gestor autoritário e sem legitimidade. No documento oficial, ele também descredencia o movimento e seus representantes legítimos, enfatizando que eles “não representam o corpo discente e sequer integram espaços representativos, uma vez que o Diretório Central dos Estudantes da UFC (DCE) encontra-se em vacância de gestão”. O interventor Cândido Albuquerque não detalha, contudo, que foi a sua própria gestão a responsável por atravancar as eleições estudantis e impedir a participação discente nos conselhos superiores da universidade. No dia seguinte à assembleia, que reuniu mais de 1200 estudantes, mais uma nota que criminaliza a política e descredencia as representações estudantis foi divulgada pela intervenção na UFC. Em substituição ao

livre exercício da política, o interventor oferece aos estudantes uma relação personalista e manipuladora.

É notório que a administração superior escolheu como inimigos a ADUFC e os movimentos que representam os estudantes para camuflar a incompetência da gestão universitária em oferecer o mínimo à comunidade universitária neste momento: um retorno presencial efetivamente seguro e um Restaurante Universitário com condições adequadas e segurança alimentar. O 40º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional repudia, portanto, o autoritarismo e também o descaso da gestão interventora da UFC com a comunidade universitária.

A postura adotada pelo interventor da UFC infelizmente não é isolada no Brasil e se ancora na lógica antissindical propagada pelo governo Bolsonaro ao intervir nas universidades federais, nomeando interventores não escolhidos pela comunidade universitária. Não por acaso, a própria Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi escolhida para sediar o 40º Congresso do ANDES-SN. A instituição também segue firme como resistência às arbitrariedades de um governo federal que ataca e ameaça a educação pública e a liberdade de expressão. A exemplo da UFC, também sofre com o autoritarismo de uma reitoria interventora.

Isso contraria os princípios do debate democrático e do livre pensar que, historicamente, marcam o percurso das universidades públicas brasileiras. E é contra esse autoritarismo retrógrado e em defesa de uma universidade pública, gratuita e socialmente referenciada que o movimento sindical docente continuará lutando.

Moção 29

Proponente(s): Alcides Pontes Remijo (ADUFG), Cláudia Costa (ADCAC), Gardênia Furtado Lemos (ADUFG), Helga Martins de Paula (ADCAJ), Antônio Henriques Lemos Leite Filho (ADUFG), Domingos Lopes (ADCAC), Fernando Paulino (ADCAC), Maria Augusta Peixoto (ADUFG), Lívia Gomes dos Santos (ADUFG), Jacqueline Rodrigues de Lima (oposição ADUFG), Elzimar Pereira Nascimento Ferraz (ADUFG), Thiago S. Melo (ADUnB), Guiliano Pereira de Oliveira Castro (ADUFG).

Seção Sindical: ADCAC e ADCAJ.

Destinatário(a)(s): Prefeitura Municipal - GO

Fato motivador da Moção: agressão a professores realizada dia 31 de março de 2022, em Goiânia.

MOÇÃO

MOÇÃO DE REPÚDIO

O(A)s delegado(a)s presentes no 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), entre os dias 27 de março e 1º de abril de 2022, manifestam seu repúdio aos ataques promovidos pela Guarda Municipal de Goiânia/GO, no dia de hoje, 31 de março.

A(o)s professora(e)s estão em greve desde o dia 15 de março, lutando pelo cumprimento do piso salarial da educação, pela data-base à(o)s trabalhadora(e)s técnico-administrativa(o)s e construção de um plano de carreiras.

Além de agressões, dois professores foram presos durante mais uma ação violenta da Prefeitura de Goiânia, ocorrida na inauguração de um CMEI na cidade.

Nos solidarizamos com a(o)s colegas professora(e)s em luta e repudiamos a truculência e violência do governo de Rogério Cruz.

RESOLUÇÕES

RELATÓRIO DO TEMA II – PLANOS DE LUTAS DOS SETORES

I - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN delibera:

1. Que as seções sindicais do setor continuem lutando para garantir o retorno às atividades presenciais, tomando como base o Plano Sanitário e Educacional e respeitando os indicadores epidemiológicos e as orientações vigentes da OMS, bem como, os protocolos sanitários dos estados e os construídos pelas comunidades universitárias, lutando contra as propostas que objetivam tornar o ensino remoto e híbrido como permanente nas nossas instituições de ensino.

2. Que o ANDES-SN realize o 18º Encontro do Setor das IEES/IMES, preferencialmente no início do 2º semestre do ano de 2022, após o 40º Congresso, no formato presencial ou virtual, a partir da avaliação das condições sanitárias vigentes. O tema, a data e o local do Encontro devem ser definidos em uma próxima reunião do Setor, após o 40º Congresso.

3. Que o ANDES-SN construa uma Campanha Nacional em Defesa das IEES/IMES, conforme aprovado na reunião dos setores no dia 13/12, circular nº 012/22, por orçamento público estatal, com autonomia de gestão financeira e patrimonial, em defesa das carreiras, com concursos públicos, recomposições salariais e por melhores condições de trabalho, contra a política de congelamento de progressões, promoções e gratificações e das diferentes estratégias de privatização. Conforme especificações apresentadas abaixo:

3.1 Que a execução da Campanha de Valorização e Defesa das IEES/IMES, por meio da contratação de empresa exclusivamente para a produção da identidade visual da Campanha, produção audiovisual, produção de rádio, com proposta orçamentária de aproximadamente R\$ 95.000,00, com possibilidade de variação de valor que não ultrapasse 10% do valor orçado inicialmente.

3.2. Cronograma resumido:

3.2.1. Apresentação e aprovação da proposta de Campanha – 40º Congresso

3.2.2. Lançamento da Campanha – 23/05/22.

3.2.3. Duração da Campanha – 23/05 à 30/6/22.

3.3. Compõe a proposta síntese da Campanha os seguintes itens:

3.3.1. Criação de identidade visual da campanha;

3.3.2. Cria

ção de uma personagem em animação;

3.3.3. Cards de divulgação - 30;

3.3.4. Vídeos - 10;

3.3.5. Spots de rádio - 05;

3.3.6. Arte para blusa;

3.3.7. Arte para outdoor;

3.3.8. Arte para faixa;

3.3.9. Arte para banner.

3.4. Autorizar apoio as ssind com dificuldades para produzir e veicular as peças publicitárias da campanha aprovado no 61º CONAD.

4. Que o ANDES-SN e suas Seções Sindicais promovam o debate sobre as BNCC e sua interferência na formação de docentes, em especial nos Cursos de Licenciatura.

5. Que a diretoria do ANDES-SN organize e publique os resultados da Pesquisa sobre o Financiamento das IEES-IMES, apresentados na live da Semana de Lutas das IEES/IMES de 2021.

6. Que o ANDES-SN realize a Semana de Lutas das IEES/IMES, no período de 23 a 27 de maio de 2022, já com a deflagração da Campanha Nacional em Defesa das IEES/IMES e a divulgação da pesquisa mencionada.

Agenda de lutas do Setor das IEES/IMES

29/01 – Dia da Visibilidade Trans.

7/02 - Dia de luta dos povos indígenas

11/02 – Dia Nacional das Mulheres e Meninas na Ciência.

08/03 - Dia Internacional das Mulheres.

14/03 – Justiça por Marielle Franco.

21/03 - Dia Internacional de Luta pela eliminação da Discriminação racial.

07/04 - Dia Mundial da saúde

09/04 - Dia nacional pelo Fora Bolsonaro

19/04 – Dia de luta pela resistência dos Povos indígenas

01/05 - Dia Internacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras.

18/05 - Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

23-27/05 - Semana de lutas das IEES/IMES

12/06 - Dia Nacional e Mundial de Combate ao Trabalho Infantil

15/06 - Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a pessoa idosa
28/06 - Dia Internacional do Orgulho LGBTQI+.
25/07 - Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha. 29/08 – Dia da Visibilidade lésbica.
12/08 - Justiça a Margarida Alves
07/09 – Grito dos Excluídos
21/09 – Dia Nacional de luta das pessoas com deficiência.
28/09 – Dia internacional da luta pela legalização do aborto.
07/10 – Dia Nacional de combate ao assédio moral/sexual nas Universidades, IFs e CEFET.
20/11 – Dia da Consciência Negra
22/11 – Dia Nacional de combate ao racismo nas Universidades, IF e CEFET e Escolas Técnicas vinculadas as Universidades Federais.
25/11 – Enfrentamento à violência contra a mulher
28/11 – Dia de Luta contra o Racismo
03/12 - Dia Internacional das Pessoas com Deficiência

Obs.: O Pleno do Setor vai revisar as propostas e compatibilizar todas as datas

II - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN delibera:

A. No âmbito dos Servidores Públicos Federais

1. Intensificar a luta pelo Fora Bolsonaro e Mourão e contra sua política genocida e neoliberal, tanto nas ruas quanto nas redes, de forma ininterrupta, ampliando o diálogo com a comunidade universitária e comunidade em geral, em articulação com o(a)s demais servidore(a)s público(a)s federais, estaduais e municipais, incluindo o(a)s trabalhadore(a)s das Estatais e o(a)s terceirizado(a)s.
2. Intensificar a luta contra a PEC 32 (da contrarreforma administrativa), pela revogação da Emenda Constitucional 95 (teto dos gastos), das contrarreformas Trabalhistas e da Previdência, entre outros ataques à classe trabalhadora, como por exemplo, a Nova proposta de Reforma Trabalhista, juntamente ao Fonasefe, às Centrais Sindicais, ao Fórum Sindical,

Popular e de Juventudes e demais entidades da educação, ampliando a unidade com os servidores federais, estaduais e municipais, envolvendo os trabalhadores de estatais e terceirizados.

3. Defender a campanha salarial unificada dos SPF de 2022 de forma articulada com as entidades que compõem o Fonasefe e Fonacate, reforçando a luta pela reposição emergencial de 19.99%.

4. Envidar esforços para construção da greve unificada dos SPF mantendo como pauta a centralidade da recomposição salarial, a revogação do teto de gastos e das contrarreformas, contra a PEC 32.

4.1. Reposição das perdas salariais decorrentes da corrosão inflacionária;

4.2. Recuperação das perdas históricas;

4.3. Política salarial permanente com valorização do salário-base e a incorporação das gratificações;

4.4. Exigir condições de trabalho especiais enquanto durar a pandemia, tanto no trabalho remoto como no retorno presencial, fornecendo os insumos e as adaptações necessárias para tal;

4.5. Recuperação da paridade entre servidores ativos, aposentados e pensionistas;

4.6. Definição da data-base em 1º de maio;

4.7. Pagamento imediato de todos os precatórios;

4.8. Valorização dos serviços e dos servidores públicos com reforço orçamentário, especialmente aos setores responsáveis pela formulação e promoção das políticas sociais.

4.9. Intensificar a luta contra às “contrarreformas” que retiram direitos dos trabalhadores e da população, em especial à PEC32/2020 e ao conceito de “teto de gastos”, que 159 prioriza o direcionamento do orçamento público para remuneração financeira em detrimento das políticas sociais;

4.10. Restauração dos direitos dos servidores públicos suprimidos do texto original da Lei nº 8112/90 (RJU)

5. Intensificar a luta para reverter o confisco salarial praticado pelo governo a título de aumento das contribuições previdenciárias, inclusive com esdruxula inclusão dos próprios aposentados nesse desconto.

B. No Âmbito das Universidades, Institutos Federais e CEFET

- 1.** Intensificar a luta contra as Intervenções nas Universidades, Institutos Federais, Cefet, Colégios de Aplicação, Colégios Técnicos e Colégios Federais.
 - 1.1.** Realizar ações de comunicação, atos públicos nas universidades, pressão aos parlamentares, entre outras, denunciando o impacto das intervenções nas IFES.
 - 1.2.** Reforçar nossa luta histórica pela defesa de eleições diretas, paritárias ou universais, pelo fim da lista tríplice, e para que os processos se encerrem nas instituições federais, respeitando a autonomia universitária, revogando a nomeação do(a)s interventore(a)s
- 2.** Intensificar a luta contra os cortes e contingenciamentos orçamentários e pela recomposição e ampliação do orçamento público adequado para o funcionamento e expansão das Universidades, Institutos Federais e Cefet.
 - 2.1.** Manter e ampliar a Campanha Nacional “Defender a Educação Pública é nossa Escolha para o Brasil” com a interiorização de suas ações, junto às seções sindicais e entidades da educação, buscando ampliar seu diálogo com a população.
- 3.** Lutar contra o avanço da proposta do Reuni Digital, apontando suas contradições e dialogando com as comunidades universitárias sobre as ameaças da mercantilização da educação pública.
- 4.** Intensificar a luta contra os projetos Future-se, Fundos Patrimoniais e Novos Caminhos ou qualquer projeto similar que vise aprofundar a mercantilização e a privatização da educação pública, reafirmando o projeto de universidade pública defendido pelo ANDES-SN há 41 anos.
- 5.** Dar continuidade à luta pelo retorno presencial com as devidas condições de segurança sanitária e cobrando das IES planos sanitários, educacionais e de apoio psicossocial, elaborados com a participação da comunidade acadêmica, que assegurem efetivas condições de trabalho e de ensino-aprendizagem nas Universidades, Institutos Federais e Cefet.
- 6.** Atualizar levantamento sobre a defasagem salarial presentes nas carreiras do Ensino Superior e EBTT federais para produção de um dossiê a fim de fortalecer nossa luta pela recomposição salarial.
- 7.** Realização de um Seminário Nacional conjunto entre o Setor das IFES e GT Carreira sobre os desafios da carreira docente do Setor das Federais no primeiro semestre de 2022.
- 8.** Lutar contra os cortes e pela recomposição dos orçamentos para a Ciência, Tecnologia e Humanidades, articulando ações de mobilização em conjunto com entidades estudantis e científicas.

9. Intensificar a luta pela revogação da Portaria MEC Nº 983/2020 que regulamenta as atividades docentes no âmbito da carreira docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), reafirmando a defesa da carreira única do setor das IFES.

9.1. Realizar um levantamento sobre quais Instituições Federais estão aderindo à Portaria nº 983/20 do MEC ou fazendo modificações em resoluções internas sobre encargos docentes visando aplicar o conteúdo dessa portaria.

10. Lutar por melhores condições de trabalho nas nossas Universidades, Institutos e CEFET: retomada de concursos públicos, condições sanitárias e educacionais adequadas para retomada das aulas presenciais, entre outras.

11. Lutar pela imediata revogação da Lei do Novo Ensino Médio, seus impactos no Programa Nacional do Livro Didático e no ENEM, e contra todos os seus demais desdobramentos.

12. Lutar pela revogação das Novas Diretrizes para a Educação Profissional e Tecnológica.

13. Lutar contra o uso indevido de imagem do docente e produzir uma cartilha sobre a questão do direito de imagem e direito autoral na relação com o teletrabalho, que foi amplamente experimentado durante a pandemia e que terá desdobramentos nas Universidades, Institutos Federais e Cefet no pós-pandemia.

14. Construção de agenda de luta do setor das IFES com as seguintes datas:

07 de abril - Dia Mundial da Saúde

09 de abril - Dia Nacional pelo FORA BOLSONARO

11 a 14 de abril - Rodada de Assembleias pela Construção da Greve dos SPF

25 a 29 de abril - Semana de luta do Setor da IFES: Em defesa da educação pública e pela recomposição salarial

01 de maio - Dia dos trabalhadores e trabalhadoras

14.1. Realizar uma semana de lutas em abril (25 a 29) incluindo paralisação, tendo como centralidade a defesa da pauta da Educação Pública, pela recomposição salarial e por condições de trabalho

15. Lutar contra as diferentes formas de controle de frequência de professores (as), em função da natureza do trabalho docente, cuja abrangência e indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão não podem ser niveladas pela simples métrica horária da jornada.

16. Fortalecer e potencializar ações que promovam o debate sobre as questões de saúde mental dos (as) docentes e demais servidores das instituições de ensino.

17. Intensificar a luta contra qualquer projeto de privatização interna, tais como PPP, EBSEH, OS, prestação de serviços e de consultoria para empresas que visam ao lucro.

18. Lutar pela revogação do Decreto-lei nº 10.620 de 05 de fevereiro de 2021 e contra qualquer lei similar que venha interferir na gestão de pensões e aposentadorias do conjunto dos Servidores Públicos.

19. Lutar pelo ressarcimento dos custos do trabalho remoto, impedindo que o ônus recaia sobre trabalhadores e trabalhadoras da educação.

Recomendação: que o tema seja debatido no setor das IFES após o 40º Congresso.

20. Defender a importância dos colégios, institutos, escolas de aplicação, bem como das unidades de educação infantil das IFES como espaços de formação de professore(a)s de prática pedagógica e campo de estágio, e fundamentalmente como meio de integração entre a Educação Básica e Educação Superior no desenvolvimento do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, exigindo do MEC e das reitorias sua responsabilidade com a manutenção desses espaços formativos.

21. Dar continuidade à luta em defesa dos Institutos Federais e Cefet, Colégios técnicos, de aplicação e federais e que aos seus docentes seja atribuído o mesmo nível de autonomia de seus/suas docentes;

22. Exigir reposicionamento dos docentes aposentados e seus pensionistas, de forma a resguardar a posição do docente em relação ao topo da carreira na data da aposentadoria, considerando a garantia dos direitos decorrentes da aplicação do Art. 192, da Lei nº 8.112/90 (RJU);

23. Intensificar a luta e exigir paridade e integralidade para os ativos, aposentados(as) e pensionistas;

24. Garantir a manutenção dos valores destinados a cobrir as despesas de pessoal e os encargos dos aposentados e pensionistas com recursos do Tesouro Nacional, no orçamento e na folha de pagamentos da IFES de origem, bem como a relação administrativa desses docentes. Esse pagamento não será incluído a título de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

25. Exigir equivalência da remuneração e das condições de trabalho dos professores substitutos com a dos docentes efetivos com a mesma titulação e regime de trabalho contemplando a isonomia remuneratória no primeiro nível de carreira docente;

26. Dar continuidade à luta para que as promoções e as progressões na carreira docente sejam implementadas pelas instituições a partir da data em que se completa o interstício em termos financeiros e administrativos e denunciando a nota técnica 2.556/2018 do Ministério do Planejamento, que indica o não pagamento do retroativo.

- 27.** Dar continuidade à luta pela liberdade de pensamento e de expressão, e contra a crescente criminalização de professores e perseguição àqueles que lutam em defesa da educação pública;
- 28.** Intensificação da luta pela regularização dos pagamentos referentes aos adicionais de insalubridade e periculosidade, que foram arbitrariamente interrompidos.
- 29.** Dar continuidade à luta pela garantia de condições adequadas de funcionamento dos novos cursos, especialmente nos campi descentralizados, inclusive com a construção de prédios e instalações próprios onde for necessário, para que a comunidade acadêmica possa desenvolver com qualidade o trabalho indissociável de ensino, pesquisa e extensão;
- 30.** Continuar a luta pela garantir da liberação para o exercício de mandato classista, sem perda da remuneração e dos demais direitos, mediante alteração do Art. 92 da Lei nº 8112/90 (RJU);
- 31.** Ampliar a luta pelo apoio à formação e qualificação docente com direito à afastamento integral, salários, bolsa, remuneração e carga horária disponível, conforme os princípios do Caderno 2.
- 32.** Lutar para recomposição e ampliação de recursos orçamentários institucionais para pesquisa e extensão;
- 33.** Dar continuidade à luta pela democratização das agências públicas de fomento à pesquisa, mantendo seu caráter público necessário ao fortalecimento científico-tecnológico do país;
- 34.** Retomar e atualizar os Cadernos (iniciado com a greve de 2012) sobre Precarização das Condições de Trabalho nas IFES, com o processo de sufocamento e contingenciamento orçamentários, levando-se em consideração as questões de segurança sanitária impostas pela situação da saúde pública (Covid-19 e decorrências sanitárias) a todas as instituições.
- 35.** Realizar estudos, publicações e debates que orientem a luta sobre o impacto do Ensino Remoto Emergencial e, conseqüentemente, das diversas regulamentações via MEC e IES para um processo de ampliação da carga horária em EAD nos cursos presenciais, resultando em alteração do trabalho docente e da própria carreira docente.
- 35.** Construir uma campanha nacional, com apoio financeiro do Fundo de Mobilização do ANDES-SN
- a)** Pela revogação imediata de todas as nomeações de reitores não eleitos e pela imediata posse dos reitores eleitos pelas comunidades universitárias dos Institutos Federais, Cefet e Universidades públicas no Brasil;

b) pela revogação das Leis nº 5.540/68 e 9.192/95 e do Decreto nº 1916/96, e pelo respeito à democracia e autonomia das instituições federais de ensino, em conformidade com a Constituição Federal de 1988.

36. Realização de um encontro nacional das seções do ANDES-SN das IFES sob intervenção e criação de um espaço nacional permanente de mobilização, articulação e compartilhamento de experiências de luta contra as intervenções.

37. Que o ANDES-SN e as suas seções sindicais intensifiquem a articulação com outros segmentos da comunidade universitária, movimentos, sindicatos e entidades democráticas contra as intervenções.

38. Intensificar a luta para que os resultados dos processos eleitorais da comunidade acadêmica sejam implementados e respeitados, garantindo a sua homologação no âmbito da própria instituição, respeitando-se o princípio da autonomia das universidades.

38.1. Intensificar a luta pela reversão da nomeação de interventores, respeitando o resultado do mais votado nos processos de consulta já realizados.

RELATÓRIO DO TEMA III – PLANO GERAL DE LUTAS

I - POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E ARTE

O 40º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Que o ANDES-SN realize o Seminário Nacional ‘Comunicação Sindical e Mídias Digitais’ de forma online no mês de maio de 2022, a fim de subsidiar o debate para atualização do Plano Nacional de Comunicação e Arte do ANDES-SN.
2. Que o ANDES-SN realize o VII Encontro de Comunicação e Arte em 2023, de forma presencial, contemplando o debate sobre atualização do Plano de Comunicação e de Arte do sindicato.
3. Que o ANDES-SN realize o I Festival de Arte e Cultura do ANDES-SN no segundo semestre de 2022
4. Que as seções sindicais do ANDES-SN incorporem em suas ações políticas (de rua e nas redes) a presença de expressões artísticas culturais (música, cinema, teatro, artes visuais, etc).
5. Que o ANDES-SN e as seções sindicais organizem um banco de referências artísticas, especialmente da área de artes audiovisuais para que suas obras sejam usadas em materiais gráficos produzidos pelo sindicato.
6. Que o ANDES-SN atualize o Plano de Comunicação e de Arte do ANDES-SN com atividades durante todo o ano para subsidiar a proposta a ser apresentada no 41º Congresso.

II – POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O 40º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Que o ANDES-SN realize o Seminário Nacional ‘Comunicação Sindical e Mídias Digitais’ de forma online no mês de maio de 2022, a fim de subsidiar o debate para atualização do Plano Nacional de Comunicação e Arte do ANDES-SN.
2. Que o ANDES-SN realize o VII Encontro de Comunicação e Arte em 2023, de forma presencial, contemplando o debate sobre atualização do Plano de Comunicação e de Arte do sindicato.

3. Que o ANDES-SN realize o I Festival de Arte e Cultura do ANDES-SN no segundo semestre de 2022
4. Que as seções sindicais do ANDES-SN incorporem em suas ações políticas (de rua e nas redes) a presença de expressões artísticas culturais (música, cinema, teatro, artes visuais, etc).
5. Que o ANDES-SN e as seções sindicais organizem um banco de referências artísticas, especialmente da área de artes audiovisuais para que suas obras sejam usadas em materiais gráficos produzidos pelo sindicato.
6. Que o ANDES-SN atualize o Plano de Comunicação e de Arte do ANDES-SN com atividades durante todo o ano para subsidiar a proposta a ser apresentada no 41º Congresso.

III - POLÍTICA DE FORMAÇÃO SINDICAL

O 40º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Que o ANDES-SN, via GTPFS, GTPE e encarregaturas sindical e internacional, construa o II Seminário Internacional com o Tema Educação Superior na América Latina e Caribe e Organização do(a)s Trabalhadore(a)s e o Seminário Multicampia e Fronteira, no segundo semestre de 2022, em Foz do Iguaçu, com a participação de entidades de trabalhadore(a)s da educação, conforme aprovado no 39º Congresso.
2. Que o ANDES-SN, a partir de um processo de debate via GTPFS com a participação das encarregaturas Sindical e Internacional, discuta e aprofunde ao longo de 2022 as possibilidades de filiação a uma entidade internacional de organização do(a)s trabalhadore(a)s da educação, a ser apreciada no 41º Congresso, atualizado a partir da deliberação do 40º Congresso.
3. Que o ANDES-SN amplie o debate nas bases sobre a construção da CSP-Conlutas, realizando balanço sobre sua atuação nos últimos dez anos e sua relevância na luta de classes e a permanência ou desfiliação à Central com:
 - 3.1. organização via secretarias regionais e seções sindicais de debates preparatórios nos estados.
 - 3.2. Realização de um CONAD Extraordinário no segundo semestre de 2022. As indicações do CONAD Extraordinário devem ser levadas para deliberação no 41º Congresso do ANDES-SN.
4. Indicar à CSP-Conlutas que atue junto ao fórum das centrais na construção da greve geral contra a carestia, a fome e a miséria.

5. Reafirmar a posição do ANDES-SN em relação às eleições para reitor(a) como expresso no nosso Caderno 2, Capítulo I Gestão Democrática “1.6.3 Escolha de Dirigentes Defendemos que:

a) o(a) reitor(a) e o(a) vice-reitor(a) sejam escolhido(a)s por meio de eleições diretas e voto secreto, com a participação universal, no mínimo paritária, de todo(a)s o(a)s docentes, estudantes e técnico(a)s administrativo(a)s, encerrando-se o processo eletivo no âmbito da instituição; garantindo a autonomia universitária, preconizada pelo artigo 207 da Constituição Federal”.

6. Que o GTPFS, junto com o GT Verbas, construa um cálculo sobre as perdas históricas salariais a partir do ano 2000.

7. Que o ANDES-SN construa estratégias para garantir a participação de docentes das seções sindicais que atendem aos critérios do art. 41 do Estatuto, nas atividades de formação sindical realizadas pelo sindicato.

IV - AGENDA DE LUTAS DO ANDES-SN

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA

29/01 – Dia da Visibilidade Trans.

07/02 - Dia de lutas dos povos originários.

11/02 – Dia Nacional das Mulheres e Meninas na Ciência.

08/03 - Dia Internacional das Mulheres.

14/03 – Justiça por Marielle Franco.

21/03 - Dia Internacional de Luta pela eliminação da Discriminação racial.

07/04 - Dia Internacional da Saúde.

19/04 - Dia de Resistência dos Povos Originários.

24/04 - Dia Internacional da Libras.

17/05 - Dia internacional de luta contra a LGBTfobia.

28/06 - Dia Internacional do Orgulho LGBT.

23/07 - Dia Nacional do Tradutor e Intérprete de Libras.

25/07 - Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha.

29/08 – Dia da Visibilidade lésbica.

21/09 – Dia Nacional de luta das pessoas com deficiência.

26/09 - Dia Nacional dos Surdos

28/09 – Dia internacional da luta pela legalização do aborto.

17/10 – Dia Nacional de combate ao assédio moral/sexual nas Universidades, IFs e CEFETs.

22/11 – Dia Nacional de combate ao racismo nas Universidades, IFs e CEFETs.
03/12 - Dia Internacional das Pessoas com Deficiência.

RELATÓRIO DO TEMA IV– QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

I – ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO ANDES-SN

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN delibera:

1. Incluir nas Disposições Transitórias do Estatuto o seguinte artigo:

Art. XX O mandato da atual DIRETORIA (gestão 2020/2022) fica prorrogado até o dia da posse da nova diretoria eleita.

2. O Art. 51, do Estatuto do ANDES-SN, passa a ter a seguinte redação:

Art. 51. A eleição da DIRETORIA é realizada no mês de maio dos anos ímpares, e convocada pelo(a) Presidente em exercício, com pelo menos trinta (30) dias de antecedência da data do início do CONGRESSO ordinário que a precede, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 42.

II – PELA REFILIAÇÃO DO ANDES-SN AO DIEESE

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN delibera:

1. Que o ANDES-SN se refilie o DIEESE a partir do estabelecimento de critérios explícitos para o pagamento das contribuições financeiras.

2. Que a Diretoria apresente para o próximo CONAD uma proposta de política de contratação de instituições de assessoria técnica

III – HOMOLOGAÇÕES DE SEÇÕES SINDICAIS: DISSOLUÇÕES, RATIFICAÇÕES, ALTERAÇÕES REGIMENTAIS E REORGANIZAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL.

O 40º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO aprova a dissolução da Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC (SSIND do ANDES-SN na UFSC) aprovada em Assembleia Geral por motivo de decisão judicial exarada pela 1ª Vara da Justiça do Trabalho.

2. Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO ratifica a aprovação do regimento da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (ADUFMS).
3. Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO ratifica a homologação da Seção Sindical dos Docentes das Universidades Estaduais Públicas do Maranhão (SINDUEMA).
4. Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO ratifica a homologação da Seção Sindical do(a)s Docentes da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (SINDUFAPE).
5. Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO ratifica a aprovação da alteração do Regimento por motivo de alteração da razão social que passará de Associação dos Docentes da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (ADFMTM-SSIND) para Associação dos Docentes da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (ADUFTM SSIND).
6. Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO ratifica a aprovação da reorganização e do estatuto da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Sul da Bahia (SINDIUFBS SSIND).
7. Em consonância com o Art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES -SN e de acordo com a documentação apresentada, o 40º CONGRESSO manifesta-se favoravelmente à dissolução da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri/ Campus do Mucuri do ANDES-SN (ADOM SSIND).
8. Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 40º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favoravelmente à aprovação das alterações verificadas no Regimento da Seção Sindical dos Docentes da UNESPAR (SINDUNESPAR), ficando condicionada sua efetivação a posteriori mediante aprovação em Assembleia Geral dos ajustes indicados pela Assessoria Jurídica Nacional nos termos do Estatuto do ANDES-SN.

IV - HOMOLOGAÇÃO DAS RESOLUÇÕES APROVADAS no 8º, 9º, 11º, 12º E 13º CONADS EXTRAORDINÁRIOS

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN:

1. Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO ratifica a aprovação das Resoluções do 8º CONAD Extraordinário do ANDES-Sindicato Nacional, realizado on-line, no período de 30 e 31 de julho de 2020, com o Tema Central: “Prorrogação do Mandato da Diretoria Nacional”.
2. Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO ratifica a aprovação das Resoluções do 9º CONAD Extraordinário do ANDES-Sindicato Nacional, realizado on-line, no período de 28 a 30 de setembro de 2020, com o Tema Central: “A vida acima dos lucros: Em defesa das instituições de ensino, dos serviços públicos e da autonomia sindical!”.
3. Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO ratifica a aprovação das Resoluções do 11º CONAD Extraordinário do ANDES-Sindicato Nacional, realizado on-line, no período de 27 de março e 3 de abril de 2021, com o Tema Central: “Em defesa da vida, dos serviços públicos e da democracia e autonomia do ANDES-SN”.
4. Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO ratifica a aprovação das Resoluções do 12º CONAD Extraordinário do ANDES-Sindicato Nacional, realizado on-line, nos dias 2, 9 e 16 de julho de 2021, com o Tema Central: “Em defesa da vida, da educação pública e dos serviços públicos: resistir é preciso!”.
5. Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO ratifica a aprovação das Resoluções do 13º CONAD Extraordinário do ANDES-Sindicato Nacional, realizado on-line, nos dias 15 e 16 de outubro de 2021, com o Tema Central: Conjuntura e Congresso do ANDES- SN.

V - MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES

O 40º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Autorizar a Diretoria do ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais para a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).
2. Que a diretoria nacional do ANDES-SN realize reunião com a direção da ENFF e com a direção nacional do MST buscando realizar ações conjuntas de unidade de ação.

VI - MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Autorizar a Diretoria do ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais para a Auditoria Cidadã da Dívida.
2. Que as seções sindicais avaliem a possibilidade de contribuição com os núcleos da ACD nos estados.

VII - MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO AO CASARÃO DA LUTA E AO SISTEMA DE FORMAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Autorizar a Diretoria do ANDES-SN a contribuir, por um período de 12 meses, com R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) com o Casarão da Luta e o sistema de formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).
2. Que as seções sindicais apoiem as iniciativas do MTST e de outros movimentos de luta urbana nos estados, construindo resistência e lutas conjuntas.

VIII - FUNDO ÚNICO - FUNDO NACIONAL DE SOLIDARIEDADE, MOBILIZAÇÃO E GREVE DO ANDES-SN

O 40º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a ordenar despesas para garantir o custeio das

atividades de mobilização, campanhas, marchas e eventos definidos pelo 40º Congresso, como centrais na luta do Sindicato, no limite de R\$ 1.100.000,00 da parcela referente à mobilização.

2. Autorizar o 65º CONAD a apreciar e deliberar sobre os custeios de mobilização e de luta para o segundo semestre de 2022.

3. Autorizar as seções sindicais do setor das IEES/IMES em dificuldades financeiras, que entrarem em greve no ano de 2022, a suspender a contribuição para o Fundo Único, enquanto durar o movimento paredista.

4. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a disponibilizar recursos da parcela de mobilização do Fundo Único Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve para ajudar nas ações políticas e organizativas de novas seções sindicais pelo prazo de um ano, a partir de sua homologação, tempo para que consigam viabilizar a autossustentação e a regularização das receitas por meio da contribuição do(a)s sindicalizado(a)s, mantendo-se válidas as demais resoluções pertinentes definidas pelo 58º CONAD.

IX – SEDE DO 41º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

O 40º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. O 41º Congresso do ANDES- SN realizar-se-á na cidade de Rio Branco (AC), sob a organização da Seção Sindical ADUFAC.

RATEIO DO 40º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

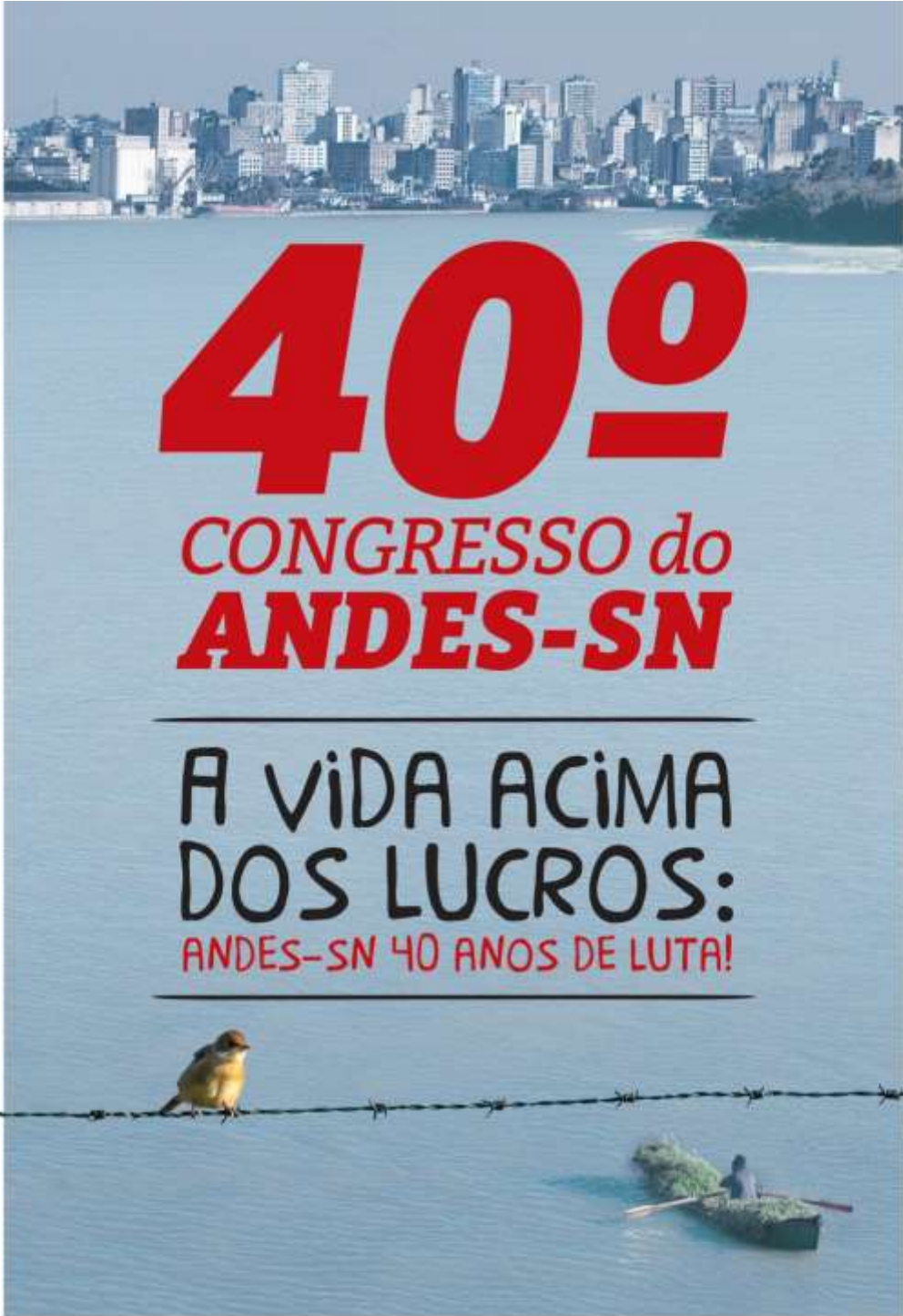
Nº	SSIND	Nº Filiaados	Nº Deleg Permitido	COTA	Taxa Obs	Passagem Aérea/Terres	Pagar Receber (-)
N1	ADUA	984	8	21.952,43	70,00	11.947,20	10.075,23
R2	ADUFAC	422	6	5.967,33	0,00	5.973,60	-6,27
E3	SESUDF-RR	380	5	9.768,83	0,00	7.467,00	2.301,83
4	SIND-UEA	260	4	7.057,12	0,00	5.757,60	1.299,52
5	ADUNIR	254	4	4.156,26	0,00	2.986,80	1.169,46
6	ADUFPA	1.447	9	28.361,74	560,00	13.440,60	15.481,14
N7	SINDUEPA	145	3	4.399,31	0,00	4.480,20	-80,89
R8	SINDUNIFESSPA	126	3	5.612,58	70,00	5.414,04	268,54
E9	SINDUFAP	197	3	6.377,97	210,00	4.857,30	1.730,67
I10	APRUMA	1.047	9	24.049,67	70,00	13.440,60	10.679,07
11	ADCESP	495	6	13.844,74	0,00	8.109,00	5.735,74
12	ADUFPI	2.101	11	38.248,16	350,00	14.866,50	23.731,66
N13	SINDURCA	257	4	8.442,87	140,00	6.833,20	1.749,67
I14	SINDUECE	370	5	11.079,12	70,00	7.029,00	4.120,12
15	ADUFC	2.734	11	45.072,01	0,00	15.460,50	29.611,51
16	ADFURN/ADUERN	1.019	9	19.493,55	0,00	8.636,40	10.857,15
17	ADUFCG	530	7	14.222,04	0,00	9.139,20	5.082,84
N18	ADUFERSA	303	5	10.356,85	0,00	7.897,00	2.459,85
I19	ADUEPB	478	6	12.243,38	0,00	7.616,00	4.627,38
20	ADUFERPE	675	7	17.203,26	0,00	9.594,90	7.608,36
21	SINDUFAPE	59	3	4.890,30	70,00	4.856,67	103,63
22	ADUFPB	2.082	11	38.043,34	210,00	18.470,10	19.783,24
23	ADUNEB	1.087	9	24.480,88	350,00	14.571,90	10.258,98
N24	ADUFS-BA	589	7	16.276,16	140,00	11.895,24	4.520,92
I25	APUR	201	4	7.839,18	0,00	6.792,00	1.047,18
I26	ADUFS	1.299	9	26.766,27	280,00	13.134,60	13.911,67
27	ADUFAL	1.796	10	33.542,11	0,00	13.191,00	20.351,11
28	ADUSB	876	8	20.788,17	490,00	16.684,00	4.594,17
29	ADUSC	563	7	14.577,79	0,00	12.551,92	2.025,87
30	ADFMTM	222	3	3.811,29	0,00	1.627,63	2.183,66
31	ADUFES	1.686	10	32.356,29	910,00	14.793,00	18.473,29
32	ADUFSJ/ADFUNREEI	656	7	12.744,16	0,00	5.753,40	6.990,76
33	ADUFOP	762	8	16.723,04	0,00	8.383,80	8.339,24
34	ADUFU	1.354	9	18.850,64	0,00	4.892,01	13.958,63
35	APES-JF	1.081	9	24.416,19	0,00	12.954,60	11.461,59
P36	ADUFLA	848	8	14.813,96	0,00	5.905,00	8.908,96
N37	ASPUV	835	8	17.510,00	0,00	8.830,20	8.679,80
I38	SINDCEFET-MG	403	6	12.852,96	0,00	7.738,20	5.114,76
39	ADUNB	2.342	11	40.846,18	140,00	14.325,30	26.660,88
40	SESDUFT	261	4	8.485,99	0,00	5.757,60	2.728,39
P41	APUG	152	3	4.474,77	0,00	3.538,80	935,97
N42	ADCAC	196	3	6.367,19	0,00	4.358,64	2.008,55
A43	ADUFMAT	1.656	10	32.032,89	210,00	13.117,60	19.125,29
N44	ADUEMS	433	6	8.922,09	0,00	4.095,30	4.826,79
45	ADUFMS	801	8	17.143,47	0,00	7.302,60	9.840,87
46	ADUNEMAT	525	7	15.586,23	0,00	8.930,32	6.655,91
47	ADUFDOURADOS	280	4	8.690,81	0,00	5.460,40	3.230,41
R48	ADUFMAT-ROO	204	4	3.617,25	0,00	1.904,10	1.713,15
49	ASDUERJ	1.845	10	34.070,34	70,00	12.021,00	22.119,34
50	ADUFRJ	3.437	13	55.486,66	420,00	15.627,30	40.279,36

OBS: ADUFC está participando com 10 (dez) representantes do 40º Congresso do ANDES-SN como CONVIDADO(A). Nesse caso, optaram por participar do RATEIO porque enviaram mais convidados do que tinham direito.
Valor R\$ 29.611,51

PREVISÃO DE DESPESAS 40º CONGRESSO

	ANDES-SN	SSIND DO ANDES-SN NA UFRGS
<i>Especificação</i>	RATEIO	RATEIO
1-PESSOAL		
ANDES-SN (Secretaria, Tesouraria, Imprensa e CPD)		
Passagens Aéreas/ Terrestre	19.354,54	0,00
Hospedagem	18.585,00	0,00
Diárias	14.280,00	0,00
Hora extras	60.000,00	0,00
Subtotal	112.219,54	0,00
2 - IMPRENSA E DIVULGAÇÃO		
Caderno de texto (papel , toner e transporte)	0,00	4.205,00
Arte Cartazes/Banners	2.610,00	5.556,00
Outdoor	0,00	2.200,00
InformANDESS	3.190,00	0,00
Mestre de Cerimonias	0,00	500,00
Repografia	21.322,00	0,00
Subtotal	27.122,00	12.461,00
3 – INFRAESTRUTURA		
Estrutura Física		
Locação espaço salas Predio Branco	0,00	15.765,91
Locação espaço salas da Faced	12.270,00	0,00
Técnico de Informática	15.240,00	0,00
Transportadora	7.280,00	0,00
Internet	7.500,00	0,00
Aluguel Balcão e Armário (Mobiliário)	27.000,00	0,00
Suporte Técnico de Informática	2.170,00	3.870,00
Decoração	0,00	0,00
Tendas/Toldos/Lonas	0,00	0,00
Apresentação Cultural	0,00	7.550,00
Sinalização (expositores)	0,00	0,00
Equipamentos (iluminação/sonorização/projetores/energia)	24.240,00	17.500,00
aluguel Impressoras	350,00	0,00
Aluguel de Notebooks	570,00	0,00
Subtotal	96.620,00	44.685,91
4.Prestação de Serviços		
Suporte Produção Evento	10.000,00	10.000,00
Filmagem	0,00	3.708,00
Assessoria Comunicação	0,00	4.500,00
Serviços Enfermagem/ Ambulância	14.250,00	0,00
Coffe Break	83.870,50	0,00
Aluguel Televisor	510,00	0,00
Aluguel Tabletes (leitura de Crahás)	2.260,00	0,00
Aluguel de Radios	0,00	2.400,00
Aluguel de Totens de tomadas (torre)	0,00	4.100,00
Seguranças e brigadista	11.424,00	0,00
Serviços Monitores	30.000,00	0,00
Espaço de Convivência (Alimentação, Pessoal, Transporte e Material Pedagógico)	10.000,00	2.600,00
Subtotal	162.314,50	27.308,00

5.Material de Consumo		
Material de Escritório e expediente	3.327,67	4.766,50
Material de Informatica	11.969,41	0,00
Material de Limpeza	0,00	1.030,52
Mascaras	1.200,00	0,00
Farmacia	1.209,59	0,00
Subtotal	17.706,67	5.797,02
6.Material distribuido aos delegados e observadores		
Camisas	0,00	19.947,90
Bolsas	11.200,00	
Crachá	1.673,20	
Canetas	0,00	0,00
Subtotal	12.873,20	19.947,90
7.COMISSAO ORGANIZADORA		
Diárias	5.160,00	0,00
Passagens Aéreas	24.233,73	0,00
Hospedagem	9.005,15	0,00
Subtotal	38.398,88	0,00
8.Despesa c/ transporte de um delegado das S.Sindicais c/ menos de 101 filiados.		
SINDUEMA	1.619,91	0,00
ADUFRA	1.777,42	0,00
SINDIFSULDEMINAS	4.879,62	0,00
ADCAJ	2.068,61	0,00
SINDUNESPAR	1.922,30	0,00
Subtotal	10.647,95	0,00
9.Delegados Eleitos Conforme do Art. 41 Inciso 8 paragrafo 5 (via secret.)		
Docentes UFBA/ Diárias	6.480,00	0,00
Docentes UFBA/ Passagens	17.635,79	0,00
Docentes UFBA/ Hospedagens	14.872,00	0,00
Docentes UFG/ Diárias	9.300,00	0,00
Docentes UFG/ Passagens	11.039,11	0,00
Docentes UFG/ Hospedagens	15.048,00	0,00
Docentes UFPE/ Diárias	4.680,00	0,00
Docentes UFPE/ Passagens	12.157,56	0,00
Docentes UFPE/ Hospedagens	7.953,00	0,00
Subtotal	99.165,46	0,00
TOTAL	577.068,20	110.199,83



27.3 a 01.4/2022
PORTO ALEGRE / RS



CADERNO DE TEXTOS

40º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional

Porto Alegre/RS, 27 de março a 1º de abril de 2022

Tema Central: A vida acima dos lucros: ANDES-SN 40 anos de luta!

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

<http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

Gestão 2020/2022

1º Vice-Presidente (Presidente em Exercício): Milton Pinheiro

Secretária-Geral: Maria Regina de Avila Moreira

1º Tesoureiro: Amauri Fragoso de Medeiros

Diretora responsável por Imprensa e Divulgação: Francieli Rebelatto

SUMÁRIO

Apresentação	23
Metodologia de Trabalho	24
Proposta de Cronograma e Pauta do 40º CONGRESSO	25
Proposta de Regimento do 40º CONGRESSO	26
TEMA I – CONJUNTURA E MOVIMENTO DOCENTE	
Texto 1 – Conjuntura e Movimento Docente - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	39
Texto 2 – Fortalecer a CSP-Conlutas e construir um polo socialista e revolucionário como uma alternativa política da classe trabalhadora na luta por um governo socialista dos trabalhadores. - <i>Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Adriano Severo Figueiró (SEDUFMS), Carmem Dickow Cardoso (SEDUFMS), Fabiane Adela Tonetto Costas (SEDUFMS), Gianfábio Pimentel Franco (SEDUFMS), Gihad Mohamad (SEDUFMS), Graziela Lucci de Angelo (SEDUFMS), Hugo Gomes Blois Filho (SEDUFMS), João Carlos Gilli Martins (SEDUFMS), Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS), Luciana Menezes Carvalho (SEDUFMS), Luis Eduardo de Souza Robaina (SEDUFMS), Maristela da Silva Souza (SEDUFMS), Rondon Martim Souza de Castro (SEDUFMS).</i>	48
Texto 3 – Em defesa da vida, para além do capital - <i>Contribuição da(o)s sindicalizada(o)s: Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre Macedo (ADUFPB); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); Antonia Costa Andrade (SINDUFAP); Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCG); Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFPEL); Carlos Costa (ADCESP), Carlos Rinaldo Nogueira Martins (SINDUFAP); Cássio Alves (APUFPR); Celeste Pereira (ADUFPEL); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES); Ceres Torres (ADUFPEL); Claudia March (ADUFF); David Junior de Souza Silva (SINDUFAP); Diana Regina dos Santos Alves Ferreira (SINDUFAP); Elaine da Silva Neves (ADUFPEL); Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE); Eliane Fazolo (ADUR-RJ); Epitácio Macário Moura (SINDUECE); Erlenía Sobral do Vale (SINDUECE); Fabiola Kato (ADUFPA); Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG); Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE); Francisco Santiago (SINDUFAP); Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFS-BA); Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL); Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR); Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP); Janete Brito (ADCESP); José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL); José dos Santos Souza (ADUR-RJ); José Raphael Bokehi (ADUFF); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ); Lorena Moraes (ADCESP); Lúcia Izabel Silva (ADUFPA); Luciano Coutinho (ADUFRJ); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE); Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL); Luiz Paiva Carapeto (ADUFPEL); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ); Maria Angélica da Gama Caral Coutinho (ADUR-RJ); Maria da Conceição Rosa Cabral (ADUFPA); Maria da Conceição dos Santos Costa (ADUFPA); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); Maria Edilene S. Ribeiro (ADUFPA); Maria Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS); Maria Isabel Duarte Rodrigues (ADUFPA); Maria Suely Soares (APUFPR); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Milena Martinez (APUFPR); Olgaíses Maués (ADUFPA); Omar Albomoz (ADCESP); Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP); Raquel Angela Speck (APUFPR); Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPB); Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA); Rosângela Assunção (ADCESP); Rosely Cabral Giordano (ADUFPA); Sandra Alessi (APUFPR); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Sônia Maria Araújo ((ADUFPA); Sônia Regina Teixeira (ADUFPA); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Valdelaine Mendes (ADUFPEL); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA); Vilson Aparecido da Mata (APUFPR); Viviane Narvaes (ADUNIRIO); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA), Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP).</i>	56
Texto 4 – Fora Bolsonaro! Revogar as contrarreformas! Reajuste salarial e recomposição orçamentária! Retorno presencial com segurança! - <i>Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Kátia De Araújo Lima Vallina (ADUA), Marcelo Vallina (ADUA), Valmiene Farias (ADUA), José Humberto Michiles (ADUA) Elciclei Faria Dos Santos (ADUA), Maria Rosária Do Carmo (ADUA), José Alcimar de Oliveira (ADUA), Antonio José Vale da Costa (ADUA), Aldair Oliveira De Andrade (ADUA), Ana Lúcia Gomes (ADUA), Ana Cristina Belarmino De Oliveira (ADUA), Francisco Jacob Paiva Da Silva (ADUA), Lino João De Oliveira Neves (ADUA), Lucas Milhomens (ADUA), Adriane Lima (ADUFPA) José Queiroz</i>	64

Carneiro (Aposentado/ADUFPA), Edivania Santos Alves (ADUFPA), Ailton Lima (ADUFPA), Isis Abel Bezerra (ADUFPA), Edna Campos (Aposentada/ADUFPA), Fátima Moreira (ADUFPA), Dalva de Cássia Sampaio dos Santos (ADUFPA), Walter Chile (ADUFPA), Emerson Monte (SINDUEPA), Diana Lemes (SINDUEPA), João Colares (SINDUEPA), Sueli Pinheiro (SINDUEPA), Zaira Fonseca (SINDUEPA), Micael Carvalho dos Santos (APRUMA), Saulo Barros da Costa (APRUMA), Antonio Gonçalves Filho (APRUMA), Silvana Martins Araújo (APRUMA), Cacilda Rodrigues Cavalcanti (APRUMA), Maria da Glória Serra Pinto de Alencar (APRUMA), Ilse Gomes Silva (APRUMA), Bartolomeu Rodrigues Mendonça (APRUMA), Luiz Eduardo Neves dos Santos (APRUMA), Diana Costa Diniz (APRUMA), Célia Soares Martins (APRUMA), Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior (APRUMA), Lila Cristina Xavier Luz (ADUFPI), Francisca Maria Cosme De Carvalho (ADUFPI), Francisco Williams De Assis Soares Gonçalves (ADUFPI), Marta Maria Azevedo Queiroz (ADUFPI), André Lima Sousa (SINDUECE), José Ernandi Mendes (SINDUECE), Lena Lúcia Espíndola Rodrigues Figueredo (SINDUECE), Lúcia Helena de Brito (SINDUECE), Nilson de Souza Cardoso (SINDUECE), Pedro Wilson Oliveira da Costa Júnior (SINDUECE), Raquel Dias Araújo (SINDUECE), Sandra Maria Gadelha de Carvalho (SINDUECE), Virgínia Márcia Assunção Viana (SINDUECE), Antonio Gautier Farias Falconieri (ADUERN), Flávia Spinelli Braga (ADUERN), Lemuel Rodrigues da Silva (ADUERN), Mauriene Silva de Freitas (ADUEPB), Nelson Junior (ADUEPB), Marcio Bernardino da Silva (ADUFPB), Leônidas de Santana Marques (ADUFAL), Suzana Maria Barrios Luís (ADUFAL), Tiago leandro da cruz Neto (ADUFAL), Suzana Santos Libardi (ADUFAL), Maria Betânia Gomes da Silva (ADUFAL), Fernando Medeiros (ADUFAL), Flávio Domingos (ADUFAL), Lucas Gama Lima (ADUFAL), Neila Reis (ADUFAL), Otávio Cabral (ADUFAL), Aruã Silva de Lima (ADUFAL), Osvaldo Maciel (ADUFAL), Marcos Antônio da Silva Pedroso (ADUFS), Saulo Henrique Souza Silva (ADUFS), Benedito Carlos Caires Libório Araújo (ADUFS), Abraão Penha (ADUNEB), Camila Oliver (ADUNEB), Caroline Lima (ADUNEB), Jamile Silveira (ADUNEB), Célia Santana (ADUNEB), Celso Silva (ADUNEB), Francisco Cancela (ADUNEB), Carmen Sá (ADUNEB), Tadeu Belo (ADUNEB), Mirian Brito (ADUNEB), Nildo Mascarenhas (ADUNEB), Nora Oliveira (ADUNEB), Alexandre Galvão (ADUSB), Suzane Tosta (ADUSB), Iracema Lima (ADUSB), Jânio Roberto Diniz dos Santos (ADUSB), Paulo Araquem Ramos Cairo (ADUSB), Sérgio Luiz Carmelo Barroso (ADUSB), Edilson Ferreira Batista (ADUSB), Andréa Gomes da Silva (ADUSB), Patricia Araujo de Abreu Cara (ADUSB), Aroldo Félix de Azevedo Júnior (APUR), Erlando Rêses (ADUNB), Thiago Melo (ADUNB), Lúcia Lopes (ADUNB), Muna Muhammad Odeh (ADUNB), Sadi Dal Rosso (ADUNB), Taise Negreiros (ADUNB), Edson Marcelo Hungaro (ADUNB), Pedro Costa (ADUNB), Carlos Lima (ADUNB), Mauricio Alves da Silva (SESDUFT), Luiz Augusto Mazarolo (SESDUFT), Gilberto Correia da Silva (APUG), Joel Moisés Silva Pinho (APUG), Paulo Henrique Costa Mattos (APUG), Flávio Sofiat (ADUFG), Alcides Pontes Remijo (ADUFG), Fabiana Itaci Araujo (ADUFG), Gardenia Furtado Lemos (ADUFG), Livia Gomes dos Santos (ADUFG), Gene Lyra (ADUFG), Jacqueline Rodrigues de Lima (ADUFG), Henrique Lemos (ADUFG), Fernando Lacerda (ADUFG), André Felipe Soares de Arruda (ADCAJ), Michele Silva Sacardo (ADCAJ), Silvia Sobral Costa (ADCAJ), Helga Martins de Paula (ADCAJ), Carla Benitez Martins (ADCAJ), Leonardo Santos (ADUFMAT), Paula Gonçalves Alves (ADUFMAT), Haya del Bel (ADUFMAT), Maelison Silva (ADUFMAT), Breno Santos (ADUFMAT), Bruno Souza Bechara Maxta (APUBH), Deise Luiza Ferraz (APUBH), Tarcila Mantovan Atolini (ADUFVJM), Anielli Fabiula Gavioli Lemes (ADUFVJM) e Aline Faé Stocco (ADUFVJM), Rubens Luiz Rodrigues (APES), Marina Barbosa Pinto (APES), Lorene Figueiredo (APES), Augusto Cerqueira (APES) Leonardo Andrada (APES), Clarissa Rodrigues (ADUFOP), Kathiúça Bertollo (ADUFOP), Rodrigo Fernandes Ribeiro (ADUFOP), Rodrigo Nogueira (ADUFOP), Bernardete Gomes Mian (ADUFES), José Antônio da Rocha Pinto (ADUFES), Leonardo de Resende Dutra (ADUFES), Ricardo Roberto Behr (ADUFES), Eblin Farage (ADUFF), Arley Costa (ADUFF), Sonia Lucio R de Lima (ADUFF), João Claudino Tavares (ADUFF), Kate Lane (ADUFF), Victor Leonardo Figueiredo Carvalho de Araújo (ADUFF), Carlos Augusto Aguilar Júnior (ADUFF), Susana Maria Maia (ADUFF), Ana Claudia Cruz da Silva (ADUFF), Marina Tedesco (ADUFF), Wanderson Melo (ADUFF), Ramiro M. Dulcich (ADUFF), Edson Teixeira (ADUFF), Jaqueline Botelho (ADUFF), Douglas Barbosa (ADUFF), Felipe Brito (ADUFF), Antoniana Defilippo (ADUFF), Ana Livia Adriano (ADUFF), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (ADUFF), Bianca Novaes de Mello (ADUFF), Juarez Duayer (ADUFF), Maria Raquel Garcia (ADUENF), Luciane Silva (ADUENF), Carlos Carvalho (ADUENF), Ricardo Nobrega (ADUENF), Claudia Lino Piccinini (ADUFRJ), Cleusa Santos (ADUFRJ), Cristina Miranda (ADUFRJ), Filipe Boechat (ADUFRJ), José Miguel Bendrao Saldanha (ADUFRJ), Luciana Boiteux (ADUFRJ), Luis Eduardo Acosta (ADUFRJ), Marcos Klemz Guerrero (ADUFRJ), Mariana Trotta (ADUFRJ), Roberto Leher (ADUFRJ), Rogéria de Ipanema (ADUFRJ), Simone de Alencastre Rodrigues (ADUFRJ), Thais Motta (ADUFRJ), Renata Flores (ADUFRJ), Eunice Bomfim Rocha (ADUFRJ), Dan Gabriel D'Onofre (ADUR RJ), Altemir José Borges (SINDUTF-PR), Hilbeth Azikri (SINDUTF-PR), Silvana Heidemann Rocha (SINDUTF-PR), André Rosa

<p><i>Martins (SINDOIF), Milena Silvester Quadros (SINDOIF), Cleiton Luís Freitas de Oliveira, (SINDOIF), Guilherme Dornelas Câmara (UFRGS-SSind).</i></p>	
<p>Texto 5 – Derrotar o bolsonarismo e resgatar o ANDES-SN – autônomo, classista e combativo - <i>Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Adriano Vitti Mota (ADUFR); Albany Mendonça (APUR); Aloísio Soares Ferreira (ASPUV); Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCefet/MG); Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV); Angelica Lovatto (ADUNESP); Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU); Antônio Luís de Andrade – Tato (ADUNESP); Antônio José Mahyé Nunes (ADURRJ-); Bráulio Silva Chaves (SINDCefet/MG); Célia Regina Otranto (ADURRJ); Cícera Vanessa Maia (SINDCefet/MG); Claudete Sales Sampaio (ADUFS); Dayse Iara dos Santos (ADUNESP); Dileno Dustan (APES/JF); Fábila Barboza Heluy Caram (SINDCefet/MG); Fábio Kazuo Ocada (ADUNESP); Fernando Ramalho Martins (ADUNESP); Francisco Carlos Duarte Vitória (ADUFPel); Gabriel Munhoz Palafox (ADUFU); Igor Mota Morici (SINDCefet/MG.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ); João da Costa Chaves Júnior (ADUNESP); José Domingues Godoi Filho (ADUFMAT); Juliana Barbosa de Segadas Vianna (ADURRJ); Lúcia Emília Letro Ribeiro (SINDCefet/MG); Luciano da Silva Alonso (ADURRJ); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADURRJ); Márcio Pereira da Silva (ADUNESP); Maria das Graças Soares Floresta (ASPUV); Marisol Valencia (ADURRJ); Milney Chasin (SINDCefet/MG.); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP); Monica Pirozi (ASPUV); Oneize Amoras de Araújo (ADUFS); Samuel França Alves (SINDCefet/MG); Sueli Guadalupe de Lima (ADUNESP); Zenilde Moreira (ADUFERPE).</i></p>	74
<p>Texto 6 – Crise econômica e pandêmica: capitalismo descarrega sua crise sobre as costas dos trabalhadores e as direções sindicais e políticas colaboram com capitalistas e governos - <i>Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), André Moreira Bordinhon (ADUA), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Elis Regina Fernandes Alves (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando Cesar Paulino Pereira (ADCAC), Lorena Ferreira Portes (SINDIPROL/ADUEL), Lourival Felix (SESDUEM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE), Valdir Anhuchi (SINDIPROL/ADUEL) e Viviane Vidal da Silva (ADUA).</i></p>	79
<p>Texto 7 - Crise estrutural do capitalismo: sim ou ainda não? Bolsonaro: destruição em curso das conquistas da classe trabalhadora no pano de fundo das eleições de 2022? - <i>Contribuição da Assembleia da ADUSC</i></p>	85
<p>Texto 8 – Contra a barbárie do capital, avançar na luta além da conjuntura e com um programa socialista - <i>Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Aderaldo Alexandrino de Freitas (ADUFERPE), Alyne Sousa (SINDIFPI), Antonio Rodrigues Belon (ADUFMS), Argus Vasconcelos de Almeida (ADUFERPE) Catarina Malcher Teixeira (APRUMA), Claudia Alves Durans (APRUMA), Franci Gomes Cardoso (APRUMA), Gelta Xavier (ADUFF), Geraldo Carvalho (ADUFPI), Gihad Mohamad (SEDUFMS), Graziela Lucci de Angelo (SEDUFMS), Helio Cabral Lima (ADUFERPE) Hélvio Mariano (ADUNICENTRO), Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT), João Carlos Gilli Martins (SEDUFMS), José Vitório Zago (ADUNICAMP), Julio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS), Leonardo Dourado de Azevedo Neto (ADUA- SS), Levy Paes Barreto (ADUFERPE), Marcelo Barreto Cavalcanti (ADUFEPE), Maria Daniela Macedo (ADUFRJ), Maristela da Silva Souza (SEDUFMS), Raimundo Sérgio Farias Junior (SINDUEPA), Roberto Santos Ramos (APRUMA), Romildo de Castro Araujo (ADUFPI), Rosana Mendes Éleres de Figueiredo (APRUMA), Rosenverck Estrela Santos (APRUMA), Sandra Moreira (ADUFPA), Saulo Costa Arcangeli (SINDUEMA), Suly Rose Pereira Pinheiro (APRUMA), Tamara Cardoso André (ADUNIOESTE), Tarcisio Luiz Pereira (ADUFMS), Vilemar Gomes da Silva (APRUMA), Vitor Wagner Neto de Oliveira (ADUFMS), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Wanderley Padilha (SINDUNIFESSPA), Welbson do Vale Madeira (APRUMA).</i></p>	89
<p>Texto 9 – 100 Anos de luta anticapitalista! Viva a classe operária internacional! Fora Bolsonaro/Mourão! Lutar pelo poder popular e a universidade popular! - <i>Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Alcides Pontes Remijo (ADUFG), Alexandre Barba (ADUFF), Aline Faé Stocco (ADUFVJM), Ana Clara Magalhães (ADUFAL), Ana Cristina Albuquerque (SINDIPROL/ADUEL), Ana Karen de Oliveira Souza (ADUFS-BA), Anderson Deo (ADUNESP), André Rosa Martins (SINDOIF-RS), Anielli Fabiula Gavioli Lemes (ADUFVJM), Antônio Rosevaldo Ferreira da Silva (ADUFSBA), Atenágoras Oliveira Duarte (ADUFPE), Benedito Carlos Libório Caries (ADUFS), Bianca Novaes de Mello (ADUFF), Breno Ricardo Guimarães Santos (ADUFMAT), Bruno Pizzi (ADUFDourados), Bruno Souza Bechara Maxta (APUBH), Caio Martins (ADUFRJ), Camila Leite Oliver (ADUNEB), Carla Daniel Sartor (ADUNIRIO),</i></p>	95

<p><i>Carlos Augusto Aguilar Júnior (ADUFF), Célia Regina da Silva (ADUEMG), César Maranhão (ADUFRJ), Cláudia Lúcia da Costa (ADCAC), Cleide de Lima Chaves (ADUSB), Cleusa Santos (ADUFRJ), Cristiano Ferraz (ADUSB), David Albuquerque de Menezes (SINDUECE), Douglas Ribeiro Barboza (ADUFF), Edson Marcelo Hungaro (ADUnB), Eduardo Chemas Hindi (SINDUTF-PR), Eduardo Serra (ADUFRJ), Elizabeth Sara Lewis (ADUNIRIO), Elza Peixoto (APUB-UFBA), Fabio Bezerra (SINDCEFET-MG), Fernando Leitão Rocha Junior (ADOM), Fernando Medeiros (ADUFAL), Fernando Santos (ADCAJ), Filipe Boechat (ADUFRJ), Giovanni Felipe Ernst Frizzo (ADUFPEL), Guilherme Dornelas Camera (Seção Sindical do Andes-SN no UFRGS), Gustavo Miranda (APROFURG), Helga Maria Martins de Paula (ADCAJ), Herli de Menezes (ADUFRJ), Hilbeth Parente Azikri de Deus (SINDUTF-PR), Hilusca Alves Leite (SESDUEM), Hugo Leonardo Fonseca da Silva (ADUFG), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (ADUFF), Ivna Nunes (ADUFMAT), Jaqueline Botelho (ADUFF), Jamesson Buarque de Souza (ADUFG), Jaqueline Botelho (ADUFF), Jefferson Rodrigues Barbosa (ADUNESP), José Alex Soares Santos (SINDUECE), Juliana Bohnen Guimarães (ADUEMG), Juliana Larsen (Sesunila), Júlio César Pereira Monerat (APES), Kate Lane Costa de Paiva (ADUFF), Kathiúça Bertollo (ADUFOP), Lara Carlette Thiengo (ADUFVJM), Larissa Figueiredo Salmen Seixlack Bulhões (ADUFLA), Leandro Cristino Pereira (SINDCEFET), Leandro Rocha (ADUEG), Leonardo Santos (ADUFMT), Leonardo Segura Moraes (ADUFU), Leonardo Silva Andrada (APES), Leônidas de Santana Marques (ADUFAL), Lucas Gama Lima (ADUFAL), Luis Eduardo Acosta (ADUFRJ), Manoel Estébio Cavalcante da Cunha (ADUFAC), Marcelo “Russo” Ferreira (ADUFPA), Marcelo Hungaro (ADUnB), Márcia Lemos (ADUSB), Márcio Magalhães da Silva (ADUFLA), Marcos Antonio da Silva Pedroso (ADUFS), Marcos Botelho (ADUFRJ), Matheus Kuchenbecker (ADUFVJM), Mauricio Silva (SESDUFT), Mauro Iasi (ADUFRJ), Michael Melo Bocádio (SINDUECE), Moisés Lobão (ADUFAC), Osvaldo Maciel (ADUFAL), Otávio Cabral (ADUFAL), Pablo Bielschowsky (ADUR-RJ), Pablo Lima (APUBH), Paula Pereira Gonçalves Alves (Adufmat), Paulo Roberto Felix dos Santos (ADUFS), Qelli Viviane Dias Rocha (ADUFMAT), Rafael Vieira Teixeira (ADUFES), Renato Domingues Fialho Martins (ADCEFET-RJ), Ricardo Silvestre (ADOM), Roberto Silva de Oliveira (ADUSB), Robson Pereira Calça (ADUFF), Rodrigo Bichoff (SESDUEM), Rodrigo Castelo (ADUNIRIO), Rogério Giuliano Gimenez (SESUNILA), Rosalve Lucas Marcelino (ADUSB), Rubens Ragone (APESJF), Saulo Henrique Souza Silva (ADUFS), Sócrates Oliveira Menezes (ADUSB), Sofia Manzano (ADUSB), Tarcila Mantovan Atolini (ADUFVJM), Thiago Fanelli Ferraiol (SESDUEM), Victor Neves de Souza (ADUFES), Vinícius Correia Santos (ADUSB), Walcyr de Oliveira Barros (ADUFRJ), Wellington Augusto Silva (ADUR-RJ), Wladimir Nunes Pinheiro (ADUFPB).</i></p>	
<p>Texto 10 – Voltar a Marx e ao socialismo revolucionário para sair da barbárie capitalista - <i>Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Ana Maria Alvarenga (ADUSC), Fabíola Xavier Leal (ADUFES), Gisele Cardoso Costa (ADUA), Juliana Melim (ADUFES), Lygia Viegas (APUB), Mônica Vermes (ADUFES), Raphael Furtado (ADUFES)</i></p>	104
<p>Texto 11 – Nas ruas e nas urnas contra Bolsonaro e em defesa da educação pública! - <i>Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Adolfo Neto (ADUFPA); André Kaysel (ADUNICAMP); Áurea Augusta (ADUFPB); Carol Feldenheimer (ASDUERJ); Cristiano Ruiz Engelke (APROFURG); Edson Miagusko (ADUR-RJ); Luiz Araujo (ADUNB); Maíra Kubik (APUB/UFBA); Monica Loyola Stival (ADUFSCAR); Rodrigo Pereira (APUB/UFBA)</i></p>	112
<p>Texto 12 – A centralidade como instrumento de luta - <i>Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Adriana Machado Penna (ADUFF); Agatha Justen (ADUFF); Airton Paula Souza (ADUFS-SE); Alair Silveira (ADUFMAT); Beatriz Tupinambá Freitas (ADUFS-SE); Catharina Marinho Meirelles (ADUFF); Cláudio Gurgel (ADUFF); Elizandra Garcia da Silva (ADUFF); Elyson Carvalho (ADUFS-SE); Jacira Maria Machado de Oliveira (ADUFF); Jairo Paes Selles (ADUFF); José Jailton Marques (ADUFS-SE); Júlio Figueiredo (ADUFF); Lucas Pacheco Campos (UFJF / Apes); Marcelo Massayoshi Ueki (ADUFS-SE); Marluce Souza e Silva (ADUFMAT); Máuri de Carvalho (UFES); Olinto Silveira Alves Filho (ADUFS-SE); Onice Teresinha Dall'Oglio (ADUFMAT); Paulo Antonio Cresciulo de Almeida (ADUFF); Waldyr Lins de Castro (UFF); Wilma Pessôa (ADUFF).</i></p>	114
<p>Texto 13 – Unidade para derrotar o neofascismo e avançar na defesa dos direitos sociais e dos serviços públicos! - <i>Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Abraão Felix da Penha (ADUNEB); Aruã Silva de Lima (ADUFAL); Clarissa Rodrigues (ADUFOP); Daniel Rodrigues (ADUFEPE); Elaine Rossetti Behring (ASDUERJ); Gilberto Calil (ADUNIOESTE); Giselle Souza (ADUNIRIO); Gláucia Lelis Alves (ADUFRJ); Gustavo França Gomes (ADUFF); Gisvaldo Oliveira da Silva (ADCESP); Jorgetânia da Silva Ferreira (ADUFU); José dos Santos Rodrigues (ADUFF); José Luciano Queiroz Aires (ADUFCEG);</i></p>	121

<p><i>Juary Chagas (ADUFPB); Kenia Miranda (ADUFF); Lorene Figueiredo (APESJF); Lia Rocha (ASDUERJ); Luiz Eduardo Neves dos Santos (APRUMA); Marcela Soares (ADUFF); Marcelo Badaró Mattos (ADUFF); Micael Carvalho dos Santos (APRUMA); Petronildo Bezerra da Silva (ADUFEPE); Raquel Dias Araújo (SINDUECE); Regis Argüelles da Costa (ADUFF); Reginaldo Costa (ADUFF); Renato Saldanha (ADUFEPE); Sara Granemann (ADUFRJ); Sonia Lúcio Rodrigues de Lima (ADUFF); Thiago Barreto Maciel (APESJF); Zózina Maria Rocha de Almeida (ADUNEB).</i></p>	
<p>Texto 14 – Na crise sem precedentes, que lugar o ANDES-SN deve ocupar? - <i>Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: da diretoria da ADUFAL, Amália Catharina Santos Cruz (ADUneb), Ana Maria Dantas Soares (ADUR), Andrea Carmo Sampaio (ADUR), Ariuska Karla Barbosa Amorim(ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFMS), Beatriz Wey (ADUR), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFMS), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza(ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (ADUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (ADUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (ADUSP), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (ADUR), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (ADUR), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geversson Grzeszczyszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota(ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (ADUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFMS), Leni Hack (ADUnemat), Lenucia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (ADUR), Liane de Souza Weber (SEDUFMS), Liliane Maria Macedo Machado (ADUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (ADUR), Lucilia Augusta Lino (ADURE ASDUERJ), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (ADUR), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFMS), Marina Cordeiro (ADUR), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (ADUR), Naira Souza Moura (ADUneb), Neila Baldi (SEDUFMS), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (ADUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUneb), Patrícia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (ADUR), Pedro Claesen Dutra Silva (SINDUECE), Regina Cohen Barros (ADUR), Rogério Anez (ADUnemat), Ronalda Barreto Silva (ADUneb), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFMS), Thiago Dias Trindade (ADUR), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves(ADUPE).</i></p>	126
TEMA II – PLANOS DE LUTAS DOS SETORES	
<p>Texto 15 – Plano de lutas do setor das IEES/IMES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i></p>	134
<p>Texto 16 – Plano de lutas do setor das IFES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i></p>	143
<p>Texto 17 – Defesa da categoria, dos direitos e das condições de trabalho - <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre Macedo (ADUFPB); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); Antonia Costa Andrade (SINDUFAP); Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCEG); Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFPEL); Carlos Costa (ADCESP), Carlos Rinaldo Nogueira Martins (SINDUFAP); Cássio Alves (APUFPR); Celeste Pereira (ADUFPEL); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES); Ceres Torres (ADUFPEL); Claudia March (ADUFF); David Junior de Souza Silva (SINDUFAP); Diana Regina dos Santos Alves Ferreira</i></p>	154

<p>(SINDUFAP); Elaine da Silva Neves (ADUFPEL); Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE); Eliane Fazolo (ADUR-RJ); Epitácio Macário Moura (SINDUECE); Erlenias Sobral do Vale (SINDUECE); Fabiola Kato (ADUFPA); Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG); Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE); Francisco Santiago (SINDUFAP); Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFS-BA); Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL); Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR); Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP); Janete Brito (ADCESP); José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL); José dos Santos Souza (ADUR-RJ); José Raphael Bokehi (ADUFF); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ); Lorena Moraes (ADCESP); Lúcia Izabel Silva (ADUFPA); Luciano Coutinho (ADUFRJ); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE); Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL); Luiz Paiva Carapeto (ADUFPEL); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ); Maria Angélica da Gama Caral Coutinho (ADUR-RJ); Maria da Conceição Rosa Cabral (ADUFPA); Maria da Conceição dos Santos Costa (ADUFPA); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); Maria Edilene S. Ribeiro (ADUFPA); Maria Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS); Maria Isabel Duarte Rodrigues (ADUFPA); Maria Suely Soares (APUFPR); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Milena Martinez (APUFPR); Olgaíses Maués (ADUFPA); Omar Albomoz (ADCESP); Paulo Marcelo Cambráia da Costa (SINDUFAP); Raquel Angela Speck (APUFPR); Rhobera Santana de Araújo (ADUFPB); Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA); Rosângela Assunção (ADCESP); Rosely Cabral Giordano (ADUFPA); Sandra Alessi (APUFPR); Savana Diniz (APUBH); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Sônia Maria Araújo (ADUFPA); Sônia Regina Teixeira (ADUFPA); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Valdelaine Mendes (ADUFPEL); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA); Vilson Aparecido da Mata (APUFPR); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA), Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP).</p>	
<p>Texto 18 – Intensificar a luta para pôr fim às intervenções do governo Bolsonaro nas IFES - <i>Contribuição de: Assembleia Geral da ADUFPB, realizada em 9 de fevereiro de 2022, Diretoria da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, Diretoria da ADUFPEL SSind, Diretoria da ADUFC Sindicato, Diretoria da Associação dos Docentes da UFES (ADUFES), Diretoria da APUR- Associação dos Professores Universitários do Recôncavo, Diretoria da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal da Fronteira Sul (SINDUFFS), Diretoria da ADUFVJM - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diretoria da ADUFERSA – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Semi-Árido, Diretoria da ADUR-RJ S.Sind, Agenor Pina da Silva (ADUNIFEI), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Marcelo Chuei Matsudo (ADUNIFEI), Nelson Manzaneres Filho (ADUNIFEI).</i></p>	161
<p>Texto 19 – Condições sanitárias e estruturais como garantias para retorno presencial - <i>Contribuição dos sindicalizado(a)s: Antônio Gautier Farias Falconieri (ADUERN-SSind), Flávia Spinelli Braga (ADUERN-SSind), Lemuel Rodrigues da Silva (ADUERN-SSind), Marcelo Vieira Magalhães (ADUERN-SSind) Marcilio Lima Falcão (ADUERN-SSind), Rosimeiry Florêncio de Queiróz Rodrigues (ADUERN-SSind).</i></p>	163
<p>Texto 20 – Condições sanitárias para o retorno seguro das atividades presenciais nas universidades, nos Institutos Federais e nos CEFET - <i>Contribuição dos professore(a)s: Kátia De Araújo Lima Vallina (ADUA), Marcelo Vallina (ADUA), Valmiene Farias (ADUA), José Humberto Michiles (ADUA) Elciclei Faria Dos Santos (ADUA), Maria Rosária Do Carmo (ADUA), José Alcimar de Oliveira (ADUA), Antonio José Vale da Costa (ADUA), Aldair Oliveira De Andrade (ADUA), Ana Lúcia Gomes (ADUA), Ana Cristina Belarmino De Oliveira (ADUA), Francisco Jacob Paiva Da Silva (ADUA), Lino João De Oliveira Neves (ADUA), Lucas Milhomens (ADUA), Mauricio Alves da Silva (SESDUFT), Luiz Augusto Mazzarolo (SESDUFT), Abraão Penha (ADUNEB), Camila Oliver (ADUNEB), Caroline Lima (ADUNEB), Jamile Silveira (ADUNEB), Célia Santana (ADUNEB), Celso Silva (ADUNEB), Francisco Cancela (ADUNEB), Carmen Sá (ADUNEB), Tadeu Belo (ADUNEB), Mirian Brito (ADUNEB), Nildo Mascarenhas (ADUNEB), Nora Oliveira (ADUNEB), André Lima Sousa (SINDUECE), José Ernandi Mendes (SINDUECE), Lena Lúcia Espíndola Rodrigues Figueredo (SINDUECE), Lúcia Helena de Brito (SINDUECE), Nilson de Souza Cardoso (SINDUECE), Pedro Wilson Oliveira da Costa Júnior (SINDUECE), Raquel Dias Araújo (SINDUECE), Sandra Maria Gadelha de Carvalho (SINDUECE), Virgínia Márcia Assunção Viana (SINDUECE), Antonio Gonçalves Filho (APRUMA), Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior (APRUMA), Cacilda Rodrigues Cavalcanti (APRUMA), Ilse Gomes Silva (APRUMA), Maria da Glória Serra Pinto de Alencar (APRUMA), Bartolomeu Rodrigues Mendonça (APRUMA), Saulo Barros da Costa (APRUMA), Luiz Eduardo Neves dos Santos (APRUMA), Diana Costa Diniz (APRUMA), Célia Soares Martins (APRUMA), Micael Carvalho dos Santos (APRUMA),</i></p>	166

<p>André Felipe Soares de Arruda (ADCAJ), Michele Silva Sacardo (ADCAJ), Silvia Sobral Costa (ADCAJ) e Helga Martins de Paula (ADCAJ), Carla Benitez Martins (ADCAJ), Alexandre Galvão (ADUSB), Suzane Tosta (ADUSB), Iracema Lima (ADUSB), Jânio Roberto Diniz dos Santos (ADUSB), Paulo Araquem Ramos Cairo (ADUSB), Sérgio Luiz Carmelo Barroso (ADUSB), Edilson Ferreira Batista (ADUSB), Andréa Gomes da Silva (ADUSB), Patricia Araujo de Abreu Cara (ADUSB), Antonio Gautier Farias Falconieri (ADUERN-SSind), Flávia Spinelli Braga (ADUERN-SSind), Lemuel Rodrigues da Silva (ADUERN-SSind), Bruno Souza Bechara Maxta (APUBH), Deise Luiza Ferraz (APUBH), Elisabete Búrigo (UFRGS-SSind), Guilherme Dornelas Câmara (UFRGS-SSind), Robert Ponge e Sueli Goulart (UFRGS-SSind), Marcos Antônio da Silva Pedroso (ADUFS), Saulo Henrique Souza Silva (ADUFS), Benedito Carlos Caires Libório Araújo (ADUFS), Daniel de Campos Antiquera (ADUFPB), Marcio Bernardino da Silva (ADUFPB), Maria Raquel Garcia (ADUENF), Luciane Silva (ADUENF), Carlos Carvalho (ADUENF), Ricardo Nobrega (ADUENF), Andréia Moassab (SESUNILA), Patrícia Mecchi (SESUNILA), Eblin Farage (ADUFF), Arley Costa (ADUFF), Sonia Lucio R de Lima (ADUFF), João Claudino Tavares (ADUFF), Kate Lane (ADUFF), Victor Leonardo Figueiredo Carvalho de Araújo (ADUFF), Carlos Augusto Aguilar Júnior (ADUFF), Susana Maria Maia (ADUFF), Ana Claudia Cruz da Silva (ADUFF), Marina Tedesco (ADUFF), Wanderson Melo (ADUFF), Ramiro M. Dulcich (ADUFF), Edson Teixeira (ADUFF), Jaqueline Botelho (ADUFF), Douglas Barbosa (ADUFF), Felipe Brito (ADUFF), Antoniana Defilippo (ADUFF), Ana Livia Adriano (ADUFF), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (ADUFF), Bianca Novaes de Mello (ADUFF), Juarez Duayer (ADUFF), Tarcila Mantovan Atolini (ADUFVJM), Anielli Fabiula Gavioli Lemes (ADUFVJM) e Aline Faé Stocco (ADUFVJM), Clarissa Rodrigues (ADUFOP), Kathiúça Bertollo (ADUFOP), Rodrigo Fernandes Ribeiro (ADUFOP), Rodrigo Nogueira (ADUFOP), Altemir José Borges (SINDUTF-PR), Hilbeth Azikri (SINDUTF-PR), Silvana Heidemann Rocha (SINDUTF-PR), Dan Gabriel D'Onofre (ADUR- RJ), Leônidas de Santana Marques (ADUFAL), Suzana Maria Barrios Luís (ADUFAL), Tiago leandro da cruz Neto (ADUFAL), Suzana Santos Libardi (ADUFAL), Maria Betânia Gomes da Silva (ADUFAL), Fernando Medeiros (ADUFAL), Flávio Domingos (ADUFAL), Lucas Gama Lima (ADUFAL), Neila Reis (ADUFAL), Otávio Cabral (ADUFAL), Aruã Silva de Lima (ADUFAL), Osvaldo Maciel (ADUFAL), André Rosa Martins (SINDOIF), Milena Silvester Quadros (SINDOIF), Cleiton Luís Freitas de Oliveira, (SINDOIF), Aroldo Félix de Azevedo Júnior (APUR), Rubens Luiz Rodrigues (APESJF), Marina Barbosa Pinto (APESJF), Lorene Figueiredo (APESJF), Adriane Lima (ADUFPA) José Queiroz Carneiro (Aposentado/ADUFPA), Edivania Santos Alves (ADUFPA), Ailton Lima (ADUFPA), Isis Abel Bezerra (ADUFPA), Edna Campos (Aposentada/ADUFPA), Fátima Moreira (ADUFPA), Dalva de Cássia Sampaio dos Santos (ADUFPA), Walter Chile (ADUFPA), Erlando Rêses (ADUnB), Lúcia Lopes (ADUnB), Graciela Doz (ADUnB), Sadi Dal Rosso (ADUnB), Pedro Costa (ADUnB), Edson Marcelo Húngaro (ADUnB), Taise Negreiros (ADUnB), Thiago Melo (ADUnB), Carlos Lima (ADUnB), Muna Muhammad Odeh (ADUnB), Bernardete Gomes Mian (ADUFES), José Antônio da Rocha Pinto (ADUFES), Leonardo de Resende Dutra (ADUFES), Ricardo Roberto Behr (ADUFES), Claudia Lino Piccinini (ADUFRJ), Cleusa Santos (ADUFRJ), Cristina Miranda (ADUFRJ), Filipe Boechat (ADUFRJ), José Miguel Bendrao Saldanha (ADUFRJ), Luciana Boiteux (ADUFRJ), Luis Eduardo Acosta (ADUFRJ), Marcos Klemz Guerrero (ADUFRJ), Mariana Trotta (ADUFRJ), Roberto Leher (ADUFRJ), Rogéria de Ipanema (ADUFRJ), Simone de Alencastre Rodrigues (ADUFRJ), Thais Motta (ADUFRJ), Renata Flores (ADUFRJ), Eunice Bomfim Rocha (ADUFRJ), Leonardo Santos (ADUFMAT), Paula Gonçalves Alves (ADUFMAT), Haya del Bel (ADUFMAT), Maelison Silva (ADUFMAT), Breno Santos (ADUFMAT), Lila Cristina Xavier Luz (ADUFPI), Francisca Maria Cosme De Carvalho (ADUFPI), Francisco Williams De Assis Soares Gonçalves (ADUFPI), Marta Maria Azevedo Queiroz (ADUFPI), Emerson Monte (SINDUEPA), Diana Lemes (SINDUEPA), João Colares (SINDUEPA), Sueli Pinheiro (SINDUEPA), Zaira Fonseca (SINDUEPA), Flávio Sofiat (ADUFG), Alcides Pontes Remijo (ADUFG), Fabiana Itaci Araujo (ADUFG), Gardenia Furtado Lemos (ADUFG), Livia Gomes dos Santos (ADUFG), Gene Lyra (ADUFG), Jacqueline Rodrigues de Lima (ADUFG), Henrique Lemos (ADUFG), Fernando Lacerda (ADUFG), Mauriene Silva de Freitas (ADUEPB), Nelson Junior (ADUEPB), Gilberto Correia da Silva (APUG), Joel Moisés Silva Pinho (APUG), Paulo Henrique Costa Mattos (APUG).</p>	
<p>Texto 21 – Plano de lutas das IFES: responder ao arrocho salarial, cortes orçamentários, privatismo, intervencionismo, ensino a distância e contrarreformas com a defesa da autonomia, financiamento integral por parte do estado e expropriação da rede privada de ensino. - <i>Contribuição dos professore(a)s:</i> Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), André Moreira Bordinhon (ADUA), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Elis Regina Fernandes Alves (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (Sindiprol/Aduel), Fernando Cesar Paulino Pereira (ADCAC), Lorena Ferreira Portes (Sindiprol/Aduel), Lourival Felix (Sesduem), Maria das</p>	172

<p><i>Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE), Valdir Anhuchi (Sindiprol/Aduel) e Viviane Vidal da Silva (ADUA).</i></p>	
<p>Texto 22 – Plano de lutas das IEES/IMES: rejeitar e eliminar o ensino a distância das universidades. Revogar as contrarreformas e lutar por um único sistema de ensino, público, gratuito e sob o controle de quem estuda e trabalha, financiado integralmente pelo estado. - <i>Contribuição do(a)s professor(a)s: Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), André Moreira Bordinhon (ADUA), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Elis Regina Fernandes Alves (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (Sindiprol/Aduel), Fernando Cesar Paulino Pereira (ADCAC), Lorena Ferreira Portes (Sindiprol/Aduel), Lourival Felix (Sesduem), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE), Valdir Anhuchi (Sindiprol/Aduel) e Viviane Vidal da Silva (ADUA).</i></p>	182
<p>Texto 23 – Intensificar a luta para pôr fim às intervenções do governo Bolsonaro nas IFES. - <i>Contribuição de: Assembleia Geral da ADUFPB, realizada em 9 de fevereiro de 2022, Diretoria da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, Diretoria da ADUFPel SSind, Diretoria da ADUFC Sindicato, Diretoria da Associação dos Docentes da UFES (Adufes), Diretoria da APUR- Associação dos Professores Universitários do Recôncavo, Diretoria da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal da Fronteira Sul (SINDUFFS), Diretoria da ADUFVJM - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diretoria da ADUFERSA – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Semi-Árido, Diretoria da ADUR-RJ S.Sind, Conselho Administrativo da Adunifei, Diretoria da ADUR, Diretoria da ADUFAL.</i></p>	185
<p>Texto 24 – Barrar a transferência das aposentadorias e pensões das IFES ao INSS - <i>Contribuição de: Diretoria da ADUFAL, Amália Catharina Santos Cruz (ADUnB), Ana Maria Dantas Soares (ADUR), Andrea Carmo Sampaio (ADUR), Ariuska Karla Barbosa Amorim(ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFMS), Beatriz Wey (Adur), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFMS), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Cláudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza(ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (ADUR), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczyszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota(ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFMS), Leni Hack (ADUnemat), Lenúcia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (Adur), Liane de Souza Weber (SEDUFMS), Liliane Maria Macedo Machado (AdUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucília Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFMS), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martín-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUnB), Neila Baldi (SEDUFMS), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUnB), Patrícia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), RONALDA BARRETO SILVA (ADUnB), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFMS), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves(ADUPE).</i></p>	187

<p>Texto 25 – Em defesa da IEES e IMES, implementar o plano de lutas aprovado no 39º congresso do ANDES - <i>Contribuição de: Diretoria da ADUFAL, Amália Catharina Santos Cruz (ADUnB), Ana Maria Dantas Soares (Adur), Andrea Carmo Sampaio (Adur), Ariuska Karla Barbosa Amorim(ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFMS), Beatriz Wey (Adur), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFMS), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza(ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (Adur), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota(ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFMS), Leni Hack (ADUnemat), Lenucia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (Adur), Liane de Souza Weber (SEDUFMS), Liliane Maria Macedo Machado (AdUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucília Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFMS), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUnB), Neila Baldi (SEDUFMS), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUnB), Patrícia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), RONALDA BARRETO SILVA (ADUnB), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFMS), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves(ADUPE).</i></p>	190
<p>Texto 26 – Campanha salarial nas IFES: reposição das perdas inflacionárias, já! - <i>Contribuição de: Diretoria da ADUFAL, Diretoria da ADUFRJ, Amália Catharina Santos Cruz (ADUnB), Ana Maria Dantas Soares (Adur), Andrea Carmo Sampaio (Adur), Ariuska Karla Barbosa Amorim(ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFMS), Beatriz Wey (Adur), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFMS), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza(ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (Adur), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota(ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFMS), Leni Hack (ADUnemat), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Lia Maria Teixeira de</i></p>	193

<i>Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (Adur), Liane de Souza Weber (SEDUFISM), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lisleandra Machado (ApesJF), Lenucia Moura (SINDUECE), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucilia Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFISM), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFISM), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUneb), Neila Baldi (SEDUFISM), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (ADUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUneb), Patrícia Bastos (Adur), Patrícia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), RONALDA BARRETO SILVA (ADUneb), Sandra Lúcia dos Santos Lira (ADUFal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFISM), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves (ADUPE).</i>	
TEMA III – PLANO GERAL DE LUTAS	
Texto 27 – Política de Formação Sindical - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	202
Texto 28 – Política Educacional - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	206
Texto 29 - Política de Classe para as Questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	225
Texto 30 – Política de Comunicação e Arte - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	235
Texto 31 – Política Agrária, Urbana e Ambiental - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	242
Texto 32 – Política de Ciência e Tecnologia - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	246
Texto 33 – Política de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	249
Texto 34 – Plano de Lutas - História e Memória do Movimento Docente, Comissão da Verdade do ANDES-SN e CEDOC Prof. Osvaldo Oliveira Maciel - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	258
Texto 35 – Políticas e Ações para a Carreira Docente - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	262
Texto 36 – Defender a educação pública e derrotar as políticas regressivas do governo Bolsonaro - <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre Macedo (ADUFPB); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); Antonia Costa Andrade (SINDUFAP); Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCG); Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFPEL); Carlos Costa (ADCESP), Carlos Rinaldo Nogueira Martins (SINDUFAP); Cássio Alves (APUFPR); Celeste Pereira (ADUFPEL); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES); Ceres Torres (ADUFPEL); Claudia March (ADUFF); David Junior de Souza Silva (SINDUFAP); Diana Regina dos Santos Alves Ferreira (SINDUFAP); Elaine da Silva Neves (ADUFPEL); Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE); Eliane Fazole (ADUR-RJ); Eptácio Macário Moura (SINDUECE); Erlenía Sobral do Vale (SINDUECE); Fabiola Kato (ADUFPA); Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG); Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE); Francisco Santiago (SINDUFAP); Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFS-BA); Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL); Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR); Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP); Janete Brito (ADCESP); José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL); José dos Santos Souza (ADUR-RJ); José Raphael Bokehi (ADUFF); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ); Lorena Moraes (ADCESP); Lúcia Izabel Silva (ADUFPA); Luciano Coutinho (ADUFRJ); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE); Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL); Luiz Paiva Carapeto (ADUFPEL); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ); Maria Angélica da Gama Caral Coutinho (ADUR-RJ); Maria da Conceição Rosa Cabral (ADUFPA); Maria da Conceição dos Santos Costa (ADUFPA); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); Maria Edilene S. Ribeiro (ADUFPA); María Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS); Maria Isabel Duarte</i>	265

<p>Rodrigues (ADUFPA); Maria Suely Soares (APUFPR); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Milena Martinez (APUFPR); Olgaíses Maués (ADUFPA); Omar Albomoz (ADCESP); Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP); Raquel Angela Speck (APUFPR); Rhobera Santana de Araújo (ADUFPB); Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA); Rosângela Assunção (ADCESP); Rosely Cabral Giordano (ADUFPA); Sandra Alessi (APUFPR); Savana Diniz (APUBH); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Sônia Maria Araújo ((ADUFPA); Sônia Regina Teixeira (ADUFPA); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Valdelaine Mendes (ADUFPEL); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA); Vilson Aparecido da Mata (APUFPR); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA), Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP).</p>	
<p>Texto 37 – Auditar a dívida pública e ampliar o financiamento das instituições federais de ensino superior e da ciência e tecnologia- <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s:</i> Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre Macedo (ADUFPB); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); Antonia Costa Andrade (SINDUFAP); Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCEG); Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFPEL); Carlos Costa (ADCESP); Carlos Rinaldo Nogueira Martins (SINDUFAP); Cássio Alves (APUFPR); Celeste Pereira (ADUFPEL); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES); Ceres Torres (ADUFPEL); Claudia March (ADUFF); David Junior de Souza Silva (SINDUFAP); Diana Regina dos Santos Alves Ferreira (SINDUFAP); Elaine da Silva Neves (ADUFPEL); Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE); Eliane Fazolo (ADUR-RJ); Epitácio Macário Moura (SINDUECE); Erlenia Sobral do Vale (SINDUECE); Fabiola Kato (ADUFPA); Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG); Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE); Francisco Santiago (SINDUFAP); Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFS-BA); Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL); Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR); Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP); Janete Brito (ADCESP); José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL); José dos Santos Souza (ADUR-RJ); José Raphael Bokehi (ADUFF); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ); Lorena Moraes (ADCESP); Lúcia Izabel Silva(ADUFPA); Luciano Coutinho (ADUFRJ); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE); Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL); Luiz Paiva Carapeto (ADUFPEL); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ); Maria Angélica da Gama Caral Coutinho (ADUR-RJ); Maria da Conceição Rosa Cabral (ADUFPA); Maria da Conceição dos Santos Costa (ADUFPA); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); Maria Edilene S. Ribeiro (ADUFPA); María Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS); Maria Isabel Duarte Rodrigues (ADUFPA); Maria Suely Soares (APUFPR); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Milena Martinez (APUFPR); Olgaíses Maués (ADUFPA); Omar Albomoz (ADCESP); Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP); Raquel Angela Speck (APUFPR); Rhobera Santana de Araújo (ADUFPB); Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA); Rosângela Assunção (ADCESP); Rosely Cabral Giordano (ADUFPA); Sandra Alessi (APUFPR); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Sônia Maria Araújo ((ADUFPA); Sônia Regina Teixeira (ADUFPA); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Valdelaine Mendes (ADUFPEL); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA); Vilson Aparecido da Mata (APUFPR); Viviane Narvaes (ADUNIRIO); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA), Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP).</p>	270
<p>Texto 38 – EBSEERH: a saúde como mercadoria, um debate necessário - <i>Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s:</i> Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre Macedo (ADUFPB); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); Antonia Costa Andrade (SINDUFAP); Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCEG); Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFPEL); Carlos Costa (ADCESP); Carlos Rinaldo Nogueira Martins (SINDUFAP); Cássio Alves (APUFPR); Celeste Pereira (ADUFPEL); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES); Ceres Torres (ADUFPEL); Claudia March (ADUFF); David Junior de Souza Silva (SINDUFAP); Diana Regina dos Santos Alves Ferreira (SINDUFAP); Elaine da Silva Neves (ADUFPEL); Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE); Eliane Fazolo (ADUR-RJ); Epitácio Macário Moura (SINDUECE); Erlenia Sobral do Vale (SINDUECE); Fabiola Kato (ADUFPA); Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG); Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE); Francisco Santiago (SINDUFAP); Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFS-BA); Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL); Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR); Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP); Janete Brito (ADCESP); José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL); José dos Santos Souza (ADUR-RJ); José Raphael Bokehi (ADUFF); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ); Lorena Moraes (ADCESP); Lúcia Izabel Silva(ADUFPA); Luciano Coutinho (ADUFRJ); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE); Luiz Henrique</p>	275

<p><i>Schuch (ADUFPEL); Luiz Paiva Carapeto (ADUFPEL); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ); Maria Angélica da Gama Caral Coutinho (ADUR-RJ); Maria da Conceição Rosa Cabral (ADUFPA); Maria da Conceição dos Santos Costa (ADUFPA); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); Maria Edilene S. Ribeiro (ADUFPA); Maria Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS); Maria Isabel Duarte Rodrigues (ADUFPA); Maria Suely Soares (APUFPR); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Milena Martinez (APUFPR); Olgáises Maués (ADUFPA); Omar Albomoz (ADCESP); Paulo Marcelo Cambráia da Costa (SINDUFAP); Raquel Angela Speck (APUFPR); Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPB); Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA); Rosângela Assunção (ADCESP); Rosely Cabral Giordano (ADUFPA); Sandra Alessi (APUFPR); Savana Diniz (APUBH); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Sônia Maria Araújo ((ADUFPA); Sônia Regina Teixeira (ADUFPA); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Valdelaine Mendes (ADUFPEL); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA); Vilson Aparecido da Mata (APUFPR); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA), Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP).</i></p>	
<p>Texto 39 – Pandemia, capitalismo, educação e ciência: uma mirada ecossocialista - <i>Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Maria Jacqueline Girão Soares de Lima (ADUFRJ); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ); Alessandra Nicodemos Oliveira da Silva (ADUFRJ); Claudio Ribeiro (ADUFRJ); Luciano Coutinho (ADUFRJ); Marcelo Melo (ADUFRJ); Sara Granemann (ADUFRJ); Gláucia Lelis Alves (ADUFRJ); Andréia Moassab (SESUNILA); Céline Veríssimo (SESUNILA).</i></p>	286
<p>Texto 40 – Política sindical: pela unidade política e organizativa dos trabalhadores. Combater a política divisionista e trabalhar pela construção de um congresso de unificação de todas as centrais sindicais - <i>Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), André Moreira Bordinhon (ADUA), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Elis Regina Fernandes Alves (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando Cesar Paulino Pereira (ADCAC), Lorena Ferreira Portes (SINDIPROL/ADUEL), Lourival Felix (SESDUEM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE), Valdir Anhuchi (SINDIPROL/ADUEL) e Viviane Vidal da Silva (ADUA).</i></p>	293
<p>Texto 41 – Responder à mercantilização e à destruição da seguridade social com a bandeira de expropriação da rede privada sob controle operário - <i>Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), André Moreira Bordinhon (ADUA), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Elis Regina Fernandes Alves (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando Cesar Paulino Pereira (ADCAC), Lorena Ferreira Portes (SINDIPROL/ADUEL), Lourival Felix (SESDUEM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE), Valdir Anhuchi (SINDIPROL/ADUEL) e Viviane Vidal da Silva (ADUA).</i></p>	295
<p>Texto 42 – Defender a vida dos camponeses pobres, indígenas e ribeirinhos contra o latifúndio e o agronegócio - <i>Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s : Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), André Moreira Bordinhon (ADUA), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Elis Regina Fernandes Alves (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando Cesar Paulino Pereira (ADCAC), Lorena Ferreira Portes (SINDIPROL/ADUEL), Lourival Felix (Sesduem), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE), Valdir Anhuchi (Sindiprol/Aduel) e Viviane Vidal da Silva (ADUA)</i></p>	298
<p>Texto 43 – A defesa do ensino público e a participação no fórum nacional popular de educação <i>Contribuição do(s) sindicalizado(a)s: Diretoria da ADUR; Diretoria da ADUFRJ; Diretoria da ADUFERPE; Ana Maria Dantas Soares (ADUR); Andrea Carmo Sampaio (ADUR); Beatriz Wey (ADUR); Claudio Porto (ADUR); Elisa Guaraná (ADUR); Deise Luce de Sousa Marques (ADUR); Flavia Motta (ADUR); Lia Maria Texeira (ADUR); Liz Denize Carvalho Paiva (ADUR); Lucia Valadares (ADUR); Luciana de Amorim Nobrega (ADUR); Lucília Augusta Lino (ADUR e ASDUERJ); Marcelo Pereira Fernandes (ADUR); Marina Cordeiro (ADUR); Nadia Maria Pereira de Souza (ADUR); Patricia Bastos (ADUR); Regina Cohen Barros (ADUR); Rubia Cristina Wegner (ADUR); Patricia Reinheimer (ADUR); Thiago Dias Trindade (ADUR).</i></p>	300
<p>Texto 44 – Até quando faremos balanço da filiação do andes-sn à conlutas? Pela imediata desfiliação! - <i>Contribuição do(s) sindicalizado(a)s: da Diretoria da (ADUFERPE); Diretoria da ADUFAL, Amália Catharina Santos Cruz (ADUneb), Ana Maria Dantas Soares (Adur), Andrea Carmo Sampaio (Adur),</i></p>	302

<p>Ariuska Karla Barbosa Amorim(ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFMS), Beatriz Wey (Adur), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFMS), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza(ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (Adur), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota(ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFMS), Leni Hack (ADUnemat), Lenucia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (Adur), Liane de Souza Weber (SEDUFMS), Liliane Maria Macedo Machado (AdUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucilia Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFMS), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUneb), Neila Baldi (SEDUFMS), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUneb), Patrícia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), Ronalda Barreto Silva (ADUneb), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFMS), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves(ADUPE).</p>	
<p>Texto 45 – Pelo retorno às aulas presenciais nas IES, IFs e CEFETs - <i>Contribuição do(s) sindicalizado(a)s: da Diretoria da ADUFAL, Amália Catharina Santos Cruz (ADUneb), Ana Maria Dantas Soares (ADUR), Andrea Carmo Sampaio (ADUR), Ariuska Karla Barbosa Amorim(ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFMS), Beatriz Wey (ADUR), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFMS), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (SINDUFAP), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza(ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (ADUSP), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (ADUR), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (ADUR), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota(ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFMS), Leni Hack (ADUnemat), Lenucia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (ADUR), Liane de Souza Weber (SEDUFMS), Liliane Maria Macedo Machado (AdUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (ADUR), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucilia Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF),</i></p>	306

<p><i>Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFMS), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUneb), Neila Baldi (SEDUFMS), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUneb), Patrícia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), Ronalda Barreto Silva (ADUneb), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFMS), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves (ADUPE).</i></p>	
<p>Texto 46 – A luta por políticas públicas para C&T no Brasil - <i>Contribuição do(s) sindicalizado(a)s: da Diretoria da ADUFAL, da Diretoria da ADUFRJ, Amália Catharina Santos Cruz (ADUneb), Ana Maria Dantas Soares (ADUR), Andrea Carmo Sampaio (ADUR), Ariuska Karla Barbosa Amorim (ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFMS), Beatriz Wey (ADUR), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFMS), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza (ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (ADUSP), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabricia Vellasquez Paiva (ADUR), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (ADUR), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota (ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanex (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFMS), Leni Hack (ADUnemat), Lenúcia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (ADUR), Liane de Souza Weber (SEDUFMS), Liliane Maria Macedo Machado (ADUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (ADUR), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (ADUR), Luciana de Amorim Nobrega (ADUR), Lucília Augusta Lino (ADUR e ASDUERJ), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (ADUR), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFMS), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (ADUR), Naira Souza Moura (ADUneb), Neila Baldi (SEDUFMS), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUneb), Patrícia Bastos (ADUR), Patricia Reinheimer (ADUR), Pedro Claesen Dutra Silva (SINDUECE), Regina Cohen Barros (ADUR), Rogério Anez (ADUnemat), Ronalda Barreto Silva (ADUneb), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFMS), Thiago Dias Trindade (ADUR), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves (ADUPE).</i></p>	310
<p>TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS</p>	
<p>Texto 47- Eleição no ANDES-Sindicato Nacional: mandato da atual Diretoria e data da próxima eleição - <i>Diretoria do ANDES-SN</i></p>	315
<p>Texto 48 - Fundo Único – Fundo nacional de solidariedade, mobilização e greve do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i></p>	319

Texto 49 – Homologações de Seções Sindicais, Dissoluções, Ratificações, Alterações Regimentais e Reorganização de Seção Sindical - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	321
Texto 50 – Homologação das Resoluções Aprovadas no 8º, 9º, 11º, 12º E 13º CONADS EXTRAORDINÁRIOS - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	323
Texto 51 – Manutenção do apoio financeiro à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	324
Texto 52 - Manutenção do apoio financeiro à Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	325
Texto 53 - Apoio financeiro ao Casarão da Luta e ao sistema de formação política do movimento dos trabalhadores sem teto (MTST) - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	327
Texto 54 - Sede do 41º Congresso do ANDES-SINDICATO NACIONAL - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	328
Texto 55 – Por congressos do ANDES-SN cada vez mais democráticos e mais representativos da base de nosso sindicato! - <i>Contribuição do(s) sindicalizado(a)s: da Diretoria da ADUFAL, Amália Catharina Santos Cruz (ADUnB), Ana Maria Dantas Soares (Adur), Andrea Carmo Sampaio (Adur), Ariuska Karla Barbosa Amorim(ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFMS), Beatriz Wey (Adur), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFMS), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza(ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (Adur), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczyszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota(ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFMS), Leni Hack (ADUnemat), Lenucia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (Adur), Liane de Souza Weber (SEDUFMS), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucilia Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Carames Carlott (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFMS), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUnB), Neila Baldi (SEDUFMS), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUnB), Patrícia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), RONALDA BARRETO SILVA (ADUnB), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFMS), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves(ADUPE).</i>	328
Texto 56 – Método dos Congressos e CONADS - <i>Contribuição do(s) sindicalizado(a)s: da Diretoria da ADUFAL, Diretoria da ADUFRJ, Amália Catharina Santos Cruz (ADUnB), Ana Maria Dantas Soares (Adur), Andrea Carmo Sampaio (Adur), Ariuska Karla Barbosa Amorim(ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFMS), Beatriz Wey (Adur), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFMS), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA),</i>	332

<p>Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza(ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (Adur), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota(ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFMS), Leni Hack (ADUnemat), Lenúcia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (Adur), Liane de Souza Weber (SEDUFMS), Liliane Maria Macedo Machado (AdUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucilia Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFMS), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martín-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUnemat), Neila Baldi (SEDUFMS), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUnemat), Patrícia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), RONALDA BARRETO SILVA (ADUnemat), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFMS), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves(ADUPE).</p>	
<p>Texto 57 – Pela refiliação do ANDES-SN ao DIEESE - Contribuição do(s) sindicalizado(a)s: da Diretoria da ADUFAL, Diretoria da ADUFRJ, Amália Catharina Santos Cruz (ADUnemat), Ana Maria Dantas Soares (Adur), Andrea Carmo Sampaio (Adur), Ariuska Karla Barbosa Amorim(ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFMS), Beatriz Wey (Adur), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFMS), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza(ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (Adur), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota(ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFMS), Leni Hack (ADUnemat), Lenúcia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (Adur), Liane de Souza Weber (SEDUFMS), Liliane Maria Macedo Machado (AdUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucilia Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI),</p>	334

<i>Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFMS), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUneb), Neila Baldi (SEDUFMS), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUneb), Patrícia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), Ronalda Barreto Silva (ADUneb), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcisio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFMS), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves (ADUPE).</i>	
SIGLAS	338
Legislações citadas nos textos da Diretoria do ANDES-SN	340

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA II – PLANOS DE LUTAS DOS SETORES	
TR 15 – Plano de lutas do setor das IEES/IMES	142
TR 16 – Plano de lutas do setor das IFES	152
TR 17 - Defesa da categoria, dos direitos e das condições de trabalho	158
TR 18 – Intensificar a luta para pôr fim às intervenções do governo Bolsonaro nas IFES	163
TR 19 – Condições sanitárias e estruturais como garantias para retorno presencial	166
TR 20 – Condições sanitárias para o retorno seguro das atividades presenciais nas universidades, nos Institutos Federais e nos CEFET	171
TR 21 – Plano de lutas das IFES: responder ao arrocho salarial, cortes orçamentários, privatismo, intervencionismo, ensino a distância e contrarreformas com a defesa da autonomia, financiamento integral por parte do estado e expropriação da rede privada de ensino	181
TR 22 – Plano de lutas das IEES/IMES: rejeitar e eliminar o ensino a distância das universidades. Revogar as contrarreformas e lutar por um único sistema de ensino, público, gratuito e sob o controle de quem estuda e trabalha, financiado integralmente pelo estado	184
TR 23 – Intensificar a luta para pôr fim às intervenções do governo Bolsonaro nas IFES	186
TR 24 – Barrar a transferência das aposentadorias e pensões das IFES ao INSS	190
TR 25 – Em defesa da IEES e IMES, implementar o plano de lutas aprovado no 39º congresso do ANDES	192
TR 26 – Campanha salarial nas IFES: reposição das perdas inflacionárias, já!	199
TEMA III – PLANO GERAL DE LUTAS	
TR 27 – Política de Formação Sindical	205
TR 28 - Política Educacional	224
TR 29 – Política de Classe para as Questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual	233
TR 30 – Política de Comunicação e Arte	241
TR 31 – Política Agrária, Urbana e Ambiental	245
TR 32 – Política de Ciência e Tecnologia	248
TR 33 – Política de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria	256
TR 34 – Plano de Lutas - História e Memória do Movimento Docente, Comissão da Verdade do ANDES-SN e CEDOC Prof. Osvaldo Oliveira Maciel.	261

TR 35 – Políticas e Ações para a Carreira Docente	265
TR 36 – Defender a educação pública e derrotar as políticas regressivas do governo Bolsonaro	269
TR 37 – Auditar a dívida pública e ampliar o financiamento das instituições federais de ensino superior e da ciência e tecnologia	274
TR 38 – EBSERH: a saúde como mercadoria, um debate necessário	285
TR 39 – Pandemia, capitalismo, educação e ciência: uma mirada ecossocialista	292
TR 40 – Política sindical: pela unidade política e organizativa dos trabalhadores. Combater a política divisionista e trabalhar pela construção de um congresso de unificação de todas as centrais sindicais	295
TR 41 – Responder à mercantilização e à destruição da seguridade social com a bandeira de expropriação da rede privada sob controle operário	298
TR 42 – Defender a vida dos camponeses pobres, indígenas e ribeirinhos contra o latifúndio e o agronegócio	300
TR 43 – A defesa do ensino público e a participação no fórum nacional popular de educação	301
TR 44 – Até quando faremos balanço da filiação do ANDES-SN à Conlutas? Pela imediata desfiliação!	305
TR 45 – Pelo retorno às aulas presenciais nas IES, IFs e CEFETs	309
TR 46 – A luta por políticas públicas para C&T no Brasil	312
TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 47- Eleição no ANDES-Sindicato Nacional: mandato da atual Diretoria e data da próxima eleição	319
TR 48 - Fundo Único – Fundo nacional de solidariedade, mobilização e greve do ANDES-SN	320
TR 49 – Homologações de Seções Sindicais, Dissoluções, Ratificações, Alterações Regimentais e Reorganização de Seção Sindical	321
TR 50 – Homologação das Resoluções Aprovadas no 8º, 9º, 11º, 12º E 13º CONADS EXTRAORDINÁRIOS	323
TR 51 – Manutenção do apoio financeiro à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)	325
TR 52 - Manutenção do apoio financeiro à Auditoria Cidadã da Dívida (ACD)	326
TR 53 - Apoio financeiro ao Casarão da Luta e ao sistema de formação política do movimento dos trabalhadores sem teto (MTST)	327
TR 54 - Sede do 41º Congresso do ANDES-SINDICATO NACIONAL	328
TR 55 – Por congressos do ANDES-SN cada vez mais democráticos e mais representativos da base de nosso sindicato!	331
TR 56 – Método dos Congressos e CONADS	334
TR 57 – Pela refiliação do ANDES-SN ao DIEESE	336

Apresentação

O 40º Congresso do ANDES-SN se afirmará com as marcas da luta de um sindicato que em meio a um dos mais difíceis e desafiantes momentos da história do Brasil, resiste e organiza a categoria para enfrentar o desmonte das políticas públicas.

São dois anos de pandemia, ainda em curso, em uma conjuntura retrógrada aos interesses coletivos e históricos da classe trabalhadora. Enfrentamos um governo genocida e pró fascista, negacionista, que espraia o fundamentalismo religioso e político, com o aprofundamento do racismo, capacitismo, machismo, lgbqia+fobia, miséria, destruição socioambiental. Os ataques aos serviços e servidore(a)s público(a)s no conjunto da obra de todo o desmonte das políticas públicas são parte do projeto do capital para privatização do Estado. A disputa pelo fundo público é estratégica aos interesses do capital.

Na Educação, os sucessivos cortes no orçamento, a ausência de medidas sanitárias seguras, pode atrasar, senão inviabilizar, em boa parte das universidades, institutos e Cefets o necessário retorno presencial. Em meio a isso temos as intervenções e toda a espécie de perseguição a docentes, destruição dos já precários mecanismos democráticos de decisão. O ensino remoto emergencial que nos foi imposto diante do descaso do governo em enfrentar a pandemia afinado à ciência, se coloca como permanência para o avanço do EAD em nossas instituições. A luta pela vacinação foi e continua árdua, mas provou seu mérito! Esse cenário traz novas contradições para nossa categoria e o debate tanto do retorno presencial como do projeto de Educação Pública que historicamente construímos e defendemos.

Em meio a esses desafios o ANDES-SN permaneceu em luta, nas lutas, na construção unitária da resistência! Estamos nas ruas desde sempre e mesmo com a pandemia em seu pior momento participamos de todas as mobilizações pelo Fora Bolsonaro, em defesa da vida, contra a Reforma Administrativa, contra as intervenções e, adentramos 2022 na luta pela reposição salarial, pela revogação da EC 95 e contra a PEC 32. A categoria mobilizada junto as demais categorias do(a)s Servidore(a)s Público(a)s Federais foi fundamental para frear a reforma administrativa no Congresso Nacional em 2021.

O 40º. Congresso impõe debate e deliberação à altura das exigências dessa conjuntura, especialmente porque também será um ano de disputa presidencial cujos cenários tendem a uma polarização política importante, mas que não corresponde exatamente a melhoria das condições de vida para a classe trabalhadora. Será o momento de definir a luta contra o governo profascista como fundamental sem perder a centralidade da luta classista em nosso sindicato! E isso está em disputa.

Nosso Congresso precisa se dedicar a aprovação de um Plano de Lutas potente e que se enraíze no cotidiano da categoria!

Esse é nosso desafio ao tempo que também é nosso compromisso!

Viva o ANDES-SN!

Diretoria do ANDES-SN

Metodologia de Trabalho

O Congresso do ANDES-SN tem como tarefa maior definir posicionamentos políticos estratégicos e aprovar o Plano de Lutas anual do Sindicato, a partir das discussões e decisões das assembleias gerais do(a)s docentes frente a temas que estão relacionados diretamente ao trabalho docente e suas reivindicações.

Os eventos nacionais deliberativos do ANDES-SN (Congressos e CONAD) constituem espaços democráticos de debate, de participação da base da categoria e de definições que norteiam as ações do Sindicato. Todo o trabalho é subsidiado por Cadernos de Texto que disponibilizam, previamente, o conjunto de propostas em debate, dentro do temário proposto.

A estrutura de funcionamento desses eventos deliberativos baseia-se na sucessão de três tipos de espaços: grupos mistos, preparação e realização das plenárias.

Os **grupos mistos** têm como objetivo fazer com que todo(a)s o(a)s participantes, reunido(a)s em pequenos agrupamentos, discutam os temas pautados no evento, de forma a facilitar o amadurecimento das posições trazidas das assembleias gerais de cada Seção Sindical, e apontar as propostas que serão submetidas à deliberação nas plenárias. O resultado dos encaminhamentos dos grupos deve ser consolidado, uma vez que todos os grupos debatem todos os temas.

A **preparação das plenárias** tem como tarefa fundamental essa consolidação, para que a dinâmica de deliberações tome por base o que já foi apreciado e indicado nos grupos mistos. O trabalho nessa fase é exaustivo, exige muitas horas de dedicação e é realizado pelo(a)s diretores(a)s, que serão responsáveis pela condução da mesa dirigente da plenária, com o apoio do(a)s relator(a)s dos grupos.

A **realização das plenárias** tem revelado dinâmicas variáveis segundo o temário, mas também segundo a objetividade e a pertinência das propostas encaminhadas para deliberação, abrindo espaço ao contraditório em relação às grandes polêmicas, e cumprindo a sua função primordial, que é a de deliberar, pelo voto da maioria do(a)s delegado(a)s, sobre as propostas vindas dos grupos mistos.

O **Caderno de Textos** está organizado de modo a contemplar os seguintes aspectos:

1) A objetividade do **ordenamento dos temas** do Congresso: Conjuntura e Movimento Docente, Planos de Lutas dos Setores (contendo proposições de ações e agenda para sua implementação), na sequência Plano Geral de Lutas (contendo proposições de princípios e posicionamentos estratégicos) e por fim as Questões organizativas e financeiras;

2) Os **Textos de Apoio (TA)** cumprem uma função pedagógica e de registro histórico para o movimento; após cada TA, uma caixa de texto com as resoluções aprovadas no 38º Congresso complementa o resgate histórico; e os **Textos Resolução (TR)** apresentam o que é novo, de fato, em termos de propostas.

O desafio será definir as prioridades e ações para o ano de 2022, na forma de uma agenda de lutas a ser apresentada à categoria e que se traduza em um chamamento forte à mobilização, que é o caminho para as conquistas.

PROPOSTA DE CRONOGRAMA E PAUTA PARA O 40º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Porto Alegre/RS, 27 de março a 1º de abril de 2022

Tema Central: A vida acima dos lucros: ANDES-SN 40 anos de luta!

27 de março (domingo)	28 de março (segunda-feira)	29 de março (terça-feira)	30 de março (quarta-feira)	31 de março (quinta-feira)	1º de abril (sexta-feira)
9h às 18h Credenciamento 10h30 às 13h Plenária de Abertura Plenária de Instalação	9h às 12h Grupo Misto Tema II	9h às 13h Grupo Misto Tema IV	9h às 12h Plenária do Tema III	9h às 12h Plenária do Tema IV	9h às 13h Ato Público
9h às 18h Credenciamento 15h às 19h Plenária do Tema I	14h às 18h Grupo Misto Tema III	15h às 19h Plenária do Tema II	14h às 17h Plenária do Tema III	14h às 16h Plenária de Encerramento <small>*Podendo ser estendida até as 23h59</small>	Livre
	18h30 às 21h30 Grupo Misto Tema III	Livre	18h30 às 21h30 Plenária do Tema IV		Livre

Pauta

Tema I – Conjuntura e Movimento Docente.

Tema II – Planos de Lutas dos Setores.

Tema III – Plano Geral de Lutas.

Tema IV – Questões Organizativas e Financeiras.

PROPOSTA DE REGIMENTO DO 40º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Capítulo I Do CONGRESSO

Art. 1º. Art. 1º. O 40º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SINDICATO NACIONAL, previsto no inciso I do Art. 13 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII do Art. 30 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL e organizado pela Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, reunir-se-á no período de 27 a 31 de março, com ato político em 1º de abril de 2022, na cidade de Porto Alegre (RS).
Parágrafo único. O Ato Público a ser realizado dia 1º de abril de 2022 integra a programação do 40º Congresso do ANDES-SN, ainda que realizado após a Plenária de Encerramento.

Art. 2º. O 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL tem como finalidade deliberar sobre a pauta aprovada em sua Plenária de Instalação, de acordo com o disposto no Art. 19 de seu Estatuto.

Capítulo II Das Atribuições

Art. 3º. As atribuições do 40º CONGRESSO são as dispostas no Art. 15 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Capítulo III Do(a)s Participantes

Art. 4º. São participantes do 40º CONGRESSO:

I – delegado(a)s devidamente credenciado(a)s, com direito à voz e ao voto;

a) um(a) delegado(a) de cada diretoria de seção sindical (SSIND.) (Art. 16, I do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

b) delegado(a)s de base de cada SSIND. (art. 16, inciso II do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, indicado(a)s em sistema de proporcionalidade fixado pelo § 1º do Art. 17 do Estatuto;

c) delegado(a)s representativo(a)s do(a)s sindicalizado(a)s via secretarias regionais (Art. 16, inciso III do Estatuto), indicado(a)s em proporção cumulativa, fixada pelo § 1º do art. 17;

d) delegado(a)s representativo(a)s do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do Art. 41, inciso VIII do Estatuto.

II – os membros da Comissão Organizadora e da Comissão Diretora do 40º CONGRESSO, com direito à voz;

III – o(a)s sindicalizado(a)s do ANDES-SINDICATO NACIONAL, devidamente credenciado(a)s como observadore(a)s pela sua respectiva SSIND. e secretarias regionais, com direito à voz;

IV – o(a)s convidado(a)s pela Comissão Organizadora e Comissão Diretora, com direito à voz.

§1º O(A)s sindicalizado(a)s do ANDES-SINDICATO NACIONAL não poderão participar como convidado(a)s do 40º CONGRESSO, salvo na condição de pesquisadore(a)s, participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos.

§2º O(A)s delegado(a)s, devidamente credenciado(a)s, só poderão ser substituído(a)s, durante a realização do 40º CONGRESSO, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar junto à comissão diretora a necessidade de ausentar-se definitivamente do 40º CONGRESSO;

b) haver suplentes de delegado(a)s indicado(a)s pelas assembleias das SSIND., e pelas assembleias do(a)s sindicalizado(a)s, via secretarias regionais, credenciado(a)s como observadore(a)s suplentes no 40º CONGRESSO;

c) quando o(a) delegado(a) de S. SIND. ou delegado(a) representativo(a) do(a)s sindicalizado(a)s via secretarias regionais, comprovadamente se ausentar definitivamente, sem providenciar a substituição, a comissão diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 5º. O(A) Presidente(a) do ANDES-SINDICATO NACIONAL preside o 40º CONGRESSO, com direito à voz e a voto em suas sessões, e os demais membros em exercício da Diretoria (art. 32, I, II, III e IV do Estatuto), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua regional (art. 32, V do Estatuto), participam com direito à voz.

Capítulo IV Do Credenciamento

Art. 6º. A ratificação do credenciamento do(a)s delegado(a)s e observadore(a)s das SSIND do ANDES-SINDICATO NACIONAL e do(a)s delegado(a)s representativo(a)s do(a)s sindicalizado(a)s, via secretarias regionais, ao 40º CONGRESSO será das 9 (nove) horas às 12 (doze) horas e das 14 (quatorze) horas às 18h (dezoito) horas do dia 27 de março de 2022, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela Plenária de Instalação.

§ 1º Não haverá recebimento da documentação necessária ao credenciamento no dia 27 de março de 2022, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela Plenária de Instalação.

§ 2º Para o credenciamento do(a)s delegado(a)s, será exigida ata (ou extrato) da assembleia geral que deliberou sobre sua escolha, com a respectiva lista de presença; comprovante de vacinação de todo(a)s o(a)s delegado(a)s e observadore(a)s e/ou observadore(a)s suplentes de delegado(a)s credenciado(a)s; Declaração de Compromisso de Testagem da Delegação. A documentação deverá ser enviada previamente, até às 23h59 do dia 28 de fevereiro de 2022 exclusivamente por meio do site <http://credenciamento.andes.org.br>.

§ 3º Para o credenciamento do(a)s observadore(a)s, será exigida ata (ou extrato) e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da SSIND. que o(a)s indicou. A documentação deverá ser enviada previamente, até às 23h59 do dia 28 de fevereiro de 2022 exclusivamente por meio do site <http://credenciamento.andes.org.br>.

§ 4º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade de documentos que credenciam o(a)s delegado(a)s e observadore(a)s de qualquer SSIND., mediante requerimento à comissão diretora.

§ 5º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados até o início da Plenária de Instalação, que deverá deliberar sobre o assunto até o seu final.

§ 6º Cada delegado(a) ou observador(a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e/ou votação, em cores diferentes.

§ 7º No caso de perda ou dano do cartão, só haverá substituição com autorização expressa da Plenária.

Capítulo V Do Funcionamento

Seção I Dos órgãos

Art. 7º. São órgãos do 40º CONGRESSO:

I – Comissão Organizadora;

II – Comissão Diretora;

III – Grupos Mistos;

IV – Plenárias;

V – Comissão de Enfrentamento ao Assédio.

§ 1º A Comissão Organizadora será criada a partir da convocação do 40º CONGRESSO.

§ 2º A Comissão de Enfrentamento ao Assédio será criada na plenária de instalação do 40º CONGRESSO.

§ 3º Todos esses órgãos têm existência restrita ao período de sua realização, com exceção da Comissão Organizadora, que já iniciou seus trabalhos após a convocação do 40º CONGRESSO.

§ 4º O quórum mínimo para o funcionamento de cada órgão do 40º CONGRESSO é de mais de 50% (cinquenta por cento) de delegado(a)s com direito a voto.

§ 5º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos grupos mistos, o quórum de funcionamento se reduz para 30% (trinta por cento) de delegado(a)s com direito a voto.

§ 6º As deliberações só poderão ocorrer depois de verificado o quórum previsto no § 4º deste artigo.

Seção II

Da Comissão Organizadora

Art. 8º. A Comissão Organizadora é constituída por 3 (três) representantes da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS e por 4 (quatro) Diretores do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 9º. É de competência da Comissão Organizadora:

I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 40º CONGRESSO;

II - organizar, junto com a Comissão Diretora, a Plenária de Abertura do 40º CONGRESSO;

III - realizar, junto com a Comissão Diretora, o credenciamento do(a)s participantes do 40º CONGRESSO.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão Organizadora cabe recurso à Comissão Diretora.

Seção III

Da Comissão Diretora

Art. 10. A Comissão Diretora do 40º CONGRESSO é composta pelo(a)s Diretor(a)s do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 11. É de competência da Comissão Diretora:

I - responsabilizar-se, junto com a Comissão Organizadora, pelo credenciamento do(a)s participantes do 40º CONGRESSO;

II - decidir e efetivar a substituição de delegado(a)s, de acordo com o disposto no § 2º, alíneas “a” e “c” do Art. 4º deste regimento, e anunciar a substituição do(a) delegado(a) ao 40º CONGRESSO;

III - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do 40º CONGRESSO, organizando o rateio entre as seções sindicais; SSINDs.

IV - elaborar a prestação de contas do 40º CONGRESSO para apreciação no próximo CONAD;

V - organizar e compor as mesas diretoras das Plenárias do 40º CONGRESSO;

VI - organizar a composição dos grupos mistos do 40º CONGRESSO em consonância com o disposto neste Regimento.

VII - responsabilizar-se, em conjunto com o(a)s relator(a)s dos Grupos Mistos, pela consolidação dos relatórios dos diferentes grupos.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão Diretora cabe recurso à Plenária.

Seção IV

Dos Grupos Mistos

Art. 12. Os Grupos Mistos são compostos por:

I – Delegado(a)s, devidamente credenciado(a)s, de SSIND., de delegado(a)s representativo(a)s do(a)s sindicalizado(a)s nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto e de delegado(a)s representativo(a)s do(a)s sindicalizado(a)s via Secretarias Regionais, todo(a)s com direito à voz e ao voto;

II – Observador(a)s devidamente credenciado(a)s, de SSIND. e de sindicalizado(a)s via Secretaria Regional, com direito à voz;

III – Diretor(a)s do ANDES-SINDICATO NACIONAL, com direito à voz;

IV – Convidado(a)s, devidamente credenciado(a)s, com direito à voz.

Art. 13. Cada Grupo Misto é composto por, no máximo, 20 (vinte) delegado(a)s e igual número de observador(a)s, em conformidade com o limite permitido pelo protocolo sanitário vigente no 40º CONGRESSO.

§ 1º Só poderá haver, no mesmo grupo, mais de um(a) delegado(a) de uma mesma Seção Sindical, ou mais de um(a) delegado(a) do(a)s sindicalizado(a)s de uma mesma Secretaria Regional, ou mais de um(a) delegado(a) representativo(a) do(a)s sindicalizado(a)s nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto, caso o respectivo número de delegado(a)s seja superior ao número de Grupos Mistos. Essa mesma regra se aplica ao(a)s observador(a)s.

§ 2º Os Grupos Mistos, ante a limitada disponibilidade de salas para realização do Congresso e a atenção aos protocolos sanitários, poderão ter números distintos de delegado(a)s e observador(a)s.

Art. 14. Os Grupos Mistos são dirigidos por uma mesa coordenadora, composta por 1 (um/uma) coordenador(a), 1 (um/uma) relator(a) e 1 (um/uma) secretário(a).

§ 1º Os membros da mesa coordenadora são eleito(a)s pelo(a)s delegado(a)s componentes dos grupos.

§ 2º O(A) coordenador(a) e o(a) secretário(a) da mesa coordenadora serão eleito(a)s entre o(a)s componentes dos Grupos Mistos

§ 3º A qualquer momento, o(a)s delegado(a)s integrantes do grupo podem deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora, salvaguardando o disposto no parágrafo anterior.

Art. 15. As reuniões dos Grupos Mistos terão início nos horários previstos no Cronograma do 40º CONGRESSO, observado o quórum de mais de 50% (cinquenta por cento) de delegado(a)s participantes do Grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do Grupo, o quórum mínimo será de 30% (trinta por cento) de delegado(a)s participantes do Grupo.

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, terão início os trabalhos com qualquer número de delegado(a)s presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista de presença e aberta a 2ª (segunda) lista.

§ 3º As deliberações só serão tomadas por mais da metade do(a)s delegado(a)s inscrito(a)s em cada Grupo Misto.

Art. 16. Compete ao(à) coordenador(a) dirigir a reunião do Grupo Misto, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Parágrafo único. A Comissão Diretora do 40º CONGRESSO deverá recomendar um ordenamento da distribuição dos textos e do Anexo ao Caderno de Textos para o conjunto dos Grupos Mistos no sentido de buscar garantir que cada TR seja debatido em pelo menos um Grupo Misto do CONGRESSO.

Art. 17. É de competência do(a) relator(a):

I - elaborar o relatório da reunião do Grupo de acordo com as normas deste regimento e com as instruções da Comissão Diretora;

II - fazer constar do relatório o número de votos, texto completo das propostas surgidas no Grupo e a situação final de cada proposta submetida à deliberação.

III - fazer constar os nomes completos do(a) coordenador(a), relator(a) e secretário(a) e seus contatos para casos de eventuais necessidades.

Art. 18. Compete ao(à) secretário(a) auxiliar o(a) coordenador(a) e o(a) relator(a) em suas atividades.

Art. 19. O(A)s relatore(a)s dos Grupos Mistos dispõem de um prazo máximo de 1 (uma) hora, após o encerramento da reunião dos referidos Grupos, para entregar à Comissão Diretora o relatório digitado de seu Grupo, garantidas as condições pela Comissão Organizadora.

Art. 20. A consolidação dos Grupos Mistos será feita em reunião por membro(a)s da Comissão Diretora para tal designado(a)s, com auxílio do(a)s relatore(a)s dos diversos Grupos Mistos.

Art. 21. Dos relatórios consolidados que serão apresentados às Plenárias do 40º CONGRESSO constam, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos do(a)s delegado(a)s presentes em, pelo menos, um dos Grupos Mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela Comissão Diretora e relatore(a)s.

§ 1º A Comissão Diretora poderá redigir e incluir no relatório sugestões de propostas decorrentes de sistematização ou consolidação das propostas oriundas dos Grupos Mistos, facilitando os trabalhos das Plenárias. Não poderão ser feitas propostas de acréscimo ou alteração para inclusão no relatório que não correspondam às propostas oriundas dos Grupos Mistos.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às propostas das Plenárias dos temas II, III e IV do 40º CONGRESSO.

Art. 22. O início e o encerramento das reuniões dos Grupos Mistos obedecerá, rigorosamente, aos horários previstos no cronograma do 40º CONGRESSO.

Parágrafo Único. Não haverá prorrogação dos Grupos Mistos, que deverão seguir obrigatoriamente os horários previstos na programação do 40º CONGRESSO.

Art. 23. As reuniões dos Grupos Mistos terão os seguintes temas e duração:

I - do Tema II – Planos de Lutas dos Setores: 3 (três) horas;

- II - do Tema III – Plano Geral de Lutas: 7 (sete) horas, em dois turnos;
- III - do Tema IV – Questões Organizativas e Financeiras: 4 (quatro) horas.

§ 1º Os prazos previstos nos incisos I, II e III deste artigo poderá(ão), por deliberação do Grupo, ser prorrogado(s) por, no máximo, 1 (uma) hora, desde que não venha(m) a interferir no funcionamento de outras atividades do 40º CONGRESSO.

Seção V Das Plenárias

Art. 24. As Plenárias são compostas por:

- I – Delegado(a)s de SSIND., de delegado(a)s representativo(a)s do(a)s sindicalizado(a)s nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto e de sindicalizado(a)s via Secretarias Regionais, devidamente credenciado(a)s, e pelo Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL, todo(a)s com direito à voz e ao voto;
- II - Observadore(a)s de SSIND. e de sindicalizado(a)s via Secretarias Regionais, devidamente credenciado(a)s, com direito à voz;
- III - Membros da Comissão Diretora com direito à voz;
- IV – Convidado(a)s, devidamente credenciado(a)s, a critério da Comissão Diretora, com direito à voz.

Art. 25. As Plenárias do 40º CONGRESSO serão dirigidas por mesas coordenadoras cada qual composta por 1 (um/uma) presidente, 1 (um/uma) vice-presidente, 1 (um/uma) 1º (1ª) secretário(a) e 1 (um/uma) 2º (2ª) secretário(a).

§ 1º A Comissão Diretora indica, entre seus(suas) participantes, o(a)s componentes das mesas coordenadoras das Plenárias.

§ 2º A Plenária poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da mesa coordenadora, devendo o(a)s membro(a)s não pertencentes à Comissão Diretora do 40º CONGRESSO serem indicado(a)s pelo(a)s delegado(a)s presentes.

§ 3º As deliberações são adotadas por maioria simples – maior número de votos – do(a)s delegado(a)s presentes, ressalvado o disposto no Art. 21 do Estatuto do Sindicato.

Art. 26. Compete à(o) presidente da mesa coordenadora:

- I - Preparar junto com o(a) 1º (1ª) secretário(a) a ordem dos trabalhos da Plenária;
- II - Dirigir a Plenária, orientando os debates e promovendo a votação de acordo com este Regimento.

Art. 27. Compete à(o) vice-presidente da mesa coordenadora:

- I - Auxiliar o(a) presidente em suas atividades;
- II - Substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28. Compete à(o) 1º (1ª) secretário(a):

- I - Entregar o Relatório, digitado e na forma definitiva, à Comissão Diretora até 3 (três) dias após a conclusão da Plenária.

Art. 29. Compete à(o) 2º (2ª) secretário(a):

- I - Auxiliar o(a) 1º(1ª) secretário(a) em suas atividades;
- II - Elaborar a ata da Plenária;
- III - Entregar a ata, digitada e na forma definitiva, à Comissão Diretora até 3 (três) dias após a conclusão da Plenária.

Art. 30. A duração de cada Plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

- I - As Plenárias de Abertura e de Instalação terão juntas 3 (três) horas de duração, sendo realizadas no mesmo período;
- II - Plenária do Tema I: 4 (quatro) horas;
- III - Plenária do Tema II: 4 (quatro) horas;
- IV - Plenária do Tema III: 6 (seis) horas, em dois períodos;
- V - Plenária do Tema IV: 6 (seis) horas, em dois períodos;
- VI - Plenária de Encerramento: 2 (duas) horas.

§ 1º Cada Plenária, excetuada a de encerramento, poderá ser prorrogada por até 1(uma) hora;

§ 2º A Plenária do Tema I, destinada à discussão da Conjuntura e Movimento Docente, e a Plenária do Tema II, destinada à discussão dos Planos de Lutas dos Setores, que serão realizadas em um único período cada, ambas poderão ser prorrogadas por até 1 (uma) hora.

§ 3º As Plenárias dos Tema III, destinada à discussão do Plano Geral de Lutas, e Tema IV, destinada à discussão das Questões organizativas e financeiras, terão duas partes cada e poderão ser prorrogadas por até 1 (uma) hora.

§ 4º A Plenária de Encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário, no máximo até às 23h59 do dia 31 de março de 2022.

§ 5º As Plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da Plenária anterior.

§ 6º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado neste artigo terão seu encaminhamento decidido pela Plenária de Encerramento.

Art. 31. Compete à Plenária de Instalação:

I - aprovar o regimento, o temário e o cronograma do 40º CONGRESSO;

II - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do 40º CONGRESSO, de textos encaminhados após a publicação do Anexo ao Caderno de Textos deste evento;

§ 1º Os textos a serem submetidos à Plenária de Instalação, contendo elementos novos que tenham impacto na conjuntura e ainda não tenham sido contemplados no Caderno de Textos e no Anexo ao Caderno de Textos, deverão ser apresentados à Comissão Diretora, até uma hora antes do início da plenária.

§ 2º Caberá à Comissão Diretora verificar o atendimento do previsto no parágrafo 1º.

§ 3º Aos(Às) proponentes do texto cabe recurso da decisão da Comissão Diretora a ser apreciado na Plenária de Instalação.

III - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao 40º CONGRESSO.

IV - deliberar sobre os recursos necessários para o financiamento da participação de delegado(a)s representativo(a)s do(a)s sindicalizado(a)s, escolhido(a)s nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto.

Art. 32. A verificação do quórum, no início da Plenária do 40º CONGRESSO, será feita por meio de ferramenta digital.

Parágrafo Único. A verificação de quórum, em qualquer momento do andamento da Plenária, será feita pela contagem do(a)s delegado(a)s mediante cartão de voto.

Seção VI

Da Comissão de Enfrentamento ao Assédio

Art. 33. A Comissão será formada na Plenária de Instalação, sendo composta por 3 (três) membro(a)s da Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL e por 2 (dois) membro(a)s indicado(a)s pela Diretoria da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, que sedia o evento, devendo a mesma ser composta por, no mínimo, 3 (três) pessoas do sexo feminino.

Art. 34. A Comissão de Enfrentamento ao Assédio tem como finalidade:

I - receber representações de assédio praticado contra participantes e colaboradore(a)s dos eventos durante o período de sua realização;

II – dar encaminhamento às representações recebidas no âmbito do 40º CONGRESSO;

III – propor, em parceria com a Comissão Organizadora, estratégias educativas e de prevenção ao assédio e demais opressões.

Art. 35. A Comissão divulgará durante o evento, o local e horário de atendimento e o fluxo a ser seguido para a realização da representação.

Art. 36. Recebida a representação, a Comissão deve convidar o(a) representante e o(a) representado(a) para uma reunião de oitiva, separadamente, registrando seus depoimentos em relatório assinado por cada uma das partes e pela Comissão.

Parágrafo único: O depoimento poderá ser gravado com a concordância do(a) depoente.

Art. 37. A Comissão poderá, como encaminhamento para cada representação:

I – realizar orientações e intervenções educativas, separadamente, imediatamente após depoimento do(a) representante e do(a) representado(a);

II – sugerir à Comissão Organizadora a aplicação de penalidades de advertência e de suspensão a sindicalizado(a)s, na forma do Art. 11 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

III – Após a Plenária de Encerramento a Comissão enviará para a Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL um relatório com a descrição das representações, apuração e encaminhamentos.

Parágrafo único. Se eventualmente o(a) representado(a) não for sindicalizado(a), a Comissão proporá outras medidas cabíveis para cada caso.

Capítulo VI Das Discussões e Votações

Art. 38. Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões (Grupos Mistos ou Plenárias), a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever na mesa coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições e/ou sorteio para contemplar a paridade de gênero, conforme definido pelo Grupo Misto ou Plenária.

Art. 39. Para discussão de cada matéria, será estabelecido um período de tempo compatível com o atendimento da discussão de todas as matérias e o prazo de duração para o funcionamento do Grupo Misto ou da Plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido conforme expresso no *caput* deste artigo.

§ 2º O Grupo Misto ou a Plenária poderão deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou o encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 40. As discussões e votações têm o seguinte procedimento:

I - fase de discussão: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de votação de cada proposta: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrito(a) em encaminhamentos contra e a favor, alternadamente e em igual número, com prévio conhecimento por parte da Plenária e do(a)s inscrito(a)s;

III - fase de votação: por meio de levantamento do cartão de voto pelo(a)s delegado(a)s, de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação do Grupo Misto ou da Plenária.

§ 1º Na fase prevista no inciso II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor.

§ 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas Plenárias as seguintes propostas:

a) aprovadas nos Grupos Mistos;

b) minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos do(a)s delegado(a)s presentes em, pelo menos, um dos Grupos Mistos;

c) oriundas dos Grupos Mistos e que resultem em sistematização no Plenário;

d) sugeridas pela Comissão Diretora, conforme o inciso III do Art. 21.

§ 3º As propostas remetidas pelos Grupos Mistos para a Plenária só serão apreciadas nesta, quando tiverem sido aprovadas, ou obtidos 30% (trinta por cento) dos votos em, pelo menos, um Grupo.

Art. 41. A apresentação de questão de ordem, pedido de esclarecimento e/ou questão de encaminhamento fica assim estabelecida:

§ 1º A questão de ordem deve ser utilizada para suscitar, em qualquer fase da Plenária e/ou Grupo Misto, dúvida a respeito de interpretação ou aplicação desse Regimento; dúvida sobre encaminhamento proposto pela Plenária ou membro(a)s do Grupo que não se relacionem com o tema em debate e/ou entrem em conflito com o Regimento do evento e/ou Estatuto do ANDES-SN e para propor o resgate do tema de forma a centrar no que está em debate no momento específico. A questão é decidida pela mesa coordenadora e/ou submetida a Plenária e/ou membro(a)s do Grupo Misto, e se aprovada deve ser apresentada no tempo de 1 (um) minuto.

§ 2º O pedido de esclarecimento pode ser solicitado em relação a uma proposta, questões de ordem, pauta, não podendo ser feito durante a intervenção de alguém ou durante o regime de votação. Deve ser apresentada no tempo de 1 (um) minuto.

§ 3º A questão de encaminhamento pode ser feita no final dos pontos em discussão mediante apresentação de uma sugestão de condução sobre determinado ponto discutido. Deve ser apresentada no tempo de 1 (um) minuto.

Art. 42. Os pedidos de esclarecimentos, e as questões de ordem e de encaminhamento, têm precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à Plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e pedidos de esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, de encaminhamento e esclarecimento.

Art. 43. As deliberações que impliquem alterações do estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL terão de ser aprovadas por mais de 50% (cinquenta por cento) do(a)s delegado(a)s inscrito(a)s no 40º CONGRESSO, conforme dispõe o § 1º do Art. 21 do Estatuto.

Capítulo VII Das Disposições Gerais e Finais

Art. 44. As propostas de moções devem ser enviadas por e-mail à secretaria do 40º CONGRESSO (secretaria@andes.org.br), até às 17 (dezesete) horas do dia 30 de março de 2022, endereçadas à Comissão Diretora, sendo especificado(a)s o(a)s proponentes e o(a)s destinatário(a)s, este(a)s último(a)s com endereço completo.

§ 1º As propostas de moções só poderão ser apresentadas por participantes do 40º CONGRESSO; sendo, neste caso, participantes aquele(a)s estabelecido(a)s nos termos do art. 4º e incisos deste Regimento.

§ 2º A Comissão Diretora deve divulgar à(o)s participantes do 40º CONGRESSO o teor das moções propostas até às 10 (dez) horas do dia 31 de março de 2022.

§ 3º Excepcionalmente, a critério da Plenária de Encerramento, podem ser acrescentadas e apreciadas outras moções, apresentadas até 30 (trinta) minutos antes do início dessa Plenária, cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto, cabendo à Comissão Diretora avaliar se atendem aos critérios estabelecidos.

§ 4º As propostas de moções das quais não constem o fato motivador, o(a)s destinatário(a)s com os respectivos endereços eletrônicos (e-mails) e o título, não serão recebidas para apreciação do 40º CONGRESSO.

§ 5º As propostas de moções cujos temas já tenham sido objeto de discussão nas instâncias do 40º CONGRESSO e que não foram aprovadas pela Plenária não serão acolhidas pelo CONGRESSO.

Art. 45. As contagens de votos nas Plenárias serão efetuadas pelos integrantes da Comissão Diretora.

Art. 46. Nos Grupos Mistos e nas Plenárias, só serão aceitas declarações de voto de delegado(a) que se abster no momento da votação, no tempo de 1 (um) minuto.

§ 1º Somente constarão da ata da sessão as declarações de votos feitas nas Plenárias, se apresentadas por escrito à mesa.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente às propostas de encaminhamento.

Art. 47. A Diretoria terá como prazo máximo até o dia 1º de maio de 2022 para divulgar o relatório final do 40º CONGRESSO.

Art. 48. A Comissão Organizadora do 40º Congresso irá estabelecer os protocolos de segurança sanitária a serem adotados durante o evento, aos quais estarão vinculado(a)s todo(a)s o(a)s participantes credenciado(a)s, trabalhadore(a)s e prestadore(a)s de serviço enquanto durar o Congresso.

Art. 49. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso à Plenária.

Art. 51. Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do 40º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional.

Porto Alegre (RS), 27 de março de 2022.

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponente(s):

Seção Sindical:

Destinatário(a)(s):

E-mail:

Fato motivador da Moção:

MOÇÃO DE

O(A)s delegado(a)s presentes ao 40º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Porto Alegre (RS), no período de 27 de março a 1º de abril de 2022, manifestam



A CARNE

Compositores: Seu Jorge / Ulises Capelleti / Marcelo Fontes Do Nascimento S

A carne mais barata do mercado
É a carne negra
Tá ligado que não é fácil, né, mano?
Se liga aí

A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
Só-só cego não vê

Que vai de graça pro presídio
E para debaixo do plástico
E vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos
A carne mais barata do mercado é a carne negra
Dizem por aí

A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra

Que fez e faz história
Segurando esse país no braço, meu irmão
O cabra que não se sente revoltado
Porque o revólver já está engatilhado
E o vingador eleito
Mas muito bem intencionado

E esse país vai deixando todo mundo preto
E o cabelo esticado
Mas mesmo assim ainda guarda o direito

De algum antepassado da cor
Brigar sutilmente por respeito
Brigar bravamente por respeito
Brigar por justiça e por respeito
(Pode acreditar)

De algum antepassado da
cor
Brigar, brigar, brigar,
brigar, brigar
Se liga aí

A carne mais barata
do mercado é a carne
negra
Na cara dura, só cego
que não vê
A carne mais barata
do mercado é a carne
negra

A carne mais barata do mercado é a carne negra
Na cara dura, só cego que não vê
A carne mais barata do mercado é a carne negra
Tá, tá ligado que não é fácil, né, né mano

Negra, negra
Carne negra
É mano, pode acreditar
A carne negra

Elza Soares



Foto: Divulgação

**TEMA I - CONJUNTURA E MOVIMENTO
DOCENTE**

CONJUNTURA E MOVIMENTO DOCENTE

A CENTRALIDADE DA LUTA ANTI-IMPERIALISTA E O FUTURO DA HUMANIDADE: POR UMA POLÍTICA SINDICAL INTERNACIONALISTA!

TEXTO DE APOIO

O rufar dos tambores de guerra na Ucrânia não é um raio em céu de brigadeiro. Os mesmos EUA que impulsionam a extensão da OTAN até às próprias fronteiras da Rússia, visando, através de pressão e chantagem militar, a penetração de seus capitais por todo o antigo território soviético, anunciaram pouco antes uma forte retomada do seu crescimento econômico simultaneamente ao maior orçamento militar de sua história, dois fatos estreitamente vinculados. Em início de 2014 foi defenestrado na Ucrânia Viktor Yanukovych, governante próximo da Rússia. A retaliação foi a retomada da Crimeia pela Rússia, um território doado pela URSS à Ucrânia em 1954. Depois da anexação, secessionistas no leste da Ucrânia obtiveram robustez em seu pleito independentista. Ante a possibilidade de redução do território ou mesmo de autonomia, o novo governo ucraniano recuperou o projeto de compor a OTAN. No entanto, Volodymir Zelensky, o novo presidente ucraniano, seu ministro das Relações Exteriores e até a mídia ucraniana, estão surpresos com o nível e o alcance da histeria bélica que tomou conta do Ocidente.

Nem uma palavra é dita na grande mídia ocidental sobre como a aliança da OTAN vem se expandindo, desde a dissolução e colapso da União Soviética em 1991, cada vez mais ameaçadoramente para a Federação Russa, o principal estado sucessor da antiga federação de nações. No total treze países, a República Checa, Polônia, Hungria (1999), Estônia, Letônia, Lituânia, Eslováquia, Romênia, Bulgária, Eslovênia (2004), Albânia, Croácia (2009) e Montenegro (2017) aderiram à OTAN desde aquele evento. O cerco pelo Ocidente está quase concluído, agora é hora do cerco do sul, com a Ucrânia, a Geórgia, a Moldávia e possivelmente o Azerbaijão já tendo apresentado sua candidatura. A operação está marcando passo no Leste, com os países da Ásia Central apoiando, pelo menos por enquanto, sua poderosa vizinha Rússia, e também atendendo aos interesses de seu outro gigante vizinho, a China.

Washington acusa Moscou, mas desloca porta-aviões e tropas para a fronteira russa. A adesão da Ucrânia à OTAN traz imediatamente para a agenda geopolítica a implantação de ogivas nucleares em seu território. O mundo precisa ter claro o que isso implica: que um míssil nuclear poderia cair sobre Moscou em um período de poucos minutos. Em outras palavras, será uma situação em que uma arma nuclear carregada estaria sendo apontada contra o coração da Rússia. Esta máquina de guerra imperialista é o que ameaça o futuro da humanidade na Europa e na Ásia, e possivelmente em outros continentes no futuro. É contra isso, também, que as organizações da classe trabalhadora, sindicatos e partidos políticos, em todo o mundo, de mãos dadas com todos os movimentos sociais dos oprimidos e lutadores anti-imperialistas do mundo, devem lutar.

Por trás da movimentação agressiva impulsionada pelos EUA, filtram-se as condições precárias da retomada econômica norte-americana, que mal ocultam as condições de crise do maior capitalismo do planeta. No terceiro trimestre de 2021, a dívida pública americana ultrapassou 28 trilhões de dólares, ou 125% do PIB do país: o governo americano aumentou a dívida pública de forma enorme e, em condições de crise sanitária, não foram cobrados impostos de crise sobre as grandes empresas. A promessa democrata de salário-mínimo de 15 dólares/hora foi abandonada, esse valor permanece em 7,25 dólares. O orçamento militar foi aumentado para US\$ 720 bilhões, o maior desde a Segunda Guerra Mundial (apesar do

desengajamento dos EUA no Afeganistão). Na área de obras públicas, a administração Biden, com apoio republicano, aprovou um orçamento que favorece as grandes empresas de construção.

Deve-se lembrar que foi nos Estados Unidos que a pandemia do coronavírus resultou no maior número absoluto de mortes do mundo: mais de 820.000 até final de 2021. Apesar da extrema gravidade da situação, Biden não executou nenhuma ação que entrasse em conflito com os interesses da *Big Pharma*, embora concentre grande parte do potencial farmacêutico pelo sequestro do conhecimento científico por meio das patentes – cujas proprietárias são os conglomerados farmacêuticos, os EUA se mostraram absolutamente incompetentes nas políticas de saúde para conter a pandemia. Além disso, reteve um estoque de vacinas muito além do necessário para vacinar toda a população americana, enquanto países africanos dependem unicamente da Covax Facility da OMS para ter acesso às doses. Paralelamente, a concentração de capital aumentou como nunca antes na história: a Apple se tornou a primeira empresa da história a alcançar o valor de US\$ 3 trilhões; em dezesseis meses, o valor da Apple subiu 50%. Em 2021 as cinco maiores *big techs* (Apple, Google, Amazon, Microsoft e Facebook - Meta) bateram, juntas, o valor acionário de US\$ 9,3 trilhões (já superaram os dez trilhões). Durante a pandemia, essas companhias foram as mais preparadas para lucrar com o “trabalho remoto”.

Na sua retomada de agressivas atitudes semelhantes às da “guerra fria”, os EUA aproveitam as contradições das políticas dos governos dos países antigamente subtraídos ao domínio imperialista pelas revoluções socialistas. China e Rússia avançaram no caminho da restauração capitalista após os acontecimentos de 1989-1991. Presos às contradições do processo de restauração, estes países estão enfrentando agora uma escalada da pressão militar, econômica e política imperialista para impor-lhes, por todos os meios, subjugação total, fragmentação e lhes impor um novo tipo de colonização imperialista sob um domínio semifascista, mascarado como uma “mudança de regime democrático”. Esses regimes não são capazes nem sequer estão dispostos a derrotar a ofensiva imperialista, buscam um compromisso improvável e uma acomodação impossível com o inimigo agressor de seus povos, em nome da “cooperação internacional”, a “multipolaridade”, um “acordo ganha-ganha”, todos os avatares das velhas fórmulas fracassadas de “coexistência pacífica” e do “socialismo em um único país”.

No Cazaquistão, ex-república soviética, os clãs recrutados na antiga burocracia deflagraram uma repressão no “janeiro sangrento”, com mais de 160 mortos, milhares de feridos e 10.000 detenções. O processo teve início com o irromper de lutas impulsionado por uma grande greve operária, que assumiu contornos insurrecionais encampados por outros segmentos da população cazaque. O Cazaquistão é o país mais rico da Ásia Central. Líder mundial na produção de urânio, também possui grandes depósitos de petróleo, gás natural, carvão, minérios, grandes quantidades de metais preciosos como manganês, cromo, potássio, titânio ou zinco. Durante o período em que fazia parte da URSS, a renda dessa riqueza, extraída em grande parte pelos deportados do *gulag*, foi capturada pelos principais executivos da burocracia. Depois de 1990, o clã Nazarbayev continuou a enriquecer vendendo a exploração desses recursos a multinacionais, numerosas no país. Enquanto a maioria da população sobrevive com salários miseráveis nas cidades, e o campo é deixado ao subdesenvolvimento, uma oligarquia rica - algumas das fortunas do país estão nas paradas mundiais - espalha seu estilo de vida luxuoso. Uma ditadura feroz preserva esses privilégios, monitora de perto a população, proíbe sindicatos e organizações independentes, sufoca toda a liberdade democrática e intervém com extrema violência sempre que ocorre um protesto.

O desastre climático e sanitário não é uma variável independente da crise econômica e social. A COP26 testemunhou todas as contradições e impotência dos grandes poderes “globais” para enfrentar a catástrofe em curso. O maior número de delegados na COP26 correspondeu ao setor de combustíveis fósseis com 503 pessoas, superando o país com a delegação mais numerosa, o Brasil, que levou 479 integrantes. Embora numerosa, a delegação brasileira esteve à margem das discussões, a começar pela ausência do presidente, demonstrando que o Brasil, apesar do seu potencial socioambiental, perdeu a respeitabilidade que vinha conquistando no cenário internacional. Não fosse o protagonismo de lideranças indígenas brasileiras na COP26, o Brasil sequer figuraria como partícipe de tão urgente e importante debate. Estavam representadas mais de cem corporações e trinta organizações empresariais enfocadas nos interesses de

petroleiros e do carvão. Esse número duplicou o dos participantes das organizações indígenas, sendo maior que a soma das delegações governamentais de países muito afetados pelas mudanças climáticas como Haiti, Filipinas, Bahamas, Bangladesh e Paquistão. O acordo entre Estados Unidos e China durante a COP26 esteve mais para um anúncio de boas intenções como alívio publicitário, pois coincidem no desenvolvimento predatório do meio ambiente não duvidando em descarregar no resto do planeta seus impactos ambientais. Ambos lançam discursos para frear as mudanças climáticas, mas cada um defende aqueles combustíveis fósseis de que necessitam: a China o faz com o carvão, e os EUA com o petróleo.

A carência de saídas apresentadas na COP26, e a indicação da sede da COP27 em Sharm El-Sheikh, no Egito, mostram não só a ineficácia das saídas do capital para a crise climática como também a necessidade de interditar as mais potentes alternativas para a lida com a questão, inibindo articulações paralelas e mobilizações de massa, que se verificaram em Glasgow e outras COPs anteriores.

Contra as declarações otimistas e interessadas (pelos interesses das grandes corporações farmacêuticas), a pandemia global continua progredindo. O número de casos globais da Covid-19 registrados em janeiro de 2022 já supera o montante acumulado em todo o ano de 2020. Foram contabilizados 83,76 milhões de pessoas infectadas pelo novo coronavírus em 2020 (com média mensal de 7 milhões de casos). Em 2021, o número de infectados saltou para 204,8 milhões (com média mensal de 17 milhões de casos). Mas somente no primeiro mês de 2022 foram registrados e reconhecidos pelas estatísticas oficiais cerca de 85 milhões de pessoas infectadas. O avanço do novo SARS-COV-2, em grande parte devido ao surto da variante Ômicron, assustou as autoridades de saúde e o número de casos de janeiro de 2022 é cerca de quatro vezes maior do que o pico mensal anterior da curva epidemiológica, que foi de 22,5 milhões de casos em abril de 2021.

O avanço do Sars-Cov-2, em grande parte devido ao surto da variante Ômicron, assustou as autoridades de saúde e o número de casos de janeiro de 2022 é cerca de quatro vezes maior do que o pico mensal anterior da curva epidemiológica, que foi de 22,5 milhões de casos em abril de 2021. Embora o número de casos seja alto e o número de mortes tenha voltado a crescer, ficou evidente a importância da vacinação para prevenir tanto casos graves quanto mortes por Covid-19. Atualmente, entre 70 a 80% das mortes por Covid-19 são de pessoas não vacinadas ou com ciclo vacinal incompleto. Uma constatação que preocupa a comunidade médica é o aumento de casos e mortes de crianças, estrato da sociedade que ficou mais vulnerável à doença, exatamente por terem sido as últimas a ter acesso às vacinas.

Na nossa parte desse mundo em convulsão, o abismo que separa o Norte e o Sul global não deixa qualquer espaço para ilusões nas elites burguesas nacionais dos “países emergentes” de alcançar as economias capitalistas avançadas. Ao mesmo tempo, nenhuma dissociação ou desvinculação é possível em uma economia capitalista mundial insolúvelmente interconectada, dominada pelo capital financeiro global e pelo imperialismo. O impasse é absoluto e os desastres intermináveis: o desastre humanitário pela pandemia e falta de vacinação ou quaisquer protocolos de saúde, o desemprego em massa, a inflação em espiral, a fome, as novas medidas draconianas do FMI, a corrupção das classes dominantes, a repressão do Estado, as agressões imperialistas e as guerras.

O desespero social e a miséria crescentes alimentam um estado permanente de rebelião, bem como gigantescas e ininterruptas ondas de migração em massa para o Norte global. Mas, desta vez, o movimento migratório não se dirige a centros em expansão econômica, mas a países metropolitanos devastados por crises e depressões. Milhares de migrantes desesperados e suas famílias encontram a morte no Mediterrâneo e no Mar Egeu, em frente à “Fortaleza Europa” ou nas fronteiras militarizadas da América. Aqueles que finalmente entram, são presos em campos de concentração ou enfrentam ódio racial e xenofobia patrocinados pelo Estado. Surge um novo “proletariado nômade”, que apenas pode encontrar futuro e emancipação na solidariedade e na luta unida com o movimento operário e as massas proletarizadas dos países metropolitanos, bem como junto ao novo proletariado industrial nos centros urbanos da Ásia, América Latina e África.

Na nossa América Latina, o governo Biden, elogiado por sua natureza “democrática”, não apenas não suspendeu, como agravou o bloqueio criminoso à Cuba. Também continuou a reconhecer Juan Guaidó, um autodeclarado presidente no lugar de Nicolás Maduro na Venezuela, auxiliando e favorecendo a pilhagem do dinheiro ao povo venezuelano.

A onda direitista em nosso continente, esboçada na transição entre as duas primeiras décadas de nosso século, entrou em crise com o fracasso do golpe militar na Bolívia e com as derrotas eleitorais direitistas em outros países. As vitórias eleitorais da centro-esquerda ou de frentes “progressistas” em países como Chile, com Gabriel Boric e Xiomara Castro em Honduras, onde um golpe tinha derrubado o governo Zelaya, ou no Peru, com a vitória de Pedro Castillo e a coalizão “Peru Livre”, apenas preannunciam a catástrofe maior da direita continental, a previsível derrota de Bolsonaro no pleito eleitoral de finais de 2022 no Brasil. Isso não significa, no entanto, que a direita continental não encontre fôlego nas disputas institucionais, como é o caso das eleições para o senado e na Câmara dos deputados na Argentina e mesmo no avanço da direita na apertada eleição no Chile.

A convergência e domesticação dos governos ditos de esquerda pelo grande capital financeiro está em pleno andamento. O acordo do governo argentino de Alberto Fernández com o Fundo Monetário Internacional, destinado a pagar a ilegítima e usurária dívida externa (cujo não pagamento aceleraria um colapso financeiro internacional), foi realizado sobre a explícita base do congelamento salarial, de cortes draconianos nos gastos sociais e de um brutal reajuste das tarifas dos serviços públicos, o que já tem provocado enormes manifestações de rua em repúdio a esse acordo (para o qual o FMI exige um explícito apoio parlamentar) por parte da população trabalhadora e pobre do país vizinho.

América Latina, Brasil incluído, não fogem à situação mundial. A crise histórica do capitalismo “global” cria uma desestabilização generalizada, polarização, radicalização, rebeliões massivas como o *Black Lives Matter*, mas também insurreições da extrema-direita, tais como a invasão do Capitólio dos EUA em 6 de janeiro de 2021. Há uma convergência desigual, mas crescente, de escaladas de confrontos, tanto no Norte quanto no Sul, de Washington a Bogotá, Santiago do Chile ou a Jerusalém ocupada. Qualquer avanço ou recuo em qualquer frente internacional interage com outra. Nenhum problema global pode ser resolvido sem a derrubada de seus responsáveis e sem o controle pelos trabalhadores das forças produtivas mundiais. Nenhuma solução para o desemprego em massa, a fome, a falta de moradia e para a "epidemia das epidemias" pode ser dada sem a expropriação dos capitalistas. Nenhuma solução para o pesadelo das mudanças climáticas pode ser administrada por impostos sobre o carbono, mas apenas por um planejamento socialista internacionalmente coordenado sob controle dos trabalhadores. As soluções globais não podem ser fornecidas pelos estados nacionais burgueses, apenas por sua abolição através da luta internacional unificada da classe trabalhadora.

Intensificar a luta pelos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora brasileira.

A conjuntura brasileira apresenta através de um profundo conjunto de contradições, cuja complexidade pode ser entendida pela presença contínua do desemprego, o aumento sem precedentes da fome, a violência da carestia/inflação que tem levado uma quantidade absurda de pessoas para a linha da miséria. As balizas da crise estão organizadas para destruir as possibilidades de sobrevivência da classe trabalhadora. Paralelamente, setores dominantes da sociedade galgaram mais riquezas, aumentando a concentração de renda e as desigualdades sociais.

A erosão da vida social, para além dos marcos estabelecidos pela crise brasileira, tem avançado com celeridade sobre segmentos da classe trabalhadora que são mais precarizados na dinâmica social. Seguem os ataques à população preta, às mulheres pobres e aos segmentos da população que são mais atingidos pelos ataques do racismo, machismo, lgbtphobia e pela xenofobia que atinge imigrantes vindos da África (a exemplo dos congolezes) e países pobres da América Latina e Centro América (Bolívia, Paraguai e Haiti). Essa ordem perversa da sociabilidade capitalista, marcada pela lógica das opressões, tem raízes

profundas na sociedade brasileira e atinge a formação social no campo e nas cidades, atingindo com sua violência a vida rural e urbana.

A condensação despolitizada da crise brasileira, reforça o caos controlado que desestrutura o aparato de Estado, destrói os serviços públicos, privatiza serviços e empresas estatais, ao tempo em que desregulamenta todo o sistema de proteção social e do trabalho. O governo do ‘agitador fascista’, Jair Bolsonaro, articulou um amplo e violento desmonte do sistema público brasileiro. Contudo, tendo em vista o processo eleitoral do corrente ano, o governo tentará focalizar algumas ações que tenham repercussão entre os mais vulneráveis para capitalizar com possíveis dividendos eleitorais.

A ordem do capital, com total apoio do governo federal, tem operado um vasto projeto de destruição do meio ambiente. A mineração, o garimpo, a monocultura invasiva, a grilagem de terras, a pecuária e o agronegócio, junto com a falta de fiscalização ambiental e a ausência de saneamento básico nas áreas habitadas pela população das mais diversas periferias, das grandes e pequenas cidades, são responsáveis diretos pela deterioração socioambiental. A total ausência de políticas que visem a proteger o meio ambiente e o permanente incentivo à sua destruição caracterizam a lógica ecocida do governo federal.

As tragédias climáticas são, portanto, resultado das transformações efetivadas pela exploração do capital sobre o meio ambiente, trazendo sérios problemas para o povo mais pobre, que busca alternativas de desenvolvimento sustentável, como os trabalhadores rurais sem-terra, quilombolas, população ribeirinha, favelados e indígenas.

Diversos estados do Brasil passaram, recentemente, por tragédias ambientais. Muitos desabamentos e enchentes causaram mortes absurdas. O governo Bolsonaro, na lógica da desordem pública, tem permitido o envenenamento dos rios e das plantações. A crise socioambiental como resultado do avanço do Capital sobre as relações com o meio ambiente e a produção de mercadorias, especialmente commodities oriundas da mineração e agroindústria, tem tido um papel criminoso. As hordas neofascistas e a direita estão agindo de forma impune e predatória sobre a natureza no Brasil, com total estímulo do presidente da República. Emblemática é também a ofensiva colocada contra as populações indígenas e seus territórios, legitimada pelos discursos do Governo Federal e implementada na prática violenta de madeireiras, grileiros, garimpeiros e outros agentes que estão na ponta de lança do capital. As tensões postas no STF quanto ao julgamento da tese do marco temporal e uma infinidade de projetos de lei, decretos e outras medidas que de um lado armam os latifundiários e de outro fragilizam as populações indígenas marcaram o último período.

O pico das mazelas sociais em nosso país agigantou-se com a pandemia da Covid-19. O negacionismo do governo Bolsonaro, a ação criminoso diante da vacina, o desmonte do SUS, o sucateamento da ciência e tecnologia, a tentativa de sufocar por falta de verbas as instituições públicas de ensino superior (universidades, institutos e CEFETs) demonstram o quão é séria a desestruturação dos serviços públicos no Brasil. Além dessa questão, a pandemia da Covid-19 estagnou, e até regrediu, na oferta de atendimento à população de serviços básicos de saúde. Essa situação gerou uma janela de oportunidades para os negócios privados de saúde, que têm avançado sem limites nesse momento. A ausência de políticas que visassem conter o avanço da pandemia e preservar a vida de brasileira(o)s se configurou como um projeto genocida, uma vez que conduziu a fração mais vulnerável da sociedade ao adoecimento e à morte. A maior parte das pessoas que foram a óbito por Covid-19 são pretas, pardas, pobres e periféricas. Estas são as pessoas que dependem integralmente dos serviços públicos para terem acesso à saúde.

A Covid-19, em um novo momento, tem apresentado muitas possibilidades de variantes. A ômicron pode nos empurrar para situações de aumento substancial da mortandade e da contaminação, com a provável necessidade de interrupção das mais diversas atividades presenciais no mundo do trabalho, em especial nas nossas Instituições de Ensino Superior (Universidades, Institutos e CEFETs).

Nesse grave cenário político social, o avanço das políticas neoliberais aprofundou a recessão e a crise, desde 2015, com o conjunto das contrarreformas trabalhistas e previdenciárias, e os diversos pacotes pró-capital financeiro, entre outros fatores. Tudo isso tem impedido as mínimas perspectivas de retomada do

crescimento econômico e do bem estar de toda a sociedade. Existe, portanto, um projeto em curso para aniquilar a classe trabalhadora, mesmo que com isso, se destrua o Brasil.

Na atual etapa da luta de classes, temos enfrentado Bolsonaro e grupos neofascistas. Estamos combatendo a ordem do capital e seus projetos nos parlamentos federal e estaduais, temos ocupado as ruas em defesa das nossas pautas, não obstante um tempo político de descenso dos movimentos populares e sociais, assim como do movimento operário e sindical. A classe trabalhadora está passando por uma crise estratégica e, nesse contexto, é fundamental a questão da sua reorganização através de uma ampla articulação que coloque na centralidade da luta a construção de um projeto e um programa pautado na independência da nossa classe. Precisamos, objetivamente, pensar na articulação de um encontro nacional da classe trabalhadora.

Nessa quadra histórica, em articulação com as lutas populares e sindicais, precisamos aprofundar nossa posição sobre o papel na defesa da universidade. Há 41 anos, o ANDES-SN constrói um projeto autônomo para a universidade brasileira. No entanto, na atual conjuntura, a universidade, os institutos e os CEFETs têm sido atacados de forma mais contundente pelo negacionismo, pelo aprofundamento das políticas de contingenciamento e cortes no orçamento, pelas intervenções na gestão universitária operada pelo bolsonarismo e pelas ações antidemocráticas que estão invadindo o espaço da vida acadêmica.

A universidade é um espaço público de resistência, devemos avançar no debate democrático sobre o conhecimento e na construção da ciência a serviço das demandas sociais da classe trabalhadora. Portanto, precisamos avançar na atualização do nosso projeto de universidade, enfrentando a decadência ideológica, indicando as limitações do seu caráter de representante dos interesses da classe dominante dessa instituição centenária e reforçar a centralidade das nossas lutas nesse espaço de combate.

Estamos passando por um momento histórico muito complexo na vida acadêmica. Uma experiência de trabalho pautada pela virtualidade nunca antes vivenciada. Mesmo com todas essas dificuldades, professore(a)s conseguiram desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão para responder à crise sanitária e as diversas ações que configuram a universidade brasileira. No entanto, os desafios impostos pela pandemia da Covid-19 têm precarizado ainda mais nossas condições de ensino e de aprendizagem, ampliando as garras do mercado, em especial, o ambiente da tecnologia, para efetivar um projeto de privatização da educação e de entreguismo do nosso conhecimento. Para além disso, impõe-se na nossa realidade uma imposição do retorno presencial sem as devidas condições sanitárias e sem planejamento adequado para garantir condições de ensino, trabalho e de aprendizagem para toda comunidade universitária.

Intensificar a luta em defesa dos serviços públicos e do(a)s servidore(a)s

O aprofundamento do ajuste fiscal no Brasil, que se intensifica com a EC 95/2016, está ancorado numa política econômica que tem por objetivo ampliar a destinação do fundo público para a lucratividade do capital em detrimento do investimento nas políticas sociais. Esse sistema ao passo que possibilitou a aprovação de diversas contrarreformas que atingiu a previdência social, os direitos trabalhistas, a educação e o sistema único de saúde também favoreceu a ampliação da dívida pública e o lucro dos rentistas e banqueiros. É nesse sentido que analisar o ataque aos serviços públicos nos exige compreender a disputa feita entre capital e trabalho na pressão ao Estado.

O ano de 2021 foi marcado pela luta do(a)s servidore(a)s público(a)s no Brasil contra a PEC 32. O projeto que o governo denominou de reforma administrativa traz transformações profundas para o papel do Estado brasileiro. Dentre outras questões podemos apontar: o aumento das terceirizações; a ampliação das privatizações, inclusive via organizações sociais; a diminuição no quadro de servidores públicos concursados e com estabilidade; a precarização nas condições de trabalho e de salário dos servidores públicos; a extinção de órgãos públicos e autarquias. Todas essas questões apontam para um resultado que impacta

principalmente a classe trabalhadora mais pauperizada que depende da atenção do Estado, via serviço público, para garantir sua sobrevivência.

O enfrentamento a essa proposta foi feito com muita luta do funcionalismo público e centrais sindicais. Durante quatorze semanas contínuas realizamos mobilizações em Brasília, pressionamos os deputados e deputadas e ampliamos o debate com o conjunto da sociedade. Esse movimento fez com que a PEC 32 não fosse levada a votação no plenário da Câmara dos Deputados em 2021. A luta das servidoras e servidores impôs uma derrota, mesmo que parcial, ao governo Bolsonaro e Mourão. O principal projeto econômico do governo não foi aprovado, perdeu força dentro do congresso nacional e afastou muitos parlamentares dessa proposta. Consideramos pouco provável que a referida PEC seja votada em 2022, embora o ministro da economia Paulo Guedes tenha anunciado que é possível encaminhar a votação mesmo em ano eleitoral. Por isso, é preciso manter as categorias do serviço público em constante mobilização contra qualquer possibilidade da PEC 32 entrar em votação no Plenário, pois já foi aprovada na CCJ.

Para as servidoras e servidores públicos cabe continuar a luta em defesa dos serviços públicos. A Lei Orçamentária Anual para 2022 aprovou 1,7 bilhão para reajuste dos salários dos trabalhadores e trabalhadoras do Estado, porém o próprio governo anunciou que esse reajuste seria somente para a polícia federal. Essa situação causou muita indignação, pois todos os servidores e servidoras estão há mais de 5 anos sem qualquer reajuste salarial da inflação. As perdas acumuladas atingem quase 50% e nos últimos três anos temos perdas na ordem de 19,99%.

Frente a essa situação o FONASEFE e o FONACATE organizam nova jornada de luta tendo em vista a necessidade de pressionar o governo para o cumprimento da isonomia no trato com as servidoras e servidores públicos. O chamado é para construção da greve nacional do serviço público. Nesse sentido as categorias dos servidores públicos federais passam a se movimentar para deflagração da greve. Importante destacar a necessidade de manter a unidade na luta para a construção da greve, tendo em vista que foi esta unidade que garantiu vitória na batalha contra a PEC 32.

Frente aos grandes ataques ao serviço público, a greve das servidoras e servidores federais se encontra inserida na continuidade da luta em defesa do serviço público no Brasil. A pauta de greve protocolada no ministério da economia no dia 18 de janeiro de 2022 apresenta como reivindicação:

1. Reajuste salarial de 19,99% para o conjunto dos servidores públicos federais;
2. Arquivamento da PEC 32;
3. Revogação da EC 95/2016

A reivindicação da reposição salarial não pode ser vista em separado do sistema de ajuste fiscal imposto pela EC 95/2016. Ao estabelecer um teto para o gasto das despesas primárias essa medida afeta drasticamente o orçamento da saúde, educação, assistência social e previdência de modo a diminuir a cada ano o investimento nessas áreas, que deveriam ser prioritárias. Na mesma medida se opera a justificativa da impossibilidade de reajuste salarial para os servidores e servidoras. Porém, ao ser apontado na Lei Orçamentária Anual de 2022 um valor destinado a reposição salarial, isso reabre a discussão da garantia e necessidade de que todas as categorias de trabalhadores e trabalhadoras do serviço público tenham acesso a essa reposição. Deste modo, é imprescindível associar a pauta salarial com a revogação da EC 95 e com o arquivamento da PEC 32. Por isso, o eixo da luta das servidoras e servidores continua a ser a luta em defesa dos serviços públicos. Contra qualquer processo de precarização e destruição dos serviços públicos no Brasil!

2022: Derrubar o governo genocida de Bolsonaro, avançar na construção de unidade de ação: Faz escuro mas eu canto!

Diante de tantos desafios, entendemos que o ano de 2022 exige do nosso sindicato e suas seções sindicais, a articulação das lutas internacionalistas contra o avanço do imperialismo e seus perigos à humanidade, das lutas no âmbito nacional em defesa das condições de vida da classe trabalhadora, colocando como centralidade a luta contra o racismo e as opressões, relembrando o legado da doutora e cantora Elza Soares que sempre denunciou que, no Brasil, ‘a carne mais barata do mercado é a carne negra’. Da defesa irrestrita da educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada nos interesses do povo trabalhador e dos serviços públicos. Para isso, precisamos avançar na construção de unidade de ação em torno de um programa de luta que perpassasse pelo fim do governo genocida de Bolsonaro e Mourão, pela revogação das contrarreformas, da EC95 e das privatizações.

Dada a necessidade de fazermos um enfrentamento a altura da conjuntura, e, considerando que, nesse período do 39º Congresso até o momento, a democracia interna do nosso sindicato funcionou plenamente - pois estivemos de frente para a história nas lutas em curso -, entendemos que não é democrático encurtar o mandato da atual direção. Temos que enfrentar as lutas que estão postas para 2022, e não seria adequado deixarmos essa centralidade para nos dedicarmos ao processo eleitoral interno. O ano de 2022 também é um ano eleitoral importante para o povo brasileiro, mesmo que os projetos majoritários colocados para a presidência não representem um projeto de emancipação da classe trabalhadora no sentido de apontar seus interesses históricos, temos o compromisso de pôr fim ao governo ultraneoliberal e profascista de Bolsonaro: nas redes, nas ruas e nas urnas. Com isso, o sentido principal dos nossos encaminhamentos internos passa por encontrarmos caminhos possíveis para que o nosso sindicato possa continuar em movimento, enfrentando Bolsonaro e defendendo a educação pública, ao lado da classe trabalhadora. Isso não significa, no entanto, que não tenhamos que debater e encaminhar com a maior brevidade possível e com compromisso coletivo o processo eleitoral do sindicato, no sentido, de retornarmos nosso calendário eleitoral como vimos realizando nestes 41 anos.

Por fim, a poesia de Thiago de Mello, poeta amazonense que nos deixou em 2022, nos convoca “Faz escuro mas eu canto”, e é a partir deste verso que renovamos nosso compromisso de seguir a luta por um novo amanhã.

Por um sindicato forte e a altura das lutas de 2022:

Fora Bolsonaro e Mourão.

Racistas, machistas, fascistas, anticapacitistas NÃO PASSARÃO.

Em defesa da vida da classe trabalhadora brasileira e dos serviços e servidore(a)s público(a)s.

É o ANDES-SN há 41 anos defendendo a educação pública no Brasil.

TEXTO 2

Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Adriano Severo Figueiró (SEDUFMS), Carmem Dickow Cardoso (SEDUFMS), Fabiane Adela Tonetto Costas (SEDUFMS), Gianfábio Pimentel Franco (SEDUFMS), Gihad Mohamad (SEDUFMS), Graziela Lucci de Angelo (SEDUFMS), Hugo Gomes Blois Filho (SEDUFMS), João Carlos Gilli Martins (SEDUFMS), Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS), Luciana Menezes Carvalho (SEDUFMS), Luis Eduardo de Souza Robaina (SEDUFMS), Maristela da Silva Souza (SEDUFMS), Rondon Martim Souza de Castro (SEDUFMS).

FORTALECER A CSP-CONLUTAS E CONSTRUIR UM POLO SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO COMO UMA ALTERNATIVA POLÍTICA DA CLASSE TRABALHADORA NA LUTA POR UM GOVERNO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES.

1. A crise do sistema capitalista e as medidas tomadas pelo Capital para enfrentá-la.

O Sistema Capitalista vive uma crise crônica e estrutural sem precedentes em sua história, cujo ciclo iniciou em 2008/2009, uma crise que, até para alguns economistas ligados ao capital, já é superior à crise de 1929.

A pandemia do novo coronavírus, além de elevar essa crise a um nível inimaginável, veio expor a face cruel do capitalismo: para enfrentar essa situação de crise econômica e sanitária, o Capital coloca o mercado acima da vida das pessoas e impõe uma verdadeira guerra social contra a classe trabalhadora no mundo todo, com retirada de direitos, arrocho salarial, desemprego, cortes nas aposentadorias, nos investimentos públicos (Saúde, Educação, etc) usando os estados nacionais como instrumento para impor essa política.

Embora o cenário econômico mundial, desde o final de 2020, tenha apresentado um pequeno crescimento – principalmente nos EUA e na China –, a dinâmica na taxa de variação dos lucros das grandes empresas ainda é descendente.

2. O Brasil no panorama dessa crise e a recondução do país à condição de colônia.

No Brasil, os reflexos desse pequeno crescimento conjuntural na economia mundial possibilitaram, com o aumento do preço das commodities, a obtenção de altos lucros para o agronegócio e para as mineradoras, o que fez com que a balança comercial no país se mantivesse positiva nos últimos meses.

Simultaneamente, como resultado do aumento das taxas de juros e da reposição dos estoques industriais, o Brasil teve, nesse período, um crescimento do seu Produto Interno Bruto (PIB) acima do esperado pelo mercado, o que implicou, para o país, um pequeno crescimento econômico em 2021.

No entanto, se o agronegócio, as mineradoras, as indústrias e os bancos, de maneira geral, foram beneficiados por esse pequeno crescimento econômico, isso não significou um aumento de emprego e renda para a classe trabalhadora, porque os pequenos proprietários e os setores de serviços -- que são os que empregam a maioria dos(as) trabalhadores(as) em nosso país --, castigados pela crise econômica e sanitária, seguem em recessão e estão sendo levados à falência. Mesmo a construção civil, que é responsável pelo emprego de um número significativo de trabalhadores e trabalhadoras, não teve, nesse último período, seu crescimento alavancado e cresceu abaixo dos demais setores industriais.

Paralelamente a isso, a submissão do país aos interesses do Capital segue de vento em popa. Bolsonaro, seguindo a política de seus antecessores, avança no processo de privatizações. Além da Eletrobrás, recém privatizada, planeja-se para o próximo período vender Correios, Telebrás, Dataprev, Serpro, Ceitec e 115 ativos, dentre eles 09 estatais, 16 portos, 6 rodovias, 24 aeroportos e 6 parques

florestais, etc. Esse plano prevê, ainda, a venda e a concessão de blocos de gás, minérios e serviços públicos. A pandemia do novo coronavírus tem retardado esse processo em curso.

Na nova divisão mundial do trabalho a ordem é reconduzir o Brasil à condição de colônia. Para isso, um processo de desindustrialização relativa está em curso: se no início do século XXI o montante do PIB brasileiro advindo do parque industrial estava perto dos 30%, hoje esse montante não chega a 10%. Com isso, o que nos guarda o futuro é a dependência em produtos industrializados – principalmente aqueles relativos à tecnologia fina – dos países sedes das grandes multinacionais.

Para que o Brasil se reestabeleça como uma neocolônia, foi necessário flexibilizar ainda mais o trabalho interno no Brasil com vistas a uma neoescravidão. Com esse objetivo, a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência, a Lei da Terceirização e a Carteira Verde e Amarela impuseram aos(as) trabalhadores(as) a impossibilidade de aposentadoria por tempo de serviço, obrigando-os(as) a trabalhar a vida inteira, com um salário miserável e sem outras garantias.

Para sedimentar essa recondução do Brasil à condição de colônia dos países sedes das grandes multinacionais, foi preciso nos tornar, também, dependentes desses países ricos nos domínios dos conhecimentos em Ciência e Tecnologia. Para isso, aprofundar a precarização da universidade pública brasileira (incluindo seu sistema de pós-graduação), para privatizá-la, tornou-se uma das prioridades do governo Temer e está na ordem do dia no Governo Bolsonaro/Mourão. E não sem razão: as IFES, no Brasil, junto com outras universidades e institutos de pesquisa públicos são responsáveis por mais de 90% da produção em conhecimento científico, tecnológico e em humanidades em nosso país.

Junte-se a isso os ataques que a educação pública superior vem sofrendo no Brasil através do conjunto de medidas dirigidas às IFES pelo governo federal, que mantém o caráter privatista e de desmonte da universidade pública. Os cortes orçamentários das verbas de custeio e capital estão aí para inviabilizar o funcionamento das IFES, pavimentando a via para a privatização das mesmas.

A Instrução Normativa 65 (IN 65), que regulamenta o ensino remoto como modalidade alternativa ao ensino presencial, vem ao encontro das demandas do mercado, precariza o processo de ensino e aprendizagem, está causando adoecimento de docentes e discentes e irá afetar a permanência de alunos e alunas nas universidades públicas.

A reforma administrativa (PEC 32), por sua vez, extingue os concursos públicos, estabelece o fim da estabilidade do servidor público, da garantia de irredutibilidade salarial, das progressões e das promoções automáticas. Essa reforma possibilita a redução de jornada de trabalho com proporcional redução de salário; a redução do salário de ingresso no serviço público e das férias para 30 dias; a ampliação do estágio probatório e do tempo de permanência na carreira. Cortes dessa natureza possibilitam, também, a redução do número de bolsas de iniciação científica e de trabalho, a dificuldade da IFES em honrar o pagamento de serviços de sua manutenção (água, luz, etc) e outros serviços terceirizados o que, em tempos de pandemia, significa, por exemplo, menos profissionais a realizar a sanitização necessária do ambiente universitário.

Não bastasse isso, a autonomia universitária vem sendo atacada de forma inaceitável pelo governo Bolsonaro/Mourão. Não são poucas as IFES, no Brasil, que estão, hoje, sob intervenção branca do governo federal. Em nosso país, hoje, aproximadamente 20% dos reitores foram nomeados por Bolsonaro.

Essas medidas, inseridas na lógica das outras reformas já implantadas por governos anteriores do PT e do MDB, além de decretar o fim da Universidade Pública, Gratuita, Autônoma, Laica e Socialmente Referenciada e de aprofundar a lógica do Mercado à Educação Superior, retira verbas que deveriam ser destinadas ao ensino, à pesquisa e à extensão para, por meio do Sistema da Dívida Pública, garantir lucros aos banqueiros e aos grandes empresários. Não bastasse isso, vai promover, também, a exclusão da classe

trabalhadora e da população pobre do campo e da cidade ao acesso e permanência à educação superior em nosso país que, hoje, representa dois terços dos alunos e alunas dessas instituições de ensino.

Com o desmonte do parque industrial brasileiro e a conseqüente dependência de produtos industrializados vindos dos países ricos; com o desmonte das instituições públicas superiores que nos tornaria dependentes dos países sedes das grandes multinacionais nesses conhecimentos; com uma classe trabalhadora em regime de semiescravidão e com a nova reconfiguração na divisão mundial do trabalho, ao Brasil caberá – junto com outros países emergentes, coloniais e semi-coloniais submetidos à mesma política – a tarefa de prover o mundo com produtos primários como alimentos, minérios, pedras preciosas, etc.

A serviço dessa tarefa está a devastadora política ambiental do governo Bolsonaro que evidencia o caráter subalterno do Brasil na divisão internacional do trabalho de simples exportador de produtos primários, o que torna mais explícita a relação de dependência e de subserviência do governo brasileiro ao imperialismo. Com vistas à concretização dessa política ambiental o governo Bolsonaro/Mourão – aproveitando-se da pandemia para “passar a boiada”, como disse o ex-ministro do meio ambiente Ricardo Salles – promove o fim das políticas de proteção ambiental (desmonte do INPE, do Ibama e do ICMBio) e acelera o desmatamento de nossas florestas para atender aos interesses dos madeireiros, dos grileiros de terras, do agronegócio e do imperialismo. Dando suporte a essa política, a Câmara dos Deputados, através de projeto de lei do licenciamento ambiental, aprovado em 2021, fragiliza mais ainda a legislação ambiental no Brasil ao praticamente isentar de qualquer tipo de controle e fiscalização estatal sobre diversas categorias de investimento agropecuário e de construção. Essa fragilização na política ambiental trará como conseqüências a destruição dos biomas brasileiros e a violência contra os povos originários que são aqueles que estão à frente no combate diário ao avanço de grileiros, posseiros, madeireiras e mineradoras sobre o frágil ecossistema brasileiro.

A defesa da vida dos nossos povos originários e comunidades tradicionais e nossa ação contra a política de destruição do meio ambiente precisam manter-se no topo de nossas bandeiras e lutas políticas.

Esse é o cenário que se nos coloca de recondução, por ordem do capital, à situação de colônia.

3. Violência urbana: alvo são os pretos e pobres.

Saindo do campo para os territórios urbanos, deparamo-nos com os constantes ataques dos “de cima” sobre os “de baixo”. Fruto da especulação imobiliária e seus despejos e das operações genocidas da Brigada Militar, de cujas armas os projéteis alcançam, na esmagadora maioria das vezes, um corpo preto, esses territórios urbanos são verdadeiros *aparthaids* onde mora o povo pobre e marginalizado das periferias de nossas cidades. Uma evidência dessa realidade – só para citar um exemplo, dentre tantos -- completou, em janeiro último, 10 anos: o da ocupação violenta e trágica de Pinheirinho, em São José dos Campos (SP).

4. As forças sociais e suas organizações políticas e sindicais no Brasil.

Com a eleição do governo Bolsonaro/Mourão e o surgimento da pandemia do novo coronavírus, à crise político-social se somou uma crise sanitária que aprofundará de forma virulenta a crise do sistema capitalista no Brasil e em todo planeta. Esse governo, bonapartista de ultradireita, foi eleito com o apoio de

setores da classe operária e da classe média desacreditadas pelo governo do PT. Mas foi com apoio massivo da burguesia que ele se elegeu com a tarefa de dar continuidade à implementação das reformas que o Capital exige, que o governo Dilma não conseguia realizar e que já estavam sendo realizadas no governo Temer. O surgimento da pandemia do novo coronavírus escancara o caráter genocida desse governo e sua incapacidade de administrar a crise sanitária que se instalou, seja no âmbito nacional seja nas relações internacionais. Passados dois anos desde o início da pandemia, o Brasil soma hoje mais de 630 mil mortes por covid-19, dois terços das quais poderiam ter sido evitadas caso os protocolos estabelecidos cientificamente na condução do combate à doença tivessem sido implementados. Mais do que isso, a política genocida do governo Bolsonaro/Mourão de priorizar o mercado e o negacionismo do presidente e de sua trupe foram grandes obstáculos na condução desse processo.

Com a crise social, sanitária e econômica surgiram fissuras no interior da burguesia preocupada com a forma tresloucada com que Bolsonaro enfrentava a pandemia, com a perda de popularidade desse governo (vide Revista Exame de 21/01/2021) e diante da possibilidade de uma explosão social incontrollável das massas. Uma evidência dessa fissura é o fato de, no dia 22/01/2021, a mídia burguesa (GloboNews) ter divulgado uma movimentação no congresso nacional, pró impedimento de Bolsonaro, com cerca de 110 signatários. Essa movimentação foi uma alerta que levou Bolsonaro a entregar-se à sanha do Centrão.

A burguesia brasileira, racista e escravocrata, subserviente à burguesia internacional de quem é parceira, seus partidos políticos e seus aliados da classe média não fazem um enfrentamento a Bolsonaro na medida em que esse governo implementa as reformas que lhes são do interesse nem se contrapõem a essas medidas de recondução do Brasil à condição de colônia e nem a essa verdadeira guerra social contra a classe trabalhadora e a população pobre em nosso país. Basta, para isso, observar, como seus representantes se comportam na Câmara dos Deputados, no Senado Federal (verdadeiros balcões de negócios) e na gestão dos Estados e Municípios da União. Mesmo diante do desastre político, econômico, social e sanitário que representa o governo Bolsonaro/Mourão, a burguesia brasileira e seus aliados quando muito ladram, não movem uma palha, sequer, para impedir esse governo genocida.

No que diz respeito à classe operária e os trabalhadores, em geral, o desemprego atinge 14,6%. Somando-se a isso os(as) trabalhadores em situação de trabalho informal e temporário, o Brasil possui, hoje, um exército de reserva de mão de obra de cerca de 80 milhões de pessoas. Para completar um simples retrato da crise social por que passa a classe trabalhadora e a população pobre em nosso país temos, hoje, 31,4% de desempregados(as) na juventude, 30,3% de força de trabalho subutilizada; dentre negros(as) e pardos(as) 64% estão desempregados e 66% são subutilizados. E isso tudo num quadro onde a inflação da cesta básica, em alta, ultrapassa os 20% e o rendimento dos(as) trabalhadores(as), em queda, chega a 4,9%.

Embora tenha se agravado com a pandemia do novo coronavírus, o retrato da crise social, antes da instalação dessa crise sanitária, não era muito diferente desse apresentado. Para resistir à crise social e aos ataques da classe patronal e dos governos federal, estaduais e municipais, no período anterior à pandemia, muitas foram as lutas (greves, mobilizações de rua, ocupações, etc) protagonizadas pela classe trabalhadora e a população pobre.

Com a presença da COVID-19 essas lutas sofreram refluxo mas não deixaram de ocorrer. Entre janeiro e novembro de 2020, o Brasil teve 580 greves, 46% a menos do que no mesmo período do ano anterior. Dentre elas, a maior e mais longa greve da história de lutas dos(as) trabalhadores(as) dos Correios.

Agregue a isso as centenas de outras lutas que ocorreram no campo e na cidade: a grande mobilização dos metalúrgicos do ABC, do Vale do Paraíba e da Bahia contra o fechamento da Ford no Brasil, defendendo a estatização dessa empresa, sem indenizá-la e colocada sob o controle dos(as) trabalhadores(as) que nela trabalham; a resistência heroica dos povos da floresta contra as grandes mineradoras e o agronegócio; a resistência e as ocupações quilombolas no campo e na cidade; as ocupações

urbanas em cidades de grande e médio porte; as lutas contra a devastação ambiental como, por exemplo, as queimadas criminosas na Amazônia e no Pantanal. Mais recentemente, a luta dos metroviários de São Paulo, de petroleiros de subsidiárias e terceirizadas da Petrobrás, as greves sanitárias no setor de educação básica, dos rodoviários do Ceará, do Rio Grande do Sul, dos trabalhadores da Fundação Casa de São Paulo, a greve dos trabalhadores da limpeza pública, também em São Paulo, as mobilizações ocorridas no conjunto do funcionalismo como, por exemplo, as mobilizações contra a Reforma Administrativa, as lutas e mobilizações contra o racismo, o machismo, o feminicídio, a LGBTfobia, a xenofobia, a violência policial e contra toda forma as opressões. Esses conflitos evidenciam que, mesmo em tempos de pandemia, a classe trabalhadora e a população pobre estão dispostas à luta.

Diante desses ataques impostos pelo Capital e dos governos de plantão das esferas federal, estaduais e municipais, as centrais sindicais – exceção feita à CSP-Conlutas – adotaram, quase sempre, uma atitude de não enfrentamento, procurando sempre substituir a ação direta pelas negociações morosas que se arrastam no tempo até que, por força do cansaço, a desmobilização se imponha. Essa política reformista da CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB e Nova Central vem há décadas impondo derrotas nas lutas de nossa classe. Vencer esse obstáculo deve ser uma das tarefas centrais da classe trabalhadora, no Brasil. Chamar a unidade, na luta, contra os ataques que o sistema capitalista nos impinge é tarefa urgente e imprescindível.

Os partidos que se reivindicam de esquerda e que são braços políticos dessas centrais, como o PT, PC do B, por exemplo, reprimem a classe trabalhadora e a população pobre e negra das periferias e implementam, nos estados em que são governo – Bahia e Maranhão, respectivamente –, a reforma trabalhista e outras medidas de interesse do Capital. Mesmo o Psol – exceção feita a uma ou outra corrente política interna que o compõe – não passa, hoje, de um “puxadinho” do PT. Para confirmar isso, basta analisar o programa como Boulos projetou-se no último pleito eleitoral à prefeitura de São Paulo e como se comporta, hoje, diante da frente ampla, com o PT à frente, visando as próximas eleições à presidência da república: um projeto político de conciliação de classe do qual estão propensos a participar, tanto na composição da frente quanto na gestão de governo.

5. Unidade na luta pela vida e em defesa da CSP-Conlutas.

A CSP-Conlutas tem chamado insistentemente as outras centrais sindicais à unidade de ação na luta pelo Fora Bolsonaro e Mourão e em defesa das necessidades imediatas da nossa classe como emprego, manutenção de direitos trabalhistas, auxílio emergencial, vacina para todos(as), ajuda aos pequenos proprietários, etc, que são necessidades que não podem esperar as eleições de 2022 como querem os reformistas de plantão a serviço da burguesia. Para além disso, nossa central tem insistido que é necessário intensificar todos os nossos esforços para que as iniciativas de lutas comuns tenham continuidade. Junto à luta unitária contra o governo, é preciso reforçar as lutas objetivas do conjunto de nossa classe, como as campanhas salariais em curso, bem como as lutas contra as privatizações; a campanha Despejo Zero; as lutas contra as opressões; a defesa da Educação Pública, dos territórios do campo e da cidade, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais; a luta contra o feminicídio e todas as formas de violência e opressão, etc.

Devemos, nesse processo, seguir denunciando as direções reformistas e de conciliação de classes que se negam, em 2021, à convocação dos atos e, principalmente, não aceitam organizar a Greve Geral Sanitária, visando reforçar as falsas expectativas em torno das eleições em 2022 e buscando paralisar as lutas, em especial as da classe operária. Nessa conjuntura da luta de classes cumpre um papel importante o programa, princípios e estratégia de luta do Andes-SN e da nossa Central Sindical e Popular; a independência de classe e nossa luta contra o capitalismo e em defesa da CSP-Conlutas como uma ferramenta necessária na luta por uma sociedade socialista.

Nesse contexto, entre as palavras de ordem imediatas a serem defendidas estão:

- revogação das reformas trabalhista e da Previdência;
- redução da jornada de trabalho sem redução de salário;
- garantia de direitos trabalhistas e emprego com salário mínimo de acordo com o DIESE;
- fim das privatizações e reestatização do que foi privatizado;
- defesa dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e camponesas e do meio ambiente;
- luta contra o feminicídio e todas as formas de violência e opressão
- Por uma reforma agrária que assegure terra e condições de produção aos camponeses pobres;
- fim do genocídio contra o povo negro e pobre da periferia dos centros urbanos;
- suspensão do pagamento da dívida pública;
- Fora Bolsonaro e Mourão já;

6. Um programa e um projeto da classe trabalhadora para enfrentar o genocídio e a crise social.

Para além das tarefas imediatas é preciso avançar na elaboração das tarefas mediatas. Dialeticamente, o mediato e o imediato são momentos distintos de uma mesma totalidade. Daí a necessidade de se discutir um projeto de país que possibilite resolver as mazelas vividas diariamente pela classe trabalhadora de forma definitiva: o problema do desemprego, dos salários e direitos (garantindo estabilidade no emprego, a revogação das reformas trabalhista e da previdência, carteira assinada e direitos aos trabalhadores de aplicativos e a todos trabalhadores, redução da jornada sem redução do salário, aumento geral dos salários), o problema da carestia, da fome, da miséria, da moradia, da reforma agrária, das terras indígenas e quilombolas, do genocídio da juventude negra e dos povos indígenas; interromper a destruição do meio ambiente, a entrega das estatais e do país à rapina dos especuladores e dos capitalistas internacionais e nacionais e a recondução do Brasil à condição de colônia dos países imperialistas.

Para isso é imprescindível lutar por um projeto da classe trabalhadora que ataque os banqueiros, os grandes empresários, as multinacionais e os bilionários, que enriquecem cada vez mais com a nossa morte e a nossa miséria. Um projeto que garanta educação, saúde, moradia, saneamento básico, emprego, salário, a defesa das liberdades democráticas, o combate a todas as opressões e o fim da exploração e da desigualdade que nos aflige.

No entanto, se a barbárie imposta pelo governo Bolsonaro/Mourão precisa ser derrotada urgentemente, é preciso reconhecer -- para que a História não se repita como farsa -- que não interessa à classe trabalhadora e à população pobre de nosso país um governo de conciliação de classes. É preciso explicar pacientemente a todos e a todas que um governo de conciliação de classe é uma verdadeira camisa de força para imobilizar e impedir que a classe trabalhadora avance num processo revolucionário que a liberte do jugo da burguesia. É preciso alertar a nossa classe que é um governo dessa natureza o que está sendo articulado pelo PT com Lula à frente, pelos seus aliados reformistas e pela burguesia com vista à próxima eleição à presidência da república e aos governos estaduais. Mais do que isso, é preciso explicar que

é impossível domesticar e reformar o capitalismo, que a desumanidade é intrínseca a esse sistema e que os vendedores de ilusão, como Lula e os reformistas, estão a serviço do Capital.

Algumas tarefas chaves que precisam fazer parte de um programa que aponte para a resolução das necessidades de nossa classe:

- Suspender o pagamento da fraudulenta dívida pública aos banqueiros.
- Taxar em 40% os 65 bilionários e os lucros e dividendos distribuídos às 100 maiores empresas e do agronegócio.
- Parar o processo de privatização (Correios, Petrobrás, etc.) e reestatizar as estatais já privatizadas.
- Estatizar a saúde privada e os bancos sob o controle dos trabalhadores (para fortalecer o SUS, impedir a fuga de capitais, garantir investimento público e também crédito e auxílio ao pequeno empresário, junto com o perdão das dívidas do pequeno negócio e dos trabalhadores).
- Garantir verbas para a educação pública e para o investimento em pesquisa em ciência, tecnologia e humanidades.
- Garantir um plano de políticas públicas e ecológicas, que permita alavancar a geração de empregos, universalizar o saneamento básico, a moradia popular, construir hospitais públicos etc.
- Enfrentar as grandes mineradoras e os madeireiros e defender o meio ambiente, os povos da floresta e as populações indígenas massacradas pelo governo.
- Pelo fim do genocídio da juventude negra e garantia de direitos às LGBTs e às mulheres.
- Parar o processo de recondução do país à condição de colônia.

7. Precisamos construir uma alternativa socialista e revolucionária: o Polo Socialista e Revolucionário.

Diante de tudo isso, é importante que tenhamos clara a necessidade de explicar pacientemente à nossa classe que, por mais sensatas e compreensíveis que sejam essas demandas, por mais que elas expressem as necessidades mais sentidas da nossa classe, nenhuma delas pode ser resolvida na etapa atual do capitalismo. Por isso é inadiável discutir um novo modelo de sociedade. O capitalismo só nos relega à morte, à fome, à miséria e ao desemprego. Por isso, é necessário construir uma alternativa que se materializa, hoje, no Polo Socialista e Revolucionário, que defende a independência da classe trabalhadora da burguesia para lutar por outra sociedade, por uma revolução socialista que liberte o país do projeto de recolonização e espoliação a que está amarrado e liberte a classe trabalhadora, o povo pobre e o pequeno proprietário da exploração, da fome e da degradação; que permita a sua auto-organização e a luta por um governo socialista dos trabalhadores, que governe através de Conselhos Populares.

Só assim poderemos superar a barbárie e garantir uma vida digna para toda a humanidade.

TEXTO 3

Contribuição da(o)s sindicalizada(o)s: Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre Macedo (ADUFPB); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); Antonia Costa Andrade (SINDUFAP); Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCG); Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFPEL); Carlos Costa (ADCESP), Carlos Rinaldo Nogueira Martins (SINDUFAP); Cássio Alves (APUFPR); Celeste Pereira (ADUFPEL); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES); Ceres Torres (ADUFPEL); Claudia March (ADUFF); David Junior de Souza Silva (SINDUFAP); Diana Regina dos Santos Alves Ferreira

(SINDUFAP); Elaine da Silva Neves (ADUFPEL); Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE); Eliane Fazolo (ADUR-RJ); Epitácio Macário Moura (SINDUECE); Erlenias Sobral do Vale (SINDUECE); Fabiola Kato (ADUFPA); Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG); Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE); Francisco Santiago (SINDUFAP); Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFS-BA); Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL); Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR); Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP); Janete Brito (ADCESP); José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL); José dos Santos Souza (ADUR-RJ); José Raphael Bokehi (ADUFF); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ); Lorena Moraes (ADCESP); Lúcia Izabel Silva (ADUFPA); Luciano Coutinho (ADUFRJ); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE); Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL); Luiz Paiva Carapeto (ADUFPEL); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ); Maria Angélica da Gama Caral Coutinho (ADUR-RJ); Maria da Conceição Rosa Cabral (ADUFPA); Maria da Conceição dos Santos Costa (ADUFPA); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); Maria Edilene S. Ribeiro (ADUFPA); María Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS); Maria Isabel Duarte Rodrigues (ADUFPA); Maria Suely Soares (APUFPR); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Milena Martinez (APUFPR); Olgaíses Maués (ADUFPA); Omar Albomoz (ADCESP); Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP); Raquel Angela Speck (APUFPR); Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPB); Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA); Rosângela Assunção (ADCESP); Rosely Cabral Giordano (ADUFPA); Sandra Alessi (APUFPR); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Sônia Maria Araújo (ADUFPA); Sônia Regina Teixeira (ADUFPA); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Valdelaine Mendes (ADUFPEL); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA); Vilson Aparecido da Mata (APUFPR); Viviane Narvaes (ADUNIRIO); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA), Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP).

EM DEFESA DA VIDA, PARA ALÉM DO CAPITAL

1. “A vida acima dos lucros: ANDES-SN 40 anos de luta!”

Como sindicato, os quarenta anos de existência do ANDES-SN foram marcados pela defesa da vida, o que, nos últimos dois anos, assumiu o caráter de enfrentamento à necropolítica, que se expressou precisamente na atuação genocida do governo federal diante da pandemia de Covid-19, algo orientado pela insistente defesa dos lucros acima da vida. Em um ano de vacinação (de 17/01/2021 a 16/01/2022) foram aplicadas 343,3 milhões de doses no Brasil, 68,6% da população com o primeiro ciclo completo (uma ou duas doses conforme o tipo de vacina) e 16,4% com o reforço, o que, de acordo com o *ranking* do *Our World Data*, confere ao Brasil a 54ª colocação entre países com maiores percentuais de população com duas doses ou dose única, ficando na frente de Israel e Estados Unidos. A vacinação foi conquistada com muita luta política de enfrentamento ao governo e motivada pelo inconformismo diante das mortes que foram se acumulando e alcançando mais de 630 mil. A situação só não foi pior no Brasil devido à existência do SUS e dos centros de pesquisa públicos como as Universidades, FIOCRUZ e Instituto Butantã e à experiência acumulada das equipes de vacinação espalhadas pelo país. A defesa da vida tem marcada nosso cotidiano profissional ao longo da pandemia e está viva nos correntes dias de retorno às atividades presenciais, com enfrentamentos de toda ordem, inclusive com experiências de greves sanitárias.

É fato que as gigantes produtoras de vacinas, Pfizer, BioNTech e Moderna, estão entre as empresas que mais lucraram nos últimos dois anos. Assim, poderíamos desavisadamente concluir que se trataria de lucro que salva vidas. Mas, a pandemia escancarou todas as contradições do capitalismo, dentre elas a distribuição desigual das vacinas pelo mundo, pois, mesmo que seja sabido que, para começar a debelar a Covid-19, se faz necessário vacinar em massa em todos os lugares do planeta, o acesso à vacinação ainda se encontra concentrado em alguns poucos países em que as doações de doses, como as dos Estados Unidos para outros Estados-nacionais (EUA anunciaram que doariam 50 milhões de doses) continuam se dando em quantidades insuficientes.

Empresas de outros setores também apresentaram lucros relevantes nesses últimos dois anos, especialmente as que detêm o controle de altas tecnologias, como a Apple e a Microsoft, as gigantes do varejo pela internet, como a Amazon. Entretanto, há outro ramo industrial que lucrou no período citado e do qual pouco se comenta, o da indústria armamentista. Os resultados de vendas das cem maiores empresas de armamentos, de acordo com o Sipri (Instituto Internacional de Estudos para a Paz de Estocolmo, na sigla em inglês), têm crescido ininterruptamente desde 2015. A indústria armamentista tem sido de vital importância para o enfrentamento das crises de acumulação, sobretudo desde a depressão dos anos 30 do século passado e não está sendo diferente na crise atual. Os estados nacionais, para poderem demandar os instrumentos de destruição de forças produtivas, entre elas a principal, os humanos, recorrem ao endividamento, com o que alimentam o capital financeiro e os lucros da indústria. A guerra é invariavelmente um enorme negócio contra a classe trabalhadora

No momento em que fechamos este texto a tensão em torno do conflito na Ucrânia continua se intensificando e ainda é incerto se será realmente bélico. Trata-se do maior conflito entre o governo russo e a OTAN, sob a liderança dos Estados Unidos, verificado desde o fim da Guerra Fria. Os representantes diplomáticos dos países que compõem a OTAN buscam justificar que uma base militar na Ucrânia não afetaria a segurança da Rússia, e a Ministra das Relações Exteriores do governo conservador do Reino Unido, Liz Truss, insinuou que a OTAN é que garantiria a segurança na Rússia. A menção a este conflito e à possibilidade de um confronto bélico de grandes proporções logo no início do texto tem por objetivo apontar que se faz necessário, nas análises da crise estrutural do capitalismo, compreender o papel, igualmente estrutural, da indústria armamentista para dar condições à reprodução do capital sob a hegemonia do capital financeiro. O possível custo das manobras militares iniciais deste conflito deve ser suficiente para produzir e distribuir muitas doses de vacinas e uma eventual guerra custará certamente muito mais do que vacinar toda a humanidade contra a Covid-19.

O tema do 40º CONGRESSO do ANDES-SN é profundamente apropriado para o período e não se esgotará quando a pandemia estiver debelada, ou quando o genocida for substituído presidência do Brasil. Tal tema deverá nos acompanhar por tempo significativo, na defesa do SUS, no combate à fome, ao desemprego, à revogação da Contrarreforma Trabalhista, na luta contra a PEC 32 e contra a Contrarreforma Administrativa, na exigência de Revogação do teto de gastos, no combate à liberação de agrotóxicos e contra a guerra imperialista.

2. A defesa da vida requer o enfrentamento às desigualdades

O debate sobre conjuntura e movimento docente no 39º Congresso (São Paulo, 04 a 08 de fevereiro de 2020) dava conta de que estava em curso uma retração da tímida recuperação econômica que se seguiu ao *crash* de 2008. Os indicadores econômicos disponíveis na ocasião indicavam para uma recessão iminente e não se descartava a possibilidade de novo *crash*, talvez já em 2020. Até mesmo o crescimento da economia chinesa começava a mostrar limitações, pois ele havia ficado, em 2019, um ponto percentual abaixo da previsão (de 5,9% para 4,8%). Apesar do resultado abaixo do previsto, o crescimento da economia chinesa foi relativamente alto e suficiente para manter o crescimento do PIB mundial em níveis positivos, mas abaixo do verificado antes do *crash*. O crescimento do PIB em si diz pouco em relação às condições de vida da maioria da população e o que se verifica, dois anos depois, é um aumento vertiginoso da distância entre os mais ricos e os mais pobres.

O relatório do estudo conduzido pelo *World Inequality Lab*, publicado no final de 2021, comprova que a disparidade entre ricos e pobres continuou crescendo durante a pandemia da covid-19, entre 2019 e 2021. Os seletos multimilionários do topo da pirâmide, 0,001% da população mundial, tiveram suas fortunas aumentadas em 14%, enquanto na base, formada pela pobreza extrema, houve um acréscimo de 100 milhões de pessoas. Para os autores do estudo, há um fenômeno chamado de ascensão dos multimilionários, que teria se iniciado na década de 1980. A concentração de riqueza chegou a níveis extremos, pois os 10% mais ricos possuem 76% de todo o patrimônio existente no mundo; nas duas últimas décadas e a distância entre a renda

dos 10% mais ricos e os 50% mais pobres se duplicou¹. O quadro continua se agravando com o concurso de outros ingredientes, como a inflação que se generaliza e já se expressa como fenômeno global. Assim, são determinantes, para a conformação de tal quadro, as mudanças na morfologia do trabalho nos últimos quarenta anos.

Desde seu nascimento, o capitalismo tem mostrado que não é capaz de oferecer as condições mínimas necessárias à reprodução da força de trabalho. A atual crise econômica tornou mais evidente que o capital procura se reproduzir esgarçando as condições de vida dos trabalhadores de todo o planeta. Um exemplo disso é o fenômeno de muitos pedidos de demissão nos Estados Unidos (EUA), ocorridos ao longo de 2021, em decorrência de condições de trabalho cada vez mais degradantes. Atualmente, no mercado de trabalho estadunidense, sobram vagas, pois muitos(as) trabalhadores(as) não aceitam as condições dadas, com salários baixos e sem garantias trabalhistas. O mesmo fenômeno ocorre no setor de transporte rodoviário no Reino Unido, onde vagas de motoristas não são preenchidas.

Três destaques devem ser feitos em relação a este fenômeno. Primeiramente, a onda de pedidos de demissão nos EUA começou com profissionais da saúde e com professores. Estes últimos se viram forçados a voltar a aulas presenciais num contexto de rápido aumento de casos de Covid-19. Em segundo lugar, tal onda decorre, entre outros fatores, de uma revalorização da vida pelos(as) trabalhadores(as), na esteira da desidratação da falácia capitalista de que a busca do lucro caminha de mãos dadas com o bem-estar de cada um(a). Por fim, o movimento antitrabalho estadunidense se expressa no histórico aumento do número de greves e na alta aprovação da atuação dos sindicatos, cujo índice atual é de 68%.²

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), 61% da população mundial ocupada hoje vive de trabalho informal. Índice que chega a 90% em alguns países da periferia do sistema capitalista. No bojo da atual crise econômica, o grande capital amplia a exploração dos(as) trabalhadores(as), gerando mais instabilidade nas relações de trabalho e empurrando uma massa crescente para o desemprego e a informalidade.

No Brasil, o número de pessoas sem emprego saltou de 47,96 milhões em 2019 para 58,82 milhões em 2020, ou seja, 27,87% da população (Ilaese, 2021, p. 10). Quando acrescentamos aí os subempregados, nos deparamos com 92,1 milhões de trabalhadores(as) compondo o exército industrial de reserva (ou 43,65% da população). Mas, esses números são inexatos, pois a Reforma Trabalhista fez aumentar exponencialmente a quantidade de contratos temporários, assim como os trabalhos intermitentes — que, em 2019, atingiam apenas 0,6% dos trabalhadores, mas em 2020 passaram a abranger 10% deles. Os defensores da Contrarreforma Trabalhista afirmavam que ela geraria “milhões de empregos”, além da desburocratização nas relações patrão-empregado. O mesmo discurso foi usado pelo governo Bolsonaro, quando este apresentou a Medida Provisória (MP) do “contrato verde e amarelo”, que promete primeiro emprego à população jovem, ao mesmo tempo em que naturaliza a precariedade, com a oferta de postos de trabalho sem direitos trabalhistas. Na contramão dessas falácias, o que se constata é que o desemprego cresceu e muito mais pessoas passaram a viver com contratos precários na relação de emprego. Constata-se, ademais, que hoje é muito maior o número daqueles(as) que vivem em condições de pobreza extrema: pedintes, catadores de lixo, moradores de rua e outros se multiplicam. Na cidade de São Paulo o número de pessoas em situação de rua saltou de 24 mil para 66 mil, nos últimos três anos.

No discurso hegemônico, a redução de empregos e salários foi justificada como mera consequência da pandemia de Covid-19. Contudo, ela não impactou os dividendos (montante de lucros líquidos pagos aos acionistas) das empresas. De um lado, em 2020, foram pagos 120 bilhões de reais em dividendos. De outro lado, entre 2017 e 2020, houve perdas salariais acumuladas em todos os setores da economia brasileira. O setor de Transporte, Armazenagem e Correio, por exemplo, foi o que testemunhou maiores cortes salariais: 32,14% em três anos. Trata-se do setor hegemônico pelos monopólios mundiais da Uber e da Amazon (Ilaese, 2021, p. 38). As despesas inerentes ao trabalho dos motoristas por aplicativo, compra e manutenção

¹ [World Inequality Report 2022 - WID - World Inequality Database](#)

² [Greves e pedidos de demissão em massa: o movimento que pode resultar em 'CLT' nos EUA - BBC News Brasil](#)

do veículo e combustível, ultrapassam o faturamento, inviabilizando o trabalho, e entregadores de comida trabalham com fome, sem saber, a cada dia, se serão capazes de levar comida para alimentar suas próprias famílias.

Esse mesmo discurso hegemônico mascara a dimensão real da informalidade, quando a chama de empreendedorismo. Na verdade, o trabalhador informal vive em situação de subemprego, caracterizada pela ausência de contrato, que gera instabilidade e intermitência na função. Em 30 de novembro de 2021, o Ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, ao criticar a repercussão negativa do aumento da informalidade no Brasil, afirmou que um “flanelinha” no Leblon (bairro da burguesia carioca) tinha renda mensal de três a quatro mil reais. Configura-se de uma cínica tentativa de festejar uma tragédia social, que na realidade representa uma situação de extrema insegurança quanto à aquisição diária dos meios de sobrevivência. Um quadro que se torna mais dramático quando o país alcança uma das maiores taxas de inflação do mundo: 10,6% no final de 2021, segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A revisão, na Espanha, da Reforma Trabalhista de 2012, que revoga alguns dos seus aspectos mais negativos e que passa a vigorar em 2022, trouxe para nós, trabalhadores(as) brasileiros(as), um estímulo a lutarmos pela revogação da Contrarreforma Trabalhista Brasileira, que teve, entre suas principais fontes de inspiração, a espanhola. Reestabelecer direitos que foram retirados da classe é objetivo crucial para as lutas atuais e, por isso, o 40º CONGRESSO deve, em seu plano de lutas, incorporar bandeiras como a de Revogação da Reforma Trabalhista, o que se combina com a Revogação do Teto de gastos, Revogação da paridade internacional do custo do petróleo, Revogação de privatizações, além da Revogação da EBSERH, da FUNPRESP, etc.

A realização do projeto do capital de fazer avançar a precarização do mundo do trabalho no Brasil passa agora pela aprovação Contrarreforma Administrativa (PEC 32). Um dos objetivos dessa PEC é pôr fim à estabilidade dos servidores públicos, generalizando o quadro de instabilidade nas relações de trabalho. Ao longo de 2021, o movimento docente se somou a outros atores sociais na bem-sucedida luta para barrar tal Reforma. Cresce, atualmente, a mobilização em torno da construção de uma forte greve dos servidores públicos federais por melhores condições de trabalho, recuperação das perdas salariais e aumento real nas remunerações. É necessário que esse movimento se articule com a luta por vida digna e melhores condições de trabalho das outras frações da classe trabalhadora, formando uma grande frente anticapitalista.

3. A defesa da vida é a nossa política

2022 mal começou e se mantém a insatisfação social com o caótico capitalismo do séc. XXI, considerando a continuidade da pandemia de Covid-19 no planeta. A revolta popular no Cazaquistão, contra o aumento de preços de combustíveis, derrubou o governo oligárquico local e deu a largada para novas lutas de explorados e oprimidos no mundo todo. Em 2021, na América Latina, as mobilizações não foram poucas, a exemplo da Colômbia.

A extrema-direita, com seus governos destrutivos, segue sendo uma ameaça, mas vai perdendo força. Trump tinha sido derrotado pelo neoliberalismo progressista de Biden nos EUA. Em outros países, diferentes experimentos de conciliação de classes prevalecem sobre populistas de direita: na Alemanha, uma coalização entre a velha social-democracia, os verdes e neoliberais surge com nova roupagem; na Tchécua, uma frente ampla, da direita ao Partido Pirata, destronou o demagogo Andrej Babis; no Chile, uma nova geração ativista ascendeu, com apoio dos reformistas de sempre, vencendo o pinochetista Kast; no Peru, um *outsider* de esquerda chegou à presidência contra o fujimorismo.

O endurecimento antidemocrático de regimes burgueses prossegue desde a crise econômica de 2008, de modo a empurrar a conta para os trabalhadores, via desregulamentação de mercados, perdas de direitos, arrocho salarial, repressão policial, resultando em mais pobreza e miséria. Com nuances, o mesmo

ocorre em Estados pós-revolucionários, que descambam para oligarquias autoritárias – como na China, Venezuela e Nicarágua.

O fortalecimento do capitalismo asiático, de Estado ou de mercado, combinado com as incertezas econômicas e democráticas no Ocidente, suposto farol da modernidade, ocasionam confusão ideológica nos movimentos populares e na esquerda. Muitos creem no keynesianismo ou no progressismo de lideranças carismáticas populistas e neodesenvolvimentistas. Até mesmo o stalinismo, em sua versão losurdista, ressurgiu como modismo intelectual, reflexo da influência do nacionalismo do séc. XXI (notadamente do duginismo e sua noção de “guerra híbrida”) e das mudanças geopolíticas que impactam negativamente a militância. Nesse enquadramento em que o marxismo é identificado com o nacionalismo, o socialismo é confundido com o poder do Estado (burguês) na gestão da ordem do capital (ao emitir moeda, “controlar” monopólios e mercados, etc.), deixando de expressar revolucionariamente a potência emancipatória das classes subalternas na conquista de direitos e na criação de novas relações de produção e novas sociabilidades.

Bolsonaro, como todo extremista de direita, vai se isolando diante de outros países: o capital internacional mal o tolera. É o caso da União Europeia, que congelou a aprovação de seu acordo com o Mercosul, acelerado por Temer e comemorado pelo atual desgoverno – que, assim, compactua com o “globalismo” que afirma combater. A situação se agrava com o negacionismo do genocida e seus asseclas, tendo havido problemas com a importação de vacinas junto a China e a Índia justamente por conta da seletiva xenofobia bolsonarista e de seu tosco discurso anticomunista. De um modo geral, políticos neoliberais e progressistas, bem como as instituições do *status quo* (até mesmo a ora conservadora Suprema Corte dos EUA),³ impõem a vacinação e a obediência à ciência em conformidade com a normalidade dos negócios patronais e das rotinas estatais.

No Brasil a agitação demagógica de Bolsonaro, seguindo o padrão importado da extrema-direita estadunidense, mantém sua base de apoio coesa, mas cada vez menor, apresentado rejeição altíssima se comparada a presidentes anteriores. Derrotado inúmeras vezes no Judiciário, o genocida brasileiro se assegura no poder, mas sem a devida responsabilização política e criminal de seus atos por ter comprado o apoio do Centrão no Congresso Nacional, do Procurador-Geral da República e de setores de nossa burguesia. Ainda assim suas maiores ameaças golpistas e antidemocráticas, no último 7 de setembro, resultaram na ridícula carta escrita por Temer ao STF. Certamente tais ameaças voltarão à tona neste ano eleitoral.

Por outro lado, no decorrer de 2021 sindicatos e movimentos sociais ampliaram o retorno às ruas que se ensaiava antes: o Fora Bolsonaro persiste sendo uma prioridade nacional e não enfrentou até agora repressão significativa exatamente pela fraqueza presidencial. A sociedade civil e as entidades populares repudiam os ataques bolsonaristas à educação, à ciência, à cultura, à arte, os quais são inerentes à atuação barulhenta do populismo de direita, em especial nas redes sociais. Mais não foi feito até o momento principalmente por conta das próprias debilidades das organizações dos trabalhadores e da esquerda no país.

Bolsonaro é alvo merecido do ódio popular, mas a canalização política da indignação generalizada muitas vezes se dá de maneira apassivadora. Nas redes sociais os discursos de resistência nem sempre se convertem em prática mobilizadora. As ações de rua pelo impeachment presidencial tiveram seu crescimento obstado pelo eleitoralismo lulista: as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo hesitaram e depois ativamente desarticularam os atos Fora Bolsonaro que ocorreriam em meados do segundo semestre de 2021, justamente após o incremento das bravatas golpistas do genocida.

Pensando apenas nas eleições, tais setores desconsideram a gravidade da situação pandêmica e social que vivemos, ajudando a dar sobrevida à extrema-direita, que deve ser derrotada pelas massas trabalhadoras antes que pela via eleitoral, de modo a construirmos uma saída política que interesse aos segmentos dominados da sociedade brasileira. O contexto de então nos era favorável: os movimentos indígenas tinham realizado sua maior mobilização da história em setembro, na qual a luta contra a reforma

³ <https://istoe.com.br/suprema-corte-dos-eua-rejeita-acao-contra-obrigatoriedade-de-tomar-vacina/amp/>

administrativa em Brasília iniciava-se e, por fim, a recém-criada frente Povo na Rua incrementava as ações coletivas nas ruas.

A dispersão militante e o retrocesso ideológico em certos segmentos da classe trabalhadora ensejam um sentimento de nostalgia dos governos do PT. O neodesenvolvimentismo e a conciliação de classes lulista, sustentados pelo grande empresariado (bancos, empreiteiras, agronegócio e as chamadas de “campeões nacionais”⁴), promoveram inúmeros ataques aos trabalhadores e servidores públicos – os quais foram enfrentados pelo sindicalismo classista e combativo. É o caso do nosso Sindicato Nacional, protagonista das grandes greves docentes de 2012 e 2015, que arrancaram recomposições salariais do governo Dilma. É o caso de outras lutas sociais que contaram com a participação fundamental de nossa Central Sindical e Popular CSP-Conlutas.

A partir da anulação das condenações de Lula, decidida pelo STF, o quadro político-eleitoral do país mudou. Com a candidatura do ex-presidente, a narrativa lulista desencadeada desde 2016 é abandonada por seus setores mais orgânicos e surpreendentemente mantida por parte da esquerda localizada nas fileiras combativas. O reencontro do PT com a burguesia e o conservadorismo vai se cristalizando, após um pequeno interregno – com Dilma sendo deixada de lado.⁵ O Centrão aguarda a possível volta de Lula ao poder, tendo como vice um redimido Alckmin, um tucano neoliberal, reacionário da Opus Dei e ladrão de merenda (mas que supostamente, a partir desse contexto, “gosta de pobre”).

Por outro lado, a chamada Terceira Via, com o direitista Moro ou outro nome, tenta reativar o velho neoliberalismo pré-Bolsonaro, com apoio da grande mídia burguesa. As dificuldades que tais setores enfrentam demonstram que o saudosismo com FHC é menor que com Lula. Por isso mesmo o lulismo segue sendo uma opção para o Brasil continuar a ser o que sempre foi antes e durante o atual caos bolsonarista⁶ – uma sociedade profundamente desigual, racista e patriarcal.

E a situação se agrava, com aprofundamento da miséria e da fome. A necropolítica estrutural brasileira, condizente com a periferia do capitalismo onde nos encontramos, tende a se agravar, vitimando principalmente pobres, jovens, negros, mulheres, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+, os povos tradicionais, os povos indígenas, trabalhadores urbanos e rurais. Com Bolsonaro tudo é imensamente pior: ausência de crescimento econômico (que já dura quase uma década), inflação e juros altos, além de guerras culturais que desviam a atenção de todos para as urgências populares.

Mudanças eleitorais promoverão alterações superficiais, garantindo que, na essência, do *status quo* seja mantido. O atual desgoverno, assim como qualquer outro no regime liberal-burguês, pode e deve ser derrotado pelos movimentos e pelas organizações da classe trabalhadora. O ANDES Sindicato Nacional tem que voltar a ser vanguarda nesses processos de luta, na perspectiva da transformação social radical que necessitamos e para a qual o sindicalismo é estratégico. Aos/as candidatos/as, nosso sindicato deve apresentar sua plataforma com as exigências mais sentidas pela categoria e pela classe trabalhadora em geral, como apontado mais acima: **Revogação das quatro Contrarreformas da Previdência, Revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal, Revogação da ContraReforma Trabalhista, Revogação da Emenda Constitucional Nº 95 (teto de gastos), Revogação da paridade internacional do custo do petróleo, Revogação de privatizações, Revogação da Lei das Organizações Sociais Revogação dos Pacotes dos Venenos, Revogação da Lei antiterrorismo, Revogação da EC 109/2021 (PEC 186), que coloca o AJUSTE FISCAL na Constituição Federal e penaliza a população em todas as esferas: federal, estadual, municipal e distrital, além da garantia de financiamento público exclusivamente para a educação pública, entre outras demandas.**

4. Por fim, mas não menos importante

⁴ Empresa que contaram, em suas criações, fusões ou incorporações, com apoio estatal, via BNDES.

⁵ https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/vice-presidente-do-pt-diz-que-dilma-nao-tem-mais-relevancia-eleitoral?utm_source=divr.it&utm_medium=twitter

⁶ https://www.cartacapital.com.br/economia/banqueiros-e-empresarios-desistem-da-3a-via-e-veem-lula-mais-capaz-de-consertar-estragos-na-economia/?fbclid=IwAR0ZmOCqMFOxMjZOWfRPO_8fjb-Dnz4xm9qYWX6Ks_k7Xz05FZSp0YEkZw

O 40º Congresso do ANDES-SN, que estatutariamente deveria ter sido realizado no início de 2021, finalmente está convocado e deverá se reunir presencialmente, em Porto Alegre, de 27 de março a 1º de abril de 2022. A(o)s autora(o)s do presente texto defenderam, desde o 8º CONAD extraordinário (30 e 31 de julho de 2020), que o Congresso fosse convocado, mesmo que tivesse de ser virtual. Lembremos que, naquele ano, a eleição para a Diretoria teve de ser suspensa devido à impossibilidade de sua realização presencial, sendo preciso prorrogar o mandato da diretoria passada, remarcar a eleição e fazê-la virtualmente, questões que somente o Congresso teria poderes para promover. No entanto, prevaleceu a posição da Diretoria que tinha como pressuposto que o Congresso só poderia se reunir presencialmente, mas que o CONAD poderia fazê-lo virtualmente, o que resultou na convocação de sucessivas reuniões extraordinárias do CONAD: 9º CONAD Extraordinário (28 a 30 de setembro de 2020); 10º CONAD Extraordinário (1º de dezembro de 2020 – apenas posse da atual Diretoria); 11º CONAD Extraordinário (27 de março a 3 de abril de 2021); 12º CONAD Extraordinário (2, 9 e 16 de julho de 2021); 13º CONAD Extraordinário (15 e 16 de outubro de 2021 – que convocou o 40º Congresso). O sindicato adotou um procedimento que levou a que a maior parte das resoluções aprovadas por essas cinco reuniões extraordinárias do CONAD, desde a eleição e posse da atual Diretoria, estejam pendentes de aprovação de deliberações *ad-referendum* do Congresso. Não somos contra a aprovação dos *ad-referendum*, ao contrário, defendemos que o que houver de *ad-referendum*, em cada tema, seja aprovado em bloco nos grupos e nas plenárias, sem perda de tempo, pois não há sentido em polemizar ou em querer votar contra o que é fato. A Diretoria organizará certamente os trabalhos de modo que essa agilidade se concretize.

Todavia, precisamos ter a clareza de que o ANDES-SN funcionou, nos dois últimos anos, mais como uma federação do que enquanto um sindicato e a diferença entre essas duas formas de organização é que, na primeira, a participação da base é indireta e, na segunda, direta. O 40º Congresso do ANDES-SN deve marcar a retomada da participação da base de forma efetiva no sindicato. Mas, para isso, é preciso que o tema sobre eleição da próxima Diretoria seja tratado com total autonomia em relação a outros processos, como, por exemplo, a eleição geral no país, em outubro. O 40º Congresso deve, portanto, discutir e aprovar um cronograma eleitoral que acompanhe e se apoie nos processos de luta que já se fazem presentes no início de 2022 e no plano de lutas que o mesmo congresso irá definir.

TEXTO 4

Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Kátia De Araújo Lima Vallina (ADUA), Marcelo Vallina (ADUA), Valmiene Farias (ADUA), José Humberto Michiles (ADUA) Elciclei Faria Dos Santos (ADUA), Maria Rosária Do Carmo (ADUA), José Alcimar de Oliveira (ADUA), Antonio José Vale da Costa (ADUA), Aldair Oliveira De Andrade (ADUA), Ana Lúcia Gomes (ADUA), Ana Cristina Belarmino De Oliveira (ADUA), Francisco Jacob Paiva Da Silva (ADUA), Lino João De Oliveira Neves (ADUA), Lucas Milhomens (ADUA), Adriane Lima (ADUFPA) José Queiroz Carneiro (Aposentado/ADUFPA), Edivania Santos Alves (ADUFPA), Ailton Lima (ADUFPA), Isis Abel Bezerra (ADUFPA), Edna Campos (Aposentada/ADUFPA), Fátima Moreira (ADUFPA), Dalva de Cássia Sampaio dos Santos (ADUFPA), Walter Chile (ADUFPA), Emerson Monte (SINDUEPA), Diana Lemes (SINDUEPA), João Colares (SINDUEPA), Sueli Pinheiro (SINDUEPA), Zaira Fonseca (SINDUEPA), Micael Carvalho dos Santos (APRUMA), Saulo Barros da Costa (APRUMA), Antonio Gonçalves Filho (APRUMA), Silvana Martins Araújo (APRUMA), Cacilda Rodrigues Cavalcanti (APRUMA), Maria da Glória Serra Pinto de Alencar (APRUMA), Ilse Gomes Silva (APRUMA), Bartolomeu Rodrigues Mendonça (APRUMA), Luiz Eduardo Neves dos Santos (APRUMA), Diana Costa Diniz (APRUMA), Célia Soares Martins (APRUMA), Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior (APRUMA), Lila Cristina Xavier Luz (ADUFPI), Francisca Maria Cosme De Carvalho (ADUFPI), Francisco Williams De Assis Soares Gonçalves (ADUFPI), Marta Maria Azevedo Queiroz (ADUFPI),

André Lima Sousa (SINDUECE), José Ernandi Mendes (SINDUECE), Lena Lúcia Espíndola Rodrigues Figueredo (SINDUECE), Lúcia Helena de Brito (SINDUECE), Nilson de Souza Cardoso (SINDUECE), Pedro Wilson Oliveira da Costa Júnior (SINDUECE), Raquel Dias Araújo (SINDUECE), Sandra Maria Gadelha de Carvalho (SINDUECE), Virgínia Márcia Assunção Viana (SINDUECE), Antonio Gautier Farias Falconieri (ADUERN), Flávia Spinelli Braga (ADUERN), Lemuel Rodrigues da Silva (ADUERN), Mauriene Silva de Freitas (ADUEPB), Nelson Junior (ADUEPB), Marcio Bernardino da Silva (ADUFPB), Leônidas de Santana Marques (ADUFAL), Suzana Maria Barrios Luís (ADUFAL), Tiago leandro da cruz Neto (ADUFAL), Suzana Santos Libardi (ADUFAL), Maria Betânia Gomes da Silva (ADUFAL), Fernando Medeiros (ADUFAL), Flávio Domingos (ADUFAL), Lucas Gama Lima (ADUFAL), Neila Reis (ADUFAL), Otávio Cabral (ADUFAL), Aruã Silva de Lima (ADUFAL), Osvaldo Maciel (ADUFAL), Marcos Antônio da Silva Pedroso (ADUFS), Saulo Henrique Souza Silva (ADUFS), Benedito Carlos Caires Libório Araújo (ADUFS), Abraão Penha (ADUNEB), Camila Oliver (ADUNEB), Caroline Lima (ADUNEB), Jamile Silveira (ADUNEB), Célia Santana (ADUNEB), Celso Silva (ADUNEB), Francisco Cancela (ADUNEB), Carmen Sá (ADUNEB), Tadeu Belo (ADUNEB), Mirian Brito (ADUNEB), Nildo Mascarenhas (ADUNEB), Nora Oliveira (ADUNEB), Alexandre Galvão (ADUSB), Suzane Tosta (ADUSB), Iracema Lima (ADUSB), Jânio Roberto Diniz dos Santos (ADUSB), Paulo Araquem Ramos Cairo (ADUSB), Sérgio Luiz Carmelo Barroso (ADUSB), Edilson Ferreira Batista (ADUSB), Andréa Gomes da Silva (ADUSB), Patricia Araujo de Abreu Cara (ADUSB), Aroldo Félix de Azevedo Júnior (APUR), Erlando Rêses (ADUNB), Thiago Melo (ADUNB), Lúcia Lopes (ADUNB), Muna Muhammad Odeh (ADUNB), Sadi Dal Rosso (ADUNB), Taise Negreiros (ADUNB), Edson Marcelo Hungaro (ADUNB), Pedro Costa (ADUNB), Carlos Lima (ADUNB), Mauricio Alves da Silva (SESDUFT), Luiz Augusto Mazzarolo (SESDUFT), Gilberto Correia da Silva (APUG), Joel Moisés Silva Pinho (APUG), Paulo Henrique Costa Mattos (APUG), Flávio Sofiat (ADUFG), Alcides Pontes Remijo (ADUFG), Fabiana Itaci Araujo (ADUFG), Gardenia Furtado Lemos (ADUFG), Livia Gomes dos Santos (ADUFG), Gene Lyra (ADUFG), Jacqueline Rodrigues de Lima (ADUFG), Henrique Lemos (ADUFG), Fernando Lacerda (ADUFG), André Felipe Soares de Arruda (ADCAJ), Michele Silva Sacardo (ADCAJ), Silvia Sobral Costa (ADCAJ), Helga Martins de Paula (ADCAJ), Carla Benitez Martins (ADCAJ), Leonardo Santos (ADUFMAT), Paula Gonçalves Alves (ADUFMAT), Haya del Bel (ADUFMAT), Maelison Silva (ADUFMAT), Breno Santos (ADUFMAT), Bruno Souza Bechara Maxta (APUBH), Deise Luiza Ferraz (APUBH), Tarcila Mantovan Atolini (ADUFVJM), Anielli Fabiula Gavioli Lemes (ADUFVJM) e Aline Faé Stocco (ADUFVJM), Rubens Luiz Rodrigues (APES), Marina Barbosa Pinto (APES), Lorene Figueiredo (APES), Augusto Cerqueira (APES) Leonardo Andrada (APES), Clarissa Rodrigues (ADUFOP), Kathiúça Bertollo (ADUFOP), Rodrigo Fernandes Ribeiro (ADUFOP), Rodrigo Nogueira (ADUFOP), Bernardete Gomes Mian (ADUFES), José Antônio da Rocha Pinto (ADUFES), Leonardo de Resende Dutra (ADUFES), Ricardo Roberto Behr (ADUFES), Eblin Farage (ADUFF), Arley Costa (ADUFF), Sonia Lucio R de Lima (ADUFF), João Claudino Tavares (ADUFF), Kate Lane (ADUFF), Victor Leonardo Figueiredo Carvalho de Araújo (ADUFF), Carlos Augusto Aguilar Júnior (ADUFF), Susana Maria Maia (ADUFF), Ana Claudia Cruz da Silva (ADUFF), Marina Tedesco (ADUFF), Wanderson Melo (ADUFF), Ramiro M. Dulcich (ADUFF), Edson Teixeira (ADUFF), Jaqueline Botelho (ADUFF), Douglas Barbosa (ADUFF), Felipe Brito (ADUFF), Antoniana Defilippo (ADUFF), Ana Livia Adriano (ADUFF), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (ADUFF), Bianca Novaes de Mello (ADUFF), Juarez Duayer (ADUFF), Maria Raquel Garcia (ADUENF), Luciane Silva (ADUENF), Carlos Carvalho (ADUENF), Ricardo Nobrega (ADUENF), Claudia Lino Piccinini (ADUFRJ), Cleusa Santos (ADUFRJ), Cristina Miranda (ADUFRJ), Filipe Boechat (ADUFRJ), José Miguel Bendrao Saldanha (ADUFRJ), Luciana Boiteux (ADUFRJ), Luis Eduardo Acosta (ADUFRJ), Marcos Klemz Guerrero (ADUFRJ), Mariana Trotta (ADUFRJ), Roberto Leher (ADUFRJ), Rogéria de Ipanema (ADUFRJ), Simone de Alencastre Rodrigues (ADUFRJ), Thais Motta (ADUFRJ), Renata Flores (ADUFRJ), Eunice Bomfim Rocha (ADUFRJ), Dan Gabriel D'Onofre (ADUR RJ), Altemir José Borges (SINDUTF-PR), Hilbeth Azikri (SINDUTF-PR), Silvana Heidemann Rocha (SINDUTF-PR), André Rosa Martins (SINDOIF), Milena Silvester Quadros (SINDOIF), Cleiton Luís Freitas de Oliveira, (SINDOIF), Guilherme Dornelas Câmara (UFRGS-SSind).

FORA BOLSONARO! REVOGAR AS CONTRARREFORMAS! REAJUSTE SALARIAL E RECOMPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA! RETORNO PRESENCIAL COM SEGURANÇA!

Um congresso do Andes-SN de solidariedade internacionalista

A conjuntura internacional segue marcada pelo agravamento das condições sociais resultante do aprofundamento da crise capitalista. A pandemia, como resultado do predomínio da lógica mercantil, continua assolando o mundo, já que o processo de vacinação é marcado por colossais desigualdades internacionais. O resultado disso foi o surgimento de uma nova variante justamente na África, região em que o processo de vacinação foi mais lento, e a intensificação de uma nova onda de contágio assolou todo o mundo e interrompeu o processo de retomada da chamada “normalidade”.

A continuidade da pandemia significa, também, a continuidade e aprofundamento da crise econômica que se iniciou em 2008/2009. Para a classe trabalhadora, isto significa desemprego, piores condições de vida e morte por vírus ou por fome. Nesse cenário político criado por esta situação de profunda crise social sem que a classe trabalhadora esteja organizada para construir uma alternativa à barbárie capitalista, a extrema-direita continua sendo uma ameaça significativa. Apesar de algumas importantes derrotas eleitorais para a extrema-direita no mundo, isto não significa que os seus avanços foram barrados.

Dirigido pelo imperialismo estadunidense, após a vitória e posse de Biden nos EUA, há em curso um realinhamento político internacional. O governo Biden tem uma política de realinhar o imperialismo “ocidental”, sob a hegemonia americana, mas com discurso, intervenção e política, de certa forma, distintos do que seu antecessor, Trump, procurava aplicar. Esse novo aspecto político dos EUA tem como objetivo recuperar a hegemonia americana no terreno internacional, enfraquecida pelo governo Trump, para poder impedir um maior crescimento econômico e político, principalmente da China, além da Rússia, Coreia do Norte e Irã, rivais americanos na atual disputa geopolítica. Evidentemente, existem percalços importantes que mostram as dificuldades que o imperialismo enfrenta em organizar essa intervenção.

Importante notar que todas as economias vivem a crise do capital associada à crise sanitária. E, em meio aos resultantes dessa crise combinada ocorre a tendência de rompimento do signo de ascensão da extrema-direita no mundo, a partir da derrota de Trump e certo deslocamento do pêndulo político para a centro-direita e a centro-esquerda, esse processo não ocorre sem crises e contradições.

A crise na Ucrânia está dominando o cenário internacional e, por trás dela, há uma tentativa dos EUA de desviar a atenção de sua incapacidade de superar seus problemas econômicos e sociais, mas também é uma oportunidade para as grandes potências reaquecerem suas indústrias bélicas. Na disputa entre EUA, escudados na OTAN, e Rússia, o povo da Ucrânia fica à mercê da incompetência de um governo de direita e as ameaças de guerra generalizada tiram o foco da permanente crise econômica que marca a etapa capitalista que vivemos.

Sem dúvida, essas crises, em forma associada, exacerbaram todas as contradições sociais em nível internacional e na América Latina, em particular, trazendo crescentes desigualdades sociais. Apesar das crescentes resistências sociais latino-americanas, as intervenções econômicas e políticas do imperialismo na região, dificultam em muito os importantes processos de luta em curso.

O imperialismo tem aprofundado os ataques, de forma permanente, contra o regime socioeconômico estabelecido pela revolução cubana. A superpotência dos Estados Unidos continua com seu objetivo de retomar o controle político e econômico de Cuba, por meio dos bloqueios econômicos em vigor há décadas. São ataques que combinam várias formas de ação para promover a mobilização de setores

sociais para desestabilizar governos considerados hostis como nos casos de Cuba, Nicarágua e Venezuela, entre outros, na América Latina.

Mesmo com toda a pressão dos EUA, o governo cubano conseguiu produzir vacinas utilizando suas próprias capacidades científico-tecnológicas e está vencendo a pandemia que causou um estrago profundo numa economia muito frágil que tem no turismo uma das suas principais fontes de renda. Vale destacar que Cuba foi o primeiro país da América Latina a vacinar 80% da sua população, em setembro de 2021.

Por isso, toda nossa solidariedade com o povo cubano, as trabalhadoras e os trabalhadores que estarão presentes no nosso congresso por meio de uma representação da Central dos Trabalhadores de Cuba (CTC) convidada pelo Andes-SN. Será um momento ímpar para trocar experiências, conhecer a realidade com suas luzes e sombras. Este passo numa direção de solidariedade internacional é um elemento que temos que continuar avançando. A classe trabalhadora é internacional e precisa passar por um processo de reorganização das suas lutas apostando nas suas próprias forças.

Merece destaque a intensa resistência do povo chileno, cuja luta iniciada em 2019 carrega a promessa de colocar ponto final à longa noite neoliberal que teve início no fatídico 11 de setembro de 1973, quando um golpe empresarial e militar derrubou o governo de Salvador Allende e sua tentativa de construir uma alternativa à esquerda. Desde a “revolução pinguina” de 2006, que colocou no centro do debate público a crise do modelo educacional neoliberal no Chile, passando pelas lutas estudantis de 2011 (de onde surgiu Gabriel Boric, presidente eleito no final de 2021) até chegar às mobilizações de 2019 contra o aumento da passagem do transporte urbano e que resultou na vitoriosa convocação de uma Convenção Constitucional que pretende pôr fim à, ainda vigente, constituição criada pelo ditador Augusto Pinochet. Infelizmente, no Chile, como aqui, entre nós, a classe trabalhadora ainda não tem o protagonismo necessário para lutar por dar uma orientação conscientemente anticapitalista a todo este processo e este é o “calcanhar de Aquiles” a ser superado nesta conjuntura.

Além deste processo no Chile, há toda uma série de lutas na América Latina e no Caribe, como no caso da Venezuela, da Bolívia, do Equador, no Peru, na Nicarágua, em Honduras, a greve e a insurreição popular na Colômbia, entre os principais. Neste último país, recentemente, uma coalizão de centro-esquerda ganhou as eleições depois de 12 anos, em que um golpe afastou da presidência Manuel Zelaya. Na Argentina, uma coalizão de centro-esquerda derrotou o governo neoliberal de Macri, aqui também com um destacado protagonismo do movimento feminista nas ruas. Entretanto, é um governo frágil, de conciliação, que manteve a maioria na Câmara, mas perdeu a maioria no Senado e que em decorrência da herança do anterior governo acaba de assinar um novo acordo com o FMI.

Fora da arena política latinoamericana e, ainda no campo internacional, diante da ascensão da China, foi aprovado em 2021, pelo G7, a partir da iniciativa dos EUA, o plano *Build Back Better World* (B3W) - Reconstruir um Mundo Melhor. Esta iniciativa é uma forma dos EUA se contrapor ao projeto chinês da Nova Rota da Seda (*Belt and Road Initiative* - BRI) lançado em 2013. Esta iniciativa, que se apresenta como uma alternativa "democrática" à iniciativa “autoritária” chinesa, prevê investimentos fundamentalmente do setor privado de até 40 trilhões de dólares até 2035 em países em desenvolvimento em obras de infraestrutura com foco no cambio climático, segurança sanitária, tecnologia digital e igualdade de gênero. No mesmo sentido, os EUA realizaram recentemente a Cúpula pela Democracia, uma tentativa de isolar o governo da China e outros países considerados adversários da ordem imperialista encabeçada pela ordem plutocrata dos EUA.

Conjuntura nacional

Apesar de estarmos numa posição defensiva no atual estágio da correlação de forças no país, a retomada de atos presenciais nas ruas, em 2021⁷, se mostrou importante pela capacidade de mobilização unificada a partir das frentes únicas e pelo processo de desgaste do governo Bolsonaro. Importante destacar que os atos unitários se desenvolveram a partir da reação dos movimentos negros contra o racismo materializado no aprofundamento do genocídio do povo negro, mais precisamente com o caso ocorrido no início de maio de 2021, em Jacarezinho, Zona Norte do Rio de Janeiro.

As ruas, em 2021, foram tomadas por vários sindicatos, partidos, movimentos e frentes com o mote em defesa da vida, da democracia e da nossa soberania, tendo algumas manifestações reunido centenas de milhares de pessoas. A construção desses atos incluiu a realização de panfletagem, o uso de carros de som, a colagem de cartazes e lambes e manifestações simbólicas. A virada de 2020 para 2021 foi marcada, portanto, numa nova conjuntura com maioria social contra o governo de Bolsonaro.

Nestas mobilizações de rua acabou prevalecendo na direção sindical a orientação para o desgaste do governo, particularmente, a figura de Bolsonaro, antes que sua efetiva derrubada. Outros setores continuaram disputando politicamente a necessidade da derrubada de Bolsonaro antes das eleições de 2022, o que continua em curso a partir da rearticulação dos atos pelo "Fora Bolsonaro".

1. A crise sanitária e a perspectiva do controle da pandemia

A enfermeira Mônica Calazans foi a primeira brasileira a receber a vacina contra o novo Coronavírus no Brasil, dia 17 de janeiro de 2021. Foi um marco histórico considerando o comportamento consciente do governo em recusar compras de vacinas, o que revela sua face negacionista e genocida. Vários estudos indicaram que muitas vidas poderiam ser salvas se houvesse o planejamento e intenção de adquirir o imunizante. Somam-se a isto, os sucessivos boicotes às medidas de prevenção indicadas pela Ciência (isolamento social, utilização de máscaras, utilização de álcool em gel). Na contramão dessas indicações, o governo apostou em propagandas de medicamentos sem eficácia e em pronunciamentos em rede nacional de Rádio e TV, reforçando sua defesa dos lucros em detrimento à vida.

No tempo da escrita deste texto, os números de pessoas vacinadas no país chegam a 151,2 milhões com o ciclo completo, e 51,3 milhões com a dose de reforço. Apesar dos dados, temos muitos descompassos que denotam a profunda desigualdade do Brasil. No âmbito internacional, as desigualdades também são perceptíveis, enquanto países do continente europeu chegam a mais de 70% de vacinados, vários países do continente africano não chegam a 10% do total de imunizados(as)⁸.

Apesar das sucessivas tentativas anti-vacinação infantil, por parte de setores negacionistas, tivemos uma importante vitória no processo de imunização dessa faixa etária. Davi Sememramiwe, de 8 anos, foi a primeira criança a ser vacinada no país, em 14 de janeiro de 2022. A derrota do negacionismo no debate sobre a vacinação também serviu como mais um ponto de desgaste para o governo Bolsonaro.

Vale destacar que a pandemia não acabou e que outras variantes vão surgindo, como é o caso da Ômicron, muito mais contagiosa e que tem sido responsável pela maior parte dos casos de Covid-19 no início de 2022.

2. Crise de popularidade do governo e reafirmação da independência de classe

A popularidade do governo oscilou nos últimos dois anos. Com o auxílio emergencial e o impacto objetivo nas condições de vida da maior parte da classe trabalhadora, Bolsonaro recuperou fôlego,

⁷ 08 de março; 29 de maio; 03 e 19 de junho; 24 de julho; 18 de agosto; 7 de setembro; 02 de outubro; 20 de novembro; 04 de dezembro.

⁸ Our World in Data: <https://ourworldindata.org/>

resgatando índices de aprovação até então inéditos. Em 2020, foram 68,2 milhões de pessoas beneficiadas no Brasil. Já em 2021, o número foi reduzido para 39,3 milhões de brasileiros (uma queda de 42,37%)⁹.

A pesquisa do mês de novembro de 2021¹⁰ sinalizou a maior rejeição de Bolsonaro, chegando a 56% dos entrevistados. Por região, Bolsonaro apresentou a melhor avaliação no Sul (40%), seguido pelo Centro-Oeste (44%), Sudeste (46%) e 50% no Norte. No Nordeste, o percentual de rejeição foi o maior entre as regiões brasileiras, com 61% de reprovação.

Uma preocupação a ser muito considerada, diante da configuração de um cenário eleitoral neste ano, como caminho de derrota do governo Bolsonaro, é a questão da autonomia e independência da classe do nosso Sindicato e do conjunto da classe trabalhadora. Obviamente, não postulamos nenhuma declaração de neutralidade com relação à disputa presidencial de 2022. O Sindicato tem uma posição definida pelo fim do governo Bolsonaro e precisa ser reafirmada durante todo o processo político-eleitoral que está em curso. Entretanto, isto não pode levar a abrir mão da independência de classe e colocar o Sindicato a reboque de quaisquer projetos eleitorais, justificadas ou não. Já vimos, no ciclo anterior, as consequências negativas do imobilismo social praticado pelos sindicatos e movimentos atrelados ao governo.

Será um processo eleitoral complexo e difícil, especialmente para a classe trabalhadora, mas será necessária mobilização social para não apenas derrotá-lo nas urnas, mas derrotar o bolsonarismo e a sua base econômica.

Com a consideração anterior presente, observamos a tendência de configuração de um cenário eleitoral, polarizado entre duas candidaturas. As tentativas de setores burgueses e neoliberais de construção de uma terceira via não têm, por enquanto, prosperado. Entretanto, ainda faltam muitos meses para as eleições nacionais e mudanças bruscas no cenário eleitoral podem acontecer.

A canalização da revolta contra o governo Bolsonaro para o processo eleitoral institucionalizou a luta contra o seu governo, debilitando o potencial antissistêmico das lutas sociais. É imperioso que a classe trabalhadora não seja figurante da luta contra o bolsonarismo. Por isso, o objetivo tático e estratégico de uma frente de esquerda social em prol de uma agenda a favor da classe trabalhadora, notadamente empenhada deve ser a luta pela revogação das EC 95 e 109; contra a autonomia do BACEN; contra sucateamento e pela venda fatiada da Petrobras; pela anulação das contrarreformas trabalhista e da previdência; contra a degradação dos fundamentos das políticas socioambientais; contra o desmonte das políticas públicas (educação, saúde, cultura, ciência, energia etc.); contra as intervenções nas IFES, IF e CEFET; pelo trabalho digno; pela reforma agrária; em defesa dos povos originários; pela soberania do país em todos os domínios, torna o tema da frente de esquerda social, autônoma em relação aos governos, definidor do futuro da educação pública e da própria democracia econômica e política do país.

Nas ruas ou nas eleições, nossa tarefa fundamental será derrotar a extrema direita, nas suas versões neofascistas, negacionistas, anticiência, e toda a herança do golpe de 2016, como as contrarreformas que retiraram direitos da classe trabalhadora e se dirigiram contra os serviços públicos, como educação e saúde. A resposta será dada pela classe trabalhadora organizada e na luta!

3. Derrota da contrarreforma administrativa e construção da greve unificada dos SPFs

O aumento de R\$ 1,7 bilhão para a Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e para o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022, tem gerado impasses para o governo. Essa sinalização expressa a articulação do governo para uma parte importante de sua base. O bolsonarismo, como movimento, apesar de minoritário, ainda possui uma

⁹ Rede Brasileira de Renda Básica (RBRB).

¹⁰ PoderData.

capacidade de mobilização de sua base social, com maior inserção nos setores militar, empresarial, policial, religioso e miliciano.

Nesse cenário, a articulação das entidades do funcionalismo público tem sido fundamental para a luta política contra os desmontes do serviço público, o que inclui defasagem salarial, cortes orçamentários, condições precárias de trabalho, dentre outros. Ainda nesse bojo, a luta contra a PEC 32/2020 (Reforma Administrativa) segue sendo uma pauta imprescindível para a mobilização desse setor da classe trabalhadora. Importante destacar que o ANDES-SN foi uma das principais forças, em 2021, contra a Reforma Administrativa, estabelecendo protagonismo, sobretudo, em Brasília. Assim, a greve é fundamental para garantia de direitos, mas ela só será vitoriosa se for abraçada pelo conjunto do funcionalismo público.

A categoria de professores da educação básica passa, nesse momento, por um processo de luta pelo reajuste no piso salarial (Lei 11.738/2008). Bolsonaro apostou numa grande propaganda de reajuste no piso por meio da Portaria 67/2022, mas colocando a responsabilidade de cumprimento do reajuste na conta das prefeituras e dos governos estaduais. A categoria de professores(as) tem sido um dos setores que mais têm se enfrentado com o governo federal; junto a essa categoria, soma-se a mobilização das mulheres e do movimento negro.

4. A reorganização da classe trabalhadora

Temos aprovado no Sindicato a necessidade da reorganização da classe trabalhadora diante da falência da organização sindical predominante nas “grandes” centrais sindicais. Indicamos a construção de um Encontro da Classe Trabalhadora (Enclat) e iniciamos a construção de uma ferramenta com esse propósito que é o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes. Não é este o único caminho, o Fonasefe e mais ainda a reorganização da Confederação Nacional de Entidades dos Servidores Públicos Federais (CNESF) e a sua transformação em Confederação Nacional de Entidades do Serviço Público (CNESE) agrupando os sindicatos dos SPF das três esferas do governo e, inclusive, dos/as trabalhadores/as das empresas estatais, como definido no encontro realizado em novembro de 2019 é também um caminho que conflui nesta mesma direção. Trata-se em estes casos de seguir um caminho de baixo para cima.

Numa direção aparentemente confluyente com esta proposta, o Fórum das Centrais Sindicais, integrado por 10 centrais sindicais (CSB, CSP-Conlutas, CTB, CUT, Força Sindical, Intersindical - Central da Classe Trabalhadora, Intersindical - Instrumento de Luta, NCST, Pública - Central do Servidor e UGT), está convocando para o mês de abril, nos dias 7 e 8, para uma Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) com o mote Emprego, Direitos, Democracia e Vida. Infelizmente, é um evento organizado de cima para baixo, com uma finalidade predominantemente eleitoral, no sentido de apresentar aos candidatos à presidência uma pauta mínima da classe trabalhadora. A intenção é boa, porém a forma não corresponde efetivamente às necessidades de reorganização profunda da classe trabalhadora. O evento, entretanto, é importante para poder batalhar para que se avance efetivamente no processo de reorganização e construção de um efetivo Enclat ou evento de forma e conteúdo semelhante.

O Fórum Sindical, Popular e de Juventudes planeja um Seminário Nacional para o mês de maio. A finalidade é fazer um balanço do processo da entidade desde sua constituição em 2019 e definir os caminhos para ser um instrumento efetivo de reorganização da classe trabalhadora.

5. As lutas antirracistas, feministas, LGBTQIA+ e dos povos originários

Os setores mais oprimidos da nossa classe tem reagido aos sucessivos ataques e ao aprofundamento das violências, sustentadas no machismo, racismo e LGBTIfobia. Os dados de violência doméstica aumentaram significativamente durante a pandemia e os dados de morte pela Covid foram mais drásticas aos

trabalhadores negros/as. Ainda, mesmo com o cenário de crise sanitária que enfrentamos, a violência policial e os casos de racismo não reduziram.

O último caso com maior repercussão nacional (e internacional) foi a brutal morte do trabalhador congolês Moïse Mugenyi Kabagambe, de 24 anos, no dia 24 de janeiro. O assassinato na barra, no Rio de Janeiro, foi movido pelo racismo e xenofobia, traço ainda marcante na configuração do Brasil. Moïse foi assassinado por quatro homens a paulada após cobrar pagamentos atrasados de seu trabalho no quiosque Tropicália. Vários atos foram convocados no país dias depois do caso, mobilizando setores da esquerda que ocuparam as ruas exigindo justiça por Moïse.

No último dia 4 de dezembro, foram realizados atos convocados pelos movimentos de mulheres feministas com a palavra de ordem “Ele nunca mais”, numa tentativa de reassumir o movimento feminista nas lutas políticas. Lembramos o grande impacto que teve o movimento “Ele não!” das últimas eleições contra a candidatura do Bolsonaro. No momento da realização do nosso congresso sindical já terá acontecido o dia 8 de março de 2022 e a sua preparação, culminando em atos unificados e massivos ou não, será fundamental para se avaliar as perspectivas das lutas que se seguirão ao 8 de março (Dia Internacional de Luta da Mulher), o 14 de março (Dia de Luta pelos Direitos Humanos e de Justiça por Marielle), como o 1º de Maio.

O governo e os empresários do agronegócio e mineração insistem em avançar sobre as Terras Indígenas. Neste sentido, foi encaminhado o Projeto de Lei 191/20 que regulamenta a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em reservas indígenas. Os povos indígenas são contrários a esta iniciativa que beneficia fundamentalmente aos capitalistas interessados na exploração destas áreas. O avanço sobre estas terras faz parte da ofensiva atual do capital, de exploração por desapropriação.

Nessa mesma trilha, destacamos a controvérsia no STF sobre o denominado “Marco Temporal”. A controvérsia faz referência ao processo de demarcação das terras indígenas resguardados pelo artigo 231 da Constituição de 1988. A questão em debate se refere à interpretação sobre as terras em disputa pelos povos indígenas que só poderiam ser reivindicadas onde já estavam no dia 5 de outubro de 1988, quando foi promulgada a nova constituição. Se prevalecer essa interpretação se abre a possibilidade de redução das terras para serem consideradas como terras indígenas (TI) que passariam a ser ocupadas pelos grileiros e/ou outras formas de personificações do capital.

A escalada do desmatamento e da destruição dos biomas tem marcado o século XXI, com atenção a destruição do bioma cerrado e Amazônia, considerados pelo agro-hidro-mínero-negócio como a última fronteira de exploração do planeta. A região denominada como MATOPIBA nos cerrados brasileiros atingiu a marca de 5.227,32 km² em 2021 (IPAM). Na esteira da destruição e transformação compulsória do espaço agrário em áreas agricultáveis, os defensores das terras e dos territórios têm tombado com aumento exorbitante de conflitos no campo e mortes. No ano passado foram 26 assassinatos no campo brasileiro, com a triste realidade que destes 8 eram indígenas e 3 eram quilombolas, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Desafios para 2022

O principal desafio continua a ser derrotar o Governo Bolsonaro e o conjunto da sua política. Este é um pré-requisito para avançar nas lutas para revogar a EC 95 e EC 109, a contrarreforma trabalhista, a contrarreforma previdenciária, as contrarreformas educacionais. Construir a greve unificada dos SPFs pela reposição das perdas salariais, que são muito grandes, tanto pela última (des)estruturação da carreira docente do setor federal fruto do acordo entre o Proifesp e o governo em 2015, assim como dos ataques às universidades estaduais e municipais; o processo inflacionário destes últimos anos; quanto pelo aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14% no setor federal e em muitos estados. Também é necessária a luta em defesa da autonomia universitária, contra as intervenções e a luta pela recomposição orçamentária

das IFES, IEES, IMES, IF e CEFET. Esta última é fundamental para contribuir com o retorno presencial às aulas de forma segura, assim como para alavancar a política de assistência estudantil para garantir o ingresso e a permanência da juventude trabalhadora nas instituições educacionais. Estas pautas são muito importantes na atual conjuntura, mas também são importantes para desde já deixar estabelecidas as prioridades para o período que vai se abrir no próximo ano, seja qual for o resultado eleitoral.

É fundamental fortalecer o Sindicato, sua perspectiva classista e independência de classe, para incidir positivamente no processo político-eleitoral e avançar na construção da unidade das forças sociais e sindicais. A defesa e desenvolvimento da universidade, dos institutos federais e dos CEFET e do complexo das instituições de ciência e tecnologia, fundado na gratuidade, laicidade, e da função social com relação aos interesses da classe trabalhadora, à luz do que tem sido a atual pandemia adquire uma maior centralidade e nos provoca para as lutas.

TEXTO 5

Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Adriano Vitti Mota (ADUFR); Albany Mendonça (APUR); Aloísio Soares Ferreira (ASPUV); Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCefet/MG); Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV); Angelica Lovatto (ADUNESP); Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU); Antônio Luís de Andrade – Tato (ADUNESP); Antônio José Mahyé Nunes (ADURRJ-); Bráulio Silva Chaves (SINDCefet/MG); Célia Regina Otranto (ADURRJ); Cícera Vanessa Maia (SINDCefet/MG); Claudete Sales Sampaio (ADUFS); Dayse Iara dos Santos (ADUNESP); Dilenio Dustan (APES/JF); Fábila Barboza Heluy Caram (SINDCefet/MG); Fábio Kazuo Ocada (ADUNESP); Fernando Ramalho Martins (ADUNESP); Francisco Carlos Duarte Vitória (ADUFPel); Gabriel Munhoz Palafox (ADUFU); Igor Mota Morici (SINDCefet/MG.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ); João da Costa Chaves Júnior (ADUNESP); José Domingues Godoi Filho (ADUFMAT); Juliana Barbosa de Segadas Vianna (ADURRJ); Lúcia Emília Letro Ribeiro (SINDCefet/MG); Luciano da Silva Alonso (ADURRJ); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADURRJ); Márcio Pereira da Silva (ADUNESP); Maria das Graças Soares Floresta (ASPUV); Marisol Valencia (ADURRJ); Milney Chasin (SINDCefet/MG.); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP); Monica Pirozi (ASPUV); Oneize Amoras de Araújo (ADUFS); Samuel França Alves (SINDCefet/MG); Sueli Guadalupe de Lima (ADUNESP); Zenilde Moreira (ADUFERPE).

DERROTAR O BOLSONARISMO E RESGATAR O ANDES-SN – AUTÔNOMO, CLASSISTA E COMBATIVO

A pandemia devastadora da Covid-19, que chega hoje a aproximadamente 400 milhões de infectados e mais de 5 milhões de mortes no mundo, não resultou, como previsto por muitos, em mudanças nas relações humanas e econômicas – continuamos a viver em mundo no qual prevalecem a injustiça social, econômica, cultura e política. Nesse momento histórico e distópico em que estamos imersos, não se percebe nenhuma perspectiva de solidariedade e de políticas sociais para redução da pobreza, da fome e do desemprego. A concentração de renda cresceu; temos mais pessoas compondo o diminuto grupo de bilionários, ao mesmo tempo que vemos um crescimento assustador da população que passa a viver na

miséria. A lógica do lucro e os interesses do capital cada vez mais se consolidam e dão as diretrizes, guiando assim o sistema econômico internacional, os governos e o mundo do trabalho, em um ritmo cada vez mais acelerado que provoca inúmeras doenças na nossa classe e um enorme lucro à burguesia. Acentuam-se, assim, a marginalização e a exclusão social, a degradação do ambiente e a barbárie planetária, em especial nos países da América Latina, no Caribe e no continente Africano.

Para uma economia que alterna momentos maiores e menores de crise, e que foi fortemente atingida pelos efeitos da pandemia, a saída continua sendo a máxima do mercado: aumentar a acumulação e a desigualdade, transferir para a classe trabalhadora os efeitos e os ajustes que o capital e seus aliados acham “necessários” para recuperar as margens de lucro, e ajustar a economia para manter a exploração e a hegemonia do capital. A concentração de renda é acompanhada de um aprofundamento da indigência, da precarização das condições e regulamentações do trabalho. O mesmo bilionário que brinca de viagens ao espaço tem a sua empresa demitindo centenas de trabalhadores mediante a decisão de algoritmos, escancarando todo o cinismo, a crueldade e a falta de pudor nestes novos tempos pandêmicos. Mas o que se poderia esperar da burguesia diferente disso?

Nesta lógica, economistas e organismos multilaterais, que indicaram um sinal ainda fraco de recuperação da economia em 2021, embora de forma desigual, fazem previsões de piora em 2022. Dentre as causas, sugerem que a nova variante Ômicron, a escassez de suprimentos e a inflação estariam pressionando negativamente a retomada de crescimento. O início de crise imobiliária na China e a escalada de preços no mercado internacional do petróleo também aparecem como vilões, posto que os bancos centrais, mesmo nos países mais ricos, já não contam com margens tão grandes para intervir, como fizeram amplamente no socorro aos mercados e às economias nacionais, no início da crise pandêmica. Para os analistas do capital, o quadro é de continuidade da crise, redução no crescimento econômico e inflação alta, o que nos alerta para o aumento da miséria global.

É também neste contexto que continuamos a assistir movimentos de rearranjo geopolítico, com disputas por territórios e por recursos (*commodities*) principalmente ligados à energia e ao domínio político dos blocos que se reorganizam e que procuram se manter e se fortalecer. Rússia e China, numa aproximação inesperada, tentam se posicionar frente aos inimigos comuns, liderados pelos Estados Unidos, numa contenda por zonas de influência, interesses comerciais e controle energético. Desde o início deste ano, o noticiário internacional tem exposto em parte estes movimentos. O tensionamento e a militarização na fronteira da Ucrânia, envolvendo Estados Unidos, Rússia e União Europeia vem crescendo, com ameaças e tentativas até agora fracassadas de resolução. A Argentina acaba de estabelecer um acordo comercial de infraestrutura e aporte financeiro para ingressar na chamada rota da seda, iniciativa chinesa de expansão política que se espalha na América Latina, região que costumava ser chamada de “quintal dos USA” por antigos governos estadunidenses.

Estados nacionais e blocos de países continuam submetendo a classe trabalhadora às velhas políticas de interesse do capital. A União Europeia entra forte em programas de “economia verde”, nos quais a mudança de matriz energética vem com a exigência de reformas e a garantia do controle, do lucro e da superexploração do trabalho.

Movimentos e organizações que fazem a luta contra o aprofundamento deste quadro não conseguem dar respostas a estes ataques. E parte importante dos instrumentos de luta da classe trabalhadora, como manifestações de rua e grandes mobilizações esvaziou-se com as restrições da pandemia. Mesmo assim, assistimos no Chile o movimento que derrubou Pinera por meio de lutas e ações diretas, resultando em assembleia constituinte e novo governo. No campo eleitoral, a vitória da esquerda no Peru e a derrota de governos de direita, como na Argentina, mostram também relevância – embora devamos lembrar sempre da fragilidade e vulnerabilidade destes mandatos, historicamente com guinadas à direita para permitir a “governabilidade”.

Por outro lado, a extrema-direita se organiza em todo o mundo; o trumpismo e o bolsonarismo buscam se consolidar como movimentos permanentes. Em Portugal, o Partido Chega, também de extrema-

direita, tornou-se a terceira força no Parlamento, em eleições recentes, apesar da vitória do Partido Socialista (na verdade, mais próximo à socialdemocracia). A expectativa na França também é de avanço dos Le Pen, com uma tentativa, inclusive, de formação de frente ainda mais à direita. Nas ruas, movimentos antivacina se mobilizam e aparecem em diversos países europeus, nas Américas e na Oceania. No Canadá, caminhoneiros paralisam a economia, protestando contra a obrigação vacinal e trazem desabastecimento, com ameaças semelhantes também na França e na Bélgica.

De George Floyd a Moïse Kabagambe e Durval Teófilo Filho, passando por Mona Heidari e Vila Cruzeiro, a lista de jovens pobres, negros e mulheres mortos pela violência da polícia, pelo racismo ou pela violência pura e simples, não para de crescer. Pouco ou nada é feito por essas vítimas e seus familiares, que engrossam as estatísticas cotidianamente. Paradoxalmente, um *podcast* vai a público defender a existência de um partido nazista e o mundo se conforma com o seu desligamento da emissora a qual estava vinculado. Idem para o Secretário de Cultura que, ao som de Wagner, faz um pronunciamento em cadeia nacional citando trechos do discurso de Goebbels, Ministro da Propaganda de Hitler.

No Brasil, praticamente toda a energia do campo de esquerda se concentra em derrotar o bolsonarismo nas eleições que se aproximam. Não se percebe uma articulação que permita uma unidade na ação deste campo e que faça frente à gestão criminosa e irresponsável de Bolsonaro e seus apoiadores – o que observamos são ações pontuais que não chegam a impactar nos rumos desastrosos que o país vai trilhando. Os anos sob o atual governo foram “mornos”, onde foi possível notar que a esquerda optou, sob nosso ponto de vista equivocadamente, por enfatizar suas ações nas eleições em 2022. Os estragos feitos pelas políticas neofascistas de Bolsonaro são uma violência contra a classe trabalhadora.

Todas as políticas implementadas pelo (des)governo de Bolsonaro, bem como pelos governadores dos estados da federação, estão em sintonia com a lógica neoliberal. As duras reações do governo da Bahia às últimas mobilizações e greves docentes naquele estado, a recusa recente do governo de São Paulo em avançar nas negociações de reposição salarial com os servidores das IES paulistas, além da privatização da companhia de águas do estado do Rio de Janeiro ilustram bem isso. Tais políticas nos recolocam na posição de uma colônia de exploração; o Estado brasileiro perde sua soberania e passa a ser controlado por políticas tecnoburocratas induzidas pelos organismos internacionais.

A perversidade neoliberal encontrou em Bolsonaro a figura do “capitão do mato”, responsável por entregar o país, suas riquezas e recursos naturais para os grandes grupos financeiros; e acabar com o que sobrou dos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Importante ressaltar aqui que todos esses ataques sofridos pelos trabalhadores têm contribuído muito, junto com os efeitos sociais da pandemia, para afetar seriamente a nossa saúde física e mental, tornando ainda mais difícil e dolorosa a vida de relações cotidianas, que incluem o ambiente familiar. Ao assistir tudo isso sem promover uma ação contundente de luta, uma parte da esquerda torna-se cúmplice dessa barbárie.

O Partido dos Trabalhadores (PT), responsável por uma força militante significativa e pela inserção e direção de organizações, entidades e movimentos sociais, segue na sua tática, bem-sucedida até agora, de se manter como único protagonista, dirigente e liderança, sem concessões para as demais forças, que tentam se agrupar em uma frente para a derrubada eleitoral bolsonarista. A pergunta que não quer calar é: qual é o projeto? O que o PT pretende implementar, caso saia vencedor, a partir de 2023? Haverá espaço para o debate sobre a construção de um projeto popular que recupere os direitos da classe trabalhadora?

Já vimos esta tática algumas vezes e sabemos onde desemboca – alianças que incluem a centro-direita e que estabelecem governos aparentemente dúbios, mas que na verdade atuam comprometidos com as forças do mercado, os aliados do capital e as velhas e conhecidas oligarquias. Sequer podem ser chamadas de “conciliações”; posto que os trabalhadores não são chamados para estabelecer a política ou para participar de sua condução.

Os demais partidos e movimentos do campo de esquerda enfrentam fragilidades crescentes ou foram capturados para a tática petista. Mantidos os números de percentuais de votos, um novo governo Lula

se mostra inevitável, enquanto os demais “coadjuvantes” tentam arranjos políticos/eleitorais para se manterem vivos e com alguma possibilidade de barganha eleitoral.

Já sabemos também o efeito destas táticas nos movimentos mais combativos, na ação direta e nos enfrentamentos da classe trabalhadora. O calendário eleitoral e suas demandas acabam assumindo a prioridade nos encaminhamentos políticos, e as ruas e mobilizações passam a se submeter a esta lógica. Qualquer proposta de encaminhamento só progride quando se mostra interessante para este calendário. Na prática, colocamos o movimento a reboque dos interesses eleitorais – e muitas vezes eleitoreiros.

Os trabalhadores sabem o que isto significa e lembram das lutas que tiveram que empreender durante os anos petistas. Temos na memória os retrocessos e ataques dos governos naquele período, das reformas sindical, previdenciária e trabalhista que foram impostas e aprovadas em parte, da terceirização e da precarização nas relações de trabalho, do ataque a diversos direitos, da Lei Antiterror, da repressão a greves e manifestações de rua, do quadro vergonhoso que deixaram na educação fundamental. Temos a lembrança, naquele período, da paralisação da reforma agrária, do protagonismo dos ruralistas, do fechamento de escolas do campo, e da continuidade dos assassinatos de camponeses e de representantes do Movimento Indígena. Os docentes sabem bem como foi a relação com o governo petista, os ataques, as mudanças na carreira nas IFES, a privatização do ensino superior, a introdução massiva da EaD, e a tentativa de destruir o Andes-SN, chegando a criar outro sindicato para funcionar como corrente de transmissão petista. A lista é enorme.

O nosso sindicato não está à parte do contexto político maior e das disputas que acontecem nos movimentos e organizações de oposição, e é afetado diretamente também por estes condicionantes. O debate político pode e deve ser conduzido com contribuições oriundas de partidos, coletivos e militantes independentes, que atuem no Sindicato. Mas é fundamental que todas as proposições sejam amplamente conhecidas, que passem pelo debate, pela crítica e que sejam deliberadas nas instâncias do Andes-SN. Se algum destes requisitos não é atendido, a política do sindicato passa a ser atravessada pela política de sua direção, e do seu agrupamento político. E temos visto a falta destes requisitos no cotidiano do Sindicato. Temos sido dirigidos nos últimos anos por uma política de linhas partidárias que – deliberadamente ou não – tem contribuído para a desmobilização da nossa categoria. A utilização de mecanismos burocráticos – e até antidemocráticos – fragilizam a nossa construção pela base, a nossa autonomia e a nossa combatividade.

Antes da pandemia já vinham ocorrendo propostas de mudanças nas normas do Sindicato que levavam à redução da participação da base e ao aumento de restrições e de dificuldades oficinescas, muitas vezes denunciadas pelas oposições. Com a COVID, estas práticas se tornaram ainda mais contundentes, como as deliberações dos CONAD Extraordinários, que mudaram o caráter e o funcionamento dos Grupos de Trabalho e das reuniões dos Setores.

Ao mesmo tempo, a hegemonia política que domina o Sindicato vem defendendo e conseguindo aprovar propostas que cada vez mais enfraquecem as bandeiras da classe trabalhadora, com políticas divisionistas e fragmentárias.

Como sindicato classista, nascemos na luta por educação, saúde e outros serviços públicos essenciais com caráter universal. Na nossa origem, estabelecemos a luta por uma sociedade justa, por avanços nas conquistas de todos os trabalhadores e que todas estas conquistas se deem sem qualquer discriminação de raça/etnia, gênero, idade. É deste caráter classista, universal (e não de particularidades) que forjamos um Andes forte, sem renunciar à luta contra qualquer tipo de opressão aos diversos segmentos da classe trabalhadora.

O Andes-SN precisa urgentemente mudar sua pauta e suas práticas, reforçar seus princípios e voltar à antiga combatividade. A direção do nosso Sindicato deve ter o compromisso inequívoco com as demandas e com a representação da categoria, e não com projetos pessoais ou partidários. É preciso reforçar os mecanismos que garantem a construção pela base e a ampla participação de filiados em todas as instâncias.

O coletivo Movimento Classista conclama o Andes-SN a voltar ao debate e à defesa da pauta que hoje afeta a toda a classe trabalhadora, com o caráter internacionalista e universalista, resgatando o acúmulo

e as bandeiras históricas e que representam as nossas demandas mais urgentes, como educação, saúde, salário, aposentadoria digna, emprego, cultura, e melhores condições de vida.

Com a perspectiva também classista, insistimos que sejam retomados os debates sobre a liberdade e autonomia sindical e sua prática em nosso Sindicato; o significado do desenho sindical que construímos para nossas lutas. Que voltemos a aprofundar e defender nossa carreira, o trabalho docente, contra a precarização, em defesa das instituições de ensino superior, do meio ambiente, da ciência e por uma tecnologia voltada principalmente para a melhoria de vida dos trabalhadores.

Entendemos que derrotar o bolsonarismo é fundamental, e a luta deve se dar em todas as trincheiras, inclusive nas eleições que se aproximam. Mas nossas ações não devem se restringir ao processo eleitoral, pois ele não pode ser o único balizador, e é um risco submeter e afunilar todas as iniciativas aos interesses de candidaturas e “salvadores da pátria”, conforme mostra a nossa história. O enfrentamento hoje deveria se dar por meio da unidade na luta, com a representação de todas as correntes, partidos e movimentos do campo de esquerda buscando construir um calendário que abranja todas as formas de mobilização, incluindo a ação direta. É preciso chamar a população para que se construa a derrocada da extrema direita no nosso país.

Nosso sindicato precisa retomar o seu protagonismo, voltar a apresentar a sua combatividade e capacidade de mobilização da base docente. Precisa ser uma das organizações a puxar todas as formas de resistência e luta contra os ataques que temos sofrido. Precisa ser também o espaço para a crítica, para discutir as melhores táticas, adotar uma prática na qual as ideias, elaborações coletivas e melhores propostas conduzam o movimento.

E é para essa construção que conclamamos a todos docentes que participem, se mobilizem, que garantam a construção pela base, que atuem em todas as instâncias do Andes-SN.

Como lembra o poeta, há *quem garante que a História é carroça abandonada, numa beira de estrada*. Mas na verdade, ela *é um trem riscando os trilhos, abrindo novos espaços, acenando muitos braços, balançando nossos filhos*. Precisamos transformar toda a nossa indignação, o sentimento de injustiça, o nosso repúdio aos massacres no campo e na cidade, às mortes nas periferias e à miséria em vontade, em construções coletivas e ações que façam avançar este trem.

TEXTO 6

Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), André Moreira Bordinhon (ADUA), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Elis Regina Fernandes Alves (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando Cesar Paulino Pereira (ADCAC), Lorena Ferreira Portes (SINDIPROL/ADUEL), Lourival Felix (SESDUEM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE), Valdir Anhuchi (SINDIPROL/ADUEL) e Viviane Vidal da Silva (ADUA).

CRISE ECONÔMICA E PANDÊMICA: CAPITALISMO DESCARREGA SUA CRISE SOBRE AS COSTAS DOS TRABALHADORES E AS DIREÇÕES SINDICAIS E POLÍTICAS COLABORAM COM CAPITALISTAS E GOVERNOS

Mal iniciamos 2022 e o país, mais uma vez, é alertado pelo aumento de contaminações e internações pela covid-19. O medo de que este aumento represente um crescimento no número de hospitalizações e mortes esconde um outro receio geral, o de que a recessão aberta em 2020, com queda no PIB de 3,90%, volte a assombrar a economia em 2022, cujo crescimento está estimado entre 0,50% a 1% apenas, depois do crescimento de 4,50% em 2021.

O certo é que, com o arrefecimento ou não da pandemia, a crise econômica continuará forte no país, refletindo a crise geral capitalista. Isso significa que os mais de 13 milhões de desempregados atuais, e as dezenas de milhões de subempregados continuarão amargando a situação de pobreza e de miséria, que cresceu no último período. Mais do que isso, as dezenas de milhões de trabalhadores, empregados, desempregados ou subempregados, enfrentarão a piora nas condições de vida em uma conjuntura de contrarreformas, rebaixamento geral do valor da força de trabalho e colaboração de classe das direções dos sindicatos, dos movimentos e dos partidos de esquerda com os capitalistas e os governos.

Aumento da miséria, redução salarial, fechamento de fábricas e postos de trabalho, diminuição de verbas nos serviços sociais – o que enfrentaram os explorados e como colaboraram as direções políticas

Ainda que o ano de 2020 tenha iniciado com a perspectiva de lutas (greves já em fevereiro), o desmonte do ato nacional de 18 de Março evidenciou como se construiria a “unidade nacional” entre direções políticas, governos e capitalistas em torno ao combate da pandemia. Mesmo sem um Plano Emergencial para a defesa dos mais pobres e miseráveis, mesmo sem garantias em relação aos empregos e aos salários, as direções dos sindicatos, dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda atenderam ao chamado dos governos burgueses para fechar os sindicatos, não organizar as lutas, desmontar as mobilizações e, assim, executar a política burguesa do isolamento social. É bom lembrar, inclusive, que, para o dia 18 de Março, estava marcada a Greve Nacional da Educação, que a CNTE e o ANDES-SN convocavam conjuntamente. Com o desmonte do dia 18 de Março, tanto a greve geral dos trabalhadores, quanto a greve da educação são desmontadas, sem que houvesse qualquer perspectiva no atendimento das demandas e reivindicações que levaram à convocação destas greves. A política imposta pelos governos, e aceita pelas direções sindicais, quebra os movimentos e abre caminho para as medidas de ataques de governos e capitalistas.

Obviamente, a maior parte dos explorados, das famílias pobres que se amontoam nas periferias das grandes cidades, não puderam vivenciar o isolamento social, medida científica manejada ideologicamente para favorecer aos governos e aos capitalistas que já enfrentavam uma situação de crise política e econômica anterior à pandemia. Sem poder “ficar em casa”, como a classe média e a classe burguesa, e sem um Plano Emergencial, os mais pobres compuseram a maior parte dos já mais de 630 mil mortos pela doença, além de enfrentar o desemprego, o aumento da carestia de vida, a fome e a miséria crescentes. Em abril de 2021, se estimava que o número de brasileiros vivendo abaixo da linha de pobreza havia triplicado no último ano, cerca de 27 milhões de pessoas. Em janeiro de 2022, o número dos que viviam na extrema pobreza, com menos de U\$1,90 por dia, era de 13,5 milhões, o maior número da última década (desde 2012). Mas para as direções sindicais, partidárias e dos movimentos sociais era preciso apenas manter a política do “fique em casa” e iniciar campanhas de “solidariedade”.

Em março de 2020, fecham-se os sindicatos, desmonta-se o Dia Nacional de Luta e, em abril, o governo federal já apresenta a Medida Provisória 936, com o objetivo de proteger os capitalistas e rebaixar o valor da força de trabalho, com a suspensão e/ou diminuição das jornadas e redução salarial. Acordos de redução salarial, de rebaixamento do valor da força de trabalho, imperaram em todo o país. Até dezembro de 2020, mais de 20 milhões de acordos foram celebrados. A MP foi transformada em Lei 14020/2020 e depois

prorrogada até agosto de 2021, quando cessou. Segundo dados da execução orçamentária do governo federal, mais de 32 bilhões de reais foram pagos para o “Benefício Emergencial”, aliviando as despesas de capitalistas, enquanto abria espaço para a suspensão dos contratos e a já permanente redução do valor da força de trabalho (no terceiro trimestre de 2021, a renda média dos trabalhadores era a menor desde 2012).

Importa aqui relatar o caso da MP 936 porque, por meio dela, manifestou-se com clareza a colaboração de classes. Todas as Centrais e sindicatos, das mais direitistas, como UGT e Força Sindical, passando pela CUT e CTB, aos mais esquerdistas, como a CSP-Conlutas, - TODAS montaram as farsas das “assembleias virtuais” para aprovar os acordos de redução salarial. Sob as mais diferentes justificativas, todas se prostraram diante do governo federal e dos capitalistas, aceitando o aumento da exploração do trabalho, contribuindo para a redução histórica do valor da força de trabalho e para a destruição de direitos, solidificando as medidas ligadas à Reforma Trabalhista aprovada ainda em 2017. Bandeiras históricas, como redução da jornada sem redução salarial, foram definitivamente abandonadas em nome de uma suposta “defesa dos empregos”. Nada poderia ser mais mentiroso. Em 2020, os desempregados e os subempregados representavam já mais de 50% da força de trabalho do país.

Em junho de 2020, influenciados por movimentos de luta em outros países, como o “Black Lives Matter” dos EUA, torcidas organizadas saíram em São Paulo em manifestações contra o governo. Estiveram isoladas e não conseguiram romper a camisa de força do imobilismo. Em agosto de 2020, estouraram as greves na Renault e, em seguida, a dos trabalhadores dos Correios. A greve na Renault mostrava que a classe operária precisava e podia se levantar para lutar contra o fechamento de fábricas e a destruição de postos de trabalho. Ambas as greves ficaram – também – isoladas. A traição das direções sindicais chegou a tal ponto que, mesmo com os trabalhadores se contaminando no trabalho presencial, as direções realizavam as assembleias de greve de forma “virtual”, como ocorreu no caso do Correios, em São Paulo e no Rio de Janeiro, nos sindicatos dirigidos pela CTB (FINDECT). Ainda que isoladas, as duas greves, da classe operária e de um setor proletarizado, o dos Correios, revelavam que era possível romper o temor real e o terror ideológico criado pela campanha unitária do “fique em casa”: uma verdadeira hipocrisia em relação a estes trabalhadores que mantinham as atividades produtivas e eram duramente golpeados em seus direitos, salários e empregos.

As demissões no interior das fábricas e na classe operária, coração da produção capitalista, puxaram o desemprego geral no país. Em fins de 2020, o desemprego, em números oficiais, atingia 13,5% da população, contra os 11,9% de 2019. Em janeiro de 2021, a Ford resolveu fechar o conjunto de suas plantas industriais no país, o que provocaria um desemprego entre trabalhadores diretos e indiretos na ordem de 120 mil postos de trabalho. Mais uma greve isolada, mais lamentações das burocracias sindicais, de diferentes matizes políticos, e a aceitação passiva do desemprego em massa. Em Taubaté, os burocratas da CUT culpavam os operários por terem elegido Bolsonaro e apontavam a saída para 2022, como em todos os movimentos isolados que ocorreram ao longo dos últimos dois anos.

Se os trabalhadores sofreram com as demissões e o rebaixamento salarial, o conjunto da população também viu minguarem os recursos dos serviços sociais básicos, como educação, infraestrutura e até saúde. Em 2020, a dotação de 143,3 bilhões de reais para o Ministério da Educação era já 12 bilhões menor que o do ano anterior (155,9 bilhões de reais). Em 2021, o valor de 145,7 bilhões de reais não repôs os valores perdidos, mantendo os menores recursos de investimento da última década na educação básica, por exemplo. A crise nas agências de fomento à pesquisa como CNPQ e CAPES também revelou o impacto da retirada de verbas para o setor de ciência e tecnologia. Em fins de 2021, bolsas de formação docente, distribuídas por meio de Programas como Residência Pedagógica e Iniciação à Docência, da CAPES, tiveram seus pagamentos atrasados por até dois meses, afetando mais de 60 mil estudantes no país. Ainda no final do ano, discutia-se o impacto do não descontingenciamento de mais de 600 milhões de reais para o Ministério de Ciência e Tecnologia, o que impactaria diretamente editais de bolsas da CNPq.

Embora estudantes de diferentes partes do país tenham realizado mobilizações contra estes cortes e seus impactos na política de assistência estudantil, duramente golpeada no período em que as universidades estiveram fechadas, eles também ficaram isolados, sem poder contar com a ação centralizada das entidades

estudantis e o apoio dos movimentos sindicais dos trabalhadores da educação que, em uníssono, “respeitavam” a orientação dos governos burgueses para não realizar assembleias e manifestações de rua.

Em 2021, essa conjuntura de ataques, de piora nas condições de vida, de atraso na distribuição das vacinas, de desemprego e aumento do custo de vida, levou parcelas da juventude e de setores da pequena burguesia às ruas em atos nacionais. No dia 29 de maio, rompia-se com a política burguesa do isolamento social. Mesmo que os números da pandemia estivessem ainda altos e a vacinação ocorresse lentamente, as direções dos sindicatos, dos movimentos e dos partidos políticos tiveram que participar dos atos multitudinários de rua. Por meio deles, as direções, inclusive, do ANDES-SN buscaram reanimar a Campanha do “Fora Bolsonaro”, que esteve adormecida por todo o ano anterior.

Na verdade, as direções buscaram canalizar o instinto de revolta dos trabalhadores e da juventude das grandes cidades para a disputa interburguesa que ocorria no Senado, por meio da CPI da Covid-19. Acreditavam que poderiam potencializar o impeachment de Bolsonaro. Gostariam de utilizar o mesmo mecanismo autoritário que golpeará Dilma Rousseff em 2016, agora contra o “genocida”. O desejo das direções políticas esteve, no entanto, sempre subordinado aos atritos entre o governo e os parlamentares e os governadores dos estados. Com o naufrágio da CPI, restou apenas a saída eleitoral. E a frente pelo impeachment se transformou em uma tentativa de frente ampla para a corrida eleitoral de 2022, malgrado o desespero dos mais esquerdistas que não queriam no palanque das manifestações de rua políticos burgueses como Ciro Gomes. A tentativa de “esquerdizar” o “Fora Bolsonaro” mostrou apenas a impotência de correntes como PSOL, PCB, PSTU ou PCO e de uma Central, como a CSP-Conlutas, que colaboraram, na prática, com PT e CUT para aplinar o caminho da disputa eleitoral, potenciando a candidatura de Lula, como uma “inevitabilidade” diante do fracasso do impeachment. As reivindicações de salário, de emprego, e de defesa dos direitos nunca estiveram no centro da direção política dos atos nacionais, traíndo, assim, um movimento que poderia iniciar a marcha para colocar contra a parede o governo Bolsonaro e os capitalistas e, de fato, defender a vida das massas das consequências das crises econômica e pandêmica.

Durante o último ano, vimos também a disputa interburguesa em torno das vacinas e como as direções também silenciaram diante da guerra comercial entre as potências no que se referia à fabricação e à distribuição das vacinas pelo planeta. Houve, dentro do espírito da campanha eleitoral prematura, a crítica recorrente ao governo Bolsonaro quanto ao atraso na compra das vacinas, o que é verdadeiro, mas obscureceu-se que, por detrás da questão político-administrativa, havia e há o interesse dos grandes monopólios farmacêuticos que estão ganhando rios de dinheiro com as vacinas superfaturadas e represando a distribuição nos países mais pobres, sobretudo, do continente africano que até 31 de dezembro de 2021 havia vacinado menos de 10% de toda sua população com as duas doses. Isto é, o problema fundamental, ligado à propriedade privada dos meios de produção e o que significa de mortandade no atual momento, é omitido para que a demagógica campanha entre os partidos burgueses se potencialize, colocando o problema da fabricação e distribuição das vacinas como meramente gerencial e não como parte da barbárie produzida pelo sistema capitalista. A guerra comercial entre EUA, China e potências europeias manifestou-se na corrida pela descoberta e fabricação das vacinas. Realizada a descoberta, a sua distribuição é determinada pelo poder econômico de cada nação e não pelos posicionamentos ideológicos dos governos burgueses. Essa constatação que deveria dirigir toda a denúncia da política de Bolsonaro no Brasil é secundarizada em uma campanha eleitoreira em torno de Bolsonaro “genocida”, que, colocado no quadro dos líderes das potências imperialistas, mesmo as mais “democráticas”, é apenas uma marionete do grande capital internacional.

A luta pela independência política

Com a colaboração de classes dos últimos dois anos, parece mais fácil agora arregimentar as massas trabalhadoras para as eleições de 2022. Criaram-se as condições políticas para fazer crer que a única saída, a única solução para os problemas do desemprego, dos baixos salários, da destruição dos serviços públicos, da fome e da miséria é a eleição de um novo governo burguês.

Não importa se este novo governo será o velho governo reformista do PT, que atuou por mais de uma década retirando direitos (a exemplo da Reforma da Previdência de 2003), entregando o patrimônio público (a exemplo das concessões de rodovias, aeroportos e de parte da Petrobrás), mantendo o parasitismo financeiro (com os maiores percentuais de superávit primário para pagamento de juros e amortizações da dívida pública). Também não importa se a crise econômica mundial e se os atritos provocados pela guerra comercial entre as potências imperialistas obrigarão o novo governo burguês a manter a política de austeridade fiscal, de destruição de direitos, de entrega de patrimônio e de riquezas naturais. Cessam as leis históricas, cessa a compreensão da crise atual do capitalismo, para alimentar a velha ilusão de que o problema do país é apenas administrativo. Que as massas saíam da fome, da miséria, do desemprego por meio de um novo governo burguês. Os petistas têm este discurso pronto há anos. Os esquerdistas que apoiam, envergonhadamente, os petistas defenderão a tese do “mal menor”, da necessidade de lutar contra o “fascismo” e aí apoiarão as candidaturas petistas e a candidatura do caudilho Lula. Tentarão – mais uma vez – arrastar os sindicatos para dirigir suas forças para as eleições de 2022, buscarão arrastar os trabalhadores a votar na frente ampla em “defesa da democracia”. Enquanto isso, todos os problemas permanecerão. As massas famintas amargarão mais um ano de miséria com a promessa de que “em 2023 as coisas começarão a mudar”.

A questão da Dívida Pública, que não é apenas conjuntural, mas se tornou um elemento estrutural na dinâmica de opressão dos países imperialistas sobre os países atrasados, de imposição da política do capital financeiro e parasitário sobre o conjunto das nações, também não aparecerá como central na discussão que os reformistas farão, no próximo período, para defender a candidatura da “frente ampla” contra Bolsonaro. Não podem entrar na discussão da Dívida Pública (que todos buscam rejeitar fora do período eleitoral, apoiados nos dados anuais da “Auditoria Cidadã da Dívida”), porque nenhuma candidatura se colocará frontalmente contra este pilar do parasitismo financeiro, que saqueia o país ano após ano. A suspensão ou não pagamento da Dívida Pública que diferenciaria mais substancialmente as candidaturas, da direita ou da esquerda, não aparece como uma reivindicação no ano eleitoral, porque nenhuma candidatura, mesmo a do caudilho Lula, poderá erguê-la. A discussão sobre “corrupção” ou sobre “democracia” obnubilarão a discussão de fundo que é o da subordinação, de qualquer candidatura, às diretrizes do capital financeiro e de submissão ao imperialismo.

Este caminho – o da colaboração de classe, o de traição das reivindicações imediatas, de suspensão das lutas – é o caminho de destruição da independência de classe dos sindicatos. Mesmo que a direção do ANDES-SN, com membros do PSOL e do PCB, não afirme textualmente que apoiará a candidatura do campo “progressista”, trabalhará para que tal candidatura vença. Assim, como recentemente, nos dois últimos anos, embora condenasse, em discurso, o ensino remoto imposto pelos governos e capitalistas às escolas e às universidades, não levantou nenhuma campanha que mobilizasse os professores para se opor ao ensino remoto. Não queria se opor a uma ala expressiva da categoria que incorporou o lema do “fique em casa”, tornado um privilégio, diante da impossibilidade de ser usufruído pela maioria da população, e aceitou o ônus do home office, e não se dispôs a enfrentar o governo. A imposição do ensino remoto, bem como a imposição agora do retorno presencial, não contou com qualquer resistência da categoria organizada.

Agora, passados quase dois anos desde o início desta política, quando os sindicatos ficaram fechados e os governos e os capitalistas aplicaram as medidas de ataque à vida das massas, veremos dezenas, centenas, milhares de dirigentes sindicais se jogando na disputa eleitoral, na campanha por votos, embarcando no campo próprio da burguesia, que são suas eleições regulares. Este Congresso, portanto, tem um papel importante ao afirmar a independência de classe frente as eleições burguesas, o que significa trabalhar desde já para erguer um movimento nacional em defesa dos salários, dos empregos e dos direitos. A frente que deve ser erguida é a frente única sindical que busca a unidade de todos os trabalhadores em torno de reivindicações elementares e concretas, a exemplo dos reajuste de salários, de aumento de verbas para os serviços públicos, de luta contra o desemprego e as privatizações e em defesa dos direitos sociais e trabalhistas.

Como a Corrente Proletária na Educação/POR defendeu nos últimos dois anos é preciso, enquanto perdurar a pandemia, que seja levantado um Plano Emergencial de defesa das massas, uma Carta de Reivindicações que, apoiada no eixo de defesa dos empregos, dos salários e dos direitos, busque erguer os Comitês de Mobilização em cada setor de trabalho, em cada região, município ou estado. Entre as reivindicações que podem constar no Plano Emergencial e na Carta de Reivindicações podem estar medidas como a) Abertura imediata de empregos, reduzindo a jornada de trabalho sem reduzir os salários; e estabilidade no emprego; b) Readmissão de todos os demitidos durante a Pandemia; c) Estatização das fábricas fechadas, readmissão de todos os demitidos e controle operário da produção; d) Recuperação das perdas e aumento real dos salários, com escala móvel de reajuste; e) Salário mínimo vital; f) Fim de todas as medidas emergenciais do governo e do Congresso Nacional, que reduziram os salários, suspenderam contratos e eliminaram direitos trabalhistas; g) Auxílio emergencial de acordo com o salário mínimo calculado pelo Dieese, para uma família de 4 pessoas; h) Fim dos despejos e pela construção imediata de moradias populares. Trata-se de um Plano Emergencial, porque a pandemia não acabou e não deve acabar enquanto a vacinação e as medidas sanitárias, em nível mundial, forem ditadas pelo grande capital e pelas potências. E trata-se uma Carta de Reivindicações, porque ela deve orientar a luta dos explorados contra os capitalistas e os governos, garantindo, assim, a independência de classe, não apenas no discurso, mas na prática das mobilizações. Obviamente, tais reivindicações são parte do método de luta pela independência, que se constrói com a organização das Assembleias presenciais em cada setor e, a partir das demandas concretas, construídas na unidade do conjunto dos trabalhadores.

Pela independência política dos sindicatos e do ANDES-SN: nenhum apoio às candidaturas burguesas das eleições de 2022!

Por um Plano Emergencial, organizado a partir das assembleias presenciais, enquanto perdurar a pandemia! Por um Carta de Reivindicações Unitária, dirigida aos governos e patronato, que defenda os empregos, os salários, os direitos e contra as privatizações!

Pela luta contra o pagamento da Dívida Pública!

TEXTO 7

Contribuição da Assembleia da ADUSC aprovada em 15/02/2022.

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO: SIM OU AINDA NÃO? BOLSONARO: DESTRUIÇÃO EM CURSO DAS CONQUISTAS DA CLASSE TRABALHADORA NO PANO DE FUNDO DAS ELEIÇÕES DE 2022?

Análise de conjuntura internacional

Uma parte expressiva de nosso movimento sindical docente universitário do ANDES vem, por sucessivos Congressos Nacionais até o último deles, em termos de análise de conjuntura internacional, defendendo – principalmente via Meszaros (“Para Além do Capital”, 1995) – que o capitalismo se encontraria, supostamente, em seu estágio de irreversível declínio desde o início dos anos 1970 chegando a um limite histórico insuperável, “absoluto”, de suas possibilidades de novos e grandes ciclos expansivos de acumulação de capital privado, ou seja, chegando a uma “depressão contínua”: é a chamada “Crise Estrutural do Capitalismo” (CEC). Defendemos uma avaliação mais complexa, não mais caracterizada por uma homogeneidade econômica do capital ao redor do planeta. Pode-se conjecturar que haverá futuramente uma CEC, mas tal etapa planetária da trajetória do sistema capitalista não parece ainda estar em curso até a

presente conjuntura. Em certo, mas expressivo, “canto do mundo” – não ocidental – estamos assistindo, desde o fim da URSS pelo menos, a uma notável expansão produtiva chinesa, que veio e vem se destacando como a locomotiva do PIB mundial e, mercê dessa expansão, tem sustentado um largo incremento na massa salarial chinesa.

Estamos assistindo através dessa expansão chinesa a uma imensa transformação em curso da economia mundial que foi prevista em seus traços gerais – mas sem data para ocorrer – por dois revolucionários socialistas do séc. XIX: Marx e Engels (1850: “Deslocamentos do Centro de Gravidade Mundial” do Comércio) e Marx (1858: Carta a Engels) e que ainda não tem a ver com uma CEC. Tratar-se-ia segundo esses dois socialistas de uma segunda e extraordinária mudança – político-econômica – da Bacia do Atlântico (declínio da hegemonia geopolítica euro-americana sobre o restante do planeta e concomitante estagnação econômica ocidental no comércio através do Atlântico) para a Bacia do Pacífico, em direção à China, articulada à costa oeste dos EUA. Estes dois socialistas apontam uma primeira grande mudança político-econômica – há cerca de 500 anos atrás a contar retroativamente de hoje – da Bacia do Mediterrâneo para a Bacia do Atlântico via Grandes Navegações/Descoberta da América que “viu nascer o capitalismo”, assim como a segunda acima “talvez verá o fim do capitalismo” (sem explicações dos dois autores) quando se esgotar o previsto ciclo expansivo chinês, não antes. Em síntese, os dois autores apontam nos anos 1850 para um “futuro declínio” do crescimento econômico ocidental com o deslocamento “combinado”, na direção da Ásia (via locomotiva capitalista chinesa), para um novo e temporário (e talvez último) centro de gravidade de crescimento econômico capitalista.

Parte ao menos deste quadro de um devir antecipado pelos dois revolucionários do séc. XIX, parece se materializar paulatinamente no planeta pelo menos nos últimos 30 anos. Em particular, um gráfico de macroeconomia, oriundo da inteligência ocidental capitalista (a partir de 2012, através do economista B. Milanovic, ex-analista do Banco Mundial e pesquisador na área da Desigualdade Mundial no Capitalismo): um gráfico com a forma de um “elefante” parece sintetizar matematicamente ao menos parte daqueles “insights” qualitativos de Marx e Engels. É a “Curva do Elefante” (CE). Tal gráfico descreve os dados de 196 países classificando-os em percentuais (de 0% a 90%) com base nos diferentes aumentos ou incrementos de renda familiar real (entre 1988 e 2008) – eixo vertical – auferidos em diferentes extratos de renda que vão sistematicamente – eixo horizontal – dos extratos mais pobres até os mais ricos da população global daqueles países, dividindo-se este último eixo que vai de 0% até 100% em cem pedacinhos iguais que indicam rendas sistematicamente crescentes (note-se bem a diferença entre “renda” e “incremento de renda”). A curva resultante tem a forma aproximada de um “elefante”. Na “corcunda” do elefante, que ocupa quase os primeiros 50% das rendas, que vão de zero até praticamente alcançar o máximo de um patamar modesto de renda, observa-se notável incremento da renda familiar naquele período, em boa parte puxada principalmente pela China e, em menor grau, por certo número de outros países emergentes, em boa parte na região em volta da China chegando até a Índia.

Na região do 1% de renda máxima, na extremidade direita do gráfico, também ocorre um notável incremento de renda: é a “tromba do elefante”. Esse, grosso modo, seria o universo – na expressão da mídia – dos “ganhadores da globalização” (a “classe média” – uma expressão reificada da mídia, apartada do restante da classe trabalhadora – da emergente potência China e o minúsculo 1% de grandes rentistas e, afinal, do grande capital). Na região de renda entre 75% a 85% (entre a corcunda e a tromba do elefante) – com incremento zero ou “fundo do fosso” praticamente em 80% - agora com renda tipicamente representada por setores da classe média dos países desenvolvidos, praticamente não houve incremento de renda do mesmo período. Isto é, a “Curva do Elefante” (CE) apresenta nessa região (aquela entre o “corpo do elefante” e sua “tromba”) de rendas uma forte “queda”. Aí estariam os grandes “perdedores”. Têm havido críticos dessa interpretação corrente da CE dentro do próprio capitalismo. Assim, para o “Peterson Institute for International Economics” (2016), desagregando os dados de diversas áreas de renda ao longo da CE, o argumento decisivo é que o que zera o aumento de rendas em torno de 75% a 85% (no período 1988-2008), não é o desempenho dos EUA ou da UE, mas o desempenho de “crise” (que não será explicada aqui) apenas dos países da Europa Oriental e do Japão no mesmo período.

Se partirmos da curva global do elefante e só mantivermos os dados de renda e de incremento de renda apenas para os países “desenvolvidos” (excluindo o Japão e a Europa Oriental) desaparece a suposta queda a zero na classe média ocidental. A curva resultante de tais países “desenvolvidos” perde grandes picos e o grande fosso no incremento de renda familiar quase monótono em torno de 40% entre 1988 e 2008. Mas, mesmo assim, quando reintroduzimos a China é como se déssemos um puxão para cima dessa quase reta a partir do meio do eixo horizontal (50%) de renda, o que gera um pico bem claro com incremento de renda que chega a dobrar os 40% dos desenvolvidos, atingindo os 80% de incremento salarial. Assim, sem sequer haver um declínio ou crise capitalista aguda do lado ocidental ou sem sequer uma “crise de classe média” (uma “crise” midiática apartada da totalidade da classe trabalhadora) dos “desenvolvidos”, tem-se, mesmo assim, um claro “deslocamento do centro de gravidade mundial (do comércio)”, na expressão de Marx, em direção a China. Há uma Curva do Elefante (2008-2013) de Milanovic saída em julho de 2020. Nesse período pós- crise de 2008, a tromba do elefante quase que desaparece (essa súbita queda na desigualdade mundial, a julgar-se pelos EUA de 2013 até a pandemia, parece ter se invertido e voltado na direção dos altos índices de incremento de renda dos 1% mais ricos de 1988-2008); enquanto isso, o incremento porcentual da massa salarial – alavancado pela China – vai-se deslocando claramente na direção das rendas mais altas da classe média dos “países ricos”: nesse ritmo, a “classe média ocidental” tenderia a ir “ficando relativamente para trás”.

Análise de conjuntura nacional

Para compreendermos de maneira mais adequada a realidade na qual estamos inseridos, torna-se importante e estratégico elaborar uma análise de conjuntura sobre os principais fatos. Afinal, esta análise possibilita uma melhor compreensão do contexto político num dado momento, bem como estabelecer estratégias e táticas para as nossas lutas cotidianas. Além disso, possibilita uma reflexão sobre os diversos retrocessos econômicos, políticos, sociais e ambientais no nosso país dado que, lançada à conjuntura econômica internacional, o papel do Brasil como nação de periferia no sistema global é reiterada dada a forma com que o Estado brasileiro aprofunda, a cada dia que passa, as crises de injustiça ambiental e da institucionalidade da necropolítica, ainda mais sob o contexto trágico da pandemia de COVID-19.

Desde que o golpe de Estado de 2016 aprofundou tal tragédia no bojo da condução da classe trabalhadora – e, especialmente, desde que o governo destruidor de Bolsonaro assumiu o poder federal no país – todas as áreas estratégicas e de políticas públicas seguem sendo devassadas institucionalmente. O meio ambiente pilhado, os direitos trabalhistas amealhados, o emprego e renda minguados e o sucateamento estratégico da saúde, da educação e da ciência e tecnologia são apenas alguns dos muitos bens pilhados pela elite entreguista e os donos atuais do poder. Inflação acima de dois dígitos anuais e perda de renda real encolhem e empobrecem a trabalhadora e o trabalhador brasileiro.

Mas, ainda assim, para o atual Governo Federal esta destruição estrutural ainda é pouca – vide, portanto, a condução atual do enfrentamento da pandemia de COVID-19 e, em paralelo, à campanha de alienação e desinformação sobre mídias e redes sociais que podem destruir qualquer consciência de classe (para não dizer o incentivo à autofagia social do próprio povo). Neste sentido, será que: a) o povo observará, de fato, quem age a favor ou age contra o governo do momento e a situação como está? b) esse mesmo povo terá condições de ver o que o parlamento (especialmente o federal) faz diante dos atos aloprados da Presidência e da estrutura federal que ela dirige? c) como se comportará o Estado brasileiro e os atores políticos diante de novas variáveis da COVID-19 – e como isto será enfrentado? d) e qual grupo tomará vantagem, política, social e econômica, desta situação pandêmica toda?

Todas essas questões estão fortemente presentes no “tabuleiro político” da atualidade. Porém, é possível perceber que a população já possui uma forte tendência a apoiar, em sua maioria, os candidatos que se identificam como preocupados em salvar vidas, que defendam as campanhas de vacinação em massa, que adotem medidas efetivas e comprovadas cientificamente de combate ao vírus, bem como se comprometam

com campanhas que valorizem o SUS, a ANVISA, a FIOCRUZ, garantindo de forma efetiva e imediata, a preservação da vida de todos/todas. É importante destacar uma velha máxima na política de que “o bom político” é aquele que “nunca revela os seus interesses mesquinhos em primeiro lugar”.

Somada a essa postura antivacina e negacionista por parte do Bolsonaro e seu governo, outro problema é a estratégia adotada pelo presidente contra os governadores, principalmente os governos estaduais que não pertencem a partidos de sua base política, como é o caso dos governos da Bahia, Maranhão, Rio Grande do Norte e de São Paulo. Essa tentativa de culpar os governadores pelas péssimas políticas adotadas pelo Governo Federal e toda sua equipe, não só quanto a morosidade da ANVISA na liberação das vacinas e conseqüentemente da vacinação, como também pela política econômica supostamente adotada por eles no preço dos combustíveis é que causa esta tragédia socioeconômica que privilegia muito poucos sobre todos – sabendo-se que o Governo Bolsonaro foi decisivo ao adotar o “Preço da Paridade de Importação” (PPI) sobre o petróleo e os seus produtos que todas e todos consomem internamente – favorecendo rentistas e o capital especulativo internacional, como falado na conjuntura internacional acima.

Essa disputa de narrativas contrárias às vacinas tem gerado constantes intervenções do Judiciário, o que causa bastante desgaste político e midiático na imagem de poder construída pelo presidente, de que o “poder da caneta está com ele”, dando sucessivas vitórias ao poder Judiciário, um dos poderes mais atraídos pelos holofotes do ativismo político-midiático. Porém, após os últimos fatos contra o ex-juiz, ex-Ministro da Justiça do Governo Bolsonaro e agora o atual candidato a presidente pelo PODEMOS, Sérgio Moro, tem demonstrado de maneira contundente, não só a sua parcialidade na realização do Golpe de 2016 contra Dilma, como também na prisão do ex-presidente Lula, que inclusive o prejudicou de diversas maneiras, retirando-o da disputa presidencial de 2018, o que de fato o beneficiou direta e indiretamente.

Mas, como todos nós já sabemos, o seu plano de ser indicado como ministro do STF, foi interrompido pelas disputas pelo poder com o atual presidente e a sua ala bolsonarista mais radical. Mas, uma pergunta fica no ar: haverá um segundo turno nas próximas eleições presidenciais? Havendo eleições, essa “nova política” construída ao longo do período pandêmico demonstrará sinais de fraqueza? Nunca é bom subestimar o bolsonarismo, ainda mais com este estando com a máquina do Estado em seu (bio)poder. Além disso, não podemos esquecer o fenômeno político do “antipetismo”, um movimento que aparenta estar meio esquecido, até porque o desempenho do Partido dos Trabalhadores (PT) contra o governo Bolsonaro, nas ruas, anda muito fraco ou praticamente inexistente.

Como se percebe na conjuntura política e institucional partidária contemporânea a campanha do PT para conquistar o Governo Federal tem apostado todas as fichas na figura histórica do Lula e de suas articulações políticas reservadas. Ainda que cresça o movimento antibolsonarista o fato é de que Lula volta a dialogar com setores conservadores da elite nacional de modo a forjar uma (nova) associação possível entre capital e trabalho (via Geraldo Alkmin – até a pouco pertencente ao PSDB) como uma alternativa viável à manutenção do *status quo* institucional que se diz hoje democrático. A mesma “direita” de Alkmin que tegiversa com o PT, igualmente, pensa até no desapego ao bolsonarismo – mas, também, rejeita o Lula e o PT por trás dele (sustentando-se, portanto, o “antipetismo” como lógica e método). Assim despontam-se figuras como o próprio Sérgio Moro e Ciro Gomes a quem, para além do mesmo, nada conseguem contribuir para alguma mudança no cenário de pilhamento institucional e massacre social pelo biopoder atualmente figurado sobre a população brasileira. É importante lembrar que, mesmo com todo o cenário internacional e a tragédia nacional posta, tais alianças para se “tirar” Bolsonaro do poder em defesa dos interesses populares podem não passar de mais um engodo (ao menos uma fração da burguesia brasileira, que já articula um novo governo) com vistas a manter as mesmas estruturas colonialistas e entreguistas que sacrificam, no cotidiano do povo brasileiro, qualquer esperança de melhora substantiva na dignidade e nos direitos historicamente negados – quer pelo grupo atual que aí está ou por algum novo grupo que dele assim surja.

TEXTOS

Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Aderaldo Alexandrino de Freitas (ADUFERPE), Alyne Sousa (SINDIFPI), Antonio Rodrigues Belon (ADUFMS), Argus Vasconcelos de Almeida (ADUFERPE) Catarina Malcher Teixeira (APRUMA), Claudia Alves Durans (APRUMA), Franci Gomes Cardoso (APRUMA), Gelta Xavier (ADUFF), Geraldo Carvalho (ADUFPI), Gihad Mohamad (SEDUFMS), Graziela Lucci de Angelo (SEDUFMS), Helio Cabral Lima (ADUFERPE) HÉlvio Mariano (ADUNICENTRO), Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT), João Carlos Gilli Martins (SEDUFMS), José Vitório Zago (ADUNICAMP), Julio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS), Leonardo Dourado de Azevedo Neto (ADUA- SS), Levy Paes Barreto (ADUFERPE), Marcelo Barreto Cavalcanti (ADUFEPE), Maria Daniela Macedo (ADUFRJ), Maristela da Silva Souza (SEDUFMS), Raimundo Sérgio Farias Junior (SINDUEPA), Roberto Santos Ramos (APRUMA), Romildo de Castro Araujo (ADUFPI), Rosana Mendes Éleres de Figueiredo (APRUMA), Rosenverck Estrela Santos (APRUMA), Sandra Moreira (ADUFPA), Saulo Costa Arcangeli (SINDUEMA), Suly Rose Pereira Pinheiro (APRUMA), Tamara Cardoso André (ADUNIOESTE), Tarcisio Luiz Pereira (ADUFMS), Vilemar Gomes da Silva (APRUMA), Vitor Wagner Neto de Oliveira (ADUFMS), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Wanderley Padilha (SINDUNIFESSPA), Welbson do Vale Madeira (APRUMA).

CONTRA A BARBÁRIE DO CAPITAL, AVANÇAR NA LUTA ALÉM DA CONJUNTURA E COM UM PROGRAMA SOCIALISTA

Apresentação

As contribuições registradas no presente texto resultam de uma construção coletiva de dezenas de militantes de seções sindicais do ANDES-SN, que têm atuado historicamente em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade sem descuidar da participação ativa nos enfrentamentos em conjunto com outros segmentos da classe trabalhadora, de forma alinhada com os princípios do nosso sindicato.

O texto está estruturado em três blocos. No primeiro ressaltamos aspectos do atual estágio da acumulação capitalista e algumas de suas manifestações. Por um lado, crise econômica e seus desdobramentos em termos de concentração de riqueza, práticas imperialistas e aumento da exploração e opressões para a maioria da classe trabalhadora; associando-se à crise econômica, salto na degradação ambiental, principalmente nos países mais “periféricos”. Por outro lado, também indicamos que em uma perspectiva mais superestrutural essa dinâmica na base econômica está se manifestando na reorganização e avanço de grupos políticos de extrema direita, que além de defenderem suas concepções no campo dos “costumes”, estão defendendo com todas as suas forças que sejam retirados direitos sociais e “barreiras” em termos de leis ambientais que se choquem com seus interesses econômicos. Ao mesmo tempo, percebemos que esse movimento da extrema direita em âmbito mundial está cada vez mais recebendo respostas, ainda que de maneiras variadas e evidentemente desigual. Em alguns casos, aliás, essa resistência tem levado a avanços na perspectiva da classe trabalhadora, como nas recentes mobilizações no Chile, que impuseram a derrota da constituição neoliberal do ex-ditador Pinochet.

Na segunda parte nos voltamos mais para a realidade brasileira, e destacamos dois pontos: a imprescindibilidade de aumentar o enfrentamento ao governo Bolsonaro e seus apoiadores nas esferas públicas e privadas e continuar lutando em defesa dos direitos da nossa classe independentemente do

processo eleitoral e de seu resultado. Avaliamos que esse é um elemento fundamental, e que, inclusive, deve ser objeto de deliberações no 40º Congresso do ANDES-SN. É um elemento importante, sobretudo, por duas razões: praticamente todas as centrais sindicais, com exceção da CSP Conlutas, começaram a “pisar no freio” na tentativa de construir grandes mobilizações. Embora os seus dirigentes não assumam, esse fato pode estar relacionado à efetiva antecipação do calendário eleitoral de 2022 e consequente estruturação de estratégias por parte de alguns grupos políticos. Ao mesmo tempo, como é público e notório, os pré-candidatos de todos os maiores partidos já assumiram compromissos no sentido de manter e aprofundar contrarreformas, ainda que alguns acenem para a possibilidade de mudanças pontuais. Nesse quadro, sob o pretexto de que vale tudo para derrotar o projeto bolsonarista, que de fato é um projeto que envolve elementos econômicos e civilizatórios, nosso sindicato será cada vez mais pressionado, principalmente pelo lulopetismo, a atuar tendo por referência o que poderá contribuir ou atrapalhar a candidatura do ex-presidente Lula. Já no congresso do 40º ANDES-SN, não temos dúvida, esse fato ficará manifesto em teses e propostas de resoluções, ainda que nem sempre seus autores assumam seus reais propósitos. Obviamente nosso sindicato deve e pode seguir autônomo em relação a partidos políticos e governos, mas, como procuramos argumentar nessa parte de nossa tese, para isso é necessário que nos armemos com resoluções nesse rumo.

Por fim, na terceira parte da nossa contribuição, fazemos um chamado à categoria docente e a outros segmentos da classe trabalhadora a refletirmos sobre a possibilidade de contribuirmos para construção de uma trincheira além do movimento sindical e além da conjuntura. Evidentemente, esse fato decorre da nossa convicção, reforçada por elementos apresentados na primeira parte, de que para interromper as diversas formas da barbárie capitalista contemporânea, não há outra saída: é necessário reafirmar no campo das ideias e das práticas a luta por revoluções socialistas e pelo sempre atual “internacionalismo proletário”.

Acumulação capitalista e suas manifestações em âmbito mundial: crises, avanço da extrema direita e luta de classes

Conforme ricamente demonstrado por Marx, em “O Capital”, a dinâmica de acumulação capitalista é contraditória desde o seu ponto de partida, e inevitavelmente geradora de uma tendência de crises econômicas, inclusive com possibilidade de rebaixamento temporário de taxas de lucros. Ao mesmo tempo, as tendências de crises podem ser freadas pelos capitalistas por meio de combinações de mecanismos econômicos e políticos.

Sempre com apoio institucional do Estado, foi assim, por exemplo, no início do “capitalismo industrial”, no século XIX, quando os operários e operárias foram superexplorados e impedidos de se organizarem, ao mesmo tempo em que foram pressionados pela expulsão de camponeses de seus espaços, fato que contribuiu para formação de uma superpopulação relativa.

Também na dimensão econômica, essa tendência de crise no início do século XX foi amenizada por meio das políticas imperialistas, que levaram ao saque de riquezas em diversos países. Um pouco mais adiante, como resposta à grande depressão, após a Segunda Guerra, o Estado entrou em cena como uma espécie de esteio para o capital, para viabilizar indústrias e serviços, ao mesmo tempo em que tornou possível reduzir o nível de exploração para várias categorias de trabalhadores. Ao final deste ciclo, tivemos nova temporada de crise de acumulação, que dessa vez favoreceu a hegemonia de ideias e políticas neoliberais, com consequente destruição de direitos, principalmente a partir da década de 1990.

Estamos com crises contínuas desde o final da década de 1970, mas, na atual conjuntura, sofremos consequências diretas da crise de 2008/2009, que tem se manifestado de forma desigual, com eventuais períodos de crescimento econômico em alguns breves períodos, e muitos períodos de recessão na maioria dos países.

Nesse contexto se verificam várias ações do capital no sentido de manter ou aumentar as taxas de lucros dos grandes grupos transnacionais, seja de forma direta por parte de grandes empresas, seja por meio de políticas estatais. Dessa forma, as políticas imperialistas ficam evidenciadas.

O governo dos Estados Unidos, a serviço dos seus grandes grupos econômicos, segue tentando controlar vários governos e territórios ricos em recursos estratégicos, de forma direta ou por meio das ditas instituições multilaterais. A ditadura chinesa, por sua vez, além de favorecer a superexploração de sua classe trabalhadora, cada vez se apropria de terras e recursos naturais, com destaque para a sua inserção em países africanos. Com Putin, a Rússia permanece oprimindo os países vizinhos em função de suas estratégias militares e interesses econômicos. A política em relação à Ucrânia é um exemplo.

Por outro lado, ainda no caso da Ucrânia, não deve haver dúvida de que os interesses dos Estados Unidos e da OTAN em supostamente defendê-la decorrem de suas estratégias internacionais, inclusive para estabelecer bases militares. Essa guerra, como praticamente todas as outras, não interessa aos trabalhadores e trabalhadoras de nenhum país, que não devem ser seduzidos pelos discursos nacionalistas para que se envolvam e de fato se tornem bucha de canhão em favor do capital. Dessa forma, consideramos importante que o 40º Congresso do ANDES-SN aprove uma moção contra a disputa da Ucrânia entre a OTAN e a Rússia, em defesa da soberania desse país e em solidariedade à sua classe trabalhadora.

Paralelamente às políticas imperialistas, observamos mais saques aos fundos públicos e maior nível de exploração por meio de grandes contrarreformas, por exemplo. Como consequência de maior concentração e centralização de capital, cada vez mais temos concentração de riquezas. Como já é do senso comum, e, ao mesmo tempo verificável através de dados oficiais, os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Novamente voltando a Marx, temos uma explosão da superpopulação relativa, principalmente da fatia do que esse autor chamou de população estagnada, que fica à margem dos processos produtivos e dos circuitos de consumo. Uma expressão desse fato é o salto no número de pessoas que vivem nas ruas, sem trabalho fixo e geralmente em condições degradantes. Na cidade de São Paulo, por exemplo, estima-se que atualmente 31 mil pessoas vivam nas ruas, ao mesmo tempo em que 1% dos brasileiros mais ricos continuam enriquecendo, inclusive durante a pandemia.

Tão grave quanto às consequências sociais das crises econômicas e suas tentativas de resoluções pelo capital, é o avanço em termos de degradação ambiental. Nesse caso há diversas indicações de que o planeta está sendo destruído para viabilizar o lucro de grandes empresas. Obviamente aqui também se manifestam desigualdades em nível mundial e em âmbito dos países. Os países de passado colonial e/ou que são submetidos a políticas neocoloniais são os mais degradados, e internamente as populações originárias, que em alguns casos têm funcionado como guardiães de determinados ecossistemas, têm sido desterritorializadas e perseguidas, principalmente para viabilizar a produção e exportação de commodities minerais e agrícolas.

Avaliamos que é no contexto dessas situações descritas que devemos situar o avanço da chamada extrema direita em vários países nos últimos anos. A xenofobia, o racismo, o machismo, a lgtfobia e outros tipos de “preconceitos” não expressam apenas “valores morais”. Em vez disso, estão associados às possibilidades que a burguesia vislumbra para aumentar suas riquezas. Evidentemente, muitos desses ataques têm recebido respostas de segmentos da classe trabalhadora, a exemplo, das reações em âmbito mundial ao assassinato de George Floyd pela polícia nos Estados Unidos e aos protestos no Brasil e em alguns países contra o assassinato do congolês Moïse Kabagambe, que no primeiro mês do ano foi espancado até a morte no Rio de Janeiro.

Nesse contexto, avaliamos que GTPCEGDS (Políticas de Classe para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual) do ANDES-SN precisa assumir uma centralidade maior em nosso sindicato, de modo a favorecer mais debates e ações a partir de todas as seções sindicais.

Obviamente, as ideias dominantes sempre serão as das classes dominantes, e as ideias que nós podemos associar aos grupos de direita também se expressam em parte da classe trabalhadora. Mas não há como combatê-las de forma consequente sem ir à raiz do problema. E não há por que termos a ilusão de que o combate a extrema direita deve ser um objetivo apenas para a conjuntura e que pode se esgotar em disputas institucionais. Precisamos perseguir formas concretas de construir um projeto anticapitalista de caráter internacional.

Por outro lado, em que pese o visível avanço da extrema direita, não podemos dizer que toda a classe trabalhadora está inerte diante da situação. Além de formas distorcidas de reação, por exemplo através

de eleições de governos aparentemente progressistas em alguns países da América Latina, também se verificam importantes lutas de setores organizados, tanto por reivindicações de ordem econômica como por meio de enfrentamentos relacionados a casos de opressão, principalmente a diversas situações de racismo verificadas nos últimos anos. Ao movimento sindical, e ao ANDES-SN em particular, cabe contribuir nos enfrentamentos aos capitalistas e às suas manifestações através de políticas de extrema direita. Ao mesmo tempo, não cair em armadilhas montadas pelo capital com ajuda dos setores que zelam pela conciliação de classe. No próximo tópico refletimos sobre essa situação para o caso brasileiro.

Desafios para o movimento sindical no Brasil: não dar trégua no enfrentamento ao governo genocida e às contrarreformas propostas por quaisquer governos a serviço do capital

Aproveitando-se do vácuo deixado pela “direita tradicional” e pelo desgaste político do PT, Bolsonaro acabou virando a opção da burguesia brasileira ainda em 2018. Atualmente, como tem cumprido de forma satisfatória o papel de favorecer as frações mais poderosas da burguesia e diante do recuo na organização de mobilizações nacionais por parte das maiores centrais sindicais, provavelmente conseguirá cumprir todo o seu mandato, mesmo com dezenas de pedidos de impeachment e de prováveis crimes, inclusive contra a humanidade.

Entretanto, em função da piora das condições de vida da população, da política genocida relacionada à pandemia da Covid 19, do estímulo a diversas formas de discriminação e opressões e de ataques a grupos e setores específicos (por exemplo ao sistema científico nacional) o governo Bolsonaro teve oposição ao longo de todo o seu mandato. Em diversas ocasiões setores da classe trabalhadora e da juventude chegaram a ir às ruas para exigir sua saída, e ainda hoje, conforme indicam diversas pesquisas, a maior parte da população brasileira não gostaria de ficar penando sob o governo Bolsonaro por pelo menos mais um ano.

É evidente que Bolsonaro e sua claqué permanecem com notável apoio nos grupos mais reacionários e violentos da nossa sociedade, que estão relativamente organizados em seitas evangélicas, milícias e grupos de militares. Apesar de atitudes estúpidas do presidente, que em alguns casos atrapalham negócios de certos grupos econômicos, esse também segue com apoio de uma parcela significativa da burguesia, principalmente dos rentistas e dos setores voltados para exportações de commodities.

Por outro lado, não resta dúvida de que a burguesia é sempre muito pragmática, e aposta suas fichas em diversas alternativas. Ao mesmo tempo em que não descarta Bolsonaro, também faz suas construções com base na “direita tradicional”, representada, por exemplo, pela máfia apelidada de “centrão”, por grupos ditos de “terceira via” e em torno da candidatura do ex-presidente Lula. Quanto a essa última alternativa, valem algumas observações a mais, por serem relevantes para a dinâmica de atuação do nosso sindicato.

Em 2022 teremos novamente um alto índice de inflação, afetando principalmente os mais pobres, aumentará a concentração de riqueza, os serviços públicos continuarão sendo atacados, as leis de proteção ambiental continuarão sendo desmontadas, as milícias continuarão a atuar a serviço dos latifundiários no meio rural e as polícias seguirão com suas ações violentas e racistas. Portanto, não faltam motivos para não dar trégua nas lutas. Infelizmente, além dos setores da direita (o que é coerente com seus propósitos últimos), abrigados em diversos partidos, também grupos supostamente do “campo da esquerda” agem como se 2022 fosse um “ano perdido”, no qual as eleições se constituem no único evento relevante. Pior: o lulopetismo, em especial, entende que todos os movimentos sociais, inclusive os sindicatos, devem de fato priorizar os atos que de alguma forma somem com suas estratégias eleitorais. Como consequência, mais uma vez identificamos que dirigentes e lideranças de fato já não estão priorizando a construção das grandes lutas.

É nesse contexto que o ANDES-SN tem um papel relevante a cumprir. Além do esforço para organizar e mobilizar a categoria docente contra as reformas, arrocho salarial e desmonte dos serviços públicos, nosso sindicato deve se somar ao esforço da CSP Conlutas e de outros agrupamentos que ainda zelam pela autonomia das organizações sociais frente aos partidos e ao Estado burguês. Essa questão se torna ainda mais relevante na medida em que, conforme amplamente divulgado na imprensa, os candidatos de todos os grandes partidos estão se comprometendo a seguir com reformas e privatizações, por exemplo.

Mas a classe trabalhadora também precisa tentar construir projetos mais amplos, além da conjuntura. No próximo tópico apontamos algumas possibilidades nesse sentido.

Pela construção de um polo socialista: a luta além da conjuntura

Supomos que grande parte da nossa categoria e as lideranças sociais com maior nível de consciência de classe já não guardam ilusões em relação a possibilidades de reformas no capitalismo que possam reverter a dinâmica que está aprofundando a barbárie de forma acelerada. No Brasil, em particular, o governo Bolsonaro é parte de um problema maior. Na verdade, embora às vezes de forma menos espalhafatosa, os poderes Legislativo e Judiciário são igualmente pontos de apoio do capital e também precisam ser desmascarados e enfrentados de forma permanente.

Não desconhecemos e não minimizamos o fato de que a classe trabalhadora não é homogênea e que as suas organizações abarcam diversas perspectivas quanto a caminhos para derrotar o capitalismo, bem como o que seria uma realidade pós-capitalista. Todavia, acreditamos sinceramente que há espaço político na atual fase do capitalismo para retomar projetos que ficaram praticamente adormecidos em muitos programas. Nesse rumo, apresentamos para reflexão no 40º Congresso do ANDES-SN e na base da categoria a proposta de reforçarmos a construção de um polo socialista e revolucionário. Como referências iniciais para diálogos e construção, portanto, reivindicamos os pontos expressos no manifesto já assinado por centenas de lutadores e lutadoras de várias organizações e já consensuados no movimento sindical classista brasileiro, principalmente o seguinte:

- revogação das reformas trabalhista e da Previdência;
- garantia de salário mínimo do Dieese;
- garantia de direitos e emprego digno a todas e todos, acabando com a “uberização” do trabalho;
- redução da jornada de trabalho e investimento para garantir o emprego para todas e todos;
- reestatização do que foi privatizado;
- suspensão do pagamento da dívida pública aos bancos para que haja recursos para saúde, educação, moradia, transporte;
- fim da agressão sistemática aos povos indígenas, às comunidades quilombolas e camponesas e à destruição da natureza para favorecer grandes empresários do agronegócio, da mineração e da energia;
- realização de uma reforma agrária que assegure terra e condições de produção aos camponeses pobres;
- fim do genocídio praticado pelas forças policiais contra a juventude negra e pobre da periferia dos centros urbanos e desmilitarização das PMs;
- Seguir na luta pelo fora Bolsonaro e Mourão já.

Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Alcides Pontes Remijo (ADUFG), Alexandre Barba (ADUFF), Aline Faé Stocco (ADUFVJM), Ana Clara Magalhães (ADUFAL), Ana Cristina Albuquerque (SINDIPROL/ADUEL), Ana Karen de Oliveira Souza (ADUFS-BA), Anderson Deo (ADUNESP), André Rosa Martins (SINDOIF-RS), Anielli Fabiula Gavioli Lemes (ADUFVJM), Antônio Rosevaldo Ferreira da Silva (ADUFSBA), Atenágoras Oliveira Duarte (ADUFPE), Benedito Carlos Libório Caries (ADUFS), Bianca Novaes de Mello (ADUFF), Breno Ricardo Guimarães Santos (ADUFMAT), Bruno Pizzi (ADUFDourados), Bruno Souza Bechara Maxta (APUBH), Caio Martins (ADUFRJ), Camila Leite Oliver (ADUNEB), Carla Daniel Sartor (ADUNIRIO), Carlos Augusto Aguilar Júnior (ADUFF), Célia Regina da Silva (ADUEMG), César Maranhão (ADUFRJ), Cláudia Lúcia da Costa (ADCAC), Cleide de Lima Chaves (ADUSB), Cleusa Santos (ADUFRJ), Cristiano Ferraz (ADUSB), David Albuquerque de Menezes (SINDUECE), Douglas Ribeiro Barboza (ADUFF), Edson Marcelo Hungaro (ADUnB), Eduardo Chemas Hindi (SINDUTF-PR), Eduardo Serra (ADUFRJ), Elizabeth Sara Lewis (ADUNIRIO), Elza Peixoto (APUB-UFBA), Fabio Bezerra (SINDCEFET-MG), Fernando Leitão Rocha Junior (ADOM), Fernando Medeiros (ADUFAL), Fernando Santos (ADCAJ), Filipe Boechat (ADUFRJ), Giovanni Felipe Ernst Frizzo (ADUFPEL), Guilherme Dornelas Camera (Seção Sindical do Andes-SN no UFRGS), Gustavo Miranda (APROFURG), Helga Maria Martins de Paula (ADCAJ), Herli de Menezes (ADUFRJ), Hilbeth Parente Azikri de Deus (SINDUTF-PR), Hilusca Alves Leite (SESDUEM), Hugo Leonardo Fonseca da Silva (ADUFG), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (ADUFF), Ivna Nunes (ADUFMAT), Jaqueline Botelho (ADUFF), Jamesson Buarque de Souza (ADUFG), Jaqueline Botelho (ADUFF), Jefferson Rodrigues Barbosa (ADUNESP), José Alex Soares Santos (SINDUECE), Juliana Bohnen Guimarães (ADUEMG), Juliane Larsen (Sesunila), Júlio César Pereira Monerat (APES), Kate Lane Costa de Paiva (ADUFF), Kathiúça Bertollo (ADUFOP), Lara Carlette Thiengo (ADUFVJM), Larissa Figueiredo Salmen Seixlack Bulhões (ADUFLA), Leandro Cristino Pereira (SINDCEFET), Leandro Rocha (ADUEG), Leonardo Santos (ADUFMT), Leonardo Segura Moraes (ADUFU), Leonardo Silva Andrada (APES), Leônidas de Santana Marques (ADUFAL), Lucas Gama Lima (ADUFAL), Luis Eduardo Acosta (ADUFRJ), Manoel Estébio Cavalcante da Cunha (ADUFAC), Marcelo “Russo” Ferreira (ADUFPA), Marcelo Hungaro (ADUnB), Márcia Lemos (ADUSB), Márcio Magalhães da Silva (ADUFLA), Marcos Antonio da Silva Pedroso (ADUFS), Marcos Botelho (ADUFRJ), Matheus Kuchenbecker (ADUFVJM), Mauricio Silva (SESDUFT), Mauro Iasi (ADUFRJ), Michael Melo Bocádio (SINDUECE), Moisés Lobão (ADUFAC), Osvaldo Maciel (ADUFAL), Otávio Cabral (ADUFAL), Pablo Bielschowsky (ADUR-RJ), Pablo Lima (APUBH), Paula Pereira Gonçalves Alves (Adufmat), Paulo Roberto Felix dos Santos (ADUFS), Qelli Viviane Dias Rocha (ADUFMAT), Rafael Vieira Teixeira (ADUFES), Renato Domingues Fialho Martins (ADCEFET-RJ), Ricardo Silvestre (ADOM), Roberto Silva de Oliveira (ADUSB), Robson Pereira Calça (ADUFF), Rodrigo Bichoff (SESDUEM), Rodrigo Castelo (ADUNIRIO), Rogério Giuliano Gimenez (SESUNILA), Rosalve Lucas Marcelino (ADUSB), Rubens Ragone (APESJF), Saulo Henrique Souza Silva (ADUFS), Sócrates Oliveira Menezes (ADUSB), Sofia Manzano (ADUSB), Tarcila Mantovan Atolini (ADUFVJM), Thiago Fanelli Ferraiol (SESDUEM), Victor Neves de Souza (ADUFES), Vinícius Correia Santos (ADUSB), Walcyr de Oliveira Barros (ADUFRJ), Wellington Augusto Silva (ADUR-RJ), Wladimir Nunes Pinheiro (ADUFPB).

100 ANOS DE LUTA ANTICAPITALISTA! VIVA A CLASSE OPERÁRIA INTERNACIONAL! FORA BOLSONARO/MOURÃO! LUTAR PELO PODER POPULAR E A UNIVERSIDADE POPULAR!

No momento da realização do 40º Congresso do Andes-SN estaremos também comemorando os 100 anos da fundação do primeiro partido político da classe trabalhadora no Brasil. Com efeito, no dia 25 de

março de 1922, na cidade de Niterói, no atual estado do Rio de Janeiro, foi fundada a primeira força política que conscientemente colocava para a classe trabalhadora a luta pela plena emancipação humana. Seus fundadores foram 9 delegados representando 50 militantes: Abílio de Nequete (barbeiro de origem libanesa), Astrojildo Pereira (jornalista do Rio de Janeiro), Cristiano Cordeiro (contador do Recife), Hermogênio da Silva Fernandes (eletricista da cidade de Cruzeiro), João da Costa Pimenta (gráfico paulista), Joaquim Barbosa (alfaiate do Rio de Janeiro), José Elias da Silva (sapateiro do Rio de Janeiro), Luís Peres (vassoureiro do Rio de Janeiro) e Manuel Cendón (alfaiate espanhol). Nascia ao resplendor da revolução de outubro de 1917 que dirigida pelos bolcheviques sobre a liderança de Vladimir Lênin ousaram tomar o céu por assalto, inaugurando uma nova fase na história com o início da construção do socialismo em escala mundial.

Herdeiro das melhores tradições culturais (como a Semana da Arte Moderna que aconteceu no mesmo ano em São Paulo) e de luta da humanidade e do povo ao longo de toda sua história: desde a resistência dos povos originários, as lutas quilombolas, abolicionistas, tenentistas, as lutas trabalhistas, as guerras anticolonialistas e terceiro-mundistas de libertação nacional, as lutas republicanas e democráticas, as lutas antipatriarcais e antirracistas que hoje estão na ordem do dia e fundamentalmente, socialistas e comunistas! Realizando uma síntese concreta, sempre inacabada, daquilo que de melhor é construído na práxis da humanidade a cada momento da história. Guiado pelo marxismo-leninismo, como teoria viva, que se enriquece e renova permanentemente, conservando seus pilares fundamentais Contribui decisivamente na construção do movimento operário como sujeito político da nossa história, com mais ou menos acerto, mas sem claudicações, apesar de todos os golpes que recebeu do inimigo de classe: o imperialismo e a burguesia local. Homenageamos a todos/as os/as mártires desta grande façanha histórica!

Profundamente internacionalista, com a compreensão que a revolução social é tarefa de várias gerações e toda uma época histórica, e não um episódio isolado, espontâneo, numa ou outra formação econômico-social. Neste sentido, saudamos a participação de uma delegação da CTC do heróico povo cubano, que prestigia nosso congresso, e nos convoca a assumir nossas responsabilidades internacionalistas.

Conjuntura nacional

100 anos têm passado daquele momento fundacional e hoje temos à frente as tarefas de reorganização da classe trabalhadora, acabar com o governo genocida e abrir um novo horizonte para as lutas sociais e políticas pelo Poder Popular e o socialismo.

O ciclo da Nova República está marcado pela presença do movimento dos/as trabalhadores/as pautado inicialmente pelas concepções do “Novo” sindicalismo. Este foi um movimento reativo ao sindicalismo da Era Vargas pautado pelo controle estatal-patronal dos sindicatos, a partir do Ministério do Trabalho por diversos mecanismos de repressão e cooptação.

A concepção de um sindicalismo autônomo, de base que privilegia as formas de ação direta, ganha hegemonia no processo de reorganização da classe trabalhadora na saída da ditadura empresarial-militar. Desse sindicalismo surgiu um partido político de massas, organizado em torno de uma liderança carismática, que chegou até à presidência da república pelos caminhos eleitorais e praticou uma política de conciliação de classes, outrora repudiada.

Os equívocos da política sindical de apassivamento e amoldamento à ordem ficaram mais evidentes a partir de 2013 quando massas populares se mobilizaram em quantidade de milhões e entraram na cena política. Setores normalmente desavisados do movimento sindical chegaram até avaliar erroneamente que estávamos diante de uma situação pré-revolucionária e que estava na hora de “botar todo mundo fora”,

levantando a palavra de ordem anti-política “fora todos”, fazendo mais uma vez o jogo das forças da reação e do imperialismo.

O golpe institucional de 2016 encerrou um ciclo da vida política na nossa sociedade. As causas que o motivaram são diversas, com destaque para o imperialismo através da ação dos grandes capitalistas “nacionais” e das próprias opções realizadas pelas forças políticas do bloco no governo de conciliação de classes (particularmente o PT e o PC do B).

Este golpe por sua vez mostrou a falência da política de conciliação de classes e do apassivamento dos movimentos sociais, em particular do movimento sindical organizado na CUT. As mobilizações de junho de 2013 demonstraram que havia e ainda há uma massa de trabalhadores precarizados que não estão mais organizados e disciplinados nas entidades sindicais e populares tradicionais. Os processos de reestruturação produtiva junto com a política de colaboração de classes dos governos do PT e seus aliados, e a crise econômica agravada pelo colapso da bolha imobiliária de 2008, estão entre os fatores que provocaram essa explosão social.

As mobilizações de 2013 por “mais direitos” foram redirecionadas pelos setores conservadores e da grande mídia no sentido da luta contra a “corrupção”, como sendo, esta a causa principal de inviabilizar a pauta por “mais direitos”. Daí o “lavajatismo” dos procuradores, da justiça e da polícia federal, que tem na figura do juiz Sérgio Moro sua maior expressão. Na sequência aconteceu um giro brusco da conjuntura, um movimento de caráter reacionário, anti-petista e anti-esquerda, com base nas massas populares na última eleição que deu sustentação ao governo Bolsonaro.

Este movimento reacionário com bases populares, onde igrejas evangélicas ocupam um lugar organizador, encontrou em Bolsonaro, um militar nostálgico da ditadura empresarial-militar, um condutor. Os grandes capitalistas emplacaram um ultra-neoliberal, admirador das contrarreformas neoliberais da ditadura chilena, como figura principal para implementar e acelerar as contrarreformas neoliberais que ainda estavam pendentes. O presidente Bolsonaro não oculta que seu objetivo maior é uma ditadura sustentada na “classe” militar. Se isto não aconteceu foi pela própria recusa dos mandos militares aliada à falta de apoio internacional, particularmente dos EUA. Há também certa resistência institucional, além da decisiva mobilização social- ainda que em circunstâncias difíceis- que tem colocado limites às ambições ditatoriais.

Com o golpe institucional se abriu um processo de agudização das contrarreformas: a Emenda Constitucional (EC 95) do novo regime fiscal (o teto dos investimentos sociais), a mudança da CLT flexibilizando e precarizando a contratação de trabalhadores, mais uma reforma do regime previdenciário que originariamente apontava a implementação integral do regime de capitalização, a proposta de dar continuidade à reforma gerencial do Estado - iniciado na gestão FHC - com a PEC da reforma administrativa (a famigerada PEC 32). Também houve uma retomada da política de privatizações das empresas e bancos estatais que ainda continuam sob a propriedade do Estado. Estão previstas para serem privatizadas a Eletrobras e os Correios. A Petrobras, por sua vez, continuou a ser desidratada com a venda das refinarias e outras empresas colaterais. Esta última passou de uma forma mais decidida a operar para gerar lucros aos investidores privados, com a política de paridade dos preços dos combustíveis com os valores internacionais. Aliás, este último é uma das causas do atual processo inflacionário.

A pauta dos costumes, da moralidade, que estava na base deste processo político, foi ficando num segundo plano, em parte pela resistência popular. Assim, os projetos “Escola sem partido” perdeu força, ainda que não se possa dizer que não está latente nas propostas dos “bolsonaristas”, e/ou que também seja desviada taticamente para o projeto das “Escolas cívico-militares”. O maior exemplo da desidratação desta pauta é a própria saída do ex-juiz Sérgio Moro do governo.

Entretanto, traços fascistas estão presentes em atitudes de figuras políticas e das mídias sociais da base social que gerou o atual governo. Assim, por exemplo, recentemente o comentarista (e ex participante do programa Big Brother em 2015 onde fez manifestações racistas) de um programa do canal de televisão Jovem Pan News, Adrilles Jorge, fez uma saudação nazista (que provocou sua imediata demissão). Nesse mesmo programa foi defendida a existência de um partido nazista. Como se fosse pouco, o deputado federal

Kim Kataguiri (Podemos-SP) chegou a dizer, nesse mesmo programa, que a Alemanha estaria errada em criminalizar o nazismo. Este último, foi um dos jovens liberais-conservadores fundadores do Movimento Brasil Livre, um dos movimentos que promoveu as manifestações de rua e campanha política em favor do golpe institucional contra a ex-presidente Dilma. O deputado é um jovem liberal, partidário das ideias econômicas da escola austríaca. Pode ser observado aqui, mais uma vez, o casamento entre as ideias “liberais” e o fascismo e nazismo, que caracteriza este governo.

Esta pauta conservadora, e até fascista, continua presente e avança nas universidades com a constituição por parte de um grupo de reitores “bolsonaristas” de uma entidade própria, a Associação dos Reitores das Universidades do Brasil (Afebras) que conta no momento com seis instituições federais para representar junto ao Ministério da Educação (MEC).^[1] Estas instituições são: Rural do Semi-Árido (Ufersa), do Ceará (UFC), do Vale do São Francisco (Univasf), de Itajubá (Unifei) dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e Rural da Amazônia (Ufra). Os reitores dessas universidades foram designados sem respeitar a lista tríplice, ainda que há outros reitores designados sem respeitar a lista tríplice que não integram esta nova entidade. Obviamente, não se trata aqui de defender a lista tríplice, já que nossa posição é que a decisão cabe ao corpo universitário, no exercício da sua autonomia consagrada constitucionalmente, como estabelecido no Caderno 2 do ANDES-SN. Mas o governo não tem respeitado nem sequer o mecanismo de lista tríplice.

Neste mesmo campo, das práticas de ódio contra as mulheres, LGBT+, negros e povos originários, cabe destacar um episódio que aconteceu recentemente na cidade do Rio de Janeiro. Fazemos referência ao brutal assassinato por espancamento do trabalhador migrante congolês Moïse Kabagambe, quando este cobrava o pagamento de dívidas referentes ao seu trabalho realizado, alias sem trabalho sem carteira assinada.

No campo da economia, o PIB do ano de 2021 experimentou um crescimento em torno do 4,5%, quando no ano anterior teve uma queda de 4,1% e no ano de 2019 tinha tido um crescimento de apenas 1,2%. Para o ano de 2022 está sendo estimado um crescimento ínfimo de 1% ou até crescimento negativo. A inflação aumentou até a taxa de 10,06%. Para enfrentar a alta da inflação, a taxa de juros Selic tem aumentado de 2% em janeiro do ano de 2021 até 10,75% no momento atual.

Do ponto de vista social, a taxa de desemprego está em quase 12%, uma das maiores taxas do mundo, o que significa, pelos dados oficiais, 12 milhões de desempregados. Os desalentados, ou seja, aqueles que já desistiram de buscar emprego, somam quase 5 milhões. A informalidade está um ponto acima dos 40%. Estes dados mostram a tragédia social da gestão econômica ultra-neoliberal do ministro Guedes e sua equipe. Pesquisas como o “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil” da Rede Pessan (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional), tem demonstrado que a metade da população não tem acesso pleno e permanente à alimentação. Desse grupo de um pouco de mais de 100 milhões, 20% tinham insegurança alimentar grave ou moderada e quase 20 milhões estavam passando fome.

A construção de frentes de luta e a perspectiva de um Enclat

O fato importante desta conjuntura foi a conjunção de esforços em frentes de unidade política para enfrentar toda essa situação. Por um lado, uma ampla frente de organizações políticas, sindicatos e movimentos sociais se organizaram em torno de uma plataforma mínima com a pauta: **Fora Bolsonaro!** Nessa frente, além da ação conjunta, ficaram em evidência diferentes táticas de luta. Em grandes linhas, um grupo majoritário apostou na mobilização e ação institucional para desgastar o governo, na perspectiva de levar a luta para o jogo eleitoral no ano de 2022. Outros grupos, entre eles a Unidade Classista, apostou na ação das massas populares na rua, para acabar com o governo e a política que este representa. Durante algum tempo do ano de 2021, a partir do mês de maio, esta última tática conseguiu prevalecer até o mês de novembro. Assim foram realizadas várias manifestações a cada mês, com uma importante participação de

entidades e movimentos. Entretanto, acabou que a mobilização não foi suficientemente potente para provocar a queda do presidente Bolsonaro. Para continuar avançando por este caminho de mobilização popular é fundamental que as centrais sindicais atuem de uma forma mais decidida. Se faz necessário dar um salto de qualidade, passar das mobilizações de rua para as greves até chegar a construção de uma greve geral.

Cabe destacar a constituição do **Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas**, no ano de 2019, como importante espaço de reorganização da nossa classe. Trata-se de uma iniciativa que envolve sindicatos, movimentos sociais e forças políticas, para não apenas enfrentar o governo Bolsonaro, mas também para apontar para a reorganização e participação da classe trabalhadora na cena política, com sua pauta de reivindicações e propostas programáticas. Se trata de apontar para a construção de um **ENCLAT- Encontro Nacional da Classe Trabalhadora**, que dê início a um amplo processo de reorganização das forças dos/as trabalhadores/as. Sem a classe trabalhadora no centro da cena política não há saídas efetivas para a crise política, social e econômica.

O Fórum sindical, popular e de juventudes planeja um Seminário nacional para o mês de maio. A finalidade é fazer um balanço do processo da entidade desde sua constituição em 2019 e definir os caminhos para ser um instrumento efetivo de reorganização da classe trabalhadora.

Nesta linha cabe mencionar a proposta do Fórum das Centrais Sindicais, integrado por 10 centrais sindicais (CSB, CSP-Conlutas, CTB, CUT, Força Sindical, Intersindical - Central da Classe Trabalhadora, Intersindical - Instrumento de Luta, NCST, Pública - Central do Servidor e UGT), que está convocando para os dias 7 e 8 do mês de abril para uma **Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT)**. Aqui, como aconteceu com o Encontro Nacional dos Servidores Públicos (realizado pelo Fonasefe e as Centrais Sindicais nos dias 29 e 30 de junho de 2021), estamos novamente com um evento organizado de cima para baixo, neste caso, com a finalidade eleitoral de apresentar aos candidatos à presidência uma pauta mínima da classe trabalhadora. Apesar desta importante limitação do evento, é importante participar e batalhar para avançar efetivamente no processo de reorganização da classe trabalhadora e na construção de um ENCLAT.

Destacamos a realização da **Plenária Nacional em defesa da Educação Pública**, em março de 2021, foi um evento importante que aprovou a **Carta de trabalhadoras e trabalhadores da educação e de estudantes ao povo brasileiro**. Outras plenárias desta natureza precisam acontecer, mas ainda neste ano, devido a intensidade da agenda de lutas em defesa da Educação Pública e contra a PEC 32, não foi possível organizar o IV ENE.

A luta dos SPFs contra a PEC 32 e a construção da greve unificada

O FONASEFE junto com o Fórum das Centrais Sindicais organizou, nos dias 29 e 30 de junho de 2021, o **Encontro Nacional dos trabalhadores e trabalhadoras do Serviço Público** que aprovou um plano de luta contra a PEC 32 e uma paralisação nacional. Entendemos que o resultado ficou aquém das possibilidades pela preocupação das centrais e federações de amarrar todo o processo de cima para baixo, com pouco espaço para as construções pela base nas reuniões preparatórias. Entretanto mostrou um caminho, neste caso, de organização um efetivo **Enclat setorial**, num processo de baixo para cima.

A luta contra a Reforma Administrativa, com seus altos e baixos, aponta para se constituir numa das poucas lutas nas quais possamos contar com um saldo vitorioso. Sem dúvida um fator relevante e que devemos aprender desta experiência, é o fator da unidade. O FONASEFE junto com FONACATE, com o apoio, ainda que vacilante do Fórum das Centrais Sindicais, têm conseguido, até o momento, conter no Congresso o trâmite da PEC da contrarreforma administrativa. Não podemos ficar de braços cruzados: estes projetos são projetos de ataque à nossa classe e de continuidade da reforma gerencial do Estado formulada no primeiro governo de FHC que vem sendo implementada governo após governo, em momentos diversos.

O FONASEFE indicou a construção de uma greve unificada dos(as) servidores(as) públicos federais por uma pauta reivindicativa emergencial de reposição das perdas salariais deste último período de governo (2019 - 2021), estimada em 19.99%, junto ao arquivamento da PEC 32 (Reforma Administrativa) e

a revogação da Emenda Constitucional 95 (congela investimentos nas áreas de Saúde e Educação por 20 anos). O setor das Instituições Federais de Ensino Superior do ANDES-SN acrescentou a construção de pauta específica da educação com as entidades que atuam nas IFES.

A reivindicação do 19,99% de reposição salarial unifica todas as categorias dos SPFs, entretanto as perdas salariais da categoria docente são muito maiores, seja pela (des)estruturação da carreira pactuada pelo Proifes e o governo em 2015, pela contrarreforma da previdência que aumentou a alíquota de 11% para 14% para as maiores remunerações, o congelamento da tabela do imposto de renda que penaliza os salários baixos, entre outras situações particulares nas universidades, institutos técnicos e CEFETs.

A construção da greve é um momento ímpar para fazer o necessário trabalho de politização da base. A construção de pautas locais para o urgente retorno presencial às aulas, que apontem para os problemas de infraestrutura que se deterioraram ainda mais nestes últimos anos de falta de investimento. Temos que lutar por recursos e políticas de assistência estudantil para garantir o acesso e permanência dos estudantes. Além do objetivo da politização da base, a construção da greve e mobilização dos SPFs é importante para acentuar o desgaste do governo, e já que há uma grande unidade entre as diversas forças políticas, então tudo o que não seja conquistado agora fica para a reconstrução do movimento paralista no próximo governo.

Crise sanitária e retorno presencial

Evidentemente, a conjuntura nestes dois últimos anos esteve atravessada pela crise sanitária provocada pela pandemia do vírus Covid-19, que ainda não acabou. Foi, e continua a ser ainda, uma crise mundial, produto da agressão à natureza, pela incessante conquista e colonização de novos territórios para a valorização do capital. Enquanto que em países organizados, com elementos de planejamento social, como Cuba, China e Vietnã, conseguiu-se proteger com bastante eficácia a sua população, em outros, como no nosso caso, prisioneiro da ideologia ultraliberal e do negacionismo científico, ocorreu e ainda ocorre uma catástrofe, um genocídio que levou à morte mais de 639.000 pessoas, fundamentalmente população idosa, pobre e negra. A crise evidenciou a importância dos investimentos sociais em ciência e tecnologia para produzir medicamentos, tratamentos e vacinas, junto com uma robusta rede sanitária pública articulada em torno do SUS, 100% público e estatal.

Tem havido muita resistência e luta para enfrentar ao mesmo tempo as demandas para o retorno ao trabalho presencial sem segurança e/ou para impedir de fazer da crise sanitária uma “oportunidade de negócios” para lucrar, como, no caso do setor da educação, com as plataformas digitais para aulas remotas. Aconteceram greves de resistência, geralmente greves isoladas, em escolas e universidades que resistiram bravamente ao retorno presencial quando ainda não estão dadas condições mínimas de biossegurança.

Apesar da campanha de negacionismo do governo federal contra a vacinação, 80,4% da população já recebeu pelo menos uma dose da vacina contra a Covid-19. 70,8% estão com o primeiro ciclo vacinal completo, ou seja, receberam as duas doses ou a dose única da Janssem. Além disso, 25,3% já receberam a dose de reforço da vacina. Assim pode ser verificado que a população apoia a vacinação e as medidas de cuidado da saúde.

Entendemos que na medida que a pandemia evolui para um endemia, caso se confirme, é imprescindível organizar o retorno presencial com segurança. Os locais de trabalho, ainda que sucateados pela falta de investimento nestes últimos anos, precisam ser ocupados, até para poder organizar as lutas pela recomposição orçamentária e reposição das perdas salariais. O “modelo” de aulas remotas não é o modelo educacional que defendemos, pelo contrário é o “modelo de negócios” dos empresários capitalistas para uma educação aligeirada, porém altamente rentável, ao serviço da formação de trabalhadores precarizados e empreendedores. O Andes-SN aprovou no seu 11º CONAD Extraordinário, realizado no ano passado, um Plano Sanitário Educacional que é uma referência para a luta pelo retorno presencial com segurança.

As lutas para o próximo período

As lutas do próximo período devem continuar a privilegiar a derrubada do governo Bolsonaro/Mourão/Guedes, a construção de uma greve geral apontando para uma saída da atual crise política que tenha como objetivo enfrentar os principais problemas da classe trabalhadora, dos segmentos populares e das camadas médias, com uma perspectiva de ruptura com as políticas neoliberais, o capitalismo e o imperialismo. Uma saída democrática no sentido forte desta expressão, que coloque no centro da cena política a classe trabalhadora, sua organização política e consciência social, isto é, o Poder Popular.

No cenário eleitoral que se desenha, caso sejam respeitadas as regras institucionais pelas forças bolsonaristas, é fundamental a preservação da independência de classe do movimento dos/as trabalhadores/as. Não se trata de defender uma suposta neutralidade, impossível numa sociedade atravessada pela luta de classes, mas de estabelecer as devidas mediações entre os partidos, as instâncias institucionais burguesas e os movimentos populares e sindicais. Por esta elementar razão, se faz necessário avançar na construção de um **ENCLAT**, que faça uma síntese da atual etapa histórica de luta da classe trabalhadora, levante uma plataforma reivindicativa e um programa de soluções para enfrentar a crise geral que está estabelecida. Também, nesta direção da unidade sindical e popular, entendemos importante dar continuidade em um nível superior, às experiências unitárias setoriais realizadas nestes últimos tempos tais como o **Encontro Nacional dos trabalhadores e trabalhadoras do Serviço Público** e a **Plenária Nacional em defesa da Educação Pública**.

Também avançar na reorganização da CNESF (Confederação Nacional de Entidades dos Servidores Públicos Federais) e a sua transformação em CNESP (Confederação Nacional de Entidades do Serviço Público) agrupando os sindicatos dos SPFs das três esferas do governo e inclusive dos/as trabalhadores/as das empresas estatais, como definido no encontro de entidades de trabalhadores do serviço público realizado em novembro de 2019.

No campo da defesa dos serviços públicos e das empresas estatais, continuar com a luta contra a PEC da reforma administrativa e as privatizações da Eletrobras e dos Correios, além da reestatização da Petrobras e sua orientação como empresa a serviço do povo. Também é fundamental a defesa do SUS público, estatal e gratuito.

Na educação enfatizamos, o retorno às aulas presenciais com medidas de proteção de biossegurança, a luta salarial e por condições dignas de trabalho, o enfrentamento ao projeto educacional conservador-autoritário, negacionista, em todas suas formas. junto com a defesa da Universidade Popular como projeto da classe trabalhadora para enfrentar o projeto da Universidade do Capital. Precisamos investir na construção do próximo IV ENE e avaliar a participação na CONAPE que está prevista ser realizada no mês de julho deste ano. Este último evento é realizado pela segunda vez pelas entidades nas quais prevalece o campo democrático-popular.

Lutar contra o agronegócio e sua política de genocídio dos povos tradicionais e originários. Defender as demarcações das terras indígenas e lutar contra o Marco Temporal. Enfrentar as políticas de desmatamento da Amazônia e das florestas e pela reforma agrária popular. Lutar contra o projeto de lei 6299 (PL do veneno) recentemente aprovado na Câmara dos deputados.

Não menos importantes são as lutas em torno da pauta de enfrentamento ao racismo e as lutas antipatriarcais do movimento feminista e LGBT. No último 4 de dezembro foram realizados atos convocados pelo movimento de mulheres e feminista com a palavra de ordem “Ele nunca mais”, numa tentativa de recolocar o movimento feminista nas lutas políticas. Lembramos o grande impacto que teve o movimento “Ele não!” das últimas eleições contra a candidatura do Bolsonaro. No momento da realização do nosso congresso sindical já terá acontecido o dia 8 de março de 2022.

A dimensão internacionalista também deve ser parte das nossas preocupações. Desde seu início o ANDES-SN buscou participar na cena internacional, com uma vocação internacionalista e anti-imperialista. Neste sentido, vale lembrar que uma representação da Federação Internacional dos Sindicatos da Educação (FISE) esteve presente no congresso fundacional do Andes-SN. Recordamos também, a resolução do nosso X Congresso, realizado em Curitiba em 1991, que aprovou a filiação como membro de pleno direito à Federação Internacional de Sindicatos da Educação (FISE), federação que integra a Federação Sindical Mundial (FSM), que celebrará 77 anos de vida em outubro deste ano e que planeja realizar seu 18º congresso nos dias 6,7,8 de maio deste ano em Roma, Itália. O ANDES-SN deve reassumir seu protagonismo na FISE e na FSM e retomar a participação nestas entidades, assim como também comparecer ao próximo congresso da Federação Sindical Mundial reafirmando sua vocação internacionalista e anti-imperialista. Está também na agenda a construção do II Seminário Internacional com o Tema: Educação Superior na América Latina e Caribe e Organização do(a)s Trabalhador(a)s, em Foz de Iguaçu, com participação de entidades de trabalhador(a)s da educação, como decidido no último congresso.

Unidade Classista
Futuro socialista!

TEXTO 10

Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Ana Maria Alvarenga (ADUSC), Fabíola Xavier Leal (ADUFES), Gisele Cardoso Costa (ADUA), Juliana Melim (ADUFES), Lygia Viegas (APUB), Mônica Vermes (ADUFES), Raphael Furtado (ADUFES)

VOLTAR A MARX E AO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO PARA SAIR DA BARBÁRIE CAPITALISTA

*“Eu insulto o burguês! O burguês-níquel,
o burguês-burguês!
A digestão bem-feita de São Paulo!
O homem-curva! o homem-nádegas!
(...)”*

*Come! Come-te a ti mesmo, oh gelatina pasma!
Oh! purée de batatas morais!
Oh! cabelos nas ventas! oh! carecas!
Ódio aos temperamentos regulares!
Ódio aos relógios musculares! Morte à infâmia!
(...)”*
*Ódio e insulto! Ódio e raiva! Ódio e mais ódio!
Morte ao burguês de gíolhos,
cheirando religião e que não crê em Deus!
Ódio vermelho! Ódio fecundo! Ódio cíclico!
Ódio fundamento, sem perdão!*

Fora! Fu! Fora o bom burguês!...”

O Congresso do Sindicato Nacional dos/as Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) ocorre mediante a mais brutal, profunda e perversa crise do capital, cuja marca é o aprofundamento dos elementos de barbárie que expõem a crise civilizatória do modo de produção capitalista em sua fase imperialista.

No mesmo momento em que nossa categoria se reúne para decidir a política a médio e curto prazo para o nosso sindicato, os meios de produção alcançam condições tecnológicas jamais alcançadas pela espécie humana. A velocidade da informação, o encurtamento das distâncias geográficas e históricas, o aperfeiçoamento da produção, a incorporação dos recursos próprios da informática e da robótica nas ciências biológicas e humanas parecem elevar a humanidade ao Eldorado sonhado e desejado por aqueles que nos antecederam. Todavia, a nova forma de acumulação de capital da 4ª Revolução Industrial – a Indústria 4.0 – ocorre a partir da maior extração de mais-valia da história, do aumento desenfreado do exército de reserva e da destruição explícita dos dois elementos centrais das forças produtivas: o ser humano e a natureza.

Se por um lado a humanidade avança sem precedentes no desenvolvimento dos meios de produção, por outro, tal avanço, nas estremaduras do capital, acontece mediante a destruição da força de trabalho, dos rios, do solo, das florestas, etc.

Enquanto produzimos, lemos e debatemos as teses desse Congresso, 811 milhões de homens e mulheres, anciões e crianças estão submetidos à fome, 150 milhões perambulam pelas ruas na condição de sem-teto. São nossos irmãos e irmãs de classe social que não conseguem suprir as duas necessidades mais elementares de qualquer animal: se abrigar e se alimentar. Somam-se a isso 220 milhões de desempregados em um mundo regido pela lógica mercantil, segundo a qual quem não compra não come, não mora, não veste, não vive. Agrega-se ao rol de tragédias desse sistema insano, o deslocamento forçado de mais de 82,4 milhões de refugiados que tentam cruzar fronteiras terrestres, mares e rios em busca de paz, emprego, comida e abrigo.

No entanto, seria uma profunda ignorância ou desonestidade intelectual afirmar que diante de tudo isso, a classe trabalhadora só observa, que não luta, que não resiste e que não tenta buscar saídas contra o lamaçal de brutalidade na qual foi lançada pelo capital.

Nos quatro rincões do mundo, os trabalhadores e a juventude lutam - em especial os setores mais oprimidos e mais explorados – e vão às ruas. São operárias, LGBTs, trabalhadores não-brancos e imigrantes que, dia após dia, em algum lugar do mundo, se levantam e se enfrentam contra os governos capitalistas. São revoltas populares da Palestina ao Chile, da Colômbia ao Líbano, da França ao Equador, do Haiti ao Mianmar, de Hong Kong à Cuba, da Nicarágua à Ucrânia, dos EUA ao Cazaquistão, da Venezuela à África do Sul, do México ao Sudão. Não há um dia de tranquilidade para os capitalistas porque não há paz, pão e terra para a nossa classe, porque as nossas diferenças naturais de gênero, orientação sexual, étnicas e de cultura foram transformadas em sinônimos de desigualdade, exploração e opressão.

No entanto, ao optar pelo enfrentamento direto contra o imperialismo, contra a política de miséria e fome, contra as opressões de toda a ordem, a classe trabalhadora se choca contra todas as forças políticas que defendem a forma política do capital - o Estado Burguês.

Não é por outra razão que as massas no mundo todo enfrentam tanto os governos de direita e extrema-direita - como Bolsonaro, no Brasil, de Viktor Orbán, na Hungria, de Mateusz Morawiecki, na Polônia, de Rodrigo Duterte, na Filipinas, etc. - quanto os chamados “governos progressistas de esquerda” ou de Frente Popular, (governos burgueses atípicos, mas burgueses), tais como os de Daniel Ortega, na Nicarágua, de Xi Jinping, na China, de Diaz-Canel em Cuba, de Nicolas Maduro, na Venezuela, de Putin, na Rússia.

No caso do nosso subcontinente, a América Latina, a resposta burguesa à crise do regime democrático liberal se alterna em dois movimentos: ou a classe dominante apoia o endurecimento do regime

político/semi-bonapartização do Estado ou, por outro lado, apela aos governos de Frente Popular, como forma iludir a classe trabalhadora com uma promessa de conciliação de interesses de classes, evitando sublevações populares.

No caso das Frentes Populares, podemos citar os exemplo de Chile, México e Peru, países que sofreram um transcurso importante de endurecimento do aparato repressivo nas décadas anteriores, e onde agora assumem governos capitalistas que se apoiam nas organizações burocráticas da classe trabalhadora para impor as pautas da agenda capitalista, como as contrarreformas que aprofundam a retirada de direitos trabalhistas, as privatizações de estatais e a desregulamentação ambiental que favorece o setor primário-exportador. Por outro lado, verifica-se nos últimos cinco anos um acelerado processo de endurecimento do regime democrático burguês em países em que a Frente Popular governou, como é o caso do Brasil, El Salvador e do Equador. Por fim, verifica-se o mais ignóbil dos casos - a transformação do regime democrático burguês em ditaduras sanguinárias, comandadas por governos que surgiram como nacionalistas-burgueses ou como governos de Frente Popular, tal como ocorre na Venezuela e na Nicarágua.

Não é por acaso que dia após dia na América Latina e no mundo inteiro a classe trabalhadora em sua ampla diversidade (de gênero, de orientação sexual, de etnia, de raça, etc.) enfrenta cada vez mais as burocracias partidárias adaptadas tanto ao parlamento burguês quanto ao sindicalismo comezinho, próprio do regime democrático burguês. Não é coincidência que, frente à luta operária, das mulheres, das LGBT's, dos negros, dos imigrantes, essas burocracias em processo de putrefação, consciente ou inconscientemente, estabelecem um acordo tácito com a teoria imperialista do empoderamento individual, pois embora ambas aparentem ser opostas, na prática negam a possibilidade de travar a batalha contra o machismo, o racismo, a xenofobia e a lgbtfobia no seio da classe trabalhadora. Não é por uma mera coincidência que, quanto mais a peleja dos setores oprimidos da classe operária avança no mundo, mais as burocracias partidárias e sindicais tentam reduzir a classe trabalhadora às pautas economicistas de um capitalismo cada vez mais avarento; não é por acaso que essas burocracias, em sua ignorância teórica ou desfaçatez estalinista tentam classificar como “identitárias” ou “pós-modernas” lutas que são nada menos que lutas por sobrevivência. Afinal, o machismo, o racismo, a lgbtfobia, a xenofobia, não são apenas ideologias. São ideologias que se materializam na realidade e que matam e mutilam, seja de forma direta ou indireta, incontáveis vidas todos os dias.

É nesse contexto mundial, portanto, que se abre o 40º Congresso do Andes: um contexto extremamente difícil para nós trabalhadores, um contexto profundamente desafiador em termos de organização política e sindical. Mas, a considerar que o primeiro Estado Operário emergiu de uma guerra do imperialismo que assassinou nada menos que 20 milhões de pessoas, não nos resta outra coisa senão voltar a Marx e aos pressupostos marxistas: fora do poder tudo é ilusão, o monstro capitalista e o seu Leviatã – o Estado burguês – são ingovernáveis. Não nos cabe administrá-los, senão destruí-los. Estamos com Marx e Engels: destruir o Estado liberal e seus governos é possível e necessário. Afinal *“A burguesia despojou de sua auréola toda a ocupação até então venerada e encarada com admirável respeito. Ela transformou em seus servidores assalariados o médico, o advogado, o padre, o poeta e o cientista (...). As armas com que a burguesia matou o feudalismo estão agora se voltando contra a própria burguesia. Mas a burguesia não apenas forjou as armas que lhe trazem a morte; ela também produziu os homens que empunharão estas armas – o trabalhador moderno, os proletários”*.

Nem mais um dia para Bolsonaro, mas não deixemos a tragédia se repetir como farsa!

Conjuntura Nacional

No mês de janeiro o Brasil chegou ao total de 624.493 mortos por Covid, 13,5 milhões de desempregados, 38 milhões de trabalhadores sem qualquer proteção trabalhista, 19 milhões de famintos e

220 mil pessoas morando nas ruas. Esse é o mosaico de crises, no qual a crise sanitária se combina, dia após dia, com a crise econômica e com a crise social.

No entanto, de forma inusitada, essa combinação de crises não resulta numa crise política capaz de derrubar o governo burguês, retrógrado, reacionário, genocida, autoritário e corrupto de Jair Bolsonaro. Diante disso, para além de detectar a relativa estabilidade do governo federal, cabe-nos perguntar por qual razão Bolsonaro não somente ganha fôlego para concluir seu mandato como também ainda permanecer como o candidato favorito de 1 em cada 4 brasileiros.

A recomposição burguesa e a paz bolsonarista

Desde que chegou ao poder, e mesmo antes, Bolsonaro nunca escondeu suas pretensões golpistas, nunca disfarçou que suas ambições políticas não caberiam nas margens da democracia burguesa, mesmo que essa democracia seja também uma desfaçatez da ditadura do capital.

É inegável que no dia 7 de setembro de 2021 as pretensões golpistas se transformaram em ações golpistas, ainda que malogradas. Bolsonaro, apoiado nos setores mais bárbaros do agronegócio, na empobrecida pequena burguesia comerciante das grandes cidades e em líderes religiosos de seitas neopentecostais tentou articular um golpe cujo centro era demolir o poder judiciário e manter submisso o poder legislativo. Não foi por outra razão que o bolsonarismo fechou diversas estradas e levou às ruas 1 milhão de pessoas - um fracasso de público, afinal os golpistas anunciavam marchar com mais de 2 milhões de lunáticos de extrema-direita e se manter acampados em Brasília por semanas.

Ocorre, todavia, que após a tentativa fracassada de golpe, contraditoriamente Bolsonaro ganhou uma relativa estabilidade política, cuja principal característica foi a diminuição até o total desaparecimento dos atos de rua denominados Fora Bolsonaro.

Por um lado, a direita tradicional com seus instrumentos de bastidores decidiu sustentar Bolsonaro e manter a estabilidade das instituições burguesas do país. Esse movimento foi feito por ninguém menos que Michel Temer, o nome do capital que sempre teve trânsito livre entre o PMDB, DEM, PSDB, PT, PSL, etc. Por outro lado, as intercaladas manifestações que canalizaram o descontentamento popular com o governo genocida, entre junho de 2020 a agosto de 2021, foram paulatinamente arrefecidas até desaparecerem por completo dos chamados das organizações sindicais e partidárias que dizem se opor a Bolsonaro.

Ou seja, quando da possibilidade real e necessária de derrubar Bolsonaro após a sua tentativa fracassada de golpe, as direções majoritárias no movimento sindical e popular, se articularam com as forças políticas e sociais da direita (Rede Globo, Folha de São Paulo, PSDB, PMDB, etc.) para garantir a tranquilidade para o governo, formando assim um grande pacto tácito para evitar que a crise econômica, social e sanitária se transformasse em uma crise política explosiva. Agiram em conjunto para transformar as dores populares em um descontentamento administrável dentro das fronteiras do próprio regime democrático burguês, respeitando o rito do calendário eleitoral. Eis a mágica fuleira que transfigurou a palavra de ordem Fora Bolsonaro na palavra de ordem Lula 2022.

A dor da classe operária não cabe nas urnas

Que o governo Bolsonaro é um governo genocida, o rosto mais podre e escancarado de uma burguesia escravocrata, colonizada e assassina, isso não resta dúvida para nenhum ativista honesto e para nenhum trabalhador com consciência de classe. Mas há outras perguntas que devem ser feitas: Quantos dias mais um pai e uma mãe de família deverão esperar para abrigar e saciar a fome de seus filhos sem pão e sem

teto? Quantos minutos a mais uma mulher deve esperar para tirar um governo abertamente feminicida, em um país no qual uma mulher é estuprada a cada 8 minutos? Quantos segundos a mais deverão esperar os povos indígenas na Amazônia quando 116 mil árvores são derrubadas a cada hora na maior floresta tropical do mundo? Quantos milésimos de segundos a mais deverão esperar os pobres da periferia das grandes cidades, em um país no qual um jovem negro é assassinado a cada 4 horas pela polícia? Quantas horas a mais cederemos para um governo lgbtfóbico, em um país que assassina uma LGBT a cada 19 horas? E não, não nos pedem para esperar milésimos de segundos! Pedem para esperar até outubro! E depois pedirão para esperar até a posse de novo do governo, e depois, ora “Roma não se fez num dia”... Como dizia a canção: “Até quando esperar?” Depois de 522 anos de genocídio indígena, negro e popular neste solo, não é possível esperar nem mais uma fração infinitesimal de segundo! Ó sábios encastelados e engravatados, empoleirados nos altos castelos de ouro e cristal das burocracias partidárias e sindicais, por favor nos digam: quanto mais do sangue de nosso povo ainda terá que escorrer das veias abertas desse trágico recanto da América Latina, até que vocês nos digam que chegou a hora de não esperar mais? Chega!

É justo, ó sábios auto-intitulados “oposição de esquerda”, que os mortos, os sequelados pela Covid, os desempregados, os famintos e os sem-teto sejam calculados na mesma fria máquina registradora em que se contam os votos? Quanta cumplicidade há entre os genocidas e vocês que, presenciando um genocídio e tendo condições para derrotá-lo, não o fazem, permitindo que tal genocídio prossiga? Como podemos confiar realmente que vocês, que hoje permitem que Bolsonaro governe em paz, serão amanhã uma alternativa real contra o bolsonarismo? Como podemos acreditar, nobres sábios, num chamado à unidade de “todos para tirar Bolsonaro”, sabendo que isso na prática significa “que todos deixemos Bolsonaro terminar seu mandato em paz”?

Por isso, sábios, é preciso lhes dizer: precisamos tirar Bolsonaro do poder agora e não confiaremos em quem não queira fazê-lo. Por isso, não temos nenhuma confiança nos representantes da oposição burguesa de todos os diversos matizes (Lula, Ciro Gomes, Moro, etc.). Quem quer, de fato, derrotar a ultradireita não freia as lutas, tampouco busca canalizar toda a revolta da população para o beco sem saída das eleições. De sábios, não tendes nada. Charlatões é o que sois!

No entanto, ex-sábios, não nos bastará denunciar as suas traições! É preciso construir na prática essa luta. Se ficarmos nos lamentando porque vocês, burocratas, agem como burocratas e não fizermos nada além disso, na prática, seríamos como vocês. É preciso que esse Congresso do Andes aprove: nenhum minuto a mais para o genocida. Ocupar as ruas, as fábricas, escolas e universidades até Bolsonaro cair. Chega de calendários de ficção; *lives* não matam a fome; mãos à obra!

O mal que Bolsonaro segue fazendo

Enquanto Bolsonaro segue no governo, mesmo enfraquecido, uma série de boiadas segue passando. Não há minimamente espaço para citar todas, então abordaremos apenas alguns aspectos do mal que este governo segue fazendo com a cumplicidade da enorme maioria das organizações ditas de esquerda, sejam partidárias, sindicais ou populares.

A questão indígena

Há 522 anos os povos originários do gigantesco território povoado que os invasores portugueses impuseram chamar de Brasil tentam de todas as formas resistir à sua aniquilação, se enfrentando com todos os governos. Um caso recente bastante ilustrativo é o dos Yanomami.

Desde o início do século XXI, o povo Yanomami enfrenta novamente diversas ondas de invasões em suas terras. Localizado em uma região do interflúvio entre o rio Orinoco e o rio Amazonas, uma região

extremamente rica em minério, na fronteira entre a Amazônia brasileira e a Amazônia venezuelana, o território yanomami tem sido devastado por grupos paramilitares (narcogarimpeiros) que invadem o território para extrair minério e fornecer ouro para grandes mineradoras ou para os grandes bancos.

Com a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro e seu discurso pró-garimpo, repleto de racismo contra todos os povos indígenas, as invasões, violações e assassinatos no território yanomami cresceram de forma acelerada. Somente no ano de 2020 o garimpo avançou cerca de 30% na terra yanomami e devastou uma área equivalente a 500 campos de futebol, a partir da invasão de 20 mil narcogarimpeiros. A própria Funai tornou-se um órgão apoiador das invasões.

Entretanto, ainda que essa devastação tenha se acelerado explicitamente durante o Governo Bolsonaro, ele nunca foi e não será o único governo capitalista inimigo declarado do povo Yanomami. Os últimos massacres dos narcogarimpeiros contra esse povo, tal como o massacre de Alto Ocamo, ocorreram na parte venezuelana do território yanomami, sob a conivência do governo de Hugo Chávez e posteriormente de Nicolas Maduro.

Durante os chamados “governos progressistas” do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, isto é, durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, os Yanomami também denunciaram que grupos paramilitares invadiram suas terras a mando de políticos governistas e empresas protegidas por esses governos.

Assim, além de retirar imediatamente Bolsonaro do poder, é necessário garantir os direitos dos povos originários, que seguirão sob o ataque de qualquer governo capitalista. Apenas a luta independente de toda a classe trabalhadora, junto aos povos originários, apoiando a sua autodefesa, poderá garantir a sobrevivência dessas populações.

O pacote do veneno

O governo Bolsonaro, juntamente com a bancada do agronegócio, aprovou na Câmara dos Deputados um conjunto de mudanças que permitem um ainda maior (ab)uso de agrotóxicos no Brasil. Desde janeiro de 2019 já foram liberados 1.517 novos agrotóxicos, muitos deles proibidos em diversos outros países. Para garantir o lucro desenfreado do agro, Bolsonaro envenena a parte da população brasileira que ainda consegue se alimentar.

É preciso derrubar Bolsonaro e a bancada do agro que, ao contrário do que diz Lula, não são os novos heróis do Brasil; pelo contrário, são o velho retrato da barbárie colonial repaginado com um marketing mentiroso. Agro é morte! Apenas a expropriação do latifúndio e a coletivização das grandes propriedades rurais poderá garantir alimentação saudável para toda a população brasileira, sem destruição do meio ambiente e das populações originárias, sem expulsão demográfica e gerando emprego e renda.

Os constantes ataques à política de educação: da creche à pós-graduação avança o projeto privatista

Embora saibamos que os ataques à educação pública não sejam uma exclusividade do governo Bolsonaro/Mourão, é neste governo que temos vivenciado as formas mais amadurecidas de avanço do projeto privatista.

Os anos 1990 e os governos que seguiram aprovaram e implementaram um conjunto de alterações na política de educação orientadas para atender, especialmente, a três necessidades do capital: 1) a subordinação da ciência à lógica mercantil, 2) a constituição de novos campos de lucratividade e 3) a construção de estratégias de obtenção do consenso em torno do projeto burguês.

A implantação da “reforma” do Ensino Médio, a proposta do Future-se e do Reuni Virtual, o desmonte na CAPES e no CNPq, o descaso com a ciência comprometida com os interesses da população, os novos cortes no orçamento para 2022, a aprovação da EBSEH na UFRJ, etc, confirmam essa direção.

Dias antes de termos decretada a pandemia mundial, estávamos mobilizados na construção de uma greve nacional da educação que ganhava fôlego pós atos massivos do chamado “tsunami da educação”. Motivos para a greve nunca nos faltaram: a política econômica neoliberal de Bolsonaro e Guedes, os ataques às universidades públicas e aos trabalhadores do funcionalismo público, a Emenda Constitucional 95, bem como o autoritarismo do governo federal que golpeia a autonomia universitária. E os motivos só aumentaram de lá pra cá.

A pandemia precipitou o processo de consolidação do chamado “ensino virtual” na política de educação superior enquanto projeto dos organismos internacionais para os países da periferia do capital e que se combina perfeitamente com a proposta da “reforma” administrativa (PEC 32), uma das principais pautas deste governo.

Chegou o tempo de lutarmos pela volta presencial das aulas, com condições que garantam proteção e segurança para trabalhadores e estudantes, ou ficaremos, mesmo no pós-pandemia, presos às telas que expulsam estudantes trabalhadores, negros, mulheres, LGBT’s, pobres e estudantes com deficiência da Universidade pública. Além disso, permaneceremos responsáveis pelos custos para que o nosso trabalho se realize, além dos custos do nosso adoecimento físico e mental. A luta pela ampliação da vacinação, por uma política pública ampla e gratuita de testagem e distribuição de máscaras, a defesa do passaporte vacinal, de recursos públicos que garantam o pleno funcionamento das instituições de ensino e a continuidade das mobilizações contra a PEC 32 nos exigem coragem e disposição. Exigem que cada direção seja capaz de mobilizar sua base para que possamos ocupar Brasília, ocupar as ruas e ocupar nossas universidades com vida, pensamento e produção críticas e comprometidas com a transformação da realidade. Exigem que retomemos as articulações para a construção do IV Encontro Nacional de Educação (ENE) na defesa, mais do que nunca, atual e necessária, de um projeto classista e democrático de educação. Que façamos desse IV ENE um evento verdadeiramente massivo, representativo do conjunto dos setores em luta da nossa classe, que envolva amplamente movimentos populares do campo e da cidade, entidades estudantis e sindicais. Que nos esforcemos para que muitos milhares de pessoas participem das etapas estaduais e também convirjam para um grande evento nacional. E que depois levem para suas bases o resultado desse acúmulo, para o que o mesmo se transforme em ação.

Nosso compromisso tem que ser com as lutas, não com as urnas

Como já dissemos, existe uma pressão gigantesca da oposição burguesa a Bolsonaro - da qual o PT de Lula é o setor amplamente majoritário - para ignorarmos todo o massacre que este governo impõe ao povo de nosso país, em especial aos mais pobres e aos setores mais oprimidos, e simplesmente “esperarmos outubro” para votar em Lula e “resolver tudo no voto”.

Não achamos que cabe aqui discutir a posição do Andes frente aos eventuais candidatos nas eleições, para além da questão de sua independência em relação a partidos e governos. Mas queremos, sim, expressar algumas questões de princípio sobre esse tema.

Em primeiro lugar, vamos reiterar: **é inadmissível que Bolsonaro chegue ao final de seu mandato, ainda mais depois de ter tentado dar um golpe de Estado. É uma enorme derrota da classe trabalhadora que um governo genocida, corrupto, miliciano e golpista como esse possa terminar seu mandato tranquilamente. Bolsonaro tem que ser cassado e preso!** Não desistiremos de lutar por isso.

Na hipótese desastrosa de que esse canalha chegue a disputar as eleições, certamente amplos setores da nossa classe irão votar naquela candidatura que reúne mais condições de derrotar eleitoralmente Bolsonaro, que é a de Lula. No entanto, independente disso, **é importante lembrar que mesmo com a**

provável saída de Bolsonaro, os ataques à nossa classe não cessarão. E precisarão ser enfrentados com toda a força da nossa classe.

Os porta-vozes do futuro governo Lula/Alckmin/Centrão já anunciam que darão continuidade à Reforma Administrativa. A mesma que a luta do funcionalismo público impediu Bolsonaro e Lira de aprovarem. Inúmeros outros ataques virão, e agora as migalhas que foram outrora possíveis fornecer à classe trabalhadora durante o período de alta das *commodities* não existem mais. Só uma fé irracional pode fazer alguém supor que um futuro governo Lula não será uma versão nacional (e piorada) dos Rui Costa, Wellington Dias, Camilo Santana e Flávio Dino da vida...

Para além disso, existe uma narrativa extremamente perigosa que vem sendo construída pelo PT e seus aliados: a de que “não se pode lutar contra os governos do PT e não se pode questioná-los, pois, sem o PT no governo, virá o fascismo”.

Buscam reescrever a história para esconder que foram os ataques dos governos Lula e Dilma contra a classe trabalhadora que fizeram com que essa se desiludisse. Transformam as jornadas de 2013 em armação da CIA, as lutas contra os gastos exorbitantes da Copa em “jogo da direita”... Por outro lado, aqueles setores burgueses que deram uma rasteira no governo Dilma, aprovando o seu *impeachment* para aumentar os ataques à nossa classe, agora são bem-vindos em um grande “acordo de unidade nacional” e a narrativa do “golpe” foi esquecida para ser usada apenas quando e contra quem convier.

Transformando a tragédia em farsa, o provável vice de Lula, o carrasco do Pinheirinho, Geraldo Alckmin, não é mais golpista. Nem o Centrão, nem o indefectível Ciro Nogueira, ministro de Bolsonaro, nem o corruptíssimo Valdemar da Costa Neto, presidente do partido pelo qual o genocida-em-chefe pretende se candidatar à reeleição.

O nosso sindicato tem um papel central de, ao mesmo tempo em que combate pela queda imediata de Bolsonaro, apontar para a defesa do programa histórico de nossa categoria e de nossa classe, exigir de qualquer candidatura ao governo o compromisso com esse programa e denunciar o seu não cumprimento pelo governo eleito.

O fracasso dos governos de Frente Popular, sem que houvesse a construção de uma alternativa de classe, nos trouxe Bolsonaro. Não podemos esperar para ver que monstro sairá desse *reboot* de quinta categoria. O Andes, junto com a CSP-Conlutas e o conjunto dos movimentos independentes da classe trabalhadora têm a obrigação de apontar uma saída para fora dessa armadilha. É preciso organizar as vítimas da fome, os 19 milhões de famélicos dessa terra! Nas ruas, nas fábricas, nas universidades, nos campos, florestas, favelas e cidades deste país, a saída é o socialismo, o caminho é a revolução.

TEXTO 11

Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Adolfo Neto (ADUFPA); André Kaysel (ADUNICAMP); Áurea Augusta (ADUFPB); Carol Feldenheimer (ASDUERJ); Cristiano Ruiz Engelke (APROFURG); Edson Miagusko (ADUR-RJ); Luiz Araujo (ADUNB); Maíra Kubik (APUB/UFBA); Monica Loyola Stival (ADUFSCAR); Rodrigo Pereira (APUB/UFBA)

NAS RUAS E NAS URNAS CONTRA BOLSONARO E EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA!

O ano de 2022 é decisivo para o futuro do Brasil. Nosso povo segue em luto e na luta por melhores condições de vida. Até agora foram mais de 627 mil vidas tiradas pela COVID-19, situação agravada pela política genocida de Bolsonaro e seus asseclas.

Os resultados do golpe de 2016 continuam tornando a vida das trabalhadoras mais cara e difícil. Inflação de mais 10% ao ano; cesta básica consumindo mais de 65% do salário-mínimo, a alta dos combustíveis, do transporte e do aluguel são efeitos diretos da política econômica que privilegia o capital financeiro internacional e assola o cotidiano daquelas que vivem do trabalho. A precarização da vida é marca do governo Bolsonaro, e suas ações impulsionam o aumento da moradia precária, a insegurança alimentar e arrocho financeiro. Com uma vida marcada pela escassez, as mulheres, os negros, os indígenas, os camponeses e as LGBTs sentem com mais intensidade o aumento da violência, duplas jornadas e baixos salários. Diante das crises, grupos fascistas, dentro e fora do governo, ampliam o ambiente de violência política e social, com a defesa da militarização e de ameaças a lideranças de esquerda.

Dados oficiais apontam que 77% dos homicídios cometidos são contra pessoas negras. Esse genocídio precisa acabar! O brutal assassinato de Mõise Kabamgarbe é mais uma triste face da barbárie em um país que reproduz o racismo estrutural no cotidiano da vida das pessoas negras.

Derrotar Bolsonaro é a mais urgente tarefa política em 2022. O governo da extrema-direita se enfraqueceu na opinião pública, mas está longe de ter sido derrotado. Entre seus revezes está a não aprovação de várias promessas, em especial as “reformas estruturais” exigidas pela burguesia. Não conseguiu avançar no Congresso Nacional com os projetos de reforma administrativa, reforma tributária e a privatização dos Correios, assim como várias promessas de campanha. No entanto, em 2021 Bolsonaro conseguiu aprovar a desestatização da Eletrobrás em julho e a PEC dos precatórios num calote sem precedentes e baseada no “toma-lá-dá-cá” na forma de emenda Constitucional. Vinculado organicamente ao Centrão – agora filiado ao PL – Bolsonaro conseguiu viabilizar a nomeação do “terrivelmente evangélico” André Mendonça para o STF. Com a aprovação do orçamento secreto em R\$ 16 bi e a ampliação das emendas parlamentares, o presidente aumenta sua margem de negociação com o centrão para se reposicionar nas eleições.

É preciso intensificar a unidade das esquerdas e do campo progressista nas ruas e nas urnas. A tática fundamental para manter as lutas aquecidas em 2022 é a construção de uma frente das esquerdas que se materializa principalmente na Campanha Nacional Fora Bolsonaro que agora deve convocar com peso os atos de 08 de março. Trata-se da necessidade de unir todos os partidos e movimentos sociais do campo da esquerda, ainda que com diferenças programáticas, para somarem forças nas ruas, sem prejuízo de iniciativas de unidade de ação com setores da oposição de direita ao governo em favor do impeachment do Bolsonaro e lutas democráticas.

A luta das mulheres, contra o machismo e o feminicídio é fundamental para enfrentar as políticas do Governo Bolsonaro que acabam por corroborar com a intensificação dos crimes de violência contra as mulheres. Por isso, consideramos fundamental o engajamento de nossa categoria nos atos do dia 08 de março.

É também essencial que o Sindicato Nacional esteja organizado para a intensificação da campanha salarial em unidade com os SPF's, lutando pelo atendimento da pauta apresentada pelo FONASEFE com índice único de reajuste para reposição das perdas decorrentes do aumento da inflação e de aumento real de salários.

É ainda importante que aprofundemos a luta contra as intervenções e interventores de Bolsonaro nas universidades e institutos federais. A disputa pela democracia e autonomia universitária continua sendo um principio valoroso para nossa categoria e nosso Sindicato Nacional é referencia nesta luta.

A luta pela recomposição do orçamento para Ciência e Tecnologia é fundamental para garantia do tripé de sustentação das IFE's. Ensino, Pesquisa e Extensão são fundamentais para dinâmica das nossas instituições, assegurando uma educação pública e de qualidade.

Para nós, é estratégico manter as mobilizações nas ruas, mobilizando a classe trabalhadora em defesa do emprego, dos direitos trabalhistas e da moradia, do serviço público e políticas sociais, do combate à fome e da vida das mulheres, da população LGBTQIA+, do povo negro e indígena, e da defesa do meio ambiente. Uma verdadeira derrota do bolsonarismo passa pelas mobilizações de rua. Retomamos as lutas sociais em 2021 e não podemos retroceder em 2022. A mobilização social segue sendo central agora para o enfrentamento ao governo e à sua agenda. Só ela poderá criar melhores condições para derrotar Bolsonaro em 2022.

Para tanto, é preciso que nosso Sindicato Nacional se mostre disposto à construção das unidades necessárias que possam contribuir para a derrota de Bolsonaro em 2022 e do bolsonarismo na sociedade, arrancando vitórias para nossa categoria. Por isso, entendemos que continua na ordem do dia a desfiliação do ANDES-SN da CSP-Conlutas. Mesmo nesse cenário catastrófico, a CONLUTAS segue com suas posições estreitas e sectárias que têm dificultado a unidade contra a barbárie do governo Bolsonaro. É forçoso reconhecer que o ANDES-SN tem mantido sua autonomia e se aproximado cada vez mais das articulações em unidade com setores que mantemos divergências e contradições. Contudo, nossa categoria não pode mais seguir financiando uma Central que aposta no isolamento e compromete a unidade na luta contra o inimigo principal.

Defendemos que o ANDES-SN participe ativamente dos fóruns, mobilizações e eventos que construam a unidade em torno do resgate da educação pública como projeto estratégico para o País, a exemplo da Conferência Nacional Popular de Educação, disputando suas pautas e planos para o próximo período.

Entendemos que o que está em jogo nessa quadra histórica é a luta para estancar a destruição das políticas públicas e sociais que garantiam mínimas condições de vida para nosso povo. Interromper o ciclo bolsonarista é fundamental para a retomada do processo de acúmulo de forças sociais e populares para obter conquistas e trazer de volta a dignidade do nosso povo. Por isso, entendemos ser fundamental a vitória de Lula em 2022. Sem ilusões e dispostas ao bom combate em torno de nossas pautas históricas e atuais, compreendemos ser estratégico que nosso sindicato organize uma pauta de reivindicações a ser apresentadas ao conjunto das candidaturas do campo progressista e, ao mesmo tempo, faça campanha aberta e declarada contra Bolsonaro e seus aliados nas candidaturas estaduais.

TEXTO 12

Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Adriana Machado Penna (ADUFF); Agatha Justen (ADUFF); Airton Paula Souza (ADUFS-SE); Alair Silveira (ADUFMAT); Beatriz Tupinambá Freitas (ADUFS-SE); Catharina Marinho Meirelles (ADUFF); Cláudio Gurgel (ADUFF); Elizandra Garcia da Silva (ADUFF); Elyson Carvalho (ADUFS-SE); Jacira Maria Machado de Oliveira (ADUFF); Jairo Paes Selles (ADUFF); José Jailton Marques (ADUFS-SE); Júlio Figueiredo (ADUFF); Lucas Pacheco Campos (UFJF / Apes); Marcelo Massayoshi Ueki (ADUFS-SE); Marluce Souza e Silva (ADUFMAT); Máuri de Carvalho (UFES); Olinto Silveira Alves Filho (ADUFS-SE); Onice Teresinha Dall'Oglio (ADUFMAT); Paulo Antonio Cresciulo de Almeida (ADUFF); Waldyr Lins de Castro (UFF); Wilma Pessoa (ADUFF).

A CENTRALIDADE COMO INSTRUMENTO DE LUTA

Como somente na escuridão da noite é possível ver melhor o brilho das estrelas (M. Luther King), a escuridão destes tempos contemporâneos também representa, dialeticamente, oportunidades para construir alternativas verdadeiramente emancipadoras para o conjunto da classe trabalhadora.

Nestes tempos sombrios em que a flexibilidade, a incerteza, a instabilidade e a vulnerabilidade são expressões do cotidiano da maioria, a perspectiva histórica que nos habilita a compreender não apenas o presente, mas, projetar o futuro, tem sido uma referência associada ao passado.

Consequentemente, o ressentimento e a resignação têm sido os sentimentos mais comuns; inclusive entre os lutadores sociais, que mesmo criticando a pós-modernidade, agem e atuam movidos pela imediatividade do tempo que parece esgotar-se em si mesmo. E, assim, muitas vezes, acabam enredados nas teias dos limites institucionais estabelecidos por aqueles contra os quais, paradoxalmente, lutam.

Dessa maneira, a conjuntura parece assumir a forma da estrutura, e as alternativas reduzem-se ao movimento dentro dos limites pré-estabelecidos pela ordem social. O enquadramento das lutas dos trabalhadores dentro dos parâmetros eleitorais compromete não somente a capacidade de transformação social efetiva, senão que induz a classe trabalhadora à ilusória autorrepresentação de cidadão universal, independente da classe social.

Consequentemente, nestes tempos de intensa e ampla ofensiva do capital sobre aqueles que vivem da venda da força de trabalho (à lá ANTUNES), os movimentos do capital e do trabalho explicitam a correlação de forças e, portanto, a conjuntura destes tempos sombrios.

Do ponto de vista internacional, a ameaça de conflito entre EUA e Otan1 contra a Rússia, tendo como fundamento a disputa pela Ucrânia, revela um mundo em que, apesar do discurso de ‘aldeia global’ sob uma nova ‘ordem mundial’, continua cindido sob uma guerra fria pós-moderna, onde a unidade quanto ao modo de produção capitalista não impede a disputa pela hegemonia imperialista sobre um mundo “modernamente” colonizado.

Se a Ucrânia representa, nesse momento, a disputa com maior visibilidade entre interesses econômicos e políticos estratégicos, as probabilidades de conflito bélico parecem colidir com a condição geográfica do país europeu.

Afinal, se as guerras fazem parte da lógica destrutiva do capitalismo, a promoção de conflitos com alto potencial destrutivo dentro das próprias cercanias não parece interessante para nenhum dos envolvidos.

Porém, para além de um eventual conflito bélico, a disputa ideológica, especialmente através da satanização da Rússia, e, indiretamente, da China, alcança todos os países do mundo. Assim, novas semânticas, na maioria das muitas vezes, apenas recobrem velhos conflitos e protagonistas com alguns novos ingredientes e participantes.

Desta forma, se a Ucrânia é bola da vez, a América Latina mantém-se em evidência tanto pelas riquezas naturais quanto pela sua relevância política continental.

Brasil no contexto global

Depois da chamada “onda rosa” da primeira década dos anos 2000 - cujas experiências progressistas não ultrapassaram o limite da “linha da menor resistência” ao capital (Mészáros; 2011) -, a

América Latina reencontrou seus alçozes sob roupagens eleitorais centradas no apelo à liberdade individual e à moral, e no combate à corrupção e ao Estado.

Porém, se a partir de 2020 processos eleitorais têm garantido novas experiências progressistas (como Bolívia, Argentina, Peru e Chile) eles também têm conduzido ao Poder governantes neofascistas, como no Brasil.

No caso da Bolívia, do Peru e do Brasil, as tentativas de desestabilização são persistentes. Entretanto, embora sejam semelhantes quanto ao objetivo, se distinguem quanto à forma. Afinal, enquanto na Bolívia, o golpe civil-militar de 2019 foi derrotado nas ruas e nas urnas (2020), o movimento golpista - coordenado pelos chamados comitês cívicos - mantém-se ativo para desestabilizar o governo de Luis Arce.

Se no Peru, Pedro Castillo (2021) já sofreu cinco moções de pedido de impeachment em alguns meses de governo e é, inclusive, questionado quanto aos ministros nomeados, no Brasil, a tentativa de desestabilização é capitaneada pelo próprio presidente da República.

Acostumado ao ostracismo legislativo e político nos seus 28 anos de vida parlamentar, Jair Bolsonaro (PL) mantém-se como candidato, apesar de ter assumido a presidência da República. E, nessa perspectiva, atua intensa e ostensivamente para consolidar uma base eleitoral fiel, radicalizada e capaz de lhe garantir o poder familiar, apoiado nas forças policiais e militares, e numa horda de apoiadores seduzidos pela facilitação do acesso a armas e munições, que possivelmente estejam sendo vislumbrados na mente insana como uma possível resistência à cessão do poder em caso de derrota nas próximas eleições.

Para tanto, Bolsonaro e as forças políticas civis-militares que o apoiam articulam dois movimentos combinados: de um lado, aprofundam o neofascismo societal (BOAVENTURA DOS SANTOS, 1999), de maneira a construir as bases sociais para a instauração do neofascismo como regime, especialmente através dos ataques sistemáticos aos princípios constitucionais do Estado Democrático de Direito; de outro, radicalizam o discurso do ódio, fabricam e difundem *fake news*, apelam para valores morais e religiosos reacionários, criminalizam adversários políticos e movimentos sociais, sindicais e populares.

Amparados pela maioria congressual e pela condescendência do Judiciário, Bolsonaro e seus aliados atuam abertamente para desestabilizar as bases do regime democrático. Neste aspecto, os bastidores do Sete de Setembro de 2021 e os dias seguintes, com a greve dos caminhoneiros, foram reveladores.

Para além do Legislativo e do Judiciário (que, efetivamente, somente passou a assumir posição mais firme na preservação das instituições quando se tornou objeto dos ataques bolsonaristas), o fundamentalismo religioso, as milícias espalhadas nos grandes centros urbanos, a classe média ressentida e as forças policiais e militares constituem – de maneira heterogênea – as bases societárias que fundamentam a convergência e/ou convivência com os tempos sombrios da realidade brasileira.

Porém, como a política não se limita aos movimentos da institucionalidade, mas, ao contrário, reflete a política das ruas (CALDERÓN, 1982), as ações e/ou omissões dos de cima têm que confrontar-se com as ações e/ou resistências dos de baixo. Por isso o controle ideológico transformou-se na arma mais eficiente das disputas políticas.

Nessa perspectiva, se na Bolívia a política *de las calles* conseguiu garantir a política *de las urnas* e a eleição de um candidato do mesmo partido de Evo Morales (MAS), no Brasil e no Peru, a política das urnas assegurou o verniz democrático, mas não assegurou, no caso peruano, a resignação dos derrotados com os resultados eleitorais; e, no caso brasileiro, um governo subordinado aos limites constitucionais do Estado Democrático de Direito.

Como a democracia não se reduz à participação eleitoral, mas, ao contrário, a transcende, cabe especialmente aos trabalhadores usá-la como mais um instrumento político tático para fazer valer seus interesses estratégicos enquanto classe.

É nesse sentido que as campanhas e os resultados eleitorais devem ser dimensionados. Sejam, a exemplo, aqueles que elevaram ao Poder Gabriel Boric, no Chile, Xiomara Castro, em Honduras, ou ainda, Daniel Ortega, na Nicarágua, nenhuma eleição assegura que candidatos socialmente comprometidos se

mantenham fiéis à sua trajetória pessoal. Nem tampouco que seus respectivos partidos se mantenham comprometidos com o projeto societário que os promoveu e/ou dizem defender.

Somente a vigilância social e a disposição de intervenção ativa permanente podem assegurar o cumprimento das expectativas sociais no processo eleitoral. Para isso, é imprescindível que os partidos e as entidades comprometidas com os interesses dos trabalhadores cumpram seu papel dirigente e, também, pedagógico. Afinal, não é possível comprometer-se com os interesses dos trabalhadores aliando-se àqueles comprometidos com os interesses do capital, nem tampouco abdicando do papel pedagógico que os processos eleitorais podem representar, no sentido de desnudar os projetos societários em disputa, através dos programas eleitorais. Até porque, se as lutas diretas são nossas principais armas, os processos eleitorais constituem oportunidades táticas relevantes.

É nesse sentido que as eleições que se avizinham, tanto na França quanto na Colômbia e no Brasil, precisam ser consideradas como parte importante das lutas dos trabalhadores.

Em geral e de forma desigual, na maioria dos países do mundo, trabalhadores encontram-se desempregados ou em condições de trabalho precarizadas e mal remuneradas, assim como têm sido privados de direitos trabalhistas e previdenciários, além de políticas sociais universais.

Crises e luta política

Se a pandemia comprimiu a economia real, a política de enfrentamento sanitário à Covid-19 (e suas variantes) expôs as diferenças governativas no mundo. Governantes como Donald Trump (EUA) e Jair Bolsonaro destacaram-se pelo negacionismo à ciência e à letalidade do vírus, pelo escárnio com que trataram mortos e familiares, pela letargia para os investimentos necessários ao enfrentamento à pandemia, assim como pela irresponsabilidade criminoso com que promoveram *fake news* sobre a doença. Nesse ranking trágico, o Presidente brasileiro tomou a dianteira de forma destacada - nem a revisão do seu espelho, Trump, arrefeceu a *necropolítica* que abraçou.

A muitos dos trabalhadores brasileiros restaram a exposição sistemática ao vírus, a desinformação e a inação governamental, a falta de estrutura hospitalar e políticas efetivas de acolhimento social e manutenção do emprego e do salário.

Frente ao caos pandêmico, ao desemprego galopante e à inflação crescente, as respostas foram auxílios sociais insuficientes e redução salarial, agravada pela entrada em vigor do aumento do desconto da contribuição previdenciária oficial (INSS) no primeiro semestre de 2020, que provocou uma nítida redução salarial para os docentes e demais servidores federais. Concomitante a esse quadro generalizado, concentração de renda e política de subsídio e renúncia fiscal a setores econômicos consolidados e amplamente tecnológicos e mecanizados.

Desta forma, em meio a crises provocadas e aprofundadas pelo capital, mas faturadas para os trabalhadores, as eleições de 2022 acontecerão, no Brasil, em um cenário mais complexo do que, simplesmente, concentrar esforços para derrotar Jair Bolsonaro (PL).

Embora o Fora Bolsonaro seja uma palavra de ordem capaz de facilitar a mensagem, ela também carrega o ônus de uma simplificação política que, ao final, é nefasta para os trabalhadores. Somente no curto período histórico pós-redemocratização no Brasil, já foram muitas as campanhas que pedem a saída de presidentes. Entretanto, de Collor a Bolsonaro, nenhuma dessas campanhas refletiu sobre o projeto societário hegemônico no país, o qual permanece incólume desde os anos 1990.

Agora, mais uma vez - em que pese os riscos para o regime democrático com a permanência de Bolsonaro no Poder -, a campanha Fora Bolsonaro, ainda que possa facilitar a unidade com forças políticas organizadas dos trabalhadores, não assegura a discussão política qualificada para o conjunto da classe, pois

reduz a política à substituição de presidentes, sem analisar o que realmente explica os movimentos e decisões políticas institucionais: o projeto societário que orienta os programas partidários e de governo.

Ao reduzir a participação política a palavras de ordem de fácil agitação, partidos políticos e entidades sindicais, sociais e populares abdicam da oportunidade (e, quiçá, responsabilidade) de exercer papel político pedagógico no processo eleitoral. Junto com essa escolha equivocada caem não somente presidentes, mas a confiança dos trabalhadores na política e nas suas entidades representativas.

Assim, com a proximidade das eleições de 2022, tem se aprofundado a lógica eleitoral binária que transforma o pleito em “nós” contra Bolsonaro, da mesma maneira que, em outros pleitos, foram “nós” contra o PSDB. Sob essa lógica binária, tem se justificado, inclusive, a aliança com Geraldo Alckmin (ex-PSDB) para combater Bolsonaro (PL).

A chapa Lula-Alckmin, embora possa surpreender e suscitar algumas resistências, somente dá sequência à política de alianças petista que, desde as eleições presidenciais de 2002, tem se preocupado em tornar-se palatável e confiável ao “mercado”. De José de Alencar (PL) ao Michel Temer (PMDB), a vice-presidência resulta de articulações que, no fundo, expressam a convergência política real quanto ao projeto societário.

A experiência governativa dos governos petistas tem sido, majoritariamente, marcada pela diferença cosmética em relação à gestão de partidos tradicionais que, abertamente, defendem o projeto neoliberal. Afinal, na medida em que parte significativa das organizações dos trabalhadores orbita em torno da história (e da memória) do PT de outros tempos (apesar das experiências recentes), o Partido, no Poder, é poupado do custo político da repressão e criminalização dos trabalhadores organizados. Aliás, quando encontrou resistências sindicais e/ou sociais, o PT não teve pruridos para reprimir como qualquer outro partido neoliberal.

O ANDES-SN, inclusive, não somente sofreu a tentativa de fragilização e esvaziamento através do PROIFES, e enfrentou a repressão policial ao movimento grevista, mas, inclusive, se consolidou como um espaço crítico e qualificado de denúncia e enfrentamento às políticas neoliberais dos governos petistas.

Nesse sentido, é fundamental que o ANDES-SN não sofra uma amnésia seletiva que lhe comprometa a história, aderindo à lógica binária das eleições que se aproximam. É preciso promover a discussão sobre quais projetos societários estão em disputa – se é que no cenário que hoje se apresenta há mais de um.

Nesse contexto, é preciso aprofundar a análise sobre os riscos ao regime político, sem desconsiderar que preservar o regime não implica assegurar a ruptura com o darwinismo neoliberal. Afinal de contas, apontar gradações na implementação do neoliberalismo não garante, aos trabalhadores, mudanças mais do que cosméticas.

Essa fina combinação entre ampliar o movimento contra Bolsonaro e seu projeto de extrema-direita, com traços fascistas, e garantir mudanças significantes é o que se coloca no presente e do que o PT está mais uma vez se afastando. A recomposição de direitos dos trabalhadores, dos segmentos discriminados, do meio ambiente e da economia nacional - em particular, falando das empresas e órgãos públicos - é uma pauta de que não se pode abrir mão.

As condições econômicas de desemprego elevado, inflação de dois dígitos, câmbio desvalorizado, juros altos, rebaixamento salarial, crescimento da concentração e da desigualdade, retorno ao mapa da fome, baixa taxa de crescimento, destruição ambiental, privatização e degradação do serviço público – do que somos exemplos, com os cortes orçamentários das IFES - constituem não indicadores atomizados, mas um conjunto de elementos que se autoalimentam e que precisarão ser atacados integralmente.

O quadro negativo não tem conseguido reduzir os índices de sobrevivência de Bolsonaro. Sua estratégia é claramente a repetição de 2018, quando chegou ao segundo turno e reuniu da centro-direita à sua extrema-direita para ganhar a eleição. Sua política de concessões – renúncias fiscais, perdão de dívidas, vales

e bolsas para segmentos populares e outras “bondades” eleitorais – podem surtir algum efeito. Seu aparecimento na cena externa, no palco do conflito no leste europeu e possível revalorização frente a Biden também concorrem para seu restabelecimento. Ademais, o contexto da América Latina descrito em página passada, demonstra uma disputa radicalizada entre esquerda e extrema-direita que evidentemente colocará o imperialismo dos EUA, pressionado pela presença da China e da Rússia, no campo do Bolsonaro. Não se pode correr o risco de que Bolsonaro conquiste um segundo mandato – e isso não está de todo afastado.

A história registrou o papel das Frentes Populares na derrota do nazismo e do fascismo. Assim também podemos falar do fim da ditadura civil-militar no Brasil. Não negamos isso. As características do projeto de Bolsonaro e as necessidades do neoliberalismo radicalizado justificam a ampliação da frente para derrotá-los.

Mas reclamamos a presença da esquerda nesse cenário. Está criado um ambiente de conciliação nos setores partidários e entidades sindicais democráticos e progressistas, que ao mesmo tempo traz esperanças de um desfecho eleitoral positivo, mas também traz a preocupação de que as crescentes concessões e a ausência de pressões à esquerda, em nome da unidade, levem a uma vitória parcial e comprometida com a burguesia, em outubro. Nossa luta específica, do movimento docente, por mais específica que seja, nesse contexto, adquire um papel político e qualificado importante para evitar que isso aconteça.

Movimento docente e centralidade

Mais ainda, as mudanças almejadas pela classe trabalhadora, motivo histórico de intensas lutas de entidades representativas e movimentos sociais, parecem cada vez mais distantes dos discursos, proposições e ações de uma parcela importante dessas entidades e movimentos – a exemplo do ANDES-SN.

Isso pode ser explicado, em parte, pela hegemonia político-partidária na direção das entidades representativas e coordenação dos movimentos sociais, o que aproxima, perigosamente, a luta da classe trabalhadora a interesses eleitorais, que apesar de serem importantes e legítimos, nem sempre refletem os interesses imediatos da classe representada, passando a ser podada – ou até pautada – pelo interesse partidário eleitoral.

Além disso, a indispensável solidariedade de classe e a complexidade e diversidade dos movimentos, demandam lutas em diversas frentes. Essas frentes, apesar de serem de grande interesse da classe trabalhadora e devem inequivocadamente compor a pauta da luta, podem, quando postas em doses incorretas, pulverizar as ações da entidade ou movimento, ofuscando as demandas específicas da classe, que tende a não se sentir mais representada.

Outro fator que merece destaque é o exercício efetivo da democracia interna nos movimentos representativos. A pluralidade de pensamentos nos movimentos ultrapassa barreiras postas pela esquerda, que, ao mesmo tempo em que se comunica de forma intelectualizada e de difícil compreensão, muitas vezes não desconstrói pensamentos divergentes de forma pedagógica e construtiva, mas os combatem e atacam, de maneira a colocar trabalhadores e trabalhadoras de uma mesma classe em lados opostos de uma guerra, agravando o quadro de falta de representatividade das entidades e movimentos.

O ANDES-SN não foge a essa realidade. O hegemonia político-partidária nas direções nacionais, a luta em diversas frentes da esquerda sem destaque para as demandas específicas da classe e o exercício pouco efetivo da democracia, com a opressão velada sobre determinados pensamentos nos congressos, CONADs e reuniões de setor, afastam, ano após ano, a entidade representativa dos docentes do ensino superior de sua base, que assiste à destruição do serviço público e da educação superior no Brasil sem força efetiva de luta.

Nesse quadro, o resgate da centralidade da luta, com as questões específicas e inerentes de docentes do ensino superior, é elemento fundamental para (o resgate) a reintegração da categoria de forma ativa e combativa. Nesse contexto, a luta nas diversas frentes da esquerda deve ser mantida e incentivada, mas não

se deve sobrepor ou competir com as demandas específicas das/dos trabalhadores docentes. A centralidade da luta não deve ser confundida com desimportância das diversas lutas, que devem ter seu lugar assegurado, mas ter como função primordial e prioritária a luta pelos interesses materiais da categoria. A relação dialética que se estabelece, se construirmos a pauta com o diálogo que propomos, potencializará todas as lutas e terá a necessária função pedagógica, dado o adensamento e a interatividade militante proporcionados com o reconhecimento pela classe do seu sindicato. Trata-se de retomarmos a luta de classes econômica – não separada, nessa conjuntura, da luta de classes política.

Adicionalmente, no ANDES-SN, a centralidade da luta é revisada anualmente nos congressos e CONADs, servindo como eixo central das ações do sindicato nacional naquele ano. Assim, tal centralidade deve não apenas refletir o interesse específico das/dos docentes do ensino superior público e privado, como também o interesse imediato, que guie a luta sindical até a próxima discussão sobre a centralidade da luta.

Significa dar resposta concreta à situação concreta.

TEXTO 13

Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Abraão Felix da Penha (ADUNEB); Aruã Silva de Lima (ADUFAL); Clarissa Rodrigues (ADUFOP); Daniel Rodrigues (ADUFEPE); Elaine Rossetti Behring (ASDUERJ); Gilberto Calil (ADUNIOESTE); Giselle Souza (ADUNIRIO); Gláucia Lelis Alves (ADUFRJ); Gustavo França Gomes (ADUFF); Gisvaldo Oliveira da Silva (ADCESP); Jorgetânia da Silva Ferreira (ADUFU); José dos Santos Rodrigues (ADUFF); José Luciano Queiroz Aires (ADUFCG); Juary Chagas (ADUFPB); Kenia Miranda (ADUFF); Lorene Figueiredo (APESJF); Lia Rocha (ASDUERJ); Luiz Eduardo Neves dos Santos (APRUMA); Marcela Soares (ADUFF); Marcelo Badaró Mattos (ADUFF); Micael Carvalho dos Santos (APRUMA); Petronildo Bezerra da Silva (ADUFEPE); Raquel Dias Araújo (SINDUECE); Regis Argüelles da Costa (ADUFF); Reginaldo Costa (ADUFF); Renato Saldanha (ADUFEPE); Sara Granemann (ADUFRJ); Sonia Lúcio Rodrigues de Lima (ADUFF); Thiago Barreto Maciel (APESJF); Zózina Maria Rocha de Almeida (ADUNEB).

UNIDADE PARA DERROTAR O NEOFASCISMO E AVANÇAR NA DEFESA DOS DIREITOS SOCIAIS E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS!

No mundo, a pandemia escancarou as desigualdades em suas diversas dimensões, países, regiões, classes, gênero, étnico-raciais, entre outras contradições sociais. O capitalismo demonstrou sua insuficiência e ao mesmo tempo produziu novos ricos e aprofundou a acumulação de riqueza, aumentando a miséria por outro lado, ou seja, radicalizou seu processo de extração da mais-valia. Antes mesmo da pandemia esse processo em curso chamado de ultraliberalismo trazia consigo uma fragmentação e consequente desorganização brutal dos explorados e oprimidos.

Essa configuração mundial carrega também o que há de mais de retrógrado enquanto resposta à manutenção da ordem capitalista, visto a violência que são submetidos os povos, grupos e classes

subalternas. Essa eclosão desloca inclusive parte da classe para a resposta mais brutal de manutenção da ordem burguesa: o fascismo em suas variadas espécies e tons, atacando o direito à vida e a própria existência do planeta.

As políticas públicas sociais diminuídas, o aumento do assalto aos fundos públicos, por privatização e outros mecanismos, a perda de direitos e aumento de um Estado controlador, especialmente dos empobrecidos e de suas possíveis revoltas e ações de rebeldia, são marcas na atual fase da luta de classes, em todo mundo. Junto a estes ataques uma crise ecológica sem precedentes.

A ação imperialista continua fundamental na reprodução do capital hodierno e é expressa nas ações ideológicas, sanções econômicas e intervenções militares na África, Ásia, América e Europa agora mais destacada na crise com a Rússia na Ucrânia, passando pela expressão negacionista anti-vacina de governos com identidade com a extrema-direita. Essa experiência da extrema direita ocupando parlamentos, governos além das manifestações públicas e de rua de forma visível, mesmo com alguns desgastes e até derrotas, o fenômeno permanece ativo. Importante destacar o peso fundamental do movimento Black Lives Matter como marcador no cenário político internacional, inclusive no enfraquecimento da extrema-direita.

Longe de estar no auge, essa batalha ainda precisa continuar para ser derrotado o fascismo em escala internacional, entendendo que ela cumpre um papel estratégico na defesa das organizações, direitos e lutas dos subalternos. Um componente importante dentro de um quadro de crise é o aumento da dívida pública impactando principalmente os países periféricos, além das baixíssimas projeções de recuperação do PIB mundial, por exemplo. Essa junção de crise econômica e ataque brutal aos direitos da classe trabalhadora é campo fértil para as respostas fáceis e violentas do fascismo.

Apesar das dificuldades organizativas para responder ao avanço ultraliberal e à sua política mais violenta, o fascismo, muitas lutas e respostas, mesmo que diferenciadas, nos seus conteúdos e métodos, tendem a ocorrer pelo mundo, passando também pelo campo institucional. Um desafio mundial para os explorados e oprimidos é apontar para novas formas de luta e também para o resgate de antigas formas de luta. Essa tarefa de enfrentar o capital nessa sua variante belicosa também nos desafia no Brasil. Em conjunto com um movimento independente de classe, temos a tarefa de derrotar a extrema-direita nos campos ideológico, político e eleitoral para, enfim, enfrentar essa etapa necessária para a construção de um forte movimento anticapitalista.

A crise econômica internacional que se arrasta desde 2008 tem condicionado o aparecimento, em cena, de movimentos de tendência neofascistas em diversos países do mundo, alguns dos quais com ascensão à estatura de governos, como o caso do Brasil de Bolsonaro. Movimento que, diante das consequências sociais e econômicas da crise capitalista, geralmente tem como base inicial de apoio setores da classe média e da pequena e média burguesia que se acostam em um líder carismático como espécie de “salvador da pátria”. São frações de classe que destilam ódio contra os pobres, que sequer aceitam algumas políticas focalizadas de combate à pobreza, inclusão social e distribuição de renda, tampouco políticas afirmativas de combate a todas as formas de opressão. Estes são setores na estrutura classista que temem perder seu status de classe em favor da possibilidade de sua proletarização.

Entretanto, a tendência do fascismo ao se constituir governo e regime político é governar para o grande capital, se constituindo como regime de dominação burguesa e de aniquilação total das instituições organizativas da classe trabalhadora e das liberdades democráticas. Foi assim o fascismo histórico.

É verdade que não podemos afirmar que existe um regime político fascista no Brasil contemporâneo, mas os três anos de governo Bolsonaro ameaçaram, consideravelmente, a democracia blindada de 1985 e nos ameaçam a cada dia com indícios de transição para uma forma de ditadura. As ameaças de Golpe de Estado e de fechamento total do regime autocrático burguês brasileiro são feitas à luz do dia, a exemplo do ocorrido no dia 7 de setembro de 2021, em várias capitais brasileiras, com destaque para as cidades de Brasília e de São Paulo. Um movimento de massa insuflado pelo chefe de governo e de Estado que ameaçava invadir o STF e o Congresso Nacional.

Não obstante a inflação galopante, a volta do Brasil ao mapa da fome, o desemprego passando a casa dos 15 milhões de trabalhadores, o negacionismo e a corrupção no enfrentamento da Covid-19, as acusações de corrupção em torno de sua família, os cortes no orçamento para o favorecimento dos partidos do chamado “centrão” e do orçamento secreto, ainda assim, o governo Bolsonaro tem mantido, pelo menos, 20% de apoio da população nas pesquisas de opinião, percentual este que constitui o núcleo duro que lhe dá sustentação e para o qual ele precisa todos os dias dar respostas, seja na *live* da quinta feira, no cercadinho do palácio, nas motociatas espetacularizadas ou pela ação das milícias digitais do gabinete do ódio.

Portanto, há que se considerar que Bolsonaro e o bolsonarismo não estão derrotados e que a possibilidade de um segundo mandato existe, seja por via eleitoral ou por tentativa golpista com apoio em milícias, setores da polícia militar, do fundamentalismo religioso, sem descartar a possível intervenção direta das forças armadas. Os partidos do chamado “centrão” têm às mãos um orçamento secreto para eleger um congresso nacional ainda mais conservadora e o presidente da câmara será fiel cabo eleitoral de Jair Bolsonaro.

O momento da atual conjuntura brasileira indica que vivemos uma situação política que pode e deve ser caracterizada como de avanço de forças neofascistas e ultraneoliberais, até porque, diferente do fascismo histórico, a onda fascizante atual não é incompatível com a política econômica neoliberal. O fascismo foi utilizado como forma mais violenta em função da acumulação de capital, portanto é uma expressão do capitalismo que surge em momentos de grande crise ou de grande exploração.

De um lado, as ameaças constantes de liquidação das liberdades democráticas, a política genocida de eliminação dos povos originários e quilombolas, do fogo criminoso que queima a Amazônia e o Pantanal com a chancela do Ministério do Meio Ambiente, a intensificação do racismo, da lgbtfobia, do machismo, a intervenção nas universidades, a censura na cultura, a ameaça física e a violência simbólica a jornalistas, etc.; de outro, a contrarreforma da previdência, a independência do Banco Central, a defesa da privatização dos Correios e da Petrobrás, as mini reformas trabalhistas, a defesa da contrarreforma administrativa. Assim, o governo Bolsonaro é controlado por um “Chicago boy” no Ministério da Economia e por olavistas/neofascistas em pastas como Educação, Relações Exteriores, Mulheres e Direitos Humanos e Fundação Palmares.

Acertadamente, o ANDES-SN se juntou à Campanha Nacional pelo Fora Bolsonaro durante todo o ano de 2021. Entendia-se que era preciso derrubar o governo antes de esperar pelas eleições de 2022. Entretanto, o presidente da câmara continua sentado sobre mais de cem pedidos de *impeachment* que continuam trancados nas gavetas daquela casa legislativa.

Nesse sentido, é correto e justificável que a maioria do povo trabalhador explorado e oprimido, veja nas eleições de 2022 a chance de dar um basta a este governo genocida, pois, a cada minuto de Bolsonaro no governo mais se fortalecem aqueles que dispararam as balas que mataram Marielle, aqueles que espancaram até a morte Moïse Kabagambe, aqueles que naturalizam o assassinato do trabalhador negro Hiago Macedo entre tantas barbaridades e gestos nazifascistas de autoridades do governo.

Sabemos que o movimento neofascista jamais será derrotado apenas nas eleições. Contudo, não podemos negar que o fim do governo Bolsonaro será uma vitória importante e necessária para os/as trabalhadores/as e todas/os comprometidos/as com as liberdades democráticas. Portanto, nosso sindicato, que já está na Campanha Nacional Fora Bolsonaro, deve reforçar, assim como fez no segundo turno das eleições presidenciais, a posição firme do #EleNão.

Cabe, portanto, aos sindicatos e movimentos sociais fortalecerem a luta pela derrota do bolsonarismo e defenderem uma frente de esquerda como alternativa que reúna os partidos da classe trabalhadora, sem conciliação com a classe burguesa, para impulsionarem um programa comprometido com os interesses da maioria e não com os lucros cada vez maiores das minorias parasitas do trabalho alheio e dos fundos públicos estatais. Assim, é importante que o ANDES-SN esteja nas ruas para derrotar o neofascismo, junto com outras entidades e movimentos sociais para exigir o compromisso com a pauta da nossa classe e da nossa categoria, que inclui a reversão das contrarreformas e das privatizações, o fim do teto dos gastos

públicos (EC 95/2016), a suspensão da tramitação da PEC 32/2020 (Reforma Administrativa), bem como a luta contra as intervenções nas IFES/IEES/IMES, IF e CEFET e pela imediata recomposição do orçamento dessas instituições. O 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres, poderá ser um importante marco para se avaliar as perspectivas das lutas que se seguirão ao longo do ano, considerando que, no momento da escrita desse texto, os atos estão sendo construídos em todo o Brasil com o mote “É pela vida das mulheres! Fora Bolsonaro! Por um Brasil sem machismo, racismo e fome”.

A maior parte das nossas universidades públicas, instituições de ensino federais, estaduais e municipais encontra-se em fase de transição para retomada do ensino presencial, depois de longo período de ensino remoto, adotado no início da pandemia do coronavírus. Os dilemas e as contradições dessa preparação para o retorno impõem desafios enormes para o movimento docente e para o nosso sindicato.

Ao mesmo tempo que a adoção do ensino remoto foi uma necessidade para manter o isolamento social, controlar a disseminação do coronavírus e preservar vidas, houve também grandes prejuízos referentes ao processo de aprendizagem, a acomodação em relação aos cortes do financiamento da educação, a naturalização do ensino não presencial e a desmobilização da comunidade acadêmica.

Com o avanço da vacinação de professores, técnico-administrativos e estudantes e a perspectiva de melhora do quadro epidemiológico, com diminuição do número de novos casos, é correto o planejamento para o retorno presencial. Evidentemente que a evolução da pandemia exige uma atualização constante dos dados, das avaliações e das medidas de combate e precaução, inclusive muitas vezes para identificar especificidades regionais e outras, como aquelas que afetam os colégios de aplicação, nos quais a vacinação das crianças foi muito retardada por este governo genocida.

O retorno ao ensino presencial se faz necessário para retomarmos a qualidade do ensino e começarmos a enfrentar os problemas estruturais que se agravaram durante o ensino remoto. Somente reunidos, alunos, técnicos e professores, no nosso local de trabalho, conseguiremos elevar o patamar de mobilização em defesa da educação pública neste momento. É necessário que combatamos a pressão mercantil pela naturalização do ensino à distância (em suas diversas modalidades) e enfrentemos o subfinanciamento e a precarização dos estabelecimentos de ensino. Desse modo, devemos repudiar imediatamente as propostas de EADs, do Reuni Digital e das outras formas de utilização da tecnologia digital para precarizar o trabalho docente, o ensino, a pesquisa e a extensão.

Apesar de um aparente abandono do Future-se durante todo esse período, projetos como a EMBRAPPII (Empresa Brasileira de Inovação Industrial) avançaram nas instituições federais, aumentando a influência das empresas privadas nas instituições. Outra vertente do ataque é o Reuni Digital, projeto que tem a intenção de expandir em até 40% da carga horária as formas remotas, seja EAD ou modelos híbridos nos cursos de graduação. Com o orçamento das instituições insuficiente para garantir o funcionamento, o apelo para aumentar as parcerias com empresas e por modelos híbridos é cada vez maior.

Com tudo isso, o nosso retorno para os campi, salas de aula, bibliotecas e laboratórios deve ser acompanhado da intensificação da mobilização em torno de condições sanitárias e de trabalho. Passaporte vacinal, serviços de testagem, distribuição gratuita de máscaras PFF2, ventilação e higienização dos espaços, diminuição do número de estudantes por turmas, uso de tecnologias, de forma excepcional em caso de comorbidades ou novo agravamento dos índices, entre outras medidas precisam ser discutidas e adotadas de forma cada vez mais permanente para o pleno funcionamento dos equipamentos da educação pública.

A defesa da manutenção da educação e dos serviços públicos devem ter centralidade na nossa mobilização. Obtivemos uma importante vitória com a paralisação da tramitação da PEC 32 (Reforma Administrativa). Nosso sindicato, em conjunto com outras entidades do funcionalismo público, foi muito importante para essa derrota do governo Bolsonaro/Guedes, porém, a proposta ainda não foi definitivamente enterrada.

Precisamos retornar para o trabalho presencial a fim de reforçarmos o nosso vínculo também com a sociedade para defesa dos direitos sociais e dos serviços públicos. A pandemia e o agravamento

da conjuntura de precariedade, desemprego, exploração e perda do poder aquisitivo da maioria da população facilitaram a difusão que o objetivo possível para os trabalhadores é tentar manter sua condição de vida, sua sobrevivência.

A pandemia criou um sentimento de “esforço de guerra” no qual a ideia do sacrifício coletivo torna-se um senso comum. Sabemos que o andar de cima, dos 1%, aumentou sua riqueza com a crise sanitária. Contudo, os 90% dos brasileiros que ganham até R\$ 3.422,00 (segundo os últimos dados do IBGE) tendem a reproduzir a propaganda de que os direitos dos demais trabalhadores (setores médios da nossa classe, que inclui nossa categoria) como privilégios. Desse modo, torna-se fundamental apoiar as lutas dos setores mais precarizados da nossa classe, incluindo a disputa ideológica sobre a importância do serviço público e os direitos sociais.

Não podemos nos iludir com a atual divisão das frações capitalistas em relação ao apoio ao governo Bolsonaro com uma crise política generalizada. Há ainda uma grande unidade em apoio à agenda de contrarreformas propostas por Guedes. Parte considerável da crise com o governo Bolsonaro reside na avaliação sobre a disposição e capacidade do governo em levar adiante esses ataques.

Desse modo, a mídia empresarial, o governo Bolsonaro, o judiciário, o Congresso Nacional não teriam dificuldades em se unificar rapidamente no combate às nossas mobilizações para avançar nas contrarreformas, a começar pela administrativa. Essa conjuntura exige, portanto, uma preocupação ainda maior com o diálogo com o restante da sociedade para não facilitarmos a já constante campanha de difamação dos servidores públicos.

A defesa dos serviços e servidores públicos na redução das desigualdades e crises sociais devem estar combinadas com as pautas mais específicas da nossa categoria. A pandemia demonstrou a importância dos serviços públicos, sobretudo o Sistema Único de Saúde (SUS). Devemos defender a revogação do legado do golpe de 2016, como a reversão do teto de limite de gastos, além das contrarreformas educacionais, trabalhistas e da previdência.

Essas e outras medidas devem ser apresentadas e fortalecidas na Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) que está sendo convocada com o mote “Emprego, Direitos, Democracia e Vida”, para os dias 7 e 8 de abril de 2022. Essa frente única reunida no Fórum das Centrais Sindicais, integrado por 10 centrais sindicais (CSB, CSP-Conlutas, CTB, CUT, Força Sindical, Intersindical - Central da Classe Trabalhadora, Intersindical - Instrumento de Luta, NCST, Pública - Central do Servidor e UGT), é fundamental não apenas para a preservação dos direitos sociais diante dos ataques do atual governo, mas também para melhor posicionar os trabalhadores para uma virada positiva dessa conjuntura ainda tão reacionária e, com isso, manter a mobilização após as eleições de outubro. Assim, a tarefa mais importante da classe trabalhadora, neste ano, é manter e fortalecer a luta para derrotar Bolsonaro nas ruas e nas urnas.

TEXTO 14

Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: da diretoria da ADUFAL, Amália Catharina Santos Cruz (ADUnB), Ana Maria Dantas Soares (ADUR), Andrea Carmo Sampaio (ADUR), Ariuska Karla Barbosa Amorim(ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFMS), Beatriz Wey (ADUR), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFMS), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini

(ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza(ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (ADUSP), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (ADUR), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (ADUR), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota(ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFMS), Leni Hack (ADUnemat), Lenucia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (ADUR), Liane de Souza Weber (SEDUFMS), Liliane Maria Macedo Machado (AdUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (ADUR), Lucilia Augusta Lino (ADURE ASDUERJ), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (ADUR), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFMS), Marina Cordeiro (ADUR), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (ADUR), Naira Souza Moura (ADUneb), Neila Baldi (SEDUFMS), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUneb), Patrícia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (ADUR), Pedro Claesen Dutra Silva (SINDUECE), Regina Cohen Barros (ADUR), Rogério Anez (ADUnemat), Ronalda Barreto Silva (ADUneb), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFMS), Thiago Dias Trindade (ADUR), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves(ADUPE).

NA CRISE SEM PRECEDENTES, QUE LUGAR O ANDES-SN DEVE OCUPAR?

O 40º Congresso do Andes ocorre num momento de intensa crise mundial e nacional. Esta crise se expressa de diferentes maneiras - social, econômica, política, militar, ideológica, ambiental, sanitária - mas o pano de fundo é o capitalismo, sua crise e os esforços que as classes dominantes e o imperialismo fazem para transferir para a classe trabalhadora e os povos o custo da crise.

Os impactos da crise mundial sobre a América Latina e Caribe são imensos, bastando dizer que somos uma das regiões mais desiguais do mundo, condição agravada pelo fato de que vários países da região estão sendo empurrados pelo imperialismo e pelas classes dominantes locais para uma situação semicolonial, cujos principais traços econômicos são a financeirização, a desindustrialização e a especialização na primário-exportação de produtos minerais, vegetais e

animais. Um dos desdobramentos disto é a ampliação do desemprego, da fome, da desassistência e a redução dos chamados investimentos sociais, como é o caso da saúde e da educação.

A OIT anuncia 205 milhões de desempregados em 2022, em 2019 eram 187 milhões em todo mundo. Em 2021, o Brasil bateu um novo patamar: dos trabalhadores empregados, 52% está na informalidade. Ou seja, dos 110 milhões que compõem a força de trabalho brasileira, apenas 41,8 milhões mantêm emprego formal. Outros 44,6 milhões são informais e 23,5 milhões estão desempregados (dos quais 13,7 e 9,7 milhões estão respectivamente desocupados e desalentados/potencialmente ligados à força de trabalho). O contingente de “subutilizados” no Brasil – ou seja, a soma de desocupados, subocupados por insuficiência e desalentados/potenciais – são hoje quase 32 milhões.

Diante deste quadro, desde o golpe de 2016, a classe dominante brasileira e o imperialismo vêm implementando uma política antinacional, antipopular, antidemocrática e hostil a uma orientação voltada ao desenvolvimento nacional. As contrarreformas dos governos Temer e Bolsonaro - como o congelamento por 20 anos dos investimentos sociais, a destruição da previdência, a demolição da legislação trabalhista, a lei da autonomia do Banco Central – fazem parte de um programa cujo objetivo central é ampliar ao máximo a rentabilidade do capital, às custas da compressão sem precedentes do valor da força de trabalho. É importante reconhecer que este objetivo vem sendo alcançado, ao preço de mais de 600 mil mortos pela Covid, 15 milhões de desempregados, 20 milhões de famintos, inflação crescente, salários archoados, precarização dos empregos etc.

Em todo o mundo, a classe trabalhadora e os povos resistem. É o caso do “strike october” nos EUA, assim como as grandes jornadas de luta nos países do Cone Sul, em alguns casos acompanhados de vitórias eleitorais de partidos e candidaturas críticas ao neoliberalismo. Os movimentos verificados no Chile, que arrancou uma constituinte para varrer os entulhos da ditadura Pinochet, e que resultaram na recente vitória eleitoral sobre a extrema-direita, a sublevação do povo Colombiano, a resistência do povo palestino, são exemplos da capacidade de luta independente e unidade a serem potencializada pelas organizações dos trabalhadores, em oposição às armadilhas contidas na colaboração de classes.

NO BRASIL, NÃO HÁ SAÍDA COM BOLSONARO! UNIDADE PELO FORA BOLSONARO!

No caso do Brasil também houve e segue havendo muita luta e resistência. Os trabalhadores da educação estão engajados desde a primeira hora nessa luta. Contudo, neste período nosso sindicato se colocou à parte das lutas unitárias e teve pouco ou nenhum protagonismo nas iniciativas comuns do movimento popular. Nosso sindicato, que deveria estar na vanguarda da luta contra o neoliberalismo, contra o bolsonarismo e contra o lavajatismo, não vem contribuindo como é necessário nesse sentido. Prevalece uma postura burocrática, com pouca organização da luta, e muito diretivismo, expresso numa infinidade de circulares às seções, e sectária, preterindo a busca da unidade com os que, de diferentes colorações políticas, lutam, em favor de uma unidade estreita com os que compartilham das mesmas convicções da direção do ANDES-SN.

O caminho da unidade na base das demandas concretas tem sido demonstrado na luta contra a PEC 32, da “reforma administrativa”. O conteúdo da PEC 23, a PEC do Calote, que estabelece teto e parcelamento para o pagamento de precatórios da União, tem as suas relações com a Reforma Administrativa (PEC 32), a Reforma da Previdência e a EC 95, que estabeleceu o

congelamento das verbas públicas por 20 anos. Trata-se da mesma política de ajuste fiscal, do aprofundamento do programa do Golpe de 2016, que tem por finalidade a retirada dos direitos da classe trabalhadora, o sufocamento de políticas públicas, a destruição dos serviços públicos e a subordinação da nação brasileira, do Estado, à lógica do pagamento dívida extorsiva, da transferência das verbas públicas para setores privados, do cassino da especulação financeira e, desgraçadamente para o povo trabalhador, aos interesses dos bancos nacionais e internacionais.

Conseguimos, contudo, no momento em que redigimos esta tese, deter até aqui a aprovação da PEC. Isto não foi possível senão em função da unidade entre as diversas organizações sindicais que a própria gravidade da “reforma” impôs. Devemos aprender com a experiência. Se confirmamos a vitória sobre a PEC 32 imporemos o mais duro golpe ao Governo Bolsonaro. Terá sido uma afirmação da necessidade e da possibilidade de derrotar o expulsar Bolsonaro e o governo de generais. O Congresso do ANDES-SN tem a tarefa de refletir e aprender com esta experiência.

E um aprendizado obrigatório é a de que não avançaremos enquanto este governo persistir. A mais ampla unidade para derrotá-lo é uma tarefa do ANDES-SN, que exige entretanto que reaprendamos o caminho perdido em direção ao diálogo com as organizações de massas do povo brasileiro, a despeito de diferenças grandes ou pequenas com os setores que as dirigem.

Assim, esta posta às organizações dos trabalhadores a tarefa de dar cabo de Bolsonaro, para abrir caminho para a reconstrução da nação destrocada pela política dos golpistas, inclusive assegurando que se realizem eleições democráticas, que de forma nenhuma estão asseguradas. Como no Chile, se trata de assegurar a devolução da palavra ao povo, para que se realizem a recuperação dos direitos retirados, do patrimônio nacional pilhado e para conquistar as reformas sociais não realizadas.

DERROTAR A PEC 32, DEFENDER A EDUCAÇÃO E O ENSINO SUPERIOR!

HORA DE RETOMAR O CARÁTER SINDICAL DO ANDES-SN!

A Educação Básica e o Ensino Superior públicos são frutos das lutas que, em graus e formas diversas, foi travada pelos povos, pela classe trabalhadora e pela juventude, que incluíram os movimentos pela gratuidade e, no caso das universidades, pela autonomia. As conquistas deste combate dos povos sofreram duros golpes, em particular pela ação das ditaduras e governos alinhados com as exigências do mercado. No Brasil não foi diferente e, desde o Golpe de 2016, tanto no governo Temer, quanto no Governo Bolsonaro, a educação pública em todos os níveis tem amargado um desmonte sem precedentes, o que coloca em xeque a própria existência da escola pública na Educação Básica, da Universidade e da profissão docente.

Neste momento, uma batalha central é contra a perpetuação do ensino remoto. A Reforma do Ensino Médio, adotada, inicialmente, por meio de Medida Provisória 746/2016 durante o Governo Temer, desde 2017, abriu caminho para a EaD na Educação Básica (20% da carga horária do curso diurno, 30% do curso noturno e 80% da EJA). A oferta de EJA e Ensino Técnico 100% à distância é uma realidade na rede privada. Já em 2019, os docentes do Ensino Superior sofreram os efeitos da Portaria 1117 do MEC, que ampliou a EaD de 20% para 40% na carga horária dos cursos, o que, de início, eliminou um dia de aula presencial nas jornadas semanais e abriu espaço para um processo de reorganização, com cursos de graduação totalmente à distância, com a ampliação de

cursos modulares, com a implantação de pós-graduação lato-sensu – verdadeiros “caça-níqueis” - em modalidade EaD e demissões nas instituições privadas.

O advento da pandemia de COVID-19 foi aproveitado por Bolsonaro para “abrir a porteira” para todo tipo de “Educação Remota”. Diversos governos municipais e estaduais, em conluio com o setor privado, viram a oportunidade de usar a pandemia para desmontar a educação escolar e as universidades públicas.

Se impõe a luta por uma pauta de exigências, capaz de mobilizar a categoria, dirigida a todos os governos, exigindo as medidas necessárias para a volta segura ao ensino presencial. É uma condição para o pleno desenvolvimento do trabalho docente, para a formação da juventude e para a mobilização sindical pelas reivindicações.

Na área de ciência e tecnologia, há uma progressiva destruição do financiamento da ciência e tecnologia pelo Governo Bolsonaro, o lance mais recente foi o remanejamento para outras áreas de mais de R\$ 600 milhões previstos para o pagamento de bolsas de pesquisa do CNPQ no PLN 16/2021. Os cortes na área de ciência e tecnologia podem chegar a R\$ 2,7 bilhões depois da aprovação do PLN 12/2021, que permitiu que recursos do FNDCT permaneçam em “reserva de contingência”. A reserva de contingência é uma dotação genérica do Orçamento onde o governo guarda recursos para gastos não previstos.

Prosseguem as intervenções nas instituições federais de ensino superior, com gestores impostos à comunidade acadêmica em mais de X instituições.

O corolário dos retrocessos no ensino superior desde o golpe de 2016 é o esmagamento salarial da categoria docente, tanto no nível federal quanto em cada estado. No plano federal, entre março de 2015 (imediatamente antes do acordo que ajustou pela última vez nossos salários) e hoje (início de janeiro de 2022), a inflação acumulada medida pelo IPCA (IBGE) foi de 47,3%. Este quadro exige que, depois de anos, o ANDES-SN retome o cerne da luta sindical pela manutenção do interesse material de seus representados, abrindo uma verdadeira campanha salarial. Esta iniciativa não se contrapõe, ao contrário, à luta unitária dos SPFs que, na hora em que preparamos esta contribuição, preparam uma grande paralisação para o mês de fevereiro, na via de uma greve unificada em março pelo reajuste salarial e contra a PEC 32.

Ocupar nosso lugar na luta unitária do povo brasileiro para derrotar e enxotar o governo de generais de Bolsonaro exige que o ANDES-SN reincorpore seu caráter de entidade sindical, albergando as lutas pelas demandas que afetam de imediato a vida dos professores e professoras.

O nosso sindicato, o Andes-SN, precisa assumir seu lugar nas lutas em defesa do ensino público superior, em defesa da educação pública e gratuita, em defesa das políticas sociais, em defesa das liberdades, da soberania e do desenvolvimento do país. Para tanto, o primeiro passo é luta pelo salário, pela carreira, pelo financiamento e pela democracia nas instituições. Nosso sindicato precisa contribuir para derrotar, nas ruas e, inclusive, nas eleições 2022 o bolsonarismo, o lavajatismo e o neoliberalismo. E o caminho para isso é – não no discurso, mas na prática – organizar a luta cotidiana da categoria docente, na base.

Madrugada Camponesa

Thiago de Mello

Madrugada camponesa,
faz escuro ainda no chão,
mas é preciso plantar.
A noite já foi mais noite,
a manhã já vai chegar.

Não vale mais a canção
feita de medo e arremedo
para enganar solidão.

Agora vale a verdade
cantada simples e sempre,
agora vale a alegria
que se constrói dia-a-dia
feita de canto e de pão.

Breve há de ser (sinto no ar)
tempo de trigo maduro.
Vai ser tempo de ceifar.
Já se levantam prodígios,
chuva azul no milharal,
estala em flor o feijão,
um leite novo minando
no meu longe seringal.

Já é quase tempo de amor.
Colho um sol que arde no chão,
lavro a luz dentro da cana,
minha alma no seu pendão.

Madrugada camponesa.
Faz escuro (já nem tanto),
vale a pena trabalhar.
Faz escuro mas eu canto
porque a manhã vai chegar.

(Faz escuro, mas eu canto)

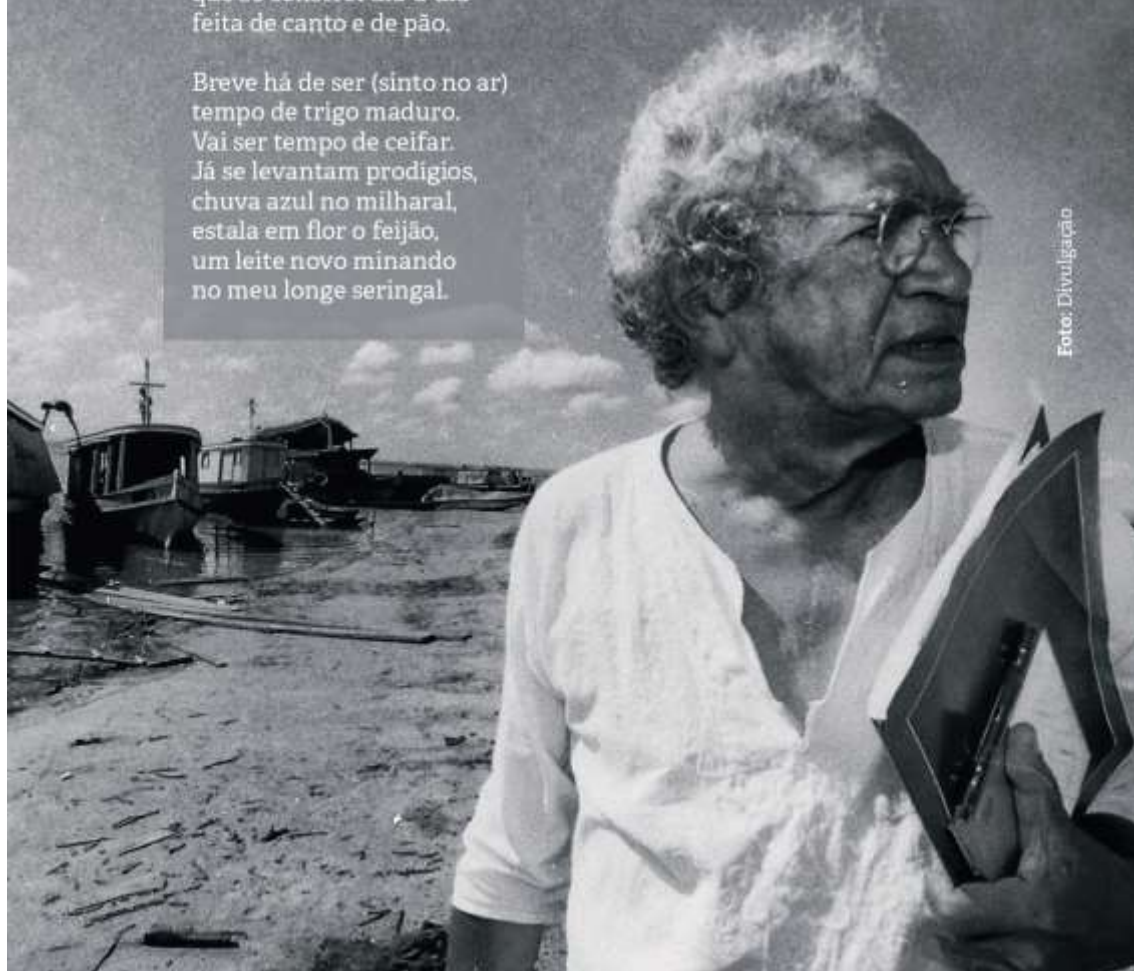


Foto: Divulgação

TEMA II – PLANOS DE LUTAS DOS SETORES

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES

TEXTO DE APOIO

Estamos submetida(o)s, desde o golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016, a um verdadeiro “estado de exceção”, sendo ainda mais penalizadas as populações das periferias e a juventude negra. Vigora um esgarçamento progressivo das instituições democráticas, cada vez mais visível, “com o Supremo, com tudo”.

A eleição de Bolsonaro-Mourão em 2018 aprofundou como nunca o processo de aniquilação de direitos trabalhistas duramente conquistados na Constituição Federal de 1988 (CF/88), da qual o ANDES-SN foi um dos protagonistas na defesa de um projeto de sociedade em substituição ao vigente na ditadura empresarial-militar.

Desde o governo Temer, em 2017, o “pacto social” consolidado na CF/88 foi sendo desmontado, abrindo uma nova fase de acumulação capitalista, com a crise mundial de 2009 e a crise das commodities de 2016. Mesmo não aliado(a)s durante o processo eleitoral de 2018, governadore(a)s eleito(a)s neste processo durante seus mandatos alinharam-se, independente de suas agremiações partidárias, com a forma de políticas de sucateamento da Educação e Serviços Públicos, ampliando nos estados uma lógica de austeriadde, como a não reposição inflacionária dos salários do funcionalismo público, não abertura de concursos públicos, privatização por dentro das instituições, através do incentivo para criação e ou fortalecimento das fundações, precarização das condições de trabalho, desinvestimento em infraestrutura nas IEES/IMES, intervenções na gestão e ou fortes ataques à autonomia universitária.

Ademais, a pandemia mundial do Covid-19 abriu uma nova crise mundial econômica e sanitária, com a paralisação de setores ditos produtivos e de serviços. Os países do centro financeiro mundial foram atingidos duramente pelos seus efeitos e a periferia do sistema ficou alijada das decisões de governança mundiais que investiram todo o conhecimento disponível para encontrar uma vacina que protegesse suas populações e mantivesse, em especial, o giro da economia.

Nesse cenário, o liberalismo “progressista” possibilitou a ascensão de grupos até então marginalizados politicamente, que começaram a ocupar um espaço social nas periferias do sistema capitalista: mulheres, negros, população LGBTQIA+, imigrantes, povos latinos, entre outros grupos sociais.

Se no centro do sistema da economia-mundo a pandemia de Covid-19 colapsou os sistemas de saúde, foi sobretudo nas periferias que o vírus ceifou milhões de pessoas. A descoberta de uma vacina contra o novo coronavírus movimentou imensos recursos financeiros científicos e tecnológicos, agora pretensamente disponibilizados em termos de uma nova mercadoria: as vacinas.

O Brasil não ficou imune a isso tudo, com o agravante de um governo federal que se ocupa fundamentalmente de produzir morte, numa clara necropolítica, aprofundada pelas condições históricas herdadas da colonização escravista.

O negacionismo governamental alastrou-se pelos meios empresariais que nunca pararam as máquinas, comandados por empresária(o)s sedenta(o)s de poder e de dinheiro, desde o “véio da Havan”, passando por “Maderos”, “Prevent Senior” e demais agentes para a(o)s quais a morte tem sido um bom negócio.

A “vida acima dos lucros”

As primeiras reações à lógica do “melhor morrer de Covid-19 do que de fome” foram dadas por trabalhadora(e)s de aplicativos, na paralisação geral da(o)s entregadora(e)s, em junho de 2020. Seguiram-se as manifestações das torcidas antifascistas, compostas em sua maioria por jovens trabalhadora(e)s desempregada(o)s das periferias ou muita(o)s trabalhadora(e)s de aplicativos de entrega de comida e de serviços.

As pressões de parte da sociedade, em especial das forças de “esquerda” e de trabalhadora(e)s colocada(o)s às margens do mercado, resultaram na demanda por uma política de pagamento de auxílio emergencial para milhões de pessoas, o que num primeiro momento possibilitou a espera da cura por meio das vacinas. Enquanto isso, os números da pandemia atingiram mais de 600 mil mortes no país.

A contribuição do desgoverno vigente

Em passos trôpegos, o desgoverno federal e seus congêneres estaduais investiram numa armada anticivilizatória, anticientífica e ultraneoliberal: se tudo fosse desregulamentado, o PIB cresceria e todos os problemas do país seriam resolvidos, conforme vaticinado pelo “gerente do Posto Ipiranga”, o ministro Paulo Guedes.

E o PIB não cresceu, apesar da adoção da nova reforma trabalhista, que se aproveitou da calamidade social instalada, reduzindo os salários de trabalhadora(e)s em até 50%, isentando de pagamento de previdência, desonerando folhas de pagamento de empresas e alardeando botar “granadas no bolso de servidora(e)s”.

E vieram então os ministros da Saúde – titulares, substitutos e interinos –, até que assumiu este papel um ventríloquo do chefe, o atual ministro Queiroga. E veio a crise causada pela falta de oxigênio, instalou-se a CPI da Covid, que mostrou a quem se dispôs a ver os inúmeros personagens macabros de um filme B de terror.

O projeto político em curso continua a sua cruzada anticomunista, provocando a maior crise militar desde 1976, com a exoneração do Ministro do Estado Maior das Forças Armadas e dos três comandantes militares.

Em seguida, a paródia do “18 de Brumário”, proclamado em pleno centro do poder, em Brasília, a pouca distância das principais instituições guardiãs da democracia e do Estado Democrático de Direito, assim como também ideologicamente próximas dos principais centros comerciais e financeiros do país.

As forças progressistas organizadas, centrais sindicais e partidos políticos, do centro para a esquerda, no campo institucional ou extraparlamentar foram aos trancos e barrancos aglutinando-se novamente. Ousamos também a retomada das lutas nas ruas, mesmo que ainda não se mostrem perenes.

A aprovação da admissibilidade de votação da contrarreforma administrativa pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a partir de manobra do seu presidente, sem que a(o)s parlamentares tivessem pleno conhecimento do texto, levou o conjunto de servidora(e)s pública(o)s, que buscavam desde julho de 2020 pautar a defesa dos serviços públicos, a ampliar a retomada das lutas nas ruas e a pressão direta no Congresso Nacional contra a Proposta de Emenda Constitucional 32 (chamada “reforma” administrativa - PEC 32). Este movimento de luta contra a PEC 32 ganhou forma e vulto na maioria das capitais em todo o Brasil.

Desde o seminário nacional realizado pelo Fonasefe, em julho de 2020, o ANDES-SN vem chamando à unidade pela construção de uma greve nacional contra a PEC 32, convocando todas as suas Seções Sindicais à luta, tanto em Brasília quanto nos estados. No dia 18 de agosto, estivemos na primeira grande manifestação de servidora(e)s pública(o)s contra a PEC 32 em Brasília.

Se o cenário era desolador, mesmo para a(o) mais otimista parlamentar da Frente Nacional em Defesa dos Serviços Públicos, essa jornada de lutas trouxe novamente o campo da unidade de ação, articulando o Fórum das Centrais Sindicais, o FONASEFE e o FONACATE. Nosso Sindicato convocou suas bases para somarem-se aos fóruns estaduais de servidora(e)s do funcionalismo público – municipal, estadual e federal –, pressionarem a(o)s parlamentares em seus estados e em Brasília, e barrar a aprovação da PEC 32.

Após 16 semanas de jornadas de lutas, quando fomos recebida(o)s com forte esquema de segurança e grades de “proteção” às(aos) parlamentares, obtivemos uma vitória, ainda que parcial, pois o governo e seus apoiadores não conseguiram os 307 votos de deputada(o)s para a aprovação da PEC 32.

Apesar dessa vitória parcial, devemos compreender que o bolsonarismo é maior que a figura do presidente genocida. Este fenômeno político precisa ser derrotado em suas bases, que aliam autoritarismo, discurso de ódio e repressão, historicamente construídos, sob uma perspectiva racista, lgbtqia+fóbica, machista, misógina, capacitista, anticomunista e que não segue a clássica cartilha liberal que permitiu o pacto social representado pela transição pelo alto, na redemocratização do país, e manteve intactas as estruturas de poder e de repressão do Estado policial-militar da ditadura empresarial-militar.

Intervenções em IFES e na UVA, perseguição a docentes

Destacamos também o ataque desse governo à autonomia e à democracia nas universidades, nos Institutos Federais e nos CEFETs, que atualmente se expressa na intervenção do governo federal em mais de duas dezenas de instituições.

Cabe ressaltar também que, em relação às IEES, tivemos, por exemplo, o caso da Universidade do Vale do Acaraú (UVA), que não realizou eleição para a reitoria, ficando sob a responsabilidade do Conselho Universitário a escolha do(a) reitor(a), seguindo os parâmetros dessa nefasta conjuntura nacional provocada pelo governo Bolsonaro-Mourão.

Ademais, convém atentarmos para o fato de que tais intervenções vêm acompanhadas de um processo intenso e perverso de perseguições políticas a docentes, técnica(o)s administrativa(o)s e estudantes que reagem criticamente às práticas do governo federal e suas(seus) interventora(e)s. Diante dessa realidade, faz-se imperativa a continuidade da luta histórica pelo fim da lista tríplice, de modo que a escolha de reitora(e)s seja iniciada e encerrada nas instituições de ensino, com a mais ampla participação de toda comunidade universitária, bem como denunciar as tentativas no estado dessa lógica antidemocrática, tal como ventilada pelo ex-governador do Estado do Rio de Janeiro Wilson Witzel (que teve seu mandato cassado já no primeiro ano de governo).

Nesse contexto de pandemia, o processo de precarização das condições de trabalho e de estudo nas IES, IFs e CEFETs foi ainda mais aprofundado com a adoção do “ensino remoto emergencial” (ERE), que invadiu o espaço privado de todas e todos, ampliando a sobrecarga de trabalho com fortes impactos na saúde da(o)s docentes. Mesmo entendendo que o ERE seria uma estratégia necessária para proteger as vidas de toda a comunidade acadêmica, ainda se faz necessário a denúncia das condições do seu desenvolvimento, que seguiu uma lógica privatista e desordenada para todas as atividades acadêmicas. Evidenciou-se, também, a ampliação da jornada laboral e o endividamento de docentes que, na tentativa de garantir o desenvolvimento das atividades, foram obrigada(o)s a recorrer a recursos próprios na compra de equipamentos, pacote de dados e organização do espaço de trabalho.

Essa situação aprofundou as desigualdades socioeconômicas, deixando para trás muita(o)s estudantes por falta de condições para seguir essa modalidade de ensino. Foram também ampliadas as desigualdades de gênero, sendo possível perceber que o esgotamento físico e a corrosão do tempo atinge em especial a vida das mulheres – docentes, servidoras técnico-administrativas, estudantes, trabalhadoras

terceirizadas –, pois é sobre elas que recaem grande parte da responsabilidade com as tarefas do cuidado, seja da casa, das crianças, da(o)s mais velha(o)s.

No contexto do “ensino remoto emergencial” prevalece o uso de tecnologias mediadas pelos grandes conglomerados privados, como a Google, por exemplo, avançando e estabelecendo-se no âmbito da educação pública como em um nicho privilegiado. Ao mesmo tempo não se configurou como resgate das plataformas públicas de ambientes virtuais, tal como a RNP - Rede Nacional de Pesquisa, vinculada ao MCT/CAPES, que se mantém aquém das necessidades atuais de capacidade e funcionalidade.

Nesses dois anos de pandemia, o conjunto da população sofreu sem uma política nacional adequada e ágil para o combate à Covid-19. Contudo, com o avanço tardio da vacinação há, a partir do governo federal, acompanhado dos governos estaduais e municipais, pressão para a retomada do ensino presencial, o que exige de toda a comunidade acadêmica unidade para lutar por reais condições sanitárias, educacionais e de infraestrutura. Luta para que, diferentemente do ERE, haja planejamento, participação ampliada de todos os segmentos, sem mediações com experiências de ensino híbrido, na medida em que este, no fim, significa aprofundamento da sobrecarga de trabalho e não oferece melhores condições para o ensino.

Lei Geral das Universidades no Paraná

Em dezembro de 2021, no encerramento dos trabalhos da Assembleia Legislativa do Paraná, o governador Ratinho Jr. fez aprovar a Lei Geral das Universidades (LGU). Versão local do Future-se, a LGU consiste em um projeto de desmonte do segundo maior conjunto de universidades estaduais do país. A lei ataca a autonomia universitária, altera a natureza das instituições, aprofunda o processo de terceirização de pessoal, estabelece parâmetros de gestão próprios do sistema privado, impõe cortes de custos e de pessoal, entre outras coisas.

Reunidas no Comando Sindical Docente (CSD), as seções sindicais do ANDES-SN no Paraná denunciam a LGU, lembrando que desde 2015 a comunidade universitária tem lutado contra medidas desse tipo apresentadas pelo então governador Beto Richa. Em 2019, uma grande mobilização havia conseguido barrar o projeto agora aprovado por Ratinho Jr. Para o movimento docente, em unidade com os demais segmentos da comunidade universitária, a tarefa é derrubar a LGU.

Ensino remoto, precarização das condições de trabalho docente e a pressão para o retorno presencial

Em 2020 e 2021, o Setor aprovou várias resoluções que buscavam orientar a luta de enfrentamento à pandemia nas IEES/IMES. Num primeiro momento, tratava-se de garantir que a adoção do ensino remoto não excluísse estudantes e docentes dos processos de ensino-aprendizagem, garantindo condições mínimas para a sua plena execução, tais como acessibilidade, conectividade, não obrigatoriedade e garantia de recursos para estudantes e docentes poderem ter acesso às atividades.

Porém, as nomeações de interventora(e)s nas IFES produziram uma pressão nas demais IES, no sentido de aprovarem resoluções que abrissem a possibilidade de retorno presencial ainda em 2021. A resistência à retomada das atividades presenciais neste momento histórico, sem antes adotar protocolos de biossegurança devidamente aprovados em suas instâncias deliberativas, fez com que construíssemos uma forte contraposição à adoção do ensino híbrido e para que a retomada das atividades presenciais fosse postergada para 2022, após a massificação da vacinação na população.

Ainda que tenhamos o avanço da vacinação, estendendo-se à vacinação das crianças de 5 a 11 anos, um novo ciclo de aumento dos casos de Covid-19, a partir de suas novas variantes, como a Ômicron, e um surto de gripe H3N2, inicialmente detectado entre as festas de final de ano, associado às fortes chuvas em algumas regiões do país, trouxeram novamente a necessidade de as seções sindicais atualizarem as

reivindicações de condições sanitárias e fazerem uma revisão relativa no cronograma de retorno presencial. Este cenário impõe ao movimento docente ampliação da unidade entre os segmentos e radicalização na defesa da garantia de vacinação a toda comunidade acadêmica, acesso a testagem, estratégias de segurança sanitárias, garantia de recursos públicos para a adequação de infraestrutura e ações político-pedagógicas. Neste sentido, para orientar as deliberações do 40º Congresso do ANDES-SN, cabe revisitar as resoluções do 11º Conad Extraordinário para o setor, no sentido de contribuir para a tarefa de atualização das lutas e construção de estratégias de garantia das condições para o retorno presencial.

As resoluções do 11º Conad Extraordinário permanecem atuais. O 11º CONAD Extraordinário deliberou como tarefas para o ANDES-SN:

“4. Lutar contra o retorno às atividades presenciais sem a garantia das devidas condições sanitárias, construindo com as demais categorias do Setor da Educação uma greve em defesa da vida.

a) Que as seções sindicais do ANDES-SN, que ainda não realizaram AG, deliberem sobre greve frente à imposição do retorno presencial sem as seguintes condições: Vacina do SUS para todas e todos, seguindo a ordem de prioridades definidas nacionalmente pelo Plano Nacional de Imunização (PNI); testagem ampla e rastreamento; condições sanitárias de trabalho nas IES; e

b) Ampliar a articulação unificada entre as três categorias das IES para construção da greve, conforme os termos mencionados anteriormente.”

Ensino Remoto Emergencial, BNCC, BNC-Formação de professores

O ano de 2021 continuou marcado pela pandemia provocada pelo vírus da Covid-19 e suas variantes. Em função disso, todos os níveis educacionais, ou seja, da educação básica à educação superior, continuaram funcionando no modelo do Ensino Remoto Emergencial (ERE). Um ensino precarizado que impôs a estudantes e docentes de todas as regiões do país um regime de trabalho extremamente desafiador e com consequências muito sérias para a saúde.

O ERE permitiu, ainda mais, os ataques do governo federal, via MEC, à educação. Por outro lado, continua a pressão pela volta das aulas presenciais, sem as devidas condições de segurança sanitária. Precisamos da garantia de proteção adequada para docentes, discente e técnico(a)s-administrativo(a)s, pois embora já tenhamos um significativo número da população vacinada, ainda estamos sob um alto índice de contaminação com a nova variante ômicron que já atinge diversos países do mundo, incluindo o Brasil. E isso tem que ser viabilizado pelos governos Estaduais e administração das IIES/IMES.

Mas os ataques à educação pública no país vêm acontecendo há alguns anos, com políticas educacionais que promovem verdadeiros desmontes no sistema educacional. Entre essas políticas, destacam-se a BNCC – Base Nacional Curricular Comum e a nova versão das Diretrizes Nacionais para a formação de professoras e professores em nível superior e sua BNC-Formação.

A BNCC, aprovada em 2015, finaliza um processo por meio do qual sucessivos governos buscaram fixar um currículo nacional comum a todas as escolas brasileiras, desvirtuando o que fora definido no artigo 210 da CF/88: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.” Nela está definida uma lista de conteúdos e objetivos de ensino que devem ser adotados para a educação básica em todo o território nacional, algo que contraria a liberdade de cátedra defendida pelo ANDES-SN.

Com relação à formação de professora(e)s, na Resolução CNE/CP nº 02/2015, de 1º/07/2015, o Conselho Nacional de Educação “Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.” Em 20/12/2019, uma nova Resolução do CNE, a Resolução CNE/CP nº 2, “Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a

Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).”

Conforme o artigo 11 da Lei nº 13.415, de 16/02/2017, ficou estabelecido o prazo de dois anos para que os cursos de Formação de Professoras e Professores façam a devida adequação dos seus currículos. Percebe-se aqui uma relação direta entre a pretendida implantação da BNCC e BNC-Formação, quando essa atrela a formação docente à BNCC, conforme Parágrafo Único, Artigo 1º, da Resolução nº 02/2019, do CNE: “As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica e a BNC-Formação têm como referência a implantação da BNCC da Educação Básica.”

Em claro ataque à autonomia universitária e à liberdade de cátedra, a BNCC, que compreende a agenda do capital para a educação, passou a referendar todo o debate da formação de docentes, implicando, inclusive, modificações do PNLD – Programa Nacional do Livro Didático, que também se organiza em função dos conteúdos e objetivos estabelecidos pela Base Curricular.

Portanto, é dever do ANDES-SN continuar na luta contra o desmonte da educação pública no país promovida pelo governo Bolsonaro-Mourão, propondo, além de um currículo que não leva em consideração as especificidades regionais, sobretudo uma proposta de de(formação) docente, com a volta de práticas de ensino tecnicistas e prescritivas, que há muito tempo buscamos superar.

PEC do “orçamento de guerra” e o congelamento dos salários

A Emenda Constitucional 106, também conhecida como “orçamento de guerra”, colocada em pauta pelo ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (RJ), foi importante para que o país não sucumbisse ao negacionismo antivacina de Bolsonaro. Tal medida flexibilizou regras fiscais, administrativas e financeiras durante o período de calamidade pública decorrente do novo coronavírus. O objetivo da emenda foi dotar o governo de instrumentos para gerir as contas públicas e as ações de combate à pandemia da Covid-19. Se de uma parte foram liberados recursos para o enfrentamento à pandemia na ordem de 1 trilhão, que poderiam ser transformados em títulos da dívida pública, através da compra de “moedas podres”, conforme denunciado amplamente pela Auditoria Cidadã da Dívida, também aprovou-se o congelamento dos salários, prejudicando o(a)s docentes. Os governos estaduais vêm utilizando a Lei Complementar 173.2020,

- em seu inciso IX do artigo 8º que proíbe, até 31/12/2021, contar esse tempo como de período aquisitivo necessário exclusivamente para a concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço, sem qualquer prejuízo para o tempo de efetivo exercício, aposentadoria, e quaisquer outros fins. Dessa forma, os governos estaduais e municipais utilizam-se de um expediente legal para promover arrocho salarial e desmonte das carreiras, uma vez que impedem as promoções, progressões e ampliação de carga horária de trabalho docente. Soma-se a isso a defasagem salarial decorrente do período de maio de 2020 até 31.12.2021 de 15,03, conforme IPCA/IBGE.

PEC do “teto de gastos”, ou “PEC do fim do mundo”

A aprovação da Emenda Constitucional 95, em 2016, representou um duro golpe nos direitos conquistados na Constituição de 1988. Sem revogar os artigos 212 e 198, que garantem vinculação de recursos de impostos para educação e saúde, congelou os gastos públicos por 20 anos, mas garante o pagamento de juros, amortizações e serviços da dívida pública. Temos sofrido sucessivos cortes no orçamento dos recursos da Educação desde o governo Dilma Roussef (2015), atualizados pela inflação,

indicam uma redução de R\$ 63,7 bilhões para R\$ 45,9 bilhões em 2021. O ANDES-SN vem pautando a revogação da EC 95 como ponto fundamental para a recuperação dos orçamentos das IES.

RESOLUÇÕES DO 39º CONGRESSO DO ANDES-SN

I - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES

O 39º CONGRESSO delibera

Que o ANDES-SN:

- 1. Por meio das secretarias regionais, em articulação com as seções sindicais, fortaleça os fóruns ou espaços de articulação das IEES-IMES.*
- 2. E as seções sindicais reafirmem a defesa da DE como regime prioritário de trabalho.*
- 3. Que o ANDES-SN, por meio das seções sindicais, intensifique as campanhas tanto de combate ao assédio sexual e moral, quanto de adocimento docente, e a luta pela implementação de comissões e ouvidorias nas IEES-IMES, com composição majoritária de representação sindical e estudantil, para apuração dos casos.*
- 4. Intensifique a defesa do financiamento público para as IEES-IMES*
- 5. Por meio das secretarias regionais, em conjunto com as seções sindicais, intensifiquem a disputa do orçamento na Lei Orçamentária Anual (LOA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Plano Plurianual (PPA) dos estados e municípios, com incidência nos processos de elaboração, aprovação e implementação.*
- 6. E suas seções sindicais lutem pela revogação da Lei Kandir e EC 95/2016 e pela garantia do pagamento da dívida da cota-parte dos estados pela União.*
- 7. Por meio das seções sindicais, defenda os processos estatuintes nas IEES-IMES, a democracia interna, o fim de qualquer interferência do poder executivo nas escolhas dos dirigentes das universidades e o fim da lista tríplice.*
- 8. Construa a semana de lutas do setor entre os dias 25 e 29 de maio de 2020 com os eixos citados, dialogando com o calendário de lutas da categoria: a) Carreira e DE; b) Cortes e contingenciamento do orçamento; c) Saúde docente e condições de trabalho; d) Autonomia universitária; e) Pacote + Brasil.*
- 9. Intensificar a luta pela reposição das perdas salariais dos estados e municípios e pela garantia dos direitos da carreira e reajustes que compensem as perdas acumuladas.*
- 10. Intensificar a luta nos estados e municípios contra ou pela revogação da reforma da previdência.*
- 11. Manter a luta contra projetos similares ao Future-se.*
- 12. Que o salário mínimo calculado pelo DIEESE seja a referência para o estabelecimento do piso da remuneração dos docentes em fase inicial de carreira, para o regime de trabalho de 20 horas.*
- 13. Lutar para que os eixos e princípios do plano de carreira do sindicato seja a referência para a luta pelo estabelecimento de suas carreiras estaduais e municipais, onde esse plano de carreira ainda não foi definido ou onde o atual plano de carreira é incompatível com as necessidades da categoria.*
- 14. Defender o regime de trabalho em dedicação exclusiva (DE) como prioritário para a carreira docente e defender a DE ali onde esse regime de trabalho está sendo atacado.*
- 15. Intensificar a defesa dos direitos estabelecidos nos planos de carreira que estão sendo atacados pelos governos estaduais e municipais.*
- 16. Intensificar a luta pela realização regular de concursos públicos para docentes, superando a atual situação de crescimento acelerado da precarização do trabalho docente, que atinge as IEES-IMES.*
- 17. Lutar por garantias orçamentárias para o financiamento do ensino superior estadual e municipal, sem contingenciamento, que assegurem o funcionamento e a autonomia da gestão financeira, acadêmica e política das IEES/IMES.*
- 18. Lutar contra a reforma administrativa e a PEC emergencial e suas repercussões nas IEES/IMES, em especial no caráter público da educação, carreira docente, condições salariais e condições de trabalho, bem como, articular nos estados e municípios, com entidades sindicais e movimentos sociais, a luta contra a reforma administrativa e a PEC emergencial e seus desdobramentos nos estados e municípios.*
- 19. Lutar contra a retirada da remuneração do regime de trabalho em DE no momento da aposentadoria.*

Dessa forma, apresentamos as seguintes resoluções.

TR - 15

1. Que as seções sindicais do setor continuem lutando para construir o retorno às atividades presenciais, tomando como base o Plano Sanitário e Educacional e respeitando os indicadores epidemiológicos e os protocolos sanitários dos estados, lutando contra as propostas que objetivam tornar o ensino remoto e híbrido como permanente nas nossas instituições de ensino;
2. Que o ANDES-SN realize o 18º Encontro do Setor das IEES/IMES, preferencialmente no 1º semestre de 2022, após o 40º Congresso, no formato presencial ou virtual, a partir da avaliação das condições sanitárias vigentes. O tema, a data e o local do Encontro devem ser definidos em uma próxima reunião do Setor, após o 40º Congresso;
3. Que o ANDES-SN construa uma Campanha Nacional em Defesa das IEES/IMES, por orçamento público estatal, com autonomia de gestão financeira, em defesa das carreiras, com concursos públicos, recomposições salariais e por melhores condições de trabalho, contra a política de congelamento de progressões, promoções e gratificações e das diferentes estratégias de privatização (com cronograma e proposições a serem apresentadas no 40º Congresso do ANDES-SN);
4. Que o ANDES-SN e suas Seções Sindicais promovam o debate sobre as BNCC e sua interferência na formação de docentes, em especial nos Cursos de Licenciatura;
5. Que a diretoria do ANDES-SN organize e publique os resultados da Pesquisa sobre o Financiamento das IEES-IMES, apresentados na *live* da Semana de Lutas das IEES/IMES de 2021;
6. Que o ANDES-SN realize a Semana de Lutas das IEES/IMES, no período de 23 a 27 de maio de 2022, já com a deflagração da Campanha Nacional em Defesa das IEES/IMES e a divulgação da pesquisa mencionada.

AGENDA de lutas

29/01 – Dia da Visibilidade Trans.

11/02 – Dia Nacional das Mulheres e Meninas na Ciência.

08/03 - Dia Internacional das Mulheres.

14/03 – Justiça por Marielle Franco.

21/03 - Dia Internacional de Luta pela eliminação da Discriminação racial.

28/06 - Dia Internacional do Orgulho LGBT.

25/07 - Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha.

29/08 – Dia da Visibilidade lésbica.

21/09 – Dia Nacional de luta das pessoas com deficiência.

28/09 – Dia internacional da luta pela legalização do aborto.

17/10 – Dia Nacional de combate ao assédio moral/sexual nas Universidades, IFs e CEFET.

22/11 – Dia Nacional de combate ao racismo nas Universidades, IFs e CEFET.

Inclusão na Agenda de lutas

- 03/12 - Dia Internacional das Pessoas com Deficiência.

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

TEXTO DE APOIO

Avançar na construção da unidade em defesa dos serviços públicos para o povo trabalhador

Numa conjuntura de crise do capital, obscurantismo, anticientificismo, negacionismo e de uma política de morte institucionalizada pelo Governo de Bolsonaro e Mourão, a universidade pública segue sendo um espaço com potencial perspectiva de resistência e de possibilidade de construção de um caminho para a emancipação humana, mesmo que contenha muitos limites e contradições por se estruturar nesta sociedade capitalista. Precisamos, nesse sentido, aprofundar nossa luta em defesa da educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada nos interesses do povo trabalhador. Isso significa dizer que temos o compromisso de lutar contra a perseguição à educação pública e ao(à)s educadore(a)s, a mercantilização da educação, da ciência e da tecnologia, a desvalorização do pensamento crítico e a homogeneização da ciência voltada a atender aos interesses da burguesia.

O ANDES-SN, em seus 41 anos, tem este compromisso histórico de defender a educação pública e as condições de trabalho da categoria docente para garantir o desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão. A centralidade de nossa luta alinha sempre as pautas imediatas da nossa categoria com as pautas imediatas e históricas da classe trabalhadora brasileira que, neste momento, tem suas condições de vida ainda mais precarizadas numa conjuntura de fome, desemprego, carestia e desestruturação dos serviços públicos, e atravessadas pela intensificação do racismo, do machismo e da LGBTfobia, elementos intrínsecos da lógica do capital que afetam, especialmente, aqueles e aquelas que mais precisam de educação, saúde e assistência social públicas.

Por isso, temos intensificado nosso esforço de construção de unidade de ação junto ao(à)s servidore(a)s público(a)s federais, por meio do Fonasefe, via fóruns nos estados e municípios, para a organização de nossas lutas diante dos ataques aos serviços públicos. Merecem destaque as nossas mobilizações contra a PEC 32 durante o segundo semestre de 2021, em que permanecemos em vigília e com atos constantes em Brasília e nos estados. Entendemos, nesse sentido, que é central para o ANDES-SN manter este esforço de construção das lutas unitárias juntos ao(à)s Servidore(a)s Público(a)s Federais, com o(a)s trabalhadore(a)s das estatais, que vêm sendo cada vez mais privatizadas, com o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes e as centrais sindicais, intensificando neste momento a luta pela recomposição salarial de todos os servidores e servidoras, pela Revogação da Emenda Constitucional 95, contra as privatizações e contra a PEC 32, entre outras lutas.

Em 2021 também foi fundamental a retomada das nossas lutas nas ruas por meio, principalmente, da Campanha Fora Bolsonaro, e de outras articulações e fóruns que tiveram como pauta unitária a necessidade de colocar fim ao governo ultraliberal com investidas profascistas de Bolsonaro e Mourão. Num primeiro momento, a presença da classe trabalhadora nas ruas colocou em outro patamar nossa intervenção na conjuntura, no entanto, é necessário dizer que esse movimento das ruas foi arrefecendo durante o ano, em especial, pelo fato das eleições nacionais serem assumidas como central para uma parte significativa da esquerda, o que nos impossibilitou de avançar de forma mais contundente para a derrubada do governo.

Entendemos que, para aprofundarmos a nossa luta em 2022, na defesa da educação pública, dos serviços públicos e dos direitos sociais, precisamos avançar no debate da reorganização da classe

trabalhadora, no sentido de construir um programa que atenda aos interesses imediatos e históricos do povo trabalhador. Por isso, é fundamental, neste momento, pautarmos a revogação do teto dos gastos e das contrarreformas aprovadas, entre elas, as da previdência e trabalhista, como um programa mínimo para avançarmos.

Defender a educação pública e as condições de trabalho e de vida

Desde o último congresso do ANDES-SN, em 2019, a crise do capital, aprofundada pela pandemia da Covid-19, impactou profundamente a educação brasileira e, em especial, a realidade das universidades, institutos federais e CEFETs.

Lembremos que no Caderno 2 nosso sindicato já fazia a denúncia do conjunto de ações que pretendiam subalternizar a universidade ao projeto do capital. Lá, já apontamos que a destruição da autonomia universitária, a política de estrangulamento do orçamento das IES, a tentativa de aprofundar as relações público-privado e a ampliação da lógica de expansão do funcionamento virtual submetida aos interesses do capital eram medidas que faziam parte do projeto de destruição do caráter público, gratuito, laico, de qualidade e socialmente referenciado pelos interesses das elites nacionais e internacionais.

Em 2019, Bolsonaro radicalizou sua posição de destruição da pouca autonomia universitária que tínhamos, começando uma série de nomeações de reitores e reitoras não eleito(a)s por suas comunidades acadêmicas. Em mais de duas dezenas de IES, Bolsonaro escolheu, como seus interventores, nomes que ficaram em segundo, terceiro e até quarto lugar nas consultas acadêmicas. Chegou-se ao ponto de serem nomeados professores e professoras bolsonaristas que nem participaram de qualquer escolha interna.

A partir da concepção que temos defendido historicamente, expressa no Caderno 2, o nosso sindicato construiu um conjunto de ações que envolveram a diretoria nacional, as regionais, as seções sindicais e as entidades do(a)s técnico(a)s e estudantes para defender a autonomia universitária e que a escolha de reitores e reitoras inicie e termine dentro das instituições. Também nos articulamos com outras entidades da educação em atividades que contaram com a participação de reitoras e reitores escolhidos pela comunidade. Nossa luta ocorreu no âmbito jurídico, na pressão ao congresso, nas redes e nas ruas. Não temos dúvidas de que precisamos garantir a autonomia universitária de modo pleno e lutar para que a democracia interna das universidades, institutos federais e CEFET desenvolva-se plenamente.

Tanto o governo federal, como os estaduais e municipais, em sua grande maioria, mantiveram nesse último período o ritmo de roubo do fundo público para enriquecer os cofres dos negócios do capital. Não foi diferente com os recursos públicos que deveriam garantir o funcionamento das universidades, institutos federais e CEFETs. O que vimos foi a política de cortes intensificar-se num período em que as instituições precisavam de mais recursos devido ao contexto da pandemia da Covid-19. Atendendo à política neoliberal de Paulo Guedes, os serviços públicos prestados pelas IFES foram drasticamente afetados por um conjunto de cortes.

Diante deste contexto, organizamos como resposta, a partir de deliberações da categoria docente, a Campanha Nacional ‘Defender a Educação Pública é Nossa Escolha para o Brasil’ por meio de um conjunto de atividades, entre elas, a produção de vídeos e intervenções nos espaços públicos para dialogar com a sociedade. Realizamos, ainda, a ‘Semana Nacional em Defesa da Educação Pública e Contra os Cortes’, que aconteceu de 6 a 10 de dezembro de 2021. E apontamos agora a necessidade de seguir com esta campanha para intensificar a denúncia e a necessidade de recomposição dos orçamentos, enraizando-a nas seções sindicais Brasil afora.

De acordo com levantamento do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), o Ensino Superior, no orçamento federal, passou de uma dotação autorizada de R\$ 42,3 bilhões, em 2016, para R\$ 29,5 bilhões, em 2021, dos quais R\$ 4,5 bilhões foram contingenciados, além de o valor efetivamente liberado ter sido menor, por ser alvo de vetos presidenciais. Na esteira do avanço dos cortes e sob forte pressão por mais recursos para o ensino, pesquisa e extensão nas IES, os governos deram continuidade a articulações para

impor propostas de parcerias público-privadas que se apresentam como saídas para garantir a dinâmica acadêmica. Cabe destacar que algumas instituições aproveitaram a situação da pandemia e permitiram o gerenciamento das estruturas de aula remotas, gestão de armazenamento de videoaulas, materiais didáticos e, até mesmo, o controle ilegal da dinâmica de trabalho docente. Muitas universidades fecharam convênios com multinacionais ligadas aos negócios virtuais, enquanto não se avançou na constituição de um sistema público de tecnologia da comunicação e informação.

Outro caso é o da EBSEH. Articulações internas e externas de caráter privatista tentaram empurrar a gestão do hospital universitário da UFRJ para este modelo, que já demonstrou que não garante o direito pleno à saúde, ao mesmo tempo que aprofundavam a deterioração das condições de trabalho e estudo nos ambientes universitários dos hospitais.

Desde o início da pandemia, o ANDES-SN fez a denúncia de que o ensino remoto emergencial imposto de modo abrupto tinha o objetivo de fazer avançar nas IES a lógica privatista para precarizar o ensino dos estudantes e intensificar o trabalho docente. Nesse sentido, a intenção dos interesses do capital era tornar a lógica acadêmica mais receptiva à lógica empresarial, já amplamente aplicada no ensino superior privado. Em seguida, vimos as propostas de ensino híbrido serem naturalizadas e até mesmo regulamentadas pelos órgãos reguladores nacionais. A ideia agora é consolidar essa situação, rebaixando a qualidade da educação superior pública, ao mesmo tempo que se fortalecem as vias para a entrada das plataformas e produtos mercadológicos das empresas do ramo educacional.

É nesse sentido que o ANDES-SN vem levando a cabo dentro da Campanha em Defesa da Educação Pública a reafirmação do nosso projeto de universidade, o qual passa por defender o caráter de formação integral que articula ensino, pesquisa, extensão, formação cultural ampla e diálogo com as demandas da classe trabalhadora como forma de enfrentar o projeto capitalista para o ensino superior. A pandemia demonstrou que as ações das IES que se apresentam numa perspectiva de educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada podem dar respostas efetivas aos problemas da classe trabalhadora e, em especial, neste momento, salvar vidas!

Lutar por condições de trabalho e por um retorno seguro às atividades presenciais nas IES

Em janeiro de 2022, o IHME - Institute for Health Metrics and Evaluation, da Universidade de Washington, produziu um modelo matemático, a partir do que anda ocorrendo com as variantes Ômicron e Delta pelo mundo, e que indica que, se não forem tomadas providências adequadas, chegaremos ao final de abril de 2022 com mais de 671 mil mortes no Brasil.

Essa previsão vem se confirmando e, após dois anos de pandemia de Covid-19, os números continuam assustadores. Em 10 de fevereiro de 2022, foram registrados mais de 179,4 mil casos de Covid-19 no Brasil, com uma média móvel, casos conhecidos nos últimos sete dias, alcançando 164,6 mil casos diários, semelhante ao que vivemos em março de 2021. Esses números correspondem ao dobro dos valores vivenciados há 30 dias. Com a subnotificação, a insuficiência na testagem, por falta de insumos ou de política adequada de controle da pandemia, e o apagão de dados no SUS, os dados são incertos e, portanto, o número de brasileiros e brasileiras que sofrem com a Covid-19 deve ser muito maior. As perdas entre nós chegaram a 1.303 mortes, em 9 de fevereiro, taxa inaceitável, com 874 mortes em média móvel, considerados os últimos sete dias. O acumulado de mortes, em 10 de fevereiro de 2022, estava em mais de 635 mil.

Novas variantes do SARS-CoV-2 continuam surgindo e indicam que a pandemia ainda nos afetará por um bom tempo e o prognóstico ainda parece ser incerto. A variante Ômicron é mais transmissível, mas, por conta da vacina, tem levado a menos adoecimento, internações e mortes. Em 9 de fevereiro de 2022, mais de 81% da população brasileira já havia tomado pelo menos a 1ª dose da vacina, pouco mais de 71% havia tomado a 2ª dose e 26,3% tomado a dose de reforço.

Mas o fim da pandemia também indica que a Covid-19 deve se transformar, gradativamente, em uma epidemia e virar finalmente uma endemia, a exemplo do que ocorreu com as arboviroses, como a dengue e a Chikungunya, ou mesmo as gripes. Por outro lado, o grande número de casos conhecidos de Covid-19 e o grande aumento nas internações por Covid-19, que se somam a outras epidemias como as de H3N2, H1N1 e dengue, pode colapsar novamente o sistema de saúde no país.

No início de fevereiro de 2022, relatório da Fiocruz apontou que, das 25 capitais com informações disponíveis, 13 tinham ocupação de leitos para terapia intensiva de adultos considerada em zona de alerta crítico e outras nove em situação intermediária. A situação a que chegamos é grave e é consequência direta da atual política negacionista e anticientificista de um governo que optou por tratar servidoras e servidores pública(o)s como inimiga(o)s, que aceita as mortes por questões evitáveis, que aceita a fome da população e que insiste em reduzir os investimentos em saúde e educação para garantir lucros do mercado ao invés de direitos sociais.

No entanto, mesmo diante deste quadro, há expectativa de redução do número de casos e mortes nas próximas semanas e isso se deve às características da variante Ômicron e, sem nenhuma dúvida, do avanço da vacinação no Brasil. Embora o governo federal faça campanha ostensiva contra a vacinação, a população brasileira aderiu às vacinas, o que fez com que o Brasil tenha um dos melhores índices vacinais do mundo. Tal aderência é resultado de políticas públicas que instituíram o Plano Nacional de Imunização que resultaram numa espécie de “cultura da vacina” que, felizmente, supera a lógica negacionista que o governo federal tenta propalar.

Para além da pandemia em si, completamos dois anos de condições precarizadas de trabalho e ensino remoto emergencial, com salários defasados e com a aposentadoria cada vez mais longe e mais intranquila. Neste contexto, docentes têm adoecido com a sobrecarga de trabalho e de responsabilidades, uma vez que o ambiente de trabalho e de convivência familiar passaram a dividir o mesmo espaço. As 24 horas do dia não dão conta de atender à grande demanda do trabalho e ensino remotos. Escassez de recursos e inflação real consumindo o poder de compra, além da insegurança para com a saúde de si, de seus familiares e da comunidade em geral, têm provocado situações de angústia e desespero. A saúde dos docentes neste período tem sofrido bastante.

E é neste cenário, para atender a grande pressão do mercado, que o governo federal e até mesmo os governos estaduais e municipais impõem às instituições de ensino públicas, tanto da educação básica, quanto do ensino superior, a retomada das atividades presenciais. Entretanto, apesar de ter havido tempo, nenhuma providência efetiva foi tomada para planejar e implementar condições sanitárias e educacionais adequadas para receber a comunidade universitária e escolar que convive nesses espaços públicos. Pelo contrário, os cortes nos orçamentos das instituições federais de ensino têm se intensificado, comprometendo possíveis adequações de instalações e a disponibilização de cuidados sanitários tão essenciais para conter a pandemia. Concursos públicos estão suspensos, dificultando a mínima recomposição dos quadros de pessoal docente ou de apoio. E ainda há intervenções do Ministério da Educação para impedir a cobrança do cartão de vacinação para garantir acesso seguro às atividades acadêmicas e escolares.

Se há dois anos, início de 2020, não estávamos preparados para enfrentar a Covid-19, hoje, início de 2022, não estamos prontos para conviver com a Covid-19 e esta imposição para o retorno às atividades presenciais sem que sejam oferecidas as condições sanitárias adequadas.

Mesmo com o Plano Sanitário e Educacional, aprovado no 11º Conad Extraordinário, que indicou parâmetros para que em cada instituição de ensino pudéssemos planejar e preparar universidades, institutos federais e CEFETs para o retorno às atividades presenciais, a burocracia e a subserviência dos Conselhos Superiores, em muitas situações, transferiram as responsabilidades para as unidades acadêmicas ou mesmo diretamente a cada servidor ou servidora. Ou seja, do mesmo modo que docentes e estudantes tiveram que arcar com aquisição de equipamentos e serviços de internet em casa para o trabalho e o ensino remoto, agora terão que arcar com a responsabilidade e as despesas para oferecer e usufruir de alguma segurança para as atividades presenciais.

O ensino remoto, largamente empregado no início da pandemia, abriu caminho para a consolidação de um projeto ainda mais agressivo contra a educação pública. Se o ensino remoto já precariza o processo ensino-aprendizagem, diante da falta da interação possível em sala de aula presencial e da privatização da educação pública, agora a aposta do capital para o desvio do fundo público exacerba-se com a afirmação do tal “ensino híbrido”. Muita experimentação tem sido feita: revezamento de estudantes nos espaços – salas de aula, laboratórios etc. -, parte do conteúdo oferecido em vídeo-aulas massificadas e parte de modo presencial, redução do número de estudantes por sala, dentre outras. Mas o impacto no processo ensino-aprendizagem ocasionado pelo ensino remoto para quem conseguiu minimamente se adaptar ou para quem não teve acesso por questões estratégicas, de orçamento ou de outra natureza, não têm sido levados em conta.

A porta que se abre com o ensino remoto e o ensino híbrido, ambos extremamente precarizantes das condições de trabalho docente e de aprendizagem, consolida-se com a proposta do Reuni Digital - que aprofunda o projeto neoliberal para o ensino público com formação aligeirada e precarizada para a classe trabalhadora - e estende-se até a proposta de abertura de novos cursos de pós-graduação na modalidade EaD nas instituições privadas de ensino, como recentemente denunciado por pesquisadores demissionários da CAPES. O objetivo não é a educação, não é a formação do cidadão. O objetivo é abocanhar o fundo público para a iniciativa privada, e colocar o ensino público como refém dos grandes grupos empresariais da educação.

Não defendemos o ensino remoto emergencial. Esta foi a única saída para o momento da pandemia. Defendemos, sim, o retorno às atividades presenciais em todas as instituições de ensino! Isso é tácito! Mas defendemos, acima de tudo, a vida e, por isso, devemos lutar para que este retorno aconteça de forma segura, com as instituições oferecendo condições sanitárias adequadas para minimizar a transmissão do Sars-Cov-2 e de adoecimento para toda a comunidade universitária de acordo com a atualização do Plano Sanitário Educacional apresentado ao 40º Congresso.

Lutar pela recomposição salarial de servidores e servidoras público(a)s federais

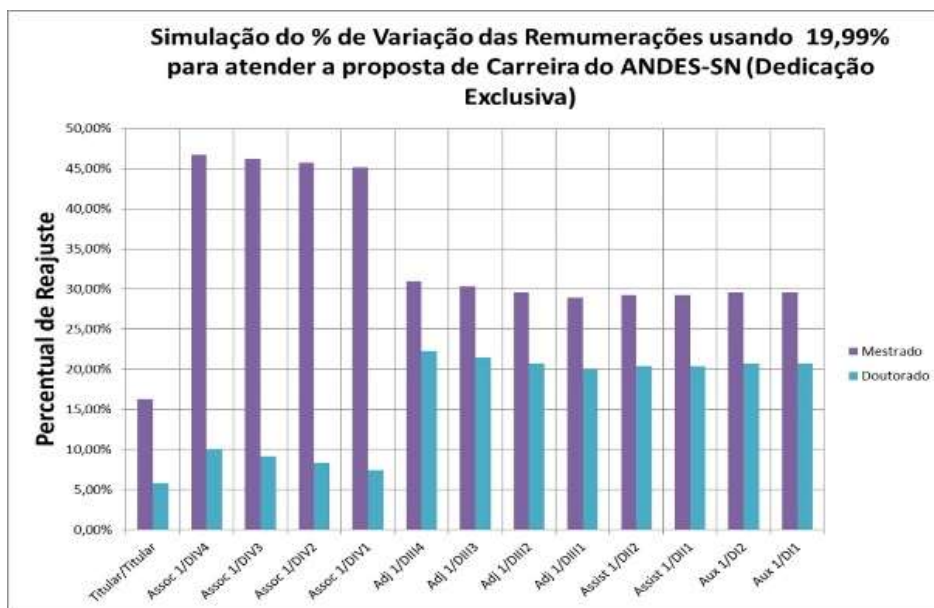
A unidade do(a)s Servidore(a)s Público(a)s Federais no Fórum das Entidades Nacionais de Servidores Públicos Federais (FONASEFE) logrou êxito em 2021, com a não apreciação e votação da PEC 32. Apesar da proposta de contrarreforma administrativa ainda não ter sido derrotada em definitivo, a mobilização por 14 semanas em Brasília e em várias cidades e estados pelo país mostrou a força da unidade dos SFP. Na sequência, o FONASEFE deflagrou a campanha salarial 2022 dos SPF, protocolando, em 18 de janeiro, a proposta de reajuste, visando recompor a inflação do governo Bolsonaro, a saber: 19,9%, para todos os SPF. Este índice está longe de responder às demandas das diferentes categorias que compõem os SPF e que vêm sendo atacados por diferentes governos, mas atende de forma unificada, como um reajuste emergencial.

A luta, no entanto, deve continuar no sentido de conquistar valores que recomponham os salários corroídos pela inflação ao longo das últimas décadas e que sejam feitas as correções da estrutura remuneratória, cuja desestruturação iniciou nos anos 2000. Caso realmente exista negociação, é preciso discernir entre o que se busca avançar agora e o que fica para ser tratado em negociações futuras.

A referência básica para nossa luta deve ter espaço para tratar de diversas questões, tais como: carreira única do magistério federal, um único cargo, única linha no contracheque, com incorporação da RT, fim de classes e existência apenas de níveis com degraus constantes entre eles, possibilidade de todos os professores se desenvolverem até o último nível da carreira dentro da faixa salarial correspondente à sua titulação, entre outras questões. Isso significa que estaremos trabalhando, ainda, com a existência das duas carreiras, com classes e níveis e com VB e RT até conseguirmos conquistar o que desejamos.

Importante retomarmos o debate da reestruturação da carreira. Vejamos um exemplo: se o percentual de 19,99% for aplicado à carreira docente, de acordo com a proposta do ANDES-SN junto aos SPF, garantida a paridade entre ativos e aposentados, tendo em vista avançar em relação aos princípios e à concepção de reorganização da carreira, realizamos uma projeção (usando como piso gerador o valor do

salário do professor T20 graduado atual), vamos perceber que obtivemos percentuais de variação de todas as remunerações entre de 5,7% a 46,8%. O gráfico abaixo mostra isso para professores em regime de dedicação exclusiva. Consideramos importante avançarmos na organização de materiais e debates com a categoria para fortalecermos nossa luta pela recomposição salarial.



RESOLUÇÕES DO 39º CONGRESSO DO ANDES-SN

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

O 39º CONGRESSO delibera

1. Dar continuidade à mobilização da categoria, com o(a)s demais servidore(a)s público(a)s, para prosseguir na luta contra os ataques ao(à)s servidore(a)s e aos serviços públicos.
2. Lutar contra as PEC 186/2019 (PEC Emergencial), 187/2019 (PEC dos Fundos), 188/2019 (PEC do Pacto Federativo), que integram o chamado “Plano Mais Brasil”, e contra a PEC 196/2019 (PEC da Reforma Sindical) estimulando e fortalecendo as articulações com os sindicatos de outras categorias, entidades e movimentos sociais. a) realizar debates sobre a proposta da PEC emergencial e reforma administrativa e suas consequências para os trabalhadores e trabalhadoras; b) elaborar materiais de divulgação (vídeos e cartilhas) a serem utilizadas na mobilização contra a PEC emergencial e reforma administrativa.
3. Construir a campanha unificada do(a)s SPF de 2020 de forma articulada com o FONASEFE e a CNESF, a partir da definição dos eixos organizativos da pauta, de estratégias de ação e de calendário, integrando e consolidando a unidade política de ação do(a)s SPF.
4. Envidar esforços para construção de greve dos SPF em articulação com os servidores estaduais, municipais e com as entidades e organismos dos trabalhadores, no primeiro semestre de 2020. Tendo na greve do dia 18 de março um dia de greve fundamental para mobilização.
 - A) Construir a greve das instituições federais de ensino e das universidades estaduais e municipais, envidando esforços para que seja conjunta a uma Greve do Setor da Educação (básica e superior).
5. Manter a luta contra projetos similares ao Future-se.
6. Lutar contra as propostas de reforma administrativa nos estados e no âmbito federal.
7. Dar continuidade ao processo de rearticulação da CNESF.
8. Intensificar a ampliação nos estados do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas.

9. Dar continuidade à luta pela revogação da EC 95/2016, da EC da Reforma da Previdência (EC 103/2019) e da EC 13/2020 (EC Paralela) e de seus efeitos imediatos, como o aumento da alíquota previdenciária, com previsão de implementação a partir de março.
10. Defender eleições diretas paritárias ou universais garantindo a autonomia das IEES frente aos ataques do governo federal no que diz respeito ao processo de nomeação do(a)s reitor(a)s, diretor(a)s gerais dos CEFET e dirigentes das unidades acadêmicas, conforme os princípios do Caderno 2 do ANDES-SN.
11. Reiterar a defesa das liberdades democráticas, de expressão e de cátedra, garantida a autonomia do ensino, da pesquisa e da extensão da educação laica.
12. Dar continuidade à luta pela imediata recomposição orçamentária das universidades, institutos federais e CEFET e à luta contra qualquer corte ou contingenciamento no repasse orçamentário das universidades, institutos federais e CEFET e agências públicas de fomento à pesquisa.
13. Intensificar a luta contra o “Future-se” e o Programa Novos Caminhos ou qualquer projeto alternativo com princípios similares, reafirmando a defesa do projeto de universidade pública, IF e CEFET constante no Caderno 2 do ANDES-SN. NÃO AO FUTURE-SE! NÃO AO PROGRAMA NOVOS CAMINHOS.
14. Denunciar e combater política e juridicamente (quando cabível) a prática do governo federal de legislar por Instrução Normativa, Decretos e Portarias, impondo novas regulamentações nas instituições, evidenciando que isso fere a autonomia universitária e a própria natureza da carreira docente.
- 14.1. Lutar contra as iniciativas legislativas (PL e EC) que atacam diretamente a autonomia universitária e a liberdade sindical, como o PL 4992/2019.
15. Realizar no segundo semestre de 2020, em conjunto com o Setor das IEES/IMES e GT Carreira e GTPE, o III Encontro Nacional do ANDES-SN sobre a Carreira EBTT e Ensino Básico das Instituições Estaduais de Ensino Superior.
16. Lutar contra a MP 905/2019 (contratação via carteira de trabalho verde e amarela), e medidas similares que desregulam os direitos do(a)s trabalhadore(a)s.
17. Defender o concurso público para os serviços públicos federais e lutar contra a contratação de militares e servidore(a)s público(a)s federais, via contratos temporários, e/ou de voluntário(a)s, para reposição do quadro do(a)s servidore(a)s público(a)s federais, a exemplo da proposta de contratação de militares aposentado(a)s para atuar no INSS.
18. Lutar contra a incorporação da função do CNPq pela Capes.
19. Lutar pela retirada da MP 914/2019 (Escolha de dirigentes das IFES, dos IF e do Colégio Pedro II).
20. Lutar pela revogação da Portaria 2.227/2019 (Afastamento docente).
21. Lutar pela revogação da Portaria 1.469/2019 (Ofício Circular nº 01/2020) Banco de Professor Equivalente atualizado pela SESU ou SETEC, em detrimento de portaria interministerial.
22. Que o ANDES-SN, por meio das seções sindicais, intensifique a campanha de combate ao assédio moral e sexual, e a implementação das comissões e ouvidorias nas IFES para apuração dos casos.
23. Indicar que as Seções Sindicais do ANDES-SN encampem junto às administrações das Universidades, CEFET e Institutos Federais, portarias de defesa da liberdade de cátedra e de expressão, bem como da autonomia pedagógica (a exemplo da Portaria nº 1.254 de 2018, da Universidade Federal de Uberlândia. RESOLUÇÃO Nº 0419-COUN da Universidade Federal do Paraná, e da UFJF, formulada pela CPPD e no aguardo de votação no CONSU) que, embora seja direito garantido constitucionalmente, esses documentos aprovados no âmbito das instituições de ensino reservam grande valor simbólico e de clara posição interna na defesa desse direito frontalmente ameaçado.
30. Combater o programa nacional das escolas cívico-militares e a militarização das escolas, pela grave ameaça que esse modelo reserva, ao defender o disciplinamento e a legitimação de um modelo de perseguição a professore(a)s e restrição severa do direito de cátedra, através de campanhas e dados sobre adoecimento e suicídio de professore(a)s e estudantes dessas instituições.
24. Lutar pela revogação do Decreto Nº 9.465 (02/01/2019) que dispõe sobre o modelo cívico-militar a ser adotado pelas Escolas Brasileiras.
25. Lutar pela revogação da EC 101/2019 que autoriza acúmulo de cargos nas áreas da saúde e educação por policiais e bombeiros militares dos estados e DF na ativa (de todas as forças militares) com objetivo dentre outros, de consolidar o processo de militarização nas escolas públicas de educação básica.
26. Indicar às Seções Sindicais e às regionais, em articulação com as entidades sindicais da educação básica, que atualizem os dados sobre o número de escolas que implantaram, em suas unidades federadas, o modelo cívico-militar, bem como, o número de militares que exercem a função docente nas escolas estaduais e municipais.

27. Indicar às Secretarias Regionais e às Seções Sindicais que se articulem com os sindicatos de professore(a)s da educação básica para lutarem contra a militarização dos processos de formação inicial e continuada do(a)s professore(a)s e contra a implementação da EaD no ensino fundamental, médio e superior.
28. Dar continuidade à luta contra o Projeto Escola sem Partido e em defesa da liberdade de cátedra, liberdade de expressão, bem como da autonomia pedagógica para o livre exercício do ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo os Comitês em Defesa da Educação e a Frente Nacional Escola sem Mordada.
29. Articular apoio parlamentar contra o Future-se.
30. Fortalecer as campanhas estaduais, regionais e nacionais em defesa da autonomia da Universidade pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada.

AGENDA

- 11/02 - Lançamento da campanha nacional do(a)s SPF
- 12/02 - Ato em defesa dos Serviços Públicos (FONASEFE e Setor da Educação) – Auditório Nereu Ramos (Congresso Nacional)
- 13/02 - Ato em defesa dos Serviços Públicos junto à(o)s parlamentares (FONASEFE) (Congresso Nacional)
- 14/02 - Ações nas agências contra o desmonte do INSS
- 21 a 25/02 - Bloco na Rua em defesa da educação pública
- 10/02 a 13/03 - Rodada de assembleias para discutir a greve ate dia 13 e reunião de setores 14 e 15 de março
- 08/03 - Dia Internacional da Mulher. Paralisação, mobilização e ações
- 14/03 - Dia Nacional de Luta contra a criminalização dos movimentos e lutadore(a)s sociais: dois anos do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes
- 18/03 - Greve Geral da Educação
- 1º/05 - Dia do(a) trabalhador(a)
- 25/07 - Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha
- 28/08 - Dia Internacional do Orgulho LGBTQI+
- 21/09 - Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência
- 28/09 - Dia Latino-Americano e Caribenho de Luta Pela Descriminalização do Aborto
- Outubro - Dia Nacional de Combate ao Assédio nas IES (universidades federais, estaduais e municipais, institutos federais, CEFET)
- Novembro - Dia Nacional de Combate ao Racismo nas IES (universidades federais, estaduais e municipais, institutos federais, CEFET).

TR – 16

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

No âmbito dos Servidores Públicos Federais

1. Intensificar a luta pelo Fora Bolsonaro e Mourão e contra sua política genocida e neoliberal, tanto nas ruas quanto nas redes, sem atrelá-la ao calendário eleitoral, ampliando o diálogo com a comunidade universitária e a comunidade em geral.
2. Intensificar a luta contra a PEC 32 (da contrarreforma administrativa), pela revogação da Emenda Constitucional 95 (teto dos gastos), das contrarreformas Trabalhistas e da Previdência, entre outros ataques à classe trabalhadora, como por exemplo, a Nova proposta de Reforma Trabalhista, juntamente ao Fonasefe, às Centrais Sindicais, ao Fórum Sindical, Popular e de Juventudes e demais entidades da educação.
3. Defender a campanha salarial unificada dos SPF de 2022 de forma articulada com as entidades que compõem o Fonasefe.
4. Envidar esforços para construção da greve unificada dos SPF mantendo como pauta a centralidade da recomposição salarial, a revogação do teto de gastos e das contrarreformas, contra a PEC 32.

No Âmbito das Universidades, Institutos Federais e CEFET

1. Intensificar a luta contra as Intervenções nas Universidades, Institutos e Cefets
 - 1.1. Realizar ações de comunicação, atos públicos nas universidades, pressão aos parlamentares, entre outras, denunciando o impacto das intervenções nas IFES.
 - 1.2. Reforçar nossa luta histórica pela defesa de eleições diretas, paritárias e universais, pelo fim da lista tríplice, e para que os processos se encerrem nas instituições, respeitando a autonomia universitária.
2. Intensificar a luta contra os Cortes Orçamentários e pela recomposição dos orçamentos nas IES, mantendo e ampliando a campanha nacional “Defender a Educação Pública é nossa Escolha para o Brasil” com a interiorização de suas ações, junto às seções sindicais e entidades da educação, buscando ampliar seu diálogo com a população.
3. Lutar contra o avanço da proposta do Reuni Digital, apontando suas contradições e dialogando com as comunidades universitárias sobre as ameaças à mercantilização da educação pública.
4. Lutar contra os projetos Future-se e Novos Caminhos ou qualquer projeto similar que vise aprofundar a privatização da educação pública, reafirmando o projeto de universidade pública defendido pelo ANDES-SN há 41 anos.
5. Dar continuidade à luta pelo retorno presencial com as devidas condições sanitárias e cobrando das IES planos sanitários e educacionais.
6. Realizar levantamento sobre a defasagem salarial presentes nas carreiras do Ensino Superior e EBTT federais para produção de um dossiê a fim de fortalecer nossa luta pela recomposição.
7. Realização de um Seminário Nacional conjunto entre o Setor das IFES e GT Carreira sobre os desafios da carreira docente do Setor das Federais no primeiro semestre de 2022.
8. Lutar contra os cortes e pela recomposição dos orçamentos para a Ciência e Tecnologia articulando ações de mobilização em conjunto com entidades estudantis e científicas.
9. Intensificar a luta pela revogação da Portaria MEC Nº 983/2020 que regulamenta as atividades docentes no âmbito da carreira docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT).
 - 9.1. Realizar um levantamento sobre quais Instituições Federais estão aderindo à Portaria 983/20 do MEC ou fazendo modificações em resoluções internas sobre encargos docentes visando aplicar o conteúdo dessa portaria.
10. Lutar por melhores condições de trabalho nas nossas Universidades, Institutos e CEFETs: retomada de concursos públicos, condições sanitárias e educacionais adequadas para retomada das aulas presenciais, entre outras.
11. Lutar contra a Lei do Novo Ensino Médio e Programa Nacional do Livro Didático orientado por essa Lei.
12. Lutar pela revogação das Novas Diretrizes para a Educação Profissional e Tecnológica.
13. Produzir uma cartilha sobre a questão do direito de imagem e direito autoral na relação com o teletrabalho, que foi amplamente experimentado durante a pandemia e que terá desdobramentos nas IES pós-pandemia

TEXTO 17

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre Macedo (ADUFPB); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); Antonia Costa Andrade (SINDUFAP); Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCG); Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFPEL); Carlos Costa (ADCESP), Carlos Rinaldo Nogueira Martins (SINDUFAP); Cássio Alves (APUFPR); Celeste Pereira (ADUFPEL); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES); Ceres Torres (ADUFPEL); Claudia March (ADUFF); David Junior de Souza Silva (SINDUFAP); Diana Regina dos Santos Alves Ferreira (SINDUFAP); Elaine da Silva Neves (ADUFPEL); Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE); Eliane Fazolo (ADUR-RJ); Eptácio Macário Moura (SINDUECE); Erlenias Sobral do Vale (SINDUECE); Fabiola Kato (ADUFPA); Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG); Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE); Francisco Santiago (SINDUFAP); Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFS-BA); Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL); Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR); Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP); Janete Brito (ADCESP); José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL); José dos Santos Souza (ADUR-RJ); José Raphael Bokehi (ADUFF); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ); Lorena Moraes (ADCESP); Lúcia Izabel Silva (ADUFPA); Luciano Coutinho (ADUFRJ); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE); Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL); Luiz Paiva Carapeto (ADUFPEL); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ); Maria Angélica da Gama Caral Coutinho (ADUR-RJ); Maria da Conceição Rosa Cabral (ADUFPA); Maria da Conceição dos Santos Costa (ADUFPA); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); Maria Edilene S. Ribeiro (ADUFPA); María Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS); Maria Isabel Duarte Rodrigues (ADUFPA); Maria Suely Soares (APUFPR); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Milena Martinez (APUFPR); Olgaíses Maués (ADUFPA); Omar Albomoz (ADCESP); Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP); Raquel Angela Speck (APUFPR); Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPB); Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA); Rosângela Assunção (ADCESP); Rosely Cabral Giordano (ADUFPA); Sandra Alessi (APUFPR); Savana Diniz (APUBH); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Sônia Maria Araújo ((ADUFPA); Sônia Regina Teixeira (ADUFPA); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Valdelaine Mendes (ADUFPEL); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA); Vilson Aparecido da Mata (APUFPR); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA), Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP).

DEFESA DA CATEGORIA, DOS DIREITOS E DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

TEXTO DE APOIO

A atividade docente nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) tem sido submetida a um crescente grau de precarização e intensificação, o que tem resultado em diversas formas de adoecimento do trabalhador docente. Tal quadro tem se agravado frente aos processos da atual racionalidade de avaliação institucional, a qual, por sua vez, submissa a órgãos externos de controle, o que não apenas tem comprometido severamente a autonomia institucional, mas também tem aprofundado a burocratização e a individualização dos processos institucionais, fertilizando cada vez mais o ‘ambiente mercadológico’ de competitividade interno e entre as instituições. Os cortes e os contingenciamentos orçamentários também afetam diretamente o trabalho docente de várias maneiras, haja vista que diminui-se a contratação de

professores substitutos (para os casos de licença saúde, licença maternidade, formação), o que ocasiona, necessariamente, a ampliação e a intensificação da carga de trabalho para os docentes ativos; limita-se a manutenção e a aquisição de espaços e equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades de ensino-pesquisa-extensão, o que acarreta perda de qualidade dessas atividades e compromete a convivência/socialização entre os membros da comunidade acadêmica; amplia-se a lógica produtivista e mercantilista nas instituições, estimulando-se e valorizando-se a busca de soluções individuais em nome de uma suposta maior eficiência institucional frente à falta de recursos, às condições e à estagnação salarial. Em outras palavras, busca-se “fazer mais com menos”, reproduzindo-se, na vida institucional pública, a mesma lógica do setor privado. Além disso, a categoria docente tem sido submetida a um processo de desestruturação da carreira com inequívoca corrosão salarial, haja vista a profunda burocratização e as limitações nas progressões e nas promoções, mediante ações normativas internas, cujo grau de heteronomia e diversificação entre as instituições afronta a proposta de Carreira construída coletiva e democraticamente pelo nosso Sindicato Nacional (Caderno 2), inviabilizando o acesso igualitário de toda a categoria aos últimos degraus da Carreira. Vale lembrar que esse processo de desestruturação se deu, sobretudo, a partir do acordo proposto pelo governo Luiz Inácio da Silva e assinado pelo PROIFES, em desfavor da categoria, durante a histórica greve de 2012. Por fim, outro elemento importante a considerar é o ataque a autonomia universitária e da democracia institucional, diminuindo-se ou esvaziando-se os espaços colegiados e as instâncias decisórias da vida institucional, desestimulando-se os processos participativos de modo que, cada vez mais, a categoria docente – assim como a discente e a dos servidores técnico-administrativos – se veja distante do planejamento e das decisões relativas aos rumos da instituição. Para muitos, vem se naturalizando a percepção de que a dimensão da política administrativa e de gestão não faz parte do trabalho docente, devendo ser relegada a segundo plano ou a “outros” que se interessem pela política institucional.

Nesse cenário, a EC 95/2016 e outras medidas que limitam o teto de gastos com as questões sociais prioritárias têm sido prejudiciais tanto à sociedade brasileira quanto, fundamental e conseqüentemente, à educação pública como um todo, particularmente a Educação Superior Pública. Não bastasse essa famigerada política de estrangulamento dos serviços públicos (tática de inanição financeira), que se aprofundou a partir da EC 95/2016, outro ataque ao conjunto do serviço e dos servidores públicos foi consubstanciado na PEC 32/2020 (reforma administrativa), que prevê, dentre outros, a retirada de direitos, a fragilização das carreiras e a limitação das condições de desenvolvimento das atividades fins, o que pode resultar na efetiva redução dos serviços públicos prestados à sociedade como um todo.

Como se percebe, os ataques às Instituições Federais de Ensino Superior – e aos serviços públicos em geral – são, igualmente, ataques à categoria docente e aos demais servidores públicos. O efetivo desenvolvimento institucional pressupõe a preservação e a defesa dos pilares estruturantes das Instituições Federais de Ensino Superior – o financiamento público, a autonomia e a democracia – sem os quais ficam comprometidos não só o direito social a uma educação de qualidade, mas, particularmente, o trabalho e a carreira docente. A defesa da categoria pressupõe, pois, para além da Carreira, a luta em defesa de efetivas condições de trabalho, combatendo-se todas as formas de sua precarização, inclusive a desvalorização salarial. Por conseguinte, é imprescindível a luta contra a política de asfixiamento financeiro e contra o desmonte das Instituições Federais de Ensino Superior, expressa, dentre outros, na EC 95/2016, em seu continuado processo de contingenciamento orçamentário das IFES, assim como na PEC 32/2020.

Do mesmo modo, impõe-se ao ANDES-SN a luta intransigente contra todas as formas de comprometimento da autonomia e da democracia nas Instituições Federais de Ensino Superior, princípios constitucionais duramente conquistados e imprescindíveis ao projeto de universidade pública que defendemos. Isso significa lutar contra a precarização e em favor da valorização docente, contra a racionalidade produtivista e de inspiração mercadológica que tem caracterizado o ambiente acadêmico; colocar-se em defesa da ampliação do financiamento público (verbas públicas para Educação pública e gratuita) capaz de atender ao planejamento institucional em termos de ensino-pesquisa-extensão e desatrelado da lógica competitiva dos editais e *rankings* que, pelos limites orçamentários, beneficia os

centros de excelência e os grupos de pesquisas consolidados, em detrimento dos centros menores, menos desenvolvidos e/ou com menos acesso a recursos orçamentários.

A Pandemia de COVID-19 deixa muitas consequências para a Educação Superior Pública. Uma delas diz respeito à adoção do Ensino Remoto Emergencial como única solução para a realização dos processos educativos neste difícil momento. Esta forma educativa assumida pelo conjunto das IES acelerou processos de privatização, de parcerias público-privadas, de plataformização da educação, de reconversão docente. A transformação de aulas em encontros síncronos e assíncronos foram rapidamente assimilados, sem muitos questionamentos sobre suas consequências; no entanto, isto resultou na diminuição do tempo de ensino com interação direta, em intensificação e precarização do trabalho e estudos e, ainda, os custos deste trabalho foram assumidos por professores, TAES e estudantes.

Para 2022, a maioria das Instituições Federais de Ensino Superior se preparam para um retorno presencial e, algumas já retornaram parcialmente, ainda com muita insegurança em relação às mutações do vírus, à falta de recursos para as adaptações necessárias e à manutenção das IES. Este possível retorno já discute também a adoção do que está se chamando de “ensino híbrido” cuja adoção já pode ser percebida nas diversas regulamentações tanto via MEC, como internamente nas IES, prevendo uma ampliação da carga horária em EAD nos cursos presenciais, descaracterizando-os e resultando em alteração do trabalho docente e da própria carreira docente (professor conteudista, tutores, designer instrucional), o que poderá provocar uma diferenciação ainda maior entre a categoria. Agregue-se ainda que a adoção do ensino híbrido vem articulada à proposta de extinção da formação presencial nas IFES.

Ainda quanto à pauta específica para a construção de uma agenda de lutas para o Setor da IFES, é mister recordar princípios e deliberações coletivas já firmadas por nosso Sindicato. Isso reforça a importância dessas construções e das lutas para um projeto de educação para a classe trabalhadora. São demandas da Universidade Pública, Institutos Federais e sobre carreira e trabalho docente:

1. garantia de que o caráter público da universidade, sua autonomia constitucional e a função social da atividade docente sejam os elementos definidores das políticas de financiamento e do regramento das relações de trabalho;

2. garantia de financiamento público estável e suficiente para as IFES, assegurando incrementos compatíveis para a expansão com qualidade, tal como apresentado no PNE para a Sociedade Brasileira;

3. garantia das condições adequadas para que o exercício do trabalho docente se desenvolva fundamentado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, em busca do padrão unitário de qualidade;

4. garantia de Carreira Única para todos os docentes das IFES;

5. garantia de que a contratação do corpo docente se dê unicamente pelo Regime Jurídico Único. Lutar por vagas no quadro de pessoal, por concursos públicos RJU/carreira docente preferencialmente em regime de DE e por contratação dos docentes necessários ao funcionamento e à expansão das Universidades e dos Institutos Federais e CEFT;

6. manutenção da estabilidade no emprego como regra, nas IFES e nos serviços públicos;

7. garantia do princípio da isonomia salarial entre cargos públicos com funções, titulação e regime de trabalho equivalentes;

8. reivindicar que o piso salarial da tabela dos docentes, graduado em regime de trabalho de 20h, seja o salário mínimo calculado pelo DIEESE para 1º de maio de 2022, repercutindo conseqüentemente para o restante da Tabela;

9. regularização/Institucionalização da negociação coletiva no setor público federal e direito irrestrito de greve, colocando em prática as determinações da convenção 151 da OIT;

10. revisão geral anual dos salários conforme determina a Constituição Federal.

11. garantia de aposentadoria integral, de forma a assegurar a paridade entre ativos e aposentados, resguardando o poder aquisitivo dos proventos, além de todos os direitos e vantagens percebidos quando da aposentadoria;

12. garantia das condições para que as IFES cumpram a sua responsabilidade de oferecer educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade para todos, como direito social e dever do Estado, combatendo todas as formas de precarização decorrentes das iniciativas que vêm sendo impostas a título de reforma universitária;

13. garantia do caráter público e gratuito, e da função social das IFES, lutando contra o processo de privatização em curso;

14. garantia de estatuto jurídico público para as IFES e seus órgãos complementares, preferencialmente como autarquias de regime especial, assegurando a responsabilidade do Estado e a autonomia universitária constitucional;

15. garantia de um sistema de avaliação institucional das IFES de caráter autônomo e democrático, tendo como referência o projeto político acadêmico de cada instituição, resguardando-se o integral financiamento público do sistema;

16. garantia de condições estruturais e acadêmicas que propiciem a universalização do acesso dos estudantes às universidades públicas do país;

17. garantia de gratuidade, integralidade e universalidade das ações dos Hospitais Universitários (Hus), com adoção de medidas contra sua mercantilização, privatização e transferência para o controle da EBSEH.

18. lutar pela revogação de qualquer forma de cobrança de taxas nas IFES;

19. Implementar a escolha dos dirigentes pela comunidade universitária em eleições diretas, no mínimo paritárias.

Entendemos que essa luta é, ao mesmo tempo, específica e geral. Por isso, o 40º Congresso do ANDES-SN deve aprovar um Plano de Lutas que articule, dialeticamente, as questões relativas aos Servidores Públicos Federais às dos trabalhadores da área da educação, destacadamente das Universidades e Institutos Públicos. O ANDES-SN precisa manter-se na vanguarda da luta incessante de organização da classe trabalhadora, haja vista que os SPF são parte integrante dela, mas sem abdicar, nessa mesma luta, da imprescindível mobilização da categoria docente, sua própria base, tanto pelos processos formativos quanto pelas diferentes ações que possam fortalecer a resistência frente ao conjunto de ataques que os trabalhadores da educação têm sofrido, particularmente os das Universidades Públicas e Institutos Públicos.

TR – 17

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

A - No âmbito dos SPF:

1. Intensificar a ação organizativa e de luta com os demais servidores públicos federais, buscando também construir uma pauta articulada com os trabalhadores dos serviços públicos nas três esferas federadas, incluindo os trabalhadores das Estatais e os terceirizados;
2. Desencadear campanha salarial exigindo negociação com o Governo a partir dos seguintes eixos:
 - 2.1 Reposição das perdas salariais decorrentes da corrosão inflacionária;
 - 2.2 Recuperação das perdas históricas;

- 2.3 Política salarial permanente com valorização do salário-base e a incorporação das gratificações;
 - 2.4 Exigir condições de trabalho especiais enquanto durar a pandemia, tanto no trabalho remoto como no retorno presencial, fornecendo os insumos e as adaptações necessárias para tal;
 - 2.5 Recuperação da paridade entre servidores ativos, aposentados e pensionistas;
 - 2.6 Definição da data-base em 1º de maio;
 - 2.7 Pagamento imediato de todos os precatórios;
 - 2.8 Valorização dos serviços e dos servidores públicos com reforço orçamentário, especialmente aos setores responsáveis pela formulação e promoção das políticas sociais.
 - 2.9 Intensificar a luta contra às “contrarreformas” que retiram direitos dos trabalhadores e da população, em especial à PEC32/2020 e ao conceito de “teto de gastos”, que prioriza o direcionamento do orçamento público para remuneração financeira em detrimento das políticas sociais;
 - 2.10 Restauração dos direitos dos servidores públicos suprimidos do texto original da Lei nº 8112/90 (RJU)
3. Lutar para reverter o confisco salarial praticado pelo governo a título de aumento das contribuições previdenciárias, inclusive com esdruxula inclusão dos próprios aposentados nesse desconto;
 4. Elaborar um calendário de lutas nacionalmente articulado, em acordo com as demais categorias do serviço público, de modo a contemplar:
 - a) Jornada Unificada de luta contra a PEC 32/2020 a ser realizada nos Estados e em Brasília, acompanhando a sua tramitação no Congresso Nacional;
 - b) Dia de luta unificada por uma data-base e Campanha Salarial: 1º de Maio.
 - c) Ações Unificadas nos Estados sobre a Campanha Salarial, culminando com grande Ato em Brasília – março a junho.
 - d) Intensificar a construção da Greve Unificada dos SPF, de acordo a pauta protocolado no dia 18 de janeiro de 2022 no Ministério da Economia.

B – No âmbito do Setor das Federais: prioridades na pauta de lutas em 2022:

1. Lutar pela recomposição orçamentária e ampliação do orçamento público adequado para funcionamento e expansão das Universidades e dos Institutos Federais e CEFT;
2. Lutar contra os contingenciamentos orçamentários;
3. Intensificar a luta para que os resultados dos processos eleitorais de consulta a comunidade acadêmica sejam respeitados, garantindo a sua homologação no âmbito da própria instituição, revertendo a nomeação de interventores;
4. Exigir que o MEC e as reitorias assumam a responsabilidade e a importância dos Colégios de Aplicação para o desenvolvimento da Educação Básica;
5. Exigir que aos Institutos Federais e CFET e seus docentes seja atribuído o mesmo nível de autonomia das Universidades;
6. Lutar por condições de trabalho adequadas levando em conta as necessidades atuais decorrentes da pandemia, como o ensino remoto emergencial e o retorno presencial.
7. Exigir reposição salarial imediata revertendo-se a corrosão inflacionária e promovendo a recuperação das perdas históricas;
8. Retomar a luta pela negociação por remuneração integral e isonômica dos integrantes de mesmo nível da carreira, que unifique em apenas uma linha no contracheque os percentuais correspondentes à titulação e ao regime de trabalho. Os percentuais de acréscimos relativos à

titulação serão: de 75% para Doutor ou Livre-docente; de 37,5% para Mestre; de 18% para Especialização; de 7,5% para Aperfeiçoamento. Tendo por base o regime de 20 horas semanais, os percentuais de acréscimo relativo ao regime de trabalho serão: 100% para o regime de 40 horas; 210% para o regime de DE. Intervalo remuneratório em percentual constante entre os níveis da carreira;

9. Exigir reposicionamento dos docentes aposentados e seus pensionistas, de forma a resguardar a posição do docente em relação ao topo da carreira na data da aposentadoria, considerando a garantia dos direitos decorrentes da aplicação do Art. 192, da Lei nº 8.112/90 (RJU);
 10. Retomar a luta e exigir paridade e integralidade para os aposentados;
 11. Garantir a manutenção dos valores destinados a cobrir as despesas de pessoal e os encargos dos aposentados e pensionistas com recursos do Tesouro Nacional, no orçamento e na folha de pagamentos da IFES de origem, bem como a relação administrativa desses docentes. Esse pagamento não será incluído a título de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;
 12. Exigir equivalência da remuneração e das condições de trabalho dos professores substitutos com a dos docentes efetivos com a mesma titulação e regime de trabalho;
 13. Lutar para garantir que as promoções e as progressões na carreira docente sejam partir da data em que se completa o interstício em termos financeiros e administrativos;
 14. Lutar pela liberdade de pensamento e de expressão, e contra a crescente criminalização e perseguição àqueles que lutam em defesa da educação pública;
 15. Lutar pela regularização dos pagamentos referentes aos adicionais de insalubridade e periculosidade, que foram arbitrariamente interrompidos;
 16. Garantir as condições adequadas de funcionamento dos novos cursos, especialmente nos *campi* descentralizados, para que a comunidade acadêmica possa desenvolver com qualidade o trabalho indissociável de ensino, pesquisa e extensão;
 17. Garantir a liberação para o exercício de mandato classista, sem perda da remuneração e dos demais direitos, mediante alteração do Art. 92 da Lei nº 8112/90 (RJU);
 18. Ampliar o apoio à capacitação docente com direito à bolsa e carga horária disponível;
 19. Lutar para recomposição e ampliação de recursos orçamentários institucionais para pesquisa e extensão;
 20. Lutar pela democratização das agências de fomento à pesquisa como CAPES, CNPq e FINEP;
2. Protocolar as pautas junto ao governo federal e às reitorias, exigindo a instalação de mesas de negociações;
 3. Estabelecer uma agenda nacional de mobilização, convocando a categoria para a luta em defesa dos direitos, das condições de trabalho, das Universidades Federais, dos Institutos Federais e CEFT:
 - a) Paralisação exigindo a recomposição do orçamento das IFES – abril.
 - b) Paralisação pela recomposição e ampliação do orçamento da ciência e tecnologia – abril.
 - c) Dia de luta e lançamento de campanha salarial – 1º de Maio.
 - d) Construir uma jornada de luta referente a carreira e campanha salarial – março e junho.
 - e) Construção de Greve da Categoria - a partir de rodadas de assembleias de base e debates sobre as condições orçamentárias da IFES, condições de trabalho e estudos, carreira e campanha salarial, autonomia

universitária, caso não seja criada mesa de negociações por parte do governo, a partir dos protocolos das pautas e campanha salarial enviados pelo ANDES-SN em articulação com os SPF.

4. Retomar e atualizar os Cadernos (iniciado com a greve de 2012) sobre Precarização das Condições de Trabalho nas IFES, com o processo de sufocamento e contingenciamento orçamentários, levando-se em consideração as questões de segurança sanitária impostas pela situação da saúde pública (Covid-19 e decorrências sanitárias) a todas as instituições.
5. Realizar estudos, publicações e debates que orientem a luta sobre o impacto do Ensino Remoto Emergencial e, conseqüentemente, das diversas regulamentações via MEC e IES para um processo de ampliação da carga horária em EAD nos cursos presenciais, resultando em alteração do trabalho docente e da própria carreira docente.

TEXTO 18

Contribuição de: Assembleia Geral da ADUFPB, realizada em 9 de fevereiro de 2022, Diretoria da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, Diretoria da ADUFPel SSind, Diretoria da ADUFC Sindicato, Diretoria da Associação dos Docentes da UFES (ADUFES), Diretoria da APUR- Associação dos Professores Universitários do Recôncavo, Diretoria da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal da Fronteira Sul (SINDUFFS), Diretoria da ADUFVJM - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diretoria da ADUFERSA – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Semi-Árido, Diretoria da ADUR-RJ S.Sind, Agenor Pina da Silva (ADUNIFEI), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Marcelo Chuei Matsudo (ADUNIFEI), Nelson Manzanares Filho (ADUNIFEI).

INTENSIFICAR A LUTA PARA PÔR FIM ÀS INTERVENÇÕES DO GOVERNO BOLSONARO NAS IFES

TEXTO DE APOIO

Vinte e sete Instituições Federais de Ensino já sofreram intervenção do governo Bolsonaro, com a nomeação de reitores *pro tempore* ou de candidatos que não foram os eleitos pelas comunidades universitárias. Atualmente, vinte e duas IFES permanecem sob intervenção: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade do Vale do São Francisco (UNIVASF), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Universidade

Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Semi-Árido (UFERSA), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Universidade Federal de Goiás (UFG). Em outras dez IFEs os mandatos serão encerrados em 2022, havendo ainda a possibilidade de interferência do governo federal nas escolhas dos reitores e reitoras: universidades federais de Minas Gerais (UFMG), do Oeste do Pará (UFOPA), do ABC (UFABC), do Sudoeste da Bahia (UFSB), de Santa Catarina (UFSC), do Acre (UFAC), da Bahia (UFBA), do Amapá (UNIFAP) e Fluminense (UFF). Todas as intervenções são repudiadas pelo ANDES-SN, que tem desenvolvido iniciativas de âmbito nacional, como a articulação de plenária em defesa da democracia e autonomia nas Instituições Federais de Ensino Superior, com reitores e reitoras eleitos, e participação em audiência pública no Congresso Nacional, em dezembro de 2020; publicação do Dossiê: Militarização do Governo Bolsonaro e Intervenção nas Instituições Federais de Ensino, em março de 2021; promoção da Semana Nacional de Luta contra a intervenção nas Instituições Federais de Ensino (IFE), em agosto de 2021. As intervenções também se defrontam com a resistência das comunidades universitárias e variados tipos de mobilização. As iniciativas de âmbito nacional desenvolvidas até o momento e as mobilizações locais, entretanto, não têm se mostrado capazes de reverter as intervenções, mesmo naqueles casos em que as destituições dos reitores nomeados são aprovadas pelos conselhos superiores das instituições. Os encaminhamentos ao Supremo Tribunal Federal (STF) para obrigar o governo a nomear o primeiro indicado de cada lista tríplice também têm se mostrado insuficientes. Enquanto isso, as comunidades sofrem os efeitos das intervenções, seja pela brutalidade dos gestores impostos arbitrariamente, que atacam sistematicamente a democracia interna, seja pelo descaso ou pela fraqueza de reitores que não contam com o respaldo das comunidades para fazer frente aos cortes de verbas e desmandos do governo federal. É preciso intensificar a luta, articulada em âmbito nacional, pela democratização da escolha de dirigente nas Universidades e Institutos Federais e o combate às intervenções, tendo como referência o que apontam os documentos históricos do ANDES-SN: - escolha dos dirigentes pela comunidade universitária em eleições diretas, no mínimo paritárias; exigir respeito aos resultados dos processos eleitorais em que a comunidade universitária escolhe os dirigentes das IFEs, garantindo a sua homologação no âmbito da própria instituição.

TR – 18

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

- 1.** A articulação de campanha nacional, com apoio financeiro do Fundo de Mobilização do ANDES-SN: a) pela revogação imediata de todas as nomeações de reitores não eleitos e pela imediata posse dos reitores eleitos pelas comunidades universitárias dos Institutos e Universidades públicas no Brasil; b) pela revogação das Leis n. 5540/68 e 9192/95 e do Decreto n. 1916/96, e pelo respeito à democracia e autonomia das instituições federais de ensino, em conformidade com a Constituição Federal de 1988.
- 2.** Realização de um encontro nacional das seções do ANDES-SN nas IFEs sob intervenção e criação de um espaço nacional permanente de mobilização, articulação e compartilhamento de experiências de luta contra as intervenções.
- 3.** Articulação com outros segmentos da comunidade universitária, movimentos, sindicatos e entidades democráticas contra as intervenções.
- 4.** Debater, no âmbito dessa articulação, a necessidade e a pertinência de uma legislação que garanta a

autonomia e a democracia universitárias.

TEXTO 19

Contribuição dos sindicalizado(a)s: Antônio Gautier Farias Falconieri (ADUERN-SSind), Flávia Spinelli Braga (ADUERN-SSind), Lemuel Rodrigues da Silva (ADUERN-SSind), Marcelo Vieira Magalhães (ADUERN-SSind) Marcilio Lima Falcão (ADUERN-SSind), Rosimeiry Florêncio de Queiróz Rodrigues (ADUERN-SSind).

CONDIÇÕES SANITÁRIAS E ESTRUTURAIS COMO GARANTIAS PARA RETORNO PRESENCIAL

TEXTO DE APOIO

O novo quadro da Pandemia no mundo gerou uma incógnita quanto ao retorno das atividades presenciais nas Universidades públicas. No caso da UERN, o retorno presencial estava previsto para o início de co-práticas. Como os docentes estavam em suas férias seu direito a discutirem e ofereverem, porem no meio de janeiro a reitoria a pedido de DCE da uern reuniu técnicos e discentes para apresentar o que o Comitê Científico Covid da Uern havia recomendado, a prorrogação por 35 dias para o retorno presencial e retorno hibrido imediato para atividades práticas ou teóripinarem foi desrespeitada gerando reações desrespeitosas nas redes sociais por parte de grupos de alunos que exigiam o retorno presencial sob a alegação de prejuízos pedagógicos e que a Universidade tinha totais condições para o retorno adotando as normas protocolares de segurança. Entre as justificativas também assinalaram o retorno de outras atividades como bares, restaurantes, hotéis, shoppings etc. O adiamento do retorno seguindo as orientações do Comitê Científico Covid da Uern apresentado na primeira semana no Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão foi acolhido e compreendido como sensato, mesmo sob os protestos de alguns grupos dentro da Universidade, inclusive docentes.

Se faz necessário levantar alguns dados e problematizar algumas questões sobre as condições para o retorno presencial e assim termos plenos convicção do que teremos pela frente, dentre outras coisas acompanhar o quadro vacinal do país e verificar as recomendações dos órgãos responsáveis como OMS, ao portal covid19rn.gov.br que junto com os principais órgãos científicos do estado apresenta uma estatística de ocupação de leitos de UTI de 85,7% estatísticas apresentadas pelo governo do RN junto ao laboratório LAIS-UFRN¹¹ ao mesmo tempo que temos os dados do Consórcio de Imprensa, que aponta para um percentual de 70,6% da população brasileira estando totalmente imunizada (com duas doses ou dose única)¹². A imunização avança, com o início da vacinação em crianças de 05 a 11 anos, isso representa um alento, além

11 Laboratório de inovação tecnológico em saúde da Universidade Federal do Rio grande do Norte

12 <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>

da conquista da obrigatoriedade da apresentação do passaporte vacinal. E a própria UERN já tem o número de estudantes que apresentaram o comprovante como pressuposto para o retorno presencial.

Retornar é preciso, não podemos permanecer no remoto, haja vista que esta modalidade de ensino faz parte do pacote do organismo internacionais como o Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio, UNESCO, dentre outros que defendem essa modalidade de ensino para o Brasil. O ensino remoto serviu para duas coisas, primeiro provar que essa modalidade não funciona e trás prejuízos enormes ao ensino, pesquisa e extensão, além de precarizar ainda mais o trabalho docente e técnico administrativo, por outro lado, serviu de laboratório para esses organismos internacionais observarem a modalidade e buscar aprimoramentos para sua ampliação, já que temos na prática a EAD.

Nos posicionar em favor do retorno presencial é fortalecer a luta por uma Universidade pública com espaço aberto para todos, de convívio social permanente e debates, em que os sujeitos possam interagir nos espaços acadêmicos de forma coletiva e aguerrida. Nesse sentido a luta pelo retorno presencial deve ser acompanhado pela exigência de todas as condições sanitárias necessárias para garantir aos docentes, estudantes e técnicos administrativos segurança para o bom desenvolvimento das atividades.

No entanto, além das condições sanitárias, devemos nos preocupar com as condições estruturais de funcionamento dos espaços de convivência e produção acadêmica, salas, laboratórios, bibliotecas, lanchonetes, banheiros. A UERN que já estava em condições precárias de funcionamento antes da Pandemia, teve seu quadro agravado por falta de manutenção de sua estrutura durante esses dois anos sem funcionar plenamente. Parte da estrutura do Campus de Mossoró necessita de restauração e ou manutenção, além de outras necessidades urgentes.

Algumas iniciativas que deveriam partir da gestão em conjunto com o comitê Covid/Uern foi feito pelo C.A de Geografia do Campus de Mossoró, que fez um estudo minucioso sobre as condições e recomendações para o retorno presencial do curso de Geografia e que nos dá uma dimensão guardadas as proporções do desafio de nossa instituição. O C.A fez um relatório, onde entrevistou alunos do curso de geografia sobre o retorno das atividades presenciais, bem como a estrutura do curso e recomendações que mostram os problemas enfrentados pela Universidade.

Sobre o retorno das atividades presenciais foi realizada consulta junto aos alunos, levantando algumas questões em torno do retorno em marco se de forma presencial, híbrido ou remoto, dos questionários enviados, 71 responderam, dos quais 43,7% optaram pelo presencial. Aqui se demonstra que a maioria dos alunos tem dúvidas e não querem o retorno presencial, continua no remoto ou se estabelece a forma híbrida.

Tem-se muito debatido sobre o retorno na forma híbrida, se faz necessário uma posição da categoria em relação a essa forma, uma vez que duplica o trabalho do docente levando ainda mais ao desgaste físico, emocional e a perda financeira, haja vista que não está previsto em nenhuma resolução, nem mesmo na carga horária docente, assim sendo, uma vez aprovada essa modalidade, o professor assumiria a responsabilidade de duas turmas para cada disciplina assumida.

Outro questionamento feito aos alunos foi em relação as condições financeiras de adquirir EPI's (Equipamento de Proteção Individual) como máscaras e álcool em gel, que deveria ser garantido pela instituição das 71 respostas, 94,4% responderam que sim, que poderia assumir essa despesa. Nosso corpo discente já tem despesas com transporte, alimentação, livros e outras despesas, ainda terá que acrescentar as EPI's.

Outros pontos podem ser destacados no relatório, como exemplo as medidas de biossegurança, distanciamento das cadeiras, cumprimento da capacidade máxima das salas de aula, ventilação das salas, uso adequado de máscaras e álcool em gel. Destacaremos o quadro demonstrativo sobre a ocupação das salas, cujo levantamento mostrou que a capacidade máxima de pessoas por sala é de 21 pessoas, lembrando que a média de alunos por sala, dependendo do curso pode chegar a 45, como resolver a situação? Quanto a ventilação, mesmo que alguns aparelhos de ar-condicionado tenham passado por manutenção, a ventilação

natural ou com ventiladores é o mais adequado, mas, segundo o relatório os ventiladores estão em péssimo estado.

O relatório é bem mais amplo, pois aborda questões que vão desde o comprovante de vacinação até o deslocamento de alunos de outras cidades e os que estão tendo despesas com aluguel, mas que não estão tendo aulas presenciais.

Estamos diante de um desafio para o movimento docente, ao mesmo tempo que precisamos defender o retorno presencial e a normalidade de todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão, se faz necessário pressionar a reitoria à garantir uma estrutura que nos dê segurança para desenvolvermos nosso trabalho.

TR – 19

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Pela luta em defesa da garantia de estrutura física de funcionamento das IES com segurança para o retorno presencial;
2. Pela aproximação do movimento estudantil e técnico administrativo com a finalidade de pressionar os reitore(a)s/governos na manutenção e reestruturação dos espaços físicos;
3. Que as seções sindicais reivindiquem junto aos governos/reitore(a)s os EPI's necessários para professores, estudantes e técnicos-administrativos.
4. Requerer que as universidades ampliem a política de bolsa de assistência a(o)s estudantes
5. Lutar em parceria com estudantes e técnicos para que as IES criem espaços de discussão acadêmicas, de pesquisa e extensão sobre biossegurança,
6. Solicitar a criação de protocolos de biossegurança
7. Pleitear junto as reitorias a criação de equipes de monitoramento
8. Pela luta da categoria contra o retorno na forma ensino híbrida.

TEXTO 20

Contribuição dos professore(a)s: Kátia De Araújo Lima Vallina (ADUA), Marcelo Vallina (ADUA), Valmiene Farias (ADUA), José Humberto Michiles (ADUA) Elciclei Faria Dos Santos (ADUA), Maria Rosária Do Carmo (ADUA), José Alcimar de Oliveira (ADUA), Antonio José Vale da Costa (ADUA), Aldair Oliveira De Andrade (ADUA), Ana Lúcia Gomes (ADUA), Ana Cristina Belarmino De Oliveira (ADUA), Francisco Jacob Paiva Da Silva (ADUA), Lino João De Oliveira Neves (ADUA), Lucas Milhomens (ADUA), Mauricio Alves da Silva (SESDUFT), Luiz Augusto Mazzarolo (SESDUFT), Abraão Penha (ADUNEB),

Camila Oliver (ADUNEB), Caroline Lima (ADUNEB), Jamile Silveira (ADUNEB), Célia Santana (ADUNEB), Celso Silva (ADUNEB), Francisco Cancela (ADUNEB), Carmen Sá (ADUNEB), Tadeu Belo (ADUNEB), Mirian Brito (ADUNEB), Nildo Mascarenhas (ADUNEB), Nora Oliveira (ADUNEB), André Lima Sousa (SINDUECE), José Ernandi Mendes (SINDUECE), Lena Lúcia Espíndola Rodrigues Figueredo (SINDUECE), Lúcia Helena de Brito (SINDUECE), Nilson de Souza Cardoso (SINDUECE), Pedro Wilson Oliveira da Costa Júnior (SINDUECE), Raquel Dias Araújo (SINDUECE), Sandra Maria Gadelha de Carvalho (SINDUECE), Virgínia Márcia Assunção Viana (SINDUECE), Antonio Gonçalves Filho (APRUMA), Horácio Antunes de Sant`Ana Júnior (APRUMA), Cacilda Rodrigues Cavalcanti (APRUMA), Ilse Gomes Silva (APRUMA), Maria da Glória Serra Pinto de Alencar (APRUMA), Bartolomeu Rodrigues Mendonça (APRUMA), Saulo Barros da Costa (APRUMA), Luiz Eduardo Neves dos Santos (APRUMA), Diana Costa Diniz (APRUMA), Célia Soares Martins (APRUMA), Micael Carvalho dos Santos (APRUMA), André Felipe Soares de Arruda (ADCAJ), Michele Silva Sacardo (ADCAJ), Silvia Sobral Costa (ADCAJ) e Helga Martins de Paula (ADCAJ), Carla Benitez Martins (ADCAJ), Alexandre Galvão (ADUSB), Suzane Tosta (ADUSB), Iracema Lima (ADUSB), Jânio Roberto Diniz dos Santos (ADUSB), Paulo Araquem Ramos Cairo (ADUSB), Sérgio Luiz Carmelo Barroso (ADUSB), Edilson Ferreira Batista (ADUSB), Andréa Gomes da Silva (ADUSB), Patrícia Araujo de Abreu Cara (ADUSB), Antonio Gautier Farias Falconieri (ADUERN-SSind), Flávia Spinelli Braga (ADUERN-SSind), Lemuel Rodrigues da Silva (ADUERN-SSind), Bruno Souza Bechara Maxta (APUBH), Deise Luiza Ferraz (APUBH), Elisabete Búrigo (UFRGS-SSind), Guilherme Dornelas Câmara (UFRGS-SSind), Robert Ponge e Sueli Goulart (UFRGS-SSind), Marcos Antônio da Silva Pedroso (ADUFS), Saulo Henrique Souza Silva (ADUFS), Benedito Carlos Caires Libório Araújo (ADUFS), Daniel de Campos Antiquera (ADUFPB), Marcio Bernardino da Silva (ADUFPB), Maria Raquel Garcia (ADUENF), Luciane Silva (ADUENF), Carlos Carvalho (ADUENF), Ricardo Nobrega (ADUENF), Andréia Moassab (SESUNILA), Patrícia Mecchi (SESUNILA), Eblin Farage (ADUFF), Arley Costa (ADUFF), Sonia Lucio R de Lima (ADUFF), João Claudino Tavares (ADUFF), Kate Lane (ADUFF), Victor Leonardo Figueiredo Carvalho de Araújo (ADUFF), Carlos Augusto Aguilar Júnior (ADUFF), Susana Maria Maia (ADUFF), Ana Claudia Cruz da Silva (ADUFF), Marina Tedesco (ADUFF), Wanderson Melo (ADUFF), Ramiro M. Dulcich (ADUFF), Edson Teixeira (ADUFF), Jaqueline Botelho (ADUFF), Douglas Barbosa (ADUFF), Felipe Brito (ADUFF), Antoniana Defilippo (ADUFF), Ana Livia Adriano (ADUFF), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (ADUFF), Bianca Novaes de Mello (ADUFF), Juarez Duayer (ADUFF), Tarcila Mantovan Atolini (ADUFVJM), Anielli Fabiula Gavioli Lemes (ADUFVJM) e Aline Faé Stocco (ADUFVJM), Clarissa Rodrigues (ADUFOP), Kathiúça Bertollo (ADUFOP), Rodrigo Fernandes Ribeiro (ADUFOP), Rodrigo Nogueira (ADUFOP), Altemir José Borges (SINDUTF-PR), Hilbeth Azikri (SINDUTF-PR), Silvana Heidemann Rocha (SINDUTF-PR), Dan Gabriel D'Onofre (ADUR- RJ), Leônidas de Santana Marques (ADUFAL), Suzana Maria Barrios Luís (ADUFAL), Tiago leandro da cruz Neto (ADUFAL), Suzana Santos Libardi (ADUFAL), Maria Betânia Gomes da Silva (ADUFAL), Fernando Medeiros (ADUFAL), Flávio Domingos (ADUFAL), Lucas Gama Lima (ADUFAL), Neila Reis (ADUFAL), Otávio Cabral (ADUFAL), Aruã Silva de Lima (ADUFAL), Osvaldo Maciel (ADUFAL), André Rosa Martins (SINDOIF), Milena Silvester Quadros (SINDOIF), Cleiton Luís Freitas de Oliveira, (SINDOIF), Aroldo Félix de Azevedo Júnior (APUR), Rubens Luiz Rodrigues (APESJF), Marina Barbosa Pinto (APESJF), Lorene Figueiredo (APESJF), Adriane Lima (ADUFPA) José Queiroz Carneiro (Aposentado/ADUFPA), Edivania Santos Alves (ADUFPA), Ailton Lima (ADUFPA), Isis Abel Bezerra (ADUFPA), Edna Campos (Aposentada/ADUFPA), Fátima Moreira (ADUFPA), Dalva de Cássia Sampaio dos Santos (ADUFPA), Walter Chile (ADUFPA), Erlando Rêses (ADUnB), Lúcia Lopes (ADUnB), Graciela Doz (ADUnB), Sadi Dal Rosso (ADUnB), Pedro Costa (ADUnB), Edson Marcelo Húngaro (ADUnB), Taise Negreiros (ADUnB), Thiago Melo (ADUnB), Carlos Lima (ADUnB), Muna Muhammad Odeh (ADUnB), Bernardete Gomes Mian (ADUFES), José Antônio da Rocha Pinto (ADUFES), Leonardo de Resende Dutra (ADUFES), Ricardo Roberto Behr (ADUFES), Claudia Lino Piccinini (ADUFRJ), Cleusa Santos (ADUFRJ), Cristina Miranda (ADUFRJ), Filipe Boechat (ADUFRJ), José Miguel Bendrao Saldanha (ADUFRJ), Luciana Boiteux (ADUFRJ), Luis Eduardo Acosta (ADUFRJ), Marcos Klemz Guerrero (ADUFRJ), Mariana Trotta (ADUFRJ), Roberto Leher (ADUFRJ), Rogéria de Ipanema (ADUFRJ), Simone de Alencastre Rodrigues (ADUFRJ), Thais Motta (ADUFRJ), Renata Flores (ADUFRJ), Eunice Bomfim Rocha (ADUFRJ), Leonardo Santos (ADUFMAT), Paula Gonçalves Alves (ADUFMAT), Haya del Bel (ADUFMAT), Maelison Silva (ADUFMAT), Breno Santos (ADUFMAT), Lila Cristina Xavier Luz (ADUFPI), Francisca Maria Cosme De Carvalho (ADUFPI), Francisco Williams De Assis Soares Gonçalves (ADUFPI), Marta Maria Azevedo Queiroz (ADUFPI), Emerson Monte (SINDUEPA), Diana Lemes (SINDUEPA), João Colares (SINDUEPA), Sueli Pinheiro (SINDUEPA), Zaira Fonseca (SINDUEPA), Flávio Sofiat (ADUFG), Alcides Pontes Remijo (ADUFG), Fabiana Itaci Araujo (ADUFG), Gardenia Furtado Lemos (ADUFG), Livia Gomes dos Santos (ADUFG), Gene Lyra (ADUFG), Jacqueline Rodrigues de Lima (ADUFG), Henrique Lemos (ADUFG),

CONDIÇÕES SANITÁRIAS PARA O RETORNO SEGURO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS NAS UNIVERSIDADES, NOS INSTITUTOS FEDERAIS E NOS CEFET

TEXTO DE APOIO

No dia 15 de março de 2020, o ANDES-SN, juntamente com FASUBRA e SINASEFE, lançava em Brasília o Comando Nacional de Mobilização e Greve (CNMG), com o objetivo de dar impulso ao debate da construção da greve do funcionalismo público e do setor da educação, em diálogo com categorias de estatais, que naquele momento também estavam iniciando suas mobilizações. A criação do CNMG era uma das estratégias para que o Sindicato Nacional pudesse dar consequência à resolução do 39º Congresso do ANDES-SN, ocorrido em São Paulo entre os dias 04 a 08 de fevereiro de 2020, que deliberou no Plano de Lutas dos Setores: “8. Envide esforços para a construção da greve do setor da educação (básica e superior) e, não sendo possível uma greve conjunta, construa uma greve das instituições federais de ensino e das universidades estaduais e municipais”.¹³

Nem no Congresso do ANDES-SN e nem durante as plenárias e os eventos nacionais das entidades que culminaram no lançamento do CNMG, estava presente a possibilidade de imposição do isolamento social por conta de uma nova doença. Importante resgatar que, em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) já havia recebido alerta de muitos casos de pneumonia em uma cidade da China. Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que existia um surto de novo Coronavírus e que constituía uma emergência em saúde pública. Em 11 de março de 2020, foi então declarada pela OMS a pandemia do novo Coronavírus.

A rapidez do processo de transformação de casos repetidos de uma mesma doença em uma pandemia, em um intervalo de apenas dois meses e meio, acabou por resultar em ações esparsas, descontraídas, a partir de avaliações ainda preliminares que não exprimiam a gravidade e a longevidade que a pandemia teria. Por um lado, os adeptos da ciência e defensores da vida começaram a trilhar o caminho do isolamento social e lutar para que houvesse *lockdown* no país; por outro, os defensores dos lucros acima da vida defendiam a preponderância das atividades econômicas e, baseados em *fake news*, trilharam um caminho anticiência e foram acertadamente qualificados como negacionistas (com negação da gravidade da doença, rejeição de fechamento das cidades, protelação na compra de vacinas e na organização para sua distribuição e aplicação de forma maciça). O Brasil, um dos países com maior sistema de saúde do Mundo – o Sistema Único de Saúde (SUS), com larga trajetória de vacinação, custou a alcançar vacinação diária de mais de 1 milhão de pessoas, demora que certamente contribuiu em muito para a ampliação do número de mortes.

Nesse processo, rapidamente, alguns setores por conta da natureza de seu trabalho – como a educação e a cultura -, tiveram todas as atividades presenciais suspensas. Na maior parte do Brasil, as aulas e outras atividades presenciais nas universidades, nos institutos federais e nos CEFET foram suspensas na semana do dia 16 de março. Algumas instituições ainda não haviam iniciado o calendário do 1º semestre de 2020 e já tiveram suas atividades suspensas presencialmente. Algumas instituições, pela força do autoritarismo dos gestores, sem nenhum diálogo com a comunidade acadêmica, já na semana de 16 de março transpuseram todas as atividades presenciais – sem preparação, sem estrutura, sem diálogo, para o sistema de

13 Relatório Final do 39º Congresso do ANDES-SN, pp.40.

ensino e trabalho remotos. Outras instituições iniciaram algum debate com a comunidade acadêmica, mas, acima de tudo, demonstraram, pela lentidão nas ações, que havia uma crença que a situação passaria rapidamente. De certa forma, também no movimento docente predominou a ideia de que a pandemia ‘passaria’ num curto ou médio prazo, e logo de início a posição preponderante foi pela suspensão das atividades sem realização de aulas online.

Com o passar do tempo e a prolongação da pandemia, foi-se demonstrando a necessidade de realização de atividades de ensino de forma remota. Para os que defendem a vida e a educação pública, o contato com os estudantes – sentido central de nosso fazer profissional -, era fundamental. Dentre os muitos motivos era necessário evitar trancamentos, impedimentos de continuidade com os vínculos e até serem obrigados a desistirem, portanto, tentar diminuir o impacto das perdas de uma educação que foi ceifada de uma hora para a outra de sua essência, qual seja, a de uma atividade presencial, dialógica e coletiva.

Iniciamos uma nova fase desse processo apresentando as exigências para que professores, técnicos-administrativos e estudantes tivessem condições de realizar suas atividades de forma remota, preservando a vida, e mantendo viva também a educação pública viva, em seu tripé ensino-pesquisa-extensão. Essa foi uma luta inglória. Com a posição do governo federal, seguida por governos estaduais e municipais, que nega a ciência e que considera que as universidades públicas não têm importância, atender às demandas que estavam postas para estruturação das condições de trabalho e estudo, foram absolutamente desprezadas. As atividades de ensino-pesquisa-extensão foram realizadas durante os anos de 2020 e 2021, com o empenho, esforço, dedicação e com os recursos de docentes, técnicos-administrativos e estudantes. A educação só se manteve viva, pulsando, porque arcamos com nossos salários e nossa disposição física e mental.

Ressalte-se que para as instituições de ensino e para os governos, essa foi uma forma de economizar, que ficou explícita tanto nos cortes de verbas do orçamento das instituições federais de ensino nos dois últimos anos, como também nas inúmeras declarações de dirigentes de instituições que declararam ter ‘saneado’ as contas. Sanearam as contas das instituições de ensino, mesmo com cortes de verbas, porque o ensino superior público só se manteve vivo pelo empenho e pela usurpação salarial dos servidores e servidoras. Em alguns poucos casos, houve programas de assistência estudantil – improvisados, em geral, baseados em contratos de telefonia de baixa capacidade e para um número reduzido de estudantes – para o acesso à mediação de tecnologias, que foram insuficientes para atender à demanda real de um país desigual em tudo, inclusive no acesso à internet e aos equipamentos necessários para acompanhamento do ensino remoto.

A pandemia, pelos motivos óbvios de opção política do presidente da república e de seus seguidores, seguiu um curso de alta letalidade e se prolongou por mais tempo do que imaginávamos. Para uma parte dos docentes e técnicos-administrativos implicou em adoecimento de vários tipos (diante de um trabalho mediado por tecnologia sem instalações, preparo e equipamentos adequados) e gastos extras; para estudantes, sem dúvida uma perda de conteúdos e da vivência de uma educação presencial, além de adoecimento de vários tipos. Para todos, significou perdas – de vidas amadas, de sociabilidade, de afetos, de trocas e construções coletivas. Mas, para o governo que defende o projeto do capital para a educação, significou o “balão de ensaio” para intensificar o ensino mediado por tecnologias, desocupando as instituições públicas de ensino e invisibilizando os trabalhadores (docentes e técnicos) e os discentes, contribuindo para esvaziar a organização coletiva.

Chegamos a 24 meses de pandemia no Brasil, de dois anos sem ensino-pesquisa-extensão presencial (com poucas exceções dos que iniciaram as atividades híbridas em momentos de esmorecimento da pandemia). E, ao que tudo indica, estamos caminhando para um patamar de endemia ou de uma doença controlável, que na maior parte dos casos pode ser fatal apenas para quem não se preveniu com as vacinas. Sabemos que ainda temos a situação de crianças abaixo de cinco (05) anos e as pessoas com comorbidades, que não podem se vacinar, é isso deve ser considerado em nossa análise.

O quadro vacinal no Brasil, segundo os dados apresentados pelo Consórcio de Imprensa (já que o Ministério da Saúde esconde os dados) apontam que cerca de 80% da população adulta já estão com duas

doses¹⁴, ou seja, nossa luta iniciada lá em 2020, de alcance da vacinação, para realização das atividades presenciais, já atingiu um patamar significativo para os parâmetros da ciência. A imunização avança, com o início da vacinação em crianças de 05 a 11 anos desde o dia 14 de janeiro. Também temos conquistado nas instituições de ensino a obrigatoriedade de apresentação do passaporte vacinal, uma conquista anulada, em muitos casos, pela arbitrariedade dos interventores nomeados por Bolsonaro.

Certamente, do plano sanitário aprovado pelo ANDES-SN no 11º CONAD Extraordinário, ainda temos muito que lutar. Mas é importante delimitarmos que, apesar de nunca termos trabalhado em condições ideais, se faz necessário definirmos as condições para nosso retorno, tais como, vacina, passaporte vacinal, distanciamento em salas de aula, laboratórios, bibliotecas, higienização e arejamento adequado, refeitórios, banheiros, oferta de máscara e álcool em gel, água nas instituições, ampliação do transporte coletivo extra e intra *campi*, bem como assistência estudantil para garantir o retorno dos estudantes que tiveram suas condições de vida degradadas pelo desemprego e pelo aumento do pauperismo.

Se a ciência é a nossa balizadora e, mesmo reconhecendo que a pandemia não acabou, indica a possibilidade ao retorno presencial das atividades de educação e, necessário, a reorganização dos protocolos de trabalho nas instituições, para que seja possível lutar pelo RETORNO PRESENCIAL SEGURO COM CONDIÇÕES DE TRABALHO, com aporte de verbas suficiente para que se viabilize as condições necessárias e seguras.

Para o capital, o período de pandemia serviu de laboratório para a difusão da educação à distância e para o chamado ensino híbrido. Recorrentemente, o Banco Mundial, a OCDE e as maiores corporações do ramo de tecnologia de informação celebraram a introdução das ditas novas tecnologias (plataformas de trabalho, plataformas de ensino) nas escolas e universidades públicas. A ofensiva do capital é indissociável do intento de refuncionalizar a educação mundial como uma educação por competências estabelecidas pelo capital, em detrimento da formação científica, cultural, artística e tecnológica da classe trabalhadora mundial. Por isso, o Andes-SN deve se somar às lutas de milhões de trabalhadores docentes em prol da educação integral de todos os estudantes. No Brasil, além dos intentos das corporações, é necessário considerar as movimentações governamentais guiadas pela guerra cultural para introduzir o REUNI Digital. A pandemia serviu de laboratório para intensificar e acelerar o projeto de uma educação esvaziada do seu sentido pleno, que invisibiliza o conhecimento e também os trabalhadores da educação (professores e técnicos-administrativos). Uma educação aligeirada e tratada como mercadoria que, por isso, pode ser à distância.

Lutar pelo retorno presencial, com condições, é lutar por uma educação que pulsa e está viva. Por uma educação que não se limita às 'salas' de aula virtuais, por uma educação que é coletiva e que pressupõe a organização coletiva de docentes, técnicos-administrativos e estudantes. Continuar em trabalho e ensino remoto é tudo que o projeto de extrema-direita, fundamentalista e miliciano deseja. Essa é a forma de reduzir ainda mais as verbas para a educação, inviabilizar a produção do conhecimento e a importância da educação superior pública para o conjunto da sociedade e ainda esvair a nossa organização coletiva.

Vale explicitar que exceções devem ser tratadas como tais, nesse sentido, nossa luta pelo retorno presencial em condições seguras não desconsidera a necessidade da manutenção do trabalho remoto de professores, técnicos-administrativos e estudantes que, por questões de comorbidades ou outras, tenham a indicação médica para continuar exercendo as atividades desta forma.

A vacinação ampliada e a luta cotidiana pela AGENDA de retorno permitem o redimensionamento da luta pelo direito à educação da classe trabalhadora, e, desse modo, forjar um novo momento contra o projeto destrutivo do governo Bolsonaro, enfrentando a extrema-direita. O orçamento de 2022, em virtude da expansão ocorrida nos últimos 15 anos, é proporcionalmente, o menor da série histórica e pressupõe universidades em trabalho remoto. O retorno pleno colocará em evidência a destruição que está sendo

14 Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/11/brasil-chega-a-80-da-populacao-adulta-com-esquema-vacinal-completo.shtml>

promovida pelo governo Bolsonaro e servirá de base para construir, ao longo do ano, as jornadas de lutas que o país necessita para estabelecer novos horizontes para a educação pública.

Para nós, do movimento docente, a luta pelo retorno presencial com condições, significa resistência e luta em defesa da educação pública de qualidade, pautada no tripé ensino-pesquisa-extensão e demonstra nossa empatia com o conjunto da classe trabalhadora que sequer teve a possibilidade de fazer isolamento social. Em nome desses e dos segmentos que já retornaram ao trabalho, em nome dos segmentos mais pauperizados – que desejamos que estejam dentro da universidade pública -, em nome de uma educação comprometida com a realidade do conjunto de nossa classe, é tempo de lutar para voltarmos de forma presencial com segurança.

TR – 20

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

- 1.** Pela luta em todas as instituições de ensino superior públicas pelo retorno presencial seguro e com condições adequadas de trabalho, intensificando a mobilização das seções sindicais e a articulação com os demais segmentos da comunidade acadêmica;
- 2.** Pela luta para aprovação do passaporte vacinal em todas as instituições de ensino superior, pela testagem periódica da comunidade universitária e pelo acompanhamento epidemiológico e das curvas de contágio como parâmetro para a definição do retorno presencial;
- 3.** Pela articulação com o movimento estudantil para lutar pela ampliação imediata do programa de assistência e permanência estudantil de forma a minimizar a evasão;
- 4.** Que as seções sindicais reivindiquem nos planos locais de retorno presencial seguro, a garantia de manutenção de atividades remotas para professores, técnicos-administrativos e estudantes que tenham indicação médica ou de situação familiar para tal;
- 5.** A possibilidade de ensino híbrido ou continuidade de ensino remoto emergencial são consideradas uma excepcionalidade, e não se constituem como a forma essencial da educação pública. E em nenhuma hipótese de ensino emergencial, pode-se admitir intensificação do trabalho docente e de técnicos-administrativos (com ampliação da jornada e intensificação de atividades).

TEXTO 21

Contribuição dos professore(a)s: Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), André Moreira Bordinhon (ADUA), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Elis Regina Fernandes Alves (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (Sindiprol/Aduel), Fernando Cesar Paulino Pereira (ADCAC), Lorena Ferreira Portes (Sindiprol/Aduel), Lourival Felix (Sesduem), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE), Valdir Anhuchi (Sindiprol/Aduel) e Viviane Vidal da Silva (ADUA).

PLANO DE LUTAS DAS IFES: RESPONDER AO ARROCHO SALARIAL, CORTES ORÇAMENTÁRIOS, PRIVATISMO, INTERVENCIONISMO, ENSINO A DISTÂNCIA E CONTRARREFORMAS COM A DEFESA DA AUTONOMIA, FINANCIAMENTO INTEGRAL POR PARTE DO ESTADO E EXPROPRIAÇÃO DA REDE PRIVADA DE ENSINO

TEXTO DE APOIO

O movimento docente das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) tem o desafio de articular uma resposta coletiva aos ataques, em vários níveis, que a Educação, o funcionalismo público e os trabalhadores, de forma geral, estão sofrendo, todos eles agravados sob o cenário de crise econômica e pandêmica. Temos como questões prioritárias: 1) Enfrentar os ataques às Universidades e Institutos Federais, que podem ser sintetizados nos seguintes pontos: a) brutais cortes orçamentários; b) ampliação do privatismo interno; c) expansão do Ensino a Distância (EaD); d) aumento da ingerência do governo federal; e) conversão das IFES em espaços mais elitistas e excludentes. 2) Lutar para derrubar e enterrar a contrarreforma administrativa e revogar a Emenda Constitucional 95 (do teto dos gastos), as contrarreformas trabalhista e previdenciária. 3) Erguer a luta pelos salários, corroídos pela alta do custo de vida e o arrocho salarial.

Estas questões demandam a recuperação das forças do movimento docente e universitário, neutralizadas pela atomização e passividade que decorreram da política burguesa do isolamento social, materializada na aplicação do EaD e na campanha das direções sindicais e estudantis do "Fique em Casa". E pressupõem a articulação de frentes únicas em vários níveis: no âmbito das IFES, com as assembleias e os comitês unificados de estudantes, professores e técnico-administrativos; junto ao movimento sindical do funcionalismo público dos níveis municipal, estadual e federal; em unidade com as centrais e sindicatos, em uma frente única sindical; e em busca de unificar a maioria nacional explorada e oprimida em uma frente única anti-imperialista. Estes vários níveis não são etapas separadas, mas sim buscas que devemos empreender simultaneamente para unificar e centralizar as forças dos explorados e oprimidos.

Procuraremos descrever brevemente os principais problemas que enfrentamos em cada um desses aspectos e nossas proposições.

Enfrentar os ataques às Universidades e Institutos Federais

a) Brutais cortes orçamentários

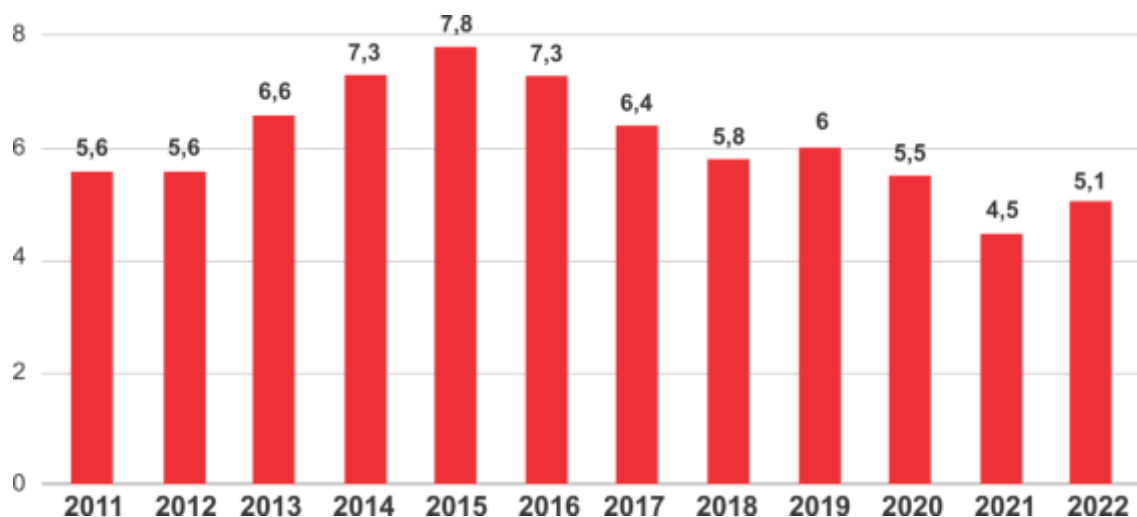
Desde 2016, ano após ano, o orçamento da Educação e, no interior dele, o das IFES, vem sofrendo sucessivos cortes, agravados após a aprovação da Emenda Constitucional 95 (do Teto dos Gastos). O impacto da crise econômica mundial, deflagrada em 2007-2008, nos Estados Unidos, foi sentido no Brasil, de forma mais violenta, a partir de 2015. O governo de Dilma Rousseff procurou aplicar um ajuste fiscal e se comprometeu com a contrarreforma da previdência, porém, por ser expressão de um governo de conciliação de classes, não pôde aplicar os ataques às massas no ritmo e profundidade exigidos pelo capital financeiro. Acentuou-se a crise política e, por meio de um golpe jurídico-político-midiático, o governo petista foi substituído pelo de Michel Temer, em 2016, que aplicou, de forma acelerada, um brutal ajuste fiscal, a contrarreforma trabalhista e também a do Ensino Médio. Como desdobramento do golpe, e ante a prisão de Lula (PT), Bolsonaro se elegeu em 2018, comprometendo-se com um programa ultraliberal de cortes orçamentários para áreas sociais e privatizações.

Para exemplificar a dimensão dos cortes, vejamos o orçamento discricionário das Universidades Federais. Chegamos a 2022 com um orçamento de R\$ 5,1 bilhões, um valor nominal muito inferior ao

orçamento de 2015, de R\$ 7,8 bilhões. Caso corrigíssemos esse valor conforme a inflação do período, que totalizou 42,51%, para manter o mesmo orçamento de 2015, deveríamos ter um montante de R\$ 11,2 bilhões. Ou seja, o orçamento atual equivale a 45,5% do orçamento de 2015. Além dos cortes, há outros mecanismos de contingenciamento e atraso na liberação de recursos que fazem com que o orçamento realmente repassado e executado seja ainda menor.

Orçamento das universidades federais (em R\$ bilhões)

Valores dos recursos absolutos discricionários, disponíveis para investimentos, sem correção da inflação.



Ao mesmo tempo em que as áreas sociais, como Saúde, Trabalho, Previdência, Educação, dentre outras, sofrem com o estrangulamento orçamentário, o governo Bolsonaro sustenta sua governabilidade com ampla distribuição de recursos por meio do Fundo Eleitoral, que chegou a R\$4,9 bilhões, em 2022, e de emendas parlamentares. Além dos R\$ 16,8 bilhões das emendas individuais e de bancada, foram destinados mais R\$ 16,5 bilhões para as emendas do relator (o chamado orçamento secreto). Bolsonaro também alimenta sua base política e ideológica, ampliando o orçamento para os militares, ao mesmo tempo em que pretende reverter sua impopularidade crescente com o Auxílio Brasil, medida assistencial eleitoral que terá R\$ 89,1 bilhões em 2022. Apesar de terem um impacto enorme na distribuição orçamentária, essas fatias nem se comparam à que é destinada ao capital financeiro, por meio dos juros e amortizações da dívida pública. Dos R\$ 4,7 trilhões previstos no orçamento da União, em 2022, o valor reservado para os credores da dívida pública é de R\$ 1,9 trilhão.

b) Ampliação do privatismo interno

A expansão do privatismo, no interior das Universidades e Institutos Federais, é a outra face do estrangulamento orçamentário. As reitorias e a casta burocrática no interior das universidades se adaptam aos cortes, ampliando as formas de captação de recursos privados. O projeto "Future-se", apresentado pelo Ministério da Educação em julho de 2019, enfrentou grande resistência das comunidades universitárias e, inclusive, das reitorias. Porém, as queixas da burocracia universitária ocultam interesses bastante distintos daqueles que combatem o privatismo. As reitorias rechaçaram que Organizações Sociais passassem a gerenciar as IFES, e procuraram mostrar que já realizavam várias das modalidades de captação de recursos por meio das fundações ditas de "apoio". Uma nova versão do projeto foi apresentada à Câmara dos Deputados como PL 3.076/2020. Mesmo que sua tramitação esteja parada, as formas de privatização interna previstas no projeto seguem se expandindo, com grande ênfase no estímulo à "inovação" e ao "empreendedorismo". Ampliam-se as parcerias público-privadas; a subordinação das pesquisas a interesses

de empresas, sobretudo multinacionais; a transformação da extensão em prestação de serviços; os cursos de especialização pagos; a cessão de imóveis; e a busca de editais para suprir a falta de recursos. A privatização interna é a forma de adaptação da burocracia universitária aos cortes no orçamento e, também, uma maneira pela qual parte da categoria docente dribla o arrocho salarial; ou, para uma ultraminoria, uma forma de favorecer interesses particulares às custas do nome e da estrutura das universidades públicas. Segue vigente a tarefa de derrubar o projeto "Future-se" e toda forma de privatização interna, exigindo o financiamento estatal integral das IFES, conforme o orçamento calculado pelas assembleias unificadas de estudantes, professores e técnico-administrativos.

c) Expansão do Ensino a Distância (EaD)

A combinação da crise econômica com a crise pandêmica desfraldou a aplicação massiva, e sem precedentes, do EaD em todos os níveis da educação, da educação infantil à pós-graduação. Tal movimentação confluiu com os interesses anteriores das corporações privadas de educação e tecnologia, assim como dos organismos internacionais como o Banco Mundial. Trata-se da manifestação da destruição da Educação que acompanha a fase de decomposição do capitalismo. Amplia-se o abismo entre a teoria e a prática, o abandono, pela burguesia, da educação como processo de transmissão do conhecimento acumulado pela humanidade e expansão deste, e a sua transformação, cada vez mais, em mera mercadoria, em mero campo de valorização do capital.

Com a deflagração da crise sanitária, as IES passaram por um período de suspensão das atividades presenciais de ensino. Na medida em que se estenderam os prazos das ações de isolamento social, as administrações das Universidades e Institutos progressivamente revelaram uma posição de adesão a substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais, propalada pelo Governo Federal, desde o início do isolamento social, através das Portarias n. 343 de 17/03/2020 e 345 de 19/03/2020. Uma posição que explicitou como encontram-se arraigadas as concepções pedagógicas aderentes ao EaD entre as burocracias universitárias e expressivos círculos docentes.

Assim, nos meses iniciais da pandemia, as administrações das IES esboçaram reticências ao uso imediato do ensino a distância (disfarçado de “ensino remoto”, “ensino virtual”, “ensino híbrido”, etc.) como meio para reativar o funcionamento das atividades de ensino. Tais resistências não se davam por quaisquer convicções de princípio sobre as consequências pedagógicas regressivas desse uso. Tampouco de uma avaliação do significado institucional e político de fortalecimento desse terreno das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), num momento em que, de um lado, os grandes monopólios que lucram com esses produtos informacionais desejam se apoderar do consumo do Estado em face da crise econômica; e, de outro lado, frente ao cenário econômico restritivo, o Governo Federal anseia que avance, e se consolide, na educação, estratégias e instrumentos de redução de recursos públicos e de produtividade do trabalho de docentes (associado ao seu controle ideológico), técnicos e terceirizados, com a finalidade de favorecer, através dessa economia, credores da dívida pública e o empresariado.

Os argumentos principais se circunscreveram aos pressupostos da garantia da isonomia nas condições de acesso e de permanência de estudantes pobres e nas dificuldades operacionais e laborais da execução do ensino virtual. Logo que se encontrou meios de remediar esses fatores, sobretudo através de assistência focalizada, seletiva e precária para acesso e uso de internet por parte de discentes com baixa renda, resguardando juridicamente a própria administração geral das IES em face aos órgãos de controle em termos da garantia formal da isonomia, então permitiu-se substituir aulas presenciais por aulas on-line. Essa abertura em grande escala foi acompanhada da implantação de pacotes de serviços informacionais (tais como o GSuite for Education, da Google), estimulando a migração para plataformas com amplos recursos virtuais para a atividade educativa.

A implantação das “aulas virtuais” traz diversas consequências sociais, políticas e educacionais: a Universidade ficou mais excludente para seus discentes, considerando as amplas condições sociais nas quais se inserem, cujas circunstâncias inviabilizam a aprendizagem não presencial, e apenas têm mitigadas suas

restrições mais agudas, quando do acesso a algum programa assistencial nos padrões já conhecidos de focalização seletiva, instabilidade financeira e limitação operacional; o trabalho docente encontra-se subordinado a maiores desgastes físicos e mentais, considerado o maior esforço laboral implicado no processo pedagógico através das TICs, a inadaptação do ambiente e da dinâmica familiar – nas situações em que as funções serão realizadas remotamente – para operar o ensino fora da estrutura institucional; crescem as responsabilidades, cobranças e exigências em torno de servidores técnico-administrativos (e terceirizados).

O retorno às aulas presenciais tem se dado de forma heterogênea nas IFES, sendo os Institutos Federais os que vêm sendo impelidos primeiro ao retorno coletivo presencial. Com a substituição dos métodos de luta e organização presenciais pelos virtuais, o movimento de docentes, técnico-administrativos e estudantes foi levado a uma atomização e imobilismo sem precedentes. A direção do ANDES-SN, apesar dos estudos e posicionamentos que alertam para o "projeto do capital" para a Educação, no qual o EaD tem papel de destaque, não fez uma campanha contra o EaD, emitiu posicionamentos tímidos e, ao subordinar-se à política burguesa do isolamento social, aceitou, na prática, a aplicação do EaD. Sendo assim, são as burocracias universitárias e os governos que determinam o ritmo e as condições do retorno.

As pressões menores ao retorno presencial das Universidades deve-se a como esse prolongamento expressa a adaptação aos cortes orçamentários. Em 2021, ante o corte e contingenciamento que inviabilizou o pagamento de contas básicas como energia elétrica, em algumas instituições, reitores alertavam que as universidades fechariam, caso fosse exigido o retorno presencial. É preciso compreender que o prolongamento do EaD não se deve apenas a uma medida de proteção sanitária, mas, fundamentalmente, a uma adaptação burocrática e corporativa ao estrangulamento orçamentário que fez com que a imensa maioria das instituições não realizasse reformas e ampliação em suas estruturas para possibilitar maior distanciamento entre as pessoas, circulação e filtragem de ar, e, muito menos, contratação de mais docentes para garantir turmas menores. Todas adaptações confluíram com o projeto privatista, excludente e destruidor da Educação. Não poderia ser diferente diante da total ausência do movimento universitário organizado, valendo-se dos métodos presenciais de luta, com greves, bloqueios, ocupações e manifestações massivas.

REUNI Digital, hibridização e tendências da incorporação do EaD nas IFES

Em outubro de 2021, o MEC apresentou o Programa Reuni Digital, por meio do qual pretende criar, até 2024, nas Universidades Federais, 1,6 milhão de vagas de ensino superior a distância. A proposta inclui a criação de uma Universidade Federal Nacional de Educação a Distância. Afirma-se que, assim, seria possível cumprir a meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, que estabelece que as instituições públicas deverão contabilizar 40% das novas matrículas em educação superior.

Atualmente, o sistema público de educação abrange apenas 24,2% dos universitários. No EaD, a concentração das vagas na rede privada é ainda maior, sendo que a oferta pública corresponde a 6,4%. O governo usa os dados sobre a expansão do EaD na rede privada, que já alcança 50,7% das vagas, para criar um espírito de competição em que as públicas deveriam buscar o mesmo patamar. Não falta a cobertura democratizante que afirma que essa seria a via para inserir mais estudantes pobres e trabalhadores.

O REUNI Digital também propõe a inserção, nos currículos das licenciaturas, a formação na docência online e a realização de estágios online na Educação Básica. No ensino superior, permite o estágio docência online para os pós-graduandos. Já se prevê também a elaboração de estudos sobre as formas de contratação e remuneração aos tutores de EaD. O EaD forjado sob o governo Lula, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), remunera os tutores por meio de bolsas. Com o alargamento dessa categoria precarizada, o governo busca institucionalizar a fragmentação da categoria docente.

Uma das movimentações operadas, no momento, é para que haja um novo marco regulatório da educação que quebre a separação entre modalidades de ensino presencial ou a distância, garantindo uma maior flexibilização, hibridização e possibilidade de trânsito dos discentes entre várias formas em suas “trilhas de aprendizagem”. Pretende-se, assim, uma formação ainda mais esvaziada e fragmentada, oculta

sob os lemas dos organismos internacionais, já amplamente aplicados na Educação Básica, de desenvolvimento de habilidades e de competências, foco no “aprender a aprender” e na farsa da autonomia discente.

Não é de hoje que as legislações educacionais impulsionam a “hibridização” na Educação Básica e Superior. Além de aprovar a Reforma do Ensino Médio, o governo Temer, emitiu a Portaria n. 2.177/2019 que permite até 40% de carga horária a distância nos cursos presenciais. Após a experiência massiva de implantação do EaD, o governo e as reitorias pretendem que essa realidade torne-se cada vez mais presente no cotidiano pós-pandemia.

É preciso erguer, desde já, um forte movimento de combate ao EaD, o que só pode se dar com um programa de expropriação sem indenização das empresas que lucram com esse negócio. Esta tarefa é parte da defesa da estatização de toda rede privada de ensino e criação de um sistema único, público, gratuito, laico, científico, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham.

d) aumento da ingerência do governo federal

As Universidades brasileiras nunca vivenciaram, de fato, a autonomia universitária. A ingerência do Estado é rotineira, inclusive o movimento universitário tem, no geral, uma compreensão distorcida da autonomia como um princípio legal, constitucional, que apenas deveria ser aplicado, distanciando-se das trajetórias de lutas latino-americanas que ergueram, desde 1918, em Córdoba, Argentina, a defesa da autonomia como autogoverno da comunidade universitária, com a participação decisiva do corpo estudantil nos rumos da instituição, canal que possibilitaria aproximar as Universidades das massas trabalhadoras.

O fato de nunca termos tido autonomia real não anula a constatação de que nunca tivemos tão pouca autonomia, mesmo que formal. Se em governos anteriores a via prioritária de transmissão dos planos da burguesia, seu Estado e do imperialismo passava pelas burocracias universitárias – que se dobram a cada sistema de avaliação, formas de financiamento e legislações que afrontam a autonomia –, atualmente o governo tem ingerido cada vez mais diretamente na nomeação de reitores e regulamentações sobre o preenchimento dos cargos da burocracia universitária. Já são 24 reitores de IFES que foram empossados por Bolsonaro sem que fossem os mais votados por suas comunidades. A ingerência está ligada, por um lado, à campanha ideológica do governo, que torna a Educação e a Ciência inimigos a serem combatidos. A repressão interna se dá por meio de patrulhamento (e mesmo militarização) das instâncias universitárias, fortalecimento do serviço de inteligência e a punições exemplares a estudantes e docentes com atuação política. Essa ofensiva ideológica tem como finalidade facilitar ainda mais a implantação acelerada de medidas privatistas e de ajuste fiscal, pois acompanha a restrição aos concursos, sobrecarga dos atuais servidores e criação de novas formas de intensificação e controle do trabalho de docentes e técnicos/as.

A nomeação dos interventores exige a resposta unificada do movimento das IFES pela expulsão dos reitores que não foram os mais votados pela comunidade. Nossa luta não pode parar aí. É preciso que o ANDES incorpore em suas bandeiras a compreensão da autonomia como autogoverno da comunidade. Assim, além de defender o fim da lista tríplice e eleição direta, é fundamental defender que as universidades e institutos federais devem ser controlados por quem estuda e trabalha, por meio do co-governo tripartite, de estudantes, professores e técnico-administrativos, subordinado à Assembleia Geral Universitária, com voto universal.

Nos Institutos Federais, o governo Bolsonaro também tem ingerido de outra forma, por meio dos projetos de desmembramento da rede federal, à revelia dos interesses e das necessidades de suas comunidades, apenas para atender a oligarquias regionais, expressas partidariamente no chamado “Centrão”. Para esses casos, o governo não vê problema em ampliar os gastos com cargos burocráticos decorrentes das novas divisões. Além disso, propagandeia a criação de novas instituições que, na prática, já existem, com finalidades eleitorais.

e) conversão das IFES em espaços mais elitistas e excludentes

O Ensino Superior no Brasil sempre foi marcado pelo caráter elitista e excludente. Em seu desenvolvimento, houve uma ampliação do quadro de discentes e, até mesmo, alterações em sua composição a partir da aplicação da Lei de Cotas. Mesmo com essa trajetória, o percentual de jovens de 18 a 24 anos no Ensino Superior é de apenas 18,1%. Segundo os dados do INEP, dos 8,6 milhões de estudantes do ensino superior, 75,8% estão em instituições privadas.

Se, nos governos petistas, em nome da “democratização” favoreceu-se enormemente as corporações de ensino privado, por meio do ProUni, FIES e outras formas de transferência de recursos públicos ou isenção de pagamento de tributos, sob o governo Bolsonaro, seus ministros falam, sem pudor, que a universidade deve sim ser para uma elite, para poucos. Ao mesmo tempo em que o cenário de crise econômica e pandêmica tem um impacto devastador na vida dos discentes, cujas famílias sofrem com a mortandade, queda na renda, desemprego e elevação do custo de vida, as medidas de assistência estudantil encolhem, criando novos obstáculos para se atingir os critérios necessários, ou seja, avança a focalização e a seletividade. A retenção e evasão se agigantam. E, mesmo que as políticas de cotas tenham distribuído as vagas existentes de maneira a agregar uma pequena parcela da juventude negra, indígena e pobre, a permanência e a conclusão do curso tornam-se cada vez mais difíceis. A ofensiva ideológica encobre esse movimento e deve se manifestar nos debates sobre a Lei de Cotas que completou dez anos, prazo em que deve ser reavaliada. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) também tem sido alvo da intervenção bolsonarista e as duras condições enfrentadas pela juventude pobre sob a pandemia, somada à ausência de perspectivas de conseguir um emprego condizente com a formação universitária, tem levado a quedas significativas no número de inscritos. Diante disso, é preciso reconhecer que a política de cotas não é suficiente para enfrentar o racismo e garantir o acesso da juventude pobre ao ensino superior.

O Andes precisa propagar sua defesa de acesso irrestrito ao Ensino Superior, com o fim dos exames de ingresso. Isso se liga com a defesa da expropriação da rede privada de ensino, sem indenização, e a incorporação dos docentes e discentes a um sistema integralmente público e gratuito. É parte do financiamento integral a garantia do direito de permanência estudantil. As Assembleias Gerais Universitárias devem calcular o que é necessário do ponto de vista da moradia, da alimentação, do transporte e de outras despesas e organizar um forte movimento para conquistar este orçamento. É preciso também defender emprego à juventude, com jornada compatível com os estudos.

2) Lutar para derrubar e enterrar a Contrarreforma administrativa e revogar a Emenda Constitucional 95 (do teto dos gastos), a Reforma Trabalhista e a Previdenciária

Nos últimos anos sofremos grandes derrotas, dentre as quais se destaca a aprovação da Reforma Trabalhista e a Reforma Previdenciária. Ambas derrotas se deveram a grandes traições das centrais sindicais que desviaram a luta para o terreno jurídico-parlamentar e eleitoral. No caso da Reforma Trabalhista, os trabalhadores mostraram disposição de luta na greve geral de 28 de abril de 2017, mas as centrais sindicais não deram continuidade e a brutal destruição de direitos trabalhistas foi aprovada menos de três meses depois, sem a resistência coletiva dos explorados. A implementação da reforma foi combatida isoladamente por algumas categorias, mas, sem uma ação coordenada, a regressão nas antigas conquistas se impôs. Isso deixou a burguesia mais à vontade para estender as novas formas mais precárias e desprotegidas também para o funcionalismo público.

Seguindo o mesmo modelo de convocatória de manifestações e ações midiáticas de pressão parlamentar, com o mote eleitoral do “se votar, não volta”, as centrais e os sindicatos foram responsáveis pela aprovação da reforma da previdência, sem que houvesse um combate à altura do ataque que fez com que os trabalhadores contribuam mais, por mais tempo, sem a garantia de que conseguirão usufruir da aposentadoria antes de morrer.

É preciso aprender com esse percurso. O movimento docente e do funcionalismo está diante de um profundo ataque. A Reforma Administrativa (PEC 32) destruirá de vez a estabilidade do servidor público,

criará novas divisões com várias modalidades de trabalho precário. A direção do ANDES-SN, junto a outras categorias que se agrupam no Fórum Nacional de Servidores Federais (FONASEFE) quer fazer crer que com ações midiáticas, virtuais e com a ação de delegações que pressionem os parlamentares em aeroportos e corredores do Congresso Nacional será possível impedir a marcha da destruição do serviço público.

No presente momento ainda alimentam a ideia de que sem luta, por meio da eleição de Lula, será até mesmo possível reverter a aprovação da contrarreforma trabalhistas. Trata-se de uma farsa, a direitização da política burguesa, ante o cenário de crise econômica mundial, impõe que qualquer que seja qual o governo eleito, ele se comprometa com as contrarreformas.

As contrarreformas, Trabalhista, Previdenciária, Administrativa, não são ação isolada deste ou daquele governo. Não são medidas de um governo “genocida”, como querem fazer crer as esquerdas eleitoreiras. As contrarreformas são parte da política do capital financeiro para os países atrasados no momento de profunda crise econômica do capitalismo mundial.

Os servidores públicos, a classe operária, o conjunto dos trabalhadores e da juventude não têm perspectivas positivas para os próximos meses e anos se não adotarem os métodos da ação direta, da luta massiva nas ruas e em uma profunda unidade contra os governos e os capitalistas. O isolamento das poucas lutas presenciais, a fragmentação das categorias tem levado ao rebaixamento salarial, à destruição de direitos e ao desemprego em massa.

A direção do ANDES-SN precisa abandonar essa política de pressão parlamentar e de aposta eleitoral e confiar na força dos professores, dos estudantes e do conjunto de trabalhadores dos institutos e das universidades para fazer frente à PEC 32. Se não nos apoiarmos na organização das assembleias presenciais, na mobilização das bases, na construção das greves, seremos derrotados.

3) Erguer a luta pelos salários, corroídos pela alta do custo de vida e o arrocho salarial

Desde 2017, os servidores públicos federais estão sem reajuste salarial, além disso carregam perdas salariais desde 2011, acumulando uma defasagem salarial de 49,28%. Mesmo assim, nos últimos anos não houve verdadeiras campanhas salariais. O ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a elogiar o "patriotismo" com o qual os servidores públicos aceitaram o congelamento de salários, sem nem mesmo reclamar. Em fala de 13 de novembro de 2020, ele disse: “Os salários estavam muito acima da média do setor privado, e o funcionalismo, com patriotismo, porque não houve grandes reclamações, aceitou essa contribuição de não pedir aumento durante este ano de pandemia e o ano que vem, quando estaremos ainda com o efeito devastador sobre as finanças públicas”.

O pacto de aceitar com patriotismo o congelamento salarial foi rompido apenas quando Bolsonaro anunciou que daria um aumento para os policiais federais. Imediatamente, o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) exigiu reposição salarial e recomposição das carreiras. E, diante da movimentação, o FONASEFE, integrado também pelo ANDES-SN, passou a bradejar a possibilidade de uma greve por reposição salarial.

A ausência de construção dessa greve pelas bases indica uma distância enorme entre os discursos e as ações. Caso o objetivo seja apenas frustrar a reposição da polícia federal e garantir uma “isonomia” no congelamento salarial, o movimento está no caminho certo. Alas do próprio governo passaram a se opor ao aumento aos policiais, para não haver uma escalada de reivindicações. Porém, se o objetivo das entidades sindicais é garantir a reposição das perdas inflacionárias, primeiro é preciso explicar por que, se as perdas são calculadas em 49,28%, o FONASEFE reivindica um índice emergencial de 19,99%, protocolado em 18 de janeiro no Ministério da Economia, correspondente apenas ao período de 2019 a 2021. Isso já é um mau começo. Mais do que isso, se esse é o objetivo, é preciso recuperar nossas formas presenciais de deliberação e de luta. Convocar as assembleias, comitês e preparar uma poderosa greve do funcionalismo pela reposição salarial integral, pela revogação da EC95 e contra a reforma administrativa e pela pauta específica da Educação.

Diante desses imensos ataques que atingem as IFES, funcionalismo e trabalhadores em geral, a Corrente Proletária na Educação propõe as seguintes resoluções:

TR – 21

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1 - Que o Andes-SN combata o Projeto “Future-se” e toda forma de privatização interna, exigindo o financiamento estatal integral das IFES, conforme o orçamento calculado pelas assembleias unificadas de estudantes, professores e técnico-administrativos.

2 - Que o ANDES-SN combata o EaD com um programa de expropriação sem indenização das empresas de educação e tecnologia. Esta tarefa é parte da defesa da estatização de toda rede privada de ensino e criação de um sistema único, público, gratuito, laico, científico, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham.

3 - Que o ANDES-SN agregue à luta pelo fim da lista tríplice, eleição direta e nomeação dos reitores mais votados, a defesa de que as Universidades e Institutos Federais devem ser controlados por quem estuda e trabalha, por meio do co-governo tripartite, de estudantes, professores e técnico-administrativos, subordinado à Assembleia Geral Universitária, com voto universal.

4 - Ante a crescente elitização do Ensino Superior, que o ANDES-SN defenda o acesso irrestrito ao Ensino Superior, com o fim dos exames de ingresso.

5 - Que o ANDES-SN defenda emprego e educação a toda a juventude, com jornada compatível com os estudos. Essa defesa é parte da luta por emprego a todos por meio da divisão das horas de trabalho entre todos os aptos a trabalhar.

6 - Que o ANDES-SN oriente as bases a retomarem as assembleias e comitês presenciais para construir as mobilizações e greves capazes de derrubar a PEC 32, revogar a EC 95 e a Reforma Trabalhista, e arrancar do Estado a reposição integral das perdas inflacionárias. Essa defesa é parte da luta por estabilidade a todos os trabalhadores, garantia de salários não inferiores ao salário mínimo vital e de direitos trabalhistas.

TEXTO 22

Contribuição do(a)s professore(a)s: Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), André Moreira Bordinhon (ADUA), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Elis Regina Fernandes Alves (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (Sindiprol/Aduel), Fernando Cesar Paulino Pereira (ADCAC), Lorena Ferreira Portes (Sindiprol/Aduel), Lourival Felix (Sesduem), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE), Valdir Anhuchi (Sindiprol/Aduel) e Viviane Vidal da Silva (ADUA).

PLANO DE LUTAS DAS IEES/IMES: REJEITAR E ELIMINAR O ENSINO A DISTÂNCIA DAS UNIVERSIDADES. REVOGAR AS CONTRARREFORMAS E LUTAR POR UM ÚNICO SISTEMA DE ENSINO, PÚBLICO, GRATUITO E SOB O CONTROLE DE QUEM ESTUDA E TRABALHA, FINANCIADO INTEGRALMENTE PELO ESTADO.

TEXTO DE APOIO

As universidades estaduais e municipais também foram alvo de contundentes ataques por parte dos estados e prefeituras, que aproveitaram a onda reacionária imposta pelo governo federal e Congresso Nacional.

Destaca-se o arrocho salarial de docentes e técnicos que acumulam perdas tremendas em todos os estados. Só para ilustrar, na Bahia os salários estão congelados há sete anos, e o arrocho chega a 50%, segundo as Associações Docentes (ADs); nas paulistas, de acordo com a ADUNICAMP, após três anos sem revisão as perdas atingem 50%; no Ceará, a defasagem salarial é de 44% e já levam seis anos sem qualquer reposição; no Amazonas os professores estão sem “data-base” desde 2015; na Paraíba os professores acumulam perdas de 50,88%, nos últimos dez anos; em Pernambuco já são 8 anos sem qualquer reajuste e as perdas já ultrapassam os 50%; no Paraná os docentes não tem reposição salarial há seis anos e, em maio, as perdas devem chegar a 38%; no Rio Grande do Norte, de acordo com a ADUERN, as “perdas históricas somam mais de 200%”.

Por outro lado, os regimes próprios de previdência de estados e municípios foram alterados aplicando-se os parâmetros da reforma do regime geral (INSS) de Guedes/Bolsonaro/Congresso Nacional. Em alguns lugares piorando inclusive as restrições para acesso às aposentadorias e pensões e aumentado a contribuição de ativos e aposentados. Mesmo partidos que se opuseram à reforma da previdência do governo federal, aplicaram a medida nos estados, a exemplo do PT.

Da mesma forma, os cortes orçamentários reduzem drasticamente o financiamento, reproduzindo nos estados o “teto de gastos” imposto após o golpe que derrubou Dilma Rousseff, mas, também aproveitando a interrupção das aulas durante a pandemia e a ausência de qualquer movimento contra essas restrições. Na UEG (Goiás), por exemplo, o orçamento foi recortado pela metade.

Em face das restrições orçamentárias e financeiras as universidades estaduais e municipais têm recorrido generalizadamente ao expediente de contratar docentes por prazo determinado para suprir a carência provocada por aposentadorias, morte ou afastamento dos efetivos. Dependendo da universidade são denominados “temporários”, “colaboradores”, “provisórios” etc. Estes são submetidos a tratamento diferenciado pela burocracia e pelos próprios colegas, negando-se-lhes direitos que os efetivos usufruem como férias, 13º e adicional por dedicação exclusiva, ao mesmo tempo, empurram para eles carga de trabalho exaustiva, tarefas desprezadas pelos efetivos e, em alguns casos, já os transformaram praticamente e professores horistas. Na prática, são professores de segunda categoria. Este tratamento infame constitui uma afronta ao princípio burguês da igualdade, pois o trabalho deles é semelhante ao dos outros docentes mas, não têm os mesmos direitos. Já passou da hora do Sindicato Nacional exigir salário e direitos iguais para trabalho igual e defender a efetivação dos atuais professores temporários.

Os ataques à autonomia universitária ocorrem em quase todos estados chegando-se, no caso do Paraná à aprovação de uma lei específica para as universidades (Lei Geral das Universidades – LGU) que, além de reduzir drasticamente o quadro de docentes e técnicos, ataca a autonomia acadêmica e altera a natureza jurídica das universidades. Em outras, o movimento docente celebrou como uma grande conquista a aprovação de uma lei de “autonomia financeira” (RN) no molde das paulistas. A autonomia financeira é uma proposta do Banco Mundial para a educação básica, transposta para as universidades, cujo objetivo é a desresponsabilização do financiamento da universidade pública pelo Estado. A autonomia financeira não é

da comunidade universitária, mas irá favorecer a alta burocracia universitária. A burocracia universitária, essa sim, manejará com maior liberdade os recursos das universidades ao seu bel prazer. De resto, esse tipo de regramento não garante sequer o repasse “correto” dos percentuais definidos, como está ocorrendo, por exemplo, em Goiás, onde o orçamento definido para o ano de 2022 é de apenas 50% do que corresponderia segundo a Constituição estadual.

A autonomia universitária significa o autogoverno da comunidade universitária e é incompatível com a estrutura atual que subordina a alta cúpula (reitorias) aos governos, nessa medida celebrar supostas leis de autonomia, contribui para mistificar o verdadeiro sentido da autonomia, em cujo centro está a decisiva participação dos estudantes no comando das instituições. O movimento docente por seu turno, não soube se opor a estes ataques, pois como toda a burocracia sindical, também as ADs se refugiaram no mundo virtual e fizeram eco à política burguesa do isolamento social (fique em casa). Política esta, que conduzida pelo patronato e pelo Estado, não foi capaz de proteger a vida das massas, garantindo o isolamento apenas para pequenas camadas das classes médias abastadas e burguesia.

A defesa coerente da autonomia universitária exige a substituição do poder da burocracia universitária pelo governo tripartite subordinado à Assembleia Geral Universitária que delibera pelo voto universal. Mas, exige também que todo o sistema privado de ensino seja estatizado e se constitua um único sistema público e gratuito, controlado pelos que estudam e trabalham, que dê acesso a todos os jovens sem restrições.

Dentre as agressões às universidades perpetradas no último período se destaca a tentativa de um deputado bolsonarista do estado do Rio de Janeiro que apresentou projeto de lei extinguindo a UERJ. É a manifestação de uma tendência reacionária que se expressa de diversas formas – partindo do núcleo do governo – e tem como alvo a ciência e as universidades. Sem chegar a esse extremo, outras associações patronais também manifestam seu desprezo pelas universidades e defendem o seu enquadramento a uma lógica de funcionamento gerencial.

Outra séria ameaça às universidades foi a generalizada adoção do EaD – com diversas denominações para camuflar essa excrescência – durante a pandemia. Os setores privatistas aproveitaram para avançar e estruturar os sistemas de ensino virtuais e conseguiram a adesão de muitos docentes, que hoje reforçam a pressão para ampliar essa modalidade dentro dos currículos. Esse avanço significa a destruição da escola e subordinação das universidades públicas às corporações que monopolizam os recursos informáticos e telemáticos. Tampouco neste caso, o movimento docente conseguiu se contrapor, pois na medida que adotaram a orientação burguesa do “fique em casa” não tiveram outro espaço para a crítica que não fosse o âmbito virtual. A nova onda de contaminações, provocada pela variante ômicron reacendeu, mesmo nas instituições que já retornaram ao ensino presencial, a defesa do EaD para que, corporativamente, os docentes possam permanecer “em casa”, adaptando-se de forma corporativa ao quadro de cortes orçamentários e avanço do privatismo.

TR – 22

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN faça a campanha, nas IEES/IMES, da estatização de toda a rede privada e constituição de um único sistema público e gratuito de ensino, sob controle de quem estuda e trabalha.
2. Que o ANDES-SN defenda a substituição da burocracia universitária pelo governo tripartite (de estudantes, professores e técnico-administrativos) subordinado à Assembleia Geral Universitária, que delibera pelo voto universal.

3. Exigir do Estado o financiamento integral das IEES/IMES conforme orçamento aprovado pelas Assembleias Gerais Universitárias.
4. Que o Sindicato Nacional faça uma campanha por salário e direitos iguais para trabalho igual e defender a efetivação dos atuais professores temporários.
5. Pela luta unitária para impedir e revogar as contrarreformas da previdência nos municípios, estados e país.
6. Rejeitar o avanço do EaD nas IEES/IMES. Construir os comitês e assembleias presenciais, em conjunto com os técnico-administrativos e estudantes, para organizar a luta por condições de trabalho e estudo.

TEXTO 23

Contribuição de: Assembleia Geral da ADUFPB, realizada em 9 de fevereiro de 2022, Diretoria da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, Diretoria da ADUFPel SSind, Diretoria da ADUFC Sindicato, Diretoria da Associação dos Docentes da UFES (Adufes), Diretoria da APUR- Associação dos Professores Universitários do Recôncavo, Diretoria da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal da Fronteira Sul (SINDUFFS), Diretoria da ADUFVJM - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diretoria da ADUFERSA – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Semi-Árido, Diretoria da ADUR-RJ S.Sind, Conselho Administrativo da Adunifei, Diretoria da ADUR, Diretoria da ADUFAL.

INTENSIFICAR A LUTA PARA PÔR FIM ÀS INTERVENÇÕES DO GOVERNO BOLSONARO NAS IFES

TEXTO DE APOIO

Vinte e sete Instituições Federais de Ensino já sofreram intervenção do governo Bolsonaro, com a nomeação de reitores *pro tempore* ou de candidatos que não foram os eleitos pelas comunidades universitárias. Atualmente, vinte e duas IFEs permanecem sob intervenção: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade do Vale do São Francisco (UNIVASF), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Semi-Árido (UFERSA), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Universidade Federal de Goiás (UFG). Em outras dez IFEs os mandatos serão encerrados em 2022, havendo ainda a possibilidade de interferência do governo federal nas escolhas dos reitores e reitoras: universidades federais de Minas Gerais

(UFMG), do Oeste do Pará (UFOPA), do ABC (UFABC), do Sudoeste da Bahia (UFSB), de Santa Catarina (UFSC), do Acre (UFAC), da Bahia (UFBA), do Amapá (UNIFAP) e Fluminense (UFF). Todas as intervenções são repudiadas pelo ANDES-SN, que tem desenvolvido iniciativas de âmbito nacional, como a articulação de plenária em defesa da democracia e autonomia nas Instituições Federais de Ensino Superior, com reitores e reitoras eleitos, e participação em audiência pública no Congresso Nacional, em dezembro de 2020; publicação do Dossiê: Militarização do Governo Bolsonaro e Intervenção nas Instituições Federais de Ensino, em março de 2021; promoção da Semana Nacional de Luta contra a intervenção nas Instituições Federais de Ensino (IFE), em agosto de 2021. As intervenções também se defrontam com a resistência das comunidades universitárias e variados tipos de mobilização. As iniciativas de âmbito nacional desenvolvidas até o momento e as mobilizações locais, entretanto, não têm se mostrado capazes de reverter as intervenções, mesmo naqueles casos em que as destituições dos reitores nomeados são aprovadas pelos conselhos superiores das instituições. Os encaminhamentos ao Supremo Tribunal Federal (STF) para obrigar o governo a nomear o primeiro indicado de cada lista tríplice também têm se mostrado insuficientes. Enquanto isso, as comunidades sofrem os efeitos das intervenções, seja pela brutalidade dos gestores impostos arbitrariamente, que atacam sistematicamente a democracia interna, seja pelo descaso ou pela fraqueza de reitores que não contam com o respaldo das comunidades para fazer frente aos cortes de verbas e desmandos do governo federal. É preciso intensificar a luta, articulada em âmbito nacional, pela democratização da escolha de dirigente nas Universidades e Institutos Federais e o combate às intervenções, tendo como referência o que apontam os documentos históricos do ANDES-SN: - escolha dos dirigentes pela comunidade universitária em eleições diretas, no mínimo paritárias; exigir respeito aos resultados dos processos eleitorais em que a comunidade universitária escolhe os dirigentes das IFEs, garantindo a sua homologação no âmbito da própria instituição.

TR – 23

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

- 1.** A articulação de campanha nacional, com apoio financeiro do Fundo de Mobilização do ANDES-SN: a) pela revogação imediata de todas as nomeações de reitores não eleitos e pela imediata posse dos reitores eleitos pelas comunidades universitárias dos Institutos e Universidades públicas no Brasil; b) pela revogação das Leis n. 5540/68 e 9192/95 e do Decreto n. 1916/96, e pelo respeito à democracia e autonomia das instituições federais de ensino, em conformidade com a Constituição Federal de 1988.
- 2.** Realização de um encontro nacional das seções do ANDES-SN nas IFEs sob intervenção e criação de um espaço nacional permanente de mobilização, articulação e compartilhamento de experiências de luta contra as intervenções.
- 3.** Articulação com outros segmentos da comunidade universitária, movimentos, sindicatos e entidades democráticas contra as intervenções.
- 4.** Debater, no âmbito dessa articulação, a necessidade e a pertinência de uma legislação que garanta a autonomia e a democracia universitárias.

TEXTO 24

Contribuição de: Diretoria da ADUFAL, Amália Catharina Santos Cruz (ADUnB), Ana Maria Dantas Soares (ADUR), Andrea Carmo Sampaio (ADUR), Ariuska Karla Barbosa Amorim(ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFISM), Beatriz Wey (Adur), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFISM), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza(ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (ADUR), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota(ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanex (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFISM), Leni Hack (ADUnemat), Lenucia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFISM), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (Adur), Liane de Souza Weber (SEDUFISM), Liliane Maria Macedo Machado (AdUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucilia Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFISM), Maria Caramex Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFISM), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUnB), Neila Baldi (SEDUFISM), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUnB), Patrícia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), Ronalda Barreto Silva (ADUnB), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFISM), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves(ADUPE).

BARRAR A TRANSFERÊNCIA DAS APOSENTADORIAS E PENSÕES DAS IFES AO INSS

TEXTO DE APOIO

A concessão e manutenção das aposentadorias e pensões dos docentes e técnicos das instituições federais de ensino superior (IFES) – junto com todos servidores de autarquias e fundações federais - estão sendo transferidas dos departamentos de Recursos Humanos (Pró-reitorias de Pessoal) das mesmas ao INSS.

Decorrente da Reforma Previdenciária de 2019 (EC-103) e do Decreto presidencial (10.620/21), o governo começa a transferir imediatamente tais aposentadorias e pensões à “entidade gestora única do regime próprio de previdência da União”, que será o INSS. Enquanto isso, um projeto de lei de Bolsonaro (PLP 189/2021), ainda tramitando, prevê transferir mais adiante as aposentadorias e pensões de todos os demais servidores da União.

Seguindo o Decreto, já em outubro de 2021, o INSS publicou uma Portaria (1.365) estabelecendo um cronograma de centralização das aposentadorias e pensões dos servidores das autarquias e fundações públicas federais no próprio INSS. Várias IFES já começaram o processo de transferência; outras serão obrigadas a fazê-lo neste ano de acordo com tal cronograma.

Um conjunto de ataques à aposentadoria e pensões dos docentes e à Universidade daí decorre:

1. O objetivo de tal transferência (inciso I, do parágrafo 22, art 40 da CF, inserido pela EC-103/2019), é dar o pontapé inicial à “extinção [dos Regimes Próprios] e conseqüente migração para o Regime Geral de Previdência Social”; que será assim gerido pelo INSS.

2. O INSS, seu próprio corpo funcional, está submetido a intenso corte de verbas¹⁵, sendo sucateado e desequipado pelas políticas do governo federal. Ademais, muito diferente dos RHs das IFES, ele não possui quadro especializado/treinado em “regimes próprios” (setor público), nem pessoal em quantidade para absorver tais atribuições. De fato, o INSS enfrenta hoje uma carência de 23 mil servidores para cumprir o papel original de operar apenas o “regime geral” (setor privado). Agora, com a adição de responsabilidade sobre as aposentadorias e pensões (presentes e futuras) de milhões de servidores, a qualidade dos serviços piorará muito. Assim, ao alterar a competência da gestão dos benefícios do RPPS no âmbito das autarquias e fundações – e que, frise-se, é desempenhada com muito mais eficiência pelas unidades e subunidades por atuarem *in loco* (sob a coordenação central do SIPEC) – para uma entidade cujo sucateamento é notório e incontestado, é inequívoco que o Decreto n. 10.620/21 vai contra o princípio da eficiência.

3. Com isso todo servidor, ao tratar da sua aposentadoria, terá de buscar o (mal preparado e sucateado) INSS, ao invés da área de gestão de pessoas de sua Universidade, IF, Cefet etc. Isso deve elevar enormemente a morosidade no atendimento, na solução de problemas e na própria liberação da aposentadoria; além de acarretar numa considerável piora na qualidade do serviço às(aos) aposentadas(os) e aposentados(os).

4. Lembremos que os servidores (exceto os mais antigos, que adquiriram direito à paridade/integralidade) terão suas aposentadorias e pensões submetidas aos reajustes do regime geral, que – com as travas cada vez mais draconianas de gastos públicos (LRF, DRU, Tetos de Gastos etc.) - tendem a seguir política de crescente desvalorização, caso tais políticas “austercidas” e anti-sociais não sejam completamente revertidas.

5. Isso tudo visa forçar ainda mais docentes (e servidores em geral) a, sem alternativas, procurar complementação de proventos nos planos de previdência complementar do sistema financeiro privado (com a privatização completa da Funpresp), cujo objetivo é o lucro das instituições financeiras (bancos, fundos especulativos etc.) às custas dos aposentados.

6. O calendário definido pela Portaria do INSS cumpre a primeira fase desse processo de unificação de regimes. Nessa fase, as IFES estão sendo obrigadas a transferir ao INSS as informações necessárias para a concessão de aposentadoria dos servidores ativos. Isso, em si, representa mais um ataque à Autonomia Universitária.

(De outubro a dezembro de 2021, 20 fundações e autarquias já repassaram os dados, devendo as 140 restantes fazerem-no até setembro de 2022. As atuais folhas de pagamento dos aposentados e pensionistas das autarquias e fundações federais já estão no INSS.)

15 <https://wagner.adv.br/servidores-pressionam-por-derrubada-do-veto-orcamentario-que-cortou-r-1-bi-do-inss/>

Em razão da autonomia, a gestão da concessão e a manutenção de aposentadorias e de pensões é mecanismo indispensável à organização administrativa e de gestão patrimonial das Universidades. Enquanto forma de vacância de cargos efetivos (art. 33, incisos VII e IX, da Lei n. 8.112/90), a concessão de aposentadoria (e a decorrente instituição de pensão pelo óbito de servidor ativo) é hipótese que exige a realização de novo concurso público, ainda que temporário, para assegurar a continuidade da prestação do serviço público. Consequentemente, é imperativo à organização das IFES que a concessão das aposentadorias e pensões – tanto em relação às carreiras de Magistério Superior, quanto em relação aos Técnico-Administrativos em Educação – seja eficiente no que diz respeito à máxima otimização destes direitos com o calendário letivo, o aproveitamento de concursos públicos já realizados e dentro de seu prazo de validade, etc. Veja-se, nesse sentido, que as IFES dispõem, inclusive, de mecanismos que maximizam a sua autonomia em relação às contratações de novos servidores, à medida que dispensam a autorização dos Ministérios da Educação e da Economia, os Bancos de Professor-Equivalente e Quadros de Lotação de TAES (Decreto n. 7.485/11 e Decreto n. 8.260/14).

7. O Decreto n. 10.620/21 ainda determina a alteração de lotações e de exercícios de servidores públicos para atender ao que dispõe. Consequência lógica, portanto, é a de que as IFES devem perder parcela de seus recursos humanos, aprovados em concursos públicos, para o INSS, cuja natureza das atribuições demanda o preenchimento de requisitos diversos por ocasião dos concursos públicos que realiza. A um só tempo, portanto, o Decreto n. 10.620/21 vulnerabiliza a capacidade de prestação do direito fundamental à educação pelas IFES e o princípio da prévia aprovação em concurso público.

8. A despeito da expressa determinação (art. 9º, inciso I da Constituição Federal) no sentido de que se faz obrigatória a participação dos servidores nos colegiados dos órgãos ou entidades em que seus interesses previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação, o Decreto n. 10.620/21 simplesmente transfere a gestão dos benefícios previdenciários de parcela expressiva dos servidores públicos civis do Poder Executivo para entidade autárquica sem assegurar a participação destes servidores nestes processos de discussão e de deliberação.

9. O ato de aposentar de qualquer docente resultará assim na sua desvinculação de seu órgão de origem (Universidade, IF etc), passando a ser considerado “segurado” do INSS. Entre outras potenciais consequências, estão possíveis provocações de questionamentos jurídicos sobre a representação pela entidade sindical dos servidores (ADs, Andes-SN etc) da instituição de origem sob alegação de que tais entidades representariam apenas pessoas vinculadas ao órgão público específico. Embora a transferência de vínculo não devesse implicar legalmente mudança de base sindical, não se pode descartar possíveis judicializações nesse sentido - considerando-se o clima golpista/anti-sindical que tende a prevalecer em significativos setores do Judiciário brasileiro e as incertezas jurídicas dele decorrentes.

Como se vê, embora a portaria represente “apenas” uma decorrência operacional da Reforma Previdenciária de 2019, a EC-103, (e indiretamente, também, da de 2003), ela é um dramático passo a mais rumo a destruição de nossos direitos previdenciários. Ademais, embora atinja apenas as IFES neste momento, ela abre um perigoso precedente para que, mais adiante, servidores estaduais e municipais também possam ser forçados a ter suas aposentadorias transferidas. Por isso o Andes-SN deve impulsionar imediatamente uma campanha, junto às ADs e em unidade com demais sindicatos do funcionalismo, para revogar tais medidas e barrar seus efeitos, como parte da luta mais geral pelo resgate histórico da previdência da categoria docente.

1. O Andes-SN, além de seguir com a mobilização geral e mais de longo prazo contra os ataques à previdência dos docentes (seguir defendendo a revogação de todas as reformas previdenciárias das últimas décadas: 1998, 2003, 2019), deve imediatamente lutar para barrar a Portaria/INSS-1.365/21 e o Decreto 10.6020/2021, além da aprovação do PLP 189/2021, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados. Visando suspender tal Decreto, há inclusive Projetos Parlamentares (ex: PDL-24 de Jorge Solla, PT-BA), bem como ações de inconstitucionalidade no STF (ADI-6767/2021, da qual, aliás, o Andes-SN e várias ADs participam como Amicus Curiae). Uma campanha deve ser imediatamente deslançada visando a conscientização e mobilização - com materiais explicativos, cards, vídeos etc – da categoria, bem como a articulação das ADs com demais sindicatos de servidores, entidades e parlamentares.

TEXTO 25

Contribuição de: Diretoria da ADUFAL, Amália Catharina Santos Cruz (ADUnB), Ana Maria Dantas Soares (Adur), Andrea Carmo Sampaio (Adur), Ariuska Karla Barbosa Amorim(ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFMS), Beatriz Wey (Adur), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFMS), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza(ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (Adur), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota(ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanex (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugênio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFMS), Leni Hack (ADUnemat), Lenucia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (Adur), Liane de Souza Weber (SEDUFMS), Liliane Maria Macedo Machado (AdUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucilia Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Caramex Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFMS), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUnB), Neila Baldi (SEDUFMS), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUnB), Patrícia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), Ronalda Barreto Silva (ADUnB), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva

(ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFMS), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves(ADUPE).

EM DEFESA DA IEES E IMES, IMPLEMENTAR O PLANO DE LUTAS APROVADO NO 39º CONGRESSO DO ANDES

TEXTO DE APOIO

O plano de lutas do setor das IEES e IMES aprovado no 39º Congresso do ANDES-SN mantém a sua atualidade, trazendo em seu corpo um conjunto de propostas de ação que permitem aos docentes daquele setor desenvolver a luta pelas principais reivindicações demandadas pela categoria das universidades estaduais e municipais, hoje confrontados com uma série de ataques desenvolvidos por governadores e prefeitos, muitos dos quais seguem à risca a cartilha emanada do governo Bolsonaro.

Diante da pandemia, da implementação do ensino remoto emergencial (ERE), da permanência da grande maioria dos docentes afastados dos campi e das dificuldades de mobilização daí decorrente, muitos governos estaduais e municipais também aproveitaram a oportunidade para “passar a boiada” e cortar recursos das universidades, achatando salários, avançando na precarização do trabalho docente, atacando a autonomia das IEES e IMES e introduzindo propostas de ensino híbrido, tentando perenizar o ensino remoto. Não faltaram inclusive propostas de privatização e de extinção de universidades estaduais.

As IEES e IMES também demonstraram a sua importância durante a pandemia, seja pelo seu engajamento nas pesquisas e ações contra a Covid19, seja na manutenção de seu funcionamento durante todo o período, ainda que em condições cada vez mais precárias.

Trata-se agora de reforçar a necessidade de mais e melhores serviços públicos, que realmente atendam à população e que permita a retomada dos direitos da maioria do povo que foram atacados em plena pandemia, fortalecendo as IEES e IMES, dotando-as de condições para o seu pleno funcionamento, o que inclui a garantia dos direitos dos/das docentes.

Para isso, a direção do ANDES-SN deve implementar efetivamente as resoluções contidas no Plano de Lutas do setor das IEES e IMES aprovadas no 39º Congresso, impulsionando, articulando, acompanhando e avaliando a sua execução com as seções sindicais.

TR – 25

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

Que o ANDES-SN, por meio das secretarias regionais, em articulação com as seções sindicais:

1. Fortalecer os fóruns ou espaços de articulação das IEES-IMES;
2. Reafirmar a defesa da DE (dedicação exclusiva) como regime prioritário do trabalho e carreira docente, como também defender a DE onde esse regime de trabalho está sendo atacado;
3. Intensificar as campanhas tanto de combate ao assédio sexual e moral, quanto de adoecimento docente, e a luta pela implementação de comissões e ouvidorias nas IEES-IMES, com composição majoritária de representação sindical e estudantil, para apuração dos casos;
4. Intensificar a defesa do financiamento público para as IEES-IMES;

5. Intensificar a luta pela disputa do orçamento na Lei Orçamentária Anual (LOA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Plano Plurianual (PPA) dos estados e municípios, com incidência nos processos de elaboração, aprovação e implementação;
6. Lutar pela revogação da Lei Kandir e EC 95/2016 e pela garantia do pagamento da dívida da cota-parte dos estados pela União;
7. Defender os processos estatuintes nas IEES-IMES, a democracia interna, o fim de qualquer interferência do poder executivo nas escolhas dos dirigentes das universidades e o fim da lista tríplice;
8. Construir a semana de lutas do setor entre os dias 23 e 28 de maio de 2022 com os eixos citados, dialogando com o calendário de lutas da categoria: a) Carreira e DE; b) Cortes e contingenciamento do orçamento; c) Saúde docente e condições de trabalho; d) Autonomia universitária;
9. Intensificar a luta pela reposição das perdas salariais dos estados e municípios e pela garantia dos direitos da carreira, integrando as IEES e IMES na campanha nacional em defesa de mais e melhores serviços públicos das três esferas, com a reposição salarial emergencial que corresponda às perdas salariais do último período.
10. Intensificar a luta nos estados e municípios contra ou pela revogação da reforma da previdência;
11. Manter a luta contra projetos similares ao Future-se;
12. Lutar pelo estabelecimento do piso da remuneração dos docentes em fase inicial de carreira, para o regime de trabalho de 20 horas fundamentado no salário mínimo calculado pelo DIEESE;
13. Lutar para que os eixos e princípios do plano de carreira do sindicato seja a referência nas carreiras estaduais e municipais, onde esse plano de carreira ainda não foi definido ou onde o atual plano de carreira é incompatível com as necessidades da categoria;
14. Intensificar a defesa dos direitos estabelecidos nos planos de carreira que estão sendo atacados pelos governos estaduais e municipais;
15. Intensificar a luta pela realização regular de concursos públicos para docentes, superando a atual situação de crescimento acelerado da precarização do trabalho docente, que atinge as IEES-IMES;
16. Lutar por garantias orçamentárias para o financiamento do ensino superior estadual e municipal, sem contingenciamento, que assegurem o funcionamento e a autonomia da gestão financeira, acadêmica e política das IEES/IMES;
17. Lutar contra a reforma administrativa (PEC 32) e suas repercussões nas IEES/IMES, em especial no caráter público da educação, carreira docente, condições salariais e condições de trabalho, bem como, articular nos estados e municípios, com entidades sindicais e movimentos sociais, a luta contra a reforma administrativa e seus desdobramentos nos estados e municípios;
18. Lutar contra a retirada da remuneração do regime de trabalho em DE no momento da aposentadoria.

TEXTO 26

Contribuição de: Diretoria da ADUFAL, Diretoria da ADUFRJ, Amália Catharina Santos Cruz (ADUnB), Ana Maria Dantas Soares (Adur), Andrea Carmo Sampaio (Adur), Ariuska Karla Barbosa Amorim(ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFMS), Beatriz Wey (Adur), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFMS), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza(ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da

Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (Adur), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota (ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFMS), Leni Hack (ADUnemat), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (Adur), Liane de Souza Weber (SEDUFMS), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lisleandra Machado (ApesJF), Lenúcia Moura (SINDUECE), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucilia Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFMS), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUneb), Neila Baldi (SEDUFMS), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUneb), Patrícia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), Ronalda Barreto Silva (ADUneb), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFMS), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves (ADUPE).

CAMPANHA SALARIAL NAS IFES: REPOSIÇÃO DAS PERDAS INFLACIONÁRIAS, JÁ!

TEXTO DE APOIO

Os docentes das instituições federais de ensino superior (IFES) estão com quase metade se seus salários corroídos pela inflação desde 2015, quando ocorrera o último acordo de reposição inflacionária. Convocamos as ADs, o ANDES e toda a categoria a imediatamente engajarem-se na Campanha Salarial 2022 centrada em um índice de recomposição inflacionária emergencial a ser apresentado ao governo, em unidade com demais servidores em um grande movimento em defesa da Universidade e dos serviços públicos.

Esta contribuição ao Congresso do ANDES-SN foi escrita no início de janeiro de 2022, voltada ao debate e à impulsão e organização da luta salarial junto aos docentes de base nas IFES. Sua intenção é ser um ponto de apoio inicial tanto à mobilização imediata da categoria, quanto à preparação das Assembleias Gerais das ADs – que discutem a Campanha Salarial bem como elegem as delegações ao Congresso do ANDES. **Por isso mesmo, este texto deve ser atualizado no decorrer das semanas e com o desenvolvimento da luta rumo ao Congresso (em fins de março).** Esta TR foi elaborada por dirigentes de ADs e ativistas do Fórum Renova Andes com base em uma Nota Técnica do Dieese especialmente

por eles solicitados (pois, com a desfiliação do Andes-SN ao Dieese, a solicitação foi feita através da ADUnB, que é diretamente filiada).

O último reajuste

O acordo de 2015 compreendeu dois reajustes diferentes em natureza: um de reposição inflacionária e outro de reestruturação de carreira.

O reajuste de reposição de perdas inflacionárias veio em duas parcelas (janeiro de 2016 e de 2017) que totalizaram 10,8% de aumento linear (igual a todos os segmentos) sobre o salário de março de 2015. Isso está ilustrado nas colunas 3 e 4 da tabela abaixo.

Já o reajuste de reestruturação na carreira do magistério promoveu aumentos diferenciados, conforme segmento (titulação, classe, nível e regime), maiores ou menores, conforme descrito na coluna 5 da tabela. Tais reajustes, que alteraram o relativo entre Vencimento Básico (VB) e Retribuição por Titulação (RT), foram concedidos em três parcelas: agosto de 2017, 2018 e 2019. Ainda que críticas a tal reestruturação mereçam ser feitas e debatidas (por tornar o ascenso na carreira mais íngreme e por intensificar a desigualdade salarial entre pares), o fato é que ela acabou permitindo suplementar um pouco mais a reposição inflacionária no rendimento da maioria dos docentes.

O montante total de aumento (incluindo ambos os reajustes, o de perdas inflacionárias 2016/17 e o da reestruturação da carreira 2017/18/19) no valor nominal dos salários decorrente do Acordo-2015 está demonstrado na coluna 6 da tabela.

Evolução Salarial dos Docentes da Carreira de Magistério Superior por Regime de Trabalho, segundo a Titulação, a Classe e o Nível - Brasil, Acordo 2015 e Campanha Salarial 2022							
Titulação, Classe, Nível e Regime	Acordo 2015					Campanha Salarial 2022	
	antes do acordo	Reposição inflacionária (ref. período pré-2015)		"reestruturação" carreira		Reposição inflacionária jan2017 / dez 2021 (IPCA): 28%	
	Salário (R\$ mil) mar. 2015	Reajuste % (nominal)	Salário (R\$ mil) mar. 2017	Reajuste % (nominal)	Salário (R\$ mil) ago. 19 (até hoje congelado)	Reajuste %	Remuneração (R\$ mil) (pós-reajuste)
Mestrado, auxiliar-2, 20h	2,570	10.8	2,847	3.1	2,935	28	3,747
Doutorado, adjunto-1, 20h	3,345	10.8	3,706	16.6	4,322	28	5,518
Mestrado, auxiliar-2, 40h	3,952	10.8	4,379	3.2	4,520	28	5,771
Doutorado, adjunto-1, 40h	5,806	10.8	6,433	11.2	7,156	28	9,135
Doutorado, associado-1, 40h	6,744	10.8	7,472	34.6	10,061	28	12,845
Doutorado, Titular, 40h	7,860	10.8	8,708	43.0	12,449	28	15,894
Mestrado, adjunto-1DE	7,216	10.8	7,996	3.0	8,233	28	10,511
Doutorado, assistente-2, DE	9,321	10.8	10,327	8.3	11,185	28	14,280
Doutorado, adjunto-4, DE	10,952	10.8	12,135	9.4	13,274	28	16,946
Doutorado, adjunto-3, DE	10,571	10.8	11,712	9.0	12,763	28	16,295
Doutorado, associado-2, DE	14,318	10.8	15,864	8.8	17,256	28	22,030

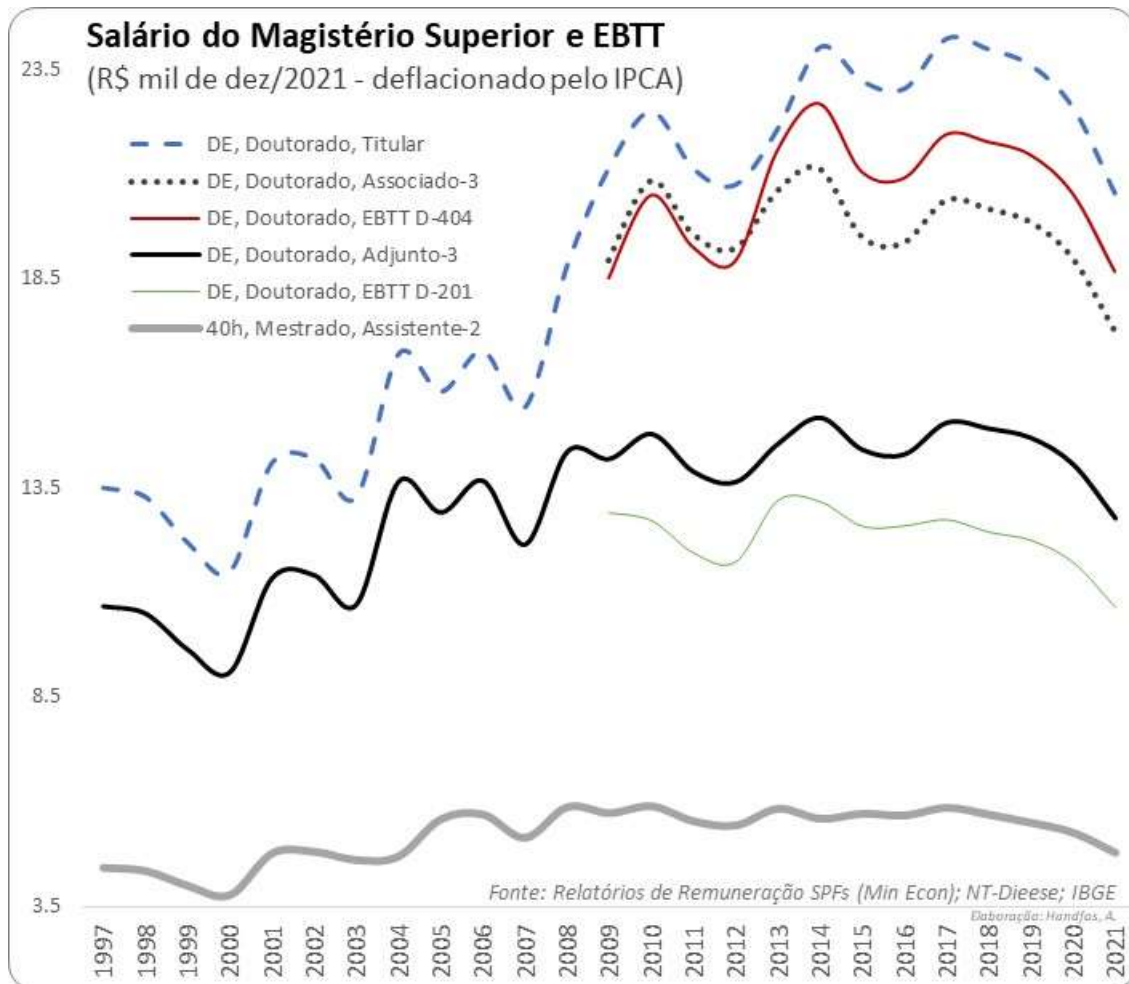
Fonte: Nota Técnica Dieese; IBGE.

Acesse a tabela completa com todos os segmentos da categoria: <http://renovaandes.org/>

Golpe, congelamento e derretimento

A luta pela recuperação das perdas inflacionárias e também pela defesa de uma carreira docente bem estruturada como parte da batalha pela Universidade Pública, democrática e de qualidade se deu por meio de grandes mobilizações sindicais que contaram com engajamento da categoria nas últimas décadas. Os reajustes conquistados no período da expansão (das universidades, institutos federais e da própria categoria docente) durante os governos Lula e Dilma (a despeito a perda de benefícios previdenciários aos ingressantes

na carreira com a Reforma/2003) foram consideravelmente maiores do que os dos governos FHC e Collor, que mantinham salários congelados e universidades estranguladas. De 2004 a 2016 dois movimentos impactaram a evolução da remuneração longo das carreiras (Magistério Superior e EBTT): primeiro ela subiu em geral acima da inflação a todos os segmentos; e estes, em segundo lugar, passaram a ter aumentos muito desiguais devido à Reestruturação (2009-19) na carreira, levando à elitização do topo em detrimento da base (uma nova reestruturação, a partir daquilo já historicamente elaborado pelo Andes, deve ser debatida pelas ADs mais adiante visando construir uma pauta de reivindicação específica sobre o tema). Isso pode ser



observado nas curvas dos segmentos selecionados no gráfico abaixo.

O golpe de 2016, contudo, reverte novamente qualquer disposição governamental em aceitar recuperação de perdas, muito menos melhorias na carreira e nas condições de trabalho. Muito diferente do período anterior, Temer e, sobretudo, Bolsonaro passaram a rejeitar e bloquear qualquer negociação salarial.

Assim, os governos pós-golpe/2016 mantiveram nossos salários nominais brutos congelados, chegando mesmo a reduzi-los em termos líquidos com o aumento da alíquota previdenciária resultante da respectiva Reforma, a EC-103/2019. Bem além disso, trataram de apertar ainda mais os torniquetes das travas constitucionais ou legais para limitar verbas às áreas sociais e à folha de pagamento do funcionalismo. Por exemplo, a LC-173 manteve os salários dos servidores congelados durante os últimos dois anos; a EC-109/2021, criou gatilho que suspende qualquer reajuste salarial sempre que a relação despesa primária obrigatória/despesa primária geral atingir 95% (algo sempre próximo de acontecer...). Com todos esses ataques nossos salários passaram a derreter frente à inflação.

Reposição das perdas inflacionárias a toda categoria docente e aos servidores!

Como visto na coluna 7 da Tabela acima, a inflação acumulada entre a última parcela do reajuste inflacionário que tivemos, em janeiro de 2017, e hoje foi de quase **28%**. Assim, esse índice é uma referência aos debates nas Assembleias Gerais das ADs de reivindicação justa à categoria docente federal: um aumento

linear (igual a todos os segmentos) sobre o salário total (VB + RT) para repor 28% das perdas inflacionárias que todos tivemos.

Lembrando, contudo, que a unidade das campanhas das várias categorias de servidores públicos federais (SPFs) é fundamental para forçar o governo Bolsonaro a abrir negociações. Urgentemente! Pois, por ser este um ano eleitoral, o prazo para o reajuste é início de abril.

Por isso, é claro que, nome da unidade e da urgência, o movimento docente pode (e deve) adequar sua demanda específica àquela mais de consenso do conjunto dos SPFs em sua estratégia de luta imediata. O Fonasefe (Fórum dos sindicatos dos SPFs) acaba de protocolar no ministério da Economia uma reivindicação emergencial (por isso parcial) de reposição da inflação apenas do período Bolsonaro (2019 a 2021, 19,99%) a todos SPFs. Reivindicação que deve ser abraçada pelos docentes, suas ADs e pelo Andes-SN como demanda imediata (ainda que a perda de 28%, específica aos docentes federais, deva seguir como referência para futuras lutas de recomposição de nossos rendimentos).

Pois o importante agora é construir a unidade que dará ao conjunto dos SPFs força na luta pelo atendimento imediato da reivindicação apresentada pelo Fonasefe: um índice percentual único e linear de reposição a todo funcionalismo federal. Será tal unidade, a mesma que barrou (até agora) a PEC-32, da Reforma Administrativa, que pode também permitir arrancar uma reposição salarial imediata.

Mais adiante, obviamente, outras demandas devem ser somadas a uma pauta mais geral de reivindicações a ser apresentada a este ou a um próximo governo: reposição inflacionária ao Auxílio Alimentação, à Assistência Pré-escolar (nos pífios valores atuais de R\$458 e R\$321 respectivamente e cujo último reajuste ocorreu em 2016) e ao salário; reestruturação de carreira, benefícios etc.

A luta orçamentária: há verbas a um reajuste?

O governo e o centrão (com apoio da mídia e dos “mercados”) mentem ao alegar não haver verbas para reposição salarial. Dizem, com lágrimas de crocodilo, que “na crise todos, ricos e pobres, temos de fazer sacrifícios”.

A verdade é que os lucros de banqueiros, mega empresários do agronegócio e da medicina privada batem recordes em plena pandemia e que grandes fortunas e especuladores seguem pagando uma merreca de imposto. A Lei Orçamentária (LOA) 2022, com R\$ 4,823 trilhões a serem gastos, é a maior da história, expandida em centenas de bilhões com a “PEC dos precatórios”. E prevê desperdiçar boa parte de tal expansão em desonerações a grandes empresas, gastos com juros da dívida - que voltaram a disparar com a alta da Selic pelo Bacen - ou em gastos eleitoreiros, como a elevação do Fundo Eleitoral, e os R\$ 37,6bi em “emendas parlamentares”; R\$16,5 bi em “emendas do relator” (orçamento secreto).

Mas nessa LOA, verbas de áreas sociais são cortadas: as da Educação e do Ensino Superior são respectivamente 26% e 37% menores que as de 2015; sendo as menores desde 2012. E nela pífios R\$ 1,7 bilhões estão previstos à rubrica “Reajuste de Servidores do Executivo Federal” (sendo que 10% de reajuste a todos SPFs representariam quase R\$ 30 bi). Entretanto, a regra garante que, uma vez presente na LOA, a rubrica **pode sim ter sua dotação ampliada** durante o exercício orçamentário, bastando uma solicitação do Executivo ao Congresso (mediante um Projeto de Lei de crédito adicional). Até porque a reposição de perdas da inflação do ano anterior aos servidores seria garantida pela própria Constituição (art.37).

Tudo dependerá da pressão de nosso movimento sobre o governo e o Congresso.

A reposição inflacionária é justa e exequível. Ela é necessária à defesa da qualidade da Universidade, da produção científica e dos serviços públicos.

Mais de 14 governos estaduais já anunciaram que realizarão reajustes salariais. E Bolsonaro prometeu aumento, mas apenas aos policiais – levando o conjunto dos SPFs a iniciarem, já no começo de janeiro, um forte movimento de pressão (incluindo a possibilidade de paralisações e greve) exigindo isonomia.

É hora dos docentes federais, em unidade com os demais servidores públicos, irem à luta!

TR – 26

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

Organizar a campanha salarial e construir a pauta de reivindicações

- 1.** Realização de Assembleias Gerais de ADs (seções sindicais do ANDES) de todas as IFES durante o mês de janeiro, para debater a luta pela reposição salarial e aprovar um índice de reajuste unitário dos SPFs (além de debater outras pautas para lutas adiante).
- 2.** Realização de um novo Encontro de Setores do ANDES-SN para início de fevereiro que aprovará o índice de reposição e a estratégia unitária da Campanha Salarial nas IFES (a ser atualizada e reforçada no Congresso do Andes em março);
- 3.** Participação das ADs e do Andes nos fóruns unitários de servidores (Fonasefe e também das três esferas), de seu calendário de lutas, atos públicos, panfletagens e atividades gerais ali definidas – tudo voltado a forçar o governo e o Congresso a abrir imediata negociação.
- 4.** Calendário de lutas:
 - 27 de janeiro – Plenária Nacional de Servidores Públicos
 - 2 de fevereiro (retorno do recesso legislativo) – atos públicos, campanha de e-mails/tweet/mensagens aos deputados e senadores etc.
 - 14 a 25 de fevereiro – jornada de lutas por mais verbas aos Serviços Públicos e reposição salarial
 - 9 de março – indicativo de greve nacional de todo Funcionalismo Público

FESTEJO

Lila Ripol

Foi num primeiro de maio,
na cidade de Rio Grande.
O céu estava sem nuvens.
O mês das flores nascia.
O vento lembrava as flores
no perfume que trazia.

O povo reuniu-se em festa
pois a festa era do povo.
Crianças, homens, mulheres,
o povo unido cantava.
O povo simples da rua,
comovido se abraçava.

O mês das flores nascia
e o vento lembrava as flores
no perfume que trazia.
Foi num primeiro de maio,
de pensamento profundo.
"Uni-vos, ó proletários,
ó povos de todo o mundo".
Unido estava em Rio Grande,
o povo simples cantando.

No peito de cada homem
uma esperança se abria.
Em qualquer parte do mundo
uma estrela respondia.
Era primeiro de maio
dia da festa do mundo.

O velho parque esquecido
tinha um ar claro e risonho.
Germinava no seu peito
o calor de um novo sonho.
Misturavam-se cantigas,
frases, risos, alegrias.
No peito de cada homem,
um clarão aparecia.

Surgiam jogos e prendas,
hinos subiam ao ar.
Em cada grupo uma história
alguém queria contar.
A tecelã Angelina,
vivaz e alegre cantava,
Recchia - o líder operário
ria e confraternizava.
Era primeiro de maio,
dia de festa do mundo.



Foi quando a voz calma e
séria,
no velho parque vibrou,
e um convite alvissareiro
o povo unido escudou:
"Amigos, a rua é larga.
Unidos vamos partir.
A nossa 'União Operária'
nós hoje vamos abrir."

No peito de cada homem
Um clarão aparecia.
Em qualquer parte do mundo,
uma estrela respondia.
"A casa de nossa classe,
fechada por que razão?
Amigos, vamos à rua,
e as portas se abrirão."

A onda humana agitou-se,
Cresceu em intensidade.
Em coro as vozes subiram
clamando por liberdade.

"À rua, à rua, sem medo,
unidos, vamos marchar."
Foi como se uma rajada
De vento encrespasse o mar.

(Primeiro de Maio, 1954)



TEMA III – PLANO GERAL DE LUTAS

POLÍTICA DE FORMAÇÃO SINDICAL

TEXTO DE APOIO

O Brasil tem atravessado um longo processo de pandemia da Covid-19. Vivemos entre o caos inicial e a batalha pela ampla vacinação da população. A irresponsabilidade do governo Bolsonaro determinou a imensa mortandade de pessoas e configurou os diversos impasses que ora se apresentam na ordem social. A fome, a miséria, a carestia e o desemprego têm fincado raízes profundas na vida da classe trabalhadora, e dentro dela existem os setores que são mais atingidos pela ordem capitalista: os pobres em geral, identificado(a)s na condição de mulheres, preto(a)s das mais diversas periferias, lgbtqi+ e trabalhadore(a)s por aplicativo.

Para além dessa política de destruição social que advém do Estado brasileiro, a serviço da burguesia, o governo Bolsonaro continua sendo o agente que opera contra a assistência social quando intervém nas instituições do poder executivo para deixá-los inerte; privatiza empresas e serviços públicos; tenta construir um aparato de repressão e perseguição política ao(à)s lutadore(a)s sociais.

A esse conjunto articulado de práticas neofascistas, Bolsonaro alimenta e aprofunda a decadência ideológica, contribuindo para o obscurantismo, negacionismo e o irracionalismo. Por fim, o golpe mais contundente que o governo Bolsonaro quer implementar, a serviço da burguesia, é o conjunto das contrarreformas cujo sentido é a privatização do Estado brasileiro e do conjunto dos serviços públicos.

Do último congresso do nosso sindicato até o momento, mesmo com as grandes dificuldades impostas pela pandemia, o ANDES-SN esteve focado em um conjunto expressivo de lutas sindicais e populares. Somamos-nos às lutas em defesa das liberdades democráticas, pela autonomia das universidades públicas brasileiras, em defesa da educação diante das ações do MEC. Agimos com celeridade ao prestarmos solidariedade de classe, material e política, aos desvalidos atingidos pelas mais diversas crises construídas pelo capitalismo no Brasil.

Do histórico de lutas do 39º Congresso até o final de 2021, sobressai a participação de forma organizada, juntamente com outras entidades, nas jornadas contra a PEC 32 em Brasília (foram 14 semanas de lutas) e nos estados. E, também, a realização da Semana Nacional em Defesa da Educação Pública que ocorreu entre os dias 6 e 10 de dezembro de 2021.

Não obstante a complexidade do período pandêmico, foram desenvolvidas importantes ações virtuais que mantiveram o pleno funcionamento da democracia sindical, com reuniões nacionais dos GTs, realização de CONADs, reuniões da direção nacional, ações das regionais, forte compromisso com a unidade de ação nas lutas que têm sido construídas nas batalhas em curso e, agora, com a realização presencial do 40º congresso do ANDES-SN.

As lutas sindicais constituem a centralidade das ações que desempenhamos. Devemos continuar no ano de 2022 com as mobilizações contra os projetos que atacam o conjunto dos trabalhadores públicos, em especial as contrarreformas destrutivas do serviço público. Estaremos organizados para marcharmos contra os ataques à educação e a carreira docente, estaremos lutando pela recomposição salarial e teremos que avançar na conquista da pauta salarial.

Essas lutas precisarão, para ser vitoriosas, superar as dificuldades de adesão da base, ao tempo em que devemos afrontar os principais obstáculos enfrentados nas Seções Sindicais. A categoria terá que

aprofundar sua integração à classe trabalhadora e avançar no processo de construção da consciência de classe. Vamos debater as questões do ensino remoto, que nos foram impostas no período da pandemia, e o retorno presencial. Para além dessas questões, a luta contra as intervenções e a destruição da universidade deve ser reforçada com uma pauta unificada que conte com a presença da base de nossa categoria.

Nesse período de importante atuação sindical, a conjuntura imposta pela pandemia da Covid-19, com atividades remotas, acarretou muitas dificuldades para o cumprimento das deliberações do 39º Congresso. Fica o compromisso para 2022 de realizar o II Seminário Internacional com o tema Educação Superior na América Latina e Caribe e Organização do(a)s Trabalhador(a)s; voltar a discutir junto com as encarregaturas sindical e internacional a filiação a uma entidade internacional; debater a organização dos cursos e seminários de Formação Sindical; efetivar o debate sobre a CSP-Conlutas (balanço dos últimos 10 anos) e realizar o CONAD para discutir a filiação do ANDES-SN; realizar um Seminário sobre a Multicampia e Fronteiras; avançar na construção do Fórum Sindical e Popular, como contribuição para a reorganização da classe trabalhadora, entre outros pontos estabelecidos pelo último congresso.

A atual diretoria do ANDES-SN tem o mandato até o final do ano de 2022. Contudo, tendo em vista o processo eleitoral do nosso sindicato, existem dificuldades concretas para realizar uma eleição sindical este ano. Nossa pauta de lutas não pode ser paralisada e não é democrático encurtar o mandato da atual diretoria. Embora a centralidade da nossa luta política seja a pauta da categoria, o ano de 2022 tem nuances político-eleitorais muito importantes para o conjunto da sociedade. Não podemos paralisar o sindicato para realizar o processo eleitoral interno nesse momento. Portanto, sobre a questão eleitoral interna, o 40º Congresso deve encontrar uma solução em que o estatuto seja aperfeiçoado para se conectar com as atuais questões concretas e as necessidades da luta docente.

RESOLUÇÕES DO 39º CONGRESSO DO ANDES-SN

POLÍTICA DE FORMAÇÃO SINDICAL

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1. Que o ANDES-SN, via GTPFS, GTPE e encarregaturas sindical e internacional, construa o II Seminário Internacional com o Tema Educação Superior na América Latina e Caribe e Organização do(a)s Trabalhador(a)s, no segundo semestre de 2020, em Foz do Iguaçu, com participação de entidades de trabalhador(a)s da educação.*
- 2. Que o ANDES-SN participe com representantes da Diretoria Nacional, no Encontro Global da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas, no período de 4 a 7 de junho de 2020, em Dijon, na França.*
- 3. Que o ANDES-SN, a partir de um processo de debate via GTPFS e encarregaturas Sindical e Internacional, avalie ao longo de 2020 as possibilidades para filiação a entidade internacional de organização do(a)s trabalhador(a)s da educação, a ser apreciada no 40º Congresso.*
- 4. Que o GTPFS realize mais dois módulos do curso de formação política iniciado em 2019, sendo um com o tema Lutas de Classes na América Latina, no primeiro semestre de 2020, e o outro com o tema Educação superior e organização do(a)s trabalhador(a)s na América Latina, no segundo semestre de 2020.*
- 5. Que o ANDES-SN amplie o debate nas bases sobre a construção da CSP-Conlutas, realizando balanço sobre sua atuação nos últimos dez anos e sua relevância na luta de classes e a permanência ou desfiliação à Central, com:*
 - 5.1 Organização via secretarias regionais e seções sindicais de debates preparatórios nos estados;*
 - 5.2 Realização de um CONAD extraordinário no segundo semestre de 2020. As indicações do CONAD extraordinário devem ser levadas para deliberação no 40º Congresso do ANDES-SN.*
- 6. Que o ANDES-SN, em articulação do GTPFS e dos setores de IEES/IMES e IFES, realize o seminário multicampia e fronteira, incluindo o debate sobre condições de trabalho e organização sindical.*

7. *Que o ANDES-SN elabore uma cartilha sobre multicampia e fronteira com a memória desse debate no ANDES-SN e as orientações sobre a organização sindical.*
8. *Indicar que as seções sindicais intensifiquem a luta e a ampliação da organização do(a)s trabalhadore(a)s docentes em todas as realidades, buscando impedir a precarização do trabalho do(a)s docentes itinerantes.*
9. *Indicar que as seções sindicais aprofundem o debate sobre a incorporação de diferentes formas de participação do(a)s docentes multicampi na gestão sindical, com: o uso da videoconferência (atentando para as condições de organização de transmissão), assembleias simultâneas, assembleias descentralizadas etc., para garantir a participação da base dos campi nos espaços deliberativos da seção sindical.*
10. *Que o ANDES-SN, via secretarias regionais e seções sindicais, envie esforços para a construção do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas nos estados a partir de ampla articulação com movimentos sociais e populares e movimento sindical.*
11. *Intensifique as ações internacionalistas no âmbito educacional e do(a)s trabalhadore(a)s, com estreitamento dos laços entre o sindicato e as organizações similares de outros países, com destaque para as da América Latina e Caribe.*
12. *Participe mais ativamente da Rede Social para a Educação Pública nas Américas (Red SEPA).*
13. *Que o ANDES-SN promova o II Seminário de Estrutura e Organização Sindical.*
14. *Condenar o acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia (UE).*
15. *Denunciar a agressão imperialista dos EUA na América Latina particularmente contra Cuba e Venezuela.*
16. *Repudiar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) da OEA, instrumento de agressão imperialista ao povo venezuelano.*
17. *Pautar junto a CSP-Conlutas a reavaliação crítica sobre a situação venezuelana e a aprovação a palavra de ordem: “Fora Maduro” no IV Congresso da entidade sindical e popular em respeito a soberania e a autodeterminação do povo venezuelano contra os ataques imperialistas impetrados no país.*
18. *Organizar junto com entidades de familiares de ex-presos(a)s político(a)s, exilado(a)s e desaparecido(a)s, organizações sociais e pesquisadore(a)s, publicação própria de denúncia sobre o Plano Condor.*

TR – 27

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. *Que o ANDES-SN, via GTPFS, GTPE e encarregaturas sindical e internacional, construa o II Seminário Internacional com o Tema Educação Superior na América Latina e Caribe e Organização do(a)s Trabalhadore(a)s, no segundo semestre de 2022, em Foz do Iguaçu, com participação de entidades de trabalhadore(a)s da educação, conforme aprovado no 39º Congresso.*
2. *Que o ANDES-SN, a partir de um processo de debate via GTPFS com a participação das encarregaturas Sindical e Internacional, avalie ao longo de 2022 as possibilidades para filiação à entidade internacional de organização do(a)s trabalhadore(a)s da educação, a ser apreciada no 41º Congresso, atualizado a partir da deliberação do 40º Congresso.*
3. *Que o GTPFS realize mais dois módulos do curso de formação política iniciado em 2019, sendo um com o tema Lutas de Classes na América Latina, no segundo semestre de 2022, e o outro com o tema Educação superior e organização do(a)s trabalhadore(a)s na América Latina, no primeiro semestre de 2023.*
4. *Que o ANDES-SN amplie o debate nas bases sobre a construção da CSP-Conlutas, realizando balanço sobre sua atuação nos últimos dez anos e sua relevância na luta de classes e a permanência ou desfiliação à Central, com:*

- 4.1 Organização via secretarias regionais e seções sindicais de debates preparatórios nos estados;
- 4.2 Realização de um CONAD extraordinário no segundo semestre de 2022. As indicações do CONAD extraordinário devem ser levadas para deliberação no 41º Congresso do ANDES-SN.
5. Indicar à CSP que atue junto ao fórum das centrais na construção da greve geral contra a carestia, a fome e a miséria.
6. Reafirmar a posição do ANDES-SN em relação às eleições para Reitor como expresso no nosso Caderno 2, Capítulo I Gestão Democrática “1.6.3 Escolha de Dirigentes Defendemos que: a) o reitor e o vice-reitor sejam escolhidos por meio de eleições diretas e voto secreto, com a participação, universal ou paritária, de todos os docentes, estudantes e técnicos-administrativos, encerrando-se o processo eletivo no âmbito da instituição”.
7. Continuar denunciando as intervenções nas instituições federais de ensino.
8. Que o GTPFS junto com o GT Verbas construa um cálculo sobre as perdas históricas salariais a partir do ano 2000.

TEXTO 28

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA EDUCACIONAL

TEXTO DE APOIO

A pandemia de Covid-19, espalhada pelo mundo desde o final do ano de 2019, afetou drasticamente as relações sociais, culturais e econômicas, acentuando as desigualdades econômicas, etnorraciais e de gênero, a crise social já instalada, fruto da desordem promovida pelo avanço do capitalismo de tipo imperialista e financista, o racismo, misoginia, lgbtqia+fobia e xenofobia.

Ao ser constatado que a aglomeração de pessoas é uma das causas principais da contaminação, a Organização Mundial de Saúde (OMS) apontou a contenção e o distanciamento social como as principais medidas para frear o avanço do vírus. No Brasil, no início do registro de contaminação em território nacional em março de 2020, manteve-se uma política precária de distanciamento social, por meio da ação de governos estaduais e municipais, na contramão do próprio Governo Federal, que minou qualquer possibilidade de uma política nacional de quarentena.

Neste sentido, as primeiras instituições a terem suas atividades suspensas foram as de ensino, da educação infantil à superior. Entretanto, passados alguns meses, os governos estaduais e municipais cederam às pressões das grandes empresas para a flexibilização das políticas de distanciamento social, tendo liberado atividades de vários setores da produção e do comércio. No contexto de flexibilização da quarentena, os órgãos dirigentes das Instituições de Ensino Superior (IES) pautaram o retorno às aulas por via remota. Algumas instituições de Ensino Superior implantaram atividades pela via do ensino virtual, ainda no auge do período da quarentena, sem a garantia de um processo democrático que assegurasse uma decisão participativa. Em outros casos, o processo foi mais demorado e, ainda que não tenha sido assegurada ampla participação no processo decisório, a discussão nas instâncias acadêmicas gerou muita polêmica. As reflexões elaboradas pelos espaços coletivos de debate do ANDES-SN foram fundamentais para orientar a

atuação e posicionamento do movimento docente no âmbito das instituições de ensino acerca da questão e assegurar algumas conquistas no que se refere às condições de trabalho do(a)s docentes, bem como no que se refere às condições de acesso do(a)s estudantes.

De todo modo, a continuidade das aulas por ensino remoto foi apontada como a única saída viável no contexto da pandemia e do precário distanciamento social, sem considerar o alcance das consequências desta forma de ensino para o conjunto da comunidade acadêmica.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua – Tecnologia da Informação de Comunicação (Pnad Contínua – TIC), realizada em 2018, cerca de 25% de brasileiros(as) não têm acesso à *internet*. Essa situação de desigualdade social tem resultado em um enorme prejuízo para estudantes, especialmente das universidades públicas, que são diretamente afetados pela exclusão digital, na medida em que ficaram sem acesso à universidade diante da institucionalização do ensino remoto.

Por isso, ao considerar a situação real de estudantes que moram no interior, nas regiões metropolitanas das capitais e nas periferias, a(o)s quais contam com pouco ou nenhum acesso à *internet*, além daquela(s) que possuem computadores em péssimo estado, o cenário que se evidenciou com o ensino remoto emergencial foi o de que uma parte considerável de estudantes do ensino superior teve seu direito negado pelo Estado. Há ainda de se considerar as questões de gênero e raça no processo de exclusão. As mulheres estudantes, assim como as docentes, tiveram maiores dificuldades na realização do trabalho e estudo no formato remoto. Elas são as responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado de pessoas (crianças, idosa(o)s, pessoas com deficiências e adoecidas), e sofreram maiores desgastes e demandas durante a pandemia. As mulheres negras, especialmente, estão submetidas aos impactos do racismo e do machismo e, sem sombra de dúvidas, mais uma vez, foram a parcela mais afetada com as demandas da vida, agudizadas pela pandemia. É necessário pensar estratégias para minimizar tais efeitos, seja nos processos pedagógicos, seja nas avaliações docente e discente.”

Num curto período de alguns dias, professore(a)s tiveram que aprender a usar plataformas de reunião remota, adaptar suas aulas e comprar equipamentos tais como mesa digitalizadora, *webcam*, etc., como forma de garantir o exercício das suas atividades.

É evidente que, por trás da política de ensino remoto em caráter emergencial, estão presentes as perspectivas da EaD e da privatização das Universidades Públicas e os Institutos Federais e CEFET estão latentes. Um campo que já caiu nas graças do mercado e demonstra ser extremamente lucrativo, despertando a sanha avassaladora das grandes corporações que tem pomposos investimentos na bolsa de valores, sistema nervoso do capital especulativo.

Outra característica na estrutura do ensino remoto, corresponde aos custos que antes eram da instituição, como luz, *internet* e ergonomia, e agora foram redirecionados para a docência. Cada docente disponibilizou sua *internet* particular, o espaço privado de sua residência e o uso da energia para o desenvolvimento do trabalho nas condições remotas. Este(a)s profissionais da educação praticamente deixaram de ter vida privada neste período de pandemia, o que os coloca sobre constantes tensões e expostos a riscos cada vez mais prementes de adoecimentos. Tais fatores aprofundaram um processo de precarização da atividade docente, instituindo o *home office* de forma autoritária, mesmo que saibamos que a gravação das aulas tenha sido importante para o(a)s estudantes, esse processo foi feito de modo aligeirado. Desse modo, com a implementação do ensino remoto, a vida da docência resumiu-se às telas computadorizadas e vozes metalizadas, submetida a um conjunto de situações para as quais muito(a)s não possuem nenhum preparo formativo para tal.

Junto a isto, atestou-se crescentemente ataques cibernéticos em aulas, eventos, reuniões e assembleias, o que já ocorreu em diversas universidades, pondo em risco não só os dados, mas a segurança, privacidade e liberdade de toda(o)s a(o)s usuária(o)s. Desse modo, os processos remotos acentuaram o controle político-ideológico com a possibilidade de manipulação das aulas e tornar-se-ão uma afronta à autonomia e liberdade de cátedras, além de possibilitar o avanço dos negócios das empresas de tecnologia.

Para viabilizar as aulas remotas, as IES serão impelidas a se submeter ao pagamento de plataformas digitais já disponíveis no mercado e a comprar equipamentos e pacotes de dados de grandes conglomerados de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação). Esses dados poderão ser disponibilizados indevidamente, proporcionando uma nova oportunidade de mercado, quando poderão ser vendidos e usados por instituições privadas de educação à distância sem qualquer controle. Esta forma de comercialização da educação, mudaria radicalmente a estrutura educacional no pós-pandemia, com a possibilidade real da substituição da docência por robôs virtuais e telas de computadores ou outros aparelhos com funções similares a médio e longo prazo.

Junto com toda essa engrenagem, para além do lucro, estão outros elementos que podem ser funcionais ao capital. Entre eles podemos aventar, a desmobilização da organização sindical docente e da combatividade do movimento estudantil; a fragmentação do conhecimento e o desgaste da criticidade; a reprodução massiva de conteúdos superficiais e a padronização de saberes e práticas pedagógicas; por fim, o desmonte do tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão.

Indicam, também, como necessidade premente e substancial, a continuidade do debate e as construções coletivas, forma vital para encontrar alternativas viáveis e maduras para manter vivas as IES durante o período de pandemia. É preciso que as saídas apresentadas minimizem os danos para estudantes, professores, professoras, servidores técnico-administrativos e servidoras técnico-administrativas, assegurando a importância do papel que este(a)s profissionais possuem para o povo brasileiro.

Diante da sinalização da possibilidade de um retorno presencial, mesmo que estejam estudantes, professore(a)s e técnico(a)s-administrativo(a)s vacinados e vacinadas, é necessária uma série de condições sanitárias para garantir segurança à comunidade acadêmica. No entanto, essas condições parecem não se materializar. Além disso, iremos nos deparar com instituições mais precarizadas, onde avançam os processos de implementação do projeto do capital para a educação. As diretrizes do Banco Mundial, que apontavam desde para uma educação aligeirada e mediada por tecnologia, como a Educação à Distância, ganharam celeridade no período da pandemia. Estas diretrizes foram sedimentadas pelo Ensino Remoto Emergencial e podem avançar mais ainda por meio do Ensino Híbrido, que articula a modalidade online com a presencial.

É necessário que retornemos às aulas e ao convívio presencial, desde que as condições sanitárias permitam e desde que as condições de infraestrutura e de acomodação seguras das pessoas proporcionem isso. As IES, junto com a comunidade, devem prover e construir as condições para esse retorno. O contexto da pandemia, caso não surjam novas variantes e as medidas de vacinação e reforço vacinal continuem a avançar, permite-nos acenar com a perspectiva de retorno presencial. Os prejuízos pedagógicos e emocionais do afastamento e das atividades remotas, nesse contexto, já nos impõem que acenemos com essa perspectiva do retorno às atividades presenciais. Nossos cursos não são a distância. Manter tal condição, de atividades integralmente remotas, pelo terceiro ano, confrontaria essa concepção de formação de nossa(o)s estudantes e entraria em contradição com os projetos pedagógicos de nossos cursos e o papel social do ensino superior.

Caso as condições da pandemia, as condições sanitárias e de infraestrutura em nossas instalações, ou as condições de trabalho e estudo, impeçam-nos de realizar tais projetos e concretizar a perspectiva de retorno às atividades presenciais, estaremos obrigados a rediscutir a própria identidade de nossos cursos, bem como as modalidades aceitas para a formação de nossa(o)s estudantes. E isso não é redutível à questão ensino presencial versus remoto. Não há formação adequada, a exemplo do que ocorreria nos cursos superiores, com cursos que duram em média 4 (quatro) anos, onde mais de 50% pode ser realizado remotamente ou a distância. No caso dos cursos de ensino médio, presente nos colégios de aplicação, CEFET e IFTs, o(a)s discentes podem passar os três anos sem vivência presencial.

Além disso, há a perspectiva da organização e luta política, que deve ser construída nos nossos espaços. A proposta de mercantilização do ensino avançou com nossas ausências físicas nos espaços. Por isso, é necessário que retornemos, que (re)tomemos os espaços que construímos, tanto os concretos, quanto os subjetivos.

REUNI DIGITAL: PLANO DE EXPANSÃO DA EAD NAS IES PÚBLICAS FEDERAIS

O governo federal apresentou no dia 22 de junho de 2021 o Documento intitulado “REUNI DIGITAL: Plano de expansão da EaD nas IES públicas federais” (2021), com a intenção de efetivar, na Educação Superior, o ensino a distância em todos os cursos de graduação, na sua totalidade ou em parte dele.

O Reuni Digital prevê a expansão da EAD nas IES públicas federais, com o intuito de atender às metas de expansão de matrículas na educação superior, previstas na meta 12 do PNE 2014-2024, por meio da Educação a Distância (EaD) nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas federais. Essa meta prevê a “elevação na taxa bruta de matrículas (TBM) para 50% (cinquenta por cento) e na taxa líquida de escolarização (TLE) para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, sendo que pelo menos 40% das novas matrículas seja proveniente do segmento público, assegurada a qualidade da oferta.” (MEC, 2021). O Reuni Digital conta com um grupo formado por técnicos do MEC, representantes de universidades de cada uma das cinco regiões do país, representantes de associações vinculadas ao setor de educação e também da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). Um Comitê de Orientação Estratégica (COE) também foi criado, sendo o mesmo de caráter consultivo. Esse comitê é formado por membros da Sesu/MEC, do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Uma análise preliminar do Documento precisa trazer elementos históricos da criação do REUNI, instituído no ano de 2007, com o intuito de ampliar as políticas de inclusão na educação superior e de congregar esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública. Criado pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o REUNI objetivou a ampliação das vagas nas Universidades Federais e a redução das taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação, tendo como base a meta da “elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano” (BRASIL, 2007).

Outro ponto que temos de destacar diz respeito às implicações do REUNI para a gestão, autonomia e financiamento das IES públicas, pois trouxe uma concepção de mercado para as mesmas, revestindo-as de racionalidade, flexibilidade e eficiência, para o cumprimento dos objetivos e metas e o estabelecimento de acordos individuais com a gestão de cada IES. Ou seja, as universidades que aderissem ao programa receberiam acréscimos na dotação orçamentária e abertura de vagas para a contratação de técnico-administrativos e professores, obrigando, assim, a adesão de forma maciça, por parte das gestões, mesmo com a luta grandiosa da comunidade universitária contra o referido programa, pois se constituía em um ataque à autonomia da universidade. Mesmo assim, no primeiro ano do Reuni (2008), 54 universidades federais existentes aderiram ao REUNI, tendo como justificativa o quadro de precariedade de recursos materiais e humanos. Importante lembrar que a referida política, no período, foi intitulada como “contrarreforma da educação brasileira”.

O programa recebeu, por parte de intelectuais e educadores, muitas críticas acerca da não participação popular durante sua preparação e pela retirada da autonomia das IES em decidir acerca do seu crescimento. Outra crítica dizia respeito ao aumento de vagas e matrículas na relação com o aumento de recursos humanos, pois a expansão quantitativa de vagas e de instituições não significava compromisso com a qualidade da educação superior. Resultados deste balanço são os dados do Censo da educação superior, os quais mostram o aumento de matrículas no ensino a distância e das IES, com 2.608 instituições de educação superior, sendo 2.306 privadas e 302 públicas, e no total de matrículas na educação superior, sendo 8.604.526 em seu total, a maior parte, 6.524.108, na rede privada de ensino.

Portanto, o crescimento da política de Educação Superior a distância e a privatização da educação superior vinha ocorrendo de forma galopante e, agora, se constitui, de acordo com a proposta apresentada

pelo atual governo fascista de Jair Bolsonaro, como política de Estado num contexto de desmonte do serviço público com a tentativa de aprovação da PEC 32/2021.

Neste sentido, na primeira leitura do documento “REUNI DIGITAL: Plano de expansão da EaD nas IES públicas federais” (2021) fica explícita a intenção de efetivar na Educação Superior o ensino à distância em todas os cursos de graduação na sua totalidade ou em parte dele. Na sua concepção, apresenta um reforço à perspectiva da educação a serviço do mercado, quando afirma que irá “atender as demandas regionais com oferta de cursos através das IFES da região”. Ratificando o que o Banco Mundial aponta no documento “Um Ajuste Justo” de 2017, apresenta metas do Programa Reuni de 2007; Programa FUTURE-SE (em tramitação) e projetos similares; e Programa Promover (em implantação). Coadunando com o Edital nº 35 de 21 de junho de 2021 Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares.

Apontávamos em abril de 2020, quando do isolamento social pela Covid 19, o perigo de que a proposta de ensino remoto emergencial, depois ensino remoto e, hoje, em várias instituições, ensino remoto/híbrido, proposto como uma alternativa momentânea em função da crise sanitária, se tornasse, de fato, permanente. O perigo, agora, é realidade e oficial. Ou seja, o Reuni Digital demonstra exatamente o objetivo de destruição da educação pública de qualidade, dos espaços de ensino presencial, das nossas universidades como espaços presenciais de troca, de afetos, de construção de conhecimento e transformação.

Estudos desenvolvidos pelo CGEE, o “Panorama da EaD no Brasil” e o “Benchmarking internacional da EaD”, são utilizados para promover a expansão da EaD em nível superior. Apresentam o discurso de que o desafio do Reuni Digital está em descobrir meios para que os profissionais da área educacional, bem como os técnico-acadêmicos, consigam compreender que a EaD é fundamental para que o país consiga ofertar cursos de nível superior com qualidade, e de que a EaD não seja apenas um formato desvinculado das ações atuais das IFES, mas que faça parte do cotidiano destas instituições, atendendo demandas locais e regionais. Contudo, o que de fato o Reuni Digital propõe é: expandir as matrículas na educação superior na modalidade EAD nas IFES, para atender a meta 12 do PNE 2014-2024 Além de um GT criado desenvolvendo uma consulta nas 69 IFES públicas.

E, por fim, diz que precisa superar os obstáculos para expandir a oferta de EaD nas IES públicas e a necessidade de indicar ações que melhorem a qualidade da educação, destacando diversos contextos da população brasileira e das suas características regionais e locais. “O principal desafio está em descobrir meios para que os profissionais da área educacional, bem como técnico-acadêmicos, consigam compreender que a EaD é fundamental para que o país consiga ofertar cursos de nível superior com qualidade e que ela não seja apenas um formato desvinculado das ações atuais das IFES, mas que faça parte do cotidiano destas instituições, atendendo demandas locais e regionais, o que nos remete ao cumprimento das missões em cada âmbito por meio de amplo diálogo entre as universidades e demais setores da sociedade.”

Reafirmamos que somos contra, por princípio, a substituição do ensino presencial pelo ensino a distância, e, ainda, mediado por tecnologias, porque esse ensino é direcionado aos jovens explorados da classe trabalhadora, enquanto as elites continuarão sendo preparadas para continuar ocupando os postos de mando e poder, com todo o aparato dos recursos da sociedade do capital. Não é demais lembrar que estamos falando de uma modalidade que se refere à escola pública, são estudantes da classe trabalhadora que serão formados sob esta modalidade.

O ANDES-SN tem uma luta histórica, de pelo menos três décadas, contra a Educação a Distância, que nesse período foi regulamentada. Em que pesem algumas instituições que tem na EAD no País qualidade e com fim de promoção da cidadania, o que se constata é que em sua quase totalidade esta modalidade oferece um ensino aligeirado e com um mínimo de qualidade. Precisamos continuar combatendo e contrapondo-nos a esse tipo de educação que, em última instância, atende a um mercado ávido por lucro.

Militarização das escolas

Na cartilha Projeto do Capital para a Educação - volume III apresentamos uma análise sobre a militarização das escolas. Nela apontamos que “com a transferência da gestão das escolas para forças militares, o capital encontra um terreno fecundo para realizar seu projeto de educação”. Ou seja, esse modelo, além da construção de uma subjetividade domesticada, empreendedora-mercadológica e militarizada, constitui-se como elemento central do projeto privatista das forças armadas brasileiras, braço militar do projeto de destruição dos direitos sociais, trabalhistas, previdenciários e ambientais.

É nesse cenário de militarização, hiperbolizada a partir do governo de extrema-direita de Bolsonaro, que esse modelo para o capital tem conseguido ganhar mais espaço. Vale destacar que essa militarização escolar também tem sido realizada por governos ditos progressistas, como os governos da Bahia, do Piauí e Maranhão, além dos governos da direita tradicional. Contudo, a militarização das escolas ganha uma envergadura maior, pois o governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro a assume como projeto de Estado.

Esse cenário de expansão dessa concepção autoritária de ensino é resultado da crise do capital, que se revela de forma escancarada na crise de toda sociedade burguesa. É, sem margem de dúvida, a saída apresentada pela extrema direita para o quadro caótico desses tempos mundiais de normatização do caos, da barbárie. É, mais do que nunca, a exceção se apresentando como sempre foi, a regra da sociedade de classe.

As escolas militares ou escolas militarizadas constituem-se como a faceta "educacional" de uma concepção que vislumbra na escola seus inimigos imaginários, por isso tal movimento dialoga intimamente com movimentos reacionários e fascistas do Escola Sem Partido. Não toleram a diversidade, o debate, o senso crítico, assim enxergam nos defensores da educação pública e de qualidade, movimento estudantil, sindicatos, a exemplo do ANDES-SN, seus inimigos número 1.

Há inúmeras denúncias sobre práticas de dominação dos corpos e de mentes do(a)s discentes, como padronização dos cortes de cabelo, impedimento de uso de acessórios estéticos, estabelecimento de normas e regras morais que coadunam com a visão de mundo reacionária, intolerante e preconceituosa. A militarização das práticas escolares é a antessala da militarização da vida.

Importa registrar, ainda mais, que é de interesse do capital a transferência da gestão das escolas para as mãos das forças militares, pois possibilita que o projeto de educação voltado para o mercado encontre substância real. Nesses espaços de ensino militarizado, há um colossal controle, vigilância, assédio sofrido por docentes e discentes, o que impede a livre organização sindical e estudantil, favorecendo a agenda mercadológica.

Nestes tempos em que a ciência e a Organização Mundial da Saúde - OMS atestam que a única forma de conter o vírus, esse inimigo invisível, é ficando em casa, a militarização das escolas é uma primeira hora do projeto genocida do presidente anticiência. Sobre isso, o Presidente do Brasil, no início da pandemia da Covid-19, após repetidas investidas públicas contra o isolamento social, dizia que as escolas militares deveriam voltar às aulas, pois a inserção e as possibilidades de impor suas vontades são possíveis a partir de regras de obediência e aceitação a qual estão subordinadas as escolas que, usualmente, têm militares na gestão. Não raras vezes o(a) diretor(a) é um(a) militar e não uma professora ou um professor, em desobediência aos princípios da gestão democrática, como previsto na LDB (9394/96).

Educação domiciliar

Assim como ocorre com o avanço da militarização do ensino, o avanço da educação domiciliar – *homeschooling* – é resultado direto do aprofundamento da crise do capital. Já apontamos, em nossa cartilha Projeto do Capital para a Educação - volume III, que “a educação domiciliar, ou *homeschooling*, conforme denominação utilizada na América do Norte, é a defesa da total responsabilização da família pela formação acadêmica de crianças e jovens atendidos por tutores ou pelos próprios pais que mobilizam estratégias diversas para levar a termo o processo educativo, seguindo ou não um currículo formal”.

O quadro pandêmico mundial tem sido fermento para o aumento dessa pauta conservadora, que reforça a alienação social das crianças, cerceadas do direito ao importante convívio escolar. Sabemos que o espaço escolar, em que pese a contradição de também reforçar valores das classes dominantes, possibilita que concepções emancipatórias sejam apresentadas, debatidas e ensinadas. Nossa sociedade é marcada pelas mais perversas opressões, reforçadas cotidianamente no seio familiar. E é o ambiente escolar que tem sido local privilegiado de constituição de uma subjetividade não racista, não machista e não lgtfóbica.

Há, nesse modelo, uma simplificação perigosa do ato de educar. Seus defensores apontam, por exemplo, que os alunos submetidos ao *homeschooling* seguem os currículos escolares regulares. Contudo, esquecem que o currículo não é uma construção estática, mas processual, que exige trocas, mediações e a experiência coletiva do contraditório e da diversidade. Nota-se que esse modelo reforça o caráter individualista do ensino. Embora afirmem "ser uma educação personalizada", o *homeschooling* reforça uma despersonalização que pode desaguar no próprio adoecimento mental de crianças e adolescentes.

Mas há outro elemento muito importante sobre essa concepção de "ensino", a desresponsabilização do Estado do papel de financiar a educação, ou até mesmo, de estabelecer normas de controle no caso das escolas privadas. Podemos, a partir disso, notar três dimensões perigosas: Primeiramente, afirmam que tal modelo estará submetido ao currículo regular, mas isso constitui a antessala para a total e absoluta desresponsabilização do Estado. Segundo, paradoxalmente, afirmam que o currículo escolar estará sob a responsabilidade da família, mas não são poucos os exemplos de que se recorrem aos professores particulares para realizar o que poderia ser realizado em sala de aula. E, por fim, quando esse processo de escolarização ocorre por membro familiar, são mulheres as responsáveis, o que reforça o caráter machista de espacializar o "lugar" que a mulher deve ter em nossa sociedade.

Há uma tentativa de regulamentar a educação domiciliar através do projeto de Lei nº 2.401/2019, que recebe apoio de diversos grupos de estudos ligados ao setor empresarial. Não é de se estranhar que em texto publicado na Revista de Gestão, Economia e Negócios, encontremos: "as crianças são ensinadas em seus lares sob a tutela de seus pais ou responsáveis legais que, pautados pelos currículos escolares adotados na rede regular de ensino, ministram as aulas com o auxílio de materiais didáticos específicos para o ensino doméstico e, em certos casos, de professores particulares" (RIBAS, RIBEIRO E MARDEGAN, 2021). Registra-se que tal modelo, como em tudo no ensino privado, encontra-se monopolizado.

É interessante, ainda, lembrar que com a pandemia da Covid-19 a educação domiciliar, assim como a militarização das escolas, ganha relevo montanhoso, pois são formas de desresponsabilização do Estado, bem como da privatização da educação. Os defensores da educação domiciliar dizem que, em tempos de isolamento social, seus filhos não serão prejudicados, pois terão educação em casa.

Além disso, a educação domiciliar, tal como ressaltou a decisão do STF, é ilegal. No Brasil, a legislação coloca a educação como um direito de todos. O art. 6º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), afirma que a educação é um direito social que deve ser garantido pelo Estado. Por sua vez, a LDB (BRASIL, 1996), em seu Art. 6º, regulamenta o dever dos pais ou responsáveis de efetuar a matrícula das crianças na Educação Básica a partir dos quatro anos de idade, ficando estabelecida, portanto, a obrigatoriedade de crianças e jovens frequentarem a instituição escolar, estando sujeitos a ações judiciais os pais que não cumprirem essa responsabilidade. Em função disso, o ensino domiciliar não seria possível.

As tentativas de ataque à educação formal e ao trabalho docente representadas pela regulamentação da educação domiciliar ganharam visibilidade em anos recentes, especialmente a partir de um julgamento realizado pelo STF em 2018. No entanto, antes disso, desde 2012, já existiam diferentes projetos de lei tramitando na câmara de deputados e no senado com a finalidade de alterar o ECA e a LDB e, assim, regulamentar a prática de *homeschooling*.

As investidas recentes se dão muito especialmente com a eleição de Bolsonaro. Na cerimônia comemorativa dos 100 dias de governo, realizada em 11 de abril de 2019, o ensino domiciliar entrou na agenda do dia com o Projeto de Lei (PL) assinado pelo Presidente e que contou com forte contribuição do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

A educação domiciliar, como ressaltou a decisão do STF, é ilegal. No Brasil, a legislação coloca a educação como um direito de todos. O art. 6º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), afirma que a educação é um direito social que deve ser garantido pelo Estado. Por sua vez, a LDB (BRASIL, 1996), em seu Art. 6º, regulamenta o dever dos pais ou responsáveis de efetuar a matrícula das crianças na Educação Básica a partir dos quatro anos de idade, ficando estabelecida, portanto, a obrigatoriedade de crianças e jovens frequentarem a instituição escolar, estando sujeitos a ações judiciais os pais que não cumprirem essa responsabilidade.

Regulamentar a educação domiciliar promove o empobrecimento da educação formal do(a)s jovens da classe trabalhadora que têm na escola, na maioria das vezes, o único lugar para a apropriação de conhecimentos centrais para a compreensão crítica da realidade natural e social.

A Escola sem Mordação

Os defensores da militarização escolar e da educação domiciliar são os mesmos agentes que defendem uma escola com mordação, visto o significado nefasto das ideias, ações e projetos que advogam como a defesa de uma “Escola sem Partido”. Tais ataques possuem articulações com a mercantilização da educação e ganharam relevo com a vitória de um candidato de extrema-direita para a Presidência da República e as subsequentes indicações de pessoas ligadas ao Escola Sem Partido e militares para cargos importantes do Ministério da Educação. Nas publicações do ANDES-SN, e especialmente na cartilha Projeto do Capital para a Educação: análise e ações para a luta Volume 3 (2020), reafirma-se que esse é mais um dos projetos do capital, os quais refletem os interesses de um setor da classe dominante que pretende imprimir à educação um papel não apenas conservador, mas extremamente reacionário, tanto do ponto de vista da formação dos alunos e da veiculação da ideologia burguesa, como também do cerceamento das liberdades democráticas e da perseguição às ideias consideradas progressistas ou de esquerda.

Os projetos Escola sem Partido, analisados à luz da conjuntura e do avanço da agenda privatizante e mercantilizante da educação, expressam um conjunto de modificações na legislação educacional como um todo, com profundos impactos na atividade docente. Ao mesmo tempo, suas repercussões não se limitam aos aspectos ideológicos dessas medidas, mas se articulam com a formatação de um contexto propício aos interesses econômicos do capital, uma vez que diversos desses grupos estão ligados a empresas que atuam no campo educacional.

Portanto, nesta disputa, precisamos reforçar a resistência em todos os espaços que ocupamos. Para derrotar esse avanço obscurantista contra a escola, a ciência, o conhecimento, professores e professoras e estudantes, contra os direitos sociais e democráticos e, de modo mais direto, continuar articulando e fortalecendo a Frente Escola Sem Mordação. Nesse sentido, é importante a manutenção e o incremento do site da frente como uma ferramenta para disseminar informações e, ao mesmo tempo, possibilitar uma maior conexão e acolhimento com os casos de perseguição e ataques à educação.

A Lei 13.415/2017 e a BNCC

O Ministério da Educação (MEC), em 16 de setembro de 2015, apresentou a proposta preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com o fim de nortear o currículo do ensino básico brasileiro. A Base Nacional apresenta os conteúdos para as áreas de linguagem, matemática, ciências da natureza e ciências humanas na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio, bem como apresenta orientações para a educação especial. O documento foi colocado em consulta pública pelo MEC (Brasil, 2015).

A preocupação dos educadores se dá, também, porque a Reforma do Ensino Médio, que denominamos em uma perspectiva crítica de contrarreforma, mas que se apresenta como inovadora, coloca algumas cunhas difíceis de reverter, além de transferir a responsabilidade para a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, que começamos pontuando: A BNCC para o Ensino Médio, aprovada em 4 de dezembro do ano de 2018, “não considera as diferenças entre os estudantes, nos seus aspectos culturais, sociais e econômicos [...]”. Não há uma discussão sobre a natureza do cidadão que se quer formar. Também retira do trabalho docente a sua condição autônoma, criativa e coletiva [...]” (GTPE/ANDES-SN, 2017, p.14). Com esses elementos reafirmamos que a BNCC não abarca a complexidade da vida escolar e todas as particularidades, seja da região e muito menos de cada escola. Isto posto, passemos à discussão sobre a contrarreforma do Ensino Médio.

A estrutura da Lei nº 13.415/2017 conta com modificação estrutural da LDB Nº 9394/96, que passa a vigorar acrescida do artigo 35-A: “definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III ciências da natureza e suas tecnologias e IV - ciências humanas e sociais aplicadas”. Além disso, no Art. 36, às quatro áreas é acrescida a V) formação técnica e profissional. As áreas são chamadas de “itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e as possibilidades do sistema do ensino”.

Essas quatro áreas definidas, acrescidas dos itinerários formativos, não consideram a realidade dos jovens que serão formados, nem mesmo a estrutura docente e/ou das escolas, pois o que se constata é a primazia do capital.

Neste contexto, sacramentado pela Lei 13.415/2017, as disciplinas obrigatórias são matemática, língua portuguesa e, a partir do 6º ano, a língua inglesa, prevista no parágrafo 5º do artigo 26 da LDB nº 9394/96, que tem a seguinte redação: “no currículo do ensino fundamental, a partir do sexto ano, será ofertada a língua inglesa”. Ademais não sobrou mais do que um discurso de atualização de conteúdos e das necessidades que o jovem tem de mudança e construção de seu currículo de acordo com as suas preferências e potencialidades.

Sobre isto, duas questões fundamentais adquirem relevância. A primeira é: de que forma fazer chegar aos alunos que eles tinham razão quando se contrapuseram à Reforma do Ensino Médio nas manifestações do ano de 2016? Obviamente, aos jovens trabalhadores, com a propaganda realizada com dinheiro público pelo governo federal, divulgou-se que, a partir de então, eles estudarão e estarão preparados para um mercado que é implacável. Não é verdade! Que eles poderão escolher o que estudarão, por suas preferências, também não é totalmente verdade, e é o que discutimos na segunda questão.

A segunda questão é: o § 2º do referido art. 35-A diz que: “a Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia”. As amarras que o texto da Lei propõe se apresentam como se fosse algo a que devêssemos dar crédito e que será positivo à formação de nossos jovens. Aprofundar conteúdos por meio de disciplinas de conteúdos específicos, que persigam ir além da aparência, mas chegar à essência, que permitam aprofundamento, que ensinem a pensar, que desenvolvem a criticidade, desde sempre foi uma ameaça, sobretudo para as elites do país. Desenvolver autonomia é uma das funções da escola, mas apenas conteúdos, deste ou daquele assunto, não promoverão as mudanças necessárias ao país, para isso é preciso uma educação que emancipa.

As escolas não dispõem de capacidade de oferecer o que pode ser demandado pelos jovens quando se diz que o estudante escolherá seu percurso formativo. Está documentado, mas a propaganda não diz que a escola pode oferecer o(s) percurso(s) formativo(s) de acordo com suas possibilidades. Além disso, mesmo com as possibilidades de escolhas, se forem oferecidas pelas escolas, em que condições os alunos realizarão essas escolhas? É para esses alunos reais que se faz necessário professores com formação em suas áreas de atuação, preparados para a docência.

A Lei 13.415/2017 altera o art. 61 da LDB 9394/96, admitindo a figura de “profissionais com notório saber” reconhecidos pelos respectivos sistemas de ensino: a desqualificação dos Cursos de Licenciatura e a permissão de que sejam admitidas, para ministrar aulas, pessoas com notório saber, desconsiderando que Professor/Professora é uma profissão, que tem regulamentação e que deve ser exercida por quem tem formação específica, o que inclui domínio do conteúdo e formação pedagógica. Tem-se assim, de forma explícita, um ataque e um desrespeito ao trabalho do(a)s docentes, que serão paulatinamente substituídos. (GTPE/ANDES-SN, 2017, p. 8).

Percebe-se o desrespeito à legislação, pois a formação docente necessita estar ligada à formação científica realizada na universidade. A esse disparate cabe perguntar: a quem serve o notório saber? É mais uma vez a possibilidade de os empresários inserirem-se nas escolas. Os concursos para professores, tão escassos, não serão mais necessários, pois alia-se tudo às Organizações Sociais - OS, que poderão realizar as contratações para as escolas, com contratos realizados via Secretarias de Educação. Além disso, por ocasião da contratação de docentes, em um cenário com duas opções, de um professor com formação e outro sem formação, quem exigirá por exemplo condições de trabalho e salário digno? É fácil ter a resposta de quem a OS contratará. Pois essas organizações não estão preocupadas, por exemplo, com a formação crítica que conduza à emancipação dos estudantes.

Educação do Campo

A histórica luta das trabalhadoras e trabalhadores do campo no Brasil fez avançar a necessidade do fortalecimento da Educação do Campo. Esse processo levou a conquista de políticas públicas que foram importantes para os filhos e filhas de camponeses, como o exemplo das licenciaturas em educação do campo e a organização das escolas nas comunidades rurais. Ressalta-se que essas conquistas ocorreram num contexto de profundas contradições em que o agronegócio aumentou seu poder político e econômico, roubando grande parte do fundo público para seu projeto de destruição do campo.

Entretanto, essas conquistas da luta dos movimentos dos trabalhadores do campo estiveram atravessadas por medidas, em especial de governos estaduais, de fechamento de escolas do campo. No ano que realizamos nosso último congresso, tivemos menos 145.233 matrículas em escolas no campo, além, por certo, do aprofundamento da precarização do trabalho docente que, em muitos casos, cria situações em que o próprio docente é responsável pela manutenção das necessidades básicas das escolas, como água, material de limpeza e, às vezes, até transporte das crianças.

O panorama de cortes no ensino superior no Brasil tem impacto na formação de professores e professoras para as áreas rurais. A dinâmica de alternância da formação das Licenciaturas em Educação do Campo tem como base a necessidade da garantia de ações de permanência nos períodos de tempo escola, ou seja, naqueles períodos em que os estudantes vivenciam mais diretamente o espaço das universidades, e também recursos necessários para as ações docentes no tempo comunidade, período em que os estudantes retornam para suas comunidades e são acompanhados por visitas pedagógicas do corpo docente do curso.

Nesse sentido, é fundamental que possamos dar continuidade às ações do nosso sindicato, em articulação com os movimentos das trabalhadoras e trabalhadores do campo para avançar na garantia da educação pública e gratuita para todas e todos, e fortalecer as atividades de denúncia contra os fechamentos de escolas do campo. Ao mesmo tempo, ressaltamos a importância do fortalecimento da produção e disseminação de conhecimento ligado às lutas desses trabalhadores, ações que temos desenvolvido através das parcerias para a publicação de livros pela Expressão Popular e nosso apoio à Escola Nacional Florestan Fernandes.

A pandemia, o fechamento das escolas e as aulas remotas agravaram um cenário no Brasil que já era extremamente desigual na educação. Com dificuldade no acesso à internet para assistir às aulas e a necessidade de trabalhar para ajudar a pagar as contas em casa, milhões de jovens afastaram-se dos estudos e

distanciaram-se de alcançar o ensino superior. Os reflexos já podem ser sentidos no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), principal porta de acesso às universidades - não só para as públicas. A edição de 2021 registrou o menor número de inscritos, além da menor taxa de participantes negros e vindos de escolas públicas dos últimos anos. Por outro lado, houve aumento no número de pagantes e de brancos. Antes mesmo de ser realizado, é considerado o Enem mais excludente e desafiador para o(a)s estudantes pobres e vulneráveis. Apenas 3,1 milhões de pessoas estão confirmadas para realizar as provas nos dias 21 e 28 de novembro. É o menor número desde 2005. Entre os participantes pardos e pretos, a diminuição foi de 52% (de mais de 3,4 milhões no ano passado para 1,6 milhão em 2021).

É necessário que retornemos às aulas e ao convívio presencial, desde que as condições sanitárias permitam e desde que as condições de infraestrutura e de acomodação seguras das pessoas proporcionem isso. As IES, junto com a comunidade, devem prover e construir as condições para esse retorno. O contexto da pandemia, caso não surjam novas variantes e as medidas de vacinação e reforço vacinal continuem a avançar, permite-nos acenar com a perspectiva de retorno presencial. Os prejuízos pedagógicos e emocionais do afastamento e das atividades remotas, nesse contexto, já nos impõem que acenemos com essa perspectiva do retorno às atividades presenciais. Nossos cursos não são a distância. Manter tal condição, de atividades integralmente remotas, pelo terceiro ano, confrontaria essa concepção de formação de nossa(o)s estudantes e entraria em contradição com os projetos pedagógicos de nossos cursos e o papel social do ensino superior. Caso as condições da pandemia, ou as condições sanitárias e de infraestrutura em nossas instalações, ou as condições de trabalho e estudo, impeçam-nos de realizar tais projetos e concretizar a perspectiva de retorno às atividades presenciais, estaremos obrigados a rediscutir a própria identidade de nossos cursos, bem como as modalidades aceitas para a formação de nossa(o)s estudantes. E isto não é redutível à questão ensino presencial versus remoto. Não há formação adequada, em cursos que duram em média 4 (quatro) anos, caso mais de 50% da formação se realize remotamente ou a distância. Nossos cursos, reiteramos, são presenciais.

Além disso, há a perspectiva de organização e luta política, que deve ser construída nos nossos espaços. A proposta de mercantilização do ensino avançou com nossas ausências físicas nos espaços. Mas, mesmo com essa correlação desfavorável, os defensores da educação pública e gratuita realizaram muitas ações contra os mercadores do ensino, a exemplo da Campanha Nacional Defender a educação pública, essa é a nossa escolha para o Brasil.

O ANDEs-SN lançou a Campanha Nacional Defender a educação pública, essa é a nossa escolha para o Brasil em setembro de 2021, através de um *show-live* que contou com a presença de Duda Beat, Sérgio Vaz, Ellen Oléria e Ana Cañas. Registre-se que essa campanha foi resultado da deliberação do 11º Conad extraordinário, quando aprovamos a realização de uma campanha nacional em defesa da recomposição dos orçamentos das IFES e dos institutos de pesquisa públicos.

A campanha se deu através de ações nas mídias, com 32 vídeos de elevada qualidade, projeções em prédios, fixação de outdoor, plotagem em ônibus e metrô, assim como ações de rua, a exemplo da Semana Nacional em Defesa da Educação Pública e Contra os Cortes, entre os dias 6 e 10.12.21. Consideramos, assim, que essa campanha insere-se em uma das inúmeras ações que nosso sindicato deve continuar realizando, com a mais ampla unidade, para frear a sanha privatista do governo Bolsonaro e de governos estaduais e municipais.

Ressaltamos ainda que, apesar dos ataques, acreditamos que o ano de 2023 pode ser também de muitas lutas pela garantia concreta da Educação Pública, da defesa das políticas de cotas, de um orçamento que dê conta das condições de funcionamento das universidades (federais, estaduais e municipais), institutos federais e CEFETs e contra as forças reacionárias, sintetizadas no bolsonarismo. Em um momento que precisamos superar todos os problemas que se aprofundaram na pandemia, a educação pública necessita ser radicalmente defendida!

ATUALIZAÇÃO DO PLANO SANITÁRIO E EDUCACIONAL: EM DEFESA DA VIDA E DA EDUCAÇÃO

Considerando:

- a perspectiva de retorno presencial nas IES, IFs e CEFETs;
- o avanço da vacinação no Brasil (com 71,3% da população brasileira vacinada com dose única ou duas doses e 26,3% com a dose de reforço)¹⁶;
- a necessidade de participação na construção das condições necessárias para o retorno presencial;
- o impacto de novas variantes do Sars-Cov-2, especialmente a Ômicron, no sistema de saúde, a Diretoria do ANDES-SN apresenta uma atualização do Plano Sanitário e Educacional.

Tal atualização continua tendo como princípio a preservação da vida e da saúde de toda a comunidade universitária, dos Institutos Federais e CEFETs, e também a responsabilidade que o sistema público de ensino superior deve ter para com a sociedade. Ao mesmo tempo apresenta às Seções Sindicais orientações atuais quanto ao momento presente, com o retorno presencial como horizonte real próximo.

Dessa forma, é preciso ter em mente a importância e o papel social da educação pública, que busca formar cidadãos e cidadãs com uma ampla visão de mundo, atenta(o)s aos desafios da sociedade contemporânea. Para que essa formação seja a mais integral possível, é necessário que ocupemos nossos espaços de trabalho e estudo para retomarmos nossa organização e mobilização em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade, laica e socialmente referenciada.

A variante Ômicron elevou a média de casos e mortes, tornando necessário o adiamento do retorno presencial previsto para o início do ano em muitas instituições e gerando apreensões quanto ao momento em que se dariam as condições epidemiológicas mínimas que possibilitassem o retorno das aulas presenciais nas IES públicas. Se considerarmos as ocorrências em outros países, como Estados Unidos e Reino Unido, a tendência tem sido a de que o número de casos e mortes caia nas próximas semanas, mas não há como termos certeza. A dinâmica de espalhamento do vírus e a transmissão têm se mostrado diferentes ao redor do globo, o que causa dificuldade de qualquer planejamento para o retorno.

Por isso, é necessário que se tenham claros os indicadores que sirvam de balizadores para tomadas de decisões, baseados no conhecimento científico adquirido até aqui. É necessário considerar que não se sabe quando e como a pandemia vai cessar e, assim sendo, é preciso entender que, a partir da definição de tais indicadores, talvez seja imperioso estabelecer períodos de abertura e fechamento. Ou seja, mesmo que retornemos às atividades presenciais, talvez seja necessário suspendê-las, a depender do quadro pandêmico.

Apresenta-se igualmente necessária a luta por orçamento público adequado para a garantia da efetivação das condições e indicadores apresentados para o retorno presencial e para o enfrentamento dos novos patamares pandêmicos.

Entendemos que o retorno às atividades presenciais depende de recursos públicos para a implementação de políticas de garantia da vida, e de uma série de indicadores definidos pela OMS, combinada com dados do CDC (Centers for Disease Control and Prevention) dos Estados Unidos, para avaliar os riscos de transmissão na comunidade, os quais descrevemos a seguir. Os indicadores deverão ser considerados em cada município e região de inserção das IES, IFs e CEFETs, os quais podem ter quadros bem distintos, por conta da diversidade inerente a um país continental. Deve ser garantido o acesso a testagem irrestrito para rastreamento dos casos na comunidade universitária.

É importante ressaltar que risco zero não existe numa situação pandêmica. As recomendações têm o objetivo de reduzir a ocorrência de transmissão e de minimizar os impactos no sistema de saúde.

O retorno às aulas deve ser considerado como 'evento de massa', conforme definição da OMS, pelas características dos espaços em que ocorrem (salas, anfiteatros, auditórios, laboratórios etc.), pelo transporte utilizado e pelo tempo em que as pessoas permanecem nestes espaços. Tais eventos têm risco elevado de transmissão do Sars-Cov-2 e, por isso, planejamento e acesso a recursos são essenciais.

Segundo a OMS, qualquer processo de decisão sobre o retorno às atividades ou sua suspensão deve ser

16 Dados de 10 de fevereiro de 2022.

transparente e socialmente inclusivo, o que no caso das IES significa envolver todos os setores da comunidade acadêmica.

Assim como é fundamental que a instituição assuma a responsabilidade que lhe é inerente de preservação da vida de quem nela estuda e trabalha, todas as pessoas devem ter consciência de sua responsabilidade individual e senso de civilidade, com o objetivo de preservar sua própria vida e as das outras pessoas.

A pessoa infectada tem o potencial de transmissão antes mesmo de aparecerem os sintomas, daí ser necessário que, uma vez detectada a infecção, a instituição se encarregue de acompanhar o rastreamento dos contatos das pessoas infectadas da comunidade acadêmica de modo a contribuir para a não transmissão do vírus e forneça assistência adequada e integral.

Considerando as possibilidades de contágio – proximidade entre pessoas, baixa ventilação e contato com superfícies contaminadas – e sabendo que as recomendações são: **comprovação vacinal, distanciamento de no mínimo 1m, uso de máscaras adequadas, espaços ventilados e higienização das mãos e das superfícies**, a instituição deve ser instada a garantir que tais recomendações possam ser de fato efetivadas.

Além disso, é absolutamente imprescindível que a instituição avalie a situação de cada *campi* e suas unidades e tenha um plano que inclua o sistema de saúde, uma vez que o retorno presencial das atividades pode favorecer o aumento da taxa de contaminação e sobrecarregar os respectivos serviços de saúde disponíveis.

Os contextos epidemiológicos devem ser considerados pela instituição (incluindo a prevalência de variantes, o número de casos ativos por cem mil habitantes e a taxa de transmissão), assim como vigilância, rastreamento e capacidade de testagem.

É necessário que cada *campi*/unidade da instituição tenha um sistema de detecção eficaz de casos suspeitos, que permita identificar rapidamente os sintomas e dar encaminhamento adequado.

O avanço da vacinação e as características da variante Ômicron (embora mais contagiosa, na grande maioria das vezes, leva ao desenvolvimento de doença leve nas pessoas vacinadas) trazem a necessidade de avaliarmos as atividades presenciais dentro de um contexto que:

- a considere o alto número de casos diários, conscientes que o número total divulgado está subnotificado pela baixa disponibilidade de testes, o que é comprovado pela elevada taxa de positividade dos exames realizados;
- b o quadro vacinal mostra disparidades regionais quanto ao percentual de pessoas vacinadas;

Dessa forma, os indicadores que apresentamos para a definição do retorno presencial ou suspensão das atividades são:

- 1 Que no mínimo 70% da população dos municípios e/ou regiões onde estão localizados as IES, IFs e CEFETs deve estar vacinada com as duas doses da vacina ou a dose única, o que consideramos como esquema vacinal primário. Além disso, devemos exigir campanhas para que adulta(o)s tomem a dose de reforço e que as crianças e adolescentes de 5 a 18 anos sejam vacinadas. Hoje temos duas vezes mais mortes de crianças de 1 a 5 anos do que crianças e adolescentes de 6 a 18 anos. Então, não basta ampliar a vacinação das pessoas maiores de 18 anos. Temos que indicar a urgência da liberação da imunização aos menores, o que não vai resolver totalmente a questão, pois, para as crianças até um ano ainda não há nenhuma vacina, fazendo com que fiquem ainda mais vulneráveis.
- 2 Que todas as pessoas que frequentam os *campi* estejam com, pelo menos, o ciclo vacinal primário completo e que as administrações das IES, IFs e CEFETs exijam os comprovantes vacinais.
- 3 De acompanhamento do quadro de internações em UTIs e enfermarias. O percentual de leitos de enfermaria e UTI ocupados depende do número de leitos disponíveis. Uma maior disponibilidade de leitos impacta diretamente nesse percentual. As taxas de ocupação de leitos de UTI voltou a preocupar depois de vários meses de declínio, de acordo com nota técnica do Observatório Covid-19 da Fiocruz¹⁷. No entanto cabe ressaltar que houve um redução no número absoluto de leitos em

¹⁷https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos_2/nota_tecnica_observatoriocovid19_2022-02-10-red_1.pdf

relação a outros momentos da pandemia. Isso implica dizer que a alta no percentual é resultado da alta taxa de transmissão, da ausência de políticas que a contivesse e da redução do número de leitos de UTI disponíveis. Por isso, indicamos que devemos acompanhar a média do número de internações no período de uma semana (média móvel), tanto em UTIs, quanto nas enfermarias. Um aumento de 20% no número de internações em comparação com a semana anterior já indica aumento da taxa de transmissão. Vale destacar que esse indicador é necessário pela ausência de testagem em massa que seria o melhor indicador para sabermos a taxa de transmissão. Dessa forma, se houver aumento de 20% nas internações em uma semana, as atividades deverão ser suspensas. Caso haja queda de 20% no número total de internações, as atividades podem ser retomadas ou permanecer no caso de já termos retornado às atividades. Esta é uma questão difícil, pois de um lado há a baixa testagem, mas de outro lado o aumento de hospitalizações é o retrato de contágios de 20 dias antes, portanto é sempre tardio.

- 4 Suspensão das atividades presenciais enquanto durar o pico pandêmico e quando voltar a elevação no número de casos.

Juntos, esses dados permitem que tenhamos ideia da taxa de transmissão dentro do município e região e devem ser os principais balizadores para definição de retorno às atividades presenciais.

Atingidos os indicadores anteriormente apresentados, as atividades presenciais deverão acontecer, respeitando protocolos sanitários e educacionais.

Que as Seções Sindicais do ANDES-SN,

1. Exijam/reivindiquem que a administração de cada instituição construa democraticamente um “Plano Sanitário e Educacional: em defesa da vida e da educação”, com a participação dos segmentos de suas comunidades acadêmicas – docentes, estudantes, técnico(a)s administrativo(a)s e terceirizado(a)s –, contendo diretrizes relativas às condições:

- 1a. de adequada salubridade para todas as pessoas que frequentam os espaços das universidades, institutos federais e CEFETs;

- 1b. de realização das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração no formato remoto; se a pandemia assim o demandar, com a disponibilização de equipamentos e suporte adequados (e consideradas as especificidades de cada local e de cada área de conhecimento) para docentes, servidora(e)s técnico-administrativa(o)s e estudantes;

- 1c. de implementação de atividades e estratégias de recuperação adequadas para toda(o)s a(o)s estudantes, especialmente para aquela(e)s que não puderam ou tiveram dificuldades para acompanhar o Ensino Remoto Emergencial (ERE) adotado durante a pandemia, observando a não precarização da atividade docente;

- 1d. de manutenção do ERE – apenas e tão somente —quando as condições sanitárias impostas pela pandemia exigirem;

- 1e. de acesso à internet e às ferramentas digitais necessárias para estudantes cuja situação pessoal não lhes permita tal prerrogativa;

- 1f. de adequação da infraestrutura física (prédios, laboratórios, bibliotecas e demais espaços, de modo a resguardar o distanciamento físico com garantia de pelo menos 1m de distância) e de pessoal, bem como de ventilação adequada, com janelas amplas e abertura total;

lg. de adequação das moradias estudantis no que se refere às instalações físicas propícias à necessária higienização e não aglomeração da(o)s estudantes, além das condições de segurança alimentar dentro dos *campi*;

lh. de fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs) à comunidade trabalhadora e estudantil que frequenta as instalações da instituição, assim como para as moradias estudantis, tais como máscaras PFF2 ou N95, agentes sanitizantes e marcação de fronteiras para distanciamento físico de pelo menos 1m;

li. de retomada da regularidade de reposição/complementação de pessoal, docente e técnica(o)-administrativa(o), por meio de concurso público de efetivação, de modo a enfrentar a situação de distanciamento físico nas salas de aula e outras dependências, que passará a ser necessário no retorno presencial. A exigência de divisão das turmas, com correspondente contratação de docentes, nos casos em que o espaço disponível não garanta o distanciamento mínimo de 1m para o número de matriculados;

lj. de avaliação e progressão na carreira que considerem as dificuldades das mais diversas ordens vivenciadas pelas mulheres servidoras, em especial aquelas com filha(o)s em idade escolar ou responsáveis pelo cuidado de outras pessoas [idosos(o)s, pessoas com deficiência etc.]. O mesmo tratamento deve ser oferecido às mulheres estudantes;

ll. de busca de recuperação da saúde mental daquela(e)s que tiveram suas condições de enfrentamento da vida afetadas pelas condições de isolamento e trabalho exaustivo durante a pandemia de Covid-19, incluindo disponibilização de profissional psicólogo pela instituição;

lm. de campanhas de esclarecimento que demonstrem os protocolos a serem seguidos e que destaquem, por exemplo, que mesmo alguém vacinado deve fazer tudo que está a seu alcance para evitar o contágio e a propagação do vírus e que máscaras de tecido são inteiramente inadequadas para ambientes de sala de aula.

ln. de fiscalização sobre os protocolos sanitários, chamando à responsabilidade individual e coletiva. Que estejam claros os órgãos responsáveis pela fiscalização e garantia de cumprimento dos protocolos;

lo. de adequadas condições de transporte, com adequações das jornadas e turnos de trabalho que garantam acesso ao transporte público com menos lotação;

lp. de adoção de uma política institucional que normatize as decisões quando houver casos positivos de infecção por Covid-19 (afastamentos, quarentenas, rastreamentos etc.), incluindo a definição clara de que em caso de surto (três casos positivos em uma mesma turma) haja um imediato retorno emergencial à modalidade remota por duas semanas (caso não se registrem mais casos na mesma turma);

lq. de exigência de comprovante vacinal com pelo menos ciclo primário (dose única ou duas doses) para acesso às dependências das IES, podendo futuramente ser revisto e ampliado de acordo com novos protocolos estabelecidos.

lr. que haja um plano de acompanhamento de estudantes que estejam isolada(o)s por estarem contaminada(o)s ou terem tido contato com pessoas contaminadas.

ls. necessidade de oferecimento transitório de alternativa de trabalho que preserve a vida da(o)s trabalhadora(e)s com comorbidades, que neste momento transitório não deveriam retornar, e, ao mesmo

tempo, uma política específica de acompanhamento e oferecimento de condições a estudantes nesta situação.

2. Cobrem da instituição educacional a adoção das melhores e mais seguras condições de trabalho e estudo durante o período de risco de contaminação pelo Sars-Cov-2 e suas variantes, com o estabelecimento de protocolos de testagem, rastreamento de contatos e isolamento de suporte (protocolo TRIS). O isolamento de suporte deve seguir o preconizado na Nota técnica da Nº1/2022 da Fundação Osvaldo Cruz¹⁸ ou atualizações.

3. Cobrem da instituição a publicitação, na forma de boletins epidemiológicos, das estatísticas referentes à situação atual da comunidade ligada à instituição – número de falecimentos, de pessoas contaminadas e/ou com sequelas, e predominância de variantes, uma vez que esses dados são fundamentais para subsidiar a implementação e adequação de políticas sanitárias.

RESOLUÇÕES DO 39º CONGRESSO DO ANDES-SN

POLÍTICA EDUCACIONAL

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. *Dar continuidade a todas as deliberações do 38º Congresso e do 64º CONAD do ANDES-SN voltadas à defesa da educação pública, laica, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada e contra toda forma de opressão, em conjunto com outras entidades sindicais e estudantis da educação.*

2. *Intensificar as lutas e os esforços para, em conjunto com outras entidades e movimentos, resistir aos projetos do capital para a educação, em especial: Escola Sem Partido, educação domiciliar, EaD, medidas que desmontam programas de inclusão e combate ao capacitismo, Programa Nacional de escolas cívico-militares e qualquer outra medida voltada à militarização de escolas, além de quaisquer medidas voltadas à privatização e mercantilização da educação.*

3. *Envidar esforços de construção de espaços de unidade na ação, em especial: Frente Nacional Escola Sem Mordaza, Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (CONEDEP), CSP-Conlutas, Fórum Sindical, Popular e de Juventudes de luta pelos direitos e pelas liberdades democráticas e setor de entidades nacionais da educação.*

4. *Discutir na CONEDEP a necessidade de mudanças no ENE, especialmente nas seguintes dimensões: (a) metodologia do evento; (b) articulação entre etapas preparatórias e encontro nacional; (c) critérios de participação nas etapas preparatórias e na etapa nacional; e (d) ampliação e fortalecimento da CONEDEP, inclusive convidando as entidades que constroem o FNPE.*

5. *Realizar o VI Seminário Estado e Educação em março de 2020.*

6. *Intensificar o debate interno e a mobilização da comunidade acadêmica e dos vários movimentos e entidades que atuam em defesa da educação pública na denúncia e na luta contra o Future-se.*

7. *Realizar, no início do semestre letivo de 2020, atividades em conjunto com o movimento estudantil e com os movimentos do(a)s Técnico(a)s-Administrativo(a)s da Educação (TAE), voltadas para aprofundar o debate sobre a centralidade da luta em defesa da educação pública por meio da construção de espaços de unidade de ação, realização de greves, paralisações e atos unificados.*

8. *Envidar esforços para que a CONEDEP defina o Tema Central do IV ENE, e elabore um Texto Base contendo os objetivos, os eixos com suas concepções teóricas e políticas, a metodologia, a dinâmica, a forma de participação, a proposta de data de realização do IV ENE.*

9. *Fortalecer as lutas unitárias em defesa da educação pública em todos os estados incentivando as Seções Sindicais a participarem ou impulsionar a criação das Coordenações Estaduais em Defesa da Educação Pública e Gratuita (COEDEPE) ou similares articuladas à CONEDEP e ao processo de construção do IV ENE.*

18 https://agencia.fiocruz.br/sites/agencia.fiocruz.br/files/u35/nota_tecnica_-_01_-_2022_-_07-02-22_rev_gus_diagram_2022-02-10_1.pdf

10. Realizar no primeiro semestre de 2020 estudo da Base Nacional Comum para a Formação de Professore(a)s da Educação Básica para subsidiar as Seções Sindicais na crítica e na organização da luta contra sua implementação e realizar com apoio das Seções Sindicais, levantamento sobre a implementação da BNCC nos Estados.
11. Produzir um número da Revista Universidade e Sociedade, para o segundo semestre de 2020, sobre Políticas Educacionais, incluindo artigos sobre: Future-se, escolas cívico militares, ensino domiciliar, BNC da formação de professore(a)s, políticas educacionais de inclusão, papel do ENE na defesa da educação pública, gratuita e laica, e da educação inclusiva.
12. Combater a PEC que o executivo anunciou que enviará ao Congresso e todas as iniciativas dos governos que apontem para a desvinculação dos recursos para a educação dos Orçamentos da União, dos Estados e Municípios.
13. Lutar contra a redução do orçamento das IFES, os contingenciamentos e os cortes orçamentários e a defasagem dos recursos, exigindo sua recomposição e a revogação da EC 95/16.
14. Estimular as seções sindicais a realizarem debates e denunciarem a ameaça por parte do MEC de adotar o modelo de escola especial e classe especial para as pessoas com deficiência.
15. Dar continuidade às ações para estimular as Seções Sindicais a criarem comitês para realização de plenárias com os diversos segmentos internos e externos como forma de mobilização permanente contra o Future-se.
16. Que o ANDES-SN avalie o apoio ao Encontro Internacional de Educação Popular e Cidadania: experiências e desafios - Paulo Freire, a acontecer de 27 a 31 de julho de 2020, no Rio de Janeiro.

TR – 28

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

- 1 - Lutar pela radicalização e ampliação das políticas de cotas nas universidades, institutos federais e CEFETs no que se refere a permanência estudantil, ações de ensino, pesquisa, extensão, pós graduação e concurso públicos para docentes e TAE.
- 2- Lutar contra os ataques do governo Bolsonaro ao ENEM, a partir da perspectiva de universalização do ensino superior público com garantia ampla e condições concretas para entrada e permanência dos filhos e filhas da classe trabalhadora nas universidades, institutos federais e CEFETs.
- 3- Realizar o VII Seminário Estado e Educação, se possível no segundo semestre de 2022.
- 4- Construir um conjunto de ações para denúncia e esclarecimento, visando alertar a comunidade universitária para o caráter deletério do Reuni Digital e projetos congêneres nos estados.
- 5- Fortalecer a articulação do ANDES-SN com os movimentos de trabalhadoras e trabalhadores do campo para a garantia de uma Educação do Campo pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, lutando contra o fechamento das escolas no campo e pela garantia de recursos públicos para as ações de formação docente e garantia de permanência dos estudantes.
- 6-Que as seções sindicais continuem lutando para construir o retorno às atividades presenciais, tomando como base o Plano Sanitário e Educacional e respeitando os indicadores epidemiológicos e os protocolos sanitários.
- 7- Lutar contra as propostas que objetivam tornar o ensino remoto e híbrido permanente nas nossas instituições de ensino.
- 8- Dar continuidade à luta contra a Base Nacional Curricular, bem como as suas possíveis consequências para a formação de professores.
- 9- Continuar lutando contra a implementação do novo Ensino Médio.

TEXTO 29

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE CLASSE PARA AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS, DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

VIOLÊNCIA E DESIGUALDADES DE GÊNERO

TEXTO DE APOIO - TA

“Estamos de luto e lutando. Luto, luta, luto, luta. E parece que a gente não descansa, não para nunca”

(Watatakalu Yawalapiti - Líder indígena Coordenadora do departamento de mulheres da Associação da Terra Indígena do Xingu - ATIX Mulher)

O ANDES-SN acumulou em seus 41 anos uma trajetória de luta e resistência. Nos últimos dois anos, 2020 e 2021, enfrentamos um dos momentos mais difíceis para a humanidade, sobretudo para a classe trabalhadora, o que nos impulsionou a radicalização na luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora e na defesa da vida, compreendendo a centralidade dos enfrentamentos antirracistas, antimachistas, antilgbtqia+fóbicos e anticapacitistas.

Entendendo o espaço sindical como lócus de poder, historicamente ocupado por homens que assumiam as tarefas de dirigir a política sindical, o ANDES-SN destaca em sua história a reivindicação por espaço mais amplo para as mulheres sindicalizadas nas instâncias deliberativas e de direção, avançando na luta e na igualdade de gênero e, principalmente, repensando e recriando a dinâmica em sua estrutura física, política e temporal, para que não haja mais impedimento de ser mulher militante e sindicalista.

Este 40º Congresso do ANDES-SN está marcando sua história sindical com uma primeira gestão com paridade de gênero, uma conquista histórica que foi travada no 35º Congresso e que no 38º foi possível – com muitas vozes e sentimentos – sua consolidação. Portanto, os temas relativos à vida das mulheres devem ser ampliados, na perspectiva de efetiva construção de uma sociedade que vislumbra a luta classista como crucial para o projeto de outra sociabilidade que não seja regida pela lógica capitalista patriarcal, misógina e racista.

Importante salientar a criação e consolidação do Grupo de Trabalho Política de Classe, questões Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade Sexual – GTPCEGDS, instituído no ano de 2000, no 19º Congresso do ANDES-SN, em Juiz de Fora-MG, como Grupo de Trabalho Etnia, Gênero e Classe, ampliando o debate e as pautas sob sua condução em 2013, no 32º Congresso, no Rio de Janeiro-RJ, tomando assim a conformação que tem atualmente. Ao longo deste período, conseguiu atuar para diminuir as desigualdades estruturais de poder, na desconstrução da narrativa de inferiorização e subordinação das mulheres nos espaços de formação e atuação política. O ANDES-SN reconhece que ainda tem muito a avançar, por exemplo, na reivindicação de políticas institucionais que não tolerem a naturalização do assédio sexual e do assédio moral, nos ambientes escolares/universitários, político-sindical, familiar, etc. Sobretudo quando essas violências são associadas às questões raciais, capacitistas e lgbtqia+fóbicas. Há de pautar orientações que culminem em políticas de prevenção e combate aos assédios moral e sexual, que foquem o enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres. O combate à heteronormatividade compulsória e a toda e qualquer forma de

discriminações, violências e opressões, bandeiras permanentes e necessárias em defesa da vida e contra as desigualdades históricas de gênero e diversidade humana.

As desigualdades de gênero no país são um fato histórico. Segundo os dados da segunda edição do estudo Estatística de gênero, levantados pela Agência Brasil (IBGE, fev./2022), foi constatado que 54,5% das mulheres com 15 anos ou mais estariam inseridas no mundo do trabalho no país em 2019. Uma das dificuldades desta inserção está no fato de as mulheres serem responsáveis, em sua maioria e de modo exclusivo, por crianças de até 3 anos. A ocupação entre as mulheres que têm filhos dessa idade é de 54,6%, abaixo dos 67,2% daquelas que não têm. Um dado bem alarmante, visto que a situação para os homens é totalmente oposta, já que os que vivem com crianças de até 3 anos registraram nível de ocupação de 89,2%, superior aos 83,4% dos que não têm filhos nessa idade.

Outro dado alarmante revelado a partir do recorte racial, é que as mulheres pretas e ou pardas com crianças de até 3 anos apresentaram os menores níveis de ocupação, inferiores a 50%, enquanto as brancas registraram um percentual de 62,6%. Quanto ao tempo dedicado aos cuidados de pessoas ou de afazeres domésticos, as mulheres brasileiras dedicaram quase o dobro do seu tempo comparado aos homens (21,4 horas semanais contra 11,0 horas). Pelo recorte territorial, na Região Sudeste as mulheres dedicaram mais horas a essas atividades (22,1 horas), sendo a maior desigualdade de gênero encontrada na Região Nordeste.

É necessário disputar o direito integral ao corpo feminino, inclusive o avanço na conquista dos direitos reprodutivos, combatendo imediatamente a criminalização do aborto. O aborto é uma realidade e as mulheres que mais morrem por não terem acesso a serviços que garantam tal direito são as negras, pobres e periféricas. É necessário que avancemos na construção da legalização do aborto como uma política de preservação da vida de mulheres. Precisamos lutar para que o previsto na Constituição de 1988 seja praticado efetivamente. São direitos reprodutivos: aborto legal (nos casos de gestação fruto de estupro, de risco à pessoa que gesta e de feto anencéfalo) e contracepção. Temos ainda de combater a violência obstétrica, prática que está ancorada na dominação da Medicina sobre corpos femininos. As mulheres têm direito de escolha sobre seu corpo e devem participar dos processos de escolha durante a gestação, o parto e o pós-parto.

Cabe colocar que a estrutura de poder e opressão patriarcal, somada à falta de democracia, é reproduzida nas IES, IFs e CEFETs, uma vez que as mulheres têm maiores dificuldades de ascensão na carreira, o que as impede de assumir cargos de gestão estratégicos para tomadas de decisão. A ausência de políticas institucionais voltadas às mulheres, especialmente para as que são mães e responsáveis pelo cuidado de outras pessoas, é um dos exemplos do machismo institucional, que precisa ser combatido.

No que se refere aos dados sobre a violência contra a população LGBTQIA+ é importante destacar sua invisibilidade em pesquisas e dados. O Atlas da Violência (2021) admitiu que o número de notificações de denúncias no disque 100, registrados entre 2011 e 2019, foi, em média, de 1.666 denúncias anuais de violências contra pessoas LGBTQIA+, confronta-se com o registro de violência contra esta população feito pela agência de pesquisadora(e)s que têm a diversidade sexual como foco. Apesar disso, o Atlas da Violência aponta que a juventude LGBTQIA+ sofre maiores índices de violência que a heterossexual. Como exemplo, entre os jovens heterossexuais de 10 a 19 anos, 44,6% são vítimas de violências registradas pelo Sinan, enquanto bissexuais correspondem a 59,5% das vítimas, e homossexuais a 44,7%.

Com relação às pessoas trans a subnotificação é ainda maior, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) o Brasil é o país que mais mata a população trans. Conforme relatório dessa entidade, em 2021 foram pelo menos 140 (cento e quarenta) assassinatos de pessoas trans, sendo 135 (cento e trinta e cinco) travestis e mulheres transexuais, e 5 (cinco) casos de homens trans e pessoas transmasculinas. Some-se a isso o discurso fundamentalista religioso e a perseguição policial às atividades de trabalhadora(e)s do sexo. Ainda vivemos sob a cultura da transfobia que atravessa todas as instituições, inclusive as instituições de ensino superior, que ainda resistem até à adoção de nome social, por exemplo. Esta luta é uma constante e, apesar de alguns avanços, temos muito ainda a conquistar no que se refere aos direitos reprodutivos e sexuais das pessoas trans.

O ANDES-SN vem, já há alguns anos discutindo a pauta da diversidade sexual, e temos construído textos que orientam a nossa militância a compreender melhor o tema e desconstruir práticas e atitudes machistas e lgbtqia+fóbicas. É preciso continuar este debate, pois não se trata somente de encontrar uma nomenclatura politicamente correta para definir as pessoas trans, cis, não-binárias. Trata-se de construir uma educação e uma cultura que respeite a diversidade humana, e contribua para o enfrentamento do conservadorismo na sociedade, a violência e a subnotificação que se intensificaram no último período a partir da lógica bolsonarista.

A pandemia da Covid-19, que assolou o mundo nos anos 2020 e 2021, no Brasil, vitimou primeiramente uma mulher, empregada doméstica e preta. Atualmente o país registra mais de 640 mil vítimas pela Covid-19, milhares de mulheres foram vítimas diretas da doença, trabalhadoras da saúde que estavam na linha de frente no enfrentamento à disseminação do vírus e na assistência social e médica, mulheres grávidas, chefas de família e lideranças comunitárias, quilombolas e indígenas. Todas as mulheres que de alguma forma expuseram-se em razão do cuidado familiar ou doméstico foram assoladas pelas perdas e dores que a pandemia causou. Apesar do gênero masculino ser maioria na quantidade de óbitos, as mulheres foram as que mais sofreram as consequências da pandemia (a saber, pelo aumento da violência doméstica) frente ao isolamento social que toda a população mundial precisou viver para a contenção da infecção.

A dinâmica social de interação entre pessoas imposta pela pandemia acirrou as desigualdades de gênero, seja no setor econômico, pela diferença de salários e rendimentos, seja no tempo dedicado às tarefas do cotidiano do cuidado e na dinâmica do processo produtivo, com destaque para as mulheres, a população negra e LGBTQIA+.

No campo da educação, destacamos a sobrecarga para as mulheres que maternam e encontram mais desafios para desenvolver suas atividades acadêmicas, seja como técnicas, docentes ou estudantes. É urgente que as instituições tenham equipamentos de acolhimento às demandas das mulheres e da população LGBTQIA+. É necessário que haja um processo de democratização nas Universidades, IFs e CEFETs, que garanta a participação de todos os setores da comunidade acadêmica.

Neste sentido, compreendemos que a violência e a desigualdade de gênero devem ser pautadas como temáticas centrais, consideradas questões públicas e políticas e não de foro pessoal e localizado. Devendo a política sindical estar sensível e articulada às questões objetivas e singulares de cada pessoa que diretamente se encontra envolvida na construção da luta e das instâncias representativas.

A pandemia e o racismo estrutural

Neste cenário, ainda que depois de dois anos de pandemia, denunciamos que é flagrante como a herança escravocrata colonial, supremacista branca da nossa história continua sendo implacável e causando dor e morte à população negra e aos povos originários e das comunidades tradicionais. No primeiro auge da pandemia da Covid-19 foi possível constatar como as desigualdades estruturais, diretamente associadas ao marcador social cor-raça foram aprofundadas, exatamente por ser a população negra a maioria entre os grupos sociais com vida mais precarizada e vulnerabilizada. Assassínatos e execuções brutais de crianças e jovens negros, da comunidade trans e travestis e de lideranças do campo tomaram o noticiário recorrentemente. Crimes cometidos pelo braço armado do Estado ou pela lógica racista e lgbtqia+fóbica de justiceiros da política do ódio, tão estimulada pelo governo federal e seus aliados.

O início de 2022 foi marcado pela tortura cruel, que levou a morte do congolês refugiado no Brasil Moïse Mugenyi Kabagambe, de 24 anos, por estar cobrando a dívida de um trabalho realizado informalmente num quiosque da orla do Rio de Janeiro. Foi marcado pelo assassinato de Durval Teófilo Filho, 38 anos, a “queima roupa”, pelo vizinho. Pela morte de Sofia, uma travesti de 22 anos, a pedradas em Fortaleza. E pela execução a facadas, numa emboscada, de Eliseu Kanela, 44 anos, guerreiro do Povo Kanela

do Araguaiano, do Mato Grosso, sobrinho do cacique Tiaká Kanela, hoje exilado de seu povo e ameaçado de morte por sua luta contra o agronegócio. Fatos que marcam que a luta contra genocídio da população negra, dos povos originários e das comunidades tradicionais, e da comunidade LGBTQIA+ mantém-se central na perspectiva das lutas sociais por uma sociedade livre de opressão, socialmente justa, culturalmente múltipla.

A imposição do ensino remoto (diga-se, com aulas e atividades virtuais) como estratégia mal articulada de enfrentamento à pandemia exacerbou a exclusão digital, mais fortemente sentida pela população negra e periférica, e em lares chefiados por mulheres negras. Expressando um aumento na evasão escolar e no déficit na aprendizagem.

O ano de 2022 será igualmente marcado pelo debate sobre as políticas de cotas raciais no âmbito das Instituições de Ensino, no sentido de sua avaliação e manutenção, exigindo das instituições o olhar sobre a importância desta política para a consolidação de acesso ao ensino de pretos, pardos, dos povos originários, das pessoas com deficiência e egressa(o)s do ensino público, associada à necessidade de garantia de políticas internas de permanência. Acompanhar os projetos de lei que tramitam no congresso nacional deve ser tarefa assumida pelo movimento sindical. A qual deve ocorrer articulada às reflexões e ao estabelecimento de comissões de heteroidentificação, para o enfrentamento às fraudes nesta importante política, marcadamente nos cursos de maior procura e apelo socioeconômico.

Expansão e consolidação da lei de cotas para os cursos de pós-graduação são também centrais na garantia de acesso e continuidade na formação acadêmica, na medida em que a população negra e os povos originários ainda se apresentam sub-representados entre o corpo discente e docente da maioria dos programas *stricto sensu*.

A lei 12.990/14 segue sendo pouco aplicada em concursos para vagas nas IFES, Institutos Federais e CEFETs, por um lado por termos efetivamente a diminuição de concursos públicos para provimento de vagas, por outro pela estratégia de pulverização dos editais, não sendo passíveis de aplicação da normativa da lei em função da quantidade de vagas (é necessário chegar a cinco vagas para que uma seja destinada à política de cotas). Defender a lei de cotas para o concurso público federal, bem como as suas correspondentes nos estados, configura-se como uma importante ação de reparação histórica e insere-se como importante estratégia de enfrentamento ao supremacismo branco nas instituições.

Neste sentido, é importante destacar que, neste período, o ANDES-SN inseriu-se na Campanha Nacional Fazer Valer a Efetivação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que congrega entidades da educação, do Movimento Negro e Movimentos Sociais com o objetivo de construir estratégias coletivas para ampliação da aplicação das leis na educação formal e de monitoramento da sua efetivação. Este movimento concreto do ANDES-SN contribui para robustecer, no cotidiano das instituições, a implementação e o fortalecimento das referidas leis nas ações de ensino, pesquisa e extensão e, especialmente, a garantia de política de reparação exigida pelo povo negro, que segue sendo maioria populacional no Brasil.

Política de inclusão das Pessoas com deficiência (PcD)

No Brasil, 8,4% da população acima de 2 anos, representando 17,3 milhões de pessoas, possui algum tipo de deficiência e, destas pessoas, quase a metade, 49,4%, integra a população de idosa(o)s, tendo a faixa etária acima de 60 anos a proporção de uma a cada quatro pessoas com algum tipo de deficiência, de acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde - PNS com dados de 2019, divulgada em 2021, em parceria com o Ministério da Saúde.

Estes dados revelam a necessidade de políticas públicas com ênfase para a população com deficiência que, historicamente, tem muitos desafios a serem enfrentados no sentido de sua inclusão social, garantindo os direitos constitucionais, tais como emprego e renda, proteção social, transporte, saúde e educação.

De 2020 a 2022 a pandemia de Covid-19 intensificou essas dificuldades históricas, ampliando a situação de vulnerabilidade em função das medidas de distanciamento social necessárias para evitar o

processo de contaminação. Dentre as quais podemos citar a redução ou até mesmo a suspensão dos serviços de apoio terapêutico e de reabilitação específicos, que permitem melhoria nas condições de vida e bem estar de pessoas com deficiência; ampliação do isolamento social e invisibilização, já vivenciados cotidianamente por parte significativa dessa população; a adoção do ensino remoto como modelo educacional sem as devidas medidas de adequação e implementação de sistemas de comunicação e softwares que permitissem acessibilidade à(o)s estudantes com deficiência, além da falta de apoio pedagógico domiciliar.

O cenário imposto pela pandemia de aumento do empobrecimento, de carestia, desemprego, fome e insegurança alimentar que assola a população brasileira fica agravado quando se trata de pessoas com deficiência, que lutam para ingressar no mundo do trabalho e ainda dependem, em grande medida, de programas assistenciais para a garantia mínima de sobrevivência. Apesar dessa realidade, poucas foram as ações dos governos que visaram sanar a situação, restringindo-se à ampliação do limite da renda familiar *per capita* para acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) de $\frac{1}{4}$ para $\frac{1}{2}$ salário mínimo por meio de legislações específicas de vigência condicionada.

Além disso, a ausência e/ou a não divulgação de dados sobre a situação de adoecimento e óbito por Covid-19 de pessoas com deficiência também foi notada nos registros oficiais, já que os marcadores adotados foram de faixa etária, localização geográfica, raça/cor da pele e fatores de risco. Deixando assim, um enorme vazio nas informações sobre as pessoas com deficiência durante a pandemia.

Nesse contexto de crise sanitária e de agravamento da desassistência às pessoas com deficiência, os ataques do governo Bolsonaro-Mourão à educação pública não pouparam formalmente a Política Nacional de Educação Especial numa perspectiva inclusiva.

Importante registrar que a prática dos profissionais da educação é fundamental como caminho teórico e prático a percorrer na superação dos principais desafios estruturais, metodológicos e/ou pedagógicos, garantindo assim que nenhum argumento deixe de ser posicionado em prol da inclusão educacional, sendo a instituição escola capaz de combater atitudes discriminatórias e ressaltando que o princípio fundamental de acolher e respeitar todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras (BRASIL, 1994).

O lançamento no Brasil da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasília, janeiro de 2008) regulamentou o contingente de pessoas a serem atendidas pela educação especial e ofereceu o instrumental e os requisitos necessários para que a inclusão escolar acontecesse nos sistemas de ensino, permitindo acesso e aprendizagem em todos os níveis da educação: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professora(e)s para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Com o Decreto 10.502/2020, de 30 de setembro de 2020, a escola inclusiva defendida pela Lei, é a escola que agrega pessoas iguais, cujas diferenças e especificidades não são relevantes, mesmo dentro do próprio grupo de deficiência. Estudos atuais demonstram a necessidade de uma perspectiva de inclusão muito mais ampla do que uma perspectiva de escola inclusiva que garanta a qualidade da educação escolar a estudantes, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um(a) de acordo com suas potencialidades e necessidades, perpassa por um ambiente que favoreça a vivência da(o) deficiente como ser social, impregnado de cultura e conhecimento empírico, oriundos de sua experiência familiar, participante ativa(o) da sociedade e de sua construção.

O princípio da inclusão é baseado no direito de que todas as pessoas devem ter acesso à educação. As políticas públicas indicadas em documentos como o PNE - Plano Nacional de Educação (2014) registram garantir o acesso da(o) deficiente à educação. Porém, observamos no cotidiano das pessoas com deficiência que esse acesso não está sendo viabilizado, em especial por falta de financiamento, mas não só. Muitas

questões precisam de respostas efetivas: As escolas estão preparadas? A coordenação, a direção e a(o)s professora(e)s estão sendo incluída(o)s no processo? A família está participando dessa construção? O poder público está fazendo devidamente a sua parte? Será que temos necessidade de criar ambientes próprios e exclusivos para cada especificidade de deficiência?

As respostas a estes questionamentos passam pela concepção de educação inclusiva defendida pelo movimento mundial pela educação inclusiva, constituída como um paradigma educacional que se fundamenta nos direitos humanos, em que a escola é mobilizada para avançar na promoção da igualdade e da construção de uma sociedade democrática e de relações fraternas e justas para todas as pessoas. A ONU (2020) recomendou na Observação Geral Nº 4 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) “primeiro, compreendê-la enquanto um direito humano fundamental de todos os estudantes; segundo, enquanto um princípio que valoriza o bem-estar de todos os estudantes e respeita sua dignidade inerente; terceiro, como um meio de realização de outros direitos, sendo o principal meio de saída da pobreza, de participação na vida comunitária e de proteção contra abusos; e, em quarto lugar, como o resultado de um compromisso contínuo e proativo na eliminação de barreiras que impedem o direito à educação”. Com assento, temos ciência do papel de destaque que ocupa, no cenário educacional, o fortalecimento da “educação para toda(o)s”, em um contexto de respeito e atenção às diferenças e à diversidade das pessoas: *meta que exige a atenção para a perspectiva da inclusão na educação*.

Na verdade, o governo federal lançou o Decreto 10.502/2020, de 30 de setembro de 2020, que concorre para uma série de atrasos e distorções conceituais na Política Nacional de Educação Especial (PNEE). Aliado aos motivos que emergem desse decreto, temos todo um conjunto de declarações extremamente preconceituosas contra as pessoas com deficiência, defesa deliberada de modelos educacionais excludentes que se juntam para desqualificar o lugar das pessoas com deficiência, suas potencialidades e o espaço já conquistado no contexto educacional dentro da escola regular inclusiva. Atualmente, a vigência do Decreto 10.502/2020 foi suspensa pelo Superior Tribunal Federal, com a justificativa de que fere a constituição e o que declara a CDPD no que concerne à Educação Inclusiva.

Em fatos como o relatado reconhecemos que os avanços e as conquistas significativas que a luta dos movimentos de pessoas com deficiências e seus familiares, de educadora(e)s e da sociedade civil organizada ainda convivem com a realidade da exclusão declarada ou escamoteada, e com as constantes ameaças de retrocessos, que advém do não reconhecimento do direito e da cidadania plena das pessoas com deficiência em nossa sociedade.

Outra questão importante é que nossas defesas e princípios não devem envolver ou permitir nenhuma forma de “capacitismo” para com nenhuma pessoa, segmentos sociais ou coletivos. Não podemos defender ideias concebidas para pessoas surdas ou para o coletivo de referência que venham a imprimir fracasso ou exclusão e opressão ou sofrimento a essas pessoas. Entendemos o capacitismo como mais que uma barreira atitudinal, pois ele permeia desde a não promoção de acessibilidade até as menores atitudes preconceituosas e discriminatórias a que são submetidas as pessoas com deficiência: “a concepção presente no social que lê as pessoas com deficiência como não iguais, menos aptas ou não capazes para gerir as próprias vidas” (DIAS, 2013). Tais como outras formas de opressão, o capacitismo opera por meio do ataque à dignidade inerente à pessoa, pelo não reconhecimento de sua autonomia, bem como pelo silenciamento de sua voz nos espaços sociais.

Quanto às questões educacionais no âmbito de grupos específicos, como é o caso das pessoas surdas, temos a defesa de uma educação bilíngue e bicultural, considerando que a língua de sinais deve ser aprendida pela criança surda de modo espontâneo e o mais cedo possível, na convivência com surda(o)s adulta(o)s ou ouvintes usuária(o)s e/ou com domínio dessa língua, no caso do Brasil a Libras (conforme a legislação específica vigente, Lei nº 10.043/2002 e Decretos nº 5.626/2005 e nº 7.611/2011).

Essa abordagem defende que a aprendizagem da língua de sinais pela criança surda se fará do mesmo modo como ocorre com a criança ouvinte, ao interagir com a língua oral materna. Para as interações escolares, a língua de sinais, que é a primeira língua da pessoa surda, passa a ser tomada como “língua de

instrução” e, portanto, deve ser aprendida pela(o) professor(a) e, o máximo, por toda(o)s extensivamente, tendo toda(o)s como usuária(o)s, nas diversas atividades e compartilhada com toda(o)s.

Neste sentido, temos ainda o acordo de que a língua de sinais deva ser incorporada ao currículo escolar como base para o aprendizado da segunda língua. No caso do Brasil, a proposta é que a primeira língua, a Libras, seja usada como via e forma de aprendizado da segunda língua, a Língua Portuguesa, na modalidade escrita.

A referência a uma cultura surda diferenciada da cultura de outros grupos sociais tem o respaldo das teorias multiculturais, em que o termo cultura é utilizado para designar o conjunto dos modos de viver e de pensar de um determinado grupo humano. É nesse sentido mais amplo de cultura que a cultura surda pode ser entendida: a cultura surda seria, portanto, a forma coletiva de a comunidade surda se organizar e partilhar seus projetos comuns, mediada pela língua de sinais, que para o surdo é de fundamental importância como elemento integrador, como fator de coesão humana.

A partir de referenciais sociolinguísticos e antropológicos, a surdez é concebida no contexto mais amplo das diferenças culturais, em contraposição ao critério audiológico ou orgânico-funcional, no qual é definida como um impedimento. A surdez é compreendida como diferença em aspectos sociais, culturais e linguísticos: tal fato desencadeia discussões e importantes reivindicações por parte das pessoas surdas, tais como a oficialização da Libras, estudos para o aprimoramento do ensino da Libras, a necessidade de professora(e)s surda(o)s nas escolas e classes bilíngues, a presença de intérpretes em todas as escolas comuns ou bilíngues que se propõem a escolarizar surda(o)s, etc.

Como no caso da Lei 4909/2020, do Senado, que disciplina a educação bilíngue de surdos na LDB. Educação bilíngue é aquela em que a Libras é considerada como primeira língua (L1) e o português escrito como a segunda (L2). Temos consciência de que os debates sobre inclusão social e escolar contribuem muito para reconhecer as pessoas surdas como capazes de interpretar o mundo, a partir de suas intensas experiências visuais e, portanto, capazes de produções de formas simbólicas próprias, implicadas por construção socio-histórica.

RESOLUÇÕES DO 39º CONGRESSO DO ANDES-SN

POLÍTICAS DE CLASSE PARA AS QUESTÕES ETNICORRACIAIS, DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1. Que o GTPCEGDS em conjunto com o GTPAUA organize o II Seminário Intercultural que trate das questões indígenas e da Lei no 11.645/08.*
- 2. Que as seções sindicais construam estratégias para garantir a acessibilidade e a participação de pessoas com deficiência em suas atividades.*
- 3. Estimular as Seções sindicais a realizarem um levantamento em conjunto com os técnicos e estudantes sobre as pessoas com deficiência nas Universidades, Institutos e CEFETs e organizarem seminários para debater o Capacitismo e formas de superá-lo com a eliminação das barreiras existentes para que as pessoas tenham direito a exercerem suas funções.*
- 4. Pautar o debate sobre os direitos dos docentes com deficiência, a partir do levantamento realizado pelas seções sindicais, no setor das IES, IFES e IMES.*
- 5. Cumprir o Art 63 da Lei Brasileira de Inclusão e tornar os sítios da internet do ANDES-SN e das Seções Sindicais acessíveis para as pessoas com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis.*

TR – 29

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

- 1 – Que o ANDES-SN realize um painel em conjunto com o GTPE sobre a luta das pessoas com deficiência e a luta anticapacitista no âmbito do Sindicato.
- 2 - Que o ANDES-SN realize, em julho de 2022, o III Seminário Nacional Integrado em conjunto com o GTPE, que inclua: V Seminário Nacional de Mulheres do ANDES-SN, IV Seminário Nacional de Diversidade Sexual e V Seminário Nacional de Reparação e Ações afirmativas do ANDES-SN.
- 3 – Que o ANDES-SN realize no 2º semestre de 2022 o II Seminário Intercultural aprovado no 39º Congresso, em conjunto com o GTPAUA, contemplando a discussão socioambiental a partir dos debates sobre a transição socialista das matrizes energéticas e tecnologia, articulando perspectivas de classe, gênero, raça, orientação sexual, etarismo e origem nacional.
4. Que o ANDES-SN participe efetivamente, no âmbito da Coordenação Nacional da Campanha Fazer Valer a Efetiva Implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, junto às demais entidades da Educação, movimento estudantil e Procuradoria Federal dos Direitos da(o)s Cidadã(o)s (PFDC), da construção de um Encontro Nacional da Campanha.
- 5 - Que o ANDES-SN por meio das suas Seções Sindicais amplie os espaços e seu envolvimento nas ações de combate ao genocídio da infância e juventude negra, povos originários e comunidade LGBTQIA+.
- 6 - Que o ANDES-SN por meio das suas Seções Sindicais realize e/ou amplie as ações de comunicação no mês da visibilidade LGBT.
- 7 - Que o ANDES-SN por meio das suas Seções Sindicais envide esforços para a defesa da continuidade da política de cotas raciais, incluindo as cotas na pós-graduação e concursos públicos, e ampliem o debate sobre a construção das comissões de heteroidentificação.
- 8 - Que o ANDES-SN por meio das suas Seções Sindicais envide esforços para a ampliação da luta anticapacitista em ações específicas e de forma transversal em todas as ações e espaços nacionais e locais.
- 9 - Que o ANDES-SN por meio das suas Seções Sindicais participe e/ou amplie a luta junto às pessoas com deficiência, com vistas ao enfrentamento dos impactos excludentes da pandemia sobre o cotidiano e a inserção social deste grupo.
- 10 - Que o ANDES-SN por meio das suas Seções Sindicais incorpore-se à luta pela reivindicação junto ao Ministério da Saúde para a inclusão da classificação de Pessoas com deficiência nas estatísticas sobre contaminação e óbitos por Covid-19.
- 11 - Que o ANDES-SN por meio das suas Seções Sindicais participe da luta para que, em âmbito educacional, nenhuma decisão, didática ou normativa infrinja a Lei Brasileira de Inclusão e seja excludente às pessoas com deficiência no contexto da aprendizagem, de forma a trazer prejuízos ou diferenciações negativas aos estudantes com deficiência.
- 12 - Que o ANDES-SN por meio das suas Seções Sindicais amplie a participação nas lutas que visem à integralidade da conquista dos direitos sociais e reprodutivos das mulheres (a exemplo a ADPF 442 sobre a descriminalização do aborto).
- 13 - Que o ANDES-SN por meio das suas Seções Sindicais intensifique o envolvimento nas pautas defendidas pelos povos originários e comunidades tradicionais em defesa da terra e das suas comunidades.
- 14 - Que as Secretarias Regionais em conjunto com as Seções Sindicais contribuam nas ações das instituições relativas às políticas voltadas às professoras pesquisadoras que maternam, às estudantes e às especificidades da comunidade LGBTQIA+, inclusive nos editais internos. Que mulheres e comunidade LGBTQIA+ possam participar de instâncias e processos de decisão - Nada sobre nós, sem nós!
- 15 - Que as Secretarias Regionais em conjunto com as Seções Sindicais lutem para que seja pautada nas Universidades, Institutos Federais e CEFETs a construção de instâncias de acolhida, acompanhamento e enfrentamento ao assédio no âmbito dessas instituições.

16 - Que as Secretarias Regionais em conjunto com as Seções Sindicais participem e/ou ampliem a luta para que as Universidades, os IFs e os CEFETs adotem formas de acessibilidade às informações sobre prevenção e protocolos sanitários, médicos e de cuidados, além de garantir intérpretes de libras ou outra(s) profissionais para tradução e mediação de atendimentos médicos e auxiliares envolvidos na atenção à saúde e prevenção de risco para as pessoas com deficiência no interior das Universidades, Institutos Federais e CEFETs.

17 – Que as Secretarias Regionais em conjunto com as Seções Sindicais envolvam-se na construção, nos estados, das coordenações estaduais da Campanha Fazer Valer a Implementação Efetiva das Leis 10.639 e 11.645, bem como participar efetivamente das ações desenvolvidas pela Campanha.

AGENDA de lutas do Setor das IEES/IMES

29/01 – Dia da Visibilidade Trans.

11/02 – Dia Nacional das Mulheres e Meninas na Ciência.

08/03 - Dia Internacional das Mulheres.

14/03 – Justiça por Marielle Franco.

21/03 - Dia Internacional de Luta pela eliminação da Discriminação racial.

28/06 - Dia Internacional do Orgulho LGBT.

25/07 - Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha.

29/08 – Dia da Visibilidade lésbica.

21/09 – Dia Nacional de luta das pessoas com deficiência.

28/09 – Dia internacional da luta pela legalização do aborto.

17/10 – Dia Nacional de combate ao assédio moral/sexual nas Universidades, IFs e CEFETs.

22/11 – Dia Nacional de combate ao racismo nas Universidades, IFs e CEFETs.

Inclusão na Agenda de lutas

- 03/12 - Dia Internacional das Pessoas com Deficiência.



Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E ARTE

TEXTO DE APOIO

Vivemos em uma conjuntura em que a disputa das sensibilidades humanas tem fundamental centralidade, especialmente a partir da relação com a arte, a comunicação e a cultura. A produção das subjetividades, a partir do campo artístico e cultural, não está desvinculada da base material da reprodução da vida, ou seja, de um projeto societário que é sustentado pela lógica da exploração e das opressões, por isso, as disputas ideológicas em torno da arte e da cultura estruturam também essa sociabilidade, seus modos de comportamento e de relações. Diante disso, é fundamental que

tratemos da arte, da cultura e da comunicação como dimensões estruturantes da nossa luta política, não apenas como acessórios ou na lógica do entretenimento em vivências coletivas e individuais, mas sim vinculadas ao debate de um projeto de emancipação humana.

Durante a pandemia acentuou-se o papel da comunicação e da arte em nossas vidas. Por um lado, tivemos que avançar na compreensão de outras formas de comunicação, em especial, com a mediação da nossa interação social quase que exclusivamente por meio da interface da internet. Por outro - no período de isolamento social, ao passo que o campo artístico sofria com o esvaziamento dos espaços de socialização coletiva da arte (como cinema, teatro, shows musicais, exposições, entre outros), a arte foi considerada um alento, uma forma de preencher este vácuo do mundo do trabalho e da socialização fora de casa. É fato que a arte e a cultura têm um papel crucial na interação entre indivíduos na sociedade e na preservação de nossos modos de pertencimento a determinados grupos sociais.

É certo que as redes sociais facilitam a comunicação e a interação entre os indivíduos, realidade que se acentuou muito neste período pandêmico, mas elas também afastam os indivíduos, fechando-os em bolhas de pensamento e comportamento único e consumo direcionado. Temos consciência que tais espaços estão sob domínio das chamadas *Big Techs* que, além de deter domínio de dados pessoais de bilhões de pessoas, comercializa-os de forma indiscriminada com o único objetivo de obter lucros. O valor de mercado de tais empresas superaram os 3 trilhões de dólares em 2021, o que ilustra seu potencial de dominação sob a lógica capitalista. No entanto, as redes e mídias sociais aparecem-nos como espaço de disputa política e faz-se necessário que dominemos tais ferramentas para divulgarmos nossos projetos por uma sociedade livre de opressões e dominações.

Neste sentido, compreendemos que é necessária a defesa e construção de um projeto de comunicação e no campo artístico que possam desempenhar o papel de aproximação, de reforçar um pertencimento, de ser resistência diante da brutalidade que estrutura o capitalismo e suas formas de produção de subjetividade.

Arte e cultura na luta política: por um novo amanhã

No início de 2022, o Brasil perdeu dois grandes nomes da arte brasileira. O poeta amazonense Thiago de Mello e a cantora Elza Soares. Ambos são expressões da riqueza artística e cultural deste país e da relação da arte com a leitura das contradições da realidade brasileira. Na poesia de Thiago de Mello encontramos, entre tantas expressões, seu manifesto no combate à ditadura empresarial-militar brasileira e a tradução da Amazônia e seus territórios, sem a exotização deste pedaço de chão brasileiro. Em sua poesia, ainda, é possível encontrar a madrugada camponesa e a necessidade de plantar nesta terra, pois o se fazer escuro, cantar e plantar é necessário para acreditar que o novo amanhã vai chegar. O poeta nos apresentou em seus versos o esperar.

Elza Soares, essa grande mulher negra artista e feminista, cantou em suas músicas que a ‘carne mais barata do mercado é a carne negra’, denunciando o racismo e o machismo estrutural a partir de um país conformado sobre as bases colonialistas e escravocratas que até hoje fazem com que seja sobre a população negra, em especial sobre as mulheres negras, que recaia o maior peso da violência, do desemprego e de uma realidade da fome.

Se vivêssemos em um país em que a arte e a cultura tivessem reconhecimento central no cotidiano da população e do Estado, a morte de Elza Soares e de Thiago de Mello seria um momento de profundas homenagens aos seus legados artísticos culturais que refletem os problemas sociais que estruturam nossa história, ao mesmo tempo em que colocam a arte como um espaço para a denúncia e para caminhos de superação de nossas contradições. No entanto, o que vimos foi o silêncio do governo de Bolsonaro e Mourão diante destas mortes, enquanto decretou-se luto

oficial pela morte do execrável Olavo de Carvalho, mentor das políticas negacionistas e genocidas do atual governo, que provoca um desserviço à sociedade brasileira a partir da deturpação da realidade.

Na mesma esteira de ataques à educação pública e aos serviços públicos em geral, também o campo das artes e da cultura enfrentam profundo descaso do governo ultraliberal e profascista de Bolsonaro e Mourão. Podemos elencar uma série de ataques que se colocam na atual conjuntura, a iniciar pelo descaso com as políticas públicas voltadas para essas áreas, a partir da desestruturação do Ministério da Cultura, com a presença no governo de secretários que têm uma perspectiva extremamente conservadora e alinhada a um projeto fascizante. Além disso, é visível o desprezo deste governo com instituições importantes para a nossa história e preservação da memória, como é o caso da Cinemateca Brasileira em São Paulo, abandonada à própria sorte, e o Museu Nacional, ainda a recente intervenção no Arquivo Nacional, ambos no Rio de Janeiro, para citar alguns exemplos.

Seguindo na perspectiva da institucionalidade, a visão “utilitarista” da arte e da cultura evidenciou-se na transferência de sete órgãos do antigo Ministério da Cultura para o Ministério do Turismo, como por exemplo a Agência Nacional do Cinema (ANCINE), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), Biblioteca Nacional, Fundação Casa Rui Barbosa, Fundação Cultural Palmares e Fundação Nacional de Artes (FUNARTE). Da Secretaria Especial da Cultura saíram para o Ministério do Turismo, o Conselho Nacional de Política Cultural, a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, a Comissão do Fundo Nacional de Cultura e seis secretarias.

Esse desmonte e fragmentação do antigo Ministério da Cultura e os ataques às expressões artísticas pela moral conservadora e/ou religiosa constituem-se a expressão moral do pensamento político de extrema direita. Por isso, entendemos que para seguir adiante na construção de uma sociedade livre, democrática e igualitária e resistir aos ataques à cultura é necessário entender a arte em sua função transformadora e emancipatória.

O único avanço que tivemos neste último período foi a criação da chamada Lei Aldir Blanc (Lei Federal 14.017/2020), cujo objetivo é estabelecer ajuda ao(à)s artistas, coletivos e empresas que atuam na área cultural durante a pandemia. Mas isso só foi possível após forte pressão desses setores organizados junto ao governo federal, que cedeu às pressões, considerando o desgaste que disso decorreria em vésperas de ano eleitoral.

O caminho de reconhecimento da arte e da cultura com centralidade em nossas lutas vem sendo construído pelo ANDES-SN, tanto no sentido de incrementar suas políticas com maior reflexão do papel da arte nas disputas das sensibilidades da classe trabalhadora, quanto na presença das expressões artísticas em nossas atividades. Para citar aqui alguns exemplos, podemos lembrar da presença da música, da poesia e do teatro na atividade comemorativa dos 40 anos do sindicato; ou então, da presença expressiva da arte nos vídeos produzidos pela campanha ‘Defender a Educação é nossa Escolha para o Brasil’.

Na ‘Semana Nacional em Defesa da Educação e contra os cortes’ realizada entre os dias 06 a 10 de dezembro em Brasília contamos com repentistas, rappers e o cinema foi exibido no espaço público e na periferia de Brasília, ao mesmo tempo em que o maracatu batucou em frente ao Ministério da Educação, fazendo com que nossa pauta da defesa da educação e pela recomposição orçamentária também se manifestasse na música, no audiovisual e na dança. Todas essas ações deixaram nossa semana de luta ainda mais forte.

Ainda, em outras ações da Campanha Nacional ‘Defender a Educação Pública é nossa escolha para o Brasil’ tivemos a presença de artistas como Duda Beat, Ana Cañas e Ellen Oléria em

São Paulo. Já na cidade de Recife, produzimos vídeos com o Slam das Minas e com estudantes artistas da universidade pública. No dia do(a)s professore(a)s tivemos a gravação de uma homenagem com a presença do teatro em cena. Todos esses vídeos podem ser visualizados e compartilhados a partir das redes da Campanha Nacional.

Mencionamos, ainda, a presença de obras artísticas em nossos cadernos de textos nos últimos Conads e, agora, no 40º Congresso. Essas obras de arte, no entanto, não estão desvinculadas e apartadas da nossa luta pela educação pública e por um outro mundo, sua materialização estão em consonância com nossa perspectiva de luta.

Acreditamos que o sindicato precisa avançar no debate de uma política de arte e de cultura, no sentido de manter e ampliar a presença das expressões artísticas nos nossos eventos, debates, nas nossas lutas nas ruas e nas redes, na produção de nossos materiais. Para isso, é importante valorizarmos o trabalho artístico e reconhecê-lo como um processo de criação que depende de um conjunto de trabalhadore(a)s artistas que tem que ter seu trabalho reconhecido simbolicamente, mas também materialmente. Nesse sentido, neste plano de luta incentivamos que as seções sindicais intensifiquem a presença da arte e da cultura nas lutas (nas ruas e nas redes), que o ANDES-SN invista em um banco de referências artísticas e que avance na construção de uma política de valorização dos artistas durante suas ações de luta.

Retomamos neste plano a resolução aprovada no 39º congresso sobre a construção do I Festival de Arte e Cultura, uma deliberação que foi impossível de realizarmos diante da realidade da Covid-19. No entanto, entendemos que em 2022, a partir de uma nova realidade epidemiológica podemos efetivar este espaço fundamental para avançarmos, por um lado, na compreensão da necessidade de construção de uma política de arte e cultura do sindicato, por outro, dar um passo na organização e mobilização de artistas que por diversas formas questionam a sociabilidade capitalista. Um festival que anime para as lutas e que possibilite um rico encontro entre artistas, professores e professoras e a comunidade do local onde se realizará.

Avançar na atualização do Plano Geral de Comunicação do ANDES-SN

O Plano Geral de Comunicação do ANDES-SN foi aprovado no 30º Congresso realizado em 2011, na cidade de Uberlândia. Foi resultado de um processo de pesquisa, debate e formulação das nossas seções sindicais, profissionais de comunicação, diretoria nacional, conjuntamente com o GTCA. No entanto, desde 2011, estamos acompanhando um acelerado processo de mudança nas formas de comunicação e na agressividade do capital com novas estratégias de acumulação de capital em torno deste setor. Por isso, entendemos que é momento de atualizarmos nosso plano, conforme apontado no 39º Congresso.

Bem sabemos que as disputas pelos meios de comunicação hegemônicos não é um cenário favorável para a classe trabalhadora brasileira, que está todo tempo diante de uma massificação e deturpação das informações, o que faz com que seja necessário lutarmos por meios de comunicação independentes e alternativos para conseguir trazer novas representações e informações da realidade brasileira.

Hoje, é a internet que toma centralidade no processo comunicacional no cotidiano da classe trabalhadora brasileira, por certo este meio, não decretou o fim de outras mídias como o Jornal Impresso e a Televisão, mas por meio dos processos de interação e integração de conteúdos, fez com que estes meios mais convencionais (a exemplo do jornal, do rádio e da televisão) sejam pautados e retroalimentados pela internet.

Atualmente, mais de 80% da população brasileira acessa a internet e se comunica através das redes sociais. Houve um aumento do número de usuário(a)s no Brasil que passou de 45,4% da população brasileira em 2011, para 81% em 2021, ou seja, passamos de 77,8 milhões, para 152 milhões de usuário(a)s. Em 2021, o Facebook contava com 130 milhões de usuário(a)s, o Whatsapp com estimados 120 milhões e o Instagram com 110 milhões de usuário(a)s. Esse aumento do número de usuário(a)s e o intenso uso das redes sociais fizeram surgir fenômenos próprios de configuração de rede, como bolhas sociais, *fake news* e um intenso processo de vigilância do sujeito.

Neste contexto de expressão de novas formas de acumulação do capital por meio do controle das informações e comportamento dos indivíduos nas plataformas digitais, que refletem consequências também no campo político, a considerar o uso das redes nas eleições de Donald Trump e Jair Bolsonaro. Por isso, é necessário aprofundar a reflexão acerca do uso das redes sociais por jornalistas e profissionais da imprensa, pois coloca em evidência os limites dos modelos e teorias tradicionais da comunicação e faz emergir a necessidade de compreender quais são as estratégias comunicacionais para massificação das informações.

Ao longo do último período e nos debates colocados no 39º Congresso do ANDES-SN, em momento posterior, no ano de 2021 nas reuniões dos plenos do GTCA ficou acentuada a necessidade de um aprofundamento da reflexão acerca da comunicação do sindicato para atender as novas formas que se apresentam nas mídias digitais em suas múltiplas configurações. Também temos aprofundado o debate sobre a necessidade de atualização do Plano de Comunicação do Sindicato Nacional para que esse possa impulsionar a reformulação da comunicação nas seções sindicais, buscando formas e meios de melhor dialogar com a categoria e fortalecer o trabalho de base na desafiadora realidade que temos vivido.

Para a atualização do Plano Geral de Comunicação do ANDES-SN temos apontado um caminho de acúmulo de debates que já foi iniciado em 2021 nas reuniões nacionais do pleno do GTCA e seguirá em 2022 com a realização do Seminário Nacional ‘Comunicação Sindical e Mídias Digitais’, do ‘VII Encontro de Comunicação e Arte’, a fim de subsidiar a atualização do plano. Também será realizado um chamado para que os GTs locais apropriem-se do plano geral de 2011 e possam elaborar contribuições para as reuniões do GTCA que ocorrerão durante o ano. Em 2021, também iniciamos um levantamento junto às seções sindicais para entender como se organiza a comunicação em cada uma delas (suas formas de comunicação, meios, profissionais, entre outros aspectos). Estes dados ainda precisam ser sistematizados e nos ajudarão a entender melhor as demandas das seções sindicais e da comunicação do sindicato nacional.

No último ano também tivemos a ampliação de algumas novas ações de comunicação, como a produção de vídeos curtos para Youtube e nova produção audiovisual considerando as especificidades do Instagram, por exemplo, com a produção de *reels* e *stories* da cobertura de nossas lutas com maior presença da fotografia e do vídeo. Ao mesmo tempo em que iniciamos as gravações de programas como o Memória Viva para o Canal do Youtube, ou de vídeos curtos para a campanha “Reitor Eleito, é reitor empossado”, entre outros vídeos curtos conjunturais. Além disso, seguimos com alguns debates *online* ao vivo, mesmo que já reconsiderando este espaço de comunicação, devido a exaustão das *lives* no segundo ano da pandemia. Seguimos, contudo, apostando na comunicação sindical e na produção textual, também na continuidade do InformANDES, da Revista Universidade e Sociedade, além das publicações organizadas pelos grupos de trabalho.

O ANDES-SN possui uma história de luta sindical muito significativa na história do país em seus 41 anos de existência, por isso é fundamental avançarmos no papel central da comunicação e

na arte como forma de expressar a própria resistência sindical. Para o ANDES-SN, uma boa comunicação com seus sindicalizados é imprescindível ao desenvolvimento da política sindical. Assim, a comunicação do Sindicato Nacional precisa ser estruturada de forma que as informações cheguem à(o)s sindicalizado(a)s e permita o acesso mais rápido ao conteúdo essencial à luta e ao compartilhamento de experiências.

E este é o compromisso que queremos assumir conjuntamente com nossas seções sindicais a partir do 40º Congresso: avançar por uma política de comunicação e de arte que dê conta de responder à altura os desafios da nossa conjuntura no sentido de aprofundarmos nossa luta pelos interesses imediatos e históricos de nossa classe em vistas a um processo de emancipação.

RESOLUÇÕES DO 39º CONGRESSO DO ANDES-SN

POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E ARTE

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Atualizar o Plano de Comunicação do ANDES-SN aprovado em 2011, a partir do seguinte processo:

1.1. Analisar o Plano de Comunicação do ANDES-SN para levantar propostas de atualização no pleno do GTCA, com a equipe de comunicação do ANDES-SN, com a Encarregatura de Imprensa e Divulgação e a Diretoria Nacional.

1.2. No VII Encontro de Comunicação e Arte debater o Plano de Comunicação do ANDES-SN para acumular elementos para a sua atualização.

1.3. Realizar pesquisa junto às seções sindicais para subsidiar a atualização do Plano Nacional de Comunicação.

1.4. Apresentar uma proposta de atualização do Plano Nacional de Comunicação do ANDES-SN no 40º Congresso

2. Realizar o VII Encontro de Comunicação e Arte no segundo semestre de 2020.

3. Realizar o I Festival de Cultura e Arte do ANDES, em 2020.

TR – 30

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN realize o Seminário Nacional ‘Comunicação Sindical e Mídias Digitais’ de forma online no mês de abril de 2022, a fim de subsidiar o debate para atualização do Plano Nacional de Comunicação e Arte do ANDES-SN.

2. Que o ANDES-SN realize o ‘VII Encontro de Comunicação e Arte’ no primeiro semestre de 2022, de forma presencial, contemplando o debate sobre atualização do Plano de Comunicação e de Arte do sindicato.

3. Que o ANDES-SN realize o I Festival de Arte e Cultura do ANDES-SN no segundo semestre de 2022.

4. Que as seções sindicais do ANDES-SN incorporem em suas ações políticas (de rua e nas redes) a presença de expressões artísticas culturais (Música, Cinema, Teatro, Artes Visuais, etc);

5. Que o ANDES-SN organize um banco de referências artísticas, especialmente da área de artes visuais (fotografias, desenhos, charges, pintura, etc.) para que suas obras sejam usadas em materiais gráficos produzidos pelo sindicato.

6. Que o ANDES-SN atualize o Plano de Comunicação e de Arte do ANDES-SN com atividades durante todo o ano para subsidiar a proposta a ser apresentada no 41º Congresso.

TEXTO 31

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

TEXTO DE APOIO

O tempo que nos dista do 39º Congresso do ANDES-SN foi marcado por uma das maiores calamidades socioambientais da história recente da humanidade: a pandemia da Covid-19, que não pode ser percebida de outro modo que não como resultante de uma série de ações antrópicas pautadas pelo modo de produção e vida capitalistas.

A incursão expansiva e cada vez mais acelerada do capital por fronteiras naturais, a destruição de biomas e da biodiversidade, a criação industrial de animais para fim de abate e consumo de carne e o estágio contemporâneo da divisão internacional do trabalho determinaram não só o irromper do novo coronavírus como também sua célere e avassaladora profusão em escala planetária.

Ocorre que o período não se viu marcado tão somente pela pandemia – que quando do fechamento do texto, alcançava a marca de 5,73 milhões de mortes no mundo, dentre as quais 632 mil se deram no Brasil – como marca notável deste desequilíbrio entre o metabolismo social humano sob o capitalismo e o restante da natureza. O aumento em larga escala de eventos climáticos extremos também pautou os noticiários nos últimos dois anos: queimadas sem precedentes na Austrália, Califórnia e Grécia, ondas de calor em todo norte global, furacões intensíssimos – como o Ida – em maior frequência e degelo crescente das calotas polares são parte deste processo.

Nada é diverso no Brasil, em que a oscilação de secas – que colocou em xeque o abastecimento hídrico e energético em todo o país – e chuvas cataclísmicas – quais as que assolaram a Bahia, Minas Gerais, Goiás, Pará, São Paulo e outros estados no início de 2022 – revela de modo evidente como esse desequilíbrio se coloca, acompanhando também queimadas em nível inédito no contexto amazônico e do cerrado, tempestades de poeira, deslizamentos de terra, enchentes no contexto urbano, entre outros.

Muito embora a ideologia burguesa aponte que tais efeitos sobre a humanidade alcancem-na de conjunto, é certo que em uma ordem profundamente desigual, as marcas da crise climática também desigualmente se percebam. São as pessoas do sul global, as mulheres – responsáveis pela carga imensa de atividades reprodutivas que lhes são impostas pelo patriarcal desenho da divisão sexual do trabalho –, negras e negros – que invariavelmente vivem em condições sociais e econômicas mais precárias, dado o racismo estrutural –, migrantes e LGBTs que sofrem de forma mais intensa com injustiças climáticas.

Para ficarmos em um único exemplo, tomando situações mais recentes: Santa Luzia, um dos municípios mais afetados pelas recentes chuvas em Minas Gerais e que experimentou a maior enchente histórica do Rio das Velhas, tem 71% da sua população negra, enquanto bairros de elite de Belo Horizonte, com as maiores rendas e IDHs da Região – como é o caso do Sion, Belvedere, Savassi e Lourdes –, em que nem a décima parte de sua população se autodeclara negra, não tiveram casos de maior gravidade resultantes das tempestades.

Este cenário, evidente aos olhos atentos à situação global, acabou confirmado pelo mais recente relatório do IPCC, lançado em fins de 2021, que não só trouxe novamente à ordem do dia a necessidade de medidas emergenciais drásticas para contenção dos efeitos da crise climática, como também a evidência de que as políticas do capital e seus governos – costuradas há anos nos espetáculos midiáticos das COPs – não vêm atendendo às necessidades prementes de manutenção da estabilidade planetária.

As marcas desta crise, que não apenas é econômica, mas também social, política, climática, sanitária e urbana – a caracterizar uma crise de civilização sem precedentes – apenas se agudizam em um contexto social qual o brasileiro, marcado pela agenda ecocida de Jair Bolsonaro. A emblemática frase dita por seu ex-Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, de que a pandemia deveria ser um momento oportuno de desvio de atenções para se aproveitar e “passar a boiada” na desregulamentação ambiental, encontrou não só nos escândalos a que Salles se viu envolto – que inclusive levaram à sua exoneração – como também em uma série de medidas sua repercussão: a permissividade com o uso de venenos pelo agronegócio, a condescendência com o garimpo e extração madeireira ilegais – inclusive em terras indígenas e quilombolas, que não tiveram qualquer avanço demarcatório no período –, a entrega das riquezas naturais à agência imperialista, o desmonte de órgãos de fiscalização, regulação e pesquisa caracterizaram a lida com as questões agrárias, urbanas e ambientais no país.

Junta-se a isso um processo de mistificação da realidade, com a profusão de *fake news* acerca de questões ambientais – como, por exemplo, o negacionismo quanto ao aquecimento global, o lançar de mentiras acerca de queimadas e proteção ambiental em encontros internacionais – e uma escalada de criminalização da luta de ambientalistas e camponeses – em que o caso da Liga dos Camponeses Pobres, em Rondônia, salta à vista ante o grau de arbitrariedades – que encontra poucos paralelos na história. É este cenário que segue alçando o Brasil como um dos países mais perigosos a defensores e defensoras de direitos humanos e do meio ambiente.

A criminalização, bem dizer, é marca que segue aguda na lida com a juventude negra que vive nas periferias dos grandes centros urbanos no país que, também no contexto pandêmico, viu as marcas de seu genocídio aprofundarem-se.

Mas não só de retrocessos e dor a atual conjuntura é marcada. É indispensável registrar aqui o modo como uma onda de resistências relevantíssima colocou-se no país, de modo a evidenciar todas as questões até aqui tratadas.

As lutas sociais na periferia – das grandes cidades e do mundo do trabalho – ebuliram desde o início da pandemia. Podemos afirmar que dentre os grandes processos de luta de classe inscritos no último período, a organização e luta de entregadores e entregadoras por plataforma, de torcidas organizadas e de movimentos por moradia, pautando a questão racial, a carestia e a precarização do trabalho foi de todo marcante.

Grande destaque deve ser dado às mobilizações indígenas postas em marcha nos últimos dois anos no país. Marcadas não só pela visibilização das pautas indígenas em escala local, regional, nacional e internacional, foi possível perceber o crescente número de territórios retomados e um grau crescente de articulação posto em iniciativas como a Assembleia Mundial pela Amazônia, o Acampamento Terra Livre, a II Marcha Nacional de Mulheres Indígenas e a resistência contra pautas regressivas – como a votação do PL 490/2007 e o julgamento acerca da tese do “marco temporal” no STF, que trariam impactos imensos na demarcação de terras indígenas – que puderam ser contidas. Em todas estas agendas, o ANDES-SN, seja pela sua direção nacional quanto pela atuação de regionais, teve papel importante na articulação e financiamento.

A escalada de violência contra todas as formas de vida alcança um novo patamar às vésperas da conclusão deste texto, tendo em vista a aprovação na Câmara dos Deputados do projeto de lei nº 6299/2002 que flexibiliza o registro de venenos para uso pelo agronegócio, trazendo riscos sociais, laborais e ambientais sem precedentes à produção agrícola. O ataque, ainda inconcluso – e lutaremos para que assim siga! –, desponta em período que outras conquistas da nossa luta foram guerdadas pelo agronegócio, a exemplo da Lei Zé Maria do Tomé, que teve sua constitucionalidade em debate no STF.

. É neste quadro complexo e contraditório que nossa luta com as questões agrárias, urbanas e ambientais reclama ser recolocada em profundidade e urgência, sendo assumida pela integralidade de nossa militância sindical. Temas caros a nossas construções históricas – como é o caso da política educacional, ciência e tecnologia e o combate às opressões – urgem ser atravessados pelos eixos estruturantes do GTPAUA com maior intensidade, isso para que temas como o déficit habitacional, a reforma agrária, a transição energética e a educação ambiental crítica assumam em nossas barricadas cada vez maior proeminência.

RESOLUÇÕES DO 39º CONGRESSO DO ANDES-SN

POLÍTICA AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1. Que o GTPAUA, conjuntamente com o GTPCEGDS, GTPE, GTCA e GTPFS, organize o II Seminário Intercultural, cuja pauta seja construída nos seus plenos, ainda que centrada nas temáticas que permitam destacar as questões indígenas, a Lei nº 11.645/08, o combate à xenofobia e, também, seus impactos nas universidades, IF e CEFET.*
- 2. Que o GTPAUA, com o GTPCEGDS, estimule as seções sindicais a comporem os espaços de unidade de ação pelos direitos das populações tradicionais e periféricas como estratégia de luta com lastro na justiça ambiental.*
- 3. Que as seções sindicais e as Secretarias Regionais via os espaços de unidade de ação construam e participem das agendas em defesa do clima e dos povos tradicionais e das florestas.*

4. Que o ANDES-SN apoie os dias nacionais de luta das entidades e os movimentos sociais que denunciam a precarização da vida nas cidades e o extermínio da população periférica que enfrentam cotidianos massacres e torturas.

TR – 31

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Efetivar no 2º semestre de 2022 o II Seminário Intercultural aprovado no 39º Congresso, em conjunto com o GPTCEGDS, contemplando a discussão socioambiental a partir dos debates sobre a transição socialista das matrizes energéticas e tecnologia e articulando perspectivas de classe, gênero, raça, orientação sexual, etarismo e origem nacional.
2. Impulsionar ações de enfrentamento e denúncia das destruições do meio ambiente a partir de políticas estaduais e municipais.
3. Que o ANDES-SN por meio das secretarias regionais e seções sindicais intensifiquem suas campanhas de solidariedade a afetados e afetadas pelas chuvas e outros eventos climáticos extremos, continuando a se envolver em ações de cobrança da responsabilidade estatal no enfrentamento de suas consequências.
4. Que o ANDES-SN, bem como suas diretorias regionais e seções sindicais, fomentem e deem divulgação a publicações que promovam a conscientização socioambiental e confirmem voz a vítimas de injustiças ambientais.
5. Apoiar agendas de luta, ações e planos que contribuam com a defesa da vida das populações tradicionais.
6. Realizar uma edição do InformANDES discutindo a relação das catástrofes ambientais e injustiças sociais delas decorrentes.
7. Que o ANDES-SN apoie a 18ª Edição do Acampamento Terra Livre – Vamos demarcar Brasília –, organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que acontecerá de 4 a 8 de abril, em Brasília.
8. Que o ANDES-SN, por meio de suas diretorias regionais e seções sindicais, fomentem as lutas contra a profusão do uso de pesticidas na produção agrícola.



Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

TEXTO DE APOIO

Ao longo do tempo, a ciência e a tecnologia no país passaram a ter notoriedade, sobretudo para que os estudos e pesquisas de cunho *stricto sensu* consolidassem-se nos cursos de pós-graduação nas

universidades públicas brasileiras. A estrutura e a configuração das pesquisas são reguladas pelas agências de fomento – Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e demais agências estaduais, ou seja, a construção da ciência e tecnologia tem se dado *a priori* quase que exclusivamente por meio do financiamento público.

Na atual conjuntura, o que tem sido destaque no tema da Ciência e Tecnologia é a redução do financiamento, inversamente proporcional à expansão das matrículas, por exemplo nos programas de pós-graduação, o que expressa um quadro de aprofundamento da precarização das condições de ensino e trabalho nesse espaço. A ausência de políticas de fomento força as instituições formadoras a buscar financiamento fora das agências públicas, vinculando-as ao setor privado e seus interesses, o que expõe a contradição frente à função social das universidades públicas e suas responsabilidades para com a resolução de problemas da sociedade, que depende das pesquisas oriundas desse espaço.

Vale destacar que em 41 anos de existência, o ANDES-SN tem atuado no sentido de buscar conhecer e problematizar as fundações privadas ditas “de apoio” e as formas de sua interferência nas Universidades Públicas, pautando-as como os principais agentes de fortalecimento do *modus operandi* do setor privado no interior do espaço público.

Fortalecer a resistência frente a essa empreitada do setor privado nas Instituições Públicas de Ensino é o que o Caderno nº 28 do ANDES-SN aponta para combater os ataques que foram aprofundados pelo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243/16 e sua regulamentação), destacando que todo o nosso esforço deve continuar no sentido de evidenciar o que de fato está em jogo nesse processo de colocar progressivamente os Institutos e as Universidades Públicas a serviço de interesses mercadológicos. Nossa luta até aqui não foi suficiente para impedir que se chegasse no cenário ao qual o país está submetido, de avanço das intenções de financiamento privado das pesquisas.

A pesquisa tem sofrido duros golpes, exemplo contundente foi que, em outubro de 2021, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações anunciou o corte de 87% de sua verba para o desenvolvimento da ciência brasileira, limitando e impedindo a continuidade de pesquisas em diversas áreas. No final de 2021, num contexto que já se ultrapassava mais de meio milhão de mortes por Covid-19 no Brasil, denunciemos em nota a proposta do ministro da Economia que mandou a Comissão Mista do Orçamento cortar 690 milhões de projetos científicos, atacando a capacidade do CNPq de garantir os já poucos recursos para o financiamento da pesquisa pública. (<https://www.andes.org.br/conteudos/nota/nOTA-dA-dIRETORIA-nACIONAL-dO-aNDES-sN-dE-rEPUDIO-cONTRA-o-cORTE-dE-rECURSOS-nA-cIENCIA-e-teCNOLOGIA0>)

Os cortes e ataques à Ciência e Tecnologia públicas no Brasil fazem parte de um contexto mais amplo em que a lógica do capital avança tirando recursos públicos de ações que poderiam garantir direitos para toda a sociedade, em especial para a classe trabalhadora, como tem sido o caso das pesquisas na área da saúde para o combate da Covid-19.

Vimos que o governo federal, bem como outros estaduais e municipais, decidiram não enfrentar a pandemia numa perspectiva de fortalecimento dos serviços públicos, mas priorizaram a ampliação da oportunidade de negócios das grandes multinacionais do ramo farmacêutico, por exemplo, quando tratam a vacina como mais um item do mercado, a ponto de negar seu acesso a milhões de pessoas pelo mundo que não podem pagar por ela. Isso se dá, entre outras políticas, pela lógica da mercantilização do saber científico que se materializa na forma de concessão de patentes. Pesquisas financiadas com verbas públicas são colocadas “em segredo” para serem transformadas em produtos rentáveis.

Logo após o 38º congresso, em março de 2019, a diretoria nacional e as seções sindicais do ANDES-SN denunciaram os “cortes orçamentários às áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação públicas. Em 29 de março, o governo publicou o decreto 9.741, que contingenciou R\$ 29,582 bilhões do Orçamento Federal de 2019. (<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/aNDES-sN-participa-de-atividades-contra-cortes-em-ciencia-e-tecnologia1>).

. Ou seja, no último período, demos continuidade ao caminho historicamente trilhado pelo ANDES-SN de defender um projeto de Ciência e Tecnologia Pública e Gratuita focando na luta pela revogação da EC 95/16 e do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243/16).

Estivemos em combate para que a Ciência e Tecnologia Pública no Brasil pudesse responder aos desafios do contexto da pandemia da Covid-19, conforme o debate que promovemos sobre "Ciência e Tecnologia públicas para o enfrentamento à pandemia da Covid-19" realizado de modo virtual no dia 23 de fevereiro de 2021 (<https://www.youtube.com/watch?v=HlzNH-pjVBk>).

Em 23 de novembro de 2021 participamos do ato em frente ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações como parte da 3ª Jornada de Mobilização em Defesa da Ciência organizada por entidades sindicais, populares e de juventude. Acompanhamos a renúncia de diversos pesquisadores ligados à CAPES em resposta ao desmonte do órgão promovido pelo atual governo.

Em 2022, a previsão é a de que a lógica privatista e negacionista continue com sua agenda de destruição da Ciência e Tecnologia Pública no país. O ANDES-SN deve dar continuidade à articulação com as demais entidades da classe trabalhadora para defender um projeto de Ciência e Tecnologia que atenda aos interesses da maioria da sociedade brasileira.

RESOLUÇÕES DO 39º CONGRESSO DO ANDES-SN

POLÍTICA DE CIÊNCIA TECNOLOGIA

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Produzir materiais de divulgação para denunciar os impactos negativos que o MLCTI tem apresentado para o conjunto da categoria docente, ao projeto de educação pública defendido pelo ANDES-SN, bem como à classe trabalhadora.

2. Realizar atividade na 72ª reunião da SBPC que ocorrerá de 12 a 18 de julho de 2020, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para divulgação de materiais, realização de rodas de conversa, com o objetivo de dar amplitude à pauta do ANDES-SN para a ciência e tecnologia brasileira.

TR – 32

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

Tarefas assumidas pelo ANDES-SN e suas Seções Sindicais para o próximo período:

1. Dar continuidade ao acompanhamento, às análises jurídicas e ao planejamento de ações sobre as diversas propostas e legislações que possuem relação com o tema da Ciência e Tecnologia, dentre elas: Lei 10.973/2004, Lei de Inovação; Lei 11.196/2005, “Lei do Bem”; Decreto 5.563/2005 (revogado p/ Decreto 9.283/2018); Decreto 5.798/2006, incentivos fiscais à pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica; Lei 11.587/2007, abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar ao Ministério do Meio Ambiente 2011 – Instrução Normativa; 1.187/2011, disciplina incentivos fiscais a pesquisa, tecnologia e desenvolvimento inovadores 2015; Emenda Constitucional 85/2015 – acréscimo de Inovação ao lado de C&T na CF/1988; Lei 13.243/2016, MLCTI; Decreto 9.283/2018, regulamenta o MLCTI; Lei Complementar 177/2021 – FNDCT; Lei Complementar 182/2021 – “Marco Legal das Startups”;

2. Intensificar a luta contra as iniciativas de regulamentação do MLCTI no âmbito das universidades federais, estaduais e municipais, institutos federais e CEFETs

3. Que as Seções Sindicais continuem realizando o levantamento dos prejuízos em termos de bolsas, tanto na defasagem de seus valores, quanto na quantidade da oferta de bolsas de pesquisas da graduação e da pós-graduação, que a cada ano vem sendo restringida;
4. Intensificar a luta articulada com outros setores do serviço público pela revogação da EC 95 e seus impactos na ciência e tecnologia
5. Ampliar o diálogo e as articulações com demais sindicatos para defesa da Ciência e Tecnologia, tais como: sindicatos do(a)s Pesquisadore(a)s do CNPQ, Cepel - Eletrobrás, Cenpes - Petrobrás e EMBRAPA;
6. Desenvolver ações sobre o tema da Ciência e Tecnologia Pública no seio da Campanha Nacional “Defender a educação pública é nossa escolha para o Brasil” promovida pelo ANDES-SN.
7. Lutar pelo fortalecimento de um sistema público de tecnologia da informação e comunicação que garanta o caráter de acesso amplo, gratuito e público nas IES.
8. Intensificar a luta contra os cortes de bolsas no âmbito da Ciência e Tecnologia, bem como exigir que os valores pagos garantam as condições de estudo e vida para estudantes e pesquisadores.



Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

TEXTO DE APOIO

Os anos de 2020 e 2021 foram de muitos desafios para o Andes-SN. Desafios das mais diversas ordens, desde o cancelamento das suas atividades presenciais, especialmente o acompanhamento da política dos assuntos de previdência, aposentadoria e saúde do trabalhador, as perdas irreparáveis de muitos docentes, técnico(a)s-administrativo(a)s e estudantes em todo o Brasil. Todas as S. Sindicais perderam docentes, em sua maioria aposentados. Dados mostraram que mais de 80% dos servidores mortos pela Covid-19 eram servidore(a)s público(a)s aposentado(a)s. Pessoas que contribuíram muito para nossas lutas e conquistas até o momento. Que fizeram parte de cada história de crescimento das nossas IES, que lutaram pelos nossos Planos de CCV, pelo espaço da luta sindical, pela consolidação da democracia no nosso país e, mais recentemente, vinham resistindo ao ataque sofrido pelo(a)s servidore(a)s público(a)s, a retirada de direitos por parte do governo federal, de caráter fascista e de práticas genocidas. A maioria faleceu sem vacina, pela atitude negacionista do governo Bolsonaro, pois o atraso na compra das vacinas e a proibição da produção das vacinas pelos nossos pesquisadores levou o país a ser recordista em mortes.

Além do quadro de adoecimento e morte de muito(a)s das nossas IES, o cotidiano vivido, por parte da comunidade escolar, em especial o(a)s professore(a)s ativo(a)s, em suas atividades de ensino-pesquisa-extensão foram “atacado(a)s” com ações entreguistas e de perseguição e assédio,

por parte de muitos reitores e reitoras que exigiam a “normalidade” das ações dentro da Universidade, em face ao crescimento do número de dirigentes indicados pelo Bolsonaro, via MEC. Junte-se, também, as exigências de agências como CAPES e CNPq querendo manter prazos, calendários, exigência de produção, defesas de trabalhos de conclusão de cursos, na graduação e pós-graduação, algumas vezes com o aval do judiciário, que exigia as aulas presenciais sem nunca terem garantido um protocolo básico que garantisse aulas seguras para a comunidade acadêmica. Este cenário foi denunciado em estudos e pesquisas realizados, que mostram o adoecimento docente, o aumento de solicitação de licenças, seguindo das condições precárias, ou sem elas, por parte dos alunos trabalhadores, pois a exigência do ensino remoto explicitou a grande ferida do abismo do acesso à tecnologia e o aumento da pobreza, da fome, e do desemprego, mais agravado, neste período.

Este quadro alarmante para todos, todas e todes nas universidades fez com que nosso sindicato “arregasse as mangas” e, mesmo dentro deste cenário, em que o isolamento era uma grande necessidade para não ser contaminado ou não contaminar a população trabalhadora que era obrigada a transitar para seu sustento, o ANDES-SN protagonizou neste período a luta, quase impossível para alguns, de derrubar a tentativa golpista, capitaneada pelo Deputado Artur Lira, de aprovar a PEC 32/2020. Foram meses de vigília, em Brasília e nos estados, que se intensificou no segundo semestre de 2021, iniciadas sempre nas segundas-feiras à noite e terças pela manhã, com recepção aos parlamentares no aeroporto e às quartas e quintas-feiras no Anexo II da Câmara dos Deputados, com visitas aos deputados e atos na rua. A avaliação é de que a mobilização das categorias freou a votação da PEC e a expectativa para 2022 é de derrubar a PEC 32/20.

Durante este período, muitas atividades e mobilizações foram agregadas às atividades em Brasília, como a luta para barrar a aprovação da PEC 23, chamada PEC do Calote, pois tira o direito dos servidores de receberem os precatórios. A PEC 23 foi aprovada na Câmara dos Deputados, mesmo com o esforço da categoria de barrá-la ainda nesta casa. A luta e atividades estavam sendo dirigidas para o senado com a tentativa de ser barrada, porém a mesma foi votada, inclusive com apoio da bancada da esquerda. Ainda nesta luta, o ANDES-SN participou de ações para denunciar o corte de verbas em C&T, em frente ao ministério, apoiando pesquisadores e estudantes, bem como acompanhou a coordenação nacional do PIBID na aprovação do orçamento que garantiria os recursos para pagamento das bolsas atrasadas.

O Brasil, como sabemos, entrou no primeiro ano da pandemia numa situação preocupante. Os ataques aos nossos direitos, em especial com o congelamento dos recursos para Saúde e Educação com a Emenda Constitucional N° 95/2016 deixou as IES e Instituições de Pesquisa em um quadro alarmante, ou seja, no período em que mais precisávamos estar preparados para quadros catastróficos, garantido(a)s com pessoal, equipamentos e laboratório e prevenção, entramos em 2020 sem recursos, ameaçando fechar instituições, contando bolsas e programas de pesquisa e diminuindo a criação de novos cursos na pós-graduação pública.

É neste contexto de corte de verbas e de aceleração da privatização das principais ações e instituições das IES que o governo Bolsonaro começou seu mandato. Acrescentando seu caráter fascista contra a comunidade, as políticas de privatização e a parceria público-privado foram avançando por decisões autoritárias dos seus ministros, na maioria militares.

Neste contexto falamos aqui da EBSEH, com destaque ao ataque ocorrido no Conselho Superior da UFRJ, em que mesmo com manifestação contrária, a Reitoria conseguiu aprovar a adesão à EBSEH. A comunidade acadêmica em luta, não conseguiu conter a aprovação. Foram mobilizadas três reuniões do CONSUNI, mas, lamentavelmente, foi aprovado.

Mas, o ataque mais direto a nossa categoria docente aposentada foi a tramitação do Decreto nº 10.620/21. O Decreto tem por objeto a declaração de nulidade e de inconstitucionalidade incidental do Decreto nº 10.620, de 25 de fevereiro de 2021, que visa à centralização das atividades de concessão e de manutenção das aposentadorias e pensões, relativas ao Regime Próprio de Previdência Social da União, no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), para entidades da administração indireta, e no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), para os órgãos integrantes da administração direta do Poder Executivo. O Decreto em questão apresenta relevantes vícios de constitucionalidade formal e material, além de ilegalidades que demonstram a sua efetiva impossibilidade de produzir efeitos no ordenamento jurídico. (AJN, 2021). Neste sentido, o ANDES-SN orientou as seções sindicais a ingressarem com ação civil pública para obter a declaração de nulidade e inconstitucionalidade do Decreto. A AJN elaborou minuta de ação ao mesmo tempo em que o ANDES-SN e outras entidades foram admitidas como *amicus curiae*, na ADI 6767, que discute a inconstitucionalidade do Decreto 10.620 no STF, em 16.11.21.

E mais recentemente vem acompanhando o PL 2757/2021, proposto pela deputada Talíria Petrone, que cria a aposentadoria por cuidados maternos. O Projeto de Lei nº 2757/2021 cria a aposentaria para mulheres com 60 anos de idade ou mais que não completaram o tempo necessário de atuação no mercado para se aposentar por causa da maternidade. O tempo gozado de licença maternidade será computado para fins de aposentadoria. A iniciativa altera a Lei nº 8.213/1991, que trata dos Planos de Benefícios da Previdência Social. Comissão de Legislação Participativa (CLP) foi realizada nesta segunda (22/11/2021) para debater o tema. A ideia surgiu com o Programa Integral de Reconhecimento de Tempo de Serviço por Tarefas Assistenciais, aprovado em julho deste ano na Argentina. O benefício destina-se a mulheres que estão em idade de aposentadoria, que no país vizinho é de 60 anos ou mais, e que não possuam os 30 anos mínimos exigidos de contribuição (BRASIL/CD, 2021).

Neste contexto de retiradas de direitos, mas de muita resistência, lembramos, ainda, que precisamos retomar a pauta do fortalecimento da base do ANDES-SN, os professores aposentados, no que diz respeito a sua situação de retirada ou perdas nas atualizações dos planos de CCV, uma questão central, bem como o fortalecimento da base para cada vez mais atuar no ANDES-SN em defesa da categoria e da educação pública e gratuita.

O desmonte do SUS e dos HUs

Desde a criação da EBSERH, o ANDES-SN tem empreendido uma luta envolvendo todas as seções sindicais das Universidades onde a adesão à EBSERH foi imposta por suas reitorias. Essa luta intensificou-se exatamente no momento em que as reitorias assinavam - a portas fechadas - os contratos de adesão, à revelia da comunidade acadêmica. Enfrentamos e lutamos muito! Denunciávamos e continuamos denunciando que os HUs ficaram sob os ditames e gerenciamento da EBSERH para prestar serviços de assistência à saúde, conforme pactos e metas de contratualização, ameaçando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O que vivenciamos hoje nos nossos HUs, enquanto docentes, é que na prática os HUs deixaram de pertencer às Universidades passando a ser apenas mais um cenário de prática para algumas disciplinas ou módulos dos cursos da área da saúde, rompendo com a indissociabilidade. Temos acompanhado as denúncias, por parte de algumas reitorias, do não cumprimento do contrato, que previa a ampliação do quadro de pessoal, abertura de leitos, melhoria e ampliação na estrutura física.

A história dos Hospitais Universitários Federais (HUF) sempre foi marcada pelo mesmo subfinanciamento e insuficiência de recursos humanos que atravessa toda a saúde pública brasileira. Algumas formas de suposto investimento e gestão foram criadas ao longo da sua história.

A relação público x privado no Brasil não é um fenômeno recente, já vivenciamos no início a combinação do público estatal, via organizações de caridade – religiosa e filantrópica –, e ao longo das décadas a constituição de empresas lucrativas e práticas liberais, isso faz parte da história do nosso país. A perspectiva das empresas lucrativas acentua-se a partir da década de 50, no chamado período desenvolvimentista, aprofunda-se na ditadura civil-militar e segue até os dias de hoje. Atualmente, de um total de 50 HUF de 35 universidades, 40 hospitais de 32 universidades já estão sendo geridos pela EBSEH.

Os estudos das consequências da implantação da empresa demonstram que, ao contrário do que foi prometido por defensores da EBSEH, sua implementação não só não superou a precarização do atendimento, como tem acarretado a descaracterização do hospital-escola. Ilustra essa afirmação o fato de que a recomposição do quadro de recursos humanos, amplamente anunciada enquanto justificativa da criação da EBSEH, não ocorreu. Ao contrário, o(a)s trabalhadore(a)s vivenciam sobrecarga de trabalho, conflitos decorrentes da diversidade de vínculos empregatícios e adocimentos.

Este contexto evidencia a intensificação da precarização do trabalho nos hospitais sob gestão da EBSEH, que se desdobram numa diversidade de formas de contratação de pessoal, residentes contabilizados no quadro de pessoal, imposição de metas de produtividade, entre outros. Ao invés de constituir solução, a EBSEH representa um agravamento dos problemas que afligem os HUs.

O ANDES-SN tem o compromisso de continuar a luta pela revogação da criação da EBSEH, conforme nossas resoluções congressuais; de denunciar o que está ocorrendo nos espaços onde essa empresa foi implementada; e de fomentar o debate junto com as seções sindicais sobre os danos desta forma de gerenciamento dos serviços públicos que, na prática, desvia os recursos públicos pra iniciativa privada. Fizemos uma luta histórica, em conjunto com a FASUBRA e a FNCPS, pela valorização dos serviços públicos, o que só pode ocorrer com financiamento 100% público.

No seminário realizado pelo GTSSA, em junho de 2018, “Oficina de Produção de Dossiê sobre a EBSEH”, foram denunciados os problemas nos hospitais Universitários (HU), sob gestão dessa empresa, relacionados com a qualidade do serviço prestado, infraestrutura, baixa ocupação, quarteirização dos serviços, restrição de acesso à(o)s docentes e estudantes. Em novembro de 2019, no VII Seminário da FNCPS em Porto Alegre, realizamos pelo GTSSA uma nova oficina “Oficina de Produção de Dossiê sobre a EBSEH”, envolvendo os participantes com o objetivo de avançarmos nessa construção.

Vivemos hoje mais um ataque, a criação do ENARE - Exame Nacional de Residência EBSEH - que é um processo seletivo centralizado coordenado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH) e lançado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2020, voltado para distribuição de vagas de residências médica, multi e uniprofissionais.

Em 2021 enfrentamos a pauta da contratualização da EBSEH na UFRJ, o maior complexo hospitalar universitário do país. Da mesma forma que fizemos em 2012 quando conseguimos, com a luta da comunidade acadêmica, impedir a adesão da UFRJ à EBSEH, apoiamos o Movimento organizado por estudantes, docentes e técnicos para “barrar” a adesão da EBSEH nessa universidade. Avaliamos que a proposta de submeter o funcionamento deles à EBSEH é, neste momento, uma forma de fortalecer o governo Bolsonaro-Mourão, uma vez que constitui parte integrante das iniciativas deste governo que visa aproveitar-se da pandemia para “passar a boiada”.

Além disso, ao tomar como objeto de deliberação institucional uma profunda e radical mudança estrutural em plena crise sanitária, a reitoria da UFRJ fragiliza a democracia interna da comunidade universitária.

A luta contra a EBSEH na UFRJ e nas demais universidades deve estar articulada com a luta pela Educação Pública e pelo conjunto dos Serviços Públicos, como direitos fundamentais da classe trabalhadora que é quem produz toda a riqueza dos fundos públicos que empresas como a EBSEH querem assaltar! Somente a recomposição orçamentária nas Instituições de Ensino Superior e a luta pelo investimento na educação e saúde públicas que poderá salvar nossos hospitais universitários, sem qualquer ilusão com empresas públicas de direito privado.

A luta em defesa dos HUs das nossas universidades federais deve se somar a luta pelos HUs das universidades estaduais que, para além do subfinanciamento, precarização do trabalho, falta de recursos humanos, fechamento de leitos, são ameaçados com a privatização via OS, Fundações, OSCIPS.

Em meio ao caos que estamos vivendo nessa crise sanitária pela pandemia de Covid-19, o desmonte das políticas sociais se faz perceber de uma forma muito mais intensa.

Desde 2017 com a nova Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), publicada pelo Ministério da Saúde no dia 21 de setembro de 2017, que entre outros desmontes, retirou-se a prioridade da Estratégia de Saúde da Família, facilitando a opção dos municípios pela implantação do modelo tradicional ambulatorial da atenção básica.

Neste momento pandêmico, de isolamento social e dificuldades de acesso à rede básica de saúde, as ações de promoção e prevenção promovidas pela atenção primária deixam de ser implementadas. Assim, para além das comorbidades geradas como sequelas da Covid-19, teremos uma grande parcela da população sem possibilidades de diagnóstico, prevenção das chamadas doenças preveníveis: hipertensão, diabetes, entre outras, fora os diagnósticos precoces de câncer e HIV-AIDS. No atual governo, o Ministério da Saúde, em alinhamento com a perspectiva mercantilista, aprofundou a aplicação do modelo médico, centrado no tratamento de doenças, com desvinculação da integralidade da atenção e do trabalho interprofissional, com o fim do credenciamento dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASFs. A partir de 2020 acentuou mais esse modelo. As alterações na política de saúde mental ilustram essa tendência com ênfase na institucionalização, medicalização e ampliação da destinação de recursos públicos para o mercado privado.

Em 15 de outubro de 2021 foi criada a Agência de Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (ADAPS). É ela que vai operacionalizar o programa Médicos pelo Brasil, o programa que vai substituir o Mais Médicos, além de atuar em todo o território nacional em diversas frentes, como a organização da prestação de serviços da Atenção Primária no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e ações de incorporação de tecnologias assistenciais e de gestão. O orçamento previsto para execução em 2021 e 2022 é de R\$ 1,2 bilhão.

No mesmo dia que foi criada a agência, o governo publica a resolução nº 5 no Diário Oficial da União dispendo sobre o Contrato de Gestão para o desenvolvimento da Atenção Primária em Saúde. Esse ato reforça a entrega do gerenciamento das ações da APS em todo território nacional, de maneira centralizada, é a formalização da privatização na porta de entrada do nosso sistema único de saúde. Para além dessa normativa, há outras sobre a criação de estatuto, estrutura dos cargos, o regimento interno e o manual voltado ao regulamento para licitações.

Entre os instrumentos previstos no funcionamento, a Adaps poderá firmar contratos, convênios, acordos, ajustes e outras ferramentas de gestão com órgãos e entidades públicas e privadas, inclusive com instituições de ensino, para o cumprimento de seus objetivos. Mais um

ataque ao SUS, desmonte da APS e a formalização da privatização nos serviços que são a porta de entrada para o sistema de saúde.

Adoecimento docente

O adoecimento docente não é tema novo no ANDES-SN, inúmeras publicações, como cartilhas, InformAndes, entre outros, apresentam estudos que orientam e foram realizados no ANDES-SN, a exemplo do Encontro sobre saúde do trabalhador em 2009. O ANDES-SN realizou o seu 1º Encontro sobre Saúde do Trabalhador em São Paulo. No ano seguinte, durante o 29º Congresso, na cidade de Belém-PA, a temática do adoecimento docente passou a ter um caráter central na pauta de lutas do Sindicato Nacional, tendo sido discutida em todos os setores (federais, estaduais e particulares). Foram deliberadas ações com o objetivo de fazer com que a entidade se aproprie da produção acadêmica sobre a temática do adoecimento dos trabalhadores da educação.

Importante dimensionar que desde 1983 a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta a categoria docente como a segunda colocada na lista de profissões mais propensas a desenvolver doenças. Isto porque o(a)s docentes estão expostos, cotidianamente, a ruídos, movimentos repetitivos, material de trabalho inadequado e anti-ergonômico, intenso uso da voz e acúmulo de tarefas diversificadas.

Os estudos realizados nas SS há algum tempo, como a pesquisa divulgada pelo ANDES-SN e pela Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará (ADUFPA Seção Sindical), de 2014, evidenciaram que as condições de trabalho adversas, oriundas da imposição do produtivismo acadêmico, podem levar o(a)s docentes ao adoecimento mental. Na pesquisa citada demonstrou-se que, entre 2006 e 2010, de todas as solicitações de afastamentos de professores do trabalho na UFPA, 14,13% ocorreram por questões relacionadas à saúde mental.

De lá para cá a questão do adoecimento docente intensificou-se diante, sobretudo, dos inúmeros problemas vividos pela categoria, mas, essencialmente, após a pandemia da Covid-19, que assola o Brasil e o mundo a partir de dezembro de 2019.

Os problemas que já existiam e se intensificaram com a pandemia compreendem excesso de carga horária, falta de infraestrutura adequada, pressão para cumprir prazos, assédios, baixa remuneração, entre outros. Problemas aos quais o(a)s docentes estão expostos cotidianamente.

O(a)s docentes da educação pública superior estão exposto(a)s à questão da imposição do produtivismo acadêmico, que traz toda uma sobrecarga de trabalho, demandando adaptação ao ensino remoto, sem o mínimo de preparação pedagógica e de acesso às mídias e tecnologias, que na grande maioria das vezes, inclusive, não está ao alcance dos estudantes. Um universo acadêmico distante das possibilidades do mínimo de qualidade. O(a)s docentes colocado(a)s abruptamente em isolamento social, tiveram de fazer de seus lares, seu espaço de sala de aula, tendo ainda, que conviver com o medo de contrair o vírus. É importante destacar a situação das docentes que maternam, as quais durante a pandemia não registram políticas de apoio as suas especificidades nas IES, tendo que conciliar de forma ainda mais precária as suas atividades acadêmicas nas condições supracitadas e os cuidados, intensificados em um cenário de infecção e medidas de precaução contra a Covid-19. Temos ainda neste momento a preocupação da comunidade acadêmica com o retorno presencial diante dos cortes de verbas do ensino superior e as precárias condições estruturais da maioria das IES como mais um elemento do adoecimento docente – por um lado as já relatadas questões com o ensino remoto, por outro a luta por condições adequadas de biossegurança para o retorno presencial.

Como sabemos os especialistas e as pesquisas demonstram que é necessário continuar o debate e a ampla discussão do problema, de maneira qualificada e adequada na sociedade, bem como a criação e ampliação de espaços de escuta para o(a)s docentes aliadas a prática da vida saudável, prezando por alimentação, descanso, recreação, atividades físicas, condição para que qualquer trabalhador(a) tenha uma vida saudável. Todos esses atributos necessários à saúde dos docentes, com a pandemia da Covid-19 tornaram-se um problema ainda mais distante das possibilidades de qualquer trabalhador(a).

RESOLUÇÕES DO 39º CONGRESSO DO ANDES-SN

POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1. Que as Secretarias Regionais e as SSIND, ao participar das frentes/fóruns em defesa da saúde, contribuam com a unificação da luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora.*
- 2. Realizar reunião conjunta entre GTSSA, GTPE, GT Carreira e GTPFS para construir proposta de formação sobre saúde do(a) trabalhador(a) docente.*
- 3. Lutar pela revogação da Emenda Constitucional n 103, de 12/11/2019 da Contrarreforma da Previdência e contra a PEC Paralela (PEC 133/2019), aprovada pelo Senado Federal e em tramitação na câmara federal, que permite, entre outros, que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem em seus regimes próprios de previdência social as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da União.*

TR – 33

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Lutar pela reposição dos salários dos aposentados;
2. Luta contra o Decreto nº 10.620/21, que dentre outras propostas de retirada de direitos apresenta a criação de um órgão, ligado ao INSS, para administrar toda a previdência do(a)s servidore(a)s público(a)s;
3. Atualizar até 2021 a pesquisa que foi realizada e divulgada no ano de 2019, sobre situação de ataque à Previdência nos estados;
4. Lutar de forma unificada em defesa dos direitos de aposentadoria com o conjunto do(a)s docentes - magistério superior e EBTT, docentes aposentado(a)s e da ativa;
5. Lutar pelo retorno do(a)s aposentado(a)s ao projeto de carreira, em função da desestruturação da carreira docente e os impactos nas condições salariais do(a)s aposentado(a)s, decorrentes da não transposição;
6. Resgatar os estudos das perdas para as diferentes "gerações" de aposentado(a)s, anteriores à contrarreforma da previdência;
7. Realizar a II Jornada Nacional dos Aposentados no segundo semestre de 2022;
8. Produzir um InformANDES especial sobre as perdas de direitos ocorridas para os e as aposentado(a)s;
9. Produzir um áudio visual sobre o(a)s aposentado(a)s a partir do registro da Jornada de Mobilização do(a)s Aposentado(a)s;

10. Denunciar e promover ações contra o Ministério da Economia que retirou do(a)s aposentado(a)s, através de uma nota técnica, os seus direitos com relação ao artigo 192, da Lei nº 8.112 do Regime Único dos Trabalhadores, funcionários públicos, que se aposentaram a partir de 1995, inclusive retroagindo aos já aposentados;
11. Intensificar a luta pela revogação da Lei nº 10.887/2004, que acabou com a integralidade e a paridade na remuneração, e da Lei nº 12.618/12, que estabeleceu o limite do teto do INSS para a aposentadoria e pensões dos serviços públicos federais;
12. Elaborar um Dossiê sobre as consequências da implantação da EBSEH, em articulação com FASUBRA, Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde e seções sindicais que estão com a gestão da EBSEH nos seus HU;
13. Atualizar o debate sobre a questão da EBSEH trazendo como temas: a militarização dos cargos do serviço público federal, incluindo a EBSEH, e o processo de precarização do trabalho nos Hospitais universitários;
14. Lutar pelo financiamento público dos HUs ligados a universidades estaduais, bem como pela reposição de recursos humanos e infraestrutura que dê conta de formação e assistência de qualidade;
15. Dar continuidade, em conjunto com as outras categorias, ao debate com a comunidade universitária sobre: a) a ameaça à autonomia universitária e de privatização da saúde pública; b) o fato de que a indústria de medicamentos e de equipamentos terá livre trânsito nos hospitais; c) o risco do atendimento preferencial a usuários de planos de saúde conveniados, em detrimento do atendimento 100% SUS; d) repercussão para as funções de hospital-escola;
16. Intensificar a luta em defesa do SUS ampliando a denúncia do seu desmonte;
17. Realizar o VIII Seminário Nacional de Saúde do(a) Trabalhador(a) Docente, no primeiro semestre de 2022;
18. Denunciar a situação das mortes de docentes por Covid-19 e das sequelas da covid-19 (fisiológicos e cognitivos) que muito(a)s docentes, anteriormente contaminado(a)s, estão agora sofrendo, além do isolamento social. Neste sentido, lutar pelo tratamento especializado para o(a)s mesmo(a)s e garantia de licença e afastamento;
19. Que as seções sindicais promovam debates sobre as condições da saúde docente, mental e as sequelas provenientes da Covid-19, no contexto da pandemia e do retorno;
20. Fazer um levantamento das IFES/IEES/IMES que realizaram estudo sobre os impactos da pandemia na saúde docente;
21. Realizar um seminário sobre os 9 anos do FUNPRESP e das lutas que o ANDES-SN tem travado contra a privatização da previdência, com o objetivo de balanço e atualização das campanhas sobre o tema FUNPRESP e a previdência complementar dos estados e municípios. Que esse seminário ocorra de forma integrada ao Seminário que debaterá a EBSEH.

PLANO DE LUTAS - HISTÓRIA E MEMÓRIA DO MOVIMENTO DOCENTE, COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES-SN E CEDOC PROF. OSVALDO OLIVEIRA MACIEL.

TEXTO DE APOIO

A memória é um lugar de disputas, não à toa muitos são os projetos de apagamento de parte da nossa história conformada sobre as bases do colonialismo e da escravidão, de forte repressão aos diferentes movimentos de luta da classe trabalhadora brasileira e que durante vinte e um anos viveu à escuridão da ditadura militar-empresarial que assassinou e perseguiu muitos(as) brasileiros(as). A atual conjuntura coloca-nos diante da imensa fragilidade das políticas institucionais de preservação da memória no país. Basta vermos o descaso do governo com a Cinemateca Brasileira, que contém o maior acervo de produção audiovisual e cinematográfica do país, e com o Museu Nacional no Rio de Janeiro, ambos patrimônios históricos que sofreram com incêndios recentes por falta de políticas e investimentos materiais para os devidos cuidados com suas infraestruturas, equipes e na conservação dos documentos históricos. O mesmo também ocorre nos estados e municípios.

Além disso, recentemente, o governo avançou na intervenção do Arquivo Nacional com a nomeação de Ricardo Borda D'Água de Almeida Braga, ligado à área da Segurança, como diretor-geral e, como consequência, já foram encaminhadas exonerações de importantes profissionais de áreas estratégicas do arquivo. É no Arquivo Nacional, situado no Rio de Janeiro, que se encontram grande parte dos documentos sobre a ditadura empresarial-militar brasileira. São quilômetros de documentos, mais de 1 milhão de fotografias e mapas; encontram-se ali desde a Lei Áurea, as diferentes Constituições que o país teve, documentos de imigrantes e filmes do acervo da TV Tupi, entre outros.

Diante deste cenário de ameaça à memória da contraditória e violenta história do país, o ANDES-SN não pode deixar de refletir sobre o seu papel enquanto um agente de luta que não só reflete, mas também intervém na realidade brasileira, buscando, inclusive, disputar a verdade acerca desta história para que possamos avançar em um outro projeto de sociabilidade. E isso começa pelo desafio de entendermos o papel histórico do movimento docente e das nossas lutas pelas liberdades democráticas.

O 39º Congresso deliberou a continuidade dos trabalhos da Comissão da Verdade do ANDES-SN e o trabalho em conjunto com o GTHMD e o Centro de Documentação Prof. Osvaldo Oliveira Maciel pela preservação, organização de documentos do Sindicato, pesquisa de informações, elaboração de relatórios sobre as perseguições políticas e a manutenção das estruturas e da legislação repressiva das instituições de ensino superior, bem como a elaboração de um vídeo institucional sobre os 40 anos do ANDES-SN e um Caderno que tratasse das lutas do Sindicato.

Ainda atuando no formato virtual, o GTHMD e a Comissão da Verdade do ANDES-SN, junto com a coordenação do CEDOC, realizaram duas reuniões do pleno, em fevereiro e em novembro de 2020, para trazer ao debate as perspectivas da continuidade dos trabalhos.

Avançamos no que foi possível nos encaminhamentos das propostas apresentadas no 39º Congresso, realizado na USP em 2020, às vésperas das consequências da Covid-19, que ceifou a vida de mais de 600 mil pessoas no Brasil. Reconhecemos que temos muito ainda a perseguir para dar prosseguimento às atividades aprovadas em nosso último Congresso.

Apesar de todas as dificuldades de organização, tendo em vista a avalanche que se abateu sobre nós, docentes, pela sobrecarga emocional da pandemia e das atividades de ensino de forma remota, conseguimos realizar algumas ações que dão continuidade às deliberações do 39º Congresso.

Realizamos uma *live* em comemoração aos 40 anos do ANDES-SN, em 19.02.2021, com a presença da diretoria e com uma apresentação musical e, na ocasião, anunciamos as nossas ações previstas para o ano de 2021. A diretoria, através da Encarregatura de Imprensa, iniciou a produção de vídeos do projeto “Memória Viva”, em que ex-funcionários/as e docentes que participaram da construção do ANDES-SN ao longo dos 40 anos deram depoimentos gravados em vídeo.¹⁹ Este projeto terá continuidade no ano de 2022 com gravações de novos vídeos.

Também continuamos o trabalho iniciado na gestão anterior, de construir *homepages* com a história do nosso Sindicato. Dessa forma, sob a responsabilidade do CEDOC, elaboramos uma página na web em que indicamos uma “linha do tempo”, com as principais ações do Sindicato em sua história. Também construímos um banco de imagens representativas de suas ações, denominado ‘40 anos em 40 imagens’.²⁰

Como parte das comemorações dos 40 anos do ANDES-SN, montamos o “Espaço Memória”, no 3º andar da sede em Brasília, com uma exposição permanente, que traz elementos iconográficos, fotografias, cartazes, panfletos, contando uma parte da nossa história. Este espaço será aberto à visitação às e aos docentes e militantes assim que as condições sanitárias permitirem. Além disso, lançaremos no 40º Congresso o vídeo institucional dos 40 anos.

Os trabalhos da CV, GTHMD e CEDOC Prof. Osvaldo de Oliveira Maciel prosseguirão na busca de informações que nos possibilitem lutar contra o entulho autoritário, herança da ditadura empresarial-militar, e também contra os ataques fascistas que se ampliaram, com a ascensão ao poder do “agitador fascista” Jair Bolsonaro.

Desde 2019, o ANDES-SN vem denunciando os ataques à autonomia universitária, com a invasão de polícias nos câmpus universitários, apreendendo material de seções sindicais, como a ADUFCG, e a invasão de sedes de entidades estudantis, como ocorreu na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Além disso, as incursões policiais e de militantes de extrema direita aos câmpus, com o objetivo de arrancar faixas de movimento antifascista, foram objeto de ação no Supremo Tribunal Federal, em que o ANDES-SN foi *amicus curiae*, quando obtivemos a garantia pelo STF da liberdade de expressão nos câmpus, considerando-se o artigo 207 da CF 1988 que prevê a autonomia universitária.

Não estamos diante de uma quadra histórica fácil, mas o ANDES-SN tem uma luta consistente pelas liberdades democráticas, desde a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, no final da década de 1970, quando as Associações Docentes iniciaram o processo de organização de um sindicato nacional de docentes – fato que ocorreu na 1ª Reunião das Associações Docentes, realizada durante a Reunião Anual da SBPC, na PUC-SP, em 1977, a qual foi proibida pelo governo de ser realizada numa universidade federal.

O relatório final da Comissão da Verdade do ANDES-SN, publicado em novembro de 2020, apontou a estreita colaboração de gestões universitárias com a ditadura, como por exemplo, produzindo listas de membros da comunidade universitária para os órgãos de repressão; ou seja a(o)s inimiga(o)s de classe costumam também estar entre nós.

Na última reunião do pleno do GTHMD, realizada de forma virtual em dezembro de 2021, as seções sindicais presentes apontaram a necessidade de manter o esforço para a retomada das Comissões da Verdade das Universidades, dos Institutos e Cefets, para que sejam produzidos relatórios institucionais que indiquem a necessária revogação de legislação herdada do entulho autoritário da ditadura empresarial-militar, bem como a revogação de títulos doutor *honoris causa* a ditadores e a nomes de presidentes e apoiadores do regime autoritário nas instituições de ensino superior. Passado o momento da “efeméride” de 1964, as

¹⁹ Disponível em <https://andes-sn40anos.com/memoriaviva>.

²⁰ Disponível em <https://andes-sn40anos.com>

Comissões da Verdade encerraram suas atividades, sendo que muitas instituições não produziram relatórios, ou quando foram produzidos não houve uma ação efetiva para seguir os procedimentos sugeridos pelas comissões. Em outras IES, tais comissões sequer foram organizadas.

Com os ataques promovidos pelo presidente genocida Jair Bolsonaro às instituições democráticas e o elogio recorrente que o mesmo faz do golpe de 1964 e seus agentes executores, entendemos ser dever de todos(as) os(as) militantes por democracia e liberdade a organização de instrumentos jurídicos e políticos para que a ditadura de 64 seja vista tal como é, ou seja, uma ditadura empresarial-militar. Neste sentido, a reunião do pleno do GTHMD indicou que o ANDES-SN recomende a organização das Comissões da Verdade nas IES onde elas não existem, e também a organização do GTHMD nas seções sindicais, para que o debate sobre a nossa história recente não fique circunscrita a poucos(as) estudiosos(as) e especialistas.

Assim, é importante saudar iniciativas como a do **Coletivo Memória e Luta**, da UFRGS, local deste nosso 40º Congresso. O Coletivo realizou em 2019 o Projeto de Extensão *Memória: 50 anos dos Expurgos na UFRGS*, que trouxe à público o tema dos “expurgos” de professores(as) durante o período da ditadura empresarial-militar de 1964-1985. Como parte dos resultados desse projeto, o Coletivo publicou em 2021 o livro contando a história das demissões de docentes da UFRGS pelo regime. O Coletivo Memória e Luta iniciou uma campanha pela revogação dos títulos de Professor *honoris causa* e de Doutor *honoris causa* a dois executores da ditadura civil-militar, respectivamente Arthur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici, responsáveis, em última instância, não só pelos expurgos de inúmeros docentes, mas também pela morte e desaparecimento de centenas de homens e mulheres. O processo foi encaminhado ao Conselho Universitário da UFRGS com a solicitação de revogação dos títulos concedidos a ambos os militares. Este pleito é acompanhado de um dossiê elaborado pelo historiador e colega do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Professor Dr. Enrique Serra Padrós, recentemente falecido. Além desse coletivo, outras ações organizadas por docentes, servidores(as) técnico-administrativos(as) e estudantes, através de suas entidades, também vem questionando as outorgas de título de doutor *honoris causa* a ditadores do regime empresarial-militar, como foi o caso da UFRJ, FURG e Unicamp.

Dessa forma, é importante reforçar a luta desses coletivos que buscam revogar a outorga de títulos honoríficos àqueles que foram os responsáveis pela demissão, perseguição, aposentadorias, expurgos, prisões, assassinatos e desaparecimento de estudantes, docentes e servidores(as) técnico-administrativos(as) que foram vítimas da ditadura de 1964-1985.

No tempo presente, vivemos uma realidade de mais de vinte instituições (Universidades, Institutos e Cefets) sob intervenção do governo Bolsonaro-Mourão, que nomeou reitores e reitoras não eleitos(as) pelas comunidades universitárias, o que expressa o autoritarismo e o caráter intervencionista do atual governo, fazendo com que as comunidades universitárias estejam à mercê dos mandos e desmandos dos(as) interventores(as), que avançam com os projetos de privatização da educação pública, bem como das restrições à frágil democracia interna das instituições. Ou seja, os entulhos ditatoriais seguem ecoando pelos corredores das universidades públicas e precisamos avançar no sentido de denunciar e lutar por plena democracia e liberdade de expressão e pensamento nessas instituições.

RESOLUÇÕES DO 39º CONGRESSO DO ANDES-SN

POLÍTICA DE HISTÓRIA DO MOVIMENTO DOCENTE

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1. Pela criação de um selo comemorativo dos 40 anos do ANDES-SN a ser apresentado no 65º CONAD.*
- 2. Que o GTHMD, o GTPFS, o CEDOC e a Comissão da Verdade organizem um Caderno da Memória das Lutas do ANDES-SN em comemoração aos 40 anos do Sindicato. Esse Caderno Especial ANDES-SN 40 ANOS DE LUTAS E CONQUISTAS deverá ser composto pelas principais lutas e pautas do sindicato, tendo como referência os GT e setores organizados, destacando as greves e as transformações no interior do sindicato, a ser lançado no 40º Congresso*
- 3. Que o ANDES-SN, em convênio com a Editora Expressão Popular, publique 12 livros de clássicos que discutiram as questões de educação, feminismo, gênero, sindicalismo e economia política com tiragem de 500 exemplares de cada*

edição, a serem distribuídos para as Seções Sindicais durante o 65º CONAD e o 40º CONGRESSO e ver a possibilidade de kit para as seções sindicais de e-book e ou PDF para distribuição aos seus/suas sindicalizados/as.

Recomendação: Que as seções sindicais divulguem a iniciativa “Clube do Livro” da Editora Expressão Popular, a qual possibilita a assinatura para receber, mensalmente, livros sobre teoria crítica, história das lutas de classes no Brasil e no mundo, lutadoras e lutadores sociais, educação popular, etc.

1. Portanto e com isso, apresentamos o seguinte Texto de Resolução ao 40º Congresso do ANDES-SN.

TR - 34

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

Que a Diretoria do Andes-SN em conjunto com o GTHMD, Comissão da Verdade do ANDES-SN e CEDOC:

1. Promovam um Seminário Nacional sobre a História do Movimento Docente no segundo semestre de 2022.
 - 1.1. Neste evento haverá um espaço para apresentação dos relatórios das Comissões da Verdade e GTHMD locais ou das Seções Sindicais.
2. Continuar o programa Memória Viva do ANDES-SN com entrevistas de docentes, funcionários(as) que fazem parte da história do Sindicato e iniciem o programa de Memória Oral do ANDES-SN.
3. Planejar a realização de uma exposição itinerante sobre os 40 anos do ANDES-SN, em articulação com as Secretarias Regionais do ANDES-SN e suas Seções Sindicais.

Que as Seções Sindicais do ANDES-SN:

4. Avancem na organização de respectivos(as) GTHMD, de Comissão da Verdade e, quando possível, na conformação de centros próprios de documentação, com o objetivo de fortalecermos nacionalmente nossa luta pela memória e a verdade.



Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICAS E AÇÕES PARA A CARREIRA DOCENTE

TEXTO DE APOIO

Independentemente da esfera, os governos – federais, estaduais e municipais –, como braço do projeto do capital, têm atacado os servidores públicos desqualificando sua importante atuação junto à população, sucateando a infraestrutura de trabalho e, mais diretamente, com ausência de reposição de perdas salariais históricas, falta de reajustes que contemplem algum ganho efetivo, grande desestruturação nas carreiras e malhas salariais, e da substancial sobrecarga de tarefas com a suspensão de concursos públicos.

O ANDES-SN vem construindo, ao longo dos seus mais de 40 anos de história, uma concepção de carreira a partir dos seguintes princípios: 1 – Regime de trabalho DE; 2 – Respeito da instituição pela indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão; 3 – Ingresso por concurso público; 4 – Paridade na remuneração e direitos entre ativos e aposentados (contra a criação de novas classes); 5 – Isonomia; 6 – Carreira baseada no Regime Jurídico Único (RJU); 7 – Desvinculação da estrutura de cargos na gestão universitária; 8 – Condições de trabalho que não comprometam a saúde e a segurança do docente, e considerem a complexidade de uma atividade que envolve relações humanas, construindo garantias mínimas de salubridade profissional; 9 – Vinculação a um plano nacional de capacitação docente. A proposta de carreira, explicitada no Caderno 2²¹, apresenta-se fundamentada em dois eixos: 1º) Formação continuada/titulação; 2º) Valorização do tempo de serviço, de forma automática, por meio de anuênios, biênios, triênios, etc.

Embora estes princípios sejam os mesmos para todas as IES, a discussão em nível dos estados e dos municípios é bastante heterogênea e sujeita a regulamentações específicas. Mas, no 30º Congresso do ANDES-SN (Uberlândia-MG, 2011)²², foi aprovada a proposta de **carreira única para docentes federais**, ou seja, tanto da carreira do magistério superior, quanto da carreira EBTT. Nessa proposta, o ANDES-SN sintetizou a compreensão acumulada ao longo de anos de discussão junto à categoria, contemplando a valorização de acordo com tempo de exercício da docência, formação e qualificação e regime de trabalho com proporcionalidade.

Apesar de muita luta em defesa da proposta de carreira consensuada com a categoria, nenhum governo abriu efetiva negociação e, muito pelo contrário, a desestruturação continuou a passos largos. A partir de 2012, não há qualquer lógica plausível na relação entre vencimentos básicos e retribuições de titulação com os diferentes níveis da carreira. Esta desestruturação é tão profunda que dificulta, inclusive, determinar um índice único de perdas salariais pelo qual lutarmos.

Em se tratando de servidores(a)s público(a)s federais - SPF, a situação fica ainda mais diversificada, tanto que, recentemente, as entidades representativas de SPF, reunidas no Fonasefe, decidiram por deflagrar a campanha salarial 2022 tomando por base as perdas inflacionárias durante o governo Bolsonaro como parâmetro (19,99%), além da luta pela revogação da EC 95 e o cancelamento da PEC32. Pela agenda, a Jornada de Luta até o final de janeiro e greve a partir de 9 de março, caso não haja negociação.

Simulação indica que o montante de recursos envolvidos no reajuste emergencial apontado pelo Fonasefe seria suficiente para recuperar a estrutura da carreira docente federal (MS e EBTT). Mas esta é outra frente de batalha que teremos pela frente.

A proposta de carreira federal defendida pelo ANDES-SN já completou 10 anos, seus princípios continuam a fazer sentido. Porém, a categoria se renovou neste período e, por isso, acreditamos que se faz necessário realizar uma revisão/atualização tendo em conta as mudanças no mundo do trabalho e a conjuntura do nosso período histórico.

É importante registrar que as reformas da previdência, especialmente as de 2003, 2013 e 2019, criaram estratificações na carreira docente. Pessoas que ingressaram mais recentemente nas IES públicas não têm os mesmos direitos que as pessoas com maior tempo de docência, o que cria uma falsa dicotomia entre “jovens e velha(o)s”. Considerar a(o)s que podem usufruir do direito de aposentadoria integral como privilegiada(o)s não apenas contribui para aprofundar uma divisão indevida da categoria como também nos afasta, interferindo na possibilidade de lutarmos pela carreira docente integralmente.

Em virtude da heterogeneidade e da complexidade histórica da realidade de cada estado e município, no que se refere às suas Instituições de Ensino Superior, consideramos necessário realizar um levantamento acerca da situação das carreiras nessas Universidades. Sabemos que ainda existem algumas instituições que

²¹ ANDES-SN, 2013. CADERNO 2. Disponível em: <https://www.andes.org.br/img/caderno2.pdf>

²² ANDES-SN, 2011. Relatório 30º Congresso. Disponível em: <https://www.andes.org.br/midias/downloads/1174/%2030Congresso>

não dispõem de planos de carreira docente. Além disso, com o projeto de destruição dos serviços públicos, mesmo a maioria que já conta com uma carreira regulamentada vem sofrendo profundos ataques nos direitos conquistados em lei, especialmente naquilo que se refere a progressões, promoção ou ascensões e dedicação exclusiva. As pesquisas realizadas pelo ANDES-SN em relação à Previdência, financiamento público e questões salariais nos estados e municípios, além das análises políticas conjunturais, apontam para o fato de que os governos estaduais e municipais guardam muita semelhança entre si e com o governo federal no que tange aos ataques ao serviço público e aos direitos trabalhistas. Isso denota o tamanho da ameaça e dos desafios que estão postos para a defesa da Educação Superior Pública nos Estados e Municípios. Nesse sentido, constata-se a necessidade de nos subsidiarmos de dados para um melhor enfrentamento, daquilo que cabe ao ANDES-SN e seções sindicais do setor das IEES-IMES, na orientação das ações em suas respectivas instituições.

RESOLUÇÕES DO 39º CONGRESSO DO ANDES-SN

POLÍTICAS E AÇÕES PARA A CARREIRA DOCENTE

O 39º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1. Fortalecer a articulação dos GT CARREIRA e GT VERBAS/FUNDAÇÕES para aprofundar as temáticas sobre orçamento público, carreira, salários e privatização do fundo público.*
- 2. Organizar, no decorrer do ano de 2020, um seminário nacional para tratar dos eixos e dos princípios da Carreira, do orçamento e da privatização do fundo público.*
- 3. Ampliar as discussões em relação à carreira EBTT e suas especificidades para a construção da carreira única.*
 - 3.1. Continuar a luta para garantir o afastamento da(o)s docentes da carreira EBTT para cursos de qualificação, previsto em legislação vigente, e denunciar o assédio moral que dificulte ou impeça sua liberação/afastamento.*
 - 3.2. Lutar pela garantia de que o período de afastamento para capacitação da(o)s docentes da carreira EBTT seja contemplado na contagem de tempo para fins de aposentadoria.*
- 4. Lutar pela manutenção da Dedicção Exclusiva (DE) como regime de trabalho preferencial e contra qualquer restrição/flexibilização ou sua supressão nas universidades, IF e CEFET perceptíveis na Lei nº 13.243/2016 (Marco Legal de C&TI) e Lei nº 13.429, de 31/03/2017, que amplia o regime de terceirização para empresas e universidades no Brasil, dentre outras.*
- 5. Lutar com as entidades do serviço público e da classe trabalhadora como um todo pela não aprovação da PEC emergencial (Reforma Administrativa).*
- 6. Que o GT CARREIRA estude em conjunto com o setor das IEES/IMES: a) Lei de Recuperação Fiscal no sentido dos gatilhos de ataque à carreira e aos salários, em contraponto à Lei de Responsabilidade Fiscal (sistema de dívida pública) como estratégia de denúncia; e b) estude para diagnosticar e estruturar os planos de carreira do setor das IEES/IMES.*
- 7. Que o GT CARREIRA, realize no segundo semestre de 2020, em conjunto com o setor das IFES, IEES/IMES e GTPE, o III Encontro Nacional do ANDES-SN sobre a Carreira EBTT e Ensino Básico das Instituições Estaduais de Ensino Superior.*

TR – 35

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que as SSind, as SR e o GT CARREIRA, nacional e localmente, promovam debate sobre a necessidade de revisão/atualização da proposta de Carreira Única de Professor Federal do ANDES-SN;
2. Organizar, ainda em 2022, um Seminário Nacional para tratar dos eixos e dos princípios da Carreira, do orçamento e da privatização do fundo público; **(Atualização do 39º congresso)**
3. Que o GT CARREIRA, realize no segundo semestre de 2022, em conjunto com o setor das IFES, IEES/IMES e GTPE, o III Encontro Nacional do ANDES-SN sobre a Carreira EBTT e Ensino Básico das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior. **(Atualização do 39º congresso)**
4. Continuar a luta em defesa das carreiras das IEES-IMES, que vêm sendo duramente atacadas pelos distintos governos, conforme o Projeto de Carreira Única do ANDES-SN.

TEXTO 36

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre Macedo (ADUFPB); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); Antonia Costa Andrade (SINDUFAP); Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCG); Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFPEL); Carlos Costa (ADCESP), Carlos Rinaldo Nogueira Martins (SINDUFAP); Cássio Alves (APUFPR); Celeste Pereira (ADUFPEL); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES); Ceres Torres (ADUFPEL); Claudia March (ADUFF); David Junior de Souza Silva (SINDUFAP); Diana Regina dos Santos Alves Ferreira (SINDUFAP); Elaine da Silva Neves (ADUFPEL); Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE); Eliane Fazolo (ADUR-RJ); Epitácio Macário Moura (SINDUECE); Erlenía Sobral do Vale (SINDUECE); Fabiola Kato (ADUFPA); Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG); Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE); Francisco Santiago (SINDUFAP); Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFS-BA); Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL); Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR); Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP); Janete Brito (ADCESP); José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL); José dos Santos Souza (ADUR-RJ); José Raphael Bokehi (ADUFF); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ); Lorena Moraes (ADCESP); Lúcia Izabel Silva (ADUFPA); Luciano Coutinho (ADUFRJ); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE); Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL); Luiz Paiva Carapeto (ADUFPEL); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ); Maria Angélica da Gama Caral Coutinho (ADUR-RJ); Maria da Conceição Rosa Cabral (ADUFPA); Maria da Conceição dos Santos Costa (ADUFPA); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); Maria Edilene S. Ribeiro (ADUFPA); María Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS); Maria Isabel Duarte Rodrigues (ADUFPA); Maria Suely Soares (APUFPR); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Milena Martinez (APUFPR); Olgaíses Maués (ADUFPA); Omar Albomoz (ADCESP); Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP); Raquel Angela Speck (APUFPR); Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPB); Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA); Rosângela Assunção (ADCESP); Rosely Cabral Giordano (ADUFPA); Sandra Alessi (APUFPR); Savana Diniz (APUBH); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Sônia Maria Araújo ((ADUFPA); Sônia Regina Teixeira (ADUFPA); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Valdelaine Mendes (ADUFPEL); Vera Lucia

Jacob Chaves (ADUFPA); Vilson Aparecido da Mata (APUFPR); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA), Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP).

DEFENDER A EDUCAÇÃO PÚBLICA E DERROTAR AS POLÍTICAS REGRESSIVAS DO GOVERNO BOLSONARO

TEXTO DE APOIO

As políticas públicas educacionais instituídas pelo atual governo, 2019-2022, estão assentadas em uma lógica perversa que se baseia nos princípios da extrema direita, do fascismo, do conservadorismo e do negacionismo. A educação pública tem sido alvo preferencial desse governo, que tenta aniquilá-la por meio de corte de recursos financeiros, desmonte de programas focalizados que vinham sendo implementados e beneficiavam as classes populares, inúmeras interferências nas instituições federais de educação, de todos os níveis e modalidades, desrespeitando sua autonomia. Ademais, tem-se tentado acabar com a liberdade de pensamento e de expressão, estimulando denúncias de docentes, por exemplo. As informações divulgadas pela mídia dão conta dos problemas em diferentes áreas e esferas da Educação, tais como no INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), na CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), sempre motivadas por questões ideológicas, pelas chamadas pautas morais que envolvem aspectos relacionados às questões de gênero, raça, etnia e diversidade, dentre outras.

O governo vê na educação o elemento fundamental para a difusão de um novo *ethos* que deve, doravante, nortear o comportamento social. Para tanto, a política educacional em vigor tem sido marcada pelo negacionismo à Ciência, pelas ações que procuram acabar com a educação pública e gratuita como responsabilidade do Estado, não apenas privatizando-a, mas, principalmente, introduzindo uma base curricular na Educação Básica, que ignora as conquistas feitas pela humanidade e propondo escolas segregadoras para as pessoas com deficiência com o claro intuito de repasse de fundos públicos para entidades privadas. Defendem-se ideias como o terraplanismo, além de pretender extinguir o caráter laico, princípio constitucional, em que se baseia a educação brasileira. Para o alcance desses objetivos nefastos, várias ações estão sendo disseminadas: o ataque às cotas sociais nas instituições públicas, a redução orçamentária para o setor educacional, com destaque para as instituições públicas federais, as interferências na escolha dos dirigentes das universidades e institutos federais, o corte de bolsas para os programas de pós-graduação em Educação, a militarização das escolas públicas, a padronização curricular via BNCC e o retorno às escolas especiais segregadoras para pessoas com deficiência.

Há de se destacar que em 02.01.2019, segundo dia desse governo, foi baixado o Decreto no. 9665 que criou a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares, o que deixava claro o foco no objetivo de militarização da educação. Em setembro do mesmo ano, outro Decreto, nº. 10.004, criou o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM). Neste último instrumento legal, apresentaram-se a justificativa e as metas dessa medida, sendo a qualidade do ensino utilizada como razão primordial para sua implantação. Ou seja, na concepção de qualidade instituída pelos “experts” do governo, as escolas militares existentes deveriam servir de padrão para as escolas públicas. Com essa lógica, por adesão dos governos locais, com estímulo e incentivos financeiros do governo federal, começaram a ser criadas as tais escolas cívico-militares, nas quais há um compartilhamento da administração escolar e pedagógica entre civis e militares. Estes últimos são da ativa e aposentadas/os, sem exigência de formação específica, mas afeitos aos valores da caserna, visando a formação militarizada e força de trabalho docilizada. A participação dos governos estaduais e municipais na implantação dessas escolas deve ser denunciada, sobretudo quando se identifica o caráter repressivo da proposta, o que pode ser caracterizado como uma escola com mordaza.

A pandemia provocada pela COVID 19 trouxe para a sociedade e, no caso específico, para as instituições de ensino uma nova realidade. A crise sanitária exigiu o fechamento das instituições, aprofundando a situação existente de precarização derivada de políticas estatais de contenção de recursos, de infraestrutura insegura, de condições penosas de trabalho docente, dentre outros aspectos. Os/as professores/as tiveram que atuar de forma remota, utilizando plataformas digitais, fazendo uso de ferramentas tecnológicas, obscurecendo-se, ao mesmo tempo, o jogo de interesses políticos e econômicos presentes nesse encaminhamento, que deu origem a dois problemas graves na educação pública e gratuita: de um lado, a subalternização de docentes às plataformas digitais, atingindo diretamente o sentido de sua ação educativa, instrumentalizando-a e pretendendo torná-la apenas um “método” pedagógico que se concretiza na “aprendizagem híbrida”; de outro, subordina-se a esfera educacional pública aos capitais exportadores de tecnologia e mercadorias próprias para a “aprendizagem híbrida”, viabilizando que o irracionalismo vigente se torne o horizonte da formação do povo brasileiro.

Os/as docentes foram obrigados a assumir uma sala de aula virtual, com estudantes que não tinham, na maior parte dos casos, condições materiais para acompanhar o novo formato do processo de ensino-aprendizagem – assim como muitos/as docentes. Dessa forma, tiveram que lidar com as próprias carências em relação à tecnologia e as dos/as estudantes que não dispunham de equipamentos, nem de espaço privado para “assistir” às aulas e sem a possibilidade de receberem ajuda de familiares. À situação estrutural juntou-se o contexto de insegurança e medo trazido pelo desconhecimento do vírus que a cada dia infectava e matava mais pessoas, no mundo todo, contabilizando-se no Brasil mais de 600 mil mortes. Neste quadro, professores/as tiveram que “ultrapassar” as telas dos computadores e celulares para realizar o trabalho pedagógico já difícil em forma presencial, e agora muito mais exigente no contexto remoto, tendo, em agregação, que engordar os lucros de empresas como Google e Microsoft, que alcançaram um percentual em torno de 73% de domínio do mercado escolar público no Brasil. O mais grave, sob esse aspecto, é a política que pretende extinguir ou diminuir substancialmente as aulas presenciais, na Educação Básica e na Superior, fenômeno observável na América Latina e no Caribe.

Aprofundaram-se os problemas de adoecimento docente, dado que docentes são mais exigidos nas suas atividades e têm menos apoio da escola para a sua realização. O trabalho remoto potencializou a precarização do trabalho docente com o aumento do número de horas trabalhadas, sem a devida remuneração, e a conseqüente transformação da casa em local de trabalho, com o chamado *home office*, associada à perda do espaço de convívio familiar e privado.

O rol das exigências vai longe: preparação de aulas síncronas e assíncronas, que exige domínio das plataformas e das tecnologias de comunicação; disponibilidade de ferramentas de ambientes virtuais (aplicativos para vídeos conferências, *e-mails*, *WhatsApp*, ambientes virtuais de aprendizagem, salas de aula virtuais), de internet banda larga, mobiliário – cadeira e mesa –, computador, fone de ouvido, microfone. A esses aspectos, soma-se, muitas vezes, a ausência virtual de estudantes, que desligam microfones e câmeras. Deriva desse processo uma alta evasão tanto no Ensino Superior quanto na Educação Básica, e crescem os depoimentos contra as atividades remotas.

Faz parte desse conjunto de ações dilapidadoras das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas o projeto Reuni Digital (RD), em discussão nas searas governamentais desde maio de 2020 e em andamento de forma sub-reptícia nas IES mais realistas que o Rei. As mudanças vividas nesses dois anos de pandemia são apresentadas como positivas no RD, onde se defende sua manutenção, quer dizer, a permanência das formas remotas, agora denominadas “aprendizagem híbrida”, anunciando-se a extinção da formação presencial. Tal projeto terá impacto direto sobre: a carreira, inaugurando novas figuras docentes, aqui incluídos/as os/as tutores/as e os/as voluntários/as; as formas de financiamento das IFES, pela aliança com Organizações Sociais e empresas; os/as estudantes, que à guisa de escolherem suas “trilhas pedagógicas”, se submeterão às escolhas institucionais baseadas nas demandas do mercado regional e local; o empobrecimento das IFES por tornar a “internacionalização” uma estratégia virtual; a subordinação da ciência na medida em que se restringirá o âmbito dos interesses sociais, políticos e econômicos relacionados ao papel das Universidades.

Essa situação, ademais de contribuir com maior índice de adoecimento na área, tendo pesquisa²³ indicado alterações na saúde docente com um deslocamento importante de doenças osteomusculares para sofrimento psíquico e até chegando aos transtornos mentais, expressa a intenção do Estado de destruir a universidade pública e a produção de pesquisa e extensão vinculadas aos interesses da classe trabalhadora.

TR – 36

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Intensificar a luta pela revogação do Decreto nº 10.004, de 5 setembro de 2019, que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM);
2. Efetuar, via Seção Sindical, um levantamento das escolas cívico-militares em funcionamento nos estados e no Distrito Federal, que evidencie sua expansão, seu financiamento e suas implicações para a escola pública;
3. Realizar seminários e debates para produzir materiais que demonstrem o significado destrutivo das Escolas Cívico-Militares e denunciem a adesão dos governos estaduais a esse projeto de descaracterização da escola pública;
4. Avaliar o impacto da pandemia da COVID 19 no trabalho e na saúde docente nas Instituições de Educação Superior, com levantamento nacional:
 - 4.1. Do número de mortes e adoecimentos de docentes em função da pandemia;
 - 4.2. Das condições de trabalho e de saúde docente no Ensino Remoto Emergencial;
 - 4.3. Do atendimento à saúde docente desenvolvido pelas Instituições de Ensino.
5. Estimular a realização de seminários e debates contra a plataformização da educação e seu correlato fundamental, o ensino híbrido;
6. Propor à Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (Conedep) um calendário de debates e seminários sobre plataformização da educação e seu correlato fundamental, o ensino híbrido;
7. Lutar para que o retorno presencial ocorra a partir construção coletiva da comunidade acadêmica, mediante a aplicação de todas as medidas sanitárias, humanitárias e sociais recomendadas pelos órgãos públicos de saúde e pela comunidade científica para combater a pandemia, inclusive com a exigência do passaporte vacinal completo para todos os membros da comunidade universitária;
8. Reafirmar a defesa da educação presencial e lutar, em articulação com estudantes e TAE, contra a política do Ministério da Educação, que objetiva a extinção dos cursos presenciais via implementação do ensino híbrido e da EaD.
9. Realizar Seminário Nacional para debater estratégias de enfrentamento ao avanço do ensino híbrido e da EaD;

²³ PINTO NETO, Geraldo M. A precarização do trabalho docente em tempos de ensino remoto. *Brasil de Fato*, São Paulo, 28 set. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/09/28/a-precarizacao-do-trabalho-docente-em-tempos-de-ensino-remoto>>. FERREIRA, Lorena Portes; PORTES, Melissa Ferreira. O Trabalho docente no ensino superior em tempos de ensino remoto emergencial (ERE). *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 21, n.2, p. 533-553, jul. / dez, 2021.

10. Exigir recursos orçamentários da União para efetuar todas as adaptações necessárias para o cumprimento dos protocolos sanitários nas Instituições de Educação Superior públicas e para assegurar condições de permanência estudantil (inclusivas, psicológicas, econômicas, sociológicas e institucionais);
11. Lutar para que as instituições de ensino disponibilizem atendimento psicológico a todos/as os/as docentes que tenham necessidade, levando em conta a situação das condições de trabalho presentes no contexto da pandemia e no retorno presencial;
12. Realizar reunião do GTPE do ANDES-SN, específica sobre o Reuni Digital, e formular estratégias de luta da categoria contra sua implementação.

TEXTO 37

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre Macedo (ADUFPB); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); Antonia Costa Andrade (SINDUFAP); Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCG); Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFPEL); Carlos Costa (ADCESP); Carlos Rinaldo Nogueira Martins (SINDUFAP); Cássio Alves (APUFPR); Celeste Pereira (ADUFPEL); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES); Ceres Torres (ADUFPEL); Cláudia March (ADUFF); David Junior de Souza Silva (SINDUFAP); Diana Regina dos Santos Alves Ferreira (SINDUFAP); Elaine da Silva Neves (ADUFPEL); Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE); Eliane Fazolo (ADUR-RJ); Eptácio Macário Moura (SINDUECE); Erlenía Sobral do Vale (SINDUECE); Fabiola Kato (ADUFPA); Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG); Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE); Francisco Santiago (SINDUFAP); Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFS-BA); Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL); Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR); Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP); Janete Brito (ADCESP); José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL); José dos Santos Souza (ADUR-RJ); José Raphael Bokehi (ADUFF); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ); Lorena Moraes (ADCESP); Lúcia Izabel Silva (ADUFPA); Luciano Coutinho (ADUFRJ); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE); Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL); Luiz Paiva Carapeto (ADUFPEL); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ); Maria Angélica da Gama Caral Coutinho (ADUR-RJ); Maria da Conceição Rosa Cabral (ADUFPA); Maria da Conceição dos Santos Costa (ADUFPA); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); Maria Edilene S. Ribeiro (ADUFPA); María Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS); Maria Isabel Duarte Rodrigues (ADUFPA); Maria Suely Soares (APUFPR); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Milena Martinez (APUFPR); Olgaíses Maués (ADUFPA); Omar Albomoz (ADCESP); Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP); Raquel Angela Speck (APUFPR); Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPB); Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA); Rosângela Assunção (ADCESP); Rosely Cabral Giordano (ADUFPA); Sandra Alessi (APUFPR); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Sônia Maria Araújo ((ADUFPA); Sônia Regina Teixeira (ADUFPA); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Valdelaine Mendes (ADUFPEL); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA); Vilson Aparecido da Mata (APUFPR); Viviane Narvaes (ADUNIRIO); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA), Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP).

AUDITAR A DÍVIDA PÚBLICA E AMPLIAR O FINANCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

TEXTO DE APOIO.

A destinação de parcela significativa do orçamento da União para viabilizar a rentabilidade do capital na esfera financeira, por meio do pagamento da dívida pública, representa um importante obstáculo à ampliação dos recursos destinados ao financiamento das políticas sociais, da educação superior e da Ciência e Tecnologia no Brasil. A dívida pública, por meio da transferência de recursos públicos para o capital rentista, converteu-se num dos mecanismos por meio do qual os Estados nacionais procuram contribuir para a superação da crise de acumulação do capital, que se manifestou no final dos anos 1960 e voltou a recrudescer nos anos de 2007/2008 nos países capitalistas centrais e a partir de 2014 no Brasil.

Em decorrência da crise estrutural do sistema do capital, parte significativa do fundo público tem sido utilizada para garantir a reprodução do capital, sobretudo para viabilizar a rentabilidade do capital rentista, o chamado capital fictício. A sangria de recursos do Estado para os detentores dos títulos da dívida pública persiste, desde os anos de 1990, como um dos esteios do padrão de acumulação de capital no Brasil, inclusive no período dos governos Lula e Dilma.

Nos últimos 19 anos (2003-2021), foram destinados, cumulativamente, R\$ 26,841 trilhões para amortização, refinanciamento e pagamento de juros e encargos da dívida pública. Tais recursos representaram, em média, 45,52% das despesas orçamentárias da União. Considerados apenas juros, encargos e amortização (excluído o refinanciamento), a União destinou nada menos do que R\$ 11,076 trilhões no período, 18,62% do total das despesas.

De 2003 a 2021 (governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro), o total de recursos destinados, cumulativamente, somente ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida (R\$ 11,076 trilhões) foi cinco vezes maior que o total de recursos destinados à função saúde (R\$ 2,386 trilhões), seis vezes maior que o montante de recursos destinados à educação (R\$ 1,806 trilhão) e 58 vezes mais que os recursos para a Ciência e Tecnologia (R\$ 190,141 bilhões).

O pagamento da dívida pública, sem a realização da auditoria prevista no Art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, é um dos gargalos estruturais que impede a ampliação dos investimentos em políticas sociais de modo a concretizar os direitos inscritos no art. 6º da Constituição Federal.

As universidades públicas, além da formação de pessoal qualificado em nível superior, são responsáveis por 95% da produção científica no Brasil²⁴. As universidades federais, conforme determina o art. 207 da Constituição Federal, são instituições de ensino, pesquisa e extensão. Portanto, o financiamento das universidades federais contribui para o desenvolvimento de parcela considerável da pesquisa científica realizada no Brasil, para a formação de novas gerações de pesquisadores e, ainda, para a oferta de alguns serviços públicos essenciais à população em geral, por meio da extensão universitária como, por exemplo, atividades assistenciais na área da Saúde e do Direito.

²⁴ MOURA, M. **Universidades públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil.** Abr. 2019. Disponível em: <<https://ciencianarua.net/universidades-publicas-respondem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/>> Acesso em 1 jul. 2020.

Desde 2014 (governo Dilma), a crise de subfinanciamento das universidades federais e da Ciência e Tecnologia tem se aprofundado. A partir de 2016, com o afastamento ilegal da presidente Dilma, resultado da falência da política de conciliação de classes, tem sido colocado em prática um ultraneoliberalismo em substituição ao “neoliberalismo ‘progressista’ ou de cooptação”²⁵, vigente nos governos dirigidos pelo Partido dos Trabalhadores.

Apresentamos, a seguir, a evolução do montante de recursos destinados pelo governo federal para o pagamento da dívida pública e para o financiamento das universidades federais (inclusive dos hospitais universitários) e da Ciência e Tecnologia no período de 2013 a 2021²⁶.

Destinação efetiva dos recursos da União para o capital rentista, para as universidades federais, para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e para a Ciência e Tecnologia (2013-2021)

No período de 2013 a 2021, foram destinados, em média, 17,92% do orçamento da União para as despesas com juros, encargos e amortizações da dívida pública, 1,79% para as universidades federais (incluindo os hospitais universitários), 0,54% para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica²⁷ e apenas 0,28% para a função Ciência e Tecnologia. Nesse período, as despesas com a dívida pública (excluído o refinanciamento) apresentaram um crescimento de 38,01%: de R\$ 429,329 bilhões em 2013 para R\$ 589,352 bilhões em 2021. No caso das universidades federais, houve uma redução de 7,40% dos recursos a elas destinados pelo governo federal: de R\$ 62,229 bilhões em 2013 para R\$ 57,621 bilhões em 2021.

Quando discriminamos o orçamento das universidades federais, de acordo com o Grupo de Natureza da Despesa, observamos que, nos últimos anos, os recursos destinados ao custeio

²⁵ CISLAGHI, J. F. Do neoliberalismo de cooptação ao ultraneoliberalismo: respostas do capital à crise. Esquerda Online, 8 jun. 2020. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2020/06/08/do-neoliberalismo-de-cooptacao-ao-ultraneoliberalismo-respostas-do-capital-a-crise/>>. Acesso em 17 jan. 2022.

²⁶ Na análise do orçamento executado pela União, consideramos as despesas liquidadas. As informações relativas aos anos de 2003 a 2020 foram coletadas nos demonstrativos da execução orçamentária da União disponibilizados pela Câmara dos Deputados. Para o ano de 2021, utilizamos como fonte o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal (SIOP), tendo em vista que a Câmara dos Deputados disponibilizava informações sobre a execução orçamentária da União somente até o dia 23/12/2021. Os valores de todos os anos estão ajustados monetariamente para janeiro de 2022 (IPCA/IBGE).

²⁷ A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi criada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica as seguintes instituições: I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais); II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (Cefet-RJ) e de Minas Gerais (Cefet-MG); IV - Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais; e V - Colégio Pedro II. Neste texto, apresentamos os valores destinados pelo governo federal para o financiamento dos Institutos Federais, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), dos Centros Federais de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (Cefet-RJ) e de Minas Gerais (Cefet-MG) e do Colégio Pedro II. Os recursos destinados às Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais fazem parte do orçamento das universidades federais e por isso não é possível discriminar os recursos destinados para tais Escolas.

(Outras Despesas Correntes) e ao investimento nas universidades foram drasticamente reduzidos. Em 2013, as universidades receberam, para o custeio de suas atividades, o valor de R\$ 11,413 bilhões e, em 2021, receberam R\$ 5,744 bilhões – uma redução de 49,67%. No caso dos recursos destinados aos investimentos, a situação é ainda pior. Em 2013, as universidades federais receberam R\$ 4,243 bilhões, sendo que em 2021 receberam apenas R\$ 130,097 milhões – uma redução de 96,93%.

No caso da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de houve uma ampliação de 24,80% dos recursos globais destinados pelo governo federal no período de 2013 a 2021: de R\$ 15,619 bilhões para R\$ 19,493 bilhões. Porém, nesse mesmo período, os recursos para o custeio e investimento foram reduzidos. Quanto aos recursos para o custeio (Outras Despesas Correntes), em 2013 a Rede Federal recebeu R\$ 3,463 bilhões e em 2021 recebeu R\$ 2,079 bilhões – uma redução de 39,96%. No caso dos recursos destinados aos investimentos, em 2013, a Rede Federal recebeu R\$ 2,200 bilhões e em 2021 recebeu apenas R\$ 60,039 milhões – uma redução de 97,27%.

Esses números revelam que as universidades federais e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica têm enfrentado sérias dificuldades para garantir o desenvolvimento regular de suas atividades. Tal situação é evidenciada no retorno às atividades presenciais.

Para demonstrar a crise de subfinanciamento, que atinge a Ciência e Tecnologia no Brasil, iremos destacar os recursos destinados pelo governo federal para a função Ciência e Tecnologia, para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os recursos destinados à função Ciência e Tecnologia, para o CNPq e para a CAPES, são fundamentais para o financiamento das atividades dos grupos de pesquisa em todo o Brasil, inclusive das universidades estaduais, e cumprem papel estratégico na formação de novos pesquisadores, por meio dos programas de mestrado e doutorado.

No caso das despesas da União com a função Ciência e Tecnologia, de 2013 a 2021, ocorreu drástica redução dos recursos destinados pelo governo federal: de R\$ 17,775 bilhões em 2013 para R\$ 5,320 bilhões em 2021, perfazendo um decréscimo de 70,07%. Quanto ao CNPq, de 2013 a 2020, observamos que os recursos apresentaram uma queda drástica de 72,17%: de R\$ 3,495 bilhões em 2013 para R\$ 972,702 milhões em 2021. Quanto à Capes, no período de 2013 a 2021, a restrição do financiamento foi de 58,52%: de R\$ 7,996 bilhões em 2013 para R\$ 3,317 bilhões em 2021. Porém, se tomarmos como referência o período de 2015 a 2021, a restrição do financiamento da Capes foi ainda maior. A redução dos recursos alcançou a cifra de 69,65%: de R\$ 10,928 bilhões em 2015 para R\$ 3,317 bilhões em 2021.

A crise de subfinanciamento das universidades federais e da Ciência e Tecnologia no Brasil aprofunda a dependência científica do país em relação aos países capitalistas centrais. O enfrentamento consequente de tal crise inscreve-se nas lutas mais gerais da classe trabalhadora brasileira contra a agenda regressiva em curso. Precisamos ampliar a nossa pauta para além dos muros das universidades públicas e do calendário eleitoral. É necessário vincular a defesa das universidades e do complexo público de Ciência e Tecnologia com as grandes questões nacionais que atingem a população brasileira. Precisamos construir um amplo movimento capaz de alterar a atual correlação de forças e que permita impor ao atual ou ao próximo governo a revogação da EC nº 95/2016, a Auditoria da Dívida Pública e uma reforma tributária progressiva que amplie o fundo público, desonere os pobres e sobretaxe os super ricos com a aprovação, dentre outras medidas, do Imposto sobre Grandes Fortunas. Precisamos envidar todos os nossos esforços para construir outro projeto de desenvolvimento nacional, que contemple os interesses imediatos e históricos daqueles que vivem de seu próprio trabalho.

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Ampliar a participação do ANDES-SN, especialmente por meio das seções sindicais, nas atividades e estudos da entidade Auditoria Cidadã da Dívida, intensificando a luta em defesa da efetivação da auditoria da dívida pública pelo governo federal;
2. Construir e manter atualizado um Banco de Dados a respeito do financiamento das universidades federais, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, da Ciência e Tecnologia, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para subsidiar a ação do sindicato nacional e das suas seções sindicais;
3. Construir e manter atualizado um Banco de Dados a respeito dos recursos destinados pelos governos estaduais para as universidades estaduais, para a Ciência e Tecnologia e para as Fundações Estaduais de Amparo/fomento à Pesquisa para subsidiar a ação do sindicato nacional e das seções sindicais;
4. Construir, em conjunto com entidades nacionais representativas da comunidade universitária, seminário nacional para aprofundar a discussão a respeito do financiamento da educação e da Ciência e Tecnologia, considerando a construção de um plano de lutas para enfrentar a crise de subfinanciamento das universidades, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e da Ciência e Tecnologia no Brasil;
5. Aprofundar a luta pelo aumento de recursos para as Universidades públicas (federais e estaduais) e para os Institutos federais;
6. Lutar pela ampliação dos recursos públicos para o financiamento da pesquisa e da pós-graduação no país;
7. Continuar a luta em defesa da aplicação dos recursos do fundo público exclusivamente para a educação pública.

TEXTO 38

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre Macedo (ADUFPB); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); Antonia Costa Andrade (SINDUFAP); Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCG); Arthane Menezes Figueiredo

(SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFPEL); Carlos Costa (ADCESP), Carlos Rinaldo Nogueira Martins (SINDUFAP); Cássio Alves (APUFPR); Celeste Pereira (ADUFPEL); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES); Ceres Torres (ADUFPEL); Claudia March (ADUFF); David Junior de Souza Silva (SINDUFAP); Diana Regina dos Santos Alves Ferreira (SINDUFAP); Elaine da Silva Neves (ADUFPEL); Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE); Eliane Fazolo (ADUR-RJ); Eptácio Macário Moura (SINDUECE); Erlenias Sobral do Vale (SINDUECE); Fabiola Kato (ADUFPA); Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG); Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE); Francisco Santiago (SINDUFAP); Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFS-BA); Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL); Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR); Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP); Janete Brito (ADCESP); José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL); José dos Santos Souza (ADUR-RJ); José Raphael Bokehi (ADUFF); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ); Lorena Moraes (ADCESP); Lúcia Izabel Silva (ADUFPA); Luciano Coutinho (ADUFRJ); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE); Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL); Luiz Paiva Carapeto (ADUFPEL); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ); Maria Angélica da Gama Caral Coutinho (ADUR-RJ); Maria da Conceição Rosa Cabral (ADUFPA); Maria da Conceição dos Santos Costa (ADUFPA); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); Maria Edilene S. Ribeiro (ADUFPA); Maria Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS); Maria Isabel Duarte Rodrigues (ADUFPA); Maria Suely Soares (APUFPR); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Milena Martinez (APUFPR); Olgaíses Maués (ADUFPA); Omar Albomoz (ADCESP); Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP); Raquel Angela Speck (APUFPR); Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPB); Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA); Rosângela Assunção (ADCESP); Rosely Cabral Giordano (ADUFPA); Sandra Alessi (APUFPR); Savana Diniz (APUBH); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Sônia Maria Araújo ((ADUFPA); Sônia Regina Teixeira (ADUFPA); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Valdelaine Mendes (ADUFPEL); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA); Vilson Aparecido da Mata (APUFPR); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA), Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP).

EBSERH: A SAÚDE COMO MERCADORIA, UM DEBATE NECESSÁRIO.

TEXTO DE APOIO

A classe trabalhadora não trava a sua luta de acordo com um esquema pronto, registrado em um livro, em uma teoria. A moderna luta dos trabalhadores é parte da história, parte do desenvolvimento social. E é em meio à história, em meio à luta, que aprendemos como devemos lutar. (Rosa Luxemburgo).

A Lei Orgânica da Saúde 8.080 e a Lei 8.142, que dispõem sobre o Sistema Único de Saúde - SUS, asseguram o direito à saúde e o dever do Estado, condições para uma política de saúde e seu controle social. No entanto, as dificuldades da implementação do SUS são decorrentes da política neoliberal, a qual orienta sua ação no sentido de desresponsabilizar o Estado e privatizar os serviços e o trabalho na área da saúde, configurando uma visão de caráter tecnicista. É como se o capitalista, além de comprar a força de trabalho para promover a sua acumulação de capital, comprasse também a saúde do trabalhador e, por que não dizer, os anos de vida a menos que o trabalhador vai viver.

O Estado Brasileiro aderiu, de forma submissa, à lógica da mundialização do capital, que contribui para acentuar ainda mais esse quadro de pobreza, configurando a exclusão social, ao invés de implementar políticas públicas que enfrentem o seu quadro histórico de pobreza. No campo da saúde, este cenário se

traduz pelo crescimento do setor privado e de precarização dos serviços públicos, como também ocorre na Educação e em outros serviços sociais. Os impactos se configuram na precarização da qualidade e na diminuição do acesso à assistência prestada à saúde da população, tendo como uma de suas causas o retrocesso da previdência social e do financiamento do Sistema Único de Saúde.

A orientação do Banco Mundial é a da racionalidade econômica das opções de políticas sociais de investimento em saúde pública e serviços médicos essenciais. O objetivo é a redução do impacto da doença e do financiamento de serviço mínimo para todos, configurando a ideia de um SUS pobre para os pobres. O atendimento essencial é a concentração na garantia do atendimento clínico eficaz em termos de custos para os carentes. Desse modo, as reformas impõem que se reorientem os novos gastos governamentais com saúde dos sistemas sanitários com pessoal, equipamentos e instalações especializadas para os serviços de alta complexidade, Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e a assistência médica de amplo acesso em instalações comunitárias e centros de saúde.

Os questionamentos do Banco Mundial também são em relação à função do setor público e do setor privado na prestação de serviços clínicos, colocando a facilitação da prestação de serviços pela iniciativa privada, por organizações não governamentais (ONG) ou por entidades com fins lucrativos. Além disso, preconiza-se a necessidade de subsídio público para as ONG prestarem os serviços do pacote essencial para a saúde. A redução dos custos deve ser pelo corte dos novos investimentos em hospitais públicos. Outro método do capital, que pode ser utilizado para “melhorar a qualidade do serviço”, é a permissão aos hospitais públicos de concorrerem entre si, como empresas semiautônomas, como a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), semelhante ao que ocorre no Reino Unido. A explicação se baseia na concorrência com os seguros sociais privados, cobrindo serviços prestados por hospitais do governo e contribuindo para melhorar o seu desempenho. A assistência clínica deve ficar com o setor privado, sob a lógica do mercado. Esta premissa centra-se nos argumentos de que o estado é pobre, além de apresentar a ineficiência do setor público e a inequidade no processo.

O modelo assistencial do governo e dos grupos dos planos privados de saúde se baseia na racionalidade médica, derivada do conhecimento e, principalmente, de técnicas da ciência moderna e da proposta de intervenção na realidade, centrada somente na *doença*.

O retardamento da descentralização do sistema e a omissão do Governo Federal na fiscalização das ações de saúde em geral, inclusive e principalmente dos serviços privados contratados pelo SUS e de outros serviços privados como planos e seguros de saúde, advêm da concepção do incentivo e da liberalização do mercado na área de saúde.

O processo de mundialização da economia desencadeia também o processo de globalização da doença, gerado pela exclusão e pelo desinteresse dos países ricos para com os pobres. O modelo de estado se focaliza nas ações compensatórias e nas iniciativas espontâneas de caridades privadas nacionais e internacionais, como uma moderna forma de proteção social.

A saúde é considerada objeto de consumo ou mercadoria, aceitando eticamente a morte ou os problemas de saúde físicos ou mentais como condições “naturais” de desenvolvimento das capacidades e, fundamentalmente, de desenvolvimento econômico e social.

Este mundo não só apresenta as vantagens da modernidade, mas também suas controvérsias, desequilíbrios, injustiças, exclusão, capital contra trabalho. O capital e a ânsia pelo lucro colocam o acúmulo das grandes fortunas no caminho da exploração da classe trabalhadora, com grande desigualdade e exclusão das históricas minorias. Há uma combinação entre crise sanitária e crise do capital, aliada à exacerbação das históricas perdas de direitos e ao agravamento das condições de vida dos trabalhadores.

Enquanto isso, o sistema privado de saúde cresce, inclusive com a terceirização dos serviços públicos, por meio de Organizações Sociais (OS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e fundações públicas de direito privado, como é o caso da Ebserh. O sistema privado no Brasil é muito lucrativo e, por isso, conta com interesses empresariais e particulares, locupletando-se na base do desmonte do SUS.

Os ‘novos modelos de gestão’ – OS, OSCIP e Ebserh – com características distintas, surgiram no governo de FHC e com sequência nos governos de Lula e Dilma Rousseff, acirrando-se na atual conjuntura. Tais ‘modelos’ são inseridas na lógica da Contrarreforma do Estado, diretamente relacionada com a transformação do Estado sob uma ótica gerencial, porém com dinheiro público. Mas o lucro é privado. Assim, nesse modelo gerencial e privatista, não haverá autonomia intelectual, liberdade acadêmica e muito menos autonomia. Nos governos Lula e Dilma foram aprovados diversos modelos de gestão para instituições públicas. Uma delas, a Ebserh, criada para administrar os hospitais universitários, é uma das empresas que mais demandam recursos da União e quase todas as suas contas dependem de dinheiro público para serem pagas.

A Ebserh apresenta um modelo de gestão administrativa pautada na exploração econômica das atividades com o intuito da produção, visando o lucro, não priorizando os aspectos educacionais e vinculados à manutenção da saúde de forma gratuita e igualitária. Os hospitais deixam de ser espaço de ensino, passando a integrar um cenário conduzido pela lógica empresarial, em contraposição à natureza universitária. Isso representa a perda da conexão entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse caso, o objetivo é privatizar os serviços de saúde e educação dos hospitais universitários do país, transferindo o patrimônio das universidades para uma empresa pública, mas de direito privado.

A luta contra a imposição da Ebserh nas Universidades Federais: exemplos do feroz ataque do capital à saúde e à educação.

Em 31 de dezembro de 2010, foi editada a Medida Provisória nº520 (MP 520), autorizando a criação da Ebserh, com a finalidade de prestar serviços de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade. A promessa era de apoiar as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) ou as Instituições congêneres em suas atividades de ensino e pesquisa, para a formação de profissionais de saúde.

A MP 520 foi duramente criticada e rechaçada pela comunidade acadêmica, por especialistas em saúde pública, sindicatos de trabalhadora/es da área da saúde, Andes-SN, Fasubra, sindicatos de servidores das IFES e Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, especialmente por ser privatizante, já que previa a criação de uma empresa de caráter público, porém de direito privado. Além disso, já era muito claro que a referida MP representava um ataque frontal à autonomia universitária, com sérios riscos para a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão então praticados. Com a força do movimento e duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADIN) no Supremo Tribunal Federal (STF), a MP não foi sequer apreciada no Senado Federal e perdeu sua eficácia em junho de 2011.

O governo federal, então, em desrespeito à vontade da comunidade, apresentou o Projeto de Lei - PL nº 1749/2011, em regime de urgência, depois Projeto de Lei Complementar - PLC 79/2011 no Senado, com as mesmas propostas da MP.

A partir daí a resistência se intensificou, questionando-se a constitucionalidade e a juridicidade do PL, principalmente quanto à violação da garantia constitucional da autonomia universitária, a possibilidade de contratação de funcionários da Ebserh via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em clara ofensa ao Regime Jurídico Único (RJU) de direito público.

Mesmo assim, em dezembro de 2011, aprovou-se a Lei nº 12.550/2011, que autoriza a criação da Ebserh e suas consequentes subsidiárias na prestação de serviços de saúde e educação, as quais têm total autonomia para alienar seu capital. Assim, a empresa pode alienar parte das suas ações ao setor privado, possibilitando a empresas particulares operarem no ensino e na prestação de serviços públicos.

Em 31 de outubro de 2012, o Procurador-Geral da República ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN 4895 “sobre a inconstitucionalidade da implementação da Ebserh”, de acordo com os dispositivos sobre o direito à saúde.

Tudo isso ocorreu à revelia da comunidade e com o falso argumento de que a Ebserh teria o objetivo de “resolver” os problemas enfrentados pelos hospitais universitários federais (HU), que sofrem com estruturas físicas precárias, falta de quadro funcional e, sobretudo, o subfinanciamento por parte do governo federal.

A partir da criação da Ebserh, iniciou-se uma luta ferrenha de resistência, no sentido de impedir a contratação da empresa pelas administrações das Universidades. Na sua maioria, os Conselhos Superiores das universidades federais utilizaram votação remota, por e-mail e/ou por telefones celulares, em um contexto de reuniões de Conselhos em lugares “secretos”, reuniões de Conselhos cercados por policiais e com violência por parte das forças repressivas convocadas e comandadas por dirigentes universitários alinhados à Ebserh e aceitas pelo seu então ministro da educação, Fernando Haddad. Após dois anos, praticamente todas as universidades que agregam HU aderiram à empresa.

A luta contra a Ebserh, em defesa da saúde e da educação públicas, se deu em todo o território nacional, de forma justa e intensa.

Na Universidade Federal do Paraná (UFPR), por exemplo, houve intensa luta desde 2011, com aprovação de moções de repúdio à MP 520 e à adesão total ou parcial à Ebserh, pelo Conselho Universitário. Havia consenso entre a/os conselheira/os daquela universidade de que a entrega da gestão do Complexo do Hospital de Clínicas (CHC-UFPR) para a Ebserh aumentaria a precarização do trabalho e colocaria em risco o papel acadêmico desempenhado pelo Hospital. No entanto, em 2014, a reitoria colocou em votação a entrega do CHC-UFPR à Ebserh, com a justificativa de que seria a única solução para repor o quadro funcional, debilitado pela decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), de exoneração de cerca de mil trabalhadores contratados via Fundação de apoio à UFPR (FUNPAR). A reitoria recorreu ao uso da força policial e violenta repressão de manifestantes, docentes, técnico/a administrativos/as, estudantes e alguns conselheira/os, com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha, com reunião em local inusitado, com parte da votação por telefone.

Hoje, após mais de 9 anos, os resultados da gestão da Ebserh nos HU federais não constituíram solução para os problemas, tampouco representou a captação de mais recursos, assim como nenhum benefício para a população usuária e trabalhadora. Pelo contrário, são vários os problemas advindos desse tipo de gestão, como, por exemplo, o descumprimento dos termos acordados nos contratos de gestão, que dizem respeito a pessoal e a metas de ampliação de infraestrutura, o que afetou as condições de ensino, pesquisa, extensão com redução do espaço de formação e pesquisa, de trabalho e de assistência à população. Além do mais, não há recursos novos, mas a transferência daqueles que chegavam do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e do Ministério da Saúde (MS) via universidades, agora repassados para a Ebserh. Além disso, abriu-se espaço para a privatização, com a autorização para utilização de aplicações financeiras, inclusive no mercado de ações. A contratação de trabalhadores não mais ocorre via concurso público, mas através da CLT, gerando um conjunto de distorções, como salários desiguais para as mesmas funções, cargas horárias diferentes, entre outras. A contratação via CLT significa não só a perda da estabilidade, mas de uma série de outros direitos. É importante colocar que as vagas de RJU serão abocanhadas pela Ebserh e a consequência disso é perder tais vagas de RJU para sempre.

Na administração da Ebserh, observam-se compras sem licitação, gestão empresarial de resultados, lógica produtivista, ensino, pesquisa e extensão em segundo plano, convênios com a iniciativa privada, interesse mercadológico, conselhos próprios e apenas consultivos, gestores sem vinculações ao hospital, gestão hierarquizada, quarterização, precarização do regime de trabalho, cessão de bens patrimoniais e de servidores das IES para a Ebserh, entre outras atividades irregulares no serviço público.

Com esse panorama, os padrões de atendimento não melhoraram; ou seja, o impacto da gestão da Ebserh não elevou os padrões de atendimento; não se apresentou qualquer mudança significativa comprovada de que a presença da Ebserh tenha qualificado o atendimento à comunidade e a tarefa formativa de um HU.

O que temos visto são atrasos no pagamento de salários em alguns HU, greves de trabalhadora/es, a disponibilização, em alguns momentos, de materiais de baixa qualidade, inclusive agora, durante a pandemia de COVID-19; situações de assédio e opressão cada vez mais constantes.

Importante ressaltar alguns elementos:

a) que os hospitais universitários são instâncias de aprimoramento, provimento e desenvolvimento técnico e científico, de acolhimento e tratamento, e de formação permanente de profissionais de saúde. São organizações complexas, com características específicas, que oferecem serviços à população, visando a cumprir a sua finalidade, assim como atender às necessidades da população e gerar valor para a sociedade, a partir da obtenção de resultados sociais, econômicos e ambientais compatíveis com os preceitos e as demandas da rede de atenção à saúde do SUS. Em carta enviada, em 23 de novembro de 2022, a/os conselheira/os do Conselho Superior da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CONSUNI/UFRJ), o professor Emérito da UFRJ, Néelson Souza e Silva argumentou: "Os Hospitais de ensino e institutos especializados não são hospitais apenas assistenciais e, portanto, não podem ser alienados para 'empresas de serviços' de direito privado. Suas funções são essenciais para os Sistemas de Saúde, de Educação graduada e pós-graduada e de Ciência e Tecnologia de nosso País. Servem para formar pessoal qualificado em todas as áreas de conhecimento, não são apenas prestadores de serviços hospitalares e devem ser considerados estratégicos para o desenvolvimento. Não é possível aceitar que sejam afrontadas a autonomia universitária e a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, princípios constitucionais que asseguram os direitos e garantias fundamentais cristalizados sob a forma da livre manifestação do pensamento e livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação";

b) os servidores de RJU são cedidos, ou seja, a Universidade paga seus salários e eles trabalham para a Ebserh. Além, é claro, dos contratados pela empresa;

c) quanto à autonomia universitária, é falácia dizer que ela se mantém, uma vez que a universidade ocupa apenas uma das sete superintendências que compõem a direção da empresa. Os espaços acadêmicos foram reduzidos e as pesquisas agora passam pelo crivo da gestão, interferindo na autonomia das unidades acadêmicas, através de seus professores nos seus espaços deliberativos. Os contratos com a empresa preveem a seção de prédios públicos (patrimônio da universidade) e seu conteúdo, que podem, inclusive, ser negociados em mercado de ações (como ocorreu no HU Universidade Federal de Pelotas (UFPel), por exemplo;

d) embora tenham sido criados leitos em alguns HU, muitos foram com investimentos próprios das Universidades, os quais foram repassados à Ebserh; espaços físicos e equipamentos foram adequados e, depois, entregues à empresa. Exemplo é o que ocorre na UFPel, onde há 175 leitos, com um projeto de ampliação para 250 desde 2014. Parte desses leitos (em torno de 60) foi criada e/ou ampliada com recursos da própria UFPel, antes da entrega da administração à empresa;

e) a adesão à EBSEH em outras IFES, afetou as condições de ensino, pesquisa, extensão, de trabalho e de assistência à população em vários dos locais onde ela foi implementada; por outro lado, tal adesão não acarretou qualquer benefício para a população usuária e trabalhadora destes HU. Os resultados da gestão da Ebserh nos HU não se constituíram em solução nem para os problemas, tampouco em relação aos recursos: exemplos são Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal do Paraná (UFPR);

f) o que está ocorrendo é perda de autonomia, redução do espaço de formação e pesquisa, lógica do lucro como parte de seus princípios e redução da participação desses hospitais no cenário de saúde pública com atendimento de alta complexidade nos municípios e nos estados onde se inserem; esses são apenas alguns dos elementos preocupantes que uma tal cessão desencadeia. Há descumprimento da Ebserh nos termos acordados nos contratos de gestão, que dizem respeito a pessoal e a metas de ampliação de infraestrutura.

Um exemplo claro é que até hoje, em 2022, o CHC-UFPR continua com problemas de financiamento para conservação e reformas de infraestrutura, dificuldade em aquisição e manutenção dos equipamentos e insumos, acarretando, inclusive, a compra de material de qualidade questionável, incluindo equipamentos de proteção individual para os trabalhadores, impactando na atenção à saúde, no ensino, na pesquisa e na extensão. Cabe ressaltar que a contratação de pessoal, especificamente em algumas categorias, continua insuficiente para as demandas do CHC, representando problemas na assistência. Além disso, os diferentes tipos de contratos e regimes de trabalho continuam e se perpetuam, provocando a desigualdade de salários, carreiras, cargos e estabilidade, para o desenvolvimento das mesmas atividades de atenção à saúde. Situação ainda mais inaceitável é o pagamento de altos salários para os cargos de chefia e de supervisão em relação às outras funções.

Os problemas de pessoal e de financiamento repercutiram ainda mais na Maternidade Victor Ferreira do Amaral, unidade do CHC-UFPR, que foi fechada. Conforme a Rede Feminista pela Saúde, as maternidades Victor Ferreira do Amaral e a do Bairro Novo realizavam cerca de 3.500 consultas e 500 partos por mês. Em média, 80% dos partos eram normais. Somados a esses dados, a unidade de referência na zona sul da cidade de Curitiba funcionava como espaço para o ensino da enfermagem obstetrícia do Paraná, e quase 100% das gestantes recebiam, no local, métodos não farmacológicos para alívio da dor. A Maternidade somente foi reaberta pela Secretaria Estadual de Saúde, que a transformou em um hospital exclusivo para atender pacientes com COVID-19.

A Ebserh na UFRJ

A UFRJ é a única Universidade Federal cujos HU não são gerenciados pela Ebserh²⁸. Isso ocorreu porque em 2013, após um intenso processo de mobilização da comunidade universitária e de movimentos sociais e populares, um histórico CONSUNI suspendeu a contratualização da Ebserh. Desta forma, a UFRJ passou a ser um exemplo vivo de que a ruína e a catástrofe, tão repetidamente prenunciadas para os HU que não contratualizassem a Ebserh, não ocorreram. Em 2013, a UFRJ foi tomada como referência na luta contra a adesão à Ebserh. Por esta razão, a UFRJ ocupa uma página histórica honrada nos debates da democracia e autonomia.

Porém, recentemente, demonstrando verdadeira subserviência ao governo Bolsonaro, a atual reitora, Denise Pires, ressurgiu com a pauta da adesão à Ebserh na UFRJ, de forma açodada, inapropriada e antidemocrática, quando a universidade ainda funcionava majoritariamente de maneira remota, em meio à crise sanitária, política e social no país, conduzindo o processo sem debate com a comunidade universitária, impossibilitando o debate amplo, como ocorreu em 2011, 2012 e 2013. A reitoria constituiu um GT com pessoas com posições reconhecidamente favoráveis à adesão à Ebserh com o objetivo de elaborar um relatório.

A partir do momento em que ocorreu essa possibilidade, docentes, técnica/os e estudantes da UFRJ criaram o Movimento Barrar a Ebserh na UFRJ, com apoio e participação de movimentos sociais, sindicais e parlamentares, entre eles Sindicato dos Trabalhadores da UFRJ (SINTUFRJ), ANDES-SN, Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de ensino superior públicas (FASUBRA), Frente Nacional contra a Privatização da Saúde e Fórum de Saúde do Rio de Janeiro, como forma de resistência e luta contra a adesão à Ebserh.

Os argumentos usados pela mencionada reitora e seus Ebserianos não trouxeram nenhuma novidade, sendo, basicamente, os mesmos apresentados em 2012 e 2013: os hospitais da UFRJ não funcionariam sem a Ebserh, o que levaria a seu fechamento, apresentando a Ebserh como tábua de salvação para todos os seus problemas.

²⁸ Cabe ressaltar que a UNIFESP e a UFRGS não são Ebserh, mas que seus HU já foram privatizados antes.

Destaca-se que, ao contrário do que é apresentado, os hospitais da UFRJ têm apresentado bons indicadores de desempenho, com exceção do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF/UFRJ), que possui problemas estruturais muito sérios e que afetam a gestão, necessitando de investimentos robustos, o que sabemos que a Ebserh não contemplaria, pois o que ela traz é a substituição de terceirizados por celetistas.

As principais dificuldades atuais se referem a cortes de gastos públicos, que também afetam a Ebserh, o que a UFRJ enfrentou em outras situações e outros governos. No caso mais recente envolvendo o HU, foi possível obter a reposição do quadro de RJU através da judicialização e por mobilização e luta de servidores e estudantes. Necessário lembrar que insuficiências de pessoal e orçamentárias são temas recorrentes a todos os serviços públicos no país, pois são consequências diretas dos cortes de recursos e falta de concursos públicos. Porém, apesar dos recorrentes contingenciamentos de recursos, os hospitais da UFRJ têm cumprido um papel importante na pandemia e no tratamento da COVID-19 e de outras doenças que afetam a população, desempenhando seu papel de ensino, pesquisa e extensão.

As dificuldades existentes são fruto do brutal contingenciamento orçamentário em todo o serviço público, em especial, pelos cortes de recursos e pela limitação de concursos públicos, o que se agravou no governo Bolsonaro. Os cortes de gastos públicos também afetam a Ebserh, e não serão resolvidos mediante a adesão a essa empresa.

Além do mais, no atual contexto político e econômico, em pleno governo Bolsonaro, a adesão à Ebserh representa abrir mão dos HU e colocá-los sob o comando de um general bolsonarista, Oswaldo de Jesus, atual presidente da empresa e de um governo autoritário, que tem como projeto o aprofundamento do sucateamento do serviço público.

A reivindicação do Movimento Barrar a Ebserh na UFRJ apontou para a necessidade de que qualquer proposta de adesão deveria ser precedida de amplo debate democrático e presencial com a comunidade universitária – condição ainda mais ampla em relação aos debates ocorridos entre 2011, 2012 e 2013, considerando a atual conjuntura social e política. Porém nenhum debate foi chamado pela Reitoria da UFRJ, muito menos dos seus órgãos de deliberação coletiva. Os debates ocorridos sobre a questão tiveram organização e protagonismo do Movimento Barrar a Ebserh na UFRJ, que chamou e organizou uma série de iniciativas, tais como: Plenárias Comunitárias; Audiências Públicas nas Câmaras Municipais de Niterói e Rio de Janeiro e na ALERJ; *lives*; reuniões com a Reitora e diretores dos hospitais, e uma reunião com o relator do processo.

Em dezembro de 2021, foi designado o relator do processo, aliado de longa data da Reitoria da UFRJ e de posição favorável à contratualização da Ebserh, o qual apresentou um parecer bastante raso ao relatório elaborado pelo GT constituído pela reitoria. Tal GT e seu respectivo relatório não poderiam servir à tomada de tão importante decisão, pois não avalia o conjunto das experiências dos hospitais sob a gestão da Ebserh, analisando apenas três hospitais favoráveis/parceiros da empresa, de um total de 40 unidades. No relatório apresentado, foram ouvidos apenas os gestores, não ouviram discentes, docentes nem técnica/os administrativos. O relatório apresentava problemas graves de metodologia, na amostra, no mérito e na representatividade.

Outro elemento destacado no relatório se refere à queda de rendimento dos cursos de Medicina e Enfermagem da UFRJ, associando tal condição à péssima avaliação da oferta da infraestrutura e sugerindo que os efeitos negativos das dificuldades crescentes em nossos hospitais já atingiam as atividades acadêmicas. Um dos pareceres apresentado ao Relatório no Consuni pontuou “Como ter como elemento norteador de boa ou má formação uma prova quando, segundo a OCDE, “muitos fazem a prova sem comprometimento e até com descaso” com a mesma? Portanto, não é possível, apenas com essa prova, saber se os cursos estão melhorando ou não; sobretudo, levando-se em consideração que a atuação da Empresa não atribui centralidade aos procedimentos pedagógicos, conforme anteriormente debatido, mesmo que tenha havido alguma queda na qualidade do ensino, não será a contratualização com a Ebserh que reverteria este processo”.

Assim, foram convocadas reuniões do Consuni, uma no dia 23 de novembro de 2021 e outra no dia 2 de dezembro do mesmo ano, onde foi possível observar a posição da reitora ao produzir atos antidemocráticos e de força, impedindo que uma parte significativa da representação estudantil se manifestasse, inclusive, desligando microfones de forma contrária ao próprio Regimento daquele Conselho. No dia 2 de dezembro, o Consuni aprovou o início das negociações com a Ebserh. Atualmente, a UFRJ ocupa uma página triste na sua história e é necessário marcar que os responsáveis são a Reitoria e os conselheiros que votaram favoráveis à contratualização. Mas também é importante marcar o deletério papel da Diretoria da ADUFRJ, que, além de não auxiliar na construção da luta contra a perda de autonomia que representa a adesão à Ebserh, ainda decidiu concentrar seus esforços em criminalizar o ato feito pelo Movimento legítimo e democraticamente constituído, sendo ainda conivente com todo o processo para adesão à Ebserh, cumprindo seu papel de linha auxiliar da Reitoria. A Reitoria da UFRJ, que impediu o amplo debate, ainda solicitou apoio a Fernando Haddad para facilitar a entrega dos hospitais da UFRJ ao governo Bolsonaro. Assim, Haddad fez áudios criminalizando os movimentos que estão na luta contra a entrega dos nossos hospitais. Todos de mãos dadas para entregar nossos hospitais (patrimônio público) a uma Empresa que tem como presidente um general do Exército bolsonarista, uma Empresa conhecida por fechar ambulatórios, diminuir leitos, limitar e precarizar o atendimento nos hospitais que administra.

O Movimento Barrar à Ebserh na UFRJ divulgou materiais e enviou carta à Reitora mostrando que UFRJ já tem uma decisão favorável da Justiça Federal transitada em julgado, em fase de execução, determinando a realização de concursos para substituição dos “extraquadros”, já sem possibilidade de qualquer recurso por parte da União. E exigindo que a Advocacia-Geral da União (AGU) e a reitora Denise Pires teriam que fazer, antes mesmo de pensar em negociação com a Ebserh, seria garantir a realização desses concursos para não perder as vagas.

O Movimento Barrar a Ebserh também denunciou os salários do alto escalão da Ebserh e dos cargos ocupados nos HU, pagos com recursos públicos. A folha salarial dos privilegiados que ocupam a direção da EBSEH, na sua totalidade superiores as/os Servidores/as Técnica/os Administrativos, Professoras/es, Médicas/os e Enfermeiras/os dos HU, como também das/os servidoras/es e professoras/es de todas as Universidades Federais no nosso país. Oswaldo de Jesus Pereira, presidente da Ebserh, recebe um salário de R\$ 62.099,53 = R\$ 31.100,00 como general do exército + R\$ 30.999,53, conforme divulgado pela Folha de São Paulo de 04/09/2021. O vice-presidente, também militar, coronel da reserva, sem nenhuma experiência na área de saúde, tem remuneração de R\$ 29.139,56, sem contar outras benesses que recebe pelos cargos que exercem. No caso dos HU, o salário do Superintendente é R\$ 24.028,89 e do Gerente é de R\$ 21.256,23, cargos que são nomeados pela reitoria.

O Movimento Barrar a Ebserh na UFRJ ficará registrado como protagonista da luta para que a UFRJ, maior universidade federal do país, não entregue sua autonomia, de modo a não ceder à lógica privatista e nem ao governo negacionista de Bolsonaro. A reitora Denise Pires deveria ter o dever democrático e constitucional de defender a UFRJ, e não ceder nosso complexo hospitalar escola para uma empresa de personalidade jurídica de direito privado e de um governo de caráter fascista.

Mais do que nunca, precisamos fortalecer esse movimento como obrigação de uma universidade pública e lutar pela recomposição urgente, a favor da ampliação dos orçamentos das Instituições Federais de Ensino Superior, combatendo os cortes. Assim, urgem as seguintes tarefas: avançar na luta para impedir que seja entregue o complexo hospitalar aos generais bolsonaristas e impedir que outras ações de privatização não clássica²⁹ se apoderem da nossa UFRJ, como o Viva UFRJ; avançar numa unidade nacional com a FASUBRA, Frente nacional contra a privatização da Saúde, Movimento Estudantil e CSP Conlutas para revogar a Ebserh dos 40 HU que hoje a empresa administra, cuja realidade tem mostrado que sua atuação não solucionou os problemas.

²⁹ GRANEMANN, Sara. Capitalismo “puro”, estado e fundo público. In: GRANEMANN, Sara (org.). Teoria social, formação social e serviço social: pesquisas marxistas em debate. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. (Coleção Carlos Nelson Coutinho, Volume IV, p. 177-202).

O que aprendemos com isso? Que o governo de Jair Bolsonaro tem a intenção de retirar do povo brasileiro – para entregar aos mais ricos – todas as empresas públicas e instituições que tratam das políticas públicas e sociais. Também está nessa lista – de acordo com o Ministro Paulo Guedes – a Ebserh, que, conforme já apontado aqui, coordena uma rede de 40 hospitais universitários. Portanto, na perspectiva do governo, em breve teremos empresas privadas oficialmente dentro das universidades.

Qual é o nosso papel? Para nós, todo sindicato, central sindical e organização popular e social tem a obrigação de atuar fortemente para impedir a privatização, nas suas mais variadas formas, de serviços essenciais para a comunidade, pois isso contribui para a precarização da vida das pessoas e reforça a política deste governo genocida de retirada de direitos, rompendo com a Constituição de 1988.

Numa sociedade movida pelo capital, só há dois lados: aquele dos que lucram com a miséria alheia, buscando encher as burras de dinheiro, apesar da miséria do povo; e aquele dos que lutam por uma vida digna para toda/os. Nós já escolhemos o lado para lutar faz tempo. É o lado da comunidade, da/os trabalhadora/es, da defesa da vida, do serviço público para toda/os.

A tarefa para o Andes – Sindicato Nacional, que sempre esteve na vanguarda das lutas em defesa da saúde e da educação públicas, bem como para outros movimentos, é recuperar a luta em defesa da Ciência, a favor da vida e contra o negacionismo científico, mostrando que quem produz riqueza para o país é a classe trabalhadora, que as políticas governamentais têm impacto sobre a vida da classe trabalhadora. A tarefa comum deve ser a de colaborar para uma melhor consciência da população sobre políticas de saúde e sobre a promoção da saúde pertencente ao Estado, pelo trabalho de suas instituições, mas pode também ser feito por cada pessoa, representado em movimentos sociais e sindicatos.

TR – 38

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Intensificar a luta em defesa do SUS, com ampliação do financiamento e com valorização da/os profissionais de saúde.
2. Avançar na unidade nacional com Fasubra, Frente nacional contra a Privatização da Saúde, CSP Conlutas e União Nacional dos Estudantes (UNE), para elaborar um Dossiê que mostre os impactos negativos da Ebserh sobre os hospitais universitários cedidos à empresa, no que tange às condições de trabalho, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à autonomia universitária.
3. Retomar ações em defesa do SUS e pela revogação da Lei nº 12550/11 – Ebserh, em articulação com a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, a CSP-Conlutas, a Fasubra, a UNE e as seções sindicais.
4. Realizar um Seminário Nacional dos Hospitais Universitários em articulação com a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, a CSP-Conlutas, a Fasubra e a UNE.
5. Denunciar os altos salários e outras benesses da direção da Ebserh e dos cargos ocupados nos HU, pagos com recursos públicos e superiores a/os Servidora/es dos HU como também das/os servidoras/es e professoras/es de todas as Universidades Federais no nosso país.
6. Elaborar materiais com dados para combater a privatização da saúde como as OS e a Ebserh, e mostrar como essa privatização contribui para o desmonte do SUS.
7. Elaborar cards e vídeos com informações sobre a luta contra a Ebserh e depoimentos de docentes, técnica/os e estudantes sobre a experiência com a gestão da Ebserh”.
8. Articular com Parlamentares Federais a criação da Frente Parlamentar em defesa dos Hospitais Universitários.
9. Produzir materiais divulgando o papel e a política do SUS como promotor da política de saúde universal.

10. Lutar contra a Reforma Administrativa e o desmonte do serviço público, que constituem um dos mais duros ataques já feitos contra os servidores, o serviço público e, conseqüentemente, toda a população brasileira.

TEXTO 39

Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Maria Jacqueline Girão Soares de Lima (ADUFRJ); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ); Alessandra Nicodemos Oliveira da Silva (ADUFRJ); Claudio Ribeiro (ADUFRJ); Luciano Coutinho (ADUFRJ); Marcelo Melo (ADUFRJ); Sara Granemann (ADUFRJ); Gláucia Lelis Alves (ADUFRJ); Andréia Moassab (SESUNILA); Céline Verissimo (SESUNILA).

PANDEMIA, CAPITALISMO, EDUCAÇÃO E CIÊNCIA: UMA MIRADA ECOSOCIALISTA

TEXTO DE APOIO

O Covid-19 é uma advertência: é necessário acabar com o capitalismo que conduz a humanidade rumo à barbárie (TANURO, 2020: 144).

Em março de 2020, o Brasil teve o primeiro óbito causado pelo vírus SARS COVID-2. Desde então, ultrapassamos a marca dos 600 mil óbitos em números oficiais e, desde novembro de 2021, seguimos com a variante Ômicron, que já se tornou dominante em nível mundial e registrou, no país, o maior número de casos de COVID até então. Nos últimos dias de janeiro, voltamos à triste marca de 1.000 mortes por dia, contradizendo a versão divulgada por algumas autoridades de que a Ômicron seria uma variante “branda” do vírus. As pessoas não vacinadas, sobretudo as idosas, portadoras de comorbidades ou crianças são, atualmente, as maiores vítimas do descaso e da incompetência daqueles que deveriam proteger a população com políticas públicas de saúde e previdência social.

Inúmeros estudos trazem dados alarmantes sobre o impacto da pandemia em nível individual, coletivo, econômico, psíquico, sanitário, educacional e social. O acúmulo de pesquisas, textos jornalísticos e *lives* revela que o debate assume, predominantemente, vieses sanitários e econômicos. No entanto, um aspecto central para a compreensão da origem e conseqüências desta crise em escala mundial, assim como seu enfrentamento, permanece pouco explorado e até invisibilizado: a problemática socioambiental enaltecida pela pandemia e, particularmente, a crise climática.

Dentro do amplo espectro de correntes do campo ambiental, defendemos que a perspectiva do ecossocialismo, na medida em que se opõe radicalmente às formas de organização social, política, econômica, epistemológica e ambiental vigentes no capitalismo, se apresenta como um referencial teórico metodológico potente para abarcar a complexidade e a gravidade deste contexto. Ainda que a crise climática seja anterior à pandemia (atravessando, inclusive, os governos ditos progressistas) atingiu níveis alarmantes

desde que Jair Bolsonaro e seu time macabro de ministros foram catapultados ao poder. Assim, apresentamos, nos limites deste texto, uma breve discussão sobre a relação entre ecossocialismo, capitalismo, ciência e pandemia.

Inspirados por Rosa Luxemburgo, teórica marxista³⁰ que adotou o lema “socialismo ou barbárie” e cujo pensamento se aplica a períodos de transição, de crise e de catástrofes, articulamos a crise ambiental/climática que deu origem à pandemia com o sistema capitalista e suas matrizes racistas, patriarcalistas, homofóbicos e capacitistas, apresentando o ecossocialismo como opção potente para a criação de novas formas de organização social. Seguimos com uma discussão sobre a urgência de uma educação e uma ciência ecossocialistas, cuja tarefa primordial é “defender o caminho alternativo da sustentabilidade e, ao mesmo tempo, combater o caminho hegemônico da insustentabilidade.” (LAYRARGUES, 2018: 29³¹). Finalizamos com uma fala do seringueiro, ambientalista e sindicalista Chico Mendes, que traduziu a luta ambiental como a luta pela sobrevivência da humanidade.

Ecossocialismo, capitalismo e pandemia

Michael Löwy, dirigente da IV Internacional, sociólogo e diretor de pesquisa emérito no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) na França, é um dos principais teóricos do ecossocialismo. Em dossiê publicado em março de 2020 pela revista Movimento: crítica, teoria e ação, o autor apresenta 13 teses sobre a catástrofe iminente (ecológica) e as formas (revolucionárias) de evitá-la. Para Löwy, “a crise ecológica já é, e será ainda mais nos próximos meses e anos, a questão social e política mais importante do século XXI (LÖWY, 2020:10)³².

Na tese VIII, intitulada “O que é o socialismo?”, o autor fornece a seguinte definição: “é a transformação das relações de produção – através da apropriação coletiva dos meios de produção – para permitir o livre desenvolvimento das forças produtivas”. Contrastando com essa perspectiva, Löwy pontua que o ecossocialismo pressupõe a apropriação coletiva da produção, mas exige que as forças produtivas sejam transformadas no que tange às fontes e ao consumo de energia, à redução da produção e consumo de bens, ao planejamento urbano, ao produtivismo, à eliminação de atividades desnecessárias (publicidade), de pragas (pesticidas, armas de guerra) e da obsolescência programada. É, portanto, uma mudança civilizacional,

Em um exercício de imaginação, Löwy nos convida a pensar que somos passageiros de um trem suicida: a civilização industrial capitalista moderna, que se aproxima rapidamente do abismo representado pelas mudanças climáticas. É preciso parar esse trem antes que não seja possível voltar. Mas, como podemos eliminar o capitalismo e suas formas brutais de mercantilização da vida, da natureza e das sociedades humanas? Quais serão os sujeitos desta transformação? E mais: que projeto de sociedade assumir? O sociólogo faz uma aposta no ecossocialismo, afirmando que este “é tanto um projeto para o futuro como uma estratégia para a luta aqui e agora” (p. 14). Na linha de frente dessa transformação estão, principalmente, os/as jovens, as mulheres (sobretudo as negras), a população LGBTQIA+, os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e camponeses.

O que isso tem a ver com a crise climática e com a pandemia do novo coronavírus? Tudo. A sétima das 8 teses sobre o COVID 19, apresentada por Daniel Tanuro no dossiê “Pandemia de coronavírus: primeiras análises”, publicado no mesmo número da Revista Movimento: crítica, teoria e ação, apresenta os

³⁰ Morta em 1919 por milícias paramilitares, precursoras das milícias nazistas.

LAYRARGUES, Philippe. P. Educação ambiental nas sociedades capitalistas. Revista Novamérica, n. 157, jan. mar. 2018. Pp. 25-30. Disponível em: <http://www.novamerica.org.br/ong/?p=603>. Acesso em 10 abr. 2020.

³² LÖWY, Michael. XIII Teses sobre a catástrofe iminente (ecológica) e as formas (revolucionárias) de evitá-la. In: **Movimento: crítica, teoria e ação**. ano 5, v.1, n.16 (jan.2020 -mar.2020). Porto Alegre: Movimento, 2020 (Dossiê Ecossocialismo). Disponível em: https://movimentorevista.com.br/wp-content/uploads/2020/03/m16.pdf?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=disponivel_em_pdf_a_nova_edicao_da_revista_movimento_ecossocialismo_e_pandemia_de_coronavirus_primeiras_analises&utm_term=2020-03-26.

pontos em comum entre a crise do Covid-19 e a crise climática. Para este autor, a lógica da acumulação através do lucro, base do sistema capitalista, é incompatível com a prevenção dos riscos oriundos de ambas as crises.

Devemos lembrar, ainda, que o patriarcado, de longa data, determina as relações sociais no ocidente, constituindo uma forte hierarquia dos homens sobre as mulheres (FEDERICI, 2017)³³, materializada tanto no trabalho não remunerado quanto na alta taxa de feminicídio no mundo todo. Em adição, a invasão das Américas e a submissão violenta dos povos originários e negros forçadamente deslocados de sua terra natal foi um dos princípios fundantes do capitalismo. A violenta estrutura de poder colonial garantiu a extração da riqueza das Américas, com base no trabalho escravo, viabilizando a Revolução Industrial na Europa. Dito de outra forma, há alguns séculos que o patriarcado, o racismo e o capitalismo estruturam, por um lado a geopolítica do trabalho e dos riscos e, por outro lado, no interior dos países, as relações sociais e territoriais, que na América Latina se materializam na destinação dos piores territórios e trabalhos para as populações negras, indígenas e mulheres. Além disso, o racismo ambiental (BULLARD, 1990; PACHECO, 2007; PORTO, 2013)³⁴ tem demonstrado, há décadas, que populações não-brancas, no mundo todo, são as mais expostas a riscos, o que ficou explícito, mais uma vez, no caso da pandemia de coronavírus.

Da mesma forma, há uma tendência dos governos ao negacionismo e à criação de políticas que priorizam as necessidades do capital em detrimento do povo, sobretudo o mais pobre, majoritariamente negro, indígena e feminino, com suas formas de exclusão, genocídio e exploração.

Corroborando este entendimento, um estudo do Instituto Polis mostrou que a taxa de óbitos por covid-19 entre pessoas negras na capital paulista foi de 172/100 mil habitantes, enquanto que para pessoas brancas a taxa foi de 115 óbitos/100 mil habitantes. Dentre os trabalhadores e trabalhadoras que não tiveram direito ao isolamento ou mesmo ao distanciamento social por serem obrigados/as a trabalhar e utilizar os transportes coletivos precários e inadequados, estão empregadas domésticas, funcionários/as de farmácias e do comércio de alimentos, trabalhadores/as da saúde, entregadores/as, motoristas de aplicativos, dentre outros. No interior do espaço doméstico a pandemia exauriu ainda mais as mulheres, devido à sobrecarga de trabalho relativa aos cuidados, não apenas concernentes à saúde física, mas também mental das famílias. Ademais, dados da ONU (2020)³⁵ mostram que 70% do trabalho no setor da saúde, educação e serviços sociais é exercido por mulheres. Ou seja, tanto dentro das casas como em suas atividades profissionais, as mulheres são responsáveis pelo cuidado e manutenção da força de trabalho, exercendo profissões na frente de batalha contra o coronavírus e, conseqüentemente, mais expostas.

Devido à crise econômica que se agudizou com a pandemia, o exército de desempregados/as e subempregados/as aumentou drasticamente – mais uma vez, com predominância de pessoas pretas, periféricas e pobres, e de mulheres. Em pesquisa do IPEA relativa ao ano de 2020³⁶, foi demonstrado que as mulheres e as pessoas negras seguem em desvantagem em relação aos homens e à população branca, com maiores chances de perder o emprego e dificuldades de voltar a ter uma ocupação.

A esmagadora maioria da população vive em periferias (des)urbanizadas, sem infraestruturas, serviços públicos, habitações dignas e espaços livres, e a pandemia mostrou mais ainda como esses espaços são zonas de sacrifício. Muitos daqueles que vivem nas zonas de sacrifício são reféns de discriminações, exclusões e violências classistas, sexistas e racistas. Os campos, serras, praias, rios e florestas TAMBÉM são do princípio ao fim zonas de sacrifício, afetando as comunidades originárias. Uma vez que a maioria da população (sobre)vive resistindo ao capitalismo, a destruição ecossistêmica da vida, mudanças climáticas e aquecimento global e sofrimento humano não são causados pelo chamado “antropoceno”, mas sim pelas

³³ FEDERICI, Silvia. **O calibã e a bruxa**. São Paulo: Elefante, 2017.

³⁴ BULLARD, Robert. **Dumping in Dixie: race, class, and environmental quality**. Oxford: Westview Press, 1990; PORTO, Marcelo et al. (Orgs.). **Injustiça ambiental e saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.; PACHECO, Tânia. **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo**. Disponível: <https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/desigualdade-injustica-ambiental-e-racismo-uma-luta-que-transcende-a-cor/>. Publicado: 2007. Acesso: 13/02/22.

³⁵ <https://news.un.org/pt/story/2021/03/1744492>.

³⁶ IPEA. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. Brasília: IPEA, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/210512_bmt_71_notas_tecnicas_a3.pdf

versões modernas de imperialismo, colonialismo e patriarcado. Exemplo disso é a pandemia, que persiste, como qualquer vírus, em sucessivas mutações porque a geopolítica do COVID-19 continua assente na desigualdade social Norte-Sul, centro-periferia, onde quem mais lucra é o capital e de forma evidentemente predatória.

É o que se verifica na Amazônia, há décadas devastada pelo garimpo, grilagem e exploração de madeira ilegal – atividades incentivadas pelo governo Jair Bolsonaro, mas não restritas a ele (haja vista que a hidrelétrica de Belo Monte, ou “Belo Monstro”, como é conhecida na região do Xingu, foi criada no primeiro governo Lula). A pandemia potencializou o genocídio dos povos originários e ribeirinhos, devido à inação e à conivência das instituições que não tomaram medidas de proteção aos indígenas, chegando ao cúmulo de desobedecer a determinações do STF, como distribuição de água potável e cestas básicas aos indígenas, deixando-os à mercê do vírus e facilitando o trabalho dos invasores. Também é comum o avanço de Estados autoritários, “ao mesmo tempo em que as forças de extrema-direita tratam de tirar proveito do medo para pressionar a favor de medidas malthusianas e racistas” (TANURO, 2020:142³⁷).

Enfim, em ambos os casos, a lei social do valor capitalista entra em contradição frontal com as leis da natureza com uma dinâmica exponencial (a multiplicação da infecção viral num caso e o aquecimento e suas retroações positivas no outro).

Na direção apontada por Daniel Tanuro, a jornalista e ambientalista Eliane Brum adverte para a tarefa inadiável de pressionar como nunca por outro tipo de sociedade, ou, como afirma: “o mundo pós-coronavírus será ainda mais brutal e o colapso climático se aprofundará. Para o extermínio da natureza, não há nem jamais haverá vacina”. Para ela, o futuro depende de extinguir o sistema capitalista que exauriu o planeta e nos trouxe até o tempo das pandemias. Essa ideia pode parecer ingênua ou até impossível, dadas as condições de dependência criadas pelo capitalismo. Mais ingênuo, porém, seria “sentar-se na cadeira de pregos que se tornou o presente e esperar os efeitos da brutal superexploração da natureza (terminar de) deformar a face do planeta. Impossível é seguirmos vivendo como temos vivido”.

Fechamos essa seção com as pontuações do economista mexicano Enrique Leff (2010)³⁸, que, em reflexão sobre a crise ambiental e as mudanças climáticas, discorre sobre a importância de se desenvolver uma “economia ecológica”, que não se baseia nas leis de mercado, mas na entropia, ou seja, na transformação de matéria e energia necessárias para a produção das mercadorias. O autor trabalha com a ideia do decrescimento econômico, fundamentado na despetrolização e na descarbonização. Um imenso desafio, quando as economias emergentes, como é o caso do Brasil, baseiam suas economias na autossuficiência petrolífera e no agronegócio - maior fonte de emissão de carbono para a atmosfera - e quando a ciência, nos marcos do capitalismo, não investe na produção de conhecimentos e modos de vida voltados para “adiar o fim do mundo”, como nos ensina o líder indígena Ailton Krenak.

Para uma Educação e uma ciência Ecosocialistas

Diante de um cenário que oscila entre ficção científica e filme de terror, muitas questões se colocam para professores/as e pesquisadores/as que se disponham a pensar e disputar uma sociedade pós-pandêmica. Dentre elas, destacamos: qual o papel da educação e da ciência na transição para outro modelo de sociedade, no país e no mundo? Como construir uma pedagogia ambiental verdadeiramente emancipatória, em contraponto às necropedagogias?

³⁷ TANURO, Daniel. Oito teses sobre o Covid-19. In: **Movimento: crítica, teoria e ação**. ano 5, v.1, n.16 (jan.2020 -mar.2020). Porto Alegre: Movimento, 2020 (Dossiê Covid 19). Disponível em: https://movimentorevista.com.br/wpcontent/uploads/2020/03/m16.pdf?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=disponivel_em_pdf_a_nova_edicao_da_revista_movimento_ecossocialismo_e_pandemia_de_coronavirus_primeiras_analises&utm_term=2020-03-26

³⁸ LEFF, Enrique. Discursos sustentáveis. São Paulo, Cortez, 2010.

Nas últimas décadas, os movimentos ambientalistas foram cedendo espaço aos apelos do capitalismo verde - também conhecido como “greenwashing” - que defende a reciclagem e reuso de materiais, a tecnologia como panaceia para a solução da crise ambiental, o consumo (dito) consciente, a alimentação orgânica e o retorno à natureza como ícones de uma sociedade sustentável. Uma espécie de “ambientalismo de conciliação”. Cabe, porém, perguntar: sustentável para quem?

Atualmente, grandes empresas, bancos, comércio e corporações se auto denominam “sustentáveis”, o que explicita o caráter falacioso e cooptado por interesses econômicos deste termo, que já se transformou em estratégia de *marketing*, bem demonstrado pela Vale, por exemplo, que propagandeia suas “metas globais de sustentabilidade”, com seu “trabalho desenvolvido para a conservação da biodiversidade nos mais de 8,5 mil km de áreas protegidas”³⁹, enquanto mata uma bacia inteira e deixa desassistidas, por anos, as populações atingidas por sua ação predatória no território. Nesse sentido, acreditamos que um dos primeiros desafios a ser enfrentado pelos ecossocialistas será desconstruir a falácia do desenvolvimento sustentável, criada e alimentada pelo capitalismo. Não se justifica a defesa de uma sustentabilidade como algo abstrato, sem levar em conta as profundas desigualdades sociais, o racismo e a injustiça ambiental que historicamente definiram os rumos das políticas públicas no país (ou a falta delas). É importante, portanto, desnaturalizar a perspectiva de uma humanidade homogênea a impactar a natureza com suas ações, já que a ação humana se dá em condições desiguais de uso e apropriação da natureza. A ideia de um “antropoceno” - uma era geológica, morfológica e climática marcada por profundas alterações na natureza causadas por ações humanas e adotada por pesquisadores de diversas áreas - é, do nosso ponto de vista, frágil e superficial. Temos defendido, em contraponto a ela, o conceito de capitaloceno, por entendermos que o poder destrutivo não provém da atividade humana em abstrato, mas de sua organização capitalista.

Assim, para caminhar em direção a uma educação ecossocialista, as seguintes condições se fazem necessárias: i) incluir, nos currículos escolares e universitários, os conflitos ambientais relacionados às questões abordadas, fugindo de abordagens comportamentalistas e de soluções simplistas, que não questionam o sistema vigente; ii) entender as pandemias (como a COVID, a Zica, a dengue, a H1N1) como provenientes de políticas e práticas relacionadas à exploração do trabalho, ao racismo ambiental, ao sucateamento e privatização de atividades essenciais e à destruição de ecossistemas; iv) descolonizar o pensamento, as práticas e os processos educativos ambientais, o que significa dialogar com saberes de povos originários, quilombolas, ribeirinhos, agricultores/as e movimentos sociais; v) construir uma ideia de sociedade fundamentada no respeito aos ciclos da natureza, aos direitos sociais, à soberania alimentar, à dignidade e à vida humana; vi) buscar uma articulação entre universidades, movimentos sociais, escolas e instituições de pesquisa.

Uma educação ecossocialista, por princípio, não pode ser engessada ou definida *a priori*, mas precisa estar vinculada a referenciais críticos e anticapitalistas. É urgente pensarmos, como pesquisadoras/es, docentes e militantes, em formas de produzir e compartilhar conhecimentos voltados para o enfrentamento de crises como a que atravessamos - o que pressupõe outros modos de ser e estar no e com o mundo. O desafio para aquelas e aqueles que, como nós, lutam por uma universidade popular, ambiental e socialmente referenciada é, portanto, pensar em uma sociedade livre de preconceitos e comprometida com a preservação da vida, dos ecossistemas, da cultura e dos direitos da classe trabalhadora. Por óbvio, o ecossocialismo não é compatível com uma universidade rendida ao capital, ao produtivismo e à sustentabilidade de mercado.

“É preciso resistir para reexistir”. Essa tem sido uma formulação bastante repetida em espaços acadêmicos, educativos e de militância. Temos acordo com ela, mas acrescentamos que essa resistência – ou reexistência – não se dará sem disputas acirradas. O capital não dá trégua e não abre espaço, ainda que, às vezes, acene com migalhas para não abrir mão do principal: a exploração da natureza e do trabalho, a transferência de recursos públicos para o setor privado e a retirada de direitos da classe trabalhadora. Retomamos aqui as contribuições de Rosa Luxemburgo que, no início do século XX, identificava a barbárie

³⁹ <http://www.vale.com/PT/aboutvale/transparencia-e-sustentabilidade/ambiental-gestao-ambiental/Paginas/default.aspx>

com a guerra mundial. No século 21, barbárie é sinônimo de capitalismo mundializado, de guerra de todos contra todos e contra tudo: trabalho, natureza, populações tradicionais.

Rosa Luxemburgo também chamou a atenção para a questão da degradação ambiental e é inspiração para todas e todos que defendem o ecossocialismo como projeto de sociedade e de educação anti capitalista – que abrange o feminismo e as lutas anti racistas, anti LGBT fóbicas, anti capacitistas e outras. A introdução do sufixo “eco” na palavra “socialismo” caracteriza a discussão que travamos nesse breve ensaio: a mudança para um sistema político, econômico e social voltado para as necessidades essenciais das pessoas, da biodiversidade e para o equilíbrio dos ecossistemas - que, na verdade, são a mesma coisa.

Finalizamos trazendo o seringueiro, sindicalista e ambientalista Chico Mendes, assassinado brutalmente por sua militância em defesa da Amazônia. Em uma de suas incursões pela floresta ao lado de sindicalistas e outros parceiros, Chico Mendes disse: “No começo, pensei que estivesse lutando para salvar seringueiras. Depois, pensei que estava lutando para salvar a Floresta Amazônica. Agora, percebo que estou lutando pela humanidade”.

TR – 39

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o GTPAUA, conjuntamente com o GTPCEGDS, GTPE, GTSSA e GTPFS, organize um Seminário Nacional sobre a temática Ecossocialismo, capitalismo e pandemia. O desdobramento da pauta deverá ser construído em reuniões conjuntas dos Grupos de Trabalho citados acima.
2. Que as seções sindicais construam e/ ou fortaleçam espaços de unidade de ação com os povos originários e tradicionais, como quilombolas, indígenas, ribeirinhos e populações periféricas como estratégia de luta pela educação ambiental – ou educação ecossocialista - em sua perspectiva crítica/emancipatória;
3. Aprofundar a discussão sobre as pandemias como a COVID, a Zica, a dengue e a H1N1 como provenientes de políticas e práticas relacionadas à exploração do trabalho, ao racismo ambiental, ao sucateamento e privatização de atividades essenciais e à destruição de ecossistemas;
4. Incentivar, em articulação com os povos tradicionais e universidades, as medicinas tradicionais não-capitalistas dos povos da floresta, do povo-de-santo, entre outros, de maneira a enaltecer o potencial da etnomedicina, da memória biocultural e expansão das práticas fitoterápicas para superar a dependência das farmacêuticas e alcançar maior autonomia no cuidado da saúde da sociedade.
5. Que o Andes-SN se articule com as entidades e organizações em luta contra os sucessivos pacotes legislativos de liberação dos agrotóxicos - em especial o Pacote do Veneno PL 6299/2002 - e produza materiais para a denúncia deste braço do grande capital no ataque à vida humana e à natureza.

TEXTO 40

Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), André Moreira Bordinhon (ADUA), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Elis Regina Fernandes Alves (ADUA), Evaristo Colmán Duarte

(SINDIPROL/ADUEL), Fernando Cesar Paulino Pereira (ADCAC), Lorena Ferreira Portes (SINDIPROL/ADUEL), Lourival Felix (SESDUEM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE), Valdir Anhuchi (SINDIPROL/ADUEL) e Viviane Vidal da Silva (ADUA).

POLÍTICA SINDICAL: PELA UNIDADE POLÍTICA E ORGANIZATIVA DOS TRABALHADORES. COMBATER A POLÍTICA DIVISIONISTA E TRABALHAR PELA CONSTRUÇÃO DE UM CONGRESSO DE UNIFICAÇÃO DE TODAS AS CENTRAIS SINDICAIS

TEXTO DE APOIO

Durante os últimos dois anos, o ANDES-SN mergulhou na mesma política adotada pela quase totalidade dos sindicatos e centrais: isolamento social, “fique em casa” e atuação restrita ao mundo virtual, tudo supostamente em nome da ciência. Só alterou essa orientação a partir de maio de 2021 para somar-se à campanha do “Fora Bolsonaro/impeachment” e, no final do ano, pressionando parlamentares no aeroporto de Brasília e no Senado a não aprovarem a Reforma Administrativa. Mesmo assim, tratou-se de uma limitada ação de vanguarda, não tendo como alicerce a mobilização das bases em assembleias, manifestações e outras formas de ação próprias do movimento.

A CSP-Conlutas, em grande medida sustentada pelo ANDES-SN, acompanhou a orientação das outras centrais e onde/quando os trabalhadores deram o combate, nas greves da Renault e dos Correios, na mobilização contra o fechamento da FORD e da LG, não soube erguer uma orientação classista de ampliar e generalizar o enfrentamento, deixando os trabalhadores à mercê da pressão patronal ou defendendo os acordos de indenização. A CSP-Conlutas também se apresentou dissolvida junto às outras centrais no “Fora Bolsonaro”, estratégia de substituir um governo burguês por outro. É bom lembrar que a CSP-Conlutas, assim como as demais Centrais mais à direita, aprovaram em suas bases a redução salarial, por meio da MP 936, não combatendo este mecanismo de redução do valor da força de trabalho, colaborando concretamente com o governo de Bolsonaro/Guedes e com os capitalistas, protegidos economicamente no período da pandemia.

O ANDES-SN, que também é organizativa e financeiramente responsável pelo CSP-Conlutas, fruto de um divisionismo sectário e aventureiro, deve realizar um balanço crítico de como a fragmentação e o enfraquecimento organizativo e político do conjunto dos trabalhadores foram também o resultado de seu apoio na criação de uma nova central, em vez do combate à estatização e burocratização da CUT. São os reformistas, são os burocratas que dividem os sindicatos, que fracionam os movimentos para conseguir seus interesses imediatos, seja como camarilhas corrompidas, seja como oportunistas eleitoreiros, que subordinam os sindicatos ao Estado. Os revolucionários atuam para a unidade política e organizativa dos explorados, atuam para a constituição de uma única central de todos os trabalhadores. O que não se confunde com a defesa da CUT, mas reconhece a existência desta e de outras Centrais como organismos que ainda concentram o conjunto dos trabalhadores e da classe operária sindicalizados.

A divisão e a fragmentação organizativa e política dos oprimidos servem à burguesia que atua unificada contra as condições de vida da maioria. Rejeitamos, portanto, novas divisões, inclusive as que apareceram em germe no último Congresso do ANDES-SN, o 39º, ocorrido no início de 2020 em São Paulo. Neste Congresso, bem como em outros congressos do período, como o que ocorreu no SINASEFE, alas das direções ligadas ao PSOL e ao PCB têm defendido a ruptura com a CSP-Conlutas para formar “novos instrumentos de luta e de unidade”. No caso do SINASEFE, a ruptura ocorreu e, durante todo esse período de crise econômica e pandêmica, o sindicato esteve ‘pairando’ no ar, sem poder atuar no interior de uma Central

e lutar por uma política de independência; subordinou-se, portanto, às decisões das Centrais que a própria direção sindical caracterizou como burocráticas, seja de esquerda ou de direita. No ANDES-SN, a ruptura não foi conquistada, já que havia maiores setores se opondo à saída da CSP-Conlutas. Entretanto, como no SINASEFE, surgiu a proposta de participação em um “novo Fórum”, o chamado “Fórum sindical, popular e de juventudes de luta pelos direitos e pelas liberdades democráticas”, que, objetivamente, nasceu natimorto, já que sequer as reuniões virtuais de 2020 tiveram prosseguimento, mostrando se tratar de mais uma aventura dos reformistas em conquistar um aparato para “chamar de seu”.

É preciso compreender que estas capitulações e este estilhaçamento do movimento sindical correspondem à adaptação das burocracias sindicais à flexibilização capitalista do trabalho, mais recentemente expressa na reforma trabalhista e na lei de terceirização. Com menor margem para alcançar migalhas e realizar as “negociações”, a burocracia sindical não consegue manter a centralização política, favorecendo mais divisões. Nos últimos dois anos, percebeu-se claramente a necessidade de a classe operária (que atuou nas greves e mobilizações na Renault, Volks, Ford, LG) encontrar uma centralização política para enfrentar os ataques unitários dos capitalistas. As greves isoladas abriram caminho para o aumento do desemprego, do rebaixamento salarial e da perda de direitos. A defesa de um programa de reivindicações, da independência política, da unidade do movimento operário em uma única central e da democracia sindical se choca com a política da burocracia sindical.

Para se contrapor à política divisionista, a bandeira de “Congresso de Unificação de todas as centrais”, e a consigna de “unidade política e organizativa do conjunto dos trabalhadores” é que devem se projetar. Defender uma Central contra a outra, ignorando o sentido histórico de “frente única” que toda central e sindicato devem ter e ignorando o papel concreto que cada central, com as particularidades que têm, assumiu no último período (seja por incapacidade organizativa ou por política colaboracionista) é desarmar novamente a classe e deixar o espaço aberto para mais traições e derrotas.

TR - 40

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Opor-se ao divisionismo sindical, face oposta, mas irmã, do burocratismo sindical, avaliando que as divisões do passado devem ser combatidas com a defesa atual da unidade organizativa e política de todos os trabalhadores do país;
2. Rejeitar a tentativa de retorno do ANDES-SN à CUT por expressar uma disputa aparelhista e não voltada à superação da fragmentação do movimento sindical e operário.
3. Rejeitar qualquer nova divisão em relação aos sindicatos ou às centrais, compreendendo que o movimento docente é parte do movimento geral dos trabalhadores e não pode ficar isolado;
4. Lutar pela realização de um Congresso de Unificação de todos os trabalhadores do país, a partir de suas reivindicações elementares, da democracia e dos métodos próprios da classe operária.
5. Que o Andes se posicione por um congresso da CSP-Conlutas que tenha por objetivo discutir e decidir sobre a defesa de uma única central classista, independente e democrática.

TEXTO 41

Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s: Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), André Moreira Bordinhon (ADUA), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Elis Regina Fernandes Alves (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando Cesar Paulino Pereira (ADCAC), Lorena Ferreira Portes (SINDIPROL/ADUEL), Lourival Felix (SESDUEM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE), Valdir Anhuchi (SINDIPROL/ADUEL) e Viviane Vidal da Silva (ADUA).

RESPONDER À MERCANTILIZAÇÃO E À DESTRUÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL COM A BANDEIRA DE EXPROPRIAÇÃO DA REDE PRIVADA SOB CONTROLE OPERÁRIO

TEXTO DE APOIO

A pandemia expôs, de modo dramático, a precariedade do Sistema Único de Saúde (SUS) e o privilégio da alta classe média que tem acesso à medicina privada de qualidade. Expôs que a hipertrofia do sistema privado ocorre às custas do sucateamento do SUS e que essa é a política efetiva do estado burguês.

Assim como a Reforma da Previdência de Guedes/Bolsonaro/Congresso Nacional, o desmonte dos serviços de saúde, além de servir à privatização de setores em que o capital pode se valorizar, serve para destruir forças produtivas, ou seja, destruir parte da força de trabalho que é a principal força produtiva.

As medidas restritivas à previdência social, desde os anos 1990, decorreram das crises enfrentadas pelo país, à medida que sua economia era afetada pela crise geral do capitalismo. As contrarreformas previdenciárias, perpetradas desde então, são expressões modelares e explícitas da espoliação e mercantilização, deflagradas pelas necessidades de valorização do capital fictício. A ofensiva contrarreformista, com o acúmulo de contradições econômicas colocadas pela crise econômica, havia deflagrado mais uma etapa com a aplicação das Medidas Provisórias nº 664 e 665, de 30 de dez. 2014, que restringiram o seguro-desemprego, seguro defeso e outras medidas de proteção. E o seu aprofundamento se deu, com largas repercussões para a superexploração da força de trabalho, pela aprovação da Reforma da Previdência de Guedes-Bolsonaro-Congresso. De uma parte, a ofensiva contra esse direito de proteção ocorre, portanto, pela restrição do acesso e usufruto da previdência social pública, agravados pela contrarreforma previdenciária; igualmente, tal processo opera com o fomento estatal direto à acumulação de capital através dos fundos privados para previdência, que se materializa no exemplo da experiência de criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) e o amplo estímulo para o crédito consignado.

Nessa Política, os efeitos da crise, e da resposta capitalista ao problema da queda da taxa de lucros, têm se expressado, já há algum tempo, pelo assédio da mercantilização, que avança, seja pela via dos cortes de recursos para alimentar o capital financeiro, seja pela abertura de novas fronteiras para a acumulação, em geral através de quatro frentes associadas. Primeiro, com o maior parasitismo do Estado pelas empresas do setor da saúde, que opera através de uma miríade de vias abertas para a valorização do capital das indústrias e serviços privados de saúde, garantida, direta ou indiretamente, pela demanda e os recursos público-estatais. Esse parasitismo, usualmente, aparece na forma das renúncias, desonerações e isenções de tributos do Estado que beneficiam esse mercado, mas também com o seu patrocínio direto. Segundo, com o as redefinições jurídico-políticas estatais para ampliação e subsídio do mercado da Saúde, que são viabilizadas por acordos internacionais, normativas e legislações sancionando o empenho do Estado em flexibilizar e subsidiar os processos de acumulação do setor privado. Terceiro, as reconfigurações político-normativas direcionadas para a restrição e focalização seletiva da atenção público-estatal à Saúde. Por último, esses ataques estão

equalizados, tanto com o avanço das operadoras dos planos para as faixas de renda mais baixas, quanto com a abertura de nichos de acumulação, tais como os colocados pela proliferação das Clínicas Populares, que passam a ser objeto de especulação de grandes investidores financeiros. E associa-se às modalidades de privatização fomentadas pelas contratualizações de serviços privados e à entrega da gestão às entidades com personalidade jurídica de direito privado, a exemplo das Organizações Sociais (OS), Fundações Estatais de Direito Privado (FEDP) e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

A crise econômica, associada e intensificada pela pandemia, com suas sequelas sociais mais degradantes e explosivas, afetam diretamente a Política de Assistência Social. Em primeiro lugar, inflando, de súbito, as fileiras de pessoas miseráveis, e a gravidade dos dramas humanos, encarados, por essa Política, como seus “público-alvo” e universo de demandas a serem atendidos. Nesse caso, os determinantes da crise associam-se às respostas político-econômicas capitalistas, configurando um quadro ignóbil, que pesa sob uma massa enorme de desempregados. A Assistência Social encara a degradação das condições objetivas de trabalho, atendimento e oferta dos programas, projetos, serviços e benefícios nas unidades socioassistenciais e na gestão, colocados pelos cortes orçamentários; o atrofiamento das respostas público-estatais ao pauperismo, que adquire relevo com a crescente centralidade dos Programas de Transferência de Renda, matrizados pela focalização seletiva, em face dos serviços e da racionalização do Sistema Único de Assistência Social, associada à imposição de mecanismos de controle da seleção econômica e da burocratização para o acesso aos benefícios, além da instabilidade da sua própria oferta de benefícios e residualidade dos valores repassados – tendências expressas, não apenas durante a existência do Programa Bolsa Família (PBF), mas igualmente demonstradas na construção e implementação do Auxílio Emergencial, se projetando também para o Auxílio Brasil, criado em substituição ao PBF; e a radicalização (e/ou reposição) de padrões ideológicos e administrativos reacionários e solidaristas. Reforça-se a centralização (federalização) do monitoramento, o escanteamento e ataque aos mecanismos institucionais de “controle social” e o tradicional parasitismo das entidades assistenciais e filantrópicas (religiosas e empresariais) em relação aos recursos estatais.

Por detrás desse amplo desmonte, o que se manifesta é a crise capitalista que só pode ser superada – caso o capitalismo não seja liquidado revolucionariamente – destruindo maciçamente parte da riqueza já produzida, interrompendo a produção e jogando milhões de trabalhadores na rua da amargura. Avançam, em conjunto, os ataques à Seguridade Social (e demais políticas sociais), as privatizações, desnacionalizações, cortes e a militarização, articuladas como respostas das classes dominantes à crise, dirigidas para o acirramento da exploração.

Os serviços sociais (educação, saúde, previdência social, assistência social, transporte público etc.) são recursos mobilizados pelos Estados para garantir a reprodução de uma parte da força de trabalho que, na fase imperialista, não pode mais ser deixada por conta do próprio trabalhador, como era na fase concorrencial, pois a maior composição orgânica do capital provoca um incremento violento do exército de desempregados e da parte que nunca mais será empregada. Entretanto, o capital precisa eventualmente mobilizar uma parte desse exército de desempregados, de modo que se torna necessária a intervenção dos Estados para garantir que ao menos esses estejam aptos a entrar na produção, com um mínimo de instrução, saúde, moradia e alguma habilidade laborativa. Contudo, a profundidade da crise torna supérfluo um contingente cada vez maior de trabalhadores, cuja sobrevivência não tem nenhuma utilidade, podendo, portanto, morrer sem assistência.

O desmonte da seguridade social e de outras políticas sociais serve a essa finalidade. Parte considerável do orçamento público federal, especificamente para o Orçamento da Seguridade Social (OSS), é direcionado ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Até 31 de dezembro de 2021, 50,78% do orçamento público federal foi desviado para o pagamento desta dívida. Do ponto de vista dos trabalhadores, no entanto, a manutenção desses serviços faz parte das condições de sobrevivência dos explorados, junto aos empregos, aos salários e a outros direitos, daí compor a pauta de reivindicações de todos os sindicatos.

A luta contra o retrocesso em antigas conquistas, porém, não pode nos levar a defender que tais políticas de fato respondem aos problemas das massas. Esses problemas só poderão ser superados após a substituição da propriedade privada capitalista pela propriedade social, coletiva, o socialismo. Por isso, e para fazer a ponte com a necessidade da liquidação do modo capitalista de produção, além do combate às contrarreformas, uma luta apenas de “resistência”, defensiva, é necessário também defender um sistema único, de fato, para a saúde, assistência social e previdência social. A consigna de que “saúde não é mercadoria”, propagandeada por diferentes sindicatos, deve estar ligada necessariamente à bandeira de um sistema único de saúde, público, gratuito e sob o controle operário. O que só é possível com a luta pela estatização da rede privada de saúde, sem indenização. A contrarreforma da previdência e as diversas normatizações restritivas beneficiam a oferta de previdência privada por parte dos bancos, entregando ao capital especulativo as reservas de vidas inteiras de trabalho. É preciso defender um único sistema de previdência social custeado exclusivamente pelo patronato e pelo Estado.

TR - 41

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Defesa de um sistema único de saúde, público, gratuito e sob controle operário. Estatização da rede privada de saúde, sem indenização.
2. Defesa de um único sistema de previdência social, custeado exclusivamente pelo patronato e pelo Estado, sob controle operário.
3. Defesa de um sistema único estatal de assistência social, custeado exclusivamente pelo patronato e o Estado, sob controle operário.

TEXTO 42

Contribuição do(a)s Sindicalizado(a)s : Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), André Moreira Bordinhon (ADUA), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Elis Regina Fernandes Alves (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando Cesar Paulino Pereira (ADCAC), Lorena Ferreira Portes (SINDIPROL/ADUEL), Lourival Felix (Sesduem), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE), Valdir Anhuchi (Sindiprol/Aduel) e Viviane Vidal da Silva (ADUA)

DEFENDER A VIDA DOS CAMPONESES POBRES, INDÍGENAS E RIBEIRINHOS CONTRA O LATIFÚNDIO E O AGRONEGÓCIO

TEXTO DE APOIO

Os dados de conflitos e mortes no campo alcançaram marcas históricas nos últimos anos. A olhos vistos, acompanhamos invasões de terras indígenas, ação de madeireiros, anistia de grileiros, conflitos com garimpeiros e violência contra camponeses sem-terra.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra, em seu relatório publicado em maio de 2021, os conflitos por terra em 2020 chegaram a 1.576 ocorrências, envolvendo mais de 170 mil famílias. Mais de 58 mil invasões de terras ocorreram em territórios indígenas, muitos dos quais em áreas já demarcadas da Amazônia Legal, indicando que a grilagem de terras e a destruição da floresta aumentaram consideravelmente nos

últimos anos, com o governo Bolsonaro. Entre os assassinados em conflitos no campo, os indígenas também correspondem a número importante: das 20 mortes em 2020, sete foram de indígenas.

Quando olhamos para os números de 2021, divulgados também nos relatórios e cadernos da CPT, verificamos que o conflito no campo apenas se intensificou. Os dados revelam que 418 territórios no país foram alvo desse tipo de violência nos primeiros oito meses de 2021. Desse total, 28% deles são territórios indígenas. Entre janeiro e novembro de 2021, foram registrados 26 assassinatos em conflitos no campo, implicando em um aumento de 30% em relação a todo o ano anterior.

Este aumento nos números corresponde ao avanço do agronegócio, da mineração, do extrativismo madeireiro e da garimpagem. Dois estados do Norte aparecem como campeões nos dados de destruição da floresta amazônica, de invasão de território indígena e de violência no campo: Pará e Rondônia. Ambos têm também sido campeões em exportações de matérias-primas e de agronegócio. Rondônia aparece como nova fronteira da pecuária, com quase 14 milhões de cabeças de gado bovino. Pará ficou em primeiro lugar na exportação de minerais. O crescimento destes setores significa diretamente destruição da floresta amazônica. Em 2021, o Pará liderou com 5.257 km², responsável por 39,72% da destruição, Rondônia com 1.681 km², responsável por 12,70% da destruição da floresta nativa, em terceiro lugar (atrás do Amazonas).

Essa realidade se combina com a desindustrialização do país. Enquanto mais de 400 mil empresas (de serviços e da indústria) fecharam em 2021, a agroexportação cresceu 4,1%, superando a marca de 100 bilhões de reais de receita. Entre 2013 e 2020, mais de 30 mil fábricas fecharam no país. Isso revela que as disputas entre as grandes potências imperialistas provoca o atraso e o retrocesso nas forças produtivas dos “países em desenvolvimento”. A economia atrasada potencia os setores mais reacionários e violentos da burguesia nacional. A consequência disso é maior violência no campo, com os conflitos envolvendo ribeirinhos, indígenas e camponeses pobres aumentando dia após dia. A violência no campo não fica restrita a ação dos latifúndios e de sua jagunçagem, mas é legitimada pelos governos federal e estaduais, como aconteceu recentemente, em outubro de 2021, no estado de Rondônia quando a Liga dos Camponeses Pobres (LCP) foi duramente atacada pela violência policial, como no Acampamento “Tiago dos Santos”.

O avanço do agronegócio ganha novos contornos com a institucionalização de regiões favorecidas pelos governos, a exemplo do corredor MATOPIBA, que abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e, mais recentemente, o corredor de agroexportação conhecido como Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira (antiga AMACRO), que compreenderia regiões dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia, abrindo uma nova fronteira agrícola, de ampla destruição da natureza, de violência contra os povos originários e voltado somente para a exportação.

A defesa da floresta, dos povos indígenas, dos ribeirinhos passa necessariamente pela política da Revolução Agrária, isto é, a defesa de que o problema da terra em nosso país semicolonial e atrasado só pode ser resolvido por meio de um levante geral das massas camponesas e indígenas contra o latifúndio, a grande propriedade fundiária e em aliança com o proletariado rural e urbano, como parte, portanto, da revolução social. A opressão nacional sofrida pelos povos indígenas deve ser enfrentada com a defesa da real autodeterminação, inclusive com o direito a constituírem seus próprios Estados e se federarem. O Estado burguês, no Brasil, se ergueu sobre o genocídio indígena e nunca expressará a real defesa da vida desses povos.

Cada uma das lutas dos camponeses pobres, dos indígenas e dos ribeirinhos deve ser apoiada pelo nosso sindicato, organizando a solidariedade ativa por meio das mobilizações, das denúncias e da organização dos comitês de luta.

TR – 42

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Organizar, a partir das seções sindicais, os comitês de luta e solidariedade aos camponeses pobres, indígenas e ribeirinhos;

2. Denunciar os crimes da burguesia do campo e da cidade, defendendo o Tribunal Popular para julgar e punir os crimes cometidos pelo latifúndio e pelo agronegócio;
3. Reconhecer que o problema do campo não poderá ser resolvido nos marcos da democracia e do Estado burguês e que a posição programática de Revolução Agrária corresponde à defesa de expropriação do latifúndio, do agronegócio e das mineradoras, entrega de terras aos camponeses pobres e povos originários.
4. Diante da opressão nacional exercida pelo Estado burguês, do Brasil, sobre as nações indígenas, defender a real autodeterminação dos povos originários, com o direito a criarem seu próprio Estado e se federarem, conforme sua livre vontade.

TEXTO 43

Contribuição do(s) sindicalizado(a)s: Diretoria da ADUR; Diretoria da ADUFRJ; Diretoria da ADUFERPE; Ana Maria Dantas Soares (ADUR); Andrea Carmo Sampaio (ADUR); Beatriz Wey (ADUR); Claudio Porto (ADUR); Elisa Guaraná (ADUR); Deise Luce de Sousa Marques (ADUR); Flavia Motta (ADUR); Lia Maria Teixeira (ADUR); Liz Denize Carvalho Paiva (ADUR); Lucia Valadares (ADUR); Luciana de Amorim Nobrega (ADUR); Lucilia Augusta Lino (ADUR e ASDUERJ); Marcelo Pereira Fernandes (ADUR); Marina Cordeiro (ADUR); Nadia Maria Pereira de Souza (ADUR); Patricia Bastos (ADUR); Regina Cohen Barros (ADUR); Rubia Cristina Wegner (ADUR); Patricia Reinheimer (ADUR); Thiago Dias Trindade (ADUR).

A DEFESA DO ENSINO PÚBLICO E A PARTICIPAÇÃO NO FÓRUM NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO

TEXTO DE APOIO

É importante lembrar que o Fórum Nacional de Educação foi criado por deliberação da Conferência Nacional de Educação em 2010, com a participação de 2.500 delegados de todo país, para dar curso ao Sistema Nacional de Educação, elaborando o segundo Plano Nacional de Educação com diretrizes mais articuladas e estratégias de ação visando aprofundar e ampliar o desenvolvimento da educação brasileira.

Sem surpresa, uma das primeiras medidas do presidente ilegítimo Michel Temer, após o golpe parlamentar que destituiu a presidenta eleita Dilma Rousseff, em 2016, foi o fechamento provisório do Fórum Nacional de Educação (FNE) e destituição de inúmeros docentes representantes eleitos no Conselho Nacional de Educação.

A primeira posição tomada pelos representantes destituídos após o golpe, foi criar o Fórum Nacional Popular de Educação, dando continuidade às lutas em defesa do ensino público, laico, gratuito e de qualidade referenciada, buscando monitorar o Plano Nacional de Educação e efetivar a sua concretização, bem como resistir ao desmonte das políticas públicas educacionais.

Em 2018 ocorreu a primeira Conferência Nacional Popular de Educação, conduzida pelo Fórum Nacional Popular de Educação, no pavilhão EXPOMINAS-BH, onde o ANDES-SN se fez presente em um estande, todavia sem a sua participação efetiva na organização e nos debates realizados junto aos delegados eleitos de todo país, e junto às bases sindicais e estudantis, associações de ensino e pesquisas, como a ANPAE, ANFOPE, FORUNDIR, ANPED, UNE, SINPRO, SEPE, IFES, etc.

Reconhece-se o engajamento do ANDES-SN na mobilização nacional em defesa do serviço público, contra a PEC 32, no movimento Fora Bolsonaro, na atuação em defesa das políticas públicas e participação no “Fórum Sindical, Popular e da Juventude por Direitos e Liberdades Democráticas”, que aproxima esse importante sindicato dos movimentos sociais; todavia, este não deveria abstrair-se da participação com o conjunto de entidades vinculadas à educação, fortalecendo o movimento nacional em defesa do ensino público.

A ausência de um debate mais amplo sobre a possibilidade de inserção do ANDES no Fórum Nacional Popular de Educação e na Conferência Nacional Popular de Educação, que ocorre nacionalmente nas esferas municipais, estaduais e nacional, envolvendo sindicatos de docentes, entidades estudantis, secretarias municipais e estaduais de educação, entre outras, retira esse importante sindicato do movimento nacional em defesa do ensino público, laico, gratuito e de qualidade no âmbito da educação básica e do ensino superior.

Na atual conjuntura, na qual ocorre um processo de acirramento das disputas políticas sobre o futuro do Brasil, que imbrica na oposição entre democracia e autocracia, torna-se imperativo a confluência de forças dos segmentos de esquerda e do campo progressista sem titubear. Mais do que manifestar resistência, trata-se de construir conjuntamente um programa de lutas para assegurar a democracia e a vida.

TR- 43

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. O ANDES-SN realizará consulta às bases para a formalização de sua participação efetiva no FNPE.

TEXTOS 44

Contribuição do(s) sindicalizado(a)s: da Diretoria da (ADUFERPE); Diretoria da ADUFAL, Amália Catharina Santos Cruz (ADUnB), Ana Maria Dantas Soares (Adur), Andrea Carmo Sampaio (Adur), Ariuska Karla Barbosa Amorim(ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFMS), Beatriz Wey (Adur), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFMS), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza(ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (Adur), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota(ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA),

Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFISM), Leni Hack (ADUnemat), Lenucia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFISM), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (Adur), Liane de Souza Weber (SEDUFISM), Liliane Maria Macedo Machado (ADUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucilia Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFISM), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFISM), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUnB), Neila Baldi (SEDUFISM), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (ADUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUnB), Patrícia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), Ronalda Barreto Silva (ADUnB), Sandra Lúcia dos Santos Lira (ADUFAL), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcisio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFISM), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves (ADUPE).

ATÉ QUANDO FAREMOS BALANÇO DA FILIAÇÃO DO ANDES-SN À CONLUTAS? PELA IMEDIATA DESFILIAÇÃO!

TEXTO DE APOIO

O país vive um dos momentos de maior ataque à sua democracia, aos direitos dos trabalhadores e à soberania nacional. O governo Federal vem atacando, sistematicamente e diversos modos, nossos direitos, a exemplo do pleno direito de cátedra, através da tentativa de nos amordaçar, perseguindo lideranças dos movimentos sociais e sindicalistas que denunciam o projeto de destruição do governo Bolsonaro, como foi o caso da vice-presidenta da Aduferpe, a professora Erika Suruagy.

As Instituições Federais de Ensino e Centros de Pesquisas não sabem como sobreviverão com os cortes orçamentários e de bolsas de pesquisa, considerando que o MEC teve o segundo maior corte em 2022.

Passados 5 anos do golpe de 2016, quando o ANDES-SN se afundou nas manifestações do “Fora todos, Fora Dilma” (forma disfarçada de apoiar o golpe levantada pela CSP-Conlutas). Enquanto isso, brotavam comitês de resistência nas IES, todavia, a direção de nosso sindicato não tirou as lições da situação. Além da recusa de defender a liberdade de Lula, contribuindo para o afastamento do sindicato das mais representativas organizações dos trabalhadores e confinando-o no isolamento. Outro aspecto problemático foi o chamamento à derrubada do Governo Maduro, no mesmo momento em que os povos se levantavam contra o imperialismo, como decidiu o 4º Congresso da CSP-Conlutas.

Desde o golpe à presidenta Dilma Rousseff, a escalada de destruição das universidades e a educação pública brasileira só aumenta.

Em 2016, quando passávamos por um momento crítico em que o capital internacional e os setores patronais buscavam consolidar o golpe em curso, com o governo ilegítimo de Temer avançando nos ataques ao povo brasileiro, o ANDES-SN seguindo a política da CSP-Conlutas hesitou em convocar o “Fora Temer”. Posição tirada com atraso durante o 61º CONAD, quando a maioria das organizações sindicais e populares já levantavam essa consigna. Como pode um sindicato como o ANDES-SN se atrasar em questões centrais para o país? Porém, pior que o atraso em defender o “Fora Temer”, foi no mesmo 61º CONAD a diretoria do ANDES-SN, seguindo mais uma vez a política da CSP-Conlutas, recusar-se a reconhecer que tivemos um

golpe no país, refutando propostas de resoluções de delegados que defendiam “*Fora Temer, não reconhecendo seu governo que ascendeu por golpe... Fora Temer golpista*”.

Por que a diretoria do ANDES-SN se recusou a reconhecer que vivíamos um momento de golpe? Será que achavam que Temer, ainda que fosse reacionário, era legítimo? Curiosamente na mesma época, (2016) a direção do ANDES-SN se sentou para dialogar com os interventores golpistas do MEC.

A política vergonhosa da CSP-Coluntas levou o nosso sindicato a um isolamento irresponsável dentro da classe trabalhadora.

Os mesmos que afirmavam que o impeachment da presidenta Dilma não era um golpe, até mesmo comemorando “a primeira já foi, agora falta o resto”, afirmaram também que Lula não foi um preso político, que deveria estar na cadeia mesmo. Fato muito estranho, um sindicato revolucionário defender a legitimidade da justiça burguesa, claramente vendida.

Defender a liberdade de Lula, que estava preso devido à “ditadura do judiciário” apoiada pelas instituições podres de nossa nação, era defender a democracia. Hoje Lula inocentado e suas sentenças anuladas.

Esses são alguns elementos que precisamos levar em consideração e que ainda rebatem na política da direção do ANDES-SN dentro do movimento docente.

Até hoje o ANDES-SN não reconheceu esse Golpe que resultou na intensificação dos ataques não só à educação, mas ao conjunto da classe trabalhadora, com a aprovação da EC 95, reformas trabalhista e previdenciária, desemprego, fome, miséria e a eleição fraudulenta para presidente de Jair Messias Bolsonaro.

A que conclusão chegamos quando avaliamos a influência da CSP-Conlutas na política da direção do ANDES-SN, levando em consideração esse período crucial para toda nossa categoria, a classe trabalhadora e o povo brasileiro?

Nos últimos anos a diretoria do ANDES-SN tem se recusado a fazer um verdadeiro balanço da sua filiação à CSP-Conlutas, sempre com rodeios e ignorando o direito de discussão aos seus filiados, embora a maioria das resoluções de congresso apontem para a necessidade de “estimular as seções sindicais a realizarem discussão e balanço sobre a CSP-Conlutas... e a participação do Sindicato na central” (35º Congresso/2016).

No ano seguinte (36º congresso/2017), foi aprovado que, por meio do GTPFS, “materiais seriam enviados às seções sindicais para subsidiar o debate sobre o balanço político da CSP-Conlutas e as deliberações do 62º CONAD”, porém nada foi encaminhado novamente.

No 37º congresso (2018) foi aprovada a resolução que afirmava que “O 37º congresso do ANDES-SN decide abrir em todas as seções um amplo debate de balanço de filiação do sindicato à CSP-Conlutas, que culminará num CONAD extraordinário destinado exclusivamente a este debate, com vistas a decidir sobre esta filiação no próximo Congresso”.

Tais ações ficaram no meio do caminho e impediram um verdadeiro balanço. O Conad extraordinário com tal pauta não ocorreu, em desrespeito à decisão congressual e, no 38º congresso (2019), nenhum tipo de discussão ou encaminhamento foi realizado.

A política de “empurrar com a barriga” a decisão de desfiliação do ANDES-SN à CSP-Conlutas tem colocado o nosso sindicato nacional num isolamento tal, que não participamos juntos com às demais entidades da educação brasileira do Fórum Nacional Popular de Educação – FNPE espaço central de construção da unidade necessária com os/as trabalhadores/as em educação do país.

No 39º Congresso tivemos vários Textos Resolução (TRs), inclusive provenientes de assembleias, apontaram a necessidade de desfiliação, mas saímos, outra vez, sem uma definição. Tendo, a discussão, mais uma vez, sido protelada para um outro Conad extraordinário, aprovando a seguinte resolução: “5. *Que o ANDES-SN amplie o debate nas bases sobre a construção da CSP-Conlutas, realizando balanço sobre sua atuação nos últimos dez anos e sua relevância na luta de classes e a permanência ou desfiliação à Central,*

com: 5.1 Organização via secretarias regionais e seções sindicais de debates preparatórios nos estados; 5.2 Realização de um CONAD extraordinário no segundo semestre de 2020. As indicações do CONAD extraordinário devem ser levadas para deliberação no 40º Congresso do ANDES-SN”.

Até o momento nada foi sequer parcialmente encaminhado.

Diante desse histórico relativo ao debate do tema no interior do sindicato nacional somados aos elementos da política da CSP-Conlutas, que repercutiram negativamente na política do nosso sindicato nacional nos últimos anos, se faz premente, finalmente realizar esse balanço de forma conclusiva e responsável.

Quando analisamos a postura da CSP-Conlutas no cenário internacional e tomamos como exemplo a América Latina, não é mera coincidência que as reivindicações, que esta central defende, caminhem, lado a lado, com setores reacionários ligados ao imperialismo. A sua campanha de Fora Maduro, quando a Venezuela era ameaçada dia e noite pelo imperialismo norte americano é um absurdo sem precedentes.

Diante dessa política, nos perguntamos: Até quando faremos balanços da atuação da CSP-Conlutas? Até quando o ANDES-SN será conivente com a política divisionista e pró-imperialista dessa central?

Não é de hoje que precisamos de uma Central que esteja conectada com as lutas e o conjunto da classe trabalhadora, porém com a crise mundial do capitalismo e todas as explosões sociais que estão acontecendo no mundo (o Chile é um grande exemplo), mais do que nunca, nós docentes precisamos que o nosso sindicato nacional não fique isolado. A ANDES-SN deve se integrar às ações articuladas entre as organizações sindicais e populares e cumprir um papel ativo na luta pelo fim do governo Bolsonaro.

Para isso é preciso que o ANDES-SN não esteja amarrado à política da CSP-Conlutas, e, portanto, a sua desfiliação no 40º congresso é necessária.

Reafirmamos, por fim, a deliberação dos docentes da UFRPE em Assembleia Extraordinária da Aduferpe realizada no dia 19 de novembro de 2019, apresentando o seguinte texto de resolução:

TR – 44

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Pela desfiliação imediata do ANDES-SN da CSP-Conlutas.
2. Abrir discussões desde a base, nas ADs e fóruns do Andes-SN, sobre relações intersindicais e as várias possibilidades de filiação (ou não) a centrais sindicais durante o ano de 2022, a serem concluídas no próximo congresso.

TEXTO 45

Contribuição do(s) sindicalizado(a)s: da Diretoria da ADUFAL, Amália Catharina Santos Cruz (ADUneb), Ana Maria Dantas Soares (ADUR), Andrea Carmo Sampaio (ADUR), Ariuska Karla Barbosa Amorim(ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFMS), Beatriz Wey (ADUR), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFMS), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (SINDUFAP), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira

(APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza(ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (ADUSP), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (ADUR), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (ADUR), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geversson Grzeszczyszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota(ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFMS), Leni Hack (ADUnemat), Lenucia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (ADUR), Liane de Souza Weber (SEDUFMS), Liliane Maria Macedo Machado (AdUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (ADUR), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucilia Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFMS), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUneb), Neila Baldi (SEDUFMS), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUneb), Patrícia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), Ronalda Barreto Silva (ADUneb), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFMS), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves(ADUPE).

PELO RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS NAS IES, IFs e CEFETs

TEXTO DE APOIO

Defendemos as aulas presenciais como modalidade fundamental para permitir a qualidade no ensino-aprendizagem, o acesso pleno dos(as) alunos(as) ao conteúdo dos cursos, o desenvolvimento da interação social necessária para a construção da cidadania e a compreensão do funcionamento da sociedade atual, tão marcada por desigualdades, conflitos e interesses diversos, que se tornaram particularmente evidentes com a pandemia da Covid-19.

Não somos responsáveis pelas políticas de cortes de recursos efetuados pelos governos nos últimos anos. É o resultado da brutal crise do capitalismo, que vem de antes da Pandemia e arrasta a humanidade para a barbárie, projetando mais sofrimentos, caso os trabalhadores e trabalhadoras, com suas organizações, não abrirem uma saída para barrar os ataques aos direitos e conquistas, produto da luta da classe e que vem sendo destruídos aceleradamente em todo o mundo.

No Brasil, após o golpe de Estado de 2016, os governos Temer e Bolsonaro são os responsáveis por essa política, com a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência e a Lei do Teto de Gastos (EC 95/2016). Agora mesmo, em plena Pandemia, o governo Bolsonaro quer aprovar a Reforma Administrativa (PEC 32/2020), que vai resultar na destruição dos serviços públicos tal como conhecemos hoje, dificultando ainda mais o acesso de amplos setores da população, notadamente os mais pobres, aos serviços essenciais de saúde, educação, assistência e segurança. Se até agora a PEC 32 não foi aprovada é porque a mobilização unitária dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público conseguiu barrar a sua aprovação na Câmara dos Deputados, numa vitória parcial importante.

Sabemos que os recursos que poderiam ser destinados, a implementação de um auxílio que livrasse da fome e da miséria extrema os milhões de brasileiros(as) desempregados(as) e desamparados(as) socialmente, como também para a ampliação do atendimento do SUS para os atingidos pela pandemia, para socorrer o pequeno comércio, à agricultura familiar e a pequena indústria, estão engordando os lucros dos bancos e dos milionários ao redor do mundo. Para essa gente a Pandemia é um negócio altamente lucrativo. Essa política deixa um rastro de destruição econômica e social, de sofrimento e dor que marcará a atual geração. Assim, as consequências desses cortes na Saúde e na Educação são amplamente conhecidas.

É essa política que quer perenizar o ensino remoto, como resultado do corte de recursos da Educação, da Ciência e Tecnologia, e das IES, IFs e CEFETs, com o discurso de que tal modalidade é um aprendizado da Pandemia e que teria vindo pra ficar. É falso! De fato é mais um mecanismo dos capitalistas e do governo Bolsonaro para atacar o direito dos trabalhadores e trabalhadoras à Educação e à Universidade, abrindo o caminho para a sua privatização.

Queremos deixar claro: não somos irresponsáveis! Não queremos contribuir para a disseminação, muito menos morrer pela Covid19, mas também não queremos a naturalização do ensino remoto, que é de baixa qualidade, excludente, que bloqueia as relações sociais entre professores e estudantes, entre os próprios alunos e entre a Universidade e as famílias dos(as) estudantes, tão importantes na formação acadêmica, no acesso ao conhecimento e à cultura, e na formação da consciência democrática de respeito e de convivência em sociedade.

Somos contra a naturalização do ensino remoto e exigimos dos governos e das reitorias as condições para que tenhamos a volta às aulas presenciais.

Reivindicamos o estabelecimento com urgência de um plano de volta às aulas presenciais nas universidades.

Essa urgência fica mais evidente à medida que, apesar da política do governo Bolsonaro, o atrasado e tão esperado plano de vacinação nacional se desenvolve de forma acelerada, já tendo atingido a maioria dos integrantes da comunidade acadêmica com duas doses ou mais.

No entanto, o estabelecimento de protocolos a serem seguidos no período seguinte, as adequações na estrutura física, a compra de equipamentos de proteção individual, a preparação de material educativo, além do treinamento dos técnicos administrativos, docentes e lideranças estudantis, entre outros procedimentos, ainda não começaram em boa parte das IES, IFs e CEFETs.

Dito de outra forma, a maioria das IES, IFs e CEFETs está hoje praticamente do jeito que estava há quase dois anos, quando do início da Pandemia. E está claro para todos(as), porque assim, nos explicam as autoridades sanitárias que estão envolvidas com o trabalho e com o acompanhamento da evolução da Pandemia, que não haverá uma volta à situação anterior com a vacinação completa com duas ou mais doses. A circulação do vírus em suas diferentes variantes, antigas e novas, vai continuar e devemos estar preparados para o “novo normal”, que exigirá um esforço coletivo, mas cuja obrigação de fornecer as condições materiais e de infraestrutura para isso são dos governos e da IES, IFs e CEFETs.

Cabe ao ANDES-SN, como sindicato dos/das docentes das instituições públicas, exigir dos governos e reitorias, que reúnam o quanto antes as condições para a volta às aulas presenciais nas IES, IFs e CEFETs.

Nesse sentido, as **recomendações contidas na Circular 202/2021, de 20 de junho de 2021, do ANDES-SN, com as resoluções aprovadas na reunião conjunta dos setores das IFES, IFEs e IMES**, contém diretrizes gerais que continuam atuais, com as devidas atualizações, fundamentalmente em função do avanço da vacinação e da circulação de novas variantes do Coronavírus.

TR- 45

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

As Seções Sindicais, estimuladas, orientadas e acompanhadas pela diretoria do ANDES-SN, devem defender em cada IES, IFs e CEFETs, o retorno às aulas presenciais, construindo um conjunto de exigências dirigidas aos governos e reitorias, com as seguintes diretrizes básicas, no sentido de que:

1. Exijam/reivindiquem que a administração de cada instituição construa democraticamente um “Plano Sanitário e Educacional: em defesa da vida e da educação”, com a participação dos segmentos de suas comunidades acadêmicas – docentes, estudantes, técnico(a)s administrativo(a)s e terceirizado(a)s –, contendo diretrizes relativas às condições para a volta às aulas presenciais nas IES, IFs e CEFETs:
 - 1a. Implementar as atividades e as estratégias de recuperação adequadas para toda(o)s o(a)s estudantes, especialmente para aquela(e)s que não puderam ou tiveram dificuldades para acompanhar o Ensino Remoto Emergencial (ERE) adotado durante a pandemia;
 - 1b. Adequar progressivamente a infraestrutura física (prédios, laboratórios, bibliotecas e demais espaços, de modo a resguardar o distanciamento físico previsto em protocolo sanitário) e de pessoal, criando plenas condições de trabalho para o retorno das atividades presenciais;
 - 1c. Adequar as instalações físicas, das moradias estudantis, no que tange à necessária higienização e não aglomeração da(o)s estudantes, além das condições de segurança alimentar dentro dos campi;
 - 1d. Fornecer os equipamentos de proteção individual (EPIs) à comunidade trabalhadora e estudantil que frequenta as instalações da instituição, assim como para as moradias estudantis, tais como máscaras adequadas, agentes sanitizantes e marcação de fronteiras para distanciamento físico;
 - 1e. Tornar públicas, de forma permanente, as decisões e encaminhamentos que os responsáveis pela implementação desse Plano Sanitário e Educacional vier a tomar, alimentando a comunidade acadêmica com informações sobre as suas iniciativas e sobre os passos necessários para a volta às aulas presenciais;
 - 1f. Retomar de modo regular a reposição/complementação de pessoal, docente e técnica(o)-administrativa(o), por meio de concurso público de efetivação, de modo a enfrentar a situação de distanciamento físico nas salas de aula e outras dependências, que passará a ser necessário no período pós-pandemia;
 - 1g. Formular a avaliação e a progressão na carreira que considerem as dificuldades das mais diversas ordens vivenciadas pelas mulheres servidoras, em especial aquelas com filha(o)s em idade escolar ou responsáveis pelo cuidado de outras pessoas [idoso(a)s, pessoas com deficiência etc.]. O mesmo tratamento deve ser oferecido às mulheres estudantes;
 - 1h. Divulgar o tratamento para a recuperação da saúde mental daquela(e)s que tiveram suas condições de enfrentamento da vida afetadas pelas condições de isolamento e trabalho exaustivo durante a pandemia de Covid-19.
2. Exigir que a instituição educacional adote as melhores e mais seguras condições de trabalho e estudo durante o período de risco de contaminação pelo novo coronavírus, com o estabelecimento de protocolos de rastreamento de contágio e estatísticas públicas da situação atual da comunidade ligada à instituição – número de falecimentos e de pessoas contaminadas, uma vez que esses dados são fundamentais para subsidiar a implementação de políticas sanitárias. E, além disso, que adotem o protocolo TRIS (Testagem em massa, Rastreamento de contatos e Isolamento com suporte).

TEXTO 46

Contribuição do(s) sindicalizado(a)s: da Diretoria da ADUFAL, da Diretoria da ADUFRJ, Amália Catharina Santos Cruz (ADUneb), Ana Maria Dantas Soares (ADUR), Andrea Carmo Sampaio (ADUR), Ariuska Karla Barbosa Amorim(ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFMS), Beatriz Wey (ADUR), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFMS), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza(ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (ADUSP), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (ADUR), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (ADUR), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota(ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanex (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFMS), Leni Hack (ADUnemat), Lenucia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (ADUR), Liane de Souza Weber (SEDUFMS), Liliane Maria Macedo Machado (ADUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (ADUR), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (ADUR), Luciana de Amorim Nobrega (ADUR), Lucília Augusta Lino (ADUR e ASDUERJ), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (ADUR), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFMS), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martín-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (ADUR), Naira Souza Moura (ADUneb), Neila Baldi (SEDUFMS), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUneb), Patrícia Bastos (ADUR), Patricia Reinheimer (ADUR), Pedro Claesen Dutra Silva (SINDUECE), Regina Cohen Barros (ADUR), Rogério Anez (ADUnemat), RONALDA BARRETO SILVA (ADUneb), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFMS), Thiago Dias Trindade (ADUR), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves(ADUPE).

A LUTA POR POLÍTICAS PÚBLICAS PARA C&T NO BRASIL

TEXTO DE APOIO

O negacionismo e campanhas de desmoralização da ciência, destruição do sistema de pesquisa e pós-graduação do país, violação sistemática do princípio constitucional da autonomia universitária, aparelhamento ideológico das instituições e estrangulamento orçamentário: isso resume as ações do governo federal nos últimos 3 anos na área de Ciência e Tecnologia. Toda a estrutura construída ao longo de décadas por diversas gerações de cientistas está sendo atacada com tal violência, que não encontramos paralelo em nenhum momento de nossa história.

Paradoxalmente, o grande sindicato nacional que representa os e as docentes responsáveis por pelo menos 90% da pesquisa realizada no país, parece não ter nada a dizer e nada a propor, a não ser protocolares notas de repúdio. Sua diretoria não comparece aos atos conjuntos realizados, nem assina notas conjuntas com as associações científicas, como se tudo isso não lhe dissesse respeito.

Esse abismo entre a comunidade científica e o ANDES, aprofundado especialmente nas duas últimas décadas, não tem qualquer relação com a grande mobilização que deu origem ao movimento docente e a criação do ANDES, ainda nos anos da ditadura, como associação de docentes. As primeiras greves, na década de 1980, são parte inseparável da conquista de uma carreira em regime de 40 horas em dedicação exclusiva, condição *sine qua non* para a consolidação da pesquisa científica no país.

Diversas são as causas deste afastamento, mas nada justifica a completa inércia por parte da diretoria do ANDES a fim de transpor tal abismo e superá-lo. Nos últimos congressos veem sendo propostas medidas para romper com tal inércia e o fosso entre o movimento sindical e a comunidade científica, porém as últimas direções da entidade tem insistido em manter o afastamento do trabalho cotidiano da esmagadora maioria dos docentes. A luta sindical e a construção de um sistema sólido de pesquisa no país não podem ser antagônicas. O ANDES precisa construir novas formas de diálogo e de luta política, incorporar as diversas propostas que hoje existem no país, trazer coletivos, movimentos, associações de todos os tipos, de todos os matizes para compor uma diversificada e poderosa rede de proteção à vida das Instituições públicas do ensino superior. A defesa da democracia e da diversidade são essenciais para a realização plena de nosso trabalho, que só se realiza em um ambiente de liberdade acadêmica, de reconhecimento social, com política públicas e investimento do Estado.

É urgente que o movimento docente passe a ser construído lado a lado com o cotidiano concreto dos professores, portanto, não pode abandonar ou terceirizar a luta em defesa da ciência, da tecnologia, nem se isolar das instituições científicas. O sindicato para ser forte precisa ser de todos e todas e representar a cada docente. O cenário devastador que o governo Bolsonaro nos impôs está exigindo de nós novas tarefas e uma verdadeira reconstrução e reinvenção da luta sindical.

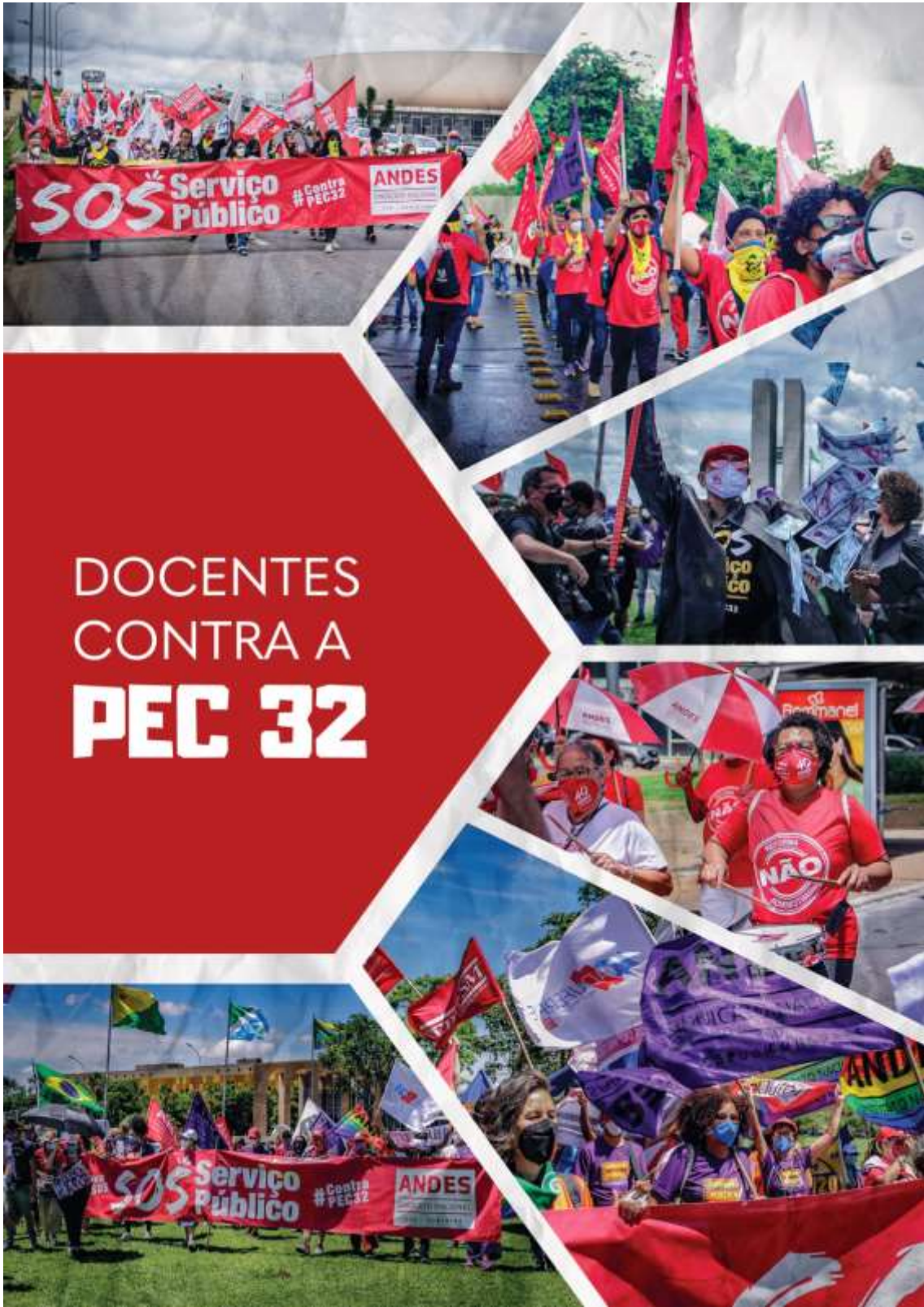
Para isso estamos propondo alguns pontos imediatos de ação:

TR- 46

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. O ANDES deve favorecer todas as iniciativas unitárias – ou seja, com entidades científicas e organizações sindicais de outras categorias – no quadro da defesa das ciências e instituições científicas, para além das ações e GTs já existentes no ANDES.
2. O ANDES-SN deve fortalecer a articulação com redes e coletivos em defesa da ciência e da liberdade acadêmica, em especial com o Observatório do Conhecimento.

3. O ANDES-SN deve atuar na construção de um amplo movimento nacional em defesa da ciência e da produção do conhecimento do Brasil, envolvendo todas as entidades representativas das universidades, as sociedades científicas (SBPC, ABC, entre outras), parlamentares e as associações de pós-graduação, pela recomposição do orçamento para a Ciência e Educação.



DOCENTES
CONTRA A
PEC 32

TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

ELEIÇÃO NO ANDES-SINDICATO NACIONAL: MANDATO DA ATUAL DIRETORIA E DATA DA PRÓXIMA ELEIÇÃO

TEXTO DE APOIO

Após três anos de muitos ataques, diretos ou por omissão deliberada, a classe trabalhadora, a(o)s defensora(e)s da educação e da saúde públicas e especialmente a(o)s servidora(e)s das universidades, mas também a(o)s brasileira(o)s em geral, terão em 2022 a chance de expulsar da presidência a chapa de extrema-direita, Bolsonaro-Mourão, já que as tentativas de *impeachment* não tiveram sucesso pelos mais diversos motivos. Ainda que sigamos nas ruas, como fizemos em 2021 através da campanha Fora Bolsonaro e também na luta vitoriosa contra a PEC 32, sabendo ser este o espaço por excelência de nossas lutas em resistência e afirmação dos nossos interesses de classe, sabemos que, com eleições marcadas para outubro, as candidaturas já estão lançando suas campanhas e há indícios de que o processo eleitoral possa ocorrer com muita violência, inclusive nas ruas.

Nos últimos anos, o governo Bolsonaro-Mourão ocupou as manchetes em todo o mundo, criticado por políticas ambientais destrutivas da Amazônia e dos demais biomas no país, pelo descaso com os povos originários, entre tantas outras políticas nefastas e, em especial, por uma postura negacionista, anticientificista e obscurantista acerca da pandemia de Covid-19. Tais políticas, somadas às econômicas, sociais e aos ataques às instituições públicas, resultaram em beneficiamento explícito de setores já privilegiados da sociedade e aumentaram as desigualdades sociais. Isso tudo precisa mudar, e as próximas eleições são um momento privilegiado para que a sociedade faça um balanço dessas políticas. É preciso que o ANDES-SN junto com CSP-CONLUTAS, Fórum Sindical Popular e de Juventude na Luta por Direitos e Liberdades Democráticas, FONASEFE, e demais centrais sindicais e movimentos sociais possam tirar lições desse processo que resultou na política de conciliação de classe e, ao entrar em crise, elegeu Jair Bolsonaro, apontando novos caminhos de luta e de organização para o(a)s trabalhadore(a)s.

Ao desencorajar o distanciamento social e rejeitar ofertas de fabricantes de vacinas para comprar doses extremamente necessárias, o governo Bolsonaro-Mourão contribuiu para ampliar o número oficial de vítimas por Covid-19, que atingiu mais de 630.000 mortes – um recorde mordaz, que perde apenas para o EUA. Além disso, Bolsonaro lançou dúvidas sobre a integridade do processo eleitoral e as instituições do país nos atos de 7 de setembro de 2021, recuou depois de um acordo costurado por Michel Temer e frações da burguesia, mas já retoma novamente os ataques agora no início de 2022 e deixa de comparecer para prestar depoimento na Polícia Federal.

Para além do número devastador das mortes por Covid-19, a economia arrasada, o desemprego, a pobreza e a fome crescentes indicam o tamanho da responsabilidade que teremos no enfrentamento desta conjuntura para a construção do nosso plano de lutas. Isso tudo em meio a uma iminente eleição majoritária, e também para as casas legislativas nos estados, que provavelmente será dominada por arquétipos da conciliação de classe e da direita do país. Apesar dos apelos de frações da burguesia por alternativas denominadas pretensamente de terceira via, o cenário que as análises políticas atualmente indicam é o de uma corrida presidencial que provavelmente será decidida num segundo turno entre o genocida Jair Bolsonaro e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Contata-se que, potencializados pela ocorrência da Covid-19, o governo e as frações de classe que lhe dão sustentação lograram ainda produzir impactos significativos de ordem política, econômica e social, que se traduzem no aprofundamento constante de destruição da saúde pública, do SUS, e também do pouco que se conseguiu preservar da educação pública nos seus dois níveis: a educação básica e a educação superior. Igualmente, pode-se dizer do trato dispensado à ciência e tecnologia pública com a implantação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243/2016 e regulamentação), que contraditoriamente teve sua importância ainda mais patente com o advento célere da vacina. Esses segmentos sociais não se darão por vencidos.

E é nesse contexto complexo que nos próximos períodos ocorrerão as eleições gerais e, posteriormente, a eleição para a Diretoria do nosso Sindicato Nacional. Sobre esta última, é importante lembrar a história recente, que tem tudo a ver com as demandas extraordinárias decorrentes da pandemia de Covid-19. A Comissão Eleitoral Central (CEC), considerando a “Resolução Eleitoral” – aí incluído o Regimento Eleitoral – do 39º Congresso e acolhendo ponderações/indicações das chapas inscritas, das reuniões setoriais (IEES/IMES e IFES), da Diretoria e da AJN do ANDES-SN, construiu uma metodologia para a realização da eleição da atual Diretoria.

Conforme apreciação do 9º CONAD Extraordinário, a eleição de maio de 2020, prevista para ocorrer no modo presencial, foi transferida para novembro de 2020, com previsão de realização no modo telepresencial. E cabe lembrar que a então Diretoria em exercício (gestão 2018/2020) teve seu mandato prorrogado pelo 8º CONAD Extraordinário (Online, 30 e 31 de julho de 2020), *ad referendum* do próximo CONGRESSO, pelo prazo de até 90 (noventa) dias, prorrogáveis por mais até 90 dias.

Mais adiante, o 9º CONAD Extraordinário (*online*, realizado de 28 a 30 de setembro de 2020) deliberou, *ad referendum* do próximo CONGRESSO, sobre esse referido processo eleitoral (gestão 2020/2022), em síntese, nos seguintes termos: realizar as eleições para a Diretoria do ANDES-SN na primeira semana de novembro de 2020, de forma telepresencial e que a CEC coordenasse todo o processo eleitoral. Em decorrência dessa situação, e considerando as disposições estatutárias, a atual Diretoria do Sindicato Nacional foi empossada no 10º CONAD Extraordinário (*online*, realizado em 1º de dezembro de 2020), com mandato até 1º de dezembro de 2022.

Por mais que se possa reconhecer, e é importante esse registro, é fundamental fortalecer o caráter democrático do ANDES-SN, que se traduz na concepção sindical adotada, na sua estrutura e na prática de seu funcionamento – aí incluída a duração de 2 (dois) anos de mandato da Diretoria, que vence em 1º de dezembro de 2022. Contudo, não nos parece politicamente oportuna a realização de eleição para a Diretoria do ANDES-SN ainda em 2022, pois numa leitura prospectiva da conjuntura próxima há sinais evidentes do potencial agravamento de um cenário de insegurança política e violência nas eleições gerais deste ano.

Sendo assim, é possível que se configure como um eventual erro tático a militância do Sindicato Nacional não levar a cabo um plano de lutas à altura dessa conjuntura para derrotar Bolsonaro e as forças políticas que o apoiam nas ruas e nas urnas. É papel do ANDES-SN indicar à categoria os riscos da reeleição de Bolsonaro e devemos estar à altura desse desafio de vencer Bolsonaro e o bolsonarismo que vem associado, como as manifestações lgbtfóbicas, machistas, racistas, que pregam a volta da ditadura empresarial-militar. Nosso esforço na luta contra a extrema direita não pode ser pulverizado com uma eleição em que as forças políticas que constroem a luta no ANDES-SN estejam dispersas e fragmentadas, numa luta interna pela direção do nosso sindicato.

Quaisquer que sejam as perspectivas de Bolsonaro e dos setores sociais que se disponham a dar-lhe sustentação, é bem provável que o ano eleitoral do Brasil se torne muito tenso. Bolsonaro alega repetidamente que não aceitará os resultados da votação, caso perca. A cada passo tenta minar a credibilidade das instituições e dos instrumentos de controle social. Tanto do ponto de vista democrático quanto do ponto de vista econômico, a maioria da sociedade – a classe trabalhadora – não pode mais sobreviver sob o comando desse genocida e, frente a essa situação, sabemos das tarefas que nós, militantes

do ANDES-SN, temos interna e externamente ao nosso Sindicato, o que demandará muito mais atuação política para intervir nessa batalha necessária.

A avaliação aqui expressa foi asseverada no 13º CONAD Extraordinário (*online*, realizado de 15 a 16 de outubro de 2020), quando a categoria ao rejeitar a proposta desta Diretoria em realizar dois congressos em 2022, para que as eleições à direção do sindicato, respeitando tanto o tempo para o qual foi eleita como a garantia dos prazos estatutários de organização, campanha e votação de chapas, indicou a realização de apenas um Congresso Presencial, além de não realizar as eleições em tempo de vigência do período das eleições gerais para o país. Ademais, o 40º Congresso tem a responsabilidade de dedicar-se à discussão e aprovação de um Plano de Lutas, à altura do necessário enfrentamento a esta conjuntura.

Assim, considerando o contexto desta conjuntura tão complexa, a política sindical e o estatuto cobra-nos, basicamente, a construção de propostas que deem sustentação política e apontem para as necessidades, justas e legítimas. Vale salientar que o processo eleitoral não se resume apenas a marcar a data da eleição, há todo um cronograma a ser cumprido desde o ano anterior até a data da posse, assim foram analisadas por esta diretoria duas propostas de cronograma do processo eleitoral, com a possibilidade de redução deste prazo em 50%, o que implica inclusive em alterações estatutárias indicadas. As mesmas são mostradas na tabela a seguir:

PROPOSTA 1	PROPOSTA 2
DEZEMBRO/2022	DEZEMBRO/2022
1º Quinzena – Publicar convocatória no DOU.	Até dia 20 – Publicar convocatória no DOU.
Dia 16 – Prazo máximo de sindicalização de candidatos à Diretoria do ANDES-SN.	Dia 24 – Prazo máximo de sindicalização de candidatos à Diretoria do ANDES-SN.
Semana de 26 a 30 – Convocação da Eleição pela Diretoria Nacional.	
JANEIRO/2023	JANEIRO 2023
Dia 17 – Data em que os candidatos deverão estar em dia com a contribuição financeira junto à Tesouraria do Sindicato Nacional.	Semana de 02 a 06 – Convocação da Eleição pela Diretoria Nacional.
JANEIRO/ FEVEREIRO 2023	Dia 23 – Data em que os candidatos deverão estar em dia com a contribuição financeira junto à Tesouraria do Sindicato Nacional.
De 31/01 a 04/02/2023 (Durante o 41º CONGRESSO ATÉ UMA HORA APÓS APROVADO O REGIMENTO) – Registro das chapas concorrentes com, no mínimo, a inscrição dos candidatos a Presidente, Secretário(a) Geral e 1º(*) Tesoureiro(a) com indicação de representantes na Comissão Eleitoral Central.	
FEVEREIRO 2023	FEVEREIRO / 2023
	De 07 à 11 (Durante o 41º CONGRESSO ATÉ UMA HORA APÓS APROVADO O REGIMENTO) – Registro das chapas concorrentes com, no mínimo, a inscrição dos candidatos a Presidente, Secretário(a) Geral e 1º(*) Tesoureiro(a) com indicação de representantes na Comissão Eleitoral Central.
Dia 18 – Prazo máximo de sindicalização para estar apto a votar no processo eleitoral 2018.	Dia 22 – Data em que os diretores e ex-diretores do ANDES-SN deverão estar em dia com a tesouraria do ANDES-SN, caso sejam candidatos.
Dia 19 – Data em que os diretores e ex-diretores do ANDES-SN deverão estar em dia com a tesouraria do ANDES-SN, caso sejam candidatos.	Dia 25 – Prazo máximo de sindicalização para estar apto a votar no processo eleitoral 2018.
	Dia 26 – Prazo máximo para registro definitivo das chapas, com a nominata completa dos candidatos aos demais cargos, das 9h às 18h .
Dia 19 – Prazo máximo para registro definitivo das chapas, com a nominata completa dos candidatos aos demais cargos, das 9h às 18h .	
MARÇO/2023	MARÇO/2023
Dia 4 – Data em que os eleitores deverão estar em dia com suas contribuições.	Dia 5 – A Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL deverá encaminhar à Comissão Eleitoral Central a relação das seções sindicais que apresentaram dificuldades no repasse das contribuições a partir do 61º CONAD (Boa Vista/RR, 30/6 a 3/7/2016), bem como a situação dos acordos a respeito dos repasses de contribuições em vigor até essa data.
Dia 9 – A Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL deverá encaminhar à Comissão Eleitoral Central a relação das seções sindicais que apresentaram dificuldades no repasse das contribuições a partir do 61º CONAD (Boa Vista/RR, 30/6 a 3/7/2016), bem como a situação dos acordos a respeito dos repasses de contribuições em vigor até essa data.	Dia 8 – Prazo máximo para que as secretarias regionais enviem à CEC, por meio eletrônico, a listagem completa dos sindicalizados via secretaria regional indicando para as seções sindicais onde estes poderão votar.
Dia 16 – Prazo máximo para que as secretarias regionais enviem à CEC, por meio eletrônico, a listagem completa dos sindicalizados via secretaria regional indicando para as seções sindicais onde estes poderão votar.	Dia 11 – Data em que os eleitores deverão estar em dia com suas contribuições.
Dia 17 – Prazo máximo para que as seções sindicais e secretarias regionais enviem à Comissão Eleitoral Central, a relação completa de seus sindicalizados aptos a votar.	Dia 9 – Prazo máximo para que as seções sindicais e secretarias regionais enviem à Comissão Eleitoral Central, a relação completa de seus sindicalizados aptos a votar.
Dia 18 – Prazo máximo para que as seções sindicais que apresentam dificuldades em repassar as contribuições dos sindicalizados em razão de procedimentos administrativos das IES ou órgãos governamentais notifiquem à Tesouraria do ANDES-SN e esta à Comissão Eleitoral Central os motivos de tal fato.	Dia 10 – Prazo máximo para que as seções sindicais que apresentam dificuldades em repassar as contribuições dos sindicalizados em razão de procedimentos administrativos das IES ou órgãos governamentais notifiquem à Tesouraria do ANDES-SN e esta à Comissão Eleitoral Central os motivos de tal fato.
Dia 20 – Prazo máximo para divulgação, pela Comissão Eleitoral Central, dos colégios eleitorais, local e nacional.	Dia 15 – Prazo máximo para divulgação, pela Comissão Eleitoral Central, dos colégios eleitorais, local e nacional.
Dia 20 – Prazo máximo para que as seções sindicais disponibilizem a cópia da lista de filiados aptos a votar aos representantes das chapas concorrentes, desde que por eles solicitada.	Dia 18 – Prazo máximo para que as seções sindicais disponibilizem a cópia da lista de filiados aptos a votar aos representantes das chapas concorrentes, desde que por eles solicitada.
Dia 23 – Prazo máximo para que as seções sindicais divulguem e enviem à Comissão Eleitoral Central – CEC a Composição das Comissões Eleitorais Locais (CEL).	Dia 18 – Prazo máximo para que as seções sindicais divulguem e enviem à Comissão Eleitoral Central – CEC a Composição das Comissões Eleitorais Locais (CEL).
Dia 27 – Prazo máximo para retificação na lista de sindicalizados e para que as Comissões Eleitorais Locais (CEL) definam e organizem as seções eleitorais locais.	Dia 25 – Prazo máximo para retificação na lista de sindicalizados e para que as Comissões Eleitorais Locais (CEL) definam e organizem as seções eleitorais locais.
ABRIL/2023	ABRIL/2023
Dia 3 – Prazo máximo para as chapas indicarem os fiscais às Comissões Eleitorais Locais (CEL), para o processo de votação e apuração, e à Comissão Eleitoral Central (CEC) os fiscais para o processo de apuração de votos.	Dia 10 – Prazo máximo para as chapas indicarem os fiscais às Comissões Eleitorais Locais (CEL), para o processo de votação e apuração, e à Comissão Eleitoral Central (CEC) os fiscais para o processo de apuração de votos.
Dias 4 e 5 – Eleições.	Dias 11 e 12 – Eleições.
Dia 6 – Apuração de votos nas seções sindicais pelas Comissões Eleitorais Locais.	Dia 13 – Apuração de votos nas seções sindicais pelas Comissões Eleitorais Locais.
Dia 7 – Prazo para envio, por meio eletrônico, pelas seções sindicais do resultado da eleição, até às 16h deste dia.	Dia 14 – Prazo para envio, por meio eletrônico, pelas seções sindicais do resultado da eleição, até às 16h deste dia.
Dia 8 – Computação dos votos pela Comissão Eleitoral Central, a partir das 15h.	Dia 16 – Computação dos votos pela Comissão Eleitoral Central, a partir das 15h.
Dia 8 – Prazo para apresentação de recursos conforme Art. 49 do Regimento.	Dia 16 – Prazo para apresentação de recursos conforme Art. 49 do Regimento.
Dia 10 – Promulgação do Resultado OFICIAL pela CEC.	Dia 18 – Promulgação do Resultado OFICIAL pela CEC.

Dia 13 – Prazo máximo para que as Comissões Eleitorais Locais encaminhem, por SEDEX, à Sede do ANDES-SINDICATO NACIONAL, os originais dos mapas, atas e listas de assinaturas.	Dia 21 – Prazo máximo para que as Comissões Eleitorais Locais encaminhem, por SEDEX, à Sede do ANDES-SINDICATO NACIONAL, os originais dos mapas, atas e listas de assinaturas.
Dia 18 – Prazo máximo para a CEC apresentar à Diretoria do ANDES-SN o relatório financeiro do processo eleitoral.	Dia 26 – Prazo máximo para a CEC apresentar à Diretoria do ANDES-SN o relatório financeiro do processo eleitoral.
MAIO/2023	MAIO/2023
A Definir – Prazo para entrega do relatório final dos trabalhos e do relatório financeiro da CEC ao 66º CONAD.	A Definir – Prazo para entrega do relatório final dos trabalhos e do relatório financeiro da CEC ao 66º CONAD.
Definir – realização da posse nova Diretoria no prazo máximo de até 30 (trinta) dias da data da eleição.	A Definir – realização da posse nova Diretoria no prazo máximo de até 30 (trinta) dias da data da eleição.

Após análise das duas propostas, a diretoria decidiu encaminhar a proposta 1 apresentada na tabela acima, o que garante a realização da eleição o mais rápido possível e um intervalo mínimo de prorrogação do mandato da atual diretoria. Neste sentido, indicamos o seguinte encaminhamento para discussão da categoria:

- i) prorrogação do mandato da Diretoria atual;
- ii) alteração do artigo 51 do nosso estatuto, passando a eleição da Diretoria para maio dos anos ímpares;
- iii) realização em 2023, excepcionalmente, da eleição em abril;
- iv) redução em 50 por cento de todos os prazos do regimento eleitoral; e
- v) realização da posse nova Diretoria no prazo máximo de até 30 (trinta) dias da data da eleição, em solenidade promovida pela atual DIRETORIA, *ad referendum* do 66º CONAD.

Por fim, utilizaremos este texto de apoio como uma comunicação para nossa categoria sobre uma questão de competência da direção do sindicato, estabelecida também no artigo 51 que afirma:

“A eleição da DIRETORIA é realizada no mês de maio dos anos pares, e convocada pelo(a) Presidente em exercício, com pelo menos trinta (30) dias de antecedência da data do início do CONGRESSO ordinário que a precede, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 42.”(grifo nosso)

A nossa compreensão é de que é o Congresso que vai definir o processo eleitoral, e, dessa forma, não há como a Diretoria convocar a eleição de acordo com o estabelecido no Estatuto antes da realização do debate pela categoria nesse evento.

TR – 47

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Incluir nas Disposições Transitórias do Estatuto o seguinte artigo:

Art. XX O mandato da atual DIRETORIA (gestão 2020/2022) fica prorrogado até o dia da posse da nova diretoria eleita.

§ 1º. A eleição para a DIRETORIA consecutiva (2023/2025) será realizada nos dias 4 e 5 de abril de 2023, tomando posse no prazo de 30 (trinta) dias da data da eleição, em solenidade promovida pela atual DIRETORIA, *ad referendum* do 66º CONAD.

§ 2º. O prazo previsto no artigo 54, § 2º e aqueles do Regimento Eleitoral serão reduzidos em 50% para a eleição 2023.

2. O Art. 51, do Estatuto do ANDES-SN, passa a ter a seguinte redação:

Art. 51. A eleição da DIRETORIA é realizada no mês de maio dos anos ímpares, e convocada pelo(a) Presidente em exercício, com pelo menos trinta (30) dias de antecedência da data do início do CONGRESSO ordinário que a precede, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 42.

FUNDO ÚNICO – FUNDO NACIONAL DE SOLIDARIEDADE, MOBILIZAÇÃO E GREVE DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O Fundo Único, denominado Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN, foi criado no 32º Congresso, realizado no Rio de Janeiro, em março de 2013. É mantido pela destinação de 2% (dois por cento) da receita integral das contribuições mensais do(a)s sindicalizado(a)s, relativamente às parcelas correspondentes a cada seção sindical e à tesouraria nacional. Nessa premissa, cada seção sindical destina 2% de suas arrecadações líquidas mensais (arrecadação total menos repasse à tesouraria nacional) ao fundo, e a tesouraria nacional destina 2% de sua receita mensal de contribuições ao fundo.

O 61º CONAD (Boa Vista/2016) alterou os critérios para utilização do fundo único a partir da delegação do 35º Congresso (Curitiba/2016). A nova resolução prevê, no artigo primeiro, que “*As solicitações de apoio financeiro das seções sindicais com dificuldades financeiras para despesas com greves e mobilizações devem ser feitas, por escrito, à Tesouraria do ANDES-SN, informando as Secretarias Regionais, justificando os motivos do pedido e os usos a que se destinam e a planilha financeira explicitando as despesas*”.

O valor total disponibilizado pela Diretoria do ANDES-SN corresponderá a 60% do saldo bancário do Fundo Único em 1º de janeiro de cada ano, distribuídos nos seguintes montantes: até 20% para Solidariedade, até 40% para a Mobilização e até 60% para Greve.

No ano de 2021, o Fundo Único foi utilizado, na parcela relativa à mobilização, para realização de várias mobilizações nacionais, dentre as quais: campanha Fora Bolsonaro, atividades contra a PEC 32. Essas atividades de mobilização permitiram ao ANDES-SN contribuir com o conjunto das entidades, seções sindicais e com a CSP-Conlutas, no esforço de trazer a Brasília estudantes, professore(a)s e de movimentos populares organizados.

Além dessas despesas, convocamos a Comissão Nacional de Mobilização por algumas semanas e repassamos recursos para a implantação de novas seções sindicais e auxílio para seções com dificuldades financeiras.

O 39º Congresso, por meio de resolução, autorizou a diretoria do ANDES-SN a ordenar despesas para garantir o custeio das atividades de mobilização, campanhas, marchas e eventos, reconhecidas como centrais na luta do Sindicato Nacional, no limite de 900 mil reais, estamos atualizando este valor tendo como referência o IPCA da parcela referente à mobilização para 2022 para R\$ 1.100.000,00.

Tomando como referência a data de 1º de janeiro de 2022, o Fundo Único apresenta um saldo de **R\$ 11.480.163,69**. Nesse balanço preliminar, podemos afirmar que o aporte financeiro mensal, proveniente da contribuição das seções sindicais e do ANDES-SN, estabelecido pelo 32º Congresso, está sendo suficiente para a manutenção do Fundo Único e o cumprimento das ações previstas para o seu uso.

TR – 48

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a ordenar despesas para garantir o custeio das atividades de mobilização, campanhas, marchas e eventos definidos pelo 40º Congresso, como centrais na luta do Sindicato, no limite de R\$ 1.100.000,00 da parcela referente à mobilização.
2. Autorizar o 65º CONAD a apreciar e deliberar sobre os custeios de mobilização e de luta para o segundo semestre de 2022.
3. Autorizar as seções sindicais do setor das IEES/IMES em dificuldades financeiras, que entrarem em greve no ano de 2022, a suspender a contribuição para o Fundo Único, enquanto durar o movimento paredista.
4. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a disponibilizar recursos da parcela de mobilização do Fundo Único Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve para ajudar nas ações políticas e organizativas de novas seções sindicais pelo prazo de um ano, a partir de sua homologação, tempo para que consigam viabilizar a autossustentação e a regularização das receitas por meio da contribuição do(a)s sindicalizado(a)s, mantendo-se válidas as demais resoluções pertinentes definidas pelo 58º CONAD.

TEXTO 49

Diretoria do ANDES-SN

HOMOLOGAÇÕES DE SEÇÕES SINDICAIS, DISSOLUÇÕES, RATIFICAÇÕES, ALTERAÇÕES REGIMENTAIS E REORGANIZAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL.

TEXTO DE APOIO

A Diretoria Nacional do ANDES-SN, cumprindo as suas atribuições estatutárias e dando sequência ao processo de ampliação de sua base e adequação dos regimentos de seções sindicais ao Estatuto do sindicato nacional, apresenta ao 40º Congresso as seguintes proposições: 1) aprovação da dissolução da Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC (SSIND do ANDES-SN na UFSC) por motivo de decisão judicial exarada pela 1ª Vara da Justiça do Trabalho; 2) aprovação do regimento da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (ADUFMS); 3) ratificação da constituição da Seção Sindical dos Docentes das Universidades Estaduais Públicas do Maranhão (SINDUEMA), cuja homologação havia sido aprovada na reunião da Diretoria Nacional realizada dia 20 de agosto de 2020 *ad referendum* do Congresso; 4) ratificação da constituição da Seção Sindical do(a)s Docentes da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (SINDUFAPE), cuja homologação havia sido aprovada na reunião da Diretoria Nacional realizada dia 18 de dezembro de 2020 *ad referendum* do Congresso; 5) aprovação alteração do regimento da Associação dos Docentes da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (ADUFTM SSIND) por motivo de alteração de razão social; 6) aprovação da reorganização da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Sul da Bahia (SINDIUFBS SSIND).

TR – 49

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. APROVAÇÃO DA DISSOLUÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

1.1 Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO aprova a dissolução da Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC (SSIND do ANDES-SN na UFSC) aprovada em Assembleia Geral por motivo de decisão judicial exarada pela 1ª Vara da Justiça do Trabalho.

2. APROVAÇÃO DE REGIMENTO

2.1 Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO ratifica a aprovação do regimento da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (ADUFMS).

3. RATIFICAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL:

3.1 Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO ratifica a homologação da Seção Sindical dos Docentes das Universidades Estaduais Públicas do Maranhão (SINDUEMA);

3.2 Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO ratifica a homologação da Seção Sindical do(a)s Docentes da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (SINDUFAPE);

4. APROVAÇÃO DE ALTERAÇÃO REGIMENTAL:

4.1 Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO ratifica a aprovação da alteração do Regimento por motivo de alteração da razão social que passará de Associação dos Docentes da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (ADUFTM SSIND) para Associação dos Docentes da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (ADFMTM-SSIND).

5. REORGANIZAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

5.1 Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO ratifica a aprovação da reorganização e do estatuto da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Sul da Bahia (SINDIUFSB SSIND).



Diretoria do ANDES-SN

HOMOLOGAÇÃO DAS RESOLUÇÕES APROVADAS NO 8º, 9º, 11º, 12º e 13º CONADS EXTRAORDINÁRIOS

TEXTO DE APOIO

A Diretoria Nacional do ANDES-SN, cumprindo as suas atribuições estatutárias, apresenta ao 40º Congresso todas as resoluções aprovadas ad referendum do Congresso nos 8º, 9º, 11º, 12º e 13º CONADS Extraordinários, realizados excepcionalmente em formato virtual por causa da pandemia da covid-19.

TR – 50

1. Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO ratifica a aprovação das Resoluções do 8º CONAD Extraordinário do ANDES-Sindicato Nacional, realizado *on-line*, no período de 30 e 31 de julho de 2020, com o Tema Central: “Prorrogação do Mandato da Diretoria Nacional”;

2. Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO ratifica a aprovação das Resoluções do 9º CONAD Extraordinário do ANDES-Sindicato Nacional, realizado *on-line*, no período de 28 a 30 de setembro de 2020, com o Tema Central: “A vida acima dos lucros: Em defesa das instituições de ensino, dos serviços públicos e da autonomia sindical!”;

3. Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO ratifica a aprovação das Resoluções do 11º CONAD Extraordinário do ANDES-Sindicato Nacional, realizado *on-line*, no período de 27 de março e 3 de abril de 2021, com o Tema Central: “Em defesa da vida, dos serviços públicos e da democracia e autonomia do ANDES-SN”;

4. Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO ratifica a aprovação das Resoluções do 12º CONAD Extraordinário do ANDES-Sindicato Nacional, realizado *on-line*, nos dias 2, 9 e 16 de julho de 2021, com o Tema Central: “Em defesa da vida, da educação pública e dos serviços públicos: resistir é preciso!”.

5. Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 40º CONGRESSO ratifica a aprovação das Resoluções do 13º CONAD Extraordinário do ANDES-Sindicato Nacional, realizado *on-line*, nos dias 15 e 16 de outubro de 2021, com o Tema Central: Conjuntura e Congresso do ANDES-SN.



Diretoria do ANDES-SN

MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES (ENFF)

TEXTO DE APOIO

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), situada em Guararema, na Região Metropolitana de São Paulo, é um centro de educação e formação idealizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A ENFF não é apenas uma escola do MST; é uma unidade escolar da classe trabalhadora e está a serviço dos movimentos populares do Brasil e de vários países do mundo.

Inaugurada em janeiro de 2005, a ENFF completou quinze anos em 2020, após muito esforço de mais de mil trabalhadore(a)s do MST e simpatizantes que a construíram coletivamente. Aproximadamente 24 mil pessoas participaram em distintas atividades formativas esporádicas, como seminários, eventos, congressos e conferências de curta duração. Nesse período, mais de 500 professores e professoras colaboraram de forma solidária com a Escola. A ENFF também mantém convênio com mais de 15 escolas de formação em outros países.

A instituição promove cursos formais e informais voltados para a produção, comércio e gestão dos acampamentos e assentamentos. Os cursos, em diversas áreas, estimulam a capacidade crítica das pessoas e o desenvolvimento de conhecimento para a construção de um projeto popular para o Brasil. A grande diferença em relação às demais escolas é que, após passar pela ENFF, o(a)s aluno(a)s voltam para a sua comunidade rural e utilizam na prática o que aprenderam no banco escolar. Exemplos de cursos ministrados na ENFF: alfabetização; administração cooperativista; pedagogia da terra; saúde comunitária; planejamento agrícola e técnicas agroindustriais.

O(A)s professore(a)s que lecionam na escola trabalham nas universidades conveniadas e escolas técnicas. Os cursos de formação técnica são ministrados pelo Instituto Técnico de Pesquisa e Reforma Agrária (ITERRA), registrado no MEC, ou por outros parceiros, como a UNICAMP (Realidade Brasileira), a UERJ (Teorias Sociais), a UFMG (Realidade Latino-Americana), a UFPB (História) e a UFJF (Especialização em Estudos Latinos).

Acrescente-se que também contribuem para o sistema educacional do MST amigo(a)s e simpatizantes do Movimento – quase todo(a)s voluntário(a)s. Além dos cursos, são realizados, na Escola, muitos encontros, seminários e atividades culturais para assentado(a)s e acampado(a)s.

A Escola foi construída entre 2000 e 2005. O projeto conceitual e arquitetônico das cinco edificações que compõem o *campus* é de autoria da arquiteta Lilian Avivia Lubochinski, ex-professora da PUC-SP. O(a)s trabalhadore(a)s e militantes do MST que ajudaram a ENFF passaram por cursos de alfabetização e supletivos ao longo da obra. Organizado(a)s em brigadas, esse(a)s trabalhadore(a)s ficavam cerca de 60 dias trabalhando na construção da Escola, em seguida, voltavam para seus estados e eram substituído(a)s por nova brigada. Ao retornar a seus locais de origem, utilizavam os ensinamentos obtidos na Escola para melhorar a qualidade dos assentamentos e acampamentos.

Para além da importância política da ENFF, a Diretoria Nacional do ANDES-SN, desde 2016, tem buscado uma aproximação com a direção da Escola e também com o MST, no sentido de realizar atividades conjuntas em unidade de ação, mantida a autonomia de cada entidade. Porém, as tentativas de diálogo não se mostraram frutíferas e faz alguns anos que o ANDES-SN não consegue desenvolver nenhuma relação política e nem mesmo ações de unidade de ação, exceto a participação do MST no III Encontro Nacional de Educação (ENE). Nesse evento, o MST foi convidado para participar da mesa de abertura e da mesa que tratou da experiência dos movimentos sociais com educação popular, a qual foi resultado dessa tentativa de retomada de diálogo.

Por isso, compreendendo que o ANDES-SN deve estabelecer relação política de parceria e cooperação com as entidades que apoia, avaliamos ser fundamental, para a manutenção da parceria, a realização de uma reunião entre a diretoria nacional e a direção da ENFF.

Desse modo, é importante a continuidade da ajuda financeira do ANDES-SN à ENFF para que ela possa se manter, com autonomia, como uma referência de grande importância para o processo de formação

da militância do MST e de outras organizações que lutam na defesa da reforma agrária, porém buscando diálogo político com o ANDES-SN.

TR – 51

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Autorizar a Diretoria do ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais para a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).
2. Que a diretoria nacional do ANDES-SN realize reunião com a direção da ENFF e com a direção nacional do MST buscando realizar ações conjuntas de unidade de ação.



Diretoria do ANDES-SN

MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA (ACD)

TEXTO DE APOIO

A Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), criada no ano de 2001, vem, desde então, realizando estudos, investigações, publicações e eventos sobre o endividamento público brasileiro – interno e externo – e respectivos impactos nas políticas públicas e nos direitos sociais da população brasileira.

O ANDES-SN, com base nas contribuições dos grupos de trabalhos (GT) e, tendo como referência as deliberações decorrentes de Congressos e CONADs, tem articulado com a ACD para viabilizar ações que embasem a luta por reivindicações específicas do movimento docente e por bandeiras gerais do movimento sindical e de movimentos sociais.

Desde a edição da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55/2016 (que tramitou na Câmara como PEC 241/2016), transformada na Emenda Constitucional (EC) 95/2016, a ACD vem alertando para o fato dessa PEC “que insere no texto da Constituição Federal o congelamento de gastos e investimentos sociais por até 20 anos, garante recursos para pagamento de juros de uma dívida pública, não auditada, e para ‘empresas estatais não dependentes’”. Assim, essa emenda privilegia a destinação de recursos para esse esquema financeiro ilegal, enquanto sacrifica a saúde, a educação, a assistência, a segurança e todos os demais gastos e investimentos sociais. Para a ACD, os Projetos de Lei (PL) 204/2016, 181/2015 e 3337/2015 visam “legalizar” esse esquema de ataque ao fundo público.

O ANDES-SN compõe o Conselho Político da ACD e, desse lugar, apoiou uma articulação no âmbito do Congresso Nacional que resultou na criação da Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular, cujo lançamento ocorreu em agosto de 2016.

No início de novembro de 2017, o ANDES-SN apoiou um importante evento internacional, qual seja, o Seminário Internacional “Esquema Financeiro Fraudulento e Sistema da Dívida”, organizado pela Auditoria Cidadã da Dívida, do qual participaram representantes da Diretoria do ANDES-SN, de seções sindicais, de outras entidades sindicais e de movimentos sociais.

Em 2018, a ACD mais uma vez desenvolveu importante parceria com o ANDES-SN através de análise de dados para elaboração de caderno do sindicato sobre os cortes na Educação e Ciência e Tecnologia e compôs carta a ser apresentada ao(à)s candidato(a)s a presidente pontuando a importância da Auditoria da Dívida Pública. Em parceria com o ANDES-SN, reeditou um curso nacional para formar militantes em todo o Brasil, o qual é oferecido à distância e realizado em módulos temáticos.

O ANDES-SN contribui com uma ajuda financeira para a ACD, mensal e regularmente, desde o 30º Congresso – Uberlândia/MG (realizado de 14 a 20 de fevereiro de 2011). E, desse modo, a Diretoria propõe a continuidade dessa ajuda financeira.

TR – 52

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Autorizar a Diretoria do ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais para a Auditoria Cidadã da Dívida (ACD).
2. Que as seções sindicais avaliem a possibilidade de contribuição com os núcleos da ACD nos estados.



Diretoria do ANDES-SN

MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO AO CASARÃO DA LUTA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)

TEXTO DE APOIO

O apoio político e financeiro do ANDES-SN revela-se indispensável à realização de um conjunto variado de atividades nacionais de formação político-cultural do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que acontece, sobretudo, no Casarão da Luta. Como conquista de um ciclo de lutas de mais de uma década, o movimento conseguiu, além de moradias, a desapropriação de uma casa ociosa em Taboão da Serra (SP), que passou a ser chamada Casarão da Luta.

A partir daí, o MTST instaurou um espaço nacional de formação. Com apoio político e financeiro do ANDES-SN, o movimento mobilizou a militância e conseguiu organizar biblioteca, videoteca, brinquedoteca, estrutura de creche (para assegurar a participação das militantes com filho(a)s e mantém o esforço de preservá-las.

Importante destacar que no processo diário de mobilização, organização e luta de trabalhadores e trabalhadoras concentrado(a)s nos territórios de pobreza das periferias urbanas, o MTST desenvolve um repertório de ações, cujo centro é a ocupação de latifúndios urbanos que não cumprem função social. Com isso, a matriz do percurso formativo do movimento é a própria vida cotidiana nas ocupações (e o conjunto de ações e experiências a ela vinculadas). Entretanto, essa matriz formativa requer mais mediações formativas e formadoras para se potencializar e qualificar. Por isso, os diversos cursos, debates, oficinas, dinâmicas e vivências de grupos, desenvolvidos no Casarão, contribuem, decisivamente, para o cotidiano de atuação do MTST.

Compreendemos que o MTST é um dos movimentos sociais urbanos mais importantes dessa quadra histórica e que diante do acirramento da conjuntura faz-se necessário apoiar e construir ações conjuntas com os movimentos sociais de cunho anticapitalista.

Levando em conta que o MTST preserva o princípio da autonomia perante empresas, governos, igrejas e partidos políticos e aglutina uma base social formada por desempregado(a)s, informalizado(a)s ou precarizado(a)s, e considerando a parceria estabelecida com o movimento em diferentes estados do Brasil e nas lutas travadas no último período, a diretoria do ANDES-SN propõe manter o apoio político e financeiro, por um período de mais doze meses, ao Casarão da Luta e ao sistema de formação do Movimento.

TR - 53

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Autorizar a Diretoria do ANDES-SN a contribuir, por um período de 12 meses, com R\$ 3.000,00 (três mil reais) com o Casarão da Luta e o sistema de formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST);
2. Que as seções sindicais apoiem as iniciativas do MTST e de outros movimentos de luta urbana nos estados, construindo resistência e lutas conjuntas.

TEXTO 54

Diretoria do ANDES-SN

SEDE DO 41º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

TEXTO DE APOIO

As seções sindicais que se dispuserem a sediar o 41º CONGRESSO do ANDES-SN deverão apresentar proposta, por escrito, até às 14h do dia 28 de março de 2022 (segunda-feira), para garantir a sua discussão nos grupos mistos do Tema 4 - Questões Organizativas e Financeiras.

TR – 54

1. O 41º CONGRESSO do ANDES - SINDICATO NACIONAL realizar-se-á na cidade de, sob a organização da ... Seção Sindical.

TEXTO 55

Contribuição do(s) sindicalizado(a)s: da Diretoria da ADUFAL, Amália Catharina Santos Cruz (ADUneb), Ana Maria Dantas Soares (Adur), Andrea Carmo Sampaio (Adur), Ariuska Karla Barbosa Amorim(ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFMS), Beatriz Wey (Adur), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFMS), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza(ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia

(SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (Adur), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota (ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFMS), Leni Hack (ADUnemat), Lenucia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (Adur), Liane de Souza Weber (SEDUFMS), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucilia Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFMS), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUnemat), Neila Baldi (SEDUFMS), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUnemat), Patrícia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), Ronalda Barreto Silva (ADUnemat), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFMS), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves (ADUPE).

POR CONGRESSOS DO ANDES-SN CADA VEZ MAIS DEMOCRÁTICOS E MAIS REPRESENTATIVOS DA BASE DE NOSSO SINDICATO!

TEXTO DE APOIO

Nós somos um sindicato, o ANDES-SN. Nós não somos uma federação de sindicatos locais. Entretanto, em muitos aspectos, nossos congressos parecem eventos de uma federação.

Nossos congressos anuais são compostos por delegadas, delegados, observadoras e observadores das diversas associações locais e, em cada uma destas associações existem assembleias, mas não congressos iguais aos do ANDES-SN. Uma diferença significativa entre estas assembleias e nossos congressos é que aquelas são realizadas pela participação direta de cada docente, enquanto os congressos são construídos a partir de representação do conjunto da categoria. Poderíamos nos perguntar se, havendo a possibilidade real de existir assembleias presenciais do ANDES-SN, abertas para a participação de cada docente, este não seria o meio mais democrático de deliberação? A democracia direta substituindo a necessidade de delegadas e delegados que representassem a totalidade do nosso sindicato. Embora esta seja uma pergunta quase retórica, dada a impossibilidade atual de ter esta participação direta em assembleias do ANDES-SN, a nossa resposta positiva a esta questão deve servir como um norte, a nos apontar qual o modelo de congresso nós queremos para que estes possam representar da forma mais democrática possível o que ainda não é possível realizar,

para além dos sonhos da ficção científica. Esta pergunta também orienta a crítica que fazemos ao atual modelo de eleição de nossas delegadas, delegados e observadores.

Portanto, convidamos vocês a imaginar, por um momento, como seriam aquelas assembleias presenciais abertas para que cada docente se representasse a si mesma ou a si mesmo. Para ilustrar nosso raciocínio, vamos criar duas associações locais: a ADA, com 3 mil docentes filiadas e filiados e a ADB com 300 docentes filiadas e filiados. Pelas regras atuais do ANDES, em seu artigo 17, estas associações elegeriam, para o congresso anual, respectivamente 11 e 3 delegadas e delegados e um mesmo número de observadoras e observadores. Cabe reparar que estes números são fixos, a partir do total de pessoas filiadas à cada seção. Assim, mesmo que as assembleias para eleição da delegação local reúnam respectivamente 30 docentes na ADA e 60 docentes na ADB, as delegações destas seções se manteriam em 11 delegadas e delegados para a primeira e apenas 3 para a segunda.

Ora, se pudéssemos realmente fazer uma assembleia presencial de toda a nossa categoria, seria evidente que a participação das e dos docentes destas duas ADs seria muito diferente, com nossa assembleia contando com apenas 30 provenientes da ADA e 60 oriundas e oriundos da ADB.

Há duas questões relevantes que este pequeno exemplo nos traz para refletir. A primeira delas é que se torna evidente que a delegação de cada AD, pelo modelo atual, não reflete o debate das diferentes posições sobre cada tema em nossa base. Se imaginarmos que na discussão sobre qualquer TR, a assembleia da ADA aprovou a formulação apresentada por unanimidade (ou seja, teve os 30 votos ali existentes), enquanto a assembleia da ADB rejeitou este mesmo TR por unanimidade (levando todos os 60 votos), é fácil observar que, enquanto a base de nossa categoria presente nas assembleias destas duas associações teria rejeitado o TR em questão por 60 x 30, as suas delegações no congresso aprovaria a mesma proposta por 11 x 3. Efetivamente não nos parece o sistema mais democrático do conjunto de nossa categoria ser representada, ainda mais quando identificamos que, pelas regras atuais, seriam necessárias quatro ADs do tamanho da ADB para ter um voto a mais do que a delegação da ADA, reforçando um desequilíbrio em favor das associações com um número elevado de docentes e que, por isso mesmo, podem ter um número muito maior de filiadas e filiados, mesmo que estas e estes não participem das discussões e votações.

A segunda questão é a necessidade de reflexão sobre o impacto desta regra sobre as nossas próprias assembleias e como isto não estimula o debate sobre nosso sindicato nacional. Todas e todos nós sabemos a dificuldade de mobilizar nossa categoria para discutir os temas nacionais. Também sabemos da importância destas discussões para a nossa luta sindical e a importância do ANDES-SN neste processo. No entanto, perguntamos. Estamos estimulando este debate, esta participação, quando dizemos que tanto faz uma associação como a ADB levar dez, trinta ou sessenta docentes (que significaria 20% de sua base) para a sua assembleia local, que ela continuaria a eleger uma delegação de 3 docentes? Estamos estimulando este debate, esta participação, quando é indiferente se a assembleia da ADA tenha quinze, trinta ou cem docentes, que ela irá continuar elegendo sua delegação com direito a onze votos no congresso do ANDES-SN?

Portanto, nossa proposta é a de modificação dos artigos 16 e 17 de nosso estatuto, fazendo com que a delegação para nossos congressos represente efetivamente o que sejam as assembleias de base, estimulando a participação nestas assembleias e diminuindo o desequilíbrio atualmente existente entre as ADs com maior número de docentes e aquelas associações de locais com menor número de docentes.

Há um segundo aspecto ainda a ser discutido de modo a que esta delegação de nossas associações seja a mais representativa possível da totalidade das posições existentes na nossa categoria. Para isso nós convidamos a visitar novamente a nossa bússola representada por um ideal no qual cada docente pudesse se fazer presente nos congressos do ANDES-SN sem a necessidade de intermediárias e intermediários que votem por elas e eles. Na votação de qualquer TR que fosse apreciado em um congresso assim, cada docente presente poderia votar livremente – tal como faz em nossas assembleias – na proposta que entendesse a melhor. Assim, se continuássemos a ter 30 docentes da ADA presentes, 20 delas e deles poderiam votar a favor da aprovação de tal TR, enquanto 10 poderiam ser contrárias e contrários. Como em qualquer assembleia, a proposta seria aprovada caso tivesse mais votos a favor do que contrários. No entanto, o que

acontece atualmente? Em muitas associações em que as delegadas eleitas e os delegados eleitos são proibidas e proibidos de representar aquela parcela da base da categoria que sejam minoritárias em cada seção, sendo obrigadas e obrigados a votar de forma centralizada na posição majoritária, ocorre uma verdadeira exclusão de parte de nossa base. Assim, embora na ADA houvesse 1/3 de votos contrários ao TR em discussão, estes simplesmente desapareceriam na hora em fosse realizada a contagem de votos no congresso do ANDES-SN. Uma vez mais perguntamos: é esta uma representação verdadeiramente democrática da base do nosso sindicato? Temos certeza que não.

Exatamente por isso estamos propondo a seguinte resolução:

TR - 55

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Modifica o artigo 16 do estatuto do ANDES-SN, que passa a ter a seguinte formulação:

Art. 16. O CONGRESSO é composto:

I - Por delegado(a)s de base de cada S.SIND ou AD-S.SIND, eleito(a)s em Assembleia Geral ou por votação direta e secreta do conjunto dos sindicalizado(a)s na respectiva S.SIND ou AD-S.SIND ou Secretaria Regional, tal como fixado pelo art. 17;

II - Por observadore(a)s (as) de base da S.SINDs ou AD-S.SINDs e Secretarias Regionais, com direito a voz;

III – Pelo(a) Presidente(a) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, que o preside, com direito a voz em suas sessões.

IV – Pelo(a)s demais membros da DIRETORIA (art. 32, I, II, III e IV), com direito a voz em suas sessões.

§ 1º. Os demais membros em exercício na DIRETORIA, cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua Regional (art. 32, V), podem participar do CONGRESSO na qualidade de delegado(a)s ou observadore(a)s de suas respectivas S.SINDs ou AD-S.SINDs, respeitando-se o fixado pelo art. 17.

2. Modifica o artigo 17 do estatuto do ANDES-SN, que passa a ter a seguinte formulação:

Art. 17. O(A)s delegado(a)s de base da S.SIND ou AD-S.SIND e do(a)s sindicalizado(a)s via Secretaria Regional são eleito(a)s em Assembleia Geral convocada expressamente para tal finalidade nos termos de seu regimento, ou por votação direta e secreta do conjunto dos sindicalizado(a)s na respectiva S.SIND ou AD-S.SIND ou Secretaria Regional.

Iº. O(A)s delegado(a)s de base das S.SINDs ou ADs-S.SINDs e do(a)s sindicalizado(a)s via Secretarias Regionais serão eleito(a)s na seguinte proporção: um (a) delegado (a) e respectivo (a) observador (a), que será indicado (a) como suplente, para cada dez docentes (ou fração igual ou superior a cinco) presentes e registrado(a)s nas assembleias no momento da eleição da delegação ou um (a) delegado (a) e respectivo (a) observador (a), que será indicado (a) como suplente, para cada vinte docentes (ou fração igual ou superior a dez) votantes em eleição direta e secreta do conjunto dos sindicalizado(a)s na respectiva S.SIND ou AD-S.SIND ou Secretaria Regional.

II. A votação da delegação de base das S.SINDs ou ADs-S.SINDs e do(a)s sindicalizado(a)s via Secretarias Regionais será realizada através de sistema de lista na qual deverá constar, em ordem numérica, o(a)s candidato(a)s de cada lista. A delegação final será composta de forma proporcional ao número de votos obtido por cada lista inscrita para votação.

§ 1º - O(a)s delegado(a) eleito(a)s deverão representar as diferentes posições expressas no conjunto da categoria, sendo vedada a imposição de votações centralizadas por posições majoritárias em cada AD.

III. A decisão sobre as alternativas constantes do caput deste artigo será tomada pelas Assembleias Gerais das S.SINDs ou ADs-S.SINDs ou do(a)s sindicalizado(a)s via Secretarias Regionais.

IVº. É vedado o voto por procuração para eleição de delegado(a) de base da SEÇÃO SINDICAL ou AD-SEÇÃO SINDICAL. Esta vedação não implica, no entanto, a necessidade da presença de cada candidato (a) à delegado (a) ou observador (a) no momento da votação.

TEXTO 56

Contribuição do(s) sindicalizado(a)s: da Diretoria da ADUFAL, Diretoria da ADUFRJ, Amália Catharina Santos Cruz (ADUnB), Ana Maria Dantas Soares (Adur), Andrea Carmo Sampaio (Adur), Ariuska Karla Barbosa Amorim(ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFSM), Beatriz Wey (Adur), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFSM), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza(ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (Adur), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota(ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFSM), Leni Hack (ADUnemat), Lenucia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFSM), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (Adur), Liane de Souza Weber (SEDUFSM), Liliane Maria Macedo Machado (AdUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucilia Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFSM), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFSM), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUnB), Neila Baldi (SEDUFSM), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUnB), Patrícia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), Ronalda Barreto Silva (ADUnB), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFSM), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves(ADUPE).

PELA REFILIAÇÃO DO ANDES-SN AO DIEESE

TEXTO DE APOIO

O Andes não está mais filiado ao Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos). Desde 2019 foram suspensos os pagamentos de mensalidades de nosso sindicato nacional ao Dieese. Isso prejudica em muito a capacidade do Andes-SN e das ADs a ele filiadas em acompanhar a evolução da política salarial no país em geral e da categoria docente e dos Servidores Públicos em particular. Dificulta o estudo e a elaboração de pautas mais detalhadas de nossa categoria, suas demandas, benefícios, condições de trabalho e sua carreira com todas as complexidades (Docentes Estaduais, Municipais e Federais, Carreiras do Magistério Superior, EBTT, com inúmeros segmentos por titulação, classe, nível etc).

O Dieese é uma referência de credibilidade nacional com corpo técnico qualificado em pesquisas salariais, de relações trabalhistas e sócio-econômicas que em muito podem ajudar (como historicamente sempre ajudaram) o movimento sindical docente na luta pelas reivindicações da categoria. Com várias décadas de história e de relação com o movimento sindical, dezenas de escritórios regionais e subsedes espalhadas pelo país, ele pode prestar assessoria não apenas aos dirigentes do Andes mas também aos das ADs. Prestando serviço a praticamente todas às grandes e pequenas centrais sindicais, o Dieese é um marco de unidade e de luta das organizações da classe trabalhadora organizada do Brasil.

Os custos de manutenção da filiação não são altos, ainda mais comparados a outras contribuições mensais que o Andes-SN paga. Nos últimos anos era similar ao que pagava à ONG Auditoria Cidadã (de cunho muito mais partidário e ideologicamente viesado, do que unitário e classista, como o Dieese) e dez vezes menor do que paga à CSP-Conlutas. Não há justificativa para tal decisão, que não foi debatida na base da categoria. É urgente reverter tal decisão.

TR – 56

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. O 40º Congresso do Andes decide retomar os pagamentos de mensalidades ao Dieese de modo a retomar sua plena filiação para que serviços por ele prestados sejam reiniciados tanto à diretoria do Andes, quanto às ADs. O congresso do Andes pede ainda para que a diretoria do Andes explique os motivos da suspensão dos pagamentos.

TEXTO 57

Contribuição do(s) sindicalizado(a)s: da Diretoria da ADUFAL, Diretoria da ADUFRJ, Amália Catharina Santos Cruz (ADUnB), Ana Maria Dantas Soares (Adur), Andrea Carmo Sampaio (Adur), Ariuska Karla Barbosa Amorim(ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFMS), Beatriz Wey (Adur), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFMS), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi

Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza(ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (Adur), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geversson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota (ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFMS), Leni Hack (ADUnemat), Lenucia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (Adur), Liane de Souza Weber (SEDUFMS), Liliane Maria Macedo Machado (ADUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucilia Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Caramez Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFMS), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUnB), Neila Baldi (SEDUFMS), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUnB), Patrícia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), Ronalda Barreto Silva (ADUnB), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFMS), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves(ADUPE).

MÉTODO DOS CONGRESSOS E CONADS

TEXTO DE APOIO

Nos últimos congressos temos tido diversas discussões sobre como melhorar o funcionamento de nossas atividades, seja para evitar que nossos debates e votações se prolonguem pelas madrugadas, prejudicando a participação de muitas e muitos, seja para reduzir o número de dias destes eventos, ou para modificar o funcionamento dos Grupos Mistos, de modo a que as pessoas possam escolher os grupos em que estarão participando, o que é ainda mais relevante para as sessões sindicais com reduzido número de participantes que, ocasionalmente, não conseguem estar presentes nos grupos que discutem as propostas oriundas destas mesmas sessões. Até mesmo uma comissão foi nomeada, no (inserir número) Congresso, tendo suas contribuições sido avaliadas e votadas posteriormente.

Embora reconheçamos que esta comissão trouxe alguns avanços, entendemos que somente uma reorganização mais profunda de nossos Congressos é que poderá resolver os problemas que ainda os atravessam.

Desta forma, esta proposta busca apresentar uma proposta de reordenamento de nossos congressos, visando fundamentalmente aprofundar o debate sobre as questões centrais da atuação de nosso sindicato sobre os temas já tradicionais a partir dos quais nos organizamos.

Concretamente, se propõe a substituição dos atuais Textos de Apoio e Textos de Resolução, que abordam uma infinidade de itens e subitens que precisam ser discutidos e votados um a um, por teses-guia que deverão conter propostas de resoluções sobre o tema que cada tese-guia esteja tratando. Estas teses-guia serão inicialmente discutidas nos grupos mistos, para aprofundamento de debate e serão votadas nas plenárias deliberativas, bem como os adendos que tenham sido propostos no caderno anexo.

Isso também implica, obviamente, uma modificação na atual estrutura destes cadernos. Assim o caderno principal deverá conter as teses-guia relativas à cada um dos temas do congresso e o caderno anexo deverá apresentar as propostas de adendos a serem votadas, a partir da definição da tese-guia vencedora em cada plenária (o que significa que cada proposta de adendo deve indicar a qual (quais) tese(s)-guia se refere).

Por fim, esta proposta indica a necessidade de um espaço específico, durante o congresso, para a realização de encontros abertos dos diversos Grupos de Trabalho existentes no ANDES-SN, aproveitando a presença de delegados, delegadas, observadores e observadoras para ampliar a participação nestes espaços de discussão de nosso sindicato.

TR – 57

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. O calendário dos congressos do ANDES-SN passará a ter a seguinte estrutura, com a definição dos horários a cargo das comissões organizadoras de cada congresso:

1º Dia	2º Dia	3º Dia	4º Dia	5º Dia
Credenciamento Plenária Abertura Regimento	TEMA II – Debate nos grupos mistos sobre teses guia e adendos	TEMA III – Debate nos grupos mistos sobre teses guia e adendos	Livre	TEMA IV - Debate nos grupos mistos sobre teses guia e adendos
Conjuntura	<u>Apresentação e votação das tese guia e adendos</u>	<u>Apresentação e votação das tese guia e adendos</u>	Encontros dos Grupos de Trabalho do ANDES-SN	<u>Apresentação e votação das tese guia e adendos</u>
Conjuntura		FESTA		Plenária de Encerramento

2. Os grupos mistos terão caráter de debate das teses-guia sobre cada ponto, não realizando votações, para além de aspectos organizativos do funcionamento de cada grupo.
3. Os cadernos de texto deverão conter as teses-guia, que serão específicas de cada ponto, bem como os textos de conjuntura.
4. Os cadernos de anexos deverão conter os adendos a serem apresentados (aditivos, supressivos ou modificativos) às resoluções constantes das teses-guia. Desta forma, cada proposta de adendo deve indicar a qual (ou quais) teses-guia ela se refere.

SIGLAS

DE: Dedicção Exclusiva;
RJU: Regime Jurídico Único;
GTPAUA: Grupo de Trabalho Política Agrária, Urbana e Ambiental;
GTPE: Grupo de Trabalho Política Educacional;
MG: Minas Gerais;
GTPCEGDS: Políticas de Classe para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual;
EPI: Equipamento de Proteção Individual;
UTI: Unidade de Terapia Intensiva;
GTCA: Grupo de Trabalho Comunicação e Arte;
EUA: Estados Unidos da América;
TR: Texto de Resolução;
CEC: Comissão Eleitoral Central;
IBRAM: Instituto Brasileiro de Museus;
FUNARTE: Fundação Cultural Palmares e Fundação Nacional de Artes;
OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte;
URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas;
EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;
IF: Instituto Federal;
ONG: Organização Não Governamental;
CEFET: Centro Federal de Educação Tecnológica;
ANCINE: Agência Nacional do Cinema;
IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
LGBTQIA+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, *Queer*, Interssexuais, Assexuais e demais orientações sociais e identidades de gênero diversas;
MEC: Ministério da Educação;
PEC: Proposta de Emenda à Constituição;
UVA: UVA - Universidade Estadual Vale do Acaraú;
LGU: Lei Geral das Universidades;
CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito;
USP: Universidade de São Paulo;
CSD: Comando Sindical Docente;
PNI: Plano Nacional de Imunização;
OMS: Organização Mundial da Saúde;
PNAD Contínua – TIC: Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua – Tecnologia da Informação de Comunicação;
ADUFCG: Associação dos Docentes da Universidade Federal de Campina Grande;
UENF: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro;
EC: Emenda Constitucional;
CeT: Ciência e Tecnologia;
FNDCT: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;
CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
CF: Constituição Federal;
IFES: Instituições Federais de Ensino;
AJN: Assessoria Jurídica Nacional
ANDES-SN: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior;
IEES: Instituições Estaduais de Ensino Superior;
IMES: Instituições Municipais de Ensino Superior;
IES: Instituições de Ensino Superior;
CDC: *Centers for Disease Control and Prevention*;
UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas;
UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro;
FURG: Universidade Federal do Rio Grande;
EaD: Educação a Distância;

ONG: Organização Não Governamental;
STF: Superior Tribunal Federal;
IPCC: *Intergovernmental Panel on Climate Change*;
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano;
COP: *Conference of the Parties*;
AD: Associação dos Docentes;
ERE: Ensino Remoto Emergencial;
BNCC: Base Nacional Curricular Comum;
CSP-Conlutas: Central Sindical e Popular Conlutas;
MLCTI: Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação;
SBPC: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência;
GTPFS: Grupo de trabalho de Política de Formação Sindical;
CONAD: Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior;
FONASEFE: Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais;
CNE: Conselho Nacional de Educação;
REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais;
PNLD: Programa Nacional do Livro Didático;
FONACATE: Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado;
EC: Emenda Constitucional;
EBTT: Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico;
DE: Dedicção Exclusiva;
C&TI: Ciência, Tecnologia e Inovação;
CEDOC: Centro de Documentação;
GTHMD: Grupo de Trabalho de História e Movimento Docente;
PUCSP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;
GTPFS: Grupo de Trabalho de Política de Formação Sindical;
GT: Grupo de Trabalho;
SUS: Sistema Único de Saúde;
CCJ: Comissão de Constituição e Justiça;
TIC: Tecnologia da Informação e Comunicação;
CGEE: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos;
EBSERH: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares;
TBM: Taxa Bruta de Matrícula;
COE: Comitê de Orientação Estratégica;
IHME: *Institute for Health Metrics and Evaluation*;
RNP: Rede Nacional de Ensino e Pesquisa;
TLE: Taxa Líquida de Escolarização;
COVID-19: *Corona virus disease*
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

LEGISLAÇÕES CITADAS NOS TEXTOS DA DIRETORIA DO ANDES-SN

LEIS

- **Lei 11.196/2005**- que estabelece regras sobre regime especial de tributação.
- **Lei n. 9.394/1996** – LDB.
- **Lei 13.243/2016** - Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação.
- **Lei 14.017/2020** - Lei Aldir Blanc, que estabeleceu auxílio a artistas, coletivos e empresas que atuam na área cultural durante a pandemia.
- **Lei 10.973/2004** - Esta Lei estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do País.
- **Lei 11.587/2007** - Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 900.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.
- **Lei 13.243/2016** - Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação.
- **Lei Complementar 177/202** - Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, e a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para modificar a natureza e as fontes de receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e incluir programas desenvolvidos por organizações sociais entre as instituições que podem acessar os recursos do FNDCT.

DECRETOS

- **Decreto 5.563/2005** - Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, e dá outras providências.
- **Decreto 9.283/2018** - Regulamenta leis e altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.
- **Decreto 5.798/2006** - Regulamenta os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, de que tratam os arts. 17 a 26 da Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005.

EMENDAS CONSTITUCIONAIS

- **Emenda Constitucional nº 85/2015** - Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.

PROJETOS DE LEIS

- **Projeto de Lei nº 490/2007** - Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS

- **Instrução Normativa 1.187/2011** - Disciplina os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica de que tratam os arts. 17 a 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Luiz Fernando de Souza Santos Arnóbio Alves Bezerra
Nilomar Vieira de Oliveira Ricardo Santana Débora
Cristina Bandeira Rodrigues Johnson Pontes de Moura
Vânia Maria da Silva Pimentel Vanessa Monteiro
Rameira Geraldo Vieira da Costa Agida Maria
Cavalcante dos Santos Marcelo Menin Iraney Machado
Teixeira Maria Auxiliadora da Cruz Lima Ronaldo de
Souza Bittencourt Luiz Simão Botelho Neves Ayres
Mardem Almeida do Nascimento José das Graças Barros
de Carvalho Giancarlo Stefani Yelá Corro Pamplona
Freitas Osvaldo de Almeida Práso Donadio
Carlos Antônio Barreto Juárez Klínger de Almeida
Alfredo Alves
Maia Antônio Joaquim Gonçalves Veloso Esther
Duarte Barbosa Fabiano da Costa Carvalho Georgina de
Nascimento Marçal Guilbert Vieira Peixoto Hektor Luiz
Soares de Moura Hugo Coelho Barbosa Tomassini
Maria de Amparo Tavares Malerval Maria Ignez
Medeiros de Figueiredo Mario Duayer de Souza
Mounir Assaf Omar Efraim Roque Martinez Otílio
Machado Pereira Bastos Sebastião Marcos Antunes
Firmino Sílvia Eduardo Gonçalves Gomes Sílvia Ramos Lins

**POR TRÁS DE CADA UM DESSES NOMES,
UMA FAMÍLIA AINDA SOFRE.
PARA CADA UM DESSES NOMES
HÁ UMA SALA DE AULA VAZIA,
UM PROJETO INTERROMPIDO.**

Uma homenagem do ANDES-SN aos docentes que perderam a batalha contra a Covid-19 no Brasil



DEFENDER A EDUCAÇÃO PÚBLICA



*Essa é a nossa escolha
para o Brasil!*

MEMÓRIA & RESISTÊNCIA



4 ANOS SEM
MARIELLE
FRANCO
QUEM MANDOU
MATAR MARIELLE?

ANDES
SINDICATO NACIONAL
ESP. - CONLUTAS

ANEXO AO CADERNO DE TEXTOS

40º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional

Porto Alegre/RS, 27 de março a 1º de abril de 2022

Tema Central: A vida acima dos lucros: ANDES-SN 40 anos de luta!

**ANDES
SINDICATO
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Quadra 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

<http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

Gestão 2020/2022

1º Vice-Presidente (Presidente em Exercício): Milton Pinheiro

Secretária-Geral: Maria Regina de Avila Moreira

1º Tesoureiro: Amauri Fragoso de Medeiros

Diretora responsável por Imprensa e Divulgação: Francieli Rebelatto

SUMÁRIO

TEMA II - PLANOS DE LUTAS DOS SETORES	
Texto 58 – Escassez de Financiamento, Ingerências e Violações de Direitos Docentes nas Universidades Estaduais da Bahia - <i>Diretoria da ADUNEB.</i>	11
Texto 59 – Reforma do Ensino Médio: O Desmonte da Educação Básica pela Pedagogia da Acumulação Flexível - <i>Assembleia Docente do SINDCEFET-MG, realizada em 14 de março de 2022.</i>	15
TEMA III – PLANO GERAL DE LUTAS	
Texto 60 – Instituir uma Comissão Nacional de Docentes no ANDES-SN, Composta por um Representante Titular e um Suplente de cada Regional, Eleito por seus Pares em Congresso, para Assessorar Tecnicamente a Diretoria e o Jurídico do Sindicato Nacional - <i>Antônio Carlos Freitas Vale de Lemos (SEDUFMS), Francisco E. de Freitas (SEDUFMS), Gihad Mohamad (SEDUFMS), João Batista Dias de Paiva (SEDUFMS), Maria Beatriz B. de M. Carnielutti (SEDUFMS), Narã de Fátima Quadros da Silveira (SEDUFMS).</i>	20
Texto 61 – Um Passo no Sentido da Necessária Reorganização da Classe Trabalhadora: O ANDES-SN Deve Sair da CSP-CONLUTAS - <i>Assembleia de base do SindoIF realizada em 9 de março de 2022.</i>	22
Texto 62 – Resoluções 02/2019 e 01/2020: Revogação Já! Por uma Formação que Defenda os Interesses das/dos Trabalhadoras/res - <i>GTPE da ADUFU (Iara Maria Mora Longhini; Leonice Matilde Richter; Lúcia Helena de Paula Menezes; Marina Ferreira de Souza Antunes e Olenir Maria Mendes) e da Diretoria Executiva da ADUFU (Sidiney Ruocco Junior; João Marcos Alem; Silma do Carmo Nunes; Vanessa Matos dos Santos; Diogo Gomes Novaes; Liliane Parreira Tannus Gontijo; Edilson José Graciolli; Edilamar Rezende; Marisa Aparecida Elias; Karina Klinke).</i>	24
Texto 63 – GTPE como Espaço de Fortalecimento da Política Educacional que Defendemos - <i>Diretoria da ADUFFel.</i>	26
Texto 64 – Sobre a Saúde do e da Trabalhadora do Ensino Superior: Impasses e Perspectivas de Superação do Sofrimento Docente - <i>Adriano Vitti Mota (ADUFRA); Albany Mendonça (APUR); Aloízio Soares Ferreira (ASPUV); Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCEFET-MG); Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV); Angelica Lovatto (ADUNESP); Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU); Antônio Luís de Andrade – Tato (ADUNESP); Antônio José Mayhé Nunes (ADURRJ); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Celia Regina Otranto (ADURRJ); Cícera Vanessa Maia (SINDCEFET-MG); Dayse Iara dos Santos (ADUNESP); Dilenno Dustan (APES-JF); Fábria Barboza Heluy Caram (SINDCEFET-MG); Fábio Kazuo Ocada (ADUNESP); Fernando Ramalho Martins (ADUNESP); Francisco Carlos Duarte Vitória (ADUFFel); Gabriel Muñoz Palafox (ADUFU); Gilberto Marques Pereira (SINDCEFET-MG); Igor Mota Morici (SINDCEFET-MG); Janete Luzia Leite (ADUFRJ); João da Costa Chaves Júnior (ADUNESP); José Domingues Godoi Filho (ADUFMAT); Juliana Barbosa de Segadas Vianna (ADURRJ); Lúcia Emília Letro Ribeiro (SINDCEFET-MG); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADURRJ); Marcelo Soares Pereira da Silva (ADUFU); Márcio Pereira da Silva (ADUNESP); Marisol Valencia (ADURRJ); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP); Monica Pirozi (ASPUV); Samuel França Alves (SINDCEFET-MG); Sueli Guadalupe de Lima (ADUNESP); Zenilde Moreira (ADUFERPE).</i>	28
Texto 65 – Avançar na Luta Antirracista no Âmbito do ANDES-SN! - <i>Cecília Maria Izidoro Pinto (ADUFRJ), Céli Palácios (ADUFRJ), Cleusa Santos (ADUFRJ), Cristina Miranda (ADUFRJ), Eduardo Maia (ADUFRJ), Fernanda Vieira (ADUFRJ), Graça Reis (ADUFRJ), Jorge Ricardo (ADUFRJ), Laís Buriti de Barros (ADUFRJ), Luciano Prado da Silva (ADUFRJ), Maya Inbar (ADUFRJ), Michele Fonseca (ADUFRJ), Renata Flores (ADUFRJ), Renato Mendonça Barreto da Silva (ADUFRJ), Rogéria Mota de Ipanema (ADUFRJ), Alexandre Palma de Oliveira (ADUFRJ), Luciana Boiteaux (ADUFRJ), Thais Motta (ADUFRJ), Sara Graneman (ADUFRJ), Antoniana Defilippo (ADUFF), Vitor Leonardo (ADUFF), Eblin Farage (ADUFF), Carlos Augusto Aguilar Junior (ADUFF), Sonia Lucio Rodrigues De Lima (ADUFF), Felipe Brito (ADUFF), Marina Cavalcanti Tedesco (ADUFF), Edson Teixeira da Silva Júnior (ADUFF), José Rodrigues (ADUFF), Rodrigo Torquato (ADUFF), Clarice Carvalho (ADUFF), Juarez Duayer (ADUFF), João Claudino Tavares (ADUFF), Juan Retana Jiménez (ADUFF), Kátia Marro (ADUFF), Maria Raimunda Penha Soares (ADUFF), Ramiro Marcos Dulcich Piccolo (ADUFF), Renata Cardoso (ADUFF), Suênya Santos (ADUFF), Susana Maria Maia (ADUFF),</i>	32

<p><i>Virgínia Fernanda Januário (ADUFF), Francine Helfreich Coutinho dos Santos (ADUFF), Felipe Brito (ADUFF), João Claudino Tavares (ADUFF), Wanderso Mello (ADUFF), Aruã Silva de Lima (ADUFAL), Micael Carvalho dos Santos (APRUMA), Denise Bessa Leda (APRUMA), Celia Soares Martins (APRUMA), Joanir Pereira Passos (ADUNIRIO), Celso Sanchez (ADUNIRIO), Javier Lifschitz (ADUNIRIO), Bruno José de Oliveira (ADUNIRIO), Rodrigo de Souza Dantas (ADUNIRIO), Thereza Cardoso (ADUNIRIO), Cleier Marconsin (ASDUERJ), Luis Paulo Borges (ASDUERJ), Maíra Freitas (ASDUERJ), Andressa Lacerda (ASDUERJ), Ana Carolina Barbosa (ASDUERJ), Joana Xênia (ASDUERJ), Lorene Figueiredo (APES-JF), Luciane Soares da Silva (ADUENF), Gustavo do Nascimento Lopes (ADESFAETEC), Selma Maria da Silva (ADESFAETEC), Daniel Antiquera (ADUFPB), Eliane Maciel (ADUFPB), Mariana Trotta (ADUFRJ), Cláudia Piccinini (ADUFRJ); Gisele Souza (ADUNIRIO), Morena Marques (ADUNIRIO) e Cláudio Ribeiro (ADUFRJ).</i></p>	
<p>Texto 66 – Atividade Minerária, Energia e Questões Sócioambientais: A Necessidade de Maior Envolvimento do ANDES-SN - <i>José Domingues de Godoi Filho (ADUFMAT); Francisco de Arruda Machado (ADUFMAT); Haya Del Bel (ADUFMAT); Irenilda Ângela dos Santos (ADUFMAT); Waldir Bertúlio (ADUFMAT); Althen Teixeira Filho (ADUFPEL); Antônio Luís Andrade (ADUNESP); Carlos Domingos da Silva (ADUR-RJ).</i></p>	35
<p>Texto 67 – A Guerra da Rússia sobre a Ucrânia: Reflexões Importantes - <i>Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Luís Silva (SINDIFPI). Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI), Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT), Gisele Cardoso Costa (ADUA), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Mônica Vermes (ADUFES), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Sandra Moreira (ADUFPA), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Marco A. Escher (APES-UFJF), Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS).</i></p>	38
<p>Texto 68 – Abaixo a Limpeza Étnica contra o Povo Yanomami! Solidariedade Efetiva para a Autodeterminação e a Autodefesa dos Povos Indígenas - <i>Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Luís Silva (SINDIFPI). Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI), Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT), Gisele Cardoso Costa (ADUA), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Jonise Nunes Santos (ADUA), Alayde Maria Pinto Digiovanni (ADUNICENTRO), Sílvia Cristina Conde Nogueira (ADUA), Nádia Maciel Falcão (ADUA), Wagner Roberto do Amaral (ADUEL), Graziela Luchesi Rosa da Silva (APUFPR), Edson Riutiro Oyama (SESDUF-RR), Altiya Barbosa da Silva (SEDUSF-RR), Jonildo Viana dos Santos (SEDUSF-RR), Maria Edith Romano Siems Marcondes (SEDUSF-RR), Jaqueline Kalmus (ADUNIFESP), Sílvia Beatriz Adoue (ADUNESP), José Rodrigues (ADUFF), Lygia de Souza Viegas (APUB), Marilene Proença Rebello de Souza (ADUSP), José Fernando Andrade Costa (ADUFS), Edlauva Oliveira dos Santos (SEDUSF-RR), Pedro Augusto Hercks Menin (SEDUSF-RR), Leuda Evangelista de Oliveira (SEDUSF-RR), Leny Sato (ADUSP), Maria Luisa Sandoval Schmidt (ADUSP), Thais Seltzer Goldstein (APUB), Marli Lúcia Tonatto Zibetti (ADUNIR), Gustavo Zambenedetti (ADUNICENTRO), Iracema Neno Cecília Tada (ADUNIR), Gabriela Pereira Vasters (ADUNIFESP), Patrícia Martins Goulart (ADUNIFESP), Fernando de Almeida Silveira (ADUNIFESP), Carlos Augusto Evangelista (SESDUF-RR), Elizângela Barbosa (SESDUF-RR), Herundino Ribeiro do Nascimento Filho (SESDUF-RR), Cinara Rechico (SESDUF-RR), Ise de Goreth Silva (SESDUF-RR), Marinês Viana de Souza (ADUA), Maria Lidiuina de Oliveira e Silva (ADUNIFESP), Stella Maris Nicolau (ADUNIFESP), Inara do Nascimento Tavares (SESDUF-RR), Adriana Gomes Santos (SESDUF-RR), Leonardo Dourado de Azevedo Neto (ADUA), Romildo de Castro Araújo (ADUFPI), Geraldo do Nascimento Carvalho (ADUFPI), Egmar Oliveira Souza Júnior (SINDIFPI), Sean Purdy (ADUSP), Simone Contente (SINDUNIFESSPA), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Sandra Moreira (ADUFPA), Gelta Xavier (ADUFF), Mônica Vermes (ADUFES), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Welbson do Vale Madeira (APRUMA), Marco A. Escher (APES-UFJF), Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS).</i></p>	47
<p>Texto 69 – Contra as Redes de Tráfico de Mulheres e Contra o Feminicídio - <i>Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Luís Silva (SINDIFPI). Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI), Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT), Gisele Cardoso Costa (ADUA), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Mônica Vermes (ADUFES), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Sandra Moreira (ADUFPA), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Marco A. Escher (APES-UFJF), Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS).</i></p>	48
<p>Texto 70 – Todo Migrante é Legal: Por uma Campanha em Defesa dos Migrantes Congolezes na África - <i>Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Luís Silva (SINDIFPI). Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI), Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT), Gisele Cardoso Costa (ADUA), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Mônica</i></p>	49

	<i>Vermes (ADUFES), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Sandra Moreira (ADUFPA), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Marco A. Escher (APES-UFJF), Welbson do Vale Madeira (APRUMA), Adriana Gomes Santos (SEDUF-UFRR), Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS).</i>	
Texto 71	<i>– Nem Mais Um Dia Para Bolsonaro! - Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Luís Silva (SINDIFPI). Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI), Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT), Gisele Cardoso Costa (ADUA), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Mônica Vermes (ADUFES), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Sandra Moreira (ADUFPA), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Marco A. Escher (APES-UFJF), Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS).</i>	53
Texto 72	<i>– Por uma Palestina Livre, Laica, Unificada E Socialista, do Rio Jordão ao Mar Mediterrâneo - Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Luís Silva (SINDIFPI). Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI), Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT), Gisele Cardoso Costa (ADUA), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Mônica Vermes (ADUFES), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Sandra Moreira (ADUFPA), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Marco A. Escher (APES-UFJF), Welbson do Vale Madeira (APRUMA), Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS).</i>	54
Texto 73	<i>– Combater as Opressões Sobre as Mulheres, Negros, Homossexuais e Transexuais com um Programa que Parta das Reivindicações por Empregos, Salários, Direitos e Terra E Projeto a Luta Pelo Fim da Sociedade de Classes, Raiz de Toda Opressão - Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), André Moreira Bordinhon (ADUA), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Elis Regina Fernandes Alves (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando Cesar Paulino Pereira (ADCAC), Lorena Ferreira Portes (SINDIPROL/ADUEL), Lourival Felix (SESDUEM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE), Valdir Anhucci (SINDIPROL/ADUEL) e Viviane Vidal da Silva (ADUA).</i>	55
TEXTO 74	<i>– Política Educacional: Combater as Consequências da Política Burguesa de Destruição do Ensino Público e da Educação Básica - Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), André Moreira Bordinhon (ADUA), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Elis Regina Fernandes Alves (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando Cesar Paulino Pereira (ADCAC), Lorena Ferreira Portes (SINDIPROL/ADUEL), Lourival Felix (SESDUEM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE), Valdir Anhucci (SINDIPROL/ADUEL), Viviane Vidal da Silva (ADUA).</i>	63
Texto 75	<i>– Os Hospitais Universitários são Patrimônio das Universidades Públicas. Não à EBSERH - Ana Paula Moura (ADUFRJ); Angela Beatriz de Carvalho (ADUFRJ); Bianca de Carvalho Pinheiro (ADUFRJ); Carmen Tindó (ADUFRJ); Cláudia Lino Piccinini (ADUFRJ); Dora Santa Cruz (ADUFRJ); Gumercinda Gonda – Cinda (ADUFRJ); Jacqueline Girão (ADUFRJ); Janete Luzia Leite (ADUFRJ), Maria de Fatima Siliansky de Andreazzi (ADUFRJ); Maria Inês de Souza Bravo (ADUFRJ); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ); Monica Fagundes (ADUFRJ); Rodrigo Volcan (ADUFRJ); Romildo Vieira do Bomfim (ADUFRJ); Ronaldo Lima Lins (ADUFRJ); Sara Granemann (ADUFRJ); Selene Alves Maia (ADUFRJ); Sofia de Sousa Silva (ADUFRJ); Sonia Reis (ADUFRJ); Vera Lins (ADUFRJ); Victor Lemus (ADUFRJ); Yolanda Guerra (ADUFRJ).</i>	68
Texto 76	<i>– Novo Ensino Médio: A Pedagogia do Opressor - Adelson Fernandes Moreira (SINDCEFET-MG); Adriano Vitti Mota (ADUFRA); Albany Mendonça (APUR); Aloízio Soares Ferreira (ASPUV); Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCEFET-MG); Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV); Angelica Lovatto (ADUNESP); Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU); Antônio Luís de Andrade – Tato (ADUNESP); Antônio José Mayhé Nunes (ADURRJ); Bráulio Silva Chaves (SINDCEFET-MG); Catarina Barbosa Torres Gomes (SINDCEFET-MG); Celia Regina Otranto (ADURRJ); Cícera Vanessa Maia (SINDCEFET-MG); Dayse Iara dos Santos (ADUNESP); Dilenno Dustan (APES-JF); Edilson Rodrigues Palhares (SINDCEFET-MG); Fábila Barboza Heluy Caram (SINDCEFET-MG); Fábio Kazuo Ocada (ADUNESP); Fernando Ramalho Martins (ADUNESP); Francisco Carlos Duarte Vitória (ADUFPEL); Gabriel Muñoz Palafox (ADUFU); Gilberto Marques Pereira (SINDCEFET-MG); Igor Mota Morici (SINDCEFET-MG); Janete Luzia Leite (ADUFRJ); João da Costa Chaves Júnior (ADUNESP-SSind.); Joao Francisco de Almeida Vitor (SINDCEFET-MG); José Domingues Godoi Filho (ADUFMAT); Juliana Barbosa de Segadas Vianna (ADURRJ); Lúcia Emília Letro Ribeiro (SINDCEFET-MG); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADURRJ); Marcelo Soares Pereira da Silva (ADUFU); Márcio Pereira da Silva (ADUNESP); Maria Célia Nunes Borges de Lima (SINDCEFET-MG); Maria De Lourdes Couto Nogueira</i>	73

<p>(SINDCEFET-MG); Marisol Valencia (ADURRJ); Milney Chasin (SINDCEFET-MG); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP); Monica Pirozi (ASPUV); Paulo Cesar Lage de Oliveira (SINDCEFET-MG); Samuel França Alves (SINDCEFET-MG); Sueli Guadalupe de Lima (ADUNESP); Valter Luiz de Almeida Vitor (SINDCEFET-MG); Vicente Donizete da Silva (SINDCEFET-MG); Virgílio Coelho De Oliveira Junior (SINDCEFET-MG.); Zenilde Moreira (ADUFERPE).</p>	
<p>Texto 77 – É Preciso Voltar a Mirar os Nossos Horizontes - Construir o Projeto de Educação Para Toda a Classe Trabalhadora - Adriano Vitti Mota (ADUFRA); Albany Mendonça (APUR); Aloízio Soares Ferreira (ASPUV); Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCEFET-MG); Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV); Angelica Lovatto (ADUNESP); Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU); Antônio Luís de Andrade – Tato (ADUNESP); Antônio José Mayhé Nunes (ADURRJ); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Celia Regina Otranto (ADURRJ); Cícera Vanessa Maia (SINDCEFET-MG); Dayse Iara dos Santos (ADUNESP); Dilenno Dustan (APES-JF); Fábila Barboza Heluy Caram (SINDCEFET-MG); Fábio Kazuo Ocada (ADUNESP); Fernando Ramalho Martins (ADUNESP); Francisco Carlos Duarte Vitória (ADUFPEL); Gabriel Muñoz Palafox (ADUFU); Gilberto Marques Pereira (SINDCEFET-MG); Igor Mota Morici (SINDCEFET-MG); Janete Luzia Leite (ADUFRJ); João da Costa Chaves Júnior (ADUNESP); José Domingues Godoi Filho (ADUFMAT); Juliana Barbosa de Segadas Vianna (ADURRJ); Lúcia Emília Letro Ribeiro (SINDCEFET-MG); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADURRJ); Marcelo Soares Pereira da Silva (ADUFU); Márcio Pereira da Silva (ADUNESP); Marisol Valencia (ADURRJ); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP); Monica Pirozi (ASPUV); Samuel França Alves (SINDCEFET-MG); Sueli Guadalupe de Lima (ADUNESP); Zenilde Moreira (ADUFERPE).</p>	78
<p>TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS</p>	
<p>Texto 78 – O Estatuto do ANDES-SN é a Consolidação das Normas Aprovadas Democraticamente, e não uma Peça Burocrática ao Sabor das Conveniências - As Eleições para a Diretoria e sua Posse Devem Ocorrer em 2022 - Aderaldo Alexandrino de Freitas (ADUFERPE); Adriana Machado Penna (ADUFF); Adriano Severo Figueiró (SEDUFMS); Adriano Vitti Mota (ADUFRA); Agatha Justen (ADUFF); Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Airton Paula Souza (ADUFS-SE); Alair Silveira (ADUFMAT); Albany Mendonça (APUR); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre José Medeiros do Nascimento (ADUFPI); Alexandre Macedo (ADUFPB); Aloizio Soares Ferreira (ASPUV); Alyne Sousa (SINDIFPI); Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCEFET-MG); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV); Angelica Lovatto (ADUNESP); Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP); Antonia Costa Andrade (SINDUFAP); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU); Antonio de Pádua Bosi (ADUNIOESTE); Antonio Francisco Lopes Dias (ADCESP); Antônio José Mayhé Nunes (ADUR-RJ); Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCEG); Antônio Luís de Andrade – Tato (ADUNESP); Antônio Rodrigues Belon (ADUFMS); Aparecida Darc de Souza (ADUNIOESTE); Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFPEL); Beatriz Tupinambá Freitas (ADUFS-SE); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Bráulio Silva Chaves (SINDCEFET-MG); Carlos Costa (ADCESP), Carlos Rinaldo Nogueira Martins (SINDUFAP); Cássio Alves (APUFPR); Catarina Barbosa Torres Gomes (SINDCEFET-MG); Catharina Marinho Meirelles (ADUFF); Celeste Pereira (ADUFPEL); Celia Regina Otranto (ADUR-RJ); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES); Ceres Torres (ADUFPEL); César Honorato (ADUFF); Cícera Vanessa Maia (SINDCEFET-MG); Claudete Sales Sampaio (ADUFS-SE); Claudia Alves Durans (APRUMA); Claudia March (ADUFF); Cláudio Gurgel (ADUFF); David Junior de Souza Silva (SINDUFAP); Dayse Iara dos Santos (ADUNESP); Denise Monte Braz (ADUR-RJ); Diana Regina dos Santos Alves Ferreira (SINDUFAP); Dilenno Dustan (APES-JF); Edgard Leite (ASPUV); Egmar Oliveira Souza Júnior (SINDIFPI); Elaine da Silva Neves (ADUFPEL); Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE); Eliane Fazolo (ADUR-RJ); Elizandra Garcia da Silva (ADUFF); Elyson Carvalho (ADUFS-SE); Epitácio Macário Moura (SINDUECE); Erlenia Sobral do Vale (SINDUECE); Fábila Barboza Heluy Caram (SINDCEFET-MG); Fábio Kazuo Ocada (ADUNESP); Fabiola Kato (ADUFPA); Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG); Fernando Ramalho Martins (ADUNESP); Franci Gomes Cardoso (APRUMA); Francisca Raquel da Costa (SINDIFPI); Francisco Carlos Duarte Vitória (ADUFPEL); Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE); Francisco Santiago (SINDUFAP); Gabriel Muñoz Palafox (ADUFU); Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFS-BA); Gelta Xavier (ADUFF); Geraldo do Nascimento Carvalho (ADUFPI); Gihad Mohamad (SEDUFMS); Gilberto Marques Pereira (SINDCEFET-</p>	85

MG); Graziela Lucci de Angelo (SEDUFMS); Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL); Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR); Igor Mota Morici (SINDCEFET-MG); Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP); Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT); Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI); Jacira Maria Machado de Oliveira (ADUFF); Jairo Paes Selles (ADUFF); Janete Brito (ADCESP); Janete Luzia Leite (ADUFRJ); João Batista Farias Junior (SINDIFPI); João Carlos Gilli Martins (SEDUFMS); João da Costa Chaves Júnior (ADUNESP); João Francisco de Almeida Vitor (SINDCEFET-MG); José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL); José Domingues Godoi Filho (ADUFMAT); José dos Santos Souza (ADUR-RJ); José Itabiricy (ADUFRA); José Jailton Marques (ADUFS-SE); José Raphael Bokehi (ADUFF); José Vitório Zago (ADUNICAMP); Juliana Barbosa de Segadas Vianna (ADUR-RJ); Juliana Iglesias Melim (ADUFES); Júlio Figueiredo (ADUFF); Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP); Léia Soares da Silva (SINDIFPI); Leonardo Dourado de Azevedo Neto (ADUA); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ); Lorena Moraes (ADCESP); Lúcia Izabel Silva (ADUFPA); Lucas Pacheco Campos (APES-JF); Lúcia Emília Letro Ribeiro (SINDCEFET-MG.); Luciano Coutinho (ADUFRJ); Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ); Luis Silva (SINDIFPI); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE); Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL); Luiz Paiva Carapeto (ADUFPEL); Marcelo Barreto Cavalcanti (ADUFEPE); Marcelo Massayoshi Ueki (ADUFS-SE); Marcelo Soares Pereira da Silva (ADUFU); Márcio Leonardo Lima Pereira (SINDIFPI); Márcio Pereira da Silva (ADUNESP); Marco Antonio Escher (APES-JF); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ); Maria Angélica da Gama Caral Coutinho (ADUR-RJ); Maria Augusta Tavares (ADUFAL); Maria Célia Nunes Borges de Lima (SINDCEFET-MG); Maria da Conceição Rosa Cabral (ADUFPA); Maria da Conceição dos Santos Costa (ADUFPA); Maria das Graças Soares Floresta (ASPUV); Maria de Lourdes Couto Nogueira (SINDCEFET-MG); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); Maria Edilene S. Ribeiro (ADUFPA); Maria Gabriela Guillén Carias (ADUFDOURADOS); Maria Isabel Duarte Rodrigues (ADUFPA); Maria Luzinete Alves Vanzeler (ADUFMAT); Maria Suely Soares (APUFPR); Maria Thereza Cândido Gomes de Menezes (ADUFF); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR); Marisol Valencia (ADUR-RJ); Maristela da Silva Souza (SEDUFMS); Marli Clementino Gonçalves (ADUFPI); Marluce Souza e Silva (ADUFMAT); Máuri de Carvalho (UFES); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Milena Martinez (APUFPR); Milney Chasin (SINDCEFET-MG); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP); Monica Pirozi (ASPUV); Mônica Vermes (ADUFES); Olgáises Maués (ADUFPA); Olinto Silveira Alves Filho (ADUFS-SE); Omar Albomoz (ADCESP); Oneize Amoras de Araújo (ADUFS-SE); Onice Teresinha Dall'Oglio (ADUFMAT); Paulo Antonio Cresciulo de Almeida (ADUFF); Paulo César Lage de Oliveira (SINDCEFET-MG); Osmar Gomes de Alencar Júnior (ADUFPI); Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP); Raimundo Sérgio de Farias Junior (SINDUEPA); Raphael Góes Furtado (ADUFES); Raquel Angela Speck (APUFPR); Regiana Wille (ADUFPEL); Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPB); Romildo de Castro Araújo (ADUFPI); Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA); Rosana Mendes Éleres de Figueiredo (APRUMA); Rosângela Assunção (ADCESP); Rosely Cabral Giordano (ADUFPA); Rosimê Meguins (ADUFPA); Rute Glésia Lima Noletto (SINDIFPI); Samuel França Alves (SINDCEFET-MG); Sandra Alessi (APUFPR); Sandra Moreira (ADUFPA); Saulo Arcangeli (SINDUEMA); Sérgio Inácio Nunes (ADUFU); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Sérgio Darwich (SINDUEPA); Sônia Maria Araújo (ADUFPA); Sônia Pimentel (ADUFS); Sônia Regina Teixeira (ADUFPA); Sueli Guadalupe de Lima (ADUNESP); Suly Rose Pereira Pinheiro (APRUMA); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Tamara Cardoso André (UDUNIOESTE); Tarcísio Luiz Pereira (ADUFMS); Valdelaine Mendes (ADUFPEL); Valter Luiz de Almeida Vitor (SINDCEFET-MG); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA); Vera Núbia Santos (ADUFS-SE); Vicente Donizete da Silva (SINDCEFET-MG); Vilson Aparecido da Mata (APUFPR); Vilemar Gomes da Silva (APRUMA); Virgílio Coelho Oliveira Júnior (SINDCEFET-MG); Vitor Wagner Neto de Oliveira (ADUFMS); Viviane Narvaes (ADUNIRIO); Waldir Bertúlio (ADUFMAT); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA); Waldyr Lins de Castro (ADUFF); Wanderley Padilha (SINDUNIFESSPA); Welbson do Vale Madeira (APRUMA); Wilma Pessôa (ADUFF); Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP); Zenilde Moreira (ADUFERPE).

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA II - PLANOS DE LUTAS DOS SETORES	
TR 58 – Escassez de Financiamento, Ingerências e Violações de Direitos Docentes nas Universidades Estaduais da Bahia	13
TR 59 – Reforma do Ensino Médio: O Desmonte da Educação Básica pela Pedagogia da Acumulação Flexível	18
TEMA III – PLANO GERAL DE LUTAS	
TR 60 – Instituir uma Comissão Nacional de Docentes no ANDES-SN, Composta por um Representante Titular e um Suplente de cada Regional, Eleito por seus Pares em Congresso, para Assessorar Tecnicamente a Diretoria e o Jurídico do Sindicato Nacional	21
TR 61 – Um Passo no Sentido da Necessária Reorganização da Classe Trabalhadora: O ANDES-SN Deve Sair da CSP-CONLUTAS -	24
TR 62 – Resoluções 02/2019 e 01/2020: Revogação Já! Por uma Formação que Defenda os Interesses das/dos Trabalhadoras/res	26
TR 63 – GTPE como Espaço de Fortalecimento da Política Educacional que Defendemos	27
TR 64 – Sobre a Saúde do e da Trabalhadora do Ensino Superior: Impasses e Perspectivas de Superação do Sofrimento Docente	31
TR 65 – Avançar na Luta Antirracista no Âmbito do ANDES-SN!	34
TR 66 – Atividade Minerária, Energia e Questões Sócioambientais: A Necessidade de Maior Envolvimento do ANDES-SN	37
TR 67 – A Guerra da Rússia sobre a Ucrânia: Reflexões Importantes	46
TR 68 – Abaixo a Limpeza Étnica contra o Povo Yanomami! Solidariedade Efetiva para a Autodeterminação e a Autodefesa dos Povos Indígenas	48
TR 69 – Contra as Redes de Tráfico de Mulheres e Contra o Femicídio	49
TR 70 – Todo Migrante é Legal: Por uma Campanha em Defesa dos Migrantes Congolese na África	52
TR 71 – Nem Mais Um Dia Para Bolsonaro!	53
TR 72 – Por uma Palestina Livre, Laica, Unificada E Socialista, do Rio Jordão ao Mar Mediterrâneo	55
TR 73 – Combater as Opressões Sobre as Mulheres, Negros, Homossexuais e Transexuais com um Programa que Parta das Reivindicações por Empregos, Salários, Direitos e Terra E Projete a Luta Pelo Fim da Sociedade de Classes, Raiz de Toda Opressão	62
TR 74 – Política Educacional: Combater as Consequências da Política Burguesa de Destruição do Ensino Público e da Educação Básica	68
TR 75 – Os Hospitais Universitários são Patrimônio das Universidades Públicas. Não à EBSEH	72
TR 76 – Novo Ensino Médio: A Pedagogia do Opressor	77
TR 77 – É Preciso Voltar a Mirar os Nossos Horizontes - Construir o Projeto de Educação Para Toda a Classe Trabalhadora	82
TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 78 – O Estatuto do ANDES-SN é a Consolidação das Normas Aprovadas Democraticamente, e não uma Peça Burocrática ao Sabor das Conveniências - As Eleições para a Diretoria e sua Posse Devem Ocorrer em 2022	91

TEMA II - PLANOS DE LUTAS DOS SETORES

TEXTO 58

Contribuição da Diretoria da ADUNEB.

ESCASSEZ DE FINANCIAMENTO, INGERÊNCIAS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS DOCENTES NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA BAHIA

TEXTO DE APOIO

As universidades estaduais da Bahia (UEBA) – UNEB, UEFS, UESC e UESB – estão presentes em 29 municípios do estado, atendendo a população de todos os territórios de identidade da Bahia, com cursos de graduação e pós-graduação. No entanto, a situação atual dessas instituições de ensino superior (IES) é de extrema precarização devido ao insuficiente financiamento pago pelo governo do estado da Bahia.

Os recursos utilizados para esse financiamento são, em grande parte, oriundos do tesouro do governo do estado – em torno de 5% da Receita Líquida de Impostos (RLI). Outra pequena parte desses recursos vem da captação própria das universidades e de convênios com o Governo Federal. Nessa perspectiva, conforme assinala Barbosa (2016)⁴⁰, o financiamento das UEBA depende intimamente do desempenho econômico do Estado, não sendo, portanto, resultado de um plano de metas do Governo Estadual.

Um fato agravante é que esse parco financiamento ainda é submetido a diversas variáveis limitadoras como, por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Como consequência, as universidades não atingem seus objetivos mais primários, que é oferecer ensino de qualidade cumprindo o tripé constitucional na articulação com as atividades de extensão e de pesquisa. Quando se considera a verba destinada às IES estaduais da Bahia dentro do valor global da Educação, torna-se fácil perceber como o financiamento das UEBA tem estado em queda desde 2013.

Barbosa afirma que esse financiamento incremental (em que as verbas são alocadas em cada universidade em função do orçamento do ano anterior, obedecendo a critérios que variam em razão do cenário econômico e político) favorece o controle do Governo do Estado sobre a gestão da universidade e “afeta a autonomia universitária, na medida em que as universidades recebem os recursos já consignados para grupos e elementos de despesas específicos” (BARBOSA, 2016, p. 84). Ademais, esse modelo incremental de financiamento – cujos critérios de alocação de recursos para as UEBA são desconhecidos pelos gestores dessas IES – faz com que as universidades estaduais concorram entre si na alocação de recursos orçamentários. Como um agravante para as dificuldades administrativo-financeiras das UEBA, tudo isso ainda se combina com outros mecanismos que, desde o ano de 2015, o governo da Bahia cria com a finalidade de realizar ingerência nas universidades.

⁴⁰ BARBOSA, Cesar. Financiamento e Restrições Orçamentárias das Universidades Estaduais Baianas. In: FIALHO, N.H. (Org.). **Universidades Estaduais e Financiamento da Educação Superior da Bahia**. Salvador: EDUNEB, 2016.

Ainda sobre a fonte dos recursos que sustentam as UEBA, Fialho e Carneiro (2006)⁴¹ lembram que em cumprimento do Art. 211 da Constituição de 1988, a União deve exercer a função distributiva e supletiva para garantir, por meio da disponibilização de recursos técnicos e financeiros, a qualidade do ensino, apesar de não haver menção às universidades estaduais ou às municipais nem definição da fonte ou do percentual a ser aplicado. Em dados divulgados pelo governo da Bahia, não são encontradas informações sobre essa fonte de financiamento. Não se tem notícias de se a Bahia recebe esse recurso federal para o financiamento das UEBA ou se o estado tem se declinado do direito de recebê-lo. Mas, por outro lado, os documentos oficiais da gestão estadual apontam para o fato de que o governo da Bahia usa de seus próprios recursos para o financiamento dos institutos federais de educação situados no território baiano.

Todo esse contexto implica nos direitos da categoria docente que, de janeiro de 2016 a dezembro de 2021, não teve em seu salário nem mesmo os reajustes relativos às perdas inflacionárias. Na gestão do estado da Bahia desde janeiro de 2015, o governador Rui Costa, desconsiderando que as perdas salariais das professoras e dos professores das UEBA se acumulam em torno dos 50%, concedeu o reajuste linear de parcos 4% para todo o funcionalismo público, a partir de janeiro de 2022, e, a contar do mês de março de 2022, o reajuste em parcela fixa sobre o vencimento básico de R\$100,00, R\$200,00 ou R\$300,00 sobre o vencimento básico de docentes das UEBA com carga horária semanal de 20 horas, 40 horas ou 40 horas com dedicação exclusiva, respectivamente. Tal reajuste mantém a Bahia como o estado que paga um dos piores salários do Nordeste, embora este seja o estado dessa região brasileira que mais arrecada impostos. Além disso, ao instituir o reajuste em parcela fixa sobre o vencimento básico, o governador fere o Estatuto do Magistério Superior das Universidades Estaduais da Bahia (Lei 8352/02)⁴² por desalinhar seu Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos da categoria.

A insuficiência de recursos das UEBA se revela também na falta de condições materiais, na falta de pessoal para o desenvolvimento de atividades intrínsecas à universidade e na violação de direitos docentes previstos na Constituição Federal⁴³ e no Estatuto do Magistério Superior das Universidades Estaduais da Bahia

Diante desse cenário, o Fórum das associações de docentes das UEBA tem insistido na reivindicação, junto ao governo do estado, do aumento do percentual da RLI destinado às UEBA. A luta do Movimento Docente é que sejam destinados para as universidades estaduais, no mínimo, 7% da RLI, com revisão do percentual a cada dois anos, sendo o novo orçamento sempre superior ao executado no ano anterior.

Outro fato que agrava a administração financeira e acadêmica das UEBA é a criação, pelo governo da Bahia, de mecanismos para ingerência nas universidades estaduais. Destaca-se, entre esses mecanismos, o Decreto n.º 15.924, criado em 2015. Esse decreto impõe contingências e controla a execução orçamentária das instituições da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, concedendo à Secretaria de Administração do Estado da Bahia (SAEB) o poder legal de deferir ou indeferir processos por meio da emissão de Requisição de Serviço e Requisição de Material.

⁴¹ FIALHO, Nadia Hage; CARNEIRO, Breno Pádua Brandão. Universidades Estaduais e Financiamento da Educação Superior: notas sobre paradoxos, relevância e sustentabilidade. In: FIALHO, N.H. (Org.). **Universidades Estaduais e Financiamento da Educação Superior da Bahia**. Salvador: EDUNEB, 2016.

⁴² BAHIA. **Lei n.º 8.352, de 02 de setembro de 2002**. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público das Universidades do Estado da Bahia e dá outras providências. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/86168/lei-8352-02>. Acesso em 03/02/2022.

⁴³ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional no 105/2019. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf. Acesso em 03/02/2022

Dessa forma, o Decreto 15.924 tem como um de seus efeitos a perda da autonomia das universidades estaduais da Bahia e, por conseguinte, a violação de direitos docentes garantidos no Estatuto do Magistério Superior das Universidades Estaduais da Bahia. Por exemplo, a SAEB, através de processos administrativos de autorização de despesas, tem indeferido diversos de processos de promoção e progressão na carreira dessas IES a categoria docente tem aguardado por períodos de até 5 anos para serem promovidos às classes que lhes são de direito, sem que lhes sejam assegurados o reconhecimento do início da vigência nem o pagamento dos salários retroativos à data em que seu processo de promoção foi aprovado pela universidade.

Tal conduta da SAEB desrespeita o art. 18, no seu parágrafo 2º, que estabelece que “O processo para promoção e progressão funcional deverá tramitar, ser decidido e encerrado no âmbito da Universidade.” e o art. 19, que institui que “O acompanhamento e a homologação dos processos de promoção e de progressão na carreira docente será da competência do Conselho Superior de cada Universidade”. A violação desses direitos segue a política ultraneoliberal de ataque aos serviços públicos e às carreiras do funcionalismo público, conforme a lógica proposta na Emenda Constitucional 32 em tramitação no Congresso Nacional⁴⁴.

Os setores administrativos dessas universidades, por sua vez, acatam pacificamente essa ingerência do governo do estado, deixando, assim, de exercer o controle sobre as vacâncias como base para a distribuição de vagas do quadro docente de acordo com as necessidades identificadas por cada Departamento. Consequências graves da aquiescência dos gestores dessas universidades com a postura abusiva do governo do estado são os prejuízos para a vida funcional e financeira de docentes do quadro efetivo e a falta de perspectiva de abertura de edital de concurso público, o que, por sua vez, gera um grande número de docentes contratados pelo Regime Especial de Direito Administrativo (REDA).

A falta de autonomia dessas IES redundando em sua incapacidade de legislar como autarquia, o que dificulta, além das questões relativas à carreira docente mencionadas acima, a tramitação de processos de mudança de regime de trabalho, a aplicação de recursos em demandas inerentes à instituição acadêmica.

Diante do contexto que se revela nas UEBA, observa-se que o plano de lutas do Setor das IEES/IMES apresentado no 39º CONGRESSO do ANDES-SN permanece atual quando delibera que esse sindicato nacional:

TR – 58

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Por meio das secretarias regionais, em articulação com as seções sindicais, fortaleça os fóruns ou espaços de articulação das IEES-IMES.
2. Por meio das secretarias regionais e em conjunto com as seções sindicais, intensifique a defesa do financiamento público para as IEES-IMES, disputando o orçamento dessas IES na Lei Orçamentária Anual (LOA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Plano Plurianual (PPA) dos estados e municípios, com incidência em processos de elaboração, aprovação e

⁴⁴ ADUNEB. Associação de Docentes da UNEB. *Boletim Jurídico*. Novembro de 2021.

implementação do orçamento sem contingenciamentos, para que sejam assegurados o funcionamento e a autonomia da gestão financeira, acadêmica e política das IEES/IMES.

3. Intensifique a luta pela reposição das perdas salariais dos estados e municípios e pela garantia dos direitos da carreira e de reajustes que compensem as perdas acumuladas.

4. Defenda que o salário mínimo calculado pelo DIEESE seja a referência para o estabelecimento do piso da remuneração dos docentes em fase inicial de carreira, para o regime de trabalho de 20 horas.

5. Em articulação com as seções sindicais, reafirme a defesa da Dedicação Exclusiva (DE) como regime prioritário de trabalho para a carreira docente e defenda a DE nos contextos em que esse regime de trabalho está sendo atacado.

6. Reforce a luta em defesa dos direitos estabelecidos nos planos de carreira que estão sendo atacados pelos governos estaduais e/ou municipais.

8. Lute para que os eixos e princípios do plano de carreira do sindicato seja a referência para a reivindicação do estabelecimento das carreiras docente de IEES –IMES, nos contextos em que esse plano de carreira ainda não tenha sido definido ou onde o atual plano de carreira seja incompatível com as necessidades da categoria.

9. Fortaleça a luta pela realização regular de concursos públicos para docentes, superando a atual situação de crescimento acelerado da precarização do trabalho docente, que atinge as IEES-IMES.

10. Intensifique a luta nos estados e municípios pela revogação da reforma da previdência.

11. Por meio das seções sindicais, intensifique as campanhas de combate ao assédio sexual e moral e ao adoecimento docente e revigore a luta pela implementação de comissões e ouvidorias nas IEES-IMES, com composição majoritária de representação sindical e estudantil, para apuração dos casos.

12. Em suas seções sindicais, lute pela revogação da Lei Kandir e EC 95/2016 e pela garantia do pagamento da dívida da cota-parte dos estados pela União.

13. Por meio das seções sindicais, defenda os processos estatuintes nas IEES-IMES, a democracia interna, o fim de qualquer interferência do poder executivo nas escolhas dos dirigentes das universidades e o fim da lista tríplice.

14. Construa a semana de lutas do Setor das IEES/IMES com os eixos citados, dialogando com o calendário de lutas da categoria: a) Carreira e DE; b) Cortes e contingenciamento do orçamento; c) Saúde docente e condições de trabalho; d) Autonomia universitária.

15. Mantenha a luta contra projetos similares ao Future-se.

16. Lute contra a Reforma Administrativa (PEC 32) e suas repercussões nas IEES/IMES, em especial no caráter público da educação, carreira docente, condições salariais e condições de trabalho, bem como articule nos estados e municípios, com entidades sindicais e movimentos sociais, o enfrentamento contra a PEC 32 e seus desdobramentos nos estados e municípios.

TEXTO 59

Contribuição da Assembleia Docente do SINDCEFET-MG, realizada em 14 de março de 2022.

REFORMA DO ENSINO MÉDIO: O DESMONTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA PELA PEDAGOGIA DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

TEXTO DE APOIO

Histórico da Reforma do Ensino Médio de 2017

No dia 16 de fevereiro de 2017, foi promulgada a Lei nº 13.415, que regulamenta o assim chamado “Novo Ensino Médio”, uma adequação do ensino médio aos interesses da acumulação flexível do capital. Essa reforma do ensino médio ocorre inicialmente pela edição da Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016, pelo governo Temer, orientada pelos interesses do setor privado (Instituto Unibanco, Fundação Ayrton Senna, Fundação Bradesco, Fundação Lemann e outras instituições integrantes do movimento Todos pela Educação), de dirigentes do Ministério da Educação nos últimos governos (notadamente, Maria Helena Guimarães de Castro, uma das principais articuladoras da proposta e atual presidente do CNE) e pelo Conselho de Secretários de Educação dos estados.

Apesar da forte resistência travada pelos setores progressistas da sociedade civil (especialmente, o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio e o movimento dos estudantes secundaristas) às novas diretrizes e bases para o ensino médio previstas nessa proposta, a Reforma foi convertida em lei e aprovada, de forma autoritária, nos termos da MP nº 746/2016, rompendo com o espaço de discussão entre os que se opunham à proposta e ao governo. No centro dessa disputa estavam duas compreensões: de um lado, os interessados na Reforma do Ensino Médio defendiam que a estrutura curricular então em vigor era rígida, com volume excessivo de disciplinas e sem possibilidades de escolhas por parte dos estudantes; de outro lado, os críticos da Reforma argumentavam que ela rompia com a obrigatoriedade de uma formação comum, fragmentava o processo formativo e desconstruía a educação básica pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

As principais mudanças introduzidas pelo “Novo Ensino Médio”

O “Novo Ensino Médio” baseia-se em uma concepção pedagógica estruturada pelo princípio da flexibilidade, que se materializa em dois elementos fundamentais: carga horária e organização curricular. A organização curricular passa a admitir diferentes percursos conjugados com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio, sob a alegação de que “itinerários formativos” diversos atendem aos anseios dos jovens ingressantes nesse nível de ensino.

A lei introduz cinco possibilidades de “itinerários formativos”: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; e formação técnica e profissional. O estudante deverá optar por um desses itinerários conforme as possibilidades concretas de oferta das escolas. Os únicos “componentes curriculares” obrigatórios da BNCC para as três séries do ensino médio, em todos os itinerários, são língua portuguesa e matemática. Cabe ressaltar que a lei reduziu a organização

curricular estruturada em disciplinas pelo uso da noção de “estudos e práticas” para se referir às demais áreas do conhecimento que compõem o novo currículo, imprimindo-lhe um caráter fundamentalmente flexível.

Com relação à carga horária, há uma separação entre a parte dedicada à formação comum a todos os discentes, limitada a 1800 horas, e a parte diversificada, relativa aos itinerários, que pode corresponder a cerca de 2/3 da duração total do curso. No caso específico do itinerário “formação técnica e profissional”, por exemplo, a carga horária pode perfazer um total de 25% até 62% da duração completa do curso.

Concepções e impactos do “Novo Ensino Médio”

O objetivo do “Novo Ensino Médio”, marcado pela pedagogia da acumulação flexível, consiste em formar, por meio de um currículo aligeirado e superficial, trabalhadores socializados para aceitar como natural o desempenho de múltiplas tarefas em um mercado flexibilizado, caracterizado pelas várias modalidades de trabalho desregulamentado e precarizado em consonância com as tecnologias digitais e a dinâmica volátil do capital financeiro. Assim, o mercado flexibilizado impõe ao trabalhador uma formação alienante, que o prepara para uma atuação em condições laborais precarizadas e despojada de vínculo com uma categoria profissional.

Desse modo, acirra-se a dualidade estrutural presente no sistema educacional brasileiro. Essa dualidade caracteriza-se pela fragmentação do sistema escolar constituído por duas redes de escolarização: a rede de formação dos trabalhadores manuais e a rede de formação dos trabalhadores intelectuais. Essa estrutura assegura a conservação da diferença entre classes sociais e o abandono social e político da força de trabalho barata, traço marcante da sociedade brasileira. Assegura a segmentação dos indivíduos que atuarão em postos de trabalhos antagônicos na divisão social do trabalho. De um lado, os oriundos dos setores mais pobres da população aos quais são destinados um ensino superficial e aligeirado e, de outro, um ensino destinado às classes dirigentes, àqueles que terão o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que marcam o processo do trabalho moderno, a esses são destinados os conteúdos mais sofisticados dos saberes mais complexos. Esta morfologia do sistema educacional reproduz e legitima a posição conferida pela hierarquia social imposta pela ordem do capital. Vale destacar que essa nova legislação do ensino médio contraria todas as pautas reivindicatórias dos profissionais da educação, ao longo dos últimos anos, desde o período de redemocratização do país, ou seja, em garantir uma educação pública laica de qualidade e socialmente referenciada, para todos os níveis da educação, para que não haja diferenças entre educação de ricos e pobres.

Nessa perspectiva, o principal argumento utilizado pelos defensores da Reforma para justificar a flexibilização é que a escolha do aluno por um dos itinerários formativos, em consonância com sua história e projeto de vida, conjugado com uma base nacional mínima tornaria o ensino médio mais atrativo, promovendo a redução dos índices de retenção e evasão escolar. No entanto, a organização curricular, mediante itinerários formativos, priva os discentes do acesso ao domínio do conhecimento dos fundamentos científicos dos processos tecnológicos, sobre os quais estão a base da organização da produção moderna, assim como das conexões desses saberes com as esferas sociais, históricas, éticas, políticas e estéticas. Além disso, importa questionar neste modelo curricular se o discente ainda tão jovem terá maturidade intelectual e sócio-afetiva suficiente para optar pelo percurso escolhido. Importa também indagar se o contato por apenas um ano e meio com as diversas áreas de conhecimento propiciará ao estudante a cognição requerida

para selecionar de forma consciente uma ou outra área de saber. À vista disso, o ensino médio transferirá para o educando a responsabilidade pelas escolhas formativas, antes de fornecer-lhe as condições necessárias para esta tomada de decisão. As implicações desta escolha não recairão sobre as condições materiais que cercam os discentes nem tampouco sobre as oscilações e volatilização dos interesses do capital, mas exclusivamente sobre o indivíduo que definiu, precocemente e sem o acúmulo de conhecimento necessário, o seu itinerário.

Além disso, esse modelo curricular abre o flanco para a redução do quadro de docentes nas instituições públicas de ensino e promove a precarização do trabalho docente com tendência à sua “desprofissionalização”. A concepção pedagógica da flexibilidade faz recair sobre os discentes a responsabilidade por determinar os horários, as condições e o ritmo da aprendizagem, de acordo com a sua trajetória de vida, no intuito de fazê-los “aprender a aprender”. Deste modo, o docente assume a condição de uma espécie de tutor cujo papel consiste apenas em acompanhar o processo de aprendizagem, passando da condição de protagonista do processo de ensino à de “professor-entregador”, guardando similaridade com os trabalhadores precarizados de aplicativos. Portanto, a concepção pedagógica aligeirada e flexibilizada do “Novo Ensino Médio” cumpre também o objetivo de reduzir os investimentos públicos na educação.

O “Novo Ensino Médio” e as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

O “Novo Ensino Médio” alcança a Educação Profissional e Tecnológica desenvolvida nos Institutos Federais e CEFETs por meio da Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de Janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

Ao reforçar a construção do Itinerário Formativo da Educação Profissional por meio da concomitância, a Resolução pavimenta o caminho das parcerias público-privadas e a apropriação dos fundos públicos para a oferta de Educação Profissional, combinada a uma formação geral empobrecida, alinhando a Educação Pública com as demandas do mercado e com a privatização dos serviços públicos, um dos eixos fundamentais da política de Bolsonaro e Guedes.

Ao possibilitar a contratação de profissionais para atuar na Educação Profissional, por meio do reconhecimento de “notório saber”, a Resolução reafirma a disjunção entre formação geral e formação profissional técnica, além de desvalorizar e precarizar o trabalho docente.

A Resolução determina que a Base Nacional Curricular Comum seja a referência para o arranjo curricular do Ensino Médio Integrado, ignorando as especificidades da integração e implicando uma formação geral empobrecida, decorrente da busca pelo barateamento da Educação Pública, um dos objetivos orientadores da Lei nº 13.415.

Por isso, é importante ressaltar que mais do que uma ameaça ao conhecimento mais amplo, crítico e transformador, é o prenúncio de uma redução do quadro de docentes por áreas nas instituições públicas de ensino e uma superficialização do saber pela via da fragmentação das disciplinas. O “Novo Ensino Médio” introduz uma profunda contradição à concepção de educação expressa no *Caderno 2* do ANDES-SN.

TR – 59

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

O 40º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Que a Diretoria do ANDES-SN em articulação com as SSind. se empenhe na luta pela revogação:
 - a. da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e contra todas as medidas que são associadas ao “Novo Ensino Médio”;
 - b. da Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de Janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
2. Realizar uma campanha, em âmbito nacional juntamente com outras entidades do setor da educação, de esclarecimento e de combate ao Novo Ensino Médio, buscando a revogação do ordenamento legal que lhe dá sustentação.

TEMA III-PLANO GERAL DE LUTAS

TEXTO 60

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Antônio Carlos Freitas Vale de Lemos (SEDUFMS), Francisco E. de Freitas (SEDUFMS), Gihad Mohamad (SEDUFMS), João Batista Dias de Paiva (SEDUFMS), Maria Beatriz B. de M. Carnielutti (SEDUFMS), Narà de Fátima Quadros da Silveira (SEDUFMS).

INSTITUIR UMA COMISSÃO NACIONAL DE DOCENTES NO ANDES-SN, COMPOSTA POR UM REPRESENTANTE TITULAR E UM SUPLENTE DE CADA REGIONAL, ELEITO POR SEUS PARES EM CONGRESSO, PARA ASSESSORAR TECNICAMENTE A DIRETORIA E O JURÍDICO DO SINDICATO NACIONAL.

TEXTO DE APOIO

-Considerando que o Estatuto do ANDES no Art. 15, inciso X, estabelece como atribuição do CONGRESSO, “criar, indicando seus componentes, ou extinguir Comissões ou Grupos de Trabalho permanentes ou temporários,”

-Considerando as diferentes perdas sofridas pela categoria docente, ativos e aposentados, nas diferentes políticas e reestruturações ao longo de sua carreira como:

Externamente as Instituições:

A Lei Nº 11344/2006, que reestruturou as Carreiras do Ensino Superior e do Magistério de 1º e 2º Graus.

Na carreira do Magistério Superior, reestruturou em:

I Professor Titular;

II Professor Associado;

III Professor Adjunto;

IV Professor Assistente; e

V Professor Auxiliar.

Desta forma ao alterar a estrutura física da Carreira do Magistério Superior, criando a Classe do Professor Associado, totalizando dezesseis níveis, à lei estabeleceu um tempo maior para o professor chegar ao final da carreira, e alterou para uma classe inferior (com quatro níveis), a posição dos docentes aposentados, que se aposentaram no topo da carreira, Professor Adjunto IV (Professor Titular não fazia parte da carreira), bem como aos demais, ocasionando perdas significativas porque esta transposição não guardou a mesma relação com a situação na carreira antiga.

Já, para o Magistério de 1º e 2º graus, reestruturou em seis classes - A, B, C, D, E e Classe Especial. Também, ao criar a classe especial, totalizando dezesseis níveis, à lei estabeleceu um

tempo maior para o professor chegar ao final da carreira, e alterou para uma posição inferior, por ocasião da aposentadoria, a ocupada pelos docentes aposentados e conseqüentemente perdas.

Em 2008, quando novamente, os professores federais tiveram sua carreira reestruturada, principalmente os professores de 1º e 2º graus, os quais tiveram tanto a denominação de sua carreira alterada de Magistério de 1º e 2º Graus para Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) – quanto as suas atribuições, através da Medida Provisória Nº 431/2008, que foi convertida na Lei Nº 11784/2008.

Nessa trajetória de reestruturação, já se evidenciava perdas para categoria:

- Pela alteração na estrutura física da carreira;

-Pelo aumento de atribuições do professor, que em grande parte comprometeu o planejamento das atividades educadoras e lesou a identidade do professor, transformando muitas vezes esse profissional em um instrutor.

Posteriormente, também através da Lei Nº 12772/2012, os docentes do Magistério Superior e do EBTT tiveram sua carreira reestruturada e passaram a fazer parte da estrutura do Plano de Carreira e Cargos de Magistério Federal.

Finalizando, esta trajetória de aproximadamente trinta anos, LEI Nº 13.325/2016, com desvalorização do Regime de Trabalho do docente do Magistério Superior e do docente do Ensino Básico Técnico e Tecnológico e perdas das proporcionalidade do Regime de 20 horas, 40 horas e 40hs com DE.

Nestas reestruturações ficou evidenciado, perdas e inexistências de políticas efetivas de aumento salarial e valorização da Profissão de Professor Ativo e Aposentado. Portanto urge criar instrumentos permanentes, dentro do Sindicato Nacional para acompanhar, estudar e fiscalizar as políticas voltadas para a categoria docente.

Internamente quando solicitado:

Poder, EVENTUALMENTE, dialogar com as CPPDs (Comissão Permanente de Docente) das Instituições de Ensino na Formulação e Acompanhamento das Políticas para categoria Docente.

A presente Comissão objetiva analisar todas as matérias que se relacionam com atividade docente: Carreira, Salário e Previdência para ativos e aposentados.

TR – 60

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Instituir UMA COMISSÃO NACIONAL DE DOCENTES-CND NO ANDES-SN, composta por um representante titular e um suplente de cada Regional, eleito por seus pares em Congresso, para ASSESSORAR TECNICAMENTE a sua Diretoria e o seu Jurídico.



UM PASSO NO SENTIDO DA NECESSÁRIA REORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA: O ANDES-SN DEVE SAIR DA CSP-CONLUTAS

TEXTO DE APOIO

A existência de 14 centrais sindicais no Brasil, todas com baixa representatividade social, tem sido um fator que dificulta a organização e a unidade da luta classe trabalhadora no país, como observado nos recentes processos que culminaram na aprovação das contrarreformas nos governos Temer e Bolsonaro.

Segundo atualização realizada em setembro de 2021 pelo Ministério do Trabalho e Previdência existem 13 (treze) centrais sindicais com CNPJ ativo no país, listadas no quadro a seguir.

Central do Brasil Democrática de Trabalhadores	CBDT NACIONAL
Central dos Sindicatos Brasileiros	CSB
Central Sindical e Popular Conlutas	CSP-CONLUTAS
Central das Entidades de Servidores Públicos	CESP
Central Geral dos Trabalhadores do Brasil	CGTB
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil	CTB
Central Única dos Trabalhadores	CUT
Força Sindical	FS
Intersindical Central da Classe Trabalhadora	INTERSINDICAL
Nova Central Sindical de Trabalhadores	NCST
Central do Servidor	PÚBLICA
União Geral dos Trabalhadores	UGT
União Sindical dos Trabalhadores	UST

Na lista acima não consta a Intersindical Instrumento de Luta, que não aparece nos registros do governo federal, mas poderia ser acrescida como uma 14ª central sindical a existir de

fato.

Apesar da existência de tantas centrais sindicais, o número de trabalhadoras e trabalhadores sindicalizados teve queda de 21,7% desde a reforma trabalhista, segundo o IBGE. Isso corresponde a um contingente de, aproximadamente, 2,9 milhões de pessoas que, em três anos, cancelaram o vínculo ao respectivo sindicato. É o que aponta o IBGE em levantamento ocorrido entre 2017 e 2020.

A queda no número de sindicalizados ocorreu de modo mais expressivo em 2018, segundo dados do IBGE, quando 1,5 milhão de trabalhadores cancelaram a adesão ao sindicato naquele ano. Em 2017, ano da aprovação da reforma trabalhista, houve redução de 432 mil sindicalizados no país. Em 2019, ainda segundo o IBGE, o país perdeu mais 951 mil trabalhadores com vínculo sindical. Com isso, a taxa de sindicalização ficou em 11,2%. Em 2012, essa taxa era de 16,1%.

A queda de sindicalização se observa em todos os setores, inclusive no serviço público. Segundo o IBGE, a taxa de sindicalização no segmento de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais ficou em 18,4% em 2019 - um ano antes, estava em 22%.

O Brasil possuía aproximadamente 34 milhões de trabalhadores e de trabalhadoras com carteira assinada em 2019, com cerca de 12 milhões de servidoras e servidores públicos. Os sindicatos filiados em centrais sindicais representavam pouco mais de 20% deste contingente, ou algo como 10 milhões de trabalhadores. Ou seja, cerca de 4/5 da classe trabalhadora com ocupação formal não estava representada pelas centrais sindicais brasileiras à época deste levantamento.

Uma central sindical deveria atuar como uma frente de forças políticas com o objetivo de organizar sindicatos e movimentos sociais nas lutas comuns. O atual modelo das centrais brasileiras, entretanto, excessivamente segmentado e centrado em organizações partidárias, desconfigura o caráter de frente que deveriam assumir. A perspectiva de amplitude política não deve prescindir, evidentemente, da formação de um campo majoritário que irá se expressar pelo voto nos encontros deliberativos de cada organização. Mas, na essência, uma central sindical precisa valorizar consensos para preservar seu caráter de maior amplitude, no lugar de se constituir exclusivamente como o espaço da maioria.

O 4º Congresso da CSP-Conlutas, ocorrido em 2019 em Vinhedo/SP, aprovou proposições que potencializaram e estimularam tanto o afastamento da classe trabalhadora organizada de seus sindicatos quanto a desmobilização dos trabalhadores e das trabalhadoras em geral. Neste contexto se insere a rejeição da proposta de participação da central no Fórum Popular, Sindical e das Juventudes, apresentada pelo ANDES-SN. Ou, ainda, a aprovação do “Fora Maduro”, que dialogou com setores da extrema-direita - inclusive com a política externa de Bolsonaro. Também a resolução sobre a Lava-Jato e a Vaza-Jato (“não é tarefa do movimento dos trabalhadores defender Lula Preso ou Livre”), numa espécie de endosso das teses de Sérgio Moro e Deltan Dallagnol. Tais deliberações demonstram o quanto a CSP-Conlutas está distante de ser uma entidade que acolha, ou ao menos respeite, opiniões diferentes daquelas que são postuladas pelo seu campo majoritário.

Em 2021, a CSP-Conlutas se somou aos atos pró-imperialistas contra Cuba convocados para ocorrer em 15/11, inclusive fazendo uma manifestação em frente ao consulado cubano em São Paulo, apoiando os ataques contra o país caribenho. Mais recentemente, a referida central sindical apresentou teses dentro do Congresso da CNTE, atuando como uma espécie de fração ou corrente sindical junto àquela importante confederação.

Diante do cenário em que a referida central sindical tem atuado cada vez mais na

perspectiva da fragmentação da classe trabalhadora, a assembleia geral do SindoIF SSind - Seção Sindical do ANDES-SN no IFRS - volta a encaminhar para a apreciação dos delegados e delegadas ao 40º Congresso o texto de resolução que apresentou quando do 39º Congresso. Por entender que o ANDES Sindicato Nacional precisa trilhar o caminho de construção da necessária unidade para reorganizar e fortalecer as ferramentas de luta de trabalhadores e trabalhadoras no país.

TR – 61

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) deverá encaminhar imediata desfiliação da CSP-Conlutas.

TEXTO 62

Contribuição do GTPE da ADUFU (Iara Maria Mora Longhini; Leonice Matilde Richter; Lúcia Helena de Paula Menezes; Marina Ferreira de Souza Antunes e Olenir Maria Mendes) e da Diretoria Executiva da ADUFU (Sidiney Ruocco Junior; João Marcos Alem; Silma do Carmo Nunes; Vanessa Matos dos Santos; Diogo Gomes Novaes; Liliane Parreira Tannus Gontijo; Edilson José Graciolli; Edilamar Rezende; Marisa Aparecida Elias; Karina Klinke).

RESOLUÇÕES 02/2019 E 01/2020: REVOGAÇÃO JÁ! POR UMA FORMAÇÃO QUE DEFENDA OS INTERESSES DAS/DOS TRABALHADORAS/RES⁴⁵.

TEXTO DE APOIO

A conjuntura atual está marcada por uma visão de mundo que se opõe à difusão do pensamento científico, da diversidade cultural e reflexão filosófica, se constituindo num obscurantismo beligerante (DUARTE, 2018)⁴⁶.

⁴⁵ Texto elaborado pelo GTPE Adufu-SS ([Iara Maria Mora Longhini](#); [Leonice Matilde Richter](#); Lúcia Helena de Paula Menezes; Marina Ferreira de Souza Antunes e [Olenir Maria Mendes](#)) e [pela Diretoria Executiva da ADUFU-SS](#) (Sidiney Ruocco Junior; João Marcos Alem; Silma do Carmo Nunes; Vanessa Matos dos Santos; Diogo Gomes Novaes; Liliane Parreira Tannus Gontijo; Edilson José Graciolli; Edilamar Rezende; Marisa Aparecida Elias; Karina Klinke).

⁴⁶ DUARTE, N. O currículo em tempos de obscurantismo beligerante. Revista Espaço do currículo (online), João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 139-145, mai/ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/issue/view/2121>.

Neste contexto de incertezas tanto sanitárias quanto políticas, a formação de professores/as para a Educação Básica também registrou retrocessos. É necessário salientar que a formação de professores/as no Brasil tem se dado em cursos EAD e em instituições particulares.

As políticas educacionais adotadas pelo Conselho Nacional de Educação, nos últimos anos, têm provocado, na verdade, a destruição das políticas públicas educacionais e de parques diretos conquistados com muita luta por parte das trabalhadoras e dos trabalhadores em educação. Essas políticas afetam profundamente a escola, a Universidade e a educação básica, em especial, porque versam sobre a formação docente para a educação básica.

Defender a educação e a formação de professores e professoras é para nós, educadoras e educadores, lutar em defesa de um projeto de desenvolvimento nacional, comprometido com um projeto de sociedade que supere as históricas marcas da desigualdade social que estabelecem um sistema social, político e econômico, profundamente injusto e desigual, submetendo o povo brasileiro à miséria, à fome e ao desemprego, em função das reformas trabalhista, da previdência e da educação.

Nesta conjuntura, é necessário nos juntarmos às instituições que historicamente defendem a educação em nosso país, como a Anfope, a Anpae, a Anped e o Forumdir para: “Reafirmar o princípio constitucional da CF que define em seu Art. 207 - As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Tal princípio é atingido pelas novas diretrizes do CNE, ao indicar processos formativos que desqualificam o ensino, rebaixam a formação científica a ser oferecida aos futuros professores e impede as IES de desenvolver formas criativas de organização de seus cursos, estreitando e alinhando-os exclusivamente à Base Nacional Comum Curricular – BNCC - da educação básica e a competências e habilidades estritas a serem desenvolvidas nas licenciaturas. ”

Desta forma, podemos afirmar que a “grande tarefa” desta Resolução CNE/CP nº 2/2019 é a de reduzir a formação de professores/as e colocá-la a serviço de uma formação neotecnicista para “a necessária aplicação” da BNCC. Ou seja, inaugura-se, com a Resolução CNE/CP nº 2/2019 uma concepção reducionista de docência, tendo como função principal o conhecimento e a aplicação da BNCC, transformando o/a professor/a em um aplicador de currículo.

A Resolução CNE/CP nº 2/2019, em sua essência, retoma os princípios de uma escola conteudista, pois a BNCC, por mais que modifique os termos e se estruture em cima de competências, habilidades e objetos de conhecimento, há uma predominância de definição de temáticas/conteúdos para a formação.

Por isso, afirmamos a necessidade premente do Andes/SN se aliar ao movimento nacional de repúdio e luta pela revogação das Resoluções 02/2019 e 01/2020 do CNE/CP e reafirmarmos os princípios formativos contidos nas Resoluções 02/2015 e 01/2006.

Desta maneira, o Andes/SN seguirá firme na luta em defesa da Pedagogia e pela formação de educadoras e educadores críticos e comprometidos/as com um projeto de sociedade justa, igualitária e sem qualquer forma de discriminação ou preconceito.

TR – 62

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o Andes/SN realize o VII Seminário Estado e Educação e que as Resoluções nº 2/2019 e 01/2020 sejam temáticas a serem discutidas.
2. Que o Andes se junte às outras instituições (Anfope, a Anpae, a Anped e o Forumdir) em favor da revogação das resoluções 02/2019 e 01/2020.
3. Que o Andes se manifeste no CNE formalmente pela revogação das resoluções 02/2019 e 01/2020.

TEXTO 63

Contribuição da Diretoria da ADUFPel.

GTPE COMO ESPAÇO DE FORTALECIMENTO DA POLÍTICA EDUCACIONAL QUE DEFENDEMOS

TEXTO DE APOIO

O Andes/SN tem se constituído historicamente como um sindicato de luta pela ampliação de direitos da classe trabalhadora e da categoria docente. A existência dos grupos de trabalho no Andes/SN cumpre o importante papel de aprofundar discussões e análises que auxiliem nos debates realizados na base. A história do Grupo de Trabalho em Política Educacional (GTPE) é marcada pelo protagonismo na realização de eventos e na produção de materiais sobre projetos de lei, planos e programas de governo que vão de encontro aos princípios afirmados pela categoria. Nesse processo a articulação entre os grupos locais e a coordenação nacional é fundamental para que as pautas e os encaminhamentos reflitam e respondam as demandas da base. Os dados e as análises produzidos nas seções sindicais são essenciais na formulação da pauta do GT nacional. Tanto as demandas locais quanto as demandas nacionais (de um governo que ataca permanentemente as instituições públicas de ensino) impulsionaram a realização de reuniões regulares, durante o ano de 2021, no GTPE da Adufpel. Estas reuniões assumiram e assumem caráter formativo e são imprescindíveis para estimular a participação de um número maior de colegas junto aos seus sindicatos, podendo contribuir, inclusive, para adensar as sindicalizações e, conseqüentes, frentes de lutas. No nosso caso, essas reuniões foram importantes para ampliar as discussões com a base sobre ações como Reuni Digital, Ensino Remoto, Mercantilização da Educação, Financiamento da Educação, entre tantos outros temas. Trabalhamos a partir da “escuta

sensível” e do acolhimento, observando a fragilidade imposta pela questão sanitária vivida. Observamos o quanto foi necessário o diálogo pedagógico, político e mesmo experiencial dos professores e das professoras. Os subsídios para essas discussões foram extraídos de diálogos com colegas de outras instituições, de textos acadêmicos, de avaliações dos impactos locais de cada uma dessas ações. Entretanto, mesmo reconhecendo todas as dificuldades de um ano de excepcionalidade provocada pelo necessário distanciamento social imposto pela pandemia, entendemos que foram frágeis as relações entre o GTPE nacional e as seções sindicais, tanto na apresentação de um cronograma de trabalho, que desse conta das inúmeras demandas surgidas ao longo do ano, quanto na forma de organização das reuniões que foram convocados ao longo de 2021. Um cronograma de trabalho (mesmo que possa sofrer alterações) auxilia na organização das seções sindicais e permite que temas possam ser permanentemente sugeridos para análise em nível nacional. A forma de organização das reuniões pode contar com mesas redondas, expositores, palestrantes, mas precisa ir além disso e permitir análises consistentes da conjuntura que subsidiem os debates na base. Importante destacar este o propósito dos grupos de trabalho, assim como enfatizar a necessidade de permanente avaliação nas plenárias nacionais do que vem sendo encaminhado nas instituições e nas participações sindicais locais.

Não se trata de concessão de espaço e sim demarcar as pautas locais com suas especificidades, facilitando, desta forma, uma postura mais homogênea e fortalecida nas pautas nacionais.

Temos sentido a necessidade do GTPE auxiliar mais a diretoria, como historicamente fez, na construção dos planos de luta do Sindicato. Para isso, a construção de agenda com periodicidade, investindo em formulações com a contribuição da base do nosso sindicato, garantindo nosso processo coletivo através do "w". Estas são as principais deficiências que temos observado na prática atual.

TR – 63

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o GTPE priorize a realização de reuniões de estudos e produção de materiais, não descartando a realização de seminários, palestras ou outras modalidades de debates com convidados, para auxiliar a formulação de novas propostas de luta.
2. Estabelecer um cronograma para as reuniões do GTPE Nacional, obedecendo uma periodicidade, para possibilitar pronta avaliação e propostas de encaminhamentos frente às investidas das políticas governamentais contra o ensino público, gratuito e universal.

TEXTO 64

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Adriano Vitti Mota (ADUFRA); Albany Mendonça (APUR); Aloízio Soares Ferreira (ASPUV); Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCEFET-MG); Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV); Angelica Lovatto (ADUNESP); Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU); Antônio Luís de Andrade –

Tato (ADUNESP); Antônio José Mayhé Nunes (ADURRJ); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Celia Regina Otranto (ADURRJ); Cícera Vanessa Maia (SINDCEFET-MG); Dayse Iara dos Santos (ADUNESP); Dilenno Dustan (APES-JF); Fábila Barboza Heluy Caram (SINDCEFET-MG); Fábio Kazuo Ocada (ADUNESP); Fernando Ramalho Martins (ADUNESP); Francisco Carlos Duarte Vitória (ADUFFel); Gabriel Muñoz Palafox (ADUFU); Gilberto Marques Pereira (SINDCEFET-MG); Igor Mota Morici (SINDCEFET-MG); Janete Luzia Leite (ADUFRJ); João da Costa Chaves Júnior (ADUNESP); José Domingues Godoi Filho (ADUFMAT); Juliana Barbosa de Segadas Vianna (ADURRJ); Lúcia Emília Letro Ribeiro (SINDCEFET-MG); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADURRJ); Marcelo Soares Pereira da Silva (ADUFU); Márcio Pereira da Silva (ADUNESP); Marisol Valencia (ADURRJ); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP); Monica Pirozi (ASPUV); Samuel França Alves (SINDCEFET-MG); Sueli Guadalupe de Lima (ADUNESP); Zenilde Moreira (ADUFERPE).

SOBRE A SAÚDE DO E DA TRABALHADORA DO ENSINO SUPERIOR: IMPASSES E PERSPECTIVAS DE SUPERAÇÃO DO SOFRIMENTO DOCENTE

TEXTO DE APOIO

O final do século XX é conhecido no cenário internacional como marco de uma crise estrutural do capital sob a égide do neoliberalismo dentro do qual Estados nacionais como o Brasil passaram a implementar reformas na sua estrutura e organização que por sua vez terminou trazendo impactos significativos às universidades públicas.

No âmbito das reformas implementadas especificamente na educação superior, estas ocorreram sob a pressão de organismos internacionais que procuraram inserir a educação pública no campo das atividades econômicas, sendo o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional duas dessas instituições, as quais sempre procuraram justificar que a existência de uma crise neste nível de ensino teria relação com um “colapso” no sistema provocado, em tese, pela ideia de não se contar com um Estado mínimo capaz de gerenciar as suas funções com maior eficiência e eficácia.

Para estes organismos, princípios tais como o da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão teriam contribuído para a formação de estruturas institucionais burocráticas e caras, daí o surgimento de propostas no interior de tais organismos internacionais, que provocassem mudanças produtivas e eficientes de tal forma que as universidades fossem redirecionadas para funcionar de acordo com a sua principal “vocação” seja no campo da pesquisa ou do ensino incorporando-se ao mesmo tempo a serviço da mercantilização da educação.

Como esperado, o movimento docente, a juventude estudantil, e o movimento sindical representante dos trabalhadores das instituições públicas de ensino superior reagiram a este tipo de proposições em defesa da gratuidade e da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, ao mesmo tempo em que se dedicam a denunciar a diminuição de investimentos no ensino público superior, associado a uma profunda intensificação do trabalho e a precarização das condições do trabalho docente. Isto, sem considerar, entretanto, o fato de que esta situação terminaria também afetando diretamente as condições de saúde desses servidores públicos.

Vale mencionar neste momento que o trabalho docente é considerado em termos gerais uma forma “trabalho imaterial”, onde predomina a atividade intelectual produtora de bens

imateriais relacionados com o conhecimento e a práxis do ensino, da pesquisa, da extensão e até de gestão administrativa, cuja organização institucional exige contar com adequada infraestrutura, equipamentos, e suporte técnico e tecnológico necessários ao exercício da profissão.

Nesse contexto, o trabalho docente nas universidades federais geralmente é constituído pelo regime de dedicação exclusiva (DE) de 40 horas semanais de trabalho. Uma jornada que não pode ser considerada “formal”, à medida que a intensificação das atividades docente associadas à precarização das condições de trabalho, vem exigindo atribuições que superam em muito as 8 horas diárias de trabalho. O resultado é uma agenda laboral que ocupa feriados e finais de semana, que deixam de ser utilizados para recompor energias por meio do repouso e do lazer. A consequência é o aparecimento de desgaste psicofísico, sofrimento e, finalmente, adoecimento – traduzido como perda da saúde do trabalhador.

Parte da intensificação do trabalho docente encontra-se relacionado com a cada vez mais crescente inserção docente no campo da pós-graduação e todas as exigências advindas das agências de fomento (notadamente o CNPq, a Capes e as Fundações de Amparo à Pesquisa estaduais) para – em tese – garantir a qualidade dos cursos de mestrado e doutorado. Não obstante, estas exigências terminam por exercer forte controle sobre as pesquisas que estes profissionais realizam, implicando no risco de exclusão dos auxílios destas agências, caso não consigam alcançar critérios avaliativos estabelecidos. Todo este processo tem contribuído para acirrar ambientes de competição entre os próprios docentes-pesquisadores na disputa por recursos financeiros destinados à realização de produção científica. Isto, considerando ainda o surgimento, ao longo dos anos, de uma cultura produtivista nas universidades que de alguma forma tem contribuído para gerar e se formarem espaços de extrema competitividade, revelando problemas relacionados a questões emocionais e físicas que se manifestam sob a forma de estresse, gastrites, labirintites e dores de cabeça, dentre outros problemas de saúde que provocam extremo sofrimento aos docentes.

A importância de trazer estas questões tem a ver com o fato de que, durante muitos anos, a crítica da precarização das condições de trabalho nem sempre esteve relacionada com a necessidade de serem implementadas políticas de **saúde** especificamente destinadas ao atendimento dos servidores públicos, tais como neste caso o do quadro docente.

Desde os anos 1970 começou a ser estudada a relação entre condições de trabalho e a saúde no âmbito da Medicina Social associada à Saúde Pública e à Saúde Coletiva fora da lógica instituída pelo campo denominado de saúde ocupacional. Da mesma forma, a luta sindical no ensino superior público contribuiu para que surgissem articulações políticas que confluíram, por exemplo, para a criação da Comissão Intersindical de Saúde e Trabalho (CISAT) localizada no Estado de São Paulo, que por sua vez contribuiria para a fundação do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT) do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). O DIESAT teve uma contribuição significativa ao produzir informações que pudessem fundamentar a luta sindical, formando, nos anos 1980, assessorias em saúde e trabalho orientadas para a elaboração de propostas e políticas neste setor.

No que diz respeito às universidades públicas, que as políticas neoliberais implementadas durante a década dos anos 1990 terminaram afetando de forma significativa o seu perfil à medida que se intensificou a privatização no interior de praticamente todos os serviços públicos do país. Nesse contexto, depois da implementação da Política de Assistência à Saúde do Servidor (PASS) efetivada no final dos anos 1980, quando começaram a ser colocadas em prática ações de promoção e assistência e vigilância no campo da Saúde pública que confluíram para a organização e realização da Conferência Nacional de Recursos Humanos da Administração Federal, ocorrida no final dos anos 2000, e que deu origem ao Subsistema de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) por meio do Decreto nº 6.833/2009.

O SIASS teve como objetivo implantar a política de assistência à saúde dos trabalhadores por meio da formação de uma rede de unidades que atenderiam o conjunto de servidores federais, os quais já vinham sofrendo o impacto das reformas neoliberais instituídas, ao sentirem os efeitos

da enorme sobrecarga de trabalho, do produtivismo, da meritocracia, da intensificação do trabalho e da precarização das condições de trabalho, geradoras de estresse e adoecimento entre os docentes universitários, à medida que se instava um modelo de gestão pública ancorado numa racionalidade organizacional tecnicista e em processos avaliativos de natureza quantitativa em relação ao trabalho docente. Isto, enquanto diminuía as contratações por concurso público em relação às demandas cada vez mais crescentes do ensino público superior.

Uma análise da literatura da área nos permitiu identificar que o segmento docente universitário vem apresentando cada vez mais sintomas de cansaço mental, estresse, ansiedade, esquecimento, frustração, nervosismo, angústia, insônia, depressão, distúrbios do sono, mudanças do humor e do comportamento, e até síndrome de *burnout*.

Deve-se considerar também que, apesar da implementação, durante os anos 2000, de um conjunto de políticas de destinadas à criação de novas universidades públicas, de novos cursos, e da expansão de vagas para acesso da população às instituições existentes, a intensificação do trabalho docente foi exacerbada devido à falta de recursos financeiros, infraestrutura, e pela quantidade insuficiente de docentes que seriam necessários para atender às crescentes demandas, tanto dos cursos de graduação quanto de pós-graduação.

Conforme já aludido, a lógica de fomento a pesquisa instituída terminou contribuindo de forma significativa para incentivar a competição entre instituições e entre docentes, ao serem promovidos mecanismos de financiamento individual e o estímulo à meritocracia.

Esta forma de competição terminou por gerar conflitos interpessoais que, além de prejudicar de forma significativa a prática do trabalho colaborativo, trouxe também o surgimento de sentimentos de isolamento socioafetivo resultantes, dentre outros aspectos, da perda de laços de solidariedade no ambiente de trabalho.

Diante da naturalização da competitividade, o fato é que a ação individual destes trabalhadores pode ser considerada um dos fatores que também vem contribuindo para que estes não se envolvam e participem da discussão de grandes temas coletivos de interesse não somente para a universidade e a sociedade, mas particularmente para aquelas atividades relacionadas com as lutas sindicais por direitos, melhores salários e condições de trabalho.

Esta questão é de fundamental importância à medida que a falta de participação e envolvimento docente nos processos de organização coletiva/sindical pode ser vista como uma das manifestações concretas da precarização associada aos mecanismos concorrenciais instituídos, ao individualismo e à enorme divisão social do trabalho docente presente nas estruturas institucionais das universidades públicas sob a forma de uma enrijecida e pesada burocracia.

Finalmente, vale destacar aqui outro aspecto relacionado à saúde da classe trabalhadora docente que se encontra presente em toda a estrutura universitária. Trata-se da questão do **assédio moral**, transformado em tema e objeto de políticas que, dentre outros aspectos, vem procurando, particularmente nestes tempos bolsonaristas, combater a constante prática de perseguição de docentes por motivos ideológicos e políticos, associado também à paradoxal prática do autoritarismo manifesta por gestores, também docentes, muitas vezes colegas de trabalho.

Por outro lado, preocupado com as questões relacionadas com a saúde docente e a precarização das condições de trabalho, o Andes Sindicato Nacional da categoria docente das instituições públicas de ensino superior, chegou a formar nos últimos anos grupos de trabalho (GT) orientados para analisar, avaliar e propor políticas destinadas a tratar das condições de saúde e de trabalho dos professores universitários, incluindo aqui aos docentes aposentados nestas instituições, como forma de continuar a resistir aos impactos mercadológicos e privatistas governamentais, e continuar a lutar pela defesa da universidade pública, laica, gratuita e de qualidade.

Nestes grupos tem sido possível identificar dentre outros aspectos, que ao serem abordados na realidade para tomarem consciência política da condição e do estado de precarização em que trabalham na qualidade de docentes, muitos ainda não se vem nem se consideram parte da “classe trabalhadora”, mas uma espécie de indivíduos dotados do poder e da prerrogativa

acadêmica que os situa na condição de intelectuais autônomos que devem manter distância das questões sindicais para não serem “contaminados” por questões ideológicas e mesmo políticas.

Essas políticas foram impostas de cima para baixo, muitas vezes açucaradas por incentivos, bolsas e mesmo por pontuações e “rankings” que praticamente obrigam o docente ao produtivismo como sobrevivência e forma única de ascensão na carreira. Esses expedientes foram inseridos de maneira insidiosa ou às vezes nem tanto, fazendo parte cada vez mais do nosso cotidiano e transformando colegiados em “tribunais de execução”. Mas entendemos também que o seu enfrentamento se dá no corpo a corpo, no “chão” das nossas IES. E é preciso transformar o acúmulo, os estudos e relatórios, e mesmo os encaminhamentos que tivemos nos últimos anos em ação, com a participação direta da base docente, nos seus locais de trabalho.

É preciso sistematizar e desvelar os mecanismos que conformam este quadro de adoecimento, cada vez mais grave, preparando instrumentos e organizando ações que aconteçam nos laboratórios, nos colegiados, nas salas de aula, na gestão das IES. As instâncias de pós-graduação hoje são o principal espaço onde se reproduzem as políticas nefastas produtivistas que têm substituído a solidariedade, o trabalho coletivo e as relações humanas em disputas competitivas, hostis, quase antropofágicas. É preciso mudar isto, a partir daqueles espaços.

TR – 64

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que a Diretoria do Andes-SN, com a participação do GTPE, GTPFS e GTSS, produza documentos que sistematizem, desvelem e que sirvam de instrumento de luta contra o produtivismo, o regime desumano, baseado apenas na competição, e contra a precarização do trabalho docente, de modo a combater o adoecimento, o *burnout* e outros efeitos para a saúde física e mental.
2. Que as Seções Sindicais realizem esforços no sentido de produzir documentos e estudos a serem pautados nos Colegiados das Instituições de Ensino Superior, em especial nos Colegiados da Pós-Graduação, a fim de problematizar, denunciar e encaminhar novas formas de participação docente, que respeitem o tempo familiar e pessoal, de descanso, o lazer, a saúde mental e física, sem prejuízo na sua carreira, no acesso a projetos e ações institucionais e no *ranqueamento* de suas atividades profissionais.

TEXTO 65

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Cecília Maria Izidoro Pinto (ADUFRJ), Céli Palácios (ADUFRJ), Cleusa Santos (ADUFRJ), Cristina Miranda (ADUFRJ), Eduardo Maia (ADUFRJ), Fernanda Vieira (ADUFRJ), Graça Reis (ADUFRJ), Jorge Ricardo (ADUFRJ), Laís Buriti de Barros (ADUFRJ), Luciano Prado da Silva (ADUFRJ), Maya Inbar (ADUFRJ), Michele Fonseca (ADUFRJ), Renata Flores (ADUFRJ), Renato Mendonça Barreto da Silva (ADUFRJ), Rogéria Mota de Ipanema (ADUFRJ), Alexandre Palma de Oliveira (ADUFRJ), Luciana Boiteaux (ADUFRJ), Thais Motta (ADUFRJ), Sara Graneman (ADUFRJ), Antoniana Defilippo (ADUFF),

Vitor Leonardo (ADUFF), Eblin Farage (ADUFF), Carlos Augusto Aguilar Junior (ADUFF), Sonia Lucio Rodrigues De Lima (ADUFF), Felipe Brito (ADUFF), Marina Cavalcanti Tedesco (ADUFF), Edson Teixeira da Silva Júnior (ADUFF), José Rodrigues (ADUFF), Rodrigo Torquato (ADUFF), Clarice Carvalho (ADUFF), Juarez Duayer (ADUFF), João Claudino Tavares (ADUFF), Juan Retana Jiménez (ADUFF), Kátia Marro (ADUFF), Maria Raimunda Penha Soares (ADUFF), Ramiro Marcos Dulcich Piccolo (ADUFF), Renata Cardoso (ADUFF), Suênya Santos (ADUFF), Susana Maria Maia (ADUFF), Virgínia Fernanda Januário (ADUFF), Francine Helfreich Coutinho dos Santos (ADUFF), Felipe Brito (ADUFF), João Claudino Tavares (ADUFF), Wanderso Mello (ADUFF), Aruã Silva de Lima (ADUFAL), Micael Carvalho dos Santos (APRUMA), Denise Bessa Leda (APRUMA), Celia Soares Martins (APRUMA), Joanir Pereira Passos (ADUNIRIO), Celso Sanchez (ADUNIRIO), Javier Lifschitz (ADUNIRIO), Bruno José de Oliveira (ADUNIRIO), Rodrigo de Souza Dantas (ADUNIRIO), Thereza Cardoso (ADUNIRIO), Cleier Marconsin (ASDUERJ), Luis Paulo Borges (ASDUERJ), Maíra Freitas (ASDUERJ), Andressa Lacerda (ASDUERJ), Ana Carolina Barbosa (ASDUERJ), Joana Xênia (ASDUERJ), Lorene Figueiredo (APES-JF), Luciane Soares da Silva (ADUENF), Gustavo do Nascimento Lopes (ADESFAETEC), Selma Maria da Silva (ADESFAETEC), Daniel Antiquera (ADUFPB), Eliane Maciel (ADUFPB), Mariana Trotta (ADUFRJ), Claudia Piccinini (ADUFRJ); Gisele Souza (ADUNIRIO), Morena Marques (ADUNIRIO) e Cláudio Ribeiro (ADUFRJ).

AVANÇAR NA LUTA ANTIRRACISTA NO ÂMBITO DO ANDES-SN!

Conselho

Quem estanca o sangue
Que escorreu?
Quem sutura a língua e a boca
Arrancadas no meio da fala?

Quem devolve o feto primeiro
De esperança trabalhada?
Quem resgata o tempo
e anula a doença
que comeu a saúde da África?

Vai um alerta:
Não me procure para anular delitos,
que eu não quero, por ser vítima,
agasalhar memórias.
Não vou velar insônia de ninguém.

(Guimarães, Geni. Balé das emoções – poemas, segunda edição, Equilíbrio Editora: Piracicaba, s/d)

No 38º Congresso do ANDES-SN, realizada em Bélem-Pa, docentes negras e negros da base do ANDES-SN se reuniram e apresentaram uma carta intitulada “O lugar das questões étnico-raciais no movimento docente” trazendo uma síntese da análise da conjuntura das relações étnico-raciais no Brasil e das bandeiras de luta, documento que segue atual e que deve ser resgatado para este momento de realização do 40º Congresso.

Tal como apontado na Carta ao 38º Congresso a construção da pauta antirracista precisa incorporar temas distintos: a garantia de continuidade da política de ações afirmativas com ampliação desta política para pós graduação e concursos públicos, a demarcação de territórios quilombolas combatendo a violência física sobre esta população e da violência obstétrica cometida em sua maioria contra as mulheres negras. A denúncia da precarização do trabalho levando em consideração diferenças salariais entre negros e brancos, o combate às diferentes formas de intolerância religiosa (com especial atenção às religiões de matriz africana), a denúncia de seletividade penal e contra as constantes mortes em favelas e periferias em todo o país. E, no âmbito das relações interpessoais, a luta contra a violência doméstica e o feminicídio que atinge igualmente o corpo das mulheres negras, no campo da saúde, luta contra a violência obstétrica.

Importante ressaltar que o racismo é condição fundante da exploração capitalista. Ideologia, construída para sedimentar a dominação européia sobre outros continentes e povos, o que fez com que a diferença étnico-racial tenha se transformado e se mantenha como uma ferramenta para o estabelecimento e o aprofundamento das desigualdades sociais.

Reconhecemos a importância dos movimentos negros das décadas de 70 e 80 para construção das políticas de valorização da cultura negra e seu papel na denuncia da lógica genocida da colonialidade e seus impactos no processo de consolidação do capitalismo enquanto modo de produção.

Identificamos a necessidade de o movimento sindical aprofundar suas ações, promover aproximações com os coletivos negros, com as/os professoras/es pesquisadoras/es negras e com os NEABIs para efetivar a política sindical de defesa das Cotas e de enfrentamento ao racismo.

Deixamos o chamado às direções/gestões das SSinds para que no seu cotidiano de militância sindical construam espaços de acolhida, debate, encontros, e de luta sobre estes temas e que sejam proativas nessa caminhada.

Que possamos somar forças à consolidação de políticas de permanência, e assistência estudantis e de acompanhamento de estudantes cotistas egressas/os. Políticas, que devem estar alinhadas à criação de efetivos espaços de participação e oportunidades para que estudantes cotistas se envolvam, a partir das suas realidades de classe trabalhadora, nas experiências e programas de iniciação científica, de extensão e de monitorias nas diferentes áreas do conhecimento. E, que possamos contribuir com as iniciativas de ampliação e consolidação de propostas de implementação da Educação para as Relações Etnico-raciais(ERE), tendo como centralidade o debate no âmbito dos cursos de licenciaturas.

Faz-se necessário reconhecer a importância e o papel pedagógico das Comissões de heteroidentificação e dos Coletivos Negros no âmbito das instituições como espaços de consolidação e defesa das políticas de cotas e de enfrentamento às fraudes no sistema, na medida em que não há dúvidas de quais são os corpos que sofrem com o racismo no Brasil. Vivemos ainda sob um racismo de marca. E estejamos na defesa da constituição de comissões colorais e diversas!

É preciso que assumamos como campo de luta a efetiva implementação da Lei 12.990, Lei de cotas raciais nos concursos públicos federais e suas correspondentes nos Estados, entrando na

seara da constituição dos editais, na medida em que são nestes processos que a lei se dissipa. É preciso que entremos nesta disputa para alterar a composição da nossa base.

É preciso reconhecer que, mesmo com os avanços experimentados no último período, o movimento sindical ainda se constitui como um espaço branco e machista, cis-heteronormativo, sendo central a profunda reflexão sobre qual o lugar das lutas antirracistas, antimachistas, antilgtfóbicas no interior da luta classista. Assim, faz-se necessário o investimento em debates sobre a questão racial no contexto brasileiro, considerando as contribuições de autoras e autores negras e negros sobre o racismo supremacista branco, apontando estratégias de superação.

Com racismo não haverá igualdade social!

Amanda Fica! Pela desburocratização do acesso dos estudantes cotistas às universidades públicas!

Quem mandou matar Marielle Franco e Por quê?

Eles combinaram de nos matar, e nos combinamos de não morrer!

Vidas negras importam!

Fora Bolsonaro!

TR – 65

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que as Seções Sindicais contribuam para a consolidação de políticas de permanência, e assistência estudantis e de acompanhamento de estudantes cotistas egressas/os, na perspectiva de criação de efetivos espaços de participação baseado no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão.
2. Que as Seções Sindicais contribuam para a criação e a defesa das Comissões de Heteroidentificação, com constituição plural no que se refere a cor/raça, gênero e orientação sexual, como espaço de enfrentamento às fraudes na política de cotas.
3. Que o ANDES-SN, suas Secretarias Regionais e suas Seções Sindicais construam estratégias de defesa da Lei de Cotas para concurso público, Lei 12.990/14 e suas correspondentes nos Estados, incentivando o acompanhamento da constituição dos editais.
4. Que o ANDES-SN, suas Secretarias Regionais e suas Seções Sindicais ampliem as ações de defesa da Lei de Cotas para o ingresso na graduação, Lei 12.711/12, e suas correspondentes nos Estados e sua ampliação para os programas de pós graduação.
5. Que as Seções Sindicais em articulação com as Secretarias Regionais promovam debates e rodas de conversa sobre questão étnico-racial no contexto brasileiro, envolvendo para sua construção os Coletivos Negros das IES e CEFET, NEABIs, Grupos de Estudos sobre a temática e representação do Movimento Negro.

TEXTO 66

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: José Domingues de Godoi Filho (ADUFMAT); Francisco de Arruda Machado (ADUFMAT); Haya Del Bel (ADUFMAT); Irenilda Ângela dos Santos (ADUFMAT); Waldir Bertúlio (ADUFMAT); Althen Teixeira Filho (ADUFPEL); Antônio Luís Andrade (ADUNESP); Carlos Domingos da Silva (ADUR-RJ).

ATIVIDADE MINERÁRIA, ENERGIA E QUESTÕES SÓCIOAMBIENTAIS: A NECESSIDADE DE MAIOR ENVOLVIMENTO DO ANDES-SN.

TEXTO DE APOIO

Devido o tempo previsto para o encerramento do 39º Congresso do ANDES-SN, não houve possibilidade da plenária do tema III apreciar o TR que estamos rerepresentando, tendo em vista sua importância para a pesquisa e formação de pessoal pelas universidades, bem como para o desenvolvimento econômico do país e suas implicações socioambientais.

O ANDES-SN pode contribuir incentivando a discussão, em sua base, dos Planos Nacional de Mineração 2030 e 2050 (em fase de elaboração), suas relações com o Plano Nacional de Energia 2050, as questões socioambientais envolvidas, as implicações na formação de pessoal, o desenvolvimento de tecnologias e sugerir melhorias na atividade minerária incluindo temas como: prevenção e mitigação dos impactos socioambientais do setor, os efeitos cumulativos de diferentes empreendimentos minerários (incluindo porto, minerodutos, ferrovias, alternativas energéticas, etc.), coexistência da atividade minerária com outras atividades, o conceito de territórios livres de mineração, mineração em terras indígenas e pressão econômica gerada pela atividade minerária.

Como analisado pelo Texto de Apoio que foi apresentado no congresso supracitado:

Num mundo extremamente dependente dos recursos minerais, de energia e outras matérias primas, a demanda por tais recursos aumentou e acelerou o desenvolvimento da indústria extrativa. A voracidade, em especial, pelos recursos minerais vem representando uma ameaça real para a paz e para a segurança da espécie humana.

Por exemplo, os conflitos no Mali (África) e os bombardeios franceses realizados, com a justificativa falaciosa de conter o terrorismo fundamentalista, escondem a disputa pelo urânio da região, explorado pela estatal francesa Areva. Outro exemplo, bem próximo, é a atual situação social, política e econômica enfrentada pela Bolívia, Chile e Argentina que, dentre outras variáveis, inclui o denominado “triângulo do lítio”, onde se concentra a maior reserva de lítio do mundo. A importância do lítio vem crescendo devido sua utilização na indústria de baterias recarregáveis para veículos elétricos e híbridos. Isso sem esquecer que a indústria dos EUA, Japão, França, Alemanha, Inglaterra e Comunidade Europeia dependem em quase 100% de cromo, cobalto, platina, manganês, tântalo, estanho, níquel, tungstênio, vanádio, zircônio, titânio e nióbio.

As disputas geopolíticas envolvendo os EUA, a China e a Rússia têm ampliado a demanda pelos recursos naturais e energia, de tal maneira que a exploração de minerais e combustíveis fósseis atingiu níveis impensáveis. Nesse cenário, tem aumentado a pressão das empresas sobre os Estados para obtenção de facilidades e para o desenvolvimento de seus distritos minerais, especialmente, nos países da América Latina.

A exploração dos recursos naturais na América Latina e no Brasil teve sua retomada mais recente na reestruturação econômica ocorrida nos anos 90, na maioria dos países. Apoiado pelos governos, os investimentos estrangeiros se tornaram objeto do desejo e, nesse sentido, foram implementadas privatizações de empresas, assinados decretos, leis e regulamentações com o objetivo de atrair os investidores estrangeiros, aceitando as propostas e reivindicações das empresas transnacionais. Obviamente, a pressão dos investidores para a exploração dos recursos naturais também significou pressão sobre os ecossistemas e as comunidades que compartilham seus territórios com jazidas minerais, hidrelétricas e outras obras de infraestrutura destinadas à produção de recursos naturais, principalmente para exportação.

As empresas envolvidas com a exploração de recursos minerais invariavelmente se apresentam prometendo melhorias nas condições de vida das populações: prometem a construção de escolas, hospitais, estradas e geração empregos. Contudo, o que se observa é que as comunidades locais experimentam o aumento da pobreza, destruição dos meios de sobrevivência, conflitos violentos, desrespeito aos direitos humanos, degradação ambiental e corrupção.

As empresas de mineração pouco se importam com as comunidades locais e com o próprio Estado; transformando a atividade em sinônimo de pilhagem dos recursos naturais e destruição ambiental. Quando as comunidades conseguem se mobilizar para questionar os empreendimentos, não encontram respaldo nas instâncias pertinentes para que suas demandas sejam atendidas; ao contrário, os conflitos aumentam e, não raramente, atingem níveis de violência com altos custos sociais para as comunidades e o ambiente.

“Por outro lado, não se trata aqui de se posicionar contra a atividade minerária, pois a espécie humana ainda necessita da extração dos bens minerais para sua sobrevivência e desenvolvimento de suas atividades. A mineração, em seus diversos segmentos, é um setor fundamental para a definição e manutenção de um padrão de consumo na escala mundial via o fornecimento de matérias-primas para diferentes cadeias produtivas, desde a agricultura até bens de consumo em geral. Assim, o que está em questão, não é a atividade minerária, mas o modelo adotado, que privilegia margens de lucro maiores e continuamente crescentes. Um novo modelo tem que ser discutido e construído, uma vez que a demanda por recursos naturais deve atender as necessidades da espécie humana. A atividade minerária não pode se manter como um processo de expropriação de populações para atender os interesses de alguns poucos. Para que, para quem e o que as alegadas demandas do modelo atendem, ou escondem, são perguntas que devem ser respondidas com clareza”. (Godoi Filho, in press).

É urgente discutirmos as condições em que realizam a atividade minerária em nosso país, além de deixar clara a contradição entre as promessas que são feitas e o modelo de desenvolvimento econômico dependente que se concretiza e que não reduzem as desigualdades sociais, degradam as condições socioambientais, aumentam os conflitos e geram acontecimentos trágicos e criminosos como os ocorridos em Mariana e Brumadinho.

O Plano Nacional de Mineração 2030(PNM-2030), elaborado pelo Ministério de Minas e Energia entre 2008 e 2010, foi apresentado como uma perspectiva de grandes investimentos na produção mineral para atender o processo de exportação em grande escala. Claramente, o PNM-

2030 visa atender as demandas da globalização e os interesses de investidores e corporações nacionais, multinacionais ou transnacionais.

Nesse contexto, com as modificações ocorridas na conjuntura mundial, de 2020 até o momento com a guerra da Ucrânia, é fundamental o debate sobre a relevância dos agrominerais, dos minerais estratégicos, dos energéticos, dos essenciais à saúde, dos utilizados na construção civil, sem perder de vista o grande potencial mineral para ferrosos (Fe, Mn), não ferrosos (Al, Cr, grafita, talco, Sn, W), metais preciosos (Au), metais-base, (Pb, Cu, Zn) e estratégicos (Co, Li, Ta, ETR, Pt, Pl, Ti, Nb, Ni, V), dentre outros, tanto no continente, quanto nas áreas oceânicas bordejando a costa brasileira, como também na Antártica.

TR – 66

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN se articule e apoie as atividades nacionais do MAM – Movimento pela Soberania Popular na Mineração, para a denunciar os conflitos gerados pela atividade minerária e debater um outro modelo de uso e exploração dos recursos naturais não-renováveis e energéticos.
2. Que o GTPAUA e o GTCT realizem uma reunião conjunta para discutir os Planos Nacional de Mineração 2030 e 2050 e o Plano Nacional de Energia 2050.
3. Que o ANDES-SN organize, em 2022, um simpósio nacional com a participação do MAM e de personalidades do setor mineral oriundas do mundo acadêmico e governamental, incluindo uma publicação que reflita as preocupações e sugestões surgidas durante os debates.

TEXTO 67

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Luís Silva (SINDIFPI), Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI), Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT), Gisele Cardoso Costa (ADUA), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Mônica Vermes (ADUFES), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Sandra Moreira (ADUFPA), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Marco A. Escher (APES-UFJF), Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS).

A GUERRA DA RÚSSIA SOBRE A UCRÂNIA: REFLEXÕES IMPORTANTES

TEXTO DE APOIO

1. Introdução

Em meio ao período que antecede o congresso do ANDES-SN, fomos surpreendidos com um cenário de imensuráveis consequências à humanidade: a guerra. A Rússia anuncia a guerra contra a Ucrânia, desabando uma série de inseguranças, intensificando a instabilidade e deixando sem destino mais de dois milhões de refugiados pelo mundo, até a data desta publicação. Tudo isso, em meio a um cenário que já se encontrava assolado na incerteza e polarização.

Quando uma guerra é noticiada, nunca é simples de se compreender. Existem diversos desdobramentos e elementos que compõem o espectro da guerra que ultrapassam os contextos econômicos. Sem dúvida esse é um fator determinante e relevante, cujo aspecto deve ser evidenciado e pelo qual partem as principais análises. Mas, para além disto, num mundo capitalista globalizado, é preciso compreender os diversos desdobramentos também sob o contexto político e social. Há ainda um outro fator de extrema importância, que são os impactos deste cenário para o resto do mundo, com destaque para o Brasil, uma vez que aqui vivemos.

Dessa forma, compreender a guerra é também traçar cenários, delinear caminhos e entender, em sua dinâmica, como nós, professores e professoras, poderemos atuar no contexto da luta de classes a partir da nossa localização. Isso porque mobilizar as massas, organizar as lutas e batalhas necessárias, trabalhar o internacionalismo e as contradições do capitalismo como forma de destruir esse sistema são os elementos que nos colocam nesse congresso. É, portanto, mediante esse esforço de buscar compreender a realidade para intervir sobre ela, com o propósito de construir uma sociedade socialista e abolir de vez a propriedade privada, que apresentamos as reflexões que se seguem sobre a guerra da Ucrânia.

Para tanto, iniciamos considerando aspectos históricos que transbordam à história recente, especialmente a partir de 2013/2014. Tal guerra nos remonta ao contexto do Leste Europeu, da URSS, e, dando um salto histórico, à queda do Muro de Berlim, em 1989. Desse ponto, outro salto histórico até o período de crise econômica desse século, iniciada em 2008 com as bolhas especulativas dos EUA (no Brasil chamada de “marolinha”), cujos efeitos respingaram na segunda década dos anos 2000 (2010-2020), período “coincidente” com a revolução ucraniana.

É dessa forma, portanto, que nossa análise busca apresentar percepções que abarcam o contexto histórico, mas que também olham para questões econômicas, sociais, políticas. Tudo isso na perspectiva de compreender essa guerra no cenário mundial e seus impactos, bem como traçar um recorte de como a guerra também impacta de maneira direta no Brasil. Isso implica numa caracterização não linear, definida sob tais aspectos em específico, dada a múltipla determinação dos temas e pela transversalidade, que traz reflexões sobre temas como racismo, machismo, LGBTfobia e xenofobia.

Destaque-se que o curto prazo de elaboração, que é concomitante aos fatos e próximo ao congresso que se avizinha, como diferente não poderia ser, reforça que é necessário iniciar processos coletivos de elaboração e compreensão. Inclusive e especialmente por esse cenário, nenhuma elaboração dará conta de ser completa, motivo pelo qual intitulamos de “reflexões”. Compreendemos, portanto, que somente a elaboração coletiva dará conta de preencher as lacunas que esse texto trará, e bem como poderá conectar essas a outras elaborações que desse congresso surjam e também refutar compreensões que eventualmente se revelem imprecisas por estarem sendo produzidas “no calor dos acontecimentos”.

É, portanto, valendo-se desse preceito de uma análise mais apurada a partir da elaboração coletiva produzida pelas reflexões que transcorrerão nesse congresso, que apresentamos nossas reflexões sobre a Ucrânia, a guerra e suas implicações. Com objetivo de contribuir, inclusive, para compreensão do cenário nacional, das consequências políticas, econômicas e sociais que

desencadearão no Brasil, traçando cenários para nos armarmos politicamente para as lutas que virão.

2. Localização geográfica e elementos históricos

Nesse tópico a centralidade será dada à Ucrânia, abordando elementos de sua localização geográfica, histórico de formação e o peso da luta pela liberdade. Na sequência, avança-se para um breve olhar sobre a Ucrânia soviética, chegando às pressões do neoliberalismo e o contexto atual.

2.1. Localização geográfica

A Ucrânia está localizada no que chamamos de Leste Europeu. Faz fronteira com Rússia, Belarus, Polônia, Eslováquia, Hungria, Romênia e Moldávia. Parte de seu antigo território, a Crimeia, aproxima-se da Turquia, da Bulgária, Geórgia e Romênia por meio do Mar Negro. A Crimeia foi anexada ao território russo após a revolução ucraniana de 2014.

Tanto a Ucrânia como seus vizinhos, localizam-se na área que compõem a “fronteira” ou a “passagem” entre as chamadas Europa Ocidental e Europa Oriental. Esse é um fator importante nessas análises uma vez que a Europa Ocidental como símbolo de exemplo “civilizatório” está presente nas narrativas que compõem os conflitos, bem como elementos racistas e xenofóbicos que daí desembocam. Porém, em uma economia capitalista, tais elementos são utilizados como mecanismos de retórica visando a divisão da classe, com elementos econômicos que o suplantam.

No entanto, os elementos econômicos serão tratados em separado e os elementos transversais pincelados à medida dos contextos. Por ora, objetivo centra-se na localização geográfica para apresentar o histórico no qual tais conflitos incidem. Até aqui e, ainda superficial, tais percepções restam apenas para o contexto de observação.

2.2. Da formação da Ucrânia

A literatura aponta que os primeiros assentamentos humanos na região remontam a períodos de cerca 4.500 a 3.000 a.C. e, como diversas outras nações, passaram por processos diversos de ocupação. Nestes processos, houve impactos civilizatórios da Grécia antiga, Impérios Romano e Bizantino, bem como conflitos territoriais e outros processos similares a diversas formações de nações cujo centro não é impactante na presente análise. Ressalta-se, porém que, na Idade Média, as relações conflituosas e amálgamas ocorreram envolvendo especialmente a Rússia e a Polônia, mas também Áustria, Prússia e entre outras regiões próximas.

Seus territórios foram sempre alvo de anexação, disputas e suas fronteiras tiveram diversos redesenhos. Tanto deste ponto do desenho de suas fronteiras, tendo seus territórios por vezes subordinado a nações distintas, como da relação de dependência econômica, a questão de uma Ucrânia livre, independente e democrática tem sentido enraizado na história recente dos últimos cem ou cento e poucos anos. Por óbvio a Ucrânia não é exceção à regra, já que muitos países são formados a partir disputas, guerras, povos de origens diversas e culturas diversas e várias nações são oprimidas.

Porém, este é um dos marcos que compõem a complexidade da formação da Ucrânia que sequer tem tal independência assentada. Sem desprezar que não exista relação plena de independência no atual sistema, dadas as relações capitalistas de dependência e o imperialismo, este tema será abordado mais adiante. Isto porque para compreendê-lo é importante passar por alguns momentos históricos de destaque, iniciando pela revolução proletária que mudou a geopolítica.

2.3. A Ucrânia, a URSS e a queda do muro de Berlim

O proletariado russo faz uma revolução que acentua um novo cenário mundial e a Ucrânia também é impactada. Ainda em 1917, é estabelecido em Kiev um conselho central Rada (parlamento), após o colapso do Império Russo. No ano seguinte, a Ucrânia declara sua independência, desdobrada em uma guerra civil no qual vários governos rivais disputam o controle de parte ou todo o território ucraniano.

Em 1921, um terço do seu território fica com a Polônia e dois terços são conquistados pelo Exército Vermelho, estabelecendo-se a República Socialista Soviética da Ucrânia. Na década seguinte, a Ucrânia passa a sofrer com o terror pela política de Stálin que levou à morte de milhares de ucranianos por fome e frio. Este período, entre 1931 e 1933, ficou conhecido como Holodomor, palavra ucraniana para designar “deixar morrer de fome”, “fome-terror”.

Em 1939, a questão da independência da Ucrânia volta ao cenário. Destacamos dois artigos de León Trotsky neste cenário, um intitulado “A questão da Ucrânia” e outro chamado de “A independência da Ucrânia e a confusão sectária” que trata da autodeterminação das nacionalidades oprimidas. Neste último texto, considera que “a estrutura federada da União Soviética deveria ser fruto de um compromisso entre o centralismo que exige uma economia planejada e a descentralização necessária para o desenvolvimento das nações que no passado estavam oprimidas”.

Para Trotsky, esta cooperação deveria se dar no “sentido de promover a experiência da colaboração econômica, política e cultural” e completa observando que “a própria origem do regime totalitário e a sua intensificação cada vez mais brutal, especialmente na Ucrânia, provam que as massas ucranianas são irreconciliavelmente hostis à burocracia soviética” (em “A independência da Ucrânia e a confusão sectária”). Suas observações vinham no sentido de mostrar que as políticas de Stálin reforçavam um repúdio à organização soviética, trazendo sempre à baila a questão da independência cujos anseios de liberdade fundiam-se ao nacionalismo.

Já naquele tempo, Trotsky dizia que “a questão de primeira ordem é a garantia revolucionária da unidade e independência da Ucrânia de operários e camponeses” (em “A questão da Ucrânia”).

Como consequência deste processo, naquele ano, o lado ocidental da Ucrânia é anexado pela União Soviética como parte do pacto de não-agressão entre a Alemanha nazista e Moscou. Dois anos mais tarde, ocorre uma ocupação nazista no período de 1941 a 1944. Dos próximos 50 anos, destaca-se ainda o acidente nuclear catastrófico de Chernobyl, em 1986 e, com a queda do muro de Berlim, declaração da independência da Ucrânia em 1991.

2.4. Independência e nacionalismo

Ainda que a independência tenha sido formalmente declarada em 1991, estando a Ucrânia na condição de uma economia capitalista dependente, em um mundo dominado pelo imperialismo, essa independência, de fato, nunca existiu. A Ucrânia tornou-se, de fato, uma semi-colônia do imperialismo. A vontade de uma Ucrânia livre e independente como nação sempre foi sufocada e o país seguiu como uma nação oprimida. Com a queda do muro de Berlim, um sentimento de “regresso ao mundo civilizatório” tendo como eixo a aproximação política à Europa é cada vez mais utilizado como retórica para essa “libertação”. Como contraponto, a proximidade de políticas à Rússia também se consolidam.

Nesta esteira, misturam-se as posições políticas de ligações exteriores prioritárias com nacionalismos e identidade cultural. O neoliberalismo acentua e reforça a polarização social, a Europa Ocidental como exemplo “civilizatório” e a xenofobia e o racismo acentuam-se nestas retóricas. Como diferente não poderia ser, a discussão de independência de uma nação e seu direito à auto-determinação, confunde-se com o nacionalismo e ofusca o papel do imperialismo.

Em todo esse cenário, o grande problema da independência, da liberdade e da ruptura com as nações opressoras não se conclui. Isto se dá em função de a Ucrânia ser uma nação oprimida seja pelo imperialismo, seja pela Rússia e sua história foi repleta desta relação. O fator de destaque refere-se ao fato de que nesta história, por diversos momentos o povo rebelou-se contra tal opressão e, é justamente a partir deste sentimento de busca de uma “unidade nacional” ou da tão aclamada liberdade e independência que surgem movimentos nacionalistas, ponto que será tratado mais adiante.

2.5. O imperialismo dos EUA, a OTAN e a Rússia: principais eventos deste século na Ucrânia

Em 2002, o governo da Ucrânia anuncia sua decisão de filiação à OTAN e, em 2004, com a chamada Revolução Laranja, “duas Ucrânias” são reveladas. Por um lado, os “pró-Rússia” e por outro lado os “pró-ocidente”. Esta polarização consolida-se da disputa hegemônica das relações comerciais, com especial ênfase à questão energética, que será tratada mais adiante.

Entra em cena a associação da Ucrânia com EUA e com a União Europeia sob o guarda-chuva de vontade de filiação à OTAN e as disputas com a Rússia que tem fortes interesses na região.

A crise econômica internacional de 2008 provocada pelos EUA impacta diretamente na economia da Ucrânia. As tensões se intensificam e um processo revolucionário se abre no final de 2013, começo de 2014. O governo de plantão, alinhado ao lado governo russo, cai e a Rússia toma a Crimeia, região que pertencia à Ucrânia.

A revolução é “abafada” com uma saída por dentro do regime burguês, a via eleitoral ainda que tenha desabado o regime de Putin. Novas eleições são convocadas e a tentativa de estabilidade do regime dá-se por dentro da superestrutura da institucionalidade. Na estrutura, grupos nacionalistas fascistas ou que flertam com o fascismo fortalecem-se em organizações paramilitares. Regiões passam a ser controladas por alguns destes grupos paramilitares e outras por grupos “pró-russos”.

Em 2019, Volodymyr Zelensky vence as eleições presidenciais e o distanciamento político do governo ucraniano ao governo russo mantém as tensões acirradas. Em 2021, a Rússia desloca grande parte de seu contingente militar para a fronteira da Ucrânia. As ameaças de ataque à Ucrânia por parte da Rússia se dão desde o começo deste ano de 2022 e é efetivado o movimento de guerra a partir do ato de a Rússia reconhecer a independência de Donetsk e Luhansk, regiões de maioria russa ou “pró-Rússia”.

3. Os aspectos econômicos e os interesses de Putin

Putin inicia a guerra escondendo seus interesses, valendo-se da retórica de que a Ucrânia e Rússia são “irmãs”, que a aproximação com a OTAN representa ameaça ao povo russo e que sua ocupação tem como intenção eliminar o fascismo. No entanto, já de pronto entram em cena as questões econômicas que permeiam as relações, com ênfase especial aos fatores energéticos.

No cenário econômico internacional, a Rússia não é a potência que foi outrora quando da URSS. Ainda assim, sua economia tem peso relevante no cenário internacional. Segundo dados do Banco Mundial, a economia da Rússia é de US\$ 1,5 trilhão e figura na 11ª posição dentre as economias mundiais.

Sua economia tem um forte peso na exportação do petróleo, bem como gás natural, trigo e outras *commodities*. Na relação da Rússia com o Brasil, os insumos de principal destaque são produtos químicos e fertilizantes usados pelo agronegócio na produção agrícola.

No entanto, há outro elemento de destaque com relação à questão do gás, fonte de energia da Europa, em muito fornecido pela Rússia. Um conflito de interesses econômicos de diversos

países segue há anos, envolvendo a construção do Nord Stream 2, gasoduto que conecta a Rússia à Alemanha cuja extensão é de 1.230 km sob o Mar Báltico e possui capacidade de 55.000 milhões de metros cúbicos de gás por ano. Segue a mesma rota Nord Stream 1, ativo desde 2012, porém com menor capacidade de distribuição.

Os EUA veem seus interesses econômicos prejudicados com essa outra rota, a Rússia investe em sua conclusão e ativação e países da Europa apresentam divergências, alguns em apoio à ligação econômica estadunidense, outros no comércio com a Rússia (inclusive financiando a obra) e outros ainda, oscilando a posição.

O gás russo é responsável por cerca de 40% do gás consumido pela Europa e possui várias rotas. Entre elas, rotas que passam pela Ucrânia e outros países que se veem prejudicados com a Nord Stream 2. Estes recebem o apoio dos EUA, que alega que o projeto aumentará a dependência europeia sobre o gás russo, aumentando a influência do Kremlin. Isto porque os EUA também têm interesse nesse comércio e na exportação do seu gás natural para a Europa.

4. Refugiados, racismo, machismo, xenofobia

As guerras por si só já são terríveis e causam consequências catastróficas. Quando escrevíamos este texto, já eram cerca de 2 milhões de refugiados buscando sobreviver em outro país, por vezes, em outro continente. Pessoas que abandonaram tudo, que ficam à mercê das condições mais vulneráveis para salvar o único bem que buscam proteger: suas vidas e dos seus entes queridos.

Neste processo, muitas famílias dividem-se, vários filhos adolescentes, jovens, maridos, pais e por vezes avôs, em geral homens, acabam ficando para tentar lutar por seu território. Sem perspectiva de voltarem a se encontrar, sem perspectiva de como será a vida em outro território, sem emprego, sem dinheiro e muitas vezes sem sequer saber falar aquele idioma, são as mulheres que se encontram no maior número dos refugiados.

Com isso, as mulheres sofrem o terror da travessia, bem como de toda instabilidade desse processo, dormindo em condições sub-humanas muitas vezes, carregando as crianças e idosos, sem alimentação e à mercê das condições climáticas, cujo frio é intenso. Passado este terror, encontraram outro terror no novo solo sob a falta de perspectiva, instabilidade, insegurança e vulnerabilidade à qual os refugiados estão expostos.

Mas, apesar desse cenário por si só já horroroso e difícil, outros fatores tornam a vida destes refugiados ainda mais difícil: as opressões que se manifestam, por exemplo, no racismo, machismo e na xenofobia.

Ao longo da história da humanidade, a questão de refugiados sempre é impactante e a xenofobia marcante. No entanto, apesar de os ucranianos também serem vítimas, o fato de serem em sua maioria loiros, brancos, de olhos claros, têm evidenciado o quanto as políticas “humanitárias” ou de pseudo solidariedade reforçam este caráter opressor. Foram chocantes as matérias veiculadas pelas mídias no Brasil mostrando frases de jornalistas de diversos países, de expressões usadas por países que se mostravam “solidários” para receber os refugiados por terem o mesmo fenótipo europeu.

Isto, por um lado, desnuda a realidade de refugiados violentados, fragilizados e vulneráveis que o capitalismo produz todos os dias e, de maneira mais intensa, com suas guerras insanas. Neste sentido, abre a reflexão de que o crime bárbaro cometido contra Mõise aqui no Brasil, como bem sabemos, infelizmente não foi exceção. Mas, por outro lado, desnuda também o colapso maior em que vivem negros e negras ou mesmo aqueles que não têm os “fenótipos europeus”.

Diversos relatos têm sido noticiados nas mídias aqui no Brasil e no mundo, mostrando que até no refúgio há mais barreiras e mais dificuldades por conta do racismo. Não obstante, as mulheres que também se encontram vulneráveis são alvo do terror. Em todas as histórias de guerras e refúgios, as mulheres são alvo de violência sexual, sem contar a própria violência a que já são submetidas pela própria situação.

Esta violência sexual ficou escancarada no Brasil quando, no meio deste terror, o deputado estadual Arthur do Val (Podemos), conhecido como “Mamãe Falei” gravou áudios escancarando como as mulheres são vistas e tratadas como objeto sexual, mesmo em situações em que estão mais vulneráveis. Infelizmente, as falas machistas e sexistas do deputado estão longe de ser um caso isolado. O próprio deputado diz que recebeu “dicas” de Renan Santos, dirigente do MBL, com quem viajou para a Ucrânia, reforçando que essa postura repugnante faz parte de turismo sexual.

5. Por uma Ucrânia livre, independente e democrática

A revolução de 2014 reacendeu a chama de unidade em torno de uma Ucrânia livre, independente e democrática. Embora a revolução tenha sido sufocada por uma saída dentro do regime burguês pela via eleitoral, estava em cena a luta contra a opressão russa, cujas feridas seguem presentes até os dias de hoje. Há de se considerar que os ideais presentes na Praça Maidan foram desviados pela burguesia e pelo imperialismo, fazendo com que a Ucrânia tivesse uma maior dependência econômica das potências europeias e do imperialismo estadunidense.

O discurso de Putin sobre a luta contra o nazismo na Ucrânia que já era esvaziado, confirma-se cada vez mais equivocado nesta guerra. De fato, existiam grupos paramilitares de ultradireita que se formaram nos últimos anos, sob a bandeira da independência, que saíram fortalecidos após a Revolução de 2014. Sem desprezar a luta que se deve dar e o necessário combate aos movimentos fascistas ou neofascistas, a existência e manifestação destes grupos encontram-se também em um cenário de polarização social.

Para que grupos fascistas se fortaleçam, mitos ou identidades são referendados como forma de subjugar e oprimir, impor-se sobre uma determinada comunidade ou povo. Por trás dos discursos ideológicos, seguem os fatores econômicos, as disputas entre as nações que pretendem ser mais opressoras e exercer influência sobre os países de economia mais fragilizada. E, na esteira da fragilidade e vulnerabilidade, a classe trabalhadora segue sofrendo os impactos sobre as políticas econômicas e sociais.

No entanto, a ocupação da Rússia nada tem a ver com combater tais grupos e sim, para garantir seu domínio e opressão à Ucrânia. Putin representa as oligarquias russas, que também têm negócios pelo mundo. A disputa política de Putin refere-se à dominação não apenas da Ucrânia, mas os reflexos e impactos que podem ocorrer com as nações próximas, bem como com a própria Rússia.

No âmbito interno, o governo Putin pode ser considerado um governo burguês bonapartista, apoiado pelas forças mais retrógradas da sociedade russa, tal como a Igreja Ortodoxa. Por essa razão, seu governo abertamente persegue LGBTs e formula leis machistas que permitem o espancamento de mulheres e o feminicídio.

6. Principais impactos econômicos, políticos e sociais no Brasil

Até o momento em que escrevamos a presente análise, o governo Bolsonaro mantinha-se em uma posição de relativa “neutralidade” ao conflito. Relativa porque na verdade de maneira

implícita, o governo disputava narrativa ou deixava brechas de apoio, destacava a importância da Rússia, apresentava narrativas de desdém à Ucrânia e outras manifestações. Mas, também relativa porque o presente cenário não abre margem para a não manifestação de solidariedade ao povo ucraniano e, toda e qualquer posição “neutra” é uma forma de apoio à Rússia.

Parte deste discurso de Bolsonaro consolida-se na relação com o agronegócio, que tem grande relação de dependência dos produtos químicos e fertilizantes russos, utilizados sobretudo na agricultura. Bolsonaro também aproveita a situação para dialogar com seu núcleo de apoio, através de seus discursos ideológicos de teorias conspiratórias e da “guerra contra o bem e o mal”.

No que se refere à relação com os fertilizantes, a relação ambiental também entra em cena. Considerando que a guerra impõe dificuldades de garantia logística ou mesmo de transações econômicas com a Rússia, o governo desenhou três cenários possíveis. O primeiro deles é buscar parte dos suprimentos junto a outros exportadores internacionais, especialmente o Canadá.

O segundo cenário que, aparentemente parece o “melhor”, seria que tais produtos passassem a ser menos dependentes de importação e fossem produzidos no Brasil. Esta escolha demoraria diversos anos para se consolidar e, ainda assim, representaria apenas uma fração do que se consome. É a partir desse discurso que Bolsonaro tenta aprovar o PL 191/2020 que legaliza a mineração em terras indígenas sob o pretexto da guerra.

O que aparentemente poderia parecer uma saída importante é um problema de ordem ambiental: a produção de tais insumos remete a um nível bárbaro de destruição da natureza. Inclusive, parte das “dificuldades” de se conseguir ter tal exploração no Brasil referem-se às barreiras de liberação da mineração, uma vez que seus impactos ambientais são enormes, inclusive com a contaminação de rios e solos. Para tanto, o governo anunciou que proporcionaria a flexibilização de liberações ambientais.

Já, a terceira opção, de pronto descartada por esse governo, passava por uma mudança para processos de cultivo mais ecológico, como a compostagem. A compostagem é um processo conhecido pela humanidade há tempos, pode ser trabalhada em escala doméstica e industrial e é um processo natural de decomposição e fortalecimento do solo. Além de outras técnicas ambientais mais seguras, a compostagem foi a primeira descartada sob a alegação de que levaria tempo demais para adequar o agronegócio, bem como a “dificuldade” em “formação” na área de uma tecnologia sustentável e razoavelmente simples.

Veja-se que esta opção por desenvolver formas de flexibilização ambiental dá-se justamente em ano em que começamos com diversos desastres “naturais”, que levaram à morte e desabrigo centenas de milhares de brasileiros por essa relação de destruição da natureza; no ano seguinte à queda de Salles, pelos escândalos de sua relação com a madeira ilegal e toda a barbárie promovida enquanto era Ministro do Meio Ambiente; e no governo em que houve o avanço sobre as terras dos povos originários, massacre aos povos indígenas, desmatamento e as queimadas que atingiram níveis recordes.

O favorecimento do agronegócio e os impactos da guerra sobre este setor atingem também a cadeia de produção de alimentos e seus preços. Do mesmo modo, os impactos do preço do petróleo, internacionalmente, as oscilações da cotação do dólar, os impactos das distribuições logísticas das importações e exportações, além dos chamados investimentos e fugas de capitais, tudo isso junto e misturado, impacta direta e imediatamente na inflação.

A inflação alta, a possibilidade de redução do já baixo crescimento econômico, o cenário de crise econômica que já se arrasta por anos, intensificam a piora das condições de vida que já se encontram em níveis catastróficos. Tudo isso gera mais desemprego, despejos e toda a dura situação imposta por um lado pela crise econômica e, por outro pela pandemia, que poderão ser intensificados.

Um cenário extremamente desfavorável a um governo que perdeu grande parcela de seu apoio e que se encontra às vésperas das eleições. Neste cenário, Bolsonaro não esconde seu interesse em dar golpe, bem como se fortalece e consolida-se a candidatura de seu principal oponente, Lula, alinhando-se ao que tem de pior da burguesia, inclusive àqueles que outrora eram chamados de “golpistas” pelo PT. Certamente tudo isso poderá pressionar uma eleição que pode ter um cenário mais ou menos polarizado.

Em se falando de polarização, a guerra também traz à tona grupos fascistas. Na fase “auge”, bolsonaristas defendiam “ucranizar o Brasil”, fazendo referência aos grupos paramilitares e, inclusive, com compartilhamento de membros para treinamento internacional. Mesmo agora, em tempos de guerra, quando Bolsonaro defende a Rússia, ainda há setores que se apoiam nessa “ucranização” como símbolo de fascismo e a embaixada da Ucrânia chegou, inclusive, a anunciar que mais de 100 brasileiros já se ofereceram para lutar no lado ucraniano.

É difícil ter um perfil destes brasileiros que se ofereceram a ir à Ucrânia, ainda que boa parte das notícias aponte que a maioria é de jovens sem experiência e descontextualizados, balizados por “espírito de aventura”. Também é difícil medir se bolsonaristas têm se desgarrado deste estigma da “ucranização” como referência ao fascismo e agora seguem seu líder em apoio à Rússia. Por fim, é ainda impossível prever o quanto a guerra promoverá a intensificação da polarização social, abrindo caminho para o fortalecimento de grupos fascistas ou neofascistas.

Da mesma forma, ficam as lacunas dos impactos sociais e econômicos que a guerra causará, vislumbrando apenas que existe uma tendência de o que está ruim, piorar. Aquele ano que poderia parecer um respiro e uma gradativa recuperação frente aos difíceis momentos desde o início da pandemia, parece não ser tão simples assim. Por tudo isso, é preciso conectar a situação da guerra, o cenário internacional e a conjuntura nacional para armar nossa categoria para as batalhas que serão necessárias e devem ser enfrentadas neste ano.

E, ainda neste contexto da guerra, usar apenas a palavra de ordem (necessária) de “por uma Ucrânia livre, independente e democrática”, também pode mostrar-se uma armadilha, como que levando o povo ucraniano a uma “escolha de Sofia” de ser oprimido pela Rússia ou pelas potências europeias e o imperialismo estadunidense. Ou seja, para essa palavra de ordem possa ser concretizada, para que a Ucrânia possa ser de fato, livre, democrática e independente, é necessário conectar a independência de classe junto com essa independência política tão sonhada. A Ucrânia só pode ser livre, de fato, se for socialista. É necessário vencer a guerra de libertação nacional contra a Rússia, mas não é possível parar aí. O povo ucraniano, uma vez vitorioso, de armas na mão, não pode entregar seu destino nas mãos da burguesia ucraniana e dos imperialistas. É necessário transformar a guerra civil em revolução socialista.

Da mesma forma, conectando com os problemas do Brasil, não há também saída para a classe trabalhadora senão a luta contra este sistema capitalista, sem depositar esperanças na via eleitoral. Isto porque, como mostra a situação da Ucrânia, não haverá um Brasil livre, independente e democrático enquanto estiver sob o jugo do imperialismo, sendo capacho dos EUA ou de outras grandes potências internacionais. Tudo isso reforça que estamos em um momento da conjuntura em que é mais do que necessário impulsionar as lutas e mobilizações. Esta deve ser a prioridade número um a ser votada neste congresso do ANDES, como trabalhadores de um país capitalista dependente, devemos combinar então a luta pela libertação nacional dos povos com a luta pelo socialismo. É nesse sentido que propomos o conjunto de resoluções abaixo.

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Apoio à Libertação Nacional do povo ucraniano contra a invasão russa;
2. Fora os EUA, a UE e a OTAN. Articular com o movimento sindical e social, no Brasil e no mundo manifestações, a luta pela dissolução da OTAN, inimiga dos povos;
3. Solidarizar-se efetivamente, por meio de ajuda humanitária, com os sindicatos operários da classe trabalhadora ucraniana. Construção, junto com outros setores do movimento, de atos em defesa do povo ucraniano e pela derrota de Putin;
4. Exigir a libertação dos manifestantes russos encarcerados por Putin por se manifestarem contra a guerra;
5. Em defesa de uma Ucrânia Soberana, Socialista e não-racista

TEXTO 68

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Luís Silva (SINDIFPI), Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI), Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT), Gisele Cardoso Costa (ADUA), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Jonise Nunes Santos (ADUA), Alayde Maria Pinto Digiovanni (ADUNICENTRO), Silvia Cristina Conde Nogueira (ADUA), Nádia Maciel Falcão (ADUA), Wagner Roberto do Amaral (ADUEL), Graziela Luchesi Rosa da Silva (APUFPR), Edson Riutiro Oyama (SESDUF-RR), Altiva Barbosa da Silva (SEDUSF-RR), Jonildo Viana dos Santos (SEDUSF-RR), Maria Edith Romano Siems Marcondes (SEDUSF-RR), Jaqueline Kalmus (ADUNIFESP), Silvia Beatriz Adoue (ADUNESP), José Rodrigues (ADUFF), Lygia de Souza Viegas (APUB), Marilene Proença Rebello de Souza (ADUSP), José Fernando Andrade Costa (ADUFS), Edlauva Oliveira dos Santos (SEDUSF-RR), Pedro Augusto Hercks Menin (SEDUSF-RR), Leuda Evangelista de Oliveira (SEDUSF-RR), Leny Sato (ADUSP), Maria Luisa Sandoval Schmidt (ADUSP), Thais Seltzer Goldstein (APUB), Marli Lúcia Tonatto Zibetti (ADUNIR), Gustavo Zambenedetti (ADUNICENTRO), Iracema Neno Cecília Tada (ADUNIR), Gabriela Pereira Vasters (ADUNIFESP), Patrícia Martins Goulart (ADUNIFESP), Fernando de Almeida Silveira (ADUNIFESP), Carlos Augusto Evangelista (SESDUSF-RR), Elizângela Barbosa (SESDUF-RR), Herundino Ribeiro do Nascimento Filho (SESDUF-RR), Cinara Rechico (SESDUF-RR), Ise de Goreth Silva (SESDUF-RR), Marinês Viana de Souza (ADUA), Maria Lidiuina de Oliveira e Silva (ADUNIFESP), Stella Maris Nicolau (ADUNIFESP), Inara do Nascimento Tavares (SESDUF-RR), Adriana Gomes Santos (SESDUF-RR), Leonardo Dourado de Azevedo Neto (ADUA), Romildo de Castro Araújo (ADUFPI), Geraldo do Nascimento Carvalho (ADUFPI), Egmar Oliveira Souza Júnior (SINDIFPI), Sean Purdy (ADUSP), Simone Contente (SINDUNIFESSPA), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Sandra Moreira (ADUFPA), Gelta Xavier (ADUFF), Mônica Vermes (ADUFES), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Welbson do Vale Madeira (APRUMA), Marco A. Escher (APES-UFJF), Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUSFMS).

**ABAIXO A LIMPEZA ÉTNICA CONTRA O POVO YANOMAMI!
SOLIDARIEDADE EFETIVA PARA A AUTODETERMINAÇÃO E A
AUTODEFESA DOS POVOS INDÍGENAS**

TEXTO DE APOIO

- 1) No Brasil, o Território Yanomami está localizado entre os Estados de Roraima e do Amazonas, ocupando uma área de 96.650 km² (maior em extensão do que Portugal) e abriga uma população originária de 26.780 habitantes, subdivididos em mais de 200 comunidades e ainda com presença de povos isolados. Junto com a Venezuela, são 36 mil pessoas em um Território de 192.000 km², representando uma das maiores áreas de floresta tropical do mundo.
- 2) O povo yanomami permaneceu isolado por um longo período, apenas com contato com povos originários vizinhos, até o processo de delimitação de fronteiras do Brasil com a Venezuela na metade do século XX. Todavia, assim como o infortúnio dos demais povos indígenas, o flagelo do povo yanomami está inserido na história da ocupação capitalista na floresta;
- 3) Desde o início do século XXI o povo yanomami enfrenta novamente diversas ondas de invasões em suas terras. Localizado em uma região do interflúvio entre o rio Orinoco e o rio Amazonas, uma região extremamente rica em minério na fronteira entre a Amazônia brasileira e a Amazônia venezuelana, o território yanomami tem sido devastado por grupos paramilitares (narco-garimpeiros) que invadem o território para extrair minério e fornecer ouro para grandes mineradoras ou para os grandes bancos;
- 4) Com a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro e seu discurso pró-garimpo, repleto de racismo contra todos os povos indígenas, as invasões, violações e assassinatos no território yanomami cresceram de forma acelerada. Somente no ano de 2020 o garimpo avançou cerca de 30% na terra yanomami e devastou uma área equivalente a 500 campos de futebol, a partir da invasão de 20 mil narco-garimpeiros.

TR – 68

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Reconhecer o direito de autodeterminação do povo yanomami diante do Estado capitalista brasileiro e do Estado capitalista venezuelano, com o pleno reconhecimento de seu território ancestral, de sua cultura e de sua língua;
2. Apoiar por meios políticos e financeiros o direito de autodefesa do povo yanomami na luta contra as mineradoras, os garimpeiros e as forças de repressão do Estado que não garantem real proteção para os povos originários.
3. Lutar ao lado dos povos originários contra o Projeto de Lei 191/2020 que prevê regulamentação do garimpo em terras indígenas e provoca destruição do meio ambiente e avanço da limpeza étnica contra os mais diversos povos ameríndios no Brasil.



Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Luís Silva (SINDIFPI), Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI), Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT), Gisele Cardoso Costa (ADUA), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Mónica Vermes (ADUFES), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Sandra Moreira (ADUFPA), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Marco A. Escher (APES-UFJF), Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS).

CONTRA AS REDES DE TRÁFICO DE MULHERES E CONTRA O FEMINICÍDIO

TEXTO DE APOIO

- 1) O machismo, pandemia mundial que todos os anos vitimiza milhões de mulheres no mundo, não é apenas uma ideologia. O machismo é a base de uma rede bilionária que, no mundo todo movimenta 32 bilhões de dólares a partir do rapto de aproximadamente 2, 5 milhões de mulheres e meninas;
- 2) Na América Latina, essas redes de tráfico de pessoas raptam e enganam, em especial, as mulheres e meninas pobres da América Latina para utilizá-las como escravas sexuais na Europa, nos EUA e em Israel;
- 3) No continente americano o Brasil é o país no qual mais atuam as redes de tráfico de pessoas. De acordo com o Ministério da Justiça, todos os anos cerca de 60 mil mulheres são vítimas dessas redes milionárias que traficam mulheres e nas quais atuam juízes, delegados, empresários, etc.

TR – 69

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Apoio à Plataforma Internacional Contra as Redes de Tráfico de Pessoas e Desaparições que luta em toda América Latina, independentemente dos governos, para apoiar as vítimas e as famílias das vítimas exigindo justiça;
2. Promover a partir do GTPCEGDS debates sobre o tema com a perspectiva de incorporar essa pauta na luta contra o machismo no movimento sindical e feminista;
3. Solidarizar-se com a jornalista brasileira Lúcia Issa, atacada por grupos sionistas, por denunciar a rede de tráfico de mulheres que raptam mulheres e meninas no Brasil e as exporta para Israel.

TEXTO 70

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Luís Silva (SINDIFPI), Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI), Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT), Gisele Cardoso Costa (ADUA), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Mônica Vermes (ADUFES), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Sandra Moreira (ADUFPA), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Marco A. Escher (APES-UFJF), Welbson do Vale Madeira (APRUMA), Adriana Gomes Santos (SESDUF-UFRR), Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS).

TODO MIGRANTE É LEGAL: POR UMA CAMPANHA EM DEFESA DOS MIGRANTES CONGOLESES NA ÁFRICA.

TEXTO DE APOIO

No Brasil, o recente assassinato de Moïse Kabamgabe, migrante congolês refugiado no país, e as horrorosas notícias de ataques xenofóbicos na África do Sul, nos mostram a dimensão do problema que é ser uma pessoa em trânsito no mundo, e nos coloca a necessidade de uma Campanha Internacional de Solidariedade com os Migrantes Congolese, em especial na África do Sul, onde a situação é considerada extremamente grave

Congo: as raízes da diáspora

O Congo foi ocupado pela Bélgica em 1885 e se transformou em uma propriedade do rei da Bélgica, Leopoldo II. O rei fez fortunas vendendo borracha para a nascente indústria automobilística e pneumática. Dunlop, Firestone, Goodyear, entre outras se beneficiaram da borracha congolese. Para extrair essa borracha “da propriedade de Leopoldo II”, o rei escravizou milhares de congolese, impôs uma cota diária e os que não cumprissem recebiam 100 chibatadas com chicote de couro de rinoceronte. Mesmo assim, quando as metas não eram cumpridas, o rei mandava cortar as mãos dos “súditos”. Instaurou o medo e o terror. Mesmo assim, era quase impossível cumprir as metas e a punição passou a ser a mutilação das mãozinhas e dos pezinhos das crianças, a fim de intimidar os pais escravizados.

Congo está entre nós

Mia Couto, o escritor moçambicano diz: “A África está presente no Brasil de maneira que os próprios brasileiros não identificam”. É verdade, na nossa música, dança e culinária. Os congolese adoram o “soso na dongodongo” como se diz em lingala, ou o “nkuku na dongodongo”, como se diz em swahili, para a apreciadíssima galinha com quiabo. Mas não é só nisso. No sangue brasileiro corre muito sangue congolês trazido à força pelos corpos escravizados pelos portugueses.

Congo hoje: roubo de recursos naturais, milícias, ocupação militar

Hoje, o Congo paga por ter um floresta quase do tamanho da atual Amazônia e suas madeiras são roubadas pelos capitalistas chineses e europeus. O enorme Rio Congo é contaminado pela mineração predatória. Os modernos celulares, *laptops* e computadores não existiriam sem o *coltan*, que é um mineral que praticamente só tem nesse país. Os futuros carros elétricos só poderão existir com o cobalto e o lítio congolês.

Durante décadas, o roubo das matérias primas tem sido feito com a expulsão das famílias de suas terras, a ponta de fuzil nas mãos de grupos de milicianos, das Forças Armadas e das tropas de ocupação da ONU, a Monusco que, **tal qual a Minustah (Haiti), foi comandada pelo militar brasileiro Carlos Alberto dos Santos Cruz.**

Diáspora: até agora a única alternativa do congolês

Com suas organizações destruídas por décadas de sucessivas ditaduras, sem instrumentos de luta, a classe trabalhadora e o povo pobre busca na migração o sonho de um vida em paz, com trabalho e dignidade.

O sonho logo é interrompido por naufrágios ao cruzar o mar, perseguição pelas policias migratórias, prisão nos mal chamados abrigos para migrantes. Depois de vencer todas as barreiras, vão viver na ruas de Los Angeles, nos bairros pobres das capitais europeias ou nas favelas e bairros periféricos nas cidades brasileiras.

Muitos chegam falando três, quatro ou cinco línguas e com títulos de estudos. Mesmo assim, são considerados incapazes e para eles só restam os trabalhos braçais de limpeza e de ajudantes gerais nas empresas.

Derrotados ao saírem de seus países, humilhados na longa viagem, por fim chegam naquilo que seria o tão sonhado eldorado. No novo país, a humilhação segue de outras formas.

África do Sul: nação do arco-íris ou perpetuação do apartheid?

Nelson Mandela gostava de dizer que a África do Sul seria a “nação arco-íris”. Um país para todas as cores. Porém, como não tocou nas propriedades dos brancos que haviam enriquecido durante o apartheid, nem nas propriedades das empresas multinacionais, estes aos poucos voltaram ao poder. Voltaram por meio da cooptação do CNA (Congresso Nacional Africano), da COSATU (central sindical) e do Partido Comunista da África do Sul, que são de fato quem dirige o país há 27 anos e aplica políticas de desindustrialização, gerando desemprego e aumento da pobreza. E assim, foi se consumando a famosa frase: **“Nenhum africano é estrangeiro na África – exceto estando na África do Sul!” (Achille Mbembe)**

África do Sul: as formas repressivas e quem aplica

Com o desemprego rondando os 45%, vimos no mês de junho/julho de 2021 uma onda de saques e repressão que resultou no assassinato de mais de 380 pessoas! Há também um novo ciclo de greves de trabalhadores que há anos não se manifestavam com tamanha intensidade.

Então, a crise social entrou na ordem do dia em ano pré-eleitoral. Todos falam do desemprego, mas ninguém tem coragem de atacar as estruturas capitalistas, atrasadas e dependentes, e ao final, responsabilizam os migrantes por essa situação.

Para ter ideia da situação, migrantes são impedidos de vender nas ruas ou de trabalharem nos comércios; uma criança filha de migrantes, mas nascida na África do Sul, é considerada estrangeira e não pode ingressar na universidade. O mesmo ocorre com a assistência médica, que impõe restrições aos migrantes locais. Políticas dignas do apartheid.

O governo de Cyril Ramaphosa usou a pandemia para fechar o Home Affairs (órgão responsável pela legalização dos estrangeiros) dois anos atrás. Como semestralmente todo estrangeiro tem que regularizar suas documentações, com o Home Affairs fechado há dois anos essas pessoas estão ilegais e sujeitas a prisão e expulsão do país.

Populismo: O EFF (Economic Freedom Fighters), é um partido populista que sempre se apresentou como uma alternativa de esquerda ao governo do CAN-Cosatu-Partido Comunista. Até mesmo chegou a afirmar que a África não deveria ter fronteiras e que todos os africanos poderiam se estabelecer onde quisessem. Agora mudou. Eles formam brigadas que vão aos locais de trabalho, expulsam os trabalhadores estrangeiros e ameaçam os donos dos comércios para que não mais contratem migrantes.

A extrema direita, representada pelo partido ACTION SA, de Herman Mashaba, ex prefeito de Johannesburgo, pelo CNA, defende abertamente a violência contra os migrantes. Foram eles que incentivaram publicamente, inclusive com cartazes para a chamada “Operação Dudula”, que em Zulu significa “empurrar”. Isso mesmo, empurrar para fora do país.

Na “Operação Dudula”, os militantes do ACTION SA se apresentam uniformizados e atacam os vendedores ambulantes, apreendem suas mercadorias, colocam fogo nos pertences e se o migrante reagir pode ser morto.

A deplorável situação dos imigrantes na África do Sul

Não podem trabalhar porque não têm documentos. Não têm documento pois o Home Affairs está fechado há dois anos. Estando na ilegalidade (provocada pelo governo), são atacados nos locais de trabalho pelos membros do EFF ou têm suas mercadorias apreendidas e queimadas pelos do ACTION SA. A tudo isso se soma uma longa história de violência contra migrantes nos últimos 10 anos com capítulos horrosos como o arremesso de pessoas para fora de um trem em movimento ou agressão às crianças estrangeiras nas escolas.

Migrantes não podem trabalhar, não têm renda e passam fome. Essa é a realidade deles na África

É preciso uma campanha de denúncia do governo sul africano. Os migrantes na África do Sul necessitam de apoio internacional. No país, a principal central sindical, a COSATU, não tem em sua página uma única linha de denúncia da situação dos migrantes[1]. O CNA, partido que dirige a coalizão no governo há 27 anos, governa através de **Ramaphosa, que é ex-diretor da Lonmin e foi acusado de ser o responsável pelo assassinato de 34 trabalhadores durante uma greve, que ficou conhecida como o massacre de Marikhana**. O PC, que também faz parte da coalizão governista, é um esclerosado partido stalinista, incapaz de denunciar a violência contra os imigrantes[2] – o que também basta visitar a sua página na internet para constatar.

Somente nós irmãos trabalhadores e o povo pobre – negros, brancos e amarelos – poderemos juntos denunciar a verdadeira caçada que sofrem os migrantes pobres no país e a cumplicidade do partidos burgueses com o grande capital estrangeiro. É muito emblemático saber que Ramaphosa tenha sido diretor da empresa de mineração britânica, a Lonmin, que tenha estreitas relações de propriedade com a rede McDonalds, e que incentive a perseguição aos estrangeiros com o fechamento do Home Affairs.

O governo Ramaphosa sabe muito bem dos crimes contra os migrantes e quem são os criminosos. Mas o Açougueiro de Marikhana, como é vulgarmente chamado, não quer perder votos nas próximas eleições e permite que sua oposição, isto é, ACTION SA, EFF e DA sigam com a política criminosa contra negros oriundos de países limítrofes, empobrecidos pela exploração imperialista e submetidos à violência de milícias e guerras civis.

Basta de perseguição aos imigrantes pobres!
Xenofobia é crime contra humanidade!
Trabalhadores do mundo, uni-vos contra a xenofobia!

[1]<http://www.cosatu.org.za/> – consultado no dia 03.02.2022

[2]www.sacp.org.za – consultado no dia 03.02.2022

TR – 70

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Reforçar campanhas contra a xenofobia. Contra qualquer tipo de restrição ou segregação aos imigrantes de qualquer naturalidade, em qualquer país do mundo.
2. Continuar exigindo justiça para Moïse até que os culpados pelo seu bárbaro assassinato sejam punidos. Punição para Sérgio Camargo que caluniou Moïse após seu assassinato.
3. Se somar à campanha de solidariedade aos migrantes e refugiados congolese chamada pela FNP. Que o 4º Congresso do Andes aprove a contribuição emergencial de 20 mil reais para ajudar nessa questão de vida ou morte para nossos irmãos congolese.
4. Exigir dos governos acolhimento aos migrantes e refugiados de todos os países, sejam eles ucranianos, congolese, sírios, somalis, venezuelanos, bolivianos haitianos, iemenitas ou de qualquer nação. : alojamento, assistência social, escola, saúde, emprego.

TEXTO 71

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Luís Silva (SINDIFPI), Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI), Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT), Gisele Cardoso Costa (ADUA), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Mônica Vermes (ADUFES), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Sandra Moreira (ADUFPA), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Marco A. Escher (APES-UFJF), Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS).

NEM MAIS UM DIA PARA BOLSONARO!

TEXTO DE APOIO

Não é possível suportar nem mais um dia de Bolsonaro no governo, por todo o poder que esse genocida tem em suas mãos ao comandar o Estado brasileiro e que usa, diariamente, a serviço de um ataque sem precedentes à classe trabalhadora, aos povos originários, ao povo pobre, aos negros e negras, às mulheres, às LGBTs, aos imigrantes. É inconcebível esperar as eleições. As manifestações pelo Fora Bolsonaro e Mourão já tem que ser retomadas. Nossas vidas não cabem nas urnas, não esperam os votos.

TR – 71

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. O Andes-SN irá fazer ampla propaganda e mobilizar sua base na luta por **Nem mais um dia para Bolsonaro.**

TEXTO 72

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Luís Silva (SINDIFPI), Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI), Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT), Gisele Cardoso Costa (ADUA), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Mônica Vermes (ADUFES), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Sandra Moreira (ADUFPA), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Marco A. Escher (APES-UFJF), Welbson do Vale Madeira (APRUMA), Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS).

POR UMA PALESTINA LIVRE, LAICA, UNIFICADA E SOCIALISTA, DO RIO JORDÃO AO MAR MEDITERRÂNEO

TEXTO APOIO

No Conad de Fortaleza, foi aprovada uma resolução fundamental: adesão do ANDES-SN à campanha BDS (Boicote, Desinvestimento e Sanções) em defesa do povo palestino e contra a política genocida de apartheid do Estado invasor sionista de Israel.

É preciso avançar urgentemente na implementação dessa campanha. Afinal, já são 72 anos de limpeza étnica, estupros, prisões de crianças e assassinatos sistemáticos contra homens e mulheres que lutam dia após dia pela Libertação Nacional da Palestina.

É preciso denunciar a farsa dos “acordos de paz” que na verdade significam a paz dos cemitérios para o povo palestino. O tempo mostrou o que todos sabiam, mesmo os que não queriam ver: a política imperialista de dois Estados sempre foi uma falácia. Apesar da aceitação pela direção da Autoridade Nacional Palestina da proposta absurda de dividir uma nação em dois guetos desconexos, Faixa de Gaza e Cisjordânia, Israel jamais deixou de continuar expandindo seu território, invadindo mais e mais territórios palestinos, como o bairro de Sheikh Jarrah em Jerusalém. A própria Anistia Internacional reconheceu agora Israel como um Estado de apartheid.

É preciso garantir o direito de retorno dos mais de 6 milhões de refugiados palestinos e de seus descendentes a sua terra ancestral e, para isso, é necessária a abertura das fronteiras do Egito com a Faixa de Gaza para possibilitar o retorno dos refugiados, bem como acesso à alimentos e todos os instrumentos de autodefesa para o povo palestino;

A única forma de conseguir isso é com a destruição militar, ideológica e institucional do Estado de Israel, cuja criação foi um crime do imperialismo americano e Europeu, com todo o apoio de Stalin e até do Brasil.

Voltando a Marx, sempre, clamamos junto ao povo palestino: trabalhadores do mundo todo, uni-vos.

TR – 72

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Reforçar as ações da campanha BDS, fazendo uma campanha sistemática pela maior adesão da categoria a essa importante forma de luta; divulgar na mídia do Andes as empresas que financiam o Estado sionista, estimular o boicote a qualquer tipo de convênio acadêmico com Israel; realizar uma live nacional sobre o tema, publicar artigos nas mídias do ANDES-SN sobre a opressão que vive o povo palestino.
2. Lutar pelo fim do Estado de Israel e pela construção de um Estado Palestino unificado, do Rio Jordão ao Mar Mediterrâneo: um Estado laico, democrático e socialista, no qual judeus, cristãos, muçulmanos, ateus e qualquer trabalhador possa viver em paz com os palestinos.

TEXTO 73

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), André Moreira Bordinhon (ADUA), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Elis Regina Fernandes Alves (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando Cesar Paulino Pereira (ADCAC), Lorena Ferreira Portes (SINDIPROL/ADUEL), Lourival Felix (SESDUEM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE), Valdir Anhucci (SINDIPROL/ADUEL) e Viviane Vidal da Silva (ADUA).

COMBATER AS OPRESSÕES SOBRE AS MULHERES, NEGROS, HOMOSSEXUAIS E TRANSEXUAIS COM UM PROGRAMA QUE PARTA DAS REIVINDICAÇÕES POR EMPREGOS, SALÁRIOS, DIREITOS E TERRA E PROJETE A LUTA PELO FIM DA SOCIEDADE DE CLASSES, RAIZ DE TODA OPRESSÃO

TEXTO DE APOIO

A política sindical para as opressões, no próximo período, deve partir de uma constatação: a situação de crise econômica, potenciada pela pandemia, deve piorar as condições da vida das mulheres, das massas negras, e de todas as minorias oprimidas. As manifestações racistas, misóginas, homofóbicas, transfóbicas e xenófobas devem crescer no quadro de piora geral das condições de vida (desemprego, inflação, contrarreformas) e de aumento dos ataques dos capitalistas (redução salarial, informalidade e violência urbana e no campo).

Esta constatação deve ser o ponto de partida porque, na base das opressões, há a sociedade de classes, há o capitalismo imperialista em sua fase decadente e o ataque geral às condições de vida da maioria, executadas pelos governos e pelos capitalistas.

Quando a maioria explorada enfrentou as consequências das crises econômica e pandêmica no último período, recrudesceram também as formas de opressão. É impossível dissociar a piora geral, rebaixamento salarial, aumento do desemprego, crescimento da fome e da miséria, de suas manifestações específicas, como o aumento da violência policial e do racismo, aumento da violência doméstica e das diferenciações salariais e da piora das condições de vida das mulheres, aumento dos conflitos no campo e da invasão e violência contra os povos indígenas, além de aumento dos crimes de ódio envolvendo a violência homofóbica e transfóbica, e a violência contra imigrantes (como o caso Moïse revelou tragicamente).

Aumento da violência policial e piores condições de vida entre as massas negras

Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021 mostram que em 2020 cresceram os assassinatos cometidos pelas forças policiais: foram 6.416 vítimas, entre as quais 79% eram negras.

Deste total de mortos pela polícia militar, alguns estados repetem suas marcas históricas de violência: Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo. Segundo os dados, 50 cidades concentram mais de 55% dos assassinatos. Destas 50 cidades, Rio de Janeiro tem 15 cidades com mais assassinatos cometidos pelas forças policiais, mostrando que é em torno das capitais e das cidades mais ricas que se desenvolve a maior mortandade contra a população negra.

A maior parte das vítimas tinha até 29 anos (76%). A juventude entre 18 a 24 anos representava a maior faixa etária assinada (44,5%), o que revela o peso da desintegração social. A juventude e, em particular, a juventude negra é destruída porque não pode ser incorporada à produção social, não pode trabalhar e ter acesso aos direitos fundamentais. O fato de que uma parcela da juventude miserável se associe às organizações criminosas e sofra, por isso, a maior letalidade policial apenas evidencia a falta de perspectiva da juventude na sociedade de classes. É, portanto, apenas o efeito da destruição das forças produtivas, executada diariamente pelo Estado capitalista e suas forças militares e paramilitares.

Ao longo da pandemia, estudos e notícias foram produzidos para mostrar como a população negra morreu mais de Covid do que a população branca. Obviamente, a explicação não é biológica, mas social. Na cidade de São Paulo, por exemplo, que aparece em primeiro lugar no número de mortes pela doença, mais de 40 mil, a maioria dos distritos (bairros) revela que pretos e

pardos morreram mais do que brancos e que a explicação para isso está no rendimento da população negra, em geral, inferior à branca.

Quando olhamos para os dados mais recentes da Pnad (IBGE), do terceiro trimestre de 2021, verificamos que a diferença de nível de empregos entre brancos e negros caiu no último período, o nível de empregos de brancos chegou a 55,8% e o de negros, para 52,7%, a menor diferença desde 2015. Mas isso ocorreu não porque houve um crescimento geral da economia e dos empregos, mas porque cresceu, no último período, a informalidade e caiu a renda do trabalhador, de modo que a população negra (pretos e pardos, segundo o IBGE) tem sido incorporada aos empregos informais e com menores salários, o que tradicionalmente já ocorria, mesmo antes da pandemia.

Assim, violência policial, aumento da mortalidade em função de doenças, informalidade e baixos salários criam o quadro de opressão geral à população negra no último período. Responder a este quadro é compreender como o racismo funciona como um fator econômico na opressão de classe; que a raiz da opressão aos pretos é econômica, que a maioria nacional explorada é formada por pretos e que a luta contra esta opressão só pode ser consequente se se defende o interesse da maioria, isto é, a defesa do emprego formal, da redução das jornadas sem redução dos salários, do fim das polícias militares, da ampliação de recursos para a educação e saúde públicas, com a expropriação das redes privadas. Não se trata de uma “minorias”, de modo que a política de cotas apenas mascara a raiz da opressão de classe que a população negra vive no país. A luta consequente por empregos, salário digno e direitos sociais e dirigida contra o Estado e os capitalistas atingirá a maioria nacional, formada por pretos e pretas. Erguer uma luta nacional em defesa destas reivindicações é ser consequente na luta contra o racismo e contra esta odiosa opressão, econômica e ideologicamente favorável à sociedade capitalista.

Rebaixamento salarial e desemprego entre as mulheres

A situação das mulheres, historicamente, também esteve associada à questão econômica. O trabalho doméstico e de cuidado dos filhos, embora sirva à reprodução do capital, é um trabalho não pago. As mulheres incorporadas à produção social sempre exigiram o fim das discriminações salariais, lutando para que a bandeira de “trabalho igual, salário igual” fosse garantida na sociedade capitalista. Nos momentos de crise econômica, como agora, as discriminações só tendem a aumentar, jogando novamente as mulheres para o reduto da família e do trabalho doméstico, aumentando consequentemente a violência contra elas. As contrarreformas que atingem a saúde, educação e previdência social também incrementam o trabalho não pago de mulheres, sobre as quais é descarregado, ainda mais, o peso no cuidado de crianças, idosos, enfermos, etc.

Os dados do terceiro trimestre do Pnad de 2021 revelam que, com a recuperação de uma parte dos empregos perdidos depois de mais de um ano de pandemia, as mulheres continuaram em situação pior em relação aos homens.

No caso do desemprego em geral, a taxa de desemprego para os homens, no final do terceiro trimestre, era 0,3% menor em relação a um ano atrás (setembro de 2020), enquanto para as mulheres era ainda 2,2% maior do que em comparação com o mesmo período de 2020. Ao observamos as taxas de “desalentados” (trabalhadores que desistiram de procurar emprego

formal), chegamos ao número de 3,1 milhões de mulheres que, no final do terceiro trimestre de 2021, não procuravam mais emprego, enquanto, no caso dos homens, o valor recuou para 2,5 milhões, uma queda de 5% em relação ao ano anterior. Na série histórica, este número para as mulheres é o pior desde 2012 para esse período (terceiro trimestre anual).

Ou seja, a pandemia intensificou a desigualdade entre homens e mulheres. Como historicamente as mulheres têm os piores empregos e salários, acentuou-se a desigualdade com a crise econômica e pandêmica.

Com mais mulheres desempregadas, subempregadas ou condenadas ao trabalho doméstico familiar, aumentaram os índices de violência contra esta população. Os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em sua terceira edição, de 2021, mostraram que, após um ano de pandemia, a cada minuto 8 mulheres eram vítimas de algum tipo de violência física (tapas, socos ou chutes), resultando em mais 4,3 milhões de brasileiras com mais de 16 anos vítimas da violência por serem mulheres. A Organização Mundial da Saúde chegou a soltar uma cartilha no início da pandemia, “COVID-19 e a violência contra a mulher: o que o setor/sistema de saúde pode fazer”, mostrando que, com os lockdowns e maior permanência em casa, as mulheres seriam vítimas de maior violência doméstica.

O que estes números demonstram é a associação clara entre o aprisionamento da mulher à casa e às suas tarefas e sua subordinação econômica no seio da família, que resultam em violência física. O problema, mais uma vez, não é apenas cultural e/ou ideológico, podendo ser resolvido por medidas educativas e/ou punitivas. O fenômeno da violência contra a mulher é parte da exploração econômica a que elas são submetidas na sociedade de classes. Quando a crise econômica aumenta, recrudescer a desigualdade salarial, a redução de direitos e a violência doméstica. Mais uma vez não se trata de uma “minoridade”, as mulheres compõem a maior parte da população brasileira; a sua opressão corresponde à exploração econômica da maioria nacional pela minoria capitalista. A luta contra todo tipo de discriminação, contra a violência, e em favor de direitos individuais, como a possibilidade do aborto, passa necessariamente pela luta contra o Estado e os capitalistas.

Contrarreformas e aumento da exploração e opressão

A força de trabalho negra e feminina representa a maioria empregada no setor informal e em trabalhos cuja característica é a terceirização, instabilidade, baixos salários, passando a sofrer mais direta e intensamente os efeitos regressivos das contrarreformas, seja com a Lei da Terceirização (Lei nº 13.429/2017), a Reforma Trabalhista (Lei n. 13.467/2017) ou a última Reforma da Previdência. O conteúdo dessas contrarreformas demonstra que as mudanças legais direcionadas para o aumento da exploração do trabalho no país se utilizam de formas específicas de opressão sobre as massas para alavancar a acumulação e o lucro. Em face das contrarreformas, é a ampla parcela feminina e negra da força de trabalho que passa a se deparar com maiores dificuldades para encontrar ocupações formais, além de salários e proteção do trabalho menos aviltantes.

A Lei da Reforma Trabalhista possui consequências mais severas para o aumento da exploração e opressão sobre as mulheres trabalhadoras, tornando-as mais expostas e subordinadas ao poder dos patrões, degradando as relações laborais de modo especialmente mais intenso para as mesmas. Em primeiro lugar, no que concerne a desigualdade salarial, na medida em que dificultou

a caracterização da equiparação salarial e afrouxou as sanções e reparações por discriminação remuneratória. A Reforma Trabalhista favoreceu igualmente a ampliação do tempo de trabalho, permitindo a prorrogação de jornada em ambientes insalubres sem licença prévia das autoridades estatais competentes, com consequências mais duras para as mulheres, em geral absorvidas, concomitantemente, pelo peso das jornadas de trabalho adicionais no âmbito familiar e doméstico, as quais são obrigadas a conciliar com aquelas ditadas pelos patrões. Ademais, a lei avançou na quebra de alguns mecanismos de proteção à maternidade, sancionando artigos que revogam ou alteram aspectos da CLT que anteriormente visavam a resguardar a trabalhadora frente a determinadas condições de trabalho, especialmente no período de gravidez ou amamentação; a Reforma Trabalhista passou a permitir, por exemplo, que a mulher gestante ou lactante trabalhe em local insalubre, assim como possibilitou que as pausas para amamentação passem a ser negociadas diretamente com o empregador, cujo poder de decisão tende a prevalecer no espaço de trabalho.

Igualmente no caso da Reforma da Previdência, foram as mulheres a parte da massa trabalhadora mais atacada pelas restrições de acesso à benefícios e aposentadoria. Com essa contrarreforma, a idade mínima de aposentadoria foi imposta a todos, cerceando a chance anterior de alcance da mesma por meio do tempo de contribuição. E a diferença de idade exigida para se aposentar entre homens e mulheres, que antes era de cinco anos, caiu para três (62 anos para a mulher e 65 anos para o homem), exigindo maior tempo de trabalho e contribuição para alcançar a aposentadoria. As mesmas consequências de aumento de tempo de trabalho para alcance da aposentaria pesam sobre as trabalhadoras rurais com a Reforma da Previdência, apenas se diferenciando a idade mínima fixada em relação às trabalhadoras urbanas. Além disso, observa-se a redução dos valores dos benefícios da pensão por morte, cujas regras restritivas impostas pela Reforma da Previdência acabam afetando mais diretamente as mulheres, já que viúvas, mães, filhas, ex-cônjuges e irmãs representam a enorme maioria dos que recebem esse tipo de pensão do INSS.

Associados a esses ataques, os cortes nos gastos sociais e a deterioração das políticas sociais, condicionados por mecanismos como a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos (EC n.º 95 de 2016) e a Emenda Constitucional nº 96 (2016) – cuja aprovação prorrogou a Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2023, dentre outros voltados para alimentar o parasitismo do capital financeiro em face do Estado, impactam na exploração das mulheres ao sobrecarregá-las nas tarefas de cuidado familiar e trabalho doméstico acrescidas com a redução dos serviços públicos de saúde, educação, assistência social, etc. Essa constatação reforça a necessidade da luta geral, unitária, para revogar as contrarreformas trabalhista, previdenciária e outras legislações que recaem sobre os ombros das massas oprimidas e, com particular violência, sobre as costas das mulheres, sobretudo negras.

Opressão sobre homossexuais e transexuais

Entre as mulheres trans e as travestis, as manifestações da opressão social são ainda mais acirradas. A Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) divulga os dados estarrecedores de que, entre este segmento dos explorados, a expectativa de vida é de apenas 35 anos e 90% precisam recorrer à prostituição diante do ciclo opressivo que se inicia em casa, passa pelas escolas e tem continuidade nas ruas. A informalidade e o desemprego são mais elevados e a

pandemia agravou essa condição. Dentre a população LGBT, 41,53% da população passou a se encaixar na chamada “insegurança alimentar”. O número sobe para 56,82%, ao se considerar apenas a população trans.

Dados de pesquisa da Antra, divulgados em janeiro de 2021, mostram que a violência contra mulheres transexuais ou travestis em 2020 aumentou em relação aos anos anteriores. Em 2020, foram 175 assassinatos contra 124, de 2019. A idade das vítimas estava entre 15 a 29 anos, e foram obtidos por meio de noticiários e informações coletadas nas redes sociais, já que os governos não fornecem dados específicos sobre a violência em relação à orientação sexual e à identidade de gênero.

Como no caso das mulheres, a pandemia ampliou a subnotificação desta violência em particular e os sistemas de saúde, colapsados pelos casos de Covid, diminuíram o atendimento a vítimas de violência em geral: a população foi desestimulada a procurar o sistema de saúde em virtude da superlotação e do perigo de contaminação. Dados preliminares de um projeto da Antra junto a travestis e mulheres trans no Rio de Janeiro revelam que, ao serem perguntadas sobre suas principais necessidades, 87,3% responderam emprego e renda, seguido de acesso a saúde, educação, segurança e moradia.

As faixas etárias mais atingidas pela violência estão ligadas, mais uma vez, à juventude que, colocada na marginalidade das relações econômico-sociais, torna-se mais facilmente refém da violência policial, doméstica e dos crimes de ódio praticados em locais públicos. De maneira geral, a juventude oprimida e explorada já encontra dificuldades de acessar o mercado de trabalho e ser incorporada como força produtiva na lógica de exploração capitalista; assim, quando falamos de jovens negros e trans, há maior probabilidade de serem empurrados para a informalidade e para a marginalidade; a opressão se intensifica e os números da violência, mesmo subnotificados, aumentam drasticamente. Como parte da violência geral, também aumenta a violência contra a livre expressão da identidade de gênero e de orientação sexual. Mesmo que se comprove que a violência contra homossexuais e transexuais atinge todas as classes sociais, ela é, sem dúvida, mais intensa contra os mais pobres, piorando, também, no período de maior crise econômica e social. A “civilização” burguesa vê seus ideais de liberdade e de direitos civis serem diminuídos com a crise econômica. Mesmo nos países mais ricos, os discursos de ódio aumentam, junto ao conservadorismo e a violência aberta.

Ainda que os laços históricos da família com a propriedade tenham sido alterados ao longo da sociedade capitalista, permitindo que a opressão aos homossexuais perdesse um dos pilares materiais de sua sustentação, com as recorrentes crises econômicas e a impossibilidade de resolvê-las, crescem os vínculos dos Estados nacionais com as religiões, propagando assim o obscurantismo e preservando as noções primitivas de “conservação da família” que as religiões todas pregam. Em razão disso, a luta contra a violência homofóbica e transfóbica passa necessariamente pela luta contra a sociedade de classes e suas manifestações (os laços entre religião e Estado) e contra os ataques conjunturais aos direitos gerais da população (as contrarreformas, a redução do trabalho formal, a redução salarial, a redução dos serviços públicos, a exemplo da saúde e da assistência social, etc.).

Por uma política classista de enfrentamento às opressões

Ainda que o grupo de trabalho do ANDES-SN se denomine como GT de Política *de Classe* para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual, a resposta a tais questões apartam-se, cada vez mais, do terreno classista. São incorporadas as formulações acadêmicas de que as opressões se desenvolvem de forma paralela, articulando questões de classe, raça-etnia e gênero-sexualidade. Classe é entendido cada vez mais de uma forma liberal, como faixa de renda, com aspectos referentes puramente ao âmbito do trabalho. Propõe-se como via de combate à opressão de gênero, a educação ou punição dos homens voltada à desconstrução das atitudes machistas e o empoderamento das mulheres. A mesma cartilha é direcionada à diversidade sexual e às questões etnicorraciais.

O movimento operário, ao longo de sua história, conseguiu forjar uma corrente revolucionária que, na luta contra o capitalismo, revelou que todas as manifestações da opressão social, ainda que tenham particularidades significativas, se originam na divisão da sociedade em classes sociais, no surgimento da propriedade privada dos meios de produção. Essa foi a base do desenvolvimento da família como unidade econômica e do aprisionamento da mulher ao lar; assim como do genocídio e subjugação dos povos originários e do escravismo colonial, de cuja base nasceram as formulações racistas de supremacia branca.

É próprio das respostas pequeno-burguesas encobrir essa raiz de classe e fazer das opressões um fenômeno cultural e ideológico que tem impactos econômicos, devendo ser remediados por meio da democratização do Estado burguês e com a ampliação de políticas públicas e ações afirmativas. O conteúdo dessas políticas combina educação e punição, além de ações afirmativas, como a reserva de cotas, sobretudo no acesso à educação e aos empregos. No Brasil, vivenciamos sob o governo do PT a incorporação dessas pautas na organização do Estado, com a criação e remodelamento de secretarias e ministérios, criação de conselhos e legislações de punição à violência sobre a mulher (Lei Maria da Penha e Lei do Feminicídio), Estatuto da Igualdade Racial e Lei de Cotas. Tais legislações não são capazes de afetar a raiz das discriminações. A implementação é limitada pelas condições do país semicolonial, agravadas pela decomposição do capitalismo. Apesar disso, ante a regressividade que acompanha a direitização da política burguesa nos colocamos ao lado dos movimentos sociais contra a destruição de tais legislações, a exemplo da Lei de Cotas que foi prevista para uma duração de dez anos e agora corre o risco de ser desfeita.

No plano internacional, a burguesia imperialista por meio de seus organismos, como a ONU, reconhece as opressões e alimenta a ilusão de que as combate. O ilusionismo se dá com o estabelecimento de metas (como os objetivos do milênio ou agenda 2030), medidas esparsas de combate aos efeitos, enquanto a fonte das opressões, a propriedade privada dos meios de produção, é preservada. No Fórum Econômico Mundial, por exemplo, a cada ano se apresenta um Relatório de Desigualdade Econômica de Gênero. Em 2021, prometia-se que a paridade de gênero (política, econômica e educacional) seria atingida em 135,6 anos, 36 anos a mais do que se prometia em 2020. Demos apenas o exemplo da opressão sobre as mulheres, mas poderíamos também desenvolver mais sobre a política em relação aos povos originários. Ainda que a OIT os reconheça formalmente como "povos", imediatamente diz que não se aplica o direito internacional de outros povos, ou seja, o direito de se autodeterminar, inclusive constituindo um Estado próprio.

Não podemos ter nenhuma confiança nas respostas da pequena-burguesia ou da burguesia às opressões. É preciso garantir a unidade da maioria nacional oprimida. Por isso consideramos que a luta unitária em torno dos empregos, salários, direitos têm o potencial de garantir essa unidade. A luta pela terra aos camponeses e indígenas também é urgente. O combate às discriminações precisa

se conectar a essas reivindicações imediatas, sem se deter nelas, apontando a raiz de classe das opressões e desenvolvendo os métodos e táticas direcionados a eliminar essa raiz, por meio da revolução proletária.

TR – 73

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Reconhecer que a opressão sobre mulheres, negros, homossexuais, transexuais têm sua raiz na opressão de classe, baseada na exploração econômica e na existência da propriedade privada dos meios de produção.
2. Desenvolver um movimento por empregos para todos, por meio da divisão das horas de trabalho entre todos os aptos a trabalhar. Por obras públicas para incorporar imediatamente mulheres, população negra e população LGBT à produção social.
3. Que nenhum trabalhador receba menos que um salário mínimo vital. Pelo fim de todas as discriminações na contratação, no emprego e no salários. Salário e direitos iguais para trabalhos iguais. Por emprego e educação para toda a juventude, com jornada compatível com os estudos. Pela revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária.
4. Diante da crescente violência sobre a população negra e indígena, reafirmar a defesa do fim das polícias militares. Defender os Tribunais Populares para julgar os crimes do Estado e da burguesia.
5. Organizar um movimento por–aposentadoria especial às mulheres, direitos de proteção à maternidade, creches e lavanderias públicas, e direito irrestrito ao aborto, garantido integralmente pelo Estado. Responsabilizar a burguesia e seu Estado por toda a violência
6. Diante da opressão sobre a mulher, de sua subordinação à família, e da vigência do patriarcalismo, lutar pela independência econômica da mulher e pelo fim de todos os laços históricos que a subordinam ao homem.
7. Diante dos retrocessos impostos pelo governo Bolsonaro, defender a educação pública, científica e controlada por quem trabalha e estuda. Combater a ofensiva obscurantista e militarista sobre a educação e as escolas. Total liberdade de ensino e expressão política no interior das unidades de ensino. Derrotar a investida dos partidários da “Escola sem partido”. Não à intervenção da polícia nas escolas.
8. Difundir nos materiais do ANDES-SN que, no marco do capitalismo, não se libertará as mulheres, negros, indígenas, homossexuais e transexuais, nem se resolverão as discriminações e a violência sofridas. Para isso, é necessário transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva, socialista, por meio da revolução social. Somente assim se criarão as condições para eliminar diversas manifestação da opressão social.

TEXTO 74

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), André Moreira Bordinhon (ADUA), Danielle Gonzaga de Brito (ADUA), Douglas Ferreira de Paula (ADUA), Elis Regina Fernandes Alves (ADUA), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando Cesar Paulino Pereira (ADCAC), Lorena Ferreira Portes (SINDIPROL/ADUEL), Lourival Felix (SESDUEM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE), Valdir Anhucci (SINDIPROL/ADUEL), Viviane Vidal da Silva (ADUA).

POLÍTICA EDUCACIONAL: COMBATER AS CONSEQUÊNCIAS DA POLÍTICA BURGUESA DE DESTRUIÇÃO DO ENSINO PÚBLICO E DA EDUCAÇÃO BÁSICA

TEXTO DE APOIO

A longa experiência do movimento de trabalhadores da educação demonstra que nunca houve uma política do Estado burguês que garantisse plenamente o acesso e a permanência de crianças, jovens e adultos em todas as etapas da educação formal. Alternam-se os governos, de esquerda e de direita, e os dados de analfabetismo, evasão escolar e cortes orçamentários continuam revelando o abismo entre o discurso de universalização deste direito e sua realização prática. Na base deste abismo está a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, entre o potencial que educação e ciência poderiam criar e a impossibilidade de serem aplicadas plenamente à produção social. O capitalismo em crise não necessita de dezenas de milhões de trabalhadores “qualificados”, porque, em sua fase de decadência, destrói a força viva do trabalho e impõe o retrocesso geral das forças produtivas. Sobrevêm a barbárie que se manifesta na escola por meio de um ensino mecânico, repetitivo, e desvinculado da produção social. Os dois anos de pandemia, que impactaram o funcionamento das escolas e das universidades, revelaram com clareza este processo de decadência do ensino na sociedade capitalista. Os seus traços mais marcantes foram ressaltados: a exclusão de uma parcela de estudantes, um ensino decorativo manifesto em "apostilas" e materiais pré-formatados, e um avanço da mercantilização da educação por meio do EaD.

Se no ensino superior encontramos o arrocho salarial da categoria, os cortes orçamentários, o privatismo, o intervencionismo federal, o avanço do ensino a distância, na Educação Básica veremos como estados e municípios se adaptaram à política burguesa do isolamento social e produziram também um retrocesso nas condições de trabalho e de ensino. A resposta das direções sindicais do movimento dos trabalhadores da educação praticamente inexistiu, já que, de forma praticamente unânime, as direções aceitaram deixar a educação nas mãos dos governos, fecharam os sindicatos e foram para o mundo virtual, em que os estudantes eram excluídos e os professores massacrados por demandas artificiais (de adaptação às novas tecnologias) que só serviram para ampliar a exploração de seu trabalho. Como já indicamos, os

principais traços dos ataques e os retrocessos no ensino superior nos textos “Plano de lutas das IFES: responder ao arrocho salarial, cortes orçamentários, privatismo, intervencionismo, ensino a distância e contrarreformas...” e “Plano de lutas das IEES/IMES: rejeitar e eliminar o ensino a distância das universidades...”, centraremos, nesta contribuição, as características gerais da situação da Educação Básica.

Dois anos de pandemia: duras consequências sobre a Educação básica

A educação básica pública já vinha cambaleante, mas se deteriorou ainda mais com a crise econômica que atingiu o Brasil em 2015-2016 e com as contrarreformas (reforma do ensino médio e PEC do Teto, ambas ditadas pelo governo Temer, e implementadas pelos governadores e prefeitos, que cortaram recursos da Educação, avançaram a terceirização e deram passos privatizantes por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nesses dois anos de pandemia, o que já era grave, se tornou insustentável. As escolas foram fechadas, o ensino a distância emergiu como remédio para a continuidade dos estudos, o financiamento por parte do Estado despencou, e milhões de crianças e jovens estiveram sob a farsa da política burguesa do isolamento social. Diante dessa situação, as consequências nefastas da decomposição do ensino se ampliaram, evidenciando a incapacidade da burguesia de defender minimamente a educação pública, bem como as crianças e a juventude.

1) Profunda regressão nos índices de alfabetização

Nesses dois anos de pandemia, o percentual de crianças de 6 a 7 anos que não sabe ler e escrever cresceu 66,3%. Em 2019, tínhamos cerca de 1,43 milhão; no final de 2021, 2,399 milhões. Essa enorme quantidade, segundo os analistas, se deve ao período prolongado de fechamento de escolas, e às dificuldades da maioria das crianças de utilizar o ensino remoto.

Inúmeros discursos são feitos diariamente, mas sem tocar na essência do problema, que foi a incapacidade da burguesia de assegurar a todos a aprendizagem nas condições do isolamento social, uma vez que implicou o fechamento das unidades escolares, e o descaso dos governos em proteger essa massa de crianças da fome e da miséria. Isso em um país em que, a cada 10 crianças que estão na fase de alfabetização, oito frequentam as escolas municipais, portanto, dependem dos recursos que são destinados à Educação. Com as escolas fechadas, sem a merenda diária, confinadas nos bairros pobres e em famílias destroçadas pelo desemprego e subemprego, milhões de crianças engrossaram as estatísticas do analfabetismo e da fome.

A responsabilidade é inteiramente do poder público, que viu, depois desse longo período, a necessidade de reabrir as escolas. Mas as aulas presenciais retornaram em piores condições. Boa parte das escolas, principalmente na periferia dos grandes centros urbanos, continua com os velhos problemas, faltando tudo. Há um enorme contingente de crianças, particularmente no ensino fundamental I, que se mantém fora da escola, por falta de vaga. Em cidades como São Paulo, a saída da Secretaria Municipal, para atender ao contingente que não teve educação neste período, foi a de aumentar o número de crianças por sala, ultrapassando o limite máximo de 30 crianças por sala de aula, nos primeiros dois anos de alfabetização, ampliando, assim, as fileiras das crianças que sairão desta etapa com o analfabetismo funcional.

2) Queda dos investimentos estatais

Dados indicaram que os recursos destinados à Educação e Ciência, em 2020, 2021 e 2022, voltaram aos patamares dos anos 2000. O Ministério da Educação dispõe, em 2022, de R\$ 3,45 bilhões, muito abaixo de R\$ 10 a R\$ 20 bilhões, de 2009 a 2015. O governo aproveitou a Pandemia para encolher os recursos para a educação básica. Basta lembrar que, ao aprovar a lei orçamentária, em janeiro, o MEC perdeu R\$ 800 milhões, o que atingiu, sobretudo, esse nível.

A política do governo é a de se livrar de parte da educação, por meio da parceria público-privada, abrindo as portas para a educação empresarial e para os cortes de recursos estatais. Isso

em um país que concentra cerca de 80% das matrículas de crianças e jovens na educação básica pública. Não é de agora que organismos do imperialismo, como Banco Mundial e FMI, vêm impondo receitas privatizantes para esse nível educacional. Não por acaso, abundam projetos no Congresso Nacional para extirpar da Constituição a exigência de aplicação mínima de 18% por parte do governo Federal, e 25% por parte dos estados e municípios. Durante a pandemia, inúmeras vezes no governo e no Congresso Nacional se colocaram pelo fim dessa obrigatoriedade, bem como pela extinção do Fundeb. Por trás dessa política, está o objetivo de usar parte desses recursos orçamentários para o pagamento da gigantesca dívida pública.

Em consonância com isso, não tem havido um esforço das direções sindicais e estudantis em organizar a resistência contra o desmonte da educação pública, que se agravou com a redução de verbas e o avanço das privatizações. Trata-se de direções que alimentam a ilusão de que se trata de vontade política dos governantes. E que a saída é eleger governos e parlamentares “comprometidos” com o ensino público. Os discursos contra a extinção do Fundeb e as denúncias dos cortes orçamentários não passam de palavras ao vento. Nada foi feito no sentido de potencializar o movimento nacional dos trabalhadores da educação e de estudantes para enfrentar a política de contrarreformas e o desmonte da Educação estatal, o que necessariamente implica a luta pelo fim da rede privada e constituição de um único sistema de ensino, sob o controle de quem estuda e trabalha.

3) Ampliou-se a distância entre o ensino público e o privado

Não há comparação, em se tratando das condições materiais, entre o ensino público e o privado. Nas escolas particulares, se encontra a ultraminoria de estudantes da educação básica. No início da Pandemia, rapidamente, as escolas privadas dispuseram de recursos digitais, professores à disposição das famílias, tutores para o auxílio de tarefas, plataformas especiais com aulas gravadas, etc. Enquanto isso, nas escolas públicas, imperava toda sorte de problemas e imprevistos, desde os materiais precários até a falta de infraestrutura mínima para a conexão via internet. Mesmo nas privadas, com todas as condições materiais, houve grande pressão pelo retorno presencial, seja por interesses empresariais, mas também pela constatação de que a relação de ensino-aprendizagem é inviável sob o EaD.

Como a maioria dos estudantes da rede pública vive em famílias pobres, eles não tiveram acesso à internet, aos materiais digitais e às condições elementares para dispor de espaço em suas moradias para a execução do ensino remoto. É preciso acrescentar que as crianças pobres não têm familiaridade com o aparato tecnológico, por meio do qual se realizou a caricatura do ensino a distância. Apesar da campanha ideológica dos governos, de que estavam disponibilizando os meios para o ensino a distância, objetivamente os pais e estudantes não viram sentido em continuar com essa farsa de ensino. Em pouco tempo, eram inúmeras as reclamações das famílias, impossibilitadas de acompanhar as tarefas escolares de seus filhos. Alguns governos recorreram à “busca ativa” para localizar os alunos que deixavam de acompanhar as aulas remotas. Houve uma enorme pressão sobre os professores, para que inventassem mecanismos para atrair os estudantes. Mas a realidade se sobrepôs. Como a pandemia não atingiu a população de forma igual, na Educação, o mesmo fenômeno se passou. As escolas privadas puderam proteger a ultraminoria de estudantes, enquanto, nas escolas públicas, a imensa maioria dos alunos simplesmente ficou excluída de qualquer ensino formal.

As direções sindicais e estudantis se limitaram a exigir do governo os meios para o ensino remoto. Não foram capazes de convocar as assembleias presenciais para aprovar um plano próprio de defesa das crianças e da juventude, bem como da Educação em geral. Assim, os governos ficaram de mãos livres, durante toda a pandemia, para seguir com os planos de cortes de recursos, e avanço do EaD.

4) Avanço do ensino a distância

O ensino a distância, há muito tempo, vinha sendo implantado na Educação superior, principalmente nos cursos de especialização, e na formação de professores para os projetos educacionais do MEC e das Secretarias de Educação. Dados mostravam que o EaD havia crescido muito no Brasil. Pouco antes da Pandemia, as matrículas nos cursos superiores nessa modalidade de ensino já superavam as presenciais. Em 2019, havia mais de 1,4 milhão de alunos no EaD.

Com a aprovação da reforma do ensino médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em fevereiro de 2017 e dezembro de 2018, durante o governo Temer, o objetivo foi o de adotar parte das aulas na modalidade online, principalmente nos anos finais da educação básica. No período da Pandemia, os governadores aproveitaram para pôr em prática o que já havia sido aprovado. Um exemplo foi a iniciativa do governo de São Paulo, com o “Ejatec”, em 2021, no qual parte da carga horária profissionalizante foi e será sempre em parceria com o Centro Paula Souza, por meio virtual, portanto ensino a distância.

É fato que a Pandemia facilitou a ofensiva dos governantes em expandir o EaD. A recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS), de isolamento social e de fechamento das escolas por um longo período, a adoção das aulas virtuais, a criação de plataformas digitais, em especial em toda a educação básica, aplainaram o caminho para o EaD. Basta lembrar a determinação do Conselho Nacional de Educação (CNE) que autorizou as aulas não presenciais em todas as etapas de ensino, desde a educação infantil até a superior, contabilizando, assim, essas horas de EaD como carga horária obrigatória.

Após o retorno presencial total das escolas de educação básica, a modalidade a distância já fazia parte do dia-a-dia. Bastaram dois anos de pandemia, para que o EaD na educação básica deixasse de sofrer resistência, e passasse a ser visto como uma nova modalidade de ensino, ajustada à nova era de mudanças tecnológicas. Intelectuais vinculados às academias se limitaram a questionar as dificuldades de acesso aos recursos tecnológicos por parte dos alunos da escola pública, e ao atraso dos governos em atender a esses estudantes, acarretando a tragédia da evasão escolar, no final de 2021.

Direções sindicais e estudantis, que se submeteram à política do isolamento social, também reclamaram do descaso dos governantes, em “incluir” os alunos “vulneráveis” de meios para que pudessem continuar os estudos. E o resultado não poderia ser outro, o EaD passou a fazer parte do currículo, das reuniões pedagógicas e da formação de professores. A situação da pandemia fez coincidir duas coisas distintas: o uso das tecnologias que poderia ser incentivado caso houvesse condições materiais para isso e a aplicação das tecnologias em um ensino mais esvaziado de conteúdo social, que é o EaD. Para legitimar o EaD, forma excrescente de mercantilização da educação, apoia-se no discurso de adequação às “novas tecnologias”. Radicalizou-se a separação entre teoria e prática, calcada na divisão social do trabalho no capitalismo. O resultado é um maior esvaziamento do processo educativo, aumento da exclusão da maioria e piora no ensino em geral.

As direções políticas e sindicais estão tão adaptadas ao capitalismo em decomposição, que não podem admitir que o ensino a distância não é complementar ao presencial, mas sim a sua destruição no que tem de fundamental, que é a aprendizagem e a Educação como um processo social, coletivo. A luta contra o ensino a distância corresponde à defesa do ensino presencial e à luta contra a mercantilização, que também se manifesta na existência de uma rede poderosa de ensino privado que deve ser combatida.

5) Pauperização crescente dos trabalhadores da Educação

A queda do poder aquisitivo dos trabalhadores da Educação vem de longa data. Diante das greves e manifestações, os governantes repunham parte das perdas salariais, ou em forma de reajuste, ou em gratificações. Se nos anos de 1980 os trabalhadores da educação conquistaram planos de cargos e salários que garantiam reajustes regulares, a partir dos anos de 1990, essas conquistas foram sendo retiradas.

A política geral dos governos, em todo o país, foi a de rebaixamento do salário-base (piso), chegando ao descumprimento por parte de vários governadores e prefeitos do pagamento do Piso Nacional, calculado hoje em R\$ 3.845,00. A imposição da PEC do Teto dos gastos públicos, pelo governo Temer, serviu de justificativa para os governantes manterem o arrocho salarial dos trabalhadores da Educação. O resultado tem sido o acúmulo de perdas salariais, atingindo percentuais astronômicos. Ao mesmo tempo em que as perdas avolumavam, os governos ampliavam os descontos, atingindo também os aposentados, como foi o caso da cobrança das contribuições previdenciárias.

Diante das dificuldades de manter uma família, a saída dos professores foi recorrer ao aumento da carga de trabalho, ou seja, uma jornada no estado, outra no município, ou na rede privada. As consequências vão desde o esgotamento físico ao mental de um número crescente de educadores.

E qual tem sido a política das direções sindicais? Insistir nas assembleias virtuais, e judicializar o que deveria ser a luta direta dos trabalhadores. Esse caminho só tem trazido derrotas.

6.) A política das “greves sanitárias”

Se, no ensino superior, as greves sanitárias quase não foram utilizadas, é porque as Reitorias das diferentes universidades, em geral, não impuseram um retorno presencial forçado ao longo dos últimos dois anos. No caso da educação básica, várias redes de ensino exigiram o retorno, mesmo em momentos de agravamento das contaminações e das mortes.

A Secretaria estadual de educação do Amazonas exigiu o retorno dos professores no segundo semestre de 2020 e a de São Paulo, no primeiro semestre de 2021. Qual foi a ação das direções sindicais dos trabalhadores da educação? Aprovar em assembleias virtuais esvaziadas a chamada “greve sanitária”. Este método estranho à democracia sindical colocou na mão de cada um dos professores a escolha individual de não comparecer às unidades escolares. Na prática, era uma política de boicote e não realmente uma greve, que pressupõe decisões e ações coletivas. Não há greve na educação que não se realize por meio de atos, passeatas, e assembleias presenciais massivas. Porque é justamente esta força coletiva que pode quebrar a política dos governos. A assembleia virtual quebra a unidade entre discussão e execução das propostas aprovadas, atomiza e despolitiza os trabalhadores.

O resultado destas “greves” não poderia ser mais inócuo. Os poucos trabalhadores que aderiram a elas foram penalizados com desconto em folha e a imposição de reposições, planejadas pelas direções das escolas. A política das “greves sanitárias” serviu apenas para as burocracias sindicais fingirem que estavam fazendo algo para se opor à ação dos governos. Para lavarem as mãos. Os professores e funcionários das escolas foram para o presencial e para o trabalho remoto conforme a vontade dos governos, não conforme a vontade das categorias, porque os sindicatos abriram mão de sua direção. As “greves sanitárias” revelaram a impotência para fazer frente a política de governos e capitalistas. Não havia nenhuma incompatibilidade em realizar as assembleias e atos presenciais em locais abertos e a defesa da “vida”. O discurso hipócrita da burocracia sindical apenas ocultava a sua colaboração com a política governamental. Quando os trabalhadores da educação básica foram forçados em mais de um momento a retornar ao ensino presencial, estavam desarmados de qualquer organização coletiva e expostos também ao vírus. Ou seja, a política das assembleias virtuais e das ações virtuais e individualizadas, a exemplo da greve sanitária, deixaram os trabalhadores da educação básica apenas sob a vontade dos governantes e dos capitalistas do setor.

É preciso realizar um profundo balanço deste período de colaboração das direções sindicais com a política dos governos para que, no próximo período, a luta geral em defesa da educação em todos os níveis, começando pela educação básica possa ser levantada e defendida por meio da luta e da unidade nacional do conjunto dos trabalhadores.

TR – 74

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN faça a campanha de estatização de toda a rede privada e constituição de um único sistema público e gratuito de ensino, sob o controle de quem estuda e trabalha.
2. Exigir do Estado o financiamento integral da educação pública, fim de qualquer subsídio ou repasse de recursos para a educação privada.
3. Que o ANDES-SN, juntamente dos sindicatos da educação básica, faça uma campanha por salários e direitos iguais a todos os trabalhadores da educação básica, sem diferenciação entre efetivos e contratados. Que lute pela efetivação dos trabalhadores de educação contratados.
4. Que o ANDES-SN, juntamente ao conjunto dos sindicatos e centrais, lute pela revogação das contrarreformas que atingem estados e municípios, a exemplo das reformas previdenciárias que rebaixam o salário de trabalhadores da educação da ativa e aposentados.
5. Que o ANDES-SN levante uma verdadeira campanha de rejeição do EAD em todos os níveis, sobretudo, na educação básica, por entender que o ensino a distância é a destruição da educação e de seu caráter social.

TEXTO 75

Contribuição dos(as) sindicalizado(a)s: Ana Paula Moura (ADUFRJ); Angela Beatriz de Carvalho (ADUFRJ); Bianca de Carvalho Pinheiro (ADUFRJ); Carmen Tindó (ADUFRJ); Cláudia Lino Piccinini (ADUFRJ); Dora Santa Cruz (ADUFRJ); Gumercinda Gonda – Cinda (ADUFRJ); Jacqueline Girão (ADUFRJ); Janete Luzia Leite (ADUFRJ); Maria de Fatima Siliansky de Andreazzi (ADUFRJ); Maria Inês de Souza Bravo (ADUFRJ); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ); Monica Fagundes (ADUFRJ); Rodrigo Volcan (ADUFRJ); Romildo Vieira do Bomfim (ADUFRJ); Ronaldo Lima Lins (ADUFRJ); Sara Granemann (ADUFRJ); Selene Alves Maia (ADUFRJ); Sofia de Sousa Silva (ADUFRJ); Sonia Reis (ADUFRJ); Vera Lins (ADUFRJ); Victor Lemus (ADUFRJ); Yolanda Guerra (ADUFRJ).

OS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS SÃO PATRIMÔNIO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS. NÃO À EBSERH

TEXTO DE APOIO

A ofensiva privatizante sobre os bens públicos no Brasil não é uma novidade. Como também não é novidade que esta ofensiva ganha impulso com a entrada do neoliberalismo no país,

nos anos 1990. De lá para cá, os diversos governos têm mostrado empenho invulgar em entregar as empresas e as instituições públicas brasileiras para o grande capital a preços módicos.

Uma das primeiras investidas foi empreendida no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), com a criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), tendo à sua frente Luiz Carlos Bresser Pereira com a proposição das Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), ou seja, entidades privadas atuando em áreas típicas do setor público com interesse social, que podem ser financiadas pelo Estado ou pelo capital dito sem fins lucrativos – entidades típicas do chamado Terceiro Setor. Com isto, estavam abertas as portas para a privatização do setor e dos serviços públicos no Brasil.

No que diz respeito à Educação Superior, é notório o desfinanciamento governamental paulatino das universidades públicas, o que tem dificultado sobremaneira a continuidade de programas de pesquisa, de extensão, e até mesmo a simples manutenção das aulas. Não são poucas as notícias que, Brasil afora, reportam a falta de manutenção, incêndios, ausência de material e de estrutura para o funcionamento mínimo destas instituições.

Um dos maiores patrimônios das universidades públicas brasileiras são os seus Hospitais Universitários (HU), reconhecidos nacional e internacionalmente por seu protagonismo na pesquisa, no ensino e na assistência à saúde das populações, estando vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Os HU mantêm em seus quadros os maiores cientistas do país na Área da Saúde e Áreas correlatas, sendo o objeto do desejo de grande parte das empresas ligadas a este setor.

No bojo do desfinanciamento das universidades, os HU também foram, gradativamente, sendo colocados no limite de sua condição de funcionamento, gerando a narrativa falaciosa de uma “crise” dos HU.

Essa carência de recursos – materiais e financeiros – e de pessoal acabou estimulando alguns setores acadêmicos a discutir os modelos assistenciais de saúde e as responsabilidades dos HU como uma maneira de conter a absorção dos atendimentos do SUS. Isso propiciou, ao lado de tantas outras medidas, uma política de transferência de atribuições do Estado para o capital, por meio da criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

A solução para esta crise, portanto, de acordo com os estrategas da privatização, seria a “parceria” entre estes hospitais e o capital investidor da saúde por meio da Ebserh, uma entidade com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Educação, com prazo de duração indeterminado. Tal modelo foi baseado no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, vinculado a UFRGS, que já vem funcionando com financiamento público e privado, este através de contratos com planos privados de saúde. A criação da Ebserh atinge as Unidades de Saúde brasileiras, pois rompe com direitos sociais instaurados.

A reação, por parte significativa de docentes, técnico-administrativos e discentes, foi a recusa da entrega de um de seus maiores patrimônios públicos para os representantes do capital – nativo ou estrangeiro. É de ressaltar que o primeiro projeto de Lei criando a empresa, a considerava empresa mista, com possibilidade, portanto, de venda de ativos para o capital financeiro. Um grande movimento nacional se formou para a recusa da entrada da Ebserh nos HU federais.

O governo de Lula da Silva, no apagar das luzes de sua gestão, em 31 de dezembro de 2010, assina a Medida Provisória nº 520, que efetivou a Ebserh – que mais tarde se materializa na Lei nº 12.550, de 15/12/2011, conhecida como a “lei da Ebserh”. Com isso, o governo legaliza e legitima a transferência da gestão da política de saúde das universidades federais para o grande capital. A empresa possui a mesma lógica daquelas criadas sob forma de sociedade anônima.

Os contratos de gestão entre EBSEH e Universidades serão firmados mediante parceria público-privada, sendo fixadas metas de desempenho e de produtividade, o que vai no sentido inverso à natureza das universidades. No que tange a ensino, pesquisa e extensão, no modelo ideal da reforma do Estado, tais atividades serão conduzidas por Fundações de Apoio – sendo estas atividades consideradas *serviços*. Por mais que os defensores da EBSEH aleguem que a prestação dos serviços ocorrerá gratuitamente, não se garante, em momento algum, a exclusividade dessa modalidade, assim como se deixa em aberto a possibilidade de convênios com os planos privados. A própria lei da Ebserh permite esse vínculo com os grandes capitais investidos na saúde; deixando-o evidente especialmente em seu o artigo 8º. E mudanças na Lei atual ocorrem facilmente, por maioria simples do Congresso Nacional.

A maior parte das Reitorias, fascinadas pela promessa do aporte financeiro que seria enviado como moeda de troca pela sua aceitação à Ebserh, com maior ou menor truculência, maior ou menor democracia e respeito às instâncias dos movimentos organizados, aprovou a vinculação de seus HU à Ebserh. Até o momento há 40 HU administrados pela Rede Ebserh. (<https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/sobre-os-hospitais-universitarios-federais>).

Desde 2011, as universidades federais progressivamente assinaram convênios com a Ebserh. A UFRJ é a *única* universidade brasileira que conseguiu resistir, mantendo seus nove Hospitais Universitários (o maior complexo de saúde universitário do país) exclusivamente públicos, malgrado o garrote financeiro que os governos mantêm.

No caso da UFRJ, os movimentos iniciais da Reitoria com vistas a contratualização com a EBSEH se deram no ano de 2012. A partir do entendimento das lideranças sindicais e estudantis e professores comprometidos com a causa pública, um movimento unitário para impedir esse contrato se deu e logrou importantes vitórias. Em primeiro lugar, ganhou uma discussão ampliadíssima na Universidade sobre a questão. A Reitoria, pressionada, teve que colocar o tema em vários debates públicos, garantindo que pessoas indicadas pelo movimento contrário à Ebserh estivessem na mesa de debates, nas unidades hospitalares e acadêmicas. Em segundo lugar, o movimento conseguiu apresentar uma proposta alternativa de fortalecimento da gestão universitária, através do Complexo Hospitalar da UFRJ. Em outubro de 2013, em um Conselho Universitário com amplíssima participação da comunidade universitária, a Reitoria retirou a proposta de contrato com a Ebserh. Além da clara importância da mobilização, é sabido que o contrato que a Ebserh ofereceu a UFRJ ficava muito aquém do que seria necessário para um convencimento dos conselheiros.

Entre 2013 e 2021, três gestões de Reitores, a UFRJ em maior ou menor grau, teve seu Complexo Hospitalar impulsionado. Em 2017, um balanço apresentado ao Conselho Universitário mostrou que medidas de reposição de pessoal foram tomadas a partir de um processo em julgado obrigando a UFRJ e ao MEC repor postos de trabalho. Esforços foram feitos de ampliar os recursos através das possibilidades apresentadas pelo governo federal: Emendas Parlamentares, contratualização com o SUS e REHUF. Além disso, um reforço gerencial na área de compras foi feito, com resultados favoráveis. O fato é que obras foram feitas, houve aumento do quadro de servidores e melhoria na produção, ao contrário do que diziam os acólitos da EBSEH, de que os HUs iam fechar.

Na campanha para Reitoria de 2019, a então candidata (posteriormente vitoriosa), Denise Carvalho, declarou não estar no seu horizonte a Ebserh. Entretanto, em 2020, o Conselho do Centro de Ciências da Saúde (CCS) reabre a questão com os mesmos argumentos de 2012: prejuízos ao ensino e pesquisa e falta de pessoal, principalmente. Sem levar em conta inúmeras

evidências de que a EBSEERH não teria cumprido a contento seus compromissos com as Universidades e acumulava inúmeros problemas, encaminharam solicitação para que o CONSUNI reabrisse as tratativas com a EBSEERH visando contrato.

Tais problemas acumulados em 10 anos de vigência da EBSEERH, amplamente documentados pelo Andes-SN, pela Fasubra, pela Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, por estudantes e até na literatura acadêmica, são relacionados à falta de pessoal, a despeito dos compromissos assumidos nos contratos. Também, à gestão assediadora do pessoal, por parte da Ebserh, gerando conflitos entre trabalhadores e adoecimento, onde o servidor RJU perde até a fiscalização dos ambientes de trabalho por parte dos serviços de Saúde do Trabalhador da Universidade. Os estudantes perdem acesso a muitos setores dos HU, pois são considerados fardos que reduzem a produtividade. Os docentes vêm seus espaços de pesquisa e extensão cancelados, caso não sejam do interesse de faturamento do gestor da Ebserh. As Unidades acadêmicas não opinam mais sobre as rotinas e políticas de investimento dos HU.

Ao contrário de 2012 e 2013, a Reitoria tratou a questão de forma antidemocrática e pouco transparente. Aproveitando-se da natural desmobilização, fruto da pandemia, não promoveu a ampla discussão que seria necessária para reverter uma decisão anterior de não contratualização tomada com ampla participação da comunidade universitária. Não promoveu estudos abrangentes sobre os impactos da Ebserh e forçou uma decisão do Consuni, em meio a pandemia, de reabrir negociações. A despeito do funcionamento remoto da Universidade, foi formado um movimento “Fora EBSEERH na UFRJ” que procurou esclarecer a comunidade universitária, pontuando junto ao Consuni as questões democráticas e políticas afetadas por uma retomada do tema Ebserh com a Universidade esvaziada.

Atualmente, a Reitoria, a passos largos, vem estabelecendo tratativas com vistas ao contrato com a Ebserh. A deliberação do Consuni é que o contrato seja aprovado pelo Conselho. Há toda uma discussão em torno da necessidade de um contrato especial, com salvaguardas que respeitem decisões da Universidade no que concerne aos aspectos acadêmicos, mas o que se antevê é que a Reitoria e outros gestores da área de saúde da Universidade, aceitarão o contrato padrão existente. Isso porque não só têm afinidade política com este modelo privatizado, como não possuem estrutura político-ideológica para enfrentar a conjuntura de restrição de recursos públicos, pois para isso, há que ter luta e se acreditar na mobilização popular.

Em síntese, as alegações de insuficiências de pessoal e orçamentárias são temas recorrentes a todos os serviços públicos no país pois são consequência da falta de compromisso governamental com os direitos constitucionais do povo.

A UFRJ já enfrentou esse quadro outras vezes. No caso mais recente envolvendo HU, tanto a UFRJ quanto a UNIRIO obtiveram reposição do quadro RJU através da judicialização e por mobilização e luta dos servidores e estudantes, coisa que pode ocorrer novamente.

Por fim, somos forçados a lamentar que, a julgar pelas últimas declarações de seus defensores, a ideia não é rediscutir a Ebserh na UFRJ, mas se debruçar diretamente sobre o contrato, exigindo da Ebserh "cláusulas pétreas"; objetivando garantir autonomia no ensino e na pesquisa, entre outras exigências contratuais. Ora, por que a Ebserh faria um contrato de excepcionalidade com a UFRJ? Muito se ouviu sobre interferir no contrato, mas todas as universidades que tentaram não conseguiram. Tanto é verdade, que a essência do contrato não se altera. Todos são iguais! O que muda é o tempo de duração: 15, 20 anos ou por tempo indeterminado. Pelo simples fato de a Ebserh ser uma empresa de serviços, autônoma e que não aceita, é o que vem ocorrendo, interferências da Universidade.

Considerando todos os argumentos aqui postos, é necessário que a UFRJ interrompa a tentativa de levar à frente qualquer investida para entregar nossos hospitais à Ebserh e estabeleça estratégias para enfrentar os problemas dos hospitais que não são novos, e a universidade já revelou formas de contornar, entre as quais, a judicialização para abertura de vagas.

Docentes do Movimento Barrar a EBSERH na UFRJ

TR – 75

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o Andes-SN retome a luta contra a Ebserh a partir do material já produzido, atualizando-o e avaliando a situação de cada HU após a adesão à Ebserh.
2. Avançar na unidade nacional com Fasubra, Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, CSP Conlutas, União Nacional dos Estudantes (UNE) e demais movimentos de estudantes, para elaborar um Dossiê que mostre os impactos negativos da Ebserh sobre os hospitais universitários cedidos à empresa, no que tange às condições de trabalho, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à autonomia universitária.
3. Que o Andes-SN e suas Seções Sindicais promovam gestões junto ao Congresso Nacional no sentido de extinguir a Ebserh.

TEXTO 76

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Adelson Fernandes Moreira (SINDCEFET-MG); Adriano Vitti Mota (ADUFRA); Albany Mendonça (APUR); Aloízio Soares Ferreira (ASPUV); Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCEFET-MG); Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV); Angelica Lovatto (ADUNESP); Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU); Antônio Luís de Andrade – Tato (ADUNESP); Antônio José Mayhê Nunes (ADURRJ); Bráulio Silva Chaves (SINDCEFET-MG); Catarina Barbosa Torres Gomes (SINDCEFET-MG); Celia Regina Otranto (ADURRJ); Cícera Vanessa Maia (SINDCEFET-MG); Dayse Iara dos Santos (ADUNESP); Dilenio Dustan (APES-JF); Edilson Rodrigues Palhares (SINDCEFET-MG); Fábila Barboza Heluy Caram (SINDCEFET-MG); Fábio Kazuo Ocada (ADUNESP); Fernando Ramalho Martins (ADUNESP); Francisco Carlos Duarte Vitória (ADUFPEL); Gabriel Muñoz Palafox

(ADUFU); Gilberto Marques Pereira (SINDCEFET-MG); Igor Mota Morici (SINDCEFET-MG); Janete Luzia Leite (ADUFRJ); João da Costa Chaves Júnior (ADUNESP-SSind.); Joao Francisco de Almeida Vitor(SINDCEFET-MG); José Domingues Godoi Filho (ADUFMAT); Juliana Barbosa de Segadas Vianna (ADURRJ); Lúcia Emília Letro Ribeiro (SINDCEFET-MG); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADURRJ); Marcelo Soares Pereira da Silva (ADUFU); Márcio Pereira da Silva (ADUNESP); Maria Célia Nunes Borges de Lima (SINDCEFET-MG); Maria De Lourdes Couto Nogueira (SINDCEFET-MG); Marisol Valencia (ADURRJ); Milney Chasin (SINDCEFET-MG); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP); Monica Pirozi (ASPUV); Paulo Cesar Lage de Oliveira (SINDCEFET-MG); Samuel França Alves (SINDCEFET-MG); Sueli Guadalupe de Lima (ADUNESP); Valter Luiz de Almeida Vitor (SINDCEFET-MG); Vicente Donizete da Silva (SINDCEFET-MG); Virgílio Coelho De Oliveira Junior (SINDCEFET-MG.); Zenilde Moreira (ADUFERPE).

NOVO ENSINO MÉDIO: A PEDAGOGIA DO OPRESSOR

TEXTO DE APOIO

A reforma do Ensino Médio, implementada pela Lei nº 13.415/2017 foi concebida por intelectuais comprometidos com as classes empresariais e afiliados às políticas hegemônicas internacionais. Esses intelectuais apontam para a necessidade de mudanças no Ensino Médio brasileiro, ajustando o processo formativo às exigências laborais da nova configuração produtiva. Defendem uma nova concepção pedagógica segundo a qual a organização curricular deve ser flexível, estruturada a partir de itinerários formativos, de modo a permitir que o discente, garantida a base nacional comum, opte pelo aprofundamento em uma área acadêmica ou pela formação técnica e profissional, conforme sua trajetória e seu projeto de vida.

Algumas organizações empresariais brasileiras se engajaram tenazmente no processo de formulação, consolidação e implementação da reforma do Ensino Médio. Atuaram constituindo fóruns de discussão, patrocinando pesquisas, realizando avaliações, fomentando campanhas, enfim, sedimentando as condições para a legitimação e adoção desse modelo pedagógico. Entre as organizações que protagonizaram a reforma se destacam as seguintes: Fundação Ayrton Senna, Fundação Bradesco, Fundação Itaú para Educação e Cultura, Fundação Lemman, Fundação Roberto Marinho, Fundação Victor Civita, Instituto Unibanco, Instituto Natura, Santander, Gerdau, Volkswagen e Todos pela Educação (organização não governamental criada por empresários).

No âmbito do poder público, a reforma vem contando com a forte e arbitrária pressão dos dirigentes do Ministério da Educação dos últimos governos, de diversos parlamentares, do Conselho de Secretários de Educação, do CNE - Conselho Nacional de Educação (nomeadamente Maria Helena Guimarães de Castro, atual presidente do CNE, defensora ardorosa desse modelo pedagógico).

A iniciativa de colocar em tramitação a reforma do Ensino Médio teve origem em 2012, quando foi constituída, na Câmara dos deputados, por solicitação do deputado federal Reginaldo Lopes, do PT de Minas Gerais, uma Comissão Especial com o objetivo de desenvolver estudos e elaborar proposições para essa reformulação. As principais justificativas apresentadas para a instalação da comissão eram as seguintes: a necessidade de buscar soluções para os supostos

problemas de retenção e evasão escolar decorrentes de uma organização curricular extenuante, superficial e rígida que tornavam o Ensino Médio desestimulante para o estudante e a urgência de se viabilizar uma nova organização curricular de caráter flexível, para atender a demanda dos diversos projetos de vida dos alunos.

No final de 2013, a Comissão apresentou o Projeto de Lei (PL) n.º6840/2013, que alterava a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) e propunha mudanças significativas na organização do Ensino Médio. O PL recebeu mais de 500 emendas apresentadas por deputados tendo sido rejeitado por diversas entidades progressistas dos campos sindical, educacional e científico, notadamente pelo Movimento Nacional pelo Ensino Médio⁴⁷. As críticas contundentes ao projeto inicial deram origem, no dia 16 de dezembro de 2014, a um PL substitutivo. O projeto substitutivo não chegou a ser discutido no plenário da Câmara, recebendo, ao longo de sua tramitação, apenas pedidos de apensamento a outros, sendo engavetado e o debate público silenciado. No dia 22 de setembro de 2016, o Ministro da Educação de então, Mendonça Filho, encaminhou para edição pelo presidente Michel Temer, a Medida Provisória 746/2016, cujo teor se aproximava do PL inicial. Assim, por efeito de Medida Provisória, a reforma foi sancionada. Em 16 de fevereiro de 2017, a Medida Provisória foi convertida na Lei n.º13.415, estabelecendo as novas diretrizes e bases para o Ensino Médio, nos termos dispostos pela referida Medida Provisória. Evidencia-se, portanto, o caráter antidemocrático da reforma que implicou emudecimento do debate público e a entrada em vigor do “Novo Ensino Médio” por força de uma Medida Provisória posteriormente convertida em lei.

A reforma impôs profundas e lesivas alterações na estrutura curricular do ensino médio. Introduziu a concepção pedagógica da aprendizagem flexível que consiste na premissa da distribuição desigual do conhecimento, com arranjos curriculares distintos, conforme os imperativos do mercado. Do ponto de vista operacional, esse modelo pedagógico se estrutura com base em dois pilares definidores do percurso formativo: organização curricular e carga horária.

A estrutura curricular do Novo Ensino Médio abarca a Base Nacional Comum Curricular (BNCC/Ensino Médio)⁴⁸ e os itinerários formativos organizados por diferentes percursos, definidos pelos sistemas de ensino. A lei estabelece cinco possibilidades de “itinerários formativos”: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação Técnica e Profissional. O aluno deve escolher um desses itinerários de acordo com a disponibilidade de oferta das instituições ou redes de ensino. Apenas o ensino de Língua Portuguesa e de Matemática constituem os “componentes curriculares” obrigatórios da Base Nacional Comum Curricular previstos para as três séries do Ensino Médio em todos os itinerários. Já o ensino da língua inglesa tem caráter obrigatório, contudo, a lei não menciona se esse componente curricular será ofertado nas três séries. Vale sublinhar que a nova organização curricular abandona por completo o termo disciplina e utiliza a noção de “estudos e práticas” para o ensino de Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia, atribuindo-lhes um significado eminentemente flexível. No caso específico da Filosofia e Sociologia, ao serem convertidas em temas transversais diluídos em outros conteúdos, perde-se a contribuição precípua que essas disciplinas oferecem ao processo formativo, em decorrência do seu papel crítico-reflexivo.

47 O Movimento Nacional pelo Ensino Médio é composto por 10 entidades do campo educacional – ANPED (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação), CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade), FORUMDIR (Fórum Nacional de Diretores das Faculdades de Educação), ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação), Sociedade Brasileira de Física, Ação Educativa, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, ANPAE (Associação Nacional de Política e Administração da Educação), CONIF (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica) e CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) – sendo criado no início de 2014 com vistas a intervir no sentido da não aprovação do Projeto de Lei nº 6.840/2013. Para esse fim, empreendeu um conjunto de ações junto ao Congresso Nacional e ao Ministério da Educação, além de criar uma petição pública.

48 <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc-etapa-ensino-medio>

No que diz respeito à distribuição da carga horária, a Lei n.º13.415 prevê a separação entre a formação comum a todos os alunos (BNCC) e a formação diversificada do currículo referente aos itinerários. A BNCC corresponde a 1,5 ano ou 1.200 horas, podendo chegar a até 1.800 horas no caso da implementação do regime de tempo integral. Já a parte diversificada pode perfazer em torno de 2/3 da duração total do curso. Observa-se nessa organização curricular o caráter aligeirado da formação e o significado que o conceito de “flexibilização” curricular assume, atrelado a uma visão fragmentada e superficial do processo formativo. Isso em razão da carga horária estabelecida para a formação geral limitar-se a 1800 horas no máximo, com somente dois componentes curriculares obrigatórios em todo o percurso: os outros componentes curriculares têm carga horária reduzida em contraposição à proposta de educação integral, eixo das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM/2012).

Quanto à educação técnica e profissional, a Lei n.º13.415 basicamente reedita o Decreto n.º2.208/97 do Governo FHC, que possibilita que parte da formação dada nas escolas de Ensino Médio possa ser ofertada por cursos à distância, em módulos ou cursos oferecidos por outras instituições, mediante sistema de créditos e terminalidade específica. Notadamente na formação técnica e profissional, a flexibilização e relativização da organização curricular é sistematizada de maneira mais acentuada e explícita. Especificamente nesse caso, o esvaziamento do conhecimento teórico é de tal magnitude que admite a certificação de competências comprovadas por exercício profissional supervisionado ou adquiridas fora do ambiente escolar, o que permite reconhecer conhecimentos tácitos.

A flexibilização dos sistemas de ensino desmonta o Sistema Nacional de Educação (SNE), consagrado pelo Plano Nacional de Educação do decênio 2014-2024 para o Ensino Médio, pois fica a cargo dos sistemas de ensino o arranjo e a organização dos componentes do currículo concernentes aos itinerários formativos. Diante desse desmonte, as instituições e as redes de ensino têm a autonomia para definir quantos e quais itinerários formativos ofertar, podendo optar por somente um itinerário e pelo mais simples, que demanda baixos investimentos e pouco número de profissionais. Por essa razão, a flexibilização do sistema de ensino abre o flanco para a redução de investimentos na educação básica, sobretudo nas unidades educacionais da rede pública.

Também favorece a redução de investimentos o fato de a Lei n.º13.415 não fixar a duração mínima para a formação geral básica (BNCC) e estabelecer apenas a duração máxima, que não pode ser superior a 1800 horas. Sendo assim, os sistemas de ensino têm autonomia para adotar as formas de organização curriculares com as cargas horárias que julgar pertinentes para a formação geral. Provavelmente as escolas detentoras de maior aporte financeiro, sobretudo, as da rede privada, poderão oferecer a carga horária máxima para a formação geral com os conteúdos escolares básicos que propiciam o acesso e a permanência dos estudantes no ensino superior. Já as escolas privadas de pequeno porte e as das redes estaduais de ensino tenderão a ofertar arranjos curriculares mais pobres, com duração inferior a 1800 horas.

Em direção oposta “à meta de alcançar um padrão unitário de qualidade” nesse nível de ensino, a pedagogia da aprendizagem flexível promove a distribuição desigual do conhecimento. Aprofunda, dessa forma, a dualidade estrutural presente no sistema educacional brasileiro ao intensificar a fragmentação do sistema escolar composto por duas redes de escolarização: a rede de formação das elites, que controlam o processo laboral, e a outra destinada a treinar os jovens oriundos das classes subalternizadas para executar o processo laboral. A estrutura dicotômica do sistema escolar reproduz e legitima a divisão hierárquica do trabalho indispensável aos processos de expansão e acumulação do capital. Nessa perspectiva, a adoção da pedagogia flexível representa o ajustamento do Ensino Médio às novas formas de acumulação do capital que requerem trabalhadores socializados para se subordinarem à flexibilização precarizada do trabalho e às degradadas relações de trabalho.

O recorte classista do “Novo Ensino Médio” é revestido de atraentes justificativas entre as quais se destaca a do “protagonismo do aluno”. Essa justificativa estabelece uma relação direta entre a escolha do itinerário formativo pelo discente e a redução dos índices de retenção e evasão escolar. Em verdade, sob o pretexto de tornar o Ensino Médio mais interessante para o aluno, esse modelo pedagógico introduz um currículo fragmentado, despojado de conteúdos científicos e

filosóficos e da articulação entre o saber teórico e o prático. Além disso, os novos componentes curriculares são organizados pelas grandes áreas do conhecimento, não por disciplinas, com a inserção de temas desprovidos de base epistemológica, entre os quais: Intervenção Cultural e Empreendedorismo, Projeto de vida, Protagonismo Juvenil.

Concretamente, a organização curricular estruturada em itinerários formativos expropria dos alunos o direito à aquisição dos conhecimentos mais elaborados e complexos, dos saberes produzidos pela Biologia, Filosofia, Física, Geografia, História, Química e Sociologia, dos pressupostos epistemológicos e dos princípios filosófico-científicos dos processos tecnológicos sobre os quais se ergue a organização da produção moderna. A expropriação do direito à educação de qualidade lastreada pelos corpos de conhecimento filosófico-científico forma uma nova geração submetida ao conhecimento assistemático, proveniente do senso comum conformado e subordinado às condições econômicas, sociais e políticas dominantes que têm como princípio supremo da moralidade o individualismo, o empreendedorismo e a competitividade.

Da mesma forma, a justificativa do “protagonismo do aluno” em verdade é um simulacro, pois o discente de 14 anos não tem as condições necessárias para optar pelo seu percurso formativo, uma vez que desconhece aqueles saberes formais mínimos que o modelo de Ensino Médio anterior se propunha a assegurar. Tendo em vista essa consideração, a escolha precoce do itinerário formativo, segundo a trajetória e projeto de vida do educando, consiste, de fato, na transferência de responsabilidade para o jovem estudante. Os impactos dessa escolha são de responsabilidade exclusivamente do indivíduo que definiu, precocemente e sem o acúmulo de conhecimento necessário, o seu percurso formativo.

Ademais, o “protagonismo do aluno” representa, sobretudo, a transmissão subliminar de uma noção unidimensional da realidade, segundo a qual a apreensão das relações coletivas é obscurecida. Nessa noção, as questões sociais são deslocadas para a esfera do privado, e os problemas coletivos, tratados como exclusivamente pessoais. A trajetória de vida assim como a trajetória escolar são determinadas pela escolha e pelo empenho individual. Tem-se como resultado do apagamento da dimensão social no processo educativo escolar a pretensão de imprimir nas novas gerações uma sociabilidade unidimensional presa a uma visão de mundo fragmentada, individualista e voluntarista. Socializadas dessa forma, as novas gerações tenderão a perceber a exploração do capital sobre o trabalho como processo natural e a buscar soluções para os problemas sociais mediante a adoção de iniciativas filantrópicas e pessoalizadas, completamente desconectadas das condições socioeconômicas concretas e das relações de dominação presentes na sociedade.

Ainda sob a justificativa do “protagonismo do aluno” e da teoria do “aprender a aprender”, esse modelo pedagógico transfere o professor e o processo de ensino para grupos e comunidades de aprendizagem, nos quais os discentes se inserem desenvolvendo pesquisas sob a supervisão de determinado orientador. O professor passa à condição de organizador de conteúdos e de produtor de propostas de curso. A relação presencial é convertida em tutoria, cabendo ao tutor acompanhar o processo de aprendizagem dos alunos. Cabe também ao discente a responsabilidade pelo seu processo de aprendizagem, estabelecendo os horários, as condições e o compasso da aprendizagem, segundo sua trajetória e projeto de vida. Sendo assim, o “Novo Ensino Médio” prescinde da atuação do professor que assume um papel secundário no processo de aprendizagem flexível, o de tutor, “professor-entregador”. Logo, a atividade docente também é flexibilizada, aproximando o professor das condições a que estão expostos os trabalhadores das novas modalidades de trabalhos precários.

Portanto, o caráter lesivo do “Novo Ensino Médio” se evidencia na brutal expropriação do direito dos estudantes à educação de qualidade em consonância com os fundamentos da pedagogia histórico-crítica. Concretamente, a Lei n.º13.415 impôs uma pedagogia opressiva por meio de um currículo flexibilizado, da inconsistência epistemológica, da composição de componentes curriculares que esvaziam a relação com o conhecimento, da substituição dos vínculos entre teoria e prática pelo imediatismo e pragmatismo mercadológico, do predomínio das noções do senso comum sobre o conhecimento fundado na Ciência e na Filosofia. Para mais, inviabiliza a compreensão das contradições sociais e do processo de construção da emancipação humana ao

imprimir uma noção a-histórica e fragmentada da vida social na qual os processos coletivos de produção da vida material são deslocados para a esfera privada.

É importante ressaltar, por fim, que a implementação desse modelo representará um ataque mortal também à educação superior brasileira, uma vez que os universitários ingressantes não terão tido acesso aos conhecimentos que hoje constituem pré-requisitos para os currículos da educação superior. A reforma do ensino médio é, portanto, o prenúncio de uma reforma universitária que tratará de desmontar a estrutura de produção científica brasileira. Consta-se, desse modo, que o “Novo Ensino Médio” é a contraface da concepção de educação expressa no Caderno 2 do ANDES-SN.

TR – 76

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN envie esforços para a revogação da Lei n.º 13.415/2007, que institui novas diretrizes para o Ensino Médio, e da Resolução CNE/CP n.º 1 de 05/01/2021 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, tendo em vista os prejuízos que poderão causar à educação brasileira nos níveis médio e superior.
2. Que o ANDES-SN promova uma campanha nacional de esclarecimento à população brasileira a respeito das consequências dessas políticas para a formação de estudantes do ensino médio e seus reflexos nas estruturas dos cursos superiores, em especial das licenciaturas.
3. Que esta campanha conte com o apoio financeiro do Fundo de Mobilização do ANDES-SN-

TEXTO 77

Contribuição do(a)s sindicalizado(a)s: Adriano Vitti Mota (ADUFRA); Albany Mendonça (APUR); Aloízio Soares Ferreira (ASPUV); Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCEFET-MG); Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV); Angelica Lovatto (ADUNESP); Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU); Antônio Luís de Andrade – Tato (ADUNESP); Antônio José Mayhé Nunes (ADURRJ); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Celia Regina Otranto (ADURRJ); Cícera Vanessa Maia (SINDCEFET-MG); Dayse Iara dos Santos (ADUNESP); Dilenio Dustan (APES-JF); Fábila Barboza Heluy Caram (SINDCEFET-MG); Fábio Kazuo Ocada (ADUNESP); Fernando Ramalho Martins (ADUNESP); Francisco Carlos Duarte Vitória (ADUFPEL); Gabriel Muñoz Palafox (ADUFU); Gilberto Marques Pereira (SINDCEFET-MG); Igor Mota Morici (SINDCEFET-MG); Janete Luzia Leite (ADUFRJ); João da Costa Chaves Júnior (ADUNESP); José Domingues Godoi Filho (ADUFMAT); Juliana Barbosa de Segadas Vianna (ADURRJ); Lúcia Emília Letro Ribeiro (SINDCEFET-MG); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADURRJ); Marcelo Soares Pereira da Silva (ADUFU); Márcio Pereira da Silva (ADUNESP); Marisol Valencia (ADURRJ); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP); Monica Pirozi (ASPUV); Samuel França Alves (SINDCEFET-MG); Sueli Guadalupe de Lima (ADUNESP); Zenilde Moreira (ADUFERPE).

É PRECISO VOLTAR A MIRAR OS NOSSOS HORIZONTES - CONSTRUIR O PROJETO DE EDUCAÇÃO PARA TODA A CLASSE TRABALHADORA

TEXTO DE APOIO

As políticas educacionais das últimas décadas, agravadas pelas tentativas bolsonaristas de desmonte das instituições, órgãos gestores e da infraestrutura de ensino, mantêm o quadro de precariedade da educação brasileira e representam um desastre para a sociedade e em especial para a classe trabalhadora. Estes ataques acontecem em um sistema educacional que já poderia atender de forma plena às demandas de toda a população, mas que, ao contrário, se mantém desigual, com uma precarização cada vez maior do seu setor público e com o avanço da privatização e de seus arautos.

Atravessamos 14 anos de governos petistas sem que se visse uma melhoria consistente na educação infantil e no ensino fundamental. Os índices internacionais de avaliação se mantiveram baixos e o legado deixado após o impedimento de Dilma Rousseff está longe e aquém das promessas feitas no início dos anos 2000. Estamos ainda com percentuais altos de analfabetos, com evasão e aprendizado insuficientes e uma segregação perversa na qualidade de formação de crianças e jovens, com grande parte dos filhos dos trabalhadores sem qualquer perspectiva. Uma expansão do ensino superior veio junto, também no governo petista, porém com uma privatização massiva das matrículas, com a privatização de setores e espaços de IFES e IEES, e com o sucateamento de parte da estrutura física. A carreira docente foi precarizada, os salários defasados, e diversas políticas implementadas acentuaram o produtivismo e o adoecimento de professores. O tratamento e o diálogo dos governos nos anos petistas com a categoria docente não foram diferentes dos períodos anteriores, incluindo aí também as esferas estadual e municipal.

Sob o governo Bolsonaro, este quadro só se acentua, à medida que se retiram verbas para as políticas sociais e cresce o montante de dinheiro público para o chamado fundo eleitoral. Em 2018, esta retirada foi de 1,7 bilhão de reais, dois anos depois 2,035 bilhões e hoje, em 2022, já foram aprovados 4,9 bilhões de reais, mas os partidos querem chegar a 5,7 bilhões. O presidente está fazendo força para agradar os partidos políticos. Tudo isso em um Brasil quebrado, com índices crescentes de fome e pobreza.

Além da apropriação dos recursos financeiros, não podemos deixar de destacar o sistemático controle ideológico do Estado brasileiro. Mesmo reconhecendo que vários Ministérios do atual governo estão totalmente engajados neste controle, vamos aqui destacar o Ministério da Educação (MEC).

Está em curso no MEC uma guerra cultural sustentada pela pauta econômica do governo. Com as ações já implementadas nos dois últimos anos, a regressão na educação brasileira está visível e tende a piorar, enquanto durar o atual governo. Para ilustrar o que afirmamos, bastaria destacar que temos um Ministro da Educação que não defende a escola, e, sim, a educação familiar ou *homeschooling*. Esta é mais uma forma de evitar que crianças e jovens convivam com o “diferente”, com a população LGBTQIA+, com pessoas negras e pobres, enfim, com todos aqueles que possam questionar alguns valores que lhes foram inculcados ideologicamente. Nada a estranhar vindo de um Ministro homofóbico, que afirmou ser a homossexualidade fruto de desajustamento familiar.

O titular da pasta, que se pauta pela ideologia política do Presidente da República, vem ocasionando crises em diversos setores do MEC. Como exemplo, podemos apontar o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que já contou nesse governo com 5 presidentes e, em 4/11/2021, teve 37 funcionários em cargos de chefia pedindo exoneração. O INEP exerce papel importante no cenário educacional brasileiro e as consequências da crise já se fizeram sentir em vários setores, e, em especial, no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Instituído em 1998, no ano de 2019 o ENEM passou a ser utilizado como mecanismo de acesso à educação superior. O governo Bolsonaro já se elegeu com o discurso de controle ideológico da educação brasileira e o ENEM é um dos seus alvos. A interferência ideológica nas questões se faz cada vez mais evidente, gerando inclusive o temor em professores e estudantes de que ele fosse extinto. No entanto, o ENEM continua, mas conta com um número cada vez menor de participantes. É como se grande parte da sociedade brasileira que aspirava o acesso ao ensino superior, desistisse da ideia. E o ENEM continua, não porque o MEC reconheceu sua importância para a ampliação do acesso à educação superior, mas porque este Ministério não quer renunciar aos recursos financeiros oriundos das inscrições e do FNDE. Este financiamento mantém vivos o INEP e o ENEM, com péssima administração controle ideológico cada vez maior do governo.

Se analisarmos a pós-graduação, podemos observar a crise na CAPES, outro braço do MEC, que já teve 3 direções no governo Bolsonaro. Como responsável pela avaliação de Programas de Pós-graduação, tem ocasionado uma série de instabilidades nestes Programas, que se refletem também nas bolsas de pesquisa. Dados da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), por exemplo, mostram que a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) perderam aproximadamente 51% da verba para financiar pesquisas nos últimos dez anos. A tendência é piorar ainda mais em 2022.

Tudo isso se reflete especialmente no ensino superior público federal, com destaque para as Universidades, Institutos Federais e CEFETs. Algumas das ações mais visíveis da interferência ideológica no interior dessas instituições, são expressas pela perseguição a docentes e estudantes que defendem ideias divergentes do governo federal, e pela interferência direta de Bolsonaro no processo de nomeação de reitores, em aberta afronta à autonomia universitária. O número de nomeados que não foram eleitos pelas comunidades universitárias aumenta a cada dia, na tentativa de controlar as IES “por cima”. No caso das Universidades Federais isso já vem causando interferência na correlação de forças existente na Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Superior (ANDIFES). Em 03/02 do corrente ano, aconteceu a ruptura: sete reitores fundaram a Associação dos Reitores das Universidades Federais do Brasil (AFEBRAS). São reitores que militam à direita do espectro político e devem ter sido seduzidos pelo governo Bolsonaro, em especial pelo MEC, com vantagens para as suas instituições. Formam a nova Associação os reitores das seguintes instituições: UFC, UVERSA, UFVJM, UNIVASF, UNIFEI, UFRA e UFRGS. A iniciativa deve ter sido facilitada pela nomeação de reitores de confiança de Bolsonaro e pelas condições de penúria das Instituições Federais de Educação Superior, que estão à beira de um colapso financeiro!

De acordo com o presidente da ANDIFES, em declaração dada ao Jornal da SBPC o valor destinado às universidades federais neste ano de 2022 é de 5,3 bilhões, menor que os R\$ 6,1 bilhões de 2019 – último ano em que as universidades funcionaram normalmente, ainda sem pandemia. O mesmo vem acontecendo com os Institutos Federais. De que forma estas instituições poderão retornar com suas aulas presenciais como está sendo cogitado? Depois de 2 anos praticamente sem uso, os laboratórios estão desatualizados e precisando de obras. Também precisam de obras as salas de aula e os banheiros. A rede elétrica precisa ser revisada, assim como a garantia de acesso à rede de internet para todos os alunos. Alguns IF sequer tinham concluído sua construção inicial.

A coordenadora do SoU-Ciência Soraya Smaili, em entrevista ao Jornal *O Estado de São Paulo*, afirmou: “Estamos jogando fora um tesouro”! Ela se referia à queda de 25% do custeio das

universidades federais, desde 2019 e complementou com a divulgação de um corte de R\$ 739,9 milhões na área de educação e pesquisa, feito por Bolsonaro em 24/01/22. Disse ela: “[...]o governo Bolsonaro definiu para o setor, em 2022, um dos mais ingratos orçamentos da história da República”.

Os cortes diminuem bolsas de pesquisa e prejudicam publicações científicas. A verba estimada para 2022 na Capes e no CNPq é de menos da metade do orçamento que existia dez anos atrás. A redução de investimentos para a ciência no Brasil já dificulta o trabalho de pesquisadores e universidades do país, e a tendência é piorar nos próximos anos.

A falta de recursos, no entanto, pode ser ainda mais aguda em 2022. As estimativas da diminuição para este ano, feitas pela SBPC, ainda não consideravam os recentes cortes que o governo Bolsonaro anunciou: só no Ministério da Educação, ao qual a Capes é vinculada, a diminuição do orçamento chegou R\$ 802,6 milhões. (Dados do Jornal da SBPC, jan. 2022).

No que se refere ao Conselho Nacional de Educação (CNE) cabe ressaltar que este órgão vem tendo seus membros substituídos desde a posse do primeiro titular da pasta de Educação do governo Bolsonaro. Como órgão de governo, não exerce a crítica isenta das medidas governamentais, pelo contrário, as endossa, mesmo que estejam em desacordo com a visão da maioria dos educadores do país. Depois de inúmeras substituições, o CNE está ideologicamente modificado, de modo a possibilitar as mudanças pretendidas pelo governo, em relação, por exemplo, à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ao Novo Ensino Médio, que já vem sendo divulgado nos principais canais de comunicação do país.

Em relação a este último, ele cai como uma luva dentro das pretensões do Sistema S e da rede privada de ensino médio em geral. Já a rede pública vê com muitas restrições uma reforma da última etapa da educação básica feita por Medida Provisória, sem discussão da sociedade. A carga horária na escola aumenta, mas o número de professores não acompanha na mesma proporção nas instituições públicas, e o leque de disciplinas se diversifica. No entanto, como a Reforma flexibiliza a formação docente, e qualquer um que tenha “notório saber” poderá ministrar aulas, os professores das escolas públicas receiam por tempos ainda mais difíceis. A reforma do ensino médio, se implantada como foi planejada, pode atingir em cheio o ensino superior, principalmente os cursos de licenciatura, que já se tornaram um dos alvos do atual governo.

A educação popular também vem sofrendo perdas significativas ao longo deste governo. Começou com ofensas a Paulo Freire, grande educador brasileiro voltado para a alfabetização jovens e adultos, e concluiu com a extinção da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. Em 2020, o Decreto no 20.252/2020, que reestruturou o INCRA, praticamente inviabilizou o PRONERA (Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária) responsável pela Educação do Campo. As licenciaturas em Educação do Campo de todo o país estão com dificuldades de se manter pois atendem a alunos camponeses que têm necessidades específicas. Muitas estão em vias de fechar!

Somam-se a isso, ações contrárias às conquistas provenientes das lutas dos direitos humanos no Brasil e no mundo, como a defesa da não inclusão de alunos especiais nas classes regulares, para “não atrapalhar” os que podem aprender. Vide fala do presidente ao Correio Brasiliense em janeiro de 2021⁴⁹.

O cenário de devastação da educação brasileira é tão desolador, que é difícil imaginar quanto tempo vai demorar, na era pós-Bolsonaro (porque ela vai chegar!), para recuperar pelo

⁴⁹ <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/01/4898782-bolsonaro-diz-ser-favoravel-a-separar-alunos-inteligentes-de-atrasados.html>.

menos uma parte do que tínhamos antes de ele ser eleito presidente. No caso específico da educação superior federal, torna-se urgente, desde já, priorizar as Universidades e os Institutos Federais, garantindo-lhes a sobrevivência para que possam continuar a desempenhar o papel importante que lhes cabe na sociedade brasileira. A luta pela recuperação do financiamento dessas instituições e valorização de seus servidores é uma das primeiras que precisa ser travada, para que possam se manter de pé.

Frente a este quadro, algumas tarefas se impõem a todos os movimentos, entidades e organizações que fazem o enfrentamento a este governo, em especial aos que o fazem a partir do campo de esquerda.

Entendemos que as lutas em 2022 devem convergir para livrar o país do atual governo e iniciarmos uma nova construção. Este deve ser o ano do FORA BOLSONARO e as nossas ações devem estar integradas a esta bandeira. As mobilizações no campo da Educação, assim como todas as ações do ANDES-SN devem se articular com essa luta. Neste sentido também devemos atuar de maneira mais incisiva nos fóruns da CSP-Conlutas e em especial no seu Setorial da Educação.

É preciso manter a resistência e o embate contra a destruição das conquistas que tivemos neste setor nas últimas décadas e contra o desmonte que a extrema direita vem realizando, e que visa, inclusive, aparelhar e se apropriar da estrutura institucional da educação. Até que o país se veja livre do bolsonarismo é importante que busquemos ações de unidade na luta, de maneira a tornar mais forte esta resistência.

Entretanto, conforme assinalamos no Tema I, mantidos os números atuais de percentuais de votos, um novo governo Lula se mostra inevitável, enquanto os demais “coadjuvantes” tentam arranjos políticos/eleitorais para se manterem vivos e com alguma possibilidade de barganha eleitoral. E qual é o projeto para a Educação? O que o PT pretende implementar, caso saia vencedor, a partir de 2023? Haverá espaço para a construção de um projeto educacional para a classe trabalhadora? Temos na memória os retrocessos e ataques dos governos petistas, do quadro vergonhoso que deixaram no ensino fundamental, do fechamento de escolas do campo. Os docentes sabem bem como foi a relação com o governo petista, os ataques, as mudanças na carreira nas IFES, a privatização do ensino superior, a introdução massiva da EaD.

Entendemos que as reivindicações dos trabalhadores docentes, representados no ANDES-SN devem se reaproximar das demandas e das lutas de toda a classe neste setor. Devem começar, não só no discurso, mas também na prática, por uma educação universal, gratuita, pública, de qualidade em todos os níveis e socialmente referenciada. A educação infantil e o ensino fundamental de qualidade devem ter condições de acesso e permanência para todos, revertendo urgentemente a situação de sucateamento, descaso e evasões de jovens e crianças, que tem sido mostrada, principalmente nas periferias. É preciso também recuperar a qualidade na formação de professores e na infraestrutura escolar. Sem isto as demais políticas educacionais, inclusive para o ensino superior, ficam capengas.

As diversas tentativas de debates, análises e de encaminhamentos políticos para a Educação no país, nos últimos anos, em Fóruns, Encontros e outros, esbarraram sempre nos limites programáticos e nas disputas por hegemonias políticas, dificultando ou mesmo impedindo uma expressão democrática e representativa das lutas que a classe trabalhadora enfrenta neste setor. É preciso construir um debate nacional, através de mecanismos que garantam a ampla participação da classe, do “chão da escola” e que comece pela reconstrução de um projeto de educação pública, gratuito, inclusivo e socialmente referenciado em todos os níveis.

Precisamos voltar às nossas utopias, aos projetos que ainda não existem e que queremos construir. Temos que voltar a olhar para os horizontes da classe trabalhadora.

Para a Educação, a reconstrução necessária terá que ser resultado do debate, da reflexão e de uma ampla mobilização da sociedade.

TR – 77

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. tomará iniciativas e encaminhará a mobilização pelo FORA BOLSONARO, fazendo o chamamento, inclusive no Setor da Educação da CSP-Conlutas, para todas as organizações dos trabalhadores da Educação, no sentido de atuarmos em unidade na luta contra este governo;
2. através de sua Diretoria, dos Setores das Federais e Estaduais e Municipais e suas Seções Sindicais, tome a iniciativa para construção de um movimento de base, capaz de mobilizar amplamente a sociedade, escolas e comunidades, ainda em 2022, em conjunto com a CSP-Conlutas, incluindo seu Setorial de Educação, buscando a adesão de movimentos sociais e demais organizações da classe trabalhadora, com o propósito de traçar princípios, diretrizes e ações para a Educação após o governo Bolsonaro;
3. encaminhará a luta pela recuperação imediata do financiamento das Instituições Federais de Educação Superior.

TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

TEXTO 78

Contribuição da(o)s sindicalizada(o)s: Aderaldo Alexandrino de Freitas (ADUFERPE); Adriana Machado Penna (ADUFF); Adriano Severo Figueiró (SEDUFMS); Adriano Vitti Mota (ADUFRA); Agatha Justen (ADUFF); Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Airton Paula Souza (ADUFS-SE); Alair Silveira (ADUFMAT); Albany Mendonça (APUR); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre José Medeiros do Nascimento (ADUFPI); Alexandre Macedo (ADUFPB); Aloizio Soares Ferreira (ASPUV); Alyne Sousa (SINDIFPI); Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCEFET-MG); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); Angela Maria Soares Ferreira (ASPUV); Angelica Lovatto (ADUNESP); Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP); Antonia Costa Andrade (SINDUFAP); Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU); Antonio de Pádua Bosi (ADUNIOESTE); Antonio Francisco Lopes Dias (ADCESP); Antônio José Mayhé Nunes (ADUR-RJ); Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFMG); Antônio Luís de Andrade – Tato (ADUNESP); Antônio Rodrigues Belon (ADUFMS); Aparecida Darc de Souza (ADUNIOESTE); Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFPEL); Beatriz Tupinambá Freitas (ADUFS-SE); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Bráulio Silva Chaves (SINDCEFET-MG); Carlos Costa (ADCESP), Carlos Rinaldo Nogueira Martins (SINDUFAP); Cássio Alves (APUFPR); Catarina Barbosa Torres Gomes (SINDCEFET-MG); Catharina Marinho Meirelles (ADUFF); Celeste Pereira (ADUFPEL); Celia Regina Otranto (ADUR-RJ); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES); Ceres Torres (ADUFPEL); César Honorato (ADUFF); Cícera Vanessa Maia (SINDCEFET-MG); Claudete Sales Sampaio (ADUFS-SE); Claudia Alves Durans (APRUMA); Claudia March (ADUFF); Cláudio Gurgel (ADUFF); David Junior de Souza Silva (SINDUFAP); Dayse Iara dos Santos (ADUNESP); Denise Monte Braz (ADUR-RJ); Diana Regina dos Santos Alves Ferreira (SINDUFAP); Dilenio Dustan (APES-JF); Edgard Leite (ASPUV); Egmar Oliveira Souza Júnior (SINDIFPI); Elaine da Silva Neves (ADUFPEL); Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE); Eliane Fazolo (ADUR-RJ); Elizandra Garcia da Silva (ADUFF); Elyson Carvalho (ADUFS-SE); Epitácio Macário Moura (SINDUECE); Erlenias Sobral do Vale (SINDUECE); Fábiana Barboza Heluy Caram (SINDCEFET-MG); Fábio Kazuo Ocada (ADUNESP); Fabiola Kato (ADUFPA); Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG); Fernando Ramalho Martins (ADUNESP); Franci Gomes Cardoso (APRUMA); Francisca Raquel da Costa (SINDIFPI); Francisco Carlos Duarte Vitória (ADUFPEL); Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE); Francisco Santiago (SINDUFAP); Gabriel Muñoz Palafox (ADUFU); Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFS-BA); Gelta Xavier (ADUFF); Geraldo do Nascimento Carvalho (ADUFPI); Gihad Mohamad (SEDUFMS); Gilberto Marques Pereira (SINDCEFET-MG); Graziela Lucci de Angelo (SEDUFMS); Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL); Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR); Igor Mota Morici (SINDCEFET-MG); Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP); Irenilda Angela dos Santos (ADUFMAT); Isabel Cristina Rocha Hipólito Gonçalves (SINDIFPI); Jacira Maria Machado de Oliveira (ADUFF); Jairo Paes Selles (ADUFF); Janete Brito (ADCESP); Janete Luzia Leite (ADUFRJ); João Batista Farias Junior (SINDIFPI); João Carlos Gilli Martins (SEDUFMS); João da Costa Chaves Júnior (ADUNESP); João Francisco de Almeida Vitor (SINDCEFET-MG); José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL); José Domingues Godoi Filho (ADUFMAT); José dos Santos Souza (ADUR-RJ); José Itabiricy (ADUFRA); José Jailton Marques (ADUFS-SE); José Raphael Bokehi (ADUFF); José Vitório Zago (ADUNICAMP); Juliana Barbosa de Segadas Vianna (ADUR-RJ); Juliana Iglesias Melim (ADUFES); Júlio Figueiredo (ADUFF); Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (SEDUFMS); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP); Léia Soares da Silva (SINDIFPI); Leonardo Dourado de

Azevedo Neto (ADUA); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ); Lorena Moraes (ADCESP); Lúcia Izabel Silva (ADUFPA); Lucas Pacheco Campos (APES-JF); Lúcia Emília Letro Ribeiro (SINDCEFET-MG.); Luciano Coutinho (ADUFRJ); Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ); Luis Silva (SINDIFPI); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE); Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL); Luiz Paiva Carapeto (ADUFPEL); Marcelo Barreto Cavalcanti (ADUFEPE); Marcelo Massayoshi Ueki (ADUFS-SE); Marcelo Soares Pereira da Silva (ADUFU); Márcio Leonardo Lima Pereira (SINDIFPI); Márcio Pereira da Silva (ADUNESP); Marco Antonio Escher (APES-JF); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ); Maria Angélica da Gama Caral Coutinho (ADUR-RJ); Maria Augusta Tavares (ADUFAL); Maria Célia Nunes Borges de Lima (SINDCEFET-MG); Maria da Conceição Rosa Cabral (ADUFPA); Maria da Conceição dos Santos Costa (ADUFPA); Maria das Graças Soares Floresta (ASPUV); Maria de Lourdes Couto Nogueira (SINDCEFET-MG); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); Maria Edilene S. Ribeiro (ADUFPA); Maria Gabriela Guillén Carias (ADUFDOURADOS); Maria Isabel Duarte Rodrigues (ADUFPA); Maria Luzinete Alves Vanzeler (ADUFMAT); Maria Suely Soares (APUFPR); Maria Thereza Cândido Gomes de Menezes (ADUFF); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR); Marisol Valencia (ADUR-RJ); Maristela da Silva Souza (SEDUFMS); Marli Clementino Gonçalves (ADUFPI); Marluce Souza e Silva (ADUFMAT); Máuri de Carvalho (UFES); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Milena Martinez (APUFPR); Milney Chasin (SINDCEFET-MG); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP); Monica Pirozi (ASPUV); Mônica Vermes (ADUFES); Olgaíses Maués (ADUFPA); Olinto Silveira Alves Filho (ADUFS-SE); Omar Albomoz (ADCESP); Oneize Amoras de Araújo (ADUFS-SE); Onice Teresinha Dall'Oglio (ADUFMAT); Paulo Antonio Cresciulo de Almeida (ADUFF); Paulo César Lage de Oliveira (SINDCEFET-MG); Osmar Gomes de Alencar Júnior (ADUFPI); Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP); Raimundo Sérgio de Farias Junior (SINDUEPA); Raphael Góes Furtado (ADUFES); Raquel Angela Speck (APUFPR); Regiana Wille (ADUFPEL); Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPB); Romildo de Castro Araújo (ADUFPI); Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA); Rosana Mendes Éleres de Figueiredo (APRUMA); Rosângela Assunção (ADCESP); Rosely Cabral Giordano (ADUFPA); Rosimê Meguins (ADUFPA); Rute Glésia Lima Noletto (SINDIFPI); Samuel França Alves (SINDCEFET-MG); Sandra Alessi (APUFPR); Sandra Moreira (ADUFPA); Saulo Arcangeli (SINDUEMA); Sérgio Inácio Nunes (ADUFU); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Sérgio Darwich (SINDUEPA); Sônia Maria Araújo (ADUFPA); Sônia Pimentel (ADUFS); Sônia Regina Teixeira (ADUFPA); Sueli Guadalupe de Lima (ADUNESP); Suly Rose Pereira Pinheiro (APRUMA); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Tamara Cardoso André (UDUNIOESTE); Tarcísio Luiz Pereira (ADUFMS); Valdelaine Mendes (ADUFPEL); Valter Luiz de Almeida Vitor (SINDCEFET-MG); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA); Vera Núbia Santos (ADUFS-SE); Vicente Donizete da Silva (SINDCEFET-MG); Vilson Aparecido da Mata (APUFPR); Vilemar Gomes da Silva (APRUMA); Virgílio Coelho Oliveira Júnior (SINDCEFET-MG); Vitor Wagner Neto de Oliveira (ADUFMS); Viviane Narvaes (ADUNIRIO); Waldir Bertúlio (ADUFMAT); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA); Waldyr Lins de Castro (ADUFF); Wanderley Padilha (SINDUNIFESSPA); Welbson do Vale Madeira (APRUMA); Wilma Pessôa (ADUFF); Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP); Zenilde Moreira (ADUFERPE).

O ESTATUTO DO ANDES-SN É A CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS APROVADAS DEMOCRATICAMENTE, E NÃO UMA PEÇA BUROCRÁTICA AO SABOR DAS CONVENIÊNCIAS - AS ELEIÇÕES PARA A DIRETORIA E SUA POSSE DEVEM OCORRER EM 2022

TEXTO DE APOIO

Os anos de 2020 e 2021 impuseram desafios às lutas sociais e anticapitalistas. A pandemia da covid-19 trouxe o imperativo do isolamento social em defesa da sobrevivência, ao tempo em que as condições de vida da classe trabalhadora se deterioraram ainda mais, na esteira da precarização do trabalho e da redução da renda. Nesse contexto, a plataformização das lutas mostrou seus limites; e tão logo possível e necessário que os movimentos voltem às ruas.

A tragédia sanitária evidenciou ainda mais as contradições e limites do capitalismo, que se diz globalizado, mas cuja razão de ser assenta-se na produção e reprodução de desigualdades, na destruição ambiental e, conseqüentemente, na valorização diferenciada da vida no planeta e no interior de cada país.

No Brasil, país que tem um Sistema Único de Saúde público com larga experiência em vacinação, o negacionismo se instituiu de forma insistente por meio do governo federal, e nos fez lutar para termos acesso à vacinação, processo que não se completou, pois ainda não foi derrotada a política genocida levada a cabo por Bolsonaro e seus apoiadores – dentro e fora do Congresso Nacional.

O ano de 2021 foi marcado pela retomada dos atos públicos, com todos os cuidados sanitários necessários, mas com a compreensão que o movimento para derrotar o bolsonarismo – e sua política ultraliberal de extrema direita e neoconservadora no Brasil – deveria se dar nas ruas e em aberto diálogo com trabalhadoras e trabalhadores sobre o aprofundamento de sua exploração e opressão, resultantes da agenda do grande capital que se materializa na política de morte da extrema direita no país.

Destacamos, entretanto, o arrefecimento das lutas e dos atos de rua que retomamos em 2021. A proximidade do ano de eleições presidenciais, por certo, teve um papel importante nesse recuo das lutas mais amplas da classe trabalhadora, apesar de os servidores públicos terem assumido papel central no enfrentamento à aprovação da PEC 32, que propõe a Contrarreforma Administrativa do Estado e a destruição dos serviços públicos no país.

Nas universidades públicas e demais instituições de ensino, as condições de trabalho e de ensino se deterioraram, não só pela precarização e intensificação decorrentes da adoção de modalidades de ensino remoto, como também pelo resultado das políticas de estrangulamento orçamentário das instituições públicas, no marco do desmonte do serviço público em geral.

As condições progressas de subfinanciamento se agravaram com a Emenda do Teto de Gastos Públicos (EC-95), atingindo as políticas sociais, incluídas aí a educação, a ciência e tecnologia e a saúde.

Nas instituições públicas de ensino superior, básico, técnico e tecnológico, a liberdade de pensamento no ensino e na pesquisa foi duramente atacada, seja pela sua versão mais radical – a

nomeação de dirigentes à revelia das deliberações democráticas internas às instituições, ou seja, a nomeação de interventores – seja pelas formas cotidianas e particulares expressas nos ataques de extrema direita e reacionários aos docentes, estudantes e técnicos.

A “luta remota” ou a “luta à distância”, ou ainda a “luta plataformizada”, mostra seus limites num período marcado por dificuldades para mantermos o sindicato mobilizado, combativo, autônomo, classista e de base. Os encontros virtuais, necessários devido à pandemia, impuseram restrições e desafios em face do que buscamos para preservar a democracia interna e pela base de nosso sindicato.

Cabe ressaltar que a nossa luta política pelo *Fora Bolsonaro e Mourão* não deve e não pode se restringir ao campo institucional, muito menos às eleições majoritárias para a presidência. O debate em torno do que será decidido nas urnas não esgota nem baliza a atuação do ANDES-SN. Este sindicato, ao longo de sua existência, tem reafirmado seu rechaço ao sindicalismo pelego e a toda forma de instrumentalização das forças sindicais. O ANDES-SN não foi e não deve ser indiferente às disputas eleitorais, mas isso não pode significar fazer delas o fundamento do seu plano de lutas. Nesse sentido, vale lembrar das seguintes palavras da Carta de Curitiba, escrita no 10º Congresso do ANDES-SN, em 1991, quando este sindicato comemorava 10 anos de existência: “Ao comemorar dez anos de existência a [hoje o] ANDES-SN, entidade autônoma, desatrelada do Estado, mantida pela contribuição voluntária dos associados, reafirma seus compromissos históricos pela construção de uma sociedade democrática, justa, fraterna e igualitária”.

De um lado, a luta contra a exploração e a opressão demanda compreendermos que Bolsonaro e sua base bolsonarista expressam a expansão capitalista em sua versão mais reacionária e destrutiva da vida e que anda de mãos dadas com setores que, em nível nacional, estão em expressiva expansão. Por outro lado, não podemos supor que essa expansão não se utilize de outras forças políticas, dispostas ao pacto fáustico que tudo promete em troca do poder.

A volta às ruas, assim como a mobilização no “chão da Universidade”, pautada no desafio que será 2022, coloca para nós a importância da retomada do movimento docente presencial e de seu fortalecimento.

A luta em unidade com o conjunto da classe demanda as mediações necessárias entre as lutas em defesa da educação pública, de nossas condições de trabalho, e as lutas mais gerais.

Derrotar Bolsonaro, mas não só. As prospecções para as eleições ao Congresso Nacional apontam para uma futura Câmara dos Deputados e Senado Federal tão ou mais conservadores que os atuais. Combater os setores que os sustentam e os apoiam em 2022 – e para além de 2022 –, demanda movimento concreto da base de nosso sindicato, retomando nossa mobilização presencial e o conjunto de nossas práticas sindicais.

A partir destas reflexões, discordamos veementemente – e, para nós, é fictícia – a oposição entre a implementação dos planos de lutas – geral e específicos das IFES e IEES/IMES – e a realização das eleições do ANDES-SN, explicitada no texto 47. Em todos os congressos eleitorais deste sindicato, os planos de luta foram elaborados, apresentados e aprovados com seriedade e combatividade. Tal argumento de contraposição não passa, portanto, de um sofismo e de um proposital esquecimento do que tem sido nossa prática ao longo dos anos. Ambos, eleições internas e formulação do plano de lutas, são práticas sindicais calcadas em princípios democráticos muito bem-vindas num momento em que urge nos mobilizarmos para fazer mais e mais das ruas nossa arena principal de luta.

Entendemos que a retomada presencial das instâncias e das práticas sindicais do ANDES-SN – Congresso, Conad, Assembleias Gerais, mobilizações, paralisações e greves – inclui, como parte importante do movimento, as eleições para a sua Diretoria e para as das Seções Sindicais. Eleger a nova Diretoria e todo o processo envolvido nisso é elemento fundamental para a mobilização contra Bolsonaro, o bolsonarismo e demais forças que abraçaram a ultradireita reacionária como porto seguro para o enfrentamento da crise do capital e, por consequência, e como garantia de seus privilégios e de suas condições de classe.

Além disso, como será demonstrado mais adiante, a Diretoria não pode pautar em um Congresso a prorrogação do seu próprio mandato sem antes ter convocado as eleições para o Sindicato, conforme estabelece o Estatuto.

Ao descumprir o que está previsto explicitamente no Estatuto do ANDES-SN, omitindo-se de convocar as eleições 30 dias antes do Congresso, a Diretoria forçou um impasse para ser resolvido no curto espaço temporal do evento, ao mesmo tempo em que apresenta como saída a alternativa, no mínimo constrangedora, de prorrogar o seu próprio mandato. Isto aparece como proposta de alteração estatutária no Caderno de Textos, pautada no último tema do Congresso e eivada de outras impropriedades graves, que ferem a democracia, a organização e a boa prática política. Um exemplo disso é a pretensão de introduzir nas Disposições Transitórias do Estatuto que a posse da nova Diretoria seria realizada fora de uma instância deliberativa, simplesmente em uma solenidade promovida pela atual Diretoria.

Tal improvisação implicaria em proceder a transferência de direção sem que o relatório da Comissão Eleitoral seja apresentado a uma instância do sindicato; e sem que o relatório da Diretoria que encerra o seu mandato fique à disposição das Seções Sindicais em uma instância. Porém, o mais grave se dá na expressão da política do sindicato, uma vez que a nova Diretoria assumiria sem ter a possibilidade de submeter a uma instância deliberativa do movimento todo o acúmulo produzido durante o processo eleitoral, bem como a expressão do programa eleito nas urnas, para atualização do Plano de Lutas que assumirá a responsabilidade de implementar.

No Relatório do 13º Conad Extraordinário está absolutamente nítido que a proposta de realização de dois Congressos em 2022, conforme apresentada pela Diretoria, não foi aprovada, mas não há qualquer menção à indicação de não se realizar a eleição para a Diretoria durante o período das eleições gerais no país, como a Diretoria afirma ter ocorrido (Texto 47, Caderno p. 317). O Conad resolveu o que estava ao seu alcance resolver, que era convocar o 40º Congresso, o qual, por ser em ano par, tratará da eleição para a Diretoria, conforme regra o Estatuto. Isto é, não competia ao Conad, mesmo que suas decisões fossem *ad referendum* do Congresso, deliberar sobre convocar um segundo Congresso, Extraordinário, a ser realizado posteriormente ao Congresso que o Conad estava chamado a decidir sobre sua convocação. Essa é uma proposta que só poderia ser apreciada pelo próprio 40º Congresso, como uma das possíveis alternativas para resolver as readequações de períodos de mandatos que tiveram que ser alterados em função da pandemia. A rejeição pelo 13º Conad Extraordinário não pode ser considerada como uma reprovação da proposta, mas a correção de sua colocação na instância errada. Além disso, mesmo se considerássemos a hipótese de que a deliberação do Conad fosse uma proibição à realização de um Congresso Extraordinário em 2022, o 40º Congresso, como instância superior, caso seja eventualmente proposto e a maioria dos delegados assim desejarem, pode convocar um Congresso Extraordinário.

Estamos defendendo, não a favor ou contra a realização de Congresso Extraordinário em 2022, mas tão somente o lugar das coisas na democracia no interior do sindicato, e vamos ser insistentes nisso, inclusive recuperando o que define o Estatuto. A Diretoria também se mostra

preocupada com a democracia do sindicato e afirma em dois textos, sobre a duração de seu mandato, que não seria democrático o encurtar (Texto 1, Caderno p. 47 e Texto 27, Caderno, p. 203). No TR 47 propõe que a eleição seja adiada para 2023 e que seu mandato também seja prorrogado até a posse da Diretoria que será eleita. A questão que levantamos é a seguinte:

Se propor a redução do mandato da Diretoria, a exemplo da realização da eleição em maio de 2022 e posse no próximo Conad, aproximadamente 5 meses antes do mandato completar 2 anos, é algo não democrático, seria democrático a Diretoria propor a prorrogação de seu mandato, para além de 2 anos?

As eventuais propostas relativas ao cronograma da eleição, posse e duração de mandatos, da atual e da próxima Diretoria, não são aprioristicamente democráticas ou não democráticas. O que determinará isso é como tais propostas são encaminhadas e dialogam com as demais propostas, e como nos relacionamos com as instâncias do sindicato e, em especial, como a Diretoria, que tem atribuições muito bem definidas, lida com tais atribuições e, sobretudo, com os direitos dos sindicalizados.

Chamamos a atenção para outro fato em que a atual Diretoria afronta os Estatutos do ANDES-SN. A Diretoria termina o texto de apoio citando que o Estatuto determina que ela convoque a eleição 30 dias antes do Congresso que precede a eleição e conclui: “A nossa compreensão é de que é o Congresso que vai definir o processo eleitoral, e, dessa forma, não há como a Diretoria convocar a eleição de acordo com o estabelecido no Estatuto antes da realização do debate pela categoria nesse evento”. (Texto 47, Caderno p. 319)

Ora, todas as eleições para a Diretoria realizadas anteriormente, inclusive a atual, tiveram seus processos definidos pelo Congresso, e em todas elas a Diretoria as convocou e apresentou, no Congresso, proposta de regimento e de cronograma eleitorais. A pandemia impôs a suspensão do último processo eleitoral, seu adiamento e adequação às condições do isolamento social. A Diretoria, desta vez, ao não convocar a eleição, está antecipando o resultado do Congresso, onde, pela forma como está encaminhando, haverá pouquíssimo espaço – na verdade, praticamente nenhum – para propostas diferentes da sua.

E isso ocorre, não pelas circunstâncias impostas pela pandemia, mas pela insistência da Diretoria em desprezar o Estatuto. Fez isso no 13º Conad Extraordinário, como já mostrado anteriormente, na omissão em convocar a eleição e, como ainda veremos, noutros aspectos da sua proposta.

O Estatuto não é uma peça burocrática que atendemos ou não conforme as conveniências, mas a consolidação das normas democráticas da organização sindical. Caso o Estatuto tenha normas que a Diretoria entenda que devam ser diferentes, ela deve cumpri-lo ao mesmo tempo em que proponha mudanças. No caso, a Diretoria teria que ter convocado a eleição nos termos do Estatuto, proposto um cronograma com data da eleição em maio de 2022 e uma minuta de Regimento. Ela pode propor, concomitantemente, outro texto no qual afirme que cumpriu o que o Estatuto determina, mas que considera que o Congresso deve fazer algo diferente, apresentando outro TR, com conteúdo diferente do anterior.

Mas, a Diretoria, neste caso, estaria fazendo coisas contraditórias concomitantemente?

A resposta é não. Ela cumpriria o Estatuto, sua obrigação, e proporia ao Congresso, outro encaminhamento que, ao seu juízo, melhor atendesse às circunstâncias, inclusive com eventuais alterações estatutárias. Pois, quer se queira ou não, o Estatuto define que o mandato é de 2 anos, mas nos anos pares e com posse no Conad Ordinário, que é no meio do ano. Não há no Caderno, para além do TR 47, da Diretoria, outras propostas para a eleição, mas qualquer Seção Sindical,

assembleia ou grupo de sindicalizados pode ainda apresentar. No entanto, caso alguém pretenda apresentar proposta que implique em o mandato atual ficar inferior a 2 anos, de acordo com a Diretoria, esta não seria democrática. Vejamos como a Diretoria argumenta isso. “Dada a necessidade de fazermos um enfrentamento a altura da conjuntura, e, considerando que, nesse período do 39º Congresso até o momento, a democracia interna do nosso sindicato funcionou plenamente – pois estivemos de frente para a história nas lutas em curso –, entendemos que não é democrático encurtar o mandato da atual direção”. (Texto 1, Caderno p. 47)

O argumento é uma autodeclaração de ser democrática. Algo assim: como somos democráticos, qualquer proposta de redução do nosso mandato seria não democrática e, para garantir a democracia, devemos até mesmo ignorar o Estatuto.

Infelizmente a Diretoria, ao não convocar as eleições neste 40º Congresso, tenta inviabilizar as eleições do sindicato no ano de 2022, com a argumentação de que isso estaria em oposição ao plano de lutas, que este ano deveria ter tratamento diferenciado ao adotado em TODAS as eleições institucionais anteriores, qual seja o de afirmar-se como organização de luta, isso é, que seja quem for que vença as eleições gerais, teremos que continuar lutando. Reafirmamos que não há contradição entre plano de lutas e eleição, pois a eleição no sindicato tem sido, em diferentes contextos, associada às lutas e contribuído para o fortalecimento do sindicato, e não seria diferente no atual contexto. Assim devemos comemorar os 40 anos do ANDES-SN. Defendemos que a eleição para a direção do ANDES-SN seja realizada em 2022, e que o mandato desta diretoria não seja prorrogado, devendo a próxima diretoria tomar posse no Conad, como estabelece o Estatuto do nosso sindicato.

Em sua proposta de prorrogação de mandato e realização da eleição após o 41º Congresso, a Diretoria esvazia o papel do evento, já que a data do pleito, da posse, e o cronograma todos ficam definidos antecipadamente pelo 40º Congresso, inclusive com redução em 50% dos prazos estatutários. Estamos, pois, diante de uma prorrogação que se combina com uma redução dos prazos de um processo altamente importante para a vida do sindicato, e não há necessidade de se fazer isso, pois ainda podemos assegurar os prazos eleitorais com um cronograma em 2022.

TR – 78

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. A eleição e posse da próxima Diretoria ocorrerão em 2022, seguindo-se os prazos estabelecidos pelo Estatuto;
2. Seja realizado CONAD extraordinário no final de novembro, início de dezembro deste ano no qual tomará posse a Diretoria eleita e será atualizado o plano de lutas;
3. Seja introduzido artigo nas disposições transitórias do Estatuto que estabeleça que o mandato da próxima Diretoria vá até o CONAD ordinário de 2024.

ERRATA AO CADERNO DE TEXTOS DO 40º CONGRESSO DO ANDES-SN

Página 17, SUMÁRIO, onde se Lê:

<p>Texto 56 – Método dos Congressos e CONADS - <i>Contribuição do(s) sindicalizado(a)s: da Diretoria da ADUFAL, Diretoria da ADUFRJ, Amália Catharina Santos Cruz (ADUnB), Ana Maria Dantas Soares (Adur), Andrea Carmo Sampaio (Adur), Ariuska Karla Barbosa Amorim(ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFSM), Beatriz Wey (Adur), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFSM), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza(ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (Adur), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geversson Grzeszczyszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota(ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFSM), Leni Hack (ADUnemat), Lenúcia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFSM), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (Adur), Liane de Souza Weber (SEDUFSM), Liliane Maria Macedo Machado (AdUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucilia Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFSM), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFSM), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUnB), Neila Baldi (SEDUFSM), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUnB), Patrícia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), Ronalda Barreto Silva (ADUnB), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFSM), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves(ADUPE).</i></p>	332
<p>Texto 57 – Pela refiliação do ANDES-SN ao DIEESE - <i>Contribuição do(s) sindicalizado(a)s: da Diretoria da ADUFAL, Diretoria da ADUFRJ, Amália Catharina Santos Cruz (ADUnB), Ana Maria Dantas Soares (Adur), Andrea Carmo Sampaio (Adur), Ariuska Karla Barbosa Amorim(ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFSM), Beatriz Wey (Adur), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFSM), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza(ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (Adur), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia</i></p>	334

Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota(ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFISM), Leni Hack (ADUnemat), Lenucia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFISM), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (Adur), Liane de Souza Weber (SEDUFISM), Liliane Maria Macedo Machado (AdUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucilia Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFISM), Maria Caramez Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFISM), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUneb), Neila Baldi (SEDUFISM), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUneb), Patrícia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), Ronalda Barreto Silva (ADUneb), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFISM), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves (ADUPE).

Retificamos, para que Leia-se:

<p>Texto 56 – Pela refiliação do ANDES-SN ao DIEESE - <i>Contribuição do(s) sindicalizado(a)s: da Diretoria da ADUFAL, Diretoria da ADUFRJ, Amália Catharina Santos Cruz (ADUneb), Ana Maria Dantas Soares (Adur), Andrea Carmo Sampaio (Adur), Ariuska Karla Barbosa Amorim (ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFISM), Beatriz Wey (Adur), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFISM), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza (ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (Adur), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota(ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFISM), Leni Hack (ADUnemat), Lenucia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFISM), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (Adur), Liane de Souza Weber (SEDUFISM), Liliane Maria Macedo Machado (AdUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucilia Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento</i></p>	<p>332</p>
--	------------

<p><i>Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFMS), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUnB), Neila Baldi (SEDUFMS), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUnB), Patrícia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), Ronalda Barreto Silva (ADUnB), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFMS), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves (ADUPE).</i></p>	
<p>Texto 57 – Método dos Congressos e CONADS - Contribuição do(s) sindicalizado(a)s: da Diretoria da ADUFAL, Diretoria da ADUFRJ, Amália Catharina Santos Cruz (ADUnB), Ana Maria Dantas Soares (Adur), Andrea Carmo Sampaio (Adur), Ariuska Karla Barbosa Amorim (ADUnB), Ascísio Pereira (SEDUFMS), Beatriz Wey (Adur), Benerval Santos (ADUFU), Belkis Souza Bandeira (SEDUFMS), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (APUB/BA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUnB), Claudio Porto (APUR), Cláudio Lira (APUB/BA), Cleide Maria Ferraz (ADUPE), Daniela Garrossini (ADUnB), David Romão (APUR), Débora Quetti Marques de Souza (ADUPE), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUnemat), Edmilson Maia (SINDUECE), Eliene Novaes Rocha (ADUnB), Eduardo Giavara (base UFG), Eduardo Jorge Souza da Silva (AdUFERPE), Elisa Guaraná de Castro (ADUR), Elizabeth de Souza Amorim (ADUPE), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUnB), Erika Suruagy (AdUFERPE), Eveline Glória Borges Samary (ADUPE), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Eunice Lea de Moraes (ADUFPA), Fabrícia Vellasquez Paiva (Adur), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Flávia Motta (Adur), Flávio Dantas Albuquerque Melo (ADUFAL), Frederico Costa (SINDUECE), Geversson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane Mota (ADUFPA), Humberto de Assis Clímaco (ADUFG), Isabelle Meunier (AdUFERPE), Janne Freitas de Carvalho (ADUPE), Jocimar Lomba Albanex (ADUEMS), John Kennedy Ferreira (APRUMA), Joelma Albuquerque (ADUFAL), José Arlen Beltrão (APUR), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Eugênio de Jesus Cardoso Graúdo (ApesJF), José Tarcísio de Lima (ADUFLA), Juanito Vieira (ApesJF), Laudemir Zart (ADUnemat), Laura Regina SCM Fonseca (SEDUFMS), Leni Hack (ADUnemat), Lenúcia Moura (SINDUECE), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Lia Maria Teixeira de Oliveira (ADUR), Lia Maria Texeira (Adur), Liane de Souza Weber (SEDUFMS), Liliane Maria Macedo Machado (ADUnB), Lisleandra Machado (ApesJF), Liz Denize Carvalho Paiva (Adur), Lori Hack de Jesus (ADUnemat), Lucia Valadares (Adur), Luciana de Amorim Nobrega (Adur), Lucília Augusta Lino (Adur e Asduerj), Luis Antonio Pasquetti (ADUnB), Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC/AD), Luiz Felipe Silva (ADUNIFEI), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Manoel Pereira de Andrade (ADUnB), Marcelo Pereira Fernandes (Adur), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Caraméz Carlotto (ADUFABC), Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI), Maria Jaqueline de Grammont (ADUFSJ), Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF), Marian Noal Moro (SEDUFMS), Marina Cordeiro (Adur), Marize Carvalho (APUB), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUnB), Melina Silva Alves (ADUPB), Miriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Nadia Maria Pereira de Souza (Adur), Naira Souza Moura (ADUnB), Neila Baldi (SEDUFMS), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (AdUFERPE), Nilza da Silva Martins (ADUnB), Patrícia Bastos (Adur), Patricia Reinheimer (Adur), Pedro Claesen Dutra Silva (Sinduece), Regina Cohen Barros (Adur), Rogério Anez (ADUnemat), Ronalda Barreto Silva (ADUnB), Sandra Lúcia dos Santos Lira (AdUfal), Silvina Liliana Carrizo (ApesJF), Suzana Marcolino (ADUFAL), Tarcísio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFMS), Thiago Dias Trindade (Adur), Tiago Fávero de Oliveira (ApesJF), Victor Ribeiro Neves (ADUPE).</p>	334

Página 22, SUMÁRIO DOS TR, onde se Lê:

TR 56 – Método dos Congressos e CONADS	334
TR 57 – Pela refiliação do ANDES-SN ao DIEESE	336

Retificamos, para que Leia-se:

TR 56 – Pela refiliação do ANDES-SN ao DIEESE	334
TR 57 – Método dos Congressos e CONADS	336

TEXTO APRESENTADO NA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO – TEXTO E TR 79



Diretoria do ANDES-SN

HOMOLOGAÇÕES: DISSOLUÇÃO E ALTERAÇÃO REGIMENTAL

TEXTO DE APOIO

A Diretoria Nacional do ANDES-SN, cumprindo as suas atribuições estatutárias e dando sequência ao processo de ampliação de sua base e adequação dos regimentos de seções sindicais ao Estatuto do Sindicato Nacional, apresenta ao 40º Congresso as seguintes proposições: 1) aprovação da dissolução da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri / *Campus* do Mucuri do ANDES-SN (ADOM SSIND); 2) aprovação da alteração do Regimento da Seção Sindical dos Docentes da UNESPAR (SINDUNESPAR).

TR – 79

O 40º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. DISSOLUÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

1.1 Em consonância com art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN e de acordo com a documentação apresentada, o 40º CONGRESSO manifesta-se favoravelmente à dissolução da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri / *Campus* do Mucuri do ANDES-SN (ADOM SSIND).

2. ALTERAÇÃO REGIMENTAL

2.1 Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 40º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favoravelmente à aprovação das alterações verificadas no Regimento da Seção Sindical dos Docentes da UNESPAR (SINDUNESPAR), ficando condicionada sua efetivação *a posteriori* mediante aprovação em Assembleia Geral dos ajustes indicados pela Assessoria Jurídica Nacional nos termos do Estatuto do ANDES-SN.